

Governo do Estado do Rio Grande do Sul
Secretaria da Fazenda
Contadoria e Auditoria-Geral do Estado

BALANÇO GERAL

2012

Tarso Genro

Governador do Estado

Odir Alberto Pinheiro Tonollier

Secretário de Estado da Fazenda

Luiz Paulo Freitas Pinto

Contador e Auditor-Geral do Estado

CONTADORIA E AUDITORIA-GERAL DO ESTADO

Av. Mauá, 1155 - sala 404-A - Tel.: (51) 3214-5200

90.030-080 - Porto Alegre - RS

SETOR EMPRESARIAL

DEMONSTRATIVOS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

SUMÁRIO

SETOR EMPRESARIAL

1 - Banco do Estado do RS, S.A. - BANRISUL	07
2 - BANRISUL S.A. - Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio	143
3 - BANRISUL S.A. - Administradora de Consórcios	159
4 - BANRISUL - Armazéns Gerais - BAGERGS	185
5 - Companhia de Abastecimento do RS - CEASA	219
6 - Companhia de Processamento de Dados do Estado do RS - PROCERGS	233
7 - Companhia Riograndense de Mineração - CRM	247
8 - Companhia Operadora de Mineração - COM	287
9 - Companhia Riograndense de Artes gráficas - CORAG	299
10 - Companhia de Gás do Estado do RS - SULGÁS	313
11 - Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S.A. - CADIP	363
12 - Badesul Desenvolvimento S.A. - Agência de Fomento/RS	371
13 - Companhia Riograndense de Saneamento - CORSAN	435
14 - Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-GT	445
15 - Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D	541
16 - Companhia Estadual de Energia Elétrica Participações - CEEE-Par	631
17 - Empresa Gaúcha de Rodovias - EGR	723

**Banco do Estado do Rio
Grande do Sul, S.A.
BANRISUL**

Este *Press Release* pode conter informações sobre eventos futuros. Tais informações não seriam apenas fatos históricos, mas refletiriam os desejos e as expectativas da direção da Companhia. As palavras “antecipa”, “deseja”, “espera”, “prevê”, “planeja”, “prediz”, “projeta”, “almeja” e similares pretendem identificar afirmações que, necessariamente, envolvem riscos conhecidos e desconhecidos. Apresentamos os principais números obtidos pelo Banrisul no quarto trimestre e acumulado nos doze meses de 2012. A Análise de Desempenho, o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e as Notas Explicativas estão disponibilizadas no *site* do Banco www.banrisul.com.br/ri.

Eventos Relevantes

Jan/2012. **Moody's Investors Service classifica Banrisul como *Investment Grade*.** A Agência concedeu ao Banrisul *rating* de força financeira (BFSR) D+. Ao mesmo tempo, foram atribuídos ao Banco *ratings* de depósito em escala global de curto e longo prazos, em moedas local e estrangeira, de Baa3 e Prime 3, respectivamente, e *ratings* de depósito Aaa.br e BR-1 na escala nacional brasileira. Os *ratings* concedidos são de perspectiva estável.

Fev/2012. **Banrisul realiza a primeira emissão de dívida no mercado internacional.** No valor de US\$500 milhões, a emissão de dívida subordinada no exterior foi contratada pelo prazo de 10 anos, com cupom de juros pactuados de 7,375% aa., pagáveis semestralmente. O preço de emissão correspondeu a 99,131% do valor de face dos títulos vendidos, o que resulta num custo efetivo de 7,50% aa. O saldo da dívida subordinada totalizou R\$1.158,3 milhões ao final de dezembro de 2012, face à incorporação do custo, variação cambial e marcação a mercado, conforme procedimento de *hedge accounting* estabelecido para mitigação de risco de oscilação cambial.

Mar/2012. **Standart & Poor's Rating Services concede *Investment Grade* ao Banrisul.** Os *ratings* de crédito emitidos BBB- na escala global e brAAA na Escala Nacional Brasil

são de perspectiva estável. O perfil de crédito individual (*stand-alone credit profile* SACP) do Banco é bbb+. O *Investment Grade* concedido se baseia na posição de negócios da Instituição, no capital e rentabilidade, na posição de risco, no perfil de captação de recursos e no nível de liquidez do Banco.

Mar/2012. **Banrisul adquire 49,9% do capital da Credimatone Promotora de Vendas e Serviços S/A.** A aquisição da promotora Bem-Vindo Banrisul Serviços Financeiros, especializada na originação de crédito consignado, compõe a estratégia de crescimento do Banco, focada na ampliação de canais de relacionamento, aumento do volume de crédito e distribuição de produtos e serviços financeiros em escala nacional. O saldo de operações de crédito originadas através da Rede Bem-Vindo alcançou R\$1.674,9 milhões ao final de 2012.

Mai/2012. **Rede Banricompras passa a capturar transações da bandeira VerdeCard.** A expansão da adquirência se constituiu no principal vetor de crescimento do canal Banricompras em 2012. O volume de transações com cartões VerdeCard, das lojas Quero-Quero, totalizou 317,8 mil de maio a dezembro de 2012, alcançando montante de R\$26,4 milhões.

Jul/2012. **Banrisul coordena oferta pública da primeira emissão de cotas do Banrisul Novas Fronteiras Fundo de Investimento**



Imobiliário - FII. O Fundo tem por objeto a realização de investimentos imobiliários de longo prazo, por meio da aquisição e eventual edificação e/ou adaptação de ativos imobiliários para locação ao Grupo Banrisul. A captação atingiu o objetivo traçado de R\$70,0 milhões, revestindo-se em um modelo inovador para o Banco, na medida em que garante novas alternativas para alocação de recursos aos investidores, ao mesmo tempo em que atende os objetivos estratégicos da Instituição de ampliação e modernização da rede de agências.

Ago/2012. Rede Banricompras passa a capturar transações da bandeira VISA. Com *status* de rede multibandeira, a credenciadora Rede Banricompras passou a capturar e processar transações efetuadas

com os principais cartões de crédito e débito das bandeiras MarterCard, VerdeCard, VISA e Banricompras. A bandeira VISA registrou 2,0 milhões de transações de agosto a dezembro de 2012 no montante de R\$176,3 milhões.

Dez/2012. Banrisul reabre emissão de notas de dívida subordinada no mercado internacional. Em dezembro de 2012, foi reaberta a emissão da nota subordinada, vencimento em 2022, cupom de juros de 7,375% aa., mediante captação adicional de US\$275 milhões, com taxa efetiva de 5,95% aa. Em janeiro de 2013, o Banrisul obteve autorização do Banco Central do Brasil para utilização da captação como capital de nível II, na categoria de dívida subordinada. Ao final de dezembro, o saldo da segunda captação externa alcançou R\$618,2 milhões.

Tabela 01: Indicadores Econômico-Financeiros

Principais Itens de Resultado - R\$ Milhões	2012	2011	4T12	3T12	2T12	1T12	4T11	4T12/ 3T12	2012/ 2011
Margem Financeira	3.730,6	3.368,0	921,9	957,8	954,8	896,1	907,0	-3,8%	10,8%
Despesas com Provisão para Operações de Crédito	852,4	629,5	193,3	273,3	218,8	167,1	165,7	-29,3%	35,4%
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	2.878,2	2.738,5	728,6	684,5	736,0	729,0	741,3	6,4%	5,1%
Receita de Intermediação Financeira	6.346,4	5.946,7	1.429,9	1.380,6	1.984,6	1.551,3	1.541,5	3,6%	6,7%
Despesa de Intermediação Financeira	3.468,2	3.208,2	701,3	696,1	1.248,5	822,2	800,2	0,8%	8,1%
Receita de Serviços e Tarifas Bancárias	798,6	702,0	222,2	202,6	190,5	183,2	184,6	9,7%	13,8%
Despesas Administrativas ⁽¹⁾	2.095,0	1.842,2	573,8	530,0	512,6	478,6	509,8	8,3%	13,7%
Outras Despesas Operacionais	370,8	236,6	86,9	87,6	103,6	92,7	72,7	-0,8%	56,7%
Outras Receitas Operacionais	249,6	242,9	51,3	93,8	53,7	50,8	43,1	-45,3%	2,7%
Lucro Líquido	818,6	904,3	191,5	207,5	205,2	214,4	226,7	-7,7%	-9,5%
Principais Itens Patrimoniais - R\$ Milhões	Dez12	Dez11	Dez12	Set12	Jun12	Mar12	Dez11	Dez12/ Set12	Dez12/ Dez11
Ativos Totais	46.570,8	37.585,6	46.570,8	44.633,0	42.723,9	39.780,9	37.585,6	4,3%	23,9%
Títulos e Valores Mobiliários ⁽²⁾	15.342,8	11.080,1	15.342,8	13.538,5	12.619,6	12.341,1	11.080,1	13,3%	38,5%
Carteira de Crédito Total	24.327,0	20.393,2	24.327,0	23.789,2	22.858,9	21.303,0	20.393,2	2,3%	19,3%
Provisão para Operações de Crédito	1.591,0	1.317,7	1.591,0	1.566,8	1.452,2	1.380,3	1.317,7	1,5%	20,7%
Créditos em Atraso > 60 dias	924,0	563,1	924,0	805,4	685,0	642,3	563,1	14,7%	64,1%
Créditos em Atraso > 90 dias	711,7	485,5	711,7	655,4	596,1	541,2	485,5	8,6%	46,6%
Recursos Captados e Administrados	40.985,3	34.098,0	40.985,3	39.273,1	37.866,5	36.003,1	34.098,0	4,4%	20,2%
Patrimônio Líquido	4.894,2	4.399,5	4.894,2	4.799,4	4.652,2	4.550,5	4.399,5	2,0%	11,2%
Patrimônio de Referência Consolidado	6.045,9	4.393,2	6.045,9	5.940,6	5.960,3	4.542,0	4.393,2	1,8%	37,6%
Patrimônio Líquido Médio	4.646,9	4.127,4	4.846,8	4.725,8	4.601,3	4.475,0	4.348,8	2,6%	12,6%
Ativo Total Médio	42.078,2	34.856,6	45.601,9	43.678,4	41.252,4	38.683,3	37.069,8	4,4%	20,7%
Ativos Rentáveis Médios	39.856,6	32.492,5	43.406,9	40.835,9	38.792,7	36.390,9	34.685,1	6,3%	22,7%
Principais Informações do Mercado Acionário - R\$ Milhões	2012	2011	4T12	3T12	2T12	1T12	4T11	4T12/ 3T12	2012/ 2011
Juros sobre Capital Próprio/Dividendos ⁽³⁾	326,5	358,3	98,0	60,8	102,8	64,8	126,1	61,2%	-8,9%
Valor de Mercado	6.343,2	8.179,5	6.343,2	7.050,7	5.807,4	8.056,8	8.179,5	-10,0%	-22,5%
Valor Patrimonial por Ação	11,97	10,76	11,97	11,74	11,37	10,94	10,76	2,0%	11,2%
Preço Médio da Ação (R\$)	17,25	17,54	15,90	16,27	16,53	20,25	18,20	-2,3%	-1,7%
Lucro Líquido por Ação (R\$)	2,00	2,21	0,47	0,51	0,50	0,56	0,56	-7,8%	-9,5%
Índices Financeiros	2012	2011	4T12	3T12	2T12	1T12	4T11		
ROAA Anualizado ⁽⁴⁾	1,9%	2,6%	1,7%	1,9%	2,0%	2,2%	2,5%		
ROAE Anualizado ⁽⁵⁾	17,6%	21,9%	16,8%	18,8%	19,1%	20,6%	22,5%		
Índice de Eficiência ⁽⁶⁾	47,5%	45,2%	47,5%	46,6%	46,3%	45,7%	45,2%		
Margem Financeira ⁽⁷⁾	9,4%	10,4%	8,8%	9,7%	10,2%	10,2%	10,9%		
Custo Operacional	4,5%	4,9%	4,5%	4,6%	4,6%	4,8%	4,9%		
Índice de Inadimplência > 60 dias ⁽⁸⁾	3,80%	2,76%	3,80%	3,39%	3,00%	3,02%	2,76%		
Índice de Inadimplência > 90 dias ⁽⁹⁾	2,93%	2,38%	2,93%	2,76%	2,61%	2,54%	2,38%		
Índice de Cobertura ⁽¹⁰⁾	172,2%	234,0%	172,2%	194,5%	212,0%	214,9%	234,0%		
Índice de Basileia Consolidado	18,7%	17,2%	18,7%	18,6%	19,7%	16,3%	17,2%		
Índice de Imobilização ⁽¹¹⁾	3,4%	3,7%	3,4%	3,3%	3,4%	3,5%	3,7%		
Indicadores Estruturais	Dez12	Dez11	Dez12	Set12	Jun12	Mar12	Dez11		
Agências	468	442	468	462	455	454	442		
Pontos de Atendimento Bancário	251	275	251	254	261	263	275		
Pontos de Atendimento Eletrônico	582	561	582	583	584	574	561		
Contas Correntes	3.456.809	2.931.298	3.456.809	3.441.249	3.053.329	2.991.858	2.931.298		
Contas Poupança	1.893.408	1.955.415	1.893.408	1.910.627	1.924.653	1.940.345	1.955.415		
Colaboradores	11.447	10.225	11.447	11.088	10.484	10.277	10.225		
Indicadores Econômicos	2012	2011	4T12	3T12	2T12	1T12	4T11		
Selic Efetiva Acumulada	8,49%	11,62%	1,72%	1,92%	2,11%	2,48%	2,67%		
Taxa de Câmbio (R\$/US\$ - final de período)	2,04	1,88	2,04	2,03	2,02	1,82	1,88		
Variação Cambial (%)	8,94%	12,58%	0,64%	0,46%	10,93%	-2,86%	1,15%		
IGP-M	7,81%	5,10%	0,67%	3,79%	2,55%	0,62%	0,91%		
IPCA	5,84%	6,50%	1,99%	1,42%	1,08%	1,22%	1,46%		

⁽¹⁾ Inclui Despesas de Pessoal e Outras Despesas Administrativas⁽²⁾ Inclui aplicações interfinanceiras de liquidez e deduz as obrigações compromissadas.⁽³⁾ Juros sobre o capital próprio e dividendos pagos e/ou distribuídos (antes da retenção do Imposto de Renda).⁽⁴⁾ Lucro líquido sobre ativo total médio.⁽⁵⁾ Lucro líquido sobre patrimônio líquido médio.⁽⁶⁾ Índice de eficiência – acumulado no período dos últimos 12 meses.⁽⁷⁾ Despesas de Pessoal + Outras Despesas Administrativas / Margem Financeira + Renda de Prestação de Serviços + (Outras Receitas Operacionais – Outras Despesas Operacionais)⁽⁸⁾ Margem Financeira em percentual dos Ativos Rentáveis⁽⁹⁾ Atrasos > 60 dias / carteira de crédito.⁽¹⁰⁾ Atrasos > 90 dias / carteira de crédito.⁽¹¹⁾ Provisão para devedores duvidosos / atrasos > 60 dias.⁽¹²⁾ Imobilizado sobre o patrimônio líquido.

» O Banrisul registrou lucro líquido de R\$818,6 milhões no ano de 2012, resultado 9,5% abaixo do alcançado no ano anterior. No 4T12, o resultado líquido foi de R\$191,5 milhões, 15,5% abaixo do registrado no 4T11 e 7,7% abaixo do 3T12. A rentabilidade sobre o patrimônio líquido médio atingiu 17,6% em 2012 e a margem financeira sobre ativos rentáveis alcançou 9,4%.

» Os resultados auferidos evidenciam a desaceleração das receitas de crédito e tesouraria e o aumento da inadimplência, bem como elevação das despesas administrativas e operacionais, decorrentes da emissão das dívidas subordinadas, da prospecção de novos negócios e de melhorias nos mecanismos de compliance.

» No 4T12, as despesas e receitas financeiras foram impactadas pela marcação a mercado da dívida subordinada e instrumentos de *hedge*, pela queda da Taxa Selic, pela diminuição das taxas médias do crédito, especialmente na pessoa jurídica, e pelo aumento da inadimplência. A redução do lucro líquido registrado no 4T12 frente ao 4T11 reflete a queda do resultado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos (R\$146,3 milhões), elevação de despesas administrativas (R\$64,0 milhões) e aumento das despesas com provisões de crédito (R\$27,6 milhões), movimento parcialmente compensado pela queda das despesas de captação no mercado e com empréstimos, cessões e repasses (R\$126,4 milhões), e pelo aumento das receitas de crédito, arrendamento mercantil, transferência de ativos e de tarifas bancárias (R\$86,3 milhões).

» A redução do resultado no último trimestre em relação ao 3T12 proveio da relativa estabilidade das receitas de crédito, arrendamento mercantil e de transferência de ativos, num contexto de menor fluxo de provisões de crédito (R\$80,0 milhões), favorecido pela elevação, em 0,6 pp. da parcela da carteira de crédito classificada

como risco normal, movimento, contudo, compensado pelo aumento das despesas administrativas (R\$43,8 milhões) e pela redução de outras receitas operacionais, impactadas, no 3T12, pelo efeito pontual de decisão judicial relacionada ao incentivo fiscal do PAT.

» O índice de eficiência atingiu, em dezembro de 2012, 47,5%, 2,3 pp. acima do indicador de dezembro de 2011 e 0,9 pp. acima do índice de setembro de 2012. A trajetória do indicador nos doze meses pode ser explicada pela desaceleração da margem financeira, impactada pela redução nas taxas de juros, pelo incremento nas despesas administrativas e em outras despesas operacionais, face à execução da estratégia de crescimento de negócios. Em relação ao trimestre anterior, o índice de eficiência foi influenciado pela redução da margem financeira e de outras receitas operacionais e pelo aumento das despesas administrativas.

» Os ativos totais somaram, em dezembro de 2012, R\$46.570,8 milhões, 23,9% ou R\$8.985,2 milhões acima do registrado em dezembro de 2011 e 4,3% ou R\$1.937,8 milhões acima do saldo de setembro de 2012. Nos doze meses, a expansão dos ativos tem como origem o incremento na captação de depósitos, em R\$4.385,3 milhões, a captação externa, em R\$1.158,3 milhões, e o crescimento das obrigações por empréstimos e repasses, em R\$1.100,0 milhões, face à reabertura da emissão de dívida subordinada ao final do ano. Os recursos captados foram, em parte, aplicados nos títulos e valores mobiliários somados às aplicações interfinanceiras de liquidez, que registraram elevação de R\$4.559,0 milhões, e na carteira de crédito, que apresentou incremento de R\$3.933,9 milhões. A rentabilidade sobre ativos médios alcançou 1,9%.

» A carteira de crédito do Banrisul totalizou R\$24.327,0 milhões em dezembro de 2012, saldo 19,3% ou R\$3.933,9 milhões acima do alcançado em dezembro de 2011 e

crescimento de 2,3% ou R\$537,8 milhões na comparação com setembro de 2012. As linhas de melhor destaque foram a carteira comercial e o crédito imobiliário. Nos doze meses de 2012, a concessão de crédito totalizou R\$35.726,3 milhões, o que representa incremento de 9,4% ou R\$3.084,2 milhões comparativamente ao contratado em 2011.

» O crédito comercial pessoa física alcançou saldo de R\$9.252,1 milhões em dezembro de 2012, com incremento de 14,5% ou R\$1.172,7 milhões em relação a dezembro de 2011. Na comparação com o trimestre anterior, o montante da carteira apresentou redução de 0,3% ou R\$27,8 milhões. A trajetória do crédito comercial à pessoa física foi influenciada, especialmente, pela ampliação no saldo da carteira de crédito consignado, que representa 38,3% do crédito comercial e pela elevação das linhas de microcrédito, que alcançou R\$104,0 milhões ao final de 2012.

» O crédito comercial pessoa jurídica apresentou evolução de 17,4% ou R\$1.254,4 milhões em 2012, totalizando, ao final do ano, saldo de R\$8.445,6 milhões. Na comparação com setembro de 2012, a carteira registrou crescimento de 4,2% ou R\$340,6 milhões. O segmento empresarial está composto, principalmente, por linhas de capital de giro, que totalizaram R\$6.493,9 milhões, e pela conta garantida, que somou R\$602,1 milhões. O saldo do capital de giro representou, em dezembro de 2012, 76,9% da carteira comercial pessoa jurídica e 36,7% do total do crédito comercial. Nos doze meses, as linhas de capital de giro registraram expansão de 19,4% ou R\$1.056,5 milhões. Nos últimos três meses, a elevação registrada foi de 5,6% ou R\$343,5 milhões.

» A inadimplência acima de 60 dias alcançou 3,80% das operações de crédito, 1,04 pp. acima do indicador de dezembro de 2011 e 0,41 pp. acima do apurado em setembro de 2012. A inadimplência acima de 90 dias alcançou 2,93% no último mês de 2012,

0,55 pp. acima do indicador de dezembro de 2011 e 0,17 pp. acima do apurado em setembro de 2012. Os indicadores de inadimplência e de cobertura de atrasos com provisões do último trimestre foram impactados pelo atraso no repasse de créditos recebidos pelo Banco Cruzeiro do Sul – em liquidação extrajudicial. Esse atraso vem ocorrendo em razão da empresa contratada pelo Cruzeiro do Sul ainda não ter concluído processo operacional que agilizará a identificação das parcelas repassadas pelos órgãos consignantes, o que ensejará maior celeridade na transferência dos recursos aos respectivos bancos credores.

» As aplicações em títulos e valores mobiliários, incluídos os instrumentos financeiros derivativos e somadas às aplicações interfinanceiras de liquidez totalizaram R\$15.342,8 milhões em dezembro de 2012, com incremento de 38,5% ou R\$4.262,7 milhões em relação ao volume registrado em dezembro de 2011 e elevação de 13,3% ou R\$1.804,2 milhões na comparação com setembro de 2012. O valor deduz as obrigações por operações compromissadas.

» Os recursos captados, constituídos por depósitos, fundos financeiros e de desenvolvimento e dívida subordinada (não incluída a captação no exterior efetivada em dezembro de 2012), alcançaram R\$33.847,1 milhões ao final de dezembro de 2012, montante 23,3% ou R\$6.387,4 milhões acima do registrado no mesmo mês de 2011, movimento explicado principalmente pela expansão no saldo de depósitos. Na comparação com setembro de 2012, o crescimento do saldo da captação de recursos, em 4,9% ou R\$1.595,5 milhões, foi influenciado, principalmente, pela ampliação no saldo de depósitos, especialmente depósitos à vista. Os recursos de terceiros administrados totalizaram R\$7.138,2 milhões em dezembro de 2012, posição 7,5% ou R\$499,9 milhões acima da apurada no mesmo mês do ano anterior e 1,7% ou R\$116,6 milhões acima do montante de



setembro de 2012.

» O patrimônio líquido do Banrisul totalizou R\$4.894,2 milhões ao final de dezembro de 2012, com expansão de 11,2% ou R\$494,7 milhões na comparação com 2011 e ampliação de 2,0% ou R\$94,9 milhões em relação a setembro de 2012. As variações do patrimônio líquido estão relacionadas à incorporação de resultados gerados nos últimos doze meses, deduzidas do pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio. O Índice de Basileia atingiu 18,7% em dezembro de 2012.

» O Banrisul recolheu e provisionou, em 2012, R\$752,1 milhões em impostos e contribuições próprios. Os tributos retidos e repassados, incidentes diretamente sobre a intermediação financeira e demais pagamentos, somaram R\$685,5 milhões.

» A margem financeira totalizou R\$3.730,6 milhões nos doze meses de 2012, 10,8% ou R\$362,6 milhões acima do montante gerado no mesmo período do ano anterior. No 4T12, a margem financeira somou R\$921,9 milhões, 1,6% ou R\$14,9 milhões acima do valor registrado no 4T11 e 3,8% ou R\$35,9 milhões abaixo do fluxo do 3T12. A trajetória da margem financeira nos períodos foi influenciada, especialmente, pela desaceleração das receitas de crédito, impactada pela redução das taxas médias, pela marcação a mercado da dívida subordinada e do *swap* a ela relacionado, e pela redução das despesas de empréstimos, cessões e repasses.

» As receitas de operações de crédito, arrendamento mercantil e de transferência de ativos financeiros totalizaram R\$4.653,4 milhões nos doze meses de 2012, 8,4% ou R\$360,4 milhões acima do montante contabilizado no mesmo período de 2011. No 4T12, as receitas de crédito, arrendamento mercantil e de transferência de ativos financeiros totalizaram R\$1.172,2 milhões, com expansão de 4,3% ou R\$48,6 milhões em relação ao 4T11 e aumento de 0,7% ou R\$8,6 milhões na comparação com o trimestre anterior. A trajetória ascendente das receitas

de operações de crédito, arrendamento mercantil e venda ou transferência de ativos financeiros nos doze meses de 2012 foi impulsionada pelo incremento no volume de ativos de crédito, em R\$3.933,9 milhões comparada ao ano anterior.

» As despesas da intermediação financeira somaram R\$3.468,2 milhões nos doze meses de 2012, com aumento de 8,1% ou R\$260,0 milhões sobre o fluxo até dezembro de 2011. No 4T12, as despesas de intermediação financeira totalizaram R\$701,3 milhões, com redução de 12,3% ou R\$98,8 milhões sobre o montante do 4T11 e crescimento de 0,8% ou R\$5,2 milhões sobre o resultado do 3T12. A ampliação das despesas de intermediação na comparação entre 2012 e 2011 deve-se ao aumento das despesas com provisão para operações de crédito, que apresentaram acréscimo de 35,4% ou R\$222,9 milhões, reflexo do crescimento do volume da carteira de crédito e do aumento da inadimplência, e à ampliação das despesas de captação no mercado, em 10,6% ou R\$190,9 milhões, em função da marcação a mercado e da variação cambial da dívida subordinada, compensada, parcialmente, pela redução nas despesas de empréstimos, cessões e repasses em 19,6% ou R\$153,8 milhões. A redução das despesas de intermediação no 4T12, comparado ao 4T11, decorreu, especialmente, do decréscimo das despesas com captação de recursos, em 16,1% ou R\$74,6 milhões, e das despesas de empréstimos, cessões e repasses em 30,2% ou R\$51,8 milhões.

» No ano de 2012, as despesas administrativas somaram R\$2.095,0 milhões, valor 13,7% ou R\$252,7 milhões acima do apurado no ano de 2011. No 4T12, as despesas administrativas totalizaram R\$573,8 milhões, 12,5% ou R\$64,0 milhões acima do valor do 4T11 e 8,3% ou R\$43,8 milhões acima do montante do 3T12. A elevação das despesas de pessoal, comparando 2012 *versus* 2011, decorre do aumento do número de funcionários em 1.222 colaboradores e do reajuste salarial ocorrido nos dissídios de 2011 e de 2012.

Agências de Rating

Tabela 02: Classificação de Agências de Ratings

Fitch Ratings						
Viabilidade	Escala Global				Escala Nacional	
	Moeda Local		Moeda Estrangeira		Nacional	
	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo
bb+	BB+	B	BB+	B	AA-	F1+
Moody's Investors Service						
Força Financeira	Escala Global				Escala Nacional	
	Moeda Local		Moeda Estrangeira		Nacional	
	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo
D+	Baa3	P-3	Baa3	P-3	Aaa.br	BR-1
Standard & Poor's						
Perfil de Crédito Individual	Escala Global				Escala Nacional	
	Moeda Local		Moeda Estrangeira		Nacional	
	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo	
bbb+	BBB-	-	BBB-	-	brAAA	
Austin Rating						
Escala Nacional						
Curto Prazo				Longo Prazo		
A-1				AA-		
Risk Bank						
9,77						

Guidance



As metas de performance projetadas para 2012 foram integralmente cumpridas, tendo o crescimento do crédito imobiliário superado o teto do intervalo estimado em 25%, alcançando 29% de expansão no ano. Para 2013, as projeções de incrementos em negócios da Instituição situam-se em níveis semelhantes aos registrados em 2012. No crédito, espera-se que o segmento empresarial apresente, como em 2012, maior apetite que o tomador de crédito para consumo. A expectativa

de incremento no crédito imobiliário é menor que o desempenho registrado em 2012, justamente pelo efeito base de comparação, ampliada pelo expressivo crescimento registrado no ano. Para os indicadores de performance, foram mantidos os intervalos registrados em 2012, com exceção do índice de retorno sobre o patrimônio líquido médio, cujo piso foi reduzido, face ao contexto de adequação ao ambiente de menores juros e *spreads* praticados pelo conjunto das instituições financeiras no País.



Tabela 03: **Perspectivas Banrisul**

Perspectivas Banrisul	Projetado Ano 2012	Realizado Ano 2012	Projetado Ano 2013
Carteira de Crédito Total	15% a 20%	19,4%	15% a 20%
Crédito Comercial Pessoa Física	12% a 17%	14,5%	10% a 15%
Crédito Comercial Pessoa Jurídica	16% a 21%	17,4%	18% a 22%
Crédito Imobiliário	20% a 25%	29,0%	12% a 17%
Despesa Provisão Crédito/Carteira Crédito	3% a 4%	3,5%	3% a 4%
Saldo de Provisão sobre a Carteira de Crédito	6% a 8%	6,5%	6% a 8%
Captação Total	13% a 18%	16,8%	13% a 18%
Depósitos a Prazo	18% a 23%	22,1%	18% a 23%
Rentabilidade Recorrente sobre o Patrimônio Líquido Médio	17% a 21%	17,6%	16% a 20%
Índice de Eficiência	45% a 49%	47,5%	45% a 49%
Margem Financeira Líquida sobre Ativos Rentáveis	9% a 10,5%	9,4%	9% a 10%

Porto Alegre, 14 de fevereiro de 2013.



Relatório da Administração

APRESENTAMOS O RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A., RELATIVOS AO EXERCÍCIO DE 2012, ELABORADOS DE ACORDO COM AS NORMAS ESTABELECIDAS PELA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS E PELO BANCO CENTRAL DO BRASIL.



Cenário Econômico



O ano de 2012 foi marcado pela instabilidade econômica internacional, reflexo do aprofundamento da crise financeira na Europa, e, ainda que em menor grau, pelas incertezas quanto à recuperação da economia norte-americana e desaceleração da economia chinesa. Na Europa, apesar do importante avanço em direção a maior integração fiscal e política, os níveis de desemprego e de endividamento se mantiveram excessivamente elevados, influenciando negativamente a confiança e a atividade econômica global. A economia norte-americana, que vinha em trajetória de recuperação moderada, voltou a registrar perda de ímpeto do mercado de trabalho e enfraquecimento do investimento privado; os riscos de uma nova recaída recessiva foram mitigados pela elevação de impostos e cortes de gastos públicos. A economia chinesa, após clara desaceleração da atividade econômica, em função da perda de dinamismo do comércio internacional e do conjunto de reformas internas, passou a exibir indicadores de recuperação consistentes, sustentada na demanda doméstica, que compensou em parte a fragilidade do ambiente externo.

No Brasil, a despeito do elevado grau de incerteza e do baixo crescimento da economia global, a atividade econômica iniciou processo de retomada gradual do crescimento. Após o acúmulo de estímulos adotados pelas autoridades brasileiras, com redução da Taxa Selic, desonerações fiscais, desvalorização cambial, redução de alíquotas de recolhimento compulsório sobre os depósitos bancários, redução dos juros para aquisição de máquinas e equipamentos, desoneração da folha de pagamentos de importantes ramos da indústria, os indicadores recentes da atividade econômica do País passaram a sinalizar recuperação, combinada a um ambiente de inflação persistentemente acima da meta. As medidas de estímulo à economia mantiveram preservado o mercado de trabalho e a massa salarial, sustentando a expansão do consumo, num contexto de expansão moderada do nível de crédito e de elevado comprometimento da renda das famílias.

A economia gaúcha, já bastante fragilizada pela estiagem, teve seu desempenho agravado pelo recrudescimento da conjuntura econômica internacional, que resultou em forte retração da demanda externa, com efeitos negativos especialmente sobre a indústria do Estado, dado seu caráter eminentemente exportador. Não obstante as diversas medidas de estímulo adotadas em todo o País, o setor industrial gaúcho demonstrou dificuldades em suplantar as restrições conjunturais e estruturais vigentes, refletindo em uma recuperação aquém do esperado. O resultado do PIB acumulou retração de 2,1% de janeiro a setembro, com recuo de 32,4% no setor agropecuário, em função da quebra de safra dos principais grãos, especialmente soja; e de 1,1% no setor industrial, prejudicado, sobretudo, pela retração da demanda das principais economias do mundo. Por outro lado, o setor de serviços registrou avanço de 3,0%, favorecido pela expansão do crédito e pelo mercado de trabalho fortalecido, com baixa taxa de desemprego e rendimentos em elevação. A balança comercial, por sua vez, também refletiu o cenário de baixa atividade, recuando 46,5% em 2012.



Estratégias Comerciais e de Marketing

Os resultados alcançados em 2012 podem ser, em boa parte, creditados às ações comerciais e de marketing implementadas no período. Retenção, fidelização e conquista de novos clientes nortearam a política de vendas numa conjuntura repleta de mudanças no ambiente econômico e concorrencial.



Com base na diretriz de melhoria do atendimento, a política comercial pautou-se no fortalecimento do relacionamento com os servidores públicos, para os quais foram implementadas ações de marketing direto e desenvolvidos produtos e serviços específicos. A redução nas taxas de juros, a alta competitividade no mercado e o ambiente de portabilidade requereram a criação de novas linhas de crédito e ações direcionadas ao segmento. A identificação de potencial para ampliação do relacionamento com clientes das classes “A e B”, levou à criação do cartão de crédito Banrisul Platinum MasterCard e VISA. Foram também criados espaços de afinidades para o atendimento de clientes pessoa física.

A Rede Banricompras, com a ampliação da atuação no mercado de adquirência, incorporou *status* de rede multibandeira, passando a capturar transações das bandeiras MasterCard, VISA e VerdeCard. A adquirência favoreceu a disponibilização ao segmento empresarial de novas linhas de crédito para capital de giro. A ampliação da utilização do cartão Banricompras foi buscada mediante ações especiais, entre as quais destaca-se parceria firmada entre Banrisul e grupo GNC Cinemas, proporcionando benefício de redução de 50% no preço dos ingressos nas seções. O patrocínio abrangeu 44 salas da rede GNC, em Porto Alegre, Caxias do Sul e em cidades de Santa Catarina, e teve ampla aceitação pelos clientes usuários do cartão Banricompras.

A estratégia comercial concentrou esforços na ampliação da comercialização de produtos estratégicos, incluindo cartões de crédito, seguros, consórcios, crédito imobiliário, investimentos financeiros e o cartão BNDES. O adimplemento das operações de crédito e a captação de novos clientes passaram a ser valorados com maior pontuação no sistema de performance, contribuindo para a elevação da produtividade das equipes.

Em dezembro de 2012, foi lançada ampla campanha publicitária referenciada no *slogan*: *Banrisul. Evoluindo sempre com você*, baseada nos resultados de pesquisa de percepção da marca Banrisul realizada em junho de 2012. Por meio de filme institucional, filmes de produtos e serviços e ações de mídia, cobrindo Porto Alegre e interior do Estado, o Banrisul apresentou ao mercado seu novo posicionamento: um banco que se mantém contemporâneo, capaz de acompanhar as mudanças culturais, tecnológicas e as tendências do mercado financeiro. Através da implementação de campanha de endomarketing, com o *slogan* *Você move o Banrisul*, a Instituição integrou os empregados ao seu novo posicionamento, ratificando a importância da contribuição de cada colaborador na permanente qualificação dos serviços prestados às comunidades.

A presença do Banco em eventos como o Festival de Cinema de Gramado, Museu Hipólito José da Costa, Teatro da OSPA, Orquestra Jovem, Feira do Livro e o Mamamóvel marcaram a presença da Instituição em eventos de cunho cultural e social. No esporte, destaque para a participação

no Projeto Olímpico Permanente da SOGIPA e com a Dupla Grenal. Junto ao setor primário, foi potencializada a presença e a marca da Instituição em eventos e programas onde o crédito agrícola desempenha papel fundamental, com destaque para a participação na Expointer, a maior feira agropecuária latino-americana, na Expodireto e para a promoção, em parceria com o Governo do Estado, do Programa Gaúcho de Microcrédito, do Programa de Combate à Estiagem e do Programa Mais Água Mais Renda.

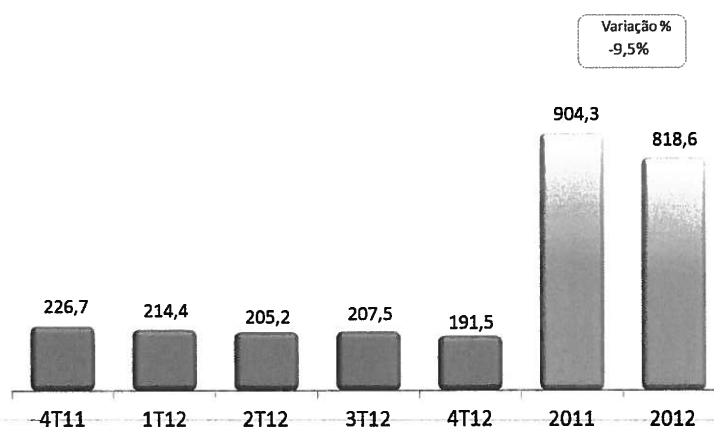
Desempenho Consolidado

Lucro Líquido

O Banrisul registrou lucro líquido de R\$818,6 milhões no ano de 2012. O desempenho reflete fatores específicos que afetaram os níveis de inadimplência do ambiente bancário e resultaram no aumento pontual de despesas de provisão de crédito. A conjuntura, ao final de 2012, já sinalizava recuperação. O resultado do ano de 2012 apresentou, contudo, elevação das receitas de crédito e com serviços, parcialmente absorvida pelo aumento de despesas financeiras, administrativas e operacionais. Desse montante, R\$253,4 milhões foram destinados para pagamentos de juros sobre capital próprio, R\$73,1 milhões para pagamento de dividendos e R\$492,1 milhões foram os lucros retidos do período.

A riqueza gerada pelo Banrisul, medida pelo conceito de valor adicionado, em 2012, alcançou o total de R\$2.751,4 milhões, dos quais R\$1.124,4 milhões ou 40,9% foram para pagamento do quadro funcional, R\$752,1 milhões ou 27,3% para pagamento de impostos, taxas e contribuições, R\$56,2 milhões ou 2,0%, para remuneração de capitais de terceiros e R\$818,7 milhões ou 29,8%, para remuneração de capitais próprios.

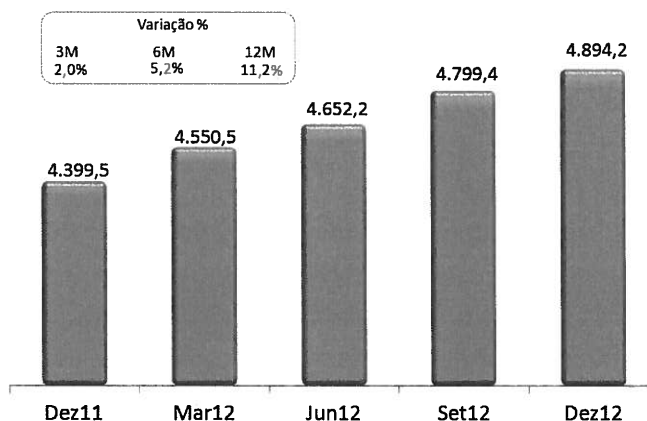
Gráfico 01: Lucro Líquido - R\$Milhões



Patrimônio Líquido

Em dezembro de 2012, o Banrisul registrou patrimônio líquido de R\$4.894,2 milhões. A expansão de 11,2% em um ano tem como origem a incorporação dos resultados gerados, deduzidos os pagamentos e provisionamento de dividendos e juros sobre o capital próprio. A rentabilidade sobre o patrimônio líquido médio atingiu 17,6% no exercício de 2012.

Gráfico 02: Evolução do Patrimônio Líquido - R\$Milhões

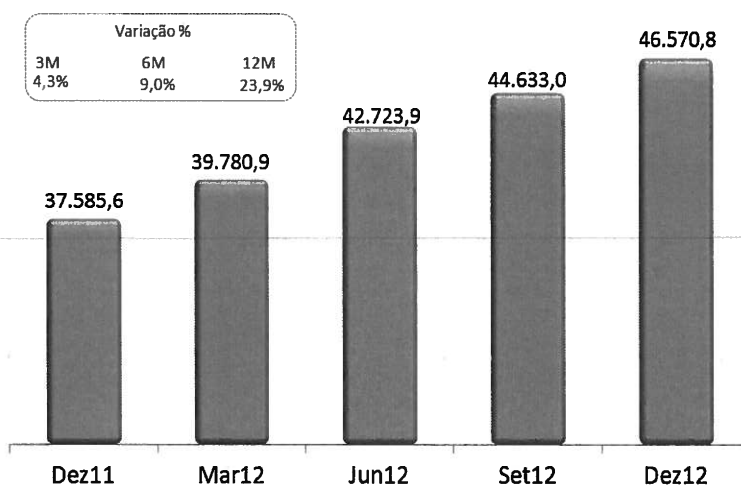


Ativo Total

Os ativos totais alcançaram saldo de R\$46.570,8 milhões ao final de dezembro de 2012, com incremento de 23,9% em relação aos R\$37.585,6 milhões registrados em dezembro de 2011, movimento motivado pela expansão do crédito, derivado, em especial, do crescimento da carteira comercial, principalmente no segmento empresarial. Na composição dos ativos, destaca-se a representatividade de 52,2% de operações de crédito, 36,4% de títulos e valores mobiliários e aplicações interfinanceiras de liquidez, 7,9% de relações interfinanceiras e interdependências e 3,5% por outros ativos.

Os títulos e valores mobiliários e as aplicações interfinanceiras de liquidez apresentaram saldo de R\$16.970,6 milhões ao final de dezembro de 2012, com expansão de 36,7% em relação ao mesmo período do ano anterior. O Banrisul possui capacidade financeira, comprovada através de estudos técnicos desenvolvidos internamente, e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria "mantidos até o vencimento", conforme disposto no artigo 8º da Circular nº 3.068, de 08.11.2001, do Banco Central do Brasil.

Gráfico 03: Evolução do Ativo Total - R\$Milhões





Operações de Crédito



O saldo das operações de crédito do Banrisul totalizou, em dezembro de 2012, R\$24.327,0 milhões, com evolução de 19,3% ou R\$3.933,9 milhões frente ao ano anterior. Responsável por 61,7% desse crescimento, a carteira comercial passou de R\$15.270,6 milhões para R\$17.697,7 milhões, com elevação de 15,9% ou R\$2.427,1 milhões em doze meses.

A classificação da carteira por níveis de risco segue procedimentos estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional. Em dezembro de 2012, as operações classificadas como Risco Normal, que abrangem os níveis AA até C, somaram R\$21.777,7 milhões, representando 89,5% do total da carteira. As operações classificadas como Risco 1, que incluem os níveis D a G, totalizaram R\$1.883,9 milhões, compondo 7,7% da carteira. O Risco 2, formado exclusivamente por operações de nível H, totalizou R\$665,5 milhões ou 2,7% do total.

As operações de crédito comercial destinadas às pessoas físicas alcançaram, em dezembro de 2012, R\$9.252,1 milhões, compondo 52,3% da carteira comercial e 38,0% do total das operações de crédito. O incremento de 14,5% ou R\$1.172,7 milhões em doze meses decorreu, principalmente, do crescimento do crédito pessoal consignado, cujo saldo alcançou R\$6.773,8 milhões em dezembro de 2012. O crédito consignado próprio registrou R\$4.360,0 milhões em dezembro de 2012, 15,2% acima do obtido em dezembro de 2011. O saldo de aquisições de carteiras de crédito de outras instituições financeiras totalizou R\$2.413,8 milhões ao final de 2012, 9,7% superior ao registrado no ano anterior. A aquisição da promotora Bem-Vindo, especializada na venda de crédito consignado, também favoreceu a ampliação da carteira. Ao final de dezembro de 2012, o saldo das operações de crédito originadas através da Rede Bem-Vindo alcançou R\$1.674,9 milhões.

No ano 2012, as operações de crédito comercial pessoa jurídica cresceram 17,4% ou R\$1.254,4 milhões e atingiram saldo de R\$8.445,6 milhões, respondendo por 47,7% da carteira comercial e 34,7% do total das operações de crédito. Entre as ações empreendidas em 2012 relativas ao segmento, destacam-se a ampliação da atuação no mercado de adquirência, que favoreceu a colocação de novas linhas de capital de giro, e a adesão ao Programa Progredir da Petrobrás, disponibilizando crédito à cadeia de fornecedores da Petrobrás. As linhas de capital de giro do Banrisul fecharam o ano de 2012 com saldo de R\$6.493,9 milhões, apresentando evolução de 19,4% em doze meses.

A carteira de crédito imobiliário alcançou saldo de R\$2.245,9 milhões ao final de dezembro de 2012, com incremento de 29,0% ou R\$504,9 milhões em relação ao ano anterior. No ano de 2012, o Banrisul liberou R\$1.214,9 milhões em financiamentos imobiliários. O desempenho foi favorecido pela celebração de novos convênios, públicos e privados, renovação de parcerias e participação em eventos do segmento da construção civil.

No crédito rural, o saldo da carteira alcançou R\$1.811,9 milhões em dezembro de 2012, com crescimento de 6,3% ou R\$106,9 milhões em relação ao ano de 2011. No ano de 2012, o Banco concedeu R\$1.572,6 milhões em operações. Os destaques do setor no período incluem a participação do Banco na Expodireto, com recebimento de propostas de crédito no valor de R\$56,6 milhões, e na Expointer, cujas propostas de crédito alcançaram R\$53,7 milhões, além de incentivo ao programa Mais Ovino no Campo, que superou a quantia dos R\$46 milhões em financiamentos para aquisição e retenção de ovinos, com a comercialização de mais de 287 mil animais.

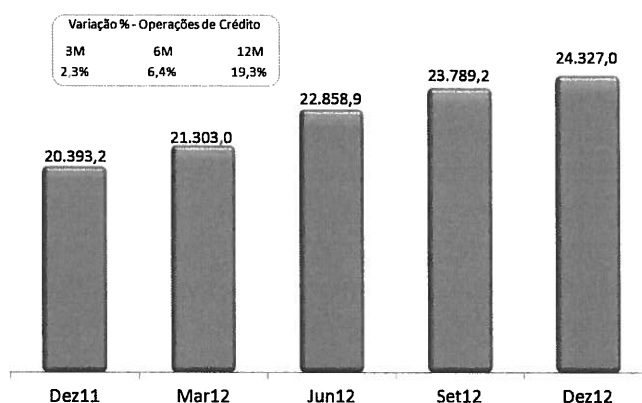
A carteira de financiamento de longo prazo atingiu, em dezembro de 2012, o montante de R\$1.311,8 milhões, com incremento de 43,1% ou R\$395,3 milhões em relação ao saldo registrado ao final de 2011. As linhas de repasses à indústria apresentaram crescimento de R\$128,5 milhões; os financiamentos VISA-BNDES registraram expansão de R\$107,0 milhões.



O saldo das operações de adiantamento de contratos de câmbio (ACC) e de adiantamentos sobre cambiais entregues (ACE) atingiu R\$647,9 milhões em dezembro de 2012, com incremento de 16,3% nos últimos doze meses. No período, destaca-se o lançamento dos produtos Banrisul MasterCard Travel Card, cartão de viagens pré-pago, e o Câmbio *Online*, produto que proporciona agilidade e comodidade aos clientes cadastrados no Sistema Integrado de Câmbio para contratação de operações de câmbio pronto, através do *Internet Banking* utilizando o cartão Banrisul com *chip*.

A carteira de microcrédito fechou o ano de 2012 com saldo de R\$115,0 milhões. O Programa Gaúcho de Microcrédito, iniciativa do Governo do Estado em parceria com o Banrisul e Instituições de Microcrédito, se fortaleceu em 2012. Durante o ano, foram alcançados R\$140 milhões para 15.880 microempreendedores, em 315 municípios parceiros do Programa, através de rede formada por 45 instituições de microcrédito conveniadas com 142 pontos de atendimento.

Gráfico 04: Evolução das Operações de Crédito - R\$Milhões



● Recursos Captados e Administrados

Em dezembro de 2012, o total de recursos captados e administrados apresentou saldo de R\$40.985,3 milhões. Os depósitos totais alcançaram R\$26.746,4 milhões em dezembro de 2012, com incremento de 19,6% ou R\$4.385,3 milhões em relação a dezembro de 2011. O Banco manteve a política de captação pulverizada. Os recursos de terceiros administrados atingiram R\$7.138,2 milhões, 17,4% da captação total ao final de dezembro de 2012, 7,5% ou R\$499,9 milhões acima do valor de dezembro de 2011. Os depósitos a prazo, que compõem 41,7% dos recursos captados e administrados, alcançaram saldo de R\$17.090,1 milhões, com crescimento de 22,1% ou R\$3.092,7 milhões em relação a dezembro de 2011. Os depósitos de poupança, 14,2% da captação total, apresentaram aumento de 13,6% ou R\$700,0 milhões, totalizando R\$5.836,2 milhões. Os depósitos à vista, que compõem 8,3% do montante total de recursos, aumentaram 6,4% ou R\$205,0 milhões em doze meses e alcançaram o valor de R\$3.400,3 milhões.

No início de 2012, o Banrisul estreou no mercado externo de títulos de dívida subordinada, efetivando uma captação de US\$500 milhões, pelo prazo de 10 anos, cupom de juros de 7,375% aa. e rendimento efetivo de 7,50% aa. Ao final de 2012, por meio da reabertura da emissão de notas subordinadas realizada em janeiro do respectivo ano, a Instituição realizou a segunda captação no valor de US\$275 milhões, pelo prazo de 10 anos, cupom de juros de 7,375% aa. e rendimento efetivo de 5,95% aa. Os valores captados representam possibilidade de concessão de crédito ampliada e fortalecem o capital de nível II, favorecendo o crescimento sustentado dos negócios.

Outro projeto relacionado à estratégia financeira resultou no lançamento, coordenado pelo Banrisul, da primeira emissão de cotas do Banrisul Novas Fronteiras Fundo de Investimento Imobiliário – FII. O Fundo tem por objeto a realização de investimentos imobiliários de longo prazo, por meio da aquisição e eventual edificação e/ou adaptação de ativos imobiliários para locação ao Grupo Banrisul. A captação alcançou mais de R\$70,0 milhões.

Produtos, Serviços e Canais

Banricompras



O canal Banricompras somou 118 mil estabelecimentos credenciados ao final de 2012. O volume financeiro transacionado por meio da Rede Banricompras alcançou R\$7.598,1 milhões, 23,2% acima do apurado em 2011. As operações com a bandeira Banricompras totalizaram R\$6.324,8 milhões, somando 85,2 milhões de transações, respectivamente, 14,3% e 9,9% acima do realizado em 2011. As operações com a bandeira Banrisul Serviços registraram R\$820,1 milhões. As receitas de tarifas alcançaram R\$113,2 milhões, 11,2% acima do apurado em 2011.

A expansão da adquirência se constituiu no principal vetor de crescimento do canal Banricompras em 2012. A rede adquiriu o *status* de multibandeira, tornando-se a credenciadora mais completa em atuação no mercado, por meio da captura e processamento, em única máquina, de transações efetuadas com os principais cartões de crédito e débito das bandeiras MasterCard, VISA, VerdeCard e Banricompras. As operações com a bandeira MasterCard, operando por meio da Rede Banricompras desde maio de 2011, somaram 3,2 milhões, no montante de R\$250,5 milhões no ano de 2012. O volume de transações com cartões VerdeCard, das lojas Quero-Quero, capturadas a partir de maio de 2012, totalizou 317,8 mil, alcançando montante de R\$26,4 milhões. A bandeira VISA, cujo processo de adquirência iniciou em agosto de 2012, registrou 2,0 milhões de transações em 2012, no valor de R\$176,3 milhões.

O esforço de credenciamento de lojistas compôs igualmente a estratégia de expansão do canal e da utilização do cartão Banricompras. Nesse sentido, inúmeros convênios foram firmados em 2012, abrangendo o Conselho Regional de Odontologia do RS, a Rede de Cinemas GNC, o Projeto Verão 2013, Sam's Club do Walmart Brasil, o Redecen - Central de Rede de Supermercados, formada por 526 estabelecimentos, além da Rede Banricompras Promoções, aplicativo abrigado no *site* do Banco, que favorece o *e-commerce* aos usuários que utilizam a internet como alternativa para suas compras.

Outro aspecto a destacar refere-se à capacidade da Rede Banricompras de acompanhar as inovações tecnológicas. O avanço das soluções sem contato, nas bandeiras VISA e MasterCard, exigirão a instalação de POS móveis capazes de operar sob determinadas especificações. A Rede Banricompras já possui essa tecnologia, assim como, junto com outras credenciadoras, liderou a criação de mapa nacional para inclusão de chaves criptográficas de *PIN PADS*, ampliando sobremaneira aspectos de segurança no uso do canal.

Correspondentes Banrisul

Ao final de dezembro de 2012, a Rede de Correspondentes Banrisul somou 1,7 mil conveniados. Nos doze meses de 2012, foram registradas 60,5 milhões de transações em montante de R\$16.929,0 milhões, volume 14,4% superior em relação ao mesmo período de 2011. Em 2012, a estruturação do Projeto Verão/2013 resultou na adesão de 107 estabelecimentos à modalidade Correspondente Eletrônico – Saque Fácil, que oferece serviços de pagamentos e saques exclusivamente com cartão de conta Banrisul; 1.581 Correspondentes migraram para o Sistema *WEB* e, em caráter de projeto piloto, 10 Correspondentes passarão a executar a venda de cartão de crédito e crédito consignado INSS.



Canais Eletrônicos

O Banrifone, canal de relacionamento através do qual o cliente pode realizar consultas de saldos, solicitações de serviços e transações bancárias, por telefone, recebeu, no ano de 2012, aproximadamente 4,7 milhões de acessos no atendimento eletrônico e 402,0 mil no personalizado, gerando movimentação financeira de R\$196,3 milhões. No mesmo período, o *Call Center* de Agências, canal de atendimento telefônico que captura ligações de clientes pessoa física direcionadas às agências, recebeu 1.381,9 mil ligações e movimentou R\$14,8 milhões.

O atendimento que oferece suporte por telefone aos usuários dos canais *Home Banking*, *Office Banking* e *M-Banking*, recebeu mais de 124,7 mil ligações em 2012. A Agência Virtual Banrisul realizou 122,4 milhões de operações de janeiro a dezembro de 2012 e movimentou o montante de R\$115.642,3 milhões. Em relação ao ano de 2011, a quantidade de transações apresentou crescimento de 17,2% e o valor movimentado expandiu 26,0%.

Cartões de Crédito

O ano de 2012 encerrou com uma base de 548 mil cartões de crédito nas bandeiras VISA e MasterCard, com crescimento de 29,1% em relação a dezembro de 2011. No período, os cartões de crédito possibilitaram movimentação financeira de R\$1,6 bilhão, em 19 milhões de transações, expansão de 49,6% e 36,1% respectivamente. As receitas de crédito e tarifas com cartões de crédito somaram R\$102,5 milhões, 25,5% acima de 2011.

Em 2012, o Banco priorizou a expansão da base de cartões e a ampliação do volume transacionado, por meio da qualificação do portfólio de produtos, do lançamento de novos cartões e da efetivação de inúmeros convênios. O Cartão Banrisul Platinum, nas bandeiras MasterCard e VISA, lançado em 2012, foi desenvolvido para o segmento de alta renda e inclui inúmeros serviços diferenciados, como a comodidade do serviço de Concierge e a adesão automática ao Programa Banriclub de Vantagens. A ampliação da base de cartões consignados também foi trabalhada pela efetivação de novos convênios com prefeituras, órgãos da administração estadual, fundações e instituições. As parcerias firmadas abrangem pacotes especiais de operações aos servidores, com taxas de juros reduzidas, maior prazo de pagamento de compras e anuidades diferenciadas.

Seguros, Previdência e Capitalização

A distribuição de seguros manteve-se aquecida no ano de 2012. Alinhado ao objetivo estratégico de ampliar a participação no mercado de seguros, previdência e capitalização, o Banrisul lançou novos produtos e realizou campanhas e promoções de venda para fomentar a produção e criar o hábito de prospectar soluções de seguros aos clientes. Ao final de 2012, o Banrisul contabilizou 697 mil operações ativas de seguros e capitalização, volume 47% acima do ano anterior. As receitas, do período, atingiram R\$58,3 milhões, com crescimento de 99,3% sobre 2011.

Ao longo do ano de 2012, foram lançados sete novos produtos: Prestamistas Pagamento Único e Cheque Especial, Banrisul Auto HDI, Seguro Residencial BanrisuLar, Seguro Empresarial HDI e planos de capitalização BanriCap Super e BanriCap Top. Todos comercializados através das campanhas e promoções realizadas. O último lançamento, em dezembro de 2012, foi o Seguro Prestamista Cheque Especial, produto que garante a liquidação do saldo devedor de operações de cheque especial em vigor em caso de morte de qualquer natureza, ao mesmo tempo em que representa a ampliação da carteira de seguros da Instituição.



Ações com o Poder Público

É propósito do Banrisul o fortalecimento de parcerias com o setor público. No ano de 2012, a Instituição intensificou vínculos com as entidades do setor, através da participação em programas e da efetivação de convênios. Ao setor público estadual, o Banrisul alcançou nova opção de acesso, aos proprietários e representantes de empresas, para uso do *site* da Secretaria Estadual da Fazenda, através do cartão Banrisul com *chip*, serviço que agrega agilidade, transparência e comodidade aos usuários. O convênio firmado entre o Banrisul e a Secretaria da Segurança Pública, por intermédio da SUSEPE, resultou em 829 contas de remuneração e 258 de poupança pecúlio. Por meio do projeto Jovem Aprendiz/Banrisul, convênio entre Banrisul, CIEE e FASE, foram abertas 198 contas e, ao final de 2012, foram criadas contas para movimentação de recursos, apenas por cartão, às famílias beneficiadas pelo Programa Aluguel Social, programa coordenado pela Secretaria de Habitação e Saneamento.

No ano de 2012, o Banco, através de convênios de prestação de serviços ao Poder Judiciário (arrecadação de taxas, custas judiciais e gerenciamento de depósitos judiciais), recebeu o montante de 1,3 milhão de documentos, todos com código de barras, o que permite controle, segurança e transparência das informações. Seguindo a linha de qualificação do atendimento, foi viabilizado o saque de alvará judicial, de forma automatizada, garantindo agilidade e segurança em procedimentos nos quais o Estado é parte credora.

O foco junto ao segmento municipal, desde o início de 2012, esteve na oferta de produtos e serviços, principalmente nas soluções de gestão, com o objetivo de reduzir os custos operacionais para os municípios. Entre as ações empreendidas em 2012, destacam-se a ampliação da base de convênios para cartão de crédito consignado aos servidores públicos. Além disso, a Instituição realizou, para 550 representantes municipais, doze seminários sobre Cenários Econômicos e Fundos Previdenciários, destinados aos municípios que possuem Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), e firmou convênio para concessão de crédito imobiliário aos servidores de prefeituras, principalmente da região leste do Estado.



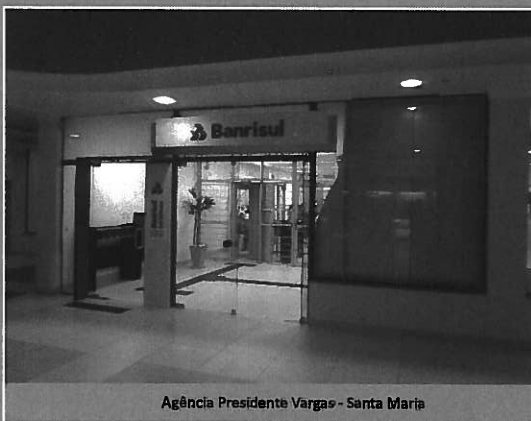
Rede de Atendimento Banrisul

No ano de 2012, a Rede de Atendimento Banrisul atingiu 1.301 pontos, distribuídos em 468 agências, dos quais 427 no Rio Grande do Sul, 26 em Santa Catarina, 13 nos demais estados brasileiros, 2 no exterior, 251 Postos de Atendimento Bancário e 582 Pontos de Atendimento Eletrônico. Ao longo do período, foram efetivadas 9 aberturas de agências e 18 transformações de postos em agências. O projeto de expansão da rede de agências prevê a remodelação de 87 casas no biênio 2013/2014.



Novas Instalações da Agência Criciúma

O propósito de disponibilidade de rede como diferencial de atendimento incluiu outras iniciativas, entre as quais o Projeto Verão 2012, que abrangeu mais de 450 pontos de atendimento no litoral gaúcho e catarinense; parceria com a ACERGS (Associação de Cegos do Rio Grande do Sul), para facilitar o acesso aos serviços de autoatendimento; inauguração da primeira Agência Afinidade localizada no Barra Shopping Sul, além do projeto Saque Pague, sistema de autoatendimento multisserviços, que registrou mais de 86 mil transações efetuadas em dois meses de operação.



Agência Presidente Vargas - Santa Maria



Agência Barra Shopping



Agência Indaial - SC



Agência Vale Verde

Empresas Controladas e Coligadas

Banrisul S.A. Administradora de Consórcios – A Banrisul Consórcios administra grupos de consórcios para a aquisição de imóveis, automóveis, tratores, caminhões e motocicletas. A Empresa, no término de 2012, registrou base de clientes ativos de 33.430 consorciados, totalizando R\$1,1 bilhão em volume de cartas de crédito. Ocorreram 5,6 mil contemplações, colocando à disposição volume de crédito de R\$155,8 milhões para aquisição de bens de consumo. O lucro líquido registrado atingiu R\$13,8 milhões.

Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio – No ano de 2012, a Banrisul Corretora deu continuidade ao processo de modernização, iniciado em 2011, e inaugurou a nova plataforma de *home broker*, o Banribroker. No período, a Empresa intermediou R\$2,5 bilhões em operações, R\$781,3 milhões ou 31,2% foram efetuadas via *Home Broker*. O lucro líquido acumulado, no período, foi de R\$1,6 milhão.

Banrisul Armazéns Gerais S.A. – A Banrisul Armazéns Gerais registrou, no exercício de 2012, lucro líquido de R\$3,3 milhões. As principais ações no ano de 2012 tiveram foco nas melhorias dos processos internos, tais como: verticalização no armazenamento de mercadorias; alterações nos processos de cobrança tarifária; crescimento de operações com a captação de novos clientes; e aumento da área de tráfego de caminhões rodoviários e pátio para contêineres, através de obra de terraplanagem.

Banrisul Serviços Ltda. – A Banrisul Serviços opera na região sul do País, nos segmentos de cartão Refeição e Alimentação, Combustível, Salário, Presente, Benefício e Sistema de Manutenção de Frota. Diariamente, mais de 550 mil usuários e 7,2 mil empresas conveniadas utilizam os serviços disponibilizados em mais de 54 mil pontos credenciados. No ano de 2012, foram realizadas mais de 18,5 milhões de transações, volume 28% superior em relação ao ano de 2011. O lucro acumulado foi de R\$21,1 milhões.

Credimatone Promotora de Vendas e Serviços S/A – Adquirida em março de 2012, a promotora de vendas, cuja rede de lojas de comercialização de crédito consignado denomina-se Bem-Vindo Banrisul Serviços Financeiros, é especializada na distribuição de crédito consignado, está presente em cinco regiões brasileiras e representa oportunidade para o Banco de expansão da originação de crédito fora do Estado do Rio Grande do Sul. A inserção em outros mercados compõe a estratégia de crescimento e desconcentração geográfica do Banco.

Governança Corporativa

Listado no Nível 1 de Governança Corporativa da BM&FBovespa S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, o Banrisul atende integralmente os requisitos desse nível de listagem e, em linha com as melhores práticas de mercado, também exigências dos demais níveis de Governança Corporativa, conferindo-lhe maior transparência, equidade e adequada prestação de contas, reforçando sua credibilidade e o interesse de investidores e clientes.

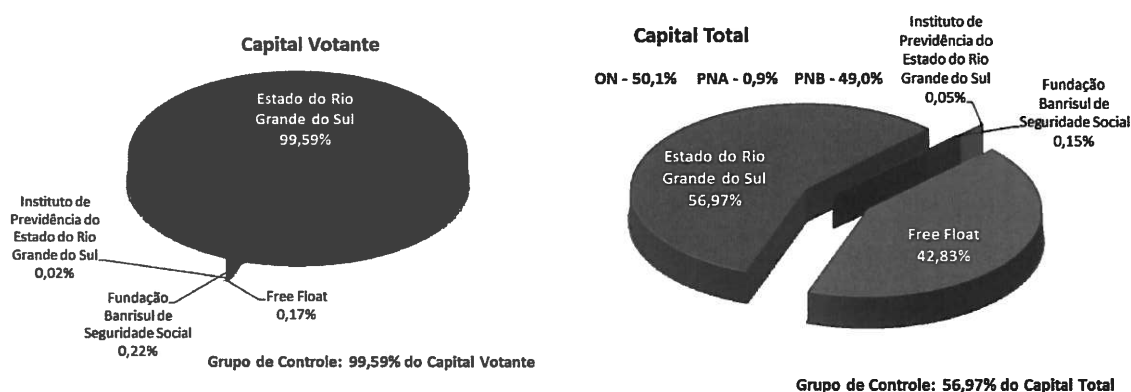
De acordo com a Instrução nº 381 da Comissão de Valores Mobiliários, o Banrisul informa que a empresa Ernst & Young Terco Auditores Independentes S/S, contratada em 2011 por meio do processo licitatório (Concorrência 97/2010), estabelecido pela Lei nº 8.666/93, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública, prestou serviços exclusivamente relacionados à auditoria externa no ano de 2012.



Estrutura Acionária

O Banco apresenta dispersão acionária superior à exigida pelo Nível 1 de Governança Corporativa: 42,8% do total das ações do Banco são de titularidade de acionistas sem vínculos com a Instituição, enquanto que o mínimo exigido é de 25%. A estrutura acionária está apresentada a seguir.

Gráfico 5 – Estrutura Acionária

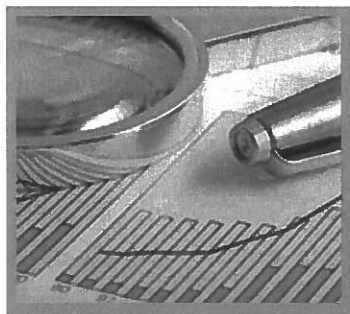


Política de Distribuição de Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos

O Banco mantém, desde o início de 2008, política de pagamento trimestral de juros sobre o capital próprio e, historicamente, tem remunerado os seus acionistas com pagamento de juros sobre o capital próprio e dividendos superiores ao mínimo exigido.

No período de janeiro a dezembro de 2012, líquidos de imposto de renda na fonte, foram pagos e/ou provisionados R\$311,1 milhões a título de juros sobre o capital próprio e dividendos.

Controles Internos e *Compliance*



No Banrisul, a alta administração estabelece como diretriz o alinhamento do sistema de controles internos com os objetivos estabelecidos pela Instituição relacionados às estratégias globais do negócio e às demais políticas instituídas.

A atividade de controles internos é desenvolvida junto às unidades gestoras de clientes, produtos e processos, buscando o aperfeiçoamento de rotinas, a adoção das melhores práticas, a disseminação de procedimentos de controles e padrões éticos.

Os trabalhos são conduzidos de forma a reforçar a importância da formalização de políticas, responsabilidades e procedimentos, bem como, do monitoramento contínuo visando à redução e à administração de riscos.

Destaca-se entre as ações desse processo, a política e os procedimentos de prevenção à lavagem de dinheiro, que estabelece processos e sistemas específicos, com a finalidade de assegurar que as atividades sejam conduzidas em ambiente de controle adequado à prevenção aos crimes de lavagem de dinheiro, conforme a legislação vigente.

Gestão de Riscos

A gestão de riscos é ferramenta estratégica fundamental para o Banrisul. Os riscos intrínsecos abrangem desde os facilmente identificáveis, como os riscos de mercado, liquidez e crédito, assim como os indiretamente identificáveis, mas também de extrema importância, tais como o risco operacional e o de imagem. Assim, o Banco alinha as atividades aos padrões recomendados pelos Acordos de Capital de Basileia, adotando as melhores práticas de mercado para maximizar a rentabilidade e garantir a melhor combinação possível de aplicações em ativos e uso de capital requerido. São processos contínuos nesse escopo, o aprimoramento sistemático de políticas de risco, sistemas de controles internos e normas de segurança integradas aos objetivos estratégicos e mercadológicos da Instituição.

Em 2012, com a finalidade de realizar a gestão estratégica do risco de crédito, mercado, liquidez e operacional, bem como a gestão de capital do Consolidado Econômico-financeiro do Grupo Banrisul (Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., a Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio, a Banrisul S.A. Administradora de Consórcios, a Banrisul Armazéns Gerais S.A. e a Banrisul Serviços Ltda), foi criado o Comitê de Riscos Corporativos. Os relatórios de acesso público referentes à gestão de riscos no Banrisul estão disponibilizados no *site* <http://www.banrisul.com.br>, na rota: "Relações com Investidores/Governança Corporativa/Gerenciamento de Riscos/Relatório de Gerenciamento de Riscos".



Risco de Crédito

A política interna adotada pelo Banrisul para mensurar o risco de crédito considera a probabilidade de inadimplência do tomador ou contraparte referente às suas obrigações contratuais. Essa mensuração de risco de crédito, que reflete as expectativas de perdas, é incorporada à gestão operacional do Banco, conforme determina o Órgão Regulador, e está alicerçada no princípio da decisão técnica colegiada e nas metodologias estatísticas de *Credit* e *Behaviour Score*. Para tanto, estão definidas alçadas de concessão de crédito e limites de risco correspondentes a diversos níveis decisórios. Esse processo visa agilizar a concessão de crédito, com base em limites tecnicamente pré-definidos, de acordo com a exposição que a Instituição está disposta a operar, atendendo o binômio risco x retorno.

Ao longo deste ano, o Banrisul intensificou a execução de projetos relacionados ao aperfeiçoamento dos controles e processos de gestão do risco de crédito, procurando alinhar ainda mais as práticas da Instituição com aquelas propostas pela regulação bancária no âmbito dos Acordos de Basileia; aprovou e está em fase de homologação melhorias no processo de apuração de *rating*; consolidou o processo de migração dos clientes PJ de pequeno porte para o Modelo de Distribuição de Crédito Automático, privilegiando a concessão de limites a clientes de menor risco de crédito; aprimorou a segmentação de clientes, visando beneficiar a alocação de recursos a taxas ainda mais competitivas, em consonância à atual dinâmica de taxas de juros dos empréstimos; intensificou a utilização de diferentes canais eletrônicos para distribuição e obtenção de informações para melhor gestão do risco de crédito, entre outras atividades.

Risco de Mercado

O risco de mercado é definido como sendo a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, devido a movimentos nos preços de mercado dos instrumentos financeiros, provocados por flutuações em cotações de ações, preços de mercadorias, taxas de juro, taxas de câmbio. O gerenciamento desse tipo de risco está segregado entre operações classificadas na carteira de negociação (*trading*) e operações classificadas na carteira de não negociação (*banking*).

A carteira *trading* compreende as operações em instrumentos financeiros detidos com intenção de negociação, destinados para revenda, obtenção de benefícios da flutuação dos preços ou realização de arbitragem, para a qual é adotada a metodologia *Value at Risk* (VaR) na apuração da exposição das operações com fator de risco de taxas de juros pré-fixadas, e, na apuração das exposições dos demais indexadores é utilizada a metodologia *Maturity Ladder*. Já a carteira *banking* compreende todas as operações da Instituição não classificadas na carteira de negociação, sem intenção de venda, ou seja, carteira de crédito, carteira de títulos mantidos até o vencimento, captação de depósito a prazo, depósito de poupança e demais operações mantidas até o vencimento. A apuração do risco é realizada por meio de modelo próprio da Instituição e a metodologia utilizada é o VaR.

Risco de Liquidez

O risco de liquidez está relacionado à possibilidade da Instituição não ser capaz de honrar seus compromissos no vencimento, ou fazê-lo com elevadas perdas, sendo classificado em Risco de Liquidez de Fluxo de Caixa e Risco de Liquidez de Mercado. O Risco de Liquidez de Fluxo de Caixa está associado à possibilidade da instituição não ser capaz de honrar de forma eficiente suas obrigações, correntes e futuras, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em

perdas significativas de recursos; e o Risco de Liquidez de Mercado considera a possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, em função do seu tamanho elevado em relação ao volume transacionado ou sob o efeito de alguma descontinuidade no mercado financeiro ou na economia.

A Instituição acompanha o risco de liquidez através da análise de indicadores de liquidez. Assim, são elaborados relatórios periódicos sobre o gerenciamento de risco de liquidez - os mensais são encaminhados ao Comitê de Gestão de Riscos Corporativos e os trimestrais à Diretoria e ao Conselho de Administração para apreciação.



Risco Operacional

As diretrizes que norteiam a gestão do risco operacional no Banrisul estão publicadas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco Operacional. Nela constam orientações a todas as áreas do Banco, inclusive às empresas coligadas e controladas, visando garantir a efetividade do processo de gestão e manter a confiança em todos os níveis do negócio.

No quarto trimestre de 2012, o Banrisul implementou solução sistêmica para captura, registro e controle automatizado das perdas de risco operacional nas unidades do Banco. Além disso, durante todo o ano, como forma de promover o acultramento do corpo funcional, foi ministrado treinamento para mais de 1.600 empregados.



Índice de Basileia

O Índice de Basileia representa a relação entre o Patrimônio Base - Patrimônio de Referência – PR e os riscos ponderados - Patrimônio de Referência Exigido – PRE, conforme regulamentação em vigor, demonstrando a solvência da empresa. O percentual mínimo estabelecido pelo Conselho Monetário Nacional - CMN é de 11%. O CMN ainda determina que o valor mínimo do Patrimônio de Referência deva ser igual à soma das parcelas calculadas para os riscos de crédito, de mercado e operacional.

Em dezembro de 2012, o Índice de Basileia do Consolidado Econômico-financeiro foi de 18,7%, superior ao mínimo exigido pelo órgão regulador brasileiro. A variação de 1,4 pp., em relação a dezembro de 2011, foi causada, principalmente, pelo aumento de 37,6% no Patrimônio de Referência, em decorrência da emissão da dívida subordinada que passou a compor o nível II em abril de 2012.

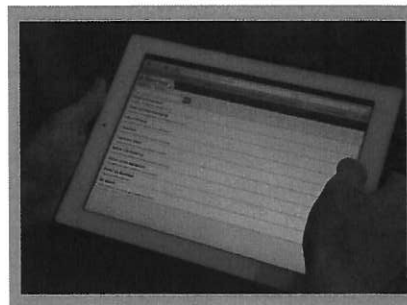
A parcela de risco de crédito variou em decorrência do aumento das operações de crédito e da alocação de capital (Circular nº 3.563/11, do Banco Central do Brasil) e a parcela de risco operacional pelo aumento das receitas no período. Quanto à parcela de risco de mercado, o incremento em relação a dezembro de 2011 ocorreu, principalmente, pelas mudanças de critérios de cálculo da exposição cambial (Circular nº 3.568/11).

Em relação ao Conglomerado Financeiro, o Índice de Basileia cresceu 1,5 pp. se comparado a dezembro de 2011.



Modernização Tecnológica

Os investimentos em *hardware*, *software* e manutenção de bens patrimoniais somaram R\$251,8 milhões no exercício de 2012. As prioridades definidas para o ano abrangiam o aumento da capacidade de processamento para sustentar o crescimento de negócios, a conclusão da implantação dos requisitos de segurança do projeto de aquisição da Rede Banricompras e o aprimoramento de controles de acesso e melhorias de segurança dos ambientes tecnológicos.



Entre os projetos de infraestrutura de TI executados em 2012, destacam-se: substituição e ampliação da capacidade dos computadores de grande porte (*mainframes*), conclusão das instalações de microcomputadores e atualização do sistema operacional dos servidores da rede de agências, armazenamento corporativo com uso de virtualização, implantação de *service desk* nas agências e área administrativa do Banco, adesão, em caráter de projeto piloto, ao canal INFOVIA RS, Plano Gaúcho de Banda Larga para levar comunicação digital ao interior do RS. O pacote de atualização tecnológica incluiu a renovação de sistemas operacionais, linguagens de programação, bancos de dados e demais componentes de *softwares*. Outras ações relacionadas aos sistemas corporativos incluíram melhorias no processo de aquisição e no ambiente Banricompras, implementação da compensação de cheques por imagem, introdução de novas funcionalidades tecnológicas na Rede de Correspondentes Bancários, ampliação de serviços no *Home e Office Banking* e ATMs, inicialização do projeto Cartão Virtual, para uso em dispositivos móveis, implantação do projeto Saque e Pague e a migração de diversos sistemas para baixa plataforma e intranet. Entre as melhorias de segurança, destacam-se: a rede de aquisição, o Banrifone, Internet e *Mobile Banking*, emissão de cartão com *chip* (VISA e MasterCard) no compartilhamento do Banco 24 Horas e na rede de ATMs, além do uso do cartão múltiplo Banrisul para autenticação de serviços WEB da Secretaria Estadual da Fazenda - SEFAZ/RS.

O Banrisul obteve, em 2012, reconhecimento nacional e internacional em segurança e tecnologia com a homologação técnica do Cartão Múltiplo Banrisul, o primeiro do setor bancário brasileiro a operar saque, débito, crédito, acesso ao *internet banking* e assinar documentos eletrônicos nas normas do ICP-Brasil/LEA. O processo de homologação junto ao LSI-TEC-USP contou com o apoio internacional das empresas MULTOS e INFINEON, fornecedora do sistema operacional e fabricante do *chip*, garantindo a aderência do nível de segurança implementados no *chip* do cartão Banrisul aos padrões exigidos.

Em fevereiro de 2012, a Instituição recebeu o prêmio TI & Governo - Plano Editorial pelo projeto Alvará Judicial Eletrônico. Em maio de 2012, foi promovido o 5º Fórum Internacional de TI Banrisul, com o tema Mobilidade e Segurança - Os Desafios da Convergência Digital, que contou com a participação de mais de 2 mil pessoas. Atualmente, o Banco integra o Grupo de Trabalho de Tecnologia da Febraban - CIP/SCG, responsável pela definição e implantação do SCGII - Sistema de Controle de Garantias, regras e modelos sistêmicos de controle de mensagens de transações, que asseguram a expansão sustentável do crédito vinculado aos recebíveis de cartões.

Recursos Humanos



O Banrisul, ao final de dezembro de 2012, contou com um quadro de 11.447 colaboradores e 59 estagiários. No período, foram realizados 2.012 cursos de aperfeiçoamento, com 11.248 participações. Para isso, o Banco investiu R\$11,3 milhões, dos quais R\$917,0 mil foram direcionados a programas de graduação, R\$888,7 mil em programas de pós-graduação e R\$303,7 mil em

cursos de idiomas.

No âmbito da estratégia de qualificação dos empregados, destaca-se a conclusão, por 302 empregados, do MBA em Gestão Bancária, curso promovido em parceria com a UFRGS, iniciativa que prepara para a sucessão de gestores. Foram também oportunizados Programas de Formação de Gerentes de Negócios e de Supervisores, resultando na formação de 120 colaboradores para funções comerciais e administrativas.

No ano de 2012, a Instituição investiu, também, no incentivo à prática de vida saudável do quadro de funcionários, lançando o Programa Banrisul *Runners*, grupo de corrida que possui assessoria esportiva, com profissionais de Educação Física que ministram os treinamentos externos e acompanham os atletas em todas as participações nos circuitos de rua nacionais. Resultado da busca pelo bem-estar dos colaboradores, o Banco recebeu, em novembro deste ano, homenagem de reconhecimento do Conselho Regional de Educação Física (CREF-RS) pelo Programa de Ginástica Laboral, realizado há mais de dez anos.



Sustentabilidade

Uma empresa que se projeta à frente de seu tempo se preocupa em investir em ações socialmente responsáveis que estimulem a integração e fortaleçam a consciência sobre o papel corporativo. Dessa forma, o Banrisul procura fazer seus negócios alicerçado em práticas de sustentabilidade que fortaleçam a continuidade da Instituição e dos agentes com os quais se relaciona. No ano de 2012, foi criada a política de sustentabilidade, essencial para impulsionar, nos programas e ações de negócios, o compromisso em trabalhar de forma sustentável.



A política de sustentabilidade firmada no ano tem por finalidade estabelecer diretrizes que norteiem as ações do Banrisul e de empresas controladas quanto à promoção do desenvolvimento sustentável, buscando equilibrar oportunidades de negócio com responsabilidade social, questões de ordem econômico-financeiro e de aspecto ambiental. Além disso, o papel da política é o de alinhar as diretrizes de sustentabilidade ao planejamento estratégico, incorporar princípios de responsabilidade socioambientais aos negócios e disseminar postura gerencial social e ambientalmente responsável.

Em 2012, ao colocar em prática a política de sustentabilidade, a Instituição procurou envolver ainda mais o público interno em atividades de diversas naturezas, que contam com a participação dos colaboradores por meio do Voluntariado. E para que essa prática vire cultura, foi criada a figura dos Agentes de Sustentabilidade, grupo formado por 40 funcionários, lotados nas Superintendências Regionais. Como exemplo de iniciativa em prol da sustentabilidade, destaca-se o Programa Sementes, através do qual foram distribuídas mais de 70 milhões de mudas e sementes de árvores nativas, sementes crioulas e de horticultura agroecológica a produtores rurais, associações de agricultores ecológicos, cooperativas, assentamentos, grupos indígenas, quilombolas, entre outros.

Reconhecimentos

Jan/2012. Banrisul recebeu grau de investimento da Moody's.

Fev/2012. Banrisul avança 68 posições em *ranking* mundial.

Mar/2012. Banrisul obtém grau de investimento estável da Standard & Poor's.

Mar/2012. Banrisul é destaque no estudo Marcas de Quem Decide.

Abr/2012. Banrisul consolida posição de liderança entre os bancos no RS.

Abr/2012. Banrisul é uma das maiores empresas do mundo no *ranking* da Forbes.

Mai/2012. *Ranking* nacional de marcas registra aumento de 11% do Banrisul.

Jul/2012. Banrisul recebe Prêmio Mérito Transporte Internacional.

Jul/2012. Banrisul é uma das 200 maiores empresas da América Latina.

Ago/2012. Banrisul está entre as 1.000 maiores empresas do País.

Ago/2012. Banrisul é destaque em *ranking* Finanças da publicação Valor 1.000.

Set/2012. Banrisul é a segunda maior empresa gaúcha.

Set/2012. Programa Sementes do Banrisul recebeu o Troféu Onda Verde.

Out/2012. Banrisul está na lista das melhores empresas do Brasil.

Out/2012. Banrisul é um dos melhores bancos de varejo.

Nov/2012. Banrisul é homenageado pelo incentivo à prática da ginástica laboral.

Nov/2012. Banrisul recebe o Certificado de Responsabilidade Social.

Dez/2012. Banrisul está entre os 200 maiores grupos econômicos do País.

Dez/2012. Cartão Múltiplo Banrisul recebe laudo para certificação ICP-Brasil.

Agradecimentos

O ano de 2012 foi um período repleto de mudanças e adversidades. Com determinação, a Instituição direcionou esforços para melhor desempenhar a sua missão. Os clientes, os funcionários, o Governo do Estado, os investidores e os acionistas são os agentes que movem o Banrisul e, a esse público, o Banco agradece pela confiança e empenha-se em evoluir sempre.

A Diretoria





Demonstrações Financeiras



Banrisul

Balanços Patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Valores em Milhares de Reais)

ATIVO	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
CIRCULANTE	25.908.901	19.149.804	25.997.263	19.229.621
DISPONIBILIDADES	809.036	624.206	809.093	624.255
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 04)	4.591.635	2.667.197	4.609.386	2.685.991
Aplicações no Mercado Aberto	4.538.758	2.553.755	4.556.509	2.572.549
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	52.877	113.442	52.877	113.442
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS				
FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 05)	5.770.335	2.515.466	5.780.271	2.527.984
Carteira Própria	3.308.884	1.781.155	3.318.814	1.793.667
Vinculados a Compromissos de Recompra	1.697.223	734.311	1.697.223	734.311
Instrumentos Financeiros Derivativos	20.224	-	20.224	-
Vinculados ao Banco Central	459.083	-	459.083	-
Vinculados à Prestação de Garantias	284.921	-	284.921	-
Moedas de Privatização	-	-	6	6
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	2.920.614	2.918.234	2.920.614	2.918.234
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	2.814	3.616	2.814	3.616
Créditos Vinculados (Nota 06)				
Depósitos no Banco Central	2.875.308	2.877.891	2.875.308	2.877.891
Convênios	1.243	3.001	1.243	3.001
Correspondentes	41.249	33.726	41.249	33.726
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	85.352	45.759	85.352	45.759
Recursos em Trânsito de Terceiros	4.263	2.115	4.263	2.115
Transferências Internas de Recursos	81.089	43.644	81.089	43.644
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 07)	9.818.746	8.930.536	9.818.746	8.930.536
Operações de Crédito				
Setor Público	23.835	26.979	23.835	26.979
Setor Privado	10.258.343	9.376.278	10.258.343	9.376.278
Operações de Crédito Vinculadas a Cessão	10.549	-	10.549	-
Provisão para Perdas em Operações de Crédito	(473.981)	(472.721)	(473.981)	(472.721)
OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL (Nota 07)	35.975	36.074	35.975	36.074
Operações de Arrendamento a Receber				
Setor Público	1.612	966	1.612	966
Setor Privado	36.912	38.128	36.912	38.128
Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil	(2.549)	(3.020)	(2.549)	(3.020)
OUTROS CRÉDITOS (Nota 08)	1.809.552	1.390.488	1.869.756	1.438.587
Carteira de Câmbio	621.089	630.688	621.089	630.688
Rendas a Receber	61.326	44.176	56.601	38.777
Negociação e Intermediação de Valores	-	-	4.874	3.223
Créditos Específicos	-	-	16	19
Diversos	1.177.551	742.060	1.239.749	794.261
Provisão para Outros Créditos	(50.414)	(26.436)	(52.573)	(28.381)
OUTROS VALORES E BENS	67.656	21.844	68.070	22.201
Outros Valores e Bens	3.054	1.893	3.197	2.029
Despesas Antecipadas	64.602	19.951	64.873	20.172



ATIVO (cont.)	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	20.288.184	18.053.092	20.311.103	18.076.949
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS				
FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 05)	6.574.810	7.192.006	6.580.922	7.197.639
Carteira Própria	5.907.550	5.849.841	5.907.550	5.849.841
Vinculados a Compromissos de Recompra	-	666.479	-	666.479
Instrumentos Financeiros Derivativos	222.098	-	222.098	-
Vinculados ao Banco Central	259.692	662.491	259.692	662.491
Vinculados à Prestação de Garantias	185.470	13.195	191.582	18.828
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	679.815	625.417	679.815	625.417
Créditos Vinculados (Nota 06)				
Sistema Financeiro da Habitação	679.815	625.417	679.815	625.417
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Notas 07)	11.860.486	9.547.147	11.860.486	9.547.147
Operações de Crédito				
Setor Público	86.703	91.554	86.703	91.554
Setor Privado	12.700.228	10.256.731	12.700.228	10.256.731
Operações de Crédito Vinculadas a Cessão	98.002	-	98.002	-
Provisão para Perdas em Operações de Crédito	(1.024.447)	(801.138)	(1.024.447)	(801.138)
OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL (Nota 07)	38.157	37.733	38.157	37.733
Operações de Arrendamento a Receber				
Setor Público	4.046	2.739	4.046	2.739
Setor Privado	39.526	42.373	39.526	42.373
Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil	(5.415)	(7.379)	(5.415)	(7.379)
OUTROS CRÉDITOS (Nota 08)	1.122.775	641.194	1.139.582	659.418
Carteira de Câmbio	35.044	7.646	35.044	7.646
Diversos	1.168.009	662.789	1.184.816	681.013
Provisão para Outros Créditos	(80.278)	(29.241)	(80.278)	(29.241)
OUTROS VALORES E BENS	12.141	9.595	12.141	9.595
Outros Valores e Bens	21.951	21.464	21.951	21.464
Provisão para Desvalorização	(9.963)	(12.305)	(9.963)	(12.305)
Despesas Antecipadas	153	436	153	436
PERMANENTE	643.042	627.747	262.408	279.005
INVESTIMENTOS (Nota 09 (a))	441.247	364.902	48.421	7.514
Participação em Coligadas e Controladas no País				
(Nota 02 (c))	434.577	358.096	41.207	-
Outros Investimentos	11.455	11.599	12.105	12.780
Provisão para Perdas	(4.785)	(4.793)	(4.891)	(5.266)
IMOBILIZADO DE USO (Nota 09 (b))	156.353	156.342	167.356	163.831
Imóveis de Uso	119.005	120.238	129.622	130.504
Outras Imobilizações de Uso	517.595	479.701	527.530	485.809
Depreciação Acumulada	(480.247)	(443.597)	(489.796)	(452.482)
INTANGÍVEL (Nota 09 (c))	45.442	106.503	46.631	107.660
Ativos Intangíveis	367.250	365.576	369.361	367.655
Amortização Acumulada	(321.808)	(259.073)	(322.730)	(259.995)
TOTAL DO ATIVO	46.840.127	37.830.643	46.570.774	37.585.575

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
CIRCULANTE	27.317.599	24.133.833	27.046.550	23.887.151
DEPÓSITOS (Nota 10)	16.322.475	14.928.975	16.014.134	14.645.829
Depósitos à Vista	3.401.968	3.199.122	3.400.331	3.195.322
Depósitos de Poupança	5.836.236	5.136.227	5.836.236	5.136.227
Depósitos Interfinanceiros	269.540	10.201	269.540	10.201
Depósitos a Prazo	6.814.731	6.583.425	6.508.027	6.304.079
CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO (Nota 10)	1.697.357	1.401.282	1.627.794	1.331.544
Carteira Própria	1.697.357	1.401.282	1.627.794	1.331.544
RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS.....	27.947	26.755	27.947	26.755
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares.....	27.947	26.755	27.947	26.755
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	5.305	5.823	5.305	5.823
Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	5.305	5.822	5.305	5.822
Correspondentes.....	-	1	-	1
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	248.485	211.069	248.485	211.069
Recursos em Trânsito de Terceiros	248.429	210.979	248.429	210.979
Transferências Internas de Recursos	56	90	56	90
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS (Nota 11).....	966.266	908.123	966.266	908.123
Empréstimos no Exterior.....	966.266	908.123	966.266	908.123
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS - INSTITUIÇÕES OFICIAIS (Nota 12)	438.994	318.759	438.994	318.759
Tesouro Nacional.....	85.752	79.721	85.752	79.721
BNDES	199.538	111.363	199.538	111.363
CEF	6.631	9.240	6.631	9.240
FINAME	147.073	118.435	147.073	118.435
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO EXTERIOR (Nota 12) ...	25.762	8.674	25.762	8.674
Repasse do Exterior	25.762	8.674	25.762	8.674
INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 05 (d)).....	22.933	-	22.933	-
Instrumentos Financeiros Derivativos	22.933	-	22.933	-
OUTRAS OBRIGAÇÕES (Nota 13)	7.562.075	6.324.373	7.668.930	6.430.575
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados..	44.953	34.539	44.953	34.539
Carteira de Câmbio	25.628	30.083	25.628	30.083
Sociais e Estatutárias.....	47.860	73.684	48.054	73.759
Fiscais e Previdenciárias.....	271.974	318.304	278.841	329.090
Negociação e Intermediação de Valores	-	-	5.696	3.409
Fundos Financeiros e de Desenvolvimento.....	5.942.333	5.098.561	5.942.333	5.098.561
Dívidas Subordinadas	80.284	-	80.284	-
Diversas	1.149.043	769.202	1.243.141	861.134



PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO (cont.)	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO.....	14.628.317	9.297.299	14.628.317	9.297.299
DEPÓSITOS (Nota 10).....	10.732.255	7.715.309	10.732.255	7.715.309
Depósitos Interfinanceiros	150.171	22.005	150.171	22.005
Depósitos a Prazo	10.582.084	7.693.304	10.582.084	7.693.304
RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS.....	287.418	-	287.418	-
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de				
Crédito e Similares.....	287.418	-	287.418	-
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	8.782	11.832	8.782	11.832
Repasse Interfinanceiros	8.782	11.832	8.782	11.832
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS (Nota 11).....	619.667	3.893	619.667	3.893
Empréstimos no Exterior.....	619.667	3.893	619.667	3.893
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS - INSTITUIÇÕES				
OFICIAIS (Nota 12).....	1.204.538	894.015	1.204.538	894.015
Tesouro Nacional.....	6.248	8.375	6.248	8.375
BNDES	788.165	558.119	788.165	558.119
CEF	56.171	46.585	56.171	46.585
FINAME	353.954	280.936	353.954	280.936
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO EXTERIOR (Nota 12) ...	-	21.778	-	21.778
Repasse do Exterior	-	21.778	-	21.778
OUTRAS OBRIGAÇÕES (Nota 13)	1.775.657	650.472	1.775.657	650.472
Fiscais e Previdenciárias	429.060	413.557	429.060	413.557
Dívidas Subordinadas	1.078.051	-	1.078.051	-
Diversas	268.546	236.915	268.546	236.915
PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS ACIONISTAS MINORITÁRIOS	-	-	1.696	1.614
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 20)	4.894.211	4.399.511	4.894.211	4.399.511
Capital Social de Domiciliados no País	3.500.000	3.200.000	3.500.000	3.200.000
Reservas de Capital	4.511	4.512	4.511	4.512
Reservas de Lucros	1.394.344	1.202.219	1.394.344	1.202.219
Ajustes de Avaliação Patrimonial (Nota 05 (b)).....	(4.644)	(7.220)	(4.644)	(7.220)
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	46.840.127	37.830.643	46.570.774	37.585.575

Demonstrações do Resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 e semestre findo em 31 de dezembro de 2012 (Valores em Milhares de Reais, exceto Lucro Líquido por Ação)

	Banrisul			Banrisul Consolidado	
	2º Semestre 2012	2012	2011	2012	2011
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	2.808.903	6.343.001	5.928.533	6.346.393	5.946.731
Operações de Crédito	2.308.974	4.611.383	4.277.061	4.611.383	4.277.061
Operações de Arrendamento Mercantil	7.580	13.043	15.988	13.043	15.988
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	501.314	1.077.212	1.231.877	1.080.604	1.250.075
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	(204.038)	207.479	-	207.479	-
Resultado de Operações de Câmbio	33.447	106.742	140.306	106.742	140.306
Resultado das Aplicações Compulsórias	142.263	298.119	263.301	298.119	263.301
Operações de Venda ou Transferência de Ativos Financeiros.....	19.363	29.023	-	29.023	-
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(1.410.768)	(3.496.660)	(3.229.612)	(3.468.238)	(3.208.195)
Operações de Captação no Mercado	(685.902)	(2.014.975)	(1.817.023)	(1.986.097)	(1.795.233)
Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses	(258.344)	(629.696)	(783.452)	(629.696)	(783.452)
Provisão para Operações de Crédito (Nota 07 (d))	(466.522)	(851.989)	(629.137)	(852.445)	(629.510)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA.....	1.398.135	2.846.341	2.698.921	2.878.155	2.738.536
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	(833.479)	(1.663.509)	(1.349.546)	(1.674.572)	(1.366.244)
Receitas de Prestação de Serviços (Nota 15)	57.501	117.601	109.367	195.562	153.544
Rendas de Tarifas Bancárias (Nota 16)	325.545	603.023	533.225	603.005	548.431
Despesas de Pessoal	(651.937)	(1.225.559)	(1.095.678)	(1.233.501)	(1.100.882)
Outras Despesas Administrativas (Nota 17).....	(433.892)	(838.202)	(726.512)	(861.470)	(741.361)
Despesas Tributárias	(125.042)	(247.619)	(223.944)	(258.189)	(232.322)
Resultado de Participação em Coligadas e Controladas (Nota 02 (c))	20.993	40.836	40.982	1.207	-
Outras Receitas Operacionais (Nota 18)	147.923	256.569	245.531	249.580	242.937
Outras Despesas Operacionais (Nota 19)	(174.570)	(370.158)	(232.517)	(370.766)	(236.591)
RESULTADO OPERACIONAL	564.656	1.182.832	1.349.375	1.203.583	1.372.292
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÃO DOS					
EMPREGADOS SOBRE O LUCRO	564.656	1.182.832	1.349.375	1.203.583	1.372.292
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 22 (a)).....	(121.425)	(288.660)	(382.897)	(309.072)	(405.613)
PARTICIPAÇÕES DOS EMPREGADOS NO RESULTADO	(44.232)	(75.582)	(62.129)	(75.799)	(62.180)
PARTICIPAÇÃO MINORITÁRIA NO RESULTADO.....	-	-	-	(122)	(150)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO/SEMESTRE	398.999	818.590	904.349	818.590	904.349
Número de Ações em Circulação - Milhares	408.974	408.974	408.974	-	-
Lucro Líquido por Lote de Mil Ações do Capital Social - R\$	975,61	2.001,57	2.211,26	-	-



Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 e semestre findo em 31 de dezembro de 2012 (Valores em Milhares de Reais)

	Banrisul			Banrisul Consolidado	
	2º Semestre				
	2012	2012	2011	2012	2011
Lucro Ajustado antes do Imposto de Renda e					
Contribuição Social	1.145.712	2.314.928	2.189.950	2.371.263	2.252.449
Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social ..	564.656	1.182.832	1.349.375	1.203.583	1.372.292
Ajuste ao Lucro antes do Imposto de Renda e					
Contribuição Social					
Depreciação e Amortização	51.995	108.707	111.293	109.449	111.862
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas..	(20.992)	(40.835)	(40.982)	(1.207)	-
Dividendos Recebidos de Controladas.....	5.085	5.085	5.597	-	-
Provisão para Operações de Crédito.....	466.522	851.989	629.137	852.445	629.510
Provisão para Perdas de Securitização.....	88	(4.097)	2.763	(4.097)	2.763
Provisão para Contingência	78.358	211.247	132.767	211.090	136.022
Variação de Ativos e Obrigações	(344.977)	(933.452)	(1.304.227)	(986.839)	(1.365.341)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Ajustes de Avaliação Patrimonial.....	1.825	2.576	(1.771)	2.576	(1.771)
(Aumento) Redução em Aplicações de Depósito					
Interfinanceiro	(50.833)	49.575	4.793	49.575	4.793
(Aumento) Redução em Títulos e Valores Mobiliários.....	(2.255.756)	(2.395.351)	(1.197.042)	(2.393.248)	(1.199.877)
(Aumento) Redução em Instrumentos Financeiros					
Derivativos.....	193.018	(219.389)	-	(219.389)	-
(Aumento) Redução em Relações Interfinanceiras e					
Interdependências.....	(24.445)	(62.523)	(384.471)	(62.523)	(384.471)
(Aumento) Redução em Operações de Crédito	(1.670.696)	(3.988.571)	(3.607.358)	(3.988.571)	(3.607.358)
(Aumento) Redução em Operações de Arrendamento					
Mercantil	(1.613)	(1.313)	(3.575)	(1.313)	(3.575)
(Aumento) Redução em Outros Créditos.....	(204.445)	(797.038)	(269.292)	(809.123)	(277.872)
(Aumento) Redução em Outros Valores e Bens	73.503	(48.358)	(1.870)	(48.415)	(1.924)
Aumento (Redução) em Depósitos	3.048.654	4.410.446	3.354.503	4.385.251	3.308.133
Aumento (Redução) em Captação no Mercado Aberto	(440.431)	296.075	21.236	296.250	20.384
Aumento (Redução) em Recursos de Aceites e Emissão					
de Títulos.....	20.574	288.610	26.755	288.610	26.755
Aumento (Redução) em Obrigações por Empréstimos e					
Repasse.....	916.218	1.099.985	532.803	1.099.985	532.803
Aumento (Redução) em Outras Obrigações	272.383	888.742	685.532	889.213	706.079
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(222.933)	(456.918)	(464.470)	(475.717)	(487.440)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES					
OPERACIONAIS.....	800.735	1.381.476	885.723	1.384.424	887.108
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Atualização de Ativos em Controladas.....	-	(1)	1	(1)	1
Alienação de Investimentos.....	518	520	2	743	146
Alienação de Imobilizado de Uso	132	391	506	390	507
Aquisição de Investimentos	(443)	(40.443)	(79)	(40.443)	-
Aquisição de Imobilizado de Uso	(30.638)	(46.162)	(35.234)	(50.417)	(36.118)
Aplicação no Intangível	(1.096)	(1.886)	(7.351)	(1.918)	(7.548)
CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(31.527)	(87.581)	(42.155)	(91.646)	(43.012)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Dívidas Subordinadas.....	(157.133)	1.158.335	-	1.158.335	-
Dividendos Pagos	(40.000)	(40.000)	(60.000)	(40.000)	(60.000)
Juros sobre o Capital Próprio Pagos.....	(122.948)	(253.387)	(231.642)	(253.387)	(231.642)
Variação na Participação dos Acionistas Minoritários	-	-	-	82	(65)
CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE					
FINANCIAMENTO	(320.081)	864.948	(291.642)	865.030	(291.707)
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO DE CAIXA E					
EQUIVALENTES DE CAIXA	449.127	2.158.843	551.926	2.157.808	552.389
Disponibilidades.....	505.714	624.206	403.281	624.255	403.321
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (Nota 04)	4.394.997	2.566.789	2.235.788	2.585.583	2.254.128
CAIXA E EQUIVALENTES A CAIXA NO INÍCIO DO EXERCÍCIO/					
SEMESTRE	4.900.711	3.190.995	2.639.069	3.209.838	2.657.449
Disponibilidades.....	809.036	809.036	624.206	809.093	624.255
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (Nota 04)	4.540.802	4.540.802	2.566.789	4.558.553	2.585.583
CAIXA E EQUIVALENTES A CAIXA NO FIM DO EXERCÍCIO/					
SEMESTRE	5.349.838	5.349.838	3.190.995	5.367.646	3.209.838

Demonstrações do Valor Adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 e semestre findo em 31 de dezembro de 2012 (Valores em Milhares de Reais)

	Banrisul			Banrisul Consolidado	
	2º Semestre		2011		
	2012	2012		2012	2011
RECEITAS (a)	2.879.304	6.468.081	6.194.378	6.542.794	6.269.792
Intermediação Financeira	2.814.857	6.342.877	5.928.275	6.347.092	5.947.273
Prestação de Serviços e Rendas de Tarifas Bancárias	383.046	720.624	642.592	798.567	701.975
Constituição de Provisão para Operações de Crédito	(466.522)	(851.989)	(629.137)	(852.445)	(629.510)
Outras	147.923	256.569	252.648	249.580	250.054
DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA (b)	944.246	2.644.671	2.600.478	2.615.793	2.578.688
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (c)	533.334	1.042.505	801.762	1.067.301	822.052
Materiais, Energia e Outros	429.099	850.771	661.087	870.711	677.184
Serviços de Terceiros	98.281	191.858	140.933	195.891	144.326
Perda/Recuperação de Valores Ativos	5.954	(124)	(258)	699	542
VALOR ADICIONADO BRUTO (d=a-b-c)	1.401.724	2.780.905	2.792.138	2.859.700	2.869.052
DEPRECIACÃO E AMORTIZAÇÃO (e)	51.995	108.707	111.293	109.449	111.862
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (f=d-e)	1.349.729	2.672.198	2.680.845	2.750.251	2.757.190
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA (g)..	20.993	40.836	40.982	1.207	-
Resultado de Participações em Controladas	20.993	40.836	40.982	1.207	-
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR (h=f+g)	1.370.722	2.713.034	2.721.827	2.751.458	2.757.190
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	1.370.722	2.713.034	2.721.827	2.751.458	2.757.190
Pessoal	594.998	1.116.549	994.332	1.124.433	999.331
Remuneração Direta	453.116	849.848	760.151	855.946	763.920
Benefícios	113.910	206.524	176.786	207.538	177.486
FGTS	27.972	60.177	57.395	60.949	57.925
Impostos, Taxas e Contribuições	347.638	720.871	770.316	752.128	801.666
Federais	327.506	681.506	734.156	709.419	762.810
Estaduais	230	432	507	455	525
Municipais	19.902	38.933	35.653	42.254	38.331
Remuneração de Capitais de Terceiros	29.087	57.024	52.830	56.185	51.694
Aluguéis	29.087	57.024	52.830	56.185	51.694
Remuneração de Capitais Próprios	398.999	818.590	904.349	818.712	904.499
Juros sobre o Capital Próprio	122.948	253.387	231.642	253.387	231.642
Dividendos	35.878	73.078	126.665	73.078	126.665
Lucros Retidos do Exercício / Semestre	240.173	492.125	546.042	492.125	546.042
Participação dos não Controladores nos Lucros Retidos	-	-	-	122	150

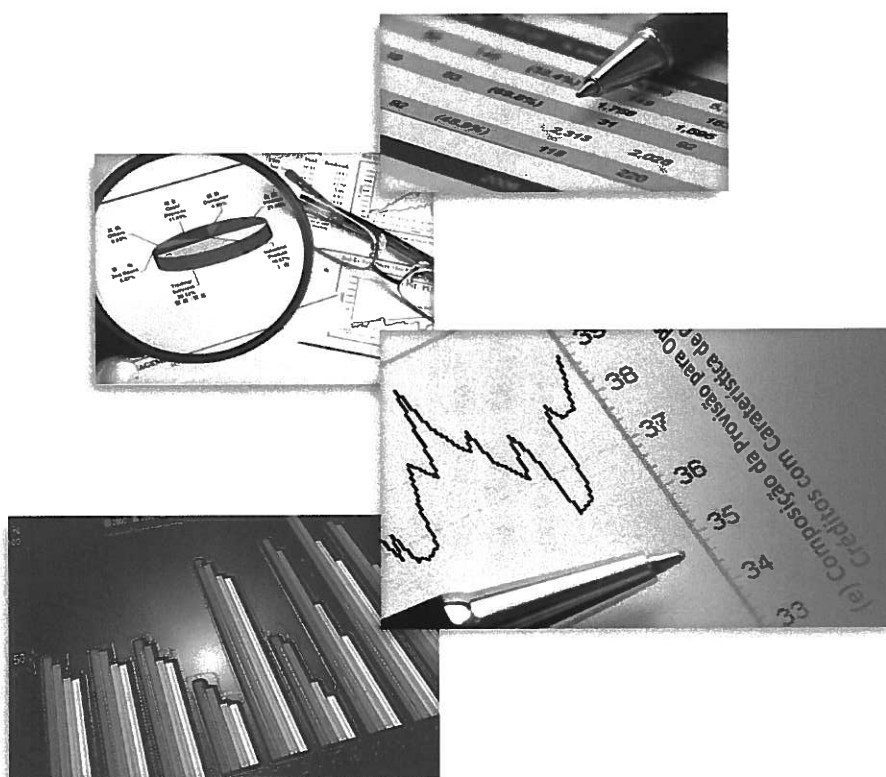


Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 e semestre findo em 31 de dezembro de

2012 (Valores em Milhares de Reais)

	Capital Social	Aumento de Capital	Reservas de Capital		Reservas de Lucros			Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	TOTAL
			Atualização de Títulos Patrimoniais em Controladas	Subvenções para Investimentos	Legal	Estatutária	Para Expansão			
Em 01 de janeiro de 2011	2.900.000	-	-	4.511	192.431	538.080	225.666	(5.449)	-	3.855.239
Aumento de Capital (Nota 20 (a))	300.000	-	-	-	-	(74.334)	(225.666)	-	-	-
Atualização de Títulos Patrimoniais em Controladas	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1
Ajustes de Avaliação Patrimonial (Nota 05 (b))	-	-	-	-	-	-	-	(1.771)	-	(1.771)
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	904.349	904.349
Destinação do Lucro Líquido (Nota 20 (b))	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de Reservas	-	-	-	-	45.217	226.087	274.738	-	(546.042)	-
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	(231.642)	(231.642)
Dividendos Propostos	-	-	-	-	-	-	-	-	(126.665)	(126.665)
Em 31 de dezembro de 2011	3.200.000	-	1	4.511	237.648	689.833	274.738	(7.220)	-	4.399.511
Aumento de Capital (Nota 20 (a))	300.000	-	(1)	-	-	(25.262)	(274.738)	-	-	-
Atualização de Títulos Patrimoniais em Controladas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1)
Ajustes de Avaliação Patrimonial (Nota 05 (b))	-	-	-	-	-	-	-	2.576	-	2.576
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	818.590	818.590
Destinação do Lucro Líquido (Nota 20 (b))	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de Reservas	-	-	-	-	40.930	204.647	246.548	-	(492.125)	-
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	(253.387)	(253.387)
Dividendos Propostos	-	-	-	-	-	-	-	-	(73.078)	(73.078)
Em 31 de dezembro de 2012	3.500.000	-	-	4.511	278.578	869.218	246.548	(4.644)	-	4.894.211
Em 01 de julho de 2012	3.200.000	300.000	-	4.511	258.628	769.468	126.075	(6.469)	-	4.652.213
Aumento de Capital (Nota 20 (a))	300.000 (300.000)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial (Nota 05 (b))	-	-	-	-	-	-	-	1.825	-	1.825
Lucro Líquido do Semestre	-	-	-	-	-	-	-	-	398.999	398.999
Destinação do Lucro Líquido (Nota 20 (b))	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de Reservas	-	-	-	-	19.950	99.750	120.473	-	(240.173)	-
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	(122.948)	(122.948)
Dividendos Propostos	-	-	-	-	-	-	-	-	(35.878)	(35.878)
Em 31 de dezembro de 2012	3.500.000	-	-	4.511	278.578	869.218	246.548	(4.644)	-	4.894.211



Notas Explicativas



Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras

Apresentamos a seguir as Notas Explicativas que integram o conjunto das Demonstrações Financeiras do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S. A. (Banrisul), com os valores expressos em milhares de reais (exceto quando indicado de outra forma) e distribuídas como segue:

NOTA 01 Contexto Operacional

O Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. ("Banrisul") é uma sociedade anônima de capital aberto que atua sob a forma de banco múltiplo e opera nas carteiras comercial, crédito, financiamento e investimento, crédito imobiliário, desenvolvimento, arrendamento mercantil e de investimentos, inclusive nas de operações de câmbio, corretagem de títulos e valores mobiliários e administração de cartões de crédito e consórcios. As operações são conduzidas por um conjunto de Instituições que agem de forma integrada no mercado financeiro. O Banrisul atua, também, como instrumento de execução da política econômico-financeira do Estado do Rio Grande do Sul, em consonância com os planos e programas do Governo Estadual.

NOTA 02 Apresentação das Demonstrações Financeiras

(a) As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras, normas e instruções do Banco Central do Brasil e da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, que incluem práticas e estimativas contábeis no que se refere à constituição de provisões e determinação de certos valores dos ativos integrantes de sua carteira de Títulos e Valores Mobiliários, Instrumentos Financeiros Derivativos e Imposto Diferido. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos e provisões, os resultados auferidos podem ser diferentes dos estimados.

(b) As demonstrações financeiras individuais do Banrisul incluem as operações realizadas no país, bem como a consolidação de suas dependências no exterior (*Miami e Grand Cayman*). Os ativos, os passivos e os resultados gerados pelas dependências no exterior, antes das eliminações de consolidação, estão assim resumidos:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
<u>ATIVO</u>		
Operações de Crédito	484.678	150.625
Operações com Sede no Brasil	423.750	79.723
Outras Operações de Crédito	60.928	70.902
Outros Ativos	111.948	36.568
Total do Ativo	596.626	187.193
<u>PASSIVO</u>		
Depósitos	134.919	56.183
Operações com Sede no Brasil	92.739	16.384
Outros Depósitos	42.180	39.799
Outras Obrigações	313.104	403
Outros Passivos	872	47
Patrimônio Líquido	147.731	130.560
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	596.626	187.193
<u>DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO</u>		
Receitas da Intermediação Financeira	16.670	7.016
Despesas da Intermediação Financeira	(1.015)	(1.179)
Outras Despesas, Líquidas	(10.156)	(2.299)
Lucro Líquido do Exercício	5.499	3.538



Os efeitos da variação cambial sobre as operações nas dependências no exterior estão distribuídos nas linhas da demonstração do resultado conforme a natureza das contas patrimoniais correspondentes.

(c) As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações do Banrisul, das dependências no exterior e das empresas controladas, cujos investimentos, em 31 de dezembro de 2012, totalizaram R\$393.370 (2011 - R\$358.096), geraram um resultado positivo de equivalência patrimonial no exercício de R\$39.629 (2011 - R\$40.982) e estão apresentados no quadro a seguir:

Principais informações sobre os Investimentos em Controladas:

	Banrisul Armazéns Gerais S.A.	Banrisul S.A. Corretora de Val. Mob. e Câmbio	Banrisul S.A. Administradora de Consórcios	Banrisul Serviços Ltda.	Total
Milhares de Ações/Quotas					
Ações Ordinárias	696	10.000	89.500	-	-
Ações Preferenciais	-	19.608	-	-	-
Quotas	-	-	-	2.780	-
Participação no Capital Social Ajustada (%).....	99,498	98,957	99,683	99,785	-
Capital Social	26.550	70.000	134.000	77.640	-
Patrimônio Líquido	29.068	75.926	152.617	137.477	-
Lucro Líquido do Exercício	3.272	1.595	13.758	21.126	-
Valores Líquidos Eliminados na Consolidação (Nota 25):					
Saldos Ativos (Passivos)					
31 de dezembro de 2012	904	(68.879)	(140.948)	(175.179)	(384.102)
31 de dezembro de 2011	732	(68.876)	(132.689)	(156.042)	(356.875)
Receitas (Despesas)					
31 de dezembro de 2012	(1.202)	(1.897)	(7.559)	(8.248)	(18.906)
31 de dezembro de 2011	(1.453)	(4.586)	(10.920)	3.081	(13.878)
Valor Contábil do Investimento					
31 de dezembro de 2012	28.922	75.134	152.133	137.181	393.370
31 de dezembro de 2011	26.470	73.965	141.560	116.101	358.096
Resultado de Participações em Controladas					
31 de dezembro de 2012	3.256	1.578	13.714	21.081	39.629
31 de dezembro de 2011	2.343	4.555	14.413	19.671	40.982

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas foram eliminadas as participações entre as empresas consolidadas, os saldos de balanço e resultado das transações, bem como foram destacadas as parcelas do resultado do exercício e do patrimônio líquido referentes às participações dos acionistas minoritários.

(d) As Operações de Arrendamento Mercantil Financeiro são apresentadas a valor presente dos contratos no Balanço Patrimonial e as receitas e despesas relacionadas, que representam o resultado financeiro dessas operações, estão apresentadas, de forma agrupada, na rubrica Operações de Arrendamento Mercantil, na Demonstração do Resultado.

NOTA 03 Principais Práticas Contábeis

As principais práticas contábeis adotadas para elaboração das demonstrações financeiras foram:

(a) Apuração do Resultado

O resultado é apurado com base no regime de competência.

(b) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Representam os recursos aplicados no mercado interbancário. São apresentadas pelo valor presente, calculadas *pro rata* dia com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuadas.

(c) Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

De acordo com a Circular nº 3.068 de 8 de novembro de 2001 e regulamentação complementar, são classificados e avaliados em três categorias específicas, atendendo os critérios de contabilização:

i) **Títulos para Negociação** - Incluem os títulos e valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, avaliados pelo valor de mercado, sendo os ganhos e as perdas sobre esses títulos reconhecidos no resultado do exercício.

ii) Títulos Disponíveis para Venda - Incluem os títulos e valores mobiliários utilizados como parte da estratégia para a administração do risco de variação nas taxas de juros e podem ser negociados como resultado dessas variações, por mudanças nas condições de pagamento ou outros fatores. Esses títulos são ajustados pelo valor de mercado, sendo os seus rendimentos auferidos reconhecidos no resultado. Os ganhos e as perdas, decorrentes das variações do valor de mercado e ainda não realizados, são reconhecidos em conta específica do patrimônio líquido, deduzidos dos correspondentes efeitos tributários, quando aplicável, denominada "Ajustes de Avaliação Patrimonial" até a sua realização por venda.

Os ganhos e as perdas, quando realizados, serão reconhecidos na data da negociação na demonstração do resultado, em contrapartida da mesma conta específica do patrimônio líquido, deduzidos dos correspondentes efeitos tributários, quando aplicável.

iii) Títulos Mantidos até o Vencimento – Incluem os títulos e valores mobiliários para os quais a Administração possui a intenção e a capacidade financeira de mantê-los até o vencimento, sendo registrados ao custo de aquisição, atualizados *pro rata temporis* em contrapartida ao resultado do exercício. A capacidade financeira é definida em projeções de fluxo de caixa, desconsiderando a possibilidade de venda desses títulos.

iv) Instrumentos Financeiros Derivativos – São classificados, na data de sua aquisição, de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento de proteção (*hedge*) ou não, conforme a Circular nº 3.082/2002 do Bacen. As operações que utilizam instrumentos financeiros derivativos, efetuadas por solicitação de clientes, por conta própria, ou que não atendam aos critérios de proteção (principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco), são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado.

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende do fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de *hedge* nos casos de adoção da contabilidade de *hedge* ou *hedge accounting*. Sendo este o caso, o método depende da natureza do item que está sendo protegido por *hedge*. O Banrisul adota a contabilidade de *hedge* ou *hedge accounting* e designa os derivativos contratados para proteção da dívida subordinada (Nota 13) como *hedge* do valor justo de ativos ou passivos reconhecidos ou de um compromisso firme (*hedge* de risco de mercado).

O Banrisul documenta, no início da operação, a relação entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos por *hedge*, assim como os objetivos da gestão de risco e a estratégia para a realização de várias operações de *hedge*. O Banrisul também documenta sua avaliação, tanto no início do *hedge* como de forma contínua, de que os derivativos usados nas operações de *hedge* são altamente eficazes na compensação de variações no valor justo ou nos fluxos de caixa dos itens protegidos por *hedge*.

Os valores justos dos vários instrumentos derivativos usados para fins de *hedge* estão divulgados na Nota 05. O valor justo total de um derivativo de *hedge* é classificado como Ativo ou Passivo não Circulante, quando o vencimento remanescente do item protegido por *hedge* for superior a 12 meses, e como Ativo ou Passivo Circulante, quando o vencimento remanescente do item protegido por *hedge* for inferior a 12 meses.

Hedge de Risco de Mercado - São classificados nesta categoria os instrumentos financeiros derivativos que se destinem a compensar riscos decorrentes da exposição à variação no valor de mercado do item objeto de "*hedge*".

O Banrisul considerou nesta categoria os derivativos contratados com objetivo de proteção da variação de moeda estrangeira oriundo da emissão da dívida denominada em USD com nominal de 775 milhões com vencimento em 02 de fevereiro de 2022, descrita nas Notas 11 e 13. Na data de 31 de dezembro de 2012 os únicos derivativos em aberto referem-se aos *swaps* e termo de



moeda emitidos para proteção da dívida subordinada.

As variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como *hedge* de risco de mercado são registradas na demonstração do resultado, com quaisquer variações no valor justo do ativo ou passivo protegido por *hedge* que são atribuíveis ao risco protegido. O ganho ou perda relacionado com essa operação é reconhecido na demonstração do resultado como "Resultado Bruto da Intermediação Financeira".

(d) Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil e Outros Créditos

Todas as operações de crédito e arrendamento mercantil têm os seus riscos classificados de acordo com julgamento da Administração, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99, do Conselho Monetário Nacional - CMN, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis de risco, de AA até H. A tabela com o resumo dessa classificação está apresentada na Nota 07.

As operações de crédito e arrendamento mercantil são registradas a valor presente, calculadas *pro rata* dia com base no indexador e na taxa de juros pactuados, sendo atualizadas até o sexagésimo dia de atraso. Após esse prazo, o reconhecimento de receita ao resultado ocorre quando efetivamente recebidas as operações.

Os riscos das operações ativas renegociadas são definidos conforme critério da Resolução nº 2.682/99, do Conselho Monetário Nacional - CMN, ou seja, permanecem no *rating* que se encontravam antes da renegociação e as renegociações de operações de crédito que foram anteriormente baixadas contra a provisão, que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível H. Os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente serão reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

(e) Outros Créditos – Operações com Cartão de Crédito

Os valores a faturar estão representados por valores a receber dos usuários de cartão de crédito pela utilização em estabelecimentos conveniados às bandeiras Visa e MasterCard. Estes valores são contabilizados em Títulos e Créditos a Receber, sem característica de crédito, sendo que as operações parceladas onde o Banrisul é o emissor e o saldo devedor das operações cujos pagamentos foram efetuados pelo valor mínimo da fatura (Rotativo), são reclassificados para Operações de Crédito.

(f) Provisão para Perdas em Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil e Outros Créditos
Constituída em montante considerado suficiente para cobertura de eventuais perdas, suportadas na classificação de risco do cliente, em função da análise periódica da qualidade do cliente e não apenas com base nos percentuais mínimos de provisionamento requeridos pela Resolução nº 2.682/99, do Conselho Monetário Nacional - CMN, quando da ocorrência de inadimplência.

Em 31 de dezembro de 2012, o valor total da provisão para perdas em operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos, conforme demonstrado na Nota 07, é superior ao valor mínimo que seria exigido considerando tão somente o *rating* das operações e o número de dias em atraso previstos na Resolução nº 2.682/99, do Conselho Monetário Nacional - CMN, procedimento este adotado pela Administração desde a edição da referida norma para fazer face a possíveis eventos não capturados pelo modelo de *rating* de clientes.

(g) Ativo Permanente

Demonstrado ao custo de aquisição, considerando os seguintes aspectos:

- Avaliação dos investimentos em controladas e coligadas pelo método da equivalência patrimonial, tomando por base as demonstrações financeiras levantadas, observando as mesmas práticas contábeis do controlador, ou seja, práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a operar pelo Banco Central do Brasil. Os outros investimentos são registrados pelos seus valores de custo e, quando aplicável, são ajustados por provisões para perdas;

- **Ágio** - corresponde ao valor excedente pago na aquisição de investimentos decorrente da expectativa de rentabilidade futura. Não possui prazo de vida útil definida e são submetidos anualmente ao teste de redução ao valor recuperável de ativos;
- **Depreciação** do imobilizado de uso pelo método linear de acordo com a vida útil econômica estimada dos bens, considerando as taxas mínimas anuais divulgadas na Nota 09; e
- Os **Ativos Intangíveis** são compostos basicamente por aplicações de recursos cujos benefícios decorrentes ocorrerão em exercícios futuros. Esse grupo está representado por contratos de prestação de serviços bancários e aquisição de *software*. A amortização é calculada pelo método linear às taxas divulgadas na Nota 09.

A Instituição revisa anualmente se há alguma indicação de perdas no valor recuperável dos ativos. Eventuais perdas, quando identificadas, são reconhecidas no resultado do exercício. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a Instituição não verificou a existência de indicadores de que determinados ativos permanentes poderiam estar acima do valor recuperável e, consequentemente, não foi reconhecida nenhuma provisão para perda do valor recuperável destes ativos.

(h) Ativos e Passivos Denominados em Moeda Estrangeira

Os saldos ativos e passivos das dependências no exterior, assim como os demais ativos e passivos em moeda estrangeira, decorrentes de operações realizadas pelo Banrisul e suas controladas, foram convertidos pela taxa de câmbio vigente na data do fechamento das demonstrações financeiras.

(i) Depósitos, Captações no Mercado Aberto, Obrigações por Empréstimos e Repasses e Fundo Financeiro e de Desenvolvimento

São demonstrados pelos valores das exigibilidades considerando os encargos exigíveis até a data das demonstrações financeiras, reconhecidos em base *pro rata* dia.

Conforme determinado pela Lei nº 12.069/04 e Lei nº 12.585/06 do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, até 85% do saldo dos valores depositados judicialmente no Banrisul por terceiros, quando solicitado, deverá ser disponibilizado ao Estado do Rio Grande do Sul e o saldo remanescente é mantido no Banrisul para constituição de fundo. Os valores repassados ao Estado são controlados em conta de compensação e a parcela retida é registrada na rubrica Outras Obrigações, conforme descrito na Nota 21 (a). As despesas com encargos sobre o saldo remanescente são registradas na rubrica de Despesas de Empréstimos, Cessões e Repasses.

(j) Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais, Fiscais e Previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823/09 e Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), sendo provisionados com base na opinião de assessores legais, através da utilização de modelos e critérios que permitam a sua mensuração da forma mais adequada possível, apesar da incerteza inerente ao seu prazo e valor de desfecho de causa. Abaixo o critério utilizado segundo a natureza da contingência:

i) Contingências Ativas - Não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização sobre as quais não cabem mais recursos.

ii) Contingências Passivas - São reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, com base na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, sendo:

Provisões para Riscos Trabalhistas - Constituídas para as ações trabalhistas ajuizadas contra o Banrisul, quando da notificação judicial e cujo risco de perda é considerado provável. O



valor é apurado de acordo com a estimativa de desembolso feita pela Administração, revisada tempestivamente com base em subsídios recebidos dos assessores legais, sendo ajustadas ao valor do depósito de execução quando estes são exigidos.

Provisões para Riscos Cíveis - Constituídas, quando da notificação judicial, e ajustadas mensalmente, pelo valor indenizatório pretendido, nas provas apresentadas e na avaliação de assessores legais que considera jurisprudência, subsídios fáticos levantados, provas produzidas nos autos e as decisões judiciais que vierem a ser proferidas na ação, quanto ao grau de risco de perda da ação judicial.

Provisões para Riscos Fiscais e Previdenciários - Referem-se basicamente a exigíveis relativos a tributos cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação administrativa ou judicial, cuja probabilidade de perda é considerada provável, e estão constituídas pelo valor integral em discussão. Para causas que possuem os respectivos depósitos em garantia, os valores envolvidos não se encontram atualizados, exceto quando da expedição do alvará de levantamento, em função da ação julgada favorável.

Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles não mensuráveis com suficiente segurança ou avaliados como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados.

iii) Obrigações Legais, Fiscais e Previdenciárias - São registradas como exigíveis independentemente da avaliação quanto a probabilidade de perda.

(l) Outros Ativos e Passivos Circulantes e a Longo Prazo

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos e encargos incorridos até a data do balanço, calculados *pro rata* dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização. Os saldos realizáveis e exigíveis em até doze meses são classificados no ativo e passivo circulante, respectivamente.

(m) Imposto de Renda e Contribuição Social

São computados pela aplicação das alíquotas vigentes de 15% para Contribuição Social (9% para empresas não financeiras) e de 15% (mais adicional de 10% conforme a legislação) para Imposto de Renda sobre o lucro tributável apurado no exercício, ajustado por diferenças permanentes. O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram calculados com base nas alíquotas vigentes na data das demonstrações financeiras, sobre as diferenças temporárias, e registrados na rubrica Outros Créditos, em contrapartida do Resultado do Exercício. A realização destes créditos tributários ocorrerá quando da realização das diferenças temporárias e respectivas provisões constituídas.

(n) Benefício Pós-Emprego

O Banrisul é patrocinador da FBSS - Fundação Banrisul de Seguridade Social e da Cabergs – Caixa de Assistência dos Empregados do Banco do Estado do Rio Grande do Sul que, respectivamente, asseguram a complementação dos benefícios de aposentadoria e assistência médica a seus funcionários (Nota 23). O reconhecimento contábil no Banrisul segue a regulamentação prevista na Deliberação CVM nº 600/09.

O plano de aposentadoria na modalidade benefício definido tem o custo da concessão dos benefícios determinados pelo Método da Unidade de Crédito Projetada, líquido dos ativos garantidores do plano.

A avaliação atuarial é elaborada com base em premissas e projeções de taxas de juros, inflação, aumentos dos benefícios, expectativa de vida, etc. A avaliação atuarial e suas premissas e projeções são atualizadas em bases anuais, ao final de cada exercício.

O custeio dos benefícios concedidos pelos planos de benefícios definidos é estabelecido separadamente para cada plano, utilizando o método do crédito unitário projetado. Os custos de serviços passados são reconhecidos como despesa, de forma linear, ao longo do período médio até que o direito aos benefícios seja adquirido. Se o direito aos benefícios já tiver sido adquirido, custos de serviços passados são reconhecidos imediatamente após a introdução ou mudanças de um plano de aposentadoria.

O ativo ou passivo do plano de benefício reconhecido nas demonstrações financeiras corresponde ao valor presente da obrigação pelo benefício definido (utilizando uma taxa de desconto com base em títulos de longo prazo do Governo Federal), menos custos de serviços passados e ganhos e perdas atuariais ainda não reconhecidos e menos o valor justo dos ativos do plano que serão usados para liquidar as obrigações.

Quando o valor acumulado líquido dos ganhos e perdas atuariais não reconhecidos, para cada plano, no final do período base anterior ultrapassar 10% do maior valor entre a obrigação por benefícios definidos ou o valor justo dos ativos do plano naquela data (método corredor), o valor excedente dos ganhos e perdas atuariais passam a ser reconhecidos como receita ou despesa ao longo do tempo de serviço médio de trabalho remanescente esperado dos funcionários que participam do plano.

Os ativos do plano são ativos mantidos por uma Entidade Fechada de Previdência Complementar e de Plano de Saúde - Cabergs. Os ativos do plano não estão disponíveis aos credores do Banrisul e não podem ser pagos diretamente ao Banrisul. O valor justo se baseia em informações sobre preço de mercado e, no caso de títulos cotados, nas cotações existentes no mercado. O valor de qualquer ativo de benefício definido reconhecido é limitado à soma de qualquer custo de serviço passado ainda não reconhecido e ao valor presente de qualquer benefício econômico disponível na forma de reduções nas contribuições patronais futuras ao plano.

Até 31 de dezembro de 2012 o reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais segue o “método do corredor” conforme regulamentação prevista na Deliberação CVM nº 600/09. A partir de 2013 será aplicada a norma revisada da IAS 19 aprovada pelo CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis) e pela Deliberação CVM nº 695/2012 onde os eventuais ganhos/perdas atuariais passarão a ser reconhecidos respectivamente como ativos ou passivos nas demonstrações contábeis tendo como contrapartida o Patrimônio Líquido, conforme descrito na Nota 23.

(o) Caixa e Equivalentes de Caixa

Para fins de demonstrações dos fluxos de caixa (conforme disposto na Resolução – CMN nº 3.604/08), caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez imediatamente conversíveis, ou com prazo de vencimento original igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança em seu valor justo.

(p) Lucro por Ação

A Instituição efetua os cálculos do lucro por Lote de mil ações, básico e diluído – utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado.

A divulgação do lucro por ação é efetuada de acordo com os critérios definidos na Deliberação CVM nº 636/2010.

NOTA 04 Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Aplicações no Mercado Aberto	4.538.758	2.553.755	4.556.509	2.572.549
Re vendas a Liquidar - Posição Bancada				
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	2.421.236	-	2.421.236
Letras do Tesouro Nacional - LTN	2.741.856	132.519	2.741.856	132.519
Notas do Tesouro Nacional - NTN	1.796.902	-	1.796.902	18.794
Outros	-	-	17.751	-
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros.....	52.877	113.442	52.877	113.442
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros (*).....	52.877	113.442	52.877	113.442
Total	4.591.635	2.667.197	4.609.386	2.685.991

(*) Em 31 de dezembro de 2012, do montante de R\$52.877 (2011 – R\$113.442) de Aplicações em Depósitos Interfinanceiros, R\$50.833 (2011 – R\$100.408) possui o prazo de vencimento superior a noventa dias da data da aplicação, e não foram considerados como caixa e equivalentes de caixa na Demonstração do Fluxo de Caixa.



NOTA 05 Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

A carteira de Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos tem a seguinte composição:

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Títulos para Negociação	2.293.093	2.113.511	2.293.093	2.116.540
Títulos Disponíveis para Venda.....	1.471.723	1.287.394	1.481.659	1.296.883
Títulos Mantidos até o Vencimento	8.338.007	6.306.567	8.344.119	6.312.200
Instrumentos Financeiros Derivativos	242.322	-	242.322	-
Total	12.345.145	9.707.472	12.361.193	9.725.623
Ativo Circulante	5.770.335	2.515.466	5.780.271	2.527.984
Ativo Realizável a Longo Prazo	6.574.810	7.192.006	6.580.922	7.197.639

O valor de mercado, apresentado nos quadros a seguir, foi apurado da seguinte forma: Títulos Públicos Federais que possuem negociações ativas são apurados com base nos preços divulgados pela Anbima; Ações de Companhias Abertas é utilizado o preço médio da última negociação do dia; Cotas de Fundo de Investimento são atualizadas, diariamente, pelo respectivo valor da cota divulgada pelo Administrador; e para os títulos que não possuem preços divulgados (principalmente CVS) o Banrisul adota técnica interna de precificação como parâmetro para cálculo do valor de mercado.

(a) Títulos para Negociação

Composição da Carteira de Títulos para Negociação por tipo de papel e pelo valor de mercado:

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Letras Financeiras do Tesouro - LFT.....	2.019.764	2.113.511	2.019.764	2.113.511
Cessão Fiduciária - LFT.....	273.329	-	273.329	-
Ações de Cias. Abertas	-	-	-	3.029
Total	2.293.093	2.113.511	2.293.093	2.116.540

Composição por Prazo de Vencimento:

Vencimentos	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	Custo de Aquisição Atualizado	Valor de Mercado	Custo de Aquisição Atualizado	Valor de Mercado
De 3 a 12 meses	737.601	737.626	737.601	737.626
De 1 a 3 anos	356.537	356.582	356.537	356.582
De 3 a 5 anos	599.233	599.430	599.233	599.430
De 5 a 15 anos	599.292	599.455	599.292	599.455
Total em 2012.....	2.292.663	2.293.093	2.292.663	2.293.093
Total em 2011.....	2.113.205	2.113.511	2.115.453	2.116.540

De acordo com os normativos do Banco Central do Brasil, esses títulos foram classificados no Ativo Circulante e avaliados pelo seu valor de mercado.

(b) Títulos Disponíveis para Venda

Composição da Carteira de Títulos Disponíveis para Venda por tipo de papel e pelo valor de mercado:

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Letras Financeiras do Tesouro - LFT.....	1.448.397	885.445	1.448.397	885.445
Ações de Cias. Abertas	13.964	9.775	15.406	9.775
Certificados de Privatização	-	-	7	6
Cotas de Fundo de Renda Fixa	9.362	10.211	15.931	19.694
Cotas de Fundo Imobiliário	-	-	1.918	-
Cotas de FIDC (*)	-	381.963	-	381.963
Total	1.471.723	1.287.394	1.481.659	1.296.883

(*) Referem-se a 100% das cotas sênior do Fundo Matone de Investimento em Direitos Creditórios – Empréstimos Consignados administrado pelo BTG Pactual Serviços Financeiros S.A., cuja carteira de créditos era custodiada no Deutsche Bank S.A.

Composição por Prazo de Vencimento:

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	Custo de Aquisição Atualizado	Valor de Mercado	Custo de Aquisição Atualizado	Valor de Mercado
Vencimentos				
Sem Vencimento	31.229	23.326	41.077	33.262
Até 3 meses	18.021	18.021	18.021	18.021
De 3 a 12 meses	840.370	840.399	840.370	840.399
De 1 a 3 anos	92.140	92.157	92.140	92.157
De 5 a 15 anos	497.803	497.820	497.803	497.820
Total em 2012.....	1.479.563	1.471.723	1.489.411	1.481.659
Total em 2011.....	1.299.427	1.287.394	1.308.916	1.296.883

Os efeitos decorrentes do ajuste a valor de mercado em 31 de dezembro de 2012, no montante de R\$7.840 (2011 – R\$12.033), foram levados à conta específica do Patrimônio Líquido, deduzidos dos efeitos tributários de R\$3.136 (2011 – R\$4.813), além de R\$60, referente a ajuste de marcação à mercado de títulos de empresas controladas, lançados na rubrica Outros Créditos.

(c) Títulos Mantidos até o Vencimento

A composição da Carteira de Títulos Mantidos até o Vencimento por tipo de papel, demonstrada pelo seu valor de custo acrescido dos rendimentos, é a seguinte:

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	Custo de Aquisição Atualizado	Valor de Mercado	Custo de Aquisição Atualizado	Valor de Mercado
Títulos Públicos Federais				
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	7.952.588	7.953.760	7.958.700	7.959.872
Títulos Públicos Federais - CVS	147.923	121.228	147.923	121.228
Letras Hipotecárias - LH	16.033	16.033	16.033	16.033
Certificados Recebíveis Imobiliários - CRI	3.581	3.581	3.581	3.581
Nota Promissória Comercial - NPC	25.797	25.797	25.797	25.797
Debêntures.....	20.786	20.786	20.786	20.786
Letras Financeiras	171.293	171.293	171.293	171.293
Outros	6	6	6	6
Total em 2012.....	8.338.007	8.312.484	8.344.119	8.318.596
Total em 2011	6.306.567	6.270.294	6.312.200	6.275.927

Composição por Prazo de Vencimento:

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Vencimentos				
Até 3 meses	25.803	6	25.803	6
De 3 a 12 meses	2.549.470	-	2.549.470	-
De 1 a 3 anos	1.824.288	2.349.902	1.824.288	2.349.902
De 3 a 5 anos	1.112.469	1.433.476	1.118.581	1.439.109
De 5 a 15 anos	2.824.565	2.366.392	2.824.565	2.366.392
Acima de 15 anos	1.412	156.791	1.412	156.791
Total.....	8.338.007	6.306.567	8.344.119	6.312.200
Ativo Circulante	2.575.273	6	2.575.273	6
Ativo Realizável a Longo Prazo	5.762.734	6.306.561	5.768.846	6.312.194

A Administração declara que possui capacidade financeira de manter estes títulos até o vencimento.

(d) Instrumentos Financeiros Derivativos

O Banrisul participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos na modalidade *swap* e termo de moeda, registrados em contas patrimoniais e de compensação, que se destinam a atender necessidades próprias para administrar sua exposição global.

A utilização dos instrumentos financeiros derivativos tem por objetivo, predominantemente, de mitigar os riscos decorrentes das oscilações cambiais da operação de captação externa efetuada pelo Banrisul, citadas nas Notas 11 e 13, que resultam na conversão destas taxas para a variação da taxa CDI.

Com esse objetivo, as operações com instrumentos derivativos na modalidade *swap* são de longo prazo, acompanhando o fluxo e vencimento da captação externa, enquanto as operações de termo de moeda são de curto prazo, vencendo à medida em que frações da captação externa são protegidas por *hedge* natural.



As operações baseiam-se em contratos de balcão registrados na Câmara de Custódia e Liquidação - CETIP e possuem como contrapartes instituições financeiras classificadas como de primeira linha. O quadro a seguir demonstra a efetividade da estrutura de *hedge accounting* (*hedge* contábil) desenvolvida pelo Banco, demonstrando o valor de curva, de mercado e ajuste a mercado do objeto (dívida subordinada) e do instrumento de *hedge* (*swaps*):

Derivativos Usados como "Hedge" de Valor Justo	Banrisul e Banrisul Consolidado			
	2012			
Instrumento de "Hedge"	Valor Referencial dos Contratos	Valor de Curva	Valor de Mercado	Ajuste a Mercado
Contratos de "Swap"	873.025	142.747	236.344	93.597
Moeda Estrangeira – Dólar	873.025	142.747	236.344	93.597
Objeto de "Hedge"				
Dívida Subordinada (Nota 13)	(869.000)	(1.052.621)	(1.160.828)	(108.207)
Moeda Estrangeira – Dólar	(869.000)	(1.052.621)	(1.160.828)	(108.207)

O quadro a seguir apresenta a composição dos instrumentos financeiros derivativos (ativos e passivos), demonstrado pelo seu valor de curva e valor de mercado:

Swaps	Banrisul e Banrisul Consolidado			
	Valor de Referência	Valor de Curva a Receber/(A Pagar)(*)	Ajustes ao Valor de Mercado no Resultado(*)	Valor de Mercado(*)
Ativo				
Moeda Estrangeira (USD) + 7,375% a.a.	873.025	179.913	93.209	273.122
Passivo				
% do CDI	(873.025)	(37.166)	388	(36.778)
Ajuste Líquido Swaps		142.747	93.597	236.344
Non Deliverable Forward - NDFs				
Ativo				
Moeda Estrangeira (USD VC)	596.151	(34.188)	(3.237)	(37.425)
Passivo				
Moeda Estrangeira (USD Pré)	(596.151)	18.124	2.346	20.470
Ajuste Líquido Non Deliverable Forward - NDFs		(16.064)	(891)	(16.955)
Ajuste Líquido Total		126.683	92.706	219.389

(*) Valores demonstrados líquido do valor de referência.

O quadro a seguir apresenta as informações dos instrumentos financeiros derivativos segregados por prazo de vencimento dos ajustes.

Swaps	Banrisul e Banrisul Consolidado						
	Valor de Referência em 2012	Valor de Mercado em 2012 (*)	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	De 3 a 5 Anos	De 5 a 15 Anos
Ativo							
Moeda Estrangeira (USD) + 7,375% a.a.	873.025	273.122	8.928	8.828	33.639	30.131	191.596
Passivo							
% do CDI	(873.025)	(36.778)	(1.831)	(1.679)	(6.331)	(5.616)	(21.321)
Ajustes Líquido de Swaps		236.344	7.097	7.149	27.308	24.515	170.275
Non Deliverable Forward - NDFs							
Ativo							
Moeda Estrangeira (USD VC)	596.151	(37.425)	-	(37.425)	-	-	-
Passivo							
Moeda Estrangeira (USD Pré)	(596.151)	20.470	-	20.470	-	-	-
Ajustes Líquido de Non Deliverable Forward - NDFs	-	(16.955)	-	(16.955)	-	-	-
Ajustes Líquido Total		219.389	7.097	(9.806)	27.308	24.515	170.275

(*) Valores demonstrados líquido do valor de referência.

O Banrisul ou as Contrapartes estão sujeitas à prestação e eventuais suplementações de garantias reais reciprocamente, caso os instrumentos financeiros derivativos superem os limites de valor de mercado estipulados contratualmente.

A margem recebida em garantia das operações com instrumentos financeiros derivativos pelo Banrisul é composta por títulos públicos federais, no montante de R\$273.995.

O Banco utiliza-se da estrutura de *hedge accounting* (*hedge* contábil) previstas nas normas do Banco Central do Brasil e a efetividade esperada desde a designação dos instrumentos de proteção e no decorrer da operação está em conformidade com o estabelecido pelo Banco Central do Brasil.

NOTA 06 Créditos Vinculados

Descrição	Forma de Remuneração	Banrisul e Banrisul Consolidado	
		2012	2011
Depósitos Compulsórios - Bacen		2.875.308	2.877.891
Depósitos à Vista e Outros Recursos	Sem Remuneração	573.201	553.195
Exigibilidade Adicional	SELIC	443.573	496.486
Depósitos de Poupança	Poupança	1.144.897	1.008.770
Outros Depósitos	Sem Remuneração	21.586	51.383
Recursos a Prazo	SELIC	692.051	768.057
Créditos Vinculados ao SFH		679.815	625.417
Carteira Adquirida	Taxa Pré-fixada 14,07% a.a.	460.467	435.211
Carteira Adquirida	Taxa Referencial + Juros (*)	217.355	188.275
Carteira Própria	Taxa Referencial + Juros (*)	1.993	1.931
Correspondentes	Sem Remuneração	41.249	33.726
Convênios	SELIC	1.243	3.001
Total		3.597.615	3.540.035
Ativo Circulante		2.917.800	2.914.618
Ativo Realizável a Longo Prazo		679.815	625.417

(*) Refere-se a créditos junto ao FCVS atualizados de acordo com a remuneração dos recursos originários sendo TR + 6,17% para créditos oriundos de recursos próprios e TR + 3,12% para créditos oriundos de recursos do FGTS.

Créditos Vinculados ao SFH - Carteira Adquirida - De outubro de 2002 a março de 2005, o Banrisul adquiriu do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, com cláusula de garantia de realização financeira para eventuais contratos não performados, quando da conversão em CVS, créditos do Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS). Em 31 de dezembro de 2012, os créditos estão avaliados pelo valor de custo e acrescidos dos rendimentos incorridos até a data das demonstrações financeiras, no valor de R\$677.822 (2011 - R\$623.486). O seu valor de face é de R\$841.075 (2011 - R\$804.519). Esses créditos serão convertidos em títulos CVS conforme processos de homologação e novação, cujo processo encontra-se fora do prazo inicialmente previsto pela Administração, sendo os montantes já vencidos apresentados separadamente e atualizados por variação de TR mais juros. Apesar de não existir definição de prazo, os valores de mercado, quando da emissão dos títulos, poderão ser significativamente diferentes dos valores contábeis.

Créditos Vinculados ao SFH - Carteira Própria - Referem-se a créditos junto ao FCVS originários de créditos imobiliários, com recursos da carteira própria, já homologados pelo órgão gestor do FCVS.

NOTA 07 Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil e Outros Créditos com Característica de Crédito

As tabelas a seguir, compreendem os saldos de operações de crédito e da carteira de câmbio, e de arrendamento mercantil.

(a) Composição por Tipo de Operação e Níveis de Risco:

	Banrisul e Banrisul Consolidado									
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	2012 2011
Empréstimos e Títulos Descontados	1.822.081	9.117.882	2.412.019	1.828.216	459.680	428.447	454.450	129.245	504.142	17.156.162 14.801.677
Financiamentos	601.377	492.211	568.323	138.793	33.883	6.059	5.104	8.079	27.105	1.880.934 1.430.232
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	197.404	594.923	583.509	190.119	81.617	48.779	50.796	18.028	46.773	1.811.948 1.705.091
Financiamentos Imobiliários	654.174	843.896	408.146	99.351	37.276	30.480	33.745	3.713	26.522	2.137.303 1.740.989
Créditos Vinculados a Cessão (1)	48.092	41.553	12.483	2.995	1.140	948	1.093	-	247	108.551 -
Financiamentos de Infraestrutura e Desenvolvimento	-	82.762	-	-	-	-	-	-	-	82.762 73.553
Total de Operações de Crédito	3.323.128	11.173.227	3.984.480	2.259.474	613.596	514.713	545.188	159.065	604.789	23.177.660 19.751.542
Operações de Arrendamento Mercantil	12.309	24.460	14.745	16.466	4.479	3.056	2.588	482	3.511	82.096 84.206
Adiantamento sobre Contrato de Câmbio (2)	13.074	219.589	206.218	102.178	16.232	3.627	15.702	22	23.298	599.940 537.799
Outros Créditos - Câmbio (3)	42	2.177	5.896	1.070	3.171	400	642	893	33.866	48.157 19.627
Créditos Vinculados a Operações Adquiridas em Cessão	-	419.177	-	-	-	-	-	-	-	419.177 -
Total em 2012	3.348.553	11.838.630	4.211.339	2.379.188	637.478	521.796	564.120	160.462	665.464	24.327.030
Total em 2011	3.386.724	9.178.255	3.895.132	1.708.802	533.183	500.213	589.142	108.128	493.595	20.393.174

(1) Créditos Vinculados a Cessão - Referem-se ao contrato de cessão de créditos com coobrigação onde o Banco cedeu a CIBRASEC operações de créditos imobiliários.

(2) A conta Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio está classificada como redutora de "Outras Obrigações - Carteira de Câmbio" (Nota 13).

(3) Outros Créditos - Câmbio compreendem créditos referentes a Rendas a Receber sobre contratos de câmbio e créditos decorrentes de contratos de exportação.

(b) Composição dos Clientes por Faixa de Vencimento e Níveis de Risco:

	Banrisul e Banrisul Consolidado									
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	2012 2011
Parcelas Vincendas (*)	3.343.092	11.797.383	4.181.881	2.313.255	606.933	491.096	509.374	117.791	413.978	23.774.783 20.083.797
Até 180 dias	1.217.922	2.986.495	1.633.944	930.639	258.476	206.535	183.098	32.559	105.833	7.555.501 6.862.014
181 a 360 dias	491.113	1.948.253	726.726	365.165	88.235	83.118	74.339	17.465	80.643	3.875.057 3.211.692
Acima de 360 dias	1.634.057	6.862.635	1.821.211	1.017.451	260.222	201.443	251.937	67.767	227.502	12.344.225 10.010.091
Parcelas Vencidas	5.461	41.247	29.458	65.933	30.545	30.700	54.746	42.671	251.486	552.247 309.377
Até 180 dias	5.461	41.247	29.458	65.933	30.545	30.498	53.623	41.189	152.931	450.885 252.247
181 a 360 dias	-	-	-	-	-	202	1.123	1.475	86.081	88.881 46.661
Acima de 360 dias	-	-	-	-	-	-	-	7	12.474	12.481 10.469
Total em 2012	3.348.553	11.838.630	4.211.339	2.379.188	637.478	521.796	564.120	160.462	665.464	24.327.030
Total em 2011	3.386.724	9.178.255	3.895.132	1.708.802	533.183	500.213	589.142	108.128	493.595	20.393.174

(*) Parcelas vencidas até 14 dias estão incluídas nas parcelas vincendas.



(c) Composição da Carteira por Setor de Atividade:

	Banrisul e Banrisul Consolidado	
	2012	2011
Setor Público Municipal		
Governo - Administração Direta e Indireta	116.196	122.238
Total Setor Público.....	116.196	122.238
Setor Privado		
Rural	1.811.948	1.705.091
Indústria.....	4.615.012	4.032.261
Comércio	2.804.332	2.486.504
Serviços e Outros	3.055.162	2.220.598
Pessoa Física (*)	9.678.526	8.085.493
Habitação	2.137.303	1.740.989
Créditos Vinculados a Operações de Cessão	108.551	-
Total Setor Privado	24.210.834	20.270.936
Total	24.327.030	20.393.174

(*) Inclui R\$1.514.604 (R\$2.201.005 em 2011) de operações de compra de carteira de crédito consignado, com coobrigação de outras instituições financeiras.

Do montante total de créditos consignados adquiridos, o Banco é detentor de créditos no valor de R\$357.969 a receber em 31 de dezembro de 2012 junto aos devedores por intermédio do Banco Cruzeiro do Sul - Em Liquidação Extrajudicial desde 14 de setembro de 2012. O Banco Cruzeiro do Sul - Em Liquidação Extrajudicial vem repassando ao Banco as parcelas recebidas, identificadas e conciliadas das operações de crédito consignado onde o Banco é detentor das operações junto ao devedor. Desde 14 de setembro de 2012 o Banrisul recebeu R\$19.203 do Banco Cruzeiro do Sul - Em Liquidação Extrajudicial por conta destes contratos.

Por dificuldades operacionais e, especialmente nas situações de compartilhamento de operações com outros bancos, o repasse dos créditos, na sua totalidade, depende da finalização do processo de identificação/conciliação por parte do liquidante, que envolve cruzamento de diversos contratos, instituições financeiras e repasses de convênios. Tão logo seja concluído, as carteiras e os valores a receber de propriedade do Banrisul serão repassados.

As operações que se encontram nesta condição no Banco, estão sendo analisadas individualmente quanto ao atraso no repasse dos recursos e estão provisionados de acordo com a Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional.

A Administração do Banco acompanha atentamente a evolução da solvência desta carteira desde quando o Banco Cruzeiro do Sul em atividade normal, após em Regime de Administração Especial Temporária – RAET, e agora em Liquidação Extrajudicial, portanto não espera perdas na realização destes créditos.

(d) Movimentação da Provisão para Perdas em Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil e Outros Créditos com Característica de Crédito:

A movimentação da Provisão para Perdas em Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil e Outros Créditos, exclusivamente com características de crédito, é a seguinte:

	Banrisul e Banrisul Consolidado	
	2012	2011
Saldo da Provisão para Perdas em Operações de Crédito em 1º de janeiro.....	1.317.679	1.101.923
Constituição Líquida do Exercício	839.186	628.862
Baixas para Contas de Compensação	(565.875)	(413.106)
Provisão para Perdas em Operações de Crédito por Níveis de Risco	1.590.990	1.317.679
Provisão sobre Operações de Crédito		
Ativo Circulante	473.981	472.721
Ativo Realizável a Longo Prazo.....	1.024.447	801.138
Provisão sobre Operações de Arrendamento Mercantil		
Ativo Circulante	2.549	3.020
Ativo Realizável a Longo Prazo	5.415	7.379
Provisão sobre Outros Créditos com Característica de Crédito (Nota 08)		
Ativo Circulante	50.414	26.436
Ativo Realizável a Longo Prazo	34.184	6.985

A despesa com a provisão para Outros Créditos – Títulos e Créditos a Receber sem característica de crédito, em 31 de dezembro de 2012 é de R\$12.803.

(e) Composição da Provisão para Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil e Outros Créditos com Característica de Crédito por Níveis de Risco:

Níveis de Risco	Carteira de Crédito	Provisionamento mínimo requerido pela Resolução n° 2.682/99	Provisão mínima requerida	Banrisul e Banrisul Consolidado	
				Provisão existente (Nota 03(f))	Total
AA	3.348.553	0,0%	-	6.575	6.575
A	11.838.630	0,5%	59.193	23.677	82.870
B	4.211.339	1,0%	42.113	21.057	63.170
C	2.379.188	3,0%	71.376	47.583	118.959
D	637.478	10,0%	63.748	12.750	76.498
E	521.796	30,0%	156.539	10.436	166.975
F	564.120	50,0%	282.060	11.282	293.342
G	160.462	70,0%	112.323	4.814	117.137
H	665.464	100,0%	665.464	-	665.464
Total em 2012	24.327.030		1.452.816	138.174	1.590.990
Total em 2011	20.393.174		1.203.345	114.334	1.317.679

As operações de crédito baixadas a prejuízo no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 mantidas pelo valor atualizado até a data da respectiva baixa em conta de compensação montavam R\$565.875 (2011 - R\$413.106).

As recuperações por recebimento das Operações de Crédito anteriormente baixadas como prejuízo foram reconhecidas como Receitas de Operações de Créditos e atingiram R\$157.605 (2011 - R\$126.384) no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, líquidas das perdas geradas nessas recuperações.

Conforme Resolução n° 2.682/99, do Conselho Monetário Nacional - CMN, as operações renegociadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 montavam R\$593.678 (2011 - R\$331.020).

NOTA 08 Outros Créditos

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Carteira de Câmbio	656.133	638.334	656.133	638.334
Câmbio Comprado a Liquidar	633.727	613.041	633.727	613.041
Cambiais e Documentos a Prazo - Moedas Estrangeiras	-	186	-	186
Direitos sobre Vendas de Câmbio	23.848	17.912	23.848	17.912
Adiantamentos em Moeda Nacional Recebidos	(15.469)	(5.821)	(15.469)	(5.821)
Rendas a Receber de Adiantamentos Concedidos	14.027	13.016	14.027	13.016
Rendas a Receber	61.326	44.176	56.601	38.777
Dividendos e Bonificações em Dinheiro a Receber	4.725	5.399	-	-
Serviços Prestados a Receber	56.369	38.597	56.369	38.597
Outros	232	180	232	180
Negociação e Intermediação de Valores	-	-	4.874	3.223
Negociação e Intermediação de Valores	-	-	4.874	3.223
Créditos Específicos	-	-	16	19
Créditos Específicos	-	-	16	19
Diversos	2.345.560	1.404.849	2.424.565	1.475.274
Adiantamentos ao Fundo Garantidor de Crédito	18.032	37.702	18.032	37.702
Adiantamentos a Empregados	13.241	12.362	13.388	12.494
Adiantamentos para Pagamentos por Nossa Conta	11.842	539	15.329	6.446
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos (Nota 22 (b))	868.963	700.911	871.987	705.782
Devedores por Depósito em Garantia (Nota 14 (b))	164.184	184.704	173.774	196.336
Impostos e Contribuições a Compensar	46.513	5.165	47.485	6.368
Pagamentos a Ressarcir	50.789	42.960	50.839	42.966
Operações de Crédito Vinculadas a Cessão (*)	135.965	-	135.965	-
Títulos e Créditos a Receber (**)	361.372	227.762	420.984	230.281
Transações com Cartões de Crédito	175.025	117.179	175.025	117.179
Devedores Diversos - País	80.457	75.565	82.580	119.720
Créditos Vinculados a Operações Adquiridas em Cessão (Nota 07 (a))	419.177	-	419.177	-
Provisão para Outros Créditos	(130.692)	(55.677)	(132.851)	(57.622)
Com Característica de Crédito (Nota 07 (d))	(84.598)	(33.421)	(84.598)	(33.421)
Sem Característica de Crédito	(46.094)	(22.256)	(48.253)	(24.201)
Total de Outros Créditos	2.932.327	2.031.682	3.009.338	2.098.005
Ativo Circulante	1.809.552	1.390.488	1.869.756	1.438.587
Ativo Realizável a Longo Prazo	1.122.775	641.194	1.139.582	659.418

(*) Operações de Créditos vinculados a Cessão - Este valor refere-se aos custos de compra de cessão de créditos sem coobrigação e produção de novas operações efetuadas pela Credimattone Promotora de Vendas e Serviços S/A.

(**) Títulos e Créditos a Receber estão compostos principalmente por:

a) Créditos de precatórios junto ao Tesouro Nacional. No primeiro trimestre de 2005, mantendo a política de recuperação de créditos, o Banrisul recebeu como dação em pagamento, para quitação de empréstimos em atraso de empresas que pertenciam a um mesmo Grupo Econômico. O efetivo recebimento destes títulos depende do desfecho de ação judicial entre o Grupo Econômico e a União, e a liberação de depósitos judiciais que vem sendo efetuados pela União conforme fluxo de liquidação original dos precatórios. A Administração entende que não há necessidade de constituição de provisão para perda. Esses títulos, em 31 de dezembro de 2012, totalizavam R\$101.390 (2011 - R\$95.282) e são remunerados pela variação de índice de preços IPCA-E e juros.

b) Outros Créditos sem Característica de Crédito, com o Setor Público Municipal, no valor de R\$76.643 (2011 - R\$88.287) relativos a direitos recebíveis adquiridos do Governo do Estado do Rio Grande do Sul ou de entidades por ele controladas, com remuneração de 1% a 8,5% a.a. e indexado à TR e IGPM com vencimento até 2036.

NOTA 09 Permanente

(a) Investimentos

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Participação em Controladas e Coligadas no País	434.577	358.096	41.207	-
Participações em Controladas (Nota 02 (c)).....	393.370	358.096	-	-
Participações em Coligadas (*)	7.258	-	7.258	-
Ágio na Aquisição de Investimentos (*)	33.949	-	33.949	-
Outros Investimentos	11.455	11.599	12.105	12.780
Provisão para Perdas	(4.785)	(4.793)	(4.891)	(5.266)
Total	441.247	364.902	48.421	7.514

(*) Em 13 de março de 2012, o Banrisul adquiriu 49,9% (quarenta e nove por cento e nove décimos) das ações de emissão da CrediMatone Promotora de Vendas e Serviços S/A (anteriormente denominada Bem-Vindo Promotora de Vendas e Serviços S/A), sociedade anônima de capital fechado com sede na cidade do Rio de Janeiro, representando 673.500 ações ordinárias. O ágio de R\$33.949 representa o benefício econômico futuro decorrente da aquisição. O valor da equivalência patrimonial em 31 de dezembro de 2012 totalizava R\$1.207.

(b) Imobilizado

Imobilizado de Uso	Taxa	Banrisul		Banrisul Consolidado	
		Custo Original	Depreciação Acumulada	Saldo Líquido em 2012	Saldo Líquido em 2011
Imóveis de Uso	4%	119.005	(97.756)	21.249	21.940
Outras Imobilizações de Uso					
Móveis e Equipamentos em Estoque	-	27.503	-	27.503	10.945
Imobilizações em Curso.....	-	56	-	56	56
Instalações.....	10%	104.695	(84.813)	19.882	11.595
Móveis e Equipamentos de Uso	10%	78.930	(56.501)	22.429	21.191
Outros					
Sistema de Comunicação	10%	4.351	(3.976)	375	472
Sistema de Processamento de Dados	20%	287.907	(227.557)	60.350	87.595
Sistema de Segurança	10%	10.308	(7.543)	2.765	2.386
Sistema de Transportes.....	20%	3.845	(2.101)	1.744	162
Total em 2012.....		636.600	(480.247)	156.353	
Total em 2011.....		599.939	(443.597)		156.342

Imobilizado de Uso	Taxa	Banrisul Consolidado		Banrisul Consolidado	
		Custo Original	Depreciação Acumulada	Saldo Líquido em 2012	Saldo Líquido em 2011
Imóveis de Uso	4%	129.622	(102.941)	26.681	27.243
Outras Imobilizações de Uso					
Móveis e Equipamentos em Estoque	-	27.503	-	27.503	10.945
Imobilizações em Curso.....	-	808	-	808	56
Instalações.....	10%	108.028	(85.488)	22.540	12.328
Móveis e Equipamentos de Uso	10%	83.922	(59.464)	24.458	22.465
Outros					
Sistema de Comunicação	10%	4.362	(3.978)	384	472
Sistema de Processamento de Dados	20%	288.689	(228.238)	60.451	87.739
Sistema de Segurança	10%	10.308	(7.543)	2.765	2.386
Sistema de Transportes.....	20%	3.910	(2.144)	1.766	197
Total em 2012.....		657.152	(489.796)	167.356	
Total em 2011.....		616.313	(452.482)		163.831

(c) Intangível

Ativos Intangíveis	Taxa	Banrisul		Banrisul Consolidado	
		Custo Original	Saldo Líquido em 2012	Saldo Líquido em 2011	Saldo Líquido em 2011
Direitos por Aquisição de Folhas de Pagamento (*)					
Setor Público	20%	298.285	(269.515)	28.770	83.386
Setor Privado	20%	27.840	(17.055)	10.785	15.925
Aquisição de Software.....	20%	39.407	(34.600)	4.807	7.424
Outros.....	-	1.718	(638)	345	925
Total em 2012.....		367.250	(321.808)	45.442	46.631
Total em 2011.....		365.576	(259.073)	106.503	107.660

(*) Referem-se aos contratos firmados com o setor público e com entidades do setor privado, para garantir exclusividade na manutenção dos serviços bancários de processamento de créditos de folha de pagamento e de prioridade no canal de consignação de empréstimos para os respectivos funcionários, bem como a manutenção da carteira de cobrança, de serviços de pagamento aos seus fornecedores e outros serviços bancários. Esses contratos possuem vigência por cinco anos, sendo amortizados pelo prazo contratual decorrido. Não foram identificadas perdas no valor recuperável destes ativos.

NOTA 10 Depósitos e Captações no Mercado Aberto

						Banrisul
	Sem Vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	2012	2011
Depósitos						
À Vista (a).....	3.401.968	-	-	-	3.401.968	3.199.122
Poupança (a).....	5.836.236	-	-	-	5.836.236	5.136.227
Interfinanceiros.....	-	26.902	242.638	150.171	419.711	32.206
A Prazo (b)	2.633	1.735.080	5.077.018	10.582.084	17.396.815	14.276.729
Total	9.240.837	1.761.982	5.319.656	10.732.255	27.054.730	22.644.284
Passivo Circulante.....					16.322.475	14.928.975
Passivo Exigível a Longo Prazo					10.732.255	7.715.309
Captação no Mercado Aberto						
Carteira Própria	-	1.697.357	-	-	1.697.357	1.401.282
Total	-	1.697.357	-	-	1.697.357	1.401.282

						Banrisul Consolidado
	Sem Vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	2012	2011
Depósitos						
À Vista (a).....	3.400.331	-	-	-	3.400.331	3.195.322
Poupança (a).....	5.836.236	-	-	-	5.836.236	5.136.227
Interfinanceiros.....	-	26.902	242.638	150.171	419.711	32.206
A Prazo (b)	2.633	1.735.080	4.770.314	10.582.084	17.090.111	13.997.383
Total	9.239.200	1.761.982	5.012.952	10.732.255	26.746.389	22.361.138
Passivo Circulante.....					16.014.134	14.645.829
Passivo Exigível a Longo Prazo					10.732.255	7.715.309
Captação no Mercado Aberto						
Carteira Própria.....	-	1.627.794	-	-	1.627.794	1.331.544
Total	-	1.627.794	-	-	1.627.794	1.331.544

(a) Classificados como sem vencimento, pois não existe data de vencimento contratual.

(b) Considera os prazos estabelecidos nas aplicações.

As captações em depósitos a prazo são realizadas com pessoas físicas ou jurídicas, nas modalidades de encargos pós ou pré-fixados, os quais correspondem a 92% e 8% do total da carteira, respectivamente. A taxa média de captação para os depósitos pós-fixados corresponde a 70,60% (2011 – 70,04%) da variação do CDI e os pré-fixados 7,08% (2011 – 9,40%) ao ano.

As captações através de operações compromissadas - carteira própria - no mercado aberto, realizadas com instituições financeiras, têm taxa média de captação de 100% da variação do CDI.

NOTA 11 Obrigações por Empréstimos

No Exterior - São representadas por recursos captados de bancos no exterior para aplicação em operações comerciais de câmbio incorrendo a variação cambial das respectivas moedas, acrescida de juros a taxas entre 2,11% a 5,80% (2011 – 2,48% a 5,50%) ao ano, com vencimento máximo em 1.528 dias (2011 – 1.078 dias), e apresenta saldo de R\$1.585.933 (2011 – R\$912.016).

Emissão de Dívidas Subordinadas - Em 26 de novembro de 2012 o Banrisul concluiu um processo de emissão de títulos de dívidas subordinadas no exterior, com volume total captado de USD 275 milhões (275 milhões de dólares americanos), e apresenta saldo de R\$618.240 em 31 de dezembro de 2012.

A liquidação financeira da operação foi efetivada em 03 de dezembro de 2012 com vencimento em 02 de fevereiro de 2022.

O cupom de juros pactuados é de 7,375% a.a., pagáveis semestralmente a partir da data da efetivação. O preço de emissão correspondeu a 109,943% do valor de face dos títulos vendidos, o que resulta em uma taxa de juros efetiva de 5,95% a.a.

Conforme descrito na Nota 27, o Banco Central do Brasil considerou o valor referente à captação nesta emissão, elegível como capital de nível II na categoria de dívida subordinada.



NOTA 12 Obrigações por Repasses

	Banrisul e Banrisul Consolidado					
	Repasses do País-Instituições Oficiais		Repasses do Exterior		Total	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Até 90 dias.....	127.790	94.560	979	8.248	128.769	102.808
De 91 a 360 dias	311.204	224.199	24.783	426	335.987	224.625
De 1 a 3 anos	584.307	383.234	-	21.510	584.307	404.744
De 3 a 5 anos	294.492	234.902	-	268	294.492	235.170
Acima de 5 anos	325.739	275.879	-	-	325.739	275.879
Total	1.643.532	1.212.774	25.762	30.452	1.669.294	1.243.226
Passivo Circulante.....	438.994	318.759	25.762	8.674	464.756	327.433
Passivo Exigível a Longo Prazo	1.204.538	894.015	-	21.778	1.204.538	915.793

Os recursos internos para repasses representam, basicamente, captações de Instituições Oficiais (BNDES, FINAME e Caixa Econômica Federal). Essas obrigações têm vencimentos mensais até dezembro de 2028, com incidência de encargos financeiros nas operações pós-fixadas de 0,50% a 8,61% (2011 – 0,50% a 8,61%) ao ano, além das variações dos indexadores (TJLP, Dólar e Cesta de Moedas), e nas obrigações pré-fixadas até 11,00% (2011 - 11,00%) ao ano. Os recursos são repassados aos clientes nos mesmos prazos e taxas de captação, acrescidas de comissão de intermediação. Como garantia desses recursos, foram repassadas as garantias recebidas nas operações de crédito correspondentes.

NOTA 13 Outras Obrigações

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	44.953	34.539	44.953	34.539
Recebimento de Tributos Federais	44.641	34.310	44.641	34.310
Outros.....	312	229	312	229
Carteira de Câmbio	25.628	30.083	25.628	30.083
Câmbio Vendido a Liquidar	16.561	18.037	16.561	18.037
Obrigações por Compras de Câmbio	609.007	549.845	609.007	549.845
Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio (Nota 07 (a))	(599.940)	(537.799)	(599.940)	(537.799)
Sociais e Estatutárias	47.860	73.684	48.054	73.759
Dividendos e Bonificações a Pagar	33.841	67.345	33.908	67.420
Gratificações e Participações a Pagar	14.019	6.339	14.146	6.339
Fiscais e Previdenciárias	701.034	731.861	707.901	742.647
Impostos e Contribuições a Recolher	63.813	53.967	65.565	55.431
Imposto de Renda e Contribuições sobre o Lucro.....	194.297	250.267	197.840	257.815
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos (Nota 22 (b2))	13.864	14.070	13.913	14.353
Provisão para Riscos Fiscais (Nota 14 (b))	429.060	413.557	430.583	415.048
Negociação e Intermediação de Valores.....	-	-	5.696	3.409
Negociação e Intermediação de Valores	-	-	5.696	3.409
Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	5.942.333	5.098.561	5.942.333	5.098.561
Obrigações para Fundos Financeiros e de Desenvolvimento (Nota 21 (a))	5.920.960	5.078.198	5.920.960	5.078.198
Outros.....	21.373	20.363	21.373	20.363
Dívidas Subordinadas	1.158.335	-	1.158.335	-
Dívidas Subordinadas (*)	1.160.828	-	1.160.828	-
Deságio e Despesas de Encargos a Incorporar com Dívida Externa ...	(2.493)	-	(2.493)	-
Diversas.....	1.417.589	1.006.117	1.511.687	1.098.049
Cheques Administrativos	79	13.343	79	13.343
Credores por Recursos a Liberar.....	109.905	101.062	110.157	101.289
Obrigações por Operações Vinculadas a Cessão	104.904	-	104.904	-
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	5.851	8.530	5.949	8.626
Obrigações por Convênios Oficiais	187	32.499	187	32.499
Provisões para Férias e Outros Encargos	268.650	239.232	258.253	230.542
Parcelamento do Déficit Atuarial da Fundação Banrisul (Nota 23) ...	66.664	64.428	66.664	64.428
Provisões para Ações Trabalhistas (Nota 14 (b))	167.264	122.845	173.557	134.907
Multas Câmbio Bacen (Nota 14(f)(i)).....	124.515	120.538	124.515	120.538
Provisão para Riscos Previdenciários (Nota 14 (f)(ii)).....	15.676	18.783	15.676	18.783
Provisão para Perdas de Securitização (**)	3.573	7.670	3.573	7.670
Provisão para Riscos Cíveis (Nota 14 (b))	55.795	23.426	56.012	23.514
Provisão Proveniente da Companhia União de Seguros Gerais (GESB)	8.846	8.120	8.846	8.120
Recursos de FGTS para Amortizações.....	3.576	3.636	3.576	3.636
Credores Diversos - País	233.778	72.746	330.069	159.573
Transações de Cartões a Pagar	153.989	104.478	153.989	104.478
Outros.....	94.337	64.781	95.681	66.103
Total de Outras Obrigações.....	9.337.732	6.974.845	9.444.587	7.081.047
Passivo Circulante.....	7.562.075	6.324.373	7.668.930	6.430.575
Passivo Exigível a Longo Prazo	1.775.657	650.472	1.775.657	650.472

(*) Em 26 de janeiro de 2012 o Banrisul concluiu um processo de emissão de títulos de dívidas subordinadas no exterior, com volume total captado de USD 500 milhões (500 milhões de dólares americanos).

A liquidação financeira da operação foi efetivada em 02 de fevereiro de 2012 e possui prazo de 10 anos com vencimento em 02 de fevereiro de 2022.

O cupom de juros pactuados é de 7,375% a.a., pagáveis semestralmente a partir da data da efetivação. O preço de emissão correspondeu a 99,131% do valor de face dos títulos vendidos, o que resulta em uma taxa de juros efetiva de 7,50% a.a.

Conforme descrito na Nota 03 (c), os derivativos contratados para proteção do risco de variação de moeda estrangeira e taxas de juros, oriunda da emissão dessa dívida, foram designados como *hedge* de risco de mercado.

(**) A Administração do Banrisul mantém provisão relativa a coobrigações de créditos securitizados junto ao Tesouro Nacional que monta R\$23.926 (2011 - R\$25.776), controlada em conta de compensação, sendo de responsabilidade de mutuários do setor rural.

NOTA 14 Provisões, Ativos e Passivos Contingentes

O Banrisul e suas controladas, na execução de suas atividades normais, são parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível.

As provisões foram constituídas tendo como base a opinião de assessores legais, através da utilização de modelos e critérios que permitam a sua mensuração, apesar da incerteza inerente ao seu prazo e ao desfecho de causa. O Banrisul provisiona integralmente o valor das ações cuja avaliação é classificada como provável.

A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender eventuais perdas decorrentes de processos judiciais.

(a) Ativos Contingentes

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

(b) Movimentação das Provisões

	Banrisul				
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Outros	Total
Saldo Inicial em 01/01/2012.....	413.557	122.845	23.426	139.321	699.149
Constituição e Atualização Monetária	15.503	127.717	63.665	4.406	211.291
Reversão da Provisão	-	-	(44)	-	(44)
Baixas por Pagamento	-	(83.298)	(31.252)	(3.536)	(118.086)
Saldo Final em 31/12/2012.....	429.060	167.264	55.795	140.191	792.310
Depósitos em Garantia (Nota 08)	-	101.895	54.328	7.961	164.184

	Banrisul Consolidado				
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Outros	Total
Saldo Inicial em 01/01/2012.....	415.048	134.907	23.514	139.321	712.790
Constituição e Atualização Monetária	15.535	128.167	63.794	4.406	211.902
Reversão da Provisão.....	-	(768)	(44)	-	(812)
Baixas por Pagamento	-	(88.749)	(31.252)	(3.536)	(123.537)
Saldo Final em 31/12/2012.....	430.583	173.557	56.012	140.191	800.343
Depósitos em Garantia (Nota 08)	1.583	104.981	59.249	7.961	173.774

(c) Provisões Fiscais

Provisões de contingências fiscais referem-se basicamente a exigíveis relativos a tributos cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação administrativa ou judicial, e a probabilidade de perda é considerada provável, sendo constituídas pelo valor integral em discussão. Para causas que possuem os respectivos depósitos em garantia, os valores envolvidos não se encontram atualizados. Quando da expedição do alvará de levantamento, em função da ação julgada favorável, os valores são atualizados e resgatados.

A principal causa de natureza fiscal se refere ao Imposto de Renda e Contribuição Social sobre a dedução da despesa oriunda da quitação do déficit atuarial junto à Fundação Banrisul de Seguridade Social, questionada pela Secretaria da Receita Federal para o período de 1998 a 2005 no montante de R\$429.060 (2011 - R\$413.557). O Banrisul, através de seus assessores jurídicos, vem discutindo judicialmente o assunto e, registrou provisão para contingências no valor estimado da perda.

Existem ainda contingências fiscais que, de acordo com a sua natureza, são consideradas como de perda possível, no montante de R\$44.199 (2011 - R\$41.835) e no Consolidado R\$67.506 (2011 - R\$59.921). De acordo com as práticas contábeis não foi registrada provisão para contingências.



(d) Provisões Trabalhistas

São ações movidas principalmente pelos sindicatos e ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos, em especial ao pagamento de "horas extras" e outros direitos trabalhistas.

Registra-se a provisão constituída para as ações trabalhistas ajuizadas contra o Banrisul, quando da notificação judicial e cujo risco de perda é considerado provável. O valor é apurado de acordo com a estimativa de desembolso feita por nossa Administração, revisada periodicamente com base em subsídios recebidos de nossos assessores legais, sendo ajustadas ao valor do depósito de execução quando estes são exigidos. Da provisão mencionada, está depositado judicialmente o montante de R\$78.039 (2011 - R\$81.280) e no Consolidado R\$80.257 (2011 - R\$89.040). Adicionalmente, o valor de R\$23.856 (2011 - R\$19.114) e no Consolidado R\$24.724 (2011 - R\$19.913) foi exigido para os recursos processuais.

Existem causas trabalhistas que, de acordo com a sua natureza, são consideradas como de perda possível, no montante aproximado de R\$37.795 (2011 - R\$49.253) e no Consolidado R\$37.881 (2011 - R\$50.212). Nas causas trabalhistas que possuem pedidos considerados de perda provável e já provisionados, existem também pedidos na mesma ação que são considerados como de perda possível, no montante de R\$298.468 (2011 - R\$188.722) e no Consolidado R\$304.278 (2011 - R\$194.983). De acordo com as práticas contábeis, não foi registrada provisão para estas contingências.

(e) Provisões Cíveis

Ações de caráter indenizatório referem-se à indenização por dano material e/ou moral, referentes à relação de consumo, versando, principalmente, sobre questões atinentes a cartões de crédito, crédito direto ao consumidor, contas correntes, cobrança e empréstimos.

Registra-se a provisão constituída, quando do recebimento da citação inicial, e são ajustadas mensalmente, pelo valor indenizatório pretendido, nas provas apresentadas e na avaliação de assessores jurídicos que leva em conta a jurisprudência, subsídios fáticos levantados, provas produzidas nos autos e as decisões judiciais que vierem a ser proferidas na ação, quanto ao grau de risco de perda da ação judicial.

Existem ainda R\$976.408 (2011 - R\$136.467) e no Consolidado R\$1.000.298 (2011 - R\$138.576) relativos a processos movidos por terceiros contra a Instituição que a assessoria jurídica classifica como de perdas possíveis, e, portanto não foram provisionadas.

(f) Outros

i) Em 29 de setembro de 2000, o Banrisul recebeu autuação imposta pelo Banco Central do Brasil em conexão com processos administrativos abertos por aquela Autoridade Monetária, relativamente a supostas irregularidades cometidas em operações de câmbio entre 1987 e 1989. Em deliberação administrativa de segunda instância, foi determinado ao Banrisul o pagamento de multa equivalente a 100% do valor das operações supostamente irregulares, decisão essa que está sendo contestada judicialmente por sua Administração, que de forma preventiva e atendendo aos requisitos do Bacen, decidiu pela constituição de provisão para possíveis perdas no montante de R\$124.515 (2011 - R\$120.538).

ii) Notificação fiscal de débito do INSS referente a cobrança previdenciária sobre verbas que não possuem natureza salarial e salário-educação classificada como provável pelos nossos assessores e com provisão no montante de R\$15.676 (2011 - R\$18.783).

NOTA 15 Receitas de Prestação de Serviços

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Administração de Fundos.....	67.610	61.416	67.610	64.007
Cobrança de Títulos.....	48.217	46.690	48.217	46.690
Rendas de Taxas de Administração de Consórcios	-	-	21.797	15.709
Rendas de Corretagens de Operações.....	-	-	5.823	4.156
Outras Receitas de Serviços.....	1.774	1.261	52.115	22.982
Total	117.601	109.367	195.562	153.544

NOTA 16 Rendas de Tarifas Bancárias

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Banricompras	113.221	101.842	113.221	101.842
Devolução de Cheques	18.033	18.737	18.033	18.737
Débitos em Conta	27.926	23.811	27.926	23.811
Serviços de Arrecadação	81.980	59.551	81.980	59.551
Transações com Cheques	13.097	12.766	13.097	12.766
Tarifas Bancárias de Contas Correntes	287.162	270.776	287.162	270.776
Cartão de Crédito	12.684	9.684	12.684	9.684
Tarifas de Saques	6.736	6.813	6.736	6.813
Tarifas de Uso da Agência Virtual	6.479	5.426	6.479	5.426
Tarifas de Fiança Bancária	6.177	4.455	6.177	4.455
Outras Receitas de Tarifas	29.528	19.364	29.510	34.570
Total	603.023	533.225	603.005	548.431

Do montante de R\$603.023 de rendas do exercício, R\$274.053 (2011 - R\$254.750) são provenientes de operações com pessoas físicas e R\$328.970 (2011 - R\$278.475) com pessoas jurídicas.

NOTA 17 Outras Despesas Administrativas

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Processamento de Dados e Telecomunicações	163.121	146.015	173.190	152.227
Vigilância, Segurança e Transporte de Valores	101.839	83.431	101.839	83.431
Amortização e Depreciação.....	108.707	111.293	109.449	111.862
Aluguéis e Condomínios	63.348	58.077	62.509	56.941
Materiais	16.951	23.655	17.063	23.705
Serviços de Terceiros	191.858	140.933	195.891	144.326
Propaganda, Promoções e Publicidade (*).....	74.193	64.885	75.191	65.606
Manutenção e Conservação	26.455	21.937	26.899	22.194
Água, Energia e Gás.....	19.235	18.145	19.519	18.384
Serviços do Sistema Financeiro	32.349	21.892	35.038	23.455
Outras.....	40.146	36.249	44.882	39.230
Total	838.202	726.512	861.470	741.361

(*) É composto principalmente por R\$29.622 (2011 - R\$15.829) de despesa com propaganda institucional e R\$33.482 (2011 - R\$36.587) de programa de divulgação por meio de eventos e clubes esportivos.

NOTA 18 Outras Receitas Operacionais

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Recuperação de Encargos e Despesas.....	60.266	55.719	50.017	50.792
Reversão de Provisões Operacionais para:				
Trabalhistas	-	-	768	80
Cíveis	44	767	44	767
Outros (*)	49.267	34.159	49.267	34.159
Perdas de Securitização	4.335	730	4.335	730
Comissão sobre Títulos de Capitalização.....	1.166	5.664	1.166	5.664
Tarifas Interbancárias	21.757	20.049	21.757	20.049
Ajuste Cambial - Dependências no Exterior	11.672	14.193	11.672	14.193
Títulos de Créditos a Receber.....	6.187	8.244	6.187	8.244
Fundo de Reserva - Depósito Judicial - Lei nº 12.069	14.077	25.712	14.077	25.712
Comissão e Taxa de Administração sobre Colocação de Seguros.....	9.944	2.641	9.944	2.641
Outras Receitas Operacionais.....	77.854	77.653	80.346	79.906
Total	256.569	245.531	249.580	242.937

(*) Do montante de R\$49.267, R\$40.629 refere-se à recuperação de Imposto de Renda em virtude de decisão judicial em relação ao incentivo fiscal do Programa de Alimentação do Trabalhador.



NOTA 19 Outras Despesas Operacionais

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Descontos Concedidos de Renegociações.....	38.842	13.862	38.842	13.862
Despesas com Provisões Trabalhistas (Nota 14 (b))	127.717	92.920	128.167	96.122
Despesas com Provisões de Imóveis - Bens não de Uso.....	1.462	3.064	1.462	3.064
Despesas com Provisões para Perdas de Securitização.....	238	3.493	238	3.493
Despesas com Provisões para Ações Cíveis (Nota 14 (b))	63.665	15.260	63.794	15.348
Despesas com Arrecadação de Tributos Federais.....	3.076	3.671	3.076	3.671
Despesas com Atualização da Provisão para Riscos Fiscais (CS/IR) - (Nota 14 (b)).....	15.503	20.087	15.535	20.132
Despesas com Indenizações - Processos Administrativos	-	110	-	110
Atualização Monetária Multas Câmbio - Bacen (Nota 14 (b))	3.977	5.157	3.977	5.157
Outras Provisões Tributárias.....	429	-	429	-
Atualização Monetária da Dívida Contratada da Fundação Banrisul .	8.492	7.302	8.492	7.302
Despesas com Provisão para Dívidas Assumidas junto ao GESB	1.811	2.161	1.811	2.161
Despesas com Processos Judiciais.....	3.724	14.895	3.724	14.895
Despesas com Cartões.....	9.439	3.650	9.439	3.650
Bônus Cartão Banrisul de Vantagens.....	2.917	5.149	2.917	5.149
Outras Despesas Operacionais	88.866	41.736	88.863	42.475
Total	370.158	232.517	370.766	236.591

NOTA 20 Patrimônio Líquido - Banrisul

(a) Capital Social

O Capital Social do Banrisul em 31 de dezembro de 2012 é de R\$3.500.000, subscrito e integralizado, representado por 408.974 mil ações, sem valor nominal, conforme abaixo:

	ON		PNA		PNB		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Estado do Rio Grande do Sul	204.199.859	99,59	2.721.484	76,82	26.086.957	13,02	233.008.300	56,97
Fundação Banrisul de Seguridade Social	449.054	0,22	158.983	4,49	-	0,00	608.037	0,15
Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul.....	44.934	0,02	168.612	4,76	-	0,00	213.546	0,05
Outros.....	349.527	0,17	493.698	13,93	174.301.369	86,98	175.144.594	42,83
Total.....	205.043.374	100,00	3.542.777	100,00	200.388.326	100,00	408.974.477	100,00

No período de janeiro a dezembro de 2012, houve a conversão das ações entre PNA e PNB no montante de 34.410 ações.

A Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas, realizada em 30 de abril de 2012, aprovou aumento de capital mediante aproveitamento de Reservas de Lucro, no montante de R\$300.000, sem emissão de novas ações, já homologado pelo Bacen.

As ações preferenciais não têm direito a voto e têm a seguinte remuneração:

Ações Preferenciais Classe A:

- Prioridade no recebimento de um dividendo fixo preferencial, não cumulativo, de 6% (seis por cento) ao ano, calculado sobre o quociente resultante da divisão do valor do capital social pelo número de ações que o compõem;
- Direito de participar, depois de pago às ações Ordinárias e Preferenciais Classe B um dividendo igual ao pago a tais ações, na distribuição de quaisquer outros dividendos ou bonificações em dinheiro distribuídos pela sociedade, em igualdade de condições com as ações Ordinárias e Preferenciais Classe B, com o acréscimo de 10% (dez por cento) sobre o valor pago a tais ações;
- Participação nos aumentos de capital decorrentes da capitalização de reservas, em igualdade de condições com as ações Ordinárias e Preferenciais Classe B; e

iv) Prioridade no reembolso de capital, sem prêmio.

Ações Preferenciais Classe B:

i) Participação nos aumentos de capital decorrentes da capitalização de reservas, em igualdade de condições com as ações Ordinárias e Preferenciais Classe A; e

ii) Prioridade no reembolso de capital, sem prêmio.

(b) Distribuição de Resultado

O Lucro Líquido do Exercício, ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76, terá as seguintes destinações: (I) 5% para constituição da Reserva Legal, que não excederá 20% do Capital Social, (II) 25% para constituição de Reserva Estatutária, (III) Dividendos Mínimos Obrigatórios de 25% do Lucro Líquido Ajustado. O lucro restante terá a destinação determinada pela Assembleia Geral.

A Reserva Estatutária terá por finalidade garantir recursos para investimentos e aplicação na área de informática, e está limitada a 70% do Capital Social Integralizado.

Em 30 de abril de 2012, em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária foi aprovada a proposta de distribuição de dividendos adicionais para o exercício de 2012, no percentual equivalente a 15% do Lucro Líquido Ajustado, perfazendo o total de 40%.

A política de remuneração do capital adotada pelo Banrisul visa distribuir juros sobre o capital próprio no valor máximo dedutível calculado em conformidade com a legislação vigente, os quais são computados, líquidos de Imposto de Renda na Fonte, no cálculo dos dividendos obrigatórios do exercício previsto no Estatuto Social.

Conforme facultado pela Lei nº 9.249/95 e pela Deliberação CVM nº 207/96, a Administração do Banrisul pagou juros sobre o capital próprio no montante de R\$253.387, referente ao exercício de 2012 (2011 - R\$231.642), imputado aos dividendos, líquido do imposto de renda retido na fonte.

O pagamento destes juros sobre o capital próprio resultou em um benefício tributário para o Banrisul na ordem de R\$101.355 (2011 - R\$92.657) (Nota 22 (a)).

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Lucro Líquido do Exercício	818.590	904.349
Ajuste		
Reserva Legal	(40.930)	(45.217)
Base de Cálculo dos Dividendos	777.660	859.132
Dividendo Mínimo Obrigatório 25%	194.415	214.783
Dividendo Adicional 15%	116.649	128.870
Total dos Dividendos	311.064	343.653
A) Juros sobre Capital Próprio Pagos	237.986	216.988
Ações Ordinárias (R\$619,47501 por lote de mil ações)	127.038	116.119
Ações Preferenciais A (R\$630,07457 por lote de mil ações)	2.201	2.093
Ações Preferenciais B (R\$619,47501 por lote de mil ações)	124.148	113.430
Imposto de Renda na Fonte relativo a Juros sobre Capital Próprio	(15.401)	(14.654)
B) Dividendos Pagos	40.000	60.000
Ações Ordinárias (R\$97,72096 por lote de mil ações)	20.037	30.055
Ações Preferenciais A (R\$107,49305 por lote de mil ações)	381	577
Ações Preferenciais B (R\$97,72096 por lote de mil ações)	19.582	29.368
C) Dividendos Provisionados	33.078	66.665
Ações Ordinárias (R\$80,81094 por lote de mil ações)	16.570	33.394
Ações Preferenciais A (R\$88,89203 por lote de mil ações)	315	641
Ações Preferenciais B (R\$80,81094 por lote de mil ações)	16.193	32.630
Total de Juros sobre Capital Próprio e Dividendos (A+B+C)	311.064	343.653



NOTA 21 Compromissos, Garantias e Outros

(a) Em 22 de abril de 2004, foi sancionada a Lei Estadual nº 12.069, alterada pela Lei nº 12.585 de 29 de agosto de 2006, mediante a qual o Banrisul, quando solicitado, deverá disponibilizar ao Estado do Rio Grande do Sul até 85% dos depósitos judiciais efetuados por terceiros junto ao Banrisul (excetuando-se aqueles cuja parte litigante seja Município). A parcela não disponibilizada deverá constituir fundo de reserva destinado a garantir a restituição dos referidos depósitos judiciais. Em 31 de dezembro de 2012, o montante de depósitos judiciais efetuados por terceiros no Banrisul, atualizado pela variação da TR acrescida de juros de 6,17% a.a. até a data do balanço totalizava R\$7.995.323 (2011 - R\$7.115.644), do qual R\$2.043.000 (2011 - R\$2.043.000) foi transferido para o Estado, mediante sua solicitação, e baixado das respectivas contas patrimoniais. O saldo remanescente, que constitui a disponibilidade do fundo anteriormente mencionado, administrado pelo Banrisul, está registrado na rubrica Obrigações para Fundos Financeiros e de Desenvolvimento (Nota 13).

(b) Avais e fianças prestados a clientes montam R\$774.737 (2011 - R\$598.698), estão sujeitos a encargos financeiros e contam com garantias dos beneficiários.

(c) O Banrisul é responsável pela custódia de 398.657 mil títulos de clientes (2011 – 479.704 mil).

(d) O Banrisul possui coobrigações em créditos abertos para importação no valor de R\$69.589 (2011 - R\$56.840).

(e) O Banrisul é administrador de diversos fundos e carteiras, que apresentaram os seguintes patrimônios líquidos:

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Fundos de Investimentos (*)	5.307.377	5.170.797	5.307.377	5.170.797
Fundos de Investimentos em Cotas de Fundos de Investimentos.....	103.129	117.429	103.129	117.429
Fundos de Ações	88.505	83.722	88.505	83.722
Fundos de Aposentadoria Programada Individual	19.189	19.881	19.189	19.881
Fundo para Garantia de Liquidez dos Títulos da Dívida Pública do Estado do Rio Grande do Sul	65.825	497.382	65.825	497.382
Carteiras Administradas	1.617.990	1.242.669	1.617.990	1.242.669
Clubes de Investimentos	-	-	2.007	3.813
Total	7.202.015	7.131.880	7.204.022	7.135.693

(*) As carteiras dos fundos de investimentos são compostas principalmente por títulos de renda fixa e de renda variável, e seus valores de patrimônio líquido encontram-se ajustados pelas respectivas marcações a mercado na data-base.

(f) A controlada Banrisul S.A. Administradora de Consórcios é responsável pela administração de 163 grupos (135 em 2011) de consórcios distribuídos entre imóveis, motos, veículos e tratores que reúnem 33.430 consorciados ativos (26.881 em 2011).

(g) O Banrisul aluga imóveis, principalmente utilizados para instalação de agências, com base em contrato padrão, o qual pode ser cancelado por sua vontade e inclui o direito de opção de renovação e cláusulas de reajuste. O total dos pagamentos mínimos futuros dos aluguéis contratados não canceláveis em 31 de dezembro de 2012 é de R\$186.625, sendo R\$50.548 com vencimento até um ano, R\$116.439 de um a cinco anos e R\$19.638 acima de cinco anos. Os pagamentos de aluguéis reconhecidos como despesas no exercício totalizaram R\$57.024.

NOTA 22 Imposto de Renda e Contribuição Social

(a) Reconciliação da Despesa/Receita de Imposto de Renda e Contribuição Social

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Lucro do Período antes da Tributação e Participações	1.182.832	1.349.375	1.203.583	1.372.292
Imposto de Renda sobre o Lucro - Alíquota 25%	(295.708)	(337.344)	(300.896)	(343.073)
Contribuição Social sobre o Lucro - Alíquota 9%	-	-	(12.834)	(12.292)
Contribuição Social sobre o Lucro - Alíquota 15%	(177.425)	(202.406)	(159.147)	(186.644)
Total do Imposto de Renda e Contribuição Social pelas Alíquotas Efetivas.....	(473.133)	(539.750)	(472.877)	(542.009)
Ajuste Multa Câmbio.....	(1.591)	(2.063)	(1.591)	(2.063)
Participação dos Empregados nos Resultados	30.233	24.851	30.233	24.851
Juros sobre o Capital Próprio	101.355	92.657	101.355	92.657
Resultado de Equivalência e Variação Cambial de Agências	23.202	23.485	4.928	7.483
Outras Adições, Líquidas das Exclusões	31.274	17.923	28.880	13.468
Total do Imposto de Renda e Contribuição Social.....	(288.660)	(382.897)	(309.072)	(405.613)
Corrente	(456.918)	(464.470)	(475.717)	(487.440)
Diferido.....	168.258	81.573	166.645	81.827

(b) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

Em 31 de dezembro de 2012 o Banrisul possuía Créditos Tributários de Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos sobre diferenças temporárias, demonstradas a seguir:

(b1) Créditos Tributários

Os saldos de créditos tributários, segregados em função das origens e desembolsos efetuados, estão representados por:

	Banrisul			Banrisul Consolidado		
	Saldo em 31/12/2011	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2012	Saldo em 31/12/2011	Saldo em 31/12/2012
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa.....	519.456	331.729	212.621	638.564		
Provisão para Riscos Trabalhistas	49.138	51.087	33.320	66.905		
Provisão para Riscos Fiscais.....	84.926	6.202	-	91.128		
Outras Provisões Temporárias.....	47.414	30.278	5.303	72.389		
Total dos Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias.....	700.934	419.296	251.244	868.986		
Créditos não Registrados.....	(23)	-	-	(23)		
Total de Créditos Tributários Registrados (Nota 08).....	700.911	419.296	251.244	868.963		
Obrigações Fiscais Diferidas	(14.070)	-	(206)	(13.864)		
Crédito Tributário Líquido das Obrigações Diferidas.....	686.841	419.296	251.038	855.099		

	Banrisul Consolidado			Banrisul Consolidado		
	Saldo em 31/12/2011	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2012	Saldo em 31/12/2011	Saldo em 31/12/2012
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa.....	519.689	331.952	212.854	638.787		
Provisão para Riscos Trabalhistas	53.269	51.285	35.435	69.119		
Provisão para Riscos Fiscais.....	85.433	6.213	-	91.646		
Outras Provisões Temporárias.....	47.414	30.347	5.303	72.458		
Total dos Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias.....	705.805	419.797	253.592	872.010		
Créditos não Registrados.....	(23)	-	-	(23)		
Total de Créditos Tributários Registrados (Nota 08).....	705.782	419.797	253.592	871.987		
Obrigações Fiscais Diferidas	(14.353)	-	(440)	(13.913)		
Crédito Tributário Líquido das Obrigações Diferidas.....	691.429	419.797	253.152	858.074		

A expectativa de realização desses créditos é a seguinte:

Ano	Diferenças Temporárias			Banrisul Banrisul Consolidado	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Total	Totais Registrados	Totais Registrados
2013	198.155	118.893	317.048	317.048	317.329
2014	103.548	62.129	165.677	165.677	165.956
2015	88.753	53.252	142.005	142.005	142.284
2016	72.226	43.336	115.562	115.562	115.841
2017	30.816	18.490	49.306	49.306	49.585
2018 a 2020	37.365	22.419	59.784	59.784	60.967
2021 a 2022	12.238	7.343	19.581	19.581	20.025
2023	14	9	23	-	-
Total em 31/12/2012	543.115	325.871	868.986	868.963	871.987
Total em 31/12/2011	438.084	262.850	700.934	700.911	705.782



O valor presente total dos créditos tributários é de R\$668.583, calculados de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias pela taxa média de captação, projetada para os períodos correspondentes.

(b2) Obrigações Fiscais Diferidas

Os saldos da Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos estão representados por:

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Superveniência de Depreciação	(13.789)	(13.943)	(13.789)	(13.943)
Títulos Próprios Disponíveis para Venda	(75)	(127)	(75)	(127)
Ajuste a Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda	-	-	(49)	(283)
Total	(13.864)	(14.070)	(13.913)	(14.353)

NOTA 23 Fundação Banrisul de Seguridade Social e Cabergs - Caixa de Assistência dos Empregados do Banco do Estado do Rio Grande do Sul

Conforme descrito na Nota 03 (n), o Banrisul é patrocinador da Fundação Banrisul de Seguridade Social, que tem como principais objetivos a complementação de benefícios assegurados e prestados pela Previdência Social aos funcionários do Banrisul, da Banrisul Serviços, da própria Fundação e da Caixa de Assistência dos Empregados do Banco do Estado do Rio Grande do Sul - Cabergs, assim como a execução de programas assistenciais promovidos por seus mantenedores.

A partir de 6 de julho de 2009 foi aprovado um novo plano de benefícios de aposentadoria, denominado Banrisulprev, que passou a ser oferecido aos empregados não associados ao Plano de Benefícios I. Esse novo plano, do tipo “contribuição variável”, entrou em funcionamento em novembro de 2009. A partir da sua implantação, o Plano de Benefícios I foi fechado para novas adesões.

Para a execução de seus objetivos, a Fundação Banrisul recebe contribuições mensais dos patrocinadores e de seus participantes, calculadas com base na remuneração mensal dos funcionários e dos seus assistidos. O Banrisul contribuiu no exercício para o Plano de Benefício I na modalidade de “benefício definido” o montante de R\$15.967 (2011 – R\$10.633) e para o Banrisulprev na modalidade de “contribuição variável” o montante de R\$2.974 (2011 – R\$1.703), correspondendo em 31 de dezembro de 2012, respectivamente, a 4,97% (2011 – 3,17%) e 3,215% (2011 – 3,13%) sobre a folha mensal dos salários de participação dos empregados e foi imputado às despesas operacionais.

O Banrisul espera contribuir com R\$36.491 a Fundação Banrisul durante o exercício de 2013.

Principais Premissas e Descrições dos Planos

A taxa total esperada de rendimento de ativos é apurada com base nas expectativas de mercado existentes naquela data, aplicável ao período ao longo do qual a obrigação deve ser liquidada. Essas expectativas estão refletidas nas principais premissas abaixo.

<u>Hipóteses Econômicas</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Taxa de Desconto Nominal	8,68% a.a.	10,38% a.a.
Taxa de Inflação de Longo Prazo	4,50% a.a.	4,50% a.a.
Taxa de Retorno Esperado dos Ativos dos Planos Previdenciários:		
Plano de Benefícios I	8,68% a.a.	13,17% a.a.
Plano Banrisulprev	8,68% a.a.	13,34% a.a.
Plano de Saúde	8,68% a.a.	11,98% a.a.
Taxa de Crescimento Salarial Futuro	8,22% a.a.	7,64% a.a.
Taxa de Crescimento dos Benefícios da Previdência Social e dos Limites	4,50% a.a.	4,50% a.a.
Taxa de Crescimento do Custo Farmácia	5,50% a.a.	5,50% a.a.
Taxa de Crescimento do Custo do Benefício Odontológico	4,50% a.a.	4,50% a.a.

Hipóteses Demográficas	31/12/2012	31/12/2011
Tábua de Mortalidade de Válido	AT-2000 Basic desgravada em 10%, segregada por sexo	AT-2000 Basic desgravada em 10%, segregada por sexo
Tábua de Mortalidade de Inválidos	RRB 1983 desgravada em 50%	RRB 1983 desgravada em 50%
Tábua de Entrada em Invalidez	Light Forte desgravada em 50%	Light Forte desgravada em 40%
Tábua de Rotatividade	Experiência da consultoria atuarial ajustada à experiência das patrocinadoras agravada em 125%	Experiência da consultoria atuarial ajustada à experiência das patrocinadoras agravada em 125%
Idade de Aposentadoria	Ao atingir o benefício Pleno	Primeira idade com direito a um dos benefícios
Idade de Entrada no INSS	Informação do cliente, considerando o limite inferior de 15 anos de idade e superior de 18 anos de idade	Informação do cliente, considerando o limite inferior de 15 anos de idade e superior de 18 anos de idade
% de Participantes Ativos Casados na Data da Aposentadoria	95%	95%
Diferença de Idade entre Participante e Cônjuge	Esposas são 4 anos mais jovens que maridos	Esposas são 4 anos mais jovens que maridos

As premissas referentes à experiência de mortalidade são estabelecidas com base em opinião de atuários, ajustadas de acordo com o perfil demográfico dos empregados do Banrisul.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado.

Plano de Benefícios I

Os benefícios assegurados por este plano, na modalidade de "benefício definido", abrangem aposentadoria, pensão por morte, auxílio doença, auxílio reclusão, auxílio funeral e abono anual.

A contribuição normal do participante ativo corresponde a uma importância mensal equivalente ao produto da aplicação das seguintes taxas:

- i) Um percentual geral fixado em 3% (três por cento) aplicável ao salário de participação;
- ii) Um primeiro percentual adicional igual a 2% (dois por cento), aplicável ao excesso (se existir) do salário de participação sobre a metade do maior salário de benefício da Previdência Social; e
- iii) Um segundo percentual adicional igual a 7% (sete por cento), aplicável ao excesso (se existir) do salário de participação sobre o maior salário de benefício da Previdência Social.

Relativo a este plano, o Banrisul possui parcela remanescente de dívida contratada no montante de R\$66.664 em 31 de dezembro de 2012 (2011 - R\$64.428) registrado na rubrica Outras Obrigações (Nota 13). Esta dívida é paga acrescida de juros de 6% a.a. e atualizada pela variação do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna - IGP-DI, através de atualizações e pagamentos mensais, e com prazo final em 2028.

O valor atual de obrigações de planos de pensão de benefício definido é obtido por cálculos atuariais, que utilizam um conjunto de premissas econômicas, financeiras e biométricas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para esses planos, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

O Banrisul determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício, observando os princípios estabelecidos nos parágrafos 76-81 da Deliberação CVM nº 600/09, e esta é usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, o Banrisul considera as taxas de juros de títulos do Tesouro Nacional, sendo estes denominados em Reais, a moeda em que os benefícios serão pagos, e que têm prazos de vencimentos próximos dos prazos das respectivas obrigações.



A avaliação atuarial dos benefícios pós-emprego relativo ao Plano de Benefícios I apresenta o seguinte resultado:

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Valor Presente das Obrigações Atuariais.....	(4.418.856)	(3.136.522)
Valor Justo dos Ativos do Plano.....	3.236.083	2.758.557
Perdas Atuariais não Reconhecidas.....	1.270.001	436.516
Ativo Atuarial (*)	87.228	58.551

(*) O valor do ativo atuarial de R\$87.228 não foi contabilizado pela Administração em virtude de não haver expectativa de que o mesmo venha a abater amortizações de perdas futuras.

A movimentação na obrigação do benefício durante o exercício é demonstrada a seguir:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Em 1º de Janeiro	3.136.522	2.787.358
Custo do Serviço Corrente.....	30.476	23.470
Custo Financeiro.....	315.687	290.349
Perdas (Ganhos) Atuariais	1.138.944	206.788
Benefícios Pagos.....	(202.773)	(171.443)
Em 31 de Dezembro	4.418.856	3.136.522

A movimentação do valor justo dos ativos do plano de benefício no período apresentado é a seguinte:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Em 1º de Janeiro	2.758.557	2.636.530
Retorno Esperado sobre os Ativos do Plano.....	354.814	340.498
Ganhos (Perdas) Atuariais	288.331	(77.974)
Contribuições do Empregador e Empregados.....	37.154	30.946
Benefícios Pagos.....	(202.773)	(171.443)
Em 31 de Dezembro	3.236.083	2.758.557

Custo do plano de pensão líquido do período:

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Custo dos Serviços Correntes	30.476	23.470
Custo Financeiro.....	315.687	290.349
Retorno Esperado sobre os Ativos do Plano (*)	(354.814)	(340.498)
Contribuição dos Empregados.....	(17.936)	(21.969)
Resultado de (Ganhos)/Perdas Atuariais, Líquido	11.342	-
Saldo em 31 de Dezembro	(15.245)	(48.648)

(*) O retorno real sobre os ativos do plano foi de R\$643.145 (2011 – R\$262.524).

A movimentação projetada do Passivo Atuarial Líquido para o exercício de 2013 e 2012, preparadas com base no laudo atuarial de 31 de dezembro de 2012 e de acordo com CPC 33 (R1), é demonstrada a seguir:

Movimentação da Posição Líquida do Balanço	<u>01/01/2013</u>	<u>01/01/2012</u>
Valor Presente das Obrigações Atuariais.....	(4.418.856)	(3.136.522)
Efeito na Partilha de Riscos (*)	737.135	230.018
Valor Justo dos Ativos do Plano.....	3.236.083	2.758.557
Superávit/(Déficit)	(445.638)	(147.947)
Ativo/(Passivo) Atuarial Líquido.....	(445.638)	(147.947)

(*) Refere-se ao efeito do partilhamento de riscos previstos na Deliberação CVM nº 695/2012 e CPC 33 (R1), parágrafo 87, itens "c" e "d".

Despesa Atuarial	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Custo dos Serviços Correntes	(758)	7.365
Juro sobre o Passivo/(Ativo) de Benefício Líquido.....	34.668	13.088
Reconhecimento do Custo Benefício Definido no Resultado	33.910	20.453
Custo Reconhecido no Resultado	33.910	20.453

Quantidade de Participantes Ativos, Aposentados e Pensionistas	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Participantes Ativos	7.472	7.732
Participantes Aposentados.....	4.646	4.519
Pensionistas.....	1.093	1.225
Total	13.211	13.476

Banrisulprev - Os benefícios assegurados por este plano, na modalidade de "contribuição variável", abrangem benefícios com características de contribuição definida, que são a aposentadoria normal, aposentadoria antecipada e auxílio funeral, e benefícios com características de benefício

definido, que são aposentadoria por invalidez, benefício proporcional, auxílio doença, abono anual, benefício mínimo e pensão por morte.

A contribuição normal do participante é composta de três parcelas:

- i) Parcela Básica: 1% aplicado sobre o salário de participação;
- ii) Parcela Adicional: pode variar entre 1% e 7,5% aplicado sobre a parcela do salário de participação que exceder a 9 (nove) unidades de referência; e
- iii) Parcela Variável: percentual aplicado sobre o salário de participação, determinado anualmente pelo atuário, para cobrir 50% dos custos dos benefícios de risco e das despesas administrativas do plano.

Além da contribuição normal, o participante poderá efetuar contribuições facultativas, não inferiores a 1 (uma) unidade de referência, não acompanhadas pelo patrocinador.

O Banrisul contribui paritariamente às contribuições normais dos participantes.

A avaliação atuarial dos benefícios pós-emprego relativos ao Plano Banrisulprev apresenta o seguinte resultado:

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(2.111)	(1.233)
Valor Justo dos Ativos do Plano	851	309
Ganhos (Perdas) Atuariais não Reconhecidas	1.025	320
Custo do Serviço Passado não Reconhecido	488	514
Ativo/(Passivo) Atuarial Líquido.....	253	(90)

A movimentação na obrigação do benefício durante o exercício é demonstrada a seguir:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Em 1º de Janeiro	1.233	840
Custo do Serviço Corrente	274	153
Custo Financeiro	118	82
Perdas (Ganhos) Atuariais	799	312
Benefícios Pagos	(313)	(154)
Em 31 de Dezembro	2.111	1.233

A movimentação do valor justo dos ativos do plano Banrisulprev no período apresentado é a seguinte:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Em 1º de Janeiro	309	121
Retorno Esperado sobre os Ativos do Plano	67	16
Ganhos (Perdas) Atuariais	(30)	101
Contribuições do Empregador e Empregados	818	225
Benefícios Pagos	(313)	(154)
Em 31 de Dezembro	851	309

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado são:

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Custo dos Serviços Correntes	274	153
Custo Financeiro	118	82
Retorno Esperado sobre os Ativos do Plano (*)	(67)	(16)
Resultado de (Ganhos) Perdas Atuariais, Líquido	9	2
Custo do Serviço Passado	26	26
Contribuição dos Empregados	(301)	(94)
Saldo em 31 de Dezembro	59	153

(*) O retorno real sobre os ativos do plano foi de R\$37.

A movimentação projetada do Passivo Atuarial Líquido para o exercício de 2013 e 2012, preparadas com base no laudo atuarial de 31 de dezembro de 2012, de acordo com CPC 33 (R1), é demonstrada a seguir:

Movimentação da Posição Líquida do Balanço	01/01/2013	01/01/2012
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(2.111)	(1.233)
Efeito na Partilha de Riscos (*)	629	461
Valor Justo dos Ativos	851	309
Superávit/(Déficit)	(631)	(463)
Passivo Atuarial Líquido	(631)	(463)

(*) Refere-se ao efeito do partilhamento de riscos previstos na Deliberação CVM nº 695/2012 e CPC 33 (R1), parágrafo 87, itens "c" e "d".

Despesa Atuarial	31/12/2013	31/12/2012
Custo dos Serviços Correntes	52	(31)
Juro sobre o Passivo/(Ativo) de Benefício Líquido	15	16
Reconhecimento do Custo Benefício Definido no Resultado	67	(15)
Custo Reconhecido no Resultado	67	(15)

Quantidade de Participantes Ativos	31/12/2012	31/12/2011
Participantes Ativos	2.638	1.635
Total	2.638	1.635

Plano de Saúde, Odontológico e Auxílio Medicamento - O Banrisul oferece planos de saúde, odontológico e auxílio medicamento, através da Cabergs, a seus funcionários ativos e aos aposentados pela Fundação Banrisul.

A avaliação atuarial dos planos de saúde, odontológico e auxílio medicamento apresentava o seguinte resultado:

	31/12/2012	31/12/2011
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(149.144)	(110.598)
Valor Justo dos Ativos do Plano	167.355	139.176
Perdas (Ganhos) Atuariais não Reconhecidos	(11.856)	(22.943)
Ativo Atuarial Líquido	6.355	5.635

A movimentação na obrigação do benefício durante o exercício é demonstrada a seguir:

	2012	2011
Em 1º de Janeiro	110.598	129.621
Custo do Serviço Corrente	1.184	1.746
Custo Financeiro	11.238	13.690
Perdas (Ganhos) Atuariais	31.102	(29.937)
Benefícios Pagos	(4.978)	(4.522)
Em 31 de Dezembro	149.144	110.598

A movimentação do valor justo dos ativos do plano de saúde no período apresentado é a seguinte:

	2012	2011
Em 1º de Janeiro	139.176	110.322
Retorno Esperado sobre os Ativos do Plano	17.362	11.111
Ganhos (Perdas) Atuariais	(1.078)	(14.320)
Contribuições do Empregador e Empregados	24.884	21.124
Benefícios Pagos	(32.790)	(8.863)
Reversão do Fundo Ativo Excedente	19.801	19.802
Em 31 de Dezembro	167.355	139.176

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado são:

	31/12/2012	31/12/2011
Custo dos Serviços Correntes	1.184	1.746
Custo Financeiro	11.248	13.690
Retorno Esperado sobre os Ativos do Plano (*)	(17.362)	(11.111)
Resultado de (Ganhos) Perdas Atuariais, Líquido	(922)	(70)
(Ganho) Perda Reconhecida de Imediato Devido Parágrafo 58 (a)	-	(20.527)
Em 31 de Dezembro	(5.852)	(16.272)

(*) O retorno real sobre os ativos do plano foi de ganho R\$16.284 (2011 – perda R\$3.209).

A movimentação projetada do Ativo Atuarial para o exercício de 2013 e 2012, preparadas com base no laudo atuarial de 31 de dezembro de 2012, de acordo com CPC 33 (R1), é demonstrada a seguir:

Movimentação da Posição Líquida do Balanço	01/01/2013	01/01/2012
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(149.144)	(110.598)
Valor Justo dos Ativos	167.355	139.176
Superávit/(Déficit)	18.211	28.578
Ativo Atuarial Líquido	18.211	28.578

Despesa Atuarial	31/12/2013	31/12/2012
Custo dos Serviços Correntes	1.508	1.184
Juro sobre o Passivo/(Ativo) de Benefício Líquido.....	1.006	893
Reconhecimento do Custo Benefício Definido no Resultado	2.514	2.077
Custo Reconhecido no Resultado	2.514	2.077

Conforme previsto na Deliberação CVM nº 695/2012, a partir de 1º de janeiro de 2013, os eventuais ganhos/perdas atuariais passarão a ser reconhecidos respectivamente como ativos ou passivos nas demonstrações contábeis tendo como contrapartida o Patrimônio Líquido conforme demonstrado. O efeito da aplicação desta norma no Banrisul estará impactando negativamente o Patrimônio Líquido no montante de R\$379.605.

Visando a diversificação de opções aos participantes e assistidos do Plano de Benefícios Definidos – PB1, o Banrisul em conjunto com a Fundação Banrisul de Seguridade Social está procedendo a implementação de novos planos na modalidade Benefício Definido Saldado e na modalidade de Contribuição Variável para recepcionar os recursos dos participantes e assistidos do PB1 que voluntariamente optarem pelo saldamento e migração de suas reservas atuariais. Este procedimento deverá encerrar-se no exercício de 2013.

Outros Benefícios de Longo Prazo – Prêmio de Aposentadoria - O Banrisul concede aos seus funcionários um prêmio por aposentadoria que é pago integralmente na data em que o funcionário se desliga da empresa por aposentadoria. Em 31 de dezembro de 2012 a provisão existente para este benefício é de R\$100.398 (2011 - R\$88.487), considerando os encargos incidentes.

Conforme previsto na Deliberação CVM nº 695/2012, a partir de 1º de janeiro de 2013, os eventuais ganhos/perdas atuariais passarão a ser reconhecidos respectivamente como ativos ou passivos nas demonstrações contábeis tendo como contrapartida o Patrimônio Líquido. De acordo com a avaliação dos atuários, o montante desta obrigação acrescida dos encargos legais remonta o valor aproximado de R\$153 milhões e impactará o Patrimônio Líquido do Banrisul no montante aproximado de R\$53 milhões.

Os beneficiários deste prêmio de aposentadoria nos respectivos exercícios estão apresentados a seguir:

Quantidade de Participantes Ativos	31/12/2012	31/12/2011
Participantes Ativos	10.364	9.658
Total	10.364	9.658

NOTA 24 Instrumentos e Gestão de Riscos Financeiros

A Gestão de Riscos é ferramenta estratégica e fundamental para o Banrisul. Os riscos intrínsecos abrangem desde aqueles facilmente identificáveis, como os Riscos de Mercado, de Liquidez, de Crédito, assim como os não diretamente identificados como tal, mas também de extrema importância, tais como Risco Operacional e de Imagem, dentre outros.

Risco de Crédito - É a possibilidade de ocorrência de perdas pela Instituição, associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados.

A estrutura de avaliação de riscos do Banrisul está alicerçada no princípio de decisão técnica colegiada e em metodologias estatísticas de *Credit* e *Behaviour Score*, sendo definidas alçadas de concessão de crédito correspondentes aos níveis decisórios que abrangem, desde a extensa rede de agências, em suas diversas categorias de porte, até as esferas diretivas e seus Comitês de Crédito e de Risco da Direção-Geral, Diretoria e Conselho de Administração. Esse processo visa agilizar a concessão de crédito, com base em limites tecnicamente



pré-definidos, de acordo com a exposição que a Instituição está disposta a operar com cada cliente, seja Pessoa Física (PF) ou Pessoa Jurídica (PJ), atendendo o binômio risco x retorno. A descrição desta estrutura está disponibilizada no *site* <http://www.banrisul.com.br>, na rota: “Relações com Investidores/Governança Corporativa/Gerenciamento de Riscos/Estrutura de Gerenciamento de Risco de Crédito”.

A contínua e crescente implementação de metodologias estatísticas para avaliação do risco de clientes, o aprimoramento da segmentação de clientes, a parametrização de políticas de crédito e regras de negócios, aliada à otimização dos controles das informações cadastrais por meio de um modelo de certificação, intensificam e fortalecem as avaliações. A adoção de sistemas de *Credit Score* e *Behaviour Score* oportuniza o estabelecimento de créditos pré-aprovados de acordo com as classificações de risco previstas nos modelos estatísticos, que são mais atrativos para manejo com crédito massificado.

Para o segmento *Corporate*, o Banrisul adota estudos técnicos efetuados por área interna de análise de riscos, que avaliam as empresas sob os prismas: financeiro, de gestão, mercadológico e produtivo, com revisões periódicas, observando ainda os cenários econômicos, com a inserção das empresas nestes ambientes. A gestão da exposição ao Risco de Crédito tem como diretriz a postura seletiva e conservadora da Instituição, seguindo estratégias definidas pela Diretoria e pelo Conselho de Administração.

(a) Mensuração do Risco de Crédito

Operações de Crédito Diretas e Operações de Repasse por Meio de Agentes Financeiros - O Banrisul avalia a probabilidade de inadimplência de contrapartes individualmente, por meio de ferramentas de classificação projetadas para diferentes categorias de contrapartes. Essas ferramentas, que foram desenvolvidas internamente e combinam análise estatística e opinião da equipe de crédito, são validadas, quando apropriado, por meio da comparação com dados externos disponíveis. As ferramentas de classificação são mantidas sob análise e atualizadas quando necessário. Regularmente, a Administração valida o desempenho da classificação e de seu poder de previsão com relação a eventos de inadimplência.

A exposição à inadimplência baseia-se nos montantes que podem ser devidos ao Banrisul no momento da inadimplência. Por exemplo, no caso de um empréstimo, é o valor nominal.

(b) Controle do Limite de Risco e Políticas de Mitigação

O Banrisul administra, limita e controla concentrações de risco de crédito. Dentre os procedimentos adotados, pode-se destacar:

- i) A Administração estrutura os níveis de risco que assume, estabelecendo limites sobre a extensão de risco aceitável com relação a um devedor específico, a grupos de devedores, e a segmentos da indústria. Esses riscos são monitorados rotativamente e sujeitos a revisões anuais ou mais frequentes, quando necessário. Os limites sobre o nível de risco de crédito por produto e setor da indústria são aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração, se for o caso.
- ii) A exposição a qualquer tomador de empréstimo, inclusive aos agentes financeiros, no caso de contraparte, é adicionalmente restrita por sublimites que cobrem exposições registradas e não registradas no Balanço Patrimonial. As exposições reais, de acordo com os limites estabelecidos, são monitoradas mensalmente.
- iii) A exposição ao risco de crédito é também administrada por meio de análise regular dos tomadores de empréstimos, efetivos e potenciais, quanto aos pagamentos do principal e dos juros e da alteração da situação cadastral e de seus limites, quando apropriado.

(c) Compromissos Relacionados a Crédito

Compromissos Relacionados a Crédito representam porções não utilizadas pela contraparte de limites contratados, tipicamente atribuídos a modalidades de capital de giro, cheque especial, cartões de crédito, entre outros. Ainda, referem-se a contratos cujos recursos serão liberados mediante o cumprimento de alguma exigência contratual, conforme cronograma de etapas de construção, como ocorre em alguns contratos imobiliários.

O valor contratual representa o risco de crédito máximo nessas modalidades, no caso de a contraparte efetivamente utilizar o recurso disponível. Contudo, a exposição a perdas resultantes desses contratos é inferior ao total de compromissos a liberar, visto que uma parte destes expira sem a sua completa utilização, seja por decisão do cliente, seja por determinação do Banrisul que adota critérios para a disponibilização desses recursos, conforme exigência de cumprimento de determinadas cláusulas contratuais.

Risco de Mercado - O Banrisul está exposto aos riscos de mercado decorrentes da possibilidade de perda financeira por oscilação dos preços e taxas de juros de mercados das suas operações, em razão do descasamento de prazos entre ativos e passivos, moedas e indexadores.

O Banrisul está exposto ao risco cambial decorrente de exposições de moeda estrangeira, basicamente com relação ao dólar dos Estados Unidos. O risco cambial decorre da operação de captação externa descrito nas Notas 11 e 13. Para administrar seu risco cambial, o Banrisul usa contratos de derivativos como instrumento de proteção (*hedge* de risco de mercado), conforme descrito na Nota 03 (c).

O gerenciamento do Risco de Mercado no Banrisul é realizado pela Unidade de Gestão de Riscos Corporativos a qual é responsável por executar e atualizar anualmente a política e as estratégias de gerenciamento do risco de mercado do Banrisul, estabelecer limites operacionais para acompanhar as exposições ao risco, identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição aos riscos das carteiras de negociação e não negociação.

O risco de mercado é apurado tanto para as operações classificadas na carteira de negociação quanto para as operações não classificadas na carteira de negociação. A Carteira *Trading* compreende as operações em instrumentos financeiros detidos com intenção de negociação, destinados para revenda, obtenção de benefícios da flutuação dos preços ou realização de arbitragem. A Carteira *Banking* compreende todas as operações da Instituição não classificadas na carteira de negociação, sem intenção de venda, ou seja, carteira de crédito, carteira de títulos mantidos até o vencimento, captação de depósito a prazo, depósito de poupança e demais operações mantidas até o vencimento.

Na mensuração do risco de mercado da Carteira *Trading* utilizamos a metodologia *Value at Risk* (VaR) para a apuração da exposição das operações com fator de risco de taxas de juros pré-fixadas. O VaR é uma medida da perda máxima esperada em valores monetários sob condições normais de mercado, em um horizonte de tempo determinado de dez dias, com um nível de probabilidade de 99%, utilizado para mensurar as exposições sujeitas a risco de mercado. Para a apuração das exposições nos demais indexadores é utilizada a metodologia *Maturity Ladder*.

A apuração do risco das operações da Carteira *Banking* é realizada por meio de modelo próprio da Instituição e a metodologia utilizada é o VaR.

A Instituição também realiza trimestralmente análise de sensibilidade com base em cenários específicos para cada fator de risco. O objetivo é mensurar o impacto das oscilações de mercado sobre as carteiras da Instituição e a sua capacidade de recuperação em um eventual agravamento de crise.

Análise de Sensibilidade da Carteira *Trading* - Buscando aprimorar a gestão de riscos e estar



em conformidade com as práticas e governança corporativa e atender as exigências da Instrução Normativa CVM nº 475 de 17 de dezembro de 2008, o Banrisul realizou a análise de sensibilidade das suas posições classificadas na carteira de negociação (*Trading Book*) sem considerar os instrumentos financeiros derivativos. Foram aplicados choques para mais e para menos nos seguintes Cenários: 1% (Cenário 1), 25% (Cenário 2) e 50% (Cenário 3).

Carteira de Negociação - Para a elaboração dos cenários que compõem o quadro de análises de sensibilidade foram levadas em consideração as situações propostas pela Instrução Normativa CVM nº 475/2008, no qual seriam as seguintes condições:

Cenário 1: Situação provável. Foi considerada como premissa a deterioração de 1% nas variáveis de risco de mercado, levando-se em consideração as condições existentes em 31/12/2012.

Cenário 2: Situação possível. Foi considerada como premissa a elevação de 25% nas variáveis de risco de mercado, levando-se em consideração as condições existentes em 31/12/2012.

Cenário 3: Situação remota. Foi considerada como premissa a elevação de 50% nas variáveis de risco de mercado, levando-se em consideração as condições existentes em 31/12/2012.

O quadro a seguir apresenta a maior perda esperada considerando os cenários 1, 2 e 3 e suas variações para mais e para menos.

Para o Fator de Risco “Moeda Estrangeira”, foi considerada a cotação de R\$2,0435 de 31/12/2012 (PTAX - Bacen).

As análises de sensibilidade a seguir identificadas, não consideram a capacidade de reação das áreas de risco e de tesouraria, pois uma vez constatada perda relativa a estas posições, medidas mitigadoras do risco são rapidamente acionadas, minimizando a possibilidade de perdas significativas.

Teste de Sensibilidade: Carteira *Trading*

Cenários		Fatores de Risco			Total
		Taxa de Juros	Moedas	Ações	
1	1%	191	913	156	1.260
2	25%	4.727	22.818	3.904	31.449
3	50%	9.368	45.637	7.807	62.812

Definições:

Taxa de Juros – Exposições sujeitas à variações de taxas de juros pré-fixadas e cupons de taxas de juros.

Moeda Estrangeira – Exposições sujeitas à variação cambial.

Renda Variável – Exposições sujeitas à variação do preço de ações.

Analisando os resultados, podemos identificar no Fator de Risco “Moedas Estrangeiras” a maior perda esperada, que representa aproximadamente 72,7% de toda a perda esperada para os três cenários. Do Cenário 2 para o Cenário 3, a variação é de 99,7%. A maior perda esperada nestes Cenários do Teste de Sensibilidade, ocorre no Cenário 3 (50%), no valor total de R\$62.812.

Análise de Sensibilidade de Instrumentos Financeiros Derivativos - O Banrisul realizou a análise de sensibilidade de suas posições em instrumentos financeiros derivativos (Carteira *Trading*) e da operação de captação externa realizada em 02/02/2012 no valor de USD 500 milhões, com vencimento em 02/02/2022, contabilizada na Carteira *Banking* (Nota 13). Foram aplicados choques para mais e para menos nos Cenários I, II e III.

A aplicação dos choques sobre o valor da moeda estrangeira “Dólar – US\$” considera a cotação de R\$2,0435 de 31/12/2012 (PTAX - Bacen).

O cenário I é o mais provável e considera as variações esperadas pelo Banrisul em relação às curvas de referência de mercado (BM&FBovespa), utilizadas para efetuar a marcação desses instrumentos financeiros. Os cenários II e III são definidos de acordo com a Instrução nº 475 da CVM, que determina que os cenários de alta devem contemplar variações de +25% e +50% e os cenários de queda variações de -25% e -50%.

Portanto, o cenário I é definido pela alta de 1% do cupom de dólar, o cenário II pela alta de 25% do cupom de dólar e o cenário III pela alta de 50% do cupom de dólar de acordo com a posição do Banrisul, levando-se em consideração as condições existentes em 31/12/2012.

As análises de sensibilidade demonstradas a seguir foram estabelecidas com o uso de premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. Os cenários estimados revelam os impactos no resultado para cada cenário em uma posição estática da carteira para o dia 31/12/2012.

O quadro a seguir demonstra a probabilidade do impacto no fluxo de caixa nos três cenários das exposições em instrumentos financeiros derivativos (Carteira *Trading* ou para negociação) e no instrumento objeto de proteção (Carteira *Banking* ou mantidos até o vencimento) em 31/12/2012.

Carteira *Trading* e *Banking*

Operação	Carteira	Risco	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Swap	<i>Trading</i>	Alta do cupom de US\$	(3.536)	(80.919)	(148.828)
NDF	<i>Trading</i>	Alta do cupom de US\$	(8)	(774)	(2.106)
Item Objeto de Proteção					
Dívida I	<i>Banking</i>	Alta do cupom de US\$	3.502	80.294	147.916
Efeito Líquido			(42)	(1.399)	(3.018)

Cupom de Dólar Americano (USD): todos os produtos que possuem variações de preço atreladas a variações do dólar americano e da taxa de juros em dólar americano.

Adicionalmente, ressalta-se que os resultados apresentados não se traduzem necessariamente em resultados contábeis, pois o estudo tem fins exclusivos de divulgação da exposição a riscos e as respectivas ações de proteção considerando o valor justo dos instrumentos financeiros, dissociado de quaisquer práticas contábeis adotadas pela Instituição.

O Banrisul considera que o risco de estar passivo em CDI por ocasião dos *swaps* seria a elevação da taxa CDI e este seria compensado pelo aumento das receitas oriundas de suas operações de aplicação atreladas ao CDI.

Risco de Liquidez – O Risco de Liquidez advém da incapacidade potencial de financiar o ativo financeiro e satisfazer as responsabilidades exigidas nas datas devidas e da existência de dificuldades de liquidação de posições em carteira sem incorrer em perdas significativas. O risco de liquidez do Banrisul é gerenciado através da análise da projeção do Fluxo de Caixa, contemplando diferentes cenários de mercado. Nas posições de ativos, são consideradas a evolução da carteira de crédito e de liquidação dos instrumentos financeiros. Para os passivos, as premissas adotadas incluem a possibilidade de resgates antecipados e também de rolagem das captações menor do que o previsto.



A Gestão Consolidada do Risco de Liquidez do Banrisul é atribuição da Unidade de Gestão de Riscos Corporativos. Esta gestão tem por objetivo acompanhar a disponibilidade de recursos para fazer face às suas necessidades financeiras sob o ponto de vista das captações e alocações, maturidade dos negócios e referenciais, a fim de evitar desajustes significativos, que possam comprometer a liquidez da Instituição e o planejamento orçamentário. A Instituição mantém seus controles sob o ponto de vista prudencial, calculados segundo as regras da Resolução nº 2.804/00, do Conselho Monetário Nacional - CMN e da Circular nº 3.393/07 do Bacen, que estabelece acompanhamento condizente com as posições assumidas no mercado financeiro, de modo a evidenciar o risco de liquidez decorrente dessas exposições.

Mensalmente é elaborado o Relatório de Risco de Mercado e Liquidez com os principais fatos ocorridos no mês. Este procedimento tem como propósito evidenciar as diretrizes e políticas vigentes da Instituição e garantir a observância de limites das exposições para o risco de liquidez, através do referendo dos Comitês de Riscos Corporativos, de Gestão Bancária, Comitê Econômico, Diretoria Executiva e Conselho de Administração.

(d) Índice de Basileia

O Índice de Basileia representa a relação entre o Patrimônio Base - Patrimônio de Referência – PR, e os riscos ponderados - Patrimônio de Referência Exigido – PRE. Conforme regulamentação em vigor, o Índice de Basileia demonstra a solvência da empresa. O percentual mínimo estabelecido pelo Conselho Monetário Nacional - CMN é de 11%. O CMN ainda determina que o valor mínimo do Patrimônio de Referência seja igual à soma das parcelas calculadas para os riscos de crédito, de mercado e operacional. O Banrisul está enquadrado nesse limite operacional em 31 de dezembro de 2012.

Banrisul Consolidado	2012
Patrimônio de Referência Nível I.....	4.877.196
Patrimônio Líquido	4.655.482
Contas de Resultado Credoras.....	4.026.872
Contas de Resultado Devedoras.....	3.750.761
Ativo Permanente Diferido	10.124
Ajuste ao Valor de Mercado - TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos	10.365
Dividendos e Bonificações a Distribuir	33.908
Patrimônio de Referência Nível II.....	1.168.700
Ajuste ao Valor de Mercado - TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos	10.365
Instrumentos de Dívida Subordinada	1.158.335
Patrimônio de Referência (PR)	6.045.896
Patrimônio de Referência Exigido (PRE)	3.562.539
Parcela Referente ao:	
Risco de Crédito (PEPR).....	3.021.494
Risco de Câmbio (PCAM).....	59.291
Risco de Juros (PJUR).....	3.647
Risco de Ações (PACS)	2.461
Risco Operacional (POPR).....	475.646
Parcela Referente Risco da Carteira Banking (RBAN).....	261.462
Valor da Margem ou Insuficiência (PR-PRE-RBAN)	2.221.895
Índice de Basileia (Fator de Risco/PRE)	18,67%
Índice de Imobilização	3,77%
Margem de Imobilização	2.794.807

NOTA 25 Transações com Partes Relacionadas

O Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. mantém relacionamentos comerciais com o Governo do Estado do Rio Grande do Sul e as empresas por ele controladas, Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE, Companhia Riograndense de Saneamento - CORSAN, Companhia de Gás do Rio Grande do Sul - SULGÁS, Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Sul S.A. - CEASA, Companhia Estadual de Silos e Armazéns - CESA, Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas - CORAG, Companhia Riograndense de Mineração - CRM, Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul – PROCERGS e Badesul Desenvolvimento S.A. – Agência de Fomento/RS, a seguir demonstradas:

Governo do Estado do Rio Grande do Sul - Em 28 de junho de 2012 foi estabelecido Termo de Convênio de nº 1201/2012, entre o Banrisul e o Estado do Rio Grande do Sul, no qual o Estado assegura ao Banrisul a exclusividade na prestação dos serviços bancários relacionados com o pagamento de pessoal dos servidores ativos, inativos, pensionistas vitalícios e especiais do Poder Executivo (Administração Direta), e dos pensionistas previdenciários (Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul - IPERGS), pelo prazo de cinco anos e mantendo a concessão do canal, pelo Estado, para realização de empréstimos consignados em folha de pagamento. No mesmo Termo de Convênio, devido à reciprocidade na prestação de serviços, o Banrisul libera o Estado do Rio Grande do Sul de qualquer custo associado à prestação dos serviços bancários de arrecadação de receitas e tributos estaduais, débitos em contas correntes, extratos de FGTS e serviços de cobrança de créditos imobiliários.

O Banrisul também é prestador de serviços nos repasses financeiros realizados pelas secretarias quanto à destinação de valores vinculados aos programas sociais e efetua serviços de atualização de dados cadastrais de servidores inativos e de detentores de pensões especiais ou vitalícias oriundas da Administração Direta. Esses serviços não são remunerados.

O Banrisul efetua também o pagamento de fornecedores relacionados ao sistema de Finanças Públicas e processa as movimentações relacionadas ao Sistema Integrado de Administração de Caixa - SIAC, responsável por centralizar em conta bancária única as disponibilidades dos órgãos da Administração Direta e Indireta do Estado e suas controladas. Esses serviços não são remunerados.

O Banrisul também efetua para diversas fundações e autarquias outros serviços de cobrança através de arrecadação e fornecimento de cartão refeição e combustível. Esses serviços geraram, no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, receita no valor de R\$9.644. O Banrisul disponibiliza a solução para gestão de compras eletrônicas através do uso do Portal de Compras Pregão *On Line* e esse serviço não é remunerado.

O Banrisul adquiriu direitos de créditos do FCVS, conforme descrito na Nota 06. Em 31 de dezembro de 2012, os créditos estão avaliados pelo valor de custo e acréscidos de rendimentos incorridos até a data das demonstrações financeiras, no valor de R\$679.815.

O Banrisul possui contratos de arrendamento de imóveis pertencentes ao Estado, que geraram no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, despesas no montante de R\$1.073.

O Banrisul possui acordo com o Estado de cessão de funcionários, onde o Estado cedeu 10 (dez) funcionários e recebeu 11 (onze) funcionários alocados em Secretarias e Fundações. Os custos com esses funcionários são ressarcidos pelas partes.

Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE - O Banrisul é responsável pela prestação de serviços bancários relacionados ao pagamento de pessoal e possui contrato de concessão de empréstimos consignados em folha de pagamento. O Banrisul é também agente arrecadador pelo serviço de arrecadação das contas de consumo emitidas pela CEEE, pelo fornecimento de cartão combustível e, no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, foi remunerado em R\$3.512 por estes serviços. O Banrisul disponibiliza a solução para gestão de compras eletrônicas através do uso do Portal de Compras Pregão *On Line*.

Companhia Riograndense de Saneamento - CORSAN - O Banrisul é responsável pela prestação de serviços bancários relacionados com o pagamento de pessoal. O Banrisul é também agente arrecadador das contas de consumo emitido pela CORSAN, pelo fornecimento de cartão combustível e, no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, foi remunerado em R\$4.680 por estes serviços. O Banrisul disponibiliza a solução para gestão de compras eletrônicas através do uso do Portal de Compras Pregão *On Line*.

O Banrisul é interveniente para operacionalizar o fluxo financeiro previsto nos contratos desta Companhia junto ao BNDES. Não existem garantias prestadas e/ou remuneração atrelada a estas operações.



SULGÁS, CEASA, CESA, CORAG, CRM e PROCERGS - O Banrisul é responsável pela prestação de serviços bancários relacionados com o pagamento de pessoal com as empresas acima mencionadas e, com a SULGÁS, a CEASA e a CESA, possui contrato de concessão de empréstimos consignados em folha de pagamento. O serviço de cobrança escritural emitida por estas Companhias e o fornecimento de cartão refeição e combustível também é de responsabilidade do Banrisul e para tanto no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, foi remunerado em R\$304 por estes serviços. O Banrisul disponibiliza a solução para gestão de compras eletrônicas através do uso do Portal de Compras Pregão *On Line*.

A SULGÁS possui ainda aplicações financeiras com remuneração atrelada à variação do CDI, bem como o Banrisul é interveniente para operacionalizar o fluxo financeiro previsto nos contratos desta Companhia junto ao BNDES. Não existem garantias prestadas e/ou remuneração atrelada a estas operações.

Badesul Desenvolvimento S.A. - Agência de Fomento/RS - O Banrisul é responsável pela prestação de serviços bancários relacionados com o pagamento de pessoal e possui contrato de concessão de empréstimos consignados em folha de pagamento. O serviço de cobrança escritural e o fornecimento de cartão refeição também são de responsabilidade do Banrisul e para tanto no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, foi remunerado em R\$63 sobre estes serviços. O Banrisul disponibiliza a solução para gestão de compras eletrônicas através do uso do Portal de Compras Pregão *On Line*.

O Banrisul possui acordo de cessão de funcionários, onde o Banrisul cedeu 4 (quatro) funcionários. Os custos com estes funcionários são ressarcidos pelas partes.

Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE - O Banrisul é responsável pela prestação de serviços bancários relacionados com o pagamento de pessoal e possui contrato de concessão de empréstimos consignados em folha de pagamento relativos aos funcionários alocados no Rio Grande do Sul, sendo também responsável pelo serviço de cobrança escritural.

Fundação Banrisul de Seguridade Social - Conforme descrito na Nota 23, o Banrisul possui dívida contratada em 31 de março de 1998, relativa a parcela remanescente do déficit atuarial, no montante de R\$66.664. Esta dívida é paga acrescida de juros de 6% a.a. e atualizada pela variação do Índice Geral de Preços-Disponibilidade Interna – IGP-DI, através de atualizações mensais, com prazo final em 2028.

Para a complementação de benefícios assegurados e prestados pela Previdência Social aos funcionários, o Banrisul contribuiu para a Fundação no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 o montante de R\$18.941 conforme descrito na Nota 23.

O Banrisul é responsável pela prestação de serviços bancários relacionados com o pagamento de pessoal bem como de aposentadorias e pensões dos beneficiários da Fundação Banrisul.

A Fundação possui também fundo de investimento exclusivo administrado pelo Banrisul e sobre este serviço, no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, o Banrisul foi remunerado em R\$23. As aplicações financeiras efetuadas pela Fundação Banrisul junto ao Banrisul são remuneradas com taxas atreladas à variação do CDI.

O Banrisul possui contratos de arrendamento de imóveis pertencentes à Fundação Banrisul, que geraram no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, despesas no montante de R\$5.441.

Cabergs - Caixa de Assistência dos Empregados do Banco do Estado do Rio Grande do Sul - O Banrisul oferece benefícios de assistência médica e odontológica a seus funcionários e aposentados pela Fundação Banrisul, que geraram no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, despesas no montante de R\$26.280.

O Banrisul é responsável pela prestação de serviços bancários relacionados com o pagamento de pessoal e fornecedores. A Cabergs possui fundo de investimento exclusivo administrado

pelo Banrisul e sobre este serviço, no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, o Banrisul foi remunerado em R\$13. As aplicações financeiras efetuadas pela Cabergs junto ao Banrisul são remuneradas com taxas atreladas à variação do CDI.

O Banrisul disponibiliza a solução para gestão de compras eletrônicas através do uso do Portal de Compras Pregão *On Line* e esse serviço não é remunerado.

Todas as transações remuneradas foram contratadas a taxas compatíveis com as praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Credimatone Promotora de Vendas e Serviços S/A - Como parte do movimento estratégico para alavancar canais de relacionamento com clientes, aumentar carteira de crédito e expandir o potencial de distribuição de produtos e serviços financeiros em escala nacional, em 13 de março de 2012, o Banrisul e a MatoneInvest Holding firmaram contrato de Compra e Venda de Ações e Outras avenças, da Bem-Vindo! Promotora de Vendas e Serviços S/A (Bem-Vindo), uma sociedade anônima de capital fechado com sede na cidade do Rio de Janeiro (Nota 09).

Sobre os serviços prestados de originação de crédito consignado através dos convênios, o Banrisul pagou para a Credimatone o montante de R\$23.730 a título de comissões e taxas de performance.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 13 de março de 2012, foi deliberado e aprovado a alteração da denominação “Bem-Vindo! Promotora de Vendas e Serviços S/A” para “Credimatone Promotora de Vendas e Serviços S/A”.

Fundos de Investimentos e Carteiras Administradas - O Banrisul é administrador de diversos Fundos e Carteiras Administradas, que são compostas principalmente por títulos de renda fixa e de renda variável.

O Administrador foi responsável pela realização, como contraparte, das operações compromissadas dos Fundos que tiveram como lastro títulos públicos federais. Essas operações apresentaram no período um volume médio diário de R\$1.322.297, que representou 18,57% sobre o Patrimônio Líquido médio dos fundos. Estas operações foram realizadas em condições de mercado no que se relaciona a prazos e taxas praticadas.

A Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio foi responsável pela realização, como contraparte, das operações de compra e venda de ações dos Fundos de Ações administrados pelo Banrisul realizadas de 01/01/2012 a 31/12/2012. Essas operações apresentaram um volume de R\$144.070, que representou 167,87% sobre o Patrimônio Líquido médio dos Fundos de Ações no mesmo período e foram realizadas a preço de mercado por meio de pregão eletrônico da BM&FBovespa. Estas operações incorreram em uma corretagem de R\$208.

As transações com controladores e controladas estão demonstradas a seguir:

	Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)	
	2012	2011	2012	2011
Serviços de Arrecadação	5.072	5.072	-	-
Governo do Estado do Rio Grande do Sul.....	5.072	5.072	-	-
Outros Créditos	20.293	19.111	11.771	9.472
Governo do Estado do Rio Grande do Sul.....	15.198	13.890	-	-
Empresas Controladas.....	5.095	5.221	11.771	9.472
Depósitos à Vista	(438.884)	(286.045)	-	-
Governo do Estado do Rio Grande do Sul.....	(437.246)	(282.244)	-	-
Empresas Controladas.....	(1.638)	(3.801)	-	-
Depósitos a Prazo	(306.704)	(279.346)	(23.334)	(14.233)
Empresas Controladas.....	(306.704)	(279.346)	(23.334)	(14.233)
Captações no Mercado Aberto	(135.388)	(567.121)	(55.325)	(105.098)
Governo do Estado do Rio Grande do Sul (*).....	(65.825)	(497.382)	(49.783)	(97.541)
Empresas Controladas.....	(69.563)	(69.739)	(5.542)	(7.557)
Outras Obrigações	(106.473)	(121.568)	(14.571)	(14.004)
Governo do Estado do Rio Grande do Sul.....	(28.021)	(47.402)	(1.073)	(1.005)
Fundação Banrisul de Seguridade Social.....	(67.160)	(64.956)	(11.697)	(11.439)
Empresas Controladas.....	(11.292)	(9.210)	(1.801)	(1.560)
Total	(962.084)	(1.229.897)	(81.459)	(123.863)

(*) Estas captações são remuneradas a 100% da taxa Selic.



	Banrisul Consolidado			
	Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)	
	2012	2011	2012	2011
Disponibilidades	17.751	18.794	1.462	2.076
Governo do Estado do Rio Grande do Sul	17.751	18.794	1.462	2.076
Serviços de Arrecadação	5.072	5.072	-	-
Governo do Estado do Rio Grande do Sul	5.072	5.072	-	-
Outros Créditos	25.871	18.221	466	1.056
Governo do Estado do Rio Grande do Sul	25.871	18.221	466	1.056
Depósitos à Vista	(437.246)	(282.244)	-	-
Governo do Estado do Rio Grande do Sul	(437.246)	(282.244)	-	-
Captações no Mercado Aberto	(65.825)	(497.382)	(49.783)	(97.541)
Governo do Estado do Rio Grande do Sul (*)	(65.825)	(497.382)	(49.783)	(97.541)
Outras Obrigações	(95.181)	(112.358)	(12.770)	(12.444)
Governo do Estado do Rio Grande do Sul	(28.021)	(47.402)	(1.073)	(1.005)
Fundação Banrisul de Seguridade Social	(67.160)	(64.956)	(11.697)	(11.439)
Total	(549.558)	(849.897)	(60.625)	(106.853)

(*) Estas captações são remuneradas a 100% da taxa Selic.

Remuneração do Pessoal-Chave da Administração

Anualmente na Assembleia Geral Ordinária é fixado:

- O montante global anual da remuneração dos Administradores, dos membros do Conselho de Administração, dos membros do Conselho Fiscal e dos membros do Comitê de Auditoria, conforme determina o Estatuto Social; e
- A verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Funcionários e Administradores do Banrisul e controladas.

Em 2012, foi deliberado o valor máximo individual anual de R\$403 para remuneração dos Diretores (proventos e gratificações), do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria.

No exercício findo em 31 de dezembro as remunerações estão demonstradas a seguir:

Benefícios de Curto Prazo	2012	2011
Proventos	3.122	3.213
Gratificações	90	67
Encargos Sociais	669	725
Total	3.881	4.005

O Banrisul custeia planos de previdência complementar de contribuição definida aos administradores que pertencem ao quadro de funcionários. No exercício findo em 31 de dezembro de 2012 as contribuições à Fundação Banrisul de Seguridade Social montavam R\$15 (2011 – R\$18).

O Banrisul possui seguro de responsabilidade civil para os diretores e membros dos conselhos, e pagou prêmio de seguro no montante de R\$85.

O Banrisul não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.

Outras Informações

(1) Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para:

- Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;
- Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e
- Pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, a própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau.

Dessa forma, não são efetuados pelo Banrisul empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares.

(2) Participação Acionária

Os membros da Diretoria, do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria possuem em conjunto a seguinte participação acionária no Banrisul em 31 de dezembro de 2012:

<u>Ações</u>	<u>Quantidade</u>
Ações Ordinárias	9
Ações Preferenciais	228
Total de Ações	237

NOTA 26 Impacto da Aplicação das Normas Internacionais de Contabilidade

Durante o processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo CMN. Atualmente as instituições financeiras e demais instituições reguladas pelo Banco Central devem adotar os seguintes pronunciamentos:

- Pronunciamento Conceitual Básico (R1);
- Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01);
- Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03);
- Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05);
- Pagamento Baseado em Ações (CPC 10 (R1));
- Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23);
- Eventos Subsequentes (CPC 24); e
- Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25).

A Resolução nº 3.786/09 do CMN e as Circulares nº 3.472/09 e nº 3.516/10 do Bacen, estabeleceram que as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, constituídas sob a forma de companhia aberta ou que sejam obrigadas a constituir Comitê de Auditoria devem, a partir de 31 de dezembro de 2010, elaborar anualmente e divulgar em até 90 dias após a data-base de 31 de dezembro suas demonstrações contábeis consolidadas, preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (IFRS), seguindo os pronunciamentos internacionais emitidos pelo IASB - *International Accounting Standards Board*.

Em 16 de junho de 2011, foi editado pelo IASB revisão da IAS 19 – Benefícios a Empregados, a ser aplicada obrigatoriamente a partir de 1º de janeiro de 2013. Esta norma revisada foi aprovada pelo CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis) e pela Deliberação CVM nº 695/2012, onde, a partir de 1º de janeiro de 2013, os eventuais ativos ou passivos passarão a ser reconhecidos nas demonstrações contábeis tendo como contrapartida o Patrimônio Líquido. Os impactos financeiros e patrimoniais, bem como as medidas que estão sendo adotadas pela Administração visando a minimização desses efeitos nas Demonstrações Financeiras dos Patrocinadores estão descritos na Nota 23.

O Banrisul, em 29 de março de 2012, disponibilizou no site www.banrisul.com.br/ri assim como, na CVM (www.cvm.gov.br), as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2011, elaboradas de acordo com as IFRS. Na avaliação da Administração, as reconciliações entre o lucro líquido e patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2012 são consistentes com os valores apresentados nas reconciliações de 31 de dezembro de 2011.



NOTA 27 Eventos Subsequentes

O Banco Central do Brasil, por despacho do senhor Diretor de Organização do Sistema Financeiro e Controle de Operações do Crédito Rural, de 25 de janeiro de 2013, considerou a captação no exterior no valor total de US\$275 milhões, elegível como capital de nível II do Patrimônio de Referência, na categoria de Dívida Subordinada, na forma da Resolução nº 3.444/07 conforme Nota 11.

NOTA 28 Autorização para Conclusão das Demonstrações Financeiras

A diretoria do Banrisul autorizou a conclusão das presentes demonstrações financeiras em 04 de fevereiro de 2013.

Diretoria

TÚLIO LUIZ ZAMIN
Presidente

FLAVIO LUIZ LAMMEL
Vice-Presidente

WERNER KÖHLER
Contador CRCRS 38.534

GUILHERME CASSEL
IVANDRE DE JESUS MEDEIROS
JOÃO EMÍLIO GAZZANA
JOEL DOS SANTOS RAYMUNDO
JONE LUIZ HERMES PFEIFF
JULIMAR ROBERTO ROTA

Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria

Criado pela Assembleia Geral de Acionistas realizada em 29 de abril de 2004, o Comitê de Auditoria do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. rege-se pelas normas contidas na Resolução nº 3198, de 27 de maio de 2004, do Conselho Monetário Nacional, e suas atividades orientam-se por Plano de Ação aprovado pelo Conselho de Administração do Banco.

O parágrafo 2º, do artigo 17, do Regulamento anexo à citada Resolução determina que o Comitê de Auditoria deve publicar, em conjunto com as demonstrações contábeis semestrais, resumo evidenciando as principais informações contidas em seu relatório.

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

Com a intenção de contribuir para a melhoria da governança corporativa, o Comitê manteve relacionamento aberto e cooperativo com os gestores, nos diversos níveis, com a Auditoria Interna e Independente, com a Controladoria e a Assessoria Jurídica. Um de seus integrantes participou das reuniões do Conselho de Administração, podendo atestar que o referido Conselho exerceu sistemático e efetivo acompanhamento das atividades desenvolvidas pelo Banco. Reuniu-se regularmente com o conjunto da diretoria e com diretores para tratar de assuntos específicos de suas áreas e, em várias oportunidades, com o Conselho Fiscal.

Por força das atribuições que lhe são conferidas o Comitê dedicou especial atenção às áreas de controle interno, de gerenciamento de riscos, de contabilidade e tributos e de tecnologia. Cuidou de verificar, nesses contatos, a consistência e a efetividade do cumprimento das respectivas atribuições, em especial quanto à proteção patrimonial, confiabilidade e tempestividade dos registros e demonstrações contábeis. O Comitê manteve-se atento, também, às ações iniciadas ou concluídas, com vistas ao atendimento das determinações legais e de recomendações contidas em relatórios anteriores e procurou conhecer os novos apontamentos emanados de órgãos de fiscalização externa e o tratamento a eles dispensado. Reuniu-se com a diretoria da Fundação Banrisul de Seguridade Social e integrantes do Conselho de Administração da entidade para avaliar o posicionamento adotado com vistas a solucionar definitivamente as distorções dos planos de previdência complementar dos empregados do Banco. Da mesma forma ouviu o diretor-presidente da Caixa de Assistência dos Funcionários do Banrisul-Cabergs que apresentou ao Comitê a estrutura e a situação da operadora dos planos de saúde dos funcionários do Banco.

CONCLUSÕES

O trabalho realizado pelo Comitê e as informações e observações colhidas no período permitem concluir que os sistemas de controle interno e de gerenciamento de riscos de liquidez, de mercado e de crédito existentes no Banrisul, mostram-se, no essencial, efetivos e consistentes com a natureza e complexidade da instituição e acham-se em constante processo de aperfeiçoamento.

A auditoria independente, no âmbito de suas atribuições legais e regulamentares, desempenhou seu trabalho em padrões compatíveis com a complexidade e porte do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., emitindo opinião sobre as demonstrações contábeis e apresentando recomendações para aprimoramento dos sistemas contábeis e dos controles internos.

Em relação à auditoria interna reafirma-se a avaliação de sua progressiva efetividade, observando-se evolução em seu desempenho, quer na metodologia adotada, quer na estruturação e conteúdo de seus relatórios.

As manifestações das Auditorias Interna e Independente, somadas às demais informações colhidas por este Comitê, permitem concluir que as demonstrações contábeis do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. - data-base 31-12-2012 - foram elaboradas em conformidade com as normas legais e regulamentares e com as práticas contábeis adotadas no país, daí recomendar-se sua aprovação.

Porto Alegre, 08 de fevereiro de 2013.

João Acir Verle
Orion Herter Cabral
Valdir Heck



Banrisul

Parecer do Conselho Fiscal

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. e no exercício das atribuições que nos confere o artigo 163, itens II e VII, da Lei 6.404, de 15-12-1976, e as disposições correlatas do Estatuto Social, revisamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2012, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado do Exercício, Mutações do Patrimônio Líquido, Fluxos de Caixa, Valor Adicionado, Notas Explicativas e demais demonstrativos, bem como as propostas da Administração relativas ao orçamento de capital, destinação de resultados e distribuição de dividendos.

Dessa forma, com base em nossas análises e revisões realizadas, no Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria e no Relatório da Auditoria Independente, sem modificações, somos da opinião de que os mencionados documentos e as propostas da administração merecem a aprovação dos acionistas.

Porto Alegre, 08 de fevereiro de 2013.

Cláudio Morais Machado

Presidente

André Luiz Barreto de Paiva Filho

Vice-Presidente

Conselheiros

Eduardo Ludovico Silva

João Victor Oliveira Domingues

Rubens Lahude

Relatório dos Auditores Independentes

Aos Administradores e Acionistas do

Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras individuais do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. ("Instituição") e as demonstrações financeiras consolidadas do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. e empresas controladas, que compreendem os balanços patrimoniais individual e consolidado em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Financeiras

A Administração da Instituição e empresas controladas é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras da Instituição e das demonstrações financeiras consolidadas da Instituição e empresas controladas para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição e empresas controladas. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., bem como a posição patrimonial e financeira consolidada do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. e empresas controladas em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado - Examinamos, também, as demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Porto Alegre (RS), 8 de fevereiro de 2013.

 **ERNST & YOUNG TERCO**

ERNST & YOUNG TERCO

Auditores Independentes S.S.

CRC 2SP-015.199/O-6/F-RS

Américo F. Ferreira Neto

Contador CRC1SP192685/O-9/C-RS



Banrisul



Análise de Desempenho

APRESENTAMOS A ANÁLISE DE DESEMPENHO DO BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A. RELATIVA AOS DOZE MESES DE 2012 E QUARTO TRIMESTRE DE 2012.

Ambiente Bancário e Mercado Competitivo

Ambiente Bancário

A instabilidade que caracterizou os mercados financeiros globais em 2012, o esforço governamental, no âmbito interno, em atenuar os efeitos da crise econômica mundial sobre a economia doméstica e o modesto ritmo de expansão do PIB brasileiro no ano afetaram sobremaneira a atividade bancária.

A evolução das instituições financeiras, em 2012, foi pautada pela desaceleração do crescimento do crédito, pela elevação da inadimplência, redução das taxas de juros, diminuição de *spreads*, mudanças no marco regulatório, envolvendo alterações nos recolhimentos compulsórios e nos regramentos de remuneração dos depósitos de poupança, além do debate em torno do cronograma de adesão ao Acordo de Basileia III, que impõe novas regras de gestão da liquidez e de requerimento de capital como requisitos para atuar no mercado brasileiro.

Os elementos de conjuntura afetaram particularmente a dinâmica competitiva do setor. Instituições financeiras públicas foram pioneiras na implementação de políticas agressivas de redução dos juros, estratégia posteriormente seguida pelos demais bancos; o advento da portabilidade tornou-se importante fator de gestão da retenção de clientes, refletindo em revisão das políticas comerciais e de serviços oferecidos aos segmentos de clientes preferenciais; o mercado de crédito consignado, importante nicho de bancos médios, experimentou um período de reacomodação, pela atuação reguladora do Banco Central do Brasil e também pelo movimento de fusão entre *players* de grande presença no ambiente nacional.

O saldo total das operações de crédito do sistema financeiro brasileiro cresceu 16,2% em doze meses, alcançando 53,5% do PIB em dezembro de 2012, relação que era de 49,0% em 2011, ano em que o crédito cresceu 19,0%. No ano de 2012, as linhas de capital de giro impulsionaram o crescimento do crédito empresarial, tendo o segmento de pessoa física, apesar da redução das taxas de juros e dos indicadores favoráveis do mercado de trabalho, apresentado menor ímpeto de crescimento, tendência que deverá ser mantida em 2013.

A taxa média de juros do crédito concedido com recursos livres das instituições financeiras alcançou, segundo dados do Banco Central do Brasil, 28,1% aa. em dezembro de 2012, recuando 9,0 pontos percentuais em doze meses. O *spread* bancário atingiu 21,1 pontos percentuais, redução de 5,8 pp. em relação a dezembro de 2011. A inadimplência do sistema, consideradas as operações em atraso acima de 90 dias, alcançou 5,8%, 0,3 pp. acima do indicador de dezembro de 2011.

O desempenho do setor financeiro brasileiro em 2012, conforme dados de balanço publicados até o terceiro trimestre do ano, foi impactado pela queda nas receitas de intermediação financeira, especialmente do crédito, face à desaceleração do crescimento das carteiras e à redução das taxas de contratação, e pela redução das receitas de tesouraria, incluídas as operações de câmbio, devido ao efeito cambial e o recuo da Taxa Selic, movimento em parte compensado pela queda dos custos de captação, motivada pelos mesmos fatores - efeito cambial e redução dos juros básicos. De uma forma geral, as despesas de provisões de crédito foram mais altas, face à elevação da inadimplência, enquanto que as receitas de serviços foram menores, devido à concorrência e à vigência do advento da portabilidade bancária. Contudo, as despesas de pessoal e administrativas mantiveram-se altas, refletindo, em boa parte, o movimento de abertura de novas agências realizado pelas principais instituições que atuam no ambiente bancário nacional, impactando em rentabilidades menores que as registradas em anos anteriores.



Estimativas de comportamento do crédito para 2013, consolidadas pela Federação Brasileira dos Bancos - Febraban por meio de pesquisas de expectativas das principais instituições financeiras, situam em 16,2% o incremento esperado para o ano, movimento mais acentuado, como em 2012, no segmento de pessoa jurídica. As expectativas de taxas e de *spreads* são de persistência da trajetória de queda. Em relação à inadimplência, contudo, projeções de mercado sinalizam redução dos indicadores.



Mercado Competitivo

No mercado competitivo, a Instituição ocupava, em setembro de 2012, a 11ª posição em ativos totais entre os bancos que compõem o Sistema Financeiro Nacional (SFN), 11ª posição em patrimônio líquido, 7ª posição em depósitos totais e 7ª em número de agências, conforme *ranking* divulgado pelo Banco Central do Brasil, excluído o BNDES.

O Banrisul apresentou índice anual de crescimento no crédito total superior ao registrado pelo conjunto das demais instituições financeiras: aumento de 19,3% na Instituição gaúcha e 16,2% no Sistema Financeiro Nacional em relação a dezembro de 2011. A representatividade da Instituição no saldo de operações de crédito do Sistema Financeiro Nacional atingiu, em dezembro de 2012, 1,0310%, 0,0263 pp. acima do indicador de 2011.

No que se refere à captação, o Banrisul registrou, nos doze meses, ganhos de *market share* de 0,7014 pp. na captação de depósitos a prazo no mercado financeiro nacional, reflexo da variação positiva desses depósitos em 22,1%, frente à retração de 10,1% verificada no Sistema Financeiro Nacional nos doze meses. Em relação aos depósitos de poupança e à vista, verificou-se redução da representatividade do Banrisul nesses recursos em relação ao mercado nacional, apesar da trajetória ascendente dos saldos na comparação com dezembro de 2011.

No mercado regional, com atuação geográfica focada no Rio Grande do Sul, o Banrisul apresentou, nos doze meses, incremento na participação nos depósitos a prazo em 3,2257 pp. alcançando 34,9362%, e nos depósitos à vista, em 0,7644 pp., absorvendo a redução nos depósitos de poupança em 0,6456 pp. O saldo de depósitos a prazo da Instituição, no Estado, cresceu, no período, 24,6%, frente ao crescimento de 13,1% do total de depósitos a prazo do Rio Grande do Sul. O saldo de operações de crédito atingiu, em setembro de 2012, participação de 22,4688% sobre o saldo de crédito do Rio Grande do Sul, enquanto em setembro de 2011, a representatividade era de 22,4586% sobre as operações de crédito do Estado.

Tabela 01: Mercado Competitivo

	Brasil		Rio Grande do Sul	
	Dez/12 ¹	Dez/11	Set/12 ²	Set/11
Depósito à Vista	1,9510%	2,0798%	26,5414%	25,7770%
Poupança	1,1857%	1,2204%	14,6719%	15,3175%
Depósito a Prazo	2,6588%	1,9574%	34,9362%	31,7105%
Operações de Crédito	1,0310%	1,0047%	22,4688%	22,4586%
Nº de Agências	2,0974%	2,0773%	24,8231%	25,1735%

¹ Última informação divulgada. ² Última informação disponível.

Indicadores Econômico-Financeiros

Tabela 02: Indicadores Econômico-Financeiros

Principais Itens de Resultado - R\$ Milhões	2012	2011	4T12	3T12	2T12	1T12	4T11	4T12/ 3T12	2012/ 2011
Margem Financeira	3.730,6	3.368,0	921,9	957,8	954,8	896,1	907,0	-3,8%	10,8%
Despesas com Provisão para Operações de Crédito	852,4	629,5	193,3	273,3	218,8	167,1	165,7	-29,3%	35,4%
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	2.878,2	2.738,5	728,6	684,5	736,0	729,0	741,3	6,4%	5,1%
Receita de Intermediação Financeira	6.346,4	5.946,7	1.429,9	1.380,6	1.984,6	1.551,3	1.541,5	3,6%	6,7%
Despesa de Intermediação Financeira	3.468,2	3.208,2	701,3	696,1	1.248,5	822,2	800,2	0,8%	8,1%
Receita de Serviços e Tarifas Bancárias	798,6	702,0	222,2	202,6	190,5	183,2	184,6	9,7%	13,8%
Despesas Administrativas ⁽¹⁾	2.095,0	1.842,2	573,8	530,0	512,6	478,6	509,8	8,3%	13,7%
Outras Despesas Operacionais	370,8	236,6	86,9	87,6	103,6	92,7	72,7	-0,8%	56,7%
Outras Receitas Operacionais	249,6	242,9	51,3	93,8	53,7	50,8	43,1	-45,3%	2,7%
Lucro Líquido	818,6	904,3	191,5	207,5	205,2	214,4	226,7	-7,7%	-9,5%
Principais Itens Patrimoniais - R\$ Milhões	Dez12	Dez11	Dez12	Set12	Jun12	Mar12	Dez11	Dez12/ Set12	Dez12/ Dez11
Ativos Totais	46.570,8	37.585,6	46.570,8	44.633,0	42.723,9	39.780,9	37.585,6	4,3%	23,9%
Títulos e Valores Mobiliários ⁽²⁾	15.342,8	11.080,1	15.342,8	13.538,5	12.619,6	12.341,1	11.080,1	13,3%	38,5%
Carteira de Crédito Total	24.327,0	20.393,2	24.327,0	23.789,2	22.858,9	21.303,0	20.393,2	2,3%	19,3%
Provisão para Operações de Crédito	1.591,0	1.317,7	1.591,0	1.566,8	1.452,2	1.380,3	1.317,7	1,5%	20,7%
Créditos em Atraso > 60 dias	924,0	563,1	924,0	805,4	685,0	642,3	563,1	14,7%	64,1%
Créditos em Atraso > 90 dias	711,7	485,5	711,7	655,4	596,1	541,2	485,5	8,6%	46,6%
Recursos Captados e Administrados	40.985,3	34.098,0	40.985,3	39.273,1	37.866,5	36.003,1	34.098,0	4,4%	20,2%
Patrimônio Líquido	4.894,2	4.399,5	4.894,2	4.799,4	4.652,2	4.550,5	4.399,5	2,0%	11,2%
Patrimônio de Referência Consolidado	6.045,9	4.393,2	6.045,9	5.940,6	5.960,3	4.542,0	4.393,2	1,8%	37,6%
Patrimônio Líquido Médio	4.646,9	4.127,4	4.846,8	4.725,8	4.601,3	4.475,0	4.348,8	2,6%	12,6%
Ativo Total Médio	42.078,2	34.856,6	45.601,9	43.678,4	41.252,4	38.683,3	37.069,8	4,4%	20,7%
Ativos Rentáveis Médios	39.856,6	32.492,5	43.406,9	40.835,9	38.792,7	36.390,9	34.685,1	6,3%	22,7%
Principais Informações do Mercado Acionário - R\$ Milhões	2012	2011	4T12	3T12	2T12	1T12	4T11	4T12/ 3T12	2012/ 2011
Juros sobre Capital Próprio/Dividendos ⁽³⁾	326,5	358,3	98,0	60,8	102,8	64,8	126,1	61,2%	-8,9%
Valor de Mercado	6.343,2	8.179,5	6.343,2	7.050,7	5.807,4	8.056,8	8.179,5	-10,0%	-22,5%
Valor Patrimonial por Ação	11,97	10,76	11,97	11,74	11,37	10,94	10,76	2,0%	11,2%
Preço Médio da Ação (R\$)	17,25	17,54	15,90	16,27	16,53	20,25	18,20	-2,3%	-1,7%
Lucro Líquido por Ação (R\$)	2,00	2,21	0,47	0,51	0,50	0,56	0,56	-7,8%	-9,5%
Índices Financeiros	2012	2011	4T12	3T12	2T12	1T12	4T11		
ROAA Anualizado ⁽⁴⁾	1,9%	2,6%	1,7%	1,9%	2,0%	2,2%	2,5%		
ROAE Anualizado ⁽⁵⁾	17,6%	21,9%	16,8%	18,8%	19,1%	20,6%	22,5%		
Índice de Eficiência ⁽⁶⁾	47,5%	45,2%	47,5%	46,6%	46,3%	45,7%	45,2%		
Margem Financeira ⁽⁷⁾	9,4%	10,4%	8,8%	9,7%	10,2%	10,2%	10,9%		
Custo Operacional	4,5%	4,9%	4,5%	4,6%	4,6%	4,8%	4,9%		
Índice de Inadimplência > 60 dias ⁽⁸⁾	3,80%	2,76%	3,80%	3,39%	3,00%	3,02%	2,76%		
Índice de Inadimplência > 90 dias ⁽⁹⁾	2,93%	2,38%	2,93%	2,76%	2,61%	2,54%	2,38%		
Índice de Cobertura ⁽¹⁰⁾	172,2%	234,0%	172,2%	194,5%	212,0%	214,9%	234,0%		
Índice de Basileia Consolidado	18,7%	17,2%	18,7%	18,6%	19,7%	16,3%	17,2%		
Índice de Imobilização ⁽¹¹⁾	3,4%	3,7%	3,4%	3,3%	3,4%	3,5%	3,7%		
Indicadores Estruturais	Dez12	Dez11	Dez12	Set12	Jun12	Mar12	Dez11		
Agências	468	442	468	462	455	454	442		
Pontos de Atendimento Bancário	251	275	251	254	261	263	275		
Pontos de Atendimento Eletrônico	582	561	582	583	584	574	561		
Contas Correntes	3.456.809	2.931.298	3.456.809	3.441.249	3.053.329	2.991.858	2.931.298		
Contas Poupança	1.893.408	1.955.415	1.893.408	1.910.627	1.924.653	1.940.345	1.955.415		
Colaboradores	11.447	10.225	11.447	11.088	10.484	10.277	10.225		
Indicadores Econômicos	2012	2011	4T12	3T12	2T12	1T12	4T11		
Selic Efetiva Acumulada	8,49%	11,62%	1,72%	1,92%	2,11%	2,48%	2,67%		
Taxa de Câmbio (R\$/US\$ - final de período)	2,04	1,88	2,04	2,03	2,02	1,82	1,88		
Variação Cambial (%)	8,94%	12,58%	0,64%	0,46%	10,93%	-2,86%	1,15%		
IGP-M	7,81%	5,10%	0,67%	3,79%	2,55%	0,62%	0,91%		
IPCA	5,84%	6,50%	1,99%	1,42%	1,08%	1,22%	1,46%		

⁽¹⁾ Inclui Despesas de Pessoal e Outras Despesas Administrativas

⁽²⁾ Inclui aplicações interfinanceiras de liquidez e deduz as obrigações compromissadas.

⁽³⁾ Juros sobre o capital próprio e dividendos pagos e/ou distribuídos (antes da retenção do Imposto de Renda).

⁽⁴⁾ Lucro líquido sobre ativo total médio.

⁽⁵⁾ Lucro líquido sobre patrimônio líquido médio.

⁽⁶⁾ Índice de eficiência – acumulado no período dos últimos 12 meses.

Despesas de Pessoal + Outras Despesas Administrativas / Margem Financeira +

Renda de Prestação de Serviços + (Outras Receitas Operacionais – Outras Despesas Operacionais)

⁽⁷⁾ Margem Financeira em percentual dos Ativos Rentáveis

⁽⁸⁾ Atrasos > 60 dias / carteira de crédito.

⁽⁹⁾ Atrasos > 90 dias / carteira de crédito.

⁽¹⁰⁾ Provisão para devedores duvidosos / atrasos > 60 dias.

⁽¹¹⁾ Imobilizado sobre o patrimônio líquido.



Síntese da Evolução Patrimonial e do Resultado

O desempenho econômico do Banrisul em 2012 foi afetado pela desaceleração do crescimento e das receitas de crédito, em linha com o contexto de menor ritmo de expansão dos negócios e de redução dos juros ao tomador. A estratégia de crescimento, desenhada dois anos atrás, foi colocada em prática por meio da aquisição de 49,9% do capital da promotora de vendas de crédito consignado Credimatone Promotora de Vendas e Serviços S/A, empresa que conta com uma estrutura de lojas espalhadas por cinco regiões do País. Na região sul, o projeto de expansão da rede de agências avançou através da disponibilização de nove novas casas e da transformação de 18 postos de atendimento bancário em agências. A Instituição realizou também duas captações externas, liquidadas em fevereiro/12 e dezembro/12, no montante total de US\$775 milhões. Eventos externos e corporativos que caracterizam um ano marcado por inúmeros movimentos.

A estrutura de captação do Banrisul é, principalmente, representada por depósitos a prazo, certificados de depósitos bancários (CDB), e depósitos de poupança; pelos fundos financeiros e de desenvolvimento e pela emissão de dívidas subordinadas no exterior. Ao longo de 2012, a Instituição captou recursos também pela emissão de letras imobiliárias.

Em 2012, o Banrisul fez duas emissões de dívida no mercado internacional, cuja soma alcançou US\$775 milhões em notas subordinadas; papéis com prazo de 10 anos, vencimento em 2022 e cupom de juros de 7,375% aa., estratégia voltada para constituição de capital de nível II. A primeira emissão, no valor de US\$500 milhões, ocorreu no final de janeiro de 2012, com rendimento para o investidor de 7,50% aa. A segunda, no valor de US\$275 milhões, foi realizada no final de novembro de 2012, com rendimento de 5,95% aa. O processo de tramitação no Banco Central para autorização da utilização da captação externa como capital de nível II concluiu-se em janeiro de 2013.

A captação e a administração de recursos do Banrisul, constituída por depósitos, fundos financeiros e de desenvolvimento, captações externas e fundos de investimentos, alcançaram R\$40.985,3 milhões em dezembro de 2012, com incremento de 20,2% ou R\$6.887,2 milhões sobre o saldo registrado em dezembro de 2011 e 4,4% ou R\$1.712,2 milhões sobre a posição de setembro de 2012. A composição dos recursos de *funding* inclui 65,3% de depósitos, 14,5% de fundos financeiros e de desenvolvimento, 2,8% de dívida subordinada (somente a primeira, uma vez que a segunda foi autorizada pelo Banco Central a compor o capital de nível II em janeiro de 2013) e 17,4% de fundos de investimentos.

Os depósitos atingiram saldo de R\$26.746,4 milhões em dezembro de 2012, com ampliação de 19,6% sobre o montante registrado ao final de 2011 e aumento de 6,2% sobre o último trimestre. Os fundos financeiros e de desenvolvimento alcançaram R\$5.942,3 milhões ao final de 2012, com crescimento de 16,5% sobre dezembro de 2011 e relativa estabilidade em relação a setembro de 2012. A dívida subordinada, com emissão no exterior, totalizou R\$1.158,3 milhões em dezembro de 2012. Os recursos de letras imobiliárias somaram R\$315,4 milhões ao final de 2012. A carteira de fundos administrados totalizou, ao final de dezembro de 2012, R\$7.138,2 milhões, com expansão de 7,5% em relação ao ano anterior e de 1,7% sobre setembro de 2012.

O total de ativos alcançou R\$46.570,8 milhões em dezembro de 2012, 23,9% acima do registrado no ano anterior e 4,3% acima do saldo de setembro de 2012. Os ativos são compostos por operações de crédito, 52,2% do total, títulos e valores mobiliários e aplicações interfinanceiras de liquidez, 36,4%, relações interfinanceiras e interdependências, 7,9%, e demais ativos, 3,5%.

O saldo aplicado em ativos de crédito atingiu R\$24.327,0 milhões, com expansão de 19,3% ou R\$3.933,9 milhões nos doze meses. Em relação ao trimestre anterior, a evolução no saldo de

ativos de crédito foi de 2,3% ou R\$537,8 milhões. A carteira de crédito é composta por operações contratadas, principalmente, junto a pessoas físicas e médias empresas. Dentre as linhas de crédito, as mais expressivas foram crédito consignado pessoa física, com 27,8% do total de crédito, e giro às empresas, que absorvia 26,7% do volume total de crédito ao final de dezembro de 2012. As carteiras de crédito imobiliário e rural também apresentaram montante expressivo em dezembro de 2012, representando, 9,2% e 7,4% da carteira de crédito total respectivamente. Em relação à concessão de crédito, os destaques de 2012 incluem: crédito pessoal, na modalidade de créditos consignados originados na rede Banrisul, capital de giro e financiamento imobiliário. O volume de concessão do 4T12 frente ao 4T11 apresentou como destaques o crédito pessoal e o rural. Na comparação com o 3T12, as linhas de crédito rural e de capital de giro foram as que concentraram maior volume de recursos.

A carteira comercial somou R\$17.697,7 milhões, com incremento de 15,9% ou R\$2.427,1 milhões em doze meses e 1,8% ou R\$312,7 milhões em três meses. Nos doze meses, ambos os segmentos - crédito empresarial e financiamento ao consumo - contribuíram para a trajetória de crescimento da carteira comercial; a expansão do crédito às empresas somou R\$1.254,4 milhões e a contribuição do crédito comercial pessoa física alcançou R\$1.172,7 milhões. No último trimestre, o saldo do crédito comercial empresarial aumentou em R\$340,6 milhões, ao passo que o segmento de pessoa física apresentou redução de R\$27,8 milhões.

O índice de inadimplência acima de 60 dias atingiu 3,80% do volume total de crédito em dezembro de 2012, 1,04 pp. acima do registrado no ano anterior. A inadimplência acima de 90 dias alcançou 2,93% em dezembro de 2012, acima do indicador de dezembro de 2011, 2,38%. O índice de cobertura das operações de crédito em atraso há mais de 60 dias atingiu 172,2% e o indicador de 90 dias, 223,5%, mantendo-se em linha com os praticados pelo mercado bancário. Os indicadores de inadimplência e de cobertura de atrasos com provisões do último trimestre foram impactados pelo atraso no repasse de créditos recebidos pelo Banco Cruzeiro do Sul - em liquidação extrajudicial. Esse atraso ocorreu em razão da empresa contratada pelo Cruzeiro do Sul, de comum acordo com os bancos proprietários das carteiras, ainda não ter concluído o processo operacional que agilizará a identificação das parcelas repassadas pelos órgãos consignantes, o que ensejará maior celeridade na transferência dos recursos aos respectivos bancos credores.

Em relação à liquidez do Banrisul, destacam-se as disponibilidades líquidas aplicadas em títulos públicos federais indexados à Taxa Selic, em Letras Financeiras do Tesouro ou em operações compromissadas, sempre com lastro em títulos federais. Em dezembro de 2012 o saldo em títulos e valores mobiliários e aplicações interfinanceiras de liquidez, descontadas das operações compromissadas, totalizou R\$15.342,8 milhões, com incremento de 38,5% na comparação com dezembro de 2011 e 13,3% em relação a setembro de 2012.

O Banrisul possui margem para sustentar o crescimento de suas operações, capacidade atestada pelo Índice de Basileia, 18,7% em dezembro de 2012. Os índices que demonstram a eficácia da estrutura administrativa, dados pela proporção de despesas administrativas em relação ao volume de ativos ou em relação às receitas geradas, representados pelos indicadores de custo operacional e de eficiência, atingiram 4,5% e 47,5% em dezembro de 2012 respectivamente.

O Banrisul registrou lucro líquido de R\$818,6 milhões no ano de 2012, resultado 9,5% abaixo do alcançado no ano anterior, refletindo, em boa parte, a desaceleração do nível de negócios no ambiente econômico e a elevação da inadimplência. Apesar do efeito de condicionantes conjunturais, o desempenho, no ano de 2012, apresentou elevação das receitas de crédito, de tesouraria, incluídos os instrumentos financeiros derivativos, e da prestação de serviços, absorvida pelo aumento de despesas financeiras e operacionais, provenientes de eventos associados à estratégia de crescimento da Instituição, decorrentes da estruturação das captações externas e da prospecção de novos negócios.



No 4T12, o resultado líquido foi de R\$191,5 milhões, 15,5% abaixo do registrado no 4T11, face à queda do resultado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos (R\$146,3 milhões), elevação de despesas administrativas (R\$64,0 milhões) e aumento das despesas com provisões de crédito (R\$27,6 milhões), movimento parcialmente compensado pela queda das despesas com captação e com empréstimos, cessões e repasses (R\$126,4 milhões), e pelo aumento das receitas de crédito, arrendamento mercantil, transferência de ativos e de tarifas (R\$86,3 milhões). As despesas e receitas financeiras foram impactadas no período pela marcação a mercado da dívida subordinada e instrumento de *hedge*, pela queda da Taxa Selic e das taxas médias do crédito, especialmente na pessoa jurídica, e pelo aumento da inadimplência.

Em relação ao trimestre anterior, o lucro líquido do 4T12 apresentou queda de 7,7%. A redução no resultado do último trimestre proveio da relativa estabilidade das receitas de crédito, arrendamento mercantil e de transferência de ativos, num contexto de menor fluxo de provisões de crédito (R\$80,0 milhões), favorecido pela elevação, em 0,6 pp. da parcela da carteira de crédito classificada como risco normal, movimento, contudo, compensado pela elevação das despesas administrativas (R\$43,8 milhões) e pela redução de outras receitas operacionais, impactadas, no 3T12, pelo efeito pontual do incentivo fiscal do PAT.

O resultado bruto da intermediação financeira alcançou R\$2.878,2 milhões no ano de 2012, com incremento de 5,1% ou R\$139,6 milhões sobre o montante apurado no ano anterior. O resultado bruto da intermediação financeira do 4T12, R\$728,6 milhões, apresentou redução de 1,7% ou R\$12,7 milhões frente ao registrado no 4T11 e expansão de 6,4% ou R\$44,1 milhões na comparação com o 3T12. As variações mencionadas refletem a marcação a mercado da dívida subordinada e do instrumento de *hedge*, bem como o efeito da inadimplência, da queda da Taxa Selic e das taxas médias das operações de crédito.

O resultado gerado no ano de 2012 equivale à rentabilidade de 17,6% calculada sobre o patrimônio líquido médio. Em dezembro de 2012, o patrimônio líquido totalizou R\$4.894,2 milhões, com aumento de 11,2% sobre o saldo de dezembro de 2011 e 2,0% sobre setembro de 2012. O retorno sobre o patrimônio líquido reflete a desaceleração da margem financeira, influenciada pela redução da Taxa Selic e das taxas médias do crédito, aumento da inadimplência e ampliação das despesas administrativas, impactadas por despesas associadas à estratégia de expansão da Instituição.

O Banrisul recolheu e provisionou, em 2012, R\$752,1 milhões em impostos e contribuições próprios. Os tributos retidos e repassados, incidentes diretamente sobre a intermediação financeira e demais pagamentos, somaram R\$685,5 milhões.

Política de Investimentos

Os investimentos em modernização tecnológica e na expansão, reformas e revitalização da rede de agências concentraram-se, no ano de 2012, na ampliação da capacidade de processamento para sustentar o crescimento dos negócios, na conclusão da implantação dos requisitos de segurança do projeto de aquisição da Rede Banricompras, no aprimoramento de controles de acesso e melhorias de segurança dos ambientes tecnológicos e na disponibilidade de rede como diferencial de atendimento. Em 2012, foram aplicados R\$251,8 milhões na expansão e modernização tecnológica, reformas e ampliações de agências.

Modernização Tecnológica

A Instituição aplicou o equivalente a R\$212,9 milhões em modernização tecnológica no ano de 2012. Os investimentos refletem a estratégia de garantia de eficiência operacional da infraestrutura de processamento e a melhoria contínua dos mecanismos de segurança, que previnem e combatem fraudes nas transações bancárias.

Entre os projetos de infraestrutura de TI executados em 2012, destacam-se: substituição e ampliação da capacidade dos computadores de grande porte (*mainframes*), conclusão das instalações de microcomputadores e atualização do sistema operacional dos servidores da rede de agências, armazenamento corporativo com uso de virtualização, implantação de *service desk* nas agências e área administrativa do Banco, adesão, em caráter de projeto piloto, ao canal INFOVIA RS, Plano Gaúcho de Banda Larga para levar comunicação digital ao interior do RS. O pacote de atualização tecnológica incluiu a renovação de sistemas operacionais, linguagens de programação, bancos de dados e demais componentes de *softwares*. As ações relacionadas aos sistemas corporativos abrangeram melhorias no processo de aquisição e no ambiente Banricompras, implementação da compensação de cheques por imagem, introdução de novas funcionalidades tecnológicas na Rede de Correspondentes Bancários, ampliação de serviços no *Home e Office Banking* e ATMs, inicialização do projeto Cartão Virtual, para uso em dispositivos móveis, implantação do projeto Saque e Pague e a migração de diversos sistemas para baixa plataforma e intranet.

No que se refere à segurança tecnológica, o Banrisul obteve, em 2012, reconhecimento nacional e internacional em segurança e tecnologia com a homologação técnica do Cartão Múltiplo Banrisul, o primeiro do setor bancário brasileiro a operar saque, débito, crédito, acesso ao internet *banking* e assinar documentos eletrônicos nas normas do ICP-Brasil / LEA. O processo de homologação junto ao LSI-TEC-USP contou com o apoio internacional das empresas MULTOS e INFINEON, fornecedora do sistema operacional e fabricante do *chip*, garantindo a aderência do nível de segurança implementados no *chip* do cartão Banrisul aos padrões exigidos. As melhorias dos mecanismos de segurança incluíram também a rede de aquisição, o Banrifone, Internet e *Mobile Banking*, emissão de cartão com *chip* (VISA e MasterCard) no compartilhamento do Banco 24 Horas e na rede de ATMs, além do uso do cartão múltiplo Banrisul para autenticação de serviços WEB da Secretaria Estadual da Fazenda - SEFAZ/RS.

Revitalização da Rede de Atendimento

O Banrisul investiu, em 2012, o equivalente a R\$38,9 milhões em reformas e ampliações da rede, incluindo renovação dos ambientes e novas instalações, com estruturas mais amplas e modernas e dentro dos padrões de acessibilidade. A rede da Instituição abrange 98,1% da população do Rio Grande do Sul, além de prestar atendimento em diversos outros estados do País, especialmente em Santa Catarina e Paraná.

No ano de 2012, a Rede de Atendimento Banrisul atingiu 1.301 pontos, distribuídos em 468 agências, dos quais 427 no Rio Grande do Sul, 26 em Santa Catarina, 13 nos demais estados brasileiros, 2 no exterior, 251 Postos de Atendimento Bancário e 582 Pontos de Atendimento Eletrônico. Ao longo do período, foram efetivadas nove aberturas de agências e 18 transformações de postos em agências. No ano, o Banrisul inovou em termos de pontos de atendimento, mediante a disponibilização da Agência Afinidade, com foco no relacionamento e negócios diferenciados. O projeto de expansão da rede de agências prevê a remodelação de 87 casas no biênio 2013/2014.



Margem Analítica



Desempenho da Intermediação Financeira

A margem analítica apresentada foi apurada com base nos saldos médios de ativos e passivos, calculados a partir dos saldos finais dos meses que compõem os respectivos períodos analisados.

A tabela apresenta os ativos geradores de receitas e os passivos onerosos, os correspondentes valores de receitas da intermediação financeira sobre ativos e despesas da intermediação financeira sobre passivos, bem como as taxas médias efetivas geradas.

As operações de crédito incluem adiantamentos de contratos de câmbio e operações de arrendamento mercantil, que são demonstradas pelo valor presente líquido dos contratos de arrendamento. As rendas de operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receitas quando efetivamente recebidas.

Os saldos médios das aplicações interfinanceiras de liquidez, os recursos aplicados ou captados no mercado interbancário correspondem ao valor de resgate deduzidos das receitas ou despesas a apropriar equivalentes a períodos futuros.

Os saldos médios dos depósitos, captações no mercado aberto e obrigações por empréstimos e repasses incluem os encargos exigíveis até a data de encerramento das demonstrações financeiras, reconhecidos em base *pro rata die*. No que se refere às despesas vinculadas a essas rubricas, àquelas relativas a depósitos incluem as despesas pelas contribuições ao Fundo Garantidor de Crédito - FGC.

A trajetória da margem sobre ativos rentáveis foi decrescente no ano de 2012 em relação ao observado no ano de 2011, em linha com a redução da taxa básica de juros efetiva que passou de 11,62%, nos 12M11, para 8,49% nos 12M12. Os ativos médios rentáveis cresceram 22,7% no ano e os passivos onerosos, 25,6%. A margem absoluta apresentou incremento de 10,8% e a margem relativa retraiu em 1,01 pp. frente à apurada no ano de 2011.

A queda da Taxa Selic no período refletiu na redução das taxas sobre ativos de crédito e sobre passivos de *funding* para crédito.

Além dos juros básicos da economia que referenciam as operações no setor financeiro, a estrutura de ativos e passivos e também os prazos de contratação são fatores determinantes na formação da margem auferida a cada período.

A representatividade dos ativos de crédito no total de ativos médios rentáveis diminuiu 0,7 pp. na comparação com dezembro de 2011, atingindo 55,8%, as operações de tesouraria aumentaram a participação, passando de 34,0%, em dezembro de 2011, para 34,7% no mesmo mês do ano de 2012. Os compulsórios ampliaram a representatividade no total de ativos rentáveis em 0,7 pp. alcançando 7,6%. A receita proveniente do aumento do volume de operações de crédito e dos títulos e valores mobiliários absorveu o efeito da queda da Taxa Selic, principal referencial de remuneração das operações de crédito e tesouraria.

Em relação aos passivos onerosos, o saldo médio dos depósitos a prazo calculado sobre os doze meses de 2011 e de 2012 passou a representar 48,6% dos passivos geradores de despesas, 1,4 pp. acima da participação apresentada no ano anterior. Os depósitos de poupança reduziram representatividade sobre os passivos onerosos, passando de 20,2%, nos 12M11, para 16,9% nos 12M12. Dentre os outros passivos onerosos, destaca-se a participação de 17,3% dos Fundos Financeiros e de Desenvolvimento, que alcançou o saldo médio de R\$5.609,8 milhões em dezembro de 2012.

Os resultados dessas variações em conjunto ocasionaram redução de 0,8 pp. no *spread*, que atingiu 8,77% no ano de 2012.

Tabela 03: Margem Analítica

R\$ Milhões

	2012			2011			2010		
	Balanco Médio	Receita Despesa	Taxa Média	Balanco Médio	Receita Despesa	Taxa Média	Balanco Médio	Receita Despesa	Taxa Média
Ativos Rentáveis	39.856,6	6.346,4	15,92%	32.487,8	5.946,7	18,30%	28.715,7	4.840,5	16,86%
Operações de Créditos	22.229,0	4.760,2	21,41%	18.370,6	4.433,4	24,13%	15.098,8	3.567,5	23,63%
Compromissos de Revendas	3.834,2	311,6	8,13%	2.629,6	298,5	11,35%	3.772,2	368,9	9,78%
TVM para Negociação	2.221,5	172,0	7,74%	2.166,9	241,0	11,12%	1.979,7	182,9	9,24%
TVM Disponíveis para Venda	1.187,5	91,9	7,74%	1.655,6	184,1	11,12%	1.470,5	135,8	9,24%
TVM Mantidos até o Vencimento	6.582,4	704,4	10,70%	4.604,3	512,1	11,12%	4.112,3	379,9	9,24%
Depósitos Interbancários	105,8	8,0	7,60%	202,6	14,2	7,02%	126,2	10,7	8,50%
Outros Ativos Rentáveis	3.696,2	298,3	8,07%	2.858,2	263,4	9,22%	2.156,1	194,8	9,04%
Compulsórios	3.040,5	242,6	7,98%	2.227,9	204,3	9,17%	1.673,4	131,6	7,86%
Outros	655,7	55,7	8,50%	630,3	59,1	9,38%	482,7	63,2	13,10%
Ativos Não Rentáveis	2.692,7			2.704,7			2.526,5		
Ativos Totais	42.549,3	6.346,4	14,92%	35.192,5	5.946,7	16,90%	31.242,3	4.840,5	15,49%
Passivos Onerosos	32.357,5	(2.615,8)	8,08%	25.755,7	(2.578,7)	10,01%	23.115,4	(1.925,8)	8,33%
Depósitos Interfinanceiros	195,9	(10,9)	5,57%	13,7	(1,8)	12,85%	49,9	(3,9)	7,87%
Poupança	5.467,6	(328,0)	6,00%	5.204,9	(365,4)	7,02%	5.871,3	(349,8)	5,96%
Depósitos a Prazo	15.719,9	(1.138,7)	7,24%	12.162,8	(1.211,9)	9,96%	9.159,5	(837,3)	9,14%
Captações no Mercado Aberto	1.886,7	(172,3)	9,13%	1.682,6	(216,5)	12,87%	2.004,0	(214,4)	10,70%
Dívida Subordinada	1.055,7	(340,0)	32,21%	-	-	0,00%	-	-	0,00%
Obrigações por Empréstimos e Repasses	2.421,9	(173,7)	7,17%	1.863,7	(257,2)	13,80%	1.633,1	(112,5)	6,89%
No País	1.430,5	(74,3)	5,20%	1.122,5	(91,2)	8,12%	1.043,1	(77,5)	7,43%
Exterior	991,5	(99,3)	10,02%	741,2	(166,0)	22,40%	590,0	(35,0)	5,94%
Outros	5.609,8	(452,2)	8,06%	4.828,0	(525,9)	10,89%	4.397,6	(407,9)	9,28%
Passivos Não Onerosos	5.475,8			5.237,2	-		4.469,6		
Patrimônio Líquido	4.716,1			4.199,6	-		3.657,3		
Passivos e PL	42.549,3	(2.615,8)	6,15%	35.192,5	(2.578,7)	7,33%	31.242,3	(1.925,8)	6,16%
Spread			8,77%			9,57%			9,33%
Margem		3.730,6	9,36%		3.368,0	10,37%		2.914,7	10,15%

Variações nas Receitas e Despesas de Juros: Volumes e Taxas

A tabela 4 apresenta a alocação das variações nas receitas e despesas de juros pela mudança no volume médio dos ativos rentáveis e dos passivos onerosos e pela variação da taxa média de juros sobre esses ativos e passivos: (i) 2012 vs 2011, (ii) 2011 vs 2010 e (iii) 2010 vs 2009.

As variações no volume e na taxa de juros foram calculadas com base nas movimentações dos saldos médios durante o período e nas variações das taxas médias de juros sobre os ativos geradores de receitas e passivos geradores de despesas. A variação de taxa foi calculada pela oscilação na taxa de juros no período multiplicada pela média dos ativos geradores de receitas ou pela média dos passivos geradores de despesas no segundo período. A variação de volume foi computada como a diferença entre o volume de juros do período mais recente e o anterior.

A variação positiva das receitas geradas pelos ativos rentáveis nos doze meses, em R\$399,7 milhões, está associada ao aumento dos volumes dos ativos rentáveis, especialmente no crédito, que motivaram o aumento das rendas em R\$704,9 milhões, nos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos, que geraram ganhos de R\$101,2 milhões, e nos ativos de compulsório, que resultaram em ganhos de R\$59,5 milhões, movimentos afetados pela retração das taxas de crédito em R\$378,1 milhões, e pela redução da rentabilidade dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos, em R\$70,1 milhões, face à queda da taxa básica de juros no período, parcialmente compensada pela elevação das receitas decorrentes



da marcação a mercado do instrumento de *hedge* contratado para mitigar o risco de variação cambial da dívida subordinada.

A ampliação das despesas geradas pelos passivos onerosos em relação ao ano de 2011, em R\$37,1 milhões, está vinculada ao incremento no saldo médio da dívida subordinada em R\$177,0 milhões, complementado pela variação nas taxas, em R\$163,0 milhões, totalizando aumento dos gastos em R\$340,0 milhões, compensado por uma redução nas taxas médias que absorveu 95,0% do crescimento nos saldos médios das despesas com empréstimos, cessões e repasses, em R\$83,5 milhões, pela retração nos gastos dos outros passivos onerosos, especialmente dos fundos financeiros e de desenvolvimento, em R\$73,7 milhões, e das despesas dos depósitos a prazo em R\$73,2 milhões.

As variações das receitas e despesas financeiras foram impactadas pelo aumento do volume médio, refletindo em ganhos gerados pelos ativos rentáveis superiores aos ônus imputados pelos passivos onerosos em R\$222,8 milhões que, aliados à queda das taxas dos ativos rentáveis, em R\$495,4 milhões, e das taxas dos passivos onerosos, em R\$635,1 milhões, geraram ampliação da margem analítica em R\$362,6 milhões na comparação com o ano de 2011.

A redução das taxas na maioria dos ativos rentáveis e dos passivos onerosos foi influenciada pela redução da taxa básica de juros e das taxas das operações de crédito. Em relação à variação da taxa de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos e da taxa da dívida subordinada, pode-se dizer que foram impactados pela marcação a mercado da dívida subordinada e do *swap*, que geraram aumento na receita de tesouraria (no período, completamente absorvida pela redução das taxas de juros dos títulos e valores mobiliários) e na despesa da dívida subordinada.

Tabela 04: Variações nas Receitas e Despesas de Juros: Volumes e Taxas

R\$ Milhões

	2012 / 2011			2011 / 2010			2010 / 2009		
	Aumento / Redução			Aumento / Redução			Aumento / Redução		
	Devido a Variação em:			Devido a Variação em:			Devido a Variação em:		
	Volume	Taxa Juros	Variação Líquida	Volume	Taxa Juros	Variação Líquida	Volume	Taxa Juros	Variação Líquida
Ativos Rentáveis									
Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil e Outros Créditos	704,9	(378,1)	326,8	788,1	77,8	865,8	770,9	(152,0)	618,9
Compromissos de Revendas	34,4	(21,4)	13,1	(123,5)	53,1	(70,4)	(161,5)	13,3	(148,2)
Operações com Títulos, Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	101,2	(70,1)	31,1	85,7	152,9	238,6	108,5	(15,0)	93,5
Depósitos Interbancários	(7,3)	1,1	(6,2)	4,9	(1,4)	3,5	(0,6)	(4,1)	(4,7)
Compulsórios	59,5	(21,2)	38,3	48,4	24,2	72,7	-	-	-
Outros	2,3	(5,8)	(3,4)	16,5	(20,6)	(4,1)	25,5	(7,1)	18,4
Total de Ativos Rentáveis	895,0	(495,4)	399,7	820,1	286,1	1.106,2	742,8	(164,9)	577,9
Passivos Onerosos									
Depósitos Interfinanceiros	(9,5)	0,4	(9,1)	3,8	(1,6)	2,2	0,9	(0,6)	0,3
Depósitos de Poupança	(17,7)	55,1	37,4	27,3	(42,9)	(15,6)	(49,4)	(7,6)	(57,0)
Depósitos a Prazo	(304,4)	377,5	73,2	(293,9)	(80,6)	(374,6)	(81,3)	26,3	(55,0)
Captações no Mercado Aberto	(24,0)	68,3	44,2	7,1	(9,0)	(1,8)	49,9	(6,7)	43,2
Dívida Subordinada	(177,0)	(163,0)	(340,0)	-	-	-	-	-	-
Obrigações por Empréstimos e Repasses	(62,8)	146,4	83,5	(17,9)	(126,8)	(144,7)	(7,6)	(47,4)	(55,0)
Outros	(76,7)	150,4	73,7	(42,4)	(75,9)	(118,4)	(78,6)	(3,7)	(82,3)
Total de Passivos Onerosos	(672,2)	635,1	(37,1)	(316,0)	(336,9)	(652,9)	(166,2)	(39,6)	(205,8)

Desempenho no Mercado Acionário

A BM&FBovespa S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros possui três níveis diferentes de práticas de governança corporativa, Nível 1 de Governança, Nível 2 de Governança e Novo Mercado, que se diferenciam pelo grau das exigências destas práticas. O Banrisul aderiu ao Nível 1 de Governança, em julho de 2007, reforçando o seu comprometimento com as boas práticas de governança corporativa. Além disso, o Banco adotou voluntariamente determinadas regras dos demais níveis diferenciados de Governança Corporativa, reforçando e consolidando relação de transparência com clientes e investidores, construída pela disseminação de dados e informações ao mercado, proporcionando oportuno conhecimento sobre os negócios do Banco.

O capital social do Banrisul, em dezembro de 2012, era de R\$3.500,0 milhões, representado por 408.974.477 ações, sendo 205.043.374 ações ordinárias e 203.931.103 ações preferenciais, na forma escritural e sem valor nominal. O maior acionista do Banco é o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, que detém diretamente 99,6% do capital votante e 57,0% do capital total.

Em 31 de dezembro de 2012, havia 55.595 acionistas com domicílio no Brasil (98,9% do total de acionistas e 63,4% do total das ações) e 621 acionistas residentes no exterior (1,1% dos acionistas e 36,6% das ações).

A partir de maio de 2012, a ação preferencial Classe B (PNB) do Banrisul ingressou no Índice de Dividendos da BM&FBovespa, que mede o retorno de uma carteira composta pelas empresas com os maiores *dividend yields*. No total, o Banrisul faz parte da composição de oito índices da BM&FBovespa. No final do mês de dezembro de 2012, a ação PNB (BRSR6) estava entre as 100 ações mais negociadas na BM&FBovespa, listada na 84ª posição do *ranking* anual (90ª posição em 12 meses).

O Banrisul participa de eventos para divulgação, tais como os promovidos pela APIMEC (Associação dos Analistas e Profissionais de Investimentos do Mercado de Capitais), mantendo comunicação ágil e equânime para atender investidores, acionistas e interessados. Também participa de conferências e *roadshows* nacionais e internacionais com investidores institucionais. Durante o 4T12, foram realizadas 44 reuniões, teleconferências e eventos, com a participação de 529 interessados, que promoveram oportunidades de interação com analistas de mercado, investidores e acionistas pessoas físicas e jurídicas, nacionais e estrangeiras.

Tabela 05: Ações de Comunicação e Relacionamento

	4T12	3T12	2T12	1T12	4T11
Reuniões	7	14	10	12	25
Teleconferências	13	7	24	7	14
Eventos no Exterior *	21	0	42	41	22
Reuniões APIMEC	3	0	0	0	3
TOTAL	44	21	76	60	64

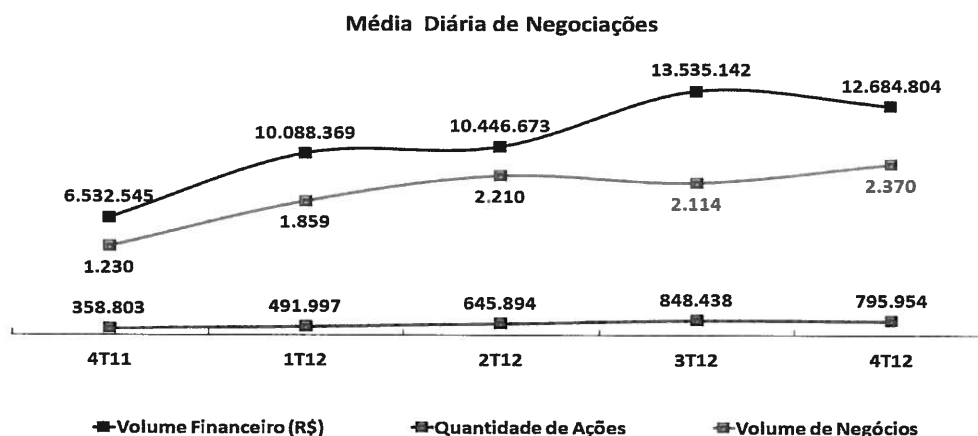
* 2011: Amsterdam, Chicago, Haia, Londres, Milwaukee, Nova Iorque, Paris, Rotterdam, Stavanger e Zurique.

* 2012: Amsterdam, Boston, Bruxelas, Chicago, Copenhagen, Delaware, Estocolmo, Greenwich, Haia, Londres, Los Angeles, Filadélfia, Nova Iorque, Nova Jersey, Paris, Rotterdam, Toronto, Washington e Wilmington.

No 4T12, ainda que tenha havido crescimento das atividades de relacionamento com investidores, o volume financeiro médio negociado diariamente apresentou redução de 12,2% em relação ao apurado no 3T12, em consonância com o observado no mercado acionário.



Gráfico 01: Volume Financeiro, Volume de Negócios e Quantidade de Ações



Em dezembro de 2012, o valor de mercado do Banrisul atingiu R\$6.343,2 milhões, redução de 22,5% comparado com dezembro de 2011 e 10,0% em relação a setembro de 2012. Os resultados do Banrisul são analisados, periodicamente, por instituições que emitem relatórios de acompanhamento sobre o Banco, cujas estimativas estão disponíveis no *site* de Relações com Investidores (www.banrisul.com.br/ri).

Em 2012, foram emitidas as avaliações das agências Fitch Rating, Moody's Investors Service, Standard & Poors, Austing Rating e Risk Bank, no qual o Banrisul obteve o grau de investimento, em escala global, e do *rating* máximo em escala nacional brasileira, reforçando o compromisso no aprimoramento da gestão e no alinhamento com as melhores práticas de Governança Corporativa.

Tabela 06: Classificação de Agências de Rating

Fitch Ratings						
Viabilidade	Escala Global				Escala Nacional	
	Moeda Local		Moeda Estrangeira		Nacional	
	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo
bb+	BB+	B	BB+	B	AA-	F1+
Moody's Investors Service						
Força Financeira	Escala Global				Escala Nacional	
	Moeda Local		Moeda Estrangeira		Nacional	
	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo
D+	Baa3	P-3	Baa3	P-3	Aaa.br	BR-1
Standard & Poor's						
Perfil de Crédito Individual	Escala Global				Escala Nacional	
	Moeda Local		Moeda Estrangeira		Nacional	
	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo	
bbb+	BBB-	-	BBB-	-	brAAA	
Austin Rating						
Escala Nacional						
Curto Prazo				Longo Prazo		
A-1				AA-		
Risk Bank						
9,77						

Evolução Patrimonial

Ativos Totais

Os ativos totais somaram, em dezembro de 2012, R\$46.570,8 milhões, compostos por (i) 52,2% de operações de crédito, (ii) 36,4% de títulos e valores mobiliários e aplicações interfinanceiras de liquidez, (iii) 7,9% de relações interfinanceiras e interdependências, e (iv) 3,5% de outros ativos. Em relação à tempestividade dos ativos, classificavam-se, em sua maioria, no curto prazo. No que se refere aos ativos com vencimento até 360 dias, destaca-se a participação das operações de crédito e arrendamento mercantil, em R\$9.854,7 milhões, compondo 37,9%, dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos, em R\$5.780,3 milhões, participando em 22,2%, e das aplicações interfinanceiras de liquidez, em R\$4.609,4 milhões, formando 17,7% do saldo das aplicações em curto prazo. A composição de ativos, com vencimento acima de 360 dias, está concentrada em operações de crédito e arrendamento mercantil, em R\$11.898,6 milhões, compondo 58,6%, e em títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos, em R\$6.580,9 milhões, formando 32,4% dos ativos de longo prazo.

Nos doze meses, a expansão no saldo de ativos em 23,9% ou R\$8.985,2 milhões proveio, especialmente, da expansão da captação de depósitos, em R\$4.385,3 milhões, da dívida subordinada, em R\$1.158,3 milhões, do crescimento das obrigações por empréstimos e repasses, em R\$1.100,0 milhões, impactada pela captação externa liquidada em dezembro de 2012, cujo saldo alcançou R\$618,2 milhões, e do aumento dos Fundos Financeiros e de Desenvolvimento em R\$843,8 milhões. Os recursos captados foram, em parte, aplicados nos títulos e valores mobiliários somados às aplicações interfinanceiras de liquidez, que registraram elevação de R\$4.559,0 milhões, e na carteira de crédito, que apresentou incremento de R\$3.933,9 milhões.

Nos últimos três meses, o incremento nos ativos em 4,3% ou R\$1.937,8 milhões teve como origem a trajetória ascendente dos depósitos em R\$1.562,8 milhões, e das obrigações por empréstimos e repasses em R\$714,8 milhões, influenciada, especialmente, pela captação externa. Em termos de alocação, as operações de tesouraria apresentaram incremento de R\$1.715,7 milhões, seguidas pelas operações de crédito em R\$537,8 milhões.

Gráfico 02: Ativo Total - R\$ Milhões

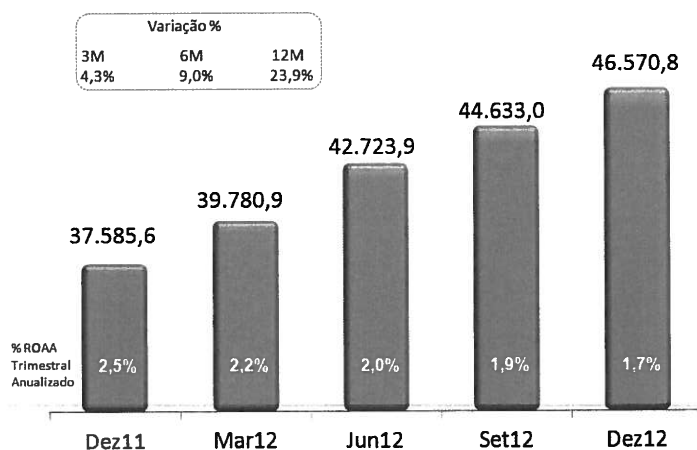
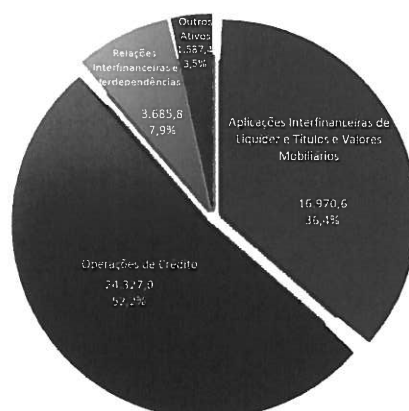


Gráfico 03: Composição dos Ativos - R\$ Milhões



Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

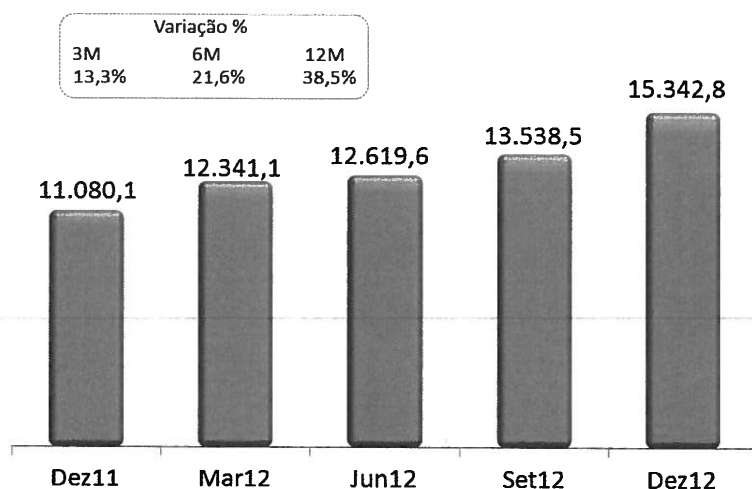
As aplicações em títulos e valores mobiliários, incluídos os instrumentos financeiros derivativos, e somadas às aplicações interfinanceiras de liquidez, totalizaram R\$15.342,8 milhões em dezembro de 2012, com incremento de 38,5% ou R\$4.262,7 milhões em relação ao volume registrado em dezembro de 2011, elevação de 13,3% ou R\$1.804,2 milhões na comparação com setembro de 2012. O valor deduz as obrigações por operações compromissadas.

Em relação à composição da aplicação em tesouraria, 49,2% são de títulos mantidos até o vencimento, no montante de R\$8.344,1 milhões, 13,5% de títulos mantidos para negociação, que alcançaram R\$2.293,1 milhões, 8,7% de títulos disponíveis para venda, que somaram R\$1.481,7 milhões, 1,4% de instrumentos financeiros derivativos, cujo saldo alcançou R\$242,3 milhões, e 27,2% em aplicações interfinanceiras de liquidez, que atingiram R\$4.609,4 milhões, totalizando R\$16.970,6 milhões em ativos de tesouraria.

Quanto aos emissores dos títulos que compõem a tesouraria, são, em sua maioria, de papéis públicos, que, somados, representam 96,6% da aplicação em tesouraria.

A expansão dos depósitos, fundos financeiros e de desenvolvimento, captações externas e patrimônio líquido financiaram o incremento tanto nos títulos e valores mobiliários como nas operações de crédito.

Gráfico 04: Títulos e Valores Mobiliários e Aplicações Interfinanceiras de Liquidez*- R\$ Milhões



* Deduzidos de obrigações compromissadas.

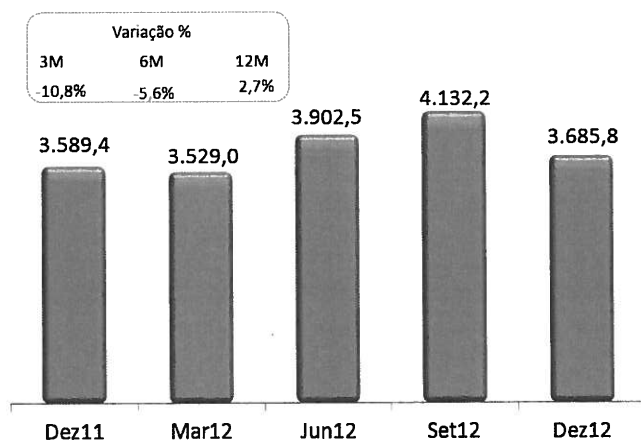
Relações Interfinanceiras e Interdependências

As relações interfinanceiras e interdependências totalizaram R\$3.685,8 milhões em dezembro de 2012, com aumento de 2,7% ou R\$96,4 milhões em relação ao mês de dezembro do ano anterior, e redução de 10,8% ou R\$446,5 milhões na comparação com setembro de 2012.

Na comparação com dezembro de 2011, o saldo das relações interfinanceiras e interdependências apresentou aumento, influenciado, especialmente, pelo crescimento dos créditos vinculados ao Fundo de Compensação de Variações Salariais, em R\$54,4 milhões.

Quanto à variação no último trimestre, pode-se justificar a redução especialmente por alterações nas regras do compulsório, que permitiram, apesar do aumento no saldo de depósitos à vista, poupança e a prazo, menor recolhimento, e pela retração dos pagamentos e recebimentos a liquidar, em função dos ajustes de compensação que realiza liquidações de operações no último dia útil do ano.

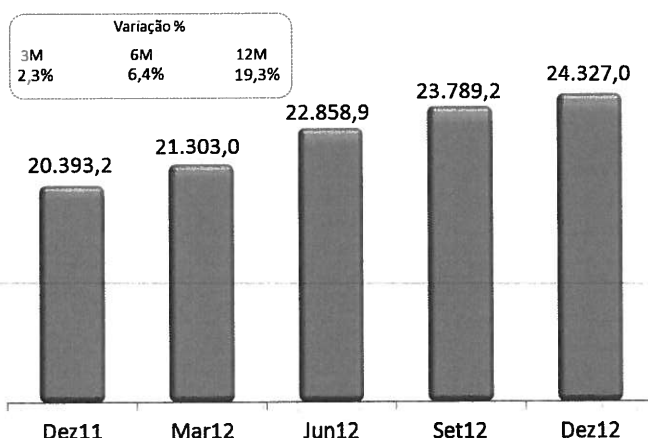
Gráfico 05: Relações Interfinanceiras e Interdependências - R\$ Milhões



Operações de Crédito

A carteira de crédito do Banrisul totalizou R\$24.327,0 milhões em dezembro de 2012, saldo 19,3% ou R\$3.933,9 milhões acima do alcançado em dezembro de 2011, e crescimento de 2,3% ou R\$537,8 milhões na comparação com setembro de 2012.

Gráfico 06: Operações de Crédito - R\$ Milhões



Composição do Crédito por Porte de Empresa

As operações de crédito direcionadas ao segmento empresarial totalizaram R\$11.657,0 milhões em dezembro de 2012, compondo 47,9% da carteira total de crédito. O saldo de operações na pessoa jurídica registrou expansão de 18,3% na comparação com dezembro de 2011 e 3,0% em relação a setembro de 2012.

Nos doze meses, a variação mais expressiva ocorreu no crédito a médias empresas, com aumento de R\$1.160,1 milhões, seguido pelo crédito a grandes empresas, com evolução de R\$892,5 milhões. As micro, pequenas e médias empresas apresentaram participação de 68,8% do montante total da carteira do segmento jurídico e 33,0% do total de crédito do Banco.

Nos últimos três meses, observou-se incremento das médias empresas, em 8,9% ou R\$498,7 milhões, compensado pela redução do saldo aplicado em micro empresas, em 14,5% ou R\$139,1 milhões. A variação do período gerou aumento de 1,6 pp. da participação das médias empresas no total de operações de crédito de dezembro.

Tabela 07: Composição do Crédito Pessoa Jurídica por Porte de Empresa

R\$ Milhões

Porte	Dez12			Set12			Dez11			% Dez12 / Set12	
	Saldo	% PJ	% Cart. Total	Saldo	% PJ	% Cart. Total	Saldo	% PJ	% Cart. Total	Dez12 / Set12	Dez12 / Dez11
Grandes Empresas	3.639,1	31,2%	15,0%	3.681,1	32,5%	15,5%	2.746,5	27,9%	13,5%	-1,1%	32,5%
Total Média/Pequena/Micro	8.017,9	68,8%	33,0%	7.635,2	67,5%	32,1%	7.107,1	72,1%	34,9%	5,0%	12,8%
Médias Empresas	6.072,0	52,1%	25,0%	5.573,3	49,3%	23,4%	4.912,0	49,8%	24,1%	8,9%	23,6%
Pequenas Empresas	1.123,9	9,6%	4,6%	1.100,8	9,7%	4,6%	826,7	8,4%	4,1%	2,1%	35,9%
Microempresas	822,0	7,1%	3,4%	961,1	8,5%	4,0%	1.368,4	13,9%	6,7%	-14,5%	-39,9%
Total PJ	11.657,0	100,0%	47,9%	11.316,3	100,0%	47,6%	9.853,6	100,0%	48,3%	3,0%	18,3%

O critério utilizado para segmentação por porte é o faturamento médio mensal: Microempresas até R\$30 mil, Pequenas até R\$300 mil, Médias até R\$25 milhões e Grandes acima de R\$25 milhões.

Composição do Crédito por Setor de Atividade

Na formação da carteira de crédito por atividade, o setor privado apresentou evolução de 19,4% ou R\$3.939,9 milhões em doze meses, atingindo, em dezembro de 2012, 99,5% dos ativos de crédito. Os setores que apresentaram maior representatividade, em dezembro de 2012, foram pessoa física, 39,8% da carteira total, indústria, 19,0% e serviços e outros, 12,6% da carteira de crédito da Instituição. Em relação a dezembro de 2011, destaca-se a ampliação das operações de crédito à pessoa física, com incremento de R\$1.593,0 milhões, ao setor de serviços e outros, com evolução de R\$834,5 milhões, à indústria, com crescimento de R\$582,8 milhões, e à habitação com aumento de R\$504,9 milhões. No último trimestre, a carteira de crédito por atividade, no setor privado, apresentou incremento de 2,3% ou R\$539,7 milhões, reflexo, especialmente, do aumento de serviços e outros, em R\$255,9 milhões, da habitação, em R\$113,5 milhões, e do comércio em R\$107,0 milhões.

Tabela 08: Composição do Crédito por Setor de Atividade

R\$ Milhões

	Dez12	Set12	Jun12	Mar12	Dez11	Dez12 / Set12	Dez12 / Dez11
Setor Privado	24.210,8	23.671,2	22.734,5	21.182,6	20.270,9	2,3%	19,4%
Rural	1.811,9	1.877,4	1.953,9	1.726,9	1.705,1	-3,5%	6,3%
Indústria	4.615,0	4.520,3	4.413,0	3.986,4	4.032,2	2,1%	14,5%
Comércio	2.804,3	2.697,3	2.576,9	2.518,6	2.486,5	4,0%	12,8%
Serviços e Outros	3.055,2	2.799,3	2.459,0	2.351,2	2.220,6	9,1%	37,6%
Pessoa Física	9.678,5	9.644,6	9.320,1	8.716,3	8.085,5	0,4%	19,7%
Habitação	2.245,9	2.132,4	2.011,6	1.883,2	1.741,0	5,3%	29,0%
Setor Público	116,2	118,1	124,4	120,4	122,2	-1,6%	-4,9%
Total	24.327,0	23.789,2	22.858,9	21.303,0	20.393,2	2,3%	19,3%

Composição do Crédito por Carteira

A composição por carteira demonstra os recursos livres e direcionados aplicados em ativos de crédito. A carteira comercial, o arrendamento mercantil, os créditos vinculados a operações adquiridas por cessão e o setor público têm como origem recursos livres de depósitos e capital próprio e, em dezembro de 2012, representavam 75,3% do total da carteira de crédito. As carteiras de financiamento a longo prazo, rural, imobiliário e câmbio, provêm, em sua maioria, de fontes específicas de recursos, compondo os créditos direcionados, e participavam, em dezembro de 2012, com 24,7% do valor aplicado.

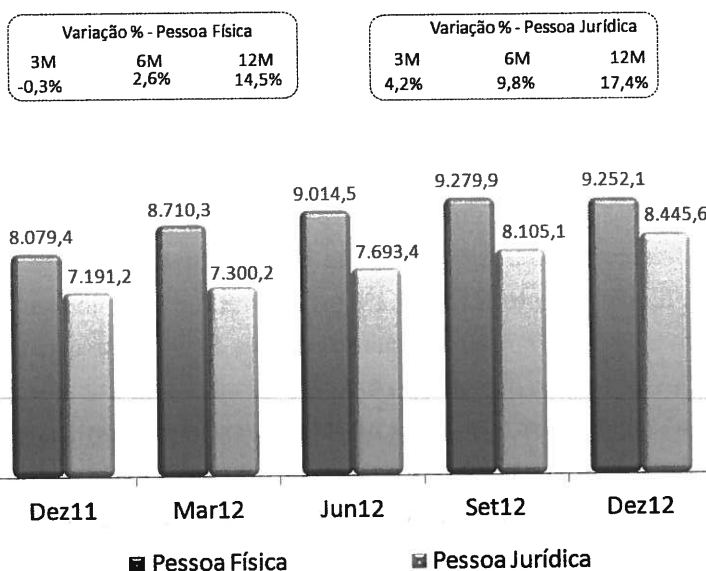
Tabela 09: Composição do Crédito por Carteira

R\$ Milhões

Operações de Crédito	Dez12	Set12	Jun12	Mar12	Dez11	Dez12 / Set12	Dez12 / Dez11
Setor Privado	24.210,8	23.671,2	22.734,5	21.182,6	20.270,9	2,3%	19,4%
Câmbio	647,9	685,2	646,4	566,6	557,2	-5,4%	16,3%
Comercial	17.697,7	17.385,0	16.707,9	16.010,5	15.270,6	1,8%	15,9%
Pessoa Física	9.252,1	9.279,9	9.014,5	8.710,3	8.079,4	-0,3%	14,5%
Cartão de Crédito	63,4	68,0	66,1	64,2	53,1	-6,7%	19,5%
Empréstimos e Títulos Descontados - PF	8.910,9	8.928,3	8.660,9	8.360,7	7.758,2	-0,2%	14,9%
Financiamento Direto ao Consumidor - PF	277,8	283,7	287,5	285,3	268,1	-2,1%	3,6%
Pessoa Jurídica	8.445,6	8.105,1	7.693,4	7.300,2	7.191,2	4,2%	17,4%
Créditos no Exterior	60,9	69,2	72,3	72,7	70,9	-11,9%	-14,1%
Empréstimos e Títulos Descontados - PJ	8.121,0	7.811,3	7.405,1	7.011,0	6.919,5	4,0%	17,4%
Financiamento Direto ao Consumidor - PJ	263,7	224,6	215,9	216,4	200,8	17,4%	31,3%
Financiamento a Longo Prazo	1.311,8	1.157,1	1.039,7	916,8	916,5	13,4%	43,1%
Imobiliário	2.245,9	2.132,4	2.011,6	1.883,2	1.741,0	5,3%	29,0%
Leasing	76,4	77,2	77,7	78,6	80,5	-0,9%	-5,0%
Rural	1.811,9	1.877,4	1.953,9	1.726,9	1.705,1	-3,5%	6,3%
Créditos Vinculados a Op. Adquiridas Cessão	419,2	357,0	297,4	0,0	0,0	0,0%	0,0%
Setor Público	116,2	118,1	124,4	120,4	122,2	-1,6%	-4,9%
Total	24.327,0	23.789,2	22.858,9	21.303,0	20.393,2	2,3%	19,3%

A carteira comercial totalizou, em dezembro de 2012, R\$17.697,7 milhões, compondo 72,7% do saldo total de crédito do Banco. Na comparação com dezembro de 2011, o crescimento no montante da carteira foi de 15,9% ou R\$2.427,1 milhões. Em relação ao trimestre anterior, o incremento no saldo da carteira foi de 1,8% ou R\$312,7 milhões.

Gráfico 07: Evolução das Operações de Crédito Comercial Pessoa Física e Jurídica - R\$ Milhões



Em relação à composição do crédito, o segmento pessoa física correspondia, em dezembro de 2012, a 52,3% do saldo da carteira comercial e 38,0% do total das operações de crédito do Banco. O segmento empresarial representou, no mesmo período, 47,7% do saldo do crédito comercial e 34,7% do montante total de crédito.

Atendendo à Resolução CMN nº 3.533 e à Carta Circular nº 3.543 do Banco Central do Brasil, foram alteradas as rubricas de registro de operações de venda ou transferência de ativos financeiros. Assim, os créditos adquiridos, a partir de janeiro de 2012, na forma de cessão de crédito com coobrigação, foram classificados como outros créditos, deixando de compor o saldo da carteira comercial da Instituição, cujo montante alcançou, em dezembro de 2012, R\$419,2 milhões.

A carteira de crédito imobiliário alcançou o montante de R\$2.245,9 milhões em dezembro de 2012, com acréscimo de 29,0% ou R\$504,9 milhões em doze meses e 5,3% ou R\$113,5 milhões em três meses. O desempenho da Instituição na carteira de crédito imobiliário no ano de 2012 foi influenciado pela celebração de diversos convênios, pelos investimentos no treinamento dos funcionários, bem como pela participação do Banco como agente financeiro do Pense Imóveis. No montante de crédito imobiliário está incluído o valor de R\$108,6 milhões referentes à operação de cessão de crédito imobiliário com coobrigação realizada no mês de dezembro de 2012.

O saldo do crédito rural totalizou R\$1.811,9 milhões em dezembro de 2012, com expansão de 6,3% ou R\$106,9 milhões em relação a dezembro de 2011 e retração de 3,5% ou R\$65,4 milhões na comparação com setembro de 2012.

Os financiamentos a longo prazo alcançaram R\$1.311,8 milhões em dezembro de 2012, com incremento de 43,1% ou R\$395,3 milhões em doze meses e elevação de 13,4% ou R\$154,7 milhões nos últimos três meses.

A carteira de câmbio registrou R\$647,9 milhões em dezembro de 2012, desempenho 16,3% ou R\$90,7 milhões superior ao registrado em dezembro de 2011 e redução de 5,4% ou R\$37,3 milhões em relação a setembro de 2012.

Crédito Comercial

O crédito comercial pessoa física atingiu saldo de R\$9.252,1 milhões em dezembro de 2012, com incremento de 14,5% ou R\$1.172,7 milhões em relação a dezembro de 2011. Na comparação com o trimestre anterior, o montante da carteira apresentou redução de 0,3% ou R\$27,8 milhões. A trajetória do crédito comercial à pessoa física foi influenciada, especialmente, pela ampliação no saldo da carteira de crédito consignado, que representava 38,3% do crédito comercial do período, e pela elevação da carteira de microcrédito, que alcançou R\$104,0 milhões ao final de 2012.

O crédito consignado totalizou R\$6.773,8 milhões em dezembro de 2012, perfazendo 73,2% da carteira comercial pessoa física, com incremento de 13,2% ou R\$787,3 milhões em doze meses, influenciado em 73,0% pela variação positiva da linha de consignação própria. Na comparação com setembro de 2012, o crescimento foi de 0,2% ou R\$14,3 milhões, influenciado, especialmente, pelo aumento em 6,7% no crédito consignado próprio. Salienta-se que a nova classificação contábil das operações de cessão de crédito com coobrigação, adquiridas a partir de janeiro de 2012, no valor de R\$419,2 milhões, impactou no desempenho do crédito consignado, valor, contudo, computado no crédito total.

Dentre as linhas de crédito consignado, o próprio atingiu R\$4.360,0 milhões em dezembro de 2012, representando 64,4% da carteira de consignados e 47,1% da carteira comercial pessoa física. O crédito consignado próprio apresentou expansão de 15,2% ou R\$574,5 milhões em doze

meses e crescimento de 6,7% ou R\$273,6 milhões em três meses. O incremento na linha de consignado próprio foi influenciado pela abertura, no período, de diversos convênios com entidades públicas e privadas. O crédito adquirido atingiu R\$2.413,8 milhões em dezembro de 2012, compondo 35,6% da carteira de consignados e 26,1% do crédito comercial pessoa física. O saldo da linha de consignado adquirido registrou incremento de 9,7% ou R\$212,8 milhões na comparação com dezembro do ano anterior e retração de 9,7% ou R\$259,3 milhões nos últimos três meses.

O crédito comercial pessoa jurídica apresentou evolução de 17,4% ou R\$1.254,4 milhões nos doze meses, atingindo, em dezembro de 2012, saldo de R\$8.445,6 milhões. Na comparação com setembro de 2012, a carteira registrou crescimento de 4,2% ou R\$340,6 milhões. A carteira comercial do segmento empresarial está composta, principalmente, por linhas de capital de giro, que totalizaram R\$6.493,9 milhões, e na conta garantida, que somou R\$602,1 milhões. O saldo do capital de giro representou, em dezembro de 2012, 76,9% da carteira comercial pessoa jurídica, e 36,7% do total do crédito comercial. Nos doze meses, as linhas de capital de giro registraram expansão de 19,4% ou R\$1.056,5 milhões. E nos últimos três meses, a elevação apresentada foi de 5,6% ou R\$343,5 milhões.

Tabela 10: Composição do Crédito Comercial Pessoa Física e Pessoa Jurídica

R\$ Milhões

	Dez12	Set12	Jun12	Mar12	Dez11	Dez12/ Set12	Dez12/ Dez11
Pessoa Física	9.252,1	9.279,9	9.014,5	8.710,3	8.079,4	-0,3%	14,5%
Crédito Pessoal - Consignado	6.609,8	6.582,2	6.382,3	6.165,2	5.789,7	0,4%	14,2%
Aquisição Bens - Consignado	164,0	177,3	190,1	198,4	196,8	-7,5%	-16,7%
Aquisição Bens - Outros Bens	4,6	4,5	4,7	5,3	5,9	1,0%	-22,0%
Aquisição Bens - Veículos	102,4	97,1	91,0	81,1	65,3	5,5%	56,8%
Cheque Especial	577,5	636,8	644,9	682,1	585,3	-9,3%	-1,3%
Crédito 1 Minuto	341,6	329,9	315,2	295,5	283,7	3,6%	20,4%
Crédito Pessoal Automático	225,1	207,3	221,2	233,4	235,3	8,6%	-4,3%
Crédito Pessoal - Não Consignado	519,7	592,2	566,7	513,5	433,4	-12,2%	19,9%
Cartão de Crédito	63,4	68,0	66,1	64,2	53,1	-6,7%	19,5%
Outros - PF	644,0	584,8	532,3	471,5	431,0	10,1%	49,4%
Pessoa Jurídica	8.445,6	8.105,1	7.693,4	7.300,1	7.191,2	4,2%	17,4%
Aquisição Bens - Outros Bens	39,0	36,6	33,1	34,7	35,5	6,4%	9,8%
Aquisição Bens - Veículos	51,6	46,8	46,1	45,6	42,2	10,3%	22,2%
Capital de Giro - CEB	4.714,5	4.520,2	4.313,3	3.964,7	3.876,2	4,3%	21,6%
Capital de Giro - CGB	1.779,4	1.630,2	1.506,0	1.505,7	1.561,2	9,1%	14,0%
CDCI	34,7	34,2	36,5	25,0	26,4	1,4%	31,6%
Comprar	141,3	111,3	104,6	114,2	98,6	27,0%	43,3%
Conta Devedora Caução - CCC	195,0	195,0	159,9	182,1	170,3	0,0%	14,5%
Conta Garantida	602,1	673,5	631,3	623,7	536,3	-10,6%	12,3%
Desconto de Recebíveis	367,1	364,8	369,9	351,8	394,1	0,6%	-6,9%
Vendor	111,5	103,2	109,7	108,8	105,7	8,1%	5,6%
Crédito no Exterior	60,9	69,2	72,3	72,7	70,9	-11,9%	-14,1%
Outros - PJ	348,5	320,1	310,5	271,3	273,9	8,9%	27,2%
Total	17.697,7	17.385,0	16.707,9	16.010,5	15.270,6	1,8%	15,9%



Composição da Concessão por Linhas de Financiamento

No ano de 2012, a concessão de ativos de crédito totalizou R\$35.726,3 milhões, o que representa avanço de 9,4% ou R\$3.084,2 milhões comparativamente ao ano de 2011. O crédito comercial, com participação de 86,1% nas concessões de crédito do período, apresentou elevação de 8,4% ou R\$2.376,0 milhões no período, influenciado, especialmente, pelo crescimento nas linhas de crédito pessoal e capital de giro. Destaca-se a variação do financiamento imobiliário, com acréscimo de 62,0% ou R\$464,9 milhões. O desempenho foi minimizado pela redução de 10,6% ou R\$157,4 milhões nas concessões das linhas de câmbio.

No 4T12, o Banrisul disponibilizou R\$9.135,4 milhões em recursos de crédito, R\$582,5 milhões acima do montante concedido no 4T11. Destaca-se a participação de 87,2% do crédito comercial na concessão totalizando R\$7.963,7 milhões, principalmente, nas linhas de capital de giro, cheque especial, conta garantida e de crédito pessoal. A carteira de financiamento rural apresentou evolução de R\$51,2 milhões ou 15,1% na comparação com o mesmo trimestre do ano anterior.

Em relação ao 3T12, os dados da concessão indicaram crescimento de 2,3% ou R\$207,3 milhões, influenciados pelo acréscimo de 3,2% ou R\$245,0 milhões no crédito comercial, em especial nas linhas de capital de giro, cheque especial e desconto de recebíveis, compensado pela retração no crédito pessoal. O financiamento rural apresentou incremento de 38,3% ou R\$108,0 milhões, enquanto o crédito imobiliário registrou redução de 39,0% ou R\$136,1 milhões no período.

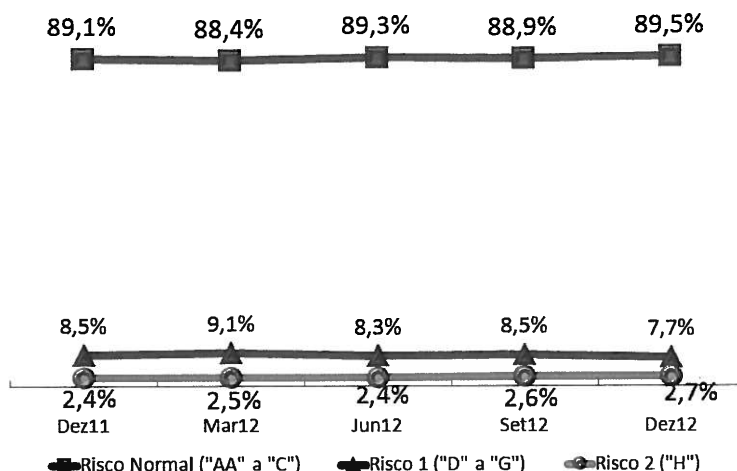
Tabela 11: Composição dos Volumes Concedidos de Crédito por Linhas de Financiamento

	2012	2011	4T12	3T12	2T12	1T12	4T11	2012 / 2011	4T12 / 4T11	4T12 / 3T12
R\$ Milhões										
Câmbio	1.325,6	1.482,9	337,1	298,5	455,4	234,7	328,7	-10,6%	2,5%	12,9%
Comercial	30.753,4	28.377,4	7.963,7	7.718,6	8.087,6	6.983,5	7.483,6	8,4%	6,4%	3,2%
Cheque Especial	6.881,1	6.809,7	1.765,2	1.677,0	1.713,1	1.725,8	1.728,8	1,0%	2,1%	5,3%
Crédito Pessoal	6.423,0	5.331,1	1.482,0	1.566,8	1.938,1	1.436,2	1.146,6	20,5%	29,2%	-5,4%
Conta Garantida	6.183,9	5.833,2	1.552,2	1.546,1	1.524,8	1.560,8	1.501,6	6,0%	3,4%	0,4%
Capital de Giro	6.187,3	5.490,4	1.775,7	1.679,5	1.650,2	1.081,9	1.812,9	12,7%	-2,1%	5,7%
Desconto de Recebíveis	2.398,5	2.561,7	637,3	594,1	609,4	557,8	665,6	-6,4%	-4,3%	7,3%
Outros	2.679,5	2.351,4	751,3	655,2	652,0	621,1	628,1	14,0%	19,6%	14,7%
Financiamento a Longo Prazo	831,0	623,1	222,1	272,8	200,4	135,7	194,9	33,4%	14,0%	-18,6%
Financiamento Imobiliário	1.214,9	750,0	212,8	349,0	299,6	353,6	199,1	62,0%	6,9%	-39,0%
Leasing	28,8	28,9	9,4	6,9	6,6	5,8	7,6	-0,4%	24,0%	36,4%
Financiamento Rural	1.572,6	1.379,7	390,2	282,3	644,3	255,8	339,1	14,0%	15,1%	38,3%
Total	35.726,3	32.642,1	9.135,4	8.928,1	9.693,8	7.969,0	8.552,9	9,4%	6,8%	2,3%

Composição do Crédito por Rating

As operações de crédito de risco normal classificadas de AA a C, segundo normas estabelecidas pela Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional, representavam, em dezembro de 2012, 89,5% da carteira de crédito. O indicador registrou aumento de 0,4 pp. na comparação com o ano anterior, e crescimento de 0,6 pp. frente ao indicador de setembro de 2012.

Gráfico 08: Carteira de Crédito por Níveis de Risco (%)

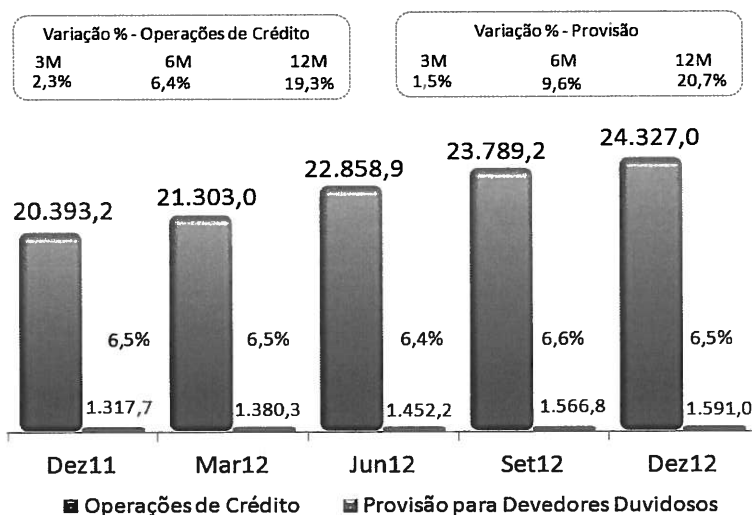


Provisão para Operações de Crédito

As provisões para perdas com operações de crédito somaram R\$1.591,0 milhões em dezembro de 2012, representando 6,5% da carteira de crédito consolidada. O indicador apresentou estabilidade frente ao índice de dezembro de 2011, e redução de 0,1 pp. em relação a setembro de 2012.

A ampliação no saldo de provisões foi motivada pelo crescimento da carteira de crédito e pelo aumento no montante de operações em atraso.

Gráfico 09: Composição da Provisão para Operações de Crédito - R\$ Milhões



A provisão para perdas com créditos, em dezembro de 2012, apresentava a seguinte composição, segundo critérios da Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional, e complementos:

- (i) R\$592,0 milhões para operações com parcelas vencidas há mais de 60 dias;
- (ii) R\$860,8 milhões para contratos vincendos ou que apresentavam parcelas vencidas há menos de 60 dias;
- (iii) R\$138,2 milhões referentes à provisão excedente ao mínimo exigido pela Resolução nº 2.682/99, do Conselho Monetário Nacional, constituída em função da análise periódica da qualidade do cliente efetuada pela administração, com vistas à cobertura de possíveis eventos não capturados pelo modelo de *rating* de clientes.



Tabela 12: Saldo das Provisões para Perdas

R\$ Milhões

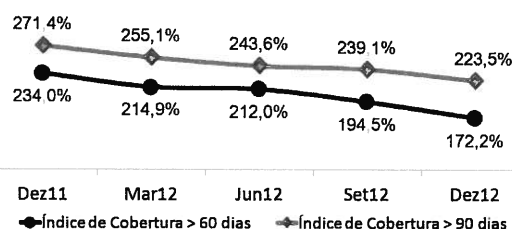
Níveis de Risco	Provisão Requerida %	Carteira Total	Participação Relativa Acumulada %	Créditos Vencidos	Créditos a Vencer	Provisão Mínima Vencidos	Provisão Mínima A Vencer	Provisão Adicional	Provisão Total	Provisão sobre a Carteira %
AA	0,00%	3.348,6	13,76%	0,0	3.348,6	0,0	0,0	6,6	6,6	0,20%
A	0,50%	11.838,6	62,43%	0,1	11.838,6	0,0	59,2	23,7	82,9	0,70%
B	1,00%	4.211,3	79,74%	0,1	4.211,2	0,0	42,1	21,1	63,2	1,50%
C	3,00%	2.379,2	89,52%	154,3	2.224,8	4,6	66,7	47,6	119,0	5,00%
D	10,00%	637,5	92,14%	60,3	577,2	6,0	57,7	12,7	76,5	12,00%
E	30,00%	521,8	94,29%	50,3	471,4	15,1	141,4	10,4	167,0	32,00%
F	50,00%	564,1	96,60%	127,0	437,1	63,5	218,6	11,3	293,3	52,00%
G	70,00%	160,5	97,26%	97,1	63,4	67,9	44,4	4,8	117,1	73,00%
H	100,00%	665,5	100,00%	434,8	230,6	434,8	230,6	0,0	665,5	100,00%
Total		24.327,0		924,0	23.403,0	592,0	860,8	138,2	1.591,0	6,54%

Índice de Cobertura

O índice de cobertura representa a relação entre provisão para perdas com créditos e o saldo das operações vencidas que não geram receitas, evidenciando a capacidade das provisões em cobrir a inadimplência.

Em dezembro de 2012, o índice atingiu 172,2% de cobertura das operações em atraso acima de 60 dias, indicador inferior àqueles registrados em dezembro de 2011 (234,0%) e setembro de 2012 (194,5%). Em relação ao índice de 90 dias, a cobertura de atrasos com provisões alcançou 223,5%, menor que os índices de dezembro de 2011(271,4%) e de setembro de 2012(239,1%).

Gráfico 10: Índice de Cobertura



Nos doze meses, o indicador foi influenciado pelo aumento no montante de operações de créditos em atraso. No último trimestre, o índice de cobertura foi impactado pelo atraso no repasse de créditos provenientes de contratos com parcelas vencidas de operações adquiridas do Banco Cruzeiro do Sul, atualmente em liquidação extrajudicial. Assim, desconsiderado esse evento, o índice de cobertura alcançaria 195,5% sobre créditos vencidos há mais de 60 dias e 241,5% para os créditos vencidos há mais de 90 dias, indicadores acima dos registrados em setembro de 2012.

O nível de cobertura do Banrisul permanece superior ao provisionamento requerido pelo Conselho Monetário Nacional e acima de indicadores de mercado, fato que atesta política conservadora do Banrisul no tocante à gestão do risco de crédito.

Índice de Inadimplência

O índice de inadimplência representa o volume de operações de crédito vencidas há mais de 60 dias e há mais de 90 dias em relação ao volume total de operações de crédito ativas.

A inadimplência acima de 60 dias do Banrisul atingiu 3,80% das operações de crédito em dezembro de 2012, 1,04 pp. acima do indicador de dezembro de 2011 e 0,41 pp. superior ao apurado em setembro de 2012. O montante de operações de crédito em atraso superior a 60 dias totalizou R\$924,0 milhões, 64,1% acima do saldo de dezembro de 2011 e 14,7% superior ao montante de setembro de 2012.

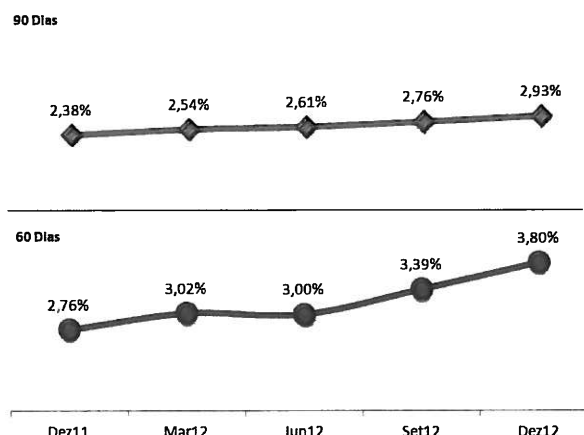
A inadimplência acima de 90 dias alcançou 2,93% no último mês de 2012, 0,55 pp. superior ao indicador do mesmo mês do ano anterior e 0,17 pp. acima do apurado em setembro de 2012.

O saldo de operações de crédito vencidas há mais de 90 dias somou R\$711,7 milhões, com crescimento de 46,6% em relação a dezembro de 2011 e 8,6% na comparação com setembro de 2012.

O indicador do último trimestre foi impactado pelo atraso no repasse de créditos recebidos pelo Banco Cruzeiro do Sul, atualmente em liquidação extrajudicial. Esse atraso no repasse de créditos vem ocorrendo em razão da empresa contratada pelo Cruzeiro do Sul, de comum acordo com os bancos proprietários das carteiras, ainda não ter concluído o processo

operacional que agilizará a identificação das parcelas repassadas pelos órgãos consignantes, o que ensejará maior celeridade na transferência dos recursos aos respectivos bancos credores. Do montante em atraso há mais de 60 dias, 11,9% referem-se a contratos com parcelas vencidas e ainda não repassadas pelo Banco Cruzeiro do Sul, o que significa 0,45 pp. da inadimplência de 60 dias do Banrisul, ou seja, o indicador alcançaria 3,35%, ante 3,39% de setembro de 2012. Do montante em atraso há mais de 90 dias, 7,4% decorrem das parcelas de contratos ainda não repassados pelo Banco Cruzeiro do Sul, representando 0,22 pp. do indicador de 90 dias do Banrisul, ou seja, o índice atingiria 2,71% frente aos 2,76% de setembro de 2012.

Gráfico 11: Índice de Inadimplência



Captação de Recursos

Os recursos captados, constituídos por depósitos, fundos financeiros e de desenvolvimento e dívida subordinada (não incluída a captação no exterior efetivada em dezembro de 2012), alcançaram R\$33.847,1 milhões ao final de dezembro de 2012, montante 23,3% ou R\$6.387,4 milhões acima do registrado no mesmo mês de 2011, movimento explicado principalmente pela expansão no saldo de depósitos.

Na comparação com setembro de 2012, o crescimento do saldo da captação de recursos, em 4,9% ou R\$1.595,5 milhões, foi influenciado, principalmente, pela ampliação no saldo de depósitos, especialmente depósitos à vista.

Tabela 13: Evolução de Recursos Captados por Produto

	R\$ Milhões						
	Dez12	Set12	Jun12	Mar12	Dez11	Dez12/ Set12	Dez12/ Dez11
Depósitos Totais	26.746,4	25.183,6	23.713,6	22.752,9	22.361,1	6,2%	19,6%
Depósitos a Prazo	17.090,1	16.537,1	15.480,7	14.836,2	13.997,4	3,3%	22,1%
Depósitos à Vista	3.400,3	2.623,3	2.675,4	2.624,6	3.195,3	29,6%	6,4%
Depósitos de Poupança	5.836,2	5.639,7	5.447,8	5.203,3	5.136,2	3,5%	13,6%
Outros Depósitos	419,8	383,5	109,7	88,7	32,2	9,5%	1.203,5%
Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	5.942,3	5.918,2	5.619,2	5.305,8	5.098,6	0,4%	16,5%
Dívida Subordinada	1.158,3	1.149,7	1.315,5	925,7	0,0	0,8%	0,0%
Total	33.847,1	32.251,5	30.648,2	28.984,4	27.459,7	4,9%	23,3%
Fundos de Investimentos	7.138,2	7.021,6	7.218,3	7.018,7	6.638,3	1,7%	7,5%
Total Recursos Captados e Administrados	40.985,3	39.273,1	37.866,5	36.003,1	34.098,0	4,4%	20,2%



Depósitos Totais

Os depósitos totais somaram R\$26.746,4 milhões em dezembro de 2012, posição 19,6% ou R\$4.385,3 milhões acima do valor de dezembro de 2011, e 6,2% ou R\$1.562,8 milhões acima do montante de setembro de 2012. O crescimento nos depósitos a prazo foi responsável por 70,5% do incremento nos depósitos totais nos doze meses, e a ampliação do montante de depósitos à vista, influenciou em 49,7% o acréscimo verificado no saldo de depósitos dos últimos três meses.

Depósitos à Vista - Os depósitos à vista representavam, em dezembro de 2012, 10,0% dos recursos captados do Banco, atingindo o montante de R\$3.400,3 milhões. Na comparação com dezembro de 2011, o montante de depósitos à vista registrou elevação de 6,4% ou R\$205,0 milhões, influenciada pelo crescimento dos depósitos no setor público. Nos últimos três meses, o montante de depósitos à vista apresentou ampliação de 29,6% ou R\$777,0 milhões, movimento impactado pelo período de sazonal aumento da renda.

Depósitos de Poupança - Os depósitos de poupança somaram R\$5.836,2 milhões no último mês de 2012, perfazendo 17,2% dos recursos captados. O saldo da poupança apresentou crescimento de 13,6% ou R\$700,0 milhões nos doze meses e 3,5% ou R\$196,5 milhões nos últimos três meses. O crescimento dos depósitos de poupança nos períodos pode ser explicado pela competitividade do produto, no que se refere à rentabilidade, mesmo após a mudança na regra de remuneração, face à queda da Taxa Selic.

Depósitos a Prazo - Os depósitos a prazo são o principal instrumento de captação do Banco, representando 50,5% do total de recursos captados. Em dezembro de 2012, o montante captado em depósitos a prazo alcançou R\$17.090,1 milhões, com incremento de 22,1% ou R\$3.092,7 milhões em relação ao mesmo mês do ano anterior. Em relação a setembro de 2012, os depósitos a prazo registraram elevação de 3,3% ou R\$553,0 milhões. O lançamento de modalidade de depósitos a prazo, com taxa e prazo diferenciado, destinada a aplicadores que possuam expressivo volume de disponibilidades, e a redução dos valores mínimos para aplicação automática influenciaram a expansão desse recurso nos doze meses.

Fundos Financeiros e de Desenvolvimento

Os fundos financeiros e de desenvolvimento são recursos regulamentados pelas Leis 12.069/04 e 12.585/06 do Governo do Rio Grande do Sul, que disciplinam a disponibilização ao Estado de até 85% do saldo dos depósitos judiciais efetuados por terceiros no Banco, cujo saldo remanescente é mantido depositado para constituição de fundo de liquidez chamado “Fundo de Reserva de Depósitos Judiciais - FRDJ”.

Os fundos financeiros e de desenvolvimento totalizaram R\$5.942,3 milhões no último mês de 2012, 16,5% ou R\$843,8 milhões acima do apurado em dezembro de 2011 e 0,4% ou R\$24,1 milhões superior ao montante registrado em setembro de 2012.

Dívida Subordinada

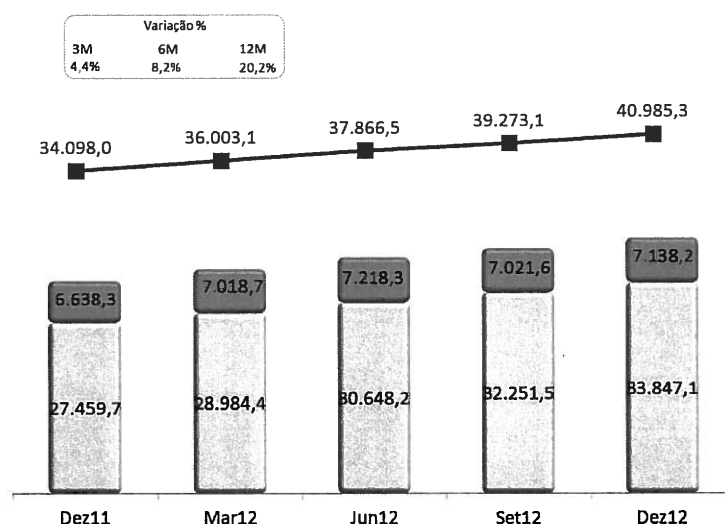
A dívida subordinada totalizou R\$1.158,3 milhões em dezembro de 2012, com crescimento de 0,8% ou R\$8,7 milhões na comparação com setembro de 2012. O montante proveniente da emissão de dívida no exterior, US\$500 milhões, tem vencimento em 10 anos e foi efetivada em fevereiro de 2012. O cupom de juros pactuados foi de 7,375% aa., pagáveis semestralmente, sendo que o preço de emissão correspondeu a 99,131% do valor de face dos títulos vendidos, o que resulta num custo efetivo de 7,50% aa. Em maio de 2012, foi estruturado o *hedge accounting* da captação externa, procedimento através do qual a dívida subordinada e o instrumento de *hedge* foram marcados a mercado. A variação do saldo no último trimestre é explicada pelo ajuste da marcação a mercado da captação, em função do *hedge accounting* estabelecido entre a dívida subordinada e os instrumentos derivativos.

Em dezembro de 2012, foi reaberta a emissão da nota subordinada, vencimento em 2022, cupom de juros de 7,375%aa., mediante a captação adicional de US\$275 milhões, com taxa efetiva de 5,95% aa. Em janeiro de 2013, o Banrisul obteve autorização do Banco Central do Brasil para utilizar a operação citada como capital de nível II, na categoria de dívida subordinada.

Recursos Administrados

Os recursos de terceiros administrados alcançaram R\$7.138,2 milhões em dezembro de 2012, posição 7,5% ou R\$499,9 milhões acima da apurada no mesmo mês do ano anterior e 1,7% ou R\$116,6 milhões acima do montante de setembro de 2012. O incremento dos recursos administrados foi motivado, principalmente, pela expansão de fundos de renda fixa, compensado pela redução dos fundos referenciados na comparação com dezembro de 2011. Em relação a setembro de 2012, a ampliação dos recursos administrados foi influenciada, principalmente, pelo aumento dos fundos referenciados e dos fundos de curto prazo.

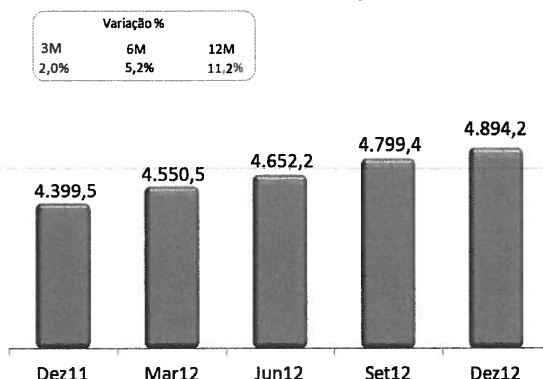
Gráfico 12: Recursos Captados e Administrados - R\$ Milhões



Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido do Banrisul totalizou R\$4.894,2 milhões ao final de dezembro de 2012, com expansão de 11,2% ou R\$494,7 milhões na comparação com o ano de 2011 e ampliação de 2,0% ou R\$94,9 milhões em relação a setembro de 2012. As variações do patrimônio líquido estão relacionadas à incorporação de resultados gerados nos últimos doze meses, deduzidos os pagamentos de dividendos e juros sobre o capital próprio.

Gráfico 13: Patrimônio Líquido - R\$ Milhões

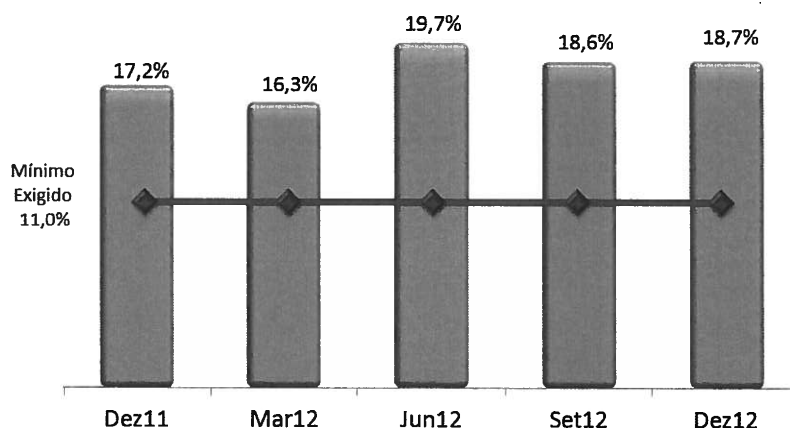


Índice de Basileia

O Índice de Basileia (IB) representa a relação entre o Patrimônio Base - Patrimônio de Referência – PR, e os riscos ponderados - Patrimônio de Referência Exigido – PRE. Conforme regulamentação em vigor, o IB demonstra a solvência da empresa. O percentual mínimo estabelecido pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) é de 11%. O CMN ainda determina que o valor mínimo do Patrimônio de Referência seja igual à soma das parcelas calculadas para os riscos de crédito, de mercado e operacional.

Em dezembro de 2012, o Índice de Basileia do Consolidado Econômico-Financeiro foi de 18,7%, superior ao mínimo exigido pelo órgão regulador brasileiro. A variação de 1,4 pp., em relação a dezembro de 2011, foi causada principalmente pelo aumento de 37,6% no Patrimônio de Referência, em decorrência de emissão de dívida subordinada que passou a compor o nível II em abril de 2012. Em relação a setembro de 2012, o aumento de 0,1 pp. foi motivado pela apropriação de lucro do período e pela marcação a mercado do instrumento de dívida, ampliando em 1,8% o Patrimônio de Referência. A parcela de Risco de Crédito variou em decorrência do aumento das operações de crédito e da alocação de capital (Circular Bacen nº 3.563/11) e a parcela de Risco Operacional pelo aumento das receitas no período. Quanto à parcela de Risco de Mercado, o incremento em relação a dezembro de 2011 ocorreu principalmente pelas mudanças de critérios de cálculo da exposição cambial (Circular nº 3.568/11).

Gráfico 14: Índice de Basileia Consolidado



Evolução das Contas de Resultado

Lucro Líquido

O lucro líquido do Banrisul, no ano de 2012, atingiu R\$818,6 milhões, 9,5% ou R\$85,8 milhões abaixo do resultado apurado no ano de 2011. No 4T12, o resultado alcançou R\$191,5 milhões, 15,5% ou R\$35,2 milhões abaixo do resultado do 4T11 e 7,7% ou R\$16,1 milhões abaixo do montante contabilizado no 3T12.

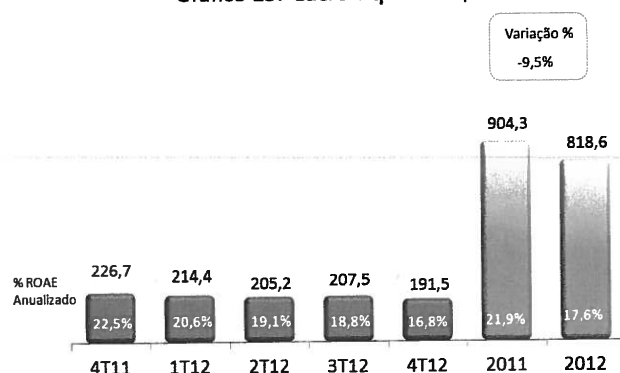
Os resultados auferidos evidenciam a desaceleração das receitas de crédito e tesouraria e o aumento da inadimplência, bem como elevação das despesas administrativas e operacionais, decorrentes da emissão das dívidas subordinadas, da prospecção de novos negócios, e de melhorias nos mecanismos de *compliance*.

O lucro líquido do ano de 2012, comparado com o ano anterior, foi influenciado (i) pela desaceleração da margem financeira, cujo crescimento foi de R\$362,6 milhões, (ii) pelo incremento das despesas administrativas, em função das operações de estruturação da aquisição da promotora de vendas, das captações no exterior e do aumento do número de funcionários, (iii) pelo avanço das despesas de provisão para operações de crédito, em R\$222,9 milhões, face ao aumento da inadimplência, (iv) pelo acréscimo das outras despesas operacionais, em R\$134,2 milhões, face à revisão de mecanismos de *compliance*, que influenciaram no aumento das despesas com provisões para ações cíveis e trabalhistas, e (v) pela ampliação das receitas de prestação de serviços e tarifas, em R\$96,6 milhões.

O desempenho do 4T12, comparado ao resultado do 4T11, reflete (i) a retração dos resultados de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos, em R\$146,3 milhões, compensada pela redução das despesas com captação no mercado e empréstimos, cessões e repasses, em R\$126,4 milhões, impactadas pela marcação a mercado da dívida subordinada e dos derivativos de *hedge*, (ii) o acréscimo das despesas administrativas, em R\$64,0 milhões, decorrente da ampliação no quadro de funcionários, e (iii) a elevação das despesas com provisões de operações de crédito, em R\$27,6 milhões, movimento que absorveu (iv) o crescimento das receitas de operações de crédito, arrendamento mercantil e venda ou transferência de ativos financeiros e rendas de prestação de serviços e tarifas bancárias, em R\$86,3 milhões.

O desempenho do 4T12, comparado ao resultado do 3T12, foi impactado (i) pela redução da margem financeira, afetada pela relativa estabilização das receitas de crédito e pelo aumento do resultado de tesouraria, absorvido pelo incremento das despesas com captação no mercado, influenciado pela marcação a mercado da dívida subordinada e do *swap*, (ii) pela redução das outras receitas operacionais, que no 3T12 apresentaram receita pontual decorrente da recuperação do imposto de renda do PAT, (iii) pelo crescimento das despesas administrativas, em R\$43,8 milhões, parcialmente compensadas (iv) pela redução das despesas com provisões para operações de crédito, em R\$80,0 milhões, face à melhora na parcela da carteira classificada como risco normal, e (v) pelo avanço das receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias em R\$19,6 milhões.

Gráfico 15: Lucro Líquido - R\$ Milhões



Rentabilidade sobre o Patrimônio Líquido Médio

A rentabilidade sobre o patrimônio líquido médio atingiu 17,6% em 2012, com redução de 4,3 pp. no ano, influenciada por um cenário que associa queda das taxas de juros das operações de crédito, aumento dos níveis de inadimplência e dos dispêndios administrativos e operacionais, decorrentes da estratégia de expansão dos negócios e de melhorias nos mecanismos de *compliance* no provisionamento de processos judiciais.

O resultado de R\$818,6 milhões em 2012 retrata, na comparação com o ano anterior, a desaceleração da geração de receitas de crédito, influenciada pela redução das taxas de juros das operações, o aumento das despesas de provisões para operações de crédito, impactado pelo aumento da inadimplência, o crescimento das despesas administrativas, decorrente, especialmente de despesas que envolveram as captações no exterior e a aquisição da promotora de vendas, e o acréscimo das despesas operacionais, em função das melhorias nos mecanismos de *compliance* vinculados aos processos judiciais.

Índice de Eficiência

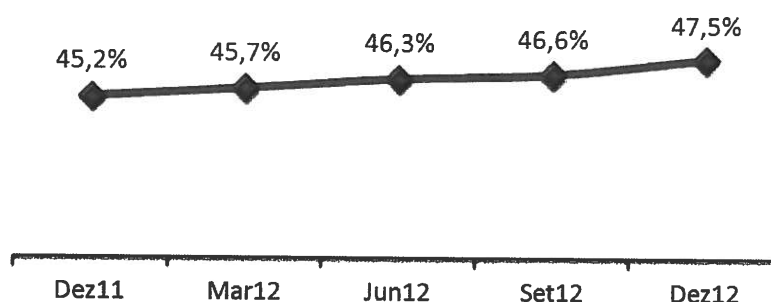
O índice de eficiência mede, em percentual, o volume de receitas consumidas na cobertura das despesas administrativas.

O índice de eficiência atingiu, em dezembro de 2012, 47,5%, 2,3 pp. superior ao indicador de dezembro de 2011 e 0,9 pp. acima do índice de eficiência de setembro de 2012.

A trajetória do indicador nos doze meses pode ser explicada pela desaceleração da margem financeira, impactada pela redução nas taxas de juros, somada ao incremento das despesas administrativas e outras despesas operacionais, relacionadas à estruturação da captação externa, aquisição da promotora de vendas de crédito consignado e melhorias implementadas no processo de provisões judiciais.

Em relação ao trimestre anterior, o índice de eficiência foi influenciado pela redução da margem financeira e das outras receitas operacionais, somada ao aumento das despesas administrativas.

Gráfico 16: Índice de Eficiência



Receitas da Intermediação Financeira

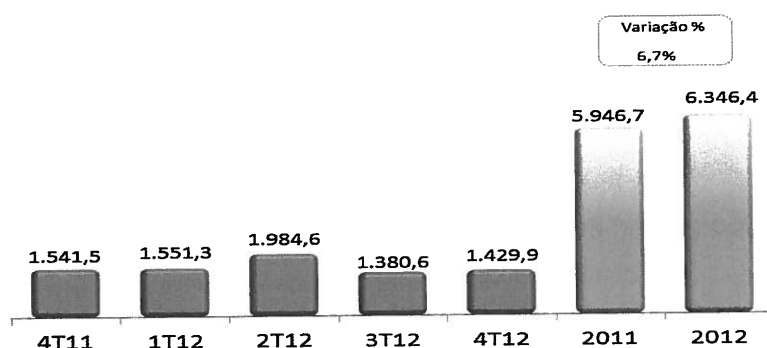
Nos doze meses de 2012, as receitas da intermediação financeira somaram R\$6.346,4 milhões, 6,7% ou R\$399,7 milhões acima do alcançado no ano anterior. No 4T12, essas receitas atingiram R\$1.429,9 milhões, com queda de 7,2% ou R\$111,5 milhões em relação ao montante registrado no 4T11 e crescimento de 3,6% ou R\$49,3 milhões na comparação com o valor apurado no 3T12.

A expansão das receitas da intermediação em 2012, em relação ao valor acumulado no ano de 2011, decorre do crescimento das receitas de crédito, arrendamento mercantil e venda ou transferência de ativos financeiros, em R\$360,4 milhões, influenciado pelo incremento no saldo do crédito em 19,3%, pelo aumento no resultado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos, em R\$38,0 milhões, face à variação cambial e à marcação a mercado dos contratos a termo e *swap*, pelo crescimento no resultado de aplicações compulsórias, em R\$34,8 milhões, compensada pela queda no resultado de câmbio em R\$33,6 milhões.

As receitas de intermediação financeira, no 4T12, apresentaram queda em relação aos valores do 4T11, devido ao decréscimo no resultado de operações com títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos, em R\$146,3 milhões, compensado pelo aumento das receitas de crédito, arrendamento mercantil e venda ou transferência de ativos financeiros em R\$48,6 milhões.

A ampliação das receitas de intermediação, em relação ao trimestre anterior, foi influenciada pela elevação na geração de resultado de tesouraria, decorrente, especialmente, da variação cambial e da marcação a mercado do contrato de *swap*, pelo incremento nas receitas de crédito, arrendamento mercantil e venda ou transferência de ativos financeiros.

Gráfico 17: Receitas da Intermediação Financeira - R\$ Milhões



Receitas de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil

As receitas de operações de crédito, arrendamento mercantil e de transferência de ativos financeiros totalizaram R\$4.653,4 milhões nos doze meses de 2012, 8,4% ou R\$360,4 milhões acima do montante contabilizado no ano de 2011. No 4T12, as receitas de crédito, arrendamento mercantil e de transferência de ativos financeiros totalizaram R\$1.172,2 milhões, com expansão de 4,3% ou R\$48,6 milhões em relação ao 4T11 e aumento de 0,7% ou R\$8,6 milhões na comparação com o trimestre anterior. As variações nesses períodos incluem as receitas decorrentes da venda ou transferência de ativos financeiros, cuja rubrica foi reclassificada, atendendo à Resolução CMN nº 3.533/08 e à Carta Circular nº 3.543/12, do Banco Central do Brasil.

A trajetória ascendente das receitas de operações de crédito, arrendamento mercantil e venda ou transferência de ativos financeiros nos doze meses de 2012 foi impulsionada pelo incremento no volume de ativos de crédito em R\$3.933,9 milhões na comparação com o ano anterior. A elevação da receita de crédito foi influenciada, principalmente, pela receita do crédito comercial, que

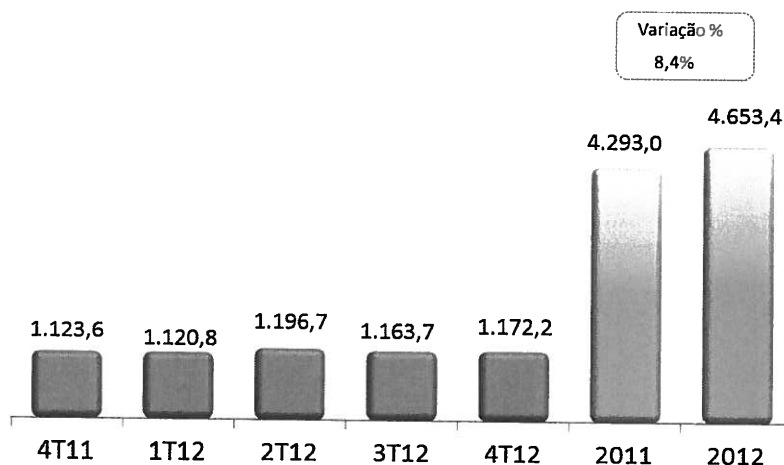


apresentou crescimento de R\$250,0 milhões, pela receita do crédito imobiliário, que registrou aumento de R\$32,8 milhões, pela receita de recuperação de crédito, que apresentou crescimento de R\$31,2 milhões, e pela renda do crédito rural que registrou incremento de R\$29,3 milhões.

A receita de crédito, arrendamento mercantil e venda ou transferência de ativos financeiros apresentou expansão na comparação entre os períodos 4T12 e 4T11, influenciada pelo crescimento do volume de operações. No 4T12, o aumento da receita de crédito proveio, especialmente, da renda do crédito comercial, em R\$22,5 milhões, da receita proveniente da recuperação de créditos baixados para prejuízo, em R\$18,3 milhões, e da receita do crédito imobiliário em R\$7,0 milhões.

A ampliação da receita de crédito, arrendamento mercantil e venda ou transferência de ativos financeiros, em relação ao 3T12, foi influenciada, especialmente, pelo acréscimo nas receitas de recuperação de crédito e de crédito imobiliário, que compensou a redução nas receitas do crédito comercial.

Gráfico 18: Receitas de Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil e Venda ou Transferência de Ativos Financeiros - R\$ Milhões



Receitas do Crédito Comercial Pessoa Física e Jurídica

Nos 12M12, as receitas geradas pelo crédito comercial totalizaram R\$4.169,6 milhões, 6,4% ou R\$250,0 milhões acima do montante registrado nos doze meses de 2011. Em relação ao 4T12, as receitas do crédito comercial alcançaram R\$1.038,9 milhões, 2,2% ou R\$22,5 milhões acima do fluxo registrado no 4T11 e 1,1% ou R\$12,1 milhões inferior ao montante registrado no 3T12.

O incremento nas receitas geradas pelo crédito comercial, nos doze meses de 2012 comparado ao montante acumulado nos doze meses de 2011, decorreu do crescimento de R\$217,8 milhões ou 8,8% na receita de crédito comercial pessoa física, influenciado, principalmente, pela ampliação das receitas nas linhas de crédito consignado, em R\$197,8 milhões. No crédito comercial ao segmento empresarial, verificou-se aumento de 2,2% ou R\$32,2 milhões, influenciado, especialmente, pelo produto conta garantida, cuja receita apresentou incremento de R\$24,8 milhões, e pela renda do capital de giro, que apresentou crescimento de R\$21,7 milhões, compensado pela retração na renda do produto desconto de recebíveis em R\$14,1 milhões.

No 4T12, a receita de crédito comercial pessoa física apresentou crescimento de 8,8% ou R\$54,9 milhões e a receita do segmento comercial pessoa jurídica registrou retração de 8,3% ou R\$32,4 milhões em relação ao 4T11. O resultado do período foi influenciado, princi-

palmente, pelo aumento das rendas do crédito consignado, em R\$70,4 milhões, parcialmente compensado pela redução das receitas das linhas de capital de giro, em R\$20,7 milhões, crédito um minuto, em R\$12,9 milhões, e cheque especial em R\$10,4 milhões. As modalidades que apresentaram redução das receitas foram impactadas pela queda das taxas médias praticadas e pela queda no saldo, especificamente o cheque especial.

O decréscimo da receita de crédito comercial, na comparação com o 3T12, proveio da retração na renda do crédito comercial à pessoa jurídica, em 2,0% ou R\$7,2 milhões, especialmente no produto conta garantida, em R\$7,8 milhões, e na redução da receita do crédito comercial à pessoa física, em R\$4,9 milhões, principalmente no cheque especial, em R\$5,6 milhões e no crédito um minuto, em R\$4,1 milhões, compensada pela ampliação na receita de crédito consignado em R\$5,9 milhões. A redução das rendas do crédito comercial é justificada pela queda das taxas médias das operações.

As receitas geradas pelos créditos adquiridos a partir de janeiro de 2012, com coobrigação, foram contabilizadas na rubrica operações de venda ou transferência de ativos financeiros, no valor de R\$29,0 milhões.

Tabela 14: Receitas do Crédito Comercial - Pessoa Física e Jurídica

R\$ Milhões

	2012	2011	4T12	3T12	2T12	1T12	4T11	2012 / 2011
Pessoa Física	2.679,6	2.461,8	680,9	685,8	669,1	643,8	626,0	8,8%
Crédito Pessoal - Consignado	1.390,0	1.189,7	372,6	366,1	337,2	314,0	301,1	16,8%
Aquisição Bens - Consignado	32,8	35,3	7,4	8,0	8,6	8,8	8,6	-7,1%
Aquisição Bens - Outros Bens	0,7	0,6	0,2	0,1	0,2	0,2	0,2	10,0%
Aquisição Bens - Veículos	18,0	11,0	4,9	4,7	4,5	3,9	3,1	63,8%
Cheque Especial	606,3	622,3	143,5	149,1	155,6	158,1	153,9	-2,6%
Crédito 1 Minuto	171,7	189,9	36,1	40,2	46,3	49,1	49,0	-9,6%
Crédito Pessoal Automático	134,9	150,2	31,1	32,7	35,1	36,0	36,4	-10,2%
Crédito Pessoal - Não Consignado	191,0	159,3	49,8	50,2	48,5	42,5	44,9	19,9%
Cartão de Crédito	58,2	49,4	14,4	14,9	15,0	13,9	13,4	17,7%
Outros - PF	76,1	54,1	20,9	19,7	18,2	17,2	15,4	40,6%
Pessoa Jurídica	1.490,1	1.457,8	358,0	365,2	376,1	390,8	390,4	2,2%
Aquisição Bens - Outros Bens	7,0	6,5	1,8	1,7	1,6	1,8	1,8	6,9%
Aquisição Bens - Veículos	10,6	7,4	2,8	2,7	2,7	2,5	2,3	43,9%
Capital de Giro - CEB	658,3	637,8	159,2	161,2	166,2	171,7	172,2	3,2%
Capital de Giro - CGB	246,4	245,3	60,7	58,8	60,3	66,6	68,5	0,5%
CDCI	9,8	7,8	2,4	2,6	2,6	2,2	1,9	25,1%
Comprar	15,4	17,1	4,0	3,5	3,8	4,1	3,9	-9,6%
Conta Devedora Caução - CCC	30,1	37,2	7,4	7,0	7,3	8,3	9,0	-19,1%
Conta Garantida	372,4	347,7	86,3	94,1	95,9	96,2	90,4	7,1%
Desconto de Recebíveis	79,2	93,3	18,4	18,8	20,2	21,9	25,0	-15,1%
Vendor	15,1	15,8	3,5	3,5	4,1	4,0	4,0	-4,4%
Crédito no Exterior	4,1	3,2	0,9	1,0	1,2	0,9	0,8	28,2%
Outros - PJ	41,7	38,9	10,5	10,3	10,2	10,7	10,6	7,2%
Total	4.169,6	3.919,6	1.038,9	1.050,9	1.045,2	1.034,6	1.016,4	6,4%

As taxas médias mensais do crédito comercial nos doze meses de 2012, comparativamente ao ano de 2011, apresentaram redução de 0,18 pp. alcançando 2,08% nos 12M12. O ritmo de queda das taxas médias mensais foi influenciado, diretamente, pelas operações da carteira comercial pessoa jurídica pós-fixadas, referenciadas pela Taxa Selic efetiva que passou de 11,62% no ano de 2011 para 8,49% em 2012. As taxas médias representativas das operações da pessoa física apresentaram redução de 0,06 pp. nos doze meses.

As taxas médias mensais do crédito comercial apresentaram queda no 4T12 em relação ao



4T11, influenciadas, especialmente, pelo ajuste nas linhas de crédito da pessoa jurídica, que sofreram modificações decorrentes da retração da taxa básica de juros, especialmente no produto conta garantida e nas modalidades de capital de giro. As taxas médias mensais do crédito comercial à pessoa física também apresentaram retração no período, especialmente no crédito um minuto e cartão de crédito.

Em relação ao 3T12, as taxas médias mensais do crédito comercial apresentaram retração de 0,08 pp., alcançando 1,96% no 4T12. A queda nas taxas do período foi influenciada pela redução de 0,09 pp. da taxa das linhas de crédito da pessoa jurídica, e 0,06 pp. nas linhas de crédito da pessoa física.

Tabela 15: Taxas Médias Mensais do Crédito Comercial - Pessoa Física e Jurídica

	2012	2011	4T12	3T12	2T12	1T12	4T11
Pessoa Física	2,49%	2,55%	2,42%	2,48%	2,53%	2,54%	2,57%
Crédito Pessoal - Consignado	1,83%	1,73%	1,88%	1,87%	1,82%	1,76%	1,76%
Aquisição Bens - Consignado	1,47%	1,48%	1,47%	1,47%	1,47%	1,48%	1,48%
Aquisição Bens - Outros Bens	1,10%	0,97%	1,12%	1,08%	1,08%	1,13%	1,14%
Aquisição Bens - Veículos	1,66%	1,78%	1,62%	1,65%	1,68%	1,73%	1,77%
Cheque Especial	7,74%	7,89%	7,70%	7,66%	7,73%	7,85%	7,93%
Crédito 1 Minuto	4,50%	5,51%	3,51%	4,07%	5,00%	5,63%	5,61%
Crédito Pessoal Automático	5,06%	4,94%	4,84%	5,14%	5,14%	5,12%	5,05%
Crédito Pessoal - Não Consignado	2,84%	3,02%	2,69%	2,85%	2,91%	2,93%	2,97%
Cartão de Crédito	7,33%	7,46%	7,27%	7,51%	7,58%	6,97%	7,95%
Outros - PF	1,18%	1,22%	1,12%	1,16%	1,20%	1,26%	1,25%
Pessoa Jurídica	1,60%	1,90%	1,44%	1,53%	1,65%	1,79%	1,90%
Aquisição Bens - Outros Bens	1,61%	1,67%	1,57%	1,57%	1,63%	1,69%	1,73%
Aquisição Bens - Veículos	1,90%	1,90%	1,82%	1,91%	1,93%	1,95%	1,93%
Capital de Giro - CEB	1,27%	1,57%	1,14%	1,21%	1,31%	1,45%	1,58%
Capital de Giro - CGB	1,30%	1,56%	1,19%	1,24%	1,34%	1,46%	1,57%
CDCI	2,56%	2,67%	2,42%	2,45%	2,64%	2,77%	2,56%
Compror	1,11%	1,49%	0,98%	1,06%	1,16%	1,28%	1,41%
Conta Devedora Caução - CCC	1,39%	1,65%	1,27%	1,31%	1,44%	1,55%	1,66%
Conta Garantida	4,91%	5,24%	4,63%	4,82%	5,03%	5,17%	5,25%
Desconto de Recebíveis	1,83%	2,09%	1,67%	1,71%	1,85%	2,08%	2,15%
Vendor	1,15%	1,31%	1,05%	1,11%	1,18%	1,27%	1,32%
Crédito no Exterior	0,49%	0,41%	0,48%	0,48%	0,52%	0,48%	0,46%
Outros - PJ	1,14%	1,34%	1,04%	1,08%	1,16%	1,30%	1,32%
Total	2,08%	2,26%	1,96%	2,04%	2,12%	2,19%	2,26%

Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

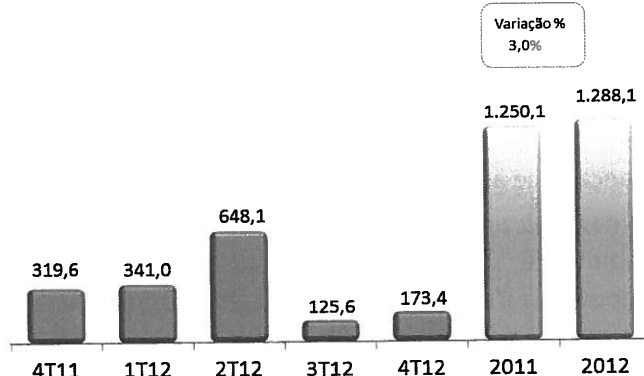
O resultado de operações com títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos somou R\$1.288,1 milhões no ano de 2012, 3,0% ou R\$38,0 milhões acima do montante contabilizado no ano de 2011. No 4T12, o resultado de operações com títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos totalizou R\$173,4 milhões, 45,8% ou R\$146,3 milhões abaixo do resultado do 4T11 e 38,1% ou R\$47,8 milhões acima do resultado do 3T12.

O incremento no resultado com TVM e instrumentos financeiros derivativos no ano de 2012 em relação ao ano de 2011 decorreu, principalmente, da marcação a mercado do contrato de *swap*, realizado com o objetivo de mitigar os riscos das oscilações da moeda estrangeira na operação de captação externa, que absorveu a redução das rendas decorrentes da aplicação em TVM. O aumento do resultado de tesouraria foi absorvido pelo aumento no custo da dívida subordinada, também influenciado pela variação cambial, incluído nas despesas de captação.

Em relação ao 4T12, a redução do resultado de tesouraria, comparada ao 4T11, decorreu do ajuste da marcação a mercado dos contratos de *swap* e pela retração do resultado de títulos e valores mobiliários, impactada pela queda da Taxa Selic acumulada no trimestre em 0,95 pp. O ajuste

da marcação a mercado do *swap* gerou correspondente reflexo no custo da dívida subordinada. O incremento no resultado de tesouraria na comparação com o trimestre anterior foi influenciado, especialmente pelo ajuste da marcação a mercado do instrumento de *hedge*. O custo da dívida também foi impactado pelo ajuste.

Gráfico 19: Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos - R\$ Milhões



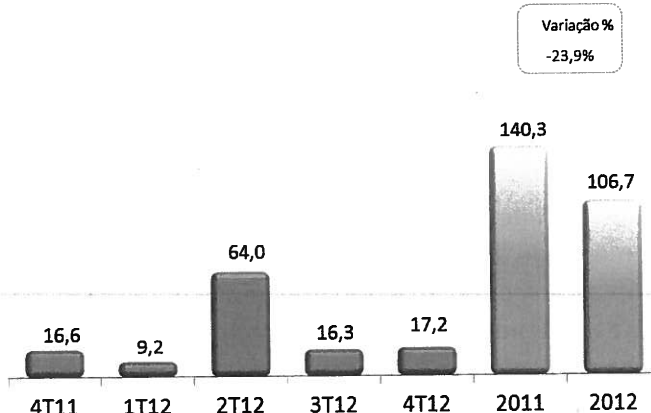
Resultado de Operações de Câmbio

O resultado de operações de câmbio totalizou R\$106,7 milhões nos doze meses de 2012, 23,9% ou R\$33,6 milhões abaixo do montante contabilizado no ano de 2011. No 4T12, o resultado de operações de câmbio atingiu R\$17,2 milhões, 3,8% ou R\$626 mil superior ao fluxo registrado no 4T11 e 5,7% ou R\$931 mil acima do resultado do 3T12. As operações de câmbio no Banrisul são casadas com *funding* em moeda estrangeira, logo, a variação das receitas é compensada, proporcionalmente, por movimento semelhante das despesas com obrigações de empréstimos e repasses em moeda estrangeira.

Nos doze meses de 2012, a redução do resultado de câmbio foi influenciada pela variação cambial do período, que registrou desvalorização de 8,94% em 2012, frente à desvalorização de 12,58% em 2011.

Em relação ao 4T12, o acréscimo do resultado de câmbio, comparado ao 4T11, foi impactado pela variação cambial. Quanto à ampliação no último trimestre, o resultado de câmbio foi influenciado pela desvalorização cambial de 0,64% no 4T12, frente à desvalorização cambial de 0,46% no trimestre anterior.

Gráfico 20: Resultado de Operações de Câmbio - R\$ Milhões



Resultado das Aplicações Compulsórias

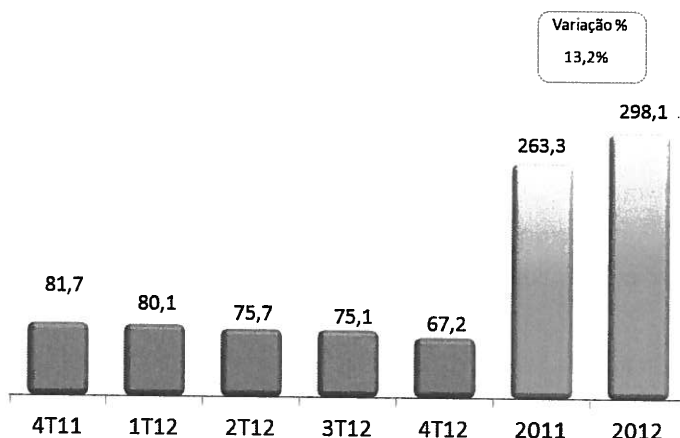
O resultado das aplicações compulsórias alcançou nos doze meses de 2012, R\$298,1 milhões, 13,2% ou R\$34,8 milhões acima do valor contabilizado até dezembro de 2011. No 4T12, o resultado de aplicações compulsórias somou R\$67,2 milhões, com redução de 17,8% ou R\$14,6 milhões em relação ao 4T11 e queda de 10,6% ou R\$8,0 milhões na comparação com o resultado do 3T12.

O resultado das aplicações compulsórias nos 12M12, comparado aos 12M11, apresentou incremento devido, especialmente, ao crescimento da receita de compulsório sobre recursos a prazo, em R\$25,7 milhões, e das rendas vinculadas ao compulsório adicional, em R\$17,9 milhões, compensado pela redução das rendas vinculadas ao compulsório de poupança em R\$9,8 milhões. A ampliação nos saldos dos depósitos a prazo e de poupança impactaram no aumento da renda do período, bem como a queda da Taxa Selic influenciou na redução das rendas vinculadas ao compulsório de poupança, face às mudanças na remuneração do produto em maio de 2012.

No 4T12, o resultado das aplicações compulsórias, comparadas ao 4T11, apresentou redução influenciada, principalmente, por medidas macroeconômicas que alteraram alíquota de recolhimento e remuneração da parcela recolhida, impactando nas rendas vinculadas aos compulsórios sobre depósitos a prazo e de poupança, e nas receitas do compulsório adicional.

Na comparação entre o 4T12 e o 3T12, o resultado das aplicações compulsórias registrou retração influenciado, especialmente, pela redução nas rendas vinculadas ao compulsório adicional e nas rendas vinculadas ao compulsório sobre depósitos a prazo.

Gráfico 21: Resultado das Aplicações Compulsórias - R\$ Milhões



Despesas da Intermediação Financeira

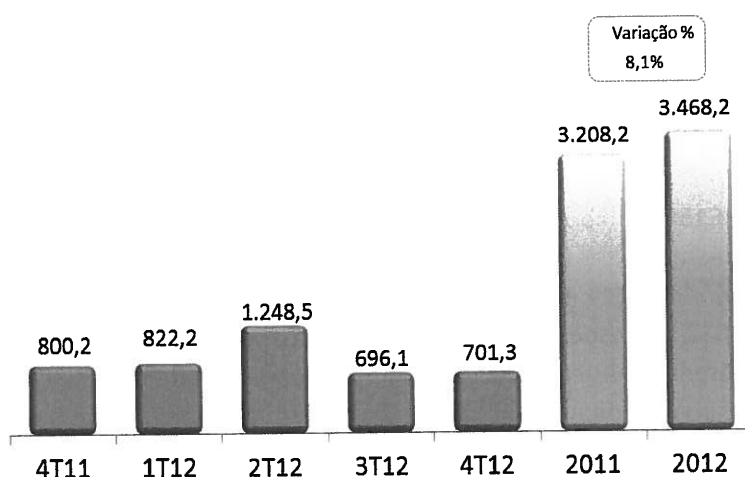
As despesas da intermediação financeira somaram R\$3.468,2 milhões nos doze meses de 2012, com aumento de 8,1% ou R\$260,0 milhões sobre o fluxo até dezembro de 2011. No 4T12, as despesas de intermediação financeira totalizaram R\$701,3 milhões, com redução de 12,3% ou R\$98,8 milhões sobre o montante do 4T11 e crescimento de 0,8% ou R\$5,2 milhões sobre o resultado do 3T12.

A ampliação das despesas de intermediação nos doze meses de 2012, em relação aos valores acumulados nos doze meses de 2011, deve-se ao aumento das despesas com provisão para operações de crédito, que apresentaram acréscimo de 35,4% ou R\$222,9 milhões, reflexo do crescimento do volume da carteira de crédito e do aumento da inadimplência, e à expansão das despesas de captação no mercado, em 10,6% ou R\$190,9 milhões, em função da marcação a mercado e da variação cambial da dívida subordinada, compensado, parcialmente, pela redução nas despesas de empréstimos, cessões e repasses em 19,6% ou R\$153,8 milhões. A elevação das despesas provenientes da dívida subordinada gerou também aumento de receitas de derivativos, visto que ambos os instrumentos, dívida e *swap*, foram marcados a mercado.

A redução das despesas de intermediação no 4T12, comparado ao 4T11, decorreu, especialmente, do decréscimo das despesas com captação de recursos, em 16,1% ou R\$74,6 milhões, e das despesas de empréstimos, cessões e repasses em 30,2% ou R\$51,8 milhões. As despesas com provisões para crédito registraram crescimento de 16,7% ou R\$27,6 milhões no período. O decréscimo das despesas de depósitos influenciou na redução das despesas de captação no mercado, bem como a expansão do crédito e o aumento da inadimplência impactaram no crescimento das despesas de provisões para operações de crédito.

O acréscimo das despesas da intermediação no 4T12, comparado ao 3T12, decorreu da ampliação das despesas com captação, em 36,7% ou R\$104,2 milhões, influenciada pelo ajuste na marcação a mercado da dívida subordinada, compensada pela redução das despesas com provisão para operações de crédito, em 29,3% ou R\$80,0 milhões, influenciada pela evolução do montante da carteira de crédito classificada como risco de "A" a "C", e pela queda das despesas de empréstimos, cessões e repasses em 13,7% ou R\$19,0 milhões.

Gráfico 22: Despesas da Intermediação Financeira - R\$ Milhões



Despesas de Captação no Mercado

As despesas de captação no mercado somaram R\$1.986,1 milhões nos doze meses de 2012, 10,6% ou R\$190,9 milhões acima do montante acumulado no ano de 2011. No 4T12, as despesas de captação no mercado alcançaram R\$388,4 milhões, com redução de 16,1% ou R\$74,6 milhões em relação ao mesmo período do ano anterior e crescimento de 36,7% ou R\$104,2 milhões na comparação com o trimestre anterior.

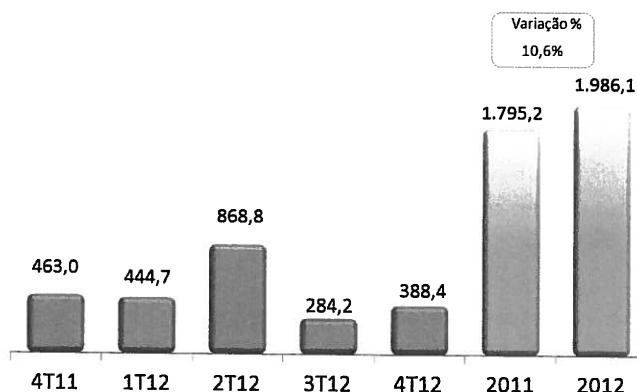
O maior fluxo de despesas de captação nos 12M12, em relação aos 12M11, proveio, especialmente, da marcação a mercado, da variação cambial e das despesas do contrato a termo da operação de dívida subordinada, em R\$340,0 milhões, parcialmente, compensado pela redução das despesas com depósitos a prazo e de poupança em R\$116,8 milhões, e das despesas de operações compromissadas em R\$57,0 milhões. A redução nas despesas com depósitos a prazo e de poupança foi influenciada pela redução na taxa básica de juros, especialmente em função da alteração na remuneração da poupança, que desde maio de 2012, está indexada à trajetória da Taxa Selic. O incremento nas despesas de captação, decorrente da marcação a mercado da dívida subordinada, foi parcialmente compensado pelo aumento no resultado de tesouraria, devido à marcação a mercado do *swap* realizado com o objetivo de mitigar o risco das oscilações cambiais sobre a captação externa.

A trajetória descendente das despesas, observada na comparação entre o 4T12 e o 4T11, decorre, especialmente da redução das despesas com depósito a prazo, de poupança e das despesas de operações compromissadas. A redução da Taxa Selic efetiva em 0,95 pp. influenciou na queda dessas despesas no período.



O acréscimo das despesas de captação no 4T12 em relação ao 3T12 é explicado, principalmente, pelo ajuste na marcação a mercado do contrato de dívida subordinada, compensado pela redução das despesas de depósito a prazo e de operações compromissadas. O fluxo de ampliação de despesas da dívida subordinada também impactou o resultado de tesouraria do último trimestre.

Gráfico 23: Despesas de Captação no Mercado - R\$ Milhões



Despesas de Empréstimos, Cessões e Repasses

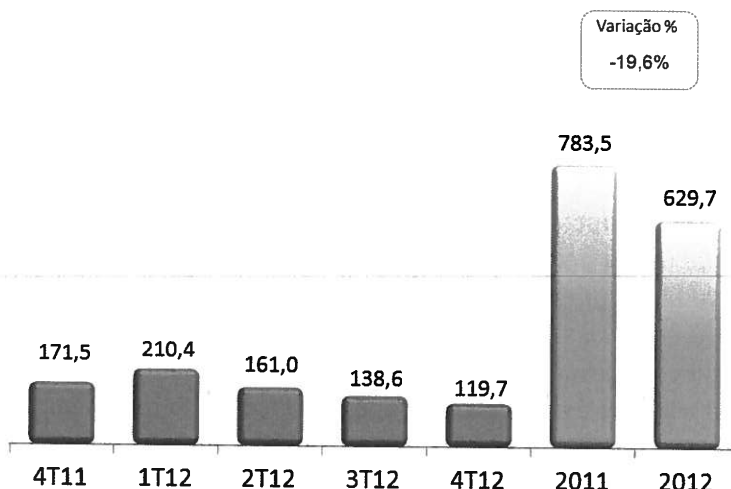
As despesas de empréstimos, cessões e repasses totalizaram R\$629,7 milhões nos doze meses de 2012, 19,6% ou R\$153,8 milhões abaixo do montante acumulado no ano passado. No 4T12, as despesas de empréstimos, cessões e repasses alcançaram R\$119,7 milhões, 30,2% ou R\$51,8 milhões abaixo do valor do 4T11 e 13,7% ou R\$19,0 milhões abaixo do valor do 3T12.

Nos doze meses de 2012, as despesas de empréstimos, cessões e repasses apresentaram redução em relação ao ano anterior, influenciada, especialmente, pela queda de R\$73,7 milhões das despesas do fundo de reserva de depósitos judiciais, face à redução em 3,13 pp. da Taxa Selic efetiva, e pela queda de R\$50,2 milhões das despesas de repasse em moeda estrangeira.

A redução no volume de despesas, na comparação entre o 4T12 e o 4T11, decorreu, principalmente, do decréscimo de R\$32,9 milhões nas despesas do fundo de reserva de depósitos judiciais, face à retração da Taxa Selic no período, e da redução de R\$9,7 milhões das despesas de repasses em moeda estrangeira.

A retração do volume de despesas de empréstimos, cessões e repasses, entre os períodos 4T12 e 3T12, foi gerada, principalmente, pelo ajuste decorrente da variação cambial da captação externa efetivada em dezembro de 2012, e pela queda das despesas do fundo de reserva de depósitos judiciais.

Gráfico 24: Despesas de Empréstimos, Cessões e Repasses - R\$ Milhões



Custo de Captação

O custo de captação foi apurado com base nos saldos médios dos recursos captados, calculados a partir dos saldos finais dos meses que compõem os períodos analisados, vinculados aos correspondentes valores das despesas efetivas de captação, das despesas de obrigações por empréstimos e do resultado de instrumentos financeiros derivativos gerando as taxas médias. Entre os passivos, foram agrupados como produtos de captação os depósitos, a captação no mercado aberto, os recursos de aceites e emissão de títulos, a dívida subordinada líquida do resultado gerado pela marcação a mercado do *swap* e os fundos financeiros e de desenvolvimento, associados, diretamente, às respectivas despesas para o cálculo do custo médio.

O preço médio da captação alcançou 1,61% no 4T12, acima da taxa de 1,55% do 3T12 e menor que 2,12%, do 4T11, em linha com as reduções da Taxa Selic efetiva, que referencia boa parte da captação e influenciada pela variação no custo da dívida subordinada e pela marcação a mercado. Na comparação do custo médio em relação à Taxa Selic, observa-se aumento no 4T12, que atingiu 93,66%, acima do 80,53%, registrado no 3T12, e maior que 79,21% alcançado no 4T11.

O custo médio dos depósitos a prazo, que representam 48,3% do saldo médio do conjunto de rubricas demonstradas na tabela 16, alcançou 1,46% no 4T12, com retração de 0,22 pp. em relação ao 3T12, e 0,87 pp. na comparação com o 4T11. A proporcionalidade dos custos dos depósitos a prazo em relação à Taxa Selic no 4T12, que atingiu 84,77%, apresentou redução frente ao registrado no 3T12, de 87,25%, e no 4T11, de 87,21%, influenciada pela criação de novas modalidades de CDBs.

Nas operações compromissadas, o custo médio apresentou redução no período, passando de 3,26%, no 4T11, para 2,29%, no 3T12 e, por último, atingindo 1,91% no 4T12. Os fundos financeiros e de desenvolvimento oscilaram em conformidade com a trajetória da taxa básica de juros (Selic), atingindo 1,71% no 4T12, abaixo do 1,87%, alcançado no 3T12, e menor que 2,65% atingido no 4T11.

O custo médio da dívida subordinada alcançou 7,30%, no 4T12, acima dos 0,41% registrados no 3T12, influenciado pelo ajuste na marcação a mercado da dívida subordinada e pela variação cambial acumulada no período. No trimestre anterior, o custo médio da dívida foi favorecido pelo resultado auferido em instrumentos financeiros derivativos, decorrente do *swap* com marcação a mercado, realizado com o objetivo de mitigar o risco de oscilações cambiais da operação de dívida subordinada.

Tabela 16: Custo de Captação

R\$ Milhões e %

	4T12			3T12			4T11		
	Saldo Médio	Despesa Acum.	Custo Médio	Saldo Médio	Despesa Acum.	Custo Médio	Saldo Médio	Despesa Acum.	Custo Médio
Depósitos à Vista	2.855,2			2.586,8			2.797,4		
Depósitos de Poupança	5.750,3	(82,1)	1,43%	5.582,8	(79,8)	1,43%	5.093,7	(85,7)	1,68%
Depósitos a Prazo	16.941,9	(247,0)	1,46%	16.130,3	(270,6)	1,68%	13.705,1	(319,5)	2,33%
Depósitos Interfinanceiros	405,3	(2,3)	0,57%	216,5	(2,0)	0,94%	21,3	(0,5)	2,21%
Despesas de Contribuição FGC		(9,7)			(9,2)			(8,1)	
Operações Compromissadas	1.745,6	(33,3)	1,91%	1.743,8	(39,9)	2,29%	1.502,2	(49,0)	3,26%
Obrigação Depósito Especial de Fundos e Programas	3,0	(0,0)	0,01%	2,6	(0,0)	0,12%	2,7	(0,0)	0,11%
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	313,0	(5,0)	1,61%	301,2	(5,5)	1,81%	15,4	(0,3)	2,17%
Dívida Subordinada ⁽¹⁾	1.161,1	(84,8)	7,30%	1.271,5	(5,3)	0,41%			
Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	5.931,8	(101,3)	1,71%	5.820,8	(108,9)	1,87%	5.067,3	(134,2)	2,65%
Saldo Médio Total / Despesa Total	35.107,1	(565,6)	1,61%	33.656,4	(521,2)	1,55%	28.205,1	(597,2)	2,12%
Selic			1,72%			1,92%			2,67%
Custo Médio / Selic			93,66%			80,53%			79,21%
Custo Depósito a Prazo / Selic			84,77%			87,25%			87,21%

(1) Ajustada pelos ganhos e perdas de instrumentos de *hedge* (*swap*).



Despesas de Provisões para Operações de Crédito

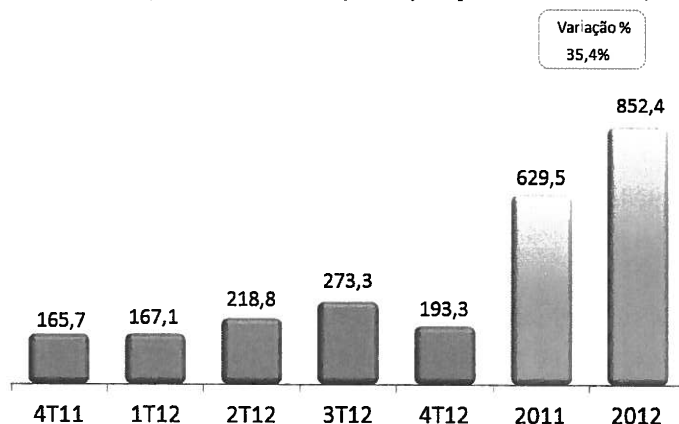
As despesas de provisão para operações de crédito somaram, nos doze meses de 2012, R\$852,4 milhões, 35,4% ou R\$222,9 milhões acima do montante contabilizado no ano de 2011. Em relação ao 4T12, as despesas de provisões de operações de crédito alcançaram R\$193,3 milhões, 16,7% ou R\$27,6 milhões acima do valor do 4T11 e 29,3% ou R\$80,0 milhões abaixo do valor contabilizado no 3T12.

As despesas de provisão para operações de crédito, nos doze meses de 2012, comparadas ao ano de 2011, apresentaram ampliação influenciada, diretamente, pelo crescimento da carteira de crédito em 19,3% e das operações vencidas acima de 60 dias em 64,1%.

No 4T12, as despesas de provisão com operações de crédito, comparadas ao 4T11, apresentaram trajetória ascendente devido ao aumento do volume da carteira de crédito e das operações vencidas.

A redução das despesas de provisão, verificada no 4T12 em relação ao 3T12, foi impactada por provisões complementares no 3T12, em função da queda do *rating* de algumas operações específicas, e pela ampliação, no 4T12, da carteira de crédito classificada como risco normal em 0,6pp.

Gráfico 25: Despesas de Provisões para Operações de Crédito - R\$ Milhões



Margem Financeira

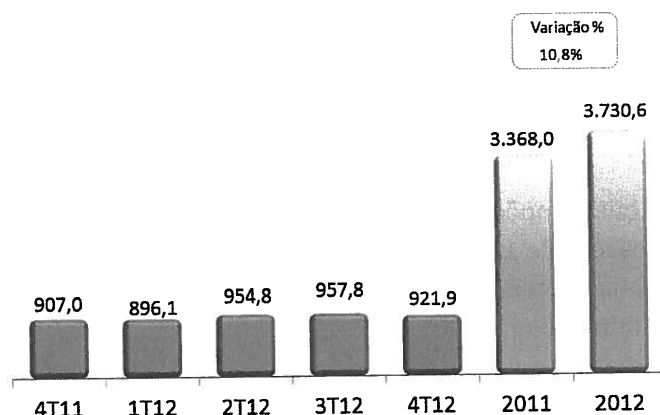
A margem financeira totalizou R\$3.730,6 milhões nos doze meses de 2012, 10,8% ou R\$362,6 milhões acima do montante gerado no ano anterior. No 4T12, a margem financeira somou R\$921,9 milhões, 1,6% ou R\$14,9 milhões acima do valor registrado no 4T11 e 3,8% ou R\$35,9 milhões abaixo do fluxo do 3T12.

A trajetória da margem financeira nos períodos foi influenciada, especialmente, pela desaceleração das receitas de crédito, impactada pela redução das taxas médias, pela marcação a mercado da dívida subordinada e do *swap*, e pela redução das despesas de empréstimos, cessões e repasses, influenciadas, especialmente, pela queda da Taxa Selic.

Na comparação entre o 4T12 e o 4T11, a elevação da margem financeira está associada à redução das despesas de captação e de empréstimos, cessões e repasses, e à ampliação das receitas de crédito, arrendamento mercantil e venda ou transferência de ativos financeiros, que compensaram a retração do resultado de TVM e instrumentos financeiros derivativos.

Em relação ao 3T12, a redução da margem financeira do 4T12 foi influenciada pelo aumento das despesas de captação no mercado, impactadas pelo ajuste na marcação a mercado e variação cambial da dívida subordinada e, parcialmente compensada, pela elevação do resultado de tesouraria, influenciada pela marcação a mercado do *swap*, e pela desaceleração das receitas de crédito, arrendamento mercantil e de operações de venda ou transferência de ativos financeiros.

Gráfico 26: Margem Financeira - R\$ Milhões



Receitas de Prestação de Serviços e Tarifas Bancárias

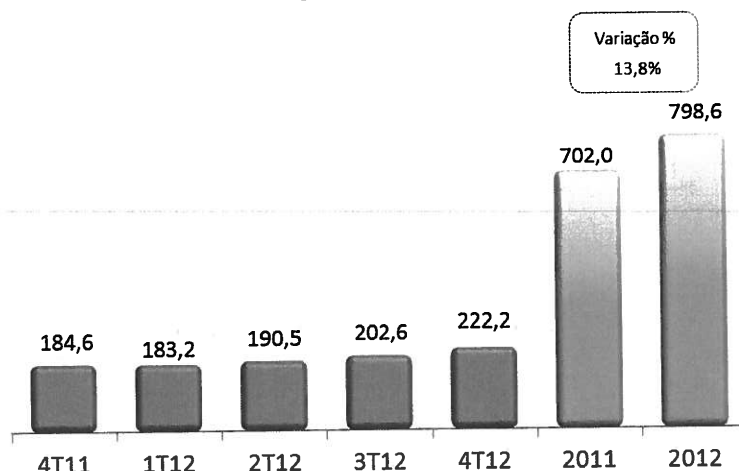
As receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias somaram R\$798,6 milhões nos doze meses de 2012, 13,8% ou R\$96,6 milhões acima do montante acumulado no ano de 2011. Em relação ao 4T12, as receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias totalizaram R\$222,2 milhões, com acréscimo de 20,4% ou R\$37,6 milhões em relação ao 4T11, e crescimento de 9,7% ou R\$19,6 milhões na comparação com o 3T12.

A ampliação das receitas de serviços e tarifas acumuladas nos doze meses de 2012, comparativamente ao montante do ano de 2011, reflete, principalmente, o incremento (i) das receitas de tarifas de serviços de arrecadação, em R\$22,4 milhões, impactada pelo aumento das receitas decorrentes de comissão sobre seguros, (ii) das rendas de tarifas bancárias de contas correntes, em R\$16,4 milhões, (iii) das rendas de tarifas do Banricompras, em R\$11,4 milhões, influenciadas pelo aumento de 14,3% das movimentações e 9,9% no número de operações do Banricompras, (iv) das rendas de taxas de administração de consórcios, em R\$6,1 milhões, face ao crescimento de 24,4% no número de consorciados, e (v) das rendas com débitos em conta em R\$4,1 milhões.

No 4T12, a trajetória ascendente das receitas de serviços e tarifas, em relação ao 4T11, foi impactada, especialmente, pelo aumento (i) das receitas de tarifas bancárias em contas correntes, em R\$14,5 milhões, (ii) das receitas com serviços de arrecadação, em R\$9,6 milhões, influenciada pelo aumento das receitas com comissões sobre seguros, e (iii) das rendas de tarifas do Banricompras em R\$2,8 milhões.

No último trimestre, o acréscimo nas rendas de prestação de serviços e tarifas bancárias decorreu, principalmente, do incremento (i) das receitas de tarifas bancárias de conta corrente em R\$6,2 milhões, (ii) das rendas com serviços de arrecadação em R\$4,1 milhões, decorrentes das comissões sobre seguros, e (iii) das rendas de tarifas do Banricompras em R\$3,2 milhões.

Gráfico 27: Receita de Prestação de Serviços e Tarifas Bancárias - R\$ Milhões



Despesas Administrativas

No ano de 2012, as despesas administrativas somaram R\$2.095,0 milhões, valor 13,7% ou R\$252,7 milhões acima do apurado no ano de 2011. No 4T12, as despesas administrativas totalizaram R\$573,8 milhões, 12,5% ou R\$64,0 milhões acima do valor do 4T11 e 8,3% ou R\$43,8 milhões acima do montante do 3T12.

As despesas de pessoal, que compõem 58,9% do total das despesas administrativas acumuladas em 2012, registraram elevação de 12,0% ou R\$132,6 milhões sobre o valor registrado no ano de 2011, tendência acompanhada pelas outras despesas administrativas, que apresentaram aumento de 16,2% ou R\$120,1 milhões no ano.

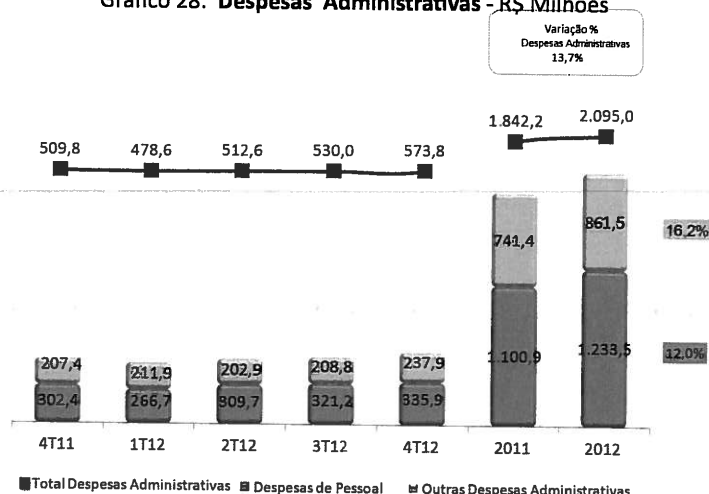
A elevação das despesas de pessoal, comparando 2012 versus 2011, decorre do aumento do número de funcionários em 1.222 colaboradores e do reajuste salarial ocorrido nos dissídios de 2011 e de 2012.

A variação das outras despesas administrativas decorreu, especialmente, (i) do aumento das despesas com serviços de terceiros e das despesas de serviços do sistema financeiro, em R\$63,1 milhões, motivada pelos serviços de estruturação das operações de captação externa, abrangendo o pagamento de comissões aos bancos de investimento, escritórios de advocacia, empresas de auditoria e consultorias que intermediaram a transação de emissão dos títulos da dívida subordinada e aquisição da promotora de vendas, (ii) da elevação das despesas com processamento de dados e telecomunicações, em R\$21,0 milhões, (iii) do incremento nas despesas de vigilância, segurança e transporte de valores, em R\$18,4 milhões, influenciado pela ampliação dos pontos de atendimento do Banco, e (iv) da evolução das despesas de propaganda, promoções e publicidade em R\$9,6 milhões.

As despesas de pessoal acumuladas no 4T12, comparadas ao 4T11, apresentaram aumento de 11,1% ou R\$33,5 milhões, face ao crescimento do número de funcionários e ao dissídio da categoria. As outras despesas administrativas registraram elevação de 14,7% ou R\$30,4 milhões, impactadas (i) pelo aumento das despesas com serviços de terceiros e serviços do sistema financeiro, em R\$ 16,5 milhões, (ii) pelo acréscimo das despesas de processamento de dados e telecomunicações, em R\$5,7 milhões, e (iii) pela elevação das despesas de propaganda, promoções e publicidade em R\$5,3 milhões.

Em relação ao 3T12, as despesas de pessoal do 4T12 ampliaram 4,6% ou R\$14,7 milhões, influenciadas pelo dissídio coletivo de 2012 e pelo aumento em 359 funcionários no quadro. As outras despesas administrativas aumentaram 13,9% ou R\$29,0 milhões, influenciadas, principalmente, (i) pelo crescimento das despesas com propaganda, promoções e publicidade, em R\$20,0 milhões, (ii) pelo incremento das despesas de processamento de dados e telecomunicações, em R\$8,2 milhões, (iii) pela elevação das despesas com serviços de terceiros e serviços do sistema financeiro, em R\$7,1 milhões, impactada pelos gastos com a captação externa efetivada em dezembro de 2012, e compensadas (iv) pela redução das despesas com amortização em R\$5,4 milhões.

Gráfico 28: Despesas Administrativas - R\$ Milhões



Outras Receitas Operacionais

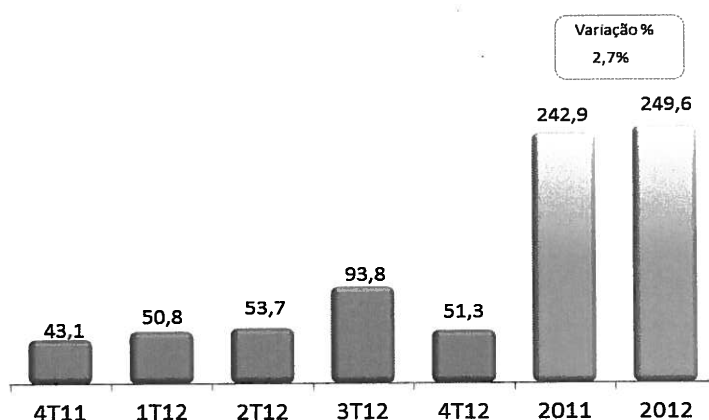
As outras receitas operacionais somaram R\$249,6 milhões nos doze meses de 2012, 2,7% ou R\$6,6 milhões acima do montante registrado no ano anterior. Em relação ao 4T12, as outras receitas operacionais totalizaram R\$51,3 milhões, 18,9% ou R\$8,2 milhões acima dos valores do 4T11 e 45,3% ou R\$42,5 milhões abaixo do montante do 3T12.

Nos doze meses de 2012, a ampliação das outras receitas operacionais pode ser explicada pela elevação de R\$18,7 milhões das receitas de reversão de provisões operacionais e pelo crescimento de R\$7,3 milhões das rendas de comissão e taxa de administração sobre colocação de seguros, compensadas pela redução de R\$11,6 milhões das receitas provenientes do Fundo de Reserva de Depósito Judicial.

O incremento das outras receitas operacionais do 4T12, comparado ao 4T11, reflete, principalmente, o incremento da renda de comissão e taxa de administração sobre colocação de seguros, em R\$4,0 milhões, da receita de recuperação de encargos e despesas, em R\$2,7 milhões, e da renda proveniente de outras receitas com cartões, em R\$1,8 milhão, compensada pela queda das receitas provenientes do Fundo de Reserva de Depósitos Judiciais em R\$4,9 milhões.

A redução das outras receitas operacionais do 4T12, comparado ao 3T12, foi influenciada pela receita pontual verificada no trimestre anterior, decorrente da recuperação do Imposto de Renda relativo ao incentivo fiscal do PAT.

Gráfico 29: Outras Receitas Operacionais - R\$ Milhões



Outras Despesas Operacionais

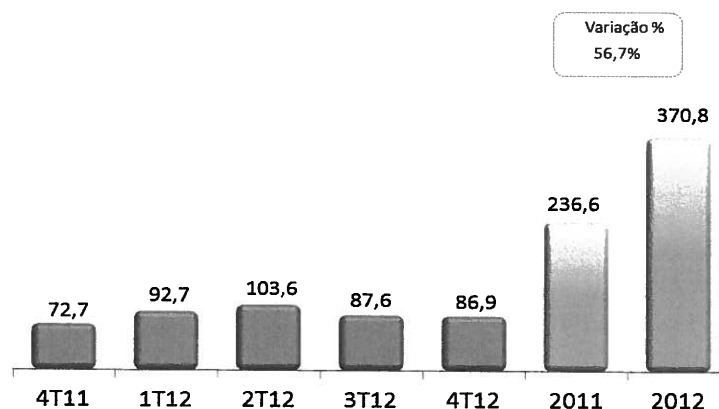
Nos doze meses, as outras despesas operacionais totalizaram R\$370,8 milhões, 56,7% ou R\$134,2 milhões acima do valor registrado no ano de 2011. No 4T12, as outras despesas operacionais somaram R\$86,9 milhões, 19,5% ou R\$14,1 milhões acima do valor apurado no 4T11 e 0,8% ou R\$699 mil abaixo do valor do 3T12.

O crescimento de outras despesas operacionais acumuladas nos doze meses de 2012, comparativamente ao ano anterior, foi impactado, especialmente, pelo aumento do fluxo de provisionamento em processos judiciais de ações cíveis e trabalhistas, em R\$69,3 milhões, decorrentes da revisão dos mecanismos de *compliance*, e pela elevação das despesas com descontos concedidos de renegociações, em R\$25,0 milhões.



No 4T12, o aumento de outras despesas operacionais, em relação ao 4T11, foi influenciado, especialmente, pela evolução das despesas com provisões trabalhistas, em R\$5,2 milhões, e das despesas de descontos concedidos de renegociações, em R\$1,4 milhão, compensado, principalmente, pela retração das despesas com provisões para ações cíveis em R\$5,8 milhões. Na comparação com o 3T12, o 4T12 apresentou estabilidade de outras despesas operacionais, face à redução das despesas com provisões trabalhistas e para ações cíveis, em R\$7,4 milhões, compensada pelo aumento das despesas com descontos concedidos em renegociações em R\$2,3 milhões.

Gráfico 30: **Outras Despesas Operacionais - R\$ Milhões**



Reconhecimentos

Janeiro/2012. Banrisul recebeu grau de investimento da Moody's. A agência classificadora de risco de crédito Moody's Investors Service, concedeu grau de investimento (*rating* Baa3 e *Prime* 3) em escala global, e o *rating* máximo (*rating* Aaa.br e BR-1) em escala nacional brasileira. Além desses, a Moody's atribuiu ao Banrisul *rating* de força financeira de bancos D+. Todos os *ratings* têm perspectiva estável.

Fevereiro/2012. Banrisul avança 68 posições em *ranking* mundial. O Banrisul avançou 68 posições no *ranking* dos 500 bancos com as marcas mais valiosas do mundo, em 2012, em relação ao estudo anterior, do 319º para o 251º lugar. O levantamento foi elaborado pela consultoria Brand Finance – líder mundial em avaliação e gestão de marca, em parceria com a revista inglesa The Banker.

Março/2012. Banrisul obtém grau de investimento estável da Standard & Poor's. A Standard & Poor's Ratings Services atribuiu ao Banrisul grau de investimento BBB- em escala global. Já, na escala nacional brasileira, o Banco recebeu o *rating* mais elevado possível, brAAA. Os *ratings* atribuídos são de perspectiva estável e favorecem o acesso do Banrisul a investidores institucionais nos mercados nacional e internacional.

Março/2012. Banrisul é destaque no estudo Marcas de Quem Decide. O Banrisul foi destaque no estudo Marcas de Quem Decide como marca mais lembrada e preferida na categoria Banco. A 14ª edição da pesquisa foi realizada pelo Jornal do Comércio e a empresa Qualidata Informações Estratégicas. A Instituição destacou-se como marca lembrada na categoria Ações em Bolsa e como Empresa Pública.

Abril/2012. Banrisul consolida posição de liderança entre os bancos no RS. O Banrisul é uma das marcas gaúchas mais lembradas entre as grandes empresas do Estado, segundo resultado da pesquisa Top of Mind 2012, realizada pela revista Amanhã e a empresa Segmento. A Instituição consolidou a posição de liderança, com 32,3% da lembrança dos gaúchos, figura em 1º lugar na categoria Rede de Pagamento Eletrônico e, em 2º lugar, na categoria Caderneta de Poupança. A marca Banrisul foi lembrada, ainda, como empresa pública eficiente, empresa que investe em cultura, empresa em que gostaria de trabalhar e cartão de crédito, com destaque para o Banricompras.

Abril/2012. Banrisul é uma das maiores empresas do mundo no *ranking* da Forbes. O Banrisul figura na nova lista das duas mil maiores empresas do mundo do índice Forbes Global 2000, divulgado pela revista americana Forbes. O Banco, que é uma das 33 companhias brasileiras incluídas no *ranking*, aparece em 1.437º lugar, uma posição acima do *ranking* de 2011.

Maió/2012. *Ranking* nacional de marcas registra aumento de 11% do Banrisul. O Banrisul é uma das marcas de empresas mais valiosas do País em 2012, segundo *ranking* elaborado pela revista Dinheiro e a consultoria BrandAnalytics/Milward Brown. O resultado apontou crescimento, em relação ao ano passado, de 11% na marca Banrisul, que passou a valer US\$383 milhões. Entre os bancos, o Banrisul foi a 4ª instituição financeira de maior valor. O levantamento foi realizado com marcas exclusivamente brasileiras e de empresas com capital aberto.

Julho/2012. Banrisul recebe Prêmio Mérito Transporte Internacional. O Banrisul recebeu o Prêmio Mérito Transporte Internacional, concedido pela Associação Brasileira de Transportadores Internacionais (ABTI). O prêmio representa o reconhecimento a empresários e autoridades que se destacam no apoio ao desenvolvimento do setor do transporte internacional de cargas.

Julho/2012. Banrisul é uma das 200 maiores empresas da América Latina. O Banrisul é uma das 200 maiores empresas de capital aberto por valor de mercado listadas nas principais bolsas de valores da América Latina, conforme acompanhamento feito pela consultoria Economática. O estudo apontou o valor de mercado da Instituição em R\$7,068 bilhões em 2011. Já, no *ranking* nacional, de acordo com o levantamento divulgado pela revista Exame, na edição especial Melhores e Maiores de 2012, o Banrisul subiu 14 posições entre as 100 maiores companhias de

capital aberto por valor de mercado, no comparativo dos anos 2011 e 2010, alcançando o 45º lugar. No setor financeiro brasileiro, o Banrisul é destaque entre os dez bancos que apresentaram os maiores lucros líquidos em 2011.

Agosto/2012. Banrisul está entre as 1.000 maiores empresas do País. O Banrisul, segundo o *ranking* As Melhores da Dinheiro, divulgado pela IstoÉ Dinheiro, de São Paulo, apresentou o 85º lugar no estudo. No setor de bancos, o Banrisul é destaque no indicador de inovação e qualidade. A Instituição também ocupa a 9ª posição entre as empresas estatais de maior faturamento no País.

Agosto/2012. Banrisul é destaque em *ranking* nacional. O Banrisul foi destaque no *ranking* Finanças da publicação Valor 1.000, editada pelo jornal Valor Econômico. O Banco está na 11ª posição entre os 100 maiores bancos do País. A Instituição gaúcha foi classificada, ainda, entre os 20 maiores bancos em operações de crédito, depósitos totais, patrimônio líquido, lucro líquido, entre outros indicadores.

Setembro/2012. Banrisul é a segunda maior empresa gaúcha. O estudo, segundo o levantamento realizado pela revista Amanhã e a consultoria PricewaterhouseCoopers, apontou o Banco como a empresa de maior capital de giro próprio do Rio Grande do Sul. O Banrisul aparece, ainda, na 9ª posição entre as 500 maiores empresas da região sul do País e, a segunda maior instituição financeira da região sul.

Setembro/2012. Programa Sementes do Banrisul recebeu o Troféu Onda Verde. O Troféu foi recebido pela conquista do 19º Prêmio Expressão de Ecologia na categoria Conservação de Recursos Naturais. O Prêmio Expressão de Ecologia foi certificado pelo Ministério do Meio Ambiente como o mais importante do País em seu segmento. A premiação é organizada pela editora Expressão, de Florianópolis (SC).

Outubro/2012. Banrisul está na lista das melhores empresas do Brasil. O Banrisul é destaque no *ranking* das 200 melhores empresas do País, de acordo com o anuário Negócios 360º, publicado pela revista Época. A instituição também figura entre as 10 melhores empresas de capital estatal nacional e as melhores da região sul, e entre as cinco instituições financeiras que receberam destaque da publicação. No sistema financeiro, o Banco recebeu reconhecimento, ainda, nos itens de inovação, recursos humanos e governança corporativa. A Instituição aparece na lista dos 100 maiores bancos por ativo total, entre os maiores bancos por receita total, número de agências e mais rentáveis, sendo citado no levantamento das 100 maiores companhias abertas por valor de mercado.

Outubro/2012. Banrisul é um dos melhores bancos de varejo. A publicação Relatório Financeiro, do jornal Brasil Econômico, de São Paulo, destacou o Banrisul como um dos melhores bancos de varejo do País. A Instituição também está entre os melhores por rentabilidade do PL, eficiência, Índice de Basileia, capitalização, ativo total, entre outros indicadores.

Novembro/2012. Banrisul é homenageado pelo incentivo à prática da ginástica laboral. A homenagem foi feita pelo Conselho Regional de Educação Física (CREF-RS) em reconhecimento à adoção do Programa de Ginástica Laboral por mais de 10 anos. Das empresas homenageadas, o Banrisul é a que conta com o maior número de colaboradores, cerca de 11,3 mil, e tem mais de 200 profissionais de Educação Física. O Banco é a única instituição financeira do País a desenvolver metodologia própria e evolutiva de ginástica laboral há 13 anos.

Novembro/2012. Banrisul recebe o Certificado de Responsabilidade Social. O Certificado foi recebido na categoria entidades governamentais, com o *case* Concertos para Juventude. A distinção é concedida a organizações que possuem projetos voltados à promoção do bem-estar da sociedade e para a preservação do meio ambiente.

Dezembro/2012. Banrisul está entre os 200 maiores grupos econômicos do País. O *ranking* foi publicado pela edição anual Valor Grandes Grupos, do jornal especializado em economia e finanças Valor Econômico de São Paulo. A Instituição é destaque, ainda, no levantamento dos 20 maiores grupos da área de finanças do Brasil e, também, está entre os 20 bancos que mais cresceram por receita bruta, entre os 20 maiores em patrimônio líquido, entre os 20 maiores em lucro líquido e rentabilidade patrimonial.

Dezembro/2012. Cartão Múltiplo Banrisul recebe laudo para certificação ICP-Brasil. O Banrisul possui o primeiro cartão bancário brasileiro a receber um laudo para certificação ICP-Brasil, viabilizando operações com certificados digitais dentro da cadeia de chaves públicas brasileiras.

Balanço Patrimonial Consolidado *Pro Forma*

Tabela 17: Balanço Patrimonial Consolidado *Pro Forma*

R\$ Milhares

Ativo	Dez12	Set12	Jun12	Mar12	Dez11	Dez12/ Set12	Dez12 / Jun12	Dez12/ Dez11
Circulante e Realizável a Longo Prazo	46.308.366	44.368.339	42.443.887	39.482.608	37.306.570	4,4%	9,1%	24,1%
Disponibilidades	809.093	536.019	505.810	469.312	624.255	50,9%	60,0%	29,6%
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	4.609.386	4.292.998	4.414.347	3.786.005	2.685.991	7,4%	4,4%	71,6%
Títulos Mobiliários e Inst. Financ. Derivativos	12.361.193	10.961.927	10.276.495	10.082.001	9.725.623	12,8%	20,3%	27,1%
Relações Interfinanceiras e Interdependências	3.685.781	4.132.238	3.902.462	3.528.971	3.589.410	-10,8%	-5,6%	2,7%
Operações de Crédito	23.177.660	22.666.374	21.833.600	20.654.095	19.751.542	2,3%	6,2%	17,3%
Provisão para Operações de Crédito	(1.498.428)	(1.492.411)	(1.398.719)	(1.334.034)	(1.273.859)	0,4%	7,1%	17,6%
Operações de Arrendamento Mercantil	82.096	80.507	81.343	82.097	84.206	2,0%	0,9%	-2,5%
Provisão para Operações de Arrendamento Mercantil	(7.964)	(8.719)	(8.824)	(7.836)	(10.399)	-8,7%	-9,7%	-23,4%
Outros Créditos	3.142.189	3.100.544	2.765.462	2.218.261	2.155.627	1,3%	13,6%	45,8%
Provisão para Outros Créditos	(132.851)	(114.235)	(81.658)	(62.678)	(57.622)	16,3%	62,7%	130,6%
Outros Valores e Bens	80.211	213.097	153.569	66.414	31.796	-62,4%	-47,8%	152,3%
Permanente	262.408	264.626	280.017	298.335	279.005	-0,8%	-6,3%	-5,9%
Investimentos	48.421	47.808	47.782	47.514	7.514	1,3%	1,3%	544,4%
Imobilizado de Uso	167.356	158.987	157.926	159.695	163.831	5,3%	6,0%	2,2%
Intangível	46.631	57.831	74.309	91.126	107.660	-19,4%	-37,2%	-56,7%
Total do Ativo	46.570.774	44.632.965	42.723.904	39.780.943	37.585.575	4,3%	9,0%	23,9%
Passivo	Dez12	Set12	Jun12	Mar12	Dez11	Dez12/ Set12	Dez12 / Jun12	Dez12/ Dez11
Circulante e Exigível a Longo Prazo	41.674.867	39.831.906	38.070.022	35.228.830	33.184.450	4,6%	9,5%	25,6%
Depósitos	26.746.389	25.183.586	23.713.587	22.752.856	22.361.138	6,2%	12,8%	19,6%
Depósitos à Vista	3.400.331	2.623.346	2.675.380	2.624.644	3.195.322	29,6%	27,1%	6,4%
Depósitos de Poupança	5.836.236	5.639.745	5.447.820	5.203.327	5.136.227	3,5%	7,1%	13,6%
Depósitos Interfinanceiros	419.711	383.347	109.708	88.720	32.206	9,5%	282,6%	-
Depósitos a Prazo	17.090.111	16.537.148	15.480.679	14.836.165	13.997.383	3,3%	10,4%	22,1%
Captação no Mercado Aberto	1.627.794	1.716.382	2.071.268	1.526.905	1.331.544	-5,2%	-21,4%	22,2%
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	315.365	304.048	294.791	32.635	26.755	3,7%	7,0%	-
Relações Interfinanceiras e Interdependências	262.572	525.847	503.698	539.945	228.724	-50,1%	-47,9%	14,8%
Obrigações por Empréstimos e Repasses	3.255.227	2.540.411	2.339.009	2.091.137	2.155.242	28,1%	39,2%	51,0%
Instrumentos Financeiros e Derivativos	22.933	3.173	-	80.211	-	622,8%	-	-
Outras Obrigações	9.444.587	9.558.459	9.147.669	8.205.141	7.081.047	-1,2%	3,2%	33,4%
Cobrança e Arrecad. de Tributos e Assemelhados	44.953	152.133	161.731	158.370	34.539	-70,5%	-72,2%	30,2%
Carteira de Câmbio	25.628	56.443	46.926	28.296	30.083	-54,6%	-45,4%	-14,8%
Sociais e Estatutárias	48.054	95.139	69.140	83.100	73.759	-49,5%	-30,5%	-34,8%
Fiscais e Previdenciárias	707.901	868.613	740.733	620.217	742.647	-18,5%	-4,4%	-4,7%
Negociação e Intermediação de Valores	5.696	24.000	8.442	7.127	3.409	-76,3%	-32,5%	67,1%
Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	5.942.333	5.918.240	5.619.182	5.305.840	5.098.561	0,4%	5,8%	16,5%
Dívida Subordinada	1.158.335	1.149.682	1.315.468	925.676	-	0,8%	-11,9%	-
Diversas	1.511.687	1.294.209	1.186.047	1.076.515	1.098.049	16,8%	27,5%	37,7%
Patrimônio Líquido dos Acionistas Minoritários	1.696	1.699	1.669	1.650	1.614	-0,2%	1,6%	5,1%
Patrimônio Líquido	4.894.211	4.799.360	4.652.213	4.550.463	4.399.511	2,0%	5,2%	11,2%
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	46.570.774	44.632.965	42.723.904	39.780.943	37.585.575	4,3%	9,0%	23,9%



Demonstração de Resultado *Pro Forma*

Tabela 18: Demonstração do Resultado *Pro Forma*

R\$ Milhares

	2012	2011	4T12	3T12	2T12	1T12	4T11	2012/ 2011	4T12/ 3T12
Receitas de Intermediação Financeira	6.346.393	5.946.731	1.429.929	1.380.613	1.984.592	1.551.259	1.541.473	6,7%	3,6%
Receita de Crédito e Arrendamento Mercantil	4.624.426	4.293.049	1.162.199	1.154.355	1.187.042	1.120.830	1.123.592	7,7%	0,7%
Resultado de Operações com TVM	1.080.604	1.250.075	249.246	253.707	270.538	307.113	319.614	-13,6%	-1,8%
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	207.479	-	(75.896)	(128.142)	377.597	33.920	-	-	-40,8%
Resultado de Operações de Câmbio	106.742	140.306	17.189	16.258	64.047	9.248	16.563	-23,9%	5,7%
Resultado das Aplicações Compulsórias	298.119	263.301	67.150	75.113	75.708	80.148	81.704	13,2%	-10,6%
Operações de Venda ou Transf. De Ativos Financeiros	29.023	-	10.041	9.322	9.660	-	-	-	7,7%
Despesas de Intermediação Financeira	(3.468.238)	(3.208.195)	(701.347)	(696.118)	(1.248.543)	(822.230)	(800.157)	8,1%	0,8%
Operações de Captação no Mercado	(1.986.097)	(1.795.233)	(388.378)	(284.180)	(868.790)	(444.749)	(463.023)	10,6%	36,7%
Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses	(629.696)	(783.452)	(119.695)	(138.649)	(160.988)	(210.364)	(171.459)	-19,6%	-13,7%
Provisão para Operações de Créditos	(852.445)	(629.510)	(193.274)	(273.289)	(218.765)	(167.117)	(165.675)	35,4%	-29,3%
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	2.878.155	2.738.536	728.582	684.495	736.049	729.029	741.316	5,1%	6,4%
Margem Financeira	3.730.600	3.368.046	921.856	957.784	954.814	896.146	906.991	10,8%	-3,8%
Outras Receitas / Despesas Operacionais	(1.674.572)	(1.366.244)	(452.694)	(385.427)	(435.604)	(400.847)	(415.859)	22,6%	17,5%
Receitas de Prestação de Serviços / Tarifas Bancárias	798.567	701.975	222.215	202.594	190.527	183.231	184.605	13,8%	9,7%
Despesas de Pessoal	(1.233.501)	(1.100.882)	(335.889)	(321.151)	(309.731)	(266.730)	(302.360)	12,0%	4,6%
Outras Despesas Administrativas	(861.470)	(741.361)	(237.878)	(208.841)	(202.888)	(211.863)	(207.433)	16,2%	13,9%
Resultado de Participação em Coligadas e Controladas	1.207	-	750	26	431	-	-	-	-
Outras Receitas Operacionais	249.580	242.937	51.277	93.799	53.692	50.812	43.127	2,7%	-45,3%
Despesas Tributárias	(258.189)	(232.322)	(66.286)	(64.272)	(64.003)	(63.628)	(61.063)	11,1%	3,1%
Outras Despesas Operacionais	(370.766)	(236.591)	(86.883)	(87.582)	(103.632)	(92.669)	(72.735)	56,7%	-0,8%
Resultado Operacional	1.203.583	1.372.292	275.888	299.068	300.445	328.182	325.457	-12,3%	-7,8%
Resultado Antes da Tributação s/ Lucro	1.203.583	1.372.292	275.888	299.068	300.445	328.182	325.457	-12,3%	-7,8%
Imposto de Renda e Contribuição Social	(309.072)	(405.613)	(65.953)	(65.507)	(79.710)	(97.902)	(77.135)	-23,8%	0,7%
Participações Estatutárias no Resultado	(75.799)	(62.180)	(18.441)	(25.997)	(15.538)	(15.823)	(21.611)	21,9%	-29,1%
Participações Minoritárias no Resultado	(122)	(150)	(25)	(34)	(27)	(36)	(43)	-18,7%	-26,5%
Lucro Líquido	818.590	904.349	191.469	207.530	205.170	214.421	226.668	-9,5%	-7,7%

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Secretaria da Fazenda
Banco do Estado do Rio Grande do Sul

Diretoria

TÚLIO LUIZ ZAMIN
Presidente

FLAVIO LUIZ LAMMEL
Vice-Presidente

GUILHERME CASSEL
IVANDRE DE JESUS MEDEIROS
JOÃO EMÍLIO GAZZANA
JOEL DOS SANTOS RAYMUNDO
JONE LUIZ HERMES PFEIFF
JULIMAR ROBERTO ROTA
LUIZ CARLOS MORLIN

Conselho de Administração

ODIR ALBERTO PINHEIRO TONOLIER
Presidente

TÚLIO LUIZ ZAMIN
Vice-Presidente

ALDO PINTO DA SILVA
DILIO SERGIO PENEDO
ERINEU CLÓVIS XAVIER
FLAVIO LUIZ LAMMEL
FRANCISCO CARLOS BRAGANÇA DE SOUZA
MARCELO TUERLINCKX DANÉRIS
OLÍVIO DE OLIVEIRA DUTRA
Conselheiros

WERNER KÖHLER
Contador CRCRS 38.534




Banrisul

137

Governo do Estado do Rio Grande do Sul

Secretaria da Fazenda
Banco do Estado do Rio Grande do Sul

DIRETORIA



TÚLIO LUIZ ZAMIN
Presidente



FLAVIO LUIZ LAMMEL
Vice-Presidente

Diretores



GUILHERME CASSEL



IVANDRE DE JESUS MEDEIROS



JOÃO EMÍLIO GAZZANA




JOEL DOS SANTOS RAYMUNDO



JONE LUIZ HERMES PFEIFFER



JULIMAR ROBERTO ROTA



LUIZ CARLOS MORLIN



WERNER KOHLER
Contador CRCRS 38.534

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



ODIR ALBERTO PINHEIRO TONOLIER
Presidente



TÚLIO LUIZ ZAMIN
Vice-Presidente

Conselheiros



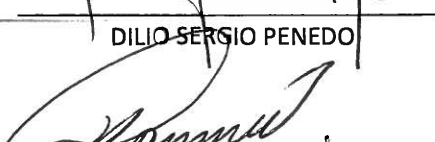
AILDO PINTO DA SILVA



DILIO SÉRGIO PENEDO



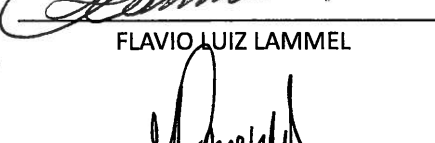
ERINEU CLÓVIS XAVIER



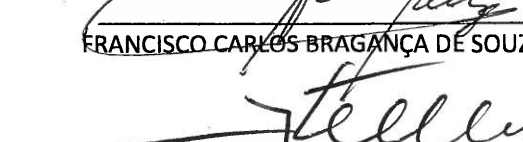
FLAVIO LUIZ LAMMEL



FRANCISCO CARLOS BRAGANÇA DE SOUZA



MARCELO DUERINGCKX DANÉRIS




OLÍVIO DE OLIVEIRA DUTRA

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Na qualidade de membros do Conselho de Administração do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. e no exercício das atribuições que nos confere o artigo 142, item V, da Lei nº 6.404, de 15-12-1976, e as disposições correlatas do Estatuto Social, examinamos o Relatório de Administração e as Demonstrações Contábeis, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado do Exercício, Mutações do Patrimônio Líquido, Fluxos de Caixa, Valor Adicionado, Notas Explicativas e demais demonstrativos e o Relatório dos Auditores Independentes, sem modificações, documentos esses relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2012. Com base nesses dados e nos demais exames procedidos ao longo do exercício, somos da opinião de que as mencionadas demonstrações merecem a aprovação dos acionistas.

Porto Alegre, 08 de fevereiro de 2013.



Odir Alberto Pinheiro Tonollier
Presidente



Túlio Luiz Zamin
Vice-Presidente


Conselheiros




Aldo Pinto da Silva



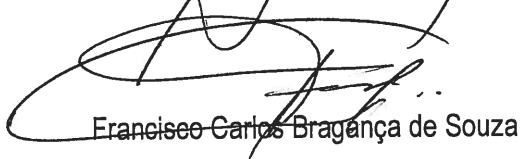
Dilio Sérgio Penedo



Erineu Clóvis Xavier



Flavio Luiz Lammel



Francisco Carlos Bragança de Souza



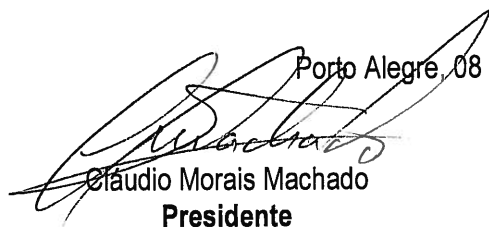
Otávio de Oliveira Dutra

PARECER DO CONSELHO FISCAL

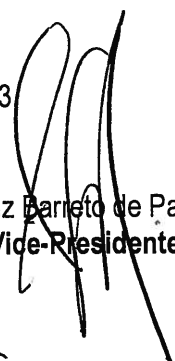
Na qualidade de membros do Conselho Fiscal do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. e no exercício das atribuições que nos confere o artigo 163, itens II e VII, da Lei 6.404, de 15-12-1976, e as disposições correlatas do Estatuto Social, revisamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2012, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado do Exercício, Mutações do Patrimônio Líquido, Fluxos de Caixa, Valor Adicionado, Notas Explicativas e demais demonstrativos, bem como as propostas da Administração relativas ao orçamento de capital, destinação de resultados e distribuição de dividendos.

Dessa forma, com base em nossas análises e revisões realizadas, no Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria e no Relatório da Auditoria Independente, sem modificações, somos da opinião de que os mencionados documentos e as propostas da administração merecem a aprovação dos acionistas.


Porto Alegre, 08 de fevereiro de 2013

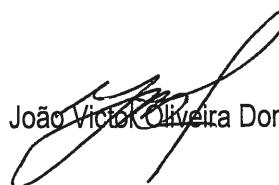


Cláudio Moraes Machado
Presidente

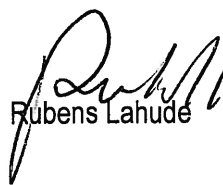


André Luiz Barreto de Paiva Filho
Vice-Presidente

Conselheiros

Eduardo Ludevico Silva



João Victor Oliveira Domingues



Rubens Lahude

**CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL****CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL**

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se em situação regular.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME.....	: WERNER KOHLER
REGISTRO.....	: RS-038534/O-2
CATEGORIA.....	: CONTADOR
CPF.....	: 421.602.270-72

A presente CERTIDÃO não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que posteriormente, venham a ser apurados pelo CRCRS contra o referido registro.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: PORTO ALEGRE, 18.03.2013 as 14:44:49.

Válido até: 17.04.2013.

Código de Controle: 136582.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCRS.

**Banrisul S.A. - Corretora
de Valores Imobiliários e
Câmbio**

7. NOTAS EXPLICATIVAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma indicado)

1. Contexto operacional

A Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio ("Corretora") tem como atividade preponderante a compra e venda de ações, por conta própria e/ou de terceiros, no mercado à vista, de opções, termo e futuro, administração de clubes de investimentos, intermediação de operações em ouro, captação e venda de cotas para a produção de filmes (Lei de Incentivo à Cultura), intermediação de operações de produtos agrícolas na Bolsa Brasileira de Valores e Mercadorias, coordenação da emissão de debêntures no mercado de capitais, intermediando a compra e venda desses papéis junto aos investidores.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09 e com as normas do Banco Central do Brasil, e estão sendo apresentadas de acordo com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).

A diretoria da Corretora autorizou a conclusão das presentes demonstrações financeiras em 31 de janeiro de 2013.

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, os impostos diferidos, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e premissas pelo menos semestralmente.

3. Principais práticas contábeis

a) Resultado das operações - As receitas e despesas foram reconhecidas pelo regime de competência.

b) Aplicações interfinanceiras de liquidez - As aplicações prefixadas são registradas pelo valor de resgate, deduzido das rendas pertencentes ao período futuro, e as pós-fixadas pelo valor de custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

c) Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos - Registrados e apresentados no Balanço Patrimonial conforme a Circular nº 3.068, de 08/11/2001, do Banco Central do Brasil. São classificados nas seguintes categorias:

Títulos para negociação - incluem os títulos e valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, avaliados pelo valor de mercado, sendo os ganhos e as perdas realizados e não realizados sobre esses títulos reconhecidos no resultado.

Títulos disponíveis para venda - títulos e valores mobiliários que poderão ser negociados, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, avaliados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido. Os ganhos e perdas, quando realizados, serão reconhecidos na data de negociação na demonstração do resultado, em contrapartida de conta específica do patrimônio líquido.

Títulos mantidos até o vencimento - títulos e valores mobiliários com a intenção e capacidade financeira de manter em carteira até o vencimento, avaliados pelo seu custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

Instrumentos financeiros e derivativos - em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a Corretora não possuía operações com instrumentos financeiros e derivativos em aberto.

d) Ativos circulante e realizável a longo prazo - Demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias "pro rata temporis", deduzidos das correspondentes provisões para perdas e das rendas a apropriar.

e) Negociação e intermediação de valores - Representa a intermediação de operações realizadas nas bolsas de valores, registradas pelo valor do compromisso assumido em nome de seus clientes. A corretagem é reconhecida ao resultado pelo regime de competência.

f) Permanente - O imobilizado de uso é registrado ao custo de aquisição. As depreciações são calculadas pelo método linear, sobre o custo de aquisição, com base nas taxas anuais determinadas em função da vida útil estimada dos bens, não inferiores às taxas mínimas definidas pelo COSIF, as quais sejam: instalações, móveis e equipamentos de uso - 10%, imóveis de uso - 4% e sistemas de processamento de dados - 20%.

g) Passivos circulante e exigível a longo prazo - Os passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calcu-

láveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos.

h) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias - O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823/09 do Banco Central do Brasil e pronunciamento técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), obedecendo aos seguintes critérios:

Contingências ativas - não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.

Obrigações legais - fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos (ou impostos e contribuições). O montante discutido é quantificado, registrado e atualizado mensalmente.

Contingências passivas - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião dos consultores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos consultores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação.

i) Provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido - As provisões para o imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL), quando devidas, são calculadas com base no lucro ou prejuízo contábil, ajustado pelas adições e exclusões de caráter permanente e temporária, sendo o imposto de renda determinado pela alíquota de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 no exercício e a contribuição social pela alíquota de 15%.

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social foram calculados sobre as adições e exclusões temporárias. Os créditos tributários foram calculados com base nas expectativas atuais de realização e considerando os estudos técnicos e análises da Administração, o total dos créditos tributários está registrado na rubrica "Outros créditos - diversos" no grupo do ativo circulante, conforme descrito na Nota Explicativa nº 11.

j) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros - (Impairment) - O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive o ativo intangível, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

k) Resultado por ação - O lucro líquido por ação é calculado em reais com base na quantidade de ações em circulação, na data dos balanços.

l) Caixa e equivalentes de caixa - Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/08 inclui dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias na data da aplicação:

	2012	2011
Caixa e equivalentes de Caixa		
Disponibilidades	8	4
Aplicações interfinanceiras de liquidez.....	69.563	69.739
Total.....	69.571	69.743

4. Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representadas exclusivamente por aplicações no Banco do Estado do Rio Grande do Sul - Banrisul, lastreadas em Letras Financeiras do Tesouro (LFT), com compromisso de revenda para o dia imediatamente subsequente à data das demonstrações financeiras.

5. Títulos e valores mobiliários e instrumentos derivativos

A carteira de títulos e valores mobiliários está assim representada:

	2012	2011
Para negociação	-	3.029
Disponível para venda	1.450	6
Mantidos até o vencimento.....	6.112	5.633
Total da carteira.....	7.562	8.668
Curto prazo.....	1.450	3.035
Longo prazo	6.112	5.633

a) Títulos e valores mobiliários - Disponíveis para venda

		<u>2012</u>	<u>2011</u>
	Valor de Custo/Curva	Valor mercado	Valor mercado
Sem vencimento			
Ações de companhias abertas	1.616	1.443	-
Certificados de privatização	7	7	6
Total	<u>1.623</u>	<u>1.450</u>	<u>6</u>

Em 31 de dezembro de 2012, os resultados não realizados dos títulos classificados na categoria de títulos disponíveis para venda apresentaram perda líquida de R\$87, os quais estão registrados líquidos dos efeitos tributários no patrimônio líquido na rubrica "Ajustes de avaliação patrimonial", no valor de R\$35.

b) Títulos e valores mobiliários - Mantidos até o vencimento

		<u>2012</u>	<u>2011</u>
	Valor de custo atualizado	Valor mercado	Valor de custo atualizado
Vencimento de dois a quatro anos			
Letras financeiras do tesouro - (LFT)			
Vinculados a prestação de garantia	6.112	6.113	5.633

A Corretora adota o preço unitário por meio das taxas divulgadas pela Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro (ANBIMA), para a marcação a mercado dos títulos públicos e o preço de fechamento das negociações no último dia útil do período para a marcação a mercado das ações de companhias abertas.

6. Outros créditos

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
a) Negociação e intermediação de valores:		
Caixa de registro e liquidação	3.216	-
Devedores - Conta de liquidação pendente	1.107	2.651
Outros créditos	551	572
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(557)</u>	<u>(583)</u>
	4.317	2.640
b) Diversos:		
Créditos tributários de impostos e contribuições (Nota 11 (c))	292	233
Depósitos de valores em garantia	159	141
Outros	31	32
	<u>482</u>	<u>406</u>
Total - Outros créditos	<u>4.799</u>	<u>3.046</u>
Circulante	4.507	2.813
Realizável a longo prazo	292	233

7. Outras obrigações

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
a) Sociais e estatutárias:		
Dividendos e bonificações a pagar	393	1.119
	393	1.119
b) Fiscais e previdenciárias:		
Impostos e contribuições sobre o lucro	600	2.689
Impostos e contribuições diferidos	-	283
Impostos e contribuições a recolher	80	109
	680	3.081
c) Negociação e intermediação de valores:		
Caixa de registro e liquidação	-	913
Comissões e corretagens a pagar	105	126
Credores - Conta de liquidação pendente	<u>5.591</u>	<u>2.370</u>
	5.696	3.409
d) Diversas:		
Credores diversos - País	395	504
Obrigações por aquisição de bens e direitos	446	414
Provisão para pagamentos a efetuar	20	-
	<u>861</u>	<u>918</u>
Total geral das outras obrigações - circulante	<u>7.630</u>	<u>8.527</u>

8. Operações com partes relacionadas

a) Os saldos com o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. podem ser assim sumariados:

	Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)	
	2012	2011	2012	2011
Disponibilidades	8	4	-	-
Aplicações interfinanceiras de liquidez -				
mercado aberto	69.563	69.739	5.542	7.557
Convênio de prestação de serviços	(349)	(318)	(3.817)	(2.973)
Dividendos	(373)	(1.070)	-	-

A Corretora não possui colaboradores em seu quadro de pessoal, pois toda a operacionalidade é efetuada pelas áreas administrativas e comerciais do Banco Banrisul. Os custos são suportados pela Corretora por meio de convênio de prestação de serviços.

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração - Anualmente, na Assembleia Geral Ordinária é fixado o montante global anual da remuneração dos Administradores, do Conselho de Administração e Conselho Fiscal, conforme determina o Estatuto Social. A Corretora remunerou seus administradores durante o exercício de 2012 em R\$ 1.231 (2011 em R\$ 906) registrados na rubrica "Convênio prestação de serviços". Não há outros benefícios pagos ou a pagar atualmente, bem como direitos reconhecidos a serem pagos. As despesas de pessoal registradas na demonstração do resultado são representadas por honorários da diretoria.

9. Patrimônio líquido

a) Capital social - Na Assembleia Geral Ordinária realizada no dia 26 de abril de 2012, foi aprovado aumento de capital de R\$58.000 para R\$70.000. O capital social em 31 de dezembro de 2012 está dividido em 40.000.000 (quarenta milhões) de ações, no valor de R\$1,75 cada uma, sendo 20.000.000 (vinte milhões) ordinárias nominativas e 20.000.000 (vinte milhões) preferenciais nominativas, por meio da utilização de reservas de capital e reservas de lucros.

O aumento de capital foi homologado pelo Banco Central do Brasil em 06 de julho de 2012.

b) Ações em tesouraria - Encontra-se em tesouraria a quantidade de 10.000.000 ações ordinárias nominativas e 80.000 preferenciais nominativas com o objetivo de futura colocação ou cancelamento.

c) Distribuição de resultados - Será distribuído o dividendo prioritário devido aos titulares de ações preferenciais de 6% a.a. sobre o valor nominal destas ações.

Se houver sobras, depois de pago o dividendo prioritário acima referido, serão também distribuídos dividendos não superiores àquele aos titulares das ações ordinárias.

Verificando-se, ainda, a existência de sobras, depois desses pagamentos, será distribuído a todos os acionistas um dividendo complementar, até o "quantum" necessário para perfazer, somando as parcelas anteriores, uma distribuição total de dividendos correspondentes a vinte e cinco por cento (25%) do lucro líquido ajustado na forma da lei, sendo assegurado aos titulares de ações preferenciais, direito de participar, na distribuição de quaisquer outros dividendos ou bonificações em dinheiro, distribuídos pela sociedade, em igualdade de condições com as ações ordinárias, com acréscimo de 10% sobre o valor pago a estas últimas. Os dividendos propostos foram calculados da seguinte forma:

	2012	2011
Lucro líquido do exercício	1.595	4.578
Constituição de reservas		
Reserva legal - 5%	(80)	(230)
Base de cálculo de dividendos	1.515	4.348
Dividendos propostos - 25%	379	1.087

10. Limites operacionais - O Banco Central do Brasil, por meio da Resolução nº 3.490/07 instituiu nova forma de apuração do Patrimônio de Referência Exigido (PRE), com efeito, a partir de 1º de julho de 2008. O índice da Basiléia para 31 de dezembro de 2012 é de 18,67 % para o Conglomerado.

11. Imposto de renda e contribuição social**a) Conciliação do resultado de IRPJ e CSLL:**

	2012	2011
Resultado antes da tributação sobre o lucro	2.677	8.254
Adições (Exclusões) - Permanentes - IRPJ e CSLL	138	62
Adições (Exclusões) - Temporárias - IRPJ e CSLL	801	923
(=) Base do IRPJ	3.616	9.239
Outras Adições (Exclusões) Permanentes - CSLL	5	32
(=) Base da CSLL	3.621	9.271
Imposto de Renda - corrente	(880)	(2.286)
Contribuição Social - corrente	(543)	(1.391)
Incentivos fiscais	33	56
Total IRPJ e CSLL - correntes	(1.390)	(3.621)
IRPJ e CSLL diferidos	318	(50)
IRPJ e CSLL registrados no resultado	(1.072)	(3.671)

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Em dezembro de 2012, a Corretora possuía imposto de renda e contribuição social diferidos, constituídos sobre as diferenças temporárias, demonstradas a seguir:

	Saldo inicial	Constituição (Realização)	2012	2011
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	233	(10)	223	233
Ajuste ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários - Para Negociação	-	69	69	-
Total do ativos fiscal diferido	233	59	292	233

	Saldo inicial (Constituição)	Realização	2012	2011
Ajuste ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários	(283)	283	-	(283)
Total do passivo fiscal diferido	(283)	283	=	(283)

	Saldo inicial (Constituição)	Realização	2012	2011
Ajuste ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários	-	(24)	(24)	-
Total de efeitos tributários no patrimônio líquido	=	(24)	(24)	=

c) Expectativa de realização dos créditos tributários é a seguinte:

Ano	Contribuição Social	Imposto de Renda	Total
2013	110	182	292
Total	110	182	292

12. Receitas de prestação de serviços

	2012	2011
Rendas corretagens em operações em bolsas	5.822	4.156
Rendas de administração de fundos de investimentos	-	2.591
Rendas de comissões	118	-
Rendas de outros serviços	392	221
Total	6.332	6.968

13. Outras despesas administrativas

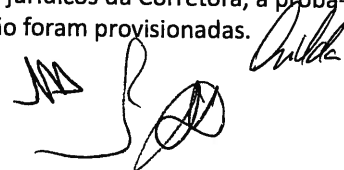
	2012	2011
Comunicações	291	270
Processamentos de dados	608	544
Serviços do sistema financeiro	2.728	1.383
Convênio prestação de serviços (nota 8(a))	3.817	2.973
Serviços técnico especializado	427	389
Publicações	223	206
Propagandas e Publicidades	-	38
Outras	434	408
Total	<u>8.528</u>	<u>6.211</u>

14. Gerenciamento de riscos

A Corretora aderiu à estrutura de gerenciamento de risco operacional e de mercado em atendimento às Resoluções nº 3.380/06 e nº 3.464/07, respectivamente, ambas do Banco Central do Brasil. A Corretora utiliza a estrutura implementada pelo Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., líder do conglomerado financeiro.

15. Provisão para contingências

A Corretora figura como parte em processos judiciais de natureza fiscais e cíveis. Em 31 de dezembro de 2012 há R\$85 referentes a processos de natureza cível, que de acordo com os assessores jurídicos da Corretora, a probabilidade de perda nestes processos é considerada como possível, desta forma não foram provisionadas.



8. Parecer do Conselho Fiscal

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio, e no exercício das atribuições que nos confere o artigo 163, itens II e VII, da Lei nº 6.404, de 15-12-1976, e as disposições correlatas do Estatuto Social, examinamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis, que compreendem: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado do Exercício, das Mutações do Patrimônio Líquido, dos Fluxos de Caixa, do Valor Adicionado, Notas Explicativas e demais demonstrativos, documentos esses relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2012. Com base em nossos exames e no Relatório dos Auditores Independentes, sem modificações, somos da opinião de que as mencionadas demonstrações merecem a aprovação dos acionistas.

Porto Alegre, 08 de Fevereiro de 2013.

Leandro Pires Barcellos
Presidente

Edimar Luz - Edir Pedro Domeneghini
Conselheiros

9. RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores e Acionistas da
Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio
Porto Alegre (RS)

Examinamos as demonstrações financeiras da Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio ("Corretora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Corretora é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras da Corretora para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Corretora. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião


Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Outros assuntos

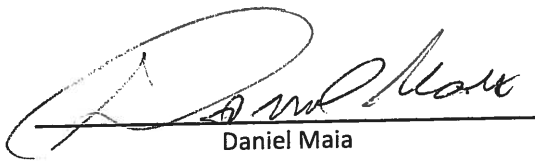
Demonstração do valor adicionado

Examinamos também a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, preparada sob responsabilidade da Administração da Corretora, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, mas não é requerida para as entidades de capital fechado. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

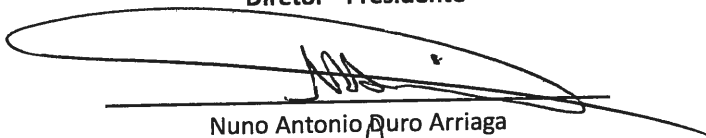
Porto Alegre, 31 de janeiro de 2013.

 **ERNST & YOUNG TERCO**
Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP015199/O-6/F/RS

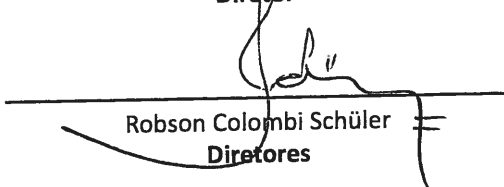
Américo F. Ferreira Neto
Contador CRC 1SP-192685/O-9/C/RS



Daniel Maia
Diretor - Presidente



Nuno Antonio Duro Arriaga
Diretor



Robson Colombi Schuler
Diretores

Conselho de Administração

Neusa Maria de Azevedo - **Presidente**

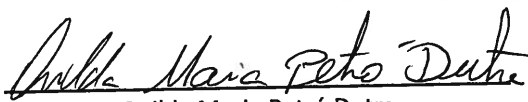
Antônio Avila da Silva - **Conselheiro**

Antônio Guido Classmann - **Conselheiro**

Cleber Cristiano Prodanov - **Conselheiro**

Joceli Freitas Rech - **Conselheiro**

Marco Antônio Borba - **Conselheiro**



Onilda Maria Petró Dutra
Contadora / CRCRS - 063884/O-9

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores e Acionistas da
Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio
Porto Alegre (RS)

Examinamos as demonstrações financeiras da Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio ("Corretora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Corretora é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras da Corretora para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Corretora. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos também a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, preparada sob responsabilidade da Administração da Corretora, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, mas não é requerida para as entidades de capital fechado. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Porto Alegre, 31 de janeiro de 2013.

ERNST & YOUNG TERCO
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6 F-RS

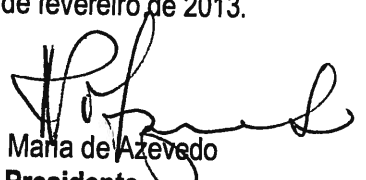


Américo F. Ferreira Neto
Contador CRC-1SP192685/O-9

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Na qualidade de membros do Conselho de Administração da Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio, e no exercício das atribuições que nos confere o artigo 142, inciso V, da Lei nº 6.404, de 15-12-1976, e as disposições correlatas do Estatuto Social, examinamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado do Exercício, das Mutações do Patrimônio Líquido, dos Fluxos de Caixa, do Valor Adicionado, Notas Explicativas e demais demonstrativos, documentos esses relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2012. Com base em nossos exames, no Parecer do Conselho Fiscal e nos Relatórios dos Auditores Independentes, sem modificações, somos da opinião de que as mencionadas demonstrações merecem a aprovação dos Acionistas.

Porto Alegre, 08 de fevereiro de 2013.


Neusa Maria de Azevedo
Presidente

Conselheiros


Antônio Ávila da Silva


Antônio Guido Classmann


Cleber Cristiano Prodanov

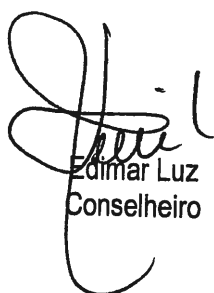

Juceli Freitas Rech


Marco Antônio Borba

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio, e no exercício das atribuições que nos confere o artigo 163, itens II e VII, da Lei nº 6.404, de 15-12-1976, e as disposições correlatas do Estatuto Social, examinamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis, que compreendem: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado do Exercício, das Mutações do Patrimônio Líquido, dos Fluxos de Caixa, do Valor Adicionado, Notas Explicativas e demais demonstrativos, documentos esses relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2012. Com base em nossos exames e no Relatório dos Auditores Independentes, sem modificações, somos da opinião de que as mencionadas demonstrações merecem a aprovação dos acionistas.

Porto Alegre, 08 de fevereiro de 2013.


Leandro Pires Barcellos
Presidente
Edimar Luz
Conselheiro
Edir Pedro Dorneghini
Conselheiro

**CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL****CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL**

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se em situação regular.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME.....	: ONILDA MARIA PETRO DUTRA
REGISTRO.....	: RS-063884/O-9
CATEGORIA.....	: CONTADOR
CPF.....	: 238.343.310-15

A presente CERTIDÃO não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que posteriormente, venham a ser apurados pelo CRCRS contra o referido registro.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: PORTO ALEGRE, 14.03.2013 as 12:12:21.

Válido até: 13.04.2013.

Código de Controle: 136360.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCRS.

**Banrisul S.A. - Administradora
de Consórcios**

1. Relatório da Administração

Senhores Clientes:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, temos a satisfação de submeter a sua apreciação o nosso Balanço Patrimonial encerrado em 31.12.2012, bem como as Notas Explicativas sobre as Demonstrações Financeiras e o Parecer dos Auditores Independentes.

O Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., controlador da Banrisul S.A. Administradora de Consórcios, divulgou o seu balanço no Diário Oficial do Estado, na Zero Hora e no Valor Econômico, em 18.02.2013.

Agradecemos aos nossos consorciados, fornecedores e especialmente aos nossos colaboradores, que nos retribuíram a confiança e credibilidade, e permanecemos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

A ADMINISTRAÇÃO

2. Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro 2012 e 2011

	(Valores em Milhares de Reais)	
	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Ativo		
Circulante	<u>153.798</u>	<u>145.076</u>
Disponibilidades	<u>222</u>	<u>61</u>
Aplicações interfinanceiras de liquidez (nota 5)		
Certificados de Depósitos Bancários.....	<u>143.432</u>	<u>134.231</u>
Títulos e valores mobiliários (nota 6)	<u>7.518</u>	<u>8.672</u>
Cotas de Fundos de Investimento	<u>6.811</u>	<u>8.049</u>
Recursos não procurados	<u>707</u>	<u>623</u>
Outros créditos - diversos (nota 7)	<u>2.626</u>	<u>2.112</u>
Não Circulante	<u>7.702</u>	<u>5.565</u>
Realizável a longo prazo	<u>7.420</u>	<u>5.259</u>
Outros créditos - diversos (nota 7).....	<u>7.420</u>	<u>5.259</u>
Permanente	<u>282</u>	<u>306</u>
Imobilizado de uso		
Outras imobilizações de usos.....	<u>126</u>	<u>128</u>
Depreciações acumuladas.....	<u>(60)</u>	<u>(38)</u>
Intangível		
Ativos intangíveis	<u>216</u>	<u>216</u>
Total do ativo	<u>161.500</u>	<u>150.641</u>
Passivo e patrimônio líquido		
Circulante	<u>8.904</u>	<u>8.631</u>
Outras obrigações	<u>8.904</u>	<u>8.631</u>
Sociais e estatutárias (nota 8)	<u>3.399</u>	<u>3.441</u>
Fiscais e previdenciárias (nota 9)	<u>3.671</u>	<u>3.664</u>
Diversas	<u>1.834</u>	<u>1.526</u>
Patrimônio líquido	<u>152.596</u>	<u>142.010</u>
Capital social (nota 11)	<u>134.000</u>	<u>116.000</u>
Reservas de lucros.....	<u>18.501</u>	<u>26.010</u>
Ajuste de avaliação patrimonial	<u>95</u>	<u>-</u>
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>161.500</u>	<u>150.641</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

3. Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de Dezembro de 2012 e 2011

Em Milhares de Reais

	Capital social	Reserva de Lucros			Reserva Especial	Patrimonial	Lucros acumulados	Total
		Reserva legal	Reserva Estatutária	Reserva Especial				
Saldos em 31 de dezembro de 2010.....	<u>116.000</u>	<u>3.343</u>	<u>3.343</u>	<u>8.300</u>	-	-	-	<u>130.986</u>
Lucro líquido do exercício.....	-	-	-	-	-	-	14.457	14.457
Destinação do lucro.....	-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de reservas (nota 12)	-	723	723	9.578	-	-	(11.024)	-
Dividendos propostos (R\$ 0,04 por ação em circulação)	=	=	-	-	-	-	(3.433)	(3.343)
Saldos em 31 de dezembro de 2011.....	<u>116.000</u>	<u>4.066</u>	<u>4.066</u>	<u>17.878</u>	-	-	-	<u>142.010</u>
Aumento de capital	18.000	-	(122)	(17.878)	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício.....	-	-	-	-	95	-	-	95
Destinação do lucro.....	-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de reservas (nota 12)	-	688	688	9.115	-	-	(10.491)	-
Dividendos propostos (R\$ 0,04 por ação em circulação)	=	=	=	=	=	=	(3.267)	(3.267)
Saldos em 31 de dezembro de 2012.....	<u>134.000</u>	<u>4.754</u>	<u>4.632</u>	<u>9.115</u>	<u>95</u>	=	=	<u>152.596</u>
Saldos em 30 de junho de 2012	<u>134.000</u>	<u>4.403</u>	<u>4.281</u>	<u>4.470</u>	-	-	-	<u>147.154</u>
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	-	7.012	7.012
Ajustes de avaliação patrimonial.....	-	-	-	-	95	-	-	95
Destinação do lucro.....	-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de reservas (nota 12)	-	351	351	4.465	-	-	(5.347)	-
Dividendos propostos (R\$ 0,02 por ação em circulação)	=	=	=	=	=	=	(1.665)	(1.665)
Saldos em 31 de dezembro de 2012.....	<u>134.000</u>	<u>4.754</u>	<u>4.632</u>	<u>9.115</u>	<u>95</u>	=	=	<u>152.596</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

4. Demonstrações Consolidadas dos Recursos de Consórcio em 31 de Dezembro de 2012 e 2011

(Valores em milhares de Reais)

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Ativo		
Circulante	<u>271.687</u>	<u>199.672</u>
Disponibilidades	<u>287</u>	<u>363</u>
Aplicações interfinanceiras de liquidez	<u>135.703</u>	<u>94.011</u>
Disponibilidade do grupo.....	<u>14.880</u>	<u>8.771</u>
Vinculadas a contemplações.....	<u>120.448</u>	<u>84.737</u>
Recursos grupos em formação.....	<u>375</u>	<u>503</u>
Outros créditos	<u>135.697</u>	<u>105.298</u>
Bens apreendidos ou retomados	<u>200</u>	<u>-</u>
Direitos junto a consorciados contemplados (Nota 14).....	<u>135.497</u>	<u>105.298</u>
Compensação	<u>1.316.440</u>	<u>990.018</u>
Consórcio		
Previsão mensal de recursos a receber de consorciados	<u>11.874</u>	<u>9.172</u>
Contribuições devidas ao grupo	<u>673.392</u>	<u>506.075</u>
Valores e bens ou serviços a contemplar	<u>631.174</u>	<u>474.771</u>
Total do ativo	<u>1.588.127</u>	<u>1.189.690</u>
Passivo		
Circulante	<u>271.687</u>	<u>199.672</u>
Outras obrigações	<u>271.687</u>	<u>199.672</u>
Obrigações com consorciados	<u>110.945</u>	<u>86.499</u>
Grupos em formação	<u>375</u>	<u>504</u>
Valores a repassar	<u>668</u>	<u>379</u>
Contemplações a entregar	<u>120.448</u>	<u>84.737</u>
Recursos a devolver a consorciados.....	<u>24.242</u>	<u>16.848</u>
Recursos dos grupos	<u>15.009</u>	<u>10.705</u>
Compensação	<u>1.316.440</u>	<u>990.018</u>
Consórcio		
Recursos mensais a receber de consorciados	<u>11.874</u>	<u>9.172</u>
Obrigações do grupo por contribuições.....	<u>673.392</u>	<u>506.075</u>
Bens ou serviços a contemplar.....	<u>631.174</u>	<u>474.771</u>
Total do passivo	<u>1.588.127</u>	<u>1.189.690</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

5. Demonstração do Resultado - Findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto lucro líquido por ação, apresentado em Reais)

	2º Semestre 31/12/2012	Exercício 31/12/2012	Exercício 31/12/2011
Receitas da intermediação financeira			
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	5.190	11.735	15.137
Resultado bruto da intermediação financeira	5.190	11.735	15.137
Outras receitas (despesas) operacionais.....	5.465	9.209	6.616
Receitas de prestação de serviços	11.658	21.796	15.708
Outras despesas administrativas	(4.437)	(9.149)	(6.829)
Despesas tributárias	(1.747)	(3.263)	(2.398)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(9)	(175)	135
Resultado operacional.....	10.655	20.944	21.753
Imposto de renda e contribuição social (nota 13)	(3.494)	(7.036)	(7.289)
Participações nos resultados	(149)	(150)	(7)
Lucro líquido do semestre/exercício	7.012	13.758	14.457
Lucro líquido por ação do capital social			
em circulação no fim dos semestres - R\$	0,08	0,15	0,16

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

6. Demonstrações do Fluxo de Caixa - Findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011

	(Valores em milhares de Reais)		
	2º Semestre 31/12/2012	Exercício 31/12/2012	Exercício 31/12/2011
Fluxo de caixa proveniente das atividades operacionais			
Lucro líquido dos semestre/exercícios	7.012	13.758	14.457
Ajustes ao lucro líquido.....			
Provisão para contingências.....	13	33	45
Créditos tributários	(4)	(11)	(15)
Baixa de imobilização.....	-	29	-
Depreciação	12	22	18
Variações de ativos e obrigações			
Ajuste de avaliação patrimonial.....	95	95	-
Aumento em aplicações interfinanceiras.....	(3.038)	(9.201)	(11.780)
Aumento (redução) em títulos e valores mobiliários	(1.396)	1.154	(58)
Aumento em outros créditos	(1.046)	(2.664)	(418)
Aumento (redução) em outras obrigações.....	(1.543)	406	508
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais.....	105	3.621	2.757
Atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado.....	(17)	(27)	(65)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento.....	(17)	(27)	(65)
Atividades de financiamento			
Pagamento de dividendos.....	-	(3.433)	(2.721)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	-	(3.433)	(2.721)
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa.....	88	161	(29)
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercícios.....	134	61	90
Disponibilidades.....	134	61	90
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre/exercícios	222	222	61
Disponibilidades.....	222	222	61
Aumento (Redução) de caixa e e auivalentes de caixa	88	161	(29)
Itens que não afetam o caixa			
Dividendos propostos	1.665	3.267	3.433

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

7. Demonstrações de Valor Adicionado em 31 de Dezembro de 2012 e 2011

(Valores expressos em milhares de Reais)

	2º Semestre <u>31/12/2012</u>	Exercício <u>31/12/2012</u>	Exercício <u>31/12/2011</u>
Receitas	<u>16.839</u>	<u>33.356</u>	<u>30.980</u>
Prestação de serviços	11.658	21.796	15.708
Intermediação financeira.....	5.190	11.735	15.137
Outras receitas/despesas operacionais	(9)	(175)	135
Insumos adquiridos de terceiros	<u>(4.306)</u>	<u>(8.798)</u>	<u>(6.403)</u>
Materiais, energia e outros.....	(2.254)	(4.466)	(2.411)
Serviços de terceiros	(2.052)	(4.332)	(3.992)
Valor adicionado líquido a distribuir	<u>12.533</u>	<u>24.558</u>	<u>24.577</u>
Distribuição do valor adicionado			
Pessoal	<u>280</u>	<u>501</u>	<u>433</u>
Remuneração direta	264	473	409
Fundo de garantia por tempo de serviço	16	28	24
Impostos, taxas e contribuições	<u>5.241</u>	<u>10.299</u>	<u>9.687</u>
Federais	4.633	9.160	8.848
Municipais	608	1.139	839
Remuneração de capitais próprios	<u>7.012</u>	<u>13.758</u>	<u>14.457</u>
Dividendos.....	1.665	3.267	3.434
Lucros retidos	5.347	10.491	11.023

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

8. Demonstrações das variações nas disponibilidades de Grupos de Consórcios - em 31 de Dezembro de 2012 e 2011

(Valores expressos em milhares de Reais)

	2º Semestre	Exercício	Exercício
	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Disponibilidades no início dos semestres	116.295	94.374	65.202
(+) Recursos coletados.....	<u>105.462</u>	<u>198.279</u>	<u>146.665</u>
Contribuições para aquisições de bens	84.050	157.490	114.656
Taxa de administração	11.497	21.378	15.348
Contribuição ao fundo de reserva	2.503	4.669	3.286
Renda de aplicação financeira	3.767	7.766	7.021
Prêmios de seguros	1.682	3.248	2.797
Outros	1.963	3.728	3.557
(-) Recursos utilizados.....	<u>85.767</u>	<u>156.663</u>	<u>117.493</u>
Aquisição de bens.....	68.917	125.478	93.718
Taxa de administração	11.727	21.776	15.707
Prêmio de seguros.....	1.677	3.260	2.813
Outros	3.446	6.149	5.255
Disponibilidades no final dos período	<u>135.990</u>	<u>135.990</u>	<u>94.374</u>
Depósitos bancários	287	287	363
Aplicações financeiras	135.703	135.703	94.011

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

9. Notas Explicativas

1.Contexto operacional

A Banrisul S.A. Administradora de Consórcios (Administradora) tem por objeto a constituição e administração de grupos de consórcios destinados à aquisição de bens móveis e imóveis, conforme definido na legislação em vigor, sendo o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. seu principal parceiro na comercialização de seus produtos.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações Lei 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09 e normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil - BACEN específicas para empresas administradoras de consórcio e estão sendo apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF.

As cartas circulares nº 3.147, 3.192 e 3.195 do Banco Central do Brasil, alteram e consolidam as diretrizes contábeis a serem utilizadas pelos grupos de consórcio, que incluem a preparação das demonstrações consolidadas dos recursos de consórcios e das variações nas disponibilidades de grupos de consórcio.

A diretoria da Banrisul Consórcios autorizou a conclusão das presentes demonstrações financeiras em 30/01/2013.

3.Principais práticas contábeis da administradora e grupos de consórcios

a) Da administradora

(i) Apuração do resultado - A taxa de administração dos grupos de consórcio é reconhecida como receita por ocasião do recebimento das parcelas conforme art. 8º, § 2º da Circular nº. 2.381/1993 do Banco Central do Brasil. As despesas de comissões de vendas das cotas de consórcio são apropriadas ao resultado por ocasião dos recebimentos das parcelas dos consorciados pela qual as comissões estão vinculadas e classificadas na rubrica outras despesas administrativas. As demais receitas e despesas são contabilizadas de acordo com o regime de competência mensal.

(ii) Caixa e equivalentes de caixa - Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e aplicações financeiras cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

(iii) Títulos e valores mobiliários - De acordo com a Circular nº 3.068, os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação, a critério da administração em três categorias a saber: títulos para negociação - avaliados a valor de mercado em contrapartida do resultado do período; títulos disponíveis para venda - atualizados com base nas condições intrínsecas em contrapartida ao resultado do período e ajustados ao valor de mercado em contrapartida do patrimônio líquido; e títulos mantidos até o vencimento - atualizados com base nas condições intrínsecas, em contrapartida do resultado do período.

(iv) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes) - Demonstrado pelos valores de realização, incluindo os rendimentos auferidos, bem como, quando aplicável, deduzidos das correspondentes provisões para perdas e rendas a apropriar.

(v) Imobilizado de uso - É demonstrado ao custo de aquisição, deduzido de depreciação acumulada. As depreciações são calculadas linearmente, utilizando-se as taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens.

(vi) Redução ao valor recuperável - O imobilizado e outros ativos não circulantes são revistos anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo

(vii) Demais passivos circulantes - Demonstrado pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos, até a data do balanço

(viii) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias - O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os

critérios definidos na resolução nº 3.823 do Banco Central do Brasil e Pronunciamento técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC) obedecendo aos seguintes critérios:

Contingências ativas – não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.

Contingências passivas – são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável ou risco da perda de uma ação, com provável saída de recursos para a liquidação das obrigações em montantes mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão ou divulgação.

Obrigações legais – fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais nas quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de tributos e contribuições. O montante discutido é quantificado, registrado e atualizado mensalmente.

(ix) Imposto de renda e contribuição social - A provisão para imposto de renda foi calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 no exercício, e a contribuição social à alíquota de 9% sobre o lucro antes do imposto de renda, ajustado na forma da legislação. O imposto de renda e a contribuição social sobre as diferenças temporárias estão apresentados no grupo não circulante na rubrica “Outros créditos diversos” e refletidos no resultado do período. A realização desses créditos tributários ocorrerá quando da realização das provisões constituídas. Estes créditos tributários são reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

(x) Estimativas contábeis - As estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a estas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado, imposto de renda diferido ativo, provisão para perda a valor de mercado de imóveis destinados a venda, provisão para perda de créditos de liquidação duvidosa e provisão para perda em aplicações em cotas de consórcios. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a subjetividades inerentes ao processo de sua determinação. A Administradora revisa as estimativas e premissas semestralmente.

b) Dos grupos de consórcio

Ativos e passivos circulantes, que incluem valores a vencer acima de 360 dias, estão representados principalmente pelas seguintes contas:

(i) Disponibilidades e aplicações interfinanceiras - Representam os recursos disponíveis e ainda não utilizados pelos grupos, aplicados segundo determinações e classificados de acordo com as Circulares nºs 2.454, 3.261 e 2.432 do Banco Central do Brasil. Os rendimentos dessas aplicações são incorporados ao fundo comum de cada grupo diariamente, não incidindo sobre estes taxa de administração.

As aplicações interfinanceiras são efetuadas em fundos de investimentos e foram avaliadas, respectivamente, com base no valor das quotas divulgados pelo administrador do fundo na data do balanço.

(ii) Direitos junto a consorciados contemplados - Referem-se ao registro dos valores a receber a título de fundo comum e de fundo de reserva dos consorciados já contemplados, atualizados de acordo com o preço dos respectivos bens nas datas dos balanços.

(iii) Provisão mensal de recursos a receber de consorciados e receitas mensais a receber de consorciados - Demonstram a previsão de recebimentos de contribuições (fundo comum e fundo de reserva) de consorciados para o mês seguinte ao do encerramento das demonstrações financeiras, inclusive de consorciados em atraso, deduzidos de taxa de administração e de prêmio de seguro. O montante foi calculado com base no valor do bem vigente nas datas dos balanços, conforme determinação do Banco Central do Brasil.

(iv) Contribuições devidas ao grupo e obrigações do grupo por contribuições - Referem-se às contribuições (fundo comum e fundo de reserva) devidas pelos consorciados ativos até o final dos grupos, calculados com base no valor do bem vigente nas datas dos balanços.

(v) Valores e bens ou serviços a contemplar e bens ou serviços a contemplar - Correspondem ao valor dos bens a serem contemplados em assembleias futuras, calculado com base no preço dos bens nas datas dos balanços.

(vi) Obrigações com consorciados - Referem-se aos valores recebidos dos consorciados não contemplados a título de fundo comum, para a aquisição de bens ou serviços, os quais são atualizados com base no preço dos bens nas datas dos balanços.

(vii) Valores a repassar - Registra os valores recebidos dos consorciados e ainda não repassados pelos grupos relativos à taxa de administração, prêmios de seguro, multas e juros moratórios, custas judiciais, despesas de registro de contratos de garantia, multa rescisória e outros.

(viii) Obrigações por contemplações a entregar - Registra os créditos a repassar aos consorciados, pelas contemplações nas assembleias, acrescido da respectiva remuneração.

(ix) Recursos a devolver a consorciados - Registra o valor dos recursos a serem devolvidos aos consorciados ativos pelos excessos de amortizações e aos consorciados desistentes ou excluídos, pelo valor das contribuições, deduzidos de multas, quando aplicável.

(x) Recursos dos grupos - Registra os recursos dos grupos a serem rateados aos consorciados ativos quando do encerramento dos grupos.

4. Resumo das operações de consórcios

As operações de grupos de consórcio em andamento, conforme Circular nº 2.381, art. 13 parágrafo 2º do Banco Central, apresentam as seguintes posições em:

	Quantidade	
	31/12/2012	31/12/2011
Grupos administrados.....	163	135
Consortados ativos	33.430	26.881
Bens entregues - no período.....	4.697	3.938
Bens entregues - total.....	14.254	12.644
Bens pendentes de entrega	4.174	3.334
Desistentes/excluídos – no período.....	3.005	1.429
Desistentes/excluídos - total.....	13.820	10.815
Assembleias a realizar.....	6.274	5.547

A taxa de inadimplência é de 4,03 % (31/12/2011 – 4,28%), em virtude da existência de parcelas em atraso.

5. Aplicações interfinanceiras de liquidez (Administradora)

Refere-se à aplicação, conversíveis em um montante conhecido de caixa e sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, em Certificados de Depósitos Bancários (CDB) com rendimento diário de 100% do CDI efetuada junto ao Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. e com vencimento em 360 dias.

6. Títulos e valores mobiliários (Administradora) - Referem-se:

a) Aplicação no Fundo de Investimento Flex Crédito Privado de Longo Prazo e Banrisul Master Fundo de Investimento Referenciado DI de Longo Prazo, classificado na categoria “para negociação”, administrados pelo Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. que tem por objetivo proporcionar rentabilidade atrelada à variação do CDI.

b) Aplicação no Fundo de Investimento Imobiliário (FII), administrado pela Oliveira Trust. Esta aplicação encontra-se classificada como disponível para venda sem vencimento e seu valor na data-base está ajustado pelo seu valor patrimonial, que corresponde ao seu valor de mercado.

Em 31 de dezembro de 2012, os resultados não realizados dos títulos classificados na categoria de títulos disponíveis para venda apresentaram um ganho de R\$144, os quais estão registrados líquidos dos efeitos tributários no patrimônio líquido na rubrica “ajustes de avaliação patrimonial”, no valor de R\$95.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a Companhia não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos.

7. Outros créditos – diversos (Administradora)

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Circulante		
Cota de Consórcio adquiridas.....	2.333	1.891
Outros.....	293	<u>221</u>
	2.626	<u>2.112</u>
Realizável a longo prazo		
Depósitos vinculados a processos judiciais	6.896	4.752
Créditos tributários de imposto de renda e contribuição social	518	507
Bens retomados	6	
	7.420	<u>5.259</u>

Créditos tributários de imposto de renda e contribuição social referem-se a imposto de renda e contribuição social diferidas sobre diferenças temporárias, oriundas da provisão para riscos fiscais.

A expectativa de realização desses créditos é em 2019 e o valor presente, calculado com base nessa expectativa e pelo custo de captação, é de R\$312 (2011 – R\$273).

Os depósitos vinculados aos processos judiciais são compostos por R\$551 (2011- R\$1.819) relacionados a processo de natureza cível e R\$1.423 (R\$2011 – R\$1.424) relacionados a processos judiciais de ISSQN, conforme divulgado na Nota 8 e R\$4.922 (2011 - R\$ 1.509) relacionados a depósitos judiciais movidos por diversos municípios requerendo o recolhimento de ISS sobre operações de arrendamento mercantil realizadas pela antiga Banrisul S.A. Arrendamento Mercantil, posteriormente transformada em Banrisul S.A. Administradora de Consórcios.

8. Sociais e Estatutárias (Administradora)

Os saldos de obrigações sociais e estatutárias estão assim representados:

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Dividendos a pagar	3.267	3.433
Outras	132	8
Total	3.399	<u>3.441</u>

9. Obrigações fiscais e previdenciárias (Administradora)

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Impostos e contribuições sobre o lucro.....	1.768	1.919
Provisão para riscos fiscais	1.523	1.492
Outras	380	<u>253</u>
Total	3.671	<u>3.664</u>

A provisão para riscos fiscais refere-se a um processo fiscal pelo não recolhimento de ISSQN no período de setembro de 1994 a dezembro de 1995, que a Administração discute judicialmente. O montante provisionado para este passivo contingente é considerado suficiente pela administração para fazer face a eventuais perdas decorrentes do encerramento desses processos, baseado na opinião de seus advogados.

10. Provisão para contingências

A Banrisul Consórcios possui contingências tributárias e cíveis decorrentes de processos judiciais e autos de infração e processos movidos por consorciados, cuja perda foi avaliada pelos assessores jurídicos como possível, no valor de R\$10.032 (2011 - R\$11.516) e R\$476 (2011 - R\$317), respectivamente, para as quais, de acordo com as práticas contábeis, não foi constituída provisão. Estes processos referem-se, principalmente, a questionamentos sobre o ISS sobre receitas de serviços. Não existem contingências sobre os grupos de consórcios.

11. Patrimônio líquido (Administradora)

O capital social é composto por 89.500.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, datada de 26 de abril de 2012, foi deliberado a integralização de capital social no valor de R\$ 18.000, com a utilização de recursos dos saldos de Reserva Especial de Lucros no valor de R\$ 17.878 e do saldo de Reserva Estatutária no valor de R\$ 122. O aumento de capital foi homologado junto ao Banco Central em 29 de maio de 2012.

12. Destinação de resultados (Administradora)

Conforme disposições estatutárias, do lucro líquido, serão destinados 5% para reserva legal e até 5% para constituição de um fundo de reserva destinado para futuro aumento de capital, após dedução dos dividendos mínimos obrigatórios.

Aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo anual de 25% do lucro líquido ajustado nos termos da Legislação Societária e do Estatuto Social.

Os lucros remanescentes, conforme disposições estatutárias, são retidos e terão o destino que for deliberado pela Assembleia Geral que aprovar as demonstrações financeiras.

Os dividendos provisionados em 31 de dezembro podem ser demonstrados como segue:

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Lucro líquido do exercício	13.758	14.457
Reserva legal (5%)	(688)	(723)
Base de cálculo dos dividendos	13.070	13.734
Dividendos propostos (25%)	3.267	3.433
Dividendos por ações em circulação - R\$	0,04	0,04

13. Imposto de renda pessoa jurídica – IRPJ e contribuição social sobre o lucro líquido-CSLL (Administradora)

Conciliação do resultado de Imposto de Renda e Contribuição Social:

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Resultado do exercício antes da tributação sobre o lucro	20.944	21.753
Adições (Exclusões) Permanentes – IRPJ	474	118
Adições (Exclusões) Permanentes – CSLL	447	124
(=) Base do IRPJ	21.418	21.871
(=) Base da CSLL	21.391	21.877
Imposto de Renda	(5.122)	(5.335)
Contribuição Social	(1.925)	(1.969)
Total IRPJ e CSLL	7.047	7.304
IRPJ e CSLL Diferidos	11	15
IRPJ e CSLL registrados no resultado	(7.036)	(7.289)

14. Transações com partes relacionadas (Administradora)

a) As transações com partes relacionadas compreendem, basicamente, depósitos e aplicações financeiras no Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., podendo ser assim demonstradas:

	<u>31/12/2012</u>		<u>31/12/2011</u>	
	<u>Ativos</u>	<u>Receitas</u>	<u>Ativos</u>	<u>Receitas</u>
	<u>(passivos)</u>	<u>(despesas)</u>	<u>(passivos)</u>	<u>(despesas)</u>
Disponibilidades	222	-	61	-
Aplicações interfinanceiras de liquidez (a)	143.432	11.223	134.231	15.137
Outros créditos	551	-	1.819	-
Outras obrigações – Sociais e estatutárias	(3.257)	-	(3.423)	-
Despesas com serviços do sistema financeiro ..	-	(3.664)	-	(3.313)

(a) Aplicações efetuadas com taxas equivalentes ao CDI.

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente na Assembleia Geral Ordinária é fixado o montante global anual da remuneração dos Administradores, do Conselho de Administração e Conselho Fiscal conforme determina o Estatuto Social.

Em 2012, foram pagos R\$ 473 a título de remuneração dos administradores.

c) Os Administradores possuem, ao todo, 2 cotas de consórcios de nossa administração, com taxas de administração que variam de 6 a 15,7%.

15. Direitos junto a consorciados contemplados (Grupos de Consórcios)

Direitos junto a consorciados estão assim representados:

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Curso normal.....	134.539	104.409
Em atraso.....	507	327
Em cobrança judicial.....	451	<u>562</u>
Total.....	<u>135.497</u>	<u>105.298</u>

16. Instrumentos financeiros (Administradora)

O principal risco que a Administradora possui relacionado aos seus instrumentos financeiros é o risco de crédito, devido à possibilidade de ocorrência de perdas para a Administradora, associadas ao não cumprimento pela contraparte em operações financeiras, de suas obrigações nos termos pactuados, incluindo as operações dos grupos de consórcios, sob a sua administração.

A Administradora, através do seu controlador, efetua o gerenciamento do risco por meio de modelos estatísticos, monitorando o comportamento de sua carteira, a concentração em clientes e o nível de inadimplência.

10. Parecer do Conselho Fiscal

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Banrisul S/A Administradora de Consórcios, e no exercício das atribuições que nos confere o artigo 163, itens II e VII, da Lei nº 6.404, de 15-12-1976, e as disposições correlatas do Estatuto Social, examinamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado do Semestre, das Mutações do Patrimônio Líquido, dos Fluxos de Caixa, do Valor Adicionado, Notas Explicativas e demais Demonstrativos, e o Relatório dos Auditores independentes, documentos esses relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro 2011. Com base em nossos exames e no Parecer dos Auditores Independentes, sem modificações, somos da opinião de que as mencionadas demonstrações merecem a aprovação dos Acionistas.

Porto Alegre, 29 de fevereiro de 2012.

Christopher Belchior Goulart
Presidente

Ana Cristina de Azeredo Pegorini
Marceane Gehlen
Conselheiros

11. Relatório dos Auditores Independentes

Aos
Administradores e quotistas da
Banrisul S.A. Administradora de Consórcios
Porto Alegre (RS)

Examinamos as demonstrações financeiras da Banrisul S.A. Administradora de Consórcios. (“Administradora”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, bem como a demonstração consolidada dos recursos de consórcio levantada em 31 de dezembro de 2012 e a respectiva demonstração consolidada das variações nas disponibilidades de grupos de consórcio para o semestre e exercício findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Administradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras da Administradora para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Administradora. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Banrisul S.A. Administradora de Consórcios, em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercícios findos naquela data, bem como a demonstração consolidada dos recursos de consórcio levantada em 31 de dezembro de 2012 e a respectiva demonstração consolidada das variações nas disponibilidades de grupos de consórcio para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Outros Assuntos**Demonstração do valor adicionado**

Examinamos também a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, preparada sob responsabilidade da Administração da Administradora, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, mas não é requerida para as entidades de capital fechado. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Porto Alegre, 08 de fevereiro de 2013.

 **ERNST & YOUNG TERCO**

Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP015199/O-6/F/RS

Américo F. Ferreira Neto
Contador CRC 1SP-192.685/O-9 "C" RS

Alvaro Rogério Alencar Silva

Diretor - Presidente

Luiz Edson da Motta

Rafael Luiz Fontana

Diretores

Conselho de Administração

João Emílio Gazzana - **Presidente**

Urbano Schmitt - **Vice - Presidente**

Alessandro Pires Barcellos - **Conselheiro**

João Lúcio da Costa - **Conselheiro**

Werner Köhler

Contador - CRCRS - 38.534



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores e Quotistas da
Banrisul S.A. Administradora de Consórcios
Porto Alegre (RS)

Examinamos as demonstrações financeiras da Banrisul S.A. Administradora de Consórcios ("Administradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como a demonstração consolidada dos recursos de consórcio levantada em 31 de dezembro de 2012 e a respectiva demonstração consolidada, das variações nas disponibilidades de grupos de consórcios para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Administradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras da Administradora para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Administradora. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Bannisul S.A. Administradora de Consórcios, em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como a demonstração consolidada dos recursos de consórcio levantada em 31 de dezembro de 2012 e a respectiva demonstração consolidada das variações nas disponibilidades de grupos de consórcio para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

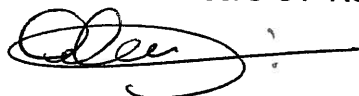
Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos também a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, preparada sob responsabilidade da Administração da Administradora, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, mas não é requerida para as entidades de capital fechado. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Porto Alegre, 08 de fevereiro de 2013.

ERNST & YOUNG TERCO
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6 F-RS




Américo F. Ferreira Neto
Contador CRC-1SP192685/O-9/C/RS

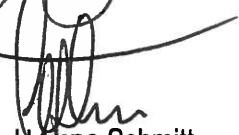
PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Na qualidade de membros do Conselho de Administração da Banrisul S.A. Administradora de Consórcios e em conformidade com as atribuições que nos confere o artigo 142, V, da Lei nº 6.404, de 15-12-1976, e as disposições correlatas do Estatuto Social, examinamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstrações de Resultado do Exercício, Mutações do Patrimônio Líquido, Fluxos de Caixa, Valor Agregado, demais demonstrativos e Notas Explicativas, documentos esses relativos ao balanço patrimonial do exercício social findo em 31 de dezembro de 2012. Com base nesses exames, em nossos procedimentos periodicamente adotados, no Parecer do Conselho Fiscal e no Relatório dos Auditores Independentes, sem modificações, somos de opinião que as mencionadas peças merecem a aprovação dos acionistas.

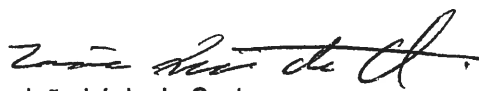
Porto Alegre, 08 de fevereiro de 2013.



João Emilio Gazzana
Presidente



Urbano Schmitt
Vice-Presidente



João Lúcio da Costa
Conselheiro

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Banrisul S.A. Administradora de Consórcios, e no exercício das atribuições que nos confere o artigo 163, itens II e VII, da Lei nº 6.404, de 15-12-1976, e as disposições correlatas do Estatuto Social, examinamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado do Exercício, Mutações do Patrimônio Líquido, Fluxos de Caixa, Valor Adicionado, Notas Explicativas e demais demonstrativos, documentos esses relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2012. Com base em nossos exames e no Relatório dos Auditores Independentes, sem modificações, somos da opinião de que as mencionadas demonstrações merecem a aprovação dos acionistas.

Porto Alegre, 08 de fevereiro de 2013.



Christopher Belchior Goulart

Presidente

Conselheiras



Ana Cristina de Azeredo Pegorini



Marceane Gehlen



CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL

CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se em situação regular.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME.....	: WERNER KOHLER
REGISTRO.....	: RS-038534/O-2
CATEGORIA.....	: CONTADOR
CPF.....	: 421.602.270-72

A presente CERTIDÃO não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que posteriormente, venham a ser apurados pelo CRCRS contra o referido registro.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: PORTO ALEGRE, 14.03.2013 as 11:59:05.

Válido até: 13.04.2013.

Código de Controle: 136359.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCRS.

Banrisul - Armazéns Gerais
BAGERGS

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Barinsul Armazéns Gerais S.A.
Canoas - RS

Examinamos as demonstrações financeiras da Bannisul Armazéns Gerais S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia.

Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Banrisul Armazéns Gerais S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitido pelo *International Accounting Standards Board – IASB*.

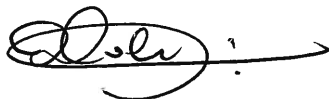
Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Porto Alegre, 08 de fevereiro de 2013.

ERNST & YOUNG TERCO
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6 F-RS

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Américo F. Ferreira Neto'.

Américo F. Ferreira Neto
Contador CRC-1SP192685/O-9

Banrisul Armazéns Gerais S.A.

Balancos patrimoniais
31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	31/12/12	31/12/11	Nota explicativa	31/12/12	31/12/11
Ativo						
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	4	17.891	18.884			
Contas a receber de clientes	5	3.253	2.201	7	1.061	426
Outros ativos		619	541		577	372
Total do ativo circulante		21.763	21.626		405	270
				9	1.335	978
					252	228
					12	5
					3.642	2.279
Não circulante						
IRPJ e CSLL diferidos	10 b	227	212	8	668	622
Depósitos judiciais		477	352	10 b	252	176
Outros ativos		185	185		920	798
Partes relacionadas	9	129	131			
Investimentos						
Imobilizado	6	70	81	11	26.550	24.700
Intangível		11.267	7.452		231	231
		-	1		2.775	2.032
Total do ativo não circulante		12.355	8.414		29.556	26.963
Total do ativo		34.118	30.040		34.118	30.040
Passivo						
Circulante						
Contas a pagar a fornecedores e outras						
Impostos correntes a pagar						
Obrigações trabalhistas						
Partes relacionadas						
Retenções diversas						
Outros passivos						
Total do passivo circulante						
Não circulante						
Provisão para contingências						
Tributos diferidos						
Total do passivo não circulante						
Patrimônio líquido						
Capital e reservas						
Capital social						
Reservas de capital						
Reservas de lucros						
Total do patrimônio líquido						
Total do passivo e do patrimônio líquido						

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banrisul Armazéns Gerais S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de Reais, exceto lucro líquido por ação, apresentado em Reais)

	Nota explicativa	2012	2011
Receita operacional líquida	12	14.319	8.423
Custo dos serviços prestados	14	(6.392)	(4.399)
Lucro bruto		7.927	4.024
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas	14	(4.814)	(2.512)
Despesas comerciais	14	(415)	(198)
Despesas tributárias		(259)	(154)
Outras receitas operacionais	13	1.052	492
Lucro operacional antes do resultado financeiro		3.491	1.652
Resultado financeiro			
Receitas financeiras		1.681	2.122
Despesas financeiras		(49)	(33)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		5.123	3.741
Imposto de renda e contribuição social			
Imposto de renda e contribuição social – correntes	10 a	(1.663)	(1.228)
Imposto de renda e contribuição social – diferidos	10 a	(60)	(5)
Lucro líquido do exercício		3.400	2.508
Lucro líquido por ação básico e diluído (em R\$)		4,8571	3,5829

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banrisul Armazéns Gerais S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Reserva de capital		Reservas de lucros			Total
		Capital social	Reserva de incentivos fiscais	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Lucros acumulados	
Saldos em 31 de dezembro de 2010							
Aumento de capital	11	23.750	231	168	902	-	25.051
Lucro líquido do exercício		950	-	(48)	(902)	-	-
Destinação do lucro líquido:		-	-	-	-	2.508	2.508
Reserva legal	11	-	-	125	-	(125)	-
Reserva de retenção de lucros	11	-	-	-	1.787	(1.787)	-
Dividendos	11	-	-	-	-	(596)	(596)
Saldos em 31 de dezembro de 2011							
Aumento de capital	11	24.700	231	245	1.787	-	26.963
Lucro líquido do exercício		1.850	-	(63)	(1.787)	-	-
Destinação do lucro líquido:		-	-	-	-	3.400	3.400
Reserva legal	11	-	-	170	-	(170)	-
Reserva de retenção de lucros	11	-	-	-	2.423	(2.423)	-
Dividendos	11	-	-	-	-	(807)	(807)
Saldos em 31 de dezembro de 2012							
		26.550	231	352	2.423	-	29.556

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banrisul Armazéns Gerais S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de Reais)

	2012	2011
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	5.123	3.741
Ajustado por:		
Depreciação e amortização	444	254
Resultado da baixa de bens do permanente	15	-
Provisão para contingências	578	239
Reversão de provisão para devedores duvidosos	(54)	-
Impostos diferidos líquidos	60	4
	<u>6.166</u>	<u>4.238</u>
Aumento das contas a receber	(996)	(1.413)
Aumento de outros ativos	(203)	(336)
Aumento de fornecedores, obrigações trabalhistas e outros passivos	948	217
Aumento de impostos a pagar	205	111
Pagamento de provisões	(532)	(64)
Imposto de renda e contribuição social pagos	<u>(1.723)</u>	<u>(1.233)</u>
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>3.865</u>	<u>1.520</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Compra de imobilizado	<u>(4.262)</u>	<u>(792)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	<u>(4.262)</u>	<u>(792)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Pagamento de dividendos	<u>(596)</u>	<u>(303)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	<u>(596)</u>	<u>(303)</u>
Aumento/(redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>(993)</u>	<u>425</u>
Caixa e equivalentes de caixa		
Saldo no final do exercício	17.891	18.884
Saldo no início do exercício	18.884	18.459
Aumento/(redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>(993)</u>	<u>425</u>
Itens que não afetam caixa		
Dividendos	807	596

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banrisul Armazéns Gerais S.A.

Demonstrações do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de Reais)

	2012	2011
Receitas		
Receita da prestação de serviços (Nota 12)	17.213	10.128
Outras receitas	465	253
Reversão de provisão para créditos de liquidação duvidosa	54	-
Insumos adquiridos de terceiros	(5.091)	(3.560)
Custos dos serviços prestados	(2.962)	(2.573)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(2.129)	(987)
Valor adicionado bruto	12.641	6.821
Depreciação e amortização	(444)	(254)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	12.197	6.567
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	1.681	2.122
Valor adicionado total a distribuir	13.878	8.689
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal	(5.677)	(3.080)
Remuneração direta	(4.542)	(2.347)
Benefícios	(924)	(618)
FGTS	(157)	(115)
Outros	(54)	-
Impostos, taxas e contribuições	(4.752)	(3.068)
Federais	(4.322)	(2.754)
Estaduais	(23)	(17)
Municipais	(407)	(296)
Remuneração de capitais de terceiros	(49)	(33)
Despesas financeiras	(49)	(33)
Remuneração de capitais próprios	(3.400)	(2.508)
Dividendos	(807)	(596)
Lucros retidos	(2.593)	(1.912)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banrisul Armazéns Gerais S.A.

Notas explicativas das demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

1. Contexto operacional

A Banrisul Armazéns Gerais S.A., Companhia situada em Canoas-RS atua como armazém geral, efetuando a movimentação, guarda e conservação de mercadorias e produtos e entreposto aduaneiro e depósito alfandegário através de permissão não onerosa outorgada pela Secretaria da Receita Federal. Esta permissão, com validade a partir da publicação no Diário Oficial da União em 22/10/2004, possui prazo de vinte e cinco anos, renovável por mais dez anos. Seu controlador é o Banco do Estado do Rio Grande do Sul - Banrisul, controlado, por sua vez, pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards – IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*.

A Diretoria da Companhia autorizou a conclusão das presentes demonstrações financeiras em 04 de fevereiro de 2012.

3. Principais políticas contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

Utilização das estimativas

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras da Companhia incluem, portanto, estimativas sobre as vidas úteis dos bens registrados no ativo imobilizado, devedores por armazenagem, provisões necessárias para riscos trabalhistas, provisões para imposto de renda e outras similares. Os valores efetivos a serem realizados podem apresentar variações em relação às estimativas.

Banrisul Armazéns Gerais S.A.

Notas explicativas das demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Companhia é como segue:

a) Reconhecimento das receitas

A receita de prestação de serviços é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de descontos comerciais e bonificações concedidos ao cliente e outras deduções similares, sendo que valores a receber ainda não faturados são calculados com base em estimativas do valor das receitas de prestações de serviço de armazenagem das mercadorias a serem desembaraçadas.

A receita de aluguel oriunda de arrendamento operacional é reconhecida pelo método linear durante o período de vigência do arrendamento em questão. A Companhia não incorreu em custos diretos iniciais na negociação e preparação do leasing operacional que devam ser adicionados ao valor contábil dos ativos arrendados.

A receita de ativo financeiro de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto.

b) Imposto de renda e contribuição social

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos, conforme demonstrado na Nota 10.

Tributos Correntes

Ativos e passivos tributários correntes são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais, e são demonstrados no ativo ou passivo circulante, de acordo com a previsão de sua realização e/ou liquidação. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

Banrisul Armazéns Gerais S.A.

Notas explicativas das demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

b) Imposto de renda e contribuição social--Continuação

Tributos Diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos ("tributos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável. Os tributos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os tributos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos tributos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Tributos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada.

Os tributos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando corresponderem a itens registrados em "Outros resultados abrangentes", ou diretamente no patrimônio líquido, caso em que os tributos correntes e diferidos também são reconhecidos em "Outros resultados abrangentes" ou diretamente no patrimônio líquido, respectivamente. Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 a companhia não teve impostos registrados diretamente à rubricas do patrimônio líquido.

c) Imobilizado

Terrenos, edificações, imobilizações em andamento, móveis e utensílios e equipamentos estão demonstrados ao valor de custo de aquisição, deduzidos de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumulada, quando aplicável.

Banrisul Armazéns Gerais S.A.

Notas explicativas das demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

c) Imobilizado--Continuação

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final de cada ano quando da elaboração do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros, resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

d) Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos tributos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Banrisul Armazéns Gerais S.A.

Notas explicativas das demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

d) Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis--Continuação

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 não foram identificados eventos que indicassem que os ativos não são realizáveis, desta forma, não há nesta data provisão para recuperação de ativos.

e) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os seguintes critérios:

Contingências ativas – não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.

Contingências passivas – são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável ou risco da perda de uma ação, com provável saída de recursos para a liquidação das obrigações em montantes mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão ou divulgação.

Obrigações legais – fiscais e previdenciárias – referem-se a demandas judiciais nas quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de tributos e contribuições. O montante discutido é quantificado, registrado e atualizado mensalmente.

f) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia.

g) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, saldos em conta movimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de até três meses das datas das transações e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado.

Banrisul Armazéns Gerais S.A.

Notas explicativas das demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

h) Instrumentos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, quando tais custos são diretamente lançados no resultado do período.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa e contas a receber de clientes. Esses ativos foram classificados nas categorias de ativos financeiros a valor justo através do resultado e recebíveis. O principal passivo financeiro é o contas a pagar a fornecedores, o qual é avaliado ao custo amortizado.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente dos instrumentos financeiros ocorre a cada data do balanço de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias de ativos e passivos financeiros: a valor justo por meio do resultado; recebíveis e valores de fornecedores tratados ao custo amortizado.

i) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras:

Provisões para contingências: A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como: prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Banrisul Armazéns Gerais S.A.

Notas explicativas das demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

i) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

Impostos: Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto da legislação tributária, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, quando aplicável, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de fiscalizações por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

j) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2012

Abaixo destacamos as normas já emitidas e que entraram em vigor neste exercício, as quais não causaram impacto às demonstrações financeiras da companhia:

- IAS 1 Apresentação das Demonstrações Financeiras – Apresentação de Itens de Outros Resultados Abrangentes.
- IAS 12 Imposto de Renda – Recuperação dos Ativos Subjacentes. Esta emenda esclareceu a determinação de imposto diferido sobre as propriedades de investimento mensurado pelo valor justo.

Banrisul Armazéns Gerais S.A.

Notas explicativas das demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

k) Pronunciamentos do IFRS ainda não em vigor em 31 de dezembro de 2012

A seguir destacamos as normas já emitidas e que não entraram em vigor na data da elaboração destas demonstrações financeiras. Na avaliação da administração tais normas não causarão impacto às demonstrações financeiras da companhia.

- IAS 19 Benefícios aos Empregados (Emenda) – Esta emenda entra em vigor para os períodos anuais iniciando em ou após 1º de janeiro de 2013.
- IAS 27 Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais (revisado em 2011) - Esta emenda entra em vigor para os períodos anuais iniciando em ou após 1º de janeiro de 2013.
- IAS 28 Contabilização de Investimentos em Associadas e Joint Ventures (revisado em 2011) - Esta emenda entra em vigor para os períodos anuais iniciando em ou após 1º de janeiro de 2013.
- IAS 32 Clarifica as compensação de ativos e passivos, sendo sua vigência a partir de 1º janeiro de 2014, a Companhia não espera efeitos relevantes às suas demonstrações financeiras.
- IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações - Aumento nas Divulgações Relacionadas a Baixas. Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de julho de 2011, e, no Brasil, somente após a aprovação do CPC.
- IFRS 9 Instrumentos Financeiros – Classificação e Mensuração O IFRS 9 na forma como foi emitido reflete a primeira fase do trabalho do IASB na substituição do IAS 39 e refere-se à classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros conforme estabelece o IAS 39. A norma entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de janeiro de 2013.
- IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas. Esta emenda entra em vigor para os períodos anuais iniciando em ou após 1º de janeiro de 2013
- IFRS 11 – Acordos Conjuntos Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de janeiro de 2013.
- IFRS 12 – Esclarece e requer divulgações específicas relativas a investimentos em outras empresas. Não é aplicável a Companhia.

Banrisul Armazéns Gerais S.A.

Notas explicativas das demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2012 e 2011

(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

k) Pronunciamentos do IFRS que ainda não entraram em vigor em 31 de dezembro de 2012--Continuação

- IFRS 13 – Mensuração de Valor Justo- Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de janeiro de 2013

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	31/12/2012	31/12/2011
Caixa	54	20
Bancos conta corrente	86	70
Aplicação financeira de liquidez	17.751	18.794
Total	17.891	18.884

Os recursos classificados como aplicação financeira de liquidez estão demonstrados ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento dos exercícios, sem restrições de prazos ou prazos fixos para resgate e possuem um risco insignificante de mudança no seu valor justo. Os valores aplicados no SIAC – Sistema Integrado de Administração de Caixa do Estado do Rio Grande do Sul, são remunerados com base na variação da taxa SELIC possuem liquidez imediata.

Os rendimentos auferidos com a aplicação destes recursos foram registrados na rubrica receitas financeiras e totalizaram R\$ 1.462 (R\$ 2.076 em 2011).

5. Contas a receber de clientes

Composição do contas a receber de clientes:

	31/12/2012	31/12/2011
Devedores por armazenagem	3.253	2.255
Provisão para risco de crédito	-	(54)
Total	3.253	2.201

Banrisul Armazéns Gerais S.A.

Notas explicativas das demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

5. Contas a receber de clientes--Continuação

Em 31 de dezembro, os saldos das contas a receber de clientes por vencimento são os seguintes:

	31/12/12	31/12/11
A vencer	2.238	592
Vencidos:		
Até 30 dias	421	653
De 31 à 60 dias	398	282
De 61 à 90 dias	150	562
De 91 à 360 dias	46	166
	3.253	2.255

6. Imobilizado

A Companhia considera o valor de custo de seus ativos imobilizados compatível com o potencial de geração de benefícios econômicos de suas operações atuais.

Custo do Imobilizado	31/12/2011	Adições	Baixas	31/12/2012	Vida útil em anos
Terrenos	3.479	-	-	3.479	-
Edificações e benfeitorias	6.278	333	-	6.611	2,3%
Móveis e utensílios	729	175	(3)	901	14,5%
Máquinas e equipamentos	1.147	312	-	1.459	11,5 %
Veículos	1.595	291	-	1.886	16,9%
Equipamentos de informática	362	248	(81)	529	35,1%
Instalações	1.198	2.135	-	3.333	5,1%
Outras imobilizações	36	17	-	53	3,1%
Obras em andamento	-	751	-	751	3,1%
Total	14.824	4.262	(84)	19.002	

Banrisul Armazéns Gerais S.A.

Notas explicativas das demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2012 e 2011

(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

6. Imobilizado--Continuação

Depreciação	31/12/2011	Depreciação	Baixas	31/12/2011
Edificações e Benfeitorias	(4.457)	(61)	-	(4.518)
Móveis e Utensílios	(525)	(32)	3	(554)
Máquinas e Equipamentos	(766)	(63)	-	(829)
Veículos	(929)	(115)	-	(1044)
Equipamentos de Informática	(299)	(40)	78	(261)
Instalações	(379)	(132)	-	(511)
Outras Imobilizações	(17)	(1)	-	(18)
Total	(7.372)	(444)	81	(7.731)
Valor residual	7.452	3.818	(3)	11.267

Em 2012 a administração revisou a vida útil do ativo imobilizado e não identificou a necessidade de alteração nas vidas úteis dos itens do imobilizado.

7. Contas a pagar a fornecedores e outras

As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios reconhecidas pelo valor nominal que equivale ao valor justo da transação.

8. Provisão para contingências

Demonstramos a seguir a composição das contingências da Companhia:

	Cível	Trabalhista	Total
Saldo em 31/12/11	88	534	622
Adições	129	449	578
Reversões/ Pagamentos	-	(532)	(532)
Saldo em 31/12/12	217	451	668

Perdas possíveis não provisionadas

Existem causas trabalhistas que, de acordo com a sua natureza são consideradas como de perda possível, no montante aproximado de R\$ 70 (R\$224 – 2011). Nas causas trabalhistas que possuem pedidos considerados de perda provável e já provisionados, existem também pedidos na mesma ação que são considerados como de perda possível, no montante de R\$ 1.919 (R\$1.359 – 2011).

Banrisul Armazéns Gerais S.A.

Notas explicativas das demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

8. Provisão para contingências--Continuação

Em 25 de junho de 2003, a Empresa foi autuada pela Secretaria da Receita Federal, relativamente ao ressarcimento de mercadorias roubadas na Estação Aduaneira de Fronteira de Jaguarão, no valor aproximado de R\$ 5.980. A Empresa ajuizou ação ordinária de inexigibilidade de débito junto à Justiça Federal de Porto Alegre contestando a cobrança e obteve liminar suspendendo a exigência dessa autuação e impossibilitando a inclusão do nome da Banrisul Armazéns Gerais S.A. no cadastro informativo de créditos não quitados do setor público federal - CADIN. O processo aguarda julgamento de recurso especial no STJ e de agravo de instrumento no STF, interpostos pela Banrisul Armazéns Gerais. Com base em opinião dos assessores jurídicos, a chance de êxito na ação é possível, existindo parecer favorável do Ministério Público Federal pelo provimento do recurso especial interposto pela empresa. Dessa forma não foi consignada provisão nas demonstrações financeiras. A União ajuizou no exercício de 2010 ação executiva fiscal no valor de R\$ 13.156 (R\$ 20.626 atualizado em 31/12/2012), classificada como possível, cujo objeto é o mesmo da ação anteriormente descrita. O seu prosseguimento depende da decisão da ação de inexigibilidade acima descrita, cuja chance de êxito é possível, e o resultado positivo terá como consequência a extinção da ação fiscal.

Existem ainda processos cíveis que, de acordo com a sua natureza são consideradas como de perda possível, consequentemente não sendo registradas provisões para contingência, no montante aproximado de R\$ 897 (R\$749 – 2011).

9. Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas compreendem, basicamente, depósitos bancários à vista e aluguéis de instalações com o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. e aplicações financeiras no Sistema Integrado de Administração de Caixa - SIAC do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, mantida no Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., efetuadas a taxas e condições de mercado.

Banrisul Armazéns Gerais S.A.

Notas explicativas das demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

9. Transações com partes relacionadas--Continuação

As principais transações e saldos com partes relacionadas são indicados a seguir:

	Banco do Estado do Rio Grande do Sul	Governo do Estado do Rio Grande do Sul	Banrisul Serviços Ltda	31/12/2012
Ativo				
<u>Circulante</u>				
Contas a receber	129	-	-	129
	129	-	-	129
Passivo				
<u>Circulante</u>				
Dividendos a pagar	1.116	-	-	1.116
Contas a pagar	93	-	126	219
	1.209	-	126	1.335
Resultado				
Receitas	1.298	1.462	-	2.760
Despesas	(216)	-	(670)	(886)
Recuperação de despesas	324	-	-	324

	Banco do Estado do Rio Grande do Sul	Governo do Estado do Rio Grande do Sul	Banrisul Serviços Ltda	31/12/2011
Ativo				
<u>Circulante</u>				
Contas a receber	131	-	-	131
	131	-	-	131
Passivo				
<u>Circulante</u>				
Dividendos a pagar	909	-	-	909
Contas a pagar	8	-	61	69
	917	-	61	978
Resultado				
Receitas	1.250	2.076	-	3.326
Despesas	(69)	-	(455)	(524)
Recuperação de despesas	308	-	-	308

Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente na Assembleia Geral Ordinária é fixado o montante global anual da remuneração dos Administradores, do Conselho de Administração e Conselho Fiscal conforme determina o Estatuto Social.

Banrisul Armazéns Gerais S.A.

Notas explicativas das demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

9. Transações com partes relacionadas--Continuação

Em 2012, foi determinado o valor máximo anual de R\$ 291 para remuneração dos Administradores (proventos e gratificações), totalmente paga no exercício, findo em 31 de dezembro de 2012 (R\$259 em 2011). Adicionalmente a Companhia paga R\$ 2,24 por sessão para cada membro do Conselho de Administração e R\$ 1,68 para cada membro do Conselho Fiscal, o qual totalizou um gasto no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 de R\$ 87 (R\$ 37 em 2011).

A Companhia não oferece a suas pessoas chave benefícios de remuneração nas categorias de (i) benefício pós-emprego, (ii) benefício de longo prazo, (iii) benefício de rescisão de contrato de trabalho e (iv) remuneração baseada em ações.

10. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social, corrente e diferido, foram computados de acordo com as alíquotas vigentes. O imposto de renda e contribuição social diferidos é calculado sobre as diferenças temporárias.

a) Conciliação do resultado de IRPJ e CSLL do exercício:

	2012		2011	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	5.123	5.123	3.741	3.741
IRPJ e CSLL pelas alíquotas vigentes	(1.257)	(461)	(911)	(337)
(+) Adições permanentes	104	71	73	26
(-) Exclusões e permanentes	(118)	(77)	(74)	(27)
(-) Incentivos fiscais e outros	15	-	(15)	-
IRPJ e CSLL registrados no resultado	(1.256)	(467)	(895)	(338)
IRPJ e CSLL correntes	(1.212)	(451)	(891)	(337)
IRPJ e CSLL diferidos	(44)	(16)	(4)	(1)

Banrisul Armazéns Gerais S.A.

Notas explicativas das demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2012 e 2011

(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

10. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos:

A Companhia possui em 31 de dezembro de 2012, créditos tributários diferidos de imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias, oriundos da provisão para passivos trabalhistas, no montante de R\$ 227 (R\$ 212 em 2011) e débitos fiscais diferidos oriundos da aplicação do CPC 27 sobre o imobilizado no montante de R\$ 252 (R\$ 176 em 2011). A expectativa de realização destes créditos é de 8 anos.

11. Patrimônio Líquido

a) Capital social

Conforme Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 29 de abril de 2011, foi aprovado o aumento de capital mediante o aproveitamento das reservas de lucros, sendo R\$ 902 com a reserva de retenção de lucros e R\$ 48 com a reserva legal, totalizando R\$ 950, passando assim o capital social para R\$ 24.700, sem emissão de novas ações.

Em 25 de abril de 2012, foi aprovado através da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária o aumento de capital mediante o aproveitamento das reservas de lucros, sendo R\$ 1.787 com a reserva de retenção de lucros e R\$ 63 com a reserva legal, totalizando R\$ 1.850, passando assim o capital social para R\$ 26.550, sem emissão de novas ações.

O Capital Social, em 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 26.550, (R\$ 24.700 em 2011), representado por 700.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal, sendo 696.486 ações pertencentes ao Banco do Estado do Rio Grande do Sul, seu controlador.

b) Distribuição de resultados

O lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76, terá as seguintes destinações: (i) 5% para constituição da Reserva Legal, que não excederá 20% do Capital Social, (ii) 25% para distribuição como dividendo obrigatório e (iii) o restante terá a destinação determinada pela Assembleia Geral.

Banrisul Armazéns Gerais S.A.

Notas explicativas das demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2012 e 2011

(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

11. Patrimônio Líquido--Continuação

O dividendo obrigatório, calculado consoante a legislação societária e o estatuto social foi o seguinte:

	2012	2011
Lucro líquido do exercício	3.400	2.508
Reserva Legal (5%)	(170)	(125)
Base de cálculo dos dividendos	3.230	2.383
Dividendos (25%)	807	596

c) Reserva de retenção de lucros

A Administração irá propor aos acionistas a capitalização da reserva de retenção de lucros no valor de R\$ 2.423.

12. Receita líquida

A receita líquida é composta como segue:

	2012	2011
Receita bruta:		
Serviços de armazenagem	15.684	8.653
Arrendamentos operacionais	1.529	1.475
Menos:		
Impostos sobre receita de serviços	(2.894)	(1.705)
Receita operacional líquida	14.319	8.423

13. Outras receitas operacionais

As outras receitas operacionais são compostas conforme demonstrado a seguir:

	Custos dos serviços prestados	
	2012	2011
Recuperação de despesas	465	64
Reversão de provisão	587	428
Total	1.052	492

Banrisul Armazéns Gerais S.A.

Notas explicativas das demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2012 e 2011
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

14. Informações sobre a natureza dos custos e despesas operacionais

	Custos dos serviços prestados		Despesas gerais e administrativas e comerciais	
	2012	2011	2012	2011
Pessoal	2.013	1.727	2.145	939
Terceirizados	1.762	1.667	654	282
Honorários da administração	-	-	352	309
Depreciação e amortização	274	98	170	156
Comunicação	-	-	384	198
Energia elétrica	185	155	98	83
Combustível	187	115	44	8
Gastos com veículos	103	94	29	11
Despacho aduaneiro	149	98	-	-
Reclamações trabalhistas	1.141	183	-	-
Contingências	-	-	578	239
Conservação e manutenção	163	145	175	77
Outras	415	117	600	408
Total	6.392	4.399	5.229	2.710

15. Instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros da companhia são o caixa e equivalentes de caixa, o contas a receber por serviços prestados e o contas a pagar a fornecedores, cujos valores registrados contabilmente se aproximam dos seus valores justos na data dos balanços.

O principal risco identificado relacionado as operações da Companhia é o risco de crédito, devido à possibilidade de ocorrência de perdas para a Companhia associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados, sobre o contas a receber de clientes, caixa e equivalente de caixa.

A Companhia considerou como aceitável a sua exposição ao risco mencionado acima e não contratou operações envolvendo Instrumentos Financeiros Derivativos. Por não possuir instrumentos financeiros significativos, a Companhia não elaborou e não está apresentando a análise de sensibilidade, conforme requerido pela Instrução CVM 475/08.

A Companhia não possui quaisquer outros instrumentos financeiros não registrados contabilmente.

Banrisul Armazéns Gerais S.A.

Notas explicativas das demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2012 e 2011
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

15. Instrumentos financeiros--Continuação

Gestão de capital

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que esta mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista.

A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. A estrutura de capital ou o risco financeiro decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações.

16. Informações por segmento

A Companhia está localizada e mantém seus negócios no município de Canoas/RS e atua somente no segmento de locação de espaços, movimentação e armazenagem de mercadorias em Porto Seco e como armazém geral, conforme descrito na Nota Explicativa nº 1, motivo pelo qual não apresenta informações por segmento.

17. Arrendamentos operacionais

Os arrendamentos operacionais referem-se a contratos de aluguéis de partes de seu imobilizado, explorados em conjunto com os serviços prestados.

Os contratos são canceláveis pelas partes desde que comunicados previamente com 30 dias de antecedência.

18. Plano de benefícios de aposentadoria

A Companhia não possui planos de benefícios de aposentadorias para seus empregados.

19. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

BANRISUL ARMAZÉNS GERAIS S.A.

COMPANHIA ABERTA

CNPJ N. ° 92.721.232/0001-57

NIRE N. ° 43300003183.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO


Senhores Acionistas e Clientes:

Temos a satisfação de apresentar o relatório do exercício de 2012 da BANRISUL ARMAZÉNS GERAIS S. A. – BAGERGS.

Fundada em 12.11.1953, atualmente está constituída sob a forma de Sociedade Anônima, tendo seu capital aberto no exercício de 1996. Seu controle acionário é exercido pelo Banco do Estado do Rio Grande do Sul S. A., que detém 99,50 % das ações.

A empresa tem sede e atua no município de Canoas – RS, onde opera em regime de Armazém Geral e Porto Seco (Permissionária da Receita Federal na prestação de serviços públicos de movimentação e armazenagem de mercadorias), apoiada em 09 (nove) armazéns, ultrapassando 33 mil metros quadrados de área de armazenagem coberta.

Em 2012, foram atendidos 25.737 despachos aduaneiros, sendo 10.696 relativos à importação e 15.041 à exportação, isso se deve a uma política arrojada de ampliação de nossa carteira de clientes, expansão de negócios com nossos parceiros mais antigos e ampliação de nossa infraestrutura para suportar tal crescimento. O mercado brasileiro, no setor de logística, encontra-se em franca expansão. Certamente, os investimentos neste setor terão um ótimo retorno nos próximos anos, em função das carências existentes no país, aliado aos incentivos governamentais, que buscam superar as lacunas da infraestrutura em logística no Brasil.



Armazenagens – Entrepósito Aduaneiro – Depósito Alfandegado Público

Sede Social: Av. Getúlio Vargas, 8201 – Canoas/RS – CEP 92010-011

Fone/Fax: (0xx51) 3477-1144 - e-mail: bagergs@bagergs.com.br - home-page: www.bagergs.com.br

P:\Secretaria\Balanço\2012\Relatório Administração.doc



O resultado líquido do exercício foi de R\$ 3.400.091,28 contra R\$ 2.507.710,39 do exercício anterior, apresentando uma variação positiva de 35,59%. As principais ações no ano de 2012 tiveram como foco melhorias nos processos internos: verticalização no armazenamento de mercadorias; alterações nos processos de cobrança tarifária; captação de novos clientes; aumento da área de tráfego de caminhões e pátio para armazenagem de contêineres.

Contamos com a participação de 209 colaboradores, incluindo o quadro permanente, contratos emergenciais e terceirizados. A Diretoria passou a desenvolver uma política de qualificação e valorização do quadro funcional, oferecendo, em média, 50 horas de capacitação por empregado. Os treinamentos envolveram cursos externos e “in company” e contribuíram para o desenvolvimento técnico e profissional de toda a Bagergs. Como reconhecimento ao comprometimento de seus empregados a empresa distribuiu 2% do resultado líquido a título de PLR- Participação nos Lucros e Resultados.

Em 2012, os investimentos em ativo imobilizado somaram R\$ 4,3 milhões. Desse total 51% foram direcionados para verticalização, através da aquisição de “racks” metálicos, ampliando em mais de 100% a capacidade de armazenamento de mercadorias, 18% para obras e o restante aplicado na aquisição de equipamentos.

O plano de investimentos, em ativo imobilizado, para 2013, está estimado em R\$ 10,5 milhões e tem como objetivo qualificar ainda mais nossos serviços. Desse total R\$ 7,0 milhões contemplam investimentos em aquisição de novos equipamentos e, R\$ 3,5 milhões na construção de novos armazéns e na conclusão das obras de ampliação do pátio e armazenagem, elevando a capacidade de suporte de carga, por m² de piso, para mais de 150 toneladas, tornando-nos uma empresa especializada no recebimento de cargas pesadas.

Além disso, estamos prestes a lançar novos produtos no mercado, com o objetivo de diversificar nosso portfólio de serviços, dentro de uma política de ampliação e qualificação da empresa junto ao mercado. Dentre os produtos que

Armazenagens – Entrepósito Aduaneiro – Depósito Alfandegado Público

Sede Social: Av. Getúlio Vargas, 8201 – Canoas/RS – CEP 92010-011

Fone/Fax: (0xx51) 3477-1144 - e-mail: bagergs@bagergs.com.br - home-page: www.bagergs.com.br

P:\Secretaria\Balanço\2012\Relatório Administração.doc

pretendemos implantar, em 2013 destacamos: o GED- Gerenciamento Eletrônico de Documentos, o “e-commerce”, o transporte de cargas a curtas distâncias e o armazenamento de cargas especiais tais como medicamentos e produtos congelados.

Nosso objetivo para 2013 é duplicarmos a receita operacional, elevando-a para mais de R\$ 30,0 milhões, tendo como meta um resultado líquido acima de R\$ 6,0 milhões.

Expressamos nossos agradecimentos ao Governo do Estado, ao Controlador Banco do Estado do Rio Grande do Sul, bem como às partes envolvidas pelo apoio, colaboração e confiança recebida.

Canoas, 31 de dezembro de 2012.



Francisco Biazus
Diretor Presidente



Yuri Santana dos Santos
Diretor Superintendente

BANRISUL ARMAZÉNS GERAIS S.A.
COMPANHIA ABERTA
CNPJ N.º 92.721.232/0001-57
NIRE N.º 43300003183.

PARECER DO
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Na qualidade de membros do Conselho de Administração da Banrisul Armazéns Gerais S. A., e no exercício das atribuições que nos confere o artigo 142, da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e as disposições correlatas do Estatuto Social, examinamos o Balanço Patrimonial, o Demonstrativo do Resultado, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Demonstração dos Valores Adicionados e demais demonstrativos e notas explicativas à luz do relatório dos Auditores Independentes, documentos esses relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012. Com base nesse exame, somos de opinião que as mencionadas peças merecem a aprovação deste Conselho.

Canoas, 14 de fevereiro de 2013.


Luiz Carlos Morlin
Presidente do Conselho de Administração


Francisco Biazus
Conselheiro


Roque José Coimbra Werlang
Conselheiro


Henrique Cândano Peixoto
Conselheiro

Armazenagens – Entrepósito Aduaneiro – Depósito Alfandegado Público

Sede Social: Av. Getúlio Vargas, 8201 – Canoas/RS – CEP 92010-011

Fone/Fax: (0xx51) 3477-1144 - e-mail: bagergs@bagergs.com.br - home-page: www.bagergs.com.br

T:\Secretaria\Atas\2013\Conselho Administração\Parecer Conselho Administração.doc

BANRISUL ARMAZÉNS GERAIS S.A.

COMPANHIA ABERTA

CNPJ N.º 92.721.232/0001-57

NIRE N.º 43300003183

PARECER

DO CONSELHO FISCAL


Na qualidade de membros efetivos do Conselho Fiscal da Banrisul Armazéns Gerais S. A., no cumprimento das disposições legais e estatutárias, examinamos o Balanço Patrimonial, o Demonstrativo do Resultado, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e a Demonstração dos Valores Adicionados, relativos ao exercício de 2012.

Baseado no exame procedido e no relatório da auditoria externa Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S., entendemos que as contas refletem com exatidão a posição econômica, financeira e patrimonial da Banrisul Armazéns Gerais S. A., por isso somos de parecer favorável a sua aprovação.

Canoas, 27 de fevereiro de 2013


Antonio Avila da Silva
Conselheiro Presidente


Flavio José Hermann da Silva
Conselheiro


Zildo Sippel
Conselheiro

Armazenagens – Entrepósito Aduaneiro – Depósito Alfandegado Público

Sede Social: Av. Getúlio Vargas, 8201 – Canoas/RS – CEP 92010-011

Fone/Fax: (0xx51) 3477-1144 - e-mail: bagergs@bagergs.com.br - home-page: www.bagergs.com.br

T:\Secretaria\Atas\2013\Conselho Fiscal\Parecer Conselho Fiscal.doc

**CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL****CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL**

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se em situação regular.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME..... :	MAGDA ALETHEA WENDLAND
REGISTRO..... :	RS-083147/O-4
CATEGORIA..... :	CONTADOR
CPF..... :	650.845.000-04

A presente CERTIDÃO não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que posteriormente, venham a ser apurados pelo CRCRS contra o referido registro.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: PORTO ALEGRE, 20.03.2013 as 09:15:01.

Válido até: 19.04.2013.

Código de Controle: 136788.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCRS.

Companhia de Abastecimento do RS
CEASA

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL S/A
SOCIEDADE DE CAPITAL AUTORIZADO
CNPJ(MF) Nº 92.983.147/0001-67



CEASA/RS

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PROCEDIDAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO

	31/12/12 R\$	31/12/11 R\$
CIRCULANTE	6.837.919,55	4.531.408,14
DISPONIBILIDADES	4.372.279,61	2.087.289,13
Caixa	52.773,03	168.128,06
Bancos	536.044,79	1.874.997,90
Aplicações de Liquidez Imediata	3.783.461,79	44.163,17
DIREITOS REALIZÁVEIS	2.384.224,34	2.369.995,72
Permissionários	2.585.703,35	2.276.093,39
(-) Provisão Perdas Recebimento Créditos	(401.307,81)	(47.547,89)
Estoques	95.498,13	72.797,00
Impostos a Recuperar	27.018,64	23.034,50
Outros Direitos	77.312,03	45.618,72
DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	81.415,60	74.123,29
Premios de Seguros	36.808,14	30.988,21
Despesas Administrativas	44.607,46	43.135,08
NÃO CIRCULANTE	4.652.856,60	4.842.944,48
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	240.638,18	189.557,25
Permissionários	0,00	12.616,70
Depósitos Judiciais	240.638,18	176.940,55
INVESTIMENTOS	23.543,15	23.543,15
Participações	23.543,15	23.543,15
IMOBILIZADO	4.388.675,27	4.629.844,08
Custo Histórico Corrigido	20.605.213,92	20.437.270,83
(-) Depreciações Acumuladas	(16.216.538,65)	(15.807.426,75)
TOTAL ATIVO	11.490.776,15	9.374.352,62

(Handwritten signatures)

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL S/A
SOCIEDADE DE CAPITAL AUTORIZADO
CNPJ(MF) Nº 92.983.147/0001-67



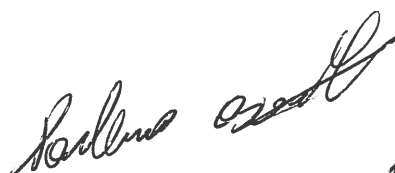


CEASA/RS

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PROCEDIDAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

BALANÇO PATRIMONIAL

PASSIVO

	31/12/12 R\$	31/12/11 R\$
CIRCULANTE	2.680.047,19	2.217.941,35
Fornecedores	1.401.666,91	944.397,45
Ordenados e Salários a Pagar	102.865,32	98.800,51
Obrigações Sociais	377.727,83	372.324,16
Obrigações Tributárias	363.054,29	356.033,46
Provisões Constituídas	277.898,01	287.242,60
Outras Exigibilidades	156.834,83	159.143,17
NÃO CIRCULANTE	2.116.016,93	2.603.655,79
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	1.823.519,76	2.269.362,78
Credores por Caução	6.245,69	6.209,21
Obrigações Sociais e Fiscais	1.711.865,69	1.746.963,97
Provisões Constituídas	105.408,38	516.189,60
RESULTADO EXERCÍCIO FUTURO	292.497,17	334.293,01
PATRIMONIO LIQUIDO	6.694.712,03	4.552.755,48
CAPITAL SOCIAL	12.137.761,48	10.137.761,48
Capital Subscrito	12.137.761,48	11.288.105,48
(-) Capital a Realizar	0,00	(1.150.344,00)
RESERVAS DE CAPITAL	3.369.174,48	3.369.174,48
PREJUÍZOS ACUMULADOS	(8.812.223,93)	(8.954.180,48)
TOTAL PASSIVO	11.490.776,15	9.374.352,62

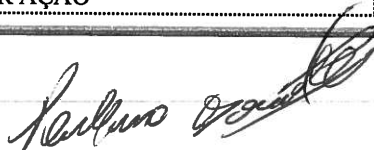


CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL S/A
SOCIEDADE DE CAPITAL AUTORIZADO
CNPJ(MF) Nº 92.983.147/0001-67



CEASA/RS

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PROCEDIDAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO		
	31/12/12 R\$	31/12/11 R\$
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	8.913.987,06	8.340.182,79
Serviços Prestados	8.913.987,06	8.340.182,79
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	(606.825,90)	(587.172,59)
Impostos Incidentes s/ receitas	606.825,90	587.172,59
RECEITA OPERACIONAL LIQUIDA	8.307.161,16	7.753.010,20
LUCRO BRUTO	8.307.161,16	7.753.010,20
(+) RECEITAS OPERACIONAIS	510.439,69	924.352,03
Financeiras	190.716,40	185.824,68
Outras Receitas	319.723,29	738.527,35
(-) DESPESAS OPERACIONAIS	(8.675.644,30)	(8.288.271,96)
Pessoal	3.907.856,97	3.934.110,27
Gastos Gerais e Administrativos	925.925,13	991.989,74
Serviços e Seguros	12.912.212,31	10.689.371,67
Encargos, Impostos e Taxas	113.666,39	134.537,31
Depreciações e Amortizações	409.111,90	404.156,53
Financeiras	187.506,61	221.177,90
Provisões	76.676,32	(65.481,99)
Convênios	285.962,22	293.872,87
Outras Despesas	181.288,94	136.600,76
(-) Recuperação de Gastos	(10.324.562,49)	(8.452.063,10)
RESULTADO OPERACIONAL	141.956,55	389.090,27
RESULTADO ANTES DA CSLL E DO IRPJ	141.956,55	389.090,27
(-) Provisão para Imposto de Renda	0,00	16.882,65
(-) Provisão para Contribuição Social	0,00	10.551,65
RESULTADO LIQUIDO DO EXERCÍCIO	141.956,55	361.655,97
LUCRO (PREJ.) LIQUIDO POR AÇÃO	0,011695447	0,029795936

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL S/A

SOCIEDADE DE CAPITAL AUTORIZADO

CNPJ(MF) Nº 92.983.147/0001-67



CEASA/RS

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PROCEDIDAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

DISCRIMINAÇÃO	CAPITAL SUBSCRITO	CAPITAL A REALIZAR	RESERVAS DE CAPITAL	LUCROS (PREJUÍZOS) ACUMULADOS	TOTAL
SALDO EM 31.12.10	11.288.105,48	(1.150.344,00)	3.369.174,48	(9.315.836,45)	4.191.099,51
INTEGRALIZAÇÃO DE CAPITAL					0,00
SUBSCRIÇÃO DE CAPITAL					0,00
AJUSTES EX.ANTERIORES					0,00
LUCRO(PREJUÍZO)PERÍODO				361.655,97	361.655,97
SALDO EM 31.12.12	11.288.105,48	(1.150.344,00)	3.369.174,48	(8.954.180,48)	4.552.755,48
INTEGRALIZAÇÃO DE CAPITAL	2.000.000,00	1.150.344,00			3.150.344,00
SUBSCRIÇÃO DE CAPITAL	(1.150.344,00)				(1.150.344,00)
AJUSTES EX.ANTERIORES					0,00
LUCRO(PREJUÍZO)PERÍODO				141.956,55	141.956,55
SALDO EM 31.12.12	12.137.761,48	0,00	3.369.174,48	(8.812.223,93)	6.694.712,03

Handwritten signature: Raduino

Handwritten signature: [illegible]

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL S/A
SOCIEDADE DE CAPITAL AUTORIZADO
CNPJ(MF) Nº 92.983.147/0001-67



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PROCEDIDAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

	31/12/12 R\$	31/12/11 R\$
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
RESULTADO LIQUIDO DO EXERCÍCIO	141.956,55	361.655,97
AJUSTES AO LUCRO LIQUIDO		
Depreciações e Amortizações	409.111,90	404.156,53
Provisão Contingências Trabalhistas	(410.781,22)	(236.570,64)
Provisão Perdas Recebimento Créditos	487.457,54	171.088,65
AJUSTES VARIAÇÕES ATIVO E PASSIVO		
Aumento/Redução Direitos Realizáveis	(501.686,16)	(390.090,73)
Aumento/Redução Despesas Pagas Antecipadamente	(7.292,31)	(12.657,95)
Aumento/Redução Realizável a Longo Prazo	(43.291,58)	(203.230,94)
Aumento/Redução Passivo Circulante	462.105,84	55.403,68
Aumento/redução Exigível Longo Prazo	(35.061,80)	75.154,89
Aumento/Redução Resultado Exercícios Futuros	(41.795,84)	108.562,64
CAIXA LIQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	460.722,92	333.472,10
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aquisições de Direitos do Imobilizado	(175.732,44)	(78.698,53)
CAIXA LIQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(175.732,44)	(78.698,53)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Integralização de Capital Social	2.000.000,00	0,00
CAIXA LIQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	2.000.000,00	0,00
GERAÇÃO LIQUIDA DE CAIXA	2.284.990,48	254.773,57
SALDO INICIAL DE CAIXA E EQUIVALENTES	2.087.289,13	1.832.515,56
SALDO FINAL DE CAIXA E EQUIVALENTES	4.372.279,61	2.087.289,13

[Handwritten signatures and initials]

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL S/A**SOCIEDADE DE CAPITAL AUTORIZADO****CNPJ(MF) Nº 92.983.147/0001-67****CEASA/RS****DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PROCEDIDAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012****NOTAS EXPLICATIVAS****NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL**

A Centrais de Abastecimento do Estado do Rio Grande do Sul S/A - CEASA/RS é uma sociedade por ações de economia mista, cuja gestão compete ao Governo do Estado do Rio Grande do Sul através de sua Secretaria de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo. A CEASA/RS foi constituída através da Lei Estadual nº 5993/70 e da Lei Municipal nº 3413/70. Posteriormente, através do Decreto nº 70.502/72 que regulamenta o SINAC (Sistema Nacional de Centrais de Abastecimento) a União Federal ficou com a gestão das Centrais de Abastecimento, e através da lei nº 8819/89 foi dada ao Estado do Rio Grande do Sul autorização para receber as ações da União Federal, o que deixou o Estado na condição de acionista majoritário da Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Sul. Suas atividades de comercialização iniciaram em 25 de setembro de 1973, com a transferência dos usuários do Mercado da Praia de Belas para as dependências da CEASA/RS, a Avenida Fernando Ferrari nº 1001 no Bairro Anchieta em Porto Alegre. A Sociedade tem por objeto principal: construir, instalar e administrar Centrais de Abastecimento e Mercados destinados a orientar e disciplinar a distribuição e colocação de hortigranjeiros e outros produtos alimentícios em todo o território do Estado do Rio Grande do Sul. Dentre seus objetivos está o aspecto social de sua atividade, com orientação e fiscalização do mercado hortifrutigranjeiro, representando um centro polarizador entre produtores, comerciantes e consumidores. A CEASA/RS propicia um equilíbrio de preços, em razão da maior oferta, ocasionando o controle da elevação abusiva de preços e combate à formação de monopólios na distribuição de alimentos.

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações Contábeis foram elaboradas de acordo com as disposições da Lei 6.404/76, conjugadas a Lei nº 9249/95, e com a Medida Provisória nº 449/08 (convertida na Lei nº 11.941/09).

NOTA 3 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

As principais diretrizes contábeis adotadas para o registro das operações foram as seguintes:

a) Receitas e Despesas

As receitas e despesas são reconhecidas segundo o regime de competência.

b) Provisão perdas no recebimento de créditos

As perdas no recebimento de créditos foram deduzidas como despesas conforme observado pelos artigos 9º ao 14º da Lei 9430/96.

c) Estoques

Os estoques foram avaliados pelo Preço Médio de Estoque, consistindo de material de reposição em almoxarifado.

d) Provisão p/ Contingências Trabalhistas

Esta provisão foi constituída em função da média das despesas com indenizações trabalhistas ocorridas no exercício e multiplicada pelo número de processos em andamento, tendo como demanda 71 reclamatórias em 31/12/2012.

NOTA 4 - ATIVO NÃO CIRCULANTE

Permissionários Realizável a Longo Prazo

Esta conta é constituída com saldos de usuários permanentes com processo judicial de cobrança.

NOTA 5 - IMOBILIZADO

O Ativo Imobilizado está assim constituído:

CONTAS	Taxa depreciação	2012	2011
	%	R\$	R\$
Terrenos	0	369.060,98	369.060,98
Prédios e Urbanizações	4	16.922.970,72	16.922.970,72
Instalações	10	1.198.578,00	1.198.578,00
Veículos e Acessórios	20	561.232,79	561.232,79
Máq. Equipam. e Ferramentas	10	552.929,34	482.436,10
Móveis e Utensílios	10	418.955,60	379.800,20
Equipamentos de Comunicação	10	55.045,91	39.467,20
Outras Imobilizações	10	9.921,00	9.921,00

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL S/A**SOCIEDADE DE CAPITAL AUTORIZADO****CNPJ(MF) Nº 92.983.147/0001-67****CEASA/RS****DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PROCEDIDAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012****NOTAS EXPLICATIVAS**

Obras em Andamento	0	30.943,09	7.789,35
Direito Uso Software	5	109.787,51	105.875,51
Equipamentos de Informática	20	375.788,98	360.138,98
SOMA		20.605.213,92	20.437.270,83
DEPRECIACÃO ACUMULADA		(15.807.426,75)	(15.807.426,75)
VALOR RESIDUAL		4.797.787,17	4.629.844,08

As depreciações foram calculadas pelo método linear, sobre o custo histórico corrigido dos bens, mediante a aplicação das taxas normais que levam em conta o tempo de vida útil e econômica dos bens.

NOTA 6 - PASSIVO NÃO CIRCULANTE

Obrigações Fiscais e Sociais Exigível a Longo Prazo

O saldo existente nesta conta refere-se a contribuição e tributos parcelados com a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional no qual a Empresa requereu adesão em novembro de 2009. Os valores da dívida foram atualizados com as reduções de multa e juros previstas na Lei 11941/09 totalizando na consolidação R\$ 1.615.867,35.

NOTA 7 - CAPITAL SOCIAL

O Capital Social autorizado é de R\$ 14.695.433,00. O Capital Social Integralizado está representado por 12.137.761 Ações Ordinárias Nominativas, com o valor nominal de R\$ 1,00 cada uma. É a seguinte composição do Capital Social:

ACIONISTAS	R\$	%
Estado do Rio Grande do Sul	10.877.709,42	90
Prefeitura Municipal de Porto Alegre	1.153.636,10	9
Outros	106.415,96	1
TOTAL	12.137.761,48	

NOTA 8 - DEMONSTRAÇÃO RESULTADO DO EXERCÍCIO

A CEASA/RS efetua o pagamento de todas as despesas advindas das instalações dos permissionários do complexo, ou seja, decorrentes de rateio das despesas com energia, água, vigilância, limpeza, entre outras responsabilidades, com posterior ressarcimento considerado como recuperação de gastos, que são contabilizados em conta redutora das despesas operacionais.

NOTA 9 - OUTRAS EXIGIBILIDADES

O Terreno no qual se encontra localizado o complexo Ceasa/RS foi integralizado como capital em 1970 na constituição da Empresa, mediante cessão e transferência para constituição e realização do capital, dos bens, direitos e ações investidas pelo Município de Porto Alegre e destinadas à implantação da Central de Abastecimentos, conforme escritura pública, firmada no livro 253-B, folhas 134/149, do 1º Tabelionato de Porto Alegre, sendo que até a presente data não houve averbação da referida cessão e transferência do bem no Registro de Imóveis.

A Prefeitura Municipal de Porto Alegre não cobrava da Ceasa/RS o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana, porém em 29 de dezembro de 2009 a Empresa recebeu Auto de Lançamento nº 096/2009, notificando a Ceasa/RS que a mesma sofreu alterações cadastrais passando para a situação de tributado para fins de imposto predial, gerando lançamentos de IPTU para os exercícios de 2004, 2005, 2006, 2007 e 2008, e partir de então emitindo cobranças dos anos posteriores, constando nas guias de cobrança IPTU/FCL como contribuintes a Ceasa/RS e Prefeitura Municipal de Porto Alegre, sendo que o imóvel para efeitos legais não pertence a um terceiro, mas sim ao próprio Município de Porto Alegre acionista da CEASA/RS.

A Ceasa/RS solicitou então um Parecer a PGE sobre o assunto, recebendo resposta publicada no Diário Oficial em 12 de novembro de 2010, sob nº 15.286, um expediente administrativo que emitiu um parecer com as seguintes alternativas: "a) enquanto o imóvel não for registrado em nome da CEASA, continua pertencendo ao Município, não sendo, pois, caso de cobrança de IPTU; b) ainda que da posse decorresse qualquer direito a satisfação do crédito tributário em tese para o Município, a atividade da CEASA, por corresponder a serviço público, torna o respectivo patrimônio imune à tributação; c) a incerteza jurídica poderá ser eliminada mediante ajuizamento de ação declaratória."

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL S/A

SOCIEDADE DE CAPITAL AUTORIZADO

CNPJ(MF) Nº 92.983.147/0001-67



CEASA/RS

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PROCEDIDAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

NOTAS EXPLICATIVAS

A Ceasa/RS solicitou também a Contadoria e Auditoria Geral do Estado parecer no que tange ao lançamento contábil no Balanço Patrimonial da CEASA/RS ou apresentar como Nota Explicativa, recebendo o Parecer de Informação CAGE/DAUD 022/2010 de 05/01/2011, no qual finaliza com: "Diante do exposto, ratificamos as conclusões exaradas pela PGE, bem como as recomendações emitidas por este Órgão de Controle Interno, por meio do Comunicado DAUD/CAGE 030/2010, que assim se manifestou: Dessa forma, tendo em vista os elevados valores questionados pela Prefeitura Municipal, os quais em princípio são questionáveis, e o seu provisionamento afetaria sobremaneira o resultado do exercício, recomendamos sejam os valores apenas declarados em notas explicativas por ocasião do encerramento do exercício, com apresentação do encaminhamento da alternativa adotada pela Administração da CEASA/RS para sanar o problema.

Assim, a CEASA/RS deverá proceder ao registro do montante relativo ao IPTU, como notas explicativas, conforme dispõe o art. 176, § 5º e incisos, da Lei 6.404/76 e suas alterações, que integrarão as Demonstrações Contábeis pertinentes ao encerramento do exercício 2010. Enfatizamos que o registro de outra forma implicará no reconhecimento de um débito que não constitui como líquido e certo para a Companhia. Para finalizar, com relação ao parecer que deverá ser emitido, pelo Conselho de Administração da CEASA/RS, sobre a adequação das Demonstrações Contábeis/2010, poderá aquele Conselho se assim entender, fazer a ressalva do valor relativo ao IPTU que constar em notas explicativas."

A Ceasa/RS solicitou novamente neste exercício um Parecer a PGE, que em 29/11/2011 recebeu o expediente nº 014561-15.00/09-0, com os seguintes Pareceres:

a) Parecer do Coordenador da Procuradoria Fiscal, Senhor Cristiano Xavier Bayne, que manifesta que "restam dois caminhos a serem trilhados, quais sejam: judicial ou político. No âmbito judicial, poder-se-ia ingressar com ação declaratória visando a imunidade da CEASA, em razão do serviço público desempenhado, ou mesmo discutir a cobrança do executivo fiscal, em sede de embargos a execução fiscal, com base na imunidade ou na própria confusão, já que o Município também é acionista da CEASA, o que não foi ventilado na defesa administrativa. Na seara política, seria interessante a celebração de acordo com o Município, mediante a concessão de isenção a CEASA, inclusive com efeitos retroativos, mediante o aumento da participação acionária do Município."

b) Parecer da Coordenadora das Assessorias Jurídicas da Administração Pública Direta e Indireta, Senhora Georgine Simões Visentini, que se manifesta com os seguintes registros: "a) A discussão judicial dos créditos inscritos em dívida ativa que se encontram em fase de cobrança judicial é medida de rigor, para fins de suspender a exigibilidade dos créditos; b) É conveniente a negociação administrativa dos créditos relativos ao IPTU devido pela CEASA S/A ao Município de Porto Alegre e, sobretudo, a realização de tratativas de natureza política para obter provimento legislativo que isente a companhia do pagamento dos créditos vincendos; c) É recomendável, como medida apta a respaldar o administrador público, que o acordo administrativo a ser efetuado com o município seja previamente submetido ao exame de legalidade por esta Procuradoria-Geral do Estado, o que somente será possível quando restarem devidamente estabelecidos os seus termos e condições."

No exercício de 2011 após tratativas da Diretoria da Ceasa/RS e com os respectivos Secretários da Secretaria de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo, da Secretaria Municipal da Fazenda e da Secretaria Municipal da Produção, Indústria e Comércio restou construída uma composição administrativa para solucionar o contencioso desta dívida, na forma de capitalização de ações na Ceasa/RS pela Prefeitura de Porto Alegre e pelo Estado do Rio Grande do Sul, e trabalhar também o Projeto de Lei para imunidade e/ou isenção dos próximos exercícios.

No exercício de 2012 após tratativas da Diretoria da Ceasa/RS, Secretário da SDR e Secretário da Fazenda Municipal surgiu a possibilidade de trabalhar Projeto de Lei que concedesse imunidade e/ou isenção da dívida, porém em virtude de impedimentos pela legislação eleitoral estas alternativas não puderam avançar, restando construída uma composição administrativa para solucionar o contencioso desta dívida no exercício de 2013.


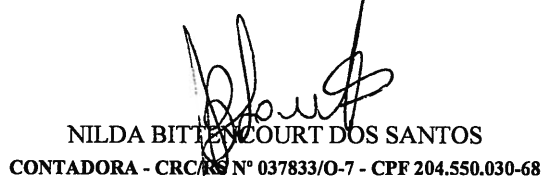
Os Conselhos de Administração, Fiscal e Diretoria da Ceasa/RS são de opinião que no Balanço Patrimonial do exercício de 2012 esta dívida deverá ser apresentada novamente somente em Notas Explicativas tendo em vista o reflexo nas demonstrações contábeis, não constituindo tal desiderato uma obrigatoriedade de provisão para contingências tributárias.

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL S/A**SOCIEDADE DE CAPITAL AUTORIZADO****CNPJ(MF) Nº 92.983.147/0001-67****CEASA/RS****DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PROCEDIDAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012****NOTAS EXPLICATIVAS**

Os valores atualizados até a data de 31 de dezembro de 2012 arguidos pela Receita Municipal de Porto Alegre, estão assim constituídos:

COMPETÊNCIA	LANÇAMENTO	VALOR (R\$)		OBSERVAÇÃO
		A VENCER	VENCIDO	
2004	20096941078		722.538,13	Dívida Ativa
2005	20096941086		717.242,21	Dívida Ativa
2006	20096941094		683.479,78	Dívida Ativa
2007	20096941108		706.712,06	Dívida Ativa
2008	20096941116		701.450,50	Dívida Ativa
2009	20095539543		753.938,89	Dívida Ativa
2010	20105538021		724.589,07	Dívida Ativa
2011	20115526956		698.954,06	Dívida Ativa
2012	20125512664		669.717,65	
TOTAL		0,00	6.378.622,35	

Porto Alegre, 31 de dezembro de 2012.


**PAULINO OLIVO DONATTI****PRESIDENTE****PAULO DE TARSO SANT'ANNA TAVARES**
DIRETOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO**GERSON MADRUGA DA SILVA**
DIRETOR TÉCNICO OPERACIONAL**NILDA BITTENCOURT DOS SANTOS**
CONTADORA - CRC/RS Nº 037833/O-7 - CPF 204.550.030-68

**CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL S/A
CEASA/RS**

PARECER DO CONSELHO FISCAL

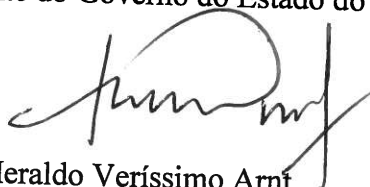
Os Membros do Conselho Fiscal da Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Sul S/A - CEASA/RS, reunidos em cumprimento ao disposto no item VII do artigo 163 da Lei 6.404/76, conjugadas com a Medida Provisória nº 449/08 (convertida na Lei nº 11.941/09), examinaram as Demonstrações Contábeis levantadas em 31 de dezembro de 2012, acompanhadas das notas explicativas da Diretoria. Considerando a avaliação do Demonstrativo do Resultado do Exercício e do acompanhamento efetuado pelo Conselho Fiscal, durante o Exercício de 2012, somos de opinião que as Demonstrações Contábeis representam a situação atual da Empresa, estão em condições de serem apreciadas pelo Conselho de Administração e posteriormente serem submetidas à Assembleia Geral de Acionistas.

Porto Alegre, 13 de março de 2013.

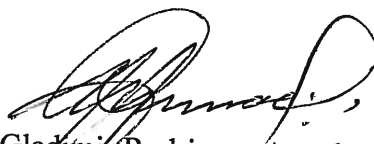


Ivo Vicentini
Presidente

Representante do Governo do Estado do RGS



Heraldo Veríssimo Arnt
Representante Prefeitura Municipal de Porto Alegre



Gladimir Rodrigues Amador
Representante do Governo do Estado do RGS

**CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL S/A
CEASA/RS**

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os Membros do Conselho de Administração da Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Sul S/A - CEASA/RS, tendo examinado as Demonstrações Contábeis levantadas em 31 de dezembro de 2012, acompanhadas de Notas Explicativas e Parecer do Conselho Fiscal, após análise dos referidos documentos e de esclarecimentos prestados pela Diretoria aprovam por unanimidade as Demonstrações Contábeis, considerando que as mesmas estão em condições de serem apreciadas pela Assembleia Geral de Acionistas.

Porto Alegre, 13 de março de 2013.


Elton Scapini

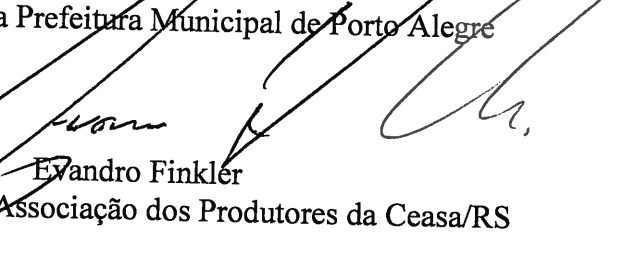
Representante do Governo do Estado do Rio Grande do Sul
Presidente


Gervasio Prucinski

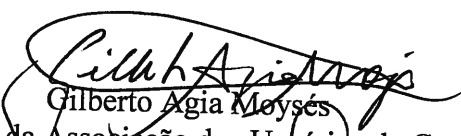
Representante do Governo do Estado do Rio Grande do Sul


Humberto Cidella Goulart

Representante da Prefeitura Municipal de Porto Alegre


Evandro Finkler

Representante da Associação dos Produtores da Ceasa/RS


Gilberto Agia Moysés

Representante da Associação dos Usuários da Ceasa/RS


Amáuri Moraes Pereira

Representante da Associação dos Funcionários da Ceasa/RS

**CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL****CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL**

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se em situação regular.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME.....	: NILDA BITTENCOURT DOS SANTOS
REGISTRO.....	: RS-037833/O-7
CATEGORIA.....	: CONTADOR
CPF.....	: 204.550.030-68

A presente CERTIDÃO não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que posteriormente, venham a ser apurados pelo CRCRS contra o referido registro.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: PORTO ALEGRE, 13.03.2013 as 16:24:38.

Válido até: 12.04.2013.

Código de Controle: 136290.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCRS.

**Companhia de Processamento de
Dados do Estado do RS
PROCERGS**

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Valores expressos em reais)


<u>ATIVO</u>	<u>Nota</u> <u>Explicativa</u>	<u>2012</u>	<u>2011</u>
<u>CIRCULANTE</u>		<u>66.032.166,74</u>	<u>57.582.337,20</u>
DISPONIBILIDADES	3.a	<u>7.738.036,22</u>	<u>2.460.709,12</u>
CAIXA E BANCOS		<u>7.738.036,22</u>	<u>2.460.709,12</u>
CRÉDITOS		<u>38.774.021,22</u>	<u>32.507.862,35</u>
CONTAS A RECEBER DE CLIENTES	3.b	<u>34.306.549,55</u>	<u>27.663.568,83</u>
(-) PROVISÃO P/CRÉDITO LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA	3.c	<u>(551.109,26)</u>	<u>(486.380,57)</u>
CRÉDITOS DE PESSOAL	3.d	<u>1.231.250,97</u>	<u>1.119.581,16</u>
OUTROS CRÉDITOS	3.e	<u>3.787.329,96</u>	<u>4.211.092,93</u>
ESTOQUES		<u>18.759.753,05</u>	<u>21.907.765,28</u>
MATERIAIS DE PROCESSAMENTO E IMPRESSÃO	3.f	<u>54.505,02</u>	<u>42.861,33</u>
MATERIAIS INDIRETOS	3.f	<u>1.378.117,31</u>	<u>1.246.319,66</u>
SERVIÇOS EM ANDAMENTO	3.g	<u>17.327.130,72</u>	<u>20.618.584,29</u>
 DESPESAS DO EXERCÍCIO SEGUINTE		 <u>760.356,25</u>	 <u>706.000,45</u>
<u>NÃO CIRCULANTE</u>		<u>30.813.133,95</u>	<u>25.880.671,30</u>
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		<u>3.435.246,61</u>	<u>3.018.430,65</u>
DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS/JUDICIAIS	3.h	<u>3.435.246,61</u>	<u>3.018.430,65</u>
INVESTIMENTOS	3.i	<u>151.388,40</u>	<u>151.388,40</u>
IMOBILIZADO	3.j	<u>19.334.929,55</u>	<u>16.276.975,28</u>
INTANGÍVEL	3.k	<u>7.891.569,39</u>	<u>6.433.876,97</u>
 <u>TOTAL DO ATIVO</u>		 <u>96.845.300,69</u>	 <u>83.463.008,50</u>


BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Valores expressos em reais)

<u>PASSIVO</u>	<u>Nota</u> <u>Explicativa</u>	<u>2012</u>	<u>2011</u>
<u>CIRCULANTE</u>		<u>42.145.279,87</u>	<u>42.987.324,82</u>
FORNECEDORES		13.255.071,34	11.787.307,37
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS		7.488.279,33	8.971.083,37
OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS		5.724.092,02	6.083.250,75
PROVISÃO DE FÉRIAS E ENCARGOS		10.789.723,93	11.279.923,00
PARCELAMENTO CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS	6	349.565,34	675.300,36
PARCELAMENTO OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	7	736.413,42	1.417.882,74
PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS	9.b	2.789.706,45	1.591.932,84
OUTRAS OBRIGAÇÕES	3.n	1.012.428,04	1.180.644,39
<u>NÃO CIRCULANTE</u>		<u>1.481.805,75</u>	<u>1.698.486,73</u>
PARCELAMENTO CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS	6	0,00	337.650,18
PARCELAMENTO OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	7	0,00	708.941,37
PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS	9.b	1.481.805,75	651.895,18
<u>TOTAL DO PASSIVO</u>		<u>43.627.085,62</u>	<u>44.685.811,55</u>
<u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>			
<u>CAPITAL SOCIAL</u>		<u>50.009.999,92</u>	<u>35.509.999,92</u>
CAPITAL SUBSCRITO	8	95.509.999,92	36.440.000,00
(-) CAPITAL A INTEGRALIZAR		(45.500.000,00)	(930.000,08)
<u>RESERVAS DE CAPITAL</u>		<u>7.863,68</u>	<u>7.863,68</u>
C.M. DO CAPITAL REALIZADO		7.863,68	7.863,68
<u>RESERVAS DE LUCROS</u>		<u>3.200.351,47</u>	<u>3.259.333,35</u>
RESERVA LEGAL		317.057,73	376.039,61
RESERVA ESTATUTÁRIA		2.883.293,74	2.883.293,74
<u>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>		<u>53.218.215,07</u>	<u>38.777.196,95</u>
<u>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>		<u>96.845.300,69</u>	<u>83.463.008,50</u>

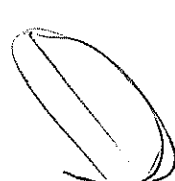
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras


CARLSON JANES AQUISTAPASSE
DIRETOR-PRESIDENTE
CPF 275.320.380-68


CLÁUDIO CROSSETTI DUTRA
DIRETOR VICE-PRESIDENTE
CPF 362.894.000-10


LINO RÔQUE CAMARGO KIELING
DIRETOR TÉCNICO
CPF 220.312.191-20



ROSALINO ROCHELLES DA SILVA MELLO
DIRETOR ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO
CPF 456.413.310-15

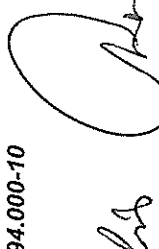

CARLOS AUGUSTO DA SILVA FERREIRA
CONTADOR CRC-RS 40.669
CPF 400.091.900-82

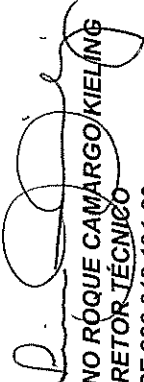
**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011**
(Valores expressos em reais)

PATRIMÔNIO LÍQUIDO MUTAÇÕES	CAPITAL REALIZADO	RESERVA DE CAPITAL		RESERVAS DE LUCROS		LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
		RESERVA DO CAPITAL	C.M. DO CAPITAL	RESERVA LEGAL	RESERVA ESTATUTÁRIA		
SALDO EM 31.12.2010	35.509.999,92		7.863,68	428.000,02	2.883.293,74	0,00	38.829.157,36
AJUSTE EXERCÍCIO ANTERIOR	-	-	-	-	-	(214.119,29)	(214.119,29)
LUCRO LÍQUIDO EXERCÍCIO	-	-	-	-	-	162.158,88	162.158,88
DESTINAÇÃO DURANTE O EXERCÍCIO:							
- RESERVA LEGAL	-	-	-	(51.960,41)	-	51.960,41	-
- RES. ESTATUTÁRIA	-	-	-	-	-	-	-
- RESERVA ESPECIAL	-	-	-	-	-	-	-
SALDO EM 31.12.2011	35.509.999,92		7.863,68	376.039,61	2.883.293,74	0,00	38.777.196,95
AUMENTO DE CAPITAL	14.500.000,00	-	-	-	-	-	14.500.000,00
AJUSTE EXERCÍCIO ANTERIOR	-	-	-	-	-	(195.596,96)	(195.596,96)
LUCRO LÍQUIDO EXERCÍCIO	-	-	-	-	-	136.615,08	136.615,08
DESTINAÇÃO DURANTE O EXERCÍCIO:							
- RESERVA LEGAL	-	-	-	(58.981,88)	-	58.981,88	-
- RES. ESTATUTÁRIA	-	-	-	-	-	-	-
- RESERVA ESPECIAL	-	-	-	-	-	-	-
SALDO EM 31.12.2012	50.009.999,92		7.863,68	317.057,73	2.883.293,74	0,00	53.218.215,07

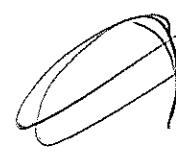
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras


CARLSON JANEZ AQUISTAPASSE
DIRETOR-PRESIDENTE
CPF 275.320.380-68


CLÁUDIO CRÖSSETTI DUTRA
DIRETOR VICE-PRESIDENTE
CPF 362.894.000-10


LINO RÔQUE CAMARGO KIELING
DIRETOR-TÉCNICO
CPF 220.312.191-20


ROSALINO ROCHELLES DA SILVA MELLO
DIRETOR ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO
CPF 456.413.310-15



CARLOS AUGUSTO DA SILVA FERREIRA
CONTADOR CRC-RS 40.669
CPF 400.091.900-82


DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Valores expressos em reais)

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	203.317.254,40	183.705.094,20
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	<u>(18.643.253,38)</u>	<u>(12.319.084,44)</u>
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	184.674.001,02	171.386.009,76
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	<u>(137.583.262,49)</u>	<u>(123.902.126,02)</u>
LUCRO BRUTO	47.090.738,53	47.483.883,74
DESPESAS OPERACIONAIS	<u>(48.142.456,90)</u>	<u>(44.509.766,53)</u>
DESPESAS COM VENDAS	(4.102.617,22)	(4.492.069,60)
DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS	(44.091.561,54)	(39.692.243,31)
DESPESAS FINANCEIRAS	(422.912,45)	(497.100,99)
RECEITAS FINANCEIRAS	474.634,31	171.647,37
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	<u>1.192.380,49</u>	<u>635.906,16</u>
LUCRO OPERACIONAL	140.662,12	3.610.023,37
OUTRAS RECEITAS	5.754,19	55.249,08
OUTRAS DESPESAS	(9.801,23)	(19.807,60)
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	136.615,08	3.645.464,85
IMPOSTO DE RENDA	-	(2.537.541,38)
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	(945.764,59)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	<u>136.615,08</u>	<u>162.158,88</u>
Lucro por lote de mil ações	0,36	1,05


As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras


CARLSON JANE\$ AQUISTAPASSE
DIRETOR-PRESIDENTE
CPF 275.320.380-68


CLÁUDIO CROSSETTI DUTRA
DIRETOR VICE-PRESIDENTE
CPF 362.894.000-10


LINO ROQUE CAMARGO KIELING
DIRETOR TÉCNICO
CPF 220.312.191-20


ROSALINO ROCHELLES DA SILVA MELLO
DIRETOR ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO
CPF 456.413.310-15



CARLOS AUGUSTO DA SILVA FERREIRA
CONTADOR CRC-RS 40.669
CPF 400.091.900-82


**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Valores expressos em reais)**

1 - ATIVIDADES OPERACIONAIS	2012	2011
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	136.615,08	162.158,88
AJUSTES PARA RECONCILIAÇÃO:		
DEPRECIÇÃO/AMORTIZAÇÃO	8.895.650,35	8.177.711,54
DEPRECIÇÃO/AMORTIZAÇÃO - EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	110.250,00
DEPRECIÇÃO/AMORTIZAÇÃO - OUTROS AJUSTES	-	(518,99)
PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS	2.027.684,18	1.051.664,76
PROVISÃO PARA DEVEDORES DUVIDOSOS	64.728,69	(1.771.152,42)
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	(195.596,96)	(214.119,29)
LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO	10.929.081,34	7.515.994,48
VARIAÇÕES DO ATIVO		
REDUÇÃO PARCELAMENTO DE CLIENTES	-	4.969,21
REDUÇÃO DOS ESTOQUES	3.148.012,23	(9.494.438,96)
REDUÇÃO DE OUTRAS CONTAS A RECEBER	312.093,16	(2.307.661,05)
AUMENTO CONTAS A RECEBER DE CLIENTES	(6.642.980,72)	2.567.844,60
AUMENTO DESPESAS DO EXERCÍCIO SEGUINTE	(54.355,80)	59.550,07
AUMENTO DEPÓSITOS JUDICIAIS	(416.815,96)	(688.929,33)
VARIAÇÕES DO PASSIVO		
AUMENTO DE FORNECEDORES	1.467.763,97	4.884.116,62
AUMENTO DE IMPOSTOS S/SERVIÇOS	1.042.500,95	(939.381,26)
REDUÇÃO SALÁRIOS E ENCARGOS	(875.734,07)	2.096.427,34
REDUÇÃO DE OUTRAS CONTAS A PAGAR	(141.840,08)	153.798,14
REDUÇÃO DE IMPOSTOS RETIDOS NA FONTE E S/LUCRO	(2.525.304,99)	2.464.004,81
REDUÇÃO PARCELAMENTO CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA	(663.385,20)	(613.131,96)
REDUÇÃO PARCELAMENTO OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	(1.390.410,69)	(1.251.039,42)
CAIXA LÍQUIDO GERADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	4.188.624,14	4.452.123,29
2 - ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
BAIXAS DE ATIVOS IMOBILIZADOS	9.801,23	21.346,59
BAIXAS DE ATIVOS INTANGÍVEIS	-	222.038,62
COMPRA DE ATIVOS IMOBILIZADOS	(9.663.677,96)	(5.521.567,78)
COMPRA DE ATIVOS INTANGÍVEIS	(3.757.420,31)	(1.500.402,25)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(13.411.297,04)	(6.778.584,82)
3 - ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
INTEGRALIZAÇÃO DE CAPITAL	14.500.000,00	-
CAIXA LÍQUIDO GERADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	14.500.000,00	-
AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVAI	5.277.327,10	(2.326.461,53)

	2012	2011	VARIACÃO
CAIXA	8.423,33	2.362,67	6.060,66
BANCOS	1.858.835,26	1.364.094,27	494.740,99
APLICAÇÕES FINANCEIRAS (SIAC)	5.870.777,63	1.094.252,18	4.776.525,45
	7.738.036,22	2.460.709,12	5.277.327,10

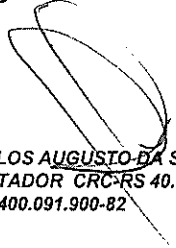
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras


CARLSON JANES AQUISTAPASSE
DIRETOR-PRESIDENTE
CPF 275.320.380-68


CLÁUDIO CROSSETTI DUTRA
DIRETOR VICE-PRESIDENTE
CPF 362.894.000-10


LINO ROQUE CAMARGO KIELING
DIRETOR TÉCNICO
CPF 220.312.191-20


ROSALINO ROCHELLES DA SILVA MELLO
DIRETOR ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO
CPF 456.413.310-15


CARLOS AUGUSTO DA SILVA FERREIRA
CONTADOR CRC-RS 40.669
CPF 400.091.900-82

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(valores em Reais)

1. Contexto Operacional

A PROCERGS – Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul, criada pela Lei Estadual n.º 6.318 de 30 de novembro de 1971, é uma Sociedade de Economia Mista com sede em Porto Alegre, Coordenadorias Regionais nas cidades de Alegrete, Caxias do Sul, Pelotas, Passo Fundo, Santo Ângelo e Santa Maria, e suas atividades concentram-se, basicamente, na execução de serviços de processamento de dados, tratamento de informações e telecomunicações para os órgãos da administração direta e indireta do Governo do Estado. Adicionalmente, presta serviços de informática e assessoramento técnico a órgãos da administração pública em geral e entidades privadas.

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis e as notas explicativas estão apresentadas em reais e são elaboradas de acordo com as práticas contábeis emanadas da Legislação Societária (Art. 176 da Lei n.º 6.404, de 15/12/76, alterado pela Lei n.º 11.638 de 28 de dezembro de 2007, pela Medida Provisória n.º 449/2008 de 12 de dezembro de 2008 e pela Lei n.º 11.941, de 27 de maio de 2009, bem como as Resoluções CFC n.º 1.255/09 e 1.285/10).

3. Resumo das Principais Práticas Contábeis

(a) Disponibilidades

São compostas pelo caixa, depósitos bancários e investimentos de curtíssimo prazo de alta liquidez, utilizados para cumprimento das obrigações de curto prazo da Companhia, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera disponibilidades de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como disponibilidade quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

(b) Contas a Receber de Clientes

Inclui os serviços faturados, ainda não recebidos, contabilizadas pelo regime de competência.

(c) Provisão para Devedores Duvidosos

Considerando a experiência que a Companhia tem sobre o nível de perdas, foi constituída a provisão dos valores devidos pelos clientes da iniciativa privada e das empresas públicas que não seja controlador, controlada, coligada ou interligada com a PROCERGS. O valor provisionado é considerado suficiente para expectativa de perdas na realização dos créditos.

(d) Créditos de Pessoal

Nesta rubrica estão lançados os adiantamentos de diárias e viagens à funcionários aguardando a efetiva prestação de contas e as antecipações de férias pagas quando da solicitação das mesmas e descontadas quando incluídas em folha de pagamento.

(e) Outros Créditos

São contabilizadas as antecipações e contribuições a recuperar (principalmente impostos), impostos a compensar, e outros créditos tais como bloqueio judicial, reembolso de funcionários cedidos e plano de saúde de responsabilidade dos funcionários descontado em folha de pagamento.

(f) Estoques de Materiais

Os materiais em almoxarifado destinados ao consumo e à manutenção dos serviços prestados pela Companhia, encontram-se classificados no ativo circulante. A avaliação está pelo custo médio de aquisição, inferiores aos valores do mercado.

(g) Serviços em Andamento

Nesta rubrica estão contabilizadas e demonstradas a valores históricos todas as despesas incorridas para a elaboração dos serviços, onde somente serão consideradas como custo, compondo o resultado do período, no momento em que seus respectivos faturamentos ocorrerem, objetivando dessa forma atender o princípio da competência.

(h) Demais Ativos Circulantes e Não Circulantes

São apresentados ao valor de sua realização, sendo que os Depósitos Judiciais referem-se a ações trabalhistas, para os quais constitui provisões no Passivo Circulante, na rubrica de Provisões para Contingências.

(i) Investimentos

Os investimentos referem-se a participações em outras empresas, entre elas, OI S.A., Telebras – Telecomunicações Brasileiras S/A, CEEE - Companhia Estadual de Energia Elétrica, CTMR – Cia. Telefônica Melhoramento e Resistência, demonstrados ao custo de aquisição corrigido monetariamente até 31/12/95.

(j) Imobilizado

Esses ativos estão registrados ao custo de aquisição corrigidos monetariamente até 31/12/95. A depreciação é calculada pelo método das quotas constantes, com base em taxas determinadas em função do prazo de vida útil estimado dos bens, segundo parâmetros estabelecidos pela Legislação Tributária. Para os equipamentos de produção, utilizou-se a depreciação acelerada em função do número de horas diárias de operação.

(k) Intangível

Esses ativos estão registrados ao custo de aquisição corrigidos monetariamente até 31/12/95.

(l) Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social

Não foram constituídas provisões referentes ao imposto de renda e contribuição social, em decorrência do prejuízo fiscal apresentado quando da apuração do Lucro Real.

(m) Passivo Circulante e Não Circulante

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

(n) Outras Obrigações

Neste item registramos os cauções de contratos recebidos pela Cia., os valores gastos por funcionários em consignação com entidades financeira (Banrisul e Caixa Econômica Federal), além de outros valores repassados à terceiros.

(o) Resultado do Exercício

É apurado em conformidade com o regime contábil obedecendo ao princípio da competência.

(p) Demonstração dos Fluxos de Caixa

A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada pelo método indireto e está apresentada de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 e a Resolução CFC n.º 1.296/2010.

4. Imobilizado

Discriminação	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Depreciação Anual
Terrenos	1.769.907,19	--x--	1.769.907,19	-- x --
Prédios	9.226.948,71	7.408.580,38	1.818.368,33	4%
Equip. de Produção	48.430.093,78	38.569.378,43	9.860.715,35	40%
Equip. de Apoio	3.388.463,89	1.982.863,46	1.405.600,43	20%
Instalações/Outros	9.398.114,28	5.404.296,08	3.993.818,20	17% (1)
Benf. Prédios de Terc.	978.124,24	491.604,19	486.520,05	20%
Totais	73.191.652,09	53.856.722,54	19.334.929,55	

(1) Taxa Média

Em atendimento à Lei n.º 6.404/76 e suas atualizações, bem como o pronunciamento técnico CPC PME (Seção 18) aprovado pelas Resoluções CFC n.º

1.255/09 e 1.285/10, foi realizada a reclassificação do item "Programas de Computador" que pertencia ao grupo do Ativo Imobilizado para o grupo do Ativo Intangível.

A Companhia também avaliou a existência de qualquer indicação de que um ativo possa estar com seu valor contábil superior ao seu valor recuperável. A conclusão foi que o valor do ativo imobilizado é totalmente recuperável, não havendo a necessidade de reconhecer perdas por desvalorização.

5. Intangível

Discriminação	Custo	Amortização Acumulada	Líquido	Amortização Anual
Programas de Computador	20.663.472,38	12.779.915,72	7.883.556,66	20%
Direito Uso Telefone	2.911,08	--X--	2.911,08	-- X --
Marcas	5.101,65	--X--	5.101,65	-- X --
Totais	20.671.485,11	12.779.915,72	7.891.569,39	

6. Parcelamento de Contribuições Previdenciárias

Corresponde ao acordo de parcelamento de dívidas com o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, realizado em 120 parcelas, vencíveis até junho de 2013, sujeitos a juros equivalentes à taxa de juros de longo prazo (TJLP).

As parcelas de Longo Prazo foram transferidas para o curto prazo no exercício de 2012, obedecendo desta forma a legislação.

7. Parcelamento de Obrigações Tributárias

(a) PASEP

Corresponde ao acordo de parcelamento de dívidas com a Secretaria da Receita Federal - SRF, realizado em 120 parcelas, vencíveis até junho de 2013, sujeitos a juros equivalentes à taxa do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC) para títulos federais, acumulada mensalmente, e adicionados de um por cento relativamente ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado.

As parcelas de Longo Prazo foram transferidas para o curto prazo no exercício de 2012, obedecendo desta forma a legislação.

(b) PASEP - DÍVIDA ATIVA

Corresponde ao acordo de parcelamento de dívidas com a Secretaria da Receita Federal - SRF, realizado em 120 parcelas, vencíveis até junho de 2013, sujeitos a juros equivalentes à taxa do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC) para títulos federais, acumulada mensalmente, e adicionados de um por cento relativamente ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado.

As parcelas de Longo Prazo foram transferidas para o curto prazo no exercício de 2012, obedecendo desta forma a legislação.

(c) COFINS

Corresponde ao acordo de parcelamento de dívidas com a Secretaria da Receita Federal - SRF, realizado em 120 parcelas, vencíveis até junho de 2013, sujeitos a juros equivalentes à taxa de juros de longo prazo (TJLP).

As parcelas de Longo Prazo foram transferidas para o curto prazo no exercício de 2012, obedecendo desta forma a legislação.

8. Patrimônio Líquido - Capital Social

O Capital Social é composto de 384.127.394 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, com a seguinte composição:

Acionistas	Tipo	Quantidade	%
Estado do Rio Grande do Sul	ON	381.956.457	99,43
OI S.A.	ON	1.366.594	0,36
CORSAN – Companhia Riograndense de Saneamento	ON	431.557	0,11
IPERGS – Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul	ON	372.786	0,10
Total das ações		384.127.394	100,00

A Companhia possui um saldo de Capital a Integralizar, remanescente da subscrição de ações em 26/11/2012, na ordem de R\$45.500.000,00, conforme Boletim e Ata de Assembléia Geral Extraordinária n.º 98.

O valor patrimonial da ação em 31/12/12 é de R\$ 0,14, considerando a subscrição de 237.848.860 ações, conforme AGE acima mencionada, integralizado em 2012 o valor de R\$14.500.000,00, sendo o saldo previsto para integralização até o final do exercício de 2014, conforme “Boletim de Subscrição de Ações”.

9. Outras informações

(a) Coberturas de Seguros

A Companhia mantém coberturas de seguros por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos.

Destacamos, a seguir, a posição dos seguros mantidos na data de encerramento do exercício social:

Objeto	Modalidade	Valor Segurado
Prédios, equipamentos, móveis e utensílios	Incêndio	70.400.000,00
Veículos	Colisão, incêndio e roubo	* Ver abaixo
Seguro de Vida em Grupo	Morte e invalidez	16.395.000,00

*Valor de Mercado Referenciado pela tabela de referência do FIPE (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas) utilizando-se o fator de ajuste de 100% (cem por cento) sobre o valor de cotação do veículo, na data de liquidação do sinistro (Cláusula 2.3 do contrato).

(b) Provisões para Contingências

As atuais provisões contemplam as estimativas feitas pela Assessoria Jurídica Trabalhista, sobre contingências que possam resultar em perda para a Companhia, sendo classificadas no Passivo Circulante e Não Circulante, conforme a expectativa de desembolso.

- As ações trabalhistas estão representadas por 102 processos, movidos por ex-empregados e terceiros, abrangendo, principalmente, reconhecimento de vínculo, horas extras, FGTS e diferenças de salários.
- As ações cíveis estão representadas por 04 processos movidos por terceiros.

Contingência	Curto Prazo	Longo Prazo
Trabalhista	2.789.706,45	1.264.108,59
Cíveis	-	217.697,16
Total	2.789.706,45	1.481.805,75

(c) Plano Complementar de Aposentadoria e Pecúlio/Pensões

O Instituto Assistencial da PROCERGS – PROCIOUS, é uma pessoa jurídica de direito privado, criada na forma de sociedade civil pela PROCERGS – Cia. de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul, que tem por finalidade prestar assistência, promover o bem-estar social e suplementar a previdência oficial em favor dos empregados e dirigentes da mantenedora. A Companhia, na qualidade de mantenedora, contribui anualmente com um percentual sobre a folha de pagamento, suficiente para, em conjunto com a contribuição dos beneficiários, assegurar a cobertura do plano de custeio, atuarialmente calculado.

10. Ajustes de Exercícios Anteriores

Foram registrados em Lucros ou Prejuízos Acumulados, no Patrimônio Líquido, os seguintes ajustes:

Discriminação	Valor
AJUSTES NEGATIVOS:	
• Valor despesa telefonia fixa OI S.A. provisionado a menor no exercício de 2011.....	(129.888,09)
• Valor cancelamento diversas faturas BANRISUL, emitidas indevidamente em exercícios anteriores.....	(65.708,87)
Soma	(195.596,96)

**Companhia Riograndense
de Mineração
CRM**

COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA E CONSELHOS**Diretoria (*)**

Elifas Marion Kerller Simas
Márcio Lopes Cairuga
Eduardo Martins Medeiros

Diretor Presidente
Diretor Administrativo
Diretor Técnico

Conselho de Administração ()****• Membros Titulares**

Claudemir Bragagnolo
Elifas Mariom Kerller Simas
Baltazar Balbo Garagorri Teixeira
Alessandro Pires Barcellos
Carlos Eduardo Grisolia da Rosa
Flavio Koutzii

Presidente

• Membros Suplentes

Mari Elisabeth Trindade Machado
Elisabete Magali Grando Barbosa
Ilsa Maria Praxedes do Canto
Carlos Robério Garay Corrêa
João Victor de Oliveira Domingues

Conselho Fiscal (*)****• Membros Titulares**

Andrew Carvalho Pinto
Dilce Abgail Rodrigues Pereira
Cleber Palma Domingues
Álvaro Rodrigo Woiciechoski da Silva
Fabiana Fauri Calçada

Presidente

• Membros Suplentes

Luciane Sant'Anna Peralta
Carlos Artur Hauschild
Antônio Geraldo de Souza Henriques Filho
Lauro Roberto Lindemann Hagemann
Fábio Silva Machado

(*) Eleição e posse em 18.01.2011, reeleição em 30.01.2013

(**) Eleição e posse em 18.01.2011, reeleição em 30.01.2013

(***) Eleição e posse em 06.04.2011

1. Relatório da Diretoria

A Diretoria da Companhia Riograndense de Mineração – CRM apresenta a seguir as demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2012, acompanhadas do parecer do Conselho Fiscal e manifestação do Conselho de Administração, bem como destaca os aspectos e eventos operacionais e administrativos mais significativos da gestão no mesmo período.

1.1. Apresentação da Empresa

A Companhia Riograndense de Mineração - CRM é uma sociedade de economia mista estadual, criada pela Lei nº. 5.835/69, inscrita no CNPJ sob o nº 92.724.145/0001-53, registrada no Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM - Processo nº. 802.767/70, localizada na Rua Botafogo, 610, em Porto Alegre - RS, com Unidades Mineiras em operação nos Municípios de Minas do Leão e Candiota, tendo como objeto, basicamente, a pesquisa, a lavra, o beneficiamento e a comercialização de carvão mineral e outros bens minerais.

1.2. Conjuntura Econômica

O ano de 2012 foi marcado pela instabilidade econômica internacional, reflexo do aprofundamento da crise financeira da Europa. No Brasil, o Governo promoveu ajustes visando blindar o país contra os efeitos da desaceleração da economia global, reduzindo juros e tributos. Entre as ações tomadas neste ano estão a desoneração das folhas de pagamentos, a redução das taxas básicas de juros e incentivos fiscais de depreciação acelerada visando manter uma trajetória satisfatória de crescimento. Mesmo assim, a expectativa firmada no início do ano de um crescimento do PIB em torno de 3,5% em 2012, não foi alcançada.

No que se refere ao carvão mineral, permaneceu indefinida uma política do Governo Federal para o Setor, questão que se espera deva ser resolvida durante 2013, tendo em vista as necessidades cada vez maiores de geração térmica como forma de preservar a operação do Sistema Interligado Nacional – SIN.

1.3. Desenvolvimento Operacional

1.3.1. Produção e Comercialização

Durante 2012 a CRM operou com a produção da Mina de Candiota programada para o mínimo contratual de 275.000 t/mês ou 3.300.000 t/ano de carvão CE 3.300 no abastecimento da Usina Termoeletrica Presidente Médici – UPME, Fases A + B + C, da Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica – CGTEE. No entanto, problemas operacionais nas Fases A + B e de ajustes na Fase C limitaram este fornecimento durante o exercício, o que sem dúvida prejudicou o desempenho operacional da CRM. A Mina de Candiota encerrou o ano com um fornecimento à UPME/CGTEE de 2.802.703,56 t, ou seja, aproximadamente 15% a menos do que o programado.

Na Mina do Leão, o fornecimento à Usina de São Jerônimo se manteve no mínimo contratual de 6.500 t/mês ou 78.000 t/ano de carvão CE 4.200.

O quadro abaixo mostra a evolução da produção no último quinquênio:

CARVÃO VENDÁVEL (t)

TIPO	2008	2009	2010	2011	2012	VARIACÃO % 2012 / 2011
CE 6300	0	0	0	0	0	0,00
CE 5500	0	0	0	0	0	0,00
CE 5200	44.704	50.053	53.277	12.195	3.751	-69,24
CE 4700	0	13.155	0	0	4.885	100,00
CE 4500	30.168	15.433	8.002	942	0	-100,00
CE 4200	44.406	53.136	39.092	46.923	42.494	-9,44
CE 3300	1.636.709	1.661.920	1.699.102	2.000.466	2.615.895	30,76
CE 5200*	1.300	19.179	15.831	0	0	0,00
CE 4200*	0	1.615	643	2.301	4.513	96,13
CE 5500*	47.551	0	1.583	4.797	2.945	-38,61
ROM	5.946	0	0	0	0	0,00
TOTAL	1.810.784	1.814.491	1.817.530	2.067.624	2.674.483	29,35

*Carvões Finos

1.3.2. Produtividade

A produtividade do exercício de 2012 continuou sendo determinada pela limitação nas encomendas efetuadas pela Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica- CGTEE, em função de problemas operacionais internos da Usina Termelétrica Presidente Médici - UPME no período. O cálculo mantém os mesmos critérios adotados anteriormente, ou seja, considera também todos os serviços que são terceirizados em atividades meio.

DESCRIÇÃO	2008	2009	2010	2011	2012
Carvão Vendável (t/ano)	1.810.784	1.814.491	1.817.530	2.067.624	2.914.363
Total Homem/dia	87.461	83.504	83.483	109.702	115.049
PCV * (t/H/d)	20,70	21,73	21,77	18,85	25,33

* Índice de Produtividade do Carvão Vendável – PCV

1.4. Desempenho Operacional

Os dados comparativos da Companhia de maior relevância para avaliação de seu desempenho operacional, registrados nas demonstrações financeiras dos últimos cinco exercícios fiscais, são os apresentados nos quadros abaixo:

DADOS COMPARATIVOS DA CRM

Valores históricos em reais

DESCRIÇÃO	2008	2009	2010	2011	2012
Receita Bruta Anual	92.549.022	97.557.110	105.861.897	149.481.715	158.665.290
Receita Líquida Anual	86.711.894	91.382.960	99.741.480	142.682.298	151.508.331
Custos dos Prod. Vendidos	53.418.346	61.954.381	67.641.658	78.520.447	104.135.365
Resultado Bruto	33.293.548	29.428.579	32.099.822	64.161.851	47.372.966
Despesas Operacionais	17.591.729	12.553.010	17.218.415	35.913.413	15.432.192
Res. Oper. antes Res. Financ.	15.701.819	16.875.569	14.881.407	28.248.438	31.940.774
Resultado Financeiro	-11.160.605	-12.608.717	-13.168.955	-43.031.041	-16.204.780
Resultado Operacional	4.541.214	4.266.852	1.712.452	-14.782.603	15.735.994
Investimentos	20.086.567	13.412.074	23.969.737	23.049.975	16.279.155

Valores em reais de 31/12/2012, com base na variação do IGP-DI/FGV.

DESCRIÇÃO	2008	2009	2010	2011	2012
Receita Bruta Anual	115.240.173	123.237.882	120.151.667	161.584.768	158.665.290
Receita Líquida Anual	107.971.899	115.438.459	113.205.085	154.234.824	151.508.331
Custos dos Prod. Vendidos	66.515.446	78.263.150	76.772.268	84.877.995	104.135.365
Resultado Bruto	41.456.454	37.175.309	36.432.817	69.356.830	47.372.966
Despesas Operacionais	21.904.866	15.857.444	19.542.643	38.821.206	15.432.192
Res. Oper.a/Resultado. Financ.	19.551.588	21.317.866	16.890.174	30.535.623	31.940.774
Resultado Financeiro	-13.896.960	-15.927.815	-14.946.567	-46.515.126	-16.204.780
Resultado Operacional	5.654.628	5.390.051	1.943.607	-15.979.503	15.735.994
Investimentos	25.011.388	16.942.646	27.205.292	24.916.257	16.279.155
Produção carvão ROM (t)	1.886.063	2.013.187	2.015.205	2.207.739	2.914.363
Pessoal Próprio	348	344	401	402	429

1.5. Investimentos

Ao longo do ano de 2012 os investimentos em novos equipamentos e em melhorias na infraestrutura das Unidades Mineiras, principalmente na Mina de Candiota, totalizaram R\$ 16,28 milhões. Estes recursos são oriundos da própria geração de caixa da CRM.

As novas aquisições fazem parte de um projeto de expansão da Companhia, que visa a redução de contratação de serviços terceirizados nos processos operacionais das minas.

1.6. Empreendimentos em desenvolvimento:

É a seguinte a situação dos principais empreendimentos que a CRM participa:

1.6.1. Mina de Candiota

A Mina de Candiota, vinculada ao abastecimento da Usina Termelétrica Presidente Médici – UPME, Fases A + B + C, de propriedade da Companhia de Geração

Térmica de Energia Elétrica – CGTEE, com capacidade instalada de 446 MW e localizada no município de Candiota (RS). Durante 2012 a CRM deu continuidade a implantação do plano de expansão desta unidade através de investimentos realizados exclusivamente com recursos próprios. O este projeto visa a implantação de uma capacidade instalada de 5.000.000 t/ano de carvão CE 3.300.

1.6.2. Mina do Leão II

A Mina do Leão II permanece arrendada à Carbonífera Criciúma S.A., que vem efetuando o pagamento do valor de “royalties” mínimo estabelecido no contrato de arrendamento. Sua entrada em operação deverá propiciar à CRM o recebimento de “royalties” quando da venda do carvão produzido, bem como permitir a geração de renda e emprego na região. Sem abrir mão da propriedade dos títulos minerários e das instalações mineiras e, contando com garantias contratuais contra eventuais insucessos no projeto de retomada da Mina do Leão II, a CRM buscou uma solução racional para o aproveitamento dos recursos investidos em instalações e equipamentos naquela unidade mineira.

1.6.3. Mina do Iruí

A CRM, durante 2012, continuou efetuando estudos geológicos e tratativas visando a implantação de uma nova unidade mineira para o abastecimento de empreendimentos de geração termoeletrica na região do Município de Cachoeira do Sul.

1.7. Novos Empreendimentos

Embora prejudicadas pela não participação do carvão mineral no Leilão A – 5 realizado ao final de 201, foram mantidas tratativas e ações de apoio e colaboração ao desenvolvimento de novos projetos termelétricos em solo gaúcho, principalmente na jazida de Candiota. Estas tratativas deverão ter seguimento em 2013 visando aumentar a participação do carvão mineral na matriz de geração de energia elétrica nacional.

1.8. Capitalização

Durante o exercício de 2011 a CRM negociou junto ao seu acionista controlador, o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, através da Junta de Coordenação Financeira da Secretaria da Fazenda/RS, um processo de capitalização dos créditos que o Estado detinha junto à CRM oriundos de avais honrados e juros sobre o capital próprio pendente desde 2004 e sua respectiva atualização monetária. Em decorrência desta negociação, foram reconhecidas no balanço de 2011, despesas financeiras no montante de R\$ 27,3 milhões, ocasionando um prejuízo contábil da ordem de R\$ 16,9 milhões. Este processo foi finalizado durante o exercício de 2012, após a promulgação da respectiva Lei. Estas providências permitiram uma melhora significativa no perfil do Passivo Exigível da Companhia ao mesmo tempo em que aumentou seu Patrimônio Líquido. A capitalização também proporciona melhores condições para a CRM captar recursos junto ao mercado visando atender futuros investimentos vinculados a novos projetos termoeletrônicos em estudo, principalmente na Jazida de Candiota.

1.9. Gestão Administrativa

Durante o ano de 2012 a CRM procurou, através de ações nas Superintendências e nas diversas Gerências, desenvolver políticas visando atender às diretrizes propostas pelo Governo do Estado, com o objetivo de cumprir metas, sempre aliadas à missão de pesquisar, produzir e comercializar carvão e outros minerais, com sustentabilidade e responsabilidade social, preservando o ambiente e contribuindo para o desenvolvimento do Estado, visando, ao final de todo e qualquer processo, o fortalecimento da CRM como empresa pública. Ainda, se buscou de forma bastante intensa aprimorar a política para desenvolvimento dos Recursos Humanos com vistas à valorização dos colaboradores, através da implantação do Programa de Treinamentos e Desenvolvimento, melhorias no local de trabalho, aperfeiçoamento das atividades de ginástica laboral, estudos sobre jornada de trabalho, negociação com os Sindicatos para readequações na política salarial da empresa nos acordos coletivos do trabalho, entre outros.

1.9.1. Novo Plano de Cargos e Salários

Com o objetivo de reduzir a desigualdade salarial entre os seus funcionários, aproximando as faixas salariais mais baixas das mais altas, a CRM implantou no início de 2012 um novo Plano de Cargos e Salários. A medida busca promover a valorização do quadro funcional por entender a importância de cada colaborador no processo de desenvolvimento da empresa. Uma das principais alterações introduzidas pelo novo Plano de Cargos e Salários da Companhia foi a ascensão das referências, para os funcionários que estavam na classe A, dependendo do tempo de serviço. Com isso, os salários iniciais da categoria registraram substancial aumento, tornando possível ao funcionário ingressante na Companhia alcançar do início ao final da carreira, em 36 anos de trabalho, as 14 referências da tabela salarial. Outra mudança foi a desvinculação das promoções por merecimento e antiguidade. Agora, promoção por antiguidade acontece automaticamente a cada três anos para todos os funcionários, com um acréscimo salarial de 5%. Já a promoção por mérito ou merecimento, pode ser pleiteada a cada cinco anos, com aumento de 20%, sendo considerados critérios de seleção: formação, qualificação do profissional, entre outros.

1.9.2. Participação nos Lucros e Resultados

Em 2012 foi assinado entre a CRM e os sindicatos envolvidos com a empresa, um novo acordo referente ao programa de Participação nos Lucros e Resultados (PLR), referente aos dois anos seguintes, condicionados ao atingimento das metas de desempenho operacionais estabelecida pelo indicador Razão Operacional (ROP). Para 2013 a participação será de 3,5% dos Resultados das Operações antes das Despesas e Receitas Financeiras (RO a/RFL), se positivo, e 4% para 2014. Os valores obtidos serão distribuídos de forma uniforme entre os funcionários da empresa.

1.9.3. Higienização de uniformes

O setor de segurança e saúde do trabalho da CRM passou a disponibilizar, em setembro de 2012, um sistema de higienização dos uniformes usados pelos

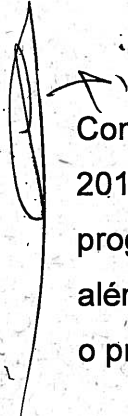
colaboradores da área operacional da Companhia. O projeto busca se adequar à Lei Estadual Nº 13.892 de 02/01/2012, que responsabiliza as empresas que utilizam produtos nocivos à saúde do trabalhador e ao meio ambiente, pela higienização dos uniformes, botas, luvas e demais equipamentos. Para isso, a CRM adquiriu novos uniformes contendo todos os critérios necessários para preservar a segurança de seus colaboradores. Além do uniforme padrão, foram adquiridas vestimentas especiais para os funcionários do setor elétrico, confeccionados com um tecido não condutor de corrente elétrica e corta chamas.

1.9.4. Sistema de Telemetria

No segundo semestre de 2012 a CRM implantou um sistema de telemetria para o rastreamento de seus veículos. Ao todo o sistema abrange os 101 veículos da Companhia, sendo 5 em Porto Alegre, 18 em Minas do Leão e 78 em Candiota. Com este serviço a CRM passa a ter melhor controle da frota, estabelecendo critérios de uso, de racionalização e de redução de custos. A telemetria também garante o gerenciamento de riscos, a segurança dos veículos e passageiros, a redução de acidentes e o aumento da produtividade, assegurando o correto emprego da frota.

1.10. Responsabilidade Social

1.10.1. Qualidade de Vida



Com o objetivo de promover o bem estar aos seus colaboradores, a CRM criou em 2011 o programa Qualidade de Vida. Desenvolvido em parceria com SESI, o programa, oferece atividades físicas, serviços de consultas, avaliações de saúde, além de proporcionar um estilo de vida mais saudável para o trabalhador. Em 2012 o programa foi ampliado com os seguintes serviços:

- **Plano Odontológico SESIMAX.**

O Plano de atendimento odontológico aos colaboradores e dependentes da CRM, que já era oferecido em Candiota, passou a atender também aos funcionários da Sede e de Minas do Leão

- **Licença maternidade**

Através da adesão ao Programa Empresa Cidadã, do Governo Federal, a Companhia Riograndense de Mineração (CRM) passou a oferecer as suas colaboradoras dois meses a mais de licença maternidade. O benefício foi anunciado em março de 2012, durante as comemorações do Dia Internacional da Mulher, com o objetivo de facilitar a conciliação entre trabalho e maternidade, sobretudo nos primeiros meses de vida do bebê. A regulamentação do Decreto Lei 7.054/2009 autorizou empresas públicas e privadas a ampliar a licença de 120 dias para 180 dias, mas a iniciativa é opcional.

1.10.2. Programa Treinamento & Desenvolvimento

Atendendo a uma demanda de seus colaboradores, a CRM assinou convênio com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) para oferecer diversos cursos de qualificação profissional. Na primeira etapa do convênio, foram oferecidos cerca de 40 cursos de diversas áreas, o que representou aproximadamente 600 vagas.

1.10.3. Convênios e Parceria

- **Centro Integral do Alunado**

A CRM renovou em 2012 o convênio com o projeto Centro Integral do Alunado (CIA) desenvolvido pela Prefeitura Municipal de Minas do Leão. O convênio, que existe desde 2007, conta com auxílio financeiro mensal da CRM para pagamento de recursos humanos e materiais. O projeto, que propõe atividades durante o contraturno escolar, atende a mais de 200 crianças e adolescentes matriculados nas escolas municipais e estaduais de Minas do Leão. Além de oficinas de teatro, música e artes, os jovens praticam atividades físicas e ambientais, assim como participam de passeios educativos, que proporcionam novas experiências culturais.

- **Oscip Vigilantes Ambientais**

A CRM assinou em 2012 convênio com o Projeto Vigilantes Ambientais, desenvolvido pela Organização Social Civil de Interesse Público (OSCIP) Vigilantes Ambientais. O Projeto, que já contava com a parceria da CRM, tem como objetivo

formar multiplicadores de educação ambiental em Candiota, através de cursos oferecidos uma vez por ano. Até o final de 2011 o Projeto Vigilantes Ambientais já havia formado cerca de 200 agentes ambientais, que receberam noções teóricas e participaram de atividades práticas como trilhas, mutirões e plantios de árvores em áreas da comunidade.

- **Centros de Inclusão Digital**

Telecentro do Museu do Carvão

O Telecentro do Museu Estadual do Carvão, em Arroio dos Ratos, foi desenvolvido através de uma parceria entre a Companhia Riograndense de Mineração e a Companhia de Processamento de Dados do RS (Procergs). Inaugurado em janeiro de 2012, o Telecentro conta com cinco terminais onde as pessoas podem acessar à Internet, com banda larga de 10Mb, além da “Praça Digital”, que permite o acesso sem fio na área externa do Museu. Para instalação do Telecentro a CRM também viabilizou a reforma do espaço físico onde ele funciona, assim como o mobiliário e dois estagiários. Já o suporte técnico, instalação e equipamentos ficaram sob a responsabilidade da Procergs.

Telecentro de Candiota

Inaugurado em dezembro de 2012, o Telecentro Comunitário de Candiota foi desenvolvido a partir de parceria entre a CRM, a Associação de Funcionários de Candiota – AFUCAN, e a Companhia de Processamento de Dados do RS (Procergs). Além de ceder os computadores, a CRM realizou uma reforma no local cedido pela AFUCAN especialmente para receber o Telecentro. A Companhia também disponibilizou três monitores para dar assistência ao público. O Telecentro da AFUCAN conta com dez computadores, sendo um para monitoramento e nove terminais para a população, todos com acesso à Internet banda larga. No local, também é viabilizada a impressão de documentos.

- **Doação de terrenos em Candiota**

Em 2012 a CRM realizou a doação de 38 terrenos urbanos para o município de Candiota. As áreas serão destinadas pela prefeitura de Candiota a um projeto de habitação popular, em que serão construídas casas para pessoas de baixa renda. A área doada, de aproximadamente 28 mil m², está localizada no Bairro Vila Dario Lassance.

1.10.4. Programa CRM de Patrocínios

Criado no início de 2012, o Programa CRM de Patrocínios visa a seleção de projetos socioambientais, através de editais públicos, que contribuam com o desenvolvimento do Estado. Além de formalizar o processo, oportunizando que qualquer pessoa jurídica possa participar da seleção, os editais trazem mais transparência e imparcialidade no repasse de patrocínios. As seleções são semestrais e aceitam projetos enquadrados em uma das quatro categorias: culturais e esportivas; ambientais; sociais voltados à inclusão e promoção social; e técnico-científicos relacionados ao carvão mineral.

1.11. Meio Ambiente

Em 2012, destacamos, na Mina do Leão, a recuperação ambiental de expressiva área na antiga Mina Boa Vista. Houve sequencia nos trabalhos ambientais na atual área de mineração (Mina São Vicente Norte), além de avanços consideráveis na recuperação de áreas junto à área do beneficiamento, no Pátio P1.

Na Mina de Candiota foi duplicada a área do viveiro de mudas arbóreas nativas e instalada uma estufa de germinação. Iniciou-se experimento, na Malha II, antiga área de mineração, visando melhorar o aspecto das áreas recuperadas, refazendo-se a terra vegetal perdida durante a mineração e implantando nova vegetação.

Foi lançado Edital de licitação para elaboração do Estudo de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) para as áreas da Jazida de Candiota na qual a CRM possui concessões de pesquisa e lavra; as propostas técnicas estão em análise e o contrato com a firma vencedora deve ser assinado no primeiro semestre de 2013.

No quadro a seguir, podemos acompanhar a evolução dos serviços ambientais, nos últimos cinco anos, nas unidades mineiras da CRM (em hectares):

			2008	2009	2010	2011	2012
MALHAS IV e VII (Candiota)	ÁREA IMPACTADA		448	461	477	507	553
	RECOMPOSIÇÃO TOPOGRÁFICA		395	413	420	456	471
	RECUPERAÇÃO VEGETAL		386	398	410	454	476
MALHA II (Candiota)	ÁREA IMPACTADA		356	356	356	356	356
	RECOMPOSIÇÃO TOPOGRÁFICA		356	356	356	356	356
	RECUPERAÇÃO VEGETAL		356	356	356	356	356
MALHA I (Candiota)	ÁREA IMPACTADA		65	65	65	65	65
	RECOMPOSIÇÃO TOPOGRÁFICA		54	54	54	59	59
	RECUPERAÇÃO VEGETAL		28	41	47	58	58
BOA VISTA (Leão)	ÁREA IMPACTADA		41	41	41	41	41
	RECOMPOSIÇÃO TOPOGRÁFICA		26	26	26	26	35
	RECUPERAÇÃO VEGETAL		15	21	21	21	24
SÃO VICENTE NORTE (Leão)	ÁREA IMPACTADA		7	13	27	39	41
	RECOMPOSIÇÃO TOPOGRÁFICA		0	3	5	11	16
	RECUPERAÇÃO VEGETAL		0	1	3	9	13
TOTAIS CRM	ÁREA IMPACTADA	Total	917	936	966	1.008	1.056
	RECOMPOSIÇÃO TOPOGRÁFICA	Total	831	852	861	908	937
	RECUPERAÇÃO VEGETAL	Total	791	817	837	898	927

1.12. Perspectivas

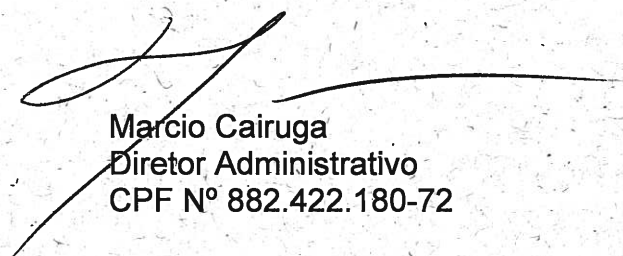
O regime pluviométrico ocorrido em 2011 e 2012 e sua consequência no armazenamento de água nos reservatórios das usinas hidroelétricas, mostrou claramente a necessidade de fontes complementares de energia elétrica, principalmente termelétrica, em um sistema essencialmente hidrelétrico, como o Sistema Interligado Nacional - SIN, de modo a regulá-lo. Este sistema, com base nos estudos realizados pela Empresa de Pesquisas Energéticas – EPE continuará necessitando da expansão da geração termelétrica, ainda mais que significativa parte dos projetos de usinas hidrelétricas previstos não vem conseguindo obter o licenciamento ambiental necessário. Por sua vez, a Petrobrás informou aos

empreendedores habilitados com projetos de usinas a gás no último leilão de energia nova A-5, realizado ao final de 2011, que não teria condições de garantir aos mesmos a oferta de suprimento do combustível necessário. Como fontes alternativas restam, portanto, além do carvão mineral, projetos de usinas eólicas e de biomassa, as quais não oferecem disponibilidade de energia firme. Outro fator importante a considerar por questões elétricas é a localização da Jazida de Candiota, no extremo sul do SIN. Esta situação geográfica permite uma geração elétrica com usinas térmicas a carvão em condições de propiciar uma maior segurança operacional e uma significativa redução de perdas elétricas na distribuição desta energia, além de favorecer uma possível exportação de energia aos demais países do extremo sul do continente. Assim, a fonte carvão, por ser disponível e nacional, portanto, sem o dispêndio de divisas e independente de questões políticas externas, deveria ser incentivada embora haja questões ambientais envolvidas. Dentro de uma perspectiva sustentável e não passional, usinas termoeletricas a carvão representam menos de 2% de um setor, que como um todo, é responsável por 1,5% das emissões de gás carbônico (CO₂) do país. A adoção de uma política racional para o carvão mineral nacional propiciará excelentes perspectivas futuras para a CRM em um horizonte não muito distante, já que é detentora dos direitos minerários das maiores e mais economicamente competitivas reservas de carvão do país.

Porto Alegre, 31 de dezembro de 2012.



Elifas Simas
Diretor Presidente
CPF Nº 252.982.750-87



Marcio Cairuga
Diretor Administrativo
CPF Nº 882.422.180-72



Eduardo Martins Medeiros
Diretor Técnico
CPF Nº 345.068.969-04

2.1. Balanço Patrimonial

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

Ativo	2012	2011
Circulante	112.796	101.903
Disponibilidades	23.628	36.123
Contas a receber de clientes	12.277	12.123
Demais contas a receber (nota 2.5.2.2)	33.295	20.448
Estoques (nota 2.5.3)	14.559	13.654
Despesas do exercício seguinte	29.037	19.555
Não Circulante	257.474	251.994
Realizável a longo prazo	3.126	3.001
Devedores por aquisição de imóveis	25	26
Empréstimos, depós.compulsórios (nota 2.5.4)	1.412	2.975
Outros valores	1.689	0
Investimentos (nota 2.5.5)	170.481	54
Custo	174.453	4.026
(-) Provisão para perda	(3.972)	(3.972)
Imobilizado (nota 2.5.6)	81.996	248.939
Custo	223.572	404.289
(-) Depreciação e exaustão acumulada	(102.700)	(116.474)
(-) Provisão para perda	(38.876)	(38.876)
Intangível	1.871	0
Total	370.270	353.897

Balanço Patrimonial
Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

Passivo	2012	2011
Circulante	69.582	100.926
Fornecedores	9.568	6.026
Salários e encargos sociais	2.370	2.527
Impostos e contribuições sociais	4.473	9.252
Provisão para contingências (nota 2.5.9)	2.542	2.340
Demais contas a pagar (nota 2.5.7)	32.483	21.897
Juros sobre o capital próprio	18.146	58.884
Não Circulante	23.570	139.455
Empréstimos e financiamentos (nota 2.5.8)	0	108.148
Contribuição social	0	111
Provisão para contingências (nota 2.5.9)	3.561	2.322
Provisão p/impostos diferidos (nota 2.5.14)	6.076	6.232
Tributos federais a recolher (nota 2.5.10)	13.933	22.641
Patrimônio líquido	277.118	113.516
Capital social (nota 2.5.11.1)	251.465	235.430
Reserva de reavaliação (nota 2.5.11.3)	11.865	12.169
Lucro/Prejuízos acumulados	13.788	(134.083)
Total	370.270	353.897

2.2. Demonstração do Resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

	2012	2011
Receita bruta das vendas	158.665	149.482
(-) Impostos sobre vendas	(7.157)	(6.800)
Receita líquida de vendas	151.508	142.682
(-) Custo dos produtos vendidos	(104.135)	(78.520)
Lucro bruto	47.373	64.162
Despesas / Receitas operacionais	(14.274)	(35.040)
Comerciais	(1.362)	(1.430)
Gerais e administrativas	(24.336)	(20.410)
Outras despesas	(936)	(185)
Despesas indedutíveis	(4.089)	(17.580)
Outras receitas (nota 2.5.12 c)	16.449	4.565
Resultado das operações antes das despesas e receitas financeiras (nota 2.5.18)	33.099	29.122
Resultado financeiro líquido (nota 2.5.12 a/b)	(16.205)	(43.031)
Resultado antes da contribuição social e do imposto de renda	16.894	(13.909)
Contribuição social (nota 2.5.13)	(683)	(587)
Imposto de renda (nota 2.5.13)	(1.807)	(1.559)
Resultado antes da reversão dos juros sobre capital próprio	14.404	(16.055)
Reversão dos juros s/capital próprio (nota 2.5.11.2)	10.691	0
Participação dos empregados no Resultados das Operações (nota 2.5.19)	(1.158)	(874)
Prejuízo/Lucro líquido do exercício	23.937	(16.929)
Prejuízo/Lucro por lote de mil ações do capital social	2,09	(3,61)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

2.3. Demonstração do Fluxo de Caixa pelo Método Indireto

Exercício findo em 31 de dezembro

Em milhares de reais

	2012	2011
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo Líquido do Exercício	13.246	(16.929)
Ajustes:		
Depreciações/Exaustões/Amortizações	6.707	4.456
Custo das baixas do ativo imobilizado	839	0
Juros e Variações Monetárias ativas	(719)	108
Juros e Variações Monetárias passivas	7.158	34.139
Reversão Provisão para contingencias fiscais	1.152	(2.491)
Reversão Provisão para contingencias trabalhistas	1.506	(446)
Provisão tributárias. Trabalhistas e outras	(1.882)	3.097
Provisão para impostos e contribuições sociais	2.490	2.146
Lucro líquido ajustado	30.497	24.080
Variações no ativo:		
(Aumento) contas a receber de clientes	(153)	(265)
(Aumento) estoques	(905)	(4.829)
(Aumento) outras contas a receber	(10.537)	(17.918)
(Aumento)/Redução créditos tributários	(8.705)	(998)
Variações no passivo:		
Aumento/(Redução) fornecedores	3.311	(665)
(Aumento)/Redução impostos e contribuições	(7.491)	5.666
Aumento contingencias trab. e cíveis	253	0
Aumento contribuições sociais a recolher	(455)	5.154
Aumento outras contas a pagar	(33.286)	15.605
(Aumento)/Redução tributos parcelados de Longo Prazo para Curto Prazo	4.657	5.171
(Redução) Demais Contas exigível a longo prazo	37.417	(666)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	14.603	30.335
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Amortização de financiamentos	14.171	5.924
Caixa líquido das atividades de financiamento	14.171	5.924
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Imobilizado	(16.279)	(23.081)
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	(16.279)	(23.081)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	(12.495)	13.178
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	36.123	22.945
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	23.628	36.123

2.3.1. Informações Complementares à Demonstração dos Fluxos de Caixa

A variação no caixa e equivalentes de caixa foi à seguinte:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>	<u>Variação</u>
Disponibilidades	<u>23.626</u>	<u>36.122</u>	<u>(12.496)</u>
Caixa	23	24	(1)
Disponibilidades em bancos	1.000	1.810	(810)
Aplicações financeiras	22.604	34.230	(11.626)
Numerário em trânsito	0	58	(58)

2.4. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido de 2012

	Capital Social	Reserva de Reavaliação	Reservas de Lucros	Prejuízos Acumulados	Lucros Acumulados	Total Geral
Saldos em 31 de dezembro 2010	235.430	12.472		(117.613)		130.289
Ajuste de exercícios anteriores						
Reserva de reavaliação						
Realização da Reserva de Reavaliação		(460)		460		
Prov. Tributos diferidos s/res. Reavaliação		156				156
Juros sobre o capital próprio						
Lucro líquido do exercício				(16.930)		(16.930)
Saldos em 31 de dezembro 2011	235.430	12.168		(134.083)		113.515
Ajustes de Exercícios anteriores				197		197
Saldo em 31 de dezembro 2011 (ajustado)	235.430	12.168		(133.886)		113.712
Aumento de Capital	150.000					150.000
Redução de Capital	(133.965)					(79)
Reserva de Lucros			13.788	133.886	(13.788)	
Reserva de reavaliação						
Realização da Reserva de Reavaliação		(460)			345	(115)
Prov. Tributos diferidos s/res. Reavaliação		156				156
Ajustes de Exercícios anteriores					197	197
Lucro líquido do exercício					23.938	23.938
Reversão dos Juros Sobre Capital Próprio					(10.692)	(10.692)
Saldos em 31 de dezembro 2012	251.465	11.864	13.788	-	-	277.117

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeira)

2.5. Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2012.

2.5.1. Contexto Operacional

A Companhia tem como atividade preponderante a produção, pesquisa, beneficiamento e exploração industrial e comercial de carvão mineral.

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, contemplando as disposições da legislação societária brasileira e os Pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs).

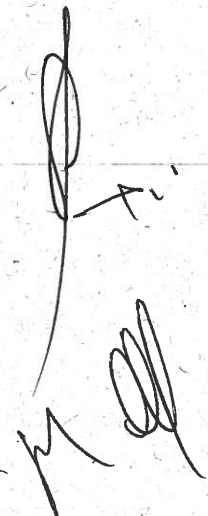
As alterações trazidas pela Lei nº 11.638/07 e pela Lei nº 11.941/09 à Lei nº 6.404/76 estão sendo observadas integralmente e adotadas quando aplicável.

2.5.2. Principais Contas e Práticas Contábeis

2.5.2.1. Apuração do Resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência, com o reconhecimento dos rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, à índices ou taxas oficiais, incidentes sobre ativos e passivos circulantes e à longo prazo, bem como, quando aplicável, os efeitos de ajustes de ativos para o valor de mercado ou de realização.

2.5.2.2. Demais Contas a Receber: R\$ 33.295 mil (R\$ 20.448 mil em 2011), compondo-se de:

- 
- a) Adiantamentos e Contas Correntes R\$ 572 mil (R\$ 507 mil em 2011);
 - b) Impostos Federais Pagos a Maior – R\$ 5 mil (R\$ 4 mil em 2011);
 - c) IRRF/CSLL retidos sobre faturamento Lei nº 10.833/03 – R\$ 1.220 mil (R\$ 276 mil em 2011);
 - d) PIS/COFINS não Cumulativo a restituir – R\$ 397 mil (R\$ 397 mil em 2011);

e) Créditos PIS/COFINS não Cumulativo Lei nº. 10.833/03 - R\$ 9.364 mil (R\$ 4.767 mil em 2011);

f) IRPJ/CSLL a compensar - R\$ 10.833 mil (R\$ 10.997 mil em 2011);

g) Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS a Recuperar - R\$ 3.632 mil (R\$ 2.455 mil em 2011), correspondente a créditos do ICMS, proveniente das apurações mensais de ICMS a recolher, sempre credoras, por ser a venda de maior valor à CGTEE e ocorrer com o imposto diferido;

h) Controle de Crédito do ICMS do Ativo Permanente (CIAP) - R\$ 1.788 mil (R\$ 0 mil em 2011);

i) Amortização Parcelamento IRPJ - R\$ 1.571 mil (R\$ 560 mil em 2011);

j) Aplicações Caixa Único - R\$ 1.165 mil (R\$ 211 mil em 2011);

l) Outros Valores - R\$ 2.748 mil (R\$ 274 mil em 2011);

2.5.3. Estoques

Os materiais em estoque são destinados ao consumo e à manutenção e conservação de equipamentos e máquinas. O custo é determinado usando-se o método da Média Ponderada, inferior aos custos de reposição ou valores de realização. O estoque de produtos, ou seja, o carvão mineral, está avaliado pelo custo incorrido nas diversas fases de sua formação, apurado através de sistema do custo integrado com a contabilidade financeira.

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Carvão	<u>9.364</u>	<u>8.842</u>
Produtos Acabados	<u>2.702</u>	<u>1.742</u>
Produtos em Elaboração	<u>6.662</u>	<u>7.100</u>
Almoxarifado	<u>5.195</u>	<u>4.812</u>
Total	<u>14.559</u>	<u>13.654</u>

2.5.4. Empréstimos e Depósitos Compulsórios: R\$ 1.412 mil (R\$ 2.975 mil em 2011), tendo como valores mais relevantes:

- a) Depósitos para Garantia de Juízo Trabalhista referentes a diversos processos, no valor de R\$ 361 mil (R\$ 916 mil em 2011);
- b) Depósito nº. 2007.72.04.003267-0 – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, (auto de penhora) no valor de R\$ 717 mil (R\$ 717 mil em 2011);
- c) Depósitos Trabalhistas – R\$ 334 mil (R\$ 1.342 mil em 2011).

2.5.5. Investimentos

O valor total de R\$ 170.481 mil corresponde a: R\$ 10 mil em ações da subsidiária integral, Companhia Operadora de Mineração - COM, R\$ 23 mil em ações e quotas noutras empresas, R\$ 21 mil em participações vinculadas a incentivos fiscais, registrados pelo método do custo de aquisição e R\$ 170.428 mil em investimentos referentes ao arrendamento da Mina do Leão II, que foram reclassificados de imobilização em andamento para investimentos.

2.5.6. Imobilizado e Intangível

O Imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição. No exercício de 2012 a Companhia procedeu novamente à revisão da vida útil econômica dos bens existentes do ativo imobilizado atendendo a lei 11.638/07 de CPC 27 e CPC 04 revisto pela empresa Ferrari Organização e Avaliações Patrimoniais Ltda. e ficou concluído que não houve mudança da vida útil das espécies e das taxas de depreciação atual.

a) Provisão para Perda

Conforme o demonstrativo a seguir, permanece com uma Provisão para Perda com "Ajuste a Valor de Mercado", no valor de R\$ 38.876 mil constituída no balanço de 31 de dezembro de 1997, correspondente a bens que, no contexto da

Lei Estadual nº. 10.900/96 seriam transferidos para integralização de capital em subsidiária integral.

b) Demonstrativo do Imobilizado/Intangível:

ITENS	SALDO EM 2011	ADIÇÕES	BAIXAS	TRANSFE- RÊNCIAS	DEPREC./ EXAUSTÃO	SALDO EM 2012	Taxas de depreciação anual em %
Terrenos e Terras	1.968	0	0	(68)	0	1.900	0
Terrenos e Terras-Reaval.	5.650	0	0	68	0	5.718	0
Prédios de Uso/Residenciais	10.291	31	0	(539)	0	9.783	0,03 a 6,81
Prédios de Uso/Resid-Reaval.	2.849	0	0	852	0	3.701	0,03 a 6,81
Jazidas e Horto Florestais	10.114	0	(16)	955	0	11.053	0,19 a 2,50
Equip.de Produção	106.481	10.146	(8.359)	0	0	108.268	0,06 a 100,00
Equip.de Produção-Reaval.	17.000	0	0	0	0	17.000	2,23
Equip.de Manutenção	2.424	381	(891)	0	0	1.914	0,11 a 13,31
Equip.de Beneficiamento	8.585	87	(3.870)	0	0	4.802	0,25 a 17,40
Equip.de Escritório	1.382	88	(584)	0	0	886	0,20 a 48,15
Outros Equipamentos	8.650	623	(1.551)	0	0	7.722	0,27 a 45,99
Instalações	17.455	66	(5.039)	0	0	12.482	0,10 a 6,67
Outras Imobilizações	481	0	(3)	0	0	478	3,71 a 100,00
Bens em Operação	193.330	11.422	(20.313)	1.268	0	185.707	
Deprec./Exaustão Acumulada	(116.474)	0	20.169	0	(6.707)	(103.012)	0
Subtotal	76.856	11.422	(144)	1.268	(6.707)	82.695	
Bens Patrim.s/Operação	0	0	0	7.446	0	7.446	0
Intangível-Proj.Ampl.Candiota	0	0	0	2.182	0	2.182	0
Subtotal	0	0	0	9.628	0	9.628	
Imobilização em Andam.	210.959	4.857	(4.072)	(181.324)	0	30.420	
Direitos em Formação	3.853	0	(695)	(3.158)	0	0	0
Bens em Formação	207.106	4.857	(3.377)	(178.166)	0	30.420	0
Subtotal	287.815	16.279	(4.216)	(170.428)	(6.707)	122.743	
Ajustes a Valor de Mercado	(38.876)	0	0	0	0	(38.876)	0
Total	248.939	16.279	(4.216)	(170.428)	(6.707)	83.867	

Para melhor classificação contábil, o valor referente ao projeto de implantação da Mina do Leão II que se encontra arrendado à Carbonífera Criciúma, foi transferido para o Ativo – Investimentos, no montante de R\$ 170.428 mil.

Foi também transferido por melhor classificação contábil para a conta do Ativo Intangível o gasto com o projeto de ampliação da Mina de Candiota, que até o ano de 2011 encontrava-se em Bens em Formação, passando a ser amortizado no prazo de 14 (catorze) anos.

A Lei n.º 11.638/07 eliminou a opção de realizar a reavaliação espontânea de bens. A Companhia optou em manter o saldo da reserva de reavaliação até a sua efetiva realização. Assim o valor do ativo imobilizado reavaliado existente no início do exercício social passa a ser considerado como novo valor de custo para fins de mensuração e determinação do valor recuperável.

Os impostos incidentes sobre a referida reserva foram destacados em conta do Não Circulante.

A reserva de reavaliação, no patrimônio líquido, será realizada para a conta de lucros acumulados, na mesma base que vinha sendo efetuada antes da promulgação da Lei 11.638/07.

De acordo com a Lei n.º 6.404/76 e Pronunciamento Técnico CPC 01, a Companhia realizou análise da capacidade de recuperação (teste de impairment) dos bens registrados no imobilizado através da comparação dos valores contábeis aos valores de uso, utilizando para tanto o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados gerados por esses bens. O estudo demonstrou que o valor do ativo imobilizado é recuperável, não havendo perda a ser registrada.

2.5.7. Demais Contas a Pagar: R\$ 32.483 mil (R\$21.897 mil em 2011), compondo-se basicamente de:

- a) Aluguéis e contas a pagar - R\$ 117 mil (R\$ 88 mil em 2011);
- b) Encargos sociais a pagar - R\$ 3 mil (R\$ 1 mil em 2011);
- c) Retenções de empregados a recolher - R\$ 650 mil (R\$ 544 mil em 2011);
- d) Provisões para encargos sociais - R\$ 5.175 mil (R\$ 3.829 mil em 2011);
- e) Adiantamento de clientes - R\$ 26.477 mil (R\$ 17.390 mil em 2011);
- f) Termos de convênios - R\$ 15 mil (R\$ 13 mil em 2011);
- g) Retenções contratuais - R\$ 46 mil (R\$ 32 mil em 2011).

2.5.8. Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos, na sua totalidade em moeda nacional, são atualizados monetariamente com base na variação da Taxa Selic, quando captados no mercado interno, e pela variação de moedas estrangeiras, quando originários de captação externa.

No ano de 2012, o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, que era o credor deste financiamento, integralizou o total da dívida que em 2011 era de R\$ 108.148 mil em aumento do Capital Social.

2.5.9. Provisão para Contingências

A Companhia responde a diversas ações trabalhistas, cíveis e fiscais, cuja defesa está sendo promovida por sua assessoria jurídica, e mantém o registro da provisão para contingências para cobrir eventuais perdas que possam advir de decisões desfavoráveis nessas ações. Nas datas das demonstrações financeiras, a Companhia apresentava os seguintes passivos e correspondentes depósitos judiciais (ativo), relacionados a contingências:

Ações	<u>Provisões</u>		<u>Depósitos Judiciais</u>	
	2012	2011	2012	2011
	Passivo Circulante		Ativo Circulante	
Fiscais	2.542	2.340	0	0
Trabalhistas	0	0	0	0
	Passivo Não Circulante		Ativo Não Circulante	
Trabalhistas	2.768	1.009	333	377
Fiscais	0	14	0	964
Cíveis	793	1.299	0	0
	3.561	2.322	333	1.341
Total	6.103	4.662	333	1.341

De acordo com a expectativa de êxito, no entendimento da consultoria jurídica Sbaraini Direito Empresarial, a Companhia não está constituindo provisão para pagamento de diferenças devidas de PIS e COFINS, no montante aproximado de R\$ 41.859 mil, conforme processos nº. 11080-014.351/2008-37 e 11080-721.627/2010-51, junto a Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB.

Ainda conforme entendimento de expectativa de êxito pela consultoria jurídica Sbaraini, a Companhia não está constituindo provisão para pagamento do lucro inflacionário acumulado em 31/12/1995, no montante aproximado de R\$ 1.048 mil, conforme processo n 11.080.006.710/2004-59, junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB.

Foi constituída a provisão dos honorários de sucumbência contra a Companhia no valor de R\$ 2.542 mil (R\$ 2.340 mil 2011), cuja origem é o processo nº 11080-007.266/2003-16 junto à PGFN, execução fiscal federal 2006.71.00.047343-7-RS.

2.5.10. Tributos Federais a Recolher: R\$ 13.933 mil (R\$ 22.641 mil em 2011)

Deste total, R\$ 13.835 mil (R\$ 22.488 mil em 2011) refere-se a parcelamento obtido junto a Procuradoria da Fazenda Nacional - PGFN, nos termos da lei n.º 11.941/09 relativo à IRPJ inscrito em dívida ativa.

Por força de decisão favorável (no segundo grau) proferida no julgamento do recurso de apelação interposto no Mandado de Segurança 5048981-801.2011.404.7100-RS.

A Companhia possui outros quatro parcelamentos de IRPJ que totalizam em R\$ 98 mil (R\$ 153 mil em 2011).

2.5.11. Patrimônio Líquido

2.5.11.1. Capital Social

O Capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 251.465 mil (R\$ 235.430 mil em 2011), representado por 10.896.426 ações ordinárias (4.693.999.235 ações ordinárias em 2011), todas nominativas e sem valor nominal.

O capital autorizado é de R\$ 418.593 mil (R\$ 268.593 em 2011)

2.5.11.2. Remuneração do Capital Próprio

A Companhia efetuou no exercício o cálculo de juros sobre o capital próprio, dentro dos limites estabelecidos pela Lei nº. 9.249/95, no valor de R\$ 10.691 mil. O montante de juros sobre o capital próprio foi creditado aos acionistas e contabilizado como despesa financeira para fins fiscais. Para fins de divulgação e adequação aos princípios contábeis, foi realizada a reversão dos juros sobre o capital próprio na Demonstração de Resultado, e apresentado como distribuição de lucros nas Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido.

Capitalização e Juros sobre o Capital Próprio

Durante o exercício de 2011 a CRM negociou junto ao seu acionista controlador, o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, através da Junta de Coordenação Financeira da Secretaria da Fazenda/RS, um processo de capitalização dos créditos que o Estado detinha junto à Companhia.

A partir de uma avaliação objetiva efetuada no primeiro semestre de 2011 foi detectado que, desde a assinatura do 2º Termo de Acordo CRM/Estado, a Companhia já pagara R\$ 42.049 mil de uma dívida original de R\$ 42.588 mil e ainda estava devendo R\$ 86.780 mil.

Portanto, no entendimento das equipes técnicas da CRM e da Junta de Coordenação Financeira, as taxas de juros praticadas no termo de Acordo CRM/Estado não tinha mais correspondência com a realidade nacional atual. A reversão dos juros sobre o capital próprio e os créditos oriundos das garantias prestadas e consolidadas nos Termos de Acordos firmados em capitalização do Estado na CRM permitiria uma expressiva melhora no Passivo Exigível da Companhia e, em decorrência, um aumento em seu Patrimônio Líquido, base de cálculo para futuros pagamentos de juros sobre o capital próprio para o Estado.

Com base neste entendimento o Governo do Estado encaminhou Projeto de Lei à Assembleia Legislativa pedindo autorização para integralizar estes créditos

como aumento de capital, num montante de até R\$ 150 milhões, o que foi aprovado em 16 de fevereiro deste ano e sancionado e promulgado pela Lei nº 13.952, de 19 de março de 2012. Este processo encerrou com a Assembleia Geral Extraordinária da CRM, realizada em 04 de maio de 2012, que ratificou e homologou o aumento de capital realizado.

No âmbito destas negociações a CRM pode também, pela primeira vez desde sua criação, pagar ao Governo do Estado valores referentes aos juros de capital próprio. Ainda no final de 2011 foram repassados R\$ 8,7 milhões relativos ao ano de 2007. Em maio de 2012 foram pagos mais R\$ 11,7 milhões referentes aos anos de 2004, 2005 e 2006. Já em setembro de 2012 a Companhia repassou mais R\$ 5,8 do exercício de 2008. Ao todo, em dois anos a CRM efetuou pagamentos de cinco anos, o que ao todo ultrapassou R\$ 26 milhões transferidos para o Estado.

Eliminação do Prejuízo Acumulado

Para melhorar o perfil do seu balanço patrimonial, no final de 2012 a CRM optou, com autorização de seus conselhos e do Governo do Estado, por uma redução do capital social como meio de eliminar seus prejuízos acumulados. É importante salientar que esta redução preserva a vantagem fiscal inerente à existência de prejuízos acumulados de exercícios anteriores.

Ao todo foram revertidos R\$ 133.965 mil, diminuindo o capital social de R\$ 385.430 mil para R\$ 251.465 mil. A medida tem amparo no art. 173 da Lei 6.404/76, que dispõe que: Assembleia geral poderá deliberar a redução do capital social se houver perda, até o montante dos prejuízos acumulados, ou se julgá-lo excessivo.

2.5.11.3. Reserva de Reavaliação

A Lei n.º 11.638/07 eliminou a possibilidade de reavaliação espontânea de ativos, mas faculta que o saldo da reserva de reavaliação existente em 01/01/08 pode ser mantido até a sua efetiva realização. As reavaliações da Companhia ocorreram em 2004, em terrenos e terras; e em prédios de uso e residenciais no

montante de R\$ 9.196 mil; no ano de 2005 foram reavaliados equipamentos de produção no montante de R\$ 17.000 mil. A Companhia optou por manter o saldo da referida reserva no montante de R\$ 11.865 mil (R\$ 12.169 mil em 2011) líquidos da Contribuição Social e Imposto de Renda.

A realização da reserva de reavaliação efetuada com base nas depreciações, baixas ou alienações dos respectivos bens reavaliados é transferida para lucros acumulados, no montante de R\$ 460 mil (R\$ 460 mil em 2011).

2.5.12. Demonstração do Resultado

- a) Despesas Financeiras - R\$ 17.921 mil (R\$ 45.406 mil em 2011), tendo como valores mais significativos, R\$ 4.385 mil (R\$ 15.891 mil em 2011), correspondente a despesas c/financiamento permanente em moeda estrangeira, R\$ 13.536 mil (R\$ 29.515 mil em 2011) correspondente a juros e atualizações monetárias em R\$ 2.844 e provisão de juros sobre capital próprio 2012 de R\$ 10.691 mil.
- b) Receitas Financeiras - R\$ 1.716 mil (R\$ 2.375 mil em 2011), tendo como valor mais relevante, R\$ 1.692 mil (R\$ 2.327 mil em 2011), relativo a rendimento de aplicações caixa único e atualizações monetárias;
- c) Outras Receitas - R\$ 16.449 mil (R\$ 4.565 mil em 2011), tendo como valores mais relevantes a reversão de provisão para indenizações - R\$ 14.441 mil (R\$ 3.635 mil em 2011) e multa contratual - R\$ 2.161 mil (R\$ 2.131 mil em 2011) e a conta retificadora de PIS/COFINS - R\$ 203 mil (R\$ 1.218 mil em 2011);

2.5.13. Contribuição Social e o Imposto de Renda

A Contribuição Social e o Imposto de Renda sobre o Lucro Líquido são calculados conforme as normas estabelecidas para as empresas que tem como base de apuração o Lucro Real. A Companhia apura os mesmos com base em balancetes de redução e/ou suspensão, conforme a Lei n.º 8.981/95.

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	683	587
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	1.807	1.559

2.5.14. Provisão para Impostos Diferidos

Abaixo o Demonstrativo da Base de Cálculo da Provisão para Tributos Diferidos de Contribuição Social e o Imposto de Renda:

	Alíquota	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Reserva de reavaliação		17.941	18.401
Contribuição social	9%	1.615	1.656
Imposto de renda	15%	2.691	2.760
Adicional imposto de renda	10%	<u>1.770</u>	<u>1.816</u>
Provisão impostos diferidos		<u>6.076</u>	<u>6.232</u>

2.5.15. Cobertura de Seguros

A Companhia efetua a contratação de seguro para os seus veículos utilizados para deslocamentos em estradas intermunicipais, de bens imóveis de acordo com o nível de risco existente e de obrigações contratuais.

2.5.16. Plano de Previdência - Contribuição Definida

A Companhia é patrocinadora de um Plano de Previdência Complementar, o CRMPrev, operado pela Fundação CEEE de Seguridade Social. O mesmo é um plano de contribuição definida que prevê a participação paritária entre os funcionários e a Empresa.

O gasto total neste plano de contribuição definida foi de:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Plano de previdência complementar	1.550	1.139

2.5.17. Estrutura da Demonstração do Resultado

A Companhia apresenta a Demonstração do Resultado comparativo de 2012/2011 onde está incluído o Resultado das Operações antes das Despesas e Receitas Financeiras, conforme CPC 26, Resolução do CFC nº 1185, item 82.

Dessa forma a demonstração do Resultado Financeiro Líquido que até as demonstrações anteriores, ou seja, comparativo 2010/2009 posicionava-se dentro das Despesas/Receitas Operacionais e antes do Lucro do exercício antes da reversão da provisão, atualmente encontra-se entre o Resultado das operações antes das despesas e receitas financeiras e Resultado antes da contribuição social e do imposto de renda.

2.5.18. Participação nos Lucros ou Resultados (PLR)

O montando a ser distribuído será de 3,50% (três e meio por cento) do Resultado das Operações antes das Despesas e Receitas Financeiras – RO a/RFL, positivo, no montante de R\$ 33.099 mil, sendo assim provisionados para fins de

participação dos empregados no resultado das operações o valor de R\$ 1.158 mil, condicionados à aprovação pela Assembléia Geral Ordinária dos Acionistas.

Este montante é distribuído de forma uniforme entre os funcionários da empresa.

Porto Alegre, 19 de março de 2013.



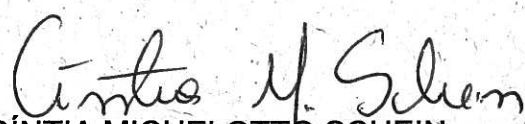
ELIFAS MARIOM KERLLER SIMAS
Diretor Presidente
CPF Nº 252.982.750-87



MÁRCIO LOPES CAIRUGA
Diretor Administrativo
CPF Nº 882.422.180-72



EDUARDO MARTINS MEDEIROS
Diretor Técnico
CPF Nº 345.068.969-04



CÍNTIA MICHELOTTO SCHEIN
Contadora CRC/RS 69.410/O-0
CPF Nº 763.763.410-15

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2012.

Eldorado do Sul, 18 de março de 2013.

Ilmos. Srs.

Diretores e Acionistas da

COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO (CRM)

Porto Alegre - RS

Examinamos as demonstrações contábeis da COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO (CRM), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO (CRM) é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Conhecimento que Gera Valor

Brasília - (61) 3321.5481
Curitiba - (41) 3322.8284

Fortaleza - (85) 3284.0159
Salvador - (71) 3351.8060

Recife - (81) 3465.0036
São Paulo - (11) 3819.2207

Porto Alegre - (51) 3342.5858
Rio de Janeiro - (21) 2539.2988

www.Audilink.com.br

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis

A companhia mantém conta credora no Imobilizado, no montante de R\$ 38.876 mil, oriundo de provisão para perda registrada em decorrência de avaliação patrimonial datada de 1997, do que os documentos suportes não identificam os bens correspondentes, não tendo sido possível, por isso, concluir sobre a adequação da referida provisão.

Opinião com ressalva

Em nossa opinião, exceto quanto a efeitos que possam advir do assunto descrito no parágrafo **Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis**, as demonstrações contábeis, acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO (CRM), em 31 de dezembro de 2012, o resultado de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Conhecimento que Gera Valor

Brasília - (61) 3321.5481
Curitiba - (41) 3322.8284

Fortaleza - (85) 3264.0159
Salvador - (71) 3351.6060

Recife - (81) 3465.0036
São Paulo - (11) 3819.2207

Porto Alegre - (51) 3342.5868
Rio de Janeiro - (21) 2539.2988

www.Audilink.com.br

Ênfase

Conforme a nota explicativa nº. 2.5.10, a Companhia reverteu o valor de R\$14.278 mil, com reflexo no resultado deste exercício, referente ao parcelamento de débitos de tributos federais, com base em Mandado de Segurança com decisão favorável em segundo grau, visando à reinclusão no REFIS da Lei 11.941/09. A reinclusão no referido programa REFIS ainda pende de homologação pela Procuradoria da Fazenda Federal.



AUDILINK & CIA. AUDITORES
CRC/RS 005275/F-2
NÉLSON CÂMARA DA SILVA
CONTADOR CRC/RS 23584/O-8 S-RS

Conhecimento que Gera Valor

Brasília - (61) 3321.5481
Curitiba - (41) 3322.8284

Fortaleza - (85) 3264.0159
Salvador - (71) 3351.6060

Recife - (81) 3465.0036
São Paulo - (11) 3819.2207

Porto Alegre - (51) 3342.5858
Rio de Janeiro - (21) 2539.2988

www.Audilink.com.br



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO
Carvão Gaúcho Gerando Energia e Desenvolvimento Social


PARECER DO CONSELHO FISCAL

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Companhia Riograndense de Mineração - CRM, no exercício das atribuições que nos confere o artigo 163, incisos I, II e VII da Lei nº 6.404/76, examinamos os documentos a que se referem os incisos I e II do artigo 133 da referida Lei, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012. Com base nas análises realizadas, bem como no acompanhamento efetuado ao longo de 2012 e considerando o Relatório dos Auditores Independentes datado de 18 de março de 2013, somos de opinião que as referidas peças estão em condições de serem apreciadas pela Assembléia Geral Ordinária de Acionistas.

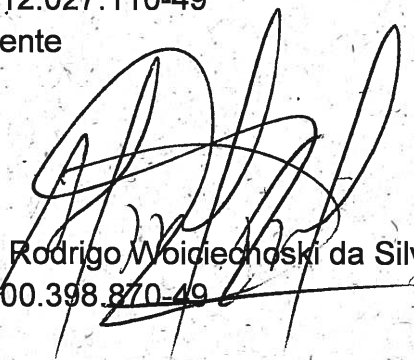
Porto Alegre, 19 de março de 2013.



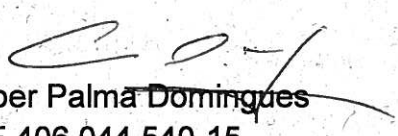
Andrew Carvalho Pinto
CPF 612.027.110-49
Presidente




Dilce Abigail Rodrigues Pereira
CPF 385.120.920-68



Álvaro Rodrigo Woiciechowski da Silva
CPF 700.398.870-49



Cleber Palma Domingues
CPF 406.044.540-15



Fabiana Fauri Calçada
CPF 786.172.000-49

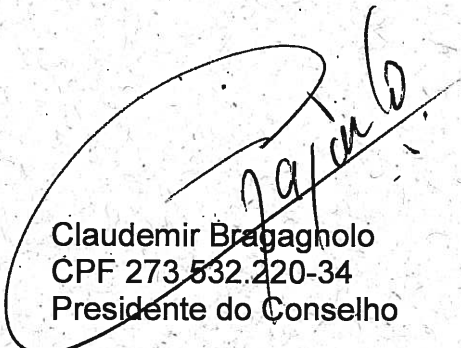


COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO
Caryão Gaúcho Gerando Energia e Desenvolvimento Social

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da Companhia Riograndense de Mineração – CRM, no uso das atribuições legais e estatutárias, tendo examinado, em reunião nesta data, o Relatório da Diretoria e as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício findo em 31-12-2012, ante os esclarecimentos prestados pelo Contador da Companhia e considerando o parecer dos auditores independentes, HLB Audilink Auditores & Consultores e do Conselho Fiscal, todos se manifestando favoravelmente às Demonstrações Financeiras da CRM, entende que sejam as mesmas apreciadas e aprovadas pela Assembléia Geral Ordinária de Acionistas. O Balanço, portanto, atende as formalidades legais e seu conteúdo se refere a atos praticados pela anterior gestão.

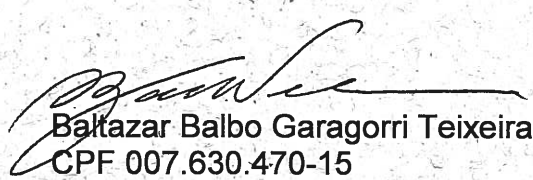
Porto Alegre, 19 de março de 2013.



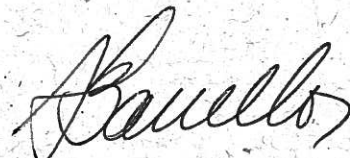
Claudemir Bragagnolo
CPF 273.532.220-34
Presidente do Conselho



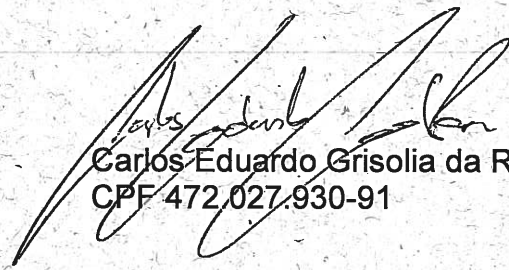
Elifas Mariom Kerller Simas
CPF 252.982.750-87



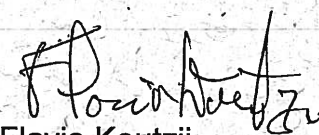
Baltazar Balbo Garagorri Teixeira
CPF 007.630.470-15



Alessandro Pires Barcellos
CPF 630.896.100-00



Carlos Eduardo Grisolia da Rosa
CPF 472.027.930-91



Flavio Koutzii
CPF 014.300.448-45

**CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL****CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL**

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se em situação regular.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME.....	: CINTIA MICHELOTTO SCHEIN
REGISTRO.....	: RS-069410/O-0
CATEGORIA.....	: CONTADOR
CPF.....	: 763.863.410-15

A presente CERTIDÃO não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que posteriormente, venham a ser apurados pelo CRCRS contra o referido registro.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: PORTO ALEGRE, 26.02.2013 as 11:23:07.

Válido até: 28.03.2013.

Código de Controle: 135201.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCRS.

**Companhia Operadora
de Mineração
COM**

Composição da Diretoria e Conselho Fiscal

Diretoria (*)

Elifas Mariom Kerller Simas
Marcio Lopes Cairuga
Eduardo Martins Medeiros

Diretor Presidente
Diretor Administrativo
Diretor Técnico

Conselho Fiscal ()**

• **Membros Titulares**

Andrew Carvalho Pinto
Cleber Palma Domingues
Fabiana Fauri Calçada (***)

Presidente

• **Membros Suplentes**

Dilce Abgail Rodrigues Pereira
Álvaro Rodrigo Woiciechiski da Silva
Luciane Sant'Anna Pereira

(*) Eleição e posse em 18/01/2011, reeleição na próxima AGO.

(**) Eleição e posse em 06/04/2011


(***) Eleição e posse em 19/11/2012.

1. RELATÓRIO DA DIRETORIA – 2012


A Diretoria da COMPANHIA OPERADORA DE MINERAÇÃO - COM, apresenta, a seguir, as Demonstrações Financeiras da Empresa, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, constando valores somente no Balanço Patrimonial – Ativo e Passivo -, face a sua constituição ocorrida em 27 de abril de 1998, sem nenhuma atividade operacional até esta data, bem como destaca o que segue:

1 - A Companhia Operadora de Mineração é uma Empresa Subsidiária Integral da Companhia Riograndense de Mineração, com a sua criação aprovada pela Assembléia Geral Extraordinária desta última, realizada no dia 17 de dezembro de 1997, nos termos da Lei Estadual n.º 10.900/96. A constituição da Subsidiária ocorreu em 27 de abril de 1998, com capital social inicial de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), dividido em dez mil (10.000) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de R\$ 1,00 (um real) cada uma, conforme escritura pública n.º 124 – geral 260, do 8º Tabelionato Albuquerque de Porto Alegre, com registro na mesma data, na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul, e inscrita no CNPJ – Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob n.º 02.720.677/0001-20.

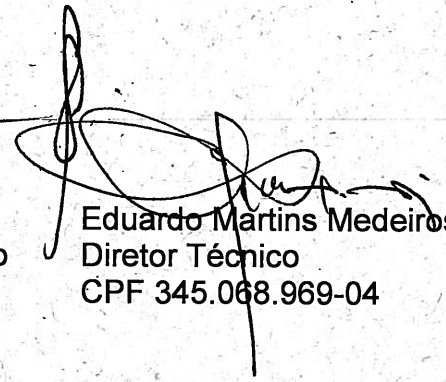
2 – Tem como objeto social promover a pesquisa, beneficiamento, exploração industrial e comercial de carvão mineral e de outras substâncias minerais em geral, cabendo-lhe ainda desenvolver projetos e atividades relacionadas ou que interessem ao objeto social e a elaborar, implantar e operar projetos que visem à recuperação, prevenção e minimização dos impactos ambientais causados por suas atividades, bem como atividades pretéritas da C.R.M. que mereçam reparos ambientais.



Elifas M. K. Simas
Diretor Presidente
CPF 252.982.750-87



Marcio L. Cairuga
Diretor Administrativo
CPF 882.422.180-72



Eduardo Martins Medeiros
Diretor Técnico
CPF 345.068.969-04

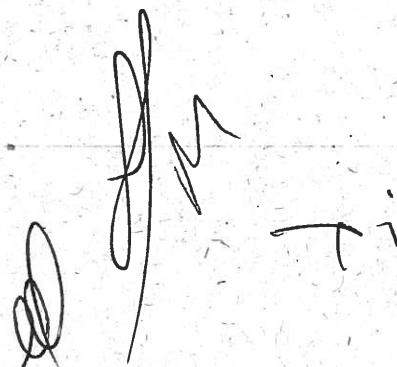
2. BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO

Em reais

Ativo	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Circulante	<u>39.081</u>	<u>37.755</u>
Disponibilidades	36.926	35.600
Créditos Tributários	2.155	2.155
Não Circulante		
Bens em Formação	<u>(4.580)</u>	<u>(11.919)</u>
Total	<u>34.501</u>	<u>25.836</u>
Passivo		
Circulante	<u>15.836</u>	<u>15.836</u>
Outros Contas a pagar	15.836	15.836
Não Circulante		
Dívidas com Controladora (nota 5.3)	8.665	0
Patrimônio Líquido	<u>10.000</u>	<u>10.000</u>
Capital Social	10.000	10.000
Total	<u>34.501</u>	<u>25.836</u>

3. Demonstração do Resultado em 31 de Dezembro
Em reais

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Receita bruta das vendas	0	0
Impostos sobre vendas	0	0
Receita líquida de vendas	0	0
Custo dos produtos vendidos	0	0
Lucro (prejuízo) bruto	0	0
(Despesas) e receitas operacionais	<u>0</u>	<u>0</u>
Gerais e administrativas	0	0
Tributárias	0	0
Outras receitas operacionais	0	0
Provisão multa fiscal dedutível	0	0
Resultado financeiro líquido	0	0
Resultado antes da contribuição social e imposto de renda	0	0
Contribuição social		
Imposto de renda		
Resultado líquido do exercício	<u><u>0</u></u>	<u><u>0</u></u>



4. Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados em 31 de Dezembro
Em reais

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Saldo Inicial	0	0
Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0
Parcela de Lucros Incorporados ao Capital	0	0
Reversão de Reservas	0	0
Lucro (Prejuízos) Líquido do Exercício	0	0
Proposta da Administração de Destinação do Lucro	0	0
Saldo Final de Lucros (Prejuízos) Acumulados	0	0

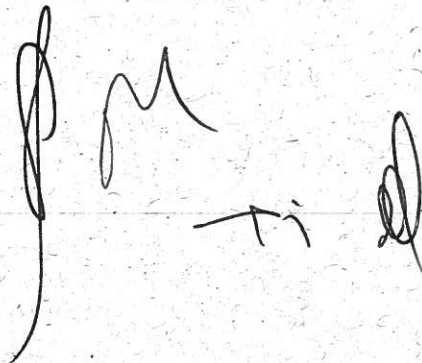
**5. NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012.****5.1 – Contexto Operacional**

A Companhia tem como objeto social promover a pesquisa, beneficiamento, exploração industrial e comercial de carvão mineral e de outras substâncias minerais em geral, cabendo-lhe ainda desenvolver projetos e atividades relacionadas ou que interessem ao objeto social, e a elaborar, implantar e operar projetos que visem à recuperação, prevenção e minimização dos impactos ambientais causados por suas atividades bem como atividades pretéritas da CRM que mereçam reparos ambientais.

5.2 – Práticas Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que contemplam as disposições da legislação societária do país e Pronunciamentos e Orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC homologados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

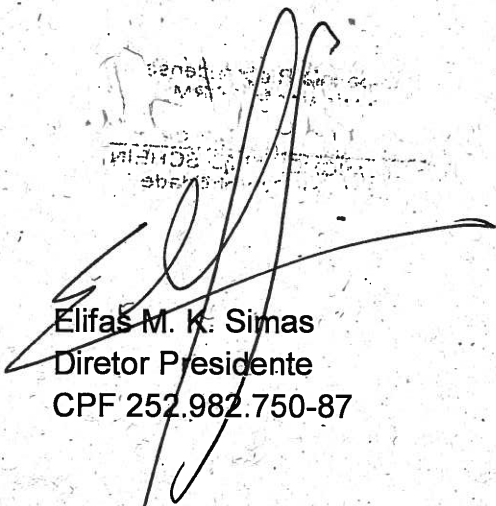
Os registros de sua constituição e despesas de manutenção administrativa estão contabilizados no ativo, Bens em Formação, face não ter a mesma entrado no ciclo operacional, até esta data. Também pelo mesmo motivo constam em conta retificadora do ativo, Bens em Formação, os rendimentos das aplicações financeiras; e o respectivo imposto de renda na fonte, no ativo circulante - créditos tributários.



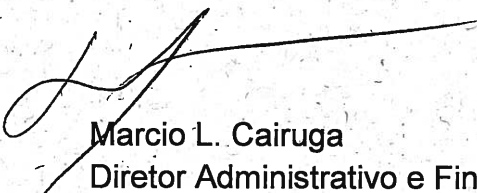
5.3 – Multas Fiscais Dedutíveis

A Companhia durante o ano de 2012 registrou dívidas com sua controladora, a Companhia Riograndense de Mineração – CRM, referente ao pagamento de juros e multas junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil e o Ministério do Trabalho e Emprego.

Como forma de prover meios ao cumprimento de obrigações fiscais dessa Cia, a Diretoria da Companhia Riograndense de Mineração CRM, através da Ata de Reunião de Diretoria nº 034/11 concordou por unanimidade com a proposição de efetuar um adiantamento, em espécie, para futuro aumento de capital em sua subsidiária integral Companhia Operadora de Mineração - COM, no montante de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). O efetivo adiantamento ocorrerá quando se der a necessidade financeira da COM e a proposição será submetida à aprovação de Assembléia Geral Ordinária.



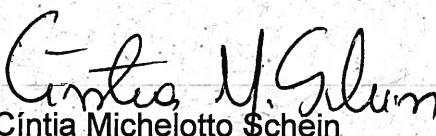
Elifas M. K. Simas
Diretor Presidente
CPF 252.982.750-87



Marcio L. Cairuga
Diretor Administrativo e Financeiro
CPF 882.422.180-72



Eduardo Martins Medeiros
Diretor Técnico
CPF 345.068.969-04

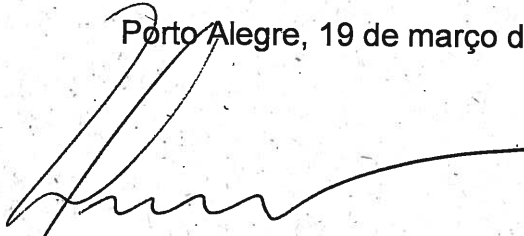


Cintia Michelotto Schein
Contador CRC/RS 69.410/O-0
CPF 763.863.410-15

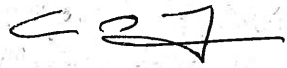
PAREÇER DO CONSELHO FISCAL

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Companhia Operadora de Mineração – COM, no exercício das atribuições que nos confere o artigo 163, incisos I, II e VII, da Lei n.º 6.404/76, examinamos os documentos a que se referem os incisos I, II, do artigo 133 da referida Lei, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, considerando a sua constituição em 27 de abril de 1998, e sem ter iniciado o ciclo operacional até esta data. Com base nesses exames e informações prestadas pela empresa, somos de opinião favorável às referidas peças, por atenderem às disposições estatutárias e legais, merecendo assim a sua aprovação pela Assembléia Geral de Acionistas.

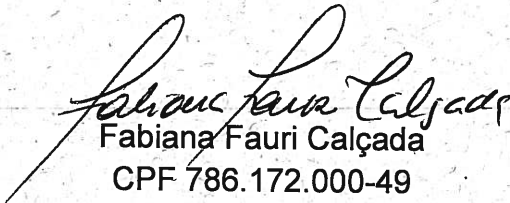
Porto Alegre, 19 de março de 2013.



Andrew Carvalho Pinto
CPF 612.027.110-49
Presidente



Cleber Palma Domingues
CPF 406.044.540-15



Fabiana Fauri Calçada
CPF 786.172.000-49

**CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL****CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL**

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se em situação regular.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME.....	: CINTIA MICHELOTTO SCHEIN
REGISTRO.....	: RS-069410/O-0
CATEGORIA.....	: CONTADOR
CPF.....	: 763.863.410-15

A presente CERTIDÃO não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que posteriormente, venham a ser apurados pelo CRCRS contra o referido registro.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: PORTO ALEGRE, 26.02.2013 as 11:23:07.

Válido até: 28.03.2013.

Código de Controle: 135201.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCRS.

**Companhia Riograndense
de Artes Gráficas
CORAG**

I - BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE (EM REAIS)

A T I V O	2012	2011
CIRCULANTE	<u>34.516.777,35</u>	<u>35.088.639,95</u>
Caixa e equivalentes de caixa.....	14.004.331,43	14.108.371,27
Faturas a Receber	13.800.527,30	14.590.664,22
Cheques a Receber	18.429,81	18.464,81
Adiantamentos a Funcionários	219.087,40	164.287,25
Impostos a Recuperar	3.556.071,24	3.649.861,56
Outros Créditos	158.630,34	153.295,76
Prêmios de Seguros a Vencer	1.161,32	20.531,82
Assinaturas e Anuidades a Vencer	7.319,52	16.939,45
Estoques Matéria-Prima	2.027.843,71	1.974.028,23
Estoques Materiais Diversos	723.375,28	392.195,58
NÃO CIRCULANTE.....	<u>32.449.391,99</u>	<u>32.844.642,95</u>
Empréstimos Compulsórios	30.450,76	30.450,76
Depósitos Judiciais	342.149,57	341.753,75
Juros a Receber do SIAC.....	8.685.641,55	7.860.332,77
INVESTIMENTOS	<u>110.043,24</u>	<u>110.043,24</u>
Participações em Outras Empresas	110.043,24	110.043,24
IMOBILIZADO	<u>23.281.106,87</u>	<u>24.502.062,43</u>
Custo Corrigido	37.382.486,13	35.952.637,22
(-) Depreciações Acumuladas	14.101.379,26	11.450.574,79
TOTAL DO ATIVO	R\$ 66.966.169,34	R\$ 67.933.282,90

PASSIVO	2012	2011
CIRCULANTE	11.304.769,59	9.819.605,12
Fornecedores	1.288.699,68	853.940,21
Outras Obrigações	1.005.827,08	664.070,42
Impostos a Recolher	4.740.747,46	1.573.683,16
Obrigações Sociais a Recolher	334.243,73	368.711,44
Provisões de Férias e Encargos Sociais.....	982.287,10	892.993,88
Dividendos, Juros Remuneratórios a Pagar.....	1.541.344,79	4.091.661,93
Publicidade Institucional.....	840.416,56	540.741,40
Ações de Responsabilidade Social.....	499.867,06	721.452,26
Contingências Trabalhistas	71.336,13	112.350,42
NÃO CIRCULANTE.....	1.258.026,28	618.511,62
Contingências Trabalhistas.....	1.258.026,28	521.387,05
Receitas Diferidas.....	0,00	97.124,57
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	54.403.373,47	57.495.166,16
Capital Social	7.953.859,23	7.953.859,23
Reservas de Capital	168.975,23	168.975,23
Reserva de Lucros	46.280.539,01	49.372.331,70
TOTAL DO PASSIVO	R\$ 66.966.169,34	R\$ 67.933.282,90

II - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE (EM REAIS)

	2012	2011
RECEITA BRUTA	55.480.916,47	51.751.636,75
Vendas de Produtos	536.054,00	442.907,29
Serviços Prestados	54.944.862,47	51.308.729,46
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	<u>6.921.803,26</u>	<u>6.834.163,71</u>
Vendas Canceladas	3.666.361,14	5.488.598,53
Impostos Sobre Vendas e Serviços	3.254.647,64	1.339.783,87
Descontos Concedidos	794,48	5.781,31
RECEITA LÍQUIDA	48.559.113,21	44.917.473,04
Custos dos Serviços Prestados e dos Produtos Vendidos.....	19.018.204,68	19.404.692,07
LUCRO BRUTO	29.540.908,53	25.512.780,97
Despesas Operacionais	<u>15.662.137,57</u>	<u>12.246.519,12</u>
Despesas com Vendas	3.448.796,68	1.987.767,84
Despesas Administrativas	13.115.477,57	11.601.334,48
Despesas Financeiras	86.335,20	55.072,95
Receitas Financeiras	988.471,88	1.397.656,15
LUCRO OPERACIONAL	13.878.770,96	13.266.261,85
Outras Despesas	17.152,00	48.671,73
Outras Receitas	114.321,52	115.616,95
LUCRO ANTES DA PROVISÃO DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E IMPOSTO DE RENDA	13.975.940,48	13.333.207,07
Provisão da Contribuição Social	2.074.478,14	1.120.129,54
Provisão do Imposto de Renda	5.736.083,17	3.062.775,85
LUCRO DO EXERCÍCIO	R\$ 6.165.379,17	R\$ 9.150.301,68
LUCRO LÍQUIDO POR LOTE DE 1000 AÇÕES	0,66	0,97

III - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE (EM REAIS)

	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE CAPITAL	RESERVAS DE LUCROS		TOTAL
		INCENTIVOS FISCAIS	RESERVA LEGAL	RESERVA DE LUCROS	
Saldo em 31/12/2010	7.953.859,23	168.975,23	1.590.771,85	48.640.958,76	58.354.565,07
Lucro Líquido do Exercício.....	-	-	-	9.150.301,68	9.150.301,68
Ajustes de Exercícios Anteriores.....	-	-	-	(1.848.150,00)	(1.848.150,00)
Dividendos Distribuídos.....	-	-	-	(4.591.059,82)	(4.591.059,82)
Distribuição Funcionários.....	-	-	-	(459.105,98)	(459.105,98)
Publicidade Institucional.....	-	-	-	(1.246.144,82)	(1.246.144,82)
Responsabilidade Social.....	-	-	-	(721.452,26)	(721.452,26)
Dividendos.....	-	-	-	(1.143.787,71)	(1.143.787,71)
Saldo em 31/12/2011	7.953.859,23	168.975,23	1.590.771,85	47.781.559,85	57.495.166,16
Lucro Líquido do Exercício.....	-	-	-	6.165.379,17	6.165.379,17
Dividendos Distribuídos.....	-	-	-	(6.265.329,37)	(6.265.329,37)
Distribuição Funcionários.....	-	-	-	(352.461,50)	(352.461,50)
Publicidade Institucional.....	-	-	-	(1.098.036,20)	(1.098.036,20)
Dividendos.....	-	-	-	(1.541.344,79)	(1.541.344,79)
Saldo em 31/12/2012	7.953.859,23	168.975,23	1.590.771,85	44.689.767,16	54.403.373,47

IV - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA INDIRETO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE (EM REAIS)

	2012	2011
FLUXO DE CAIXA DAS OPERAÇÕES		
Lucro líquido do exercício	6.165.379,17	9.150.301,68
Rubricas que não Afetam o Caixa:		
Depreciações.....	2.650.804,47	3.462.782,23
Dividendos Exercício Anterior.....	-6.265.329,37	-4.591.059,82
Dividendos Exercício.....	-1.541.344,79	-1.143.787,71
Outras Destinações.....	-1.450.497,70	-2.426.703,06
Ajustes de exercícios anteriores	0,00	-1.848.150,00
	-440.988,22	2.603.383,32
Variações do circulante:		
Recebimento de clientes	790.136,92	3.862.592,23
Estoques.....	-384.995,18	547.894,17
Impostos a Recuperar.....	93.790,32	-579.111,80
Outros recebimentos líquidos	-856.813,90	-1.388.173,98
Valores a fornecedores.....	434.759,47	430.775,60
Obrigações previdenciárias e trabalhistas.....	54.825,51	76.349,93
Tributos e obrigações sociais	3.167.064,30	-140.669,94
Contingências Trabalhistas.....	695.624,94	-98.642,36
Outros pagamentos líquidos	244.632,09	-1.395.514,79
Caixa Líquido (Gerado)/Consumido pelas Operações.....	3.798.036,25	3.918.882,38
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aquisição Imobilizado	-1.429.848,91	-2.087.344,80
Caixa Líquido Gerado/(Consumido) nas Atividades de Investimento	-1.429.848,91	-2.087.344,80
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Dividendos a Distribuir.....	1.541.344,79	1.143.787,71
Dividendos Distribuídos.....	-4.091.661,93	0,00
Lucros a distribuir a funcionários	0,00	69.415,74
Publicidade Institucional.....	299.675,16	540.741,40
Ações de Responsabilidade Social	-221.585,20	721.452,26
Caixa Líquido (Gerado)/Consumido nas Atividades de Financiamento	-2.472.227,18	2.475.397,11
(Aumento)/Redução Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	-104.039,84	4.306.934,69
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	14.108.371,27	9.801.436,58
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	14.004.331,43	14.108.371,27
	(104.039,84)	4.306.934,69

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS LEVANTADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 e 2011

NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Sociedade tem por objeto a edição, a publicação, a impressão e a distribuição do Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul e de outros Diários e veículos oficiais de divulgação, no âmbito das esferas dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário da União, dos Estados e dos Municípios; a execução de produtos e serviços gráficos em geral; a operacionalização de outros meios e veículos de comunicação, de acordo com as possibilidades tecnológicas contemporâneas, inclusive sistemas de digitalização e gerenciamento eletrônico de documentos, bem como a prestação de serviços de comunicação, diretamente ou por intermédio de terceiros, ao Estado, de modo a supri-lo adequadamente nesse campo de sua especialização.

NOTA 2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações Lei 6.404/76, incluindo as alterações promovidas pela lei 11.638/07 e pela lei 11.941/09, incluindo as normas e pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), nos seus aspectos materiais. Para fins de apresentação destas demonstrações, esse conjunto de regras é também denominado “BR GAAP”. Os pronunciamentos, as interpretações e as orientações do CPC, aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade – CFC estão parcialmente convergentes às normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB. Para a elaboração destas demonstrações financeiras, foi necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras da Companhia incluem, portanto, estimativas referentes a seleção das vidas úteis do ativo imobilizado, provisões necessárias para passivos contingentes, determinações de provisões para imposto de renda e contribuição social e outras similares.

2.2 – PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de forma consistente para as demonstrações financeiras da Companhia (BR GAAP):

- a) Moeda Funcional e de Apresentação: Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do ambiente econômico no qual a empresa atua (“moeda funcional”). As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), a moeda funcional da Companhia.
- b) Caixa e Equivalentes de Caixa: Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras.
- c) Títulos Vinculados ao Mercado Aberto: Estão demonstrados ao custo de aquisição, refere-se ao fundo de investimento Siac (Sistema Integrado de Administração de Caixa no Estado do Rio

Grande do Sul), cuja a remuneração está atrelada a variação do Fundo Super do Banrisul, podendo ser resgatado a qualquer tempo sem prejuízo da remuneração. Os rendimentos estão apropriados conforme regime de competência no ativo não circulante a receber.

d) Apuração do resultado - As despesas e receitas foram apropriadas pelo regime de competência.

e) Provisão para perdas – O valor de R\$ 3.323.210,78, foi constituído com base em análise criteriosa dos valores a receber e informações recebidas do setor jurídico. Este valor foi considerado suficiente para a expectativa de perdas na realização dos créditos.

f) Estoques - Os estoques de matéria-prima e materiais diversos foram avaliados pelo custo médio de aquisição e não superam os valores de mercado; os estoques de produtos prontos e em elaboração foram avaliados pelo custo de aquisição ou de produção.

g) Provisão para contribuição social – Foi calculada conforme norma estabelecida para as empresas que tem como base de apuração o lucro presumido. O tributo foi calculado contabilizado e recolhido pelo regime de caixa a alíquota de 9 % para o exercício 2012 e atendendo o disposto na Instrução Normativa SRF nº345 de 28 de julho de 2003, que determina que sejam oferecidas a tributação as receitas auferidas e ainda não recebidas para a migração do lucro presumido regime de caixa para o lucro real regime de competência no ano de 2013.

h) Provisão para o imposto de renda – Foi calculada conforme determina a legislação fiscal para as empresas que tem como base de apuração o lucro presumido. O tributo foi calculado contabilizado e recolhido pelo regime de caixa a alíquota de 15 % e mais o adicional de 10 % e atendendo o disposto na Instrução Normativa SRF nº345 de 28 de julho de 2003, que determina que sejam oferecidas a tributação as receitas auferidas e ainda não recebidas para a migração do lucro presumido regime de caixa para o lucro real regime de competência no ano de 2013.

i) Regime de caixa – Foi adotado o regime de caixa para apuração, recolhimento e registro dos impostos e contribuições sociais previsto na legislação fiscal.

j) Provisão para férias – Está representada pelo efetivo período adquirido, mais os encargos sociais correspondentes.

NOTA 3 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Esta conta contempla os seguintes valores:

	2012	2011
Caixa	4.648,87	9.454,74
Bancos	773.715,17	3.372.949,14
Aplicações no Siac	13.225.967,39	10.725.967,39
Total	14.004.331,43	14.108.371,27

NOTA 4 – SEGUROS CONTRATADOS

A Companhia contrata seguros considerados adequados para cobertura de eventuais sinistros em seus bens e valores. Os seguros vigentes em 31 de dezembro de 2012 tem valor de cobertura de R\$ 71.858.000,00, e cobrem principalmente os seguintes riscos:

Categoria	Riscos Cobertos	Valor de Cobertura	Vigência
Patrimonial	Incêndios, Explosões e danos causados por fenômenos da natureza.	65.110.000,00	31/05/2012 a 31/05/2013
Veículos	Danos materiais, pessoais,	220.000,00	25/05/2012 a 25/05/2013
	acidentes pessoais a	330.000,00	13/04/2012 a 13/04/2013
	passageiros com invalidez	110.000,00	22/02/2012 a 22/02/2013
	ou morte.	136.000,00	31/12/2011 a 25/05/2013
Vida	Morte, invalidez permanente /funcional total ou parcial coletivo para funcionários.	5.952.000,00	31/05/2012 a 31/05/2013

NOTA 5 – FATURAS A RECEBER

Os valores a receber da Companhia estão demonstrados pelos seus valores originais.

Especificação	Valores em R\$
Faturas a receber 1999	1.585,88
Faturas a receber 2000	181.446,37
Faturas a receber 2001	129.815,57
Faturas a receber 2002	164.029,96
Faturas a receber 2003	115.377,67
Faturas a receber 2004	305.630,14
Faturas a receber 2005	453.808,37
Faturas a receber 2006	1.147.184,39
Faturas a receber 2007	333.306,60
Faturas a receber 2008	1.770.284,66
Faturas a receber 2009	3.107.087,29
Faturas a receber 2010	3.953.676,21
Faturas a receber 2011	3.076.125,82
Faturas a receber 2012	2.012.102,09
Devedores diversos	367.692,06
Corag – Loja centro	4.585,00
TOTAL	17.123.738,08
(-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa.	(3.323.210,78)
Clientes	13.800.527,30

NOTA 6 – IMPOSTOS A RECUPERAR

O valor dos impostos a recuperar de R\$ 3.556.071,24, refere-se aos tributos federais de Pis, Cofins, Imposto de Renda e Contribuição Social do ano de 2008 a 2011, contabilizados nestas competências, que carecem de um trabalho para aproveitamento.

NOTA 7 – INVESTIMENTOS E IMOBILIZADO

O imobilizado está registrado pelo custo de aquisição ajustado pelas depreciações acumuladas. A depreciação é calculada pelo método linear e não ultrapassa as taxas normais estabelecidas pela legislação. A depreciação do exercício foi registrada com cálculo praticado sobre saldos do exercício anterior e sobre as aquisições do presente exercício. Os Investimentos e Imobilizado estão assim constituídos:

INVESTIMENTOS	2012	2011
CRT	19.897,15	19.897,15
Ações Eletrobrás	6.325,82	6.325,82
COTEPE	0,49	0,49
TANAC	12,29	12,29
Florestadora PALM	13.377,24	13.377,24
FISSET	991,42	991,42
Fundo inv. Set.	928,31	928,31
EMBRAER	147,02	147,02
FINOR	28.507,99	28.507,99
FINAM	28.510,33	28.510,33
Novadata Informática	11.345,18	11.345,18
	110.043,24	110.043,24

IMOBILIZADO	2012	2011	Taxas anuais de Depreciação - %
TANGÍVEL			
Benfeitorias	74.470,00	74.470,00	10
Edificações	4.922.544,41	4.922.544,41	4
Terrenos	17.242,58	17.242,58	-
Máquinas e equipamentos	21.961.879,62	20.861.829,84	10
Instalações	3.612.007,69	3.580.990,19	10
Móveis e utensílios	937.664,15	876.324,73	10
Veículos	737.713,13	737.713,13	20
Computadores e periféricos	3.692.225,23	3.457.083,02	20
			Taxas anuais de amortização - %
INTANGÍVEL			
Sistemas aplicativos	1.426.739,32	1.424.439,32	20
Totais bens em operação	37.382.486,13	35.952.637,22	
(-) DEPREC. ACUMULADA	14.101.379,26	11.450.574,79	
IMOBILIZADO LÍQUIDO	23.281.106,87	24.502.062,43	

NOTA 8 – CONTINGÊNCIAS JUDICIAIS

As contingências judiciais estão apropriadas com base no valor provável de realização, considerado suficiente para cobrir os processos em andamento:

Especificação	Valores em R\$
Passivo circulante	71.336,13
Passivo não circulante	1.258.026,28
Total provisionado no exercício	1.329.362,41

No passivo circulante referem-se às causas julgadas e em processo de cálculo de liquidação.

No passivo não circulante referem-se as demais causas judiciais.

NOTA 9 – OUTRAS OBRIGAÇÕES

Estas obrigações referem-se a despesas apropriadas a serem liquidadas no mês seguinte:

Especificação	Valores em R\$
Diversos valores de terceiros	195.365,27
Adiantamentos de clientes	801,12
Contas a pagar	743.191,48
Impostos e contribuições sindicais a recolher	1.542,57
UNIMED	13.271,85
Associação Funcionários Públicos	1.125,00
Pensões alimentícias	14.161,87
Empréstimos descontados em folha	36.367,92
TOTAL	1.005.827,08

NOTA 10 – CONSTITUIÇÃO DO FUNDO DE RESERVA LEGAL

A constituição da reserva legal prevista no inciso II do artigo 43 do Estatuto Social, não foi constituída em razão de já ter atingido o limite de 20% do capital social.

NOTA 11 – DIVIDENDOS

De acordo com o estatuto social o dividendo mínimo obrigatório é computado com base em 25% do Lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404.

Foi constituído o dividendo mínimo obrigatório no valor de R\$ 1.541.344,79.

O cálculo dos dividendos referentes aos exercícios findos são :

	2012	2011
Lucros Acumulados	46.280.539,01	49.372.331,70
Lucro líquido do exercício	6.165.379,17	9.150.301,68
Dividendos mínimos obrigatórios	1.541.344,79	1.143.787,71

NOTA 12 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social

Em 31/12/2012 o capital social autorizado da Companhia é de R\$ 7.953.859,23 (Sete milhões, novecentos e cinquenta e três mil, oitocentos e cinquenta e nove Reais e vinte e três centavos), cuja composição acionária do capital subscrito e integralizado é a seguinte:

ACIONISTAS	Quantidade de ações	(R\$)	Participação (%)
Estado do Rio Grande do Sul	9.412.044.506	7.953.819,48	99,9995
CEDRO – Cia Estadual de Desenvolvimento Regional e Obras	5.647	7,95	0.0001
CRTUR – Cia Rio-Grandense de Turismo	5.647	7,95	0.0001
CESA – Cia Estadual de Silos e Armazéns	5.647	7,95	0.0001
CORLAC – Cia Rio-Grandense de Laticínios e Correlatos	5.647	7,95	0.0001
Banrisul Armazéns Gerais	5.647	7,95	0.0001
Ações ordinárias nominativas sem valor nominal	9.412.072.741	7.953.859,23	100,00

Vera Lúcia da Silva
Diretora Presidenta
CPF 250.956.500-25

Dorvalino Santana Alvarez
Diretor Administrativo Financeiro
CPF 467.461.960-20

Antonio Alexis Trescastro da Silva
Diretor Industrial
CPF 298.920.230-72

Sistemática Csl Serviços Gerenciais Ltda
CRC RS 5.499
Contador João Eduardo Raya Fontan
CRC RS 43.374
CPF 403.221.060-87

**Companhia de Gás do
Estado do RS
SULGÁS**

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO 2012

DIRETORIA EXECUTIVA



Secretaria de
Infraestrutura
e Logística



Sumário

1. Apresentação	3
2. Conjuntura	4
3. Gestão Empresarial e Financeira	5
3.1. Evolução do Número de Clientes.....	5
3.2. Comercialização	5
3.3. Desempenho Empresarial	6
3.4. Faturamento e Lucro Líquido	6
3.5. Faturamento e Margens por Segmento	7
3.6. Planejamento Estratégico	7
4. Gestão Comercial e Técnica	9
4.1. Comercialização	9
4.2. Investimentos em Redes e Conversões de Clientes	11
4.3. Suprimento de Gás Natural	12
4.4. Novos Negócios.....	12
4.5. Logística de Operações	13
4.6. Qualidade, Segurança e Meio Ambiente.....	14
5. Gestão Administrativa.....	15
5.1. Gestão de Pessoas	15
5.2. Tecnologia da Informação	16
5.3. Renovação da Frota de Veículos.....	17
5.4. Premiações.....	17
5.5. Participação em eventos.....	17
6. Ações de Comunicação.....	18
6.1. Campanhas Publicitárias	18
6.2. Eventos mercadológicos.....	19
6.3. Eventos institucionais	21
7. Relacionamento com a Comunidade.....	22
7.1. Projeto Verde-Azul nas Escolas.....	22
7.2. Projeto Pescar	23
7.3. Projeto Primar.....	24
7.4. Convênios com o SENAI	24
7.5. Patrocínios e doações	25
8. Comentários Sobre o Resultado.....	28
9. Distribuição de Resultados	29
9.1. Programa de Participação nos Lucros e Resultados (PLR)	29
10. Perspectivas e Desafios.....	30
11. Demonstrativos Contábeis e Notas Explicativas	32

1. Apresentação

A Diretoria Executiva da Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul - Sulgás, no cumprimento de disposições legais e estatutárias, apresenta à Assembleia Geral Ordinária, após parecer do Conselho Fiscal e ouvido o Conselho de Administração, as Demonstrações Financeiras previstas em Lei relativas ao exercício findo em 31/12/2012, destacando também os eventos operacionais, financeiros e administrativos mais significativos do ano de 2012.

2. Conjuntura

Em 2012 foi percebida uma redução na atividade econômica no RS (queda de 1,8% do PIB), devido principalmente a fatores exógenos, tais como a estiagem que prejudicou o setor agropecuário no 1º semestre. Da mesma forma que a indústria nacional, a do Rio Grande do Sul manteve-se em queda ao longo de todo o ano, em especial a indústria de transformação. A atividade de construção civil, por outro lado, manteve o ritmo de crescimento apurado nos períodos anteriores, assim como o setor de comércio e serviços.

As movimentações do mercado de gás natural no Estado acompanharam o ritmo de desenvolvimento econômico observado ao longo do ano. Os segmentos Industrial e Veicular apresentaram redução de **3,1%** e **2%**, respectivamente, no consumo médio diário de gás natural em relação ao ano anterior, enquanto em todos os demais segmentos foi registrada elevação no consumo, com destaque para o Residencial, que apresentou incremento de **53,4%** no consumo, em consonância com o expressivo crescimento de **88,9%** no número de clientes atendidos.

O volume total de gás comercializado no ano excedeu em **1%** ao planejado. Já o volume médio de gás comercializado pela Companhia foi de **1,79 milhão** de m³/dia, **0,3%** acima do registrado em 2011. A empresa passou a atender **11.000** clientes em **38 municípios**, tanto através de rede canalizada quanto por meio do modal de transporte de Gás Natural Comprimido (GNC).

A oscilação dos preços da cesta de óleos no mercado internacional e a desvalorização do real frente ao dólar causaram incrementos nos custos de aquisição do gás natural boliviano superiores a **83%** nos últimos dois anos (**22,3%** somente em 2012), o que não comprometeu a realização de investimentos da Companhia, que vem se mantendo em níveis elevados desde 2011. Somente em 2012 foram investidos mais de **R\$ 36 milhões** na construção de **54,8 km** de rede canalizada, na conversão de prédios, na implantação e manutenção de Sistema Supervisório para controle automatizado de gasoduto, e em melhorias operacionais relativas a processos de engenharia, logística e comercialização. A Sulgás encerrou o ano de 2012 com **607 km** de rede construída.

Merece destaque, ainda, a ampliação do relacionamento com a comunidade, através da concessão de quase **R\$ 2,4 milhões** em incentivos – oriundos de recursos próprios e de Leis de Incentivo Estaduais e Federais – **37 projetos** culturais, esportivos, sociais e ambientais.

3. Gestão Empresarial e Financeira

3.1. Evolução do Número de Clientes

A carteira de clientes da Sulgás sofreu incrementos significativos em 2012, com a entrada em operação de mais de 5.000 novos clientes, com destaque para os segmentos Residencial e Comercial.

SEGMENTO	2011	2012	Δ	Δ%
Industrial	104	113	9	8,7%
Comercial	242	324	82	33,9%
Veicular	80	82	2	2,5%
Cogeração PPT	2	2	0	-
Residencial	5542	10470	4928	88,9%
Geração Ponta / Climatização	0	8	8	-
Termoelétrico	1	1	0	-
TOTAL	5.971	11.000	5.029	84,2%

3.2. Comercialização

Neste ano, destacaram-se os segmentos Residencial e Cogeração PPT pelo incremento nos volumes comercializados.

SEGMENTO	2011 (m³)	2012 (m³)	Δ%
Industrial	480.092.471	466.475.290	-2,8%
Comercial	7.751.102	8.088.997	4,4%
Veicular	82.083.973	80.647.805	-1,7%
Cogeração - PPT	81.136.096	98.685.028	21,6%
Geração Ponta / Climatização	-	578.564	-
Residencial	683.311	1.050.958	53,8%
TOTAL	651.746.953	655.526.642	0,6%

SEGMENTO	Acumulado 2012 (m³)	Média Diária (m³/d)	Distribuição (%)
Industrial	466.475.290	1.274.523	71,2%
Comercial	8.088.997	22.101	1,2%
Veicular	80.647.805	220.349	12,3%
Cogeração - PPT	98.685.028	269.631	15,1%
Geração Ponta / Climatização	578.564	1.581	0,1%
Residencial	1.050.958	2.871	0,2%
TOTAL	655.526.642	1.791.056	100%

3.3. Desempenho Empresarial

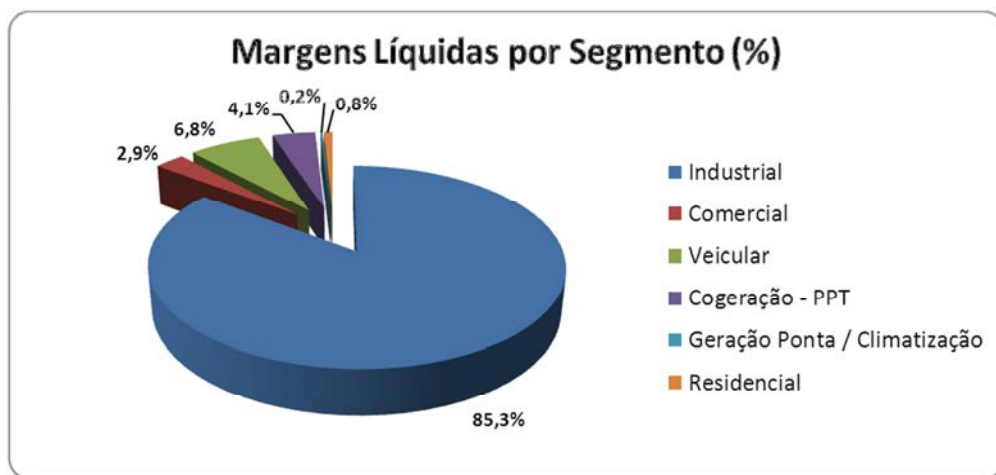
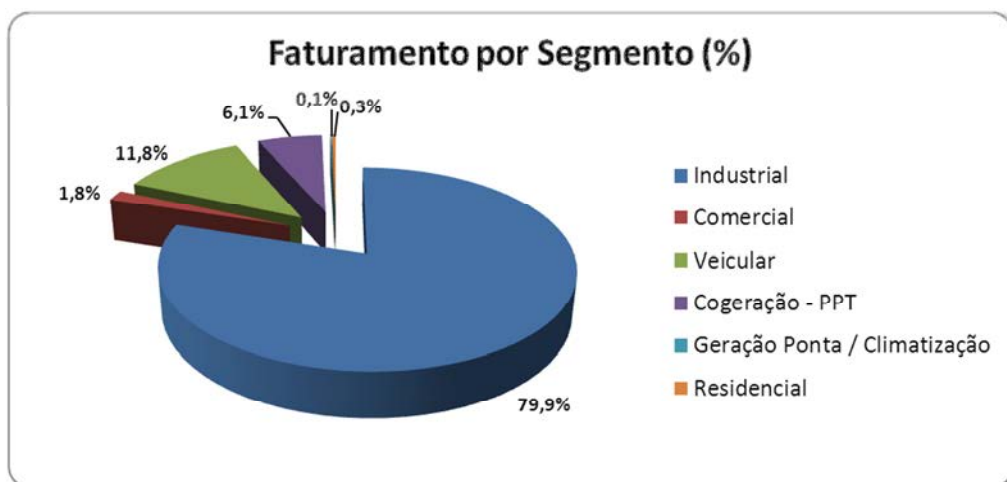
INDICADORES DE DESEMPENHO	2011	2012	Δ%
Investimentos (R\$)	35.147.122	36.242.501	3,1%
Índice de Realização de Investimentos	75%	68%	-9,2%
Volume Comercializado (m³)	651.746.952	655.624.856	0,6%
Volume Médio Comercializado (m³/dia)	1.785.608	1.791.056	0,3%
Índice de Realização de Comercialização	115%	101%	-
Faturamento Bruto (R\$)	623.925.743	719.788.161	15,4%
Margem Bruta (R\$)	164.394.798	149.033.162	-9,3%
Margem Bruta / Faturamento	26%	21%	-21,4%
Lucro Líquido (R\$)	78.471.803	67.322.610	-14,2%
Lucro Líquido / Faturamento	13%	9%	-25,6%
Patrimônio Líquido (R\$)	81.186.712	81.186.712	-
Lucratividade do PL (ROE)	97%	83%	-14,2%

3.4. Faturamento e Lucro Líquido



* O Lucro Líquido de 2010 considera o ingresso de R\$ 18,5 milhões a título de Outras Receitas Operacionais, oriundos da quitação antecipada do Contrato da AES SUL. O LL sem esta Receita Extraordinária seria de R\$ 76,5 milhões.

3.5. Faturamento e Margens por Segmento



3.6. Planejamento Estratégico

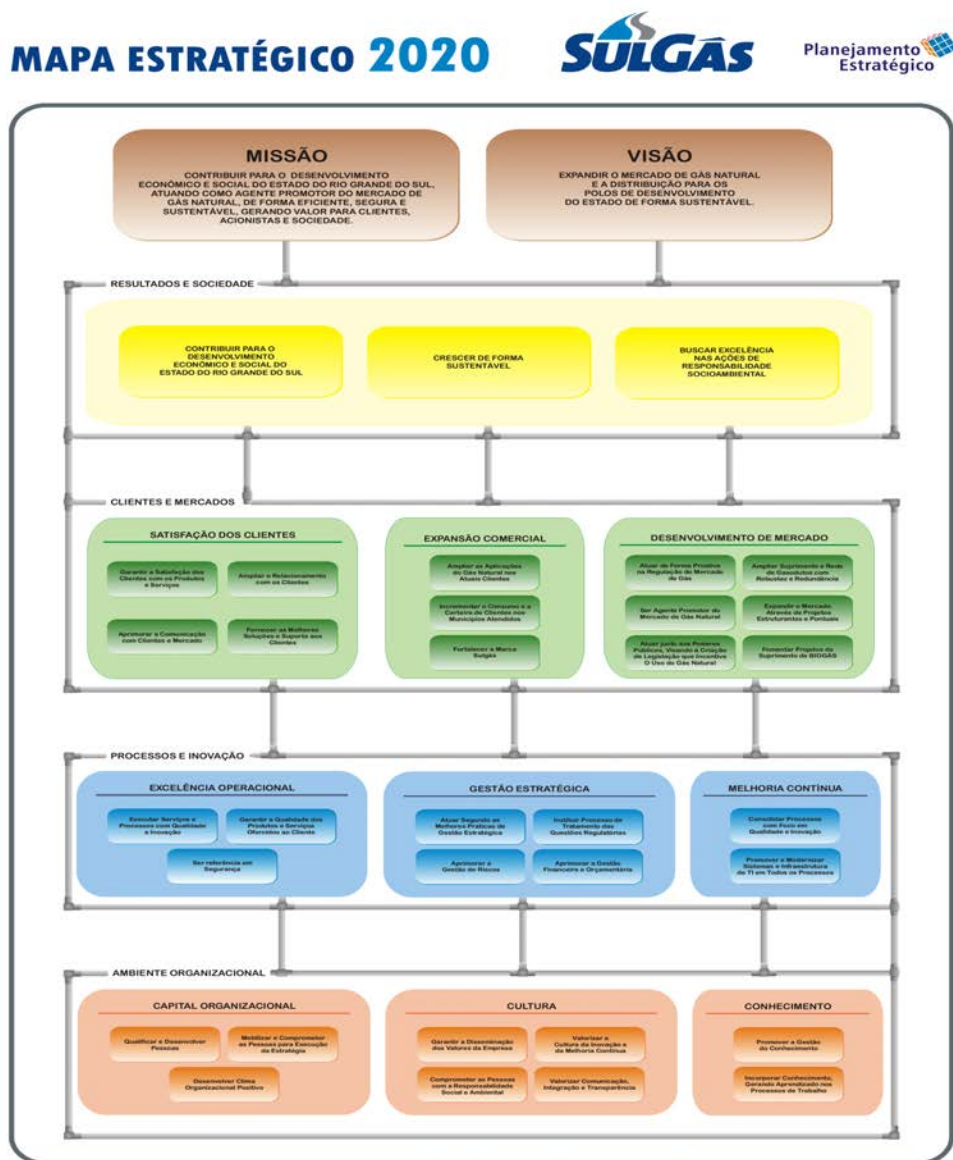
No ano em que completou 19 anos, a Sulgás deu início ao projeto de Planejamento Estratégico 2020, com a finalidade de preparar a empresa para os próximos anos. Além de construir seu novo Mapa Estratégico, um dos objetivos do projeto é implantar o sistema de gestão estratégica, com mais participação e transparência, promovendo o alinhamento das estratégias e fortalecendo a identidade e a profissionalização da empresa, adequando sua estrutura e organização para superar os desafios de expansão do mercado de gás no Estado.

Os eventos de lançamento do projeto ocorreram em março, em todas as unidades da empresa, com a participação de 75% dos empregados. Após a abertura do projeto, foi realizada uma pesquisa sobre o Planejamento Estratégico com os participantes nos eventos, onde 88%

classificaram o projeto como muito importante, e 79% declararam ter muita disposição para participar.

Em abril, foi realizado um seminário com os acionistas, onde foram apresentados os principais investimentos do Estado e da Petrobras na área de gás natural e energia, com objetivo de fornecer insumos para a elaboração de Cenários no âmbito do Planejamento Estratégico. O evento contou com representantes dos acionistas e a equipe do Planejamento Estratégico, gerentes, coordenadores e diretoria da Sulgás.

O Mapa Estratégico foi concluído e apresentado aos acionistas em julho. Até a sua conclusão, foram investidas 342 horas de consultorias, num total de 22 eventos de reuniões e seminários que envolveram todos os 136 colaboradores da empresa.



A próxima etapa do Planejamento Estratégico é a disseminação do mapa para as equipes internas visando o alinhamento de todos os projetos e processos da empresa com os objetivos e estratégias definidas no mapa.

4. Gestão Comercial e Técnica

4.1. Comercialização

4.1.1. Mercado Industrial

Em 2012, a carteira de clientes recebeu 12 novas indústrias, sendo as principais: Saint Gobain (Campo Bom); a Celulose CMPC e a Celulose Celupa/Melitta (Guaíba); B.Bosch, Green Pack, Zurlo, Soprano Caxias e G.Paniz (Região Serrana); Arroeira Olímpio Just e Tecnoportas (Região Metropolitana) e as indústrias Bianchini e Cerâmica Burg, supridas via modal GNC.

O volume do segmento industrial foi de 466.475.290 m³, uma média diária de 1.275 mil m³, significando uma retração de 3,1% em comparação com 2011.

4.1.2. Mercado Automotivo

A frota gaúcha de automóveis aptos ao consumo do GNV cresceu 3,8%, saindo de 55.167 em 2011 para 57.248 até outubro de 2012.

O mercado automotivo apresentou volume total comercializado de 80.647.805 m³, com média de 220,3 mil m³/d. Desse total, o modal de distribuição GNC representou 15,6%. Comparativamente a 2011, ano em que o setor realizou a média de 224,9 mil m³/d, houve uma redução de 2%.

Ao longo do ano foram realizadas as seguintes ações mercadológicas para o segmento:

Projeto Conversão de Veículos Frota Pública – Foi firmado um convênio com a Secretaria de Administração e Recursos Humanos – SARH, do Governo do Estado, onde foram convertidos cinco veículos, os quais serão monitorados durante um ano, a fim de se avaliar a viabilidade econômica da substituição da matriz energética da frota governamental.

Projeto Instaladora GNV Nota 10 – Houve a continuidade das auditorias de verificação, a respeito da realização das ações de melhorias, propostas durante a primeira rodada de avaliação. As etapas de treinamento e certificação das empresas participantes estão previstas para ser realizadas no primeiro trimestre de 2013.

Projeto Veículos Pesados – Iniciado em outubro o período de avaliação do primeiro caminhão modelo TECTOR, do fabricante IVECO, com tecnologia dedicada a GNV. Esse veículo integrará a frota de veículos de coleta de resíduos em Porto Alegre. O projeto é uma parceria entre as seguintes entidades: Sulgás, IVECO, Departamento Municipal de Limpeza Urbana de Porto Alegre – DMLU e a empresa coletora de resíduos REVITA Solvi. Para as análises de emissões atmosféricas, ruídos e desgaste do motor, o projeto conta com o apoio dos laboratórios da Pontifícia Universidade Católica do RS.

Até o momento os resultados preliminares de rendimento do veículo são satisfatórios, estando dentro do esperado pelo fabricante. A expectativa é que projeto esteja concluído ao fim do primeiro semestre de 2013. A parceria visa à demonstração da viabilidade da utilização do energético na referida aplicação, com ganhos econômicos, ambientais e sociais.

Projeto Gás Mais Veicular – Em função dos excelentes resultados anteriores com os clientes do segmento da indústria, a Sulgás concebeu a aplicação do Projeto Gás Mais para o segmento automotivo. O projeto foi lançado em novembro na FEDERASUL para clientes e empresários da cadeia do GNV. Esse programa foi desenvolvido sobre os pilares de atendimento de pós-venda ao cliente, esclarecimento de questões de medição, faturamento e, principalmente, segurança operacional. Ao longo de 2013, serão realizadas visitas sistemáticas a redes de postos, com o intuito de esclarecer dúvidas e introduzir conceitos de segurança, principalmente aos frentistas. A esses, serão oferecidos cursos mensais de capacitação em segurança, com intuito de atender às normas e legislação vigente. O programa prevê também a realização de um seminário na metade do ano, com foco em segurança e voltado para proprietários e gerentes de postos, bem como a realização de auditorias de medição.

4.1.3. Mercado Urbano

O segmento da distribuição urbana manteve sua trajetória de crescimento, tendo ultrapassado os 10.000 clientes em 2012.

Consumidores Residenciais – Com crescimento de 89% em relação a 2011, o segmento encerrou 2012 com 10.470 clientes residenciais conectados e uma comercialização média de 2,87 mil m³/d ao final do ano. O total de novos clientes residenciais contratados em 2012 foi de 9.547 unidades, o que levou o número total de clientes a serem interligados para 17.648.

Consumidores Comerciais – Em 2012 foram conectados um total de 82 novos clientes, totalizando 324 consumidores, com crescimento percentual de 34% em relação ao ano anterior. Também foram assinados contratos com outros 123 clientes, representando 38% da carteira existente.

4.1.4. Mercados de Cogeração/Geração na Ponta

Cogeração – O segmento continua sendo formado pelos clientes Braskem e Universidade Luterana do Brasil – ULBRA. No ano encerrado, o volume total consumido atingiu aproximadamente 270 mil m³/d, retornando aos patamares de anos anteriores.

A unidade de Cogeração da Braskem, principal cliente do segmento, consumiu a média de 247 mil m³/d, ficando apenas cinco dias inoperantes no ano.

Geração na Ponta – Manteve-se o programa para incentivar a implantação de sistemas de geração de energia elétrica a gás natural para operação em horário de ponta, com incremento de 167% no número de clientes. Este programa tem a finalidade de atender a clientes de pequeno e médio porte, que necessitem de energia elétrica das 18h às 21h, em dias úteis.

Atualmente existem oito clientes operando com geradores de energia em horário de ponta, dando-se destaque para o segmento veicular, onde foi instalado o primeiro posto com gerador a gás natural do Brasil. Em 2012 passaram a operar cinco postos com esse equipamento e são animadoras as perspectivas de expansão desse mercado.

4.1.5. Modal de GNC

Os clientes desse modal se distribuem nos segmentos industrial e automotivo. Em 2012 a Sulgás distribuiu o GNC para oito clientes industriais, com volume médio total de 12 mil m³/d.

Já o segmento automotivo apresentou melhor desempenho, com volume médio aproximado de 34 mil m³/d. Esse segmento conta com quinze postos de combustíveis.

Em 2012, 22 cidades foram abastecidas pelo Gás Natural Comprimido.

4.2. Investimentos em Redes e Conversões de Clientes

A empresa continuou a sua franca expansão de redes canalizadas, tanto nos centros urbanos, quanto em extensões de ramais para a interligação de mais cidades. Essa ampliação da infraestrutura de distribuição objetivou fornecer gás natural aos novos clientes e criar condições favoráveis ao atendimento de futuros consumidores. Ao longo de 2012, o crescimento da malha de dutos da companhia foi de, aproximadamente, 55 quilômetros.

A principal obra de extensão em redes troncais foi a conclusão do Ramal Guaíba, com a construção de 9,7 km de tubulações e investimento de R\$ 7,8 milhões. Essa obra permitiu a interligação do município de Guaíba às redes de distribuição, principalmente as empresas de celulose CMPC e Celupa, assim como o atendimento aos demais clientes dos mercados industrial, automotivo e urbano daquela cidade.

O projeto Ramal Araricá recebeu investimentos de R\$ 5,4 milhões, que possibilitaram a construção de 5,4 km de tubulações. Essa obra interligará a cidade de Campo Bom, região do Vale do Sinos, com o City-Gate de Araricá.

Expansão das redes urbanas – No segmento urbano as redes de distribuição foram acrescidas de mais 38,8 km, distribuídos nas seguintes Macrocélulas: 18/19/20 (Bairros Boa Vista, Três Figueiras, Petrópolis, Passo d'Areia e Mont'Serrat); 12 (Bairro Bela Vista); 8 (Bairro Centro), além de outras áreas em Porto Alegre, Caxias do Sul, Canoas, Novo Hamburgo e São Leopoldo.

Ao todo foram investidos R\$ 16,7 milhões em redes urbanas, ramais e conversão de clientes. Os investimentos possibilitaram a construção de aproximadamente 38,4 km de redes em PEAD.

4.3. Suprimento de Gás Natural

O ano de 2012 foi um período de modificações no cenário de suprimento de gás para a Companhia. Foi assinado com a Petrobras o contrato de *Longo Prazo*, na modalidade *Firme Inflexível*, para a aquisição de 50 mil m³/d em 2012, 100 mil m³/d em 2013, e 200 mil m³/d a partir de 2014, até 2020. Foram assinados três contratos de fornecimento de gás de *Curto Prazo*, os quais disponibilizaram uma média diária de 460 mil m³ ao longo do ano.

Esses novos contratos contribuíram tanto para uma maior flexibilidade das condições de aquisição quanto para a obtenção e repasse de maiores vantagens econômicas aos clientes.

4.4. Novos Negócios

4.4.1. Biogás

Focada em sua estratégia de incluir o Biogás como fonte de suprimento de gás natural para novos nichos de mercado, além de contribuir no tratamento das questões ambientais, a Sulgás participou de dois projetos em 2012. Entrou em operação a planta piloto para produção de biometano, gerado no aterro sanitário de Minas do Leão. O projeto contemplou a instalação de um sistema de purificação e compressão de biogás para utilização em veículos automotores. Após alguns testes, verificou-se que a viabilidade do projeto exigia uma mudança no sistema de captação do biogás, que está sendo avaliada pelos administradores do aterro.

Além do projeto de Minas do Leão, foi assinado um Protocolo de Intenções para a instalação de outra planta-piloto com dejetos orgânicos de uma composteira. O projeto contempla a instalação de biodigestores, sistema de purificação e sistema de compressão de biogás. Estima-se que esse piloto esteja operando no primeiro semestre de 2013.

4.4.2. Empilhadeiras a Gás Natural

Assinado o Protocolo de Intenções para projeto piloto da primeira empilhadeira a gás natural do RS. O projeto prevê a conversão de uma empilhadeira, tornando-a bicomustível (GLP e GN), e o abastecimento desta através de um cesto de GNC. A conversão da empilhadeira será realizada em janeiro de 2013.

4.5. Logística de Operações

Melhorias operacionais – Foram realizadas novas contratações de serviços de manutenção da rede de gás para a região Metropolitana de Porto Alegre, região Serrana do Estado e Uruguaiana, adequando estes recursos às necessidades de expansão da rede e do número de clientes. Esses novos contratos contribuíram para um maior aprofundamento das exigências de qualidade dos serviços prestados, destacando-se uma nova sistemática para fiscalização dos serviços de tratamento e pintura das estações e tubulações. Também foram utilizados cestos de gás comprimido com maior capacidade, para evitar falhas de fornecimento em operações e manutenções em clientes de pequeno porte.

Sistema de Medição – Desenvolvimento de Medição Sulgás em clientes GNC veicular, com a contratação e instalação das EMAPs (Estações de Medição em Alta pressão), para possibilitar a medição dos postos abastecidos com gás comprimido.

Sistema Supervisório e Telemetria – Foram continuadas as atividades de expansão desses sistemas, os quais possibilitam, entre outras aplicações, a realização de medições de consumo à distância em clientes.

Manutenção das Redes de Distribuição – Implementado o novo Plano de Manutenção e Inspeção dos equipamentos que compõem a rede de distribuição e realizada a preparação para a reativação da rede de distribuição no município de Uruguaiana, com vias a atender à UTE Uruguaiana, de propriedade da empresa AES.

4.6. Qualidade, Segurança e Meio Ambiente

Qualidade - Foi realizada a autoavaliação do Sistema de Gestão da Sulgás, segundo a metodologia do Programa Gaúcho de Qualidade e Produtividade - PGQP, com o intuito de elaborar um diagnóstico detalhado das práticas da Companhia, relacionadas aos Critérios de Excelência em Gestão. A pontuação atingida foi de 317,5 pontos, 64% da pontuação máxima.

SMS - A Sulgás prossegue com a implantação do Sistema de Gestão de Qualidade, Segurança, Meio Ambiente e Saúde - QSMS, de acordo com a metodologia adotada da Petrobras, já tendo sido atingida grande parte do Plano de Ação. Em 2012 foram priorizadas as ações que visaram ao levantamento de aspectos e impactos, perigos e riscos das atividades técnicas e administrativas para atendimento da diretriz nº 02 de conformidade legal das atividades da Sulgás. Estas ações terão continuidade ao longo de 2013, para a consolidação do sistema.

Programa Qualidade de vida – Lançado em 11 de maio, é um programa de ações voltadas à promoção da saúde dos colaboradores da empresa. Idealizado pela Gerência de Qualidade, Segurança, Meio Ambiente e Saúde da Sulgás, inclui: avaliações de saúde dos trabalhadores, programas para a promoção preventiva da saúde dos trabalhadores, diagnósticos de saúde ocupacional, programa de alimentação saudável, programa de ergonomia, convênios com academias de ginásticas, dentre outras atividades. Em 2012 foram investidos R\$ 51.700,00 no projeto.

Licenças ambientais - Foram obtidas 92 licenças ambientais, que permitiram a continuidade operacional das atividades da empresa, viabilizando a construção de mais redes de distribuição e a saturação das redes existentes. Entre as novas regiões licenciadas, podem ser destacadas: os bairros Centro Histórico, Menino Deus, São João, Tristeza, Sarandi, Cavallhada, Jardim Carvalho, Jardim Itú Sabará, ampliação das áreas licenciadas dos bairros Petrópolis, Boa Vista, Três Figueiras, Bela Vista, Mont Serrat, Humaitá, Partenon, Rio Branco, Auxiliadora e Passo da Areia, em Porto Alegre; e rede no município de Três Coroas.

5. Gestão Administrativa

5.1. Gestão de Pessoas

Em 2012, a Sulgás investiu R\$ 422.248,59 em 9.684 horas de capacitação de 129 colaboradores. Também houve um aumento de 18% no quadro de colaboradores em relação a 2011.

QUADRO DE COLABORADORES	
CARGOS EM EXERCÍCIO	03
EMPREGADOS ATIVOS	129
ADIDOS	05
EMPREGADOS DE CONFIANÇA	03
ESTAGIÁRIOS	24
APRENDIZES	02
LICENÇA NÃO-REMUNERADA	03

Entre os cursos de formação e qualificação técnica na área do gás natural realizados para colaboradores, merecem destaque o Curso de Extensão de Engenharia de Dutos, promovido pela Sulgás em parceria com a PUC-Rio, e os quatro cursos em parceria com a Abegás sobre gás natural, medição, instalação de gás natural e classificação de áreas.

Alinhada aos objetivos do Planejamento Estratégico da Sulgás, a Gerência de Gestão de Pessoas desenvolveu também ações visando à qualificação e ao desenvolvimento de seu capital organizacional. Para isso, concretizou uma série de projetos, descritos abaixo:

Pesquisa de Clima Organizacional – Realizada entre 15 e 23 de maio, a pesquisa possibilitou avaliar e mensurar a percepção dos empregados em relação à empresa por meio da aplicação de um questionário. O instrumento continha perguntas relacionadas a Estratégias e Planos, Sociedade, Informações e Conhecimento, Processos e Pessoas. Responderam ao questionário 123 empregados, com um índice de participação de 93%, sendo que em Canoas e Caxias do Sul foi de 100%. O Índice de Satisfação Interna ficou em 69,7%, uma melhoria de 14,2% em relação à última pesquisa aplicada. As principais necessidades apontadas pelos empregados foram as melhorias na integração entre os colaboradores e o desenvolvimento das lideranças.

Análise da estrutura salarial - Executada por uma empresa de consultoria contratada por processo licitatório. Foi realizado um estudo completo contemplando atualizações das referências do mercado, análise do posicionamento dos cargos na matriz salarial e análise da evolução salarial (progressão funcional e avaliação de desempenho). Esse trabalho forneceu subsídios para alterações na ferramenta de Avaliação de Desempenho, edição 2013.

Plano de Ação - Após a análise das necessidades apontadas na Pesquisa de Clima e dos objetivos estratégicos relativos ao Ambiente Organizacional, traçados pela companhia (Capital Organizacional, Cultura e Conhecimento), a Gerência de Gestão de Pessoas elaborou um plano de ação com os seguintes objetivos:

- Implementar o Programa de integração entre os colaboradores (2012);
- Melhorar a distribuição dos treinamentos (de 2013 a 2020);
- Medir a eficácia dos treinamentos disponibilizados (a partir de 2013);
- Implementar o Programa de Desenvolvimento de Lideranças (a partir de 2013);
- Levantar as competências para os cargos (a partir de 2013);
- Melhorar a ferramenta de avaliação de desempenho (a partir de 2013);
- Disseminar os benefícios disponibilizados através da Cartilha da Remuneração Total (em 2013);
- Estruturar as ferramentas para compartilhar o conhecimento da companhia (Em 2014);
- Disponibilizar a ferramenta de *coaching* para as lideranças (a partir de 2014);
- Realizar alterações no Acordo Coletivo em 2012, com a inclusão do benefício de Auxílio - Ensino Fundamental para os filhos dos colaboradores, com um complemento salarial em auxílio-doença que passou de 30 para 180 dias e reposição salarial de 7,5%.

5.2. Tecnologia da Informação

Servidor de Aplicações Corporativo (App Server) – Criação e disponibilização do ambiente que permitirá a qualquer usuário da companhia utilizar softwares contabilizados por licença de uso através de acesso remoto (de qualquer computador público), ao invés de estar instalado em sua estação de trabalho. Várias ferramentas poderão ser utilizadas neste ambiente.

Telefonia e Dados VoIP (Voz sobre IP) – Assinatura do contrato para a expansão do ambiente de Telefonia e Dados VoIP (Voz sobre IP), que compreenderá a instalação de equipamentos de Telefonia VoIP em Caxias do Sul e Canoas, com previsão de conclusão em Março de 2013.

Data Center – Incremento da infraestrutura do Data Center da Sulgás, através da implementação de novas funcionalidades, tais como: sistema de supressão de incêndio, monitoramento de ativos de rede e nobreak que propicia uma maior autonomia elétrica ao conjunto atual de Servidores.

Canal de Dados Colateral – Contratação de novo Canal de Dados Colateral, com previsão de final da homologação em março, o que permitirá a redundância, divisão de tráfego e contingência na estrutura de comunicação entre as Regionais e no acesso à Internet da Rede Corporativa.

5.3. Renovação da Frota de Veículos

A frota locada pela Sulgás foi renovada em 37 veículos. A novidade foi a inclusão de quatro caminhões para atendimento à operação e a situações de emergência e os automóveis operacionais da marca Siena fabricados com kit GNV 5ª geração, rastreador veicular, entre outros acessórios. Abaixo a relação dos veículos:

- Fiat Siena 1.4 Tetrafuel : 26
- Fiat Linea 1.8 Essence – Tricombustível: 03
- Fiat Doblò Cargo 1.8 – Tricombustível: 03
- Fiat Ducatto Minibus: 01
- Hyundai HR 2.5 - veículo tipo utilitário (caminhão) com baú para carga: 04

5.4. Premiações

A Sulgás recebeu importantes prêmios em 2012, conforme a descrição a seguir:

500 Maiores do Sul – Em 25 de setembro, a empresa foi uma das agraciadas pela premiação 500 Maiores do Sul, promovida pelo Grupo Amanhã. Foram homenageadas as 100 maiores empresas do Rio Grande do Sul, os destaques setoriais e as líderes por indicadores. A Sulgás foi primeira colocada na categoria Rentabilidade de Patrimônio, ficando na 59ª posição na relação de empresas no RS e, na lista que reúne as maiores dos três Estados do Sul, no 150º lugar.

Top Gás – A companhia se destacou em três das sete categorias do Prêmio Top Gás 2012, promovido pela Petrobras e que presta um reconhecimento ao trabalho das distribuidoras de gás natural brasileiras. Vencedora nas áreas de Segurança e Responsabilidade Social, recebeu também menção honrosa em Eficiência Energética.

5.5. Participação em eventos

Anualmente a companhia envia seus representantes para participarem de eventos promovidos por terceiros, onde apresentam trabalhos ou ministram palestras. Em 2012, podem ser destacados os seguintes eventos:

- Fórum de Prevenção de Acidentes das Distribuidoras de Gás Natural, organizado pela Petrobras entre 30 e 31 de agosto;

- V Seminário de Engenharia de Produção, promovido 30 de agosto pela SETREM, em Três de Maio;
- Rio Oil & Gas, no Rio de Janeiro.

6. Ações de Comunicação

6.1. Campanhas Publicitárias

Em 2012, a Sulgás intensificou os investimentos em Publicidade com a realização de três campanhas, destacadas abaixo:

A energia limpa e segura chegou a Guaíba – Em fevereiro, foi concluído plano de comunicação para divulgação das obras em Guaíba. As ações incluíram: um anúncio de página inteira nos três jornais do município, em dias intercalados; três outdoors com mensagem exclusivamente publicitária instalados ao longo do trajeto da obra, que ficaram por seis meses; distribuição de flyers pela equipe de Engenharia junto à comunidade impactada pela obra e fixação de cartazes nos ônibus da cidade. Também foi realizada uma ação no município em área próxima à saída do Catamarã, onde foram distribuídos materiais informativos e promocionais e a revista sobre o gás natural do Projeto Verde-Azul. Também foi realizada atividade de recreação para as crianças que passeavam no local.

Mais barato com GNV – Lançada na segunda quinzena de julho, a campanha “Mais barato com GNV”, produzida pela agência Centro, objetivou promover a economia, a autonomia e o benefício ambiental que o GNV proporciona, principalmente para frotistas e taxistas. A campanha buscou fortalecer essas vantagens de forma objetiva em sua comunicação e ainda oferecer uma nova plataforma interativa sobre o GNV, o site www.maisbaratocomgnv.com.br, exclusivo da Sulgás.

Foram investidos R\$ 777.313,75 em: mídia radiofônica; outdoors e painéis de estradas; mídia eletrônica em sites de veículos de comunicação e nas redes sociais - Twitter e Facebook; criação e manutenção do hostsite da campanha com calculadora de economia e de percursos e versão para dispositivos móveis; produção de folders; duas ações em pedágios com 20 mil pessoas impactadas diretamente e 8 blitzes em postos localizados em Porto Alegre, Novo Hamburgo, Campo Bom, Canoas e São Leopoldo (3.200 pessoas impactadas diretamente).

Os outdoors foram fixados em Porto Alegre, Caxias do Sul, Canoas, Campo Bom, Guaíba, Novo Hamburgo e Sapiranga (por 15 dias) e os painéis sequenciais entre Porto Alegre e Gramado; entre Porto Alegre e Caxias do Sul; entre Porto Alegre e Pelotas e entre Porto Alegre e Santa Maria (até dezembro).

Aposente seu botijão – A partir da segunda quinzena de outubro, a Sulgás lançou a campanha “Aposente seu botijão, o gás natural chegou ao seu bairro”. A iniciativa fez parte dos

planos de expansão da rede e da comercialização para os bairros Três Figueiras, Boa Vista, Petrópolis, Passo d'Areia e parte do Chácara das Pedras. Foi a primeira vez que a empresa empregou recursos do marketing de guerrilha para divulgar seu produto por meio de um posicionamento mais agressivo e uma comunicação direta, apoiada por mídia externa, alternativa e marketing direto.

Na comunicação, optou-se pelas mídias: outdoors, front-lights, painéis eletrônicos e bancas de revistas, localizadas em pontos estratégicos desses bairros e nas lotações de acesso. Também houve a inserção de anúncios em revistas e jornais locais e distribuição de brindes e folders em shoppings e nas cinco maiores escolas dessas regiões, por meio de promotores treinados. Foi feita ainda publicidade em vert bikes nos parques dessas localidades. Foram produzidas camisetas, ecobags, lápis ecológico, papel-semente e folders utilizados nas ações junto aos moradores e estabelecimentos comerciais.

Em relação à mídia imprensa (em jornais e revistas) pode-se dizer que foram atingidas 60 mil pessoas diretamente e, aproximadamente, 44.000,00 pessoas impactadas diretamente entre as ações nas escolas e shopping Iguatemi. O valor total da campanha foi de aproximadamente R\$ 538 mil.

10 mil clientes – No início de dezembro, a empresa aplicou R\$ 238 mil em anúncios de jornais para tornar público o alcance de 10 mil clientes, com a ligação do condomínio Toscana, em Porto Alegre. As inserções de página simples foram feitas nos jornais: Zero Hora, Correio do Povo, O Sul, Jornal do Comércio, Diário Gaúcho, Metro Jornal, Jornal Pioneiro, Folha de Caxias, Correio Riograndense, Diário de Canoas e O Timoneiro.

6.2. Eventos mercadológicos

Ao longo de 2012, a Sulgás participou de vários eventos mercadológicos, conforme descrição a seguir:

- **Seminário Sulgás de Climatização e Cogeração – Supermercados**, em 09 de maio. A companhia, em parceria com a Congerio, realizou o 3º Seminário Sulgás de Climatização e Cogeração no Hotel Continental em Porto Alegre. O evento, dirigido a supermercados, reuniu 77 pessoas, incluindo representantes de clientes comerciais, prospects e fornecedores de equipamentos. Foram apresentados os benefícios ambientais e econômicos da geração de energia elétrica em horário de ponta, da cogeração e da climatização a gás natural.
- **Encontro da Abrasel**, entre 19 e 21 de junho. A Sulgás participou do Encontro Regional da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrael), realizada na Expogramado, em Gramado. A companhia foi a patrocinadora master e uma das principais expositoras. Um estande de 70 m² foi montado para receber visitantes,

participantes do evento e clientes. Além da feira, a programação do evento contemplou palestras técnicas, workshops e um salão do vinho. Foram prospectados possíveis clientes do setor de vinícolas, de restaurantes e de hotéis da região das Hortênsias e Metropolitana.

- **Fórum Internacional de Mudanças Climáticas** - Em 27 de agosto, a Sulgás participou como patrocinadora do 1º Fórum Internacional de Mudanças Climáticas das Cidades de Baixo Carbono. Também enviou representantes para participar das atividades.
- **Feitur 2012 - Caminhos da Copa**, entre 30 de agosto e 02 de setembro, no BarraShoppingSul, em Porto Alegre. A Sulgás participou como expositora no Salão de Equipamentos para Hotéis, atividade paralela à feira. Em seu estande, a companhia expôs um gerador a gás natural da empresa CHP Brasil. No primeiro dia, o coordenador de Novos Negócios, Guilherme Garcez Cabral, apresentou a palestra “Economia com Cogeração a Gás Natural em Hotéis”.
- **Expopetro 2012**, de 13 a 16 de setembro, em Gramado. Patrocinadora oficial há oito anos, a Sulgás marcou presença novamente na edição 2012 da feira, que é voltada ao mercado varejista de combustíveis. Na sexta-feira, 14, o engenheiro Guilherme Cabral, coordenador de Novos Negócios da Sulgás, apresentou cases de utilização de gás natural para geração de energia elétrica em horário de ponta em postos de combustíveis. Os participantes puderam conhecer um gerador a gás natural da Stemac em exposição no local. No estande da Sulgás, foram disponibilizadas informações para empresários interessados em comercializar o GNV em seus postos e apresentada a Campanha Mais Barato com o GNV.
- **Seminário de Qualidade do Ar**, em 27 de setembro no salão de eventos do Hotel Plaza São Rafael, em Porto Alegre. A Sulgás foi uma das patrocinadoras do 3º Seminário Internacional de Qualidade do Ar. No evento, o engenheiro Guilherme Cabral, coordenador de Novos Negócios da Sulgás, falou sobre os benefícios ambientais advindos da substituição de outros combustíveis pelo gás natural e as perspectivas da companhia quanto ao biogás. Entre os cases que foram apresentados, esteve o primeiro caminhão de lixo movido a GNV no Brasil, projeto desenvolvido pela Sulgás em parceria com a Iveco e o DMLU. O evento foi uma promoção da Câmara Brasil-Alemanha e contou com o apoio da Fundação Estadual do Meio Ambiente (FEPAM).
- **Seminário da Sulgás para construtoras**, em 3 de outubro. A companhia realizou o seminário “O Gás Natural na Construção Civil” para tratar da viabilidade de adoção do gás natural canalizado em novos empreendimentos. Voltado principalmente para

dirigentes e técnicos das construtoras, o evento abordou temas como o plano de expansão da empresa no atendimento aos clientes residenciais e comerciais, informações técnicas sobre os métodos de construção de gasoduto e das redes internas nos clientes e normas técnicas. Participaram 30 pessoas.

6.3. Eventos institucionais

Em relação aos eventos com participação institucional, pode-se destacar:

- **Ação, Reflexão, Ação Socioambiental**, em julho – Atividade organizada pela Regional de Educação e a Prefeitura Municipal de Guaíba, na EEEF Carmem Alice Laviaguerre - CIEP Bairro COHAB. O evento, que aconteceu durante o dia todo, inclui uma intensa programação com atividades dirigidas a professores da rede pública municipal e estadual e outras abertas à comunidade. A presença da Sulgás fez partes das ações que integraram o plano de comunicação da empresa em Guaíba, devido as suas obras na cidade. A companhia participou com um estande onde distribuiu material de divulgação do gás natural e sobre a ampliação de seu fornecimento à região. Colaboradores da empresa também ficaram à disposição da comunidade para eventuais esclarecimentos a respeito das atividades da companhia em Guaíba. Além do estande, o engenheiro da área de QSMS, Élbio da Luz, palestrou sobre o gás natural durante a comunicação Ação, Reflexão, Ação Socioambiental, organizada pela AMA para professores e representantes da comunidade. Foram distribuídos cerca de mil revistas e mais de mil folders.
- **Expoiner 2012**, entre 25 de agosto e 02 de setembro, no Parque Assis Brasil, em Esteio. A companhia participou junto ao estande do Governo do Estado, onde foi montado um quiosque para divulgar a campanha Mais Barato com GNV. Os visitantes da feira puderam comprovar a economicidade do GNV por meio de um simulador. Também ocorreram atividades do Projeto Verde-Azul no local.
- **Assembleia da Abegás**, entre os dias 13 e 15 de setembro, a Sulgás foi anfitriã do encontro que reuniu presidentes de distribuidoras de gás natural no país. A 41ª Assembleia Geral Extraordinária da Associação Brasileira das Empresas Distribuidoras de Gás Canalizado (Abegás) foi realizada no Novotel Porto Alegre Aeroporto.
- **DTG SULGÁS**, entre os dias 07 e 20 de setembro, a Sulgás montou seu Galpão Crioulo no Acampamento Farroupilha, fortalecendo a cultura e a tradição gaúcha. Foram vários os eventos realizados no Galpão, destacando-se o encontro dos representantes da Associação Brasileira das Empresas Distribuidoras de Gás Canalizado (Abegás), do Conselho de Administração da Sulgás, do Sulpetro/RS, do Projeto Pescar Sulgás, Confraternização dos Premiados na Campanha CIPA 2012, dentre outros.

7. Relacionamento com a Comunidade

7.1. Projeto Verde-Azul nas Escolas

Em 2012, a Sulgás deu continuidade ao seu programa de responsabilidade ambiental. Em sua terceira edição, o projeto realizou um trabalho junto a nove escolas da rede de ensino público estadual em Porto Alegre. Por meio de oficinas, palestras e visitas guiadas foram abordados temas como coleta seletiva, preservação dos recursos hídricos, poluição do ar, gás natural, entre outros. O objetivo foi incentivar a prática de ações que reduzam o impacto negativo no meio ambiente provocado pelo mau uso dos recursos naturais. Abaixo um resumo dos resultados alcançados.

RESULTADOS DA 3ª EDIÇÃO DO PROJETO VERDE-AZUL NAS ESCOLAS	
ALUNOS	379
PROFISSIONAIS DAS ESCOLAS (professores e funcionários)	187
FAMILIARES DOS ALUNOS	171
EQUIPE TÉCNICA (SULGÁS E ECOSSIS)	18
PARCERIAS	7
AULAS TEÓRICAS (TOTAL)	36
AULAS PRÁTICAS (TOTAL)	18
SAÍDAS A CAMPO (TOTAL)	27
PALESTRAS (TOTAL)	18
OFICINAS (TOTAL)	18

Encerramento do Projeto – Para marcar o encerramento da edição 2012, em 13 de novembro, a Sulgás promoveu o encontro das nove escolas participantes. O evento, realizado no Teatro da PUC, teve como apresentador o comunicador da Rádio Atlântida Duda Garbi. O público vibrou com a apresentação de um vídeo com imagens das atividades realizadas em 2012. Em seguida, foi realizado um concurso cultural, em que cada escola apresentou uma paródia tendo como tema o meio ambiente. A vencedora, escolhida por três jurados, foi a Escola Vycor de Britto, que recebeu o Troféu Sulguito.

Após a apresentação da peça teatral “Clara e Vira: cadê o lixo que tava aqui”, foram anunciadas as duas escolas que tiveram o melhor desempenho ao longo do ano e que receberam o Troféu Verde-Azul: Maurício Sirotsky Sobrinho, na categoria infantil, e Florinda Tubino Sampaio, na categoria juvenil. O Projeto Verde-Azul nas Escolas será retomado em 2013.

7.2. Projeto Pescar

Ao completar 5 anos, a Unidade Projeto Pescar Sulgás formou mais 17 jovens em seu Curso de Iniciação Profissional na Área de Gás Natural, Desenvolvimento Pessoal e Cidadania. Em 2012, a Unidade trouxe novidades: a mudança de orientadora e a ampliação do convênio com o SENAI.

Para assumir a coordenação das atividades, foi contratada a psicóloga Tatiana Firckel, ex-facilitadora da Fundação Projeto Pescar que orientou os jovens até o fim do curso.

Em relação ao convênio com o SENAI, essa instituição passou a oferecer um módulo técnico de 370 horas, assim distribuídas:

- Módulo básico – Matemática Aplicada às Instalações Prediais de Gás e QSMS do Trabalho Aplicado às Instalações de Gás;
- Módulo Introdutório – Interpretação de Projetos de Instalações Prediais de Gás; Segurança para Trabalho em Altura e Tecnologia da Distribuição de Gases Combustíveis;
- Módulo Específico Profissional – Instalação de Tubos e Conexões em Aço Galvanizado e em Cobre; Instalação de Aparelhos, Equipamentos e Acessórios em Redes sem Carga; Manutenção de Instalações Internas de Gás Canalizado; Instalação, Manutenção e Conversão de Aparelhos a Gás e Qualidade de Combustão de Aparelhos a Gás.

Assim, além do certificado da Fundação Projeto Pescar, os jovens foram certificados pelo SENAI por participarem do curso de formação profissional subsidiado pela qualificação técnica da ABNT e acreditado pelo INMETRO.

Em 2012, a unidade também recebeu um reconhecimento de cinco anos de participação da empresa na Rede Pescar, durante o Encontro de Dirigentes promovido pela Fundação que a mantém. Ainda foi agraciada com o Prêmio Top Gás, na categoria Responsabilidade Social, promovido pela Petrobras.

RESULTADOS ALCANÇADOS EM 5 ANOS		
	De 2008 a 2012	De 2010 a 2012
FAMÍLIAS ATENDIDAS	88	54
PESSOAS BENEFICIADAS	425	255
FORMANDOS	89	53
% CONCLUSÃO DO CURSO	97,7%	98%
% EMPREGABILIDADE	70%	70%
VOLUNTÁRIOS	50	40
PARCERIAS	31	23

7.3. Projeto Primar

Em maio, a Sulgás assinou o Termo de Parceria com a Associação dos Amigos do Meio Ambiente – AMA, com a Secretaria do Trabalho e do Desenvolvimento Social para patrocínio dos 14 projetos integrantes do PRIMAR, inserido na Rede Parceria Social. A Sulgás aplicou R\$ 400.000,00 em projetos, escolhidos por meio de edital, com foco em reciclagem, reaproveitamento de resíduos, preservação ambiental e outros afetos à área ambiental. Foram atendidas diretamente 725 pessoas e, indiretamente, 6.360 em 10 municípios gaúchos.

7.4. Convênios com o SENAI

A companhia reforçou sua parceria com o SENAI e financiou mais dois cursos voltados à formação técnica e profissional na área de gás natural, a saber:

- **Curso de Instalador Predial de tubulações, convertedor e mantenedor de aparelhos a gás, adequação de ambientes:** participaram 32 alunos, distribuídos em duas turmas semestrais, com uma carga-horária de 460 horas por turma. Custo anual: R\$ 97.240,00.
- **Curso na Modalidade Industrial - Instalador Predial de tubulações, convertedor e mantenedor de aparelhos a gás, adequação de ambientes:** este curso faz parte do Programa Novos Horizontes e está voltado para a iniciação profissional de jovens carentes, entre 16 e 19 anos. Participaram 32 alunos, divididos em duas turmas com uma carga-horária de 400 horas por turma. Investimento: R\$ 97.240,00. A Sulgás também mantém dois aprendizes deste projeto.

7.5. Patrocínios e doações

7.5.1. Patrocínios Institucionais com recursos próprios

A Sulgás realizou três patrocínios institucionais com recursos próprios em 2012 e que permitiram a promoção da empresa e do produto junto à comunidade, a saber:

- **Fórum Social Temático (FST):** evento que aconteceu em janeiro nas cidades de Porto Alegre, Canoas, Gravataí, São Leopoldo e Novo Hamburgo simultaneamente. O FST abordou temas relacionados à crise capitalista, justiça social e ambiental. Como contrapartida ao patrocínio, a companhia divulgou seu produto em 13 totens de autoatendimento distribuídos nos principais pontos por onde circularam os visitantes e a inclusão de uma atividade da empresa na programação do evento. No dia 27, a gerente de QSMS da Sulgás, Márcia da Rosa, participou da oficina Energia Limpa – Gás Natural, promovida pela Assembleia Legislativa na Sala José Antonio Lutzemberger.
- **Conexões Globais 2.0:** evento inserido na programação do Fórum Social Temático, realizado entre os dias 25 e 28 de janeiro, na Casa de Cultura Mario Quintana (CCMQ). O projeto debateu o papel da Internet como ferramenta de discussão e de articulação dos grandes movimentos sociais e dos desafios do aquecimento global, da busca por alternativas para a sustentabilidade e preservação ambiental. Foram realizadas oficinas, painéis, conferências e atividades culturais. Uma das presenças que marcaram a edição foi o cantor Gilberto Gil. A logomarca da Sulgás foi inserida em toda a programação visual e canais de comunicação do evento. Também foram distribuídos abanadores divulgando o GNV entre os participantes.
- **II Jornada Internacional de Educação Ambiental:** outra atividade patrocinada pela companhia em janeiro que integrou a programação do FST e também do Fórum Social Mundial da Educação. O objetivo foi promover diálogos sobre propostas e experiências de educação ambiental frente aos desafios globais, como as mudanças climáticas, produção e consumo sustentável. A atividade, com o tema “A educação e sua efetiva contribuição na construção de sociedades sustentáveis” ocorreu no sábado, 28 de janeiro. A Sulgás marcou presença em toda a programação visual do evento, bem como enviou representantes durante as atividades e distribuiu material informativo.

7.5.2. Patrocínios incentivados

Em 2012, a empresa investiu R\$ 1.047.837,02 em 15 patrocínios com renúncia fiscal, sendo que sete projetos por meio do Edital do Programa Sulgás de Patrocínios Socioculturais e Esportivos, a saber:

- **Projetos apoiados através do Edital:**

- a) Culturais (Lei Rouanet)

- ✓ Restinga Maior com a Cultura Popular, de Maria Cristina Bispo Freitas
- ✓ Festa do Vinho Novo 2012, da Festa do Vinho Novo e Feira da Ind. e Com.
- ✓ Patrimônio Histórico e Cultural da UFRGS – Instituto Parobé – Fase IV, da Fundação de Apoio à Universidade Federal
- ✓ Clara e Vira, Cadê o Lixo que Tava Aqui?, de Deodoro Oliveira Gomes

- b) Sociais (Funcriança)

- ✓ Projeto Olé, do Grêmio Esportivo Municipal de Montenegro
- ✓ Arca da Cultura, do Centro de Tradições Gaúchas Clareira da Mata

Observações: não foram selecionados projetos esportivos, porque os projetos habilitados apresentaram valores mínimos de investimento (20% do valor total do projeto, conforme edital) acima da capacidade de execução da empresa por meio da Lei Federal de Incentivo ao Esporte para o exercício de 2012, não sendo contemplado nenhum projeto nesta categoria. O total de recursos destinado através do edital foi de R\$ 540.100,00.

- **Outros projetos apoiados:**

- a) Culturais (LIC)

- ✓ Feira do Livro de Canoas
- ✓ Livro histórico do Hospital de Clínicas de Porto Alegre

- b) Culturais (Rouanet)

- ✓ Sentinela da Canção
- ✓ Acampamento Farroupilha de Erechim
- ✓ Livro Os Guarani-Mbyá

- c) Sociais (Funcriança)

- ✓ Novos Horizontes – Cejak

- d) Esportivos (Lei do Esporte)

- ✓ Corrida de Orientação – CBO – Santa Rosa
- ✓ Futsal Social – Educando pelo Esporte

Observações: o valor investido nos outros projetos apoiados foi de R\$ 507.737,02.

INVESTIMENTO POR LEI (R\$)	
LEI	VALOR (R\$)
ROUANET	566.865,39
LIC	209.495,50
FUNCRIANÇA	135.000,00
ESPORTE	136.476,13
TOTAL	1.047.837,02

7.5.3. Doações

- **Doação de veículos** – Em 14 de junho, a Sulgás entregou dez veículos da Companhia, que iriam a leilão, aos quatro Comandos Regionais de Bombeiros da Brigada Militar. As viaturas são utilizadas em inspeções e atividades de prevenção a incêndio, atendendo a grande parcela da população gaúcha. Por meio dessa doação, foram contemplados os Comandos das regiões de Canoas, Caxias do Sul, Rio Grande e São Leopoldo.
- **Campanha do Agasalho** – A Comissão Interna de Prevenção de Acidentes de Trabalho da Sulgás – CIPA entregou ao município de Guaíba 400 agasalhos doados pelos colaboradores da companhia, por meio da Campanha Gerência Solidária. Os doativos foram recebidos pela secretária de Assistência Social de Guaíba, Luciana Kubiak, e revertidos ao programa “Vida, eu quero!”, que possui sete mil famílias carentes cadastradas.

8. Comentários Sobre o Resultado

Apesar de uma redução da atividade econômica no ano de 2012, notadamente no setor industrial, os volumes médios diários de gás natural comercializados pela Sulgás mantiveram-se estáveis ao longo do ano. Somente os segmentos industrial e veicular tiveram consumo inferior ao observado em 2011, com variação negativa de **3,1%** e **2%**, respectivamente. Todos demais segmentos apresentaram crescimento, destacando-se o segmento Residencial, cujo consumo se elevou em **53,4%**, e o Segmento Cogeração PPT, que teve aumento de **21,3%** em relação a 2011. O segmento Comercial também obteve incremento em 2012, com consumo **4,1%** superior ao observado em 2011. Os significativos volumes comercializados, sobretudo no segmento residencial, refletiram o crescimento exponencial da carteira de clientes deste segmento em 2012, reforçando a tendência de desenvolvimento progressivo do mercado varejista do gás natural.

Não obstante os volumes comercializados tenham permanecido estáveis, a margem bruta de 2012 sofreu redução de 9% em comparação à de 2011. O fator que mais influenciou essa queda foi o aumento do custo de aquisição do gás boliviano, impactado não só pela elevação da taxa de câmbio como pela variação dos preços da cesta de óleos no mercado internacional. Esse quadro, contudo, não comprometeu a capacidade de investimento da Companhia.

Os montantes totais investidos cresceram 3,3% em relação a 2011, totalizando **R\$ 36,2 milhões**. Esses investimentos possibilitaram um incremento de 54,8 km na extensão total das redes de distribuição da Sulgás, que findou o ano com 606,9 km de redes no Estado. Abaixo o resumo dos investimentos realizados nos ano:

Investimentos	Valores (mil R\$)
Redes Troncais	13.200
Redes Urbanas	10.418
Conversão de clientes	6.264
Sistema Supervisório	2.398
Equipamentos	1.965
Tecnologia da Informação	299
Outros	1.698
TOTAL	36.242

Em 2012 foram gerados **R\$ 108,2 milhões** de caixa operacional – **EBITDA** e **R\$ 67,3 milhões** de **Lucro Líquido**. A Sulgás encerrou o ano com **5.029** novos consumidores, totalizando **11.000** clientes em operação.

9. Distribuição de Resultados

Em 2012, foram pagos os seguintes valores aos acionistas e corpo de funcionários da empresa:

ITEM	Valores (R\$)
Dividendos Exercício 2011	43.600.327
PLR Exercício 2011	1.305.409
Adiantamento Dividendos Exercício 2012	30.000.000
Juros Sobre o Capital Próprio 2012	4.668.236
Adiantamento PLR Exercício 2012	752.950
TOTAL	80.326.922

9.1. Programa de Participação nos Lucros e Resultados (PLR)

O Termo de Acordo do Programa de PLR para o período 2011-2014, tem por objetivo a Mobilização para os Resultados como um Compromisso de Todos, promovendo na negociação anual de metas e indicadores um ambiente de acordo e comprometimento de todos para atingir os resultados previstos.

Em 2012, a redução da atividade econômica e outros fatores como o câmbio e o aumento do custo do gás resultaram em um EBTIDA e Lucro Líquido menores do que o orçado, com reflexo no montante do PLR, totalizando R\$ 1.706 mil, 13% menor do que 2011 (R\$ 1.955 mil). O resultado da maioria dos indicadores do PLR ficou acima da meta pactuada. A perspectiva para 2013 é positiva, principalmente em função do retorno do faturamento para o setor térmico com a reativação da Usina Térmica de Uruguaiana.

10. Perspectivas e Desafios

Os resultados apresentados demonstram o comprometimento de todos os colaboradores e acionistas com o sucesso da empresa. Mesmo diante dos cenários de incertezas quanto à atividade econômica e as questões afetas ao suprimento de gás natural, percebe-se o esforço da companhia na manutenção de seus investimentos e na geração de resultados.

O ano de 2013 reserva muitos desafios no tocante ao incremento da carteira de clientes, ampliação de mercado e da rede de distribuição, assim como o aprimoramento das ferramentas de gestão e a busca de soluções de suprimento.

Clientes - A empresa mantém seus desafios de elevadas taxas de crescimento tanto dos investimentos em redes quanto da carteira de clientes. Particularmente no segmento da distribuição urbana, projetam-se investimentos de R\$ 22,2 milhões, a serem aplicados na construção de redes e conversões de clientes em diversos bairros principalmente de Porto Alegre e região metropolitana da Capital. A carteira final de clientes planejada para 2013 é de 16.821 clientes.

Mercado – A perspectiva de um crescimento novamente baixo da economia em 2013 traz preocupações quanto ao desempenho da comercialização da empresa. Sendo o segmento mais sensível da distribuição, a indústria será o mercado mais observado, para o acompanhamento das realizações orçamentárias da empresa. Por outro lado, o despacho da UTE Uruguaiana nos primeiros meses de 2013, seguindo determinação do Ministério das Minas e Energia, representará aumento do faturamento e dos resultados da empresa.

Extensão das redes de distribuição – Para o próximo ano o grande desafio da empresa será a construção de 89 km de tubulações. Espera-se até meados do segundo semestre a conclusão do ramal de interligação da rede existente em Campo Bom com o City-Gate de Araricá, acrescentando mais 13 km de redes de distribuição. No âmbito da distribuição urbana serão 76 km de redes em PEAD.

Infraestrutura para o suprimento de gás – A proximidade do esgotamento da capacidade de transporte do gasoduto Bolívia-Brasil representa forte limitante ao crescimento previsto de mercado para os próximos anos, tornando-se cada vez mais urgente a definição de fontes alternativas de suprimento para o estado do Rio Grande do Sul.

Ciente do papel do gás natural como indutor do desenvolvimento, bem como da relevância estratégica que uma nova fonte de suprimento tem para a dinamização econômica do Estado, a Sulgás vem envidando todos os esforços para viabilizar a implantação de um Terminal de Regaseificação de Gás Natural Liquefeito (GNL) em solo gaúcho. Em dezembro, a Sulgás participou de Missão do Governo do Estado à Coréia do Sul, que culminou com a celebração de Termo Aditivo ao Protocolo de Intenções firmado entre o Governo do RS, a Petrobras e as

empresas coreanas Hyundai e Samsung, estendendo o prazo de realização dos estudos de viabilidade para a implantação da Planta de GNL no RS. Na ocasião, a Sulgás teve contato com toda a cadeia de GNL daquele país, visitando plantas de GNL, empresas de distribuição de gás natural e estaleiros que atuam na construção de navios de transporte e regaseificação de GNL. A Sulgás também participou de reuniões do Grupo de Trabalho responsável pela elaboração dos estudos e pôde se posicionar no sentido de reforçar a substancial demanda atual e futura por gás natural existente no Estado, sobretudo no mercado industrial. Os estudos seguem em andamento e há perspectivas de que as demandas de consumo apresentadas pela Sulgás possam servir como um indicador positivo nessa nova etapa do trabalho.

Planejamento e Gestão – No seu Planejamento Estratégico 2020, um dos objetivos do projeto para 2013 é implantar o sistema de gestão estratégica, com mais participação e transparência, promovendo o alinhamento das estratégias em todas as áreas, adequando sua estrutura e organização, fortalecendo a identidade e a profissionalização da empresa para superar os desafios de expansão do mercado de gás no Estado.

11. Demonstrativos Contábeis e Notas Explicativas

COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - SULGÁS

RUA SETE DE SETEMBRO 1069 5.º ANDAR

PORTO ALEGRE - RS

CNPJ Nº 72.300.122/0001-04

NIRE: 43.300.033.104

BALANÇO PATRIMONIAL DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2012 E 2011

Em Reais

ATIVO

	NOTA EXPLICATIVA	31/12/2012	31/12/2011
ATIVO CIRCULANTE		141.765.493,91	178.000.790,22
DISPONÍVEL		27.041.239,81	84.507.196,87
Caixa e equivalentes de caixa		3.864.399,72	5.535.743,38
Aplicação de Liquidez Imediata		23.176.840,09	78.971.453,49
DIREITOS REALIZÁVEIS ATÉ O EXERCÍCIO SEGUINTE		114.641.018,08	93.379.588,69
Clientes		83.697.203,30	68.124.559,75
Impostos a Recuperar		27.407.802,80	22.765.907,83
Adiantamento a Funcionários		405.375,95	338.049,18
Adiantamento a Fornecedores		184.147,67	218.182,97
Outros Créditos a Realizar		-	-
Estoque Material de Operação e Manutenção		2.946.488,36	1.932.888,96
DESPESAS DO EXERCÍCIO SEGUINTE		83.236,02	114.004,66
Despesas Diferidas		83.236,02	114.004,66
ATIVO NÃO-CIRCULANTE		115.792.531,04	99.753.701,76
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		7.568.769,97	7.398.163,52
Clientes		450.473,10	1.913.311,50
Depósitos Judiciais		4.090.500,41	818.469,03
Impostos a Recuperar		1.559.006,36	1.385.502,34
Outros Créditos a Realizar		53.779,55	53.779,55
Ship or Pay/Take or Pay		182.422,05	182.422,05
Créditos Tributários Diferidos	NOTA 18	1.232.588,50	3.044.679,05
INVESTIMENTOS		48.772,40	48.772,40
Participações Diversas		48.772,40	48.772,40
INTANGÍVEL	NOTA 07	108.174.987,02	91.600.904,69
Imobilizado da Concessão - Terrenos		29.600,00	29.600,00
Imobilizado da Concessão - Equipamentos e Instalações Operacionais		203.301.272,11	174.552.291,71
Imobilizado da Concessão - Equipamentos e Instalações de Escritório		2.937.056,41	2.861.431,65
Imobilizado da Concessão - Equipamentos para Processamento de Dados		5.135.245,80	4.820.075,44
Imobilizado da Concessão - Veículos		706.300,00	1.103.278,93
Imobilizado da Concessão em Andamento		23.600.302,85	22.906.512,43
(-) Amortização Acumulada		(127.534.790,15)	(114.672.285,47)
DIFERIDO		1,65	705.861,15
Despesas Pré-Operacionais		1.473.379,39	1.473.379,42
Despesas do Projeto de Engenharia de Gás Natural		12.661.086,24	12.661.086,24
(-) Amortização Acumulada		(14.134.463,98)	(13.428.604,51)
TOTAL DO ATIVO		257.558.024,95	277.754.491,98

RUA SETE DE SETEMBRO 1069 5.º ANDAR

PORTO ALEGRE - RS

CNPJ Nº 72.300.122/0001-04

NIRE: 43.300.033.104

BALANÇO PATRIMONIAL DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2012 E 2011

Em Reais

PASSIVO

	NOTA EXPLICATIVA	31/12/2012	31/12/2011
PASSIVO CIRCULANTE		143.574.205,39	149.564.846,51
Fornecedores de Mercadorias		101.589.503,54	101.097.781,52
Fornecedores de Serviços		4.204.401,40	2.061.051,62
Provisão p/Imposto de Renda		20.944.716,71	27.577.348,40
Obrigações Sociais e Tributárias		11.504.230,29	13.261.571,71
Participação nos Lucros		979.351,33	1.441.702,19
Empréstimos e Financiamentos		-	-
Adiantamento de Clientes		1.126.310,91	1.301.576,32
Provisão de Férias a Pagar		1.700.822,86	1.211.215,49
Retenções Contratuais		400.270,39	400.183,13
Outras Obrigações		1.124.597,96	1.212.416,13
PASSIVO NÃO-CIRCULANTE		163.734,20	3.402.606,95
Provisão para Contingências		163.734,20	3.402.606,95
PATRIMONIO LÍQUIDO		113.820.085,36	124.787.038,52
CAPITAL SOCIAL		67.655.593,20	67.655.593,20
Capital Subscrito e Integralizado		67.655.593,20	67.655.593,20
RESERVAS DE LUCROS		13.531.118,64	13.531.118,64
Reserva Legal		13.531.118,64	13.531.118,64
DIVIDENDOS ADICIONAIS PROPOSTOS		32.633.373,52	43.600.326,68
Dividendos Adicionais Propostos	NOTA 04	32.654.373,52	43.600.326,68
(-) Ajuste de Exercício Anterior		(21.000,00)	-
TOTAL DO PASSIVO		257.558.024,95	277.754.491,98

Roberto da Silva Tejedas
Presidente
CPF: 628.962.960-34

Alex Dornelles da Silva
Contador CRC/RS nº 64.077
CPF: 676.831.420-34

COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - SULGÁS
RUA SETE DE SETEMBRO 1069 5.º ANDAR
PORTO ALEGRE - RS
CNPJ Nº 72.300.122/0001-04 NIRE: 43.300.033.104

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS E 2012 E 2011
Em Reais

	NOTA EXPLICATIVA	31/12/2012	31/12/2011
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	NOTA 17	567.232.414,41	492.119.644,68
CUSTO PRODUTOS/MERCADORIAS VENDIDAS		(437.769.075,43)	(345.695.817,60)
Custo das Mercadorias		(417.437.277,11)	(327.724.845,98)
Custos de Operação		(7.569.423,21)	(5.407.754,86)
Amortizações Operacionais		(12.762.375,11)	(12.563.216,76)
LUCRO BRUTO		129.463.338,98	146.423.827,08
DESPESAS/RECEITAS OPERACIONAIS		(36.287.112,19)	(36.679.902,53)
Despesas Gerais Administrativas		(27.458.053,31)	(28.432.154,60)
Despesa com benefícios a empregados		(20.349.742,11)	(17.115.006,23)
Amortizações Administrativas		(1.167.420,22)	(1.122.749,07)
Despesas Tributárias		(258.587,14)	(220.145,69)
Outras Receitas Operacionais		12.946.690,59	10.210.153,06
Receita de Construção - ICPC01	NOTA 19	25.368.689,31	22.151.141,59
Custos de Construção - ICPC01		(25.368.689,31)	(22.151.141,59)
RESULTADO ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS		1.755.927,41	3.472.376,75
Receitas Financeiras		6.624.343,44	8.796.989,88
Despesas Financeiras		(4.868.416,03)	(5.324.613,13)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		94.932.154,20	113.216.301,30
Contribuição Social		(8.313.523,77)	(10.256.034,72)
Imposto de Renda		(22.277.136,22)	(27.404.635,44)
RESULTADO APÓS IRPJ e CSLL		64.341.494,21	75.555.631,14
PARTICIPAÇÃO DOS EMPREGADOS		(1.687.120,69)	(1.955.304,46)
REVERSÃO JUROS s/CAPITAL PRÓPRIO		4.668.235,92	4.871.202,70
RESULTADO DO EXERCÍCIO		67.322.609,44	78.471.529,38
ATRIBUÍDO À			
Participação dos Acionistas da Controladora		34.334.530,81	40.020.479,98
Participação dos Acionistas não Controladores		32.988.078,63	38.451.049,40
Resultado por ação de capital social		3,12	3,64
RESULTADO DO EXERCÍCIO		67.322.609,44	78.471.529,38

Roberto da Silva Tejedas
 Presidente
 CPF: 628.962.960-34

Alex Dornelles da Silva
 Contador CRC/RS nº 64.077
 CPF: 676.831.420-34

COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - SULGAS
RUA SETE DE SETEMBRO 1069 5.º ANDAR - PORTO ALEGRE - RS
CNPJ Nº 72.300.122/0001-04 NIRE: 43.300.033.104

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercício Findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011

Em Reais

EVENTOS	NOTA EXPLICATIVA	CAPITAL SOCIAL	RESERVA DE LUCROS	DIVIDENDO ADICIONAL PROPOSTO	LUCROS ACUMULADOS	TOTAL
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010		67.655.593,20	13.531.118,64		0,00	81.186.711,84
Capitalização da Res. de Retenção de Lucros		0,00	0,00			0,00
Resultado do Exercício 2011					78.471.529,38	78.471.529,38
Constituição da Reserva Legal			0,00		0,00	0,00
Juros Sobre Capital Próprio					(4.871.202,70)	(4.871.202,70)
Dividendos Intermediários Distribuídos	NOTA 04				(30.000.000,00)	(30.000.000,00)
Dividendos Adicionais Propostos	NOTA 04			43.600.326,68	(43.600.326,68)	0,00
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011		67.655.593,20	13.531.118,64	43.600.326,68	0,00	124.787.038,52
Pagamento de Dividendo Proposto				(43.600.326,68)		(43.600.326,68)
Ajuste de Exercício Anterior					(21.000,00)	(21.000,00)
Resultado do Exercício 2012					67.322.609,44	67.322.609,44
Constituição da Reserva Legal			0,00		0,00	0,00
Juros Sobre Capital Próprio					(4.668.235,92)	(4.668.235,92)
Dividendos Intermediários Distribuídos	NOTA 14			0,00	(30.000.000,00)	(30.000.000,00)
Dividendos Adicionais Propostos	NOTA 14			32.633.373,52	(32.633.373,52)	0,00
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012		67.655.593,20	13.531.118,64	32.633.373,52	0,00	113.820.085,36

Roberto da Silva Teçadas
Presidente
CPF: 628.962.960-34

Alex Dornelles da Silva
Contador CRC/RS nº 64.077
CPF: 676.831.420-34

COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - SULGÁS
RUA SETE DE SETEMBRO 1069 5.º ANDAR
PORTO ALEGRE - RS
CNPJ Nº 72.300.122/0001-04 NIRE: 43.300.033.104

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 2012 E 2011
Em Reais

	31/12/2012	31/12/2011
1 - RECEITAS		
1.1. Vendas de mercadoria, produtos e serviços	719.788.161,63	623.925.743,26
1.2. Provisão para devedores duvidosos	7.750.059,08	7.094.632,13
1.3. Outras receitas operacionais	5.196.631,51	3.115.520,93
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		
2.1. Materiais consumidos	417.437.277,11	327.724.845,98
2.2. Outros custos de produtos e serviços vendidos	7.569.423,21	5.407.754,86
2.3. Energia, serviços de terceiros e outras despesas operacionais	18.471.734,37	19.832.904,71
2.4. Perda na realização de ativos	7.711.797,02	7.755.368,87
3 - RETENÇÕES		
3.1. Amortizações	13.929.795,33	13.685.965,83
4 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	267.614.825,18	259.729.056,07
5 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
5.1. Receitas financeiras	6.624.343,44	8.796.989,88
6 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	274.239.168,62	268.526.045,95
7 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	274.239.168,62	268.526.045,95
7.1. Empregados		
Salários e encargos	17.224.075,98	14.835.163,08
Honorários da diretoria	457.556,96	428.089,93
Participação dos empregados nos lucros	1.687.120,69	1.955.304,46
7.2. Tributos		
Federais	100.420.562,83	97.701.989,26
Estaduais	86.064.877,07	74.166.512,14
Municipais	41.335,80	42.411,06
7.3. Financiadores		
Juros	-	64.086,50
Aluguéis	1.021.029,85	860.960,14
7.4. Juros sobre capital próprio	4.668.235,92	4.871.202,70
7.5. Dividendos Mínimo Obrigatório	-	-
7.6. Dividendos Intermediários Distribuídos	30.000.000,00	30.000.000,00
7.7. Dividendos Adicionais Propostos	32.633.373,52	43.600.326,68
7.8. Ajuste de Exercício Anterior	21.000,00	-
7.9. Lucros retidos/prejuízos do exercício	0,00	0,00

Roberto da Silva Tejedas
 Presidente
 CPF: 628.962.960-34

Alex Dornelles da Silva
 Contador CRC/RS nº 64.077
 CPF: 676.831.420-34

COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - SULGÁS
RUA SETE DE SETEMBRO 1069 5.º ANDAR

CNPJ Nº 72.300.122/0001-04

NIRE: 43.300.033.104

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

Em Reais

	31/12/2012	31/12/2011
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido:	67.322.609,44	78.471.529,38
Ajustes por:		
Amortização	13.929.795,33	13.685.965,83
Provisão para Devedores Duvidosos	3.610.075,46	7.750.059,08
Provisões para Contingências	163.734,20	3.402.606,95
Reversão da Provisão para Devedores Duvidosos do exercício anterior	(7.750.059,08)	(7.094.632,13)
Reversão das Provisões para Contingências do exercício anterior	(3.402.606,95)	(1.993.793,12)
	73.873.548,40	94.221.735,99
Redução (aumento) nos ativos:		
Contas a receber	(9.969.821,53)	(14.771.093,80)
Estoque	(1.013.599,40)	(723.840,75)
Tributos e contribuições compensáveis	(2.828.582,77)	1.769.745,25
Adiantamento a fornecedores	34.035,30	(194.603,26)
Outros	(3.308.589,51)	2.643.324,60
Aumento (redução) nos passivos:		
Fornecedores	2.664.022,61	33.578.721,51
Salários e encargos sociais	(97.595,31)	(45.579,17)
Pagamento de IR/CS	(8.389.973,11)	(4.764.666,99)
Participação nos lucros	(462.350,86)	314.330,75
Outros	295.255,55	(236.377,41)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	50.796.349,37	111.791.696,72
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Compra de ativo imobilizado	(29.972.743,83)	(27.068.009,67)
Aplicações financeiras de longo prazo	-	4.325.008,78
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	(29.972.743,83)	(22.743.000,89)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Empréstimos baixas	-	(2.976.274,87)
Juros sobre o capital próprio pagos a acionistas e dividendos	(78.289.562,60)	(93.769.341,47)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento	(78.289.562,60)	(96.745.616,34)
Redução líquida de caixa e equivalente de caixa	(57.465.957,06)	(7.696.920,51)
Caixa e equivalente de caixa no início do período	84.507.196,87	92.204.117,38
Caixa e equivalente de caixa no final do período	27.041.239,81	84.507.196,87

Roberto da Silva Tejedas
 Presidente
 CPF: 628.962.960-34

Alex Dornelles da Silva
 Contador CRC/RS nº 64.077
 CPF: 676.831.420-34

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia é uma sociedade de economia mista, autorizada pela Lei Estadual n.º 9.128 de 07/08/1990, alterada pela Lei n.º 9.705 de 24/07/1992, tendo concessão para exploração do gás natural no Estado do Rio Grande do Sul por prazo de 50 (cinquenta) anos conforme Contrato de Concessão firmado em 19/04/1994. A Companhia tem por objetivo executar serviços relativos à pesquisa tecnológica, produção, aquisição, armazenamento, distribuição e comercialização de gás natural e seus subprodutos e derivados, de acordo com a evolução tecnológica, o desenvolvimento econômico e as necessidades sociais. Poderá, subsidiariamente, efetuar a aquisição, montagem e eventual fabricação de equipamentos e componentes, otimizando o uso do gás natural e seus subprodutos e derivados, bem como executar os serviços. Atende consumidores dos setores industrial, cogeração, veicular, comercial, residencial e termoeletrico.

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, homologados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e basearam-se nos fatos econômicos identificados na documentação, informações e declarações fornecidas pela administração da entidade.

A demonstração dos resultados abrangentes não está sendo apresentada, pois não há valores a serem apresentados sobre esse conceito, ou seja, o resultado do exercício é igual ao resultado abrangente total.

NOTA 3 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) APLICAÇÕES DE LIQUIDEZ IMEDIATA

São aplicações de curto prazo junto ao Banco do Estado do Rio Grande do Sul e Banco do Brasil, registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, sem perda relevante quando do seu resgate.

b) PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

Constituída em valor estimado suficiente para cobrir as perdas esperadas na realização de contas a receber de clientes.

c) ESTOQUES

Os estoques de peças de manutenção e conversões somam o valor de R\$ 2.946.488,36 foram avaliados ao custo médio de aquisição, os quais não excedem ao valor de reposição. Os materiais consumidos no processo de imobilização em andamento estão registrados no ativo intangível, sendo que o estoque de tubos e alguns materiais também são valorados pelo preço médio.

d) INVESTIMENTOS

Os investimentos não relevantes são avaliados ao custo de aquisição deduzido de provisão para desvalorização, quando aplicável.

e) REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL – IMPAIRMENT

Os valores contábeis dos ativos não monetários referentes ao Intangível da Companhia foram revistos para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independente dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativo “unidade geradora de caixa” – UGC.

A administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de redução ao valor recuperável em 31 de dezembro de 2012.

f) DIFERIDO

É composto por despesas e custos relativos à fase pré-operacional e projetos de expansão, os quais estão sendo amortizados à taxa de 10% ao ano, de acordo com os critérios preceituados pela legislação vigente. A companhia opta pela manutenção dos valores até a sua total amortização. Não haverá novas incorporações restando somente a amortização dos saldos já existentes.

g) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Foram provisionados com base na legislação atual, sendo o Imposto de Renda com base nas alíquotas de 15% mais 10% sobre adicional e a Contribuição Social com base de 9% sobre o lucro real, conforme demonstramos na nota 9.

h) RESULTADO

Tendo em vista que a empresa estava em fase pré-operacional até janeiro de 1997, os custos e despesas realizados até aquele período, foram diferidos em conformidade com o artigo 179, da lei N.º 6.404/76. No presente exercício o resultado é apurado com observância ao regime contábil de competência, confrontando-se a despesa diretamente delineável com as receitas reconhecidas em determinado período. O consumo ou sacrifício do ativo que não tenha correspondência será descarregado como despesa no período de ocorrência do gasto.

i) ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

As estimativas contábeis foram baseadas em fatores direta ou indiretamente observáveis, baseados no entendimento da administração sobre a mensuração do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Provisões para devedores duvidosos, imposto de renda e contingências. A liquidação/ocorrência das transações

envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas ao menos trimestralmente.

j) BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Companhia fornece a seus empregados benefícios que englobam basicamente: Plano de Previdência Privada com contribuição definida administrada pela Fundação Petrobras de Seguridade Social – Petros, assistência médica, odontológica, cartão alimentação e participação nos lucros.

I) DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras, aplicável às companhias abertas, enquanto que para as companhias de capital fechado representam informação financeira adicional.

NOTA 4 – EFEITOS DOS PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS

Os principais efeitos dos CPC's na companhia foram os seguintes:

- a) Reclassificação do Imobilizado para o Intangível – ICPC 01 – Nota 07;
- b) Reconhecimento das Receitas e Custos de Construção – ICPC 01 – Nota 19;
- c) Reclassificação dos Dividendos a Pagar no Passivo Circulante para Dividendos Adicionais Propostos no Patrimônio Líquido – ICPC 08 – Nota 14;
- d) Realização do Teste de Recuperabilidade dos Ativos – CPC 01.

NOTA 5 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

A composição do saldo de equivalentes de caixa está demonstrada a seguir:

Cliente	31/12/2012	31/12/2011
Caixa e Bancos	3.864.399,72	5.535.743,38
Aplicações Financeiras	23.176.840,09	78.971.453,49
Total	27.041.239,81	84.507.196,87

Disponibilidades além daquelas necessárias para exigências operacionais são aplicadas em investimentos de curto prazo. Os investimentos com vencimentos de três meses ou menos são classificados como disponibilidades.

NOTA 6 – CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Cliente	31/12/2012	31/12/2011
Petrobras Petróleo Brasileiro S/A	15.172.287,60	9.627.707,50
Petrobras Distrib S/A	1.191.822,35	1.410.811,82
Ipiranga Produtos de Petróleo S/A	2.975.029,83	1.583.487,32
Gerda S/A	3.241.382,34	2.631.835,77
Braskem S/A	14.919.332,41	10.533.175,79
Outros	18.566.026,33	15.760.686,38
Subtotal	56.065.880,86	41.547.704,58
PDD	-3.610.075,46	-7.750.059,08
Total	52.455.805,40	33.797.645,50

Há um valor de R\$ 28.360.671,88 registrado à conta de Clientes, no ativo circulante que se refere às operações de importação/faturamento do gás do segmento termoeletrico entre as empresas YPF S/A e AES Uruguaiana Empreendimentos S/A. Este valor encontra-se registrado também à conta de Fornecedores de Mercadorias, no passivo circulante, pois depende de acerto entre as duas empresas sobre os valores das transações que ora se encontram sob arbitragem internacional.

As confissões de dívidas de clientes totalizam R\$ 3.331.199,12, sendo R\$ 2.880.726,02 no ativo circulante e R\$ 450.473,31 no ativo não-circulante.

NOTA 7 – INTANGÍVEL

A Sulgás é concessionária com direito a exploração do gás natural no Estado do Rio Grande do Sul, sendo que deverá reverter todos seus bens patrimoniais ao Estado ao término do contrato de concessão se não houver renovação. Com isso, a fim de atender ao ICPC 01, a Sulgás reclassificou todos os bens do imobilizado para o intangível em 2010, adotando como percentual de amortização as taxas pré-definidas no próprio contrato de concessão. Segue abaixo os quadros explicativos:

a) AMORTIZAÇÃO DO INTANGÍVEL EM 2012

Conta Patrimonial	2012 Custo	2012 Amortização Acumulada	2012 Total 2012	2011 Total 2011	Taxa Amortização
GASODUTO REFINARIA GAS BOLIVIA	2.428.018,17	2.428.018,17	0,00	0,00	10%
GASODUTO GN URUGUAIANA	2.558.820,52	2.372.406,51	186.414,01	225.806,47	10%
GASODUTO GAS NATURAL	186.615.096,19	115.826.973,34	70.788.122,85	56.594.068,21	10%
MAQUINAS EQUIPAMENTOS TECNICOS	2.812.096,03	568.078,26	2.244.017,77	1.121.171,21	10%
FERRAMENTAS	28.643,54	19.475,10	9.168,44	4.749,46	20%
EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA	236.555,91	123.301,45	113.254,46	48.158,30	10%
CONSTRUCAO GASODUTO SERRA	1.780.130,66	0,00	1.780.130,66	652.876,60	-
CONSTRUC GASODUTO METROPOLITANO	17.414.304,39	0,00	17.414.304,39	12.784.228,01	-
VEICULOS	706.300,00	633.564,73	72.735,27	260.838,21	20%
MOVEIS E UTENSILIOS	916.564,23	401.942,17	514.622,06	562.108,36	10%
INSTALACOES	1.367.044,98	424.501,15	942.543,83	1.053.060,59	10%
EQUIP PROC DADOS	2.705.857,95	1.754.633,51	951.224,44	1.133.552,66	20%
EQUIP DE ESCRITORIO	245.942,88	116.083,20	129.859,68	148.125,77	10%
EQUIPAMENTOS TELEFONICOS	334.161,97	126.712,74	207.449,23	253.600,84	10%
SOFTWARE	2.429.387,85	1.637.034,29	792.353,56	1.042.690,86	20%
ESTOQUE DE TUBOS	1.356.589,73	0,00	1.356.589,73	7.234.406,43	10%
APARELHOS TRANSMISSORES	8.389,00	5.336,09	3.052,91	208,43	20%
ESTOQUE DE ESTACOES E VALVULAS	1.974.851,16	0,00	1.974.851,16	2.235.001,39	-
TERRENOS	29.600,00	0,00	29.600,00	29.600,00	-
ESTOQUE CILINDROS GNV	44.738,20	0,00	44.738,20	112.720,02	-
CILINDROS GNV	394.956,28	60.405,81	334.550,47	304.457,83	10%
SISTEMA SUPERVISÓRIO - MÁQ/EQUIP	4.767.122,26	419.952,22	4.347.170,04	3.747.121,84	10%
SISTEMA SUPERVISÓRIO - TI	3.415.225,00	553.183,51	2.862.041,49	2.050.587,74	10%

b) MOVIMENTAÇÃO PATRIMONIAL EM 2012

Descrição Conta Patrimonial	Saldo Inicial	Adições	Transferências	Baixas	Baixas Convertidas em Crédito Fiscal	Baixas Reclassificadas	Saldo Imobilizado
GASODUTO GAS NATURAL	161.623.579,58	5.893.812,08	19.091.716,35	0,00	0,00	0,00	186.609.108,01
MAQUINAS EQUIPAMENTOS TECNICOS	1.573.805,31	1.366.389,69	-162.136,77	-404,80	0,00	0,00	2.777.653,43
FERRAMENTAS	28.488,39	3.917,50	-3.429,85	0,00	0,00	-332,5	28.643,54
EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA	100.024,00	5.410,89	131.121,02	0,00	0,00	0,00	236.555,91
CONSTRUCAO GASODUTO SERRA	652.876,60	2.362.926,52	-1.227.071,42	0,00	-8.601,04	0,00	1.780.130,66
CONSTRUC GASODUTO METROPOLITANO	12.784.228,01	14.498.546,99	-9.960.901,11	0,00	-36.706,86	-93.132,72	17.192.034,31
VEICULOS	1.103.278,93	0,00	0,00	-396.978,93	0,00	0,00	706.300,00
MOVEIS E UTENSILIOS	896.724,27	41.875,77	-22.035,81	0,00	0,00	0,00	916.564,23
INSTALACOES	1.327.058,43	2.800,53	37.186,02	0,00	0,00	0,00	1.367.044,98
EQUIP PROC DADOS	2.501.809,23	201.041,63	3.007,09	0,00	0,00	0,00	2.705.857,95
EQUIP DE ESCRITORIO	219.119,20	0,00	26.823,68	0,00	0,00	0,00	245.942,88
EQUIPAMENTOS TELEFONICOS	350.605,40	0,00	-16.443,43	0,00	0,00	0,00	334.161,97
SOFTWARE	2.318.266,21	110.631,59	490,05	0,00	0,00	0,00	2.429.387,85
APARELHOS TRANSMISSORES	2.971,00	0,00	5.418,00	0,00	0,00	0,00	8.389,00
ESTOQUE DE ESTACOES E VALVULAS	2.235.001,39	128.390,92	-388.541,15	0,00	0,00	0,00	1.974.851,16
ESTOQUE CILINDROS GNV	112.720,02	0,00	-67.981,82	0,00	0,00	0,00	44.738,20
CILINDROS GNV	326.974,46	0,00	67.981,82	0,00	0,00	0,00	394.956,28
SISTEMA SUPERVISÓRIO - MÁQ/EQUIP	3.748.149,19	1.018.973,08	0,00	0,00	0,00	0,00	4.767.122,27
SISTEMA SUPERVISÓRIO - TI	2.051.712,07	1.363.512,93	0,00	0,00	0,00	0,00	3.415.225,00
ESTOQUE DE TUBOS E MATERIAIS	7.234.406,43	3.025.512,72	-53.027,04	0,00	0,00	0,00	10.206.892,11
TOTAIS	201.191.798,12	30.023.742,84	7.462.175,63	-397.383,73	-45.307,90	-93.465,22	238.141.559,74

NOTA 8 – PARTES RELACIONADAS

O saldo pela aquisição de gás natural junto à Petróleo Brasileiro S/A Petrobras totalizava, em 31 de dezembro de 2012, o montante de R\$ 72.774.112,60, assim composto:

DOCTO N.º	Parcela	Vencimento	Valor
5960	2	04/01/2013	27.702.337,51
6064	1	15/01/2013	4.943.861,26
6070	1	16/01/2013	12.018.148,20
6067	1	16/01/2013	1.303.200,00
6066	1	25/01/2013	226.834,16
6065	1	25/01/2013	2.889.808,72
6064	2	04/02/2013	23.689.922,75
TOTAL			72.774.112,60

NOTA 9 - IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil e estão compostos como segue:

a) Impostos e contribuições sociais a compensar

Ativo Circulante	2012	2011
ICMS a compensar	1.013.339,42	831.451,68
Imposto de Renda e Contribuição Social	21.927.580,28	18.706.880,33
PIS/COFINS a compensar	3.965.500,88	3.227.231,79
TOTAL	26.906.420,58	22.765.563,80

Ativo Não-Circulante	2012	2011
ICMS a compensar	1.559.006,36	1.385.502,34
IR/C Social s/provisões	1.232.588,50	3.044.679,05
TOTAL	2.791.594,86	4.430.181,39

b) Impostos e contribuições sociais a recolher

Passivo Circulante	2012	2011
ICMS	631.932,20	372.476,36
COFINS	949.043,20	1.008.426,97
PIS	206.042,27	218.935,36
Imposto de Renda e Contribuição Social	28.778.569,45	37.895.559,79
Outras Obrigações	1.849.143,79	1.343.521,63
TOTAL	32.414.730,91	40.838.920,11

NOTA 10 – EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

O empréstimo junto ao BNDES foi liquidado no exercício 2011.

NOTA 11 - SALÁRIOS E ENCARGOS SOCIAIS

Salários e Encargos Sociais	2012	2011
Salários a Pagar	92.335,94	209.104,92
Provisão para Férias	1.268.974,38	899.729,88
Encargos Sociais	1.058.513,44	552.115,35
Provisão Participação no Resultados	979.351,33	1.441.702,19
TOTAL	3.399.175,09	3.102.652,34

A provisão para férias, acrescida dos encargos sociais previstos na legislação vigente, foi calculada com base nos períodos aquisitivos dos respectivos funcionários, cujos valores foram apropriados até 31 de Dezembro de 2012.

NOTA 12 - PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS/RESULTADOS

A participação dos empregados nos Lucros ou Resultados, conforme disposto na lei n.º 10.101/2000 e na política de Participação nos Lucros e Resultados aprovada pelo Conselho de Administração. Ocorreu em acordo coletivo com os empregados e suas entidades sindicais, num montante de R\$ 1.687.120,69 (Hum milhão, seiscentos e oitenta e sete mil, cento e vinte reais com sessenta e nove centavos).

NOTA 13 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital Social**

O Capital Social totalmente integralizado é de R\$ 67.655.593,20, representado por 21.562.644 ações ordinárias, todas de classe única sem valor nominal.

b) Reserva legal

Constituída mediante apropriação de 5% do lucro líquido de cada exercício, em conformidade com o Artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social, sendo que o limite já foi atingido.

NOTA 14 – DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO**a) DIVIDENDOS MÍNIMOS OBRIGATÓRIOS**

Aos acionistas, de acordo com os estatutos sociais, é assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei Societária, conforme o cálculo a seguir demonstrado para 31 de Dezembro de 2012.

	2012 VALORES (R\$)	2011 VALORES (R\$)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	67.322.609,44	78.471.529,38
RESERVA LEGAL	-	-
JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO	-4.668.235,92	-4.871.202,70
AJUSTE DE EXERCÍCIO ANTERIOR	-21.000,00	-
TOTAL DOS DIVIDENDOS A DISTRIBUIR	62.633.373,52	73.600.326,68
DIVIDENDO MÍNIMO OBRIGATÓRIO GOV. ESTADO RS	7.985.755,12	9.384.041,65
DIVIDENDO MÍNIMO OBRIGATÓRIO GASPETRO	7.672.588,26	9.016.040,02
DIVIDENDOS INTERMEDIÁRIOS DISTRIBUÍDOS EM 2011 - GOV. ESTADO RS	15.300.000,00	15.300.000,00
DIVIDENDOS INTERMEDIÁRIOS DISTRIBUÍDOS EM 2011 - GASPETRO	14.700.000,00	14.700.000,00
DIVIDENDO ADICIONAIS PROPOSTOS GOV. ESTADO RS	16.643.020,50	22.236.166,61
DIVIDENDO ADICIONAIS PROPOSTOS GASPETRO	15.990.353,02	21.364.160,07
TOTAL	62.633.373,52	73.600.326,68

b) JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

A Companhia, conforme prevê a legislação fiscal, optou por efetuar a título de remuneração de seus acionistas o crédito de juros sobre o capital próprio, apurado com base na TJLP sobre o patrimônio líquido, cujo montante no exercício, totalizou o valor bruto de R\$ 4.668.235,92 e distribuído conforme quadro abaixo:

JSCP por Acionista	Valor Bruto	IRRF	Valor Líquido
Estado Rio Grande do Sul	2.380.800,32	-	2.380.800,32
Petrobrás Gás S/A	2.287.435,60	343.115,34	1.944.320,26
TOTAL	4.668.235,92	343.115,34	4.325.120,58

NOTA 15 - PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A provisão para contingências foi constituída com base no relatório da Gerência Executiva Jurídica da empresa. A provisão é revisada com base na evolução dos processos e no histórico de perdas através da melhor estimativa corrente.

	Saldo Inicial 2012	Reversões 2012	Adições 2012	Saldo Final 2012
Provisões Trabalhistas	2.197.727,68	-2.197.727,68	1.184,84	1.184,84
Provisões Cíveis	1.204.879,27	-1.204.879,27	148.549,36	148.549,36
TOTAL	3.402.606,95	-3.402.606,95	163.734,20	163.734,20

Conforme dispõe a legislação, serão provisionados os processos judiciais classificados como provável perda. Os processos judiciais considerados como possível perda somam o valor de R\$ 13.471.755,15, sendo R\$ 5.287.000,00 relativos a causas trabalhistas e R\$ 8.184.755,15 referente causas cíveis.

NOTA 16 – REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

	31/12/2012	31/12/2011
Honorários e Encargos	641.500,12	508.639,81
Participação nos Resultados	63.403,68	89.800,99
Assistência Médica	5.945,42	2.685,39
Total	710.849,22	598.440,80

NOTA 17– RECEITAS BRUTA E DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA

	2012	2011
RECEITA DE VENDAS DE GÁS	719.788.161,63	623.925.743,26
RECEITA DE GÁS RESIDENCIAL	2.498.865,40	1.388.441,24
RECEITA DE GÁS COMERCIAL	13.409.260,05	10.126.279,69
RECEITA DE GÁS INDUSTRIAL	574.874.977,35	498.613.859,86
RECEITA DE GÁS COGERAÇÃO	43.674.121,15	34.208.690,70
RECEITA DE GÁS VEICULAR	85.330.937,68	79.588.471,77
RECEITA DE GÁS TERMOELÉTRICA	-	-
(-)DEDUÇÕES SOBRE RECEITA	152.555.747,22	131.806.098,58
PIS SOBRE VENDA DE GÁS	11.861.327,22	10.288.508,86
COFINS SOBRE VENDA DE GÁS	54.633.991,35	47.389.494,80
ICMS SOBRE VENDA DE GÁS	86.060.428,65	74.128.094,92
RECEITA LIQUIDA	567.232.414,41	492.119.644,68

NOTA 18 – TAKE OR PAY

O Take or Pay é cláusula contratual que estabelece a regra de que o agente (Sulgás na condição de cliente) está obrigado a consumir determinado volume de gás junto ao fornecedor Petrobrás, sendo que, se consumir volume inferior ao contratado, deverá pagar penalidade que poderá ser recuperada em até 07 (sete) anos, sendo que foi registrado o valor R\$ 182.422,05 referente operação ocorrida no exercício de 2011.

NOTA 19 – RECEITAS E CUSTOS DE CONSTRUÇÃO

Conforme preceitua o ICPC01 a Sulgás reconhece as seguintes Receitas e Custos de Construção:

	2012	2011
RECEITA DE CONSTRUÇÃO	25.368.689,31	22.151.141,59
CUSTOS DE CONSTRUÇÃO	25.368.689,31	22.151.141,59
MARGEM	0	0

NOTA 20 – DFC – Tributos e Contribuições Compensáveis

O Grupo “Tributos e Contribuições Compensáveis” da Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC é composto pela variação dos anos 2010 e 2011 das contas de PIS e COFINS a compensar, ICMS a Compensar, Antecipações de IRPJ/CSLL e IRRF sobre Aplicações Financeiras.

NOTA 21 – DFC – Outros

O Grupo “Outros” de Redução (Aumento) dos Ativos da Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC é composto pela variação dos anos 2011 e 2012 das contas Ship or Pay, Take or pay, Adiantamento a Empregados, Despesas Antecipadas e Depósitos Judiciais.

NOTA 22 – Seguros

A Companhia contratou seguro para cobertura de seus veículos perante a TOKIO MARINE SEGURADORA, sendo o valor do prêmio em R\$ 18.849,45 com limite de cobertura até R\$ 100.000,00 e vigência de 13/05/2012 a 13/05/2013. Contratou seguros de Responsabilidade Civil de Administradores perante a ACE SEGURADORA S/A, com valor do prêmio em R\$ 42.494,48 com vigência de 05/08/2012 a 05/08/2013 com limite de cobertura de até R\$ 5.000.000,00. Também contratou seguro patrimonial da Sede Porto Alegre e das unidades de Canoas e Caxias do Sul junto à seguradora MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A, valor do prêmio em R\$ 7.443,30 e limites de cobertura que variam de R\$ 4.000,00 a R\$ 3.600.000,00 conforme o tipo de sinistro, tendo vigência de 09/12/2011 a 09/12/2012.

NOTA 23 – Perda no Recebimento de Créditos

Foi registrada perda do recebimento de créditos no valor de R\$ 4.066.129,12, conforme decisão judicial transitada em julgado.

Roberto da Silva Tejedas
Diretor Presidente

Dariu Etchichury Filho
Diretor Administrativo Financeiro

Flávio Ricardo Soares de Soares
Diretor Técnico-Comercial

Alex Dornelles da Silva
Contador CRCRS 64077

**Caixa de Administração da Dívida
Pública Estadual S.A.
CADIP**

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas

Na forma das disposições legais e estatutárias, apresentamos a seguir, o relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, preparadas em acordo com a legislação pertinente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012.

O panorama externo caracterizou-se pela continuidade da desaceleração econômica, especialmente nos países que integram a Comunidade Europeia. A redução na taxa de crescimento do PIB da China e as incertezas quanto à reativação da atividade econômica dos Estados Unidos, também contribuíram para o cenário nebuloso do mercado mundial em 2012.

As dificuldades enfrentadas pelas principais economias mundiais se refletiram no Brasil. O PIB brasileiro, cujo crescimento para 2012 inicialmente foi estimado em 4,0%, apresentou contínua redução de projeção ao longo do ano, culminando com uma expansão de apenas 0,9% segundo dados preliminares disponíveis.

Para 2013 o PIB brasileiro deve crescer em torno de 3,5% segundo estimativas do mercado.

De outra parte, a meta oficial de inflação, fixada em 4,5% no início do ano, foi ultrapassada, alcançando 5,8% no período, medida pelo IPCA.

A taxa básica de juros, representada pela SELIC, que em 31 de dezembro de 2011 situava-se em 11,00%, registrou sucessivas quedas ao longo do ano, situando-se em 7,25% em 31 de dezembro de 2012, refletindo uma redução de 34,1% no período.

A cotação do dólar registrou uma alta de 8,9% no ano, com a moeda norte-americana situando-se em R\$ 2,0435 em 31.12.2012.

O mercado de ações mostrou-se apático em 2012, especialmente no que se refere aos volumes de emissões para oferta pública, que somaram R\$ 8,9 bilhões no ano, contra uma média de R\$ 48,8 bilhões no período de 2005 a 2011.

As emissões de debêntures para oferta pública registradas na CVM totalizaram R\$ 50,0 bilhões no exercício, superando em 56,2% a média dos últimos 7 anos.

O desempenho do mercado acionário, avaliado pelo índice BOVESPA, indica uma sucessão de ganhos e perdas mensais, culminando com uma alta de 7,4% no exercício. Referido indicador situou-se em 60.952 pontos em 31.12.2012.

No exercício de 2012 a Companhia não efetuou novas operações de emissão de debêntures. A Administração vem acompanhando e avaliando as condições do mercado tendo em vista a realização de novas operações.

O desempenho da Companhia no exercício reflete seu nível de atividade no período. As receitas tributárias ainda não compensadas.

As despesas totalizaram R\$ 215 mil, sendo 64,2% representadas por Provisões para Riscos Fiscais.

O resultado do exercício, impactado negativamente pelas Provisões para Riscos Fiscais e positivamente pelo ajuste do Imposto de Renda e Contribuição Social, está refletido em prejuízo líquido de R\$ 101 mil no período.

As contas patrimoniais não sofreram alterações relevantes no exercício, exceto a decorrente do pagamento de juros sobre o capital próprio, no valor de R\$ 4.400 mil referente ao lucro líquido apurado no exercício de 2011. O impacto do referido pagamento ocorreu no Ativo Circulante e no Passivo Circulante.

As contas patrimoniais do Ativo e do Passivo revelam excelente nível de liquidez financeira, indicando absoluta capacidade de solvência de seus compromissos.

Os valores provisionados em razão de contenciosos que a Companhia mantém junto à Receita Federal e à Comissão de Valores Mobiliários foram atualizados até 31 de dezembro de 2012 por índices oficiais aplicáveis a cada caso. Em uma demanda impetrada contra a CVM a Administração da Companhia entendeu ser conveniente proceder o depósito judicial do valor da ação, ou seja, R\$ 42.177,00, efetuado e contabilizado no Ativo Realizável a Longo Prazo.

Os Auditores Independentes contratados pela Companhia prestam exclusivamente serviços de auditoria contábil independente. Na forma da legislação vigente foi renovada a contratação dos Auditores Independentes por mais dois exercícios sociais (2012 e 2013).

Declaração da Diretoria: na forma do disposto no Art. 25, incisos V e VI, da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria da Companhia declara que revisou, discutiu e concorda com as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, bem como concorda com a opinião expressa no parecer dos Auditores Independentes sobre as referidas Demonstrações.

Registramos o nosso agradecimento pelo apoio recebido da Administração Pública do Estado, em especial da Secretaria da Fazenda, cuja confiança dos Senhores Acionistas e o empenho dos integrantes do Conselho Fiscal, que muito contribuíram para o bom andamento das atividades da Companhia no exercício.

A Administração

Balancos Patrimoniais em 31 de Dezembro
Em milhares de reais

Ativo	2012	2011	Passivo e Patrimônio Líquido	2012	2011
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	22.201	26.720	Juros sobre o capital próprio a pagar (Nota 8 (c))	—	4.400
Créditos a receber (Nota 5)	880	813		—	4.400
	23.081	27.533			
Não circulante			Não circulante		
Impostos diferidos (Nota 3)	112	65	Provisão para riscos fiscais (Nota 10)	330	192
Depósitos Judiciais	42	—		330	192
	154	65			
			Patrimônio líquido (Nota 8)		
			Capital social	10.200	10.200
			Reservas de lucros	12.705	12.806
				22.905	23.006
Total do ativo	23.235	27.598	Total do passivo e do patrimônio líquido	23.235	27.598

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Valor Adicionado
Exercícios findos em 31 de Dezembro
Em milhares de reais

	2012	2011
Valor adicionado recebido em transferência		
Resultado da equivalência patrimonial		16.416
Receitas financeiras	67	626
Valor adicionado a distribuir	67	17.042
Distribuição do valor adicionado		
Serviços de terceiros, taxas e emolumentos	77	104
Provisão para riscos fiscais	138	85
Impostos federais	(47)	212
Perda na alienação do investimento		2.106
Juros sobre o capital próprio a pagar		4.400
Lucros retidos	(101)	10.135
Valor adicionado distribuído	67	17.042

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Resultado
Exercícios findos em 31 de Dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado

	2012	2011
Resultado da equivalência patrimonial (Nota 6)		16.416
Despesas administrativas	(77)	(104)
Despesas tributárias		(277)
Perda na alienação do investimento (Nota 6)		(2.106)
Provisão para riscos fiscais (Nota 10)	(138)	(85)
Lucro (prejuízo) operacional	(215)	13.844
Receitas financeiras	67	626
Lucro (prejuízo) antes da contribuição social e do imposto de renda	(148)	14.470
Imposto de renda e contribuição social diferidos	47	65
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(101)	14.535
Lucro (prejuízo) líquido por ação ordinária - básico e diluído - R\$	(0,00149)	0,21375

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Resultado Abrangente
Exercícios findos em 31 de Dezembro
Em milhares de reais

	2012	2011
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(101)	14.535
Outros componentes do resultado abrangente:		
Participação no resultado abrangente em investimento	—	414
Resultado abrangente do período	(101)	14.949

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa
Exercícios findos em 31 de Dezembro
Em milhares de reais

	2012	2011
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	(101)	14.535
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa e equivalentes de caixa aplicados nas atividades operacionais:		
Resultado da equivalência patrimonial		(16.416)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(89)	(65)
Provisão para riscos fiscais	138	85
	(52)	(1.861)
Variações de ativos e passivos operacionais		
Redução (aumento) em créditos a receber	(67)	4.388
Redução em impostos e taxas a pagar		(104)
Aumento (redução) em juros sobre o capital próprio a pagar	(4.400)	4.400
	(4.467)	8.684
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades Operacionais	(4.519)	6.823
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Alienação de investimento		75.589
Dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos		4.023
		79.612
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Juros sobre o capital próprio a pagar		(4.400)
Redução do capital social		(61.200)
		(65.600)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(4.519)	20.835
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa		
Demonstração do aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa		
No fim do exercício	22.201	26.720
No início do exercício	26.720	5.885
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	(4.519)	20.835

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011
Em milhares de reais

1. Informações gerais

A Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S.A. - CADIP é uma sociedade de economia mista, supervisionada pela Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul, com sede em Porto Alegre - RS. A Companhia tem como objetivo implementar ações que visem contribuir na administração da dívida pública do Estado, podendo, para tanto, emitir e colocar, no mercado, obrigações e adquirir, alienar e dar em garantia: ativos, créditos, precatórios, títulos e valores mobiliários.

As demonstrações financeiras foram liberadas pela Diretoria para exame da auditoria em 07 de janeiro de 2013.

2. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB, e as Normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

2.2. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos e com risco insignificante de mudança de valor.

2.3. Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge

A Deliberação CVM nº 550, de 17 de outubro de 2008, dispõe que as companhias abertas devem divulgar informações qualitativas e quantitativas sobre todos os seus instrumentos financeiros derivativos, reconhecidos ou não como ativos ou passivos em seu balanço patrimonial. Neste sentido, a Administração informa que a Companhia não possui nenhuma operação que possa ser caracterizada como instrumento financeiro derivativo ou operações de hedge.

Os instrumentos financeiros destinados a alcançar o objeto social da Companhia estão representados, substancialmente, por caixa e equivalentes de caixa e por créditos a receber. Em função das suas características, a Administração da Companhia entende que os valores contábeis situam-se em níveis líquidos de mercado.

2.4. Investimento

O investimento foi contabilizado pelo método da equivalência patrimonial, conforme demonstrado na Nota 6, em decorrência de estar sob controle comum do seu Acionista Controlador - Estado do Rio Grande do Sul. Em 20 de outubro de 2011, o investimento foi integralmente alienado.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
Em milhares de reais

	Capital social	Reservas de lucros				Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
		Legal	Propostos	Lucros a realizar	Retenção de lucros			
Em 01 de janeiro de 2011	10.200	2.040			61.417	414		74.071
Participação no resultado abrangente de Investimento						(414)	414	
Aumento de capital social	61.200				(61.200)			
Redução de capital social	(61.200)							
Lucro líquido do exercício							14.535	14.535
Destinação do resultado			10.766		(217)		(10.549)	
Juros sobre o capital próprio - R\$ 0,0647 por ação ordinária							(4.400)	(4.400)
	10.200	2.040	10.766				23.006	
Em 31 de dezembro de 2011							(101)	(101)
Prejuízo líquido do exercício								
Reversão reserva de dividendos			(10.766)		10.766		101	
Destinação do resultado					(101)			
Em 31 de dezembro de 2012	10.200	2.040			10.665			22.905

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Continua >>>

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011
Em milhares de reais

2.5. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da mesma possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo em separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

2.6. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem o imposto diferido.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base na legislação vigente, na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de Imposto de Renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações diversas. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento de tributos.

2.7. Capital social

O valor das ações ordinárias é classificado no patrimônio líquido.

2.8. Reconhecimento da receita

A Administração reconhece a receita quando o seu valor pode ser mensurado com segurança. É provável que benefícios econômicos futuros possam fluir para a Entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das suas atividades.

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam risco significativo, com probabilidade de causar ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

Imposto de renda e contribuição social

A Companhia possui, em 31 de dezembro de 2012, base negativa de contribuição social, no montante de R\$ 21.843 (2011 - R\$ 21.927), e prejuízos fiscais, no montante de R\$ 21.843 (2011 - R\$ 21.927), sem prazo de prescrição, cujos créditos tributários, conservadoramente, não foram contabilizados, no montante de R\$ 7.427 (2011 - R\$ 7.455). Uma vez que serão utilizados na proporção da geração de futura de lucros tributáveis, em 2012, a Companhia contabilizou créditos tributários decorrentes de adições temporárias compensáveis com lucros tributários futuros, no montante de R\$ 112 (2011 - R\$ 65).

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2012	2011
Bancos - conta movimento	96	115
Aplicações financeiras	22.105	26.605
	22.201	26.720

Os recursos financeiros de caixa e equivalentes de caixa referem-se, preponderantemente, a recursos disponibilizados ao Sistema Integrado de Administração de Caixa - SIAC, cuja remuneração tem, a partir de 1º de janeiro de 2005, o tratamento previsto no art. 1º do Decreto Estadual nº 38.113, de 22 de janeiro de 1998.

5. Créditos a receber

	2012	2011
Contribuição social a compensar	183	167
Imposto de renda a compensar	697	646
	880	813

6. Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2012, as transações com partes relacionadas estão representadas pelas aplicações financeiras, descritas na Nota 4.

7. Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, o capital social subscrito e integralizado é representado por 68.000.000 de ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, pertencentes a acionistas domiciliados no Brasil.

Em 20 de outubro de 2011, em Assembleia Geral Extraordinária - AGE foram deliberados os seguintes assuntos:

- O aumento do capital social, no valor de R\$ 61.200, mediante a incorporação de parte da Reserva de Retenção de Lucros, sem alteração na quantidade de ações, atendendo o disposto no Artigo nº 199 da Lei 6.404/76;
- A redução do capital social, no valor de R\$ 61.200, sem alteração da quantidade de ações, na forma do disposto Artigo nº 174 da Lei 6.404/76; e
- A forma de pagamento, aos acionistas, do valor da redução do capital social, em moeda corrente nacional e ou com outros ativos da Companhia.

(b) Reservas de lucros

(i) Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76 e art. 20 do Estatuto Social.

(ii) Reserva de lucros a realizar e retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros está representada pelo saldo remanescente do lucro líquido do exercício, após as destinações legais e estatutárias.

(iii) Reserva de dividendos propostos

Representa os dividendos em excesso ao dividendo mínimo obrigatório, em conformidade com o ICPC08.

(c) Apropriação do lucro líquido do exercício

De acordo com o estatuto da Companhia, o lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei das Sotiedades por Ações, terá as seguintes destinações:

- (i) 5% para constituição da Reserva legal, limitado a 20% do capital social; e
- (ii) 25% será distribuído como dividendo mínimo obrigatório.

Em 30 de abril de 2012, em Assembleia Geral Ordinária, por unanimidade, foi aprovada a reversão integral do saldo da Reserva de Dividendos Propostos, no montante de R\$ 10.766 mil.

Em 30 de abril de 2011, na Assembleia Geral Ordinária - AGO, por unanimidade de votos, na forma das disposições legais pertinentes e considerando que o lucro líquido obtido pela Companhia no exercício de 2010, no montante de R\$ 15.059, decorreu, prioritariamente, do resultado da equivalência patrimonial gerado por investimento, portanto até então não realizado, os acionistas deliberaram pela não distribuição de dividendos mínimos, devendo a totalidade do lucro líquido daquele exercício ser apropriado na rubrica Reserva de Retenção de Lucros.

Em 31 de dezembro de 2011, conforme facultado pela Lei nº 9.249/95, a Administração da Companhia distribuiu juros sobre o capital próprio, no montante de R\$ 4.440, que foram imputados ao pagamento do dividendo obrigatório, "ad referendum" da Assembleia Geral Ordinária.

8. Remuneração dos administradores

Na forma do artigo 6º da Lei Estadual nº 10.600/95, de 26 de dezembro de 1995, e atendendo ao estabelecido pela Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul, os Conselheiros e Diretores da Companhia são remunerados, simbolicamente, com a importância de R\$ 1,00 (um real), por reunião e por mês, respectivamente, uma vez que os trabalhos por eles desenvolvidos são considerados, por Lei, como de serviço público relevante.

9. Provisão para riscos fiscais

A Administração da Companhia tomou a decisão, conservadoramente, de constituir provisão para perda de processos administrativos perante a Delegacia da Receita Federal de Porto Alegre - RS, referente à Manifestação de Inconformidade em relação à compensação de créditos tributários, no valor de R\$ 237 (R\$ 112 - em 2011) e, frente à Comissão de Valores Mobiliários - CVM, referente ao questionamento quanto à aplicação de multa cominatória pelo atraso de envio de documentos, no montante de R\$ 93.

Leonildo Migon
Presidente

Carlos Eduardo Provenzano
Diretor de Relações com Investidores

Olavo Cesar Dias Medeiros
Diretor Técnico

Paulo Cesar Santana Nunes
Contador
CRCRS 034346/0-4
CPF 139198490-00

Manifestação do Conselho de Administração

O Conselho de Administração da Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S.A., tendo examinado o Relatório da Diretoria, o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração do Fluxo de Caixa, a Demonstração do Valor Adicionado, a Demonstração de Resultados Abrangentes e demais documentos da Companhia referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012, bem como a proposta da Diretoria para a não distribuição de dividendos, ante os esclarecimentos prestados pela Diretoria e tendo presente ainda o teor do Relatório dos Auditores Independentes, manifesta-se pela aprovação das referidas matérias, sem ressalvas, e pelo encaminhamento das mesmas para apreciação e deliberação da Assembleia Geral Ordinária dos Senhores Acionistas.

Luis Antônio Medina Gomez

Túlio Luiz Zamin

João Emílio Gazzana

Flávio Pompermayer

Felipe Rodrigues da Silva

Parer do Conselho Fiscal

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S.A. - CADIP, nos termos da lei e dos estatutos sociais, examinamos o Balanço Patrimonial, as Demonstrações de Resultado e demais demonstrações contábeis do exercício social encerrado em 31/12/2012, bem como a proposta da Diretoria para a não distribuição de dividendos, e a justificativa da não elaboração de orçamento de capital para o exercício social de 2013, tendo presente ainda o Relatório dos Auditores Independentes, o Conselho deliberou, por unanimidade, pela aprovação das referidas matérias, entendendo estarem os referidos documentos em condições de aprovação pelos Senhores Acionistas.

Fernando Rodrigues
Conselheiro

José Luiz Piazza Pfitscher
Conselheiro

Cristiane Costa da Rosa
Conselheira

**Relatório dos Auditores Independentes
sobre as Demonstrações Financeiras**

Porto Alegre, 21 de janeiro de 2013.

Aos Administradores e Acionistas da
Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S.A. - CADIP

Examinamos as demonstrações financeiras da Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S.A. - CADIP, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos materiais, a posição patrimonial e financeira da Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S.A. - CADIP em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, bem como as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, preparada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

 **SAWERYN
& ASSOCIADOS**
AUDITORES INDEPENDENTES

SAWERYN & Associados S/S
Auditores Independentes
CRC RS 03349/O-0

Marcelo de Deus Saweryn
Sócio
Contador CRC RS 54712/O-5

CAIXA DE ADMINISTRAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA ESTADUAL S.A. – CADIP

C.G.C. nº 00.979.969/0001-56


NIRE 43300034518

- Companhia Aberta -

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Local, data e hora: às dez horas do dia vinte e sete de março de 2013, na sede social, situada na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, na Av. Mauá, nº 1155, Conj. 502 A, reuniram-se, em Assembleia Geral Ordinária, os Acionistas da Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S/A – CADIP, inscrita no CGC-MF sob o nº 00.979.969/0001-56 e NIRE – Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul nº 43300034518. **Quorum:** Acionistas, representando a totalidade do capital social, contando ainda com a presença do representante do Conselho Fiscal, Cristiane Costa da Rosa. **Convocação:** dispensada a convocação pela imprensa, face ao disposto no § 4º do artigo 124, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. **Composição da Mesa:** a Assembleia Geral Ordinária foi presidida pelo Sr. Odir Alberto Tonollier, representando o acionista Estado do Rio Grande do Sul, que convidou a mim, Flávio Pompermayer, para exercer as funções de Secretário. Prosseguindo os trabalhos, o Senhor Presidente declarou regularmente instalada e aberta a Assembleia Geral Ordinária e solicitou a mim, Secretário, que procedesse a leitura da Ordem do Dia, sendo o seguinte o seu teor: **Ordem do dia:** a) tomar as contas dos Administradores e deliberar sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012; b) proposta da Diretoria para a não distribuição de dividendos aos acionistas, sob a justificativa de que o resultado do exercício foi negativo; c) deliberação sobre orçamento de capital; d) eleição e posse dos membros do Conselho Fiscal; e) fixação dos honorários dos membros do Conselho Fiscal. **Deliberações Tomadas pela Assembleia Ordinária:** por unanimidade de votos e sem ressalvas, representando a totalidade dos acionistas, o Plenário deliberou o seguinte: a) após a leitura do conjunto de peças que compõem as Demonstrações Financeiras, procedida pelo Secretário da reunião, publicadas nas edições de 28 de janeiro de 2013, no Diário Oficial do Estado e no Jornal do Comércio de Porto Alegre, o exame das mesmas e os esclarecimentos prestados pela Administração da Companhia, bem como a apreciação do respectivo Parecer do Conselho Fiscal e do Relatório da Auditoria Independente, os acionistas aprovaram as contas dos Administradores, o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e os documentos complementares referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2012; b) pela aprovação da proposta da Diretoria para a não distribuição de dividendos aos acionistas, sob a justificativa de que o resultado do exercício foi negativo; c) aprovar a proposta da Administração pela não elaboração do orçamento de capital para o exercício de 2013, na forma do inciso III do Art. 163 da Lei 6.404/76 e do inciso IV do Art. 25 da Instrução CVM nº 480/2009, tendo em vista a característica operacional da Companhia e seu objeto social; d) eleger para compor o Conselho Fiscal, para o mandato de um ano, os seguintes membros apresentados pelo acionista controlador Estado do Rio Grande do Sul: **Titulares: Fernando Rodrigues**, brasileiro,

casado, contador, residente e domiciliado à Rua Márcio Dias, 574, Porto Alegre/RS, inscrito no CPF/MF sob nº 425140290-15 e portador da Carteira de Identidade nº 2024386498-SSP/RS; **José Luiz Piazza Pfitscher**, brasileiro, casado, arquiteto, residente e domiciliado a Rua Couto de Magalhães, 1384 ap. 1302, Porto Alegre/RS, inscrito no CPF/MF sob nº 257578900-10 e portador da Carteira de Identidade nº 3008592572 – SSP/RS e **Cristiane Costa da Rosa**, brasileira, solteira, funcionária pública estadual, residente e domiciliada a Rua Aristides Rosa nº 195, Porto Alegre/RS, inscrita no CPF/MF sob o nº 631.288.020-68 e portadora da Carteira de Identidade nº 9050902486-SSP/RS. **Suplentes:** **Jatir Dalla Vecchia**, brasileiro, casado, funcionário público estadual, residente e domiciliado à Rua Armando Barbedo nº 1161, casa 15, Porto Alegre/RS, inscrito no CPF/MF sob o nº 193399840-72 e portador da Carteira de Identidade nº 2002602536-SSP/RS; **Clarisse Falcão Marcant** brasileira, solteira, funcionária pública estadual, residente e domiciliada a Rua Felipe de Oliveira nº 566, apartamento 704, Porto Alegre/RS, inscrita no CPF/MF sob o nº 654.203.220-72 e portadora da Carteira de Identidade nº 2065773489-SSP/RS e **Iria Salton Rotunno**, brasileira, divorciada, funcionária pública estadual, residente e domiciliada a Rua Professor Antônio D'Ávila casa 181, inscrita no CPF/MF sob o nº 425.579.840-00 e portadora da Carteira de Identidade nº 6003398598 - SJS/IIRS. Os Conselheiros Fiscais ora eleitos não se enquadram em impedimentos previstos no Art. 147 e preenchem as condições estabelecidas no Art. nº 146 e Art. 162 da Lei 6.404/76, respectivamente, conforme declarações apresentadas; e) estabelecer para os Conselheiros Fiscais honorários mensais correspondentes a um décimo da remuneração que em média é atribuída aos Diretores da Companhia. O Presidente ofereceu a palavra a quem dela quisesse fazer uso. Como ninguém se manifestou, os trabalhos foram suspensos pelo tempo necessário à lavratura da presente Ata. **Encerramento:** Reabertos os trabalhos, esta Ata foi lida e, de forma unânime, aprovada e assinada pelos presentes. **Acionistas Presentes:** Estado do Rio Grande do Sul, através de seu representante, Odir Alberto Pinheiro Tonollier; Flávio Pompermayer; Luis Antônio Medina Gomez; Túlio Luiz Zamin; Felipe Rodrigues da Silva e João Emílio Gazzana.


Odir Alberto Pinheiro Tonollier
Presidente


Flávio Pompermayer
Secretário

DECLARAÇÃO: Declaro que a presente Ata é cópia fiel da original lavrada no Livro próprio da Sociedade.

Porto Alegre, 27 de março de 2013


Flávio Pompermayer
Secretário

**CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL****CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL**

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se em situação regular.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME.....	: PAULO CESAR SANTANA NUNES
REGISTRO.....	: RS-034346/O-4
CATEGORIA.....	: CONTADOR
CPF.....	: 139.198.490-00

A presente CERTIDÃO não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que posteriormente, venham a ser apurados pelo CRCRS contra o referido registro.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: PORTO ALEGRE, 26.03.2013 as 16:52:05.

Válido até: 24.06.2013.

Código de Controle: 137436.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCRS.

BADESUL Desenvolvimento S.A.
Agência de Fomento/RS

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2012

A Mensagem do Presidente

Sirvo-me deste Relatório para transmitir à comunidade gaúcha e, em particular, aos seus agentes econômicos, a visão estratégica e o desempenho operacional e financeiro do BADESUL Desenvolvimento S.A. – Agência de Fomento/RS no ano 2012. Mas, em especial, sirvo-me desta mensagem para destacar aos rio-grandenses que o BADESUL encerrou o exercício passado com um desempenho operacional de tal ordem que alçou esta Instituição para uma nova e mais elevada dimensão no que se refere ao financiamento de investimentos e à promoção do desenvolvimento na economia do Rio Grande do Sul.

Isto porque o BADESUL encerrou o exercício de 2012 com uma dimensão recorde de aprovações e de liberações de operações de financiamento a investimentos. As liberações de crédito em 2012 alcançaram o valor de R\$ 1,0 bilhão, o que configura um crescimento de 104% em relação aos R\$ 496,5 milhões efetuados em 2011 e de 62% em relação ao recorde anterior de R\$ 618,4 milhões, alcançado em 2010. Já no que tange às operações aprovadas, estas alcançaram o patamar de R\$ 2,1 bilhões em 2012, o que tanto sustentou o nível extraordinário de desembolsos realizado no exercício passado quanto contribuirá para manter em alto nível as liberações de crédito nos primeiros meses de 2013.

Mas a nova dimensão adquirida pelo BADESUL em 2012 também foi definida pelo 1º lugar que esta Instituição alcançou na captação de negócios na 35ª Expointer, pelo aumento de R\$ 104 milhões que o Governo do Estado efetuou no seu Capital Social, pelo seu apoio financeiro e técnico às Prefeituras Municipais do Rio Grande do Sul, aos produtores rurais e às empresas que têm neste estado a sua base econômica, pela sua presença nas regiões do RS e pelos seus primeiros passos no mercado de capitais. O presente relatório apresenta essa nova dinâmica operacional do BADESUL, que aqui antecipei, ao lado da avaliação do cenário macroeconômico em que ocorreu e dos seus efeitos ainda transitórios nos resultados da Instituição.

Mas nada disso seria possível sem a visão desenvolvimentista e o incentivo pessoal e político do Governador do Estado do Rio Grande do Sul, Tarso Genro, ao qual transmito os meus agradecimentos pela honra de participar da sua Administração e de assim servir ao povo gaúcho à frente de uma instituição financeira de desenvolvimento cujo passado, presente e futuro estão associados com a história do crédito público de longo prazo para o crescimento da economia, da renda e do emprego dos rio-grandenses.

É fundamental que se faça também o reconhecimento do trabalho árduo e competente realizado pela equipe de colaboradores do BADESUL. Sem o esforço e dedicação de cada um dos colaboradores da empresa os resultados alcançados não seriam possíveis.

Finalmente, transmito minha gratidão aos clientes do BADESUL, razão de ser desta Instituição, e às pessoas físicas e jurídicas em geral que, por exercerem a nobre função de investir no crescimento da economia do Rio Grande do Sul são os portadores dos anseios de renovado progresso para todos aqueles que têm a sua querência nesta terra gaúcha.

Marcelo de Carvalho Lopes
Diretor-Presidente

1 A Situação da Economia

As atividades operacionais e a atuação institucional do BADESUL no financiamento de investimentos e na promoção do desenvolvimento da economia gaúcha são decorrentes das decisões microeconômicas das empresas, prefeituras municipais e produtores rurais que projetam investimentos no Rio Grande do Sul. Estas decisões são condicionadas pelas circunstâncias macroeconômicas do Rio Grande do Sul, do Brasil e do mundo.

Economia Internacional

Em relação às expectativas que, desde o final de 2011, os analistas econômicos tinham em relação ao comportamento da economia mundial em 2012, nota-se que se confirmou a esperada continuidade dos problemas fiscais, financeiros e de desemprego enfrentados por economias da União Europeia, como Grécia, Espanha, Portugal e Itália, todas integradas ao euro como moeda comum. A taxa de sacrifício imposta aos seus habitantes traduz-se na persistência de taxas de desemprego 25% da população ativa na Grécia e na Espanha e com uma média de 11% na Zona do Euro como um todo.

Em adição, confirmaram-se as expectativas de crescimento moderado da economia dos EUA, em torno de 2,1% a.a. em 2012, insuficiente para reduzir de forma significativa a taxa de desemprego naquele País, a qual está em 7,9% da sua população economicamente ativa.

A economia japonesa também apresentou crescimento em 2012, na casa dos 2,1%, como reflexo, em parte, da recuperação frente aos desastres naturais que assolaram aquele País em 2011, quando se registrou recessão na terceira economia mundial. A economia chinesa cresceu em 2012 a um ritmo de 7,8% ao ano, confirmando as expectativas de um pouso suave em relação às taxas de até 12% ao ano que aquela economia experimentou no passado recente.

Economia Brasileira

No que se refere ao Brasil, fizeram-se sucessivas revisões para baixo, ao longo de 2012, quanto ao comportamento da taxa de crescimento da economia nacional, em relação às expectativas vigentes no início do ano. A economia brasileira, que apresentou em 2010 uma taxa de crescimento de 7,5% em seu PIB, reduziu esse dinamismo para 2,7% em 2011 e deverá apresentar em 2012 uma taxa de crescimento de 1,0%. Mas essa desaceleração econômica não afetou a baixa taxa de desemprego, no patamar de 5,8% para a economia do Brasil como um todo, que se pode considerar como próxima do pleno emprego.

Nota-se também que o cenário econômico internacional está freando as exportações líquidas brasileiras para o resto do mundo, tendo o saldo da balança comercial caído de 5% do PIB em 2005 para 1% em 2012. A taxa de câmbio da moeda brasileira perante o dólar norte-americano, registrada ao final de 2012, alcançou R\$ 2,04 por US\$ 1.00, em situação mais depreciada do que o patamar médio de R\$ 1,80 por unidade de dólar que vigorou em 2011. Mesmo assim, mercê os baixos preços e custos de produção dos bens industrializados no leste da Ásia e depois exportados para as economias abertas do planeta, as empresas industriais do Brasil enfrentaram dura concorrência nos seus mercados externo e interno.

A taxa de inflação, até o final do primeiro semestre de 2012, vinha refluindo em direção ao centro da meta de inflação, de forma que os 6,5% registrados em 2011 vinham convergindo para o patamar de 4,5%. Mas ao encerrar-se o exercício de 2012 verificou-se que a taxa de inflação manteve-se no patamar de 5,3%.

Economia Gaúcha

No que se refere à economia gaúcha, esta experimentou, em 2012, todo o rigor dos efeitos da forte estiagem que atingiu a sua safra de verão 2011/2012. A Fundação de Economia e Estatística (FEE) anunciou que o Produto Interno Bruto do Rio Grande do Sul apresentou queda de 2,1% nos primeiros nove meses de 2012, na comparação com igual período do ano anterior. Para esse desempenho muito contribuiu o setor agropecuário, com redução de 32,4% no seu Valor Agregado Bruto. O setor industrial caiu 1,1%, devido principalmente à falta de matéria-prima agrícola em função da estiagem, retração das exportações e baixo desempenho da indústria nacional. A mesma fonte destaca a taxa positiva de desempenho no período do setor de serviços, que alcançou 3,0%. A FEE também mostra que, no acumulado em quatro trimestres, o PIB gaúcho caiu 0,1%.

2 O Sistema de Desenvolvimento e a Política Industrial do Rio Grande do Sul

O Sistema de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul (SD/RS) deve ser entendido a partir de sua intenção básica de coordenar esforços em prol da promoção de investimentos como ferramenta para a criação de emprego e de renda na economia gaúcha. Para esse fim, reúne atores do governo estadual, do governo federal, dos governos municipais e dos setores privado e cooperativo, instituições de representação de empresários, cooperativas e trabalhadores e outras instituições da sociedade civil associadas ao desenvolvimento da indústria, à inovação e à promoção do comércio exterior.

A Secretaria de Desenvolvimento e Promoção do Investimento – SDPI está no centro do SD/RS, com a função de articular, a partir do Gabinete do Governador, as instituições e as ações de governo integradas no âmbito do referido sistema. Entre estas instituições estão a Agência Gaúcha de Desenvolvimento e Promoção do Investimento – AGDI e o Sistema Financeiro Gaúcho, no âmbito do qual está situado o BADESUL.

As prioridades do SD/RS encontram-se definidas pelos setores considerados estratégicos para a Política Industrial do Rio Grande do Sul, divididos em dois blocos: Nova Economia e Economia Tradicional. Portanto, estes setores estratégicos também passaram a ser prioritários para o BADESUL, que inclusive reestruturou suas superintendências operacionais na mesma linha.

Os setores prioritários da Nova Economia são: indústria oceânica e polo naval; reciclagem e despoluição; biocombustíveis (etanol e biodiesel); semicondutores; energia eólica; saúde avançada e medicamentos; indústria da criatividade.

Os setores prioritários da Economia Tradicional são: agroindústria (carne bovina, carne suína, avicultura, leite e derivados, grãos (arroz, soja e milho), vitivinicultura); automotivo e implementos rodoviários; máquinas e implementos agrícolas; madeira, celulose e móveis; equipamentos para a indústria de petróleo e gás; produtos de borracha e material plástico; software; eletroeletrônica e automação; calçados e artefatos.

As empresas investidoras e os projetos de investimento, por sua vez, são objeto de atenção especializada, mediante a Sala do Investidor, instituída nesta gestão estadual para os fins de atendimento físico e virtual aos investidores na economia gaúcha, a partir da atuação coordenada das diversas instituições que integram o SD/RS.

3 As Estratégias e Operações do BADESUL em 2012

3.1 Atribuições

Cabe ao BADESUL atuar, de acordo com as diretrizes estratégicas estabelecidas pelo Sistema de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul, no apoio à execução da Política Industrial estadual, por meio de ferramentas de financiamento tradicionais a investimentos, na promoção institucional à inovação e à atração de investimentos e na aplicação de novos instrumentos de suporte financeiro à economia empresarial gaúcha, como a subscrição de cotas em fundos de investimentos em participações. As diretrizes estratégicas do BADESUL no âmbito do SD/RS estão explicitadas como segue.

- Contribuir para tornar a economia do Rio Grande do Sul mais competitiva.
- Contribuir para reverter as tendências de declínio relativo da economia gaúcha.
- Atribuir prioridade a setores e regiões menos desenvolvidas, sem deixar de apoiar setores e regiões mais consolidadas.
- Adotar ferramentas permanentes de planejamento e monitoramento de suas ações operacionais.
- Contribuir para a articulação e execução da política industrial, inclusive para o agronegócio, do Governo do Estado, com foco em setores prioritários e em tecnologia e inovação.
- Contribuir com sua inteligência técnica e institucional para o desenvolvimento do Rio Grande do Sul.

Uma vez definidas essas atribuições estratégicas, a sua execução por esta Agência de Fomento está sendo feita mediante as ações institucionais relacionadas a seguir.

- Financiamento de Setores Prioritários.
- Financiamento da Modernização de Setores Tradicionais.
- Financiamento da Modernização da Gestão e da Infraestrutura Municipal.
- Apoio à Inovação e à Tecnologia.
- Promoção da Participação Acionária em Empresas Gaúchas.
- Financiamento de Outros Setores.
- Realização de Estudos Setoriais.

3.2 Estratégias Institucionais

Na medida em que as diretrizes estratégicas, os setores prioritários e as ações institucionais já foram antes explicitados, seguem-se os demais conceitos estratégicos básicos que estruturam a gestão do BADESUL.

Negócio - 2011-2014

Soluções estratégicas e financeiras para o desenvolvimento sustentável.

Missão - 2011-2014

Promover o desenvolvimento sustentável do Rio Grande do Sul, atuando na formulação e execução de suas políticas públicas, como agente financeiro de excelência.

Visão - 2011-2014

Ser a empresa líder em soluções financeiras de longo prazo, baseada na sua competência técnica e conhecimento da economia gaúcha.

Valores - 2011-2014

- Atitude pró-ativa, criativa e empreendedora.
- Geração de valor para os clientes.

- Transparência, ética e qualidade nos relacionamentos internos e externos.
- Compromisso com a autossustentabilidade.
- Valorização e qualificação do quadro funcional.
- Comprometimento com o desenvolvimento sustentável e com a democratização do crédito.
- Comprometimento com a gestão compartilhada do conhecimento.

Uma vez situado o cenário econômico, a estrutura de planejamento do desenvolvimento e os conceitos estratégicos que orientam as atividades do BADESUL, apresenta-se em seguimento os destaques operacionais, financeiros e institucionais que marcaram a sua atuação em 2012.

3.3 Operações Aprovadas e Desembolsadas

No que se refere ao financiamento de projetos de investimentos, o acompanhamento da sua evolução é feito em dois níveis: a) aprovações de projetos; b) liberações para projetos.

As aprovações de projetos de investimentos pelo Badesul na economia gaúcha, em 2012, podem ser vistas na tabela que se segue.

**Aprovações de Crédito a Projetos de Investimentos em 2012 pelo BADESUL,
Inclusive Participações em Fundos de Investimentos**
Valores monetários em R\$ 1.000,00

Setor Apoiado	Valor 2011	Nº	Valor 2012	Nº	Valor 2012 %
Administração Pública	76.280	69	78.110	63	3,7
Rural e Agroindustrial	215.127	449	540.935	932	25,4
Indústria e Serviços	582.102	112	1.455.569	327	68,3
Cartas-Fiança	23.290	4	44.768	3	2,1
Total Operações de Crédito	896.799	634	2.119.382	1.325	99,5
Participações em Fundos	10.000	1	10.000	1	0,5
Total Geral	906.799	635	2.129.382	1.326	100,0

Nota-se que o apoio de crédito do BADESUL em 2012 encontra no setor rural e agroindustrial da economia gaúcha um destino relevante, mas a primazia das aprovações de financiamento a projetos de investimentos cabe ao setor empresarial, que envolve a indústria (exceto a agroindústria), o comércio e os serviços. Outro destaque cabe ao financiamento de projetos públicos, dado o impacto que esses projetos têm nas comunidades municipais gaúchas.

À medida que os projetos de investimento têm seu financiamento aprovado pela Diretoria do BADESUL, estes são contratados e seus valores são liberados, conforme cronograma individual. As liberações de projetos de investimentos na economia gaúcha, em 2012, podem ser vistas, por sua vez, na tabela abaixo.

**Liberações de Crédito a Projetos de Investimentos
pelo BADESUL, Inclusive Participações em Fundos**
Valores monetários em R\$ 1.000,00

Setor Apoiado	Valor 2011	Valor 2012	Distr. % 2012
Administração Pública	34.745	78.116	7,8
Rural e Agroindustrial	198.685	273.496	27,4
Indústria e Serviços	239.728	601.718	60,2
Cartas-Fiança	23.290	44.768	4,4
Total Operações de Crédito	496.448	998.098	99,8

Participações em Fundos	-	1.613	0,2
Total Geral	496.448	999.711	100,0

O fluxo de liberações, por sua vez, passa a formar o saldo acumulado de operações de crédito, a partir do qual resultam as despesas e receitas financeiras, a diferença entre as quais serve para cobrir as despesas administrativas, tributárias e diversas do BADESUL, sobrando como resíduo o lucro da Instituição. O saldo total de operações ativas do BADESUL registrado ao final de 2012 alcançou o valor de R\$ 2,2 bilhões, o qual é 37% superior ao saldo total de operações de crédito registrado ao final de 2011, que alcançou o valor de R\$ 1,6 bilhão.

A distribuição geográfica do saldo das operações de crédito acumuladas pelo BADESUL ao final de 2012 mostra que o COREDE Metropolitano-Delta do Jacuí absorve 12,9%, seguido pelos COREDES Serra (12%), Produção (11,6%), Vale do Caí (6,7%) e Fronteira Oeste (5,8%).

Quanto à distribuição por setores da economia, 25,4% do estoque de operações de crédito destinaram-se ao segmento Agropecuário, seguido do setor de Siderurgia e Metalurgia (10,9%), de Máquinas e Equipamentos (10,1%), de Alimentos e Bebidas (10%) e da Administração Pública (8,2%).

3.4 Destaques Institucionais

- *Desembolsos são recordes.* Em 2012, o BADESUL desembolsou R\$ 1,0 bilhão para o financiamento de investimentos, inclusive integralizações em fundos de participações, voltados para o desenvolvimento da economia do Rio Grande do Sul. Isto significa um novo patamar recorde de liberação anual de apoio financeiro às empresas, às prefeituras municipais e aos produtores rurais e agroindustriais gaúchos. Para ter-se uma ideia da dimensão desse recorde, basta evidenciar que significa um crescimento de 103% em relação ao realizado em 2011.
- *Aprovações são aceleradas.* Em 2012, o BADESUL aprovou financiamentos para 1.322 projetos de investimentos na economia gaúcha, no valor total de R\$ 2,1 bilhões, o que significa também um novo recorde operacional da Instituição, mediante uma elevação de 140% em relação ao realizado em 2011.
- *Capital Social aumentado.* Em 2012 o capital social foi aumentado em R\$ 153,2 milhões, sendo R\$ 43.500 mediante reversão de reservas de lucros, R\$ 104 milhões com recursos financeiros do acionista controlador, Estado do Rio Grande do Sul e R\$ 5,7 milhões com recursos do antigo FUNDOPIMES. Em 31 de dezembro de 2012 o capital social do BADESUL está representado por R\$ 653 milhões e o Patrimônio Líquido por R\$ 681,9 milhões.

3.5 Destaques Rurais e Agroindustriais

- *Modernização do Agronegócio.* Em 2012, o BADESUL desembolsou R\$ 273,5 milhões para a execução de investimentos na economia agropecuária e agroindustrial do Rio Grande do Sul, em especial tratores, colheitadeiras, implementos agrícolas, equipamentos de irrigação, açudes, correção de solos, armazenagem e tantos outros fins convergentes com a modernização em curso no setor primário gaúcho.
- *Primeiro lugar na Expointer 2012.* O BADESUL captou pedidos de financiamento no valor total de R\$ 590 milhões ao longo dos nove dias da 35ª Expointer, associados com 965 propostas de crédito, superando o movimento registrado pelas demais instituições financeiras presentes na feira, inclusive o Banco do Brasil, o maior financiador do agronegócio no País.

3.6 Destaques do Fomento Público

- *BADESUL Cidades em ação.* Em 2012, o BADESUL desembolsou R\$ 78,1 milhões à execução de investimentos projetados por prefeituras municipais do Rio Grande do Sul, ao abrigo do programa BADESUL Cidades. Os investimentos apoiados são ligados à infraestrutura urbana e industrial, à educação, à aquisição de máquinas rodoviárias, à execução de instalações públicas e à modernização da gestão municipal.
- *Banco dos Municípios Gaúchos.* Mercê a destinação de parte (R\$ 54 milhões) do aumento de capital do BADESUL promovido pelo Governo do Estado, o atual saldo de operações de crédito da Instituição com as prefeituras municipais gaúchas, mediante destaque de capital, passou de R\$ 160 milhões para R\$ 214 milhões em 2012, a serem aplicados em 2013. Esta dimensão do apoio governamental estadual ao desenvolvimento municipal inspirou a construção de parceria entre o BADESUL e a FAMURS para alavancar a função desta Agência de Fomento como Instituição de Financiamento dos Municípios Gaúchos.

3.7 Destaques do Fomento Empresarial (Indústria e Serviços)

- *Expansão e modernização empresarial.* Em consonância com as prioridades setoriais definidas pela Política Industrial do Governo do Estado, o BADESUL desembolsou em 2012 R\$ 590 milhões para a execução de projetos de empresas tanto ligadas à economia tradicional, quanto à nova economia do Rio Grande do Sul.
- *Desenvolvimento da nova economia gaúcha.* Dentre os projetos de investimento que vêm sendo apoiados pelo BADESUL, merecem destaque pelo seu significado para a transformação do perfil econômico do Rio Grande do Sul a indústria de biodiesel, o polo naval de Charqueadas, o polo naval, logístico e portuário de Rio Grande e a indústria de semicondutores.

No que se refere à indústria de biodiesel, no apoio da qual o BADESUL foi pioneiro, as plantas de produção desse biocombustível situadas no RS abastecem 25% da demanda nacional pelo produto.

Quanto à indústria naval, o BADESUL está na ponta do financiamento dos investimentos projetados pela IESA Óleo e Gás e pela METASA para a construção, em Charqueadas, às margens do Rio Jacuí, de novo polo naval do Rio Grande do Sul. Acrescenta-se o apoio desta Agência de Fomento para a execução de investimentos logísticos no polo naval de Rio Grande.

No quesito de alta tecnologia, o destaque vai para o apoio à produção de semicondutores no Rio Grande do Sul, dado que o BADESUL engajou-se no esforço governamental gaúcho para a instalação, junto ao Parque Tecnológico da Unisinos, da empresa HT Micron Semicondutores. Ao lado do Ceitec, a vinda da HT Micron Semicondutores para o Rio Grande do Sul representa um novo grande passo para o futuro da economia rio-grandense, ao qual se agrega a dinâmica tecnológica da Altus Sistemas de Informática S.A.

- *Defesa da economia tradicional do RS.* O BADESUL também financiou os investimentos e o capital de giro requerido para a modernização e a produção das indústrias de alimentos, calçados, química, metalúrgica, mecânica, elétrica e de outras atividades com presença tradicional na história industrial da economia gaúcha.

3.8 Destaque no Desenvolvimento Regional

- *Financiamento distribuído na geografia rio-grandense.* Os desembolsos e as aprovações de projetos de investimentos do BADESUL estão distribuídos entre as regiões funcionais e as regiões dos COREDES do Rio Grande do Sul. Destaca-se o alinhamento desta Agência de Fomento com a prioridade estadual de redução das desigualdades regionais de desenvolvimento que existem no território gaúcho.

3.9 Destaque em Fundos de Participações

- *Primeiros passos no mercado de capitais.* O BADESUL sempre exerceu suas atividades no âmbito do mercado de crédito de longo prazo a investimentos. Mas a emergência do mercado de capitais como fonte de apoio financeiro complementar ao desenvolvimento empresarial da economia gaúcha ensejou a decisão estratégica do Governo do Estado de direcionar o BADESUL para a subscrição de cotas em fundos de participações em empresas alinhadas com as prioridades de desenvolvimento econômico do Rio Grande do Sul. O BADESUL já subscreveu R\$ 10 milhões no fundo CRP Empreendedor, em conjunto com outras instituições investidoras, o conjunto das quais elevará o valor desse fundo para R\$ 150 milhões. Acrescenta-se que a Diretoria do BADESUL também já aprovou a participação desta Agência de Fomento no fundo Criatec II, criado pelo BNDES e voltado para empresas inovadoras com faturamento líquido anual de até R\$ 10 milhões.

4. As Finanças do BADESUL em 2012

4.1 Patrimônio

O Patrimônio Líquido do BADESUL ao final de 2012 alcançou R\$ 682 milhões, enquanto que, ao final do exercício passado, o Patrimônio Líquido foi de R\$ 561 milhões, o que demonstra um crescimento de 21,57%. O Ativo Total do BADESUL chegou ao montante de R\$ 2,8 bilhões ao final de 2012. O saldo de operações de crédito de curso normal alcançou a dimensão de R\$ 2,3 bilhões e a aplicação de seus recursos próprios em Títulos e Valores Mobiliários somou R\$ 529,2 milhões ao final de 2012.

4.2 Resultado

O Resultado Operacional da Instituição, antes da tributação sobre o lucro e participações, atingiu R\$ 22 milhões em 2012. O Lucro Líquido Antes dos Juros sobre o Capital Próprio chegou a R\$ 11 milhões. Por fim, o Lucro Líquido final do BADESUL em 2012 foi de R\$ 3 milhões. Este resultado final mostrou-se inferior ao alcançado no exercício precedente, dado que a dimensão operacional alcançada pela Instituição em 2012, antes já relatada, repercutiu, no curto prazo, na elevação das despesas associadas com a Provisão para Devedores Duvidosos, enquanto que a receita associada com esse novo patamar será realizada no médio prazo, somando-se que muitas operações não geram renda durante seu período de carência. Assim, esta disfunção temporal entre despesas e receitas irá fluir para o aumento do resultado ao longo de 2013, mas sempre destacando-se que a missão do BADESUL como Agência de Fomento da economia gaúcha está acima da sua capacidade de geração de lucros, a começar pelos reduzidos *spreads* com que opera.

5 Os Produtos e Serviços

Os produtos financeiros operados pelo BADESUL em 2012 corresponderam, essencialmente, às linhas de crédito e aos programas de financiamento oferecidos pelo Sistema BNDES. De forma complementar, a Instituição operou produtos financeiros assentados nos seus recursos próprios. No que se refere à prestação de serviços, destaca-se a gestão pelo BADESUL de

fundos públicos estaduais e a concessão de fianças, a título de garantia de operações de crédito.

6 A Comunicação e Marketing

Em 2012 o BADESUL realizou uma série de ações na promoção e divulgação da sua marca e de seus produtos e serviços junto aos seus clientes, atuais e potenciais, à comunidade gaúcha e também na esfera internacional. Todas as ações foram realizadas de forma integrada com o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, tendo em vista a atração de investimentos e a promoção do desenvolvimento da economia gaúcha.

O BADESUL marcou presença nas principais feiras do Estado, visando aumentar seu *market-share*, com os resultados antes já relatados no seu desempenho operacional. Face aos esforços realizados nas feiras em que participou, o BADESUL foi, em termos de captação de clientes, o terceiro colocado na Expodireto e obteve a primeira colocação na Expointer.

Com o objetivo de melhor atender aos seus *stakeholders*, foram realizadas diversas atividades a fim de aprimorar os seus produtos e serviços e assim satisfazer as expectativas das partes envolvidas, tais como: melhorias no seu *site*, brindes, eventos internos, *workshops*, malas diretas e folders, além de estar na mídia todo o ano de 2012, firmando a imagem de agência de desenvolvimento alavancadora de projetos de investimento inovadores e portadores de futuro.

Pelo segundo ano consecutivo, o BADESUL comemorou a sua presença na lista das 500 maiores empresas do Sul do Brasil da Revista Amanhã. Os esforços da instituição em promover o desenvolvimento do estado garantiram a sua 54ª posição no rol dos grandes líderes do mercado rio-grandense.

7 A Gestão de Riscos

Observa-se que 89,5% do valor do saldo de operações de crédito registrado pelo BADESUL ao findar de 2012 corresponde a operações com *rating* desde AA até B e, incluindo-se as operações classificadas como tendo *rating* C, aquele percentual acumulado ascende a 94,8%. Esta qualidade da carteira de operações de crédito do BADESUL é resultado de uma gestão de risco que monitora cotidianamente a sua evolução e periodicamente a submete a bem-sucedidos testes de estresse, que simulam cenários agudos de risco.

8 A Estrutura Acionária

O BADESUL Desenvolvimento S.A. – Agência de Fomento/RS é uma sociedade anônima de economia mista de capital fechado, cujo controle acionário é do Estado do Rio Grande do Sul, o qual possui 99,99% do seu Capital Social, totalmente integralizado e representado por ações ordinárias nominativas.

A Mensagem da Diretoria

A Diretoria do BADESUL dirige-se à comunidade gaúcha para transmitir aos rio-grandenses e a todos que labutam na honrosa missão de desenvolver a economia do Rio Grande do Sul a sua firme determinação de, em nome do Governo do Estado e da confiança que lhes foi depositada pelo Governador Tarso Genro, exercer a gestão desta Agência de Fomento de acordo com as estratégias e prioridades governamentais e conforme os requisitos prudenciais e regulatórios estabelecidos pelo Banco Central do Brasil.

Os dados e informações precedentes, que atestam o excepcional desempenho desta Instituição no exercício de 2012, ensejam o reconhecimento agradecido desta Diretoria aos clientes do BADESUL, os quais honram a tradição de amor ao trabalho, de empreendedorismo e de respeito à ética do gaúcho. Nossos agradecimentos estendem-se às fontes repassadoras de recursos financeiros ao BADESUL, em especial o BNDES, pela confiança espelhada na ampliação sem precedentes do limite de crédito para financiamento da economia do Rio Grande do Sul.

Finalmente, esta Diretoria renova o seu reconhecimento à dedicação e ao espírito público dos colaboradores do BADESUL, com os quais esta gestão comunga os ideais de promoção do progresso econômico e do bem-estar social dos rio-grandenses.

A Diretoria

A Nominata Institucional

Governo do Estado do Rio Grande do Sul

Tarso Fernando Herz Genro, Governador

Secretaria de Desenvolvimento e Promoção do Investimento

Mauro Knijnik, Secretário

Conselho de Administração

Mauro Knijnik, Presidente

José Antônio Valle Antunes Júnior, Vice-Presidente (até julho de 2012)

Enéas Costa de Souza, Vice-Presidente (a partir de outubro de 2012)

Marcelo de Carvalho Lopes

Aloísio Félix da Nóbrega

Joni Jorge Kaercher

José Antônio Chaves Franco

Izilindo Sfredo Stival

Stela Beatriz Farias Lopes

Diretoria

Marcelo de Carvalho Lopes, Diretor-Presidente

Pery Francisco Sperotto Coelho, Diretor Vice-Presidente

Luis Alberto da Silva Bairros, Diretor Administrativo

Lindamir Teresinha Verbiski, Diretora de Operações

Mário Fernando Vargas Oliveira, Diretor Financeiro

Conselho Fiscal, Membros Titulares

José Benedicto Ledur, Presidente

Kalil Sehbe Neto, Vice-Presidente

Ivar Pavan

Conselho Fiscal, Membros Suplentes

Celso Luft

Lauro Ângelo Cerutti

Jorge Luis Cardoso

Relatório

Demonstrações Financeiras

Badesul Desenvolvimento S.A. - Agência de Fomento/RS

(anteriormente Caixa Estadual S.A. - Agência de Fomento/RS)

31 de dezembro de 2012 e 2011
com Relatório dos Auditores Independentes

Badesul Desenvolvimento S.A. - Agência de Fomento/RS

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2012 e 2011

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanços patrimoniais	3
Demonstrações do resultado.....	5
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	6
Demonstrações dos fluxos de caixa	7
Notas explicativas às demonstrações financeiras.....	8

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
Badesul Desenvolvimento S.A. - Agência de Fomento/RS

Examinamos as demonstrações financeiras do Badesul Desenvolvimento S.A. - Agência de Fomento/RS (anteriormente Caixa Estadual S.A. - Agência de Fomento/RS) – (“Instituição”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Financeiras

A Administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Badesul Desenvolvimento S.A. - Agência de Fomento/RS em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Porto Alegre, 04 de fevereiro de 2013.

ERNST & YOUNG TERCO
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6/F-RS



Américo F. Ferreira Neto
Contador CRC-1SP19685/O-9/C/RS

	2012	2011
Passivo		
Circulante		
Obrigações por repasses do País – Instituições Oficiais (Nota 9)	376.557	392.435
BNDES	300.705	266.997
CEF	188.378	175.444
FINAME	971	734
Outras obrigações	111.356	90.819
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	75.852	125.438
Sociais e estatutárias (Nota 10)	20	88
Fiscais e previdenciárias (Nota 11)	-	16.796
Diversas	19.060	7.883
Despesas de pessoal	56.772	100.671
Outros pagamentos	3.040	2.533
Credores diversos (Nota 12)	398	579
	53.334	97.559
Exigível a longo prazo	1.776.975	1.320.104
Obrigações por repasses do País – Instituições Oficiais (Nota 9)	1.752.753	1.312.488
BNDES	1.036.075	712.733
CEF	25.060	21.170
FINAME	691.618	578.585
Outras obrigações	24.222	7.616
Diversas	24.222	7.616
Provisão para passivos contingentes (Nota 13)	19.465	2.789
Credores diversos (Nota 12)	4.757	4.827
Patrimônio líquido (Nota 14)	681.936	561.004
Capital social	653.181	499.981
De domiciliados no País	653.181	499.981
Reservas de lucros	28.755	61.023

Total do passivo e do patrimônio líquido

2.835.468	2.273.543
-----------	-----------

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Badesul Desenvolvimento S.A. - Agência de Fomento/RS

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 e
semestre findo em 31 de dezembro de 2012

(Em milhares de reais)

	2o semestre 2012	Exercício de 2012	Exercício de 2011
Receitas da intermediação financeira	104.730	212.212	205.083
Operações de crédito	82.424	162.234	142.667
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	22.306	49.978	62.416
Despesas da intermediação financeira	(56.971)	(121.660)	(86.903)
Operações de empréstimos e repasses	(38.953)	(79.607)	(75.638)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 5e)	(18.018)	(42.053)	(11.265)
Resultado bruto da intermediação financeira	47.759	90.552	118.180
Outras receitas e despesas operacionais	(40.201)	(68.430)	(52.498)
Receitas de prestação de serviços	3.257	6.959	4.875
Rendas de tarifas bancárias	1.027	1.809	995
Despesas de pessoal	(16.857)	(31.058)	(29.252)
Outras despesas administrativas (Nota 17a)	(8.170)	(14.792)	(13.738)
Despesas tributárias	(3.176)	(6.195)	(6.001)
Outras receitas operacionais (Nota 17b)	696	954	1.047
Outras despesas operacionais (Nota 17c)	(16.978)	(26.107)	(10.424)
Resultado operacional	7.558	22.122	65.682
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	7.558	22.122	65.682
Imposto de renda e contribuição social (Nota 16)	(5.865)	(10.341)	14.258
Provisão para imposto de renda	(7.164)	(16.947)	(8.768)
Provisão para contribuição social	(2.649)	(6.192)	(3.251)
Ativo fiscal diferido	3.948	12.798	26.277
Participações estatutárias no lucro	(549)	(549)	(2.347)
Lucro líquido do semestre/exercícios	1.144	11.232	77.593
Juros sobre o capital próprio	(2.430)	(7.940)	(30.209)
Nº de Ações (em milhares)	653.181	653.181	499.981
Lucro por ação - R\$	1,75	17,20	155,19

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

1x 2 fl

Badesul Desenvolvimento S.A. - Agência de Fomento/RS

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 e
semestre findo em 31 de dezembro de 2012
(Em milhares de reais)

Eventos	Capital realizado	Reservas de lucros			Total
		Legal	Reservas especiais - outras	Lucros acumulados	
Saldos em 01/01/2011	408.189	13.639	80.910	-	502.738
1-Aumento de capital					
Integralização de capital subscrito no exercício	91.792	-	(80.910)	-	10.882
2-Lucro líquido do exercício	-	-	-	77.593	77.593
3-Destaques Reservas	-	3.880	43.504	(47.384)	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	(30.209)	(30.209)
Saldos em 31/12/2011	499.981	17.519	43.504	-	561.004
Mutações do exercício	91.792	3.880	(37.406)	-	58.266
Saldos em 01/01/2012	499.981	17.519	43.504	-	561.004
1-Aumento de capital					
Integralização de capital subscrito no exercício	153.200	-	(43.500)	-	109.700
2-Lucro líquido do exercício	-	-	-	11.232	11.232
3-Destaques Reservas	-	562	2.730	(3.292)	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	7.940	(7.940)	-
Saldos em 31/12/2012	653.181	18.081	10.674	-	681.936
Mutações do exercício	153.200	562	(32.830)	-	120.932
Saldos em 01/07/2012	543.481	18.023	9.588	-	571.092
1-Aumento de capital					
Integralização de capital Subscrito no semestre	109.700	-	-	-	109.700
2-Lucro líquido do semestre	-	-	-	1.144	1.144
3-Destaques Reservas	-	58	(1.344)	(1.286)	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	2.430	(2.430)	-
Saldos em 31/12/2012	653.181	18.081	10.674	-	681.936
Mutações do semestre	109.700	58	1.086	-	110.844

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

1x 2
ful
al

Badesul Desenvolvimento S.A. - Agência de Fomento/RS

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 e
semestre findo em 31 de dezembro de 2012
(Em milhares de reais)

Discriminação	2o Semestre 2012	Exercício de 2012	Exercício de 2011
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do semestre/exercícios antes dos tributos e participações	7.558	22.122	65.682
Ajustes do lucro líquido do semestre/exercícios	31.044	59.936	14.263
Depreciação e amortização	455	831	994
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	18.018	42.053	11.265
Provisão para desvalorização títulos livres e outros	83	25	(39)
Provisão para passivos contingentes	12.488	16.699	2.043
Provisão para plano de benefícios	-	328	-
Lucro líquido ajustado	38.602	82.058	79.945
Variações nos ativos e obrigações	(156.930)	(174.793)	(64.693)
(Aumento) redução em títulos e valores mobiliários	(35.394)	35.470	(120.816)
(Aumento) em operações de crédito	(456.690)	(621.809)	(148.137)
(Aumento) redução em outros créditos	165	(3.987)	2.234
(Aumento) redução em outros valores e bens	(16)	24	63
Aumento(redução) em outras obrigações	(67.910)	(44.243)	34.471
Aumento em obrigações por empréstimos e repasses	406.633	473.973	181.311
Imposto de renda e contribuição social pagos	(3.169)	(12.108)	(11.834)
Pagamento de participações nos lucros	(549)	(2.113)	(1.985)
Caixa líquido (aplicado nas)/proveniente das atividades operacionais	(118.328)	(92.735)	15.252
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição do imobilizado de uso	(849)	(1.537)	(100)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(849)	(1.537)	(100)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Aumento de capital por subscrição	109.700	109.700	-
Juros sobre o capital próprio pagos	-	(15.231)	(15.000)
Caixa líquido (aplicado nas)/proveniente das atividades de financiamentos	109.700	94.469	(15.000)
Aumento/(Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(9.477)	197	152
Modificações na posição de caixa e equivalentes de caixa (Nota 3b)			
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercícios	10.122	448	296
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre/exercícios	645	645	448
Aumento/(Redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	(9.477)	197	152

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Badesul Desenvolvimento S.A. - Agência de Fomento/RS

Notas explicativas as demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

O Badesul Desenvolvimento S.A. - Agência de Fomento/RS é uma Instituição Financeira de capital fechado, constituída sob a forma de sociedade anônima de economia mista, autorizada pela Lei Estadual n.º 10.959, de 27 de maio de 1997, alterada pela Lei Estadual n.º 11.105, de 22 de janeiro de 1998 e pela Lei Estadual nº 13.864, de 28 de dezembro de 2011. Teve seu funcionamento autorizado pelo Banco Central do Brasil em 07 de dezembro de 1998.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 03 de abril de 2012 foi aprovada a alteração da razão social da Caixa Estadual S.A. - Agência de Fomento/RS para Badesul Desenvolvimento S. A. – Agência de Fomento/RS. O Banco Central do Brasil homologou essa alteração em 31 de maio de 2012 e o seu registro na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul ocorreu em 03/07/2012.

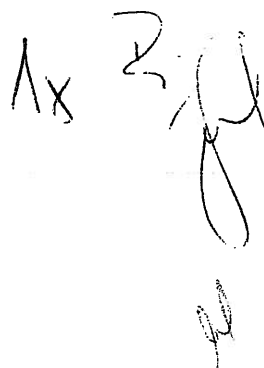
O Badesul é regido pela Resolução n.º 2.828, de 30 de março de 2001, alterada pelas Resoluções nº 3.757 de 01 de julho de 2009, nº 3.834 de 28 de janeiro de 2010 e nº 4.023 de 27 de outubro de 2011, emitidas pelo Banco Central do Brasil.

A Instituição tem por objetivo fomentar o desenvolvimento econômico e social do Estado do Rio Grande do Sul, através de financiamento aos setores público e privado.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

Em 29 de janeiro de 2013, a Diretoria Executiva aprovou as presentes demonstrações financeiras e autorizou divulgá-las, a partir do dia 01 de fevereiro de 2013.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas da legislação societária (Lei nº. 6.404/76) com as atualizações da Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007 e da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional - CMN e do Banco Central do Brasil – BACEN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).



Badesul Desenvolvimento S.A. - Agência de Fomento/RS

Notas explicativas as demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais)

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devam ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro-rata* dia e calculadas com base no modelo exponencial. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e aplicações financeiras, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.


c) Títulos e valores mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustado a seu valor de mercado à provisão para perdas ou desvalorizações, quando aplicável.

A Circular nº 3.068 de 08 de novembro de 2001, emitida pelo Banco Central do Brasil, determina a classificação em três categorias, considerando a intenção de negociação desses ativos, no entanto excetuou, entre outras instituições, as agências de fomento da aplicação da referida norma.

d) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682 de 21 de setembro de 1999 e nº 2.697 de 24 de fevereiro de 2000, ambas emitidas pelo Banco Central do Brasil.

1x 2. 

Badesul Desenvolvimento S.A. - Agência de Fomento/RS

Notas explicativas as demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais)

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

d) Operações de crédito--Continuação

A atualização ("accrual") das operações de crédito vencidas em até 59 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 60º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.


Os riscos das operações ativas renegociadas são definidos conforme critério da Resolução 2.682, de 21 de setembro de 1999, emitida pelo Banco Central do Brasil, ou seja, permanecem no *rating* que se encontravam antes da renegociação e as renegociações de operações de crédito que foram anteriormente baixadas contra a provisão, que estavam em contas de compensação, são classificadas como *rating* "H". Eventuais ganhos provenientes da renegociação somente serão reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

e) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa está constituída conforme determinações das Resoluções nº 2.682, de 21 de setembro de 1999 e nº 2.697, de 24 de fevereiro de 2000, emitidas pelo Banco Central do Brasil, acrescida de provisões adicionais, como medida complementar de proteção contra inadimplementos potenciais.

É adotada a contagem em dobro dos prazos para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses, conforme dispõe o parágrafo 2º, Inciso II do Artigo 4º da Resolução nº 2.682.

As operações objeto de renegociação são mantidas, no mínimo, no mesmo nível de risco em que estiverem classificadas, observado que aquelas registradas como prejuízo devem ser classificadas como de risco nível "H" quando renegociadas. As operações renegociadas poderão ser reclassificadas para nível de menor risco após amortização significativa do saldo ou quando fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco.



Badesul Desenvolvimento S.A. - Agência de Fomento/RS

Notas explicativas as demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais)

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

f) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias *pro-rata* dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

g) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição deduzido da provisão para perdas, quando aplicável.

h) Imobilizado de uso

O imobilizado de uso está demonstrado pelo custo no que se refere aos bens recebidos em doação do Estado do Rio Grande do Sul, incorporados ao Patrimônio desta Agência de Fomento no exercício de 2000 pelo valor residual, tendo sido observada a continuidade dos registros patrimoniais existentes à época, e, os demais estão demonstrados pelo custo de aquisição. As depreciações dos bens do Ativo Imobilizado foram calculadas pelo método linear, com base nas taxas anuais de 10% para equipamentos de uso, 10% para sistema de comunicação, 20% para sistema de processamento de dados e 40% para sistema de transporte.

i) Intangível

O ativo intangível está representado por gastos na aquisição de licenças de uso de *softwares* destinados à manutenção da Instituição ou exercidos com essa finalidade, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a ser usufruídos os benefícios respectivos, na razão de 20% a.a., pelo método linear.

j) Redução ao valor recuperável de ativo

O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive o ativo intangível, devem ser revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para o exercício de 2012 não foram identificadas evidências de perdas não recuperáveis.

Badesul Desenvolvimento S.A. - Agência de Fomento/RS

Notas explicativas as demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais)

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

k) Ativos e passivos em moeda estrangeira

Os ativos e passivos em moeda estrangeira foram convertidos para reais utilizando-se a taxa de câmbio divulgada pelo Banco Central do Brasil para a data do encerramento do período.

l) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base *pro-rata* dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

m) Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

São computados pela aplicação das alíquotas vigentes de 9% para a contribuição social e de 15% (mais adicional de 10% conforme legislação) para imposto de renda sobre o lucro tributável apurado no período, ajustado por diferenças permanentes. A provisão para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido foi reconhecida com base no lucro real e calculada à alíquota de 9%, considerando a solução de consulta nº 88-SRRF/10ª Disit, da Receita Federal do Brasil de 22 de julho de 2008, originada no processo nº 11080.002498/2008-84 onde foi questionada a majoração da alíquota para 15% a partir da edição da medida provisória nº 413 de 03 de janeiro de 2008, cuja conclusão foi a seguinte: "*Ante ao exposto, conclui-se que as agências de fomento, de que trata a Resolução CMN nº 2828, de 2001, permanecem sujeitas à alíquota da CSLL de 9% (nove por cento).*"

O ativo fiscal diferido, decorrente de imposto de renda e a contribuição social, foram calculados com base nas alíquotas vigentes na data das demonstrações financeiras, sobre as diferenças temporárias, e, registrado na rubrica Outros Créditos, em contrapartida do Resultado do Período.

n) Benefícios a empregados

A Administração do BADESUL tem procedido anualmente à avaliação atuarial dos planos de benefícios pós-emprego oferecidos aos seus funcionários, tendo sempre por base as normas vigentes que regulam esta matéria. Para o exercício de 2011 e 2012 foram adotadas integralmente as diretrizes estabelecidas na Norma Brasileira de Contabilidade NBCT 19.31 - Benefícios a Empregados aprovada pela Resolução do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) 1.193/2009, oriunda do Pronunciamento Técnico CPC nº 33, na contabilização dos planos de previdência complementar, de assistência médica e odontológica e do prêmio por aposentadoria, conforme mencionado na nota 20.

Badesul Desenvolvimento S.A. - Agência de Fomento/RS

Notas explicativas as demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais)

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

n) Benefícios a empregados--Continuação

A avaliação atuarial é elaborada com base em premissas e projeções, taxas de juros, inflação, aumento de benefícios, expectativa de vida, etc. A avaliação atuarial e suas premissas e projeções são atualizadas em bases anuais ao final de cada exercício.

O custeio dos benefícios concedidos pelos planos é estabelecido separadamente para cada plano, utilizando o método do crédito unitário projetado. Os custos de serviços passados são reconhecidos como despesa, de forma linear, ao longo do período médio até que os direitos dos benefícios sejam adquiridos. Se o direito aos benefícios já tiver sido adquirido, custos de serviços passados são reconhecidos imediatamente após a introdução de um plano de aposentadoria.

O ativo ou passivo do plano de benefício reconhecido nas demonstrações financeiras corresponde ao valor presente da obrigação pelo benefício definido (utilizando uma taxa de desconto com base em títulos de longo prazo do Governo Federal), menos custos de serviços passados e ganhos e perdas atuariais ainda não reconhecidos e menos o valor justo dos ativos do plano que serão usados para liquidar as obrigações.

Quando o valor acumulado líquido dos ganhos e perdas atuariais não reconhecidos, para cada plano, no final do período base anterior ultrapassar 10% do maior valor entre a obrigação por benefícios definidos ou o valor justo dos ativos do plano naquela data (método corredor), o valor excedente dos ganhos e perdas atuariais passam a ser reconhecidos como receita ou despesa ao longo do tempo de serviço médio de trabalho remanescente esperado dos funcionários que participam do plano.

Os ativos do plano são ativos mantidos por uma Entidade Fechada de Previdência Complementar e de Plano de Saúde - Cabergs. Os ativos do plano não estão disponíveis aos credores do Badesul e não podem ser pagos diretamente ao Badesul. O valor justo se baseia em informações sobre preço de mercado e, no caso de títulos cotados, nas cotações existentes no mercado. O valor de qualquer ativo de benefício definido reconhecido é limitado à soma de qualquer custo de serviço passado ainda não reconhecido e ao valor presente de qualquer benefício econômico disponível na forma de reduções nas contribuições patronais futuras ao plano.

Badesul Desenvolvimento S.A. - Agência de Fomento/RS

Notas explicativas as demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais)

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

n) Benefícios a empregados--Continuação

Até 31 de dezembro de 2012 o reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais segue o "método do corredor" conforme disposto no Pronunciamento Técnico CPC nº 33. A partir de 2013 será aplicada a norma revisada da IAS 19 aprovada pelo CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis), onde os eventuais ativos ou passivos passarão a ser reconhecidos nas demonstrações financeiras tendo como contrapartida o Patrimônio Líquido, conforme descrito na Nota 20.

o) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e as obrigações legais observam o Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e são efetuados de acordo com os seguintes critérios:

- (i) *Contingências ativas* – não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.
- (ii) *Contingências passivas* – são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação.

p) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, os impostos diferidos, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. Pelo menos semestralmente é realizada revisão das estimativas e premissas.

Badesul Desenvolvimento S.A. - Agência de Fomento/RS

Notas explicativas as demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais)

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

q) Lucro por ação

O lucro líquido por ação é calculado em reais com base na quantidade de ações em circulação, na data dos balanços.

4. Títulos e valores mobiliários

a) Carteira Própria - Composição

Discriminação/títulos	Curto prazo	
	2012	2011
Letras Financeiras do Tesouro	559.988	610.170
Cotas de Fundos de Investimento	15.829	1.122
(-)Provisão para desvalorização de títulos livres	(88)	(68)
Total	575.729	611.224

A carteira de títulos é administrada pelo Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.

Do total aplicado em 31/12/2012 o valor de R\$ 46.557 (em 31/12/2011 R\$ 93.095) refere-se aos recursos a serem repassados aos Fundos de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul, cuja obrigação está contabilizada conforme descrito na nota 12. A gestão financeira desses recursos é realizada pelo BADESUL, conforme descrito na nota 21b.

b) Carteira própria - Valor de mercado

Discriminação/Títulos	2012		2011	
	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
Letras Financeiras do Tesouro	559.900	559.935	610.102	610.155
Cotas de Fundos de Investimento	15.829	15.829	1.122	1.122
Total	575.729	575.764	611.224	611.277

O valor de mercado, exceto para as cotas de fundos de investimento, é calculado com base em preços unitários disponibilizados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA para o mercado secundário desses títulos. Para as cotas de fundos de investimento o valor das aplicações é atualizado com base no valor da cota divulgada pelo administrador.

Badesul Desenvolvimento S.A. - Agência de Fomento/RS

Notas explicativas as demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais)

5. Operações de crédito

a) Composição por tipo de operação

Discriminação	Curto prazo		Longo prazo	
	2012	2011	2012	2011
Empréstimos	-	3.362	-	-
Financiamentos	252.513	200.957	1.203.537	872.037
Financiamentos Rurais e Agro-industriais	112.540	88.614	604.606	456.366
Financiamentos Infra-estrutura e Desenvolvimento	22.940	16.006	89.199	46.527
Total	387.993	308.939	1.897.342	1.374.930

b) Composição da carteira por vencimento (parcelas)

Discriminação	2012	2011
Vencidas	14.431	10.275
Até 60 dias	4.332	4.081
De 61 a 180 dias	7.079	4.558
Acima de 180 dias	3.020	1.636
Vincendas	2.270.904	1.673.594
Até 180 dias	162.372	146.557
De 181 a 360 dias	211.190	152.107
Acima de 360 dias	1.897.342	1.374.930
Total	2.285.335	1.683.869

c) Composição da carteira por setor de atividade

Discriminação	2012	2011
Setor Público Municipal	141.768	94.174
Administração Direta	141.768	94.174
Setor Privado	2.143.567	1.589.695
Pessoa Física	-	24
Indústria	997.081	723.236
Comércio	203.132	149.189
Outros serviços	226.207	172.266
Rural	717.147	544.980
Total	2.285.335	1.683.869

18 2 fl

Badesul Desenvolvimento S.A. - Agência de Fomento/RS

Notas explicativas as demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais)

5. Operações de crédito--Continuação

d) A composição da carteira de crédito está distribuída nos seguintes níveis de risco

Classif. nível de risco	2012							
	Total das operações de crédito		Provisão Resolução BACEN		Provisão Adicional		Provisão total	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
AA	581.999	25,47	-	-	3.027	0,52	3.027	0,52
A	889.705	38,93	4.449	0,5	444	0,05	4.893	0,55
B	572.818	25,06	5.728	1,0	745	0,13	6.473	1,13
C	122.419	5,36	3.673	3,0	1.395	1,14	5.068	4,14
D	47.192	2,06	4.719	10,0	2.317	4,91	7.036	14,91
E	18.056	0,79	5.417	30,0	713	3,95	6.130	33,95
F	24.230	1,06	12.115	50,0	3.060	12,63	15.175	62,63
G	11.607	0,51	8.125	70,0	2.789	24,03	10.914	94,03
H	17.309	0,76	17.309	100,00	-	-	17.309	100,00
Total	2.285.335	100,00	61.535	-	14.490	-	76.025	-

Classif. nível de risco	2011							
	Total das operações de crédito		Provisão Resolução BACEN		Provisão adicional		Provisão Total	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
AA	533.997	31,71	-	-	-	-	-	-
A	760.521	45,17	3.803	0,5	2.633	0,35	6.436	0,85
B	287.635	17,08	2.876	1,0	2.026	0,70	4.902	1,70
C	33.007	1,96	990	3,0	697	2,11	1.687	5,11
D	24.027	1,43	2.403	10,0	1.669	6,95	4.072	16,95
E	13.609	0,81	4.083	30,0	2.840	20,87	6.923	50,87
F	4.433	0,26	2.217	50,0	1.543	34,81	3.760	84,81
G	21.110	1,25	14.777	70,0	6.228	29,50	21.005	99,50
H	5.530	0,33	5.530	100,00	-	-	5.530	100,00
Total	1.683.869	100,00	36.679	-	17.636	-	54.315	-

Os quadros acima demonstram que do saldo total da carteira mais de 90% está classificado entre os níveis "AA" e "C", (94,82% em 2012 e 95,92% em 2011), sinalizando a boa qualidade das operações existentes. O acréscimo de provisão observado no exercício de 2012 está compatível com o crescimento da carteira verificado nesse mesmo período.

18 2

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

Badesul Desenvolvimento S.A. - Agência de Fomento/RS

Notas explicativas as demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais)

5. Operações de crédito--Continuação

d) A composição da carteira de crédito está distribuída nos seguintes níveis de risco--Continuação

Como medida proativa de gerenciamento de risco de crédito todas as operações de um mesmo cliente com montante de saldo superior a R\$50 são avaliadas periodicamente e tem seu conceito ratificado ou modificado segundo as regras de avaliação. As operações de clientes com montante de saldo inferior a R\$ 50 têm provisão constituída pelo seu nível de risco apurado na contratação da operação, recalculado pelo tempo de atraso dos contratos. O conjunto de operações de um mesmo cliente tem seu provisionamento balizado pela operação de pior risco.

No âmbito da política de constituição de provisão adicional, chamada de "prudencial", a Administração do BADESUL, ao longo do segundo semestre de 2012, resolveu proceder à revisão da matriz de risco visando verificar sua aderência ao contexto atual. Esse trabalho envolveu a revisão da metodologia de cálculo e análise setorial e analítica das operações integrantes da carteira de crédito, tendo como conclusão a readequação dos percentuais aplicados para apuração da provisão adicional, apresentando níveis de provisionamento mais compatíveis com o grau de risco de crédito da carteira existente.

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

Discriminação	2012	2011
Saldo inicial	54.315	58.887
Adições / (Reversões) líquidas do período	42.053	11.265
Baixa por transferência a prejuízo	(20.343)	(17.176)
Reversão de baixa a prejuízo	-	1.339
Saldo final	76.025	54.315

Em 31 de dezembro de 2012 o saldo da provisão em relação à carteira de crédito equivale a 3,33% (3,23% em 31 de dezembro de 2011).

f) Concentração dos maiores tomadores de crédito

Discriminação	2012		2011	
	Valor	% Carteira	Valor	% Carteira
Maior	43.529	1,90%	45.162	2,68%
10 maiores seguintes	355.240	15,54%	293.308	17,42%
20 maiores seguintes	391.941	17,15%	299.050	17,76%
Demais	1.494.625	65,40%	1.046.349	62,14%

Badesul Desenvolvimento S.A. - Agência de Fomento/RS

Notas explicativas as demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais)

5. Operações de crédito--Continuação

g) Garantias

Em garantia ao risco de crédito de suas operações, o BADESUL detém a seu favor, alternativamente ou cumulativamente, garantias reais de hipotecas e penhores, alienação fiduciária, avais e fianças, vinculação de recursos como reserva irrevogável de formas de pagamento provenientes de recebíveis, garantia complementar de fundos e quotas parte de ICMS nas operações com prefeituras.

h) Valores baixados a prejuízo

No exercício de 2012 foi baixado a prejuízo o montante de R\$ 20.343 (R\$ 17.176 no exercício de 2011) em cumprimento ao que dispõe a Resolução nº 2.682 de 21/12/1999, editada pelo Banco Central do Brasil, compreendendo as operações de crédito classificadas no nível de risco "H" por período superior a seis meses. O saldo acumulado, em 31 de dezembro de 2012, dessas operações baixadas a prejuízo e controladas pelo valor histórico em contas de compensação, está representado por R\$ 70.292 (R\$ 57.346 em 31 de dezembro de 2011). As recuperações por recebimento e renegociação das operações de crédito baixadas a prejuízo foram reconhecidas como Receitas de Recuperação de Créditos e atingiram, no exercício, o montante de R\$ 8.528, sendo que R\$ 7.398 referem-se ao saldo contábil recuperado e R\$ 1.130 referem-se aos encargos incorridos a partir de 60 dias do atraso das parcelas contratuais até a data do recebimento (no exercício de 2011 o total foi de R\$ 6.713).

i) Renegociações

No exercício de 2012 houve renegociação de operações de crédito no valor de R\$ 22.859 (no exercício de 2011 o valor renegociado foi R\$ 25.823).

6. Outros créditos - rendas a receber

Discriminação	Curto prazo		Longo prazo	
	2012	2011	2012	2011
Comissões por Co-Obrigações a Receber/Carta Fiança	110	23	517	56
Taxas de Administração de Fundos Estaduais de Desenvolvimento	839	697	-	-
Total	949	720	517	56

Badesul Desenvolvimento S.A. - Agência de Fomento/RS

Notas explicativas as demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais)

7. Outros créditos – Créditos tributários de impostos e contribuições

O BADESUL, tendo por base estudo técnico preparado pela sua Administração, reconheceu créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias. Foram constituídos créditos tributários decorrentes de provisão para crédito de liquidação duvidosa e de rendas de atraso de contratos de operações de crédito passíveis de realização no período máximo de dez anos. O reconhecimento contábil levou em consideração a realização provável desses créditos tributários a partir de resultados futuros projetados com base em premissas internas, que podem, portanto, sofrer alterações. Quanto às demais diferenças temporárias que são compostas por diversas provisões, não foram reconhecidos os respectivos créditos tributários em razão de ainda não haver elementos que fundamentem uma estimativa confiável quanto ao período de realização dos créditos tributários delas decorrentes. Todos os procedimentos foram adotados conforme requisitos estabelecidos na Resolução nº 3.355 de 31 de março de 2006 e na Circular nº 3.171, de 30 de dezembro de 2002, ambas emitidas pelo Banco Central do Brasil.

a) Composição do saldo dos créditos tributários

Discriminação	Curto prazo		Longo prazo	
	2012	2011	2012	2011
Ativo fiscal diferido - IRPJ	5.442	3.102	23.290	16.219
Ativo fiscal diferido - CSLL	1.959	1.117	8.384	5.839
Total	7.401	4.219	31.674	22.058

b) Composição das diferenças temporárias e respectivos tributos

Os créditos tributários diferidos ativos apresentados em 31 de dezembro de 2012, são resultantes da aplicação das alíquotas fiscais de 25% para o imposto de renda e 9% para a contribuição social sobre as diferenças temporárias, conforme segue:

Diferenças Temporárias	Saldo projetado para realização até dez anos	Créditos Tributários IRPJ	Créditos Tributários CSLL
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	101.063	25.266	9.095
Rendas de atraso	13.865	3.466	1.248
Total	114.928	28.732	10.343

Badesul Desenvolvimento S.A. - Agência de Fomento/RS

Notas explicativas as demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais)

7. Outros créditos – Créditos tributários de impostos e contribuições-- Continuação

c) Período estimado de realização dos créditos tributários reconhecidos

Ano de Realização	Diferenças Temporárias	IRPJ	CSLL	Total
2013	21.770	5.442	1.959	7.401
2014	13.487	3.372	1.214	4.586
2015	35.760	8.940	3.218	12.158
2016	12.143	3.036	1.093	4.129
2017	6.213	1.553	559	2.112
2018	8.139	2.035	732	2.767
2019	2.852	713	257	970
2020	6.033	1.508	543	2.051
2021	4.921	1.230	443	1.673
2022	3.610	903	325	1.228
Total	114.928	28.732	10.343	39.075

d) Movimentação dos créditos tributários no exercício

Discriminação	IRPJ	CSLL	Total
Saldo inicial	19.322	6.955	26.277
Adições	15.853	5.707	21.560
Baixas	(6.443)	(2.319)	(8.762)
Saldo final	28.732	10.343	39.075

O registro contábil destes créditos fiscais ocorre diretamente no resultado do exercício, na rubrica "Ativo Fiscal Diferido", tendo como contrapartida a rubrica do Ativo "Outros Créditos – Diversos - Créditos Tributários de Impostos e Contribuições".

e) Valor presente dos créditos tributários reconhecidos

O valor presente dos créditos tributários, calculado considerando a taxa média de captação de 4,87% ao ano, está representado por R\$ 24.801 referente a imposto de renda e R\$ 8.928 referente a contribuição social.

1x 2. fl
al

Badesul Desenvolvimento S.A. - Agência de Fomento/RS

Notas explicativas as demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais)

7. Outros créditos – créditos tributários de impostos e contribuições-- Continuação

f) Créditos tributários não reconhecidos

Para fins de divulgação, foram estimados os valores de créditos tributários não reconhecidos, os quais representam em 31 de dezembro de 2012, R\$ 6.874 relativos a Imposto de Renda e R\$ 2.474 relativos à Contribuição Social (Em 2011 R\$ 2.548 de Imposto de Renda e R\$ 917 de Contribuição Social), decorrentes de diferenças temporárias que se constituem em provisões para contingências trabalhistas, planos de benefício pós-emprego e outras que individualmente não representam relevância.

8. Imobilizado de uso

Discriminação	Taxas de Depreciação % ao ano	2012		2011	
		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Instalações, móveis e equipamentos	10	4.328	(1.736)	2.592	2.983
Sistema de processamento de dados	20	4.426	(2.785)	1.641	476
Outros	10	180	(113)	67	82
Total		8.934	(4.634)	4.300	3.541

9. Obrigações por repasse do país - Instituições oficiais

Os recursos internos para repasses representam, basicamente, captações de Instituições Oficiais (BNDES, FINAME e CEF). Essas obrigações têm vencimentos mensais, exceto determinadas obrigações decorrentes de repasses para financiamentos rurais que têm vencimentos semestrais e anuais. Os encargos financeiros incidentes sobre obrigações por repasses são: (a) nas operações pós-fixadas de 1,90% a.a. a 7,00% a.a., além das variações dos indexadores (TJLP, Dólar, Cesta de Moedas, UPRD-P e UPF), e, (b) nas operações pré-fixadas de 2,00% a.a. até 11,00% a.a.

Badesul Desenvolvimento S.A. - Agência de Fomento/RS

Notas explicativas as demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais)

9. Obrigações por repasse do país - Instituições oficiais--Continuação

Os saldos estão sumariados da seguinte forma:

Discriminação	2012			2011	
	Até 3 meses	De 3 até 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
BNDES	41.858	146.520	1.036.075	1.224.453	888.085
CEF	236	735	25.060	26.031	21.903
FINAME	22.734	88.622	691.618	802.974	669.497
Total - 2012	64.828	235.877	1.752.753	2.053.458	
Total - 2011	63.844	203.153	1.312.488	-	1.579.485

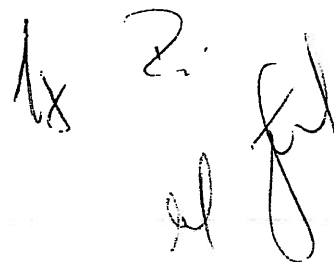
O Sistema BNDES/FINAME constitui a principal fonte de recursos para repasses do BADESUL aos seus clientes.

10. Outras obrigações - sociais e estatutárias

Discriminação	2012	2011
Juros sobre o Capital Próprio a pagar	-	15.232
Participação nos Lucros e Resultados a pagar	-	1.564
Total	-	16.796

11. Outras obrigações - fiscais e previdenciárias

Discriminação	2012	2011
Impostos e Contribuições s/ Lucros a Pagar	17.376	6.345
Impostos e Contribuições s/Serviços de Terceiros	78	57
Impostos e Contribuições s/Salários	1.010	920
PIS, COFINS, ISSQN	596	561
Total	19.060	7.883



Badesul Desenvolvimento S.A. - Agência de Fomento/RS

Notas explicativas as demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais)

12. Outras obrigações - credores diversos

Discriminação	Curto prazo		Longo prazo	
	2012	2011	2012	2011
Financiamentos a liberar para mutuários	61	37	-	-
Cobrança (valores a processar)	1.770	562	-	-
Provisões Planos de Benefícios Pós-Emprego (*)	3.187	2.702	4.757	4.614
Recebimento de Fundos Estaduais Administrados (**)	46.557	93.095	-	-
CEEE/Programa de eficiência do uso de energia elétrica	-	189	-	213
Fornecedores	1.110	645	-	-
Outras	649	329	-	-
Total	53.334	97.559	4.757	4.827

(*) para efeito de publicação, o saldo referente à provisão prêmio aposentadoria foi reclassificado da rubrica Obrigações com Despesa de Pessoal para Credores Diversos/Provisões Planos de Benefícios Pós-Emprego.

(**) os procedimentos de gestão desses recursos estão descritos na nota 21b, que tem como única exceção àquela nota, a escrituração contábil em contas patrimoniais além de em contas de compensação, devido a esses recursos transitarem em conta corrente do BADESUL.

13. Passivos contingentes

O BADESUL efetua o monitoramento de todos os processos administrativos e judiciais em que é autor ou réu. Cada processo está suportado por avaliação e acompanhamento de assessoria jurídica que considera o risco e perda envolvida e classifica como risco provável, possível ou remoto. O critério para a constituição da provisão para perdas dessa natureza está em conformidade ao que determina o Pronunciamento Técnico CPC nº 25 e Resolução nº 3.750 emitida pelo Banco Central do Brasil em 30 de junho de 2009.

a) Passivos contingentes trabalhistas classificados como perdas prováveis

A movimentação no exercício dos passivos contingentes trabalhistas classificados como perdas prováveis foi a seguinte:

Discriminação	2012	2011
Saldo anterior	2.741	1.155
Adições	16.728	1.623
Baixas	(51)	(37)
Saldo atual	19.418	2.741

Badesul Desenvolvimento S.A. - Agência de Fomento/RS

Notas explicativas as demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais)

13. Passivos contingentes--Continuação

b) Passivos contingentes cíveis classificados como perdas prováveis

Discriminação	2012	2011
Saldo Anterior	48	-
Adições	-	48
Baixas	(1)	-
Saldo Atual	47	48

c) Passivos contingentes fiscais-tributários/trabalhistas classificados como perdas possíveis

- i. *PIS e COFINS*: No exercício de 2010 a Associação Brasileira de Instituições Financeiras de Desenvolvimento - ABDE, representando as agências de fomento associadas, instituições financeiras assim consideradas pela legislação vigente, interpôs demanda judicial em caráter preventivo que versa sobre a sistemática de apuração do PIS e da COFINS das agências de fomento, a qual poderá representar uma futura contingência tributária para o BADESUL, estimada em R\$ 43.562, considerando valores originais atualizados até 31/12/12 compondo o período de janeiro/2008 a dezembro/2012. Em 17 de setembro de 2012 foi editada a Lei nº 12.715 a qual, em seu artigo de nº 70 cuja vigência é a partir do exercício de 2013 com opção de aplicabilidade no exercício de 2012, veio eliminar a "lacuna" que havia na legislação tributária quanto à previsão expressa do tratamento tributário aplicável às agências de fomento.
- ii. *ISSQN*: A Prefeitura Municipal de Porto Alegre ingressou na justiça ação para cobrança de ISSQN contra a extinta Caixa Econômica Estadual do RS, processo do qual o BADESUL, entre outros, está arrolado como parte responsável por tal débito. O BADESUL, por entender não cabível essa execução fiscal, ajuizou ação anulatória de débito fiscal com antecipação de tutela contra a Prefeitura do Município de Porto Alegre. O BADESUL obteve liminar favorável, estando o processo ainda em tramitação, pendente de julgamento do mérito. Esta possível contingência foi estimada em R\$ 13.383.
- iii. *Trabalhistas*: Em 31 de dezembro de 2012 os passivos contingentes trabalhistas, classificados como perda possível, foram estimados em R\$ 1.417 (Em 2011 R\$ 2.619).

Badesul Desenvolvimento S.A. - Agência de Fomento/RS

Notas explicativas as demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais)

14. Patrimônio líquido

a) Capital social

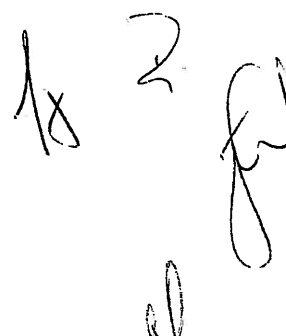
No exercício de 2012 o capital social do BADESUL apresentou aumento no montante de R\$ 153.200, tendo sido aprovado pelos acionistas em três assembleias gerais extraordinárias distintas, conforme segue: (i) valor de R\$ 43.500 em 03 de abril de 2012 mediante reversão de reservas de lucros, cuja homologação do BACEN ocorreu em 31 de maio de 2012; (ii) valor de R\$ 104.000 em 03 de julho de 2012 por subscrição de novas ações pelo acionista controlador, cuja integralização se deu em moeda corrente nacional, e, cuja homologação do BACEN ocorreu em 20 de julho de 2012; (iii) valor de R\$ 5.700 em 26 de novembro de 2012 por subscrição de novas ações pelo acionista controlador, cuja integralização se deu mediante a utilização de recursos de retornos do antigo FUNDOPIMES, conforme previsão na Lei Ordinária Estadual nº 12.012 de 27 de novembro de 2003, e, cuja homologação do BACEN ocorreu em 05 de dezembro de 2012.

Em 31/12/2012 o Capital Social da Instituição estava representado por 653.181.278 (499.981.278 em 2011) ações ordinárias nominativas no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma, pertencentes integralmente a acionistas domiciliados no País.

b) Reserva de lucros

A reserva legal é constituída por 5% do lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social.

A reserva especial refere-se ao lucro remanescente após a constituição da reserva legal, permanecendo nesta condição até que a assembleia geral de acionistas delibere por sua destinação definitiva, em conformidade com as disposições estatutárias.

Handwritten signature and initials, likely of a representative of the company, located at the bottom right of the page.

Badesul Desenvolvimento S.A. - Agência de Fomento/RS

Notas explicativas as demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais)

14. Patrimônio líquido--Continuação

c) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas estão assegurados dividendos até o limite de 6% do lucro líquido do exercício, ajustados nos termos da lei societária, não havendo previsão estatutária para distribuição em períodos intermediários. Quando há distribuição de juros sobre o capital próprio, a legislação pertinente faculta que sejam imputados aos dividendos obrigatórios, por deliberação da Assembleia Geral de Acionistas. Os juros sobre o capital próprio são calculados com base nos critérios definidos pela legislação fiscal em vigor. O registro contábil obedece às diretrizes contábeis do Banco Central do Brasil, sendo o montante da provisão com despesa incorrida reclassificado da Demonstração do Resultado para a rubrica de Lucros acumulados, para efeito de elaboração e publicação das demonstrações contábeis, consoante o artigo 3º da Circular nº 2.739 de 19 de fevereiro de 1997, emitida pelo Banco Central do Brasil. Os referidos juros reduziram os encargos tributários, no exercício de 2012, na ordem de R\$ 2.700 (Em 2011 R\$ 10.271).

15. Capital regulamentar

a) Patrimônio de referência

O Banco Central do Brasil, em consonância com as diretrizes do Acordo de Capital – Basiléia II alterou as regras de apuração do Patrimônio de Referência como disposto na Resolução nº 3.444/2007, emitida pelo BACEN. A apuração do patrimônio de referência da Instituição em 31 de dezembro de 2012 está demonstrada a seguir:

Cálculo do Patrimônio de Referência		
	2012	2011
(A) Patrimônio líquido ajustado	681.936	561.004
(B) Patrimônio de Referência - nível I	681.936	561.004
(C) Patrimônio de Referência - nível II	-	-
Redução do valor de capital destacado (DC) para operações com o setor público: Resolução CMN/BACEN nº 3.781/2009	(214.000)	(130.000)
(D) Patrimônio de Referência conforme Resolução nº 3.444/07 (nível I + nível II)	681.936	561.004
(E) Patrimônio de Referência [(nível I + nível II) – DC]	467.936	431.004

Badesul Desenvolvimento S.A. - Agência de Fomento/RS

Notas explicativas as demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais)

15. Capital regulamentar--Continuação

b) Índice de Basileia

As regras de mensuração do capital regulamentar pelo Método Padronizado de Basileia II, vigentes desde julho de 2008, determinam a obrigatoriedade das instituições financeiras de manter patrimônio líquido compatível com o grau de risco de seus ativos, de acordo com fatores de ponderação de exposições, mitigadores de risco e fatores de conversão em crédito. O índice mínimo exigido no Brasil é de 11% de patrimônio em relação aos ativos ponderados pelo risco.

As metodologias para apuração das parcelas de capital necessárias para cobertura dos riscos aos quais a Instituição está exposta observam os normativos emitidos pelo Banco Central do Brasil.

Demonstrativo das exigibilidades de capital e do índice de Basileia		
	2012	2011
A - Patrimônio de Referência conforme Res. nº. 3.444/07	681.936	561.004
B - Patrimônio de Referência para fins de limites operacionais	467.936	431.004
Alocação de capital: 1 - Risco de crédito	253.731	185.441
2 - Risco de mercado	-	-
3 - Risco operacional	18.696	17.589
C - Patrimônio de referência exigido (1+2+3)	272.427	203.030
D - Alocação de capital para cobertura de risco das operações sujeitas à variação de taxas de juros não classificadas na carteira de negociação	61.556	13.406
E - Valor da margem ("B"- "C"- "D")	133.953	214.568
F - Total das exposições sujeitas à ponderação de risco	3.299.356	2.391.367
G - Total das exposições ponderadas pelo risco	2.992.735	2.385.716
H - Capacidade de alavancagem: ("E" *100)/11	1.217.755	1.950.699
I - Índice de Basileia: ("B"/("C"+"D"))*100	18,89	23,35
J - Índice de Basileia amplo: ("B"/("C"+"D"))*100	15,41	21,91

Badesul Desenvolvimento S.A. - Agência de Fomento/RS

Notas explicativas as demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais)

15. Capital regulamentar--Continuação

c) Limites operacionais

O Banco Central estabeleceu conforme Circular nº 3.398/2008 os procedimentos para apuração dos limites e padrões mínimos regulamentares. Em 31 de dezembro de 2012 as posições da Instituição e exigências normativas para os limites já regulamentados pelo órgão estão demonstradas a seguir:

Limites regulamentados	Exigência (Exigência/Limite)	Situação	Margem	Índice
2012				
Compatibilização do PR com o PRE	333.983	467.936	133.953	15,41%
Imobilização	233.968	4.365	229.603	0,93%
2011				
Compatibilização do PR com PRE	216.436	431.004	214.568	21,91%
Imobilização	215.502	3.659	211.843	0,85%

16. Imposto de renda e contribuição social

	2º Semestre 2012	Exercício 2012	Exercício 2011
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	7.558	22.122	65.682
Juros Sobre o Capital Próprio	(2.430)	(7.940)	(30.209)
Participações Estatutárias no Lucro	(549)	(549)	(2.347)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos	24.849	55.165	2.994
Diferenças Temporárias	24.532	54.737	2.460
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	11.588	31.040	909
Rendas a apropriar em atraso	1.205	1.556	269
Rendas decorrentes de Ganhos em Renegociações	(1.181)	4.837	(607)
Provisões para contingências	12.420	16.676	1.634
Outras provisões	500	629	255
Diferenças Permanentes	316	428	534
Despesas não dedutíveis	316	428	534
Base de cálculo do IR e CS	29.428	68.798	36.120
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9% respectivamente (Nota 3m)	(9.993)	(23.367)	(12.256)
Incentivos Fiscais	181	228	237
Total da provisão para imposto de renda e contribuição social devidos	(9.813)	(23.139)	(12.019)
Constituição de créditos fiscais diferidos sobre diferenças temporárias (Nota 7)	3.948	12.798	26.277
Imposto de renda e contribuição social na demonstração de resultado	(5.865)	(10.341)	14.258

Badesul Desenvolvimento S.A. - Agência de Fomento/RS

Notas explicativas as demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais)

17. Outras despesas administrativas e outras despesas operacionais

a) Outras despesas administrativas

Discriminação	2º Semestre		2011
	2012	2012	
Água, energia e gás	155	434	465
Comunicação	151	256	176
Manutenção e conservação de bens	485	932	838
Processamento de dados	2.046	3.870	3.666
Publicidade e propaganda	2.319	3.514	3.350
Serviços do sistema financeiro	385	1.037	664
Serviços de terceiros	519	1.022	1.043
Serviços técnicos especializados	707	1.139	749
Transporte	31	69	81
Viagem	207	465	406
Emolumentos Cartoriais	144	255	317
Depreciação e amortização	456	831	994
Contribuições para entidades representativas	71	176	196
Outras	494	792	793
Total	8.170	14.792	13.738

b) Outras receitas operacionais

Discriminação	2º Semestre		2011
	2012	2012	
Recuperação de encargos e despesas	20	81	88
Reversão de provisões operacionais	175	175	259
Encargos (atualização depósitos judiciais e outros)	85	93	11
Atualização de direitos junto ao BNDES	361	361	-
Honorários de sucumbência	55	193	643
Outras	-	51	46
Total	696	954	1.047

c) Outras despesas operacionais

Discriminação	2º Semestre		2011
	2012	2012	
Despesa com provisão p/planos de benefícios pós-emprego	164	432	341
Despesas de Convênios (atualização saldos de fundos administrados)	4.156	8.652	8.105
Despesa com provisão p/contingências trabalhistas	12.471	16.728	1.623
Outras	187	295	355
Total	16.978	26.107	10.424

Badesul Desenvolvimento S.A. - Agência de Fomento/RS

Notas explicativas as demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais)

18. Transações com partes relacionadas

São consideradas partes relacionadas, para fins desta nota, as seguintes Instituições: Estado do Rio Grande do Sul, Banco do Estado do Rio Grande do Sul, Diretoria Executiva, Conselho de Administração, Conselho Fiscal do BADESUL e BRDE.

Discriminação	31 de dezembro de 2012		
	(Direitos) Obrigações	Receitas	Despesas
Rendas por administração de Fundos (nota 21b)	(839)	4.015	-
Contratação de serviços especializados	299	-	892
Remuneração do pessoal chave da administração (*)	37	-	2.022
Ressarcimento de despesas - funcionários cedidos	(191)	-	-
Despesa de Pessoal - funcionários adidos	168	-	1.428
Outros valores a ressarcir	(490)	-	-

Discriminação	31 de dezembro de 2011		
	(Direitos) Obrigações	Receitas	Despesas
Rendas por administração de Fundos (nota 21b)	(697)	3.111	-
Contratação de serviços especializados	295	-	471
Remuneração do pessoal chave da administração (*)	52	-	2.041
Ressarcimento de despesas - funcionários cedidos	(88)	-	-
Despesa de Pessoal - funcionários adidos	162	-	2.483
Outros valores a ressarcir	(446)	-	-

(*) Refere-se ao total da remuneração fixa e variável do pessoal chave da Administração (Diretoria Executiva, Conselho de Administração e Conselho Fiscal).

19. Gestão de riscos

A gestão de riscos do BADESUL considera as exigências e níveis regulatórios. É um processo que envolve identificação e medição dos principais riscos aos quais a Instituição está exposta. O gerenciamento resulta em melhorias nos seus processos internos, com adequações da estrutura organizacional, de forma a envolver todas as áreas da instituição num processo contínuo de otimização da gestão que visa os controles e a mitigação dos riscos. O relatório de gestão de riscos está disponibilizado no sítio www.badesul.com.br.

Badesul Desenvolvimento S.A. - Agência de Fomento/RS

Notas explicativas as demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais)

19. Gestão de riscos--Continuação

Síntese das ações desenvolvidas no âmbito da gestão de riscos:

a) Risco de mercado

Foi revista a Política de Gerenciamento de Risco de Mercado implementada na Instituição que tem o objetivo de identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição desses riscos, garantindo a existência de mecanismos eficientes para a supervisão e acompanhamento.

b) Risco de crédito

O risco de crédito decorre da possibilidade de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, da desvalorização de contratos decorrentes da deterioração na classificação de risco e da redução de ganhos ou remunerações face às vantagens concedidas por ocasião de renegociações e aos custos de recuperação. Nesse âmbito, em atendimento às disposições da Resolução nº 2.682, emitida pelo Banco Central do Brasil em 21 de dezembro de 1999, existe política definida para a gestão do risco de crédito, com metodologia e procedimentos implantados e descritos em manuais internos, os quais são periodicamente revisados.

c) Risco operacional

A Política de Gerenciamento de Risco Operacional definida, revisada periodicamente, contempla a visão gerencial e a cultura de controles, o reconhecimento e avaliação dos riscos, o controle das atividades e segregação de responsabilidades, o processo de informação e comunicação e a necessidade de monitoramento das atividades de controle. O sistema implantado com esse fim específico tem por base a classificação de riscos prevista no disposto na Resolução nº 3.380, emitida pelo Banco Central do Brasil em 29 de junho de 2006. Para apuração da parcela de Patrimônio de Referência Exigido referente ao risco operacional foi adotada a Abordagem do Indicador Básico.

Badesul Desenvolvimento S.A. - Agência de Fomento/RS

Notas explicativas as demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais)

19. Gestão de riscos--Continuação

d) Risco de Liquidez

O Banco Central do Brasil, em 24 de maio de 2012, por meio da Resolução nº 4.090, estabelece que as instituições financeiras e demais instituições autorizadas por ele a funcionar devem manter estrutura de gerenciamento do risco de liquidez compatível com a natureza das suas operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e a dimensão da sua exposição a esse risco. O tema, no BADESUL, está disposto em resolução do Conselho de Administração que contempla, além da política de gerenciamento, o plano de contingência de liquidez.

e) Gerenciamento de capital

A Resolução nº 3.988, emitida pelo Banco Central do Brasil em 30 de junho de 2011, estabelece a necessidade de uma estrutura de gerenciamento de capital compatível com a natureza das operações de cada Instituição, bem como define um cronograma para a sua efetiva implementação. O BADESUL está em plena conformidade com as atividades elencadas na programação de atendimento à referida norma. Nesse sentido foram tomadas as seguintes providências: (a) indicação do diretor responsável e definição da estrutura organizacional para atender esse fim; (b) definição da política institucional dos processos, dos procedimentos e dos sistemas necessários; (c) efetiva implementação da estrutura de gerenciamento de capital.

20. Benefícios pós-emprego

A Administração do BADESUL tem procedido anualmente avaliação atuarial dos planos de benefícios pós-emprego em conformidade com a legislação vigente. Em 31/12/2012, foi realizada avaliação atuarial por atuário independente, cujas informações detalhadas seguem abaixo.

a) Plano previdenciário

O BADESUL é patrocinador da Fundação BANRISUL de Seguridade Social, cuja principal finalidade é a de manter os planos de aposentadorias e pensões. O Plano de Benefícios I, oferecido aos empregados oriundos do BANRISUL por meio de sucessão trabalhista, é do tipo "benefício definido" e a sua avaliação, em conformidade com a legislação específica, é procedida por atuário independente. O regime atuarial de apuração do custo e contribuições do plano é o de capitalização coletiva. Os participantes contribuem com taxas variáveis conforme as faixas salariais. Este plano de benefícios está fechado para novas adesões.

Badesul Desenvolvimento S.A. - Agência de Fomento/RS

Notas explicativas as demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais)

20. Benefícios pós-emprego--Continuação

a) Plano previdenciário--Continuação

A avaliação atuarial dos benefícios do Plano de Benefícios I apresenta o seguinte resultado:

	2012	2011
Valor presente das obrigações atuariais	(70.052)	(48.409)
Valor justo dos ativos do plano	53.236	41.475
Valor presente das obrigações a descoberto	(16.816)	(6.934)
(Ganhos)/perdas atuariais não reconhecidos*	15.824	6.259
Custos do serviço passado não reconhecidos	-	-
(Passivo) atuarial líquido total reconhecido	(992)	(675)

* Conforme previsto na nova regra que passa a vigor a partir do exercício de 2013 (CPC 33 R1), os ganhos e perdas atuariais passarão a ser reconhecidos nas demonstrações contábeis tendo como contrapartida o patrimônio líquido. Observando os valores apurados nesta avaliação atuarial, para o BADESUL, o efeito da aplicação dessa nova norma, impactará negativamente no patrimônio líquido o montante apurado de R\$ 15.824.

Movimentação do passivo atuarial

	2012	2011
(Passivo) atuarial líquido no início do exercício	(675)	(929)
Despesa (receita) reconhecida na demonstração do resultado durante o exercício	(537)	97
Contribuições do empregador vertidas durante o exercício	220	157
(Passivo) atuarial líquido no final do exercício	(992)	(675)

Movimentação do valor justo dos ativos do plano

	2012	2011
Valor justo dos ativos no início do exercício	41.475	43.704
Rendimento efetivo dos ativos	11.624	(2.753)
Contribuições de part./empreg. vertidas durante o exercício	927	881
Benefícios pagos durante o exercício	(790)	(357)
(Ganhos)/perdas atuariais sobre os ativos	-	-
Valor justo dos ativos no final do exercício	53.236	41.475

Evolução do valor presente das obrigações atuariais

	2012	2011
Valor das obrigações atuariais no início do exercício	48.409	42.382
Custo do serviço corrente bruto (com juros)	710	788
Juros sobre obrigação atuarial	5.119	5.185
Benefícios pagos durante o exercício	(790)	(357)
(Ganhos)/perdas atuariais sobre os ativos	16.604	411
Valor das obrigações atuariais no final do exercício	70.052	48.409

Badesul Desenvolvimento S.A. - Agência de Fomento/RS

Notas explicativas as demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais)

20. Benefícios pós-emprego--Continuação

a) Plano previdenciário--Continuação

Apuração de (ganhos) e perdas atuariais e financeiras

	2012	2011
(Ganho)/perda ao início do ano	6.259	(2.252)
Amortização de (ganho)/perda no ano	392	-
(Ganho)/perda nas obrigações atuariais	16.604	411
(Ganho)/perda nos ativos do plano	(6.647)	8.100
(Ganho)/perda no final do exercício	15.824	6.259

b) Plano de saúde

São benefícios assegurados pela Caixa de Assistência dos Empregados do Banco do Estado do Rio Grande do Sul/CABERGS, que oferecem benefícios de assistência médica hospitalar, sendo o custeio estabelecido através de convênio de adesão. Foram avaliados os seguintes planos/programas, que possuem participação do patrocinador pós-emprego: **(a)** Plano PAM – Plano de assistência Médico-Hospitalar, nas modalidades PAMPA e PAMES; **(b)** PROMED – Programa Auxílio Medicamento. O compromisso do patrocinador foi definido projetando-se as futuras despesas assistenciais, tomando como base os custos assistenciais médios por faixa etária, líquidos da co-participação.

A avaliação atuarial desses benefícios apresenta o seguinte resultado:

	2012	2011
Valor presente das obrigações atuariais	(2.812)	(2.427)
Valor justo dos ativos do plano	1.313	1.193
Valor presente das obrigações a descoberto	(1.499)	(1.234)
(Ganhos)/perdas atuariais não reconhecidos*	(2.049)	(2.304)
Custos do serviço passado não reconhecidos	-	-
(Passivo) atuarial líquido total reconhecido	(3.548)	(3.538)

* Conforme previsto na nova regra que passa a vigor a partir do exercício de 2013 (CPC 33 R1), os ganhos e perdas atuariais passarão a ser reconhecidos nas demonstrações contábeis tendo como contrapartida o patrimônio líquido. Observando os valores apurados nesta avaliação atuarial, para o BADESUL, o efeito da aplicação dessa nova norma, impactará positivamente no patrimônio líquido o montante apurado de R\$ 2.049.

Badesul Desenvolvimento S.A. - Agência de Fomento/RS

Notas explicativas as demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais)

20. Benefícios pós-emprego--Continuação

b) Plano de saúde--Continuação

Movimentação do passivo atuarial

	2012	2011
(Passivo) atuarial líquido no início do exercício	(3.538)	(3.197)
Despesa (receita) reconhecida na demonstração do resultado durante o exercício	(10)	(341)
Contribuições do empregador vertidas durante o exercício	-	-
(Passivo) atuarial líquido no final do exercício	(3.548)	(3.538)

Movimentação do valor justo dos ativos do plano

	2012	2011
Valor justo dos ativos no início do exercício	1.193	-
Rendimento efetivo dos ativos	182	1.193
Contribuições de part./empreg. vertidas durante o exercício	-	-
Benefícios pagos durante o exercício	(62)	-
(Ganhos)/perdas atuariais sobre os ativos	-	-
Valor justo dos ativos no final do exercício	1.313	1.193

Evolução do valor presente das obrigações atuariais

	2012	2011
Valor das obrigações atuariais no início do exercício	2.427	2.785
Custo do serviço corrente bruto (com juros)	90	-
Juros sobre obrigação atuarial	257	341
Benefícios pagos durante o exercício	(62)	-
(Ganhos)/perdas atuariais sobre os ativos	100	(699)
Valor das obrigações atuariais no final do exercício	2.812	2.427

Apuração de (ganhos) e perdas atuariais e financeiras

	2012	2011
(Ganho)/perda ao início do exercício	(2.304)	(412)
Amortização de (ganho)/perda no ano	(279)	-
(Ganho)/perda nas obrigações atuariais	100	(699)
(Ganho)/perda nos ativos do plano	(124)	(1.193)
(Ganho)/perda no final do exercício	(2.049)	(2.304)

18 2. fel

Badesul Desenvolvimento S.A. - Agência de Fomento/RS

Notas explicativas as demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais)

20. Benefícios pós-emprego--Continuação

c) Prêmio por aposentadoria

Em razão da sucessão trabalhista, ocorrida em 01/05/2002, o BADESUL assumiu a obrigação de preservar todos os direitos já adquiridos pelos empregados transferidos do BANRISUL, inclusive os planos de benefícios pós-emprego. Assim, é oferecido prêmio por aposentadoria a esses empregados que se aposentarem com pelo menos 20 anos de empresa, cuja provisão está calculada de acordo com o artigo 82 do regulamento de pessoal, sendo que, para o registro desta provisão, foram considerados no cálculo os encargos patronais, inclusive.

A avaliação atuarial desses benefícios apresenta o seguinte resultado:


	2012	2011
Valor presente das obrigações atuariais	(3.395)	(3.336)
Valor justo dos ativos do plano	-	-
Valor presente das obrigações a descoberto	(3.395)	(3.336)
(Ganhos)/perdas atuariais não reconhecidos*	360	746
Custos do serviço passado não reconhecidos	-	-
(Passivo) atuarial líquido no final do exercício	(3.035)	(2.590)

* Conforme previsto na nova regra que passa a vigor a partir do exercício de 2013 (CPC 33 R1), os ganhos e perdas atuariais passarão a ser reconhecidos nas demonstrações contábeis tendo como contrapartida o patrimônio líquido. Observando os valores apurados nesta avaliação atuarial e que o BADESUL utiliza outro critério para reconhecimento do passivo atuarial deste plano de benefício, conforme descrito a seguir, não haverá impacto decorrente da aplicação dessa nova norma.

Para esse plano de benefício o BADESUL não reconhece o efeito no Resultado pelo valor apurado na avaliação atuarial, mantendo provisão em valor a maior do que aquele, por considerar os respectivos encargos patronais incidentes. Segue abaixo demonstração da movimentação do passivo reconhecido conforme os critérios adotados pelo BADESUL.

Movimentação do passivo reconhecido

	2012	2011
(Passivo) líquido no início do exercício	(3.105)	(2.917)
Despesa (receita) reconhecida na demonstração do resultado durante o exercício	(528)	(318)
Benefícios pagos no exercício	229	127
(Passivo) líquido no final do exercício	(3.404)	(3.105)

182. 

Badesul Desenvolvimento S.A. - Agência de Fomento/RS

Notas explicativas as demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais)

20. Benefícios pós-emprego--Continuação

c) Prêmio por aposentadoria--Continuação

Movimentação do passivo reconhecido--Continuação

Com a finalidade de alinhamento das práticas, no valor das obrigações atuariais do exercício de 2012, apurado na avaliação atuarial, já estão considerados os encargos patronais (INSS), sendo o impacto relativo à inclusão desta parcela atribuído às perdas atuariais apuradas no exercício. O valor da obrigação atuarial calculada ao montante de R\$ 3.395 deverá ser considerado como ponto de partida para a próxima avaliação atuarial, desde que eliminados os valores acumulados em (ganhos)/perdas atuariais.

Evolução do valor presente das obrigações atuariais

	2012	2011
Valor das obrigações atuariais no início do exercício	3.336	1.110
Custo do serviço corrente bruto (com juros)	21	150
Juros sobre obrigação atuarial	215	136
Benefícios pagos durante o exercício	(204)	(103)
(Ganhos)/perdas atuariais sobre os ativos	27	2.043
Valor das obrigações atuariais no final do exercício	3.395	3.336

Apuração de (ganhos) e perdas atuariais e financeiras

	2012	2011
(Ganho)/perda ao início do exercício	746	(1.291)
(Ganho)/perda apurados no exercício anterior	412	6
(Ganho)/perda nas obrigações atuariais	26	2.043
(Ganho)/perda nos ativos do plano	-	-
(Ganho)/perda no final do exercício	360	746

d) Método atuarial utilizado

As premissas atuariais adotadas foram as requeridas pelos padrões do Pronunciamento Técnico CPC nº 33 e as definidas pela Administração do BADESUL. No estudo atuarial, efetuado por atuário independente na data-base de 31 de dezembro de 2012, foram adotados o método atuarial PUC – Unidade de Crédito Projetada para calcular todas as obrigações atuariais e as seguintes hipóteses demográficas e econômico-financeiras:

18 2
pl

Badesul Desenvolvimento S.A. - Agência de Fomento/RS

Notas explicativas as demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais)

20. Benefícios pós-emprego--Continuação

d) Método atuarial utilizado--Continuação

i. Premissas demográficas

- Tábua de mortalidade geral: AT-2000 desagravada em 10% (segregada por sexo)
- Tábua de mortalidade (inválidos): RRB-83 desagravada em 50%
- Tábua de entrada em invalidez: *Light Forte* desagravada em 40%
- Tábua de rotatividade (1): Experiência Towers Perrin agravada em 125%
- Entrada em aposentadoria: 100% na elegibilidade
- Composição familiar:
 - benefícios a conceder: Família Média
 - benefícios concedidos: Família Real informada
 - Família Média considerada: (percentual de casados: 95%; diferença de idade entre titular e cônjuge: 4 anos; 1 filho temporário)

ii. Premissas econômico-financeiras

- Taxa de desconto atuarial – taxa real (2): 4,00% ao ano
- Taxa de desconto atuarial – taxa nominal: 9,20% ao ano
- Taxa de retorno esperado dos ativos – taxa real (3): 4,00% ao ano
- Taxa de retorno esperado dos ativos – taxa nominal: 9,20% ao ano
- Taxa de crescimento salarial futuro – taxa real (4): 3,00% ao ano
- Taxa de crescimento salarial futuro – taxa nominal: 8,15% ao ano
- Taxa de crescimento dos benefícios – taxa nominal: 5,00% ao ano
- Taxa de crescimento dos custos com saúde – taxa nominal (5): 6,918% ao ano
- Inflação projetada (6): 5,00% ao ano
- Fator de capacidade dos salários: 100%
- Fator de capacidade dos benefícios do plano: 100%
- Fator de capacidade dos benefícios do INSS: 98,00%

18 2. fl 24

Badesul Desenvolvimento S.A. - Agência de Fomento/RS

Notas explicativas as demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais)

20. Benefícios pós-emprego--Continuação

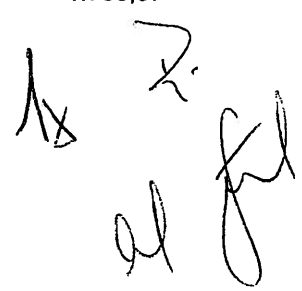
d) Método atuarial utilizado--Continuação

ii) Premissas econômico-financeiras

- (1) Tábua aplicada na avaliação do plano previdenciário, sendo considerada nula na avaliação do prêmio por aposentadoria e do plano de saúde.
- (2) Taxa de desconto atuarial: 4,00% ao ano, compatível com os títulos públicos federais (NTN-B) com a "duration" aproximada com a dos fluxos futuros esperados das obrigações com os participantes ativos e assistidos (28 anos) em outubro de 2012 (NTN-B em 31/10/12 com vencimento em 15/05/2035).
- (3) Expectativa de retorno dos investimentos: expectativa de inflação acrescida de taxa de juros de 4,00% ao ano.
- (4) Crescimento salarial futuro: 3,00% ao ano, conforme recomendação da consultoria atuarial da Fundação Banrisul com base em estudo de aderência de hipóteses.
- (5) Taxa de crescimento dos custos com saúde: inflação médica será de 6,918% (nominal), que corresponde à média dos reajustes máximos autorizados pela ANS nos anos de 2008 a 2012.
- (6) Expectativa de inflação: 5,00% ao ano, de acordo com a expectativa do mercado (índice IGP-DI) divulgada pelo Relatório FOCUS do Banco Central do Brasil de 26/10/2012.

• Custo assistencial médio anual por faixa etária (em R\$)

Idade Inicial	Faixas Etárias	FAR 200 PROMED	PAM 019 PAMPA Plano PAM	PAM 027 PAMES Plano PAM
0	0 a 17 anos	14,82	0,00	265,19
18	18 a 29 anos	18,38	0,00	219,93
30	30 a 39 anos	47,94	0,00	678,80
40	40 a 49 anos	311,65	0,00	470,45
50	50 a 59 anos	363,69	0,00	894,75
60	60 a 69 anos	655,26	0,00	1.661,76
70	70 anos ou +	1.167,45	0,00	1.780,67



Badesul Desenvolvimento S.A. - Agência de Fomento/RS

Notas explicativas as demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais)

21. Compromissos e responsabilidades

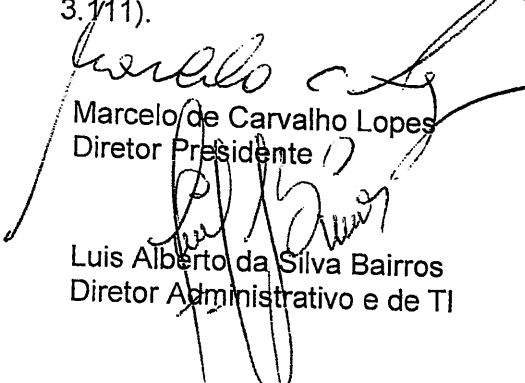
a) Co-obrigações por garantias prestadas

O BADESUL concedeu cartas de fiança a mutuários do BNDES, cujos contratos prevêem encargos financeiros e contam com garantias constituídas pelos beneficiários, cujo saldo em 31 de dezembro de 2012 está representado por R\$ 80.497 (R\$ 62.141 em 31 de dezembro de 2011).

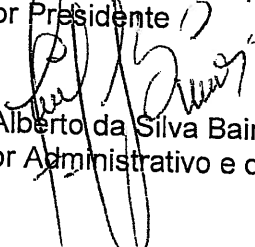
b) Gestão de recursos de terceiros

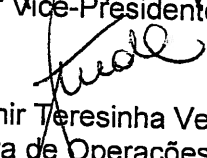
O BADESUL, por determinação legal (leis e decretos estaduais), executa a gestão financeira de recursos de diversos Fundos de Desenvolvimento do Estado do RS. Na qualidade de gestora e mandatária desses recursos, conforme estabelecido na legislação de cada Fundo e nos respectivos convênios operacionais, a responsabilidade do BADESUL está limitada tão-somente à correta aplicação dos recursos de acordo com os respectivos normativos, correndo o risco de crédito das operações inteiramente por conta do Estado do Rio Grande do Sul.

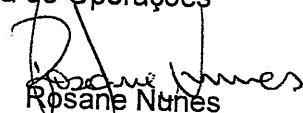
Os valores correspondentes aos recursos administrados são controlados em contas de compensação, que em 31 de dezembro de 2012, representam o montante de R\$ 3.751.827 (R\$ 3.047.057 em 31 de dezembro de 2011). Em contrapartida à prestação dos serviços de administração dos recursos o BADESUL é remunerado de acordo com critérios estabelecidos nos respectivos convênios operacionais formalizados com as Secretarias de Estado às quais os Fundos estão vinculados. A remuneração, a título de taxa de administração dos Fundos, representou no exercício de 2012 R\$ 4.015 (No exercício de 2011 R\$ 3.111).


Marcelo de Carvalho Lopes
Diretor Presidente


Pery Francisco Sperotto Coelho
Diretor Vice-Presidente,


Luis Alberto da Silva Bairros
Diretor Administrativo e de TI




Lindamir Teresinha Verbiski
Diretora de Operações


Rosane Nunes
Contadora CRC/RS 48702/O-3
CPF 334369670/68

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO**CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL**

O **CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO** CERTIFICA que o profissional identificado no presente documento encontra-se em situação **REGULAR** neste Regional, apto ao exercício da atividade contábil nesta data, de acordo com as suas prerrogativas profissionais, conforme estabelecido no art. 25 e 26 do Decreto-Lei n.º 9.295/46.

Informamos que a presente certidão não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que, posteriormente, venham a ser apurados contra o titular deste registro, bem como não atesta a regularidade dos trabalhos técnicos elaborados pelo profissional da Contabilidade.

	CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE SÃO PAULO	
	Certidão nº: 2012/083389	
	Nome: AMERICO FRANKLIN FERREIRA NETO	CPF: 045.379.898-58
	Registro: SP-192685/O-9	Categoria: CONTADOR
	Validade: 24/02/2013	
	Finalidade: Auditoria	

Confirme a veracidade deste documento no site www.crcsp.org.br, acessando a opção Consulta de Veracidade -> Certidões, mediante o número de controle a seguir:

Controle: 3200.7828.2683.0053

BADESUL DESENVOLVIMENTO S.A.
AGÊNCIA DE FOMENTO/RS

CNPJ nº 02.885.855/0001-72
NIRE nº 43 3 0003872 6

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E
EXTRAORDINÁRIA

Local, Data e Hora – Os acionistas do BADESUL DESENVOLVIMENTO S.A. – AGÊNCIA DE FOMENTO/RS, reuniram-se em Assembleia Geral, na sede social, em Porto Alegre (RS), na Rua Gen. Andrade Neves , 175, 18º andar, no dia 21 de março de 2013, às 10 horas. **Presenças** - Pessoalmente ou por seus representantes legais, compareceu a totalidade dos acionistas. Presentes, ainda, o Sr. Alexandre Nascimento, representando a Ernst Young Terco Auditores Independentes S/S, Sr. José Benedicto Ledur, Presidente do Conselho Fiscal do BADESUL e membros do Conselho de Administração, atendendo ao previsto no § 1º do art. 134 da Lei nº 6404/76. **Convocação** – Dispensada a convocação pela imprensa, face ao disposto no § 4º do art. 124, da mesma Lei nº 6404/76. **Composição da Mesa** - Para presidir os trabalhos, foi eleito o Senhor Mauro Knijnik, Secretário de Estado de Desenvolvimento e Promoção do Investimento, representando o acionista controlador, Estado do Rio Grande do Sul, conforme designação publicada no Diário Oficial do Estado, edição do dia 15 de março de 2011, enquanto que, para secretariá-los, foi escolhido o acionista Luiz Diogo Garrastazu. **Publicações** - Os documentos previstos no art. 133 da Lei 6.404/76 foram publicados no Diário Oficial do Estado e no Jornal do Comércio, nas respectivas edições de 19 de fevereiro de 2013, de acordo com o previsto no § 4º do referido artigo de lei, considerando sanada a falta de publicação dos anúncios previstos no caput desse mesmo artigo. **Ordem do Dia da Assembleia Geral Ordinária:** **1** - tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, bem como tomar conhecimento do Parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012; **2** – Apreciar e deliberar sobre a proposta do Conselho de Administração quanto à destinação do lucro do exercício de 2012, apurado depois dos juros sobre o capital próprio, no valor de R\$ 3.292.155,50 (três milhões, duzentos e noventa e dois mil, cento e cinquenta e cinco reais e cinquenta centavos); **3** - homologar o reconhecimento contábil de despesa com juros sobre o capital próprio realizado no exercício de 2012, no montante de R\$ 7.940.000,00 (sete milhões, novecentos e quarenta mil reais), bem como deliberar sobre sua destinação; **4**- Apreciar e deliberar sobre a proposta do Conselho de Administração quanto aos dividendos referentes ao exercício 2012; **5**- eleger os membros do Conselho de Administração; **6**- eleger os membros do Conselho Fiscal e respectivos suplentes **7**- fixar a remuneração dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal; **8** – outros assuntos de interesse da sociedade, vinculados aos itens precedentes. **Deliberações da Assembleia Geral Ordinária:** Por unanimidade

Assembleia Geral Ordinária – AGO e Assembleia Geral Extraordinária – AGE, de 21 de março de 2013

de votos dos acionistas presentes, foram realizadas as seguintes deliberações: **1** – Após exame das documentações pertinentes e dos respectivos pareceres do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e Relatório da Auditoria Independente, foram aprovados o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, pertinentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2012; **2** - A Assembleia aprovou a proposta do Conselho de Administração quanto à destinação do lucro do exercício, apurado após os juros sobre o capital próprio, da seguinte forma: a) Constituição de Reserva Legal em atendimento às disposições legais societárias no valor de R\$ 561.607,78 (quinhentos e sessenta e um mil, seiscentos e sete reais e setenta e oito centavos); b) Constituição de Reservas Especiais de Lucros para futura destinação do lucro remanescente no valor de R\$ 2.730.547,72 (dois milhões, setecentos e trinta mil, quinhentos e quarenta e sete reais e setenta e dois centavos); **3** - A Assembleia homologou o reconhecimento contábil de despesa com juros sobre o capital próprio realizado no exercício de 2012, no valor de R\$ 7.940.000,00 (sete milhões, novecentos e quarenta mil reais) e a decisão quanto ao efetivo pagamento ou utilização desses recursos para capitalização do BADESUL será objeto de posterior deliberação da Assembleia Geral; **4** - A Assembleia aprovou a proposta do Conselho de Administração, com base no disposto no artigo 49 do Estatuto Social do BADESUL, deliberando pela imputação dos juros sobre o capital próprio aos dividendos, satisfazendo tal valor ao pagamento dos dividendos estatutários; **5** – Eleger, para o CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, com mandato de 02 (dois) anos, as seguintes pessoas, as quais declararam preencher as condições previstas nos artigos 146 e 147 da Lei nº 6.404/76. Representando a maioria acionária: **Mauro Knijnik**, brasileiro, viuvo, economista, residente e domiciliado na Rua Cândido Batista de Oliveira, 25, Apto. 301 – Bairro Moinhos de Vento - Porto Alegre/RS, inscrito no CPF/MF sob o número 002231740/68 e portador da carteira de identidade nº 5003409686, expedida pelo SSP/RS; **Enéas Costa de Souza**, brasileiro, divorciado, economista, residente e domiciliado à rua Vinte e Quatro de Outubro, n.º 1000, Apto. 601, Bairro Moinhos de Vento, Porto Alegre (RS), inscrito no CPF/MF sob o número 001503710/04 e portador da carteira de identidade nº 1004192314, expedida pelo SJS/RS; **Marcelo de Carvalho Lopes**, brasileiro, casado, engenheiro, residente e domiciliado na Rua 25 de Julho, 586, Apto. 301 – Bairro Centro – Igrejinha/RS, inscrito no CPF sob o número 592612500/68, carteira de identidade nº 1022583981, expedida pela SSP/RS; **José Antônio Chaves Franco**, brasileiro, casado, engenheiro, residente e domiciliado na Av. Getúlio Vargas, 1271, Apto. 204, Torre 1 – Bairro Menino Deus – Porto Alegre/RS, inscrito no CPF sob o número 002428610/91, carteira de identidade nº 6004840754, expedida pela SJS/RS; **Izilindo Sfredo Stival**, brasileiro, casado, advogado, residente e domiciliado na Rua Batista Andrighetto, n.º 262, Bairro Floresta, Santo Augusto (RS), inscrito no CPF/MF sob o número 013092850/04 e portador da carteira de identidade nº 2012204919, expedida pela SSP/IGP; **Stela Beatriz Farias Lopes**, brasileira, casada, professora, residente e domiciliada na Rua Oceania, n.º 236, Bairro Passo do Feijó, Alvorada (RS), inscrita no CPF/MF sob o número 496699070/04 e portadora da carteira de identidade nº 9030296868, expedida pelo SSP/RS. Representando a minoria acionária: **Joni Jorge Kaercher**, brasileiro, casado, administrador de empresas e advogado, residente e domiciliado na Rua Coronel Bordini, 700, Apto. 702 – Bairro Moinhos de Vento – Porto Alegre/RS, inscrito no CPF sob o número 086870210/20, carteira de identidade nº 4023786959, expedida pela SSP/RS. O acionista controlador, na forma que estabelece o artigo 19 do seu Estatuto Social, indicou para Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração, respectivamente, os conselheiros **Mauro**

Assembleia Geral Ordinária – AGO e Assembleia Geral Extraordinária - AGE, de 21 de março de 2013

Knijnik e Enéas Costa de Souza. A posse dos eleitos ocorrerá após a aprovação dos nomes pelo Banco Central do Brasil. Findo o mandato, os Conselheiros permanecerão nos cargos até a posse dos eleitos pela Assembleia Geral de 2015. **6** – Eleger para o CONSELHO FISCAL, com mandato até a posse dos eleitos pela Assembleia Geral Ordinária de 2014, as seguintes pessoas, as quais declararam preencher as condições previstas no art. 162 da Lei nº 6404/76: a) Representando a maioria acionária: para membros efetivos: **José Benedicto Ledur**, brasileiro, casado, economista, residente e domiciliado na Rua Dom Pedro II, 1080 – Bairro Higienópolis – Porto Alegre (RS), inscrito no CPF/MF sob o n.º 000923200/15 e portador da Carteira de Identidade n.º 8024626502, expedida em 08-09-1998, pela SSP/RS e **Kalil Sehbe Neto**, brasileiro, separado judicialmente, residente e domiciliado na Rua Cel. Aurélio Bitencourt, 219, ap. 502 – Bairro Rio Branco – Porto Alegre (RS), inscrito no CPF/MF. sob o n.º 279063700/82 e portador da Carteira de Identidade n.º 2006721076, expedida em 23-05-1989 e para membros suplentes: **Celso Luft**, brasileiro, casado, contador, residente e domiciliado na Rua Martim Aranha, 100, ap. 202-A1, em Porto Alegre (RS), inscrito no CPF/MF. sob o n.º 437747920/20 e portador da Carteira de Identidade n.º 1020747422, expedida em 23-08-1988, pela SSP/RS; **Jorge Luis Cardoso**, brasileiro, casado, contador, residente e domiciliado na Rua Afonso San Martin, 45, ap. 304, em Porto Alegre (RS), inscrito no CPF/MF. sob o n.º 293725180/34 e portador da Carteira de Identidade n.º 5012893987, expedida em 22-05-1986, pela SSP/RS; b) representando a minoria acionária: para membro efetivo, **Ivar Pavan**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Barão do Amazonas, 159, ap. 701 – Bairro Petrópolis, Porto Alegre (RS), inscrito no CPF/MF. sob o n.º 284153100/72 e portador da Carteira de Identidade n.º 3028899452, expedida em 07-06-2011, pela SSP/RS, expedida em 23-05-1989, pela SSP/RS e para membro suplente: **Lauro Ângelo Cerutti**, brasileiro, casado, contador, residente e domiciliado na Rua Dr. Barcellos, 920, em Porto Alegre (RS), inscrito no CPF/MF. sob o n.º 162667220/20 e portador da Carteira de Identidade n.º 2006858134, expedida em 28-11-1986, pela SSP/RS. A posse dos eleitos ocorrerá após a aprovação de seus nomes pelo Banco Central do Brasil. **7** - Fixar a remuneração mensal do Conselho de Administração, que será equivalente, para cada membro, a 20% (vinte por cento) da que, em média, for atribuída mensalmente a cada Diretor, não computados benefícios, verba de representação, 13ª remuneração e participação nos lucros. **7.1-** Atribuir aos membros da Diretoria, para o próximo período, a seguinte remuneração: **a)** para o Diretor-Presidente: Honorários: R\$ 12.000,00 (doze mil reais) e Verba de Representação: R\$ 12.000,00 (doze mil reais) **b)** para o Vice-Presidente: Honorários: R\$ 11.500,00 (onze mil e quinhentos reais) e Verba de Representação: R\$ 11.500,00 (onze mil e quinhentos reais); **c)** para cada Diretor: Honorários: R\$ 10.000,00 (dez mil reais) e Verba de Representação: R\$ 10.000,00 (dez mil reais), assegurando-se ao Diretor, oriundo do quadro de empregados do BADESUL DESENVOLVIMENTO S.A. – AGÊNCIA DE FOMENTO/RS, optar pela remuneração global que percebia como empregado, acrescida da verba de representação que couber aos demais diretores. **7-2** – Determinar que a remuneração anual compreende 13 (treze) pagamentos, cabendo aos diretores o direito de participarem na distribuição de Participação nos Lucros e Resultados – PLR. **7.3** -Decidir que, em caso de o acionista controlador, no decorrer do exercício, vir a proceder a majorações na remuneração da Diretoria, com observância da legislação estadual pertinente, inclusive retroativamente, as eventuais majorações poderão ser implementadas, cabendo à próxima Assembleia Geral Ordinária ratificá-las. **7-4-** Fixar a remuneração mensal do Conselho Fiscal, que será equivalente, para cada membro em exercício, a 20% (vinte por cento) da

Assembleia Geral Ordinária – AGO e Assembleia Geral Extraordinária – AGE, de 21 de março de 2013

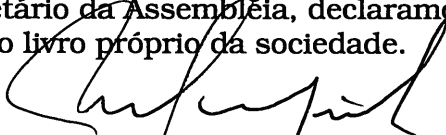
que, em média for atribuída a cada Diretor, não computados benefícios, verba de representação, 13ª remuneração e participação nos lucros - PLR. **7-5** - Os Conselheiros eleitos observarão o disposto no art. 37, incisos XVI e XVII da Constituição Federal e legislação pertinente, atendendo todos os requisitos legais; **8** - Colocada a palavra à disposição de quem dela quisesse fazer uso, ninguém se manifestou e assim esgotada a ordem do dia da Assembleia Geral Ordinária. Ato contínuo tratou-se da **Ordem do Dia da Assembleia Geral Extraordinária: 1-** Alteração do Artigo 16 do Estatuto Social; **2** – Alteração do Artigo 42, letras “f” e “g” do Estatuto Social; **3** – Consolidação do Estatuto Social; **4** - Outros assuntos de interesse da Sociedade. **Deliberações da Assembleia Geral Extraordinária: 1-** Tendo em vista a alteração da redação do Artigo 146 da Lei n.º 6.404, de 15-12-1976, que suprimiu a obrigatoriedade de que os Conselheiros de Administração sejam acionistas da Sociedade, a Assembleia aprovou a proposta do Conselho de Administração de alteração do Artigo 16 do Estatuto Social, que passa a vigor com a seguinte redação: “**Art. 16** O Conselho de Administração será composto de no mínimo 3 (três) e no máximo 8 (oito) membros, eleitos em Assembleia Geral, assegurado aos acionistas minoritários o direito de eleger 1 (um) de seus membros”; **2** – Tendo em vista o que determina a Resolução n.º 3.849/2010 emitida pelo Banco Central do Brasil – BACEN, a Assembleia aprovou a proposta do Conselho de Administração de alterar o Artigo 42 do Estatuto Social, nas letras “f” e “g”, que passa a vigor com a seguinte redação: “ **Art. 42 O BADESUL DESENVOLVIMENTO S.A. - AGÊNCIA DE FOMENTO/RS** em atendimento as determinações do Banco Central do Brasil, institui em sua organização a OUVIDORIA com as seguintes atribuições: **a)** assegurar a estrita observância das normas legais e regulamentares relativas aos direitos do consumidor e de atuar como canal de comunicação entre o **BADESUL DESENVOLVIMENTO S.A. - AGÊNCIA DE FOMENTO/RS** e os clientes e usuários de seus produtos e serviços, inclusive na mediação de conflitos; **b)** garantir o acesso dos clientes e usuários de produtos e serviços ao atendimento da Ouvidoria, por meio de canais ágeis e eficazes, respeitados os requisitos de acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, na forma da legislação vigente; **c)** disponibilizar serviço de discagem direta gratuita 0800 (DDG 0800) para o acesso dos clientes e usuários; **d)** receber, registrar, instruir, analisar e dar tratamento formal e adequado às reclamações dos clientes e usuários de produtos e serviços que não forem solucionadas pelo sistema habitual; **e)** prestar os esclarecimentos necessários e dar ciência aos reclamantes acerca do andamento de suas demandas e das providências adotadas; **f)** informar aos reclamantes o prazo previsto para a resposta final, o qual não pode ultrapassar quinze dias; **g)** encaminhar resposta conclusiva para a demanda dos reclamantes até o prazo de quinze dias; **h)** propor à diretoria e ao conselho de administração medidas corretivas ou de aprimoramento de procedimentos e rotinas, em decorrência das análises das reclamações recebidas; **i)** elaborar e encaminhar à auditoria interna, à diretoria e ao conselho de administração, ao final de cada semestre, relatório quantitativo e qualitativo acerca da atuação da Ouvidoria, de acordo com a legislação vigente. **Parágrafo primeiro:** O Ouvidor será designado e destituído pelo Conselho de Administração, mediante proposta do Diretor-Presidente. **Parágrafo segundo:** O Ouvidor e os integrantes da ouvidoria deverão atender as exigências de capacitação técnica para o desempenho de suas funções, conforme legislação do Banco Central do Brasil. **Parágrafo terceiro:** O prazo de duração do mandato do Ouvidor será de um ano, podendo ser reconduzido na função por igual período, a critério do Diretor-Presidente, com a aprovação do Conselho de Administração”; **3** — Em decorrência das alterações supra o Estatuto Social fica consolidado na forma do documento anexo a esta ata;

Assembleia Geral Ordinária – AGO e Assembleia Geral Extraordinária - AGE , de 21 de março de 2013


4 - Colocada a palavra à disposição de quem dela quisesse fazer uso, ninguém se manifestou e assim esgotada a ordem do dia, foi determinada a lavratura desta Ata na forma de sumário dos fatos ocorridos e a sua publicação com a omissão das assinaturas dos acionistas presentes, tal como facultam os parágrafos 1º e 2º do art. 130 da Lei. 6404/76. Porto Alegre, 21 de março de 2013. **Acionistas Presentes:** Estado do Rio Grande do Sul, representado pelo Senhor Mauro Knijnik, Secretário de Estado de Desenvolvimento e Promoção do Investimento; Enéas Costa de Souza, Marcelo de Carvalho Lopes, José Antônio Chaves Franco, Aloísio Félix da Nóbrega, Joni Jorge Kaercher, Izilindo Sfredo Stival, Stela Beatriz Farias Lopes, Ricardo Englert, e Luiz Diogo Garrastazu. Porto Alegre, 21 de março de 2013.

DECLARAÇÃO:

Como Presidente e Secretário da Assembleia, declaramos que a presente é cópia fiel da ata original lavrada no livro próprio da sociedade.



Secretário Mauro Knijnik,
Presidente da Assembleia.



Luiz Diogo Garrastazu,
Secretário da Assembleia. OAB/RS 8664.




BADESUL DESENVOLVIMENTO S.A.
AGÊNCIA DE FOMENTO/RS


NIRE nº. 43 3 0003872 6
CNPJ nº. 02.885.855/0001-72

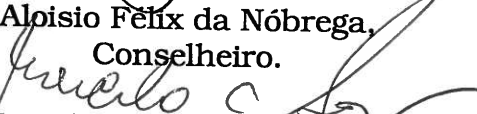
Parecer do Conselho de Administração


O Conselho de Administração do BADESUL DESENVOLVIMENTO S.A. – AGÊNCIA DE FOMENTO/RS, com base no Relatório dos Auditores Independentes – Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S. - e nos esclarecimentos prestados pela Diretoria, aprovou as Demonstrações Financeiras elaboradas em 29/01/2013, compreendendo: Relatório da Administração, Balanços Patrimoniais, Demonstrações de Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido, dos Fluxos de Caixa e as Notas Explicativas referentes ao segundo semestre e exercício de 2012, todas comparativas ao exercício de 2011.

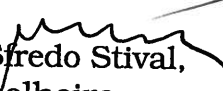
Porto Alegre, 15 de fevereiro de 2013.

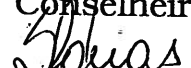

Enéas Costa de Souza,
Vice-Presidente.


Aloisio Félix da Nóbrega,
Conselheiro.


Marcelo de Carvalho Lopes,
Conselheiro


Joni Jorge Kaercher,
Conselheiro

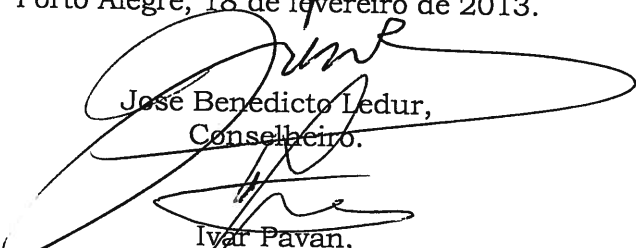

Izilindo Sfredo Stival,
Conselheiro.


Stela Beatriz Farias Lopes,
Conselheira.


BADESUL DESENVOLVIMENTO S.A.**AGÊNCIA DE FOMENTO/RS****CNPJ/MF nº 02.885.855/0001-72****PARECER DO CONSELHO FISCAL**

Os membros do CONSELHO FISCAL do Badesul Desenvolvimento S.A. – Agência de Fomento/RS, no cumprimento de suas atribuições legais e estatutárias, examinaram o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao segundo semestre e exercício de 2012, compreendendo Balanço Patrimonial, Demonstrações de Resultado, das Mutações Patrimoniais, dos Fluxos de Caixa e das Notas Explicativas, todas comparativas ao exercício de 2011. Da análise procedida, bem como do acompanhamento efetuado ao longo do período e das considerações apresentadas pelas áreas técnicas e pela Auditoria Interna e do Relatório dos Auditores Externos, o Conselho Fiscal entende que as demonstrações financeiras refletem, adequadamente, a posição patrimonial e econômico-financeira da Empresa em 31 de dezembro de 2012.

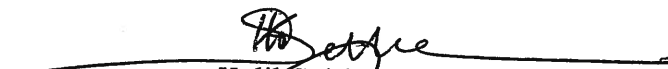
Porto Alegre, 18 de fevereiro de 2013.



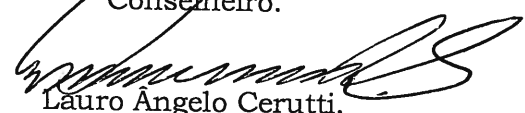
José Benedicto Ledur,
Conselheiro.



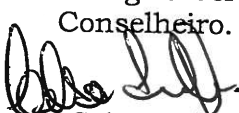
Ivar Pavan,
Conselheiro.



Kalil Sehbe Neto,
Conselheiro.



Lauro Angelo Cerutti,
Conselheiro.



Celso Luft,
Conselheiro.



Jorge Luis Cardoso,
Conselheiro.

**CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL****CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL**

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se em situação regular.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME.....	: ROSANE NUNES
REGISTRO.....	: RS-048702/O-3
CATEGORIA.....	: CONTADOR
CPF.....	: 334.369.670-68

A presente CERTIDÃO não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que posteriormente, venham a ser apurados pelo CRCRS contra o referido registro.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: PORTO ALEGRE, 19.03.2013 as 15:19:24.

Válido até: 18.04.2013.

Código de Controle: 136722.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCRS.

**Companhia Riograndense
de Saneamento
CORSAN**



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN

Companhia Aberta - CNPJ 92.802.784/0001-90
Rua Caldas Júnior, 120 - 18º Andar - Ed. Banrisul - Porto Alegre
www.corsan.com.br



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Atendendo às disposições da legislação societária, normas aplicáveis e estatutárias, submete-se este Relatório da Administração, que demonstra as atividades desenvolvidas pela Companhia no exercício social de 2012, acompanhado dos Pareceres dos Auditores Externos, Conselho Fiscal e da Manifestação do Conselho de Administração para a apreciação dos Senhores Acionistas.

A Companhia Riograndense de Saneamento – CORSAN foi criada em 21 de dezembro de 1965 e instalada oficialmente em 28 de março de 1966 com o objetivo básico de fornecer melhor qualidade de vida e saúde à população com a preservação dos recursos hídricos. Passados 46 anos, a Companhia se mantém fiel ao objetivo traçado, como braço estratégico do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, ao lado da Secretaria de Habitação e Saneamento – SEHABS, executando políticas públicas de saneamento básico.

O marco regulatório do saneamento básico, no Brasil, foi institucionalizado pela Lei nº 11.445/07 e a partir daí, cada vez mais, o Governo do Estado do Rio Grande do Sul através da SEHABS e da CORSAN vem fortalecendo as implantações técnicas de planejamento e gestão corporativa, proporcionando uma série de melhorias e expandindo os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário. No Rio Grande do Sul, a CORSAN mantém contratos de delegação de prestação de serviços em 325 municípios onde atua nos serviços de abastecimento de água. Em relação ao serviço de esgotamento sanitário, a Companhia possui a concessão em 254 municípios.

O resultado do trabalho desenvolvido em conjunto com a Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul – FAMURS, a Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos Delegados do Rio Grande do Sul – AGERGS e o Ministério Público Estadual, vem de forma exitosa renovando os contratos de prestação de serviços com os municípios gaúchos, denominados Contratos de Programa, implementando, com o apoio do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, à gestão associada dos serviços de saneamento básico.

O ano 2012 se configurou como um ano de estabelecimento do projeto do Governo do Estado de fortalecimento da CORSAN. Este cenário possibilitou a Companhia chegar ao número de 28 novos contratos assinados no ano de 2012, totalizando 245 contratos renovados, o que representa 80% do seu faturamento já garantido sob a forma de contrato de programa. Dos municípios que inicialmente demonstraram interesse em privatizar os serviços, apenas dois levaram a decisão a cabo. Os demais renovaram seus contratos. Um fato inédito foi a vitória da Companhia no processo licitatório para a concessão dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário no município de Santa Cruz do Sul. Pela primeira vez em sua história, a Companhia venceu uma licitação em que participaram empresas privadas.

Em 2012, ocorreu a saída litigiosa do município de São Gabriel, que optou pela licitação para prestação de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, resultando na operação por empresa privada. Também neste período, o município de Ivoti encampou o sistema. No entanto, a Companhia também expandiu sua atuação, assumindo os serviços da localidade de Atlântida Sul. Apesar desta mudança que vem gradativamente ocorrendo, a CORSAN, pela logística dos serviços implementados no Estado, é a operadora que apresenta maior relevância no contexto estadual, abrangendo a maioria dos sistemas e possuindo grande capacidade de geração de economia em escala, com variáveis níveis de complexidade de operação pelos diferentes aspectos geográficos das regiões. A política econômica de subsídio cruzado é o que viabiliza o equilíbrio e a manutenção do mercado. Este equilíbrio é necessário para o atendimento universalizado às diferentes comunidades, principalmente aquelas menos desenvolvidas economicamente.

No exercício de 2012, a política de gestão da Companhia realizou uma série de mudanças administrativas, descentralizando os serviços, agilizando os processos e ampliando os canais de comunicação com o usuário. Para nortear este conjunto de melhorias e reposicionar a CORSAN no mercado, a Companhia iniciou em 2012, o Programa de Aprimoramento Institucional, que será realizado ao longo de 2013 pela empresa Deloitte, com a coordenação de um grupo de trabalho de empregados da CORSAN.

Com o objetivo de acelerar o processo de universalização do saneamento no Rio Grande do Sul, em agosto de 2012, seis empresas/consórcios entregaram estudos técnicos atendendo o chamamento público realizado pela CORSAN para que o mercado apontasse alternativas visando a ampliação da capacidade de investimentos da Companhia, no segmento do serviço de esgotamento sanitário, assim como, de prospecção de novos mercados na área de saneamento básico. Os mesmos encontram-se sob análise técnica da CORSAN com uma previsão de definição para junho de 2013.

A CORSAN ocupa a 30ª posição na classificação das 50 maiores estatais por vendas de acordo com a Revista Exame (Edição Especial – Melhores e Maiores – p. 348 – julho 2012). Considerando vários setores de empresas do Rio Grande do Sul, o indicador de rentabilidade está em 21,7%, colocando a Companhia em 2º lugar a nível estadual.

O indicador riqueza/empregado está em 107.769 ficando em 9º lugar no ranking de serviços de empresas nacionais e em 7º tratando-se de empresas de vários setores do Rio Grande do Sul, de acordo com a Revista Exame (Edição Especial – Melhores e Maiores – p. 536 e 568 – Julho 2012).

Neste exercício os serviços de abastecimento de água, prestados pela CORSAN, foram estendidos a 69.479 novas economias beneficiando aproximadamente 185 mil pessoas. O esgotamento sanitário teve um incremento de 10.348 novas economias, beneficiando aproximadamente 27 mil pessoas.

Variáveis Físicas e Financeiras	Unidade	2012	2011	%
Total Economia de água	ECO	2.421.736	2.371.484	2,12
Total Economia de esgoto	ECO	273.481	265.358	3,06
Empregados em Atividade	Pessoas	5.138	5.277	-2,63
Volume Disponibilizado	1.000 m³	502.258	501.129	0,23
Receita Operacional Líquida	R\$ milhares	1.732.370	1.558.910	11,13
Custos dos Serviços	R\$ milhares	1.125.410	905.212	24,33

Obs.: As variações de 2011 para 2012 têm origem principalmente na desvinculação dos sistemas dos municípios de São Gabriel e Ivoti e seus distritos e a assunção de Atlântida Sul.

Repetindo o que já vem acontecendo ao longo dos anos, em 2012 a CORSAN recebeu novamente a certificação de Responsabilidade Social concedida pela Assembleia Legislativa do RS pela apresentação dos resultados relativos ao ano de 2011.

Em 2012, as ações tiveram continuidade nos projetos contratados de 2009 à 2012, além de novos projetos que estão em fase de elaboração e análise para novos processos licitatórios contemplados com recursos provenientes do PAC, e de ações pontuais com recursos próprios.

O volume de recursos aplicado pela Corsan na expansão dos sistemas de água e esgoto, em melhorias operacionais, comerciais e empresariais, em 2012, chegou a marca de R\$ 203 milhões, sendo mais de 58% deste montante dedicados a investimentos em esgotamento sanitário, e o volume total de recursos liquidados pela Companhia no período, incluindo a ação Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura, somam mais de R\$ 1,3 bilhões.

Ainda durante o ano de 2012, a CORSAN garantiu, para os próximos anos do plano plurianual, a contratação do montante de R\$ 464.725.507,78, para obras e projetos de saneamento, via PAC 2, conforme tabela abaixo:

No quadro a seguir é apresentado o demonstrativo financeiro de investimentos realizados em 2012:

PROGRAMA	ORIGEM DE RECURSO		
	PRÓPRIO	TERCEIROS	TOTAIS
Abastecimento de Água	42.760.735,13	30.733.182,42	73.493.917,55
Esgotamento Sanitário	51.848.624,54	67.179.602,30	119.028.226,84
Desenvolvimento Comercial	2.901.661,47	–	2.901.661,47
Desenvolvimento Empresarial	10.673.484,48	–	10.673.484,48
Desenvolvimento Operacional	9.929.777,82	6.347.125,74	16.276.903,56
TOTAIS	118.114.283,44	104.259.910,46	222.374.193,90

O Trabalho Socioambiental é parte integrante do valor do investimento em projetos com recursos de financiamento, é estabelecido contratualmente o percentual mínimo entre 1,0% e 3,0% dos recursos destinados. Atualmente o Programa Socioambiental, através de recursos de financiamento do PAC, atua nos municípios de: Alegrete, Bento Gonçalves, Cachoeira do Sul, Canela, Gramado, Glorinha, Ijuí, Passo Fundo e Santa Rosa.

Na gestão do capital humano, foi consolidada uma política de recursos humanos que contemplou a contratação de novos funcionários, desenvolvimento funcional, crescimento na carreira e desligamento voluntário. Em 2012, a Corsan passou a dar oportunidade a jovens que cumprem medida sócio educativa dentro das políticas de inclusão social do Governo do Estado. Para isso, a Companhia firmou Termo de Cooperação com o Estado do Rio Grande do Sul através da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos, com a Fundação de Atendimento Sócio-Educativo do RS (FASE) e Centro de Integração Empresa Escola (CIEE), dando oportunidade de qualificação profissional a mais de 160 jovens a cada ano.

O corpo de Gestores da Companhia Riograndense de Saneamento – CORSAN agradece aos Acionistas, ao Governo do Estado, à Secretaria de Habitação e Saneamento – SEHABS, aos Clientes dos Sistemas de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário, aos Empregados, aos Órgãos Reguladores e Fiscalizadores, aos Fornecedores e Instituições Financeiras, pela excelência nos relacionamentos e nos êxitos obtidos no exercício findo.

Porto Alegre, 31 de dezembro de 2012.
A Administração da CORSAN

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO			
	Nota	2012	2011
ATIVO			
CIRCULANTE		396.836	402.010
Caixa e equivalentes de caixa	5	27.168	76.665
Aplicações financeiras	5	25.085	16.923
Contas a receber de clientes	6	213.844	213.461
Estoques	7	41.079	34.431
Depósitos judiciais	20	64.529	46.844
Impostos a recuperar		12.889	–
Outros créditos	9	12.242	13.686
NÃO CIRCULANTE		2.510.689	2.278.851
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		639.621	640.807
Contas a receber de clientes	6	5.142	9.227
Depósitos judiciais	20	75.050	109.525
Aplicações no caixa único do estado		458	176
Ativos financeiros – contratos de concessão	10	411.681	393.852
Créditos fiscais diferidos	8	137.345	120.212
Depósitos em garantia	15	2.753	–
Outros créditos	9	7.192	7.815
INVESTIMENTOS		911	811
IMOBILIZADO	11	83.180	84.064
INTANGÍVEL	12	1.786.977	1.553.169
TOTAL ATIVO		2.907.525	2.680.861

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Nota	2012	2011
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
CIRCULANTE		480.593	435.237
Empréstimos e financiamentos	14	90.000	85.876
Debêntures	15	45	–
Fornecedores	16	95.549	94.125
Impostos e contribuições		43.763	33.204
Impostos e contribuições – parcelamentos	17	402	1.170
Dívidas com Fundação CORSAN	22.b	21.607	19.629
Ordenados, férias e encargos a pagar		47.235	42.361
Provisões para riscos trabalhistas	20	83.285	48.849
Participação nos resultados		25.321	26.758
Dividendos e juros sobre o capital próprio		62.912	74.679
Outros débitos	18	10.474	8.586
NÃO CIRCULANTE		1.179.076	1.151.397
Empréstimos e financiamentos	14	305.516	311.578
Debêntures	15	16.102	–
Fornecedores	16	5.614	13.342
Impostos e contribuições – parcelamentos	17	–	390
Dívidas com Fundação CORSAN	22.b	129.251	131.399
Contratos de repasse	19	3.248	–
Provisão para riscos fiscais cíveis e trabalhistas	20	173.862	214.971
Provisão para benefício pós-emprego	21	534.756	467.649
Débitos fiscais diferidos	8	10.727	12.068
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.213.772	1.079.048
Capital social		657.351	657.351
Reservas de capital		17.148	17.148
Reservas de lucros		450.314	313.288
Outros resultados abrangentes		88.959	91.261
Adiantamento para futuro aumento de capital		34.084	15.179
PATRIMÔNIO LÍQUIDO E ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL	22	1.247.856	1.094.227
TOTAL PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.907.525	2.680.861

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Valores expressos em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota	2012	2011
RECEITA DE VENDA DE BENS E SERVIÇOS	24	1.732.370	1.558.910
Custos das vendas, serviços e de construção	25	(1.125.410)	(905.212)
LUCRO BRUTO		606.960	653.698
Despesas comerciais	25	(40.420)	(56.018)
Despesas administrativas	25	(317.678)	(270.425)
Outras receitas operacionais		7.429	2.413
Outras despesas operacionais		(11.359)	(5.793)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	26	2.619	4.938
Receitas financeiras		62.123	74.901
Despesas financeiras		(59.504)	(69.963)
LUCRO ANTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E DO IMPOSTO DE RENDA	8.a	247.551	328.813
Contribuição social		(23.097)	(28.208)
Imposto de renda		(59.121)	(54.920)
Contribuição social diferida		4.859	1.968
Imposto de renda diferido		12.274	(16.373)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		182.466	231.280
LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO		0,34336	0,43521

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN

Companhia Aberta - CNPJ 92.802.784/0001-90
Rua Caldas Júnior, 120 - 18º Andar - Ed. Banrisul - Porto Alegre
www.corsan.com.br


DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 e 2011
 (Valores expressos em milhares de reais)

	2012	2011
Receitas	1.900.298	1.689.883
Vendas de mercadorias e serviços	1.649.440	1.522.934
Receitas de construção	239.939	179.628
Provisão para devedores duvidosos – reversão/constituição	10.984	(12.569)
Outras receitas	(65)	(110)
Insumos adquiridos de terceiros	(674.577)	(575.690)
Custos dos serviços	(587.812)	(478.784)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(115.387)	(98.140)
Outros	28.622	1.234
Valor adicionado bruto	1.225.721	1.114.193
Depreciação e amortização	62.844	64.804
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	1.162.877	1.049.389
Valor adicionado recebido em transferência	69.552	77.319
Receitas financeiras	62.123	74.901
Doações e subvenções	7.429	2.418
Valor adicionado total a distribuir	1.232.429	1.126.708
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal e encargos	662.823	490.356
Remuneração	378.112	370.266
FGTS	21.259	20.548
Benefícios	141.562	89.496
Fundo de previdência	121.890	10.046
Impostos, taxas e contribuições	306.020	315.944
Federal	294.842	310.479
Estadual	7.394	4.374
Municipal	3.784	1.091
Remuneração de capitais de terceiros	81.120	89.128
Despesas financeiras	59.504	69.963
Aluguéis	21.616	19.165
Remuneração de capitais próprios	182.466	231.280
Juros sobre o capital próprio	47.742	38.886
Dividendos propostos	–	16.493
Lucros retidos	134.724	175.901
Total do valor adicionado distribuído	1.232.429	1.126.708

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 e 2011
 (Valores expressos em milhares de reais)

	2012	2011
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	182.466	231.280
Outros resultado abrangentes	–	–
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	182.466	231.280

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 e 2011
 (Valores expressos em milhares de reais)

	2012	2011
Fluxo de caixa das atividades operacionais:		
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	247.551	328.813
Ajustes para reconciliação:		
Depreciação e amortização	62.844	64.804
Baixa de imobilizado e intangível	65	1.658
Provisão para devedores duvidosos	(10.984)	12.569
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	(12.980)	36.811
Provisão para benefício pós-emprego	67.107	(24.624)
Juros e variações monetárias	57.350	42.373
Ajuste a valor presente sobre ativos financeiros	(18.166)	(25.298)
Margem na construção de obras – contratos de concessão	(10.134)	(7.022)
Imposto de renda e contribuição social – pagos	(82.218)	(83.128)
Provisão para tributos diferidos	–	4.236
Lucro líquido ajustado	300.435	351.192
Variações nos ativos e passivos		
Variações nos ativos:		
Redução (aumento) de contas a receber de clientes	14.686	(48.017)
Aumento (redução) de estoques	(1.877)	3.373
Redução (aumento) de depósitos judiciais	16.790	(29.467)
(Aumento) redução de rendimentos SIAC	(282)	7.843
Aumento de depósitos em garantia	(2.753)	–
Redução (aumento) de outros créditos	(10.485)	8.888
Variações nos passivos:		
(Redução) de fornecedores	(7.980)	(35.414)
Aumento de impostos e contribuições	10.559	6.855
(Redução) de impostos e contribuições – parcelamentos	(1.158)	(1.151)
(Redução) de dívidas com Fundação CORSAN	(15.979)	(25.810)
Aumento de férias e encargos a pagar	4.874	132
(Redução) aumento de participação nos resultados	(1.437)	6.672
Aumento (redução) de outros débitos	547	11.493
Caixa líquido das atividades operacionais	305.940	256.589
Fluxo de caixa das atividades de investimento:		
Aplicações financeiras	(8.163)	6.213
Aquisição de bens do ativo imobilizado	(12.262)	(8.785)
Custos de construção – contratos de concessão	(229.805)	(172.606)
Outras aquisições intangível	(48.403)	18.745
Outros investimentos	(100)	–
Caixa líquido das atividades de investimento	(298.733)	(156.433)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:		
Empréstimos e financiamentos – captação	70.767	43.337
Empréstimos e financiamentos – pagamento	(106.262)	(112.140)
Contratos de repasse – Governo Federal	–	46.887
Contratos de repasse – Governo Estadual	3.248	–
Debêntures – captação	16.147	–
Adiantamento para futuro aumento de capital	18.905	–
Dividendos/Juros sobre o capital próprio – pagamento	(59.509)	(34.971)
Caixa líquido das atividades de financiamento	(56.704)	(56.887)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(49.497)	43.269
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	27.168	76.665
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	76.665	33.396
Variação de caixa e equivalentes de caixa	(49.497)	43.269

Itens que não afetam caixa (Nota 2.1)
Aumento de capital com créditos

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
 (Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Capital social	Auxílio para obras	Doações e subvenções para investimentos	Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Reserva de retenção de lucros	Outros resultados abrangentes	Lucros/prejuízos acumulados	Total patrimônio líquido	Adiantamento para futuro aumento de capital	Patrimônio líquido e adiantamento para futuro aumento de capital
Saldos em 31 de dezembro de 2010		503.842	9.262	7.886	28.477	78	124.844	75.249	–	749.638	–	749.638
Integralização de capital		153.509	–	–	–	–	–	–	–	153.509	–	153.509
Adiantamento para futuro aumento de capital		–	–	–	–	–	–	–	–	–	15.179	15.179
Realização da reserva de reavaliação		–	–	–	–	–	–	16.012	(16.012)	–	–	–
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	–	–	–	231.280	231.280	–	231.280
Destinações propostas à Assembleia Geral Ordinária:												
Juros sobre o capital próprio		–	–	–	–	–	–	–	(38.886)	(38.886)	–	(38.886)
Dividendos		–	–	–	–	–	–	–	(16.493)	(16.493)	–	(16.493)
Constituição de reservas		–	–	–	11.564	31	148.294	–	(159.889)	–	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2011		657.351	9.262	7.886	40.041	109	273.138	91.261	–	1.079.048	15.179	1.094.227
Adiantamento para futuro aumento de capital		–	–	–	–	–	–	–	–	–	18.905	18.905
Realização da reserva de reavaliação	22.c	–	–	–	–	–	–	(2.302)	2.302	–	–	–
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	–	–	–	182.466	182.466	–	182.466
Destinações propostas à Assembleia Geral Ordinária:												
Juros sobre o capital próprio	22.d	–	–	–	–	–	–	–	(47.742)	(47.742)	–	(47.742)
Constituição de reservas	22.e	–	–	–	9.123	1	127.902	–	(137.026)	–	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2012		657.351	9.262	7.886	49.164	110	401.040	88.959	–	1.213.772	34.084	1.247.856

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
 (Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)
1. INFORMAÇÕES SOBRE A COMPANHIA

A Companhia Riograndense de Saneamento – CORSAN é uma sociedade de economia mista e de capital aberto, regida pela Lei das Sociedades Por Ações, constituída com base na Lei nº 5.167, de 21 de dezembro de 1965, regulamentada pelo Decreto nº 17.788, de 04 de fevereiro de 1966, e alterada pela Lei nº 13.435, de 05 de abril de 2010. A Companhia passou a operar de forma efetiva, a partir de 28 de março de 1966.

O acionista controlador da CORSAN é o Estado do Rio Grande do Sul, que detém 99,99% do seu capital social, estando a Companhia vinculada à Secretaria Estadual de Habitação e Saneamento.

O objeto da Companhia é o de realizar a construção, a operação, a exploração mercantil e a ampliação de instalações concernentes aos serviços públicos de fornecimento de água potável e coleta de esgotos sanitários; a realização de estudos, pesquisas e projetos no intuito do constante desenvolvimento de suas atividades operacionais; bem como o exercício de outras atividades afins e correlatas permitidas por lei, concernentes à atividade de prestação de serviços de saneamento básico e participação em outras sociedades.

Atua complementarmente às atividades dos Municípios sob regime de concessão pública, oferecendo neste contexto um serviço público essencial e de interesse local. É neste ambiente operacional, através de processos licitatórios, que a Companhia conquista e atua em seus diferentes mercados das regiões do Rio Grande do Sul.

A Lei nº 11.445 de 05 de janeiro de 2007 estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico e desta forma os serviços públicos são prestados com base nos princípios fundamentais da universalização do acesso, integralidade, e maximização da eficiência das ações e dos resultados. Assim, a CORSAN realiza suas atividades de forma adequada à saúde pública e à proteção do meio ambiente, respeitando a vida e os patrimônios público e privado. Por prestar serviço público essencial, está articulada com as políticas de desenvolvimento urbano e regional, de habitação, de proteção ambiental, de promoção da saúde e outras de relevante interesse social voltadas para a melhoria da qualidade de vida, para as quais o saneamento básico seja fator determinante. Visa a

sustentabilidade econômica e a integração das infraestruturas e serviços com a gestão eficiente dos recursos hídricos.

Atua em 320 municípios do Rio Grande do Sul com sistemas de abastecimento de água e concomitantemente, em 41 municípios com sistemas de coleta e tratamento de esgoto. Em 245 municípios as operações decorrem de Contratos de Programa, conforme regulamentado na Lei 11.445/07. Em 31 de dezembro de 2012, há 26 contratos cujos prazos de concessão expiraram, estando todos em fase de negociação para renovação dos serviços concedidos, mediante Contratos de Programa.

2. POLÍTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), e de acordo com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros ("IFRS"), emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB").

A autorização para conclusão destas Demonstrações Financeiras ocorreu na reunião de diretoria de 12 de março de 2013.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico.

Para efeitos de comparabilidade com o exercício de 2012 alguns dados divulgados em 2011 foram reclassificados, sem alterar, no entanto, os resultados finais.

A Companhia aprimorou seus controles quanto à classificação e segregação entre curto e longo prazo dos seus ativos e passivos, conforme sua natureza e expectativa de realização. Desta forma, o saldo de 31 de dezembro de 2011 apresentou as seguintes reclassificações: I) contas a receber de clientes (R\$9.227), II) depósito judicial (R\$46.844), III) fornecedores (R\$6.638) e IV) provisão para riscos trabalhistas (R\$48.849).



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN

Companhia Aberta - CNPJ 92.802.784/0001-90
Rua Caldas Júnior, 120 - 18º Andar - Ed. Banrisul - Porto Alegre
www.corsan.com.br



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2.1) Caixa e equivalentes de caixa

São compostos pelo caixa, depósitos bancários e investimentos de curtíssimo prazo e alta liquidez, utilizados para cumprimento das obrigações de curto prazo da Companhia, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalente de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

2.2) Contas a receber de clientes

Inclui os serviços medidos e faturados, ainda não recebidos, e as receitas decorrentes do abastecimento de água e da coleta de esgoto, ainda não faturadas, contabilizadas por estimativa pelo regime de competência, conforme o consumo estimado entre a data da última leitura e o final de cada mês, tendo por base o consumo médio histórico de cada cliente.

2.3) Ativos financeiros – contratos de concessão

A Companhia reconhece um crédito a receber do poder concedente (municípios) quando possui direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a título de indenização pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços relacionados à concessão. Estes ativos financeiros estão registrados pelo valor presente do direito e são calculados com base no valor líquido dos ativos construídos pertencentes à infraestrutura que serão indenizados pelo poder concedente, descontados com base na taxa do custo médio ponderado do capital da Companhia. Estas contas a receber, são classificadas no ativo não circulante, considerando a expectativa de recebimento destes valores, tendo como base a data de encerramento das concessões.

2.4) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

É calculada com base em critério técnico, segundo avaliação das contas a receber de usuários do serviço de água e esgoto, e a experiência que a Companhia tem sobre o nível de perdas no passado. O valor provisionado é considerado suficiente para a expectativa de perdas na realização dos créditos.

2.5) Estoques

Os materiais em almoxarifado são destinados ao consumo e à manutenção de sistemas de água e esgoto e encontram-se classificados no ativo circulante. A avaliação é realizada pelo custo médio de aquisição, e não excede o custo de realização. Provisão para perdas é registrada com base na expectativa de perda por avarias ou obsolescência.

2.6) Investimentos

Os investimentos estão demonstrados pelo custo de aquisição deduzido de provisão para desvalorização, quando aplicável.

2.7) Imobilizado

O ativo imobilizado da Companhia está composto, substancialmente, por terrenos, prédios, veículos, sistemas de esgotos próprios e ligados a atividade industrial privada e outros bens que não estão vinculados à concessão pública. Os bens classificados no ativo imobilizado estão registrados pelo custo de aquisição ou construção. Quando uma manutenção relevante for feita, o seu custo será reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos. A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, como segue:

• Edifícios.....	25 anos
• Máquinas.....	10 anos
• Veículos.....	5 anos
• Demais bens móveis.....	10 anos

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no período em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos periodicamente, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. Custos de empréstimos diretamente relacionados a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo. A Companhia revisa a vida útil-econômica desses ativos anualmente. Em 31 de dezembro de 2012, revisou e concluiu que não existem ajustes ou mudanças relevantes a serem reconhecidos.

2.8) Ativos intangíveis

Concessões
A Companhia possui contratos de concessão pública de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário. Os contratos de concessão são firmados com os municípios, sendo os contratos similares em termos de direitos e obrigações do concessionário e do poder concedente. A Companhia reconhece como um ativo intangível o direito de cobrar dos usuários pelos serviços prestados de abastecimento de água e esgotamento sanitário em linha com a interpretação ICPC 01 Contratos de Concessão. Os contratos de concessão representam um direito de cobrar os usuários dos serviços públicos, via tarifação controlada pela Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do RS – AGERGS, pelo período de tempo estabelecido nos contratos de concessão. A Companhia reconhece como um ativo intangível esse direito de cobrar dos usuários durante o período de concessão. O ativo intangível é determinado como sendo o valor residual da receita de construção auferida para a construção ou aquisição da infraestrutura realizada pela Companhia, reconhecidos conforme nota 2.13, e o valor do ativo financeiro – trazido a valor presente – referente ao direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a título de indenização, acrescido de correção monetária, quando aplicável nos termos do IAS 29. O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Companhia. A amortização é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens ou prazo de concessão, como segue:

	Vida útil do intangível	Prazo médio de concessão
Sistemas de água.....	60 anos	25 anos
Sistemas de esgoto.....	60 anos	25 anos
Bens de uso geral.....	10 anos	25 anos

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, ou o prazo final da concessão, o que ocorrer primeiro. O padrão de consumo dos ativos tem relação com sua vida útil econômica nas quais os ativos construídos pela Companhia integram a base de cálculo para mensuração da tarifa de prestação dos serviços de concessão. A amortização do ativo intangível é cessada quando o ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado ou deixando de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de concessão, o que ocorrer primeiro. A Companhia possui, em 31 de dezembro de 2012, R\$ 411.681 como contas a receber do poder concedente (municípios), referentes ao montante esperado de ressarcimento do valor residual da infraestrutura ao final das concessões (R\$393.852 em 31 de dezembro de 2011). Estes valores foram ajustados aos respectivos valores presentes no reconhecimento inicial, tendo sido descontados pelo custo médio ponderado de capital. Os valores dos ativos intangíveis foram reconhecidos pela diferença entre o valor justo dos ativos construídos ou adquiridos para fins de prestação dos serviços de concessão e o valor contábil dos ativos financeiros reconhecidos. A Companhia não possui nenhum contrato de concessão oneroso.

2.9) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são classificados como ativos e passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda, empréstimos e financiamentos ou instrumentos derivativos. A Companhia determina a classificação de seus instrumentos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ela se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Os principais ativos financeiros em 31 de dezembro de 2012 e 2011 reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e contas a receber de clientes. Esses ativos foram classificados nas categorias de ativos financeiros a valor justo por meio de resultado e/ou empréstimos e recebíveis. Os principais passivos financeiros são: contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos. A Companhia não realizou durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, operações com instrumentos derivativos.

Reconhecimento inicial e mensuração

Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, quando tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente dos instrumentos financeiros ocorre a cada data do balanço de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias de ativos e passivos financeiros: ativo financeiro ou passivo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis, empréstimos e financiamentos, ativos financeiros e disponíveis para venda.

Instrumentos financeiros a valor justo por meio do resultado

Instrumentos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos e passivos financeiros mantidos para negociação ou aqueles designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Os instrumentos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou "prêmio" na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas, no resultado, como despesa financeira ou despesa comercial, conforme a natureza do ativo financeiro ao qual a perda se relaciona.

Empréstimos e financiamentos

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

2.10) Provisões

Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que recursos econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Provisões são constituídas para todos os litígios referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar o litígio/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas periodicamente para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Provisão para crédito de liquidação duvidosa

A provisão para crédito de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos.

2.11) Benefícios pós-emprego concedidos aos empregados

A Companhia é patrocinadora da Fundação CORSAN, Entidade Fechada de Previdência Complementar, cuja principal finalidade é a de manter planos de suplementação de aposentadorias, pensões e demais prestações asseguradas pela previdência oficial aos participantes. O plano de benefícios da Fundação é do tipo "benefício definido" e a avaliação é procedida por atuário independente. De acordo com os critérios estabelecidos pela Deliberação CVM nº 600 de 2009, a Companhia reconheceu no passivo não circulante os efeitos das obrigações com o plano de benefícios, pelo regime de competência. Ganhos e perdas atuariais são reconhecidos como receita ou despesa quando os ganhos ou perdas atuariais acumulados líquidos não reconhecidos para cada plano no final do período-base anterior ultrapassarem 10% da obrigação por benefícios definidos ou o valor justo dos ativos do plano naquela data, dos dois o maior. Esses ganhos ou perdas são reconhecidos ao longo do tempo de serviço médio de trabalho remanescente esperado dos funcionários que participam dos planos. A partir de 1º de janeiro de 2013, ganhos e perdas atuariais passarão a ser reconhecidos em "outros resultados abrangentes" no patrimônio líquido, como comentado na Nota 4. Os custos de serviços passados são reconhecidos como despesa, de forma linear, ao longo do período médio até que o direito aos benefícios seja adquirido. Se o direito aos benefícios já tiver sido adquirido, custos de serviços passados são reconhecidos imediatamente após a introdução ou mudanças de um plano de aposentadoria. O ativo ou passivo de planos de benefício definido a ser reconhecido nas demonstrações financeiras corresponde ao valor presente da obrigação pelo benefício definido (utilizando uma taxa de desconto com base em títulos de longo prazo do Governo Federal), menos custos de serviços passados ainda não reconhecidos e menos o valor justo dos ativos do plano que serão usados para liquidar as obrigações. Os ativos do plano são ativos mantidos pela Fundação Corsan.

2.12) Impostos

Imposto de renda e contribuição social corrente

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor conforme normas estabelecidas para as empresas que tem como base de apuração o lucro real. Os tributos são contabilizados pelo regime de competência e as alíquotas utilizadas são de 15%, mais adicional de 10% para o imposto de renda e 9% para contribuição social. Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados. O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados. Impostos diferidos ativos e passivos são reconhecidos no ativo e passivo não circulante e mensurados pela taxa de imposto que se espera ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido. Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

Impostos sobre serviços

As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

	Alíquotas
COFINS – Contribuição para Financiamento da Seguridade Social	7,60%
PASEP – Programa de Formação do Patrimônio do Servido Público	1,65%
ISS – Imposto sobre serviços	2% a 5%

Os serviços são apresentados na demonstração de resultados pelos seus valores líquidos dos respectivos impostos (receita líquida de serviços).

2.13) Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber principalmente pela comercialização de produtos e prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN

Companhia Aberta - CNPJ 92.802.784/0001-90
Rua Caldas Júnior, 120 - 18º Andar - Ed. Banrisul - Porto Alegre
www.corsan.com.br



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

(I) Prestação de serviços

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do período. As receitas de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário e de serviços de irrigação não faturadas são contabilizadas na data da prestação do serviço, como contas a receber de clientes a faturar, com base em estimativas mensais, de forma que as receitas se contrapõem aos custos em sua correta competência.

(II) Contratos de construção

Um grupo de contratos de construção é tratado como um contrato de construção único quando: i) o grupo de contratos foi negociado como um pacote único; ii) os contratos estiverem tão diretamente interrelacionados que sejam, com efeito, parte do projeto único com margem de lucro global, e; os contratos são executados simultaneamente ou em sequência contínua. A receita proveniente dos contratos de prestação de serviços de construção é reconhecida de acordo com o CPC 17 Contratos de Construção, segundo o método de porcentagem de conclusão (POC). O percentual concluído é definido conforme estágio de execução com base no cronograma físico – financeiro de cada contrato. Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado, como custo dos serviços prestados, quando incorridos. Todos os custos diretamente atribuíveis aos contratos são considerados para mensuração da receita, que segue o método de custo mais margem. A receita é reconhecida tomando-se como base as margens anuais contratadas, ou estimadas (4% em 2012 e 2011). A Companhia revisa anualmente suas margens. Em 31 de dezembro de 2012 não foram identificadas alterações relevantes. Quando o encerramento de um contrato de construção não puder ser estimado de forma confiável, a receita é reconhecida de forma limitada aos custos incorridos que serão recuperados.

(III) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa de juros efetiva. Quando uma perda do valor recuperável é identificada em relação a uma aplicação financeira ou uma conta a receber, a Companhia reduz o valor contábil ao seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa de juros efetiva original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados ao ativo, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa de juros efetiva utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original da aplicação financeira ou das contas a receber.

2.14) Dividendos e Juros sobre o capital próprio

O valor dos juros sobre o capital próprio é registrado como despesa financeira e para fins de divulgação e adequação às práticas contábeis, a despesa referente aos respectivos juros é revertida da Demonstração do Resultado na linha de despesas financeiras para a conta de lucros ou prejuízos acumulados na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido. A Companhia imputou o valor líquido dos juros creditados a título de remuneração do capital próprio aos dividendos obrigatórios propostos calculados na forma da lei.

2.15) Demonstrações dos fluxos de caixa e valor adicionado

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e refletem as modificações no caixa que ocorreram nos exercícios apresentados, de acordo com a deliberação CVM nº 641 de 07 de outubro de 2010, que aprovou o pronunciamento técnico CPC 03(R2) (IAS7) – demonstração dos fluxos de caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Os termos utilizados na demonstração dos fluxos de caixa são os seguintes:

- Atividades operacionais: referem-se às principais transações da Companhia e outras atividades que não são de investimento e de financiamento;
- Atividades de investimento: referem-se às adições e baixas dos ativos não circulantes e outros investimentos não incluídos no caixa e equivalentes de caixa;
- Atividades de financiamento: referem-se às atividades que resultam em mudanças na composição do patrimônio e empréstimos e financiamentos.

A demonstração do valor adicionado (DVA) é apresentada de forma suplementar em atendimento à legislação societária brasileira e foi preparada de acordo com a deliberação CVM nº 557 de 12 de novembro de 2008, que aprovou o pronunciamento técnico CPC09 – demonstração do valor adicionado. Sua finalidade é evidenciar a riqueza criada pela Companhia durante o período, bem como demonstrar sua distribuição entre os diversos agentes (stakeholders).

2.16) Ajustes a valor presente

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às informações trimestrais tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita. Em 31 de dezembro de 2012 os ativos financeiros relacionados à concessão de serviços públicos, o contas a receber de longo prazo e o contas a pagar de longo prazo, foram ajustados a seu valor presente.

2.17) Conversão de moeda estrangeira

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado.

2.18) Lucro líquido por ação

O cálculo básico de lucro por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais, pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o período conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33). Não há instrumentos ou acordos para a emissão de ações ordinárias e consequentemente não há evento que possa diluir os dividendos atribuíveis às ações da Companhia, desta forma, o dividendo básico e o diluído são de idêntico valor.

2.19) Programa de participação nos resultados – PPR

No exercício são registradas provisões para reconhecer a despesa referente à participação dos empregados nos resultados. Estes valores são calculados com base em indicadores e metas definidas pela Administração e apropriadas em contas específicas nos grupos de custos dos serviços, despesas comerciais e despesas administrativas.

2.20) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para o segmento em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes. Nas datas dos balanços não foram identificados fatores que indicassem a necessidade de constituição de provisão para o valor recuperável de ativos.

2.21) Custo de Empréstimo

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição ou construção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos com empréstimo são registrados como despesa no período em que ocorrerem. Custos de empréstimos compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos aos empréstimos. Conforme permitido pelo ICPC 01, a Companhia capitaliza os custos dos empréstimos referentes aos ativos intangíveis relacionados aos serviços de construção relacionados aos contratos de concessão de serviços públicos.

3. JULGAMENTOS, ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo relacionado em períodos futuros.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são apresentadas a seguir.

Perda por Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos dez anos e não incluem investimentos futuros significativos que melhorem a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia. Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados e para as diferenças temporárias na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Valor Justo de Instrumentos Financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Benefícios de Aposentadoria

O custo de planos de aposentadoria com benefícios definidos e de outros benefícios de assistência médica pós-emprego e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas periodicamente. A taxa de mortalidade se baseia em tábuas de mortalidade disponíveis no país. Aumentos futuros de salários e de benefícios de aposentadoria e de pensão se baseiam nas taxas de inflação futuras esperadas para o país. As premissas utilizadas estão descritas na nota 21.

Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas ou exposições adicionais identificadas como base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

4. MUDANÇAS NAS POLÍTICAS CONTÁBEIS

Abaixo destacamos as normas já emitidas e que entraram em vigor neste exercício, as quais não causaram impacto às demonstrações financeiras da companhia:

- IAS 12 Imposto de Renda – Recuperação dos Ativos Subjacentes. Esta emenda esclareceu a determinação de imposto diferido sobre as propriedades de investimento mensurado pelo valor justo.

A seguir destacamos as normas já emitidas e que não entraram em vigor na data da elaboração destas demonstrações financeiras. Na avaliação da administração tais normas não causarão impacto às demonstrações financeiras da companhia:

- IAS 1 Apresentação das Demonstrações Financeiras – Apresentação de itens de Outros Resultados Abrangentes.
- IAS 27 Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais (revisado em 2011) – Esta emenda entra em vigor para os períodos anuais iniciando em ou após 1º de janeiro de 2013.
- IAS 28 Contabilização de Investimentos em Associadas e Joint Ventures (revisado em 2011) – Esta emenda entra em vigor para os períodos anuais iniciando em ou após 1º de janeiro de 2013.
- IAS 32 Clarifica as compensação de ativos e passivos, sendo sua vigência a partir de 1º de janeiro de 2014, a Companhia não espera efeitos relevantes às suas demonstrações financeiras.
- IFRS 7 Divulgações de instrumentos financeiros — Compensação de Ativos Financeiros e Passivos Financeiros – Aumento nas Divulgações Relacionadas a Baixas. Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de julho de 2011, e, no Brasil, somente após a aprovação do CPC.
- IFRS 9 Instrumentos Financeiros: Classificação e Mensuração – O IFRS 9 na forma como foi emitido reflete a primeira fase do trabalho do IASB na substituição do IAS 39 e refere-se à classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros conforme estabelece o IAS 39. A norma entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de janeiro de 2015.
- IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas. Esta emenda entra em vigor para os períodos anuais iniciando em ou após 1º de janeiro de 2013
- IFRS 11 – Empreendimentos Conjuntos – Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de janeiro de 2013.
- IFRS 12 – Esclarece e requer divulgações específicas relativas a investimentos em outras empresas.
- IFRS 13 – Divulgação da participação em outras entidades – Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de janeiro de 2013.
- A seguir destacamos a norma já emitida e que não entrou em vigor na data da elaboração destas demonstrações financeiras. Na avaliação da administração tais normas causarão impacto às demonstrações financeiras da companhia quando da sua adoção:
- IAS 19 Benefícios aos Empregados (Emenda) - Em 16 de junho de 2011, foi editado pelo IASB revisão da IAS 19 – Benefícios a Empregados, a ser aplicada obrigatoriamente a partir de 1º de janeiro de 2013. Essa norma revisada trouxe alterações que causarão impacto à Companhia, sendo que a principal alteração será a remoção do mecanismo do corredor. Esta norma revisada foi aprovada pelo CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis) e pela Deliberação CVM nº 695/2012, onde, a partir de 1º de janeiro de 2013, os eventuais ativos ou passivos (decorrentes de ganhos ou perdas atuariais) passarão a ser reconhecidos nas demonstrações financeiras tendo como contrapartida a conta de outros resultados abrangentes no Patrimônio Líquido. A Companhia estimou atuarialmente a perda não reconhecida em 31 de dezembro de 2012 em R\$ 813.578, como demonstrado na nota 21.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2012	31/12/2011
Depósitos bancários	25.216	56.386
Aplicação de liquidez imediata	1.952	20.279
	27.168	76.665

As aplicações financeiras classificadas como equivalentes de caixa são de curto prazo, de alta liquidez, e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Aplicações financeiras

As aplicações financeiras totalizam R\$ 25.085 em 31 de dezembro de 2012 (R\$16.923 em 31 de dezembro de 2011) e referem-se, substancialmente, a certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa, remuneradas a taxas que variam entre 100% a 104% (100% a 104% em 31 de dezembro de 2011) do CDI, com liquidez diária.



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN

Companhia Aberta - CNPJ 92.802.784/0001-90
Rua Caldas Júnior, 120 - 18º Andar - Ed. Banrisul - Porto Alegre
www.corsan.com.br



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	2012	2011
Contas a receber vindendas		
Particular	120.320	113.024
Pública	4.614	4.181
Contas a receber vencidas		
Particular	47.173	47.064
Pública	33.532	56.005
Receitas a faturar	49.173	49.224
Total de contas a receber	254.812	269.498
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(35.826)	(46.810)
	218.986	222.688
Circulante	213.844	213.461
Não circulante	5.142	9.227

Os valores de contas a receber vencidos estão compostos da seguinte forma:

	31/12/2012		31/12/2011	
	Particular	Pública	Particular	Pública
Créditos vencidos – 01 a 30 dias	33.077	3.000	32.942	2.606
Créditos vencidos – 31 a 90 dias	6.666	3.187	4.748	5.034
Créditos vencidos – 91 a 180 dias	4.522	2.878	4.595	6.334
Créditos vencidos – 181 a 360 dias	1.251	494	1.084	7.304
Créditos vencidos – mais de 360 dias	1.657	23.973	3.695	34.727
	47.173	33.532	47.064	56.005

O saldo com o poder público corresponde ao faturamento pela prestação de serviços de água e esgoto para órgãos e autarquias dos poderes federal, estadual e municipal. As faturas do Governo do Estado do Rio Grande do Sul têm sido liquidadas através de encontro de contas.

A conta receitas a faturar se refere aos serviços prestados e não faturados, com base no consumo médio de cada rota de faturamento, aplicado ao período entre a data da última leitura e o final do mês (nota 2.13).

A provisão para crédito de liquidação duvidosa foi constituída considerando as contas a receber de usuários particulares vencidas há mais de 180 dias e faturas referentes aos serviços de água e esgoto de órgãos públicos que apresentam risco de perda.

A movimentação da provisão está demonstrada a seguir:

	2012	2011
Saldo no início do exercício	(46.810)	(34.241)
Adições	(12.372)	(12.586)
Reversões	23.356	17
Saldo no final do exercício	(35.826)	(46.810)

7. ESTOQUES

	31/12/2012	31/12/2011
Tubulações de água e esgoto	14.824	18.351
Materiais de tratamento/laboratório	15.977	7.943
Materiais diversos	10.278	8.137
	41.079	34.431

Os materiais em almoxarifado são destinados ao consumo, à manutenção de sistemas de água e esgoto. Os materiais destinados a aplicação em obras são classificados no intangível.

8. TRIBUTOS DIFERIDOS

	31/12/2012	31/12/2011
Classificados no Ativo		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	137.345	120.212
Classificados no Passivo		
Pasep e Cofins diferidos	10.727	12.068

a) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

De acordo com o CPC 32 vêm sendo registrados os créditos fiscais diferidos sobre as bases negativas de contribuição social sobre o lucro líquido. As bases destes créditos são as seguintes:

Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

	2012	2011
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias		
Passivo atuarial	534.756	467.649
Provisão Fundação CORSAN	3.793	—
Provisão para riscos fiscais cíveis e trabalhistas	237.147	243.820
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	35.826	46.810
Provisões para perdas – diversas	58.644	65.229
Contribuições previdenciárias tributadas por regime de caixa	87.480	86.376
Reserva de reavaliação	(89.489)	(93.685)
Efeitos da adoção do ICPC01 – contratos de concessão	(246.121)	(192.291)
Encargos financeiros capitalizados	(192.903)	(205.654)
Variação cambial tributada por regime de caixa	(42.486)	(53.303)
Outras provisões e diferenças temporárias	17.308	(11.386)
Total das diferenças temporárias	403.955	353.565
Alíquota vigente	34%	34%
Total do imposto de renda e contribuição social diferidos – líquido	137.345	120.212

A CORSAN adotou o regime tributário de transição – RTT, instituído pela Medida Provisória 449/08 convertida na Lei nº 11.941/09, anulando, assim, os efeitos tributários provenientes das alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pelos artigos 37 e 38 da Lei nº 11.941/09. Desta forma, manteve-se a não tributação dos valores de doações governamentais para investimentos.

Conciliação alíquota efetiva

	2012	2011
Lucro antes do imposto de reda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL)	247.551	328.813
Alíquota vigente	34%	34%
Expectativa de despesa de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente	(84.167)	(111.796)
Efeito do IRPJ e da CCSSL sobre as diferenças permanentes: Juros sobre capital próprio	16.232	13.221
Incentivos fiscais	3.809	1.619
Outras diferenças permanentes	(958)	(576)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(65.085)	(97.533)
Corrente	(82.218)	(83.128)
Diferido	17.133	(14.405)
Alíquota efetiva	26%	30%

b) COFINS e PASEP Diferidos

A Provisão para tributos diferidos de COFINS e PASEP é calculada com base no faturamento de órgãos públicos. Com base na legislação fiscal, tributos sobre faturamento a órgãos públicos são tributados quando do recebimento.

	31/12/2012			31/12/2011		
COFINS e PASEP Diferidos	COFINS	PASEP	TOTAL	COFINS	PASEP	TOTAL
Diferimento receita de órgãos públicos	—	—	—	3.081	669	3.750
RTT e Outros	8.813	1.914	10.727	6.834	1.484	8.318
Total COFINS e PASEP	8.813	1.914	10.727	9.915	2.153	12.068
Valor registrado no passivo	(9.173)	(1.992)	(11.165)	(9.915)	(2.153)	(12.068)
Valor registrado no ativo	360	78	438	—	—	—

9. OUTROS CRÉDITOS

	31/12/2012	31/12/2011
Depósitos bloqueados	2.697	2.608
Créditos com prefeituras municipais	3.035	4.012
Adiantamento de férias	6.542	6.492
Indenizações Judiciais a receber	3.574	3.569
Por serviços ou obras prestados a terceiros	978	1.055
Valores a compensar	1.915	1.935
Créditos diversos	693	1.830
	19.434	21.501
Circulante	12.242	13.686
Não circulante	7.192	7.815

10. ATIVOS FINANCEIROS – CONTRATOS DE CONCESSÃO

	31/12/2012	31/12/2011
Ativos Financeiros	718.116	718.453
(-) Ajuste a valor presente	(306.435)	(324.601)
	411.681	393.852

Movimentação do ativo financeiro:

	31/12/2012	31/12/2011
Saldo no início do exercício	393.852	368.890
Realização de AVP	18.166	25.297
Bens em comodato	(337)	(335)
Saldo no final do exercício	411.681	393.852

Transferência de Bens e Serviços

Por força de decisão judicial da 3ª Vara da Fazenda Pública de Porto Alegre, sob o Processo nº 01197704164, a CORSAN fez a entrega para a Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo, conforme termo de entrega de serviços públicos concedidos, assinado entre as partes em 03/12/98, do sistema de abastecimento de água, equipamentos, instalações e o acervo vinculado e necessário aos referidos serviços. Em 14/12/98 por decisão do Superior Tribunal de Justiça foi sustado o cumprimento do mandado de intimação para entrega compulsória daqueles serviços, embora, já tivessem sido entregues. O saldo deste imobilizado em 31 de dezembro de 2012 totaliza R\$31.696 e foi reclassificado para o ativo financeiro quando da aplicação do ICPC 01.

Em atendimento a decisão proferida pelo Superior Tribunal de Justiça, nos autos das Suspensões de Liminares (SLS) números 1406-RS e 1407-RS a CORSAN fez a transferência da operação dos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário e respectivos bens a eles afetos ao Município de Uruguaiana, conforme termo de transferência assinado entre as partes, em 24 de junho de 2011. O saldo deste contrato em 31 de dezembro de 2012 totaliza R\$8.620 (R\$8.620 em 31 de dezembro de 2011) e foi reclassificado para o ativo financeiro.

11. IMOBILIZADO

Custo	Sistemas de esgoto	Bens de uso geral	Obras em andamento	Total do Imobilizado
Saldos em 2011	22.190	265.318	23	287.531
Adições	—	12.262	—	12.262
Baixas	(21)	—	—	(21)
Transferências	—	3.188	—	3.188
Provisões	—	(4.771)	—	(4.771)
Saldos em 2012	22.169	275.997	23	298.189

Depreciação				
Saldos em 2011	(14.408)	(189.059)	—	(203.467)
Depreciações	(884)	(10.658)	—	(11.542)
Saldos em 2012	(15.292)	(199.717)	—	(215.009)

Saldos líquidos em 2011	7.782	76.259	23	84.064
Saldos líquidos em 2012	6.877	76.280	23	83.180

A Companhia avaliou seus estoques de componentes para obras e constituiu provisão para perda com deterioração no montante de R\$ 4.771. A depreciação do exercício apropriada ao resultado foi de R\$ 8.826 (R\$ 8.424 em 2011) como custo do serviço prestado, R\$ 1.143 (R\$1.150 em 2011) como despesa comercial e R\$1.573 (R\$1.438 em 2011) como despesa administrativa.

Sob a rubrica "sistemas de esgotos" são registrados itens do ativo imobilizado utilizados pela Companhia em atividades próprias ou para prestação de serviços não relacionados à concessão pública, como por exemplo, tratamento de esgoto de condomínios industriais privados.

Sob a rubrica "bens de uso geral" são registrados terrenos, imóveis, veículos e máquinas utilizados pela Companhia em atividades não relacionadas à concessão pública.

12. ATIVO INTANGÍVEL

Custo	Sistemas de abastecimento de água	Sistemas de esgoto	Bens de uso geral	Obras em andamento	Total do Intangível
Saldos em 2011	540.728	359.569	76.661	756.297	1.733.255
Adições	7.710	3.086	8.983	268.563	288.342
Baixas	(26)	(13)	(5)	—	(44)
Transferências	14.925	3.401	1.583	(23.097)	(3.188)
Saldos em 2012	563.337	366.043	87.222	1.001.763	2.018.365

Amortização					
Saldos em 2011	(101.827)	(44.971)	(33.288)	—	(180.086)
Amortizações	(29.868)	(15.797)	(5.637)	—	(51.302)
Saldos em 2012	(131.695)	(60.768)	(38.925)	—	(231.388)

Saldos líquidos em 2011	438.901	314.598	43.373	756.297	1.553.169
Saldos líquidos em 2012	431.642	305.275	48.297	1.001.763	1.786.977

A amortização do exercício apropriada ao resultado foi de R\$ 51.302 (R\$ 53.792 em 2011) como custo do serviço prestado.

Sob a rubrica "bens de uso geral" são registrados imóveis e equipamentos necessários, à administração e manutenção dos sistemas de água e esgoto diretamente relacionados à concessão pública. Tais ativos tem vida útil específica.

O valor dos custos de empréstimo capitalizados durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 é de R\$16.129 (R\$12.810 em 2011). A taxa utilizada para determinar o montante dos custos de empréstimo passíveis de capitalização foi de 7,3%.

13. SEGUROS

A Companhia não adota política de contratação de seguros para os seus ativos.

14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Instituição	Indexador	Taxa de juro anual	Último vencimento	Circulante		Não circulante	
				31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Banco do Brasil	TR	7,44%	31/03/14	46.192	40.860	10.623	51.075
Banco Nacional de Desenvolvimento	TJLP	2,61%	15/04/23	13.458	8.364	127.433	101.258
BID – Projeto “Pró-Guaíba”	US DÓLAR	4,16%	26/07/20	8.583	7.988	52.192	54.753
Caixa Econômica Federal				18.501	21.808	90.233	81.600
Caixa Econômica Federal	UPR	6%	17/02/30	13.558	8.944	82.522	59.417
Secretaria do Tesouro Nacional	UPR	8%	28/12/15	4.943	12.864	7.711	22.183
PIMES – Progr. Integr. Melhoria Social	TR	11,00%	20/02/16	239	620	513	748
Prefeitura Municipal de Encantado	UPR	6,00%	06/05/30	146	146	1.007	1.039
Prefeitura Municipal de Osório	UPR	6,00%	04/08/30	2.516	5.829	19.762	17.977
Prefeitura Municipal de Torres	UPR	6,00%	05/04/28	365	261	3.753	3.128
				90.000	85.876	305.516	311.578

O financiamento com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID foi contratado com a finalidade de recuperação e gerenciamento ambiental da Bacia Hidrográfica do Guaíba.

Os financiamentos com a Prefeitura Municipal de Encantado, com a Prefeitura Municipal de Osório e com a Prefeitura Municipal de Torres foram contratados junto à Caixa Econômica Federal visando à construção e ampliação do esgotamento sanitário dos respectivos municípios.



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN

Companhia Aberta - CNPJ 92.802.784/0001-90
Rua Caldas Júnior, 120 - 18º Andar - Ed. Banrisul - Porto Alegre
www.corsan.com.br



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Os demais empréstimos e financiamentos foram destinados à ampliação e modernização dos sistemas de esgoto e abastecimento de água em diversos municípios do Estado do Rio Grande do Sul.

Os empréstimos e financiamentos estão garantidos pela arrecadação da receita da CORSAN, até o limite do saldo devedor de cada contrato na data dos balanços. Os contratos da Companhia não tem cláusulas financeiras restritivas ("covenants"). O montante do passivo não circulante tem o seguinte cronograma por ano de vencimento:

Ano	Valor
2014	44.094
2015	30.296
2016	27.996
2017	27.654
Após 2017	175.476
	305.516

15. DEBENTURES

Em 2 de dezembro de 2010 a Assembleia Geral Extraordinária aprovou a emissão Privada de Debêntures Simples, conforme contratos de cessão fiduciária de direitos creditórios com o Banco Nacional de Desenvolvimento Social – BNDES e BNDES Participações S.A. – BNDESPAR. Serão emitidas 100 debêntures no valor total de R\$ 57.509, em 03 séries, sendo emitidas 28 debêntures na primeira, 30 debêntures na segunda série e 42 debêntures na terceira série.

1ª Emissão	Indexador	Taxa de juros anual	Circulante		Não Circulante	
			2012	2011	2012	2011
1ª Emissão	TJLP	1,92%	45	—	16.102	—
			45	—	16.102	—

Em 31 de dezembro de 2012 apenas recursos da primeira emissão foram captados. São 28 (vinte e oito) debêntures simples, nominativas e não conversíveis em ações, com data de emissão de 16 de abril de 2012, com 3 anos de carência do principal e vencimentos em 85 (oitenta e cinco) parcelas mensais, sendo que a última parcela será liquidada em 16 de maio de 2022. Os recursos das debêntures ingressaram na Companhia, no mês de abril de 2012, no montante de R\$16.212. As debêntures recebem uma remuneração paga anualmente, a taxa de juros equivalente a 1,92% a.a., acima da TJLP, sobre o saldo devedor de principal das debêntures. Os custos de captação não foram relevantes.

De acordo com a cláusula 7ª do contrato nº 10.2.1772.2, a emitente se obriga a constituir e manter, durante toda a vigência do contrato de promessa de subscrição e da escritura, uma aplicação vinculada com saldo não inferior a R\$2.220. Em 31 de dezembro de 2012, o saldo dessa aplicação financeira é de R\$2.753.

A escritura inclui uma cláusula de "Obrigações Especiais da Emitente", com a obrigação de manter, durante a vigência das debêntures até o seu vencimento final, os seguintes índices, apurados anualmente com base nas demonstrações financeiras completas anuais.

Índices	Metas
Endividamento Líquido Total/EBTIDA	Igual ou inferior a 2,1
Índice de Cobertura do Serviço da Dívida Total	Igual ou superior a 1,9
Investimentos/Receita Líquida	Igual ou inferior a 26%

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia está cumprindo estes compromissos.

16. FORNECEDORES

	31/12/2012	31/12/2011
Fornecedores de materiais e serviços	86.935	84.257
Parcelamento – DMAE	4.460	9.575
Parcelamento – Fundação (Nota 24.b.2)	9.768	13.635
	101.163	107.467
Circulante	95.549	94.125
Não circulante	5.614	13.342

O parcelamento com o Departamento Municipal de Água e Esgoto (DMAE) refere-se à compra de água bruta para os Municípios de Eldorado do Sul e Viamão.

Em 31 de dezembro de 2012, o montante dos compromissos com fornecedores, não circulante, tem a seguinte composição por ano de vencimento:

Ano	Valor
2014	3.842
2015	1.772
	5.614

17. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES – PARCELAMENTOS

Imposto ou contribuição	Indexador	Taxa de juros	Último vencimento	Circulante		Não circulante	
				31/12/2012	21/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
PASEP		SELIC	31/10/10	—	1	—	—
INSS	UFIR	1% a.m	20/04/13	402	1.169	—	390
				402	1.170	—	390

Em 31 de dezembro de 2012, os compromissos com impostos e contribuições apresentados no passivo não circulante vencem no segundo semestre de 2013.

18. OUTROS DÉBITOS

	31/12/2012	31/12/2011
Consignações a recolher	4.034	3.798
Depósitos e retenções contratuais	3.391	2.817
Custo regulação ÁGERGS *	364	312
Outras contas a pagar	2.685	1.659
	10.474	8.586

* Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos

19. CONTRATO DE REPASSE DO ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO – OGE

Foi assinado contrato de repasse entre o Estado do Rio Grande do Sul, por intermédio da Secretaria de Desenvolvimento e Promoção do Investimento – SDPI, representado pelo Banco do Estado do Rio Grande do Sul – Banrisul, e a CORSAN, que têm por finalidade a implantação de sistema de abastecimento de água do Distrito Industrial de Guaíba. A CORSAN, na qualidade de executora, receberá os recursos financeiros para execução das obras e garantirá a contrapartida do contrato. Os valores serão transferidos à Companhia de acordo com o cronograma de execução financeira e com o plano de aplicação e montam R\$4.315. No exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foi repassado o valor de R\$3.248.

20. PROVISÃO PARA RISCOS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

As provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas consideram o estágio atual dos processos judiciais em andamento, sendo classificadas no passivo não circulante, conforme a expectativa de desembolso, na hipótese de sentença ou decisão desfavorável e foram contabilizadas conforme a expectativa de perda "provável", com base na opinião dos Administradores e da Superintendência Jurídica da Companhia.

A provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas é composta como segue:

	2012		2011	
	Trabalhista	Civil e fiscal	Trabalhista	Civil e Fiscal
Saldo inicial	163.062	100.758	121.504	99.392
Adições	119.487	29.230	137.602	51.942
Pagamentos/Reversões	(106.572)	(55.125)	(99.855)	(52.877)
Despesa financeira	4.173	2.134	3.811	2.301
Saldo Final	180.150	76.997	163.062	100.758
Total		257.147		263.820
Circulante		83.285		48.849
Não circulante		173.862		214.971

Os depósitos judiciais efetuados em conexão com as provisões podem ser assim representados:

	2012	2011
Saldo inicial	156.369	126.902
Adições	181.885	127.662
Pagamentos/Reversões	(198.675)	(98.195)
Saldo final	139.579	156.369
Circulante	64.529	46.844
Não circulante	75.050	109.525

As principais contingências provisionadas são:

Ações trabalhistas

a) Processo 01292.001/86-0 SINDIÁGUA – A origem do processo decorreu da implantação do Plano Cruzado em 1986, quando houve uma redução nominal dos salários pagos pela Companhia, na ordem de aproximadamente 11%, em virtude do imperativo legal que implantou o plano. O Sindicato entrou com uma ação, como substituto processual tendo obtido ganho de causa. Foi realizado um acordo parcial em 1989, onde os valores foram recompostos na folha de pagamento e os atrasados tiveram um acordo parcial, onde foram pagos os valores incontroversos. Para os valores controversos a Companhia continua discutindo judicialmente. Essa provisão totaliza, em 31 de dezembro de 2012, R\$50.029 (R\$46.141 em 31 de dezembro 2011).

b) Outras reclamatórias trabalhistas – Estas se referem a reclamatórias movidas por empregados, ex-empregados e prestadores de serviços terceirizados da Companhia e totalizam 2.154 ações. Em 31 de dezembro de 2012 a provisão referente a outras reclamatórias trabalhistas totaliza R\$130.121 (R\$116.921 em 31 de dezembro de 2011). Dentre as ações trabalhistas, existem aquelas com prognósticos de perdas possíveis para as quais a Companhia não constituiu provisão, no valor de R\$50.013 em 31 de dezembro de 2012 (R\$54.098 em 31 de dezembro de 2011).

Ações cíveis e fiscais

a) Ação ENC Empreiteira de Obras Ltda (e como solidária Andrade Gutierrez) - Em setembro de 2009, foi contabilizada provisão referente a processo de execução de sentença promovida em face da sentença proferida no feito 026/1.03.0001236-1 - ENC Empreiteira de Obras Ltda. contra a CORSAN e Construtora Andrade Gutierrez S/A, na qual a demandada buscou a condenação da Construtora Andrade Gutierrez S/A ao pagamento de quantia atinente ao desequilíbrio econômico financeiro do contrato de subempreitada firmado pelas mesmas para a execução da obra de construção do projeto denominado Lago Dourado. Todas as decisões proferidas foram desfavoráveis à Construtora Andrade Gutierrez S/A, que foi condenada a ressarcir a referida demandante, sendo que a CORSAN deverá efetuar esse ressarcimento, em face da denunciação da lide proposta pela Construtora Andrade Gutierrez S/A. Foi depositado judicialmente em 01 de outubro de 2009 para viabilizar a impugnação dos cálculos da exequente pela CORSAN, o montante de R\$31.041, objetivando estancar a fluência dos juros moratórios e correção monetária. Por decisão do Tribunal de Justiça no Agravo de Instrumento nº 70041657404, complementada pela decisão dos Embargos Declaratórios nº 70044889103, em 12 de dezembro de 2012, conforme Alvará 103124502012 da 1ª Vara da Comarca de Santa Cruz do Sul, foi autorizado o levantamento do valor depositado judicialmente, e pago para a Construtora Andrade Gutierrez S/A. A CORSAN interpôs Agravo de Instrumento para o STJ.

b) Outras reclamatórias - As ações referem-se, em sua maioria, a reclamações de preços e/ou qualidade dos serviços, e transitam tanto no Juizado Especial Cível - JEC quanto na Justiça Comum Estadual. Num segundo patamar estão ações indenizatórias por danos ao patrimônio, ações de desapropriação, ações civis públicas, ações cominatórias, ações populares, entre outras. As ações fiscais referem-se, principalmente, à cobrança do uso do solo e de ISSQN por parte dos municípios. Ao todo a Companhia é parte em 1.467 ações para as quais está provisionado em 31 de dezembro de 2012 o montante de R\$55.108 (R\$67.811 em 31 de dezembro de 2011).

A Companhia, também, é demandada judicialmente em ações cíveis e fiscais para as quais não foram constituídas provisões, por terem prognósticos de perdas possíveis, no valor de R\$117.027 em 31 de dezembro de 2012 (R\$130.291 em 31 de dezembro de 2011). Dessas ações, existem 2.385 ações ajuizadas pelo Ministério Público Estadual, Promotoria de Rio Grande e Passo Fundo, que montam R\$42.432 em 31 de dezembro de 2012 (R\$75.070 em 31 de dezembro de 2011).

c) Em 29 de agosto de 2012 a CORSAN recebeu o Auto de Infração lavrado pela Delegacia da Receita Federal do Brasil, no total de R\$4.537 a título de IRPJ e CSLL sobre exclusões indevidas do lucro líquido, de valores contabilizados devidos à Funcorsan. A Companhia protocolou Processo Administrativo de Impugnação, o qual ainda não foi julgado. A Companhia possui provisão para a totalidade do valor questionado.

21. PROVISÃO PARA BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO

	31/12/2012	31/12/2011
Plano de benefício definido	267.416	291.752
Sistema de assistência IPE-SAÚDE	67.572	62.086
Suplementação provisória de proventos "PAI/SPP"	199.768	113.811
	534.756	467.649

a) Plano de aposentadoria

O plano de benefícios "BD nº 001", é um plano de previdência complementar da modalidade de benefício definido administrado pela FUNCORSAN, destinado aos empregados e ex-empregados da patrocinadora CORSAN, tendo como objetivo complementar o salário real médio, sobre os quais incidirão contribuição para o plano, dos últimos anos de atividade em relação ao valor base do benefício atribuído pelo regulamento à previdência social (teto FUNCORSAN).

De acordo com o regulamento do plano, os benefícios oferecidos aos participantes são os seguintes: aposentadoria por invalidez, aposentadoria por idade, aposentadoria por tempo de contribuição, aposentadoria especial, pecúlio por morte, auxílio-doença, pensão, auxílio-reclusão e abono anual.

Os benefícios, calculados com base na média das últimas remunerações dos participantes e no valor de referência do teto FUNCORSAN, são reajustados no mês de maio de cada ano, pelo indexador atuarial do plano (INPC). Seguem os resultados da avaliação atuarial referentes à apuração do passivo (ativo):

Conciliação dos (ativos) e passivos reconhecidos

	31/12/2012	31/12/2011
(1) Obrigações atuariais	1.689.163	1.255.727
(2) Valor justo dos ativos do plano	(794.274)	(694.393)
(3) Valor presente das obrigações a descoberto (1+2)	894.889	561.334
(4) Perdas ou (ganhos) atuariais não reconhecidos	476.615	118.554
(5) Passivo/(ativo) atuarial líquido total reconhecido (3 - 4)	418.274	442.780
(6) Contratos de débitos do empregador com o plano	(150.858)	(151.028)
(7) Passivo atuarial provisionado (5+6)	267.416	291.752

A Companhia possui contratos de reconhecimento de débitos para com o plano de benefício definido da patrocinada FUNCORSAN no valor de R\$150.858 em 31 de dezembro de 2012 (R\$151.028 em 31 de dezembro de 2011). A movimentação do passivo atuarial ocorrida durante os anos de 2012 e 2011 foi a seguinte:

	2012	2011
(1) Passivo/(ativo) atuarial líquido no início do ano	442.780	481.053
(2) Despesa reconhecida na demonstração do resultado durante o ano	30.866	12.962
(3) Contribuições do empregador vertidas no ano	(55.372)	(51.235)
(4) Passivo/(ativo) atuarial líquido no final do ano (1+2+3)	418.274	442.780

A origem da despesa reconhecida durante os anos de 2012 e 2011 é explicada no quadro a seguir:

	2012	2011
(1) Custo do serviço corrente, com juros, da reavaliação atuarial	37.230	16.143
(2) Contribuições esperadas de participantes	(29.468)	(29.312)
(3) Custo de juros sobre as obrigações atuariais	152.979	93.420
(4) Rendimento esperado dos ativos financeiros do plano	(72.597)	(63.914)
(5) Custo de amortizações de (ganhos)/perdas atuariais	21.943	(3.375)
(6) Despesa (receita) a ser reconhecida pelo empregador	110.087	12.962

b) Sistema de assistência à saúde IPE-SAÚDE

A cobertura relativa ao Sistema de assistência é realizada através de contrapartida financeira estabelecida no "Termo de Contrato de Prestação de Serviços" celebrado entre a patrocinadora CORSAN e o IPE – Instituto de Previdência do Estado do RS.

A contrapartida financeira mensal da Companhia para o IPE-SAÚDE corresponde a 8,9% incidente sobre o salário de contribuição dos servidores vinculados à CORSAN. Pelo acordo coletivo da Companhia, fica garantido que 50% desse mesmo percentual serão extensivos aos servidores que estão em gozo de benefício de aposentadoria pela FUNCORSAN.

Conciliação dos (ativos) e passivos reconhecidos

	31/12/2012	31/12/2011
Seguem os resultados da avaliação atuarial referentes à apuração do passivo (ativo) a ser contabilizado:	216.325	72.859
(1) Obrigações atuariais	216.325	72.859
(2) Valor justo dos ativos do plano	—	—
(3) Valor presente das obrigações a descoberto (1+2)	216.325	72.859
(4) Perdas ou (ganhos) atuariais não reconhecidos	148.753	10.773
(5) Passivo/(ativo) atuarial líquido total reconhecido (3 - 4)	67.572	62.086
(6) Contratos de débitos do empregador com o plano	—	—
(7) Passivo atuarial provisionado	67.572	62.086

A movimentação do passivo atuarial ocorrida durante os anos de 2012 e 2011 foi a seguinte:

	2012	2011
(1) Passivo/(ativo) atuarial líquido no início do ano	62.086	57.988
(2) Despesa reconhecida na demonstração do resultado durante o ano	9.826	6.024
(3) Contribuições do empregador vertidas no ano	(4.340)	(1.926)
(4) Passivo/(ativo) atuarial líquido no final do ano (1+2+3)	67.572	62.086

A origem da despesa reconhecida durante o ano de 2012 assim como a projeção da despesa a reconhecer no ano de 2012 são explicadas no quadro a seguir:

	2013	2012	2011
(1) Custo do serviço corrente, com juros, da reavaliação atuarial	2.193	1.979	116
(2) Contribuições esperadas de participantes	—	—	—
(3) Custo de juros sobre as obrigações atuariais	7.405	7.530	5.908
(4) Rendimento esperado dos ativos financeiros do plano	—	—	—
(5) Custo de amortizações de (ganhos)/perdas atuariais	8.505	317	—
(6) Despesa (receita) a ser reconhecida pelo empregador	18.103	9.826	6.024



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN

Companhia Aberta - CNPJ 92.802.784/0001-90
Rua Caldas Júnior, 120 - 18º Andar - Ed. Banrisul - Porto Alegre
www.corsan.com.br



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

c) Suplementação provisória de proventos “PAI/SPP”
A CORSAN assegura um benefício de Suplementação provisória de proventos aos funcionários, conforme estabelecido no Acordo Coletivo Intersindical 2012 – 2013.
Para recebimento do benefício, o participante deve cumprir os seguintes requisitos, cumulativamente:

- c.1) Indenização de pagamento único**
- Aderir ao Plano de Demissão Voluntária (PDV) entre 01 de janeiro e 30 de abril de 2012;
 - Ter 54 anos de idade completos ou mais;
 - Possuir mais de 10 anos de vínculo empregatício com a CORSAN no período anterior a 01 de maio de 2011;
 - O valor da indenização dependerá da idade do empregado na data de adesão ao PDV, não podendo exceder ao teto de R\$ 220.000, conforme segue:
 - 54 anos: 21 remunerações base;
 - 55/56 anos: 19 remunerações base;
 - 57/58 anos: 17 remunerações base;
 - 59/60 anos: 10 remunerações base;
 - 61 anos ou mais: 5 remunerações base.

- c.2) Indenização mensal**
- Ter 54 anos de idade completos ou mais;
 - Ter concedida aposentadoria pela Previdência Social;
 - Estar vinculado a FUNCORSAN, há pelo menos 5 anos, de forma que venha a cumprir o período de carência de 10 anos nos próximos 60 meses;
 - Estar desligado da CORSAN.

Seguem os resultados da avaliação atuarial referentes à apuração do passivo (ativo) a ser contabilizado:	(1) Obrigações atuariais	31/12/2012	31/12/2011
	(2) Valor justo dos ativos do plano	387.978	381.827
	(3) Valor presente das obrigações a descoberto (1+2)	—	—
	(4) Perdas ou (ganhos) atuariais não reconhecidos	387.978	381.827
	(5) Custo do Serviço Passado não reconhecidos	188.210	184.417
	(6) Passivo/(ativo) atuarial líquido total reconhecido (3-4-5)	—	83.599
	(7) Contratos de débitos do empregador com o plano	199.768	113.811
	(8) Passivo/(ativo) atuarial provisionado	—	—
		199.768	113.811

Para fins de registro contábil da CORSAN, a movimentação do passivo atuarial ocorrida durante os anos de 2012 e 2011 foi a seguinte:	(1) Passivo/(ativo) atuarial líquido no início do ano	2012	2011
	(2) Despesa reconhecida na demonstração do resultado durante o ano	113.811	113.617
	(3) Contribuições do empregador vertidas no ano	144.908	11.337
	(4) Passivo/(ativo) atuarial líquido no final do ano (1+2+3)	(58.951)	(11.143)
		199.768	113.811

A origem da despesa reconhecida durante o ano de 2012 assim como a projeção da despesa a reconhecer no ano de 2013 são explicadas no quadro a seguir:	(1) Custo do serviço corrente, com juros, da reavaliação atuarial	2012	2011
	(2) Contribuições esperadas de participantes	27.713	12.858
	(3) Custo de juros sobre as obrigações atuariais	—	—
	(4) Rendimento esperado dos ativos financeiros do plano	14.963	35.157
	(5) Custo de amortizações de (ganhos)/perdas atuariais	18.542	96.893
	(6) Despesa (receita) a ser reconhecida pelo empregador	61.218	144.908

d) Premissas utilizadas para cálculo do passivo e das projeções
Foi adotado o método da unidade de crédito projetada para calcular as obrigações atuariais, de acordo com premissas abaixo indicadas:

Econômicas e financeiras	2012	2011
Taxa de desconto atuarial – real	3,80% a.a.	5,50% a.a.
Taxa de desconto atuarial – nominal	9,14% a.a.	10,78% a.a.
Taxa de retorno esperado dos ativos – real	3,88% a.a.	6,40% a.a.
Taxa de retorno esperado dos ativos – nominal	9,22% a.a.	11,72% a.a.
Taxa de crescimento salarial – nominal*	2,00% a.a.	7,10% a.a.
Taxa de crescimento dos benefícios – nominal	Não considerado	5,00% a.a.
Inflação projetada	5,14% a.a.	5,00% a.a.
Fator de capacidade	98,00%	98,00%

* o crescimento salarial é projetado de forma linear até a idade 54 anos, conforme identificado nos estudos sobre a adequação de premissas realizado durante o ano de 2008.

Demográficas	2012	2011
Tábua de mortalidade geral	AT 83 male	AT 83 male
Tábua de mortalidade de inválidos	AT 49 male	AT 49 male
Tábua de entrada em invalidez	Light Média	Light Média
Tábua de rotatividade	Não aplicado	Não aplicado
Entrada em aposentadoria	100% na elegibilidade	100% na elegibilidade
Composição familiar	Benefícios a conceder: família real informada benefícios concedidos: família real informada	Experiência FUNCORSAN

O retorno real sobre os ativos do plano em 2012 foi de R\$86.846 (R\$70.082 em 2011).
A média ponderada da alocação dos ativos por categoria de ativo é a seguinte:

	Alocação dos ativos até 31 de dezembro em %		Alocação dos ativos conforme determinação na Lei 3.792/2006 percentagem ou faixa de percentagem
	2012	2011	
Renda fixa	76,54%	73,79%	100%
Renda variável	10,64%	10,75%	70%
Carteira de imóveis	7,87%	9,56%	8%
Empréstimos	4,55%	5,38%	15%
Outros	0,40%	0,51%	20%
Total	100%	100%	

Em 01 de maio de 2011, foi reformulado o Plano de Demissão Voluntária – PDV, com prazo para adesão de 01 de janeiro de 2012 a 30 de abril de 2012, onde 521 funcionários aderiram ao plano. No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, 426 funcionários se desligaram da empresa, gerando uma despesa de R\$58.951. A Companhia reconheceu, em 31 de dezembro de 2012, um ajuste líquido na avaliação atuarial entre as provisões do plano de benefício pós-emprego, “IPÉ SAÚDE” e “PAI/SPP” de R\$19.173. Esse ajuste foi realizado com base no laudo técnico preparado pelo atuário externo da Companhia, atualizado para esta data base. O saldo da provisão para benefício pós-emprego monta R\$534.756 em 31 de dezembro de 2012 (R\$467.649 em 31 de dezembro de 2011). Conforme previsto pela Deliberação CVM nº 695/2012, a partir de 1º de janeiro de 2013 os eventuais ativos ou passivos (decorrentes de ganhos ou perdas atuariais) passarão a ser reconhecidos nas demonstrações financeiras tendo como contrapartida a conta de outros resultados abrangentes, no Patrimônio Líquido. A Companhia estimou atuarialmente a perda não reconhecida em 31 de dezembro de 2012 em R\$ 813.578.

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 28 de dezembro de 2011, com base em faculdade prevista pelo Estatuto Social da Companhia, o Conselho de Administração aprovou o aumento de capital social da Companhia em R\$153.509, mediante a emissão de 124.100.896 ações nominativas, sendo 62.050.448 ordinárias e 62.050.448 preferenciais. O aumento foi subscrito e integralizado pelo Estado do Rio Grande do Sul, com base em créditos detidos pelo mesmo relativamente a repasses do Orçamento Geral da União – OGU.
Com base em faculdade prevista pelo Estatuto Social da Companhia, a Companhia registrou como adiantamento para futuro aumento de capital o montante de R\$ 34.084 (R\$15.179 em 31 de dezembro de 2011), oriundo de repasse de recursos do Orçamento Geral da União – OGU. Com base neste aumento o capital social da Companhia passou a ser R\$657.351, estando assim representado:

Acionistas	Ações ordinárias	Ações preferenciais	Total de ações	Capital total (%)	Capital votante (%)	Ações preferenciais (%)
Estado do Rio Grande do Sul	265.709.454	265.709.454	531.418.908	99,99999247298	99,99999247298	99,99999247298
Prefeitura Municipal de Estrela	5	5	10	0,00000188175	0,00000188175	0,00000188175
Prefeitura Municipal de Carazinho	3	3	6	0,00000112905	0,00000112905	0,00000112905
Prefeitura Municipal de São Marcos	2	2	4	0,00000075270	0,00000075270	0,00000075270
Prefeitura Municipal de Muçum	2	2	4	0,00000075270	0,00000075270	0,00000075270
Prefeitura Municipal de Rosário do Sul	2	2	4	0,00000075270	0,00000075270	0,00000075270
Prefeitura Municipal de Lajeado	2	2	4	0,00000075270	0,00000075270	0,00000075270
Prefeitura Municipal de Quaraí	2	2	4	0,00000075270	0,00000075270	0,00000075270
Prefeitura Municipal de Cerro Largo	2	2	4	0,00000075270	0,00000075270	0,00000075270
	265.709.474	265.709.474	531.418.948	100,00000000000	100,00000000000	100,00000000000

Dentro do limite do capital autorizado, e de acordo com plano aprovado pela Assembléia Geral, o Conselho de Administração poderá outorgar opção de compra de ações a seus administradores ou empregados, ou a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou à sociedade sob seu controle, na forma prevista em lei. Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, não foram outorgados planos de opções de compra de ações.

Os aumentos de capital poderão ser deliberados com a exclusão do direito de preferência dos acionistas à subscrição de novos valores mobiliários emitidos pela Companhia, nas hipóteses previstas no art. 172 da Lei nº 6.404/76.

b) Reservas de capital

As reservas de capital compreendem doações de instalações e equipamentos de particulares e órgãos públicos. De acordo com a Lei nº 11.638/07, a partir de 2008, as referidas doações passaram a ser registradas no resultado do exercício, e após transitarem no resultado, as doações de órgãos públicos são destinadas para reserva de incentivos fiscais.

c) Outros Resultados Abrangentes

A Companhia procedeu à reavaliação dos bens do ativo imobilizado nos exercícios de 1989, 1990, 1993 e 1994. Em contrapartida foi constituída reserva de reavaliação no patrimônio líquido, sendo que a realização se dá através de depreciação e baixas dos respectivos bens, cujo total em 31 de dezembro de 2012 monta R\$89.959 (R\$91.261 em 31 de dezembro de 2011).

Com a aplicação do ICP01 – Contratos de concessão o saldo residual de imobilizado, incluindo os valores de reavaliação, foram considerados como o valor justo do ativo intangível relacionados à concessão na data de transição, 1º de janeiro de 2009 e, a reserva de reavaliação, transferida para a conta de “outros resultados abrangentes”. Esses efeitos são revertidos para lucros acumulados na proporção em que os ativos são depreciados ou somente no caso de alienação ou baixa do ativo. O valor realizado contra lucros acumulados no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 totalizou R\$2.302, líquido dos efeitos tributários.

d) Remuneração aos acionistas

O Estatuto Social da Companhia prevê que do lucro líquido apurado, 25% (vinte e cinco por cento) será destinado aos acionistas como dividendos, na proporção das ações que os mesmos possuírem. A ação preferencial possui prioridade na distribuição de dividendos no mínimo 10% (dez por cento) superiores aos atribuídos a cada ação ordinária.
O valor dos dividendos obrigatórios é determinado com base no lucro líquido ajustado, conforme demonstra a seguir:

	2012	2011
Lucro líquido do exercício	182.466	231.280
(-) Reserva legal (5%)	(9.123)	(11.564)
Base de cálculo para dividendos	173.343	219.716
Dividendo mínimo obrigatório	43.336	54.929
Juros sobre capital próprio imputado ao dividendo	47.742	38.436
Dividendo complementar proposto	—	16.493
Total	47.742	54.929
	28%	25%

Os dividendos calculados por ação ordinária e preferencial são:

Dividendos obrigatórios	Número de ações	Dividendo proposto	Dividendo por ação
Ações ordinárias	265.709.474	22.734	0,08556
Ações preferenciais	265.709.474	25.008	0,09412
	531.418.948	47.742	

De acordo com a Lei nº 9.249/95, a Companhia efetuou no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, o registro de juros sobre capital próprio no valor de R\$ 47.742 (R\$ 38.886 no exercício findo em 31 de dezembro de 2011), utilizando como base a taxa de juros de longo prazo – TJLP, aplicada sobre o patrimônio líquido observado o limite de 50% do lucro antes do imposto de renda. Conforme previsto pela legislação fiscal, o valor registrado foi integralmente deduzido na apuração do imposto de renda e contribuição social. O imposto de renda e a contribuição social do exercício foram reduzidos em R\$16.232, (R\$13.221 em 31 de dezembro de 2011) em decorrência da dedução desses impostos pelos juros sobre o capital próprio creditados aos acionistas.
Para fins de divulgação e adequação às práticas contábeis, a despesa referente aos respectivos juros foi revertida na Demonstração de Resultado na linha de despesas financeiras para a conta de lucros ou prejuízos acumulados na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.

A Companhia imputou o valor líquido dos juros creditados a título de remuneração do capital próprio aos dividendos obrigatórios líquido do Imposto de renda retido na fonte (IRRFF).

e) Reservas de lucros

Reserva legal

Conforme a Lei das Sociedades por Ações, e constituída à base de 5% (cinco por cento) do lucro líquido, estando limitada a 20% do capital social.

Reserva de incentivos fiscais

A reserva de incentivos fiscais compreende as doações de instalações e equipamentos de órgãos públicos.

Reserva de retenção de lucros

A administração propõe, sujeito a aprovação da Assembléia Geral, a destinação do montante de R\$127.902 para constituição da reserva de retenção de lucros. Esse valor corresponde ao lucro remanescente apurado após as destinações para reserva legal, de incentivos fiscais e dividendos acrescido das contabilizações efetuadas diretamente na conta de lucros acumulados.
Os recursos serão aplicados em projetos de construção e expansão dos sistemas de abastecimento de água, de sistemas de esgoto e desenvolvimento institucional de forma a atender aos projetos previstos no orçamento da Companhia, com base em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembléia Geral Ordinária.

23. TRANSAÇÕES E SALDOS COM PARTES RELACIONADAS

a) Governo do Estado do Rio Grande do Sul

Os valores a seguir demonstrados evidenciam as transações entre a CORSAN e o Estado do Rio Grande do Sul, os saldos existentes são:

	2012	2011
Contas de água e esgoto – Saldo a receber	13.166	38.374
Aplicações no caixa único do Estado	458	176
Juros sobre o capital próprio a pagar para o Governo do Estado	(62.912)	(58.187)
Dividendos propostos a pagar para o Governo do Estado	—	(16.492)

Criado pelo Decreto nº 33.959 de 31 de maio de 1991, o Sistema Integrado de Administração de Caixa no Estado – SIAC determina que os órgãos da Administração direta e indireta centralizem no Tesouro Estadual as disponibilidades de recursos em suas contas bancárias. Os recursos depositados são remunerados com base nos rendimentos dos títulos que compõe a Dívida Pública Estadual. Em 31 de maio de 2012, a Companhia recebeu do Estado do Rio Grande do Sul o valor de R\$ 748, referente a rendimentos das aplicações efetuadas no caixa único do estado.

b) Fundação CORSAN – FUNCORSAN

b.1) Contratos de dívidas

Contratos	Indexador	Taxa de juros	Último vencimento	Circulante		Não circulante	
				2012	2011	2012	2011
Contrato 1298	INPC	6% a.a	31/03/18	2.777	2.621	9.751	11.073
Contrato 122001	Média INPC/IPC/IPG–M e IGP–DI	6% a.a	21/12/20	14.798	13.925	80.057	83.840
Contrato 122005	(*)		01/12/18	4.032	3.083	39.443	36.486
				21.607	19.629	129.251	131.399

(*) O contrato 122005 é revisado anualmente através de cálculos atuariais.

Os contratos referem-se a parcelamentos de custo de serviço passado e estão garantidos pela arrecadação da receita tarifária de água e esgoto até o limite das obrigações (principal e encargos).

Em 31 de dezembro de 2012, o montante dos compromissos com a FUNCORSAN, no não circulante, tem a seguinte composição por ano de vencimento:

Ano	Valor
2014	21.620
2015	21.620
2016	21.620
2017	21.620
Acima de 2017	42.771
	129.251

b.2) Contas a pagar – Fundação CORSAN

O valor referente à compra do imóvel objeto do Instrumento Particular FC 070/2010, está registrado na rubrica fornecedores (vide nota 16), no montante de R\$ 9.768, o qual está sendo pago em 60 parcelas mensais, até julho de 2015, acrescidas de juros compensatórios de 7,5%, calculados pela Tabela Price, atualizados monetariamente de acordo com a variação acumulada do INPC/IBGE.

c) Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul – PROCERGS

Os valores devidos à PROCERGS referem-se ao contrato de prestação de serviços na área de tecnologia da informação. O saldo a pagar em 31 de dezembro de 2012 é de R\$3.210 (R\$ 3.245 em 31 de dezembro de 2011).



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN

Companhia Aberta - CNPJ 92.802.784/0001-90
Rua Caldas Júnior, 120 - 18º Andar - Ed. Banrisul - Porto Alegre
www.corsan.com.br



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

24. RECEITA LÍQUIDA

A CORSAN opera os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário. A receita líquida de serviços, apresenta a seguinte composição:

	2012	2011
Serviços de abastecimento de água	1.555.949	1.441.991
Serviços de esgoto	90.588	79.952
Receita de vendas	7	272
Outras receitas de serviços prestados	2.896	719
Receitas de construção	239.939	179.628
Impostos e devoluções sobre receita serviços	(157.009)	(143.652)
	1.732.370	1.558.910

25. CUSTOS, DESPESAS E OUTRAS RECEITAS

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função. Conforme requerido pelo IFRS, apresenta, a seguir, o detalhamento da demonstração do resultado por natureza:

Despesas por natureza	2012	2011
Pessoal	643.079	546.306
Materiais	87.285	78.568
Energia elétrica	138.554	129.406
Serviços de terceiros	156.770	127.096
Gerais	112.403	77.971
Depreciações e amortizações	62.844	64.804
Provisões	52.768	34.898
Custos de construção	229.805	172.606
Outras receitas/despesas operacionais	3.930	3.380
	1.487.438	1.235.035
Classificados como:		
Custos dos serviços	1.125.410	905.212
Despesas comerciais	40.420	56.018
Despesas administrativas	317.678	270.425
Outras receitas/despesas operacionais	3.930	3.380
	1.487.438	1.235.035

26. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2012	2011
Receitas financeiras	62.123	74.901
Acréscimos por inadimplementos	20.958	19.824
Variações monetárias ativas	10.643	14.638
Receitas financeiras pela realização de AVP	18.166	25.297
Variações cambiais ativas	7.850	9.756
Outras receitas financeiras	4.506	5.386
Despesas financeiras	(59.504)	(69.963)
Juros e taxas sobre financiamentos	(11.226)	(15.497)
Juros e taxas sobre outras obrigações	(11.456)	(15.021)
Variações monetárias passivas	(23.982)	(23.012)
Variações cambiais passivas	(12.840)	(16.433)
Resultado financeiro líquido	2.619	4.938

A Companhia está exposta aos seguintes riscos:

a) Risco de crédito:

A Companhia está potencialmente sujeita ao risco de crédito da contra parte em suas operações financeiras e contas a receber. Dentre os procedimentos adotados para minimizar os potenciais riscos financeiros e comerciais, destacamos: a seletividade das instituições financeiras e monitoramento constante dos valores a receber de clientes. Não há clientes que individualmente representem mais que 5% do total do contas a receber da Companhia em 31 de dezembro de 2012 e 2011.

b) Risco de liquidez:

Risco de liquidez representa o encurtamento nos recursos destinados para pagamento de dívidas (substancialmente empréstimos e financiamentos). A Companhia tem políticas de monitoramento de caixa para evitar o descasamento de contas a receber e a pagar. A tabela abaixo demonstra os pagamentos contratuais requeridos pelos passivos financeiros da Companhia:

	Projeção incluindo juros futuros			
	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	Mais de 3 anos	Total
Empréstimos e financiamentos	95.448	106.849	211.554	413.851
Debêntures	45	4.110	12.303	16.458
Fornecedores	95.574	5.648	—	101.222
Dívidas com Fundação Corsan	22.903	68.751	68.254	159.908
	213.970	185.358	292.111	691.439

c) Risco de mercado:

Risco da taxa de juros: Esse risco advém da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as suas despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos. A Companhia monitora continuamente a volatilidade das taxas de juros do mercado.

Risco de taxas de câmbio: Esse risco está atrelado à possibilidade de alteração nas taxas de câmbio, afetando a despesa financeira e o saldo passivo de contratos de financiamentos com indexador em moeda estrangeira. Não há outros ativos ou passivos indexados a moedas estrangeiras. A Companhia avalia sua exposição cambial de forma continuada, visando manter os valores contratados em patamares mínimos em relação aos passivos totais.

Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros e câmbio

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores nos empréstimos que a Companhia possuía exposição na data base de 31 de dezembro de 2012, foram definidos 03 cenários diferentes, e preparada uma análise de sensibilidade às oscilações dos indicadores desses instrumentos. Com base na projeção do indexador de cada contrato para o ano de 2012 (cenário provável), sendo que a partir deste foram calculadas variações crescentes de 25% e 50%, respectivamente, para tais empréstimos. Os cenários são elaborados desconsiderando o provável fluxo de caixa de pagamentos de empréstimos.

		(perdas) / ganhos financeiros					
Operação	Risco	2012	Queda 25%	Queda 50%	Cenário Provável	Aumento 25%	Aumento 50%
Empréstimos	TR	(193.850)	(4.497)	(3.748)	(5.622)	(7.027)	(8.432)
Empréstimos	TJLP	(140.891)	(6.199)	(5.166)	(7.749)	(9.686)	(11.624)
Empréstimos	US Dólar	(60.775)	18.669	25.686	8.142	(5.016)	(18.174)
Debêntures	TJLP	(16.147)	(710)	(592)	(888)	(1.110)	(1.332)
		(411.663)	7.262	16.181	(6.117)	(22.840)	(39.562)
Indexador	TR / UPR		2,32	1,93	2,90 *	3,63	4,35
	TJLP		4,40	3,67	5,50 **	6,88	8,25
	US Dólar	2,09	1,45	1,21	1,81***	2,26	2,72

Fontes * Portal Brasil ** BNDES – Banco Nacional do Desenvolvimento *** Focus – Relatório de Mercado

d) Gestão do capital social

O objetivo principal da administração de capital é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas, a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista.

A Companhia administra a estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. A estrutura de capital ou o risco financeiro decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (covenants) previstos no contrato de debêntures. Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011. O capital é administrado por meio do quociente de alavancagem, que é a dívida líquida dividida pelo capital total, acrescido da dívida líquida. A Companhia inclui na dívida líquida os empréstimos e financiamentos com rendimento, fornecedores e outros exigíveis, menos caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras, como demonstrado abaixo.

	Nota	31/12/2012	31/12/2011
Empréstimos e financiamentos	14	395.516	397.454
Debêntures	15	16.147	—
Fornecedores	16	101.163	107.467
Dívida Funcorsan	23b	150.858	151.028
(-) Caixa e equivalentes de caixa	5	(27.168)	(76.665)
(-) Aplicações financeiras	5	(25.085)	(16.923)
Dívida líquida		611.431	562.361
Patrimônio		1.213.772	1.079.048
Capital social e dívida líquida		1.825.203	1.641.409
Quociente de alavancagem		33,5%	34,26%

Porto Alegre, 31 de dezembro de 2012.

Arnaldo Luiz Dutra
Diretor Presidente
CPF nº 344.285.850-04

Eduardo Antônio Peters
Diretor Financeiro e de
Relações com Investidores
CPF nº 406.611.130-00

André Passos Cordeiro
Diretor Administrativo
CPF nº 509.848.100-72

Ricardo Röver Machado
Diretor de Operações
CPF nº 414.061.500-10

Luiz Fernando Jochims
Diretor de Expansão
CPF nº 291.745.620-53

Júlio César Riemenschneider de Quadros
Diretor Comercial
CPF nº 423.567.500-10

Antonio Gomes
Diretor Técnico
CPF nº 266.196.100-30

Ivan Edenio de Andrade
Superintendente de Contabilidade
Contador CRC/RS nº 044547/O-6
CPF nº 453.273.190-91

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Companhia Riograndense de Saneamento – CORSAN
Porto Alegre- RS

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Riograndense de Saneamento - CORSAN ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Riograndense de Saneamento - CORSAN em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB e com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e como informação complementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

ERNST & YOUNG TERCO
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6/F/RS

Porto Alegre, 12 de março de 2013.

Luís Carlos de Souza
Contador CRC-1SC021585/O-4

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Porto Alegre, 13 de março de 2013.

ROQUE JOSÉ COIMBRA WERLANG

SAMIR CUBAL

JOÃO CARLOS VIEIRA GEDIEL

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os abaixo-assinados, membros do Conselho de Administração da Companhia Riograndense de Saneamento – CORSAN, no uso das atribuições legais e estatutárias, tendo examinado o Relatório Anual da Administração, as Demonstrações Contábeis e a Proposta de Destinação do Lucro Líquido do Exercício, referente ao exercício findo em trinta e um de dezembro de dois mil e doze, ante os esclarecimentos prestados pela Diretoria e considerando os Pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, deliberam favoravelmente sobre os referidos documentos e propõem sua aprovação por parte dos Acionistas da Companhia.

Porto Alegre, 14 de março de 2013.

MARCEL MARTINS FRISON
Presidente do Conselho

ARNALDO LUIZ DUTRA
Conselheiro

CELSO ALBERICI
Conselheiro

VERA MARIA SPOLIDORO DE CUADRADO
Conselheiro

NEY DA SILVA PADILHA
Conselheiro

**Companhia Estadual de Geração e
Transmissão de Energia Elétrica
CEEE - GT**

CEEE-GT

COMPANHIA ESTADUAL DE GERAÇÃO E TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Conforme as Normas Internacionais de Contabilidade

Períodos findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011.
Valores expressos em milhares de reais.

SUMÁRIO

Relatório de Administração	
Relatório de Administração	3
Demonstrações Financeiras	
Balanços Patrimoniais	23
Demonstração dos Resultados	24
Demonstração dos Resultados Abrangentes	24
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	25
Demonstração dos Fluxos de Caixa	26
Demonstração dos Valores Adicionados	27
Notas Explicativas	
Notas Explicativas	28
Relatórios	
Relatório dos Auditores Independentes	89
Declaração dos Diretores	91
Parecer do Conselho Fiscal	92
Manifestação do Conselho de Administração	93

Senhores acionistas

A Administração da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica (CEEE-GT), em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de Vossas Senhorias Relatório de Administração (RA) e Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, acompanhadas dos pareceres dos Auditores Independentes, do Conselho Fiscal e da manifestação do Conselho de Administração.

1. Mensagem da Administração

O ano de 2012 representou um marco na história da CEEE-GT assim como na história do setor elétrico nacional.

Neste exercício social, período que antecedeu os 70 anos da criação da Companhia Estadual de Energia Elétrica, empresa da qual a CEEE-GT tem origem, desafios que pareciam intransponíveis foram superados, bem como novos caminhos deverão ser percorridos para superar os desafios que sobrevieram.

Logo no início de 2012, contando com a participação efetiva da Advocacia Geral da União, da Secretaria do Tesouro Nacional, da Agência Nacional de Energia Elétrica, das Centrais Elétricas do Brasil, da Receita Federal do Brasil, da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, da Procuradoria Geral do Estado do Rio Grande do Sul, do Acionista Controlador Estado do Rio Grande do Sul, com anúncio oficial pela Excelentíssima Presidenta da República, ocorreu o histórico desfecho de uma ação judicial que perdurava por quase 20 anos, na qual as empresas que compõem o Grupo CEEE firmaram acordo com a União.

Desse modo, restou reconhecido mais de R\$ 1,2 bilhões de reais referentes a esse processo à CEEE-GT. Os valores recebidos foram convertidos em Títulos Públicos denominados Notas do Tesouro Nacional – NTN, a serem utilizados em investimentos na concessão ou despesas intrasetoriais.

Em setembro, com a edição da Medida Provisória Nº 579/2012, posteriormente convertida na Lei Nº 12.783/12, o Poder Executivo Federal atuou de forma decisiva na redução da tarifa de energia elétrica no Brasil.

Com fundamento no aumento da competitividade da economia nacional e buscando melhores condições de vida para a população brasileira, foi ofertada às Companhias de Energia a prerrogativa legal de antecipação da renovação dos seus contratos de concessão de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, vencidos entre 2015 e 2017. Essas medidas, certamente irão impulsionar o crescimento econômico e o desenvolvimento social do Brasil, assim como contribuirão para o controle inflacionário.

A CEEE-GT teve seus contratos de concessão nº 025/2000 e nº 055/2001 inseridos dentro desse novo arcabouço normativo, sendo que a assinatura dos termos aditivos de renovação dessas concessões se deu em 04/12/2012, fazendo com que o prazo destes fosse estendido por mais 30 anos, de modo a permitir que a CEEE-GT se torne uma empresa secular.

O novo arcabouço regulatório apresenta profundos desafios, sobretudo sobre o ponto de vista das novas receitas correlacionadas aos contratos renovados. Nessa trilha, esse novo cenário exige ajustes no planejamento econômico e financeiro, com redução de custos e despesas, reformulação do plano de investimentos e a consolidação de um planejamento estratégico voltado à maximização de resultados.

No que se refere ao plano de investimentos, a Companhia busca aumentar a confiança do sistema elétrico já que, especificamente no Estado do Rio Grande do Sul, a demanda de energia elétrica exigiu uma elevação de mais de 7% em relação a 2011, gerado pelo incremento da economia. Além disso, há, ainda, grandes eventos que necessitam maior disponibilidade e confiabilidade no sistema de energia elétrica, entre eles a Copa do Mundo FIFA de Futebol 2014.

Para garantir que esses investimentos ocorram em curto e médio prazo e com a maior eficácia, a Companhia conta com recursos originados de importantes financiamentos contratados com instituições de fomento internacionais que, juntos, totalizam US\$ 148 milhões. Foi contratado US\$ 89 milhões junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), bem como US\$ 59 milhões junto à Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD).

Na mesma linha, a Companhia buscou financiamento no mercado com instituições nacionais, firmando contrato com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) no valor de R\$ 304 milhões.

De se destacar a retomada da capacidade de investimento da CEEE-GT, e o novo perfil dessas dívidas, com taxas aderentes, em consonância com a política financeira da Companhia. Esses aportes internacionais e nacionais totalizam, juntos, R\$ 600 milhões de reais, e serão destinados para investimentos prudentes nas concessões, buscando o incremento da base remuneratória e dos índices de qualidade do serviço, melhorando, cada vez mais, a prestação de seus serviços à sociedade rio-grandense.

Assim, os investimentos, aliados à qualidade técnica do quadro de pessoal da Companhia, dão a certeza da melhoria nos resultados a serem apresentados nas Demonstrações Financeiras futuras, fortalecendo uma relação de vínculo do maior ativo das empresas que são seus trabalhadores, ao mesmo tempo em que consolida a existência e a missão nobre da empresa pública CEEE-GT de ser um dos mais importantes vetores do desenvolvimento econômico e social do Estado, com a prestação do essencial serviço de energia elétrica à sociedade gaúcha em níveis de qualidade contínuos e crescentes para as próximas três décadas.

Diante do exposto, aliado às ações acima referidas, será através do comprometimento, atitude e superação de todos os trabalhadores e da administração, que a Companhia irá aprimorar cada vez mais a prestação do serviço essencial de energia elétrica, em um processo de melhoria contínua, de modo a seguir com a sua história de relevante participação no setor elétrico nacional, estratégico como protagonista do desenvolvimento sócio-econômico do Estado do Rio Grande do Sul gerando e transmitindo energia de qualidade ao povo gaúcho.

2. Perfil da Empresa

A Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica (CEEE-GT) é uma sociedade de economia mista, responsável pelo serviço público de geração e transmissão de energia elétrica, originada do processo de reestruturação societária da Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE, concluído em novembro de 2006. Tem como maior investidor a Companhia Estadual de Energia Elétrica Participações (CEEE-Par), que, por sua vez, tem o Estado do Rio Grande do Sul como acionista majoritário.

A CEEE-GT detém a concessão de um parque gerador de 15 usinas hidrelétricas, com uma potência instalada própria de 909,9 MW. Além destas usinas, a CEEE-GT possui participação em outros 09 empreendimentos, através de projetos realizados em parcerias público/privada principalmente por meio de Sociedades de Propósito Específico (SPEs), compreendendo um montante de 319,83 MW. O somatório desses valores resulta em uma potência total instalada de 1.229,73 MW. A energia produzida pelas usinas destina-se ao suprimento do Sistema Integrado Nacional (SIN), com os clientes situados em empresas de distribuição, consumidores livres do mercado, comercializadoras e geradoras.

Na Área de Transmissão, a CEEE-GT disponibilizou ao sistema elétrico interligado 6.049,76 km de linhas de transmissão (LT) e, através da operação de 64 subestações, totalizou uma potência instalada de 8.669 MVA. Seus clientes são, em sua maioria, as empresas distribuidoras de energia, que atuam no Estado, as empresas de geração, os consumidores livres, como indústrias e shoppings, e os produtores independentes.

2.1. Negócios da Empresa

A CEEE-GT tem como objetivo, prestar serviços públicos de geração e transmissão de energia elétrica, em regime de concessão estabelecidos em Contratos de Concessão da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) de nº 25/2000 de 05/04/2000 (Geração), nº 55/2001 de 01/10/2001 – Rede Básica, Instalações de Conexão e Demais Instalações de Transmissão e nº 80/2002 de 19/12/2002 – Linha de Transmissão 230 kV da Subestação Usina Presidente Médici a Subestação Pelotas 3 (Transmissão).

Além dos contratos acima na área de transmissão de energia, a CEEE-GT ainda possui, em consórcio com outras empresas, os seguintes contratos de Concessão de Transmissão da ANEEL:

- Contrato nº 082/2002 - ETAU (Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.)– Participação da CEEE-GT de 10 %;
- Contrato nº 019/2009 - TPAE (Transmissora Porto Alegrense de Energia) – Formado por CEEE-GT e Procable Energia e Telecomunicações S.A. A participação da CEEE-GT é de 20 %;
- Contrato nº 001/2011 – TESB (Transmissora de Energia Sul Brasil) – Formado por CEEE-GT, Procable Energia e Telecomunicações S.A. e Zhejiang Insignia United Engineering Co. A Participação da CEEE é de 26 %;

- Contrato nº 020/2012 – TSLE (Transmissora Sul Litorânea de Energia S.A.) – Formado por CEEE-GT e ELETROSUL Centrais Elétricas S.A.. A participação da CEEE-GT é de 49%.

2.2. Composição Acionária

A composição acionária da empresa, em 31 de dezembro de 2012 é a seguinte:

COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL					
ACIONISTA	ORDINÁRIAS		PREFERENCIAIS		TOTAL
	QTDE. AÇÕES	%	QTDE. AÇÕES	%	QTDE. AÇÕES %
CEEE-Par	255.232.851	67,05	43.495	0,66	255.276.346 65,92
ELETROBRÁS	122.681.436	32,23	3.505.584	53,43	126.187.020 32,59
MUNICÍPIOS	1.387.971	0,36	2.144.818	32,69	3.532.789 0,92
CUSTÓDIA BM&F BOVESPA	1.346.380	0,35	808.511	12,32	2.154.891 0,56
OUTROS	20.632	0,01	58.150	0,90	78.782 0,01
TOTAL	380.669.270	100,00	6.560.558	100,00	387.229.828 100,00

Fonte: Departamento de Ações e Custódia do Banco Bradesco S/A

2.3. Reconhecimentos

No ano de 2012 a CEEE-GT obteve um conjunto de prêmios, entre os mais importantes destacamos:

PRÊMIO	CONCEDENTE
Marcas de Quem Decide	Jornal do Comércio
Top of Mind - Empresas de Energia	Revista Amanhã
Prêmio Grandes e Líderes	Revista Amanhã e PricewaterhouseCoopers (PwC)
Premio Qualidade da Transparência Contábil 2012	Associação Brasileira de Contadores do Setor Elétrico (Abraconee)

3. Gestão e Governança Corporativa

3.1. Organização e Gestão

O Sistema de Gestão Integrado (SGI) é um projeto estratégico do negócio geração que está sendo desenvolvido com o objetivo de estruturar o compartilhamento dos aspectos comuns dos padrões normativos através da integração de requisitos, atendendo seus clientes e partes interessadas com produtos e serviços relacionados.

Neste projeto serão abordados aspectos como clima organizacional, orientação dos trabalhos, forma de condução dos projetos, fortalecimento das equipes e das lideranças, eliminação de retrabalho, sistematização, rastreabilidade, entre outras ações que propiciam ambiente salutar à mudança que o mercado impõe a todos aqueles que nele atuam.

Construir e implantar modelos baseados em normas de referência internacional é um passo praticado por empresas de destaque no mercado. As empresas com diferencial competitivo integram estas normativas e no setor elétrico esta integração geralmente chega a três referenciais (ISO 9000, ISO 14000 e OSHAS 18000). A meta da Geração é a integração de seis modelos (ISO 9000, ISO 14001, NBR 16000, ISO 31000, SA 8000 e OSHAS 18001) com foco na melhoria da competitividade.

O projeto é composto por três etapas principais: planejamento, mapeamento e redesenho de processos e implementação. Atualmente está sendo desenvolvida a etapa de redesenho de processos.

Na Transmissão, a Divisão de Operação e Engenharia do Sistema – Does, possui certificação ISO 9001 desde 2001 para os macroprocessos Pré-Operação, Operação em Tempo Real, Pós-Operação e Normatização. Nas últimas avaliações não foram registradas não-conformidades nos processos.

3.1.1. Políticas

A CEEE-GT possui um conjunto de Políticas para atender ao seu Estatuto Social, bem como às exigências legais e aquelas emanadas dos órgãos reguladores.

Essas Políticas têm como objetivo refletir todas as práticas desenvolvidas na empresa com base na sua missão e valores fundamentada nos princípios de ética, sustentabilidade, segurança, excelência técnica e valorização das pessoas.

Além disso, a empresa vem trabalhando na elaboração das políticas de Gerenciamento de Capitais, Riscos Financeiros, Equivalente de Caixa, Investimentos, Destinação de Resultados e Reconhecimento da Receita, tendo sido implantada pela Diretoria Financeira e de Relações com Investidores, em 2012, uma Política de Monetização das NTN-B's recebidas da União.

Referida Política tem como objetivo garantir a gestão dos recursos, transparência de preços e segurança nas operações de monetização no mercado secundário através de plataforma eletrônica, buscando aumentar a base de investidores, levando a uma melhor precificação dos títulos públicos, e, conseqüentemente, preservar o valor do patrimônio da CEEE-GT, além de atender os princípios fundamentais da Administração Pública.

Ainda em 2012, foi aprovada a revisão da Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante e de Negociação de Valores Mobiliários.

3.1.2. Código de Ética

O Código de Ética é um conjunto de orientações destinado a proporcionar o conhecimento dos valores e dos princípios éticos que regem a empresa, assim como sua aplicação prática em situações de trabalho.

O documento serve de orientação facilitadora, a todos os dirigentes, empregados e partes interessadas, independente da área de atuação e do nível hierárquico, contemplando os elementos essenciais que devem estar presentes nas relações da CEEE-GT com seus diferentes públicos – acionistas, clientes, dirigentes, empregados e partes interessadas, concorrentes, governos, comunidade, investidores e sociedade. No ano de 2012 foi realizado treinamento, com o objetivo de formar multiplicadores capacitados a disseminar o Código de Ética da Companhia, sendo distribuído a todos os empregados e partes interessadas um exemplar do Código, bem como encontra-se disponível no site da companhia.

3.1.3. Planejamento Estratégico

O ano de 2012 é marcado pela consecução de um dos objetivos estratégicos da CEEE-GT, qual seja o de Renovar suas Concessões dos segmentos de geração e de transmissão de energia elétrica.

Também é de se destacar que várias ações foram realizadas para alcançar seus objetivos estratégicos, dentre as quais podemos destacar a viabilização dos valores devidos pela União relativamente à CRC, através do Termo de Acordo firmado nos autos do processo que tratava da ação.

A partir de 2013, os demais objetivos estarão direcionados para a implementação das Ações Estratégicas que permitam alcançar o equilíbrio econômico-financeiro e concluir as obras relacionadas à infraestrutura. Uma das importantes ações estratégicas será a de priorizar a realização dos projetos vinculados às obras que darão suporte para Copa do Mundo de Futebol FIFA de 2014.

3.2. Governança Corporativa

A CEEE-GT em consonância com o Nível 1 de Governança Corporativa da BMF & Bovespa, assim como normas legais aplicáveis, disponibiliza de forma transparente todas as informações através de seu site de Relações com Investidores, bem como na Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

A estrutura da administração da empresa é constituída por uma Assembléia Geral, por um Conselho de Administração, Conselho Fiscal e pela Diretoria Colegiada. Além disso, completa a estrutura de governança a Auditoria Interna, a auditoria independente, os comitês de assessoramento à Diretoria e os canais de comunicação da empresa com suas partes interessadas.

3.3. Indicadores de Desempenho Operacional e de Produtividade

3.3.1. Produtividade e Qualidade

A melhoria e a modernização dos empreendimentos justificam-se pela necessidade de minimizar as perdas técnicas e de buscar alternativas que proporcionem maior confiabilidade ao sistema e garantam o atendimento de energia elétrica com qualidade e eficácia, atendendo o crescimento da demanda. A CEEE-GT utiliza uma série de indicadores que permitem o monitoramento da energia gerada e do desempenho do Sistema Elétrico de Transmissão do Rio Grande do Sul, facilitando a canalização de recursos para buscar melhores índices, melhor qualidade e o mínimo de interrupções.

- a) Indicadores Operacionais de Geração Disponibilidade – PCH's e UHE's: As usinas hidrelétricas (Usinas Tipo I) despachadas centralizadamente pelo Operador Nacional do sistema (ONS) devem possuir mensalmente disponibilidade móvel nos últimos 60 meses igual ou superior a estabelecida pela ANEEL. Enquadram-se neste critério na CEEE-GT as UHE's Leonel de Moura Brizola, Itaúba e Passo Real. As três usinas encerraram 2012 acima da meta em todos os meses.

A tabela de Disponibilidade das UHE's a seguir, demonstra o resultado por Usina:

Usina	Referência (limite inferior)	Resultado (dez/2012)
Itaúba	89,58%	94,58%
Passo Real	89,58%	93,42%
Leonel de Moura Brizola	93,01%	96,43%

Observação: média móvel 60 meses

Produção de Energia – PCH's e UHE's:

Para as usinas não despachadas centralizadamente pelo ONS (usinas Tipo III) a meta da CEEE-GT é de gerar na média anual 100% da garantia física vigente para cada uma destes empreendimentos. Esta meta, entretanto, está fortemente vinculada a condições climáticas favoráveis, não sendo gerenciável devido ao fato dos reservatórios destes empreendimentos não possuírem capacidade de regularização de vazões. No ano de 2012, em virtude de estiagem e chuvas abaixo da média no estado, a produção destes empreendimentos ficou comprometida.

Este não atendimento da geração esperada em boa parte dos empreendimentos, entretanto, não traz prejuízos financeiros à Companhia, pois todos os empreendimentos próprios de geração da CEEE-GT participam do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE). O MRE é um mecanismo financeiro que visa o compartilhamento dos riscos hidrológicos que afetam os agentes de geração, buscando garantir a otimização dos recursos hidrelétricos do Sistema Interligado Nacional (SIN).

A tabela de produção a seguir demonstra o resultado por Usina para o ano de 2012.

Usina	Resultado (jan a dez/2012)
PCH Bugres	85,37%
PCH Herval	0%*
PCH Passo do Inferno	82,97%
PCH Toca	65,76%
PCH Capigui	34,86%
PCH Forquilha	94,48%
PCH Guarita	123,07%
PCH Ijuizinho	68,92%
PCH Ivaí	83,34%
PCH Santa Rosa	72,85%
PCH Ernestina	55,08%
UHE Canastra	82,68%
UHE Itaúba	51,96%
UHE Leonel de Moura Brizola	59,94%
UHE Passo Real	55,15%

* A PCH Herval não operou em 2012, por estar passando por obras de substituição do conduto forçado

- b) Indicadores Operacionais e de Produtividade de Transmissão Capacidade Instalada: Este indicador corresponde à soma da potência nominal de todos os transformadores da Transmissão em operação. Em 2012 a CEEE-GT teve cinco obras concluídas e energizadas, aumentando em 165 MVA a potência instalada ao sistema de transmissão, totalizando 8.511 MVA. Houve um aumento de 2% de capacidade instalada em relação a 2011. Os principais empreendimentos que entraram em operação comercial que

proporcionaram esse aumento na capacidade instalada foram nas subestações de Lajeado 2 e Ijuí 1.

Índice de Indisponibilidade Mensal de Energia (IIT): Indica o percentual de energia deixada de transportar no mês, em relação ao montante total de energia requerida.

A apuração dos montantes de energia interrompida e de suas respectivas causas (desligamentos programados, fenômenos naturais e ambientais, falhas humanas, falhas de equipamentos de potência, falhas de equipamentos de proteção e controle e outras causas) é realizada diariamente e contabilizada com periodicidade mensal para o cálculo do indicador, permitindo a quantificação dos montantes absolutos e percentuais de cada uma das causas para um melhor controle através de ações específicas e pertinentes às causas verificadas (gerenciamento de manutenção, treinamento de pessoal, utilização de técnicas de manutenção sem desligamento – em linha viva ou ao potencial, etc.).

O quadro 1 demonstra uma estabilidade destes indicadores entre 2008 e 2012.

Quadro 1 – Valores do Indicador IIT

Indicador	2008	2009	2010	2011	2012
IIT – Geral (%)	0,0113	0,0057	0,0060	0,0071	0,0049
IIT – Transmissão (%)	0,0081	0,0055	0,0039	0,0060	0,0047

Energia Deixada de Transmitir (EDT): Este indicador se divide em dois subitens, um valor global, incluindo motivos externos e alheios a CEEE Transmissora, e outro para as causas específicas de responsabilidade da empresa.

A EDT Total soma toda a energia interrompida no ano de 2012 e a EDT Média é o resultado da média nos doze meses do ano de 2012.

O quadro 2 demonstra os valores obtidos nos últimos 5 anos.

Quadro 2 – Valores do Indicador EDT

Indicador	2008	2009	2010	2011	2012
EDT Total - Geral (MWh)	3255,67	1589,09	1866,11	2217,98	1580,51
EDT Total - Transmissão (MWh)	2317,39	1538,44	1206,78	1885,27	1504
EDT Média - Geral (MWh)	271,31	132,42	155,51	184,83	131,71
EDT Média - Transmissão (MWh)	193,12	128,20	100,56	157,11	125,62

4. Gestão Econômica

4.1. O Setor de Energia Elétrica no Brasil

O consumo de energia elétrica no Brasil foi impulsionado pela demanda do comércio e das residências, e cresceu 3,5% em 2012, de 433,03 mil gigawatt-hora (GWh) para 448,29 mil GWh, de acordo com dados da Empresa de Pesquisa Energética (EPE). A classe de consumo industrial não registrou crescimento na demanda em 2012 ante 2011, segundo a EPE a produção industrial se reduziu 2,6% em 2012, redução que foi observada na maioria dos subsetores, mas principalmente

nos segmentos em que é intensivo o uso de eletricidade, como a cadeia da siderurgia e a produção de alumínio.

O cenário para o Brasil, nos próximos anos, contempla uma forte demanda doméstica por insumos básicos, como o aço, o alumínio e o cobre, entre outras commodities metálicas e outros insumos básicos, como consequência da melhoria de renda da população e da necessidade de dotar a economia de uma moderna e eficiente infraestrutura. Essas mudanças de cenário, relativas aos segmentos industriais mencionados, têm um impacto importante no consumo de eletricidade na indústria e na carga de energia do Sistema Interligado Nacional (SIN).

4.1.1. Regulação

A ANEEL, como agência reguladora e fiscalizadora do setor de energia elétrica vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME), instituiu instrumentos normativos de relevante e amplo impacto no para as distribuidoras de energia elétrica em 2012, com destaque para a publicação da Medida Provisória (MP) nº 579/2012, a qual foi convertida na Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, bem como dos Decretos nº 7.805/2012, nº 7.850/2012, MP nº 591/12, MP 605/13 e demais normativas correlatas.

O principal objetivo do governo ao propor a antecipação da renovação das concessões de geração e transmissão é transferir o benefício da redução tarifária a todos os consumidores do mercado cativo, contribuindo para a modicidade tarifária. Esta redução se dará devido à reavaliação econômica dos ativos de geração e transmissão que já estão totalmente depreciados.

Conforme a MP nº 579 as tarifas das concessões de geração de energia hidrelétrica e as receitas das concessões de transmissão de energia elétrica serão definidas pela ANEEL e levarão em consideração, entre outros, os custos de operação e manutenção, encargos e tributos.

Tendo por base essa nova legislação, a CEEE-GT apresentou em 15 de outubro de 2012 a ratificação do pedido de renovação das suas concessões, culminando com a assinatura, em 4 de dezembro de 2012, do 1º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 055/2001 e o 2º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 025/2000, atingindo com isso um dos objetivos estratégicos da Companhia.

Essa prorrogação impôs algumas condições básicas, a saber: antecipação em dois anos, remuneração por tarifa calculada pela ANEEL e alocação integral de cotas de garantia física de energia e de potência das usinas hidrelétricas às concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica.

A decisão do governo de reduzir o preço de venda da “energia velha”, pagando apenas os custos de operação e manutenção, a redução de encargos setoriais sobre mercado cativo e livre, incluindo a extinção da Conta de Consumo de Combustíveis (CCC) e a Reserva Global de Reversão (RGR) e a redução de 75% da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), contribuirá para a modicidade tarifária, reduzindo os custos da energia elétrica para todos os consumidores.

A CEEE-GT, ao aderir à proposta do governo na redução do valor da energia, passará por um momento de adaptação e adequação à nova realidade do setor elétrico, com impactos na receita.

A Receita Anual Permitida – RAP da concessão de Transmissão da CEEE-GT nº 055/2001 foi definida pela Portaria do Ministério de Minas e Energia – MME nº 579, de 31 de outubro de 2012, e houve uma redução de 64,3%.

Na MP nº 579 também foi definido que os bens reversíveis que ainda não estavam totalmente depreciados em 31/12/2012 seriam indenizados com base no Valor Novo de Reposição (VNR). Conforme a Portaria do MME nº 580 de 1º de novembro de 2012, o valor da indenização dos bens reversíveis de transmissão da CEEE-GT é de R\$ 661 milhões. Ainda de registrar que a MP 591/12 estabeleceu que a União também irá indenizar ativos existentes na denominada Rede Básica do Sistema Existente - RBSE da CEEE-GT, pendendo ainda de definição este valor.

A instituição da MP nº 577/2012, convertida na Lei nº 12.767/12 é outra alteração regulatória importante, vindo a reger sobre a extinção das concessões de serviço público de energia elétrica e a prestação temporária do serviço e sobre a intervenção para adequação do serviço público de energia elétrica.

4.1.1.1 Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)

Nos últimos anos a CEEE-GT vem investindo em projetos de P&D, buscando transformar esses investimentos em soluções que tragam melhorias em processos, novas metodologias, protótipos ou até mesmo produtos que possam ser produzidos em escala, entrando no mercado consumidor.

Ao longo do ano de 2012 foram encerrados dois projetos em Transmissão e dois projetos em Geração. A CEEE-GT investiu durante o ano em torno de R\$ 3,2 milhões em projetos de P&D, distribuídos em dois segmentos.

Na Geração foram investidos R\$ 1,7 milhões estando a maior concentração em projetos vinculados ao tema de fontes alternativas de energia.

Já na Transmissão foram investidos R\$ 1,5 milhão com destaque para os projetos com os temas Supervisão, Controle e Proteção de Sistemas de Energia Elétrica, onde os valores aportados ficam em torno de 50% do total.

No final de 2012 a CEEE-GT cadastrou 39 projetos na ANEEL, com valores totais estimados em R\$ 49 milhões. Os projetos cadastrados que forem aprovados para execução deverão iniciar no primeiro semestre de 2013, com tempos de execução que variam de 12 a 36 meses.

Dentre os diversos projetos de P&D em execução durante o ano de 2012, na área de Geração podemos destacar:

- Projeto: Produção Sustentável de Biometano iniciado em fevereiro de 2012 para a Cogeração de Energia Elétrica e Calor. O investimento previsto é de R\$ 432 mil.

Dentre os diversos projetos de P&D em execução durante o ano de 2012, na área de Transmissão podemos destacar:

- Projeto: estudo e desenvolvimento de técnicas para implementação de melhorias no sistema de aterramento elétrico de subestações, visando aumentar a confiabilidade dos sistemas de telecomunicações. O investimento previsto é de R\$ 402 mil.

4.2. Participação no Mercado de Energia Elétrica

O quadro a seguir apresenta as Participações Societárias da CEEE-GT em Empreendimentos de Geração.

PARTICIPAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS EM OPERAÇÃO								
Nome da Usina	Entrada em Operação	Nº de Unidades	Potência Instalada MW	Garantia Física MWm	CEEE Potência Instalada MW	CEEE Garantia Física MWm	Localização da Casa de Máquinas	Participação Societária
UHE Machadinho	2002	3	1140	473	63	26,16	Piratuba/SC	5,53%
UHE Dona Francisca (1)	2001	2	125	78	12,5	6	Nova Palma/RS	10%
UHE Monte Claro (2)	2005	2	130	59	39	17,7	Veranópolis/RS	30%
UHE Campos Novos	2007	3	880	377,9	57,3	24,6	Campos Novos/SC	6,51%
UHE Furnas do Segredo	2005	2	9,8	5,51	1,03	0,58	Jaguari/RS	10,5%
UHE Castro Alves (2)	2008	3	130	64	39	19,2	Nova Roma do Sul/RS	30%
UHE 14 de Julho (2)	2009	2	100	50	30	15	Cotiporã/RS	30%
UHE Foz do Chapecó	2010	4	855	432	77	38,9	Alpestre/RS	9%
UTE Piratini	2003	1	10	0	1	0	Piratini/RS	10%
Totais			3379,8	1539,41	319,83	148,14		
Obs (1): A CEEE-GT recebe em energia a sua participação nestes empreendimentos. A energia assegurada à CEEE é de 2MWm nos 10 primeiros anos de operação comercial, 6MWm do 11º ao 20º e 10MWm a partir do 21º ano. Obs (2): A CEEE-GT não recebe energia, apenas dividendos destes empreendimentos. Usina Integrante do Projeto CERAN (Companhia Rio das Antas)								

Principais dados das usinas da Companhia:

Usinas Hidrelétricas	Data Inauguração	Localização casa de força	Unidades geradoras	Capacidade Instalada (MW)	Energia Assegurada (MW Médio)
1. UHE Itaúba	1978	Pinhal Grande	4	500	190
2. UHE Gov. Leonel de Moura Brizola*	1962	Salto do Jacuí	6	180	123
3. UHE Passo Real	1973	Salto do Jacuí	2	158	68
4. UHE Canastra	1956	Canela	2	42,5	24
5. PCH Bugres**	1952	Canela		11,12	10
6. UHE Ernestina	1957	Tio Hugo	1	4,8	3,24
7. PCH Capigui***	1933 e 1956	Marau	3	3,76	1,26
8. PCH Guarita	1953	Erval Seco	1	1,76	0,99
9. PCH Herval	1941	Santa Maria do Herval	2	1,44	0,35
10. PCH Santa Rosa	1955	Três de Maio	1	1,4	0,88
11. PCH Passo do Inferno	1948	São Francisco de Paula	1	1,332	0,52
12. PCH Toca	1930	São Francisco de Paula	2	1,088	0,36
13. PCH Forquilha	1950	Maximiliano de Almeida	1	1	0,95
14. PCH Ijuizinho	1950	Eugênio de Castro		1	0,7
15. PCH Ivaí	1950	Júlio de Castilhos	1	0,7	0,45

* O reservatório da usina possui o nome de Maia Filho;

** Inclui os reservatórios de Salto, Divisa e Blang;

*** A PCH possui 03 reservatórios (captação, auxiliar e regularização);

**** Municípios abrangidos pelo reservatório de regularização de João Amado.

4.2.1. Mercado de Geração e Transmissão de Energia

A potência total de geração da CEEE-GT é de 1.229,73 MW, representando em torno de 18% do total instalado no Estado e cerca de 1% da potência instalada no âmbito nacional.

No que diz respeito ao setor de transmissão de energia no RS, cabe ressaltar que uma parcela expressiva da energia elétrica consumida no Estado flui pelas linhas de transmissão do Sistema Interligado Nacional – SIN. Na área de transmissão a CEEE-GT detém a maioria das concessões de linhas de transmissão e de subestações na tensão de 230 kV, disponibilizadas para o Estado do Rio Grande do Sul através da Rede Básica do Sistema Interligado Brasileiro, com índice de disponibilidade média de quase 100% nas linhas de transmissão.

Também possui a concessão das instalações em tensão menor ou igual a 138 kV. Essas instalações viabilizam o suprimento de energia às concessionárias que atuam no Rio Grande do Sul, assim como aos consumidores livres, produtores independentes e a outras empresas de geração que atuam no Estado.

4.2.2. Comercialização

Em 2012, a CEEE-GT promoveu ofertas públicas de venda de energia elétrica ao mercado livre e participou de chamadas públicas de outros agentes, resultando em contratos de curto e longo prazo.

A energia comercializada no corrente ano totalizou 444,557 MW médios, negociados através de Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR), e em negociações no Ambiente de Comercialização Livre. As sobras contratuais - energia não vendida em contratos – foram liquidadas no mercado de curto prazo junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

4.3. Investimentos

No ano de 2012 a CEEE-GT implementou um conjunto de obras com objetivo de ampliar a capacidade de atendimento da demanda, confiabilidade e qualidade no fornecimento de energia elétrica. Os investimentos somaram R\$ 91,5 milhões, sendo R\$ 13,1 milhões na área de Geração, R\$ 78,4 milhões na área de Transmissão, permitindo o desenvolvimento e favorecendo a expansão dos negócios.

4.3.1. Geração

4.3.1.1. Expansão e modernização da Geração

Durante o ano de 2012 prosseguiu-se com ações visando o aumento da capacidade de geração das usinas de CEEE-GT que possuem condições favoráveis à ampliação. Podem ser elencados os

seguintes projetos:

USINA	PREVISÃO DE AMPLIAÇÃO EM MW
Central Hidrelétrica Bugres	8,08 MW
Central Hidrelétrica Ijuizinho II	14,0 MW
Usina Hidrelétrica Ernestina	9,6 MW
PCH Forquilha	9,0 MW
PCH Guarita	10,3 MW
PH Santa Rosa	4,6 MW
UHE Gov. Leonel Brizola	42 MW

Além dos estudos e investimentos realizados nas usinas sob concessão da CEEE-GT, foi estabelecido acordo de investimentos com o grupo Elecnor/Enerfin para aquisição de 10% de participação nos Parques Eólicos de propriedade da empresa, em uma potência total de até 500 MW de empreendimentos em operação, construção e em estudo. Este acordo, que deverá ser efetivado ao longo de 2013, deverá agregar 50 MW ao negócio Geração, com um investimento de mais de R\$ 80 milhões.

4.3.2. Transmissão

4.3.2.1 Expansão e modernização da Transmissão

Em 2012, executou-se o Plano de Investimento da Transmissão, dando continuidade as obras iniciadas em 2011, instalando novos canteiros de obras, concluindo e energizando etapas fundamentais para assegurar o atendimento da demanda e crescimento do mercado. Do total de 64 Subestações existentes, a CEEE-GT está com canteiro de obras instalado em 18 Subestações.

Foram concluídas cinco obras em subestações e encontram-se em fase de construção, 14 empreendimentos, totalizando um valor aproximado de R\$ 140 milhões.

As obras do Consórcio TESB, do qual a CEEE-GT tem participação de 26%, encontra-se em andamento com conclusão prevista para o segundo semestre de 2013.

Em junho a Empresa participou do leilão 05/12 da ANEEL, em conjunto com ELETROSUL, e arrematou o lote A com uma Receita Anual Permitida - RAP de R\$ 77 milhões, havendo um investimento total do consórcio orçado em R\$ 709 milhões.

Também investiu em manutenção do seu sistema, no valor aproximado de R\$ 8,3 milhões.

5. Balanço Social

1 - BASE DE CÁLCULO	Dezembro 2012 (valor em mil R\$)			Dezembro 2011 (valor em mil R\$)		
Receita líquida (RL)	952.863			762.484		
Resultado operacional (RO)	301.115			103.505		
Folha de pagamento bruta (FPB)	218.968			202.498		
2 - INDICADORES SOCIAIS INTERNOS	Valor (em mil R\$)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (em mil R\$)	% sobre FPB	% sobre RL
Encargos Sociais Compulsórios	43.623	20%	5%	40.225	20%	5%
Saúde	448	0%	0%	298	0%	0%
Medicina e Segurança	856	0%	0%	988	0%	0%
Cultura	-	0%	0%	-	0%	0%
Educação	682	0%	0%	751	0%	0%
Capacitação e Desenvolvimento Profissional	749	0%	0%	543	0%	0%
Benefícios	50.104	23%	5%	44.508	22%	6%
Alimentação	13.360	6%	1%	10.555	5%	1%
Creches ou Auxílio-Creche	1.308	1%	0%	1.192	1%	0%
Previdência privada	30.071	14%	3%	27.982	14%	4%
Plano de Saúde	5.365	2%	1%	4.779	2%	1%
Participação nos Lucros ou Resultados	5.719	3%	1%	6.029	3%	1%
Inclusão Social	60	0%	0%	62	0%	0%
Outros	1.379	1%	0%	1.392	1%	0%
Produtividade	1.168	1%	0%	1.118	1%	0%
Vale Transporte - Excedente	211	0%	0%	274	0%	0%
Total - Indicadores sociais internos	103.620	50%	14%	94.796	46%	12%
3 - INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS	Valor (em mil R\$)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (em mil R\$)	% sobre RO	% sobre RL
Educação	2.481	1%	0%	8.369	8%	1%
Cultura	403	0%	0%	526	1%	0%
Saúde e saneamento	-	0%	0%	-	0%	0%
Esporte	-	0%	0%	-	0%	0%
Inclusão Social	245	0%	0%	72	0%	0%
Ação Social	-	0%	0%	-	0%	0%
Outros	-	0%	0%	-	0%	0%
Total das contribuições para a sociedade	3.129	1%	0%	8.967	9%	1%
Tributos (excluídos encargos sociais)	63.528	21%	7%	57.680	5%	8%
Total - Indicadores sociais externos	66.655	22%	7%	66.827	65%	9%
4 - INDICADORES AMBIENTAIS	Valor (em mil R\$)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (em mil R\$)	% sobre RO	% sobre RL
Indicador Ambiental	1.187	0%	0%	384	0%	0%
Educação	77	0%	0%	63	0%	0%
Estudo	-	0%	0%	32	0%	0%
Gestão	486	0%	0%	2.930	3%	0%
Resíduos	55	0%	0%	664	1%	0%
ISO 14.001	1	0%	0%	113	0%	0%
Sócio Patrimonial e Ambiental	430	0%	0%	1.516	1%	0%
Processos Ambientais	-	0%	0%	624	1%	0%
Outros	-	0%	0%	13	0%	0%
Institucional	-	0%	0%	47	0%	0%
Programas Ambientais	2.712	1%	0%	2.369	2%	0%
Reflorestamento	-	0%	0%	29	0%	0%
Efficientização Energética	-	0%	0%	-	0%	0%
Reposição Reflorestal	54	0%	0%	-	0%	0%
Poda e Desmatamento	2.498	1%	0%	1.057	1%	0%
Monitoramento de águas e salvamento fauna	58	0%	0%	247	0%	0%
Reassentamentos - Remanejamento	-	0%	0%	-	0%	0%
Acumulação de Tóxicos e Gerenciamento Ambiental	16	0%	0%	121	0%	0%
Mantenção de faixas de servidão	86	0%	0%	176	0%	0%
Outros	4.462	1%	0%	5.825	5%	0%
Total dos investimentos em meio ambiente	4.462	1%	0%	5.825	5%	0%
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa	() não possui metas () cumpre de 0 a 50%;			() não possui metas () cumpre de 0 a 50%;		
5 - INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL	2012			2011		
Nº de empregados(as) ao final do período*	1.539			1.533		
Nº de admissões durante o período	58			107		
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	496			439		
Nº de estagiários(as)	626			115		
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	257			262		
Nº de mulheres que trabalham na empresa	21,88%			21,33%		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	66			175		
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	18,60%			8,53%		
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	35			32		
Nº de portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais						
6 - INFORMAÇÕES RELEVANTES QUANTO AO EXERCÍCIO DA CIDADANIA EMPRESARIAL	Em 2012			Em 2011		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	21,98			9,96		
Número total de acidentes de trabalho**	20			3		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() direção (n) direção e gerências () todos(as) empregados(as)			() direção (n) direção e gerências () todos(as) empregados(as)		
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	() direção e gerências () todos(as) empregados(as) (n) todos(as) - Cipa			() direção e gerências () todos(as) empregados(as) (n) todos(as) - Cipa		
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	() não se envolverá (n) seguirá as normas da OIT () incentivará e seguirá a OIT			() não se envolverá (n) seguirá as normas da OIT () incentivará e seguirá a OIT		
A previdência privada contempla:	() direção () direção e gerências (n) todos(as) empregados(as)			() direção () direção e gerências (n) todos(as) empregados(as)		
A participação dos lucros ou resultados contempla:	() direção () direção e gerências (n) todos(as) empregados(as)			() direção () direção e gerências (n) todos(as) empregados(as)		
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	() não serão considerados (n) serão considerados () serão considerados			() não serão considerados (n) serão considerados () serão considerados		
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	() não se envolverá () apoiará (n) organizará e incentivará			() não se envolverá () apoiará (n) organizará e incentivará		
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	Em 2012: R\$ 843.522			Em 2011: R\$ 640.227		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	72,38%: governo 18,44%: acionistas 8,24%: terceiros ____%: retido			28,05%: governo 13,77%: acionistas 18,09%: terceiros ____%: retido		
7 - OUTRAS INFORMAÇÕES						
Contempla a Campanha do Agasalho e a Campanha do Brinquedo						
Escolaridade	Em 2012			Em 2011		
Graduados	558			512		
Graduandos	0			0		
Ensino Médio	891			918		
Ensino Médio Incompleto	0			0		
Ensino Fundamental	62			71		
Ensino Fundamental Incompleto	28			30		
Não Alfabetizados	0			1		

**Acidentes com perda de tempo

Para fim de demonstração, as receitas e despesas não operacionais estão somadas às receitas e despesas operacionais, conforme determina a Lei 6.404/76 e suas alterações.

6. Indicadores Sociais

6.1. Indicadores Sociais Internos

A Companhia ao final de 2012 contou com quadro de 1.539 empregados. Para manter um dimensionamento de pessoal adequado aos serviços realizados pela CEEE-GT, foram contratados 58 novos empregados através de concurso público.

A CEEE-GT conta com um Plano de Desligamento Incentivado, com o qual, no ano de 2012, houve a adesão de 29 empregados, com um custo de R\$ 3,8 milhões.

Para manter os empregados capacitados para o pleno exercício de suas atividades profissionais a CEEE-GT, investiu R\$ 915,6 mil em treinamento e desenvolvimento, resultando em uma média de 48,49 horas de capacitação por empregado.

A Companhia, valorizando o seu quadro de pessoal, homenageou 170 trabalhadores que completaram 25 anos de trabalho de fevereiro de 2010 a janeiro de 2012, os quais foram laureados com a insígnia de ouro pelos 25 anos de trabalho exclusivo na empresa.

Considerando que o negócio exercido pela CEEE-GT envolve atividades perigosas, a empresa prima pela segurança no ambiente de trabalho. Embora tenha existido um trabalho de prevenção, no ano de 2012, ocorreram 15 acidentes sendo oito com afastamentos, sete sem afastamentos.

A taxa de frequência com afastamento na CEEE-GT obteve um acréscimo de 170,96% em relação ao ano de 2011, por outro lado, a taxa de gravidade e a quantidade de dias perdidos ou debitados obtiveram uma redução expressiva. Cabe destacar que em 2012 não houve nenhum acidente na área operacional da Geração.

6.2. Indicadores Sociais Externos

A CEEE-GT, através de sua Política de Patrocínio financiou 12 Projetos, investindo o valor de R\$ 1,7 milhões. Em todos os projetos patrocinados pela empresa, encontram-se presentes contrapartidas sociais, buscando beneficiar as comunidades do entorno, seja do local na qual os eventos se realizam ou das instalações da empresa.

Em relação às questões ambientais, a empresa investiu R\$ 4,5 milhões em programas específicos para a mitigação ambiental oriunda de suas atividades. Podemos destacar dentre os diversos programas:

- Projeto Alimentar - que é uma parceira da CEEE-GT e da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social de Canoas e tem como objetivo utilizar a área embaixo das linhas de transmissão para o plantio de alimentos agroecológicos.
- Reservatórios vivos - A iniciativa busca conscientizar a população da necessidade de preservação dos reservatórios e de seu entorno.

Para saber mais sobre estes e outros Programas, consulte o Relatório de sustentabilidade – GRI (Global Report Initiative) disponível no site www.ceeeg.com.br.

7. Aspectos Econômicos Financeiros / Endividamento

7.1. Ingressos Extra-operacionais e Outros

O ano de 2012 inicia de maneira especial para a CEEE-GT na medida em que, no mês de janeiro, a empresa teve a conclusão com êxito da mais nobre missão de definitivamente termos a Conta de Resultados a Compensar – CRC reconhecida e monetizada, concretizando dessa forma uma das mais, senão a mais importante das ações estratégicas de recuperação e fortalecimento efetivo e real das concessionárias do Grupo CEEE.

No dia 26 de janeiro de 2012, no Palácio Piratini, com a presença do Excelentíssimo Governador do Estado do Rio Grande do Sul e da Excelentíssima Presidenta da República, que no exercício do

maior cargo do Estado Brasileiro reconheceu publicamente o valor devido pela União, culminando em um Termo de Acordo de mais de R\$ 1,2 bilhões de reais na forma de Notas do Tesouro Nacional – NTN-B.

Esse reconhecimento contou com a participação efetiva da Advocacia Geral da União, da Secretaria do Tesouro Nacional, da Agência Nacional de Energia Elétrica, das Centrais Elétricas do Brasil, da Receita Federal do Brasil, da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, da Procuradoria Geral do Estado do Rio Grande do Sul, do Acionista Controlador Estado do Rio Grande do Sul e culminou com o histórico desfecho da ação judicial que perdurava por quase 20 anos.

O Termo de Acordo firmado com a União definiu o pagamento dos valores devidos na forma de Notas do Tesouro Nacional Série B – NTN-B's, em três Tranches, sendo a primeira em fevereiro de 2012 e as demais em dezembro de 2012 e dezembro de 2013.

Assim, em 09 de fevereiro de 2012 a empresa recebeu a primeira Tranche de NTN-B, nos termos do acordado com a União, com o que foi dado início ao planejamento de monetização das mesmas, visando ao cumprimento das obrigações a cargo da concessionária, em especial no que tange ao pagamento de dívidas que possuía com a Eletrobrás e de multas regulatórias com a ANEEL.

Foram cumpridas as obrigações constantes da Cláusula 1.5 do Termo de Acordo firmado com a União, tendo sido quitados os débitos referentes à multas regulatórias e dívidas Eletrobrás dentro do prazo estabelecido no acordo, o que habilitou a Companhia a receber a segunda e terceira tranches nos termos da cláusula 3.1 do Termo de Acordo. Com isso, em dezembro de 2012, houve a liberação da 2ª tranche nos termos da Portaria nº 742, de 18.12.12, da Secretaria do Tesouro Nacional – STN.

A totalidade dos recursos recebidos pela Companhia obrigatoriamente deverão ser aplicados em investimentos prudentes e regulatórios nas concessões de geração e transmissão, ou despesas intrasetoriais.

Neste contexto à Companhia cabe o desafio de priorizar projetos e programas de obras qualitativos, com foco e assertivas dos investimentos na planta do sistema elétrico-energético, que propiciem aumento da segurança, confiabilidade, qualidade e ao mesmo tempo incrementem a base de ativos remunerados em tempo hábil a eliminar multas e passivos regulatórios e propiciar um aumento significativo da receita de forma a proporcionar no médio e longo prazo um processo sustentável e consolidado de reversão da atual situação técnica-financeira da empresa.

Essa assertividade dos investimentos é um dos pilares do Programa de Recuperação Financeira em andamento, o qual foi proposto pela Diretoria Financeira e aprovado pela Diretoria Colegiada e Conselho de Administração, tendo como finalidade a redução de despesas e aumento de receitas, a consecução de financiamentos a taxas civilizadas e prazos longos, aliado à revisão orçamentária fundamentada na implantação de uma nova lógica alicerçada em bases sólidas a partir do domínio da receita operacional atual e futura da empresa, entre outras, objetivando preservar a continuidade de suas operações e do cumprimento do contrato de concessão.

O ano de 2012 também foi marcado por um grande conquista da CEEE-GT, haja vista que a concessionária obteve a prorrogação de seus contratos de concessão por mais 30 anos, de modo a permitir que a CEEE-GT se torne uma empresa secular.

O novo arcabouço regulatório apresenta profundos desafios, sobretudo sobre o ponto de vista das novas receitas correlacionadas aos contratos renovados. Nessa trilha, esse novo cenário exige ajustes no planejamento econômico e financeiro, com redução de custos e despesas, reformulação do plano de investimentos e a consolidação de um planejamento estratégico voltado à maximização de resultados, através de um aprofundamento do Programa de Recuperação Financeira em vigor.

Como forma de viabilizar esses investimentos em curto e médio prazo e com a maior eficácia, após longo período sem acessar o mercado financeiro internacional, a Companhia obteve financiamentos junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e à Agência Francesa de Desenvolvimento – AFD, com garantias soberanas. Cabe registrar que este fato relevante tem um significado histórico e emblemático para a empresa e o Estado, pois se concretizou um empréstimo internacional com garantias soberanas, com 100% do financiamento alavancado, ou seja, a contrapartida dar-se-á através de financiamento com a AFD, ficando evidente que a Companhia obteve uma certificação financeira e técnica de reconhecimento mundial.

O financiamento da CEEE-GT totaliza US\$ 148 milhões, contando com Garantias Soberanas da União e contragarantias do Estado do Rio Grande do Sul, sendo US\$ 89 milhões referentes ao BID e US\$ 59 milhões da AFD.

A CEEE-GT pretende reforçar a infraestrutura para o fornecimento de energia elétrica na Região Metropolitana de Porto Alegre e na sua área de concessão para atendimento à demanda com mais eficiência e sustentabilidade, garantindo a segurança energética para a Copa do Mundo o ano de 2014.

Além desses financiamentos internacionais, a CEEE-GT obteve a aprovação junto ao BNDES de empréstimo com valor total de R\$ 304 milhões, sendo que o BNDES irá aportar R\$ 236 milhões e a CEEE-GT caberá a contrapartida de R\$ 68 milhões, cujo objeto é a ampliação e modernização de 25 subestações, linhas e modernização do Sistema de Comunicação da CEEE-GT em todo o Estado do Rio Grande do Sul.

É importante destacar a retomada da capacidade de investimento da CEEE-GT, e o novo perfil dessas dívidas, com taxas aderentes, em consonância com a política financeira da Companhia, cujos aportes internacionais e nacionais, totalizam R\$ 600 milhões de reais, e serão destinados para investimentos prudentes nas concessões, buscando o incremento da base remuneratória e dos índices de qualidade do serviço, melhorando, cada vez mais, a prestação de seus serviços à sociedade rio-grandense, mantendo-a como protagonista do desenvolvimento sócio-econômico do Estado do Rio Grande do Sul de forma sustentável.

7.2. Endividamento

Em 2012, o saldo da dívida da companhia totalizou em R\$ 181,7 milhões, distribuídos conforme tabela abaixo, contemplando contratos financeiros com agentes nacionais e internacionais, conforme a seguir demonstrado:

Grupo	Indexador	Saldo (R\$ Mil) *	Participação no Total (%)
Saldo Devedor da Dívida Interna		181.670	100,00%
Moeda Nacional - Eletrobrás - RGR	RGR	19.708	10,85%
Moeda Nacional - FIDC	CDI	158.678	87,34%
Moeda Nacional - Fundação	INPC	3.284	1,81%
Saldo Devedor da Dívida		181.670	100,00%

* posição em 31/12/2012

7.3. Resultados do Exercício

A Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE- GT encerrou o exercício de 2012 com um prejuízo de R\$ 130,2 milhões, representando uma redução de 247,73% no seu resultado em relação ao exercício de 2011 que foi um Lucro de R\$ 88,2 milhões.

Este efeito negativo foi decorrente principalmente dos impactos da MP nº 579/2012 convertida na Lei nº 12.783/2013, produzindo significativa redução de receita, gerando a revisão de premissas através de projeções de resultados tributáveis que em um horizonte de 10 anos estão sujeitas a não se concretizarem, conforme preconiza a Instrução CVM 371/2002. Desta forma, a Companhia reverteu o ativo fiscal diferido no montante de R\$ 229 milhões, relativos ao Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido, registrado no resultado do exercício.

O quadro abaixo apresenta os resultados e indicadores econômico-financeiros:

Resultados e Indicadores Econômicos Financeiros	2012	2011	Variação % 2012/2011
Ativo Total	3.676.747	3.762.340	-2,27
Patrimônio Líquido	2.265.143	2.168.734	4,45
Lucro(Prejuízo) Líquido do Exercício	-130.258	88.173	-247,73
Dívida Total (Empréstimos, Financiamentos e Outras Captações)	181.670	313.297	-42,01
CRC e Investimento em Títulos do Governo	1.301.030	1.153.631	12,78
ROCE (%) (retorno sobre o capital empregado)= ROL/ Ativo Não circulante)	51,91	30,94	20,97 p.p
Dívida Bruta/EBITDA	0,72	1,85	-1,12 p.p
Participação do Capital de terceiros sobre o ativo total(%) (PC+PNC/AT x 100)	38,39	42,36	-3,97 p.p
Margem Líquida (%) (LL (Prej) do Ex./ROL)	-13,67	11,56	-25,23 p.p
Margem Operacional Lucro Antes IR/CS/ROL	31,60	13,57	18,03 p.p
Cotação Unitária da Ação - ON (R\$ por lote de mil)	2,12	2,60	
Cotação Unitária da Ação - PNA (R\$ por lote de mil)	2,51	2,65	

Por outro lado, contribuíram para minimizar o resultado negativo da CEEE GT, o aumento da receita operacional líquida no montante de R\$ 191 milhões, decorrente, principalmente, da remuneração do ativo financeiro da transmissão no montante de R\$ 136 milhões e o crescimento da disponibilização do sistema de transmissão no montante de R\$ 48 milhões.

O resultado financeiro da Companhia, também contribuiu para minimizar este prejuízo, apresentando um aumento de R\$ 104 milhões, passando de R\$ 30 milhões negativos em 2011 para R\$ 74 milhões positivos em 2012, decorrente, principalmente, pelo reconhecimento da receita financeira da atualização monetária das Notas do Tesouro Nacional NTN-B no montante de R\$ 102 milhões.

EBITDA

O EBITDA (Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização) apresentou aumento de 48,18% em relação ao mesmo período do ano anterior, conforme pode ser observado abaixo, decorrente basicamente pelo aumento da receita operacional líquida em 24,97% e pela redução em 35,21% nas Outras Despesas Operacionais em 2012, em função dos acordos judiciais trabalhistas ocorridos no exercício anterior:

Demonstrativo do Cálculo do EBITDA	2012	2011	Variação % 2012/2011
Receita Operacional Líquida - ROL	952.863	762.484	24,97
Custo do Serviço de Energia Elétrica	-463.136	-415.385	11,50
Despesas Operacionais	-206.425	-274.148	-24,70
(-) Despesas com Vendas	-572	-1.243	-53,98
(-) Despesas Gerais e Administrativas	-56.211	-41.958	33,97
(-) Outras Despesas Operacionais	-149.642	-230.947	-35,21
Outras Receitas/Despesas	-94.871	35.591	-366,56
Resultado da Atividade ou EBIT	188.431	108.542	73,60
(+) Depreciação/Amortização	62.945	61.105	3,01
EBITDA	251.376	169.647	48,18
Margem EBITDA	26,38	22,25	4,13 p.p

(*) Na composição das Despesas/Receitas Operacionais não são consideradas as receitas e despesas financeiras e o Resultado da Equivalência Patrimonial.

8. Auditores Independentes

Em atendimento a Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, a Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE – GT informa que utiliza os serviços de Auditoria Independente da KPMG Auditores Independentes na elaboração de suas demonstrações financeiras, cujo contrato foi assinado em 10 de abril de 2008, no valor de R\$ 124,9 mil. O prazo de execução dos serviços é de 12(doze) meses, a contar da data de assinatura do instrumento, podendo haver renovações sucessivas, limitadas ao máximo de 60 meses.

O referido contrato foi aditado em 10 de abril de 2012, prorrogando o prazo contratual por mais 12 meses, onde é dado ao presente contrato o valor de R\$ 352 mil.

Neste contrato, além dos serviços normais de Auditoria Independente na elaboração de demonstrações financeiras foi inserido:

Serviços de Auditoria Independente nas Demonstrações Contábeis Regulatórias, cujo prazo de execução é de 284 horas, no valor de R\$ 54 mil, em cumprimento ao que estabelece a Resolução Normativa ANEEL nº 396, de 23/02/2010. Para este contrato o percentual é de 15% em relação aos serviços normais de auditoria, e,

Serviços de Auditoria Independente para o Relatório de Controle Patrimonial – RCP, num prazo de execução de 151 horas, no valor de R\$ 31 mil, conforme estabelece a Resolução Normativa ANEEL nº 367, de 02/06/2009. Para este contrato o percentual é de 9% em relação aos serviços normais de auditoria.

A KPMG Auditores Independentes possui contratos para a prestação de Serviços de Auditoria Externa com a Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE – D (valor de R\$ 370 mil) e Companhia Estadual de Energia Elétrica Participações – CEEE – PAR (valor de R\$ 14 mil), que são respectivamente, Concessionária e Empresa resultantes da cisão da Companhia Estadual de Energia Elétrica – CEEE.

A política na contratação de bens e serviços é elaborada através de licitação pública e quanto a contratação de serviços não relacionados à auditoria externa, junto ao auditor independente, fundamentam-se nos princípios de preservar a independência do auditor, quais sejam: a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho; b) o auditor não deve funções gerenciais no seu cliente; e c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

Os Auditores Independentes declaram que a prestação de serviços não afeta a independência e a objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de Auditoria Externa, baseados no item 1.2.10.6 m.2 da Resolução nº 1.034/05 do Conselho Federal de Contabilidade.

9. Agradecimentos

A Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT, através de sua Diretoria, expressa reconhecimento à dedicação de seus trabalhadores. Da mesma forma presta agradecimentos ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Rio Grande do Sul, Tarso Genro, pela confiança, orientação e incentivo às nossas atividades.

Em especial, agradecemos à Excelentíssima Presidenta da República, Dilma Rousseff, pela justiça feita através do reconhecimento da mais importante ação estratégica de recuperação e fortalecimento efetivo da empresa pública CEEE-GT, através da assinatura do Termo de Acordo da Conta de Resultados a Compensar – CRC, consolidando o reconhecimento dos créditos da Companhia junto à União.

Também agradecemos ao Conselho de Administração, Conselho Fiscal, acionistas majoritário e minoritários, dentre os quais destacamos a Eletrobrás, fornecedores e, especialmente, à população gaúcha.

Sérgio Souza Dias

Diretor Presidente

Gerson Carrion de Oliveira

Diretor

Luiz Antônio Tirello

Diretor

Halikan Daniel Dias

Diretor

Rubem Cima

Diretor

Gilberto da Silva da Silveira

Diretor

Carlos Ronaldo Vieira Fernandes

Diretor

Balanços Patrimoniais
para os períodos findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota Explicativa	31/12/2012	31/12/2011		Nota Explicativa	31/12/2012	31/12/2011
ATIVO CIRCULANTE				PASSIVO CIRCULANTE			
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	117.172	16.905	Fornecedores	20	63.743	53.192
Investimentos em Títulos do Governo	10	841.271	-	Obrigações Trabalhistas	21	32.002	28.912
Concessionárias e Permissionárias	6	102.848	97.272	Provisão para Dividendos	29	-	41.613
Tributos a Recuperar	7	1.956	3.028	Obrigações Fiscais	22	13.322	17.643
Estoques	8	7.955	6.969	Empréstimos, Financiamentos e Outras Captações	23	92.445	176.005
Conta de Resultados a Compensar - CRC	10	459.759	796.505	Provisão para Benefícios a Empregados	24	61.838	61.288
Indenização Rede Básica Novos Investimentos - RBNI	15	260.435	-	Obrigações da Concessão	25	34.345	34.571
Ativo Financeiro da Concessão	15	12.757	303.624	Provisão para Passivos Trabalhistas, Cíveis e Tributários	26	83.886	89.284
Pagamentos Antecipados	11	795	686	Outros Passivos	27	48.717	106.521
Outros Créditos a Receber	9	36.240	73.007			430.298	609.029
		<u>1.841.188</u>	<u>1.297.996</u>				
ATIVO NÃO CIRCULANTE				PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Contas a Receber	12	149.225	136.742	Empréstimos e Financiamentos e Outras Captações	23	89.225	137.292
Tributos a Recuperar	7	3.357	4.051	Comercialização de Energia na CCEE	42	73.058	73.058
Aplicações Financeiras	5	32.262	33.431	Provisão para Benefícios a Empregados	24	325.387	326.763
Depósitos Judiciais	13	58.119	57.559	Obrigações Fiscais	22	72	-
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	14	23.574	252.638	Provisão para Passivos Trabalhistas, Cíveis e Tributários	26	105.363	83.984
Conta de Resultados a Compensar - CRC	10	-	357.126	Obrigações da Concessão	25	3.354	3.274
Indenização Rede Básica Novos Investimentos - RBNI	15	415.393	-	Receita Recebida Antecipadamente	28	-	105.445
Ativo Financeiro da Concessão	15	33.599	813.873	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	14	263.141	76.563
Bens e Direitos Destinados à Alienação e Renda	16	3.126	3.185	Outros Passivos	27	121.706	178.198
Outros Créditos a Receber	9	457.652	43.116			981.306	984.577
Investimentos	17	355.473	317.838				
Imobilizado	18	300.113	441.896	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Intangível	19	3.666	2.889	Capital Social	29	588.447	588.447
		<u>1.835.559</u>	<u>2.464.344</u>	Reserva de Incentivos Fiscais	29.2	1.209.304	1.209.304
				Recursos Destinados a Aumento de Capital		620	620
				Reserva de Lucros	29	213.827	221.740
				Outros Resultados Abrangentes	29.6	252.945	148.623
						<u>2.265.143</u>	<u>2.168.734</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>3.676.747</u>	<u>3.762.340</u>	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>3.676.747</u>	<u>3.762.340</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração dos Resultados

para os períodos findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota Explicativa	31/12/2012	31/12/2011
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	31	952.863	762.484
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA		(463.136)	(415.385)
Custo com Energia Elétrica	32	(60.869)	(52.752)
Custo de Operação	33	(402.267)	(362.633)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		489.727	347.099
Despesas Operacionais		(206.425)	(274.148)
Despesas com Vendas	33	(572)	(1.243)
Despesas Gerais e Administrativas	33	(56.211)	(41.958)
Outras Despesas Operacionais	33	(149.642)	(230.947)
Outras Receitas	34	1.269	50.701
Outras Despesas	34	(96.140)	(15.110)
RESULTADO DO SERVIÇO		188.431	108.542
Resultado de Participações Societárias		38.483	25.098
Receita/Despesa Financeira	35	74.201	(30.135)
LUCRO ANTES DO IR E CS		301.115	103.505
Imposto de Renda Corrente	36	(39.055)	(17.165)
Imposto de Renda Diferido	36	(288.278)	6.157
Contribuição Social Corrente	36	(14.694)	(6.541)
Contribuição Social Diferido	36	(89.344)	2.217
PREJUÍZO/LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		(130.256)	88.173
Prejuízo/Lucro Básico e Diluído por Ação - R\$	30	(0,34)	0,23

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração dos Resultados Abrangentes

para os períodos findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota Explicativa	31/12/2012	31/12/2011
Resultado do Período		(130.256)	88.173
Outros Resultados Abrangentes		157.625	-
Variação líquida no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	10	255.269	-
Venda de Títulos do Governo	10	(16.442)	-
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos sobre Outros Resultados Abrangentes	10	(81.202)	-
Resultado Abrangente do Período		27.369	88.173

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

para os períodos findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital Social	Recursos Destinados a Aumento de Capital	Reserva de Lucros		Lucros Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Total
			Reserva de Incentivos Fiscais	Reserva de Lucros			
Saldos em 31/12/2010	588.447	620	1.164.415	120.055	-	177.876	2.051.413
Reserva Especial de Dividendos não Distribuídos	-	-	-	99.658	-	-	99.658
Dividendos Remanescentes à Disposição da AGO	-	-	-	(43.967)	-	-	(43.967)
Lucro do Período	-	-	-	-	88.173	-	88.173
Outros resultados abrangentes							
Variação líquida no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social sobre outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-
Total de outros resultados abrangentes, líquido de impostos	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial							
Realização do custo atribuído dos ativos	-	-	-	-	44.323	(44.323)	-
Imposto de renda e contribuição social sobre realização do custo atribuído dos ativos	-	-	-	-	-	15.070	15.070
Total do ajuste de avaliação patrimonial, líquido de impostos	-	-	-	-	44.323	(29.253)	15.070
Destinação do Resultado:							
Reserva Legal	-	-	-	4.380	(4.380)	-	-
Reserva para Expansão	-	-	-	8.761	(8.761)	-	-
Reserva de Incentivos Fiscais	-	-	44.889	-	(44.889)	-	-
Dividendos Obrigatórios	-	-	-	-	(41.613)	-	(41.613)
Dividendos Remanescentes à disposição da AGO	-	-	-	32.853	(32.853)	-	-
Saldos em 31/12/2011	588.447	620	1.209.304	221.740	-	148.623	2.168.734
Prejuízo do Período	-	-	-	-	(130.256)	-	(130.256)
Dividendos não distribuídos	-	-	-	41.613	-	-	41.613
Outros resultados abrangentes							
Variação líquida no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	-	238.827	238.827
Imposto de renda e contribuição social sobre outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	(81.202)	(81.202)
Total de outros resultados abrangentes, líquido de impostos	-	-	-	-	-	157.625	157.625
Ajuste de Avaliação Patrimonial							
Reversão do custo atribuído dos ativos	-	-	-	-	31.461	(31.461)	-
Realização do custo atribuído dos ativos	-	-	-	-	49.269	(49.269)	-
Imposto de renda e contribuição social sobre realização do custo atribuído dos ativos	-	-	-	-	-	27.427	27.427
Total do ajuste de avaliação patrimonial, líquido de impostos	-	-	-	-	80.730	(53.303)	27.427
Destinação do Resultado:							
Absorção do Prejuízo do Exercício	-	-	-	(49.526)	49.526	-	-
Saldos em 31/12/2012	588.447	620	1.209.304	213.827	-	252.945	2.265.143

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração dos Fluxos de Caixa

para os períodos findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota Explicativa	31/12/2012	31/12/2011
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Prejuízo/Lucro Líquido do Período		(130.256)	88.173
Despesas (Receitas) que não afetam o caixa			
Variações Monetárias e Cambiais dos Empréstimos de Longo Prazo		15.290	22.537
Variações Monetárias do Passivo Não Circulante		3.825	3.452
Provisão para Desvalorização de Investimentos		9	62
Depreciação e Amortização de Bens do Ativo Imobilizado e Intangíveis	33	62.945	61.105
Resultado de Equivalência Patrimonial		(38.483)	(25.098)
Constituição de Provisão para Passivos e Outras		43.973	(57.072)
Constituição de Provisão Ex-Autárquicos	33	57.635	56.475
Constituição de Provisão Para Créditos de Liquidação Duvidosa	33	571	1.243
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos		361.867	-
Baixas do Ativo Imobilizado, Investimentos e Intangível		428.783	11.332
Atualização dos Investimentos em Títulos do Governo	10	(44.006)	-
Receita com Atualização da Conta de Resultados a Compensar - CRC	10	(42.142)	(44.890)
GERAÇÃO BRUTA DE CAIXA		720.011	117.319
Variações no Ativo Circulante e Não Circulante		177.770	25.186
Concessionárias e Permissonárias		(6.147)	(12.183)
Tributos a Recuperar		1.766	43.795
Aplicações Financeiras de Longo Prazo		1.169	(11.056)
Estoques		(986)	(629)
Conta de Resultados a Compensar - CRC		899.138	10.784
Investimentos em Títulos do Governo		(721.562)	-
Pagamentos Antecipados		(109)	(13)
Contas a Receber		(12.483)	(12.307)
Depósitos Judiciais		(560)	4.739
Indenização Rede Básica Novos Investimentos - RBNI		(675.828)	-
Ativo Financeiro da Concessão		1.071.141	723
Bens e Direitos Destinados à Alienação		-	5
Outros Créditos a Receber		(377.769)	1.328
Variações no Passivo Circulante e Não Circulante		(300.773)	(9.173)
Fornecedores		10.551	(6.085)
Obrigações Trabalhistas		3.090	(2.925)
Provisão para Dividendos		(41.613)	(14.078)
Obrigações Fiscais		(4.249)	(61.301)
Provisão para Benefícios a Empregados		(62.024)	(62.252)
Obrigações da Concessão		(146)	6.899
Provisão para Passivos Trabalhistas e Cíveis		(26.713)	(48.918)
Receita Recebida Antecipadamente		(105.445)	15.049
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos		53.775	(15.070)
Provisão para Dividendos		41.613	14.078
Outros Passivos		(169.612)	165.430
GERAÇÃO OPERACIONAL DE CAIXA		597.008	133.332
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Caixa Líquido Aplicado em Investimentos		(349.824)	(43.516)
Aumento de Investimentos		(16.923)	(5.198)
Aquisição de Bens do Ativo Imobilizado		(332.017)	(36.975)
Aquisição de Ativo Intangível		(884)	(1.343)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Caixa Líquido Aplicado em Financiamentos		(146.917)	(94.866)
Incremento de Empréstimos e Financiamentos		18.312	57.627
Pagamento de Empréstimos e Financiamentos e Encargos de Dívidas		(165.229)	(152.493)
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA		100.267	(5.050)
Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes de Caixa	5	16.905	21.955
Saldo Final de Caixa e Equivalentes de Caixa	5	117.172	16.905

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração dos Valores Adicionados

para os períodos findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota Explicativa	31/12/2012		31/12/2011	
RECEITAS					
Receita Operacional Bruta	31	1.087.584		886.692	
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	33	(571)		(1.243)	
Outras Receitas e Despesas	34	(94.871)		35.591	
(-) INSUMOS		(210.808)		(330.465)	
Material	33	(7.614)		(10.524)	
Serviços de Terceiros	33	(27.663)		(24.702)	
Custo de Energia Comprada	32	(60.869)		(52.752)	
Outros Custos Operacionais	33	(14.630)		(7.992)	
Custo de Construção	33	(58.347)		(53.433)	
Outras Despesas Operacionais	33	(41.685)		(181.062)	
(=) VALOR ADICIONADO BRUTO		781.334		590.575	
(-) Depreciação e Amortização	33	(62.945)		(61.105)	
(-) Provisões	33	(43.957)		13.015	
(=) VALOR ADICIONADO LÍQUIDO		674.432		542.485	
(+) Resultado de Participações Societárias		38.483		25.098	
(+) Receitas Financeiras	35	130.607		72.644	
(=) VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR		843.522	%	640.227	%
Distribuição do Valor Adicionado					
Pessoal, Administradores e Contribuição Fundo de Pensão		293.750	34,82	256.652	40,09
Remuneração Direta		152.523	18,09	125.723	19,64
Benefícios		21.711	2,57	18.078	2,82
Plano de Benefícios Previdenciais		50.093	5,94	45.884	7,17
Compromissos Previdenciais		57.715	6,83	56.476	8,82
F.G.T.S.		11.708	1,39	10.491	1,64
Impostos, Taxas, Encargos e Contribuições		610.524	72,38	179.605	28,05
Federais		608.521	72,14	177.887	27,78
Estaduais		219	0,03	4	0,00
Municipais		1.784	0,20	1.714	0,27
Remuneração de Capitais de Terceiros		69.504	8,24	115.797	18,08
Aluguéis	33	13.098	1,55	13.018	2,03
Despesas Financeiras	35	56.406	6,69	102.779	16,04
Remuneração de Capitais Próprios		(130.256)	(15,44)	88.173	13,77
Prejuízo/Lucro Líquido do Período		(130.256)	(15,44)	88.173	13,77
TOTAL		843.522		640.227	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

1. Contexto Operacional

A Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT com sede na Avenida Joaquim Porto Villanova, nº 201, Prédio A, Sala 722, Bairro Jardim Carvalho, Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, é uma sociedade anônima de capital aberto sendo seu acionista controlador o Estado do Rio Grande do Sul através da Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE-Par, empresa detentora de 65,92% do seu capital total. Foi organizada em conformidade com a autorização concedida pela Lei nº 12.593, em 13 de setembro de 2006, e constituída a partir da cisão da Companhia Estadual de Energia Elétrica – CEEE, conforme Assembleia Geral Extraordinária realizada em 26 de novembro de 2006, (Ata nº 170), que consignou, nos termos do artigo 229, parágrafo 2º, da Lei nº 6.404/76, tendo sido observadas todas as formalidades legais para tanto, a constituição formal da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT, a qual somente iniciou as atividades previstas no seu objeto social a partir de 1º de dezembro de 2006. A Concessionária tem por objeto projetar, construir e explorar sistemas de produção e transmissão de energia elétrica, bem como desenvolver atividades que visem idêntica finalidade; a prestação de serviços de natureza pública ou privada, no setor de energia elétrica; a exploração de sua infraestrutura, com a finalidade de gerar receitas alternativas, complementares ou acessórias, inclusive proveniente de projetos associados.

1.1. Autorização e Emissão das Demonstrações Financeiras

A Administração da Concessionária autorizou a conclusão de elaboração das Demonstrações Financeiras em 25/03/2013.

1.2. Das Concessões

1.2.1 Concessão de Geração

Em 05 de abril de 2000 a Concessionária firmou o Contrato de Concessão nº 025/2000 - ANEEL para exploração de geração de energia elétrica. O contrato regula a exploração dos potenciais de energia hidráulica por meio das centrais geradoras e das instalações de transmissão de interesse restrito às centrais geradoras.

Com o advento da Medida Provisória nº 579 de 11/09/2012, estabeleceu-se um novo marco regulatório no Setor Elétrico Brasileiro, a partir de uma redução tarifária nos segmentos de geração e de transmissão.

A referida MP estabeleceu que toda energia gerada pelas usinas cujas concessões vencem até 2017, serão comercializadas em regime de cotas, por tarifas definidas pela ANEEL, que cobrirão somente os custos de operação e manutenção, encargos setoriais reduzidos, tributos e a remuneração do uso das redes de transmissão e distribuição.

Pelas medidas constantes da Medida Provisória nº 579 de 11/09/2012, somente a Usina de Itaúba não está sendo afetada, uma vez que sua concessão tem previsão de término para 30/12/2021, já as demais usinas do parque gerador da CEEE-GT estão sendo impactadas e deverão disponibilizar sua energia para o regime de cotas.

Em atendimento a legislação, em 04/12/2012, a Concessionária firmou com a União, o Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 25/2000 - ANEEL, pelo prazo de 30 anos, em que foram prorrogadas as concessões das usinas listadas no quadro abaixo:

RELAÇÃO DAS USINAS HIDRELÉTRICAS										
UHE	Potência Instalada (MW)	TEIF (%)	IP (%)	TOTAL [1-(1-TEIF)*(1-IP)]	Nº de Unidades Geradoras	Localização (Rio/Município/UF)	Atos			Termo Final da Concessão
							Concessão	1ª Prorrogação	2ª Prorrogação	
Jacuí	180	1,672	5,403	6,98	6	Rio Jacuí, Município de Salto do Jacuí/RS	Contrato de Concessão nº 25/2000-ANEEL	Port. MME nº 372, 20/05/1969	Port. MME nº 278, 11/08/99	31/12/2042
Passo Real	158	2,533	8,091	10,42	2	Rio Jacuí, Município de Salto do Jacuí/RS	Contrato de Concessão nº 25/2000-ANEEL	Port. MME nº 278, 11/08/99	-	31/12/2042
Canastra*	44,8	-	-	-	2	Rio Santa Maria, Município de Canela/RS	Contrato de Concessão nº 25/2000-ANEEL	Port. MME nº 372, 20/05/1969	Port. MME nº 278, 11/08/99	31/12/2042
Bugres*	19,2	-	-	-	2	Rio Santa Cruz, Município de Canela/RS	Contrato de Concessão nº 25/2000-ANEEL	Port. MME nº 372, 20/05/1969	Port. MME nº 278, 11/08/99	31/12/2042
Ernestina	4,96	-	-	-	1	Rio Jacuí, Município de Ernestina/RS	Contrato de Concessão nº 25/2000-ANEEL	Port. MME nº 372, 20/05/1969	Port. MME nº 278, 11/08/99	31/12/2042
Capigui*	4,47	-	-	-	3	Rio Capigui, Município de Passo Fundo/RS	Contrato de Concessão nº 25/2000-ANEEL	Port. MME nº 372, 20/05/1969	Port. MME nº 278, 11/08/99	31/12/2042
Guarita*	1,76	-	-	-	1	Rio Guarita, Município de Erval Seco/RS	Contrato de Concessão nº 25/2000-ANEEL	Port. MME nº 372, 20/05/1969	Port. MME nº 278, 11/08/99	31/12/2042
Herval*	1,52	-	-	-	2	Rio Cadeia, Município de Santa Maria do Herval/RS	Contrato de Concessão nº 25/2000-ANEEL	Port. MME nº 372, 20/05/1969	Port. MME nº 278, 11/08/99	31/12/2042
Santa Rosa*	1,58	-	-	-	1	Rio Santa Rosa, Município de Três de Maio/RS	Contrato de Concessão nº 25/2000-ANEEL	Port. MME nº 372, 20/05/1969	Port. MME nº 278, 11/08/99	31/12/2042
Passo do Inferno*	1,49	-	-	-	1	Rio Santa Cruz, Município de São Francisco de Paula/RS	Contrato de Concessão nº 25/2000-ANEEL	Port. MME nº 372, 20/05/1969	Port. MME nº 278, 11/08/99	31/12/2042
Forquilha*	1,118	-	-	-	1	Rio Forquilha, Município de Maximiliano de Almeida/RS	Contrato de Concessão nº 25/2000-ANEEL	Port. MME nº 372, 20/05/1969	Port. MME nº 278, 11/08/99	31/12/2042
Ijuizinho*	1,118	-	-	-	1	Rio Ijuizinho, Município de Eugênio de Castro/RS	Contrato de Concessão nº 25/2000-ANEEL	Port. MME nº 372, 20/05/1969	Port. MME nº 278, 11/08/99	31/12/2042

* Usinas não despachadas centralizadamente.

O prazo de concessão das usinas listadas anteriormente tem seu termo final previsto para 31/12/2042, e a Usina de Itaúba permanece com prazo de concessão contratado até 30/12/2021.

A Usina de Toca, localizada no município de São Francisco de Paula, por ser menor que 1 MW, e estar enquadrada em uma legislação específica, não é objeto de renovação nas atuais condições e portanto deverá ser requerida a autorização ao poder concedente por ocasião do vencimento da atual concessão em 07/07/2015.

A CEEE-GT, conforme Despacho da ANEEL nº 259 de 21/07/1999 tem um registro da Pequena Central Hidrelétrica Ivaí, com potência instalada de 0,768 MW, localizada no rio Ivaí, município de Júlio de Castilhos.

A Medida Provisória nº 579 de 11/09/2012 foi transformada na Lei nº 12.783 de 11/01/2013. Com esta nova legislação em vigor, o segmento de geração deixou de ser concorrencial, ou seja, na medida do vencimento de suas concessões toda energia deverá ser disponibilizada ao sistema através de cotas, em que o órgão regulador define suas tarifas.

1.2.2. Concessão de Transmissão

A Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT detém duas concessões para exploração dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica.

1.2.2.1. Contrato de Concessão nº 055/2001 – ANEEL

Em 1º de outubro de 2001 a Concessionária firmou o Contrato de Concessão nº 055/2001 - ANEEL para Transmissão de energia elétrica. Em razão da Medida Provisória nº 579 de 11/09/2012,

convertida na Lei nº 12.783/2013 e Decreto nº 7.805/2013, o contrato de concessão foi aditado em 04/12/2012, tendo sofrido alterações significativas. O Contrato de Concessão, já com as alterações realizadas, estabelece:

- I. quais os bens vinculados à Concessão e a obrigação de operar e manter a infraestrutura existente;
- II. as condições para a prestação do serviço;
- III. a garantia de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da concessão;
- IV. a indenização, em caso de extinção da concessão, referente à parcela ainda não amortizada dos investimentos realizados pela Concessionária na infraestrutura a serviço da concessão.

O prazo do Contrato de Concessão foi prorrogado por mais trinta anos e tem prazo de vigência até 31 de dezembro de 2042.

O Contrato de Concessão também estabelece que a Receita Anual Permitida (nome dado à remuneração pela prestação do serviço de transmissão) será reajustada anualmente no mês de julho e revisada a cada cinco anos. Além dos critérios para reajuste e revisão da receita, previstos em contrato, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL estabelecerá em regulamentação específica regras e metodologia para cálculo dessa revisão.

1.2.2.2. Contrato de Concessão nº 080/2002 - ANEEL

Em 19 de dezembro de 2002 a Concessionária firmou o Contrato de Concessão nº 080/2002 - ANEEL para Transmissão de Energia Elétrica. O Contrato de Concessão da LT 230kV UPME x Pelotas 3 estabelece:

- I. a obrigação de construir, operar e manter a infraestrutura a serviço da concessão;
- II. quais os serviços que o operador deve prestar e para quem os serviços devem ser prestados (área geográfica de atendimento e classe de consumidores);
- III. a garantia de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da concessão;
- IV. indenização ao final do contrato de concessão referente à parcela ainda não amortizada dos investimentos realizados pela Concessionária na infraestrutura a serviço da concessão.

O Contrato de Concessão tem prazo de vigência de 30 (trinta) anos, contados a partir da entrada em operação das instalações de transmissão, objeto do contrato, podendo ser renovado por igual período desde que requerida pela Concessionária até 36 (trinta e seis) meses antes do término do contrato. A eventual prorrogação do Contrato de Concessão estará subordinada ao interesse público e à revisão das condições gerais do contrato.

O Contrato de Concessão também estabelece que as tarifas serão reajustadas anualmente no mês de julho e revisadas nos casos de criação, alteração ou extinção de tributos ou encargos legais, quando comprovado seus impactos. Os critérios e metodologias para reajuste e revisão das tarifas de energia elétrica são definidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL em regulamentação específica.

1.2.3. Autorizações

Em 30 de setembro de 1999, através dos atos nº 4.390 e 4.391, publicados no Diário Oficial da União em 14 de outubro de 1999, a CEEE recebeu da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL autorização para exploração do Serviço Limitado Especializado, submodalidade Serviço de Circuito Especializado, em âmbito interno e internacional, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

1.2.4. Mecanismo de atualização da receita de transmissão de energia elétrica do contrato de concessão nº 055/2001

O Contrato de Concessão define as parcelas que irão compor a Receita Anual Permitida. A RBSE refere-se a parcelas de receita das instalações componentes da Rede Básica, definidas no anexo do

1º termo aditivo. A RBNI é a parcela da RAP referente às instalações de transmissão classificadas como Rede Básica, autorizadas pela ANEEL e em operação comercial entre 1º de julho de um ano e 30 de junho do ano seguinte. A RBNIA é a parcela da RAP referente às instalações de transmissão classificadas como Rede Básica, autorizadas pela ANEEL e previstas para entrar em operação comercial entre 1º de julho de um ano e 30 de junho do ano seguinte. Esta parcela é devida a partir da efetiva entrada em operação comercial e calculada pro rata tempore. A RPC refere-se às Demais Instalações de Transmissão – DIT's, listadas no anexo do 1º Termo Aditivo ao contrato de concessão nº 055/2001. A RCDM é a parcela da RAP referente às instalações de transmissão classificadas como DIT, autorizadas pela ANEEL e em operação comercial entre 1º de julho de um ano e 30 de junho do ano seguinte. A RCDMA é a parcela da RAP referente às instalações de transmissão classificadas como DIT, autorizadas pela ANEEL e previstas para entrar em operação comercial entre 1º de julho de um ano e 30 de junho do ano seguinte. Esta parcela é devida a partir da efetiva entrada em operação comercial e calculada pro rata tempore. A soma dessas duas parcelas compõe a Receita Anual Permitida – RAP das concessionárias de transmissão, que deve ser suficiente para manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão.

Os reforços em instalações existentes, são implementados por meio de autorizações expedidas pela ANEEL. As RAPs associadas a esses reforços são caracterizadas pelas parcelas denominadas RBNI (Rede Básica Novas Instalações) e RCDM (Demais Instalações de Transmissão), que são as parcelas correspondentes às novas instalações autorizadas e com receitas estabelecidas por resolução específica.

Neste contexto, a revisão tarifária periódica constitui o instrumento regulatório desse regime econômico e financeiro. Na revisão, as tarifas são alteradas (para mais ou para menos) segundo uma metodologia que consiste em revisar as condições de desempenho da Concessionária. A receita do serviço de transmissão de energia elétrica é então reposicionada para um novo patamar de “preço máximo” de forma a expressar os ganhos de eficiência obtidos e apropriados pela concessionária ao longo dos anos que antecedem a revisão tarifária contratual.

A revisão tarifária periódica tem como resultado o reposicionamento tarifário que consiste em calcular a Receita Anual da concessionária compatível com a cobertura de custos operacionais eficientes e com um retorno adequado sobre o capital prudentemente investido. O objetivo do reposicionamento tarifário é assegurar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão que, com a aplicação das regras de reajuste tarifário anual, deverá ser mantido até a próxima revisão tarifária periódica.

A Receita Anual Permitida Total de uma determinada concessionária é dada pela composição da receita anual líquida, formada pela remuneração e reintegração do capital e pelos Custos de Administração, Operação e Manutenção, acrescida dos encargos e tributos (ET) e da parcela de ajuste (PA), ou seja:

Os encargos e tributos que são considerados no cálculo da RAP são os seguintes: Pesquisa e Desenvolvimento (P&D); Taxa de Fiscalização (TFSEE); Reserva Global de Reversão (RGR); PIS/COFINS.

O total de encargos e tributos incorporados no cálculo da receita deverá considerar as alíquotas de acordo com a legislação vigente. Em relação aos tributos sobre a renda, são considerados no cálculo da RAP o Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). Assim, a alíquota tributária efetiva será de 34,0%, considerada na taxa de remuneração.

1.2.5. Renovação das Concessões de Geração e Transmissão

Em 11 de setembro de 2012, o Governo Federal publicou a Medida Provisória nº 579 que dispõe sobre a opção de prorrogação dos contratos de concessão de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica vincendos entre os anos de 2015 e 2017, a critério do poder concedente, uma única vez, pelo prazo de até 30 anos, de forma a assegurar a continuidade, a eficiência da prestação do serviço e a modicidade tarifária.

Posteriormente, em 14 de setembro de 2012, o Decreto Presidencial nº 7.805 foi publicado, regulamentando a Medida Provisória, estabelecendo os prazos e procedimentos a serem cumpridos pelas concessionárias para apresentação do requerimento de renovação dos seus contratos de concessão.

Para as concessionárias de geração, as principais condições referiam-se à mudança do sistema de precificação, passando do sistema de preços, para o sistema de receita permitida, com revisões periódicas; à alocação de toda garantia física de energia e potência das Usinas alcançadas pela Medida Provisória, em regime de cotas, para as distribuidoras; e quando da prorrogação, à indenização dos ativos residuais pelo valor novo de reposição – VNR. Os investimentos futuros deverão ser submetidos previamente à aprovação do agente regulador.

As usinas que possuem contratos de venda no Ambiente de Contratação Livre – ACL, após 2012, deverão recompor esta energia mediante compra neste mesmo ambiente.

Para as concessionárias de transmissão, as principais condições referiam-se à redução de sua Receita Anual Permitida - RAP e a não indenização das instalações de transmissão autorizadas pela ANEEL até 31/05/2000.

Diante destas publicações legais, a CEEE-GT, concessionária atuante no segmento de geração e transmissão de energia elétrica, teve seus contratos de concessão nº 025/2000 e nº 055/2001 inseridos dentro do contexto desse novo arcabouço normativo, sendo que, em 15 de outubro de 2012, manifestou sua intenção preliminar favorável à aceitação da prorrogação desses contratos.

Em 31 de outubro de 2012 o Ministério de Minas e Energia publicou a Portaria Ministerial nº 578, definindo as tarifas iniciais para as Usinas Hidrelétricas enquadradas no art. 1º da MP 579, com base no valor do Custo da Gestão dos Ativos de Geração – GAG.

Ainda em 31 de outubro de 2012, através da Portaria Ministerial nº 579, foi definido pelo Ministério de Minas e Energia o valor das Receitas Anuais Permitidas das instalações integrantes das concessões de transmissão enquadradas no artigo 6º da MP nº 579.

Em 01/11/2012, o Ministério de Minas e Energia e o Ministério da Fazenda, através da Portaria Interministerial nº 580, estabeleceram os valores de indenização para as usinas hidrelétricas enquadradas no art. 1º da MP 579, bem como para as instalações integrantes das concessões de transmissão de energia elétrica, enquadradas no art. 6º da referida Medida Provisória.

Em 06/11/2012, foi dada publicidade pela União das Notas Técnicas da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e da Empresa de Pesquisas Energéticas - EPE, referente às metodologias que consubstanciaram os valores descritos nas Portarias referenciadas.

Assim, para a CEEE-GT, nos termos das Portarias publicadas pela União, no mês de Novembro de 2012, ficou delineado o valor de indenização relacionado ao contrato de Concessão nº 055/2001, perfazendo R\$661.086 mil a preço de outubro de 2012, ficando também delineado que as usinas da CEEE-GT acobertadas pelo contrato de concessão nº 25/2000 não seriam indenizadas, bem como, estabelecido o valor das tarifas iniciais para essas Usinas e a Receita Anual Permitida Inicial referente ao contrato nº 055/2001.

Em 28/11/2012, em Assembleia Geral Extraordinária, os Acionistas deliberaram quanto à prorrogação das Concessões da CEEE-GT, conforme disposto na Medida Provisória nº 579/2012 e no Decreto nº 7.805/2012, autorizando a assinatura do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 55/2001 e autorizando a assinatura do Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão de Geração nº 25/2000, sendo que essa assinatura se deu na data de 04/12/2012, conforme o prazo prescrito pela União.

Paralelamente, a Concessionária protocolou em 29/11/2012 junto ao Ministério de Minas e Energia ofício contendo algumas questões relacionadas à renovação antecipada das Concessões, especialmente no tocante ao método de cálculo da tarifa de geração, do valor de indenização dos bens reversíveis das usinas hidrelétricas de Geração e do cálculo do valor da indenização dos bens reversíveis das instalações de Transmissão.

Adicionalmente, a Medida Provisória nº 579 encontrava-se em análise pelo Congresso Nacional. A Concessionária acompanhou e interagiu na busca do aperfeiçoamento das regras, em benefício da segurança setorial e da manutenção da capacidade de investimento da empresa, objetivando levar a efeito o melhor entendimento técnico e jurídico.

Nessa esteira, em 29/11/2012, foi alterada a Medida Provisória nº 579, através da Medida Provisória nº 591/2012, onde a União admite a indenização dos ativos de transmissão existentes em 31 de maio de 2000 e ainda não depreciados, com quitação no prazo de 30 anos e correção pelo IPCA.

Essa alteração normativa deverá irradiar nova regulamentação e por conseguinte majorar o valor de indenização no que tange ao contrato de concessão 055/2001, indenização essa anteriormente estabelecida em R\$661.086 mil, com valores a outubro de 2012.

Em 11 de Janeiro de 2013 a MP nº 579 foi convertida na Lei nº 12.783/13. Ainda, com publicação no Diário Oficial em 04 de Março de 2013, o Congresso Nacional prorrogou os efeitos da MP nº 591/12 por mais 60 dias.

2. Atividades Não Vinculadas à Concessão

A Concessionária possui uma estação de piscicultura no município de Tio Hugo, cujo objetivo é a produção de alevinos e peixes a serem soltos nos reservatórios visando à manutenção e preservação da ictiofauna existente nos mesmos.

3. Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras

3.1. Bases de Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras

3.1.1. Declaração de Conformidade (com relação às práticas adotadas no Brasil)

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro - IFRS emitidas pelo *International Accounting Standard Board* - IASB, as quais abrangem a legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas (coletivamente “CPCs”) emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Algumas informações adicionais estão sendo apresentadas em notas explicativas e quadros suplementares em atendimento às instruções contidas no Despacho nº 155, da SFF/ANEEL de 23/01/2013.

3.1.1.1. Base de Mensuração

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, reconhecido no balanço patrimonial.

3.1.1.2. Moeda de Apresentação e Moeda Funcional

As Demonstrações Financeiras são apresentadas em Reais (R\$) que é a moeda funcional da Concessionária. Todas as informações financeiras foram arredondadas para o milhar de real mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores, logo os valores em milhares apresentados quando somados podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.

3.2. Uso de Estimativas e Julgamentos

A preparação das Demonstrações Financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração realize estimativas para determinação e registro de certos ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre suas Demonstrações Financeiras. As estimativas são feitas com base no princípio da continuidade e suportadas pela melhor informação disponível na data da apresentação das Demonstrações Financeiras, bem como na experiência da Administração. As estimativas são revisadas quando novas informações se tornam disponíveis ou as situações em que estavam baseadas se alterem. As estimativas podem vir a divergir para com o resultado real. As principais estimativas se referem ao seguinte:

- I. Vida útil do ativo intangível;
- II. Transações e venda de energia elétrica na CCEE;
- III. Provisões para créditos de liquidação duvidosa;
- IV. Passivos contingentes;
- V. Planos de aposentadoria e benefícios pós-emprego;
- VI. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido;
- VII. Ativo Financeiro da Concessão;
- VIII. Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo;
- IX. Vida útil do ativo imobilizado.

4. Principais Práticas Contábeis Adotadas

As principais políticas contábeis descritas a seguir, foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras. São elas:

4.1. Ativos e Passivos Financeiros

4.1.1. Reconhecimento e Mensuração

A Concessionária reconhece os instrumentos financeiros nas suas Demonstrações Financeiras somente quando ela se tornar parte das disposições contratuais do instrumento ou na data em que tiveram origem.

A Concessionária desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando riscos ou benefícios ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação são transferidos.

4.1.2. Classificação

A Concessionária classifica os ativos e passivos financeiros sob as seguintes categorias:

- I. Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos determináveis que não estão cotados em mercado ativo. Estes ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.
- II. Mantidos até o vencimento são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos para os quais a Concessionária tem a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.
- III. Mensurados ao valor justo por meio do resultado são instrumentos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda a curto prazo. Ativos financeiros registrados pelo seu valor justo por meio do resultado são medidos pelo seu valor justo e mudanças no valor justo destes ativos, são reconhecidas no resultado do exercício.
- IV. Disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos, que são designados nessa categoria ou que não se classificam em nenhuma das categorias acima. Os ativos financeiros disponíveis para venda são registrados inicialmente pelo seu valor justo acrescido de qualquer custo de transação diretamente atribuível. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando há a realização do ativo pela venda, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado.

4.2. Caixa e Equivalentes de Caixa

Incluem os saldos de caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata e com baixo risco de variação no seu valor de mercado. As disponibilidades estão demonstradas pelo custo acrescido dos juros auferidos, por não apresentarem diferença significativa em relação ao seu valor de mercado.

Os investimentos que, a partir da data de sua aquisição, têm prazo de vencimento igual ou menor que três meses são registrados como equivalentes de caixa.

4.3. Aplicações Financeiras de Curto e Longo Prazo

As aplicações e certificados de depósitos bancários com vencimento superior a três meses a partir da data de sua aquisição são classificados na rubrica aplicações financeiras de curto prazo e os com prazo de vencimento superior a doze meses, que estão ao valor de custo ou de emissão, atualizado conforme disposições legais ou contratuais estão classificadas com aplicações financeiras de longo prazo.

4.4. Títulos Disponíveis para a Venda

Estão classificados como disponíveis para venda e são mensurados pelo seu valor justo. Os juros e correção monetária, contratados, são reconhecidos no resultado quando incorridos. As variações decorrentes de alterações no valor justo desses investimentos são reconhecidos em conta específica do patrimônio líquido, quando incorridas. Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido são transferidos para o resultado no momento em que essas aplicações são realizadas em caixa ou quando há evidência de perda na sua realização.

4.5. Concessionárias e Permissionárias

Incluem os valores vencidos e a vencer referentes a suprimento de energia elétrica e encargos de uso da rede até a data das Demonstrações Financeiras, para Concessionárias e Permissionárias, apuradas pelo regime de competência, bem como as vendas de energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, conforme informações disponibilizadas pela referida Câmara.

4.6. Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

Está constituída por valor considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos com Concessionárias e Permissionárias.

Refere-se aos recebíveis faturados, até o encerramento das Demonstrações Financeiras, contabilizado com base no regime contábil de competência.

4.7. Estoques

Os estoques são avaliados pelo seu custo médio de aquisição, deduzido dos impostos recuperáveis e de perda estimada para ajustá-lo ao valor realizável líquido, quando este for menor que seu custo de aquisição.

Periodicamente a Concessionária avalia seus itens de estoque quanto à sua obsolescência ou possível redução de valor. A quantia de qualquer redução dos estoques para o valor realizável líquido e todas as perdas de estoques, são reconhecidas como despesa do período em que a redução ou a perda ocorrerem.

4.8. Subvenção e Assistência Governamental

As subvenções governamentais, se recebidas, serão reconhecidas como receita ao longo do período, confrontadas com as despesas que pretende compensar em uma base sistemática. Os valores a serem apropriados no resultado serão destinados à Reserva de Incentivos Fiscais.

4.9. Bens e Direitos Destinados a Alienação

Os bens e direitos destinados a alienação são classificados, como *mantidos para venda*, caso o seu valor contábil seja recuperado principalmente por meio de uma transação de venda e não através do uso contínuo. Essa condição é atendida somente quando a venda é provável e o ativo não circulante estiver disponível para venda imediata em sua condição atual. Os ativos não circulantes classificados como destinados à venda são mensurados pelo menor valor entre o contábil anteriormente registrado e o valor justo menos o custo de venda.

4.10. Ativo Financeiro da Concessão

O Contrato de Concessão 055/2011 teve seu primeiro aditivo celebrado em 04 de dezembro de 2012 para prorrogação do prazo de concessão de transmissão de energia elétrica pelo período de trinta (30) anos a partir do mês subsequente a sua assinatura.

O Contrato de Concessão estabelece que a Receita Anual Permitida – RAP, nome dado à remuneração pela prestação do serviço de transmissão, será reajustada anualmente no mês de julho e revisada a cada cinco anos. Além dos critérios para reajuste e revisão da receita, previstos em contrato, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL estabelecerá em regulamentação específica regras e metodologia para cálculo dessa revisão.

O contrato de concessão de transmissão 080/2020 é reconhecido como Ativo Financeiro. O valor do Ativo Financeiro representa o valor dos serviços de construção e melhorias, que será recebido

através da Receita Anual Permitida e compreendem o preço de aquisição dos materiais e serviços (acrescido de impostos não recuperáveis sobre a compra, depois de deduzidos os descontos comerciais e abatimentos) e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar a infraestrutura a serviço da concessão no local e condição necessária para este ser capaz de funcionar da forma determinada no Contrato de Concessão, líquidos de amortização e acrescidos de atualização.

A amortização do Ativo Financeiro do contrato de concessão é estimada com base em premissa adotada pela Administração para segregar da Receita Anual Permitida o valor determinado para cobrir a remuneração e a reintegração dos investimentos realizados. A atualização do Ativo Financeiro é calculada com base na taxa interna de retorno (TIR), através do fluxo de caixa projetado ao longo do período da concessão.

4.11. Investimentos

4.11.1. Investimentos em Coligadas

Uma coligada é uma entidade sobre a qual a Concessionária possui influência significativa e que não se configura como uma controlada nem uma participação em um empreendimento sob controle comum (joint venture). A influência significativa supostamente ocorre quando a Concessionária, direta ou indiretamente, mantém entre 20 e 50 por cento do capital votante de outra entidade e/ou tem o poder de participar nas decisões sobre as políticas financeiras e operacionais da investida, sem exercer controle individual ou conjunto sobre essas políticas.

Os investimentos em coligadas são contabilizados por meio do método de equivalência patrimonial e são reconhecidos inicialmente pelo custo e em seguida ajustados para fins de reconhecimento da participação da Concessionária no lucro ou prejuízo e outros resultados abrangentes da coligada.

Quando a parcela de participação da Concessionária nos prejuízos de uma companhia investida cujo patrimônio líquido tenha sido contabilizado exceda a sua participação acionária nessa companhia registrada por equivalência patrimonial, o valor contábil daquela participação acionária, incluindo quaisquer investimentos de longo prazo, é reduzido a zero.

4.11.2. Participações em Empreendimentos em Conjunto (joint ventures)

Uma *joint venture* é um acordo contratual através do qual a Concessionária e outras partes exercem uma atividade econômica sujeita a controle conjunto, situação em que as decisões sobre políticas financeiras e operacionais estratégicas relacionadas às atividades da joint venture requerem a aprovação de todas as partes que compartilham o controle. Quando a Concessionária exerce diretamente suas atividades por meio de uma joint venture, a participação da Concessionária nos ativos controlados em conjunto e quaisquer passivos incorridos em conjunto com os demais controladores é reconhecida nas Demonstrações Financeiras da respectiva empresa e classificada de acordo com sua natureza. Os passivos e gastos incorridos diretamente relacionados a participações nos ativos controlados em conjunto são contabilizados pelo regime de competência.

Qualquer ganho proveniente da venda ou do uso da participação da Concessionária nos rendimentos dos ativos controlados em conjunto e sua participação em quaisquer despesas incorridas pela joint venture são reconhecidos quando for provável que os benefícios econômicos associados às transações serão transferidos para a/dá Concessionária e seu valor puder ser mensurado de forma confiável.

4.11.3. Entidades de Propósito Específico (EPEs)

Uma Entidade de Propósito Específico é consolidada caso a Concessionária conclua, após avaliação da essência do relacionamento e dos riscos e benefícios advindos da EPE, que ela a controla. O controle pode existir mesmo em casos em que a Concessionária detenha pequena ou nenhuma parcela do patrimônio líquido da EPE. A aplicação do conceito de controle exige, em cada caso, julgamento no contexto de todos os fatores relevantes.

4.12. Imobilizado

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para

colocar o ativo no local e condições necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados e custos de empréstimos.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item, caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Concessionária e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas pelo Órgão Regulador, para cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é aceito, como o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

4.13. Intangível

Os ativos intangíveis que são adquiridos pela Concessionária e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. Incluem basicamente softwares e direitos desta natureza.

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

A Amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas pelo Órgão Regulador para os ativos intangíveis, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso.

4.14. Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

As obrigações especiais (não remuneradas) representam as contribuições da União, dos Estados, e dos Municípios, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno em favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica na atividade de transmissão. Ao final da concessão o valor das obrigações especiais será deduzido do ativo financeiro da Concessão.

4.15. Redução ao Valor Recuperável de Ativos (impairment)

4.15.1. Ativos Financeiros

A Concessionária avalia anualmente se existem evidências que possam indicar deterioração ou perda do valor recuperável dos seus Ativos Financeiros. Sendo tais evidências identificadas, o valor recuperável dos ativos é estimado e se o valor contábil exceder o valor recuperável, o valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda por redução ao valor recuperável para todos os ativos financeiros, com exceção das contas a receber, em que o valor contábil é reduzido pelo uso de uma provisão.

Recuperações subsequentes de valores anteriormente baixados são creditadas à provisão. Mudanças no valor contábil da provisão são reconhecidas no resultado. Quando um ativo financeiro classificado como disponível para venda é considerado irrecuperável, os ganhos e as perdas acumulados reconhecidos em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado.

4.15.2. Ativos Não Financeiros

A Concessionária avalia anualmente se existem evidências que possam indicar deterioração ou perda do valor recuperável dos seus Ativos Não Financeiros. Sendo tais evidências identificadas, o valor recuperável dos ativos é estimado e se o valor contábil exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil ao valor recuperável. Essas perdas serão lançadas ao resultado do exercício quando identificadas.

O valor contábil de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

4.16. Arrendamento Mercantil

Os arrendamentos mercantis são segregados entre os operacionais e os financeiros. Quando o arrendamento é classificado como financeiro, ou seja, seus riscos e benefícios são transferidos, este é reconhecido como um ativo e mensurado inicialmente pelo seu valor justo ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos, entre eles o menor, e depreciados normalmente. O passivo subjacente é amortizado utilizando a taxa efetiva de juros.

4.17. Empréstimos, Financiamentos e Outras Captações

Estão atualizados pela variação monetária e/ou cambial, juros e encargos financeiros, determinados em cada contrato, incorridos até a data de encerramento do balanço.

4.18. Valor Justo

- I. Empréstimos, Recebíveis e Outros Créditos: é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação. A Concessionária entende que os valores contábeis na data de transição dos recebíveis de contratos de concessão de serviços representam a melhor estimativa do seu valor justo. Esse valor justo é determinado para fins de divulgação.
- II. Ativos Intangíveis recebidos como remuneração pela prestação de serviços de construção em um contrato de concessão de serviços: é estimado pela referência ao valor justo dos serviços de construção. O valor justo dos serviços de construção é calculado como o custo estimado total sem margem de lucro, pois a Concessionária considera que o atual modelo de regulação do setor elétrico não prevê margem para os serviços de construção e melhorias na determinação da tarifa de energia elétrica. Quando a Concessionária recebe um ativo intangível e um ativo financeiro como remuneração pela prestação de serviços de construção em um acordo de concessão de serviços, ela estima o valor justo do ativo intangível como a diferença entre o valor justo dos serviços de construção prestados e o valor justo do ativo financeiro recebido.
- III. Ativo Imobilizado: é baseado na abordagem de mercado e nas abordagens de custos através de preços de mercado cotados para itens semelhantes, quando disponíveis, e custo de reposição quando apropriado. Os valores justos do imobilizado referente à infraestrutura de geração vinculada a uma concessão são limitados aos valores de recuperação admitidos pelo Órgão Regulador.
- IV. Outros Ativos e Passivos Financeiros: o valor justo de ativos e passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento e ativos financeiros disponíveis para venda é apurado por referência aos seus preços de fechamento apurado na data de apresentação das Demonstrações Financeiras. O valor justo de investimentos mantidos até o vencimento é apurado somente para fins de divulgação.

4.19. Provisão para Passivos Trabalhistas, Cíveis e Tributários

Provisões são reconhecidas quando a Concessionária tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de um evento passado, cujo valor possa ser estimado de maneira confiável sendo provável uma saída de recursos. O montante da provisão reconhecida é a melhor estimativa da Administração e dos assessores legais, baseados em pareceres jurídicos sobre os processos existentes e do desembolso exigido para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

Quando a provisão envolve uma grande população, a obrigação é estimada ponderando todos os possíveis desfechos pelas suas probabilidades associadas. Para uma obrigação única, a mensuração se baseia no desfecho mais provável.

4.20. Outros Ativos e Passivos

Os outros ativos e passivos sujeitos à variação monetária ou cambial por força de legislação ou cláusulas contratuais estão corrigidos com base nos índices previstos nos respectivos dispositivos, de forma a refletir os valores atualizados até a data das Demonstrações Financeiras. Os demais estão apresentados pelos valores incorridos na data de formação, sendo os ativos reduzidos de provisão para perdas, quando aplicável.

4.21. Imposto de Renda e Contribuição Social

O Imposto de Renda corrente quando apurado é calculado e contabilizado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, mais adicional de 10% para o lucro que exceder R\$240 anuais e a Contribuição Social à alíquota de 9%, calculada e escriturada sobre o lucro ajustado antes do Imposto de Renda, na forma da legislação vigente.

Sobre as diferenças temporárias são constituídos impostos diferidos. Os ativos e passivos diferidos são registrados nos ativos e passivos não circulantes. Os impostos diferidos serão realizados com base nas alíquotas que se espera serem aplicáveis no período que o ativo será realizado ou o passivo liquidado. Os ativos e passivos não são descontados a valor presente. Os prejuízos fiscais de Imposto de Renda e bases negativas de contribuição social podem ser compensados anualmente, observando-se o limite de até 30% do lucro tributável para o exercício.

4.22. Provisão para Benefícios a Empregados

As obrigações futuras, estimadas com base na avaliação atuarial, elaborada anualmente por atuário independente, são registradas para cobrir os gastos com plano de previdência, complementação de aposentadoria incentivada, aposentados ex-autárquicos e contribuições para o fundo de pensão dos funcionários. A Concessionária utiliza a abordagem do “corredor” para diferir o reconhecimento dos ganhos ou perdas atuariais no resultado e reconhece o custo do serviço passado do plano de contribuição definida implantado em outubro de 2002, no tempo remanescente de serviço dos empregados, conforme item 96 do CPC 33, aprovado pela Deliberação CVM nº 600, de 9/10/2009. A partir de 1º de janeiro de 2013, como consequência da aplicação da alteração do CPC 33 (R1) (Deliberação CVM nº 695, de 13/12/2012) os ganhos ou perdas atuariais não registrados pela Concessionária serão reconhecidos no seu balanço em outros resultados abrangentes e o custo do serviço passado totalmente contabilizado no resultado.

4.23. Registro de Compra e Venda de Energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE

As compras (custo de energia comprada) e as vendas (receita de suprimento) são registradas pelo regime de competência de acordo com as informações divulgadas pela CCEE, entidade responsável pela apuração das operações de compra e venda de energia. Nos meses em que essas informações não são disponibilizadas em tempo hábil, os valores são estimados pela Administração da Concessionária, utilizando-se de parâmetros disponíveis no mercado.

4.24. Apuração do Resultado

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime contábil de competência de cada exercício apresentado. As receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros na rubrica de receitas/despesas financeiras.

4.25. Reconhecimento da Receita

4.25.1. Receita da Geração

A receita do segmento de Geração é reconhecida mensalmente pelo faturamento dos contratos firmados tanto em ambiente regulado como em ambiente livre, os quais são pactuados através de leilões de energia e prevêm o fornecimento de uma determinada quantidade de energia em

megawatt-hora por um determinado período de tempo, geralmente por vários períodos de um ano. Os valores a serem faturados mensalmente são pré-estabelecidos nos contratos, sendo que no ambiente regulado, as variações de demanda e fornecimento são acompanhadas e ajustadas mensalmente pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. Já no ambiente livre, as oscilações ocorridas nas quantidades de energia demandadas ou fornecidas são acordadas entre as partes do contrato, considerando os devidos ajustes no faturamento mensal. Conforme a MP 579/2012 e RH 1408/2012 e RH 1410/2012, a receita do segmento de Geração será reconhecida a partir do exercício de 2013 por cotas de energia das usinas com concessão renovadas, através de RAG – Receita Anual de Geração.

4.25.2. Receita da Transmissão

No segmento de Transmissão o reconhecimento da receita é efetuado mediante critério de rateio realizado, mensalmente, pelo Operador Nacional do Sistema- ONS. Este rateio considera as instalações de todas as Transmissoras como um grande condomínio, onde os ativos (instalações) são remunerados através do número de acessantes à rede básica (RBSE) e às demais instalações da transmissão (DITs). O faturamento também é influenciado pelo cálculo da Receita Anual Permitida – RAP, homologada pela ANEEL para as instalações autorizadas e ou licitadas que se encontram em operação pela concessionária. A RAP tem como princípio, recuperar o capital investido pela Concessionária na construção das instalações, bem como cobrir os seus custos de operação e manutenção.

4.25.2.1. Receita de Construção

A Concessionária reconhece a receita de construção referente aos serviços de construções e melhorias previstos no contrato de concessão com base no estágio de conclusão das obras realizadas, o qual é avaliado pela referencia do levantamento dos trabalhos realizados, ou, quando não puder ser medido de maneira confiável, até o limite dos custos reconhecidos na condição em que os custos incorridos possam ser recuperados.

4.25.2.2. Receita Financeira

A receita financeira referente à atualização dos recebíveis de contratos de concessão é reconhecida com base no método da taxa efetiva de juros. Refere-se também a receita de atualização das Notas do Tesouro Nacional NTN-B's.

4.26. Despesa Financeira

Contempla encargos de dívidas, variações monetárias de empréstimos e financiamentos, atualização monetária de autos de infração e outras despesas financeiras. O custo dos empréstimos, quando não capitalizados são reconhecidos no resultado com base no método da taxa efetiva de juros.

4.27. Distribuição de Dividendos

Os dividendos são registrados quando aprovados pela Assembleia Geral de Acionistas. O Estatuto Social prevê o pagamento de, no mínimo, 50% do lucro anual da Concessionária. Portanto, no encerramento do exercício, quando aplicável, é constituída provisão para pagamento de dividendo mínimo no passivo e o que exceder ao dividendo mínimo obrigatório em conta específica dentro do Patrimônio Líquido, de acordo com o estabelecido no CPC 25 e ICPC 08.

4.28. Transações com Partes Relacionadas

As operações com partes relacionadas têm regras específicas para cada tipo de transação e são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes. Os detalhes dessas operações estão descritos na nota explicativa nº 38.

4.29. Informações por Segmento

As informações por segmentos operacionais evidenciam as atividades de negócio dos quais podem obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes do mesmo Grupo, cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal responsável pela tomada de decisões operacionais da Concessionária.

A Concessionária, considerando a natureza de suas operações, conclui que possui os segmentos de geração e transmissão de energia elétrica.

4.30. Questões Ambientais

A Concessionária capitaliza gastos referentes a demandas ambientais correspondentes aos estudos de impacto do meio ambiente, exigidos pelos órgãos públicos competentes, para obtenção das licenças que permitirão a construção e instalação de novos empreendimentos, além daqueles referentes as compensações que devem ser realizados para executar o projeto, visando reparar, atenuar ou evitar danos ao meio ambiente onde será realizado o empreendimento. Os gastos relacionados a questões ambientais posteriores a entrada em operação do empreendimento são registrados como resultado do exercício em que ocorreram.

Os projetos para construção e instalação de novos empreendimentos são identificados e monitorados pelos órgãos ambientais fiscalizadores, tais como Instituto Brasileiro do Meio Ambiente – IBAMA, Fundação Estadual de Proteção Ambiental - FEPAM, Secretaria Municipal do Meio Ambiente – SEMA e ONGs.

4.31. Demonstração do Resultado

A Demonstração do Resultado encontra-se apresentada pela natureza das receitas e despesas operacionais.

4.32. Pronunciamentos e Interpretações Contábeis

Os Pronunciamentos e Interpretações Técnicos aprovados pela CVM durante o exercício de 2012 que terão efeitos nas Demonstrações Financeiras em 2013 são:

- I. CPC 18 (R2) - Deliberação CVM nº 696 de 13/12/2012 - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto. A norma entrará em vigor a partir de 01/01/2013.
- II. CPC 19 (R2) – Deliberação CVM nº 694 de 23/11/2012 - Negócios em Conjunto – Esta norma entrará em vigor em 01/01/2013.
- III. CPC 33 (R1) – Deliberação CVM nº 695 de 13/12/2012 - Benefícios a Empregados. Esta norma entrará em vigor a partir de 01/01/2013.
- IV. CPC 45 – Deliberação CVM nº 697 de 13/12/2012 - Divulgação de Participações em Outras Entidades – Esta norma entrará em vigor a partir de 01/01/2013.
- V. CPC 46 – Deliberação CVM nº 699 de 20/12/2012 - Mensuração do Valor Justo – Esta norma entrará em vigor a partir de 01/01/2013.

As normas e interpretações que entrarão em vigor a partir de 01/01/2013 a Concessionária avaliou seu impacto e espera ter impacto significativo quanto a adoção do CPC 33 (R1) Benefícios a Empregados, mencionado na nota explicativa nº 24 apresentará impacto significativo.

5. Caixa, Equivalentes de Caixa, Aplicações Financeiras e Títulos Disponíveis para Venda.

	Nota Explicativa	31/12/2012	31/12/2011
CIRCULANTE			
Numerário Disponível		1.689	1.531
SIAC - BANRISUL	38	115.483	15.374
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata		115.483	15.374
Total de caixa e equivalentes de caixa		117.172	16.905
NÃO CIRCULANTE			
Quotas Subordinadas - FIDC		32.262	33.431
Total de Aplicações Financeiras de Longo Prazo		32.262	33.431

5.1. Numerário Disponível

O valor de R\$1.689 (R\$1.531 em 31 de dezembro de 2011) refere-se a recursos depositados em instituições bancárias.

5.2. Aplicações Financeiras

O valor de R\$115.483 (R\$ 15.374 em 31 de dezembro de 2011) registrado no ativo circulante refere-se a aplicação no Sistema Integrado de Administração de Caixa - SIAC/BANRISUL instituído pelo Decreto Estadual nº33.959, de 31 de maio de 1991, remunerado pela taxa SELIC OVER, com liquidez imediata.

O valor de R\$32.262 (R\$ 33.431 em 31 de dezembro de 2011) no ativo não circulante refere-se a Quotas Subordinadas dos Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios – FIDC III CEEE- GT e FIDC V CEEE-GT, que são atualizadas conforme definido em contrato.

6. Concessionárias e Permissionárias

Os saldos compõem-se de:

	Nota Explicativa	31/12/2012	31/12/2011
Suprimento de Energia		42.108	39.355
Encargo do Uso da Rede		63.640	59.208
Energia de Curto Prazo - CCEE	42.4	8	1.046
Títulos de Crédito a Receber		563	563
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		(3.471)	(2.900)
		<u>102.848</u>	<u>97.272</u>

6.1. Energia de Curto Prazo – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

O valor de R\$8 (R\$1.046 em 31 de dezembro de 2011) refere-se à energia vendida no mercado de curto prazo, conforme informações divulgadas pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, demonstrado na nota explicativa nº 42.4.

6.2. Títulos de Crédito a Receber

O valor de R\$563 (R\$563 em 31 de dezembro de 2011) registrado no Circulante e R\$3 (R\$276 em 31 de dezembro de 2011), no Não Circulante, referem-se a parcelamentos relativos à venda de ativos (vide nota explicativa nº 12).

6.3. Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

O valor de R\$3.471 (R\$2.900 em 31 de dezembro de 2011) refere-se à provisão de recebíveis relativos a valores de concessionárias, permissionárias diversas e consumidores livres vencidos há mais de três meses.

7. Tributos a Recuperar

Os saldos compõem-se de:

	31/12/2012	31/12/2011
CIRCULANTE		
PASEP/COFINS a Compensar	357	623
ICMS a Compensar	-	256
IRPJ e CSLL a Compensar	935	1.039
INSS a Compensar	539	920
Outros Créditos a Compensar	125	190
	<u>1.956</u>	<u>3.028</u>
NÃO CIRCULANTE		
PASEP/COFINS a Compensar	2.748	2.748
INSS a Compensar	605	605
IRPJ e CSLL a Compensar	1	695
Outros Créditos a Compensar	3	3
	<u>3.357</u>	<u>4.051</u>

8. Estoques

Os saldos compõem-se de:

	31/12/2012	31/12/2011
Estoque de Operação.....	8.468	7.363
(-) Provisão para Perdas.....	(513)	(394)
	<u>7.955</u>	<u>6.969</u>

Os saldos de estoque referem-se a materiais destinados à manutenção das operações, em processo de classificação, resíduos e sucatas e destinados à alienação, todos valorados a preço médio e deduzidos das provisões para perdas.

9. Outros Créditos a Receber

Os saldos compõem-se de:

	Nota Explicativa	31/12/2012	31/12/2011
CIRCULANTE			
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		6.405	3.948
Adiantamento a Fornecedores/Empregados.....		1.328	1.995
Aluguel de Postes e Serviços Prestados		823	1.491
Cedência de Funcionários	38	893	1.128
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios-FIDC	23.4	2.558	6.708
Conta Gráfica	38	4.423	-
Investimento		11.019	7.866
Custos a Reembolsar.....		5.266	4.524
Outros Devedores		3.525	45.347
		<u>36.240</u>	<u>73.007</u>
NÃO CIRCULANTE			
Fornecedores - Contrato 1000-1001/87	27	39.941	39.941
Rede Básica do Sistema Existente - RBSE		415.022	-
Outros		2.689	3.175
		<u>457.652</u>	<u>43.116</u>

9.1. Pesquisa e Desenvolvimento – P&D

O valor de R\$6.405 (R\$3.948 em 31 de dezembro de 2011) refere-se a projetos de Pesquisa e Desenvolvimento destinados à capacitação e desenvolvimento tecnológico da Concessionária, visando à geração de novos processos ou produtos, bem como o aprimoramento de suas características.

9.2. Fornecedores – Contratos 1000-1001/87

O valor de R\$39.941 (R\$39.941 em 31 de dezembro de 2011) refere-se as notas fiscais vinculadas aos Contratos 1000/87 (Consórcio Sulino) e 1001/87 (Consórcio Conesul) que tratam do fornecimento de equipamento e materiais para instalação de seis subestações, cujas obras civis e montagens foram de responsabilidade da Concessionária e a construção de cinco subestações com fornecimento de equipamentos em empreitada global na modalidade *turn-key*. Estes contratos estão sendo questionados através de uma ação cível pública cujo objeto é a declaração de nulidade dos referidos contratos e a devolução dos valores pagos a maior, encontrando-se atualmente na fase de cálculo pericial. Quando do ingresso de ação judicial ou pagamentos foram suspensos. Este valor está igualmente registrado no passivo circulante, conforme nota explicativa nº 27.

9.3. Rede Básica do Sistema Existente - RBSE

O montante de R\$415.022 refere-se aos ativos não depreciados existentes em 31 de maio de 2000 que foram classificados na Resolução ANEEL nº 166/2000 e estabelecidos na Resolução ANEEL nº 167/2000. Esse ativos são usualmente denominados de Rede Básica Existente – RBSE e conforme dispositivo legal contido na Medida Provisória nº 591/2012 eles serão indenizados pelo poder concedente, com pagamento em 30 anos e com correção pelo IPCA. O Congresso Nacional publicou em 04 de março de 2013 ato estendendo os efeitos da MP nº 591/2012 por mais 60 dias. No que se refere a regulamentação administrativa, em especial quanto ao critério de valoração dessa indenização, ainda não há regramento publicado pelo órgão regulador do setor. Nesse sentido a Concessionária mantém seu ativo pelo valor histórico residual, consubstanciada na MP nº 591/2012 combinada com a Lei nº 12.783/2012, não mensurando esses bens com base em valor novo de reposição - VNR.

10. Conta de Resultados a Compensar - CRC

	Nota Explicativa	31/12/2012	31/12/2011
CIRCULANTE			
Investimentos em Títulos do Governo	5.3	841.271	-
CRC - NTN-B Tranche1.....		-	439.379
CRC - NTN-B Tranche2.....		-	357.126
CRC - NTN-B Tranche3.....		459.759	-
		<u>1.301.030</u>	<u>796.505</u>
NÃO CIRCULANTE			
CRC - NTN-B Tranche3.....		-	357.126
		<u>-</u>	<u>357.126</u>
Total		<u>1.301.030</u>	<u>1.153.631</u>

10.1. Descrição

O saldo de R\$1.301.030 (1.153.631 em 31 de dezembro de 2011) refere-se ao processo ordinário nº 93.00.02153-2, cuja decisão favorável do Superior Tribunal de Justiça – STJ (RESP nº 435.948-RS) proferida em 2005, transitou em julgado no ano de 2009 junto ao Supremo Tribunal Federal – STF.

Em 26 de janeiro de 2012, a assinatura de um Termo de Acordo junto à União, o qual foi homologado judicialmente em 31 de janeiro de 2012, com anuência da Advocacia Geral da União, autorização do Ministério de Minas e Energia e do Ministério da Fazenda, assim como, com a efetiva participação da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, da Secretaria do Tesouro Nacional – STN, da Receita Federal do Brasil – RFB, a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN e da Eletrobrás, juntamente com a CEEE-D, puseram fim ao processo de liquidação judicial Nº 2006.71.00.047783-2.

Nesse contexto a Concessionária teve definitivamente reconhecido pelo poder judiciário um valor a receber de R\$ 1.209.304 inerente à Conta de Resultados a Compensar apurado na data base de 27 de dezembro de 2011, sendo que desse montante foram compensados de forma direta com a União, débitos da Concessionária junto a Receita Federal do Brasil – RFB e junto a Secretaria do Tesouro Nacional – STN que totalizavam o montante de R\$55.673. Assim, o valor líquido dos créditos da CRC a receber na data base de 31 de dezembro de 2011 ficou em R\$1.153.631, os quais serão pagos pela União mediante a transferência de Notas do Tesouro Nacional, Série B – NTN-B, com as seguintes características:

- I. Data-base: 15 de julho de 2000;

- II. Valor Nominal na data-base: R\$ 1.000,00 (Um mil reais);
- III. Modalidade: nominativa e negociável;
- IV. Atualização do valor nominal: IPCA do mês anterior;
- V. Juros remuneratórios: 6% a.a
- VI. Pagamento do principal e juros:
 - Principal – em parcela única na data de vencimento do título;
 - Juros – semestralmente, no dia 15 dos meses de maio e novembro, com ajuste do prazo no primeiro período de fluência.

Em 09/02/2012 e 18/12/2012 a Secretaria do Tesouro Nacional transferiu a primeira e a segunda tranche para a Concessionária no valor de R\$451.310 e de R\$459.759 correspondentes a 197.135 e 160.231 NTN-B, respectivamente. Em 17 de dezembro de 2013, será transferida a terceira tranche.

10.2. Classificação

Em 31 de dezembro de 2011, a Concessionária havia classificado o direito de recebimento dos títulos como “Ativos Financeiros mantidos até o vencimento” levando em consideração a data de conversão do crédito em Notas do Tesouro Nacional - série B "NTN-B".

O Termo de Acordo, prevê a transferência dos títulos em três tranches, sendo a primeira em até 10 (dez) dias úteis após a homologação do Termo de Acordo, assim a primeira tranche foi recebida em 09 de fevereiro de 2012, a segunda e a terceira tranches serão recebidas em 18 de dezembro de 2012 e 17 de dezembro de 2013, respectivamente. No entanto o recebimento, por parte da Concessionária, da segunda e terceira tranches estava condicionado a quitação de débitos relativos a encargos setoriais junto ao órgão regulador, débitos intrassetoriais e financiamentos perante a Eletrobrás no prazo de 60 dias após a emissão da primeira tranche. Em abril de 2012 a Concessionária efetivou a liquidação dos débitos nos prazos estabelecidos no Termo de Acordo atendendo a cláusula condicionante para transferência das NTN-Bs nas datas previstas.

A Concessionária reclassificou estes instrumentos como Ativo financeiro disponível para venda, considerando as seguintes características:

- As NTN-Bs não foram recebidas para a finalidade de venda em curto prazo, bem como existe restrição de uso desses recursos, devendo os mesmos serem utilizados para investimentos em ativos da concessão.
- As NTN-Bs possuem fluxos de caixa determináveis com vencimentos definidos, no entanto a Concessionária não possui a intenção e não tem a capacidade financeira de mantê-los até seus vencimentos (15/05/2017, 15/05/2035 e 15/05/2045).
- As NTN-Bs estão cotadas em mercado ativo.

10.3. Forma de Atualização das NTN-Bs

Considerando a categoria de instrumentos financeiros disponíveis para venda, após o reconhecimento inicial, os títulos são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando há a realização do ativo pela venda, o saldo acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado do exercício. Contudo, os juros calculados usando o método dos juros efetivos são reconhecidos no resultado.

Os juros efetivos das NTN-Bs classificadas na conta títulos disponíveis para venda são calculados com base no valor nominal atualizados pelos termos contratuais (IPCA do mês anterior e Juros remuneratórios: 6% a.a calculados *pró-rata-die*).

O saldo de CRC a receber está indexado ao futuro recebimento de NTN-Bs conforme Termo de Acordo firmado e após o cumprimento das obrigações da Concessionária, desta forma, estão atualizados com base no valor nominal das NTN-Bs, conforme termos contratuais (IPCA do mês anterior). A Concessionária terá direito aos juros remuneratório de 6% a.a., somente quando da efetiva transferência da titularidade.

O valor justo da totalidade dos valores a receber está calculado com base no preço unitário divulgado pelo mercado secundário apurado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA).

10.4. Movimentação

O valor justo e os juros efetivos das NTN-Bs estão reconhecidos contabilmente conforme segue:

	Ativo			Passivo e Patrimônio Líquido		Resultado	
	Investimentos em Títulos do Governo	CRC a receber circulante	CRC a receber não circulante	Impostos diferidos	Outros resultados abrangentes	Receita financeira	Impostos
Posição em 31/12/2011	-	796.505	357.126	-	-	-	-
Realização	899.138	(899.138)	-	-	-	-	-
Transferência	-	459.759	(459.759)	-	-	-	-
Atualização pela taxa efetiva	44.006	22.310	19.832	-	-	86.148	-
Valorização do valor justo	92.145	80.323	82.801	-	255.269	-	-
Venda de títulos do governo	(174.053)	-	-	-	(16.442)	16.442	-
Juros Recebidos	(19.965)	-	-	-	-	-	-
Efeito tributário	-	-	-	102.114	(81.202)	-	(20.912)
Posição em 31/12/2012	841.271	459.759	-	102.114	157.625	102.590	(20.912)

11. Pagamentos Antecipados

O valor de R\$795 (R\$686 em 31 de dezembro de 2011), corresponde à apropriação das quotas de custeio PROINFA relativo às concessionárias do serviço público de transmissão que atendam consumidor livre e/ou autoprodutor com unidade de consumo conectada às instalações de Rede Básica do Sistema Interligado Nacional.

12. Contas a Receber

Os saldos compõem-se de:

	Nota Explicativa	31/12/2012	31/12/2011
Comercialização de Energia na CCEE.....		149.222	136.466
Títulos de Crédito a Receber.....	6.2	3	276
		149.225	136.742

12.1. Comercialização de Energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

O valor de R\$149.222 (R\$136.466 em 31 de dezembro de 2011) refere-se à Energia Vendida no Curto Prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, conforme nota explicativa nº 42.4.

A Concessionária tem atualizado os valores registrados nas Demonstrações Financeiras de acordo com o Despacho ANEEL nº 2.517 de 26 de agosto de 2010, conforme demonstrado:

	31/12/2012	31/12/2011
Saldo Inicial	136.466	123.891
Atualização	12.756	12.575
Saldo Final	149.222	136.466

13. Depósitos Judiciais

O valor de R\$58.119 (R\$57.559 em 31 de dezembro de 2011) refere-se a depósitos judiciais dos processos de natureza trabalhista e cível que não possuem perda provável. Os demais depósitos judiciais estão apresentados de forma dedutiva, retificando o saldo das Provisões para Contingências Passivas a que se referem. (Vide nota explicativa nº 26).

14. Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

14.1. Créditos Fiscais Diferidos

	31/12/2012	31/12/2011
Provisão Ex-Autárquicos (Lei 3.096/56).....	307.640	299.047
Provisão para Contingências Trabalhistas.....	160.021	196.147
Provisão para Contingências Fiscais e Cíveis.....	42.777	14.143
Outras Provisões.....	1.237	1.363
Base de Cálculo das Diferenças Temporárias.....	511.675	510.700
Alíquota Aplicável (IR e CS).....	34%	34%
Total do Crédito Fiscal Dif. s/Diferenças Temporárias.....	173.969	173.638
Base Negativa da Contribuição social.....	70.400	144.316
Alíquota Aplicável (9%).....	6.336	12.988
Prejuízos Fiscais a Compensar.....	426.940	316.793
Alíquota Aplicável (25%).....	106.735	79.198
Total do Crédito Fiscal Diferido sobre Prejuízos Fiscais e Base Negativa da Contribuição Social.....	113.071	92.186
Crédito Fiscal Não Realizável.....	(263.466)	(13.186)
Saldo Contábil.....	23.574	252.638

A CEEE-GT possui crédito fiscal de Imposto de Renda, constituído sobre a alíquota de 25% e Contribuição Social, constituído à alíquota de 9%. Esses créditos são oriundos de diferenças temporárias entre a base fiscal e a base societária, nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 32 (IAS 12) – Tributos Sobre o Lucro.

Conforme preconiza a Instrução CVM nº 371/2002, a análise de realização do valor contábil do ativo diferido é elaborada anualmente pela Concessionária, com base em estudo técnico submetido à aprovação pelos órgãos de Administração da Concessionária. Esse estudo projeta a expectativa de resultados tributáveis em um período de 10 anos. Desta forma, considerando o exposto, à luz da sua projeção de resultados futuros, foi efetuada a baixa parcial do ativo fiscal diferido da CEEE-GT no montante de R\$229.064.

14.1.1. Estimativa de Realização dos Créditos Fiscais Diferidos

As estimativas de recuperação dos créditos fiscais, a seguir ilustradas, foram suportadas pelas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas no encerramento do exercício. Nesse sentido, essas estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões. Portanto, não devem ser utilizadas para tomada de decisão em relação a investimentos.

	31/12/2012	31/12/2011
Exercício de 2012.....	-	54.510
Exercício de 2013.....	-	82.974
Exercício de 2014.....	8.850	50.527
Exercício de 2015.....	13.782	64.627
Exercício de 2016.....	942	-
Exercício de 2017.....	-	-
A partir do Exercício de 2018.....	-	-
	23.574	252.638

14.2.. Passivo Fiscal Diferido

	31/12/2012	31/12/2011
Reconhecimento do Custo Atribuído.....	144.424	225.186
Variação do Valor Justo do Ativo Financeiro Disponível para Venda.....	238.825	-
Exclusão Temporária.....	61.507	-
Exclusão Temporária - MP 579/2012 (Renovação das Concessões).....	329.187	-
Base de Cálculo.....	773.943	225.186
Alíquota Aplicável (IR e CS).....	34%	34%
Total do Passivo Fiscal Diferido.....	263.141	76.563

14.3. Prejuízo Fiscal e Base Negativa a Realizar

Em 31 de dezembro de 2012, a Concessionária apresenta saldos de prejuízos fiscais a compensar e base negativa da contribuição social de R\$426.940 e R\$70.400, respectivamente. Conforme a legislação vigente, o limite de compensação destes prejuízos é de 30% do lucro real apurado em cada exercício.

15. Ativo Financeiro da Concessão

Composição dos saldos do Ativo Financeiro da Concessão de Transmissão:

	31/12/2012	31/12/2011
CIRCULANTE.....	12.757	303.624
NÃO CIRCULANTE.....	33.599	813.873
	<u>46.356</u>	<u>1.117.497</u>

A Administração entende que o acordo de concessão atende as condições para aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão, que orienta os concessionários sobre a forma de contabilização de concessões de serviços públicos às entidades privadas.

Foram considerados como ao alcance da ICPC 01 somente aqueles ativos exclusivamente a serviço da concessão sob os quais a Concessionária obtém remuneração do capital investido.

Com base na análise do Contrato de Concessão nº 055/2001 e Contrato de Concessão nº 080/2002, a Administração entende que a aplicação do modelo “financeiro” é o que melhor representa o negócio de Transmissão de Energia Elétrica, considerando que a infra-estrutura construída ou recebida é recuperada por meio de dois fluxos de caixa:

- I. parte a ser recebida diretamente dos usuários delegados pelo poder concedente (geradoras, distribuidoras, consumidores livres, exportadores e importadores) por meio do faturamento mensal da receita garantida (RAP) durante o prazo de concessão; e
- II. parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, a ser recebida diretamente do poder concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

O Contrato de Concessão nº 055/2001 teve seu primeiro aditivo assinado em 04 de dezembro de 2012 para prorrogação da concessão de transmissão pelo período de trinta (30) anos a partir de janeiro de 2013. Os ativos vinculados a este Contrato foram submetidos ao regramento da Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, onde os bens das instalações autorizadas pelo Órgão Regulador (ANEEL) após 31 de maio de 2000, conhecidos como Rede Básica de Novas Instalações – “RBNI”, tiveram seus valores de indenização reconhecidos através do Anexo II da Portaria Interministerial Nº 580, de 01 de novembro de 2012. Em complemento ao processo de indenização dos bens vinculados ao Contrato de Concessão 055/2001, a Lei nº 12.783, em seu Art. 14º, Parágrafo 2º, autoriza também a indenização dos ativos de transmissão que compõe a rede básica do sistema existente em 31 de maio de 2000, conhecida como “RBSE”.

Diante do arcabouço legal existente em 31 de dezembro de 2012, a Concessionária procedeu com os registros contábeis necessários à reclassificação dos valores destes ativos para o grupo de contas “Contas a Receber”, entendendo que, em sua essência, os referidos bens não serão mais amortizados via Receita Anual Permitida - RAP, mas sim através de depósitos mensais a serem realizados pelo Poder Concedente.

O Contrato de Concessão nº 080/2002 permanece no grupo de contas do “Ativo Financeiro da Concessão”, tendo em vista que o mesmo não foi objeto de aplicação da Lei nº 12.783, estando sua concessão vigente por trinta anos a partir da sua assinatura, esta efetivada em dezembro de 2002. O referido Contrato de Concessão foi recalculado e os ajustes referentes ao reconhecimento da receita financeira, amortização do ativo financeiro e receita e custo de construção foram classificados em Resultados de Exercícios Anteriores em 2009.

O Ativo Financeiro da Concessão é amortizado com base em premissas da Administração que estabeleceram o valor justo da Receita Anual Permitida - RAP a ser destinada à reintegração do capital investido na infraestrutura. A amortização do ativo financeiro representa cerca de 70% da RAP das instalações de Transmissão.

A atualização do Ativo Financeiro da Concessão de transmissão é calculada conforme a Taxa Interna de Retorno – TIR, identificada com base em um fluxo de caixa projetado até o final da concessão, e é reconhecida no resultado do exercício.

As adições ou baixas ocorridas por conta de expansão da infraestrutura da concessão, ou de substituição de itens, são incorporadas ou deduzidas do saldo do Ativo Financeiro sempre que alterarem a geração de fluxo de caixa seja por meio de incremento da Receita Anual Permitida ou por alteração do valor de indenização ao final da concessão. Cada vez que é alterado o saldo do Ativo Financeiro por conta de adições ou baixas, a Concessionária apura a nova Taxa Interna de Retorno - TIR que suportará a base para atualização do Ativo Financeiro.

15.1. Movimento do Ativo Financeiro da Concessão

	Contrato 055/2001	Contrato 080/2002	Total
Custo			
Saldo em 31 de Dezembro de 2011	2.848.347	85.424	2.933.771
Serviços de Construção e Melhorias.....	58.347	6.392	64.739
Atualização.....	384.237	41.676	425.913
Saldo em 31 de Dezembro de 2012	3.290.931	133.492	3.424.423
Amortização e perdas por redução do valor recuperável			
Saldo em 31 de Dezembro de 2011	(1.767.756)	(48.518)	(1.816.274)
Amortização do período.....	(360.605)	(28.994)	(389.599)
Indenização Rede Básica Existente - RBSE.....	(415.022)	-	(415.022)
Indenização Rede Básica Novas Instalações - RBNl.....	(675.828)	-	(675.828)
Reversão Linearização Receita.....	(67.589)	(9.624)	(77.213)
Perda de Valor Recuperável após Indenizações.....	(4.131)	-	(4.131)
Saldo em 31 de Dezembro de 2012	(3.290.931)	(87.136)	(3.378.067)
Valor contábil			
Em 31 de Dezembro de 2011	1.080.591	36.906	1.117.497
Saldo em 31 de Dezembro de 2012	-	46.356	46.356
 Em 31 de Dezembro de 2012 - Circulante	-	12.757	12.757
Em 31 de Dezembro de 2012 - Não Circulante	-	33.599	33.599

15.2. Vinculação dos Bens à Concessão

De acordo com os Artigos 63º e 64º do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na transmissão de energia são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 20/99, regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando ainda, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, para aplicação na referida concessão.

15.3. Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

A partir de 01/01/2007, as obrigações vinculadas passaram a ser controladas conforme determina o Despacho ANEEL nº 3.073, de 28/12/2006, e Ofícios Circulares ANEEL nº 236, nº 296 e nº 1.314, de 08/02/2007, 15/02/2007 e 27/06/2007, respectivamente. As obrigações especiais (não remuneradas) representam as contribuições da União, dos Estados, dos Municípios e dos Consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno em favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica na atividade de Transmissão.

Ao final da concessão o valor das obrigações especiais será deduzido do ativo financeiro indenizável, sendo esta a prática adotada por esta Concessionária quando da apuração do valor dos bens vinculados ao Contrato de Concessão Nº 055/2001 alcançados pela Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013.

15.4. Valor Recuperável dos Ativos da Concessão

Os ativos da concessão são examinados periodicamente para verificar se existem indícios de que estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

O valor contábil líquido dos correspondentes ativos é ajustado ao seu valor recuperável, determinado com base no modelo de fluxos de caixa futuros descontados, sempre que este for inferior ao valor contábil.

As revisões são efetuadas ao nível de Unidades Geradoras de Caixa, definidas por Contrato de Concessão, para as quais a Concessionária consegue atribuir fluxos de caixa futuros significativamente independentes.

Para fins de análise do valor de recuperação dos ativos, são observadas todas as alterações adversas ao ambiente empresarial ou regulatório, assim como o seu desempenho, considerando as seguintes particularidades do setor de energia elétrica:

- I. As atividades desenvolvidas são suportadas por um contrato de concessão que tem como objetivo, dentre outros, assegurar o equilíbrio econômico e financeiro da Concessão;
- II. As tarifas devem cobrir os custos necessários ao desenvolvimento das atividades, desde que assegurado o adequado nível de eficiência e a acuracidade das informações contábeis e financeiras;
- III. Custos extraordinários e relevantes e eventuais desajustes econômicos serão objeto de revisão tarifária;
- IV. O contrato de concessão ou permissão é de longo prazo, o que viabiliza melhor planejamento das atividades;
- V. As taxas de depreciação estão em conformidade com o que determina o órgão regulador, levando em consideração a vida útil econômica e estimada dos bens;
- VI. Ao término da concessão, os bens retornarão à União, sendo a Concessionária devidamente indenizada pelo valor residual desses bens, determinado conforme normas específicas estabelecidas pela legislação aplicável.

A Concessionária apura anualmente o valor recuperável de suas Unidades Geradoras de Caixa e considera que não existem perdas a serem reconhecidas.

15.5. Indenização Rede Básica Novos Investimentos - RBNI

O montante de R\$260.435 no ativo circulante e R\$415.393 no ativo não circulante refere-se à indenização dos empreendimentos autorizados pelo Órgão Regulador após 31 de maio de 2000, denominados de Rede Básica de Novos Investimentos – RBNI, para o contrato de concessão nº 055/2001. O valor de indenização foi divulgado através do Anexo II da Portaria Interministerial nº 580, de 1º de novembro de 2012, cujo recebimento será realizado em trinta (30) parcelas mensais, corrigidas por IPCA mais WACC (*Weighted Average Cost Of Capital*) de 5,59% real ao ano, segundo o que estabelece o Artigo 4º da referida Portaria Interministerial.

16. Bens e Direitos Destinados à Alienação e Renda

O valor de R\$3.126 (R\$3.185 em 31 de dezembro de 2011), refere-se ao valor de custo dos imóveis que se encontram sem utilização pela Concessionária e que serão alienados.

17. Investimentos

17.1. Composição

	31/12/2012	31/12/2011
Participações societárias permanentes		
Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial.....	333.951	312.877
Avaliadas pelo método de custo	21.522	4.961
	<u>355.473</u>	<u>317.838</u>

17.2. Participações Societárias Permanentes Avaliadas pelo Método de Equivalência Patrimonial

Os saldos compõem-se de participação no capital das seguintes empresas:

	31/12/2012		31/12/2011	
	Lote de Mil ações ou quotas	Participação (%)	Lote de Mil ações ou quotas	Participação (%)
Maesa	22.624.633	6,66%	22.624.633	6,66%
Enercan	25.326	6,51%	25.326	6,51%
Jaguari	1.857.000	10,50%	1.857.000	10,50%
Etau	3.489.534	10,00%	3.489.534	10,00%
Ceran	153.000.000	30,00%	153.000.000	30,00%
Chapecoense	10.000	9,00%	10.000	9,00%

17.3. Informações Financeiras das Investidas

	31/12/2012					
	Capital social	Patrimônio líquido publicado	Ajustes ressalvados pelo auditor	Patrimônio líquido ajustado	Lucro (prejuízo) publicado	Ajustes ressalvados pelo auditor
Maesa	339.808	472.291	-	472.291	51.618	-
Enercan	388.787	855.152	(59.873)	795.279	160.295	(9.708)
Jaguari	17.680	12.989	(4.885)	8.104	(717)	(158)
Etau	34.895	87.700	-	87.700	18.091	-
Ceran	470.875	658.783	(72.809)	585.974	70.680	(14.270)
Chapecoense	714.509	867.386	(141.970)	725.416	153.198	(60.200)

As investidas foram ressalvadas no relatório de seus auditores independentes por não registrarem em suas demonstrações financeiras, os efeitos de:

- Ausência de registro da obrigação do direito de exploração (concessão onerosa), denominado. Uso do Bem Público - UBP (Ceran e Chapecoense).
- Utilização das taxas de depreciação dos bens integrantes do seu ativo imobilizado está de acordo com as estipuladas pelo poder concedente (ANEEL) e não considerando o prazo de concessão (Enercan, Ceran e Chapecoense).
- O não reconhecimento de provisão para perdas dos saldos de aplicações financeiras junto ao Banco Santos e o não recolhimento ou provisão do imposto sobre operações financeiras – IOF incidente sobre mútuo financeiro a pagar firmado entre partes relacionadas (Jaguari).

Por decisão da administração, para o cálculo de equivalência patrimonial a Concessionária ajustou as Demonstrações Financeiras das investidas contemplando os efeitos das ressalvas dos Auditores Independentes.

17.4. Movimentação dos investimentos

	Saldos em 31/12/2011	Aumento de Capital	Ganho (perda)	Equivalência Patrimonial	Dividendos	Saldos em 31/12/2012
Maesa	27.778	263	-	3.436	(32)	31.445
Enercan	51.225	-	(5.237)	8.298	(2.481)	51.805
Jaguari	712	-	-	139	-	851
Etau	8.032	-	-	1.809	(1.071)	8.770
Ceran	163.905	-	-	16.924	(5.036)	175.793
Chapecoense	61.225	-	-	7.877	(3.815)	65.287
	312.877	263	(5.237)	38.483	(12.435)	333.951

17.4.1. Machadinho Energética S/A – MAESA

Em julho de 1997 foi formalizado contrato de concessão entre o Empreendimento Machadinho, formado pela TRACTEBEL e Machadinho Energética S.A. – MAESA, e Poder Concedente para

construção e exploração da UHE Machadinho com 1.140 MW de potência, cuja operação comercial iniciou em 2002.

A CEEE-GT faz parte da MAESA, em 2007 aumentou sua participação societária com a aquisição de parte das ações alienadas pela empresa Centrais Elétricas de Santa Catarina – CELESC.

Com esta aquisição, a participação da Concessionária na MAESA e por consequência no Empreendimento Machadinho passou a ser de 6,66% (5,86% anterior) e 5,53% (4,85% anterior) respectivamente, representando uma potência de 63 MW e energia garantida de 26,16 MW médios.

Em 14 de fevereiro de 2012 foi realizada Assembléia Geral Extraordinária dos Acionistas onde foram aprovados os termos constantes no Protocolo de Cisão e também foi aprovada a cisão total da Companhia, nos exatos termos do Protocolo, com a versão integral e proporcional dos elementos patrimoniais ativos e passivos da Companhia para suas acionistas, que renunciam, reciprocamente, a qualquer direito de subscrição a que fariam jus em virtude da Cisão, tendo em vista que não se estabelecerá qualquer relação de troca, pois nenhuma das acionistas da MAESA será admitida no capital social de qualquer outra das acionistas da MAESA.

17.4.2. Campos Novos Energia S/A – ENERCAN

Refere-se à participação de 6,51% na Empresa Campos Novos Energia S/A – ENERCAN, localizada no rio Canoas, entre os municípios de Campos Novos e Celso Ramos, no estado de Santa Catarina, através do contrato de concessão nº 43/2000, com a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. A potência instalada corresponde a 880 MW, sendo que a 1ª unidade geradora passou a operar comercialmente em 03 de fevereiro de 2007, a 2ª unidade em 17 de fevereiro de 2007 e a 3ª unidade entrou em operação em 09 de maio de 2007.

17.4.3. Jaguari Energética S/A

Refere-se à participação da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT na Jaguari Energética S/A, para a construção da PCH Furnas do Segredo, localizada no rio Jaguari, no Estado do Rio Grande do Sul, cujo início das operações ocorreu em setembro de 2005.

Em 30 de agosto de 2004, a participação da Concessionária reduziu de 30% para 14,19% de acordo com a Resolução de Diretoria nº 2.124, isto porque o Acordo de Quotistas estabelecia que o acionista Guascor financiaria o capital próprio da Concessionária caso a sociedade obtivesse um financiamento mínimo de 80%, o qual não foi aprovado pelo BNDES, que financiou 55,2% do projeto.

Em agosto de 2004 foi firmado contrato de empréstimo entre Guascor Serviços Ltda e CEEE-GT, no valor de R\$1.857 para integralização do capital social da Concessionária na investida. A Concessionária pagará a credora através dos dividendos que terá direito do resultado da Jaguari Energética S/A.

Em novembro de 2006, conforme Resolução de Diretoria nº 486, a Concessionária não manifestou interesse em acompanhar os aportes deliberados pelos demais acionistas da empresa, reduzindo a participação para 10,5%.

17.4.4. Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S/A – ETAU

Em 18 de dezembro de 2002, a Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S/A – ETAU, firmou Contrato de Concessão nº 82/2002 – ANEEL, tendo por objeto a concessão do serviço público de energia elétrica referente à Linha de Transmissão Campos Novos, Lagoa Vermelha, Santa Marta 230 kV; a entrada em operação ocorreu em 17 de abril de 2005. A Concessionária tem participação de 10% na ETAU, sendo que o capital social correspondente foi integralizado com a emissão de notas promissórias “pro soluto”, as quais serão resgatadas mensalmente até a quitação de sua parcela no patrimônio do empreendimento, através do Contrato de Operação e Manutenção ETAU/CEEE-GT.

17.4.5. Companhia Energética Rio das Antas - CERAN

Refere-se à participação de 30% na Companhia Energética Rio das Antas - CERAN, para implantação e exploração dos empreendimentos hidrelétricos nas usinas Castro Alves, Monte Claro e 14 de Julho, todas localizadas no Estado do Rio Grande do Sul, cuja potência instalada corresponderá a 360 MW. Em 29 de dezembro de 2004, entrou em operação comercial a primeira das duas turbinas da Usina Hidrelétrica Monte Claro e em 29 de novembro de 2006, a segunda

turbina com potência total instalada de 59 MW. Na UHE Castro Alves entrou em operação a primeira turbina em 04 de março, a segunda em 02 de abril e a terceira em 06 de junho de 2008. A UHE 14 de Julho iniciou a operação comercial de fornecimento de energia referente à primeira unidade geradora em 25 de dezembro de 2008 e a segunda em 13 de março de 2009.

17.4.6. Foz do Chapecó Energia S/A

Em 01 de março de 2007, a Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT, juntamente com a CPFL Geração de Energia S/A e a Chapecoense Geração S/A, assinaram o Acordo de Acionistas da Foz do Chapecó Energia S/A – FCE, sociedade por ações de propósito específicas – SPE, com distrato do consórcio anteriormente formalizado entre as partes.

A Resolução Autorizativa ANEEL nº 879, de 17 de abril de 2007, autorizou a transferência da quota-parte detida pela Chapecoense Geração S/A na concessão do UHE Foz do Chapecó para a Foz do Chapecó Energia S/A – FCE, alterando-se a estrutura acionária, que passou a ter a seguinte composição: CPFL – 51%, CEEE-GT – 9% e Chapecoense – 40%.

A potência instalada da usina, localizada no rio Uruguai, entre os municípios de Águas de Chapecó no Estado de Santa Catarina, e Alpestre no Rio Grande do Sul, corresponderá a 855 MW, distribuída em quatro grupos geradores, e em março de 2011 passou a operar com sua capacidade máxima.

O BNDES aprovou financiamento para o empreendimento na ordem de R\$ 1,658 bilhão, cujo prazo de financiamento é de utilização e carência até 15 de setembro de 2011 e amortização em 192 meses. A Concessionária assinou o contrato na condição de interveniente na operação do financiamento e aportou capital em dezembro de 2007, no montante de R\$ 5,9 milhões, o qual já foi repassado através de empréstimo do Banco Bradesco diretamente a Foz do Chapecó Energia S/A.

17.5. Participações Societárias Permanentes Avaliadas pelo Custo

	31/12/2012	31/12/2011
Centrais Elétricas S.A - ELETROSUL.....	2.160	2.260
(-) Provisão Desvalorização ELETROSUL.....	(1.936)	(1.936)
Piratini Energia S.A.....	10	10
Transmissora Porto Alegre LTDA.....	4.074	4.074
Transmissora Sul Litorânea de Energia S.A - TSLE	16.660	-
Outros Investimentos Avaliados pelo Custo.....	908	909
(-) Provisão Desvalorização Outros Investimentos.....	(354)	(356)
	21.522	4.961

17.5.1. Centrais Elétricas S.A. - ELETROSUL

Refere-se à participação de 0,116% no Capital Social da Centrais Elétricas S.A.- ELETROSUL.

17.5.2. Piratini Energia S/A

Refere-se à participação de 10% na Piratini Energia S/A, sendo esta proprietária da Usina Termelétrica Piratini, localizada no município de Piratini/RS, com capacidade para produzir 10 MW utilizando-se de resíduos de madeira provenientes das indústrias madeireiras da Região.

17.5.3. Transmissora Porto Alegre Ltda.

Em junho de 2009, a Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT e a PROCABLE Energia e Telecomunicações constituíram a Sociedade de Propósito Específico denominada TPAE - Transmissora Porto Alegre de Energia Ltda. que venceu o Leilão da ANEEL – processo nº 48500.000368/2009-18 para a exploração da Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica, mediante a construção, a montagem, a operação e manutenção do empreendimento Linha de Transmissão Subterrânea em 230kV Porto Alegre 9 - Porto Alegre 4.

Conforme Memorando de Entendimentos firmado entre as partes, a Concessionária seria responsável pela Operação e Manutenção do Empreendimento, pelas Licenças Ambientais, revisões, acompanhamento técnico e fiscalização da obra e a PROCABLE seria responsável pela preparação do Projeto Básico e Executivo do Empreendimento, construção, fornecimento de materiais, obras civis, instalações, testes e realização de comissionamento. A Concessionária e a PROCABLE, em

conjunto, seriam responsáveis pela estruturação e contratação do financiamento para implantação do Empreendimento.

A Concessionária detém 20% de participação no capital da Transmissora.

17.5.4 Transmissora Sul Litorânea de Energia S.A - TSLE

Em junho de 2012 a Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE GT e a ELETROSUL Centrais Elétricas S.A constituíram a Transmissora Sul Litorânea de Energia S.A que tem como objeto social a construção, projeto, implantação, operação, manutenção e exploração, sob regime de autorização ou concessão, de instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Interligado Nacional e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio. O capital social subscrito é de R\$10 representado por 10.000 (dez mil) ações sem valor nominal. A CEEE GT 49% das ações subscritas.

Em reunião do Conselho de Administração da TSLE de 12 de julho de 2012 foi aprovado Adiantamento para futuro Aumento de capital – AFAC no valor de R\$46.000 a ser aportado no período de agosto a dezembro de 2012.

18. Imobilizado

	Terrenos	Reservatórios e Barragens	Edificações e Benfeitorias	Máquinas e Equipamentos	Veículos	Móveis e Acessórios	Bens em construção	Bens não vinculados à concessão	Total
Saldo em 31 de Dezembro de 2010	6.182	222.517	2.343	43.317	2.957	241	34.167	155.538	467.262
Adições.....	-	-	-	-	-	-	13.087	-	13.087
Baixas.....	-	-	(18)	(5.868)	(80)	(25)	-	-	(5.991)
Transferências para Imobilizado em Serviço.....	488	-	230	3.961	-	42	(4.721)	-	-
Outros.....	1	-	12.810	1.067	62	3.569	-	22.050	39.559
	6.671	222.517	15.365	42.477	2.939	3.827	42.533	177.588	513.917
Depreciação no período.....	-	(29.007)	(3.627)	(25.041)	(453)	(48)	-	-	(58.176)
Baixas.....	-	-	4	5.547	20	24	-	-	5.595
Outros.....	-	-	(12.802)	(834)	(62)	(3.524)	-	(2.218)	(19.440)
Saldo em 31 de Dezembro de 2011	6.671	193.510	(1.060)	22.149	2.444	279	42.533	175.370	441.896
Adições.....	-	-	-	-	-	-	11.288	-	11.288
Baixas.....	(5.442)	(996.511)	(95.351)	(352.341)	(2)	(140)	(10.723)	-	(1.460.510)
Transferências para Imobilizado em Serviço.....	-	-	-	53	-	3	(56)	-	-
Outros.....	13.488	-	150.758	606.478	(199)	(1.313)	7.589	(815.241)	(38.440)
	14.717	(803.001)	54.347	276.339	2.243	(1.171)	50.631	(639.871)	(1.045.766)
Depreciação no período.....	-	(34.800)	(4.675)	(22.668)	(322)	(63)	-	(164)	(62.692)
Baixas.....	-	971.247	94.150	324.165	-	105	-	-	1.389.667
Outros.....	-	-	(126.593)	(495.558)	(1.780)	1.671	-	641.164	18.904
Saldo em 31 de Dezembro de 2012	14.717	133.446	17.229	82.278	141	542	50.631	1.129	300.113

O Ativo imobilizado da Concessionária é composto por Usinas de Geração, bens administrativos, bens não vinculados à Concessão, veículos e móveis e utensílios, inclusive a serviço das concessões de transmissão, mas que não foram considerados dentro do alcance da ICPC 01.

Os ativos administrativos e de apoio em geral são adquiridos prontos em sua maioria e entram em operação tão logo sejam recebidos pela empresa, portanto, na composição de seu custo histórico os valores relativos à Rateio de Custo da Administração Central ou Juros de Obra em Andamento, se existir, são imateriais. Estes ativos da Concessionária, que não contribuem diretamente na geração de caixa, estão registrados ao custo de aquisição, que no entendimento da Administração, é a melhor estimativa do seu valor justo.

Custo Atribuído (*Deemed Cost*)

A Concessionária avaliou os valores de suas usinas de geração e optou pela adoção do custo atribuído (deemed cost), ajustando os saldos de abertura na data de transição em 1º de janeiro de 2009 para fins de comparação.

Os valores justos utilizados na adoção do custo atribuído foram estimados por especialistas internos (engenheiros) com experiência e competência profissional, objetividade e conhecimento técnico dos bens avaliados. Para realizarem este trabalho os especialistas internos consideraram os valores justos de recuperação admitidos pelo Órgão Regulador, bem como a vida útil econômica estimada pelo Órgão Regulador e aceita pelo mercado como adequada.

Em 11/09/2012, a Presidência da República publicou a Medida Provisória de nº 579, que possibilita a prorrogação dos contratos de concessão de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica por, uma única vez, pelo prazo de até 30 anos, dando a opção das empresas que possuíam contratos de concessão alcançados pelo art. 19 da Lei nº 9.074, de 07/07/1995, se manifestassem sobre o interesse de prorrogação, que, se aprovado pelo Poder Concedente, a Concessionária teria 30 dias para assinar o termo aditivo ao contrato.

Dando continuidade ao processo de prorrogações das concessões, em 01/11/2012, o Ministério de Minas e Energia, através da Portaria Interministerial nº 580, estabeleceu os valores de indenização para as usinas hidrelétricas enquadradas no art. 1º da Medida Provisória nº 579, a qual não prevê valores de indenização para as usinas de geração da CEEE-GT que possuem vencimento da Concessão em 2015, vinculadas ao Contrato de Concessão nº 025/2000. Diante deste arcabouço legal, a Concessionária providenciou a baixa dos valores residuais dos seus ativos de geração vinculados ao contrato de concessão nº 025/2000, provocando o reflexo no resultado de R\$ 91.242 milhões, sendo R\$31.461 milhões de custo atribuído e R\$59.781 de valor original contábil. O reflexo no resultado, objeto da aplicação da Medida Provisória nº 579 e suas publicações posteriores, está distribuído conforme valor residual das seguintes usinas de geração:

	Intangíveis	Terrenos	Barragens	Edificações	Máquinas	Móveis e Utensílios	Total geral
UHE BUGRES	-	1	-	-	234	-	235
UHE CANASTRA	-	64	71	2	1.087	1	1.225
UHE CAPIGUI	-	186	400	183	284	1	1.054
UHE ERNESTINA	-	619	-	23	236	6	884
UHE FORQUILHA	1	11	43	67	108	1	231
UHE GUARITA	-	228	-	43	106	1	378
UHE HERVAL	-	2.718	129	39	1.697	-	4.583
UHE IJUIZINHO	1	1	-	-	110	1	113
UHE JACUI	-	27	19.556	420	10.738	9	30.750
UHE PASSO DO INFERNO	-	2	59	-	402	-	463
UHE PASSO REAL	-	1.535	5.007	249	12.849	5	19.645
UHE SANTA ROSA	-	50	-	41	214	1	306
SISTEMA SALTO	-	-	-	133	1	-	134
SISTEMA SALTO-BARRAGEM DIVISA	-	-	-	-	40	-	40
BENS EM CONSTRUÇÃO	1.040	-	311	576	8.800	-	10.727
PROJETOS EM ANDAMENTO PROVISIONADOS COMO PERDA	2.355	468	17.651	-	-	-	20.474
TOTAL DE BAIXA DE RESIDUAL CONTÁBIL	3.397	5.910	43.227	1.776	36.906	26	91.242

A Concessionária esclarece, no entanto, que, sob outra análise, permanecem em seu ativo imobilizado aqueles demais bens não impactados pela Medida Provisória nº 579, a exemplo da usina geradora de Itaúba, com vencimento da Concessão em 2021, outras usinas que a Concessionária detém o direito de exploração, além de imobilizações em curso e bens administrativos do segmento de geração e transmissão. A abertura, segundo natureza de imobilização, dos bens que permaneceram no ativo imobilizado da Concessionária está disposta na tabela a seguir:

ATIVOS DE GERAÇÃO NÃO IMPACTADOS PELA LEI Nº12.783	Estudos e Projetos	Terrenos	Barragens	Edificações	Máquinas	Veículos	Móveis e Utensílios	Obrigações Vinculadas	Total geral
UHE ITAUBA	-	221	110.062	10.537	73.235	-	4	-	194.059
UHE TOCA	-	1	123	1	320	-	-	-	445
UHE IVAÍ	-	1	-	22	293	-	1	-	317
UHE DONA FRANCISCA	-	12.728	23.261	-	11	-	-	-	36.000
BENS EM CONSTRUÇÃO	2.342	-	-	2.179	16.379	354	128	-	21.382
BENS ADMINISTRATIVOS	-	478	-	2.302	1.112	62	84	578	4.616
BENS NÃO VINCULADOS À CONCESSÃO	-	1	-	-	1.090	-	38	-	1.129
TOTAL RESIDUAL CONTÁBIL DE GERAÇÃO	2.342	13.430	133.446	15.041	92.440	416	255	578	257.948

ATIVOS DE TRANSMISSÃO NÃO IMPACTADOS PELA LEI Nº12.783	Estudos e Projetos	Terrenos	Barragens	Edificações	Máquinas	Veículos	Móveis e Utensílios	Obrigações Vinculadas	Total geral
BENS ADMINISTRATIVOS	-	1.288	-	4.361	6.847	43	346	-	12.885
IMOBILIZADO EM CURSO	-	-	-	571	28.620	40	49	-	29.280
TOTAL RESIDUAL CONTÁBIL DE TRANSMISSÃO	-	1.288	-	4.932	35.467	83	395	-	42.165

TOTAL RESIDUAL CONTÁBIL DE GERAÇÃO E TRANSMISSÃO	2.342	14.718	133.446	19.973	127.907	499	650	578	300.113
--------------------------------------------------	-------	--------	---------	--------	---------	-----	-----	-----	---------

19. Intangíveis

Saldo em 31 de Dezembro de 2010	1.700
Aquisições.....	885
Baixas	(302)
Outros	757
	3.040
Amortização do período.....	(153)
Baixas	2
Saldo em 31 de Dezembro de 2011	2.889
Aquisições.....	881
Outros.....	(27)
	3.743
Amortização do período.....	(77)
Saldo em 31 de Dezembro de 2012	3.666

É composto pelos valores representativos das licenças de direito de propriedade intelectual, constituídos por gastos realizados com a aquisição das licenças e demais gastos com serviços complementares à utilização produtiva de softwares. Tais itens são amortizados linearmente.

20. Fornecedores

Os saldos compõem-se de:

	31/12/2012	31/12/2011
Encargos de Uso da Rede	4.326	4.049
Energia Elétrica Comprada para Revenda	13.914	1.190
Materiais e Serviços	16.784	16.734
Retenção Contratual	28.719	31.219
	63.743	53.192

21. Obrigações Trabalhistas

Os saldos compõem-se de:

	31/12/2012	31/12/2011
Retenções sobre a Folha de Pagamento.....	9.135	8.730
Provisão para Férias, 13 º Salário, Gratificações e Encargos Sociais	22.739	20.046
Prêmio Assiduidade	128	136
	32.002	28.912

O valor de R\$9.135 (R\$8.730 em 31 de dezembro de 2011) refere-se à folha de pagamento, consignações em favor de terceiros (diversas Entidades de Classe, como a Associação dos Funcionários das Companhias e Empresas de Energia Elétrica do Rio Grande do Sul - AFCEEE, Sindicato dos Eletricistas do Rio Grande do Sul - SENERGISUL e a Fundação CEEE de Seguridade Social - ELETROCEEE) e tributos e contribuições sociais retidos na fonte.

22. Obrigações Fiscais

Os saldos compõem-se de:

	31/12/2012	31/12/2011
CIRCULANTE		
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	15	5
Contribuição ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	3.850	2.599
Contribuição p/Financiamento da Seguridade Social - COFINS	4.530	4.074
Contribuição ao Programa de Integração Social - PIS / PASEP	983	884
Contribuição ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS	1.647	1.499
Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social	671	8.238
Parcelamento Municipal - ITBI.....	857	-
Outros	769	344
	13.322	17.643
NÃO CIRCULANTE		
Parcelamento Municipal - ITBI.....	72	-
Total	72	-

22.1. Parcelamento Municipal - ITBI

A Concessionária efetuou parcelamento junto à Prefeitura Municipal de Porto Alegre referente ao Auto de Infração nº 20097010817. O processo de parcelamento foi efetivado em fevereiro de 2012, o valor da obrigação perfaz R\$1.715. O montante parcelado será pago em 24 prestações mensais e consecutivas, corrigidas mensalmente pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC, já tendo sido liquidadas 11 (onze) parcelas.

A tabela abaixo ilustra o saldo remanescente:

Data do Evento	Histórico	Valor
23/02/2012	Montante Parcelado	1.715
31/12/2012	Parcelas Pagas até 31/12/2012	(786)
	Saldo a Pagar	929
CIRCULANTE.....		857
NÃO CIRCULANTE.....		72
		929

23. Empréstimos, Financiamentos e Outras Captações

Os saldos compõem-se de:

23.1. Empréstimos e Financiamentos

CREDOR	BASE DO CONTRATO						FINALIDADE	31/12/2012				31/12/2011			
	INDEXADOR	Percentual Médio dos Encargos Fixos a.a.	PRES TA ÇÃO	VENCIMENTO		GA RAN TIA		PRAZOS DE VENCIMENTOS				PRAZOS DE VENCIMENTOS			
				Início	Térmo			PRINCIPAL		ENCARGOS	TOTAL	PRINCIPAL		ENCARGOS	TOTAL
								CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE			CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE		
MOEDA NACIONAL															
ELETROBRÁS	UFIR	5% a 6,5%	T	19.09.90	15.02.17	03	Investimento	-	-	-	-	4.007	-	40	4.047
ELETROBRÁS	RGR	5% a 7%	M	13.03.00	30.06.17	03	Investimento	5.730	13.901	77	19.708	71.556	-	339	71.895
ELETROCEEE / ALUGUEL / IMÓVEIS	INPC	9%	M	11.10.01	31.05.13	03	Financiamento	3.284	-	-	3.284	8.254	2.097	-	10.351
BANCO DO BRASIL - LEASING	CDI	4%	M	30.06.06	01.05.12	03	Leasing de Veículos	-	-	-	-	1.850	-	2	1.852
TOTAL MOEDA NACIONAL								9.014	13.901	77	22.992	85.667	2.097	381	88.145
MOEDA ESTRANGEIRA															
GOV. FED. BCOS. PRIV. - DMLP	US\$	5%	S	15.08.97	15.04.24	01/02	Investimento	-	-	-	-	-	-	30	30
BRAZILIAN I. BOND - BIB	US\$	6%	S	19.09.97	15.09.13	01/02	Investimento	-	-	-	-	-	-	1	1
TOTAL MOEDA ESTRANGEIRA								-	-	-	-	-	-	31	31
TOTAIS GERAIS MOEDA NACIONAL + MOEDA ESTRANGEIRA								9.014	13.901	77	22.992	85.667	2.097	412	88.176
TOTAL LÍQUIDO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS								9.014	13.901	77	22.992	85.667	2.097	412	88.176
CÓDIGOS DAS GARANTIAS E/OU FIANÇAS						PRESTAÇÃO									
01 - Autorização Contratual para Acesso em Conta Corrente						M - MENSAL									
02 - Governo Federal e Governo Estadual						T - TRIMESTRAL									
03 - Procuração para Acesso em Conta Corrente						S - SEMESTRAL									

23.2. Outras Captações

CREDOR	BASE DO CONTRATO						FINALIDADE	31/12/2012				31/12/2011			
	INDEXADOR	Percentual Médio dos Encargos Fixos a.a.	PRE S TA ÇÃO	VENCIMENTO		GA RAN TIA		PRAZOS DE VENCIMENTOS			PRAZOS DE VENCIMENTOS				
				Início	Término			PRINCIPAL		ENCARGOS	TOTAL	PRINCIPAL		ENCARGOS	TOTAL
								CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE			CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE		
FUNDO INVEST. DIREITOS CRED. - FIDC III	CDI	1,85%	M	21.12.07	08.01.14	04	Investimento	31.552	1.087	-	32.639	35.670	27.306	-	62.976
FUNDO INVEST. DIREITOS CRED. - FIDC V	CDI	0,95%+CDI ou 109% do CDI	M	11.03.09	28.08.15	04	Investimento	51.802	74.237	-	126.039	54.256	107.889	-	162.145
TOTAL OUTRAS CAPTAÇÕES								83.354	75.324	-	158.678	89.926	135.195	-	225.121
CÓDIGOS DAS GARANTIAS E/OU FIANÇAS							PRESTAÇÃO								
04- Percentual de Recebíveis da Geração e Transmissão							M - MENSAL								
TOTAL DE EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E OUTRAS CAPTAÇÕES								92.368	89.225	77	181.670	175.593	137.292	412	313.297

23.3. As parcelas de Longo Prazo dos Empréstimos e Financiamentos vencem como segue:

PRINCIPAL		
	31/12/2012	31/12/2011
2013	26.989	37.911
2014	13.295	51.112
2015	36.556	39.426
Após 2015	12.385	8.843
	<u>89.225</u>	<u>137.292</u>

Demonstrativo de Composição do Saldo da Dívida por Indexador:

INDEXADOR		
	31/12/2012	31/12/2011
INPC	0,00%	1,53%
RGR	15,58%	0,00%
CDI	84,42%	98,47%
	<u>100,00%</u>	<u>100,00%</u>

23.4. Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – FIDC III e FIDC V

A Concessionária iniciou, em 2007, tratativas com o mercado financeiro para a constituição de novo FIDC III, com cessão de direitos creditórios de alguns contratos de venda de energia e de uso da rede de transmissão, com valor de R\$150 milhões.

Em decorrência da elevação do Rating do FIDC I, efetivado em 2006, para AAb+, construiu-se um ambiente favorável de vinculação do FIDC III aos mesmos recebíveis do FIDC I de forma subordinada, não aumentando o comprometimento da receita operacional da Concessionária.

Em virtude das tratativas iniciadas e considerando as necessidades conjunturais da Concessionária, houve a antecipação de parte do valor do FIDC III através da emissão de Notas Promissórias no valor de R\$50 milhões que ingressaram na Concessionária no mês de setembro de 2007.

Em dezembro de 2007 houve a constituição do fundo FIDC III e sua respectiva liquidação, fazendo com que os recursos ingressassem imediatamente no caixa da Concessionária, momento em que houve o resgate das Notas Promissórias.

Visando obter recursos para investimento, bem como para atender necessidades de caixa para o ano de 2009, a Concessionária firmou termo de contrato com o Banco do Estado do Rio Grande do Sul - BANRISUL visando à estruturação do FIDC V, num montante de R\$200.000 com recursos advindos do FI – FGTS. A disponibilização do referido fundo foi efetivada em 11 de março de 2009.

23.5. Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e Agência Francesa de Desenvolvimento – AFD

Em 28 de dezembro de 2012 foi assinado o contrato de empréstimo nº 2813/OC-BR entre a CEEE-GT e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, com objetivo de financiar o Programa Pró Energia RS GT (Programa de Expansão e Modernização do Sistema Elétrico da Região Metropolitana de Porto Alegre e Áreas de Abrangência da CEEE-GT) no valor de US\$147.760. O valor do financiamento concedido pelo BID é de US\$ 88.656, sendo que a primeira parcela de desembolso foi recebida em 18 de fevereiro de 2013, no valor de US\$2.567.

Em 21 de dezembro de 2012 foi assinado o contrato de empréstimo nº CBR 1043, entre a CEEE-GT e a Agência Francesa de Desenvolvimento – AFD, no montante de US\$59.104, sendo que a liberação da primeira parcela está prevista para ocorrer em março de 2013.

Como forma de monitoramento da situação financeira da Concessionária pelos financiadores Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID e Agência Francesa de Desenvolvimento - AFD, a Concessionária deverá estar em conformidade com os indicadores de margem EBITDA estabelecidos contratualmente. Caso não sejam atingidos tais indicadores a Concessionária não sofrerá nenhuma penalidade e somente deverá apresentar prontamente aos bancos um plano de

ação identificando as causas dos desvios, as medidas de gestão ou as medidas financeiras a serem adotadas bem como seu respectivo cronograma de modo a atingir os referidos índices.

24. Provisão para Benefícios a Empregados

A Concessionária, através da Fundação CEEE de Seguridade Social – ELETROCEEE, concede aos seus empregados os planos de previdência complementar, denominados CEEEPREV e Plano Único, este último fechado para novas adesões. Mantém também a obrigação do pagamento de aposentadoria a ex-autárquicos e a obrigação de complementação de aposentadoria a ex-empregados desligados por aposentadoria incentivada.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano e considerando o contrato de dívida SF 1254/95, com a Fundação ELETROCEEE.

Os saldos registrados no passivo compõem-se de:

	Nota Explicativa	31/12/2012	31/12/2011
CIRCULANTE			
Contas a Pagar Aposentadoria Incentivada - CTP		120	1.797
Contribuição Patrocinadora - ELETROCEEE	38	4.788	3.977
Empréstimos Fundação ELETROCEEE Contr.1254/95 Benef. Empregados	38	13.375	12.623
Provisão p/Complem Aposent Ex-Autárquicos - Lei Estadual 3.096/56 - EXA.....		43.555	42.891
		<u>61.838</u>	<u>61.288</u>
NÃO CIRCULANTE			
Contas a Pagar Aposentadoria Incentivada - CTP		-	127
Empréstimos Fundação ELETROCEEE Contr.1254/95 Benef. Empregados	38	61.302	70.480
Provisão p/Complem Aposent Ex-Autárquicos - Lei Estadual 3.096/56 - EXA.....		264.085	256.156
		<u>325.387</u>	<u>326.763</u>
TOTAL		<u>387.225</u>	<u>388.051</u>

24.1. Contas a Pagar Aposentadoria Incentivada - CTP

Em decorrência de acordo coletivo de trabalho, a Concessionária é responsável pelo pagamento do benefício de complementação de aposentadoria por tempo de serviço que tenha sido concedida pela Previdência Oficial ao participante regularmente inscrito na Fundação ELETROCEEE e que ainda não tenha cumprido todos os requisitos para a sua fruição, ocasião em que o ex-empregado será definitivamente aposentado pela Fundação. Desta forma, a Concessionária, provisionou os valores integrais dos compromissos futuros relativos a estas complementações salariais, considerando o prazo médio de pagamento destes benefícios, ajustados a valor presente, incluindo as contribuições à Fundação.

24.2. Contribuição Patrocinadora – ELETROCEEE

A Contribuição Patrocinadora - ELETROCEEE refere-se às contribuições mensais da Patrocinadora relativas aos Planos de Benefícios denominados Plano Único e CEEEPREV e a Parcela de Reserva Amortizar CEEEPREV.

24.2.1. Plano de Benefícios CEEEPREV

O CEEEPREV é um plano com características de contribuição definida, exceto no que se refere aos benefícios de risco e à parte dos benefícios saldados.

O benefício saldado é um benefício vitalício proporcionado aos participantes do Plano Único, que migraram para o CEEEPREV. É o valor calculado no momento da migração, com base em Nota Técnica Atuarial e atualizado pelo Índice de Reajuste do Plano, tendo como finalidade preservar os direitos já acumulados dos ex-participantes do Plano Único, o qual tem características de plano de benefício definido.

Os benefícios do CEEEPREV são acessíveis a todos os empregados da categoria CLT da Concessionária, onde esta efetua contribuições de forma paritária com seus empregados. O Plano

CEEEPREV é viabilizado também por uma contribuição suplementar de amortização de responsabilidade da patrocinadora do plano, na forma da lei, denominada Reserva a Amortizar.

24.2.2. Plano de Benefícios denominado Plano Único

O Plano Único tem modalidade de benefício definido e está fechado para novas adesões de participantes desde setembro de 2002. Recebe contribuições paritárias entre patrocinadora e empregados, calculadas conforme percentual definido em regulamento do plano e aplicável à folha de salários de participação dos empregados participantes.

24.3. Fundação ELETROCEEE Contrato 1254 – Benefícios aos Empregados

O total da obrigação atuarial está contemplado o montante do contrato com a Fundação ELETROCEEE nº SF 1254/95, referente ao contrato de confissão de dívida por contribuições não pagas, cuja renegociação foi efetuada em agosto 2003 de acordo com seu quinto termo aditivo cuja carência foi até dezembro 2004, tendo o reinício dos pagamentos das amortizações de principal a partir de janeiro 2005, sendo seu término previsto para 31 de julho de 2018.

24.4. Provisão para Complementação Aposentadoria Ex-Autárquicos–Lei Estadual nº 3.096/56 - EXA

Esta provisão, registrada conforme o cálculo atuarial, refere-se ao compromisso da Concessionária com empregados ex-autárquicos aposentados, remanescentes da antiga Comissão Estadual de Energia Elétrica, autarquia que foi sucedida pela Companhia Estadual Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT, por força da Lei Estadual nº 4.136/61. É um compromisso previdencial pós-emprego de caráter vitalício e com benefícios definidos, sendo assumido pela CEEE o pagamento destes proventos integralmente.

24.5. Política Contábil adotada pela Patrocinadora no Reconhecimento de Ganhos ou Perdas Atuariais e Custo do Serviço Passado

De acordo com as práticas contábeis prevista na Deliberação CVM 600/2009, item 92, o valor do reconhecimento dos ganhos ou perdas atuariais corresponderá à parcela de ganho ou perda que exceda o maior entre 10% do Valor Presente da Obrigação Atuarial e 10% do Valor Justo dos Ativos do Plano. Portanto, as perdas atuariais acumuladas que se situam dentro do limite de 10% do valor presente da obrigação de benefícios definidos (corredor) não são reconhecidas no resultado da Concessionária. Desta forma, as perdas excedentes ao limite do corredor são reconhecidas no resultado durante o tempo médio remanescente de vida dos participantes do plano de benefício.

Até o exercício 2012, a Concessionária utilizou o método do corredor para o diferimento dos ganhos e perdas atuariais do Plano Único e CEEEPREV (parte benefício definido) bem como dos Compromissos Previdenciais CTP e Ex-Autárquicos.

No que se refere às projeções para o exercício de 2013, a avaliação atuarial considerou a revisão do CPC 33 aprovada em dezembro de 2012, pela Deliberação CVM 695/2012.

Através desta revisão, exclui-se a possibilidade de utilização do “método do corredor” passando os ganhos e perdas acumulados a serem reconhecidos integralmente em Outros Resultados Abrangentes, a partir de 1º de janeiro de 2013.

No CEEEPREV, na parte de contribuição definida, o risco atuarial (benefícios menores que o esperado) e o risco de investimentos (ativos investidos e rendimento desses ativos insuficientes para cobrir os benefícios esperados) são dos participantes do plano. A contabilização dos custos normais do CEEEPREV, pela Concessionária é determinada pelos valores das contribuições de cada período que representam a obrigação da patrocinadora naquele período. Consequentemente, os cálculos da mensuração da obrigação ou da despesa são os ocorridos efetivamente, não existindo, assim, ganho ou perda atuarial. Dessa forma a despesa com o plano refere-se ao valor das contribuições efetivamente realizadas no exercício e das parcelas da Reserva a Amortizar.

O custo do serviço passado do CEEEPREV, decorrente da criação do plano é reconhecido pelo método de linha reta, como uma despesa, pelo período de amortização da Provisão a Constituir junto ao Plano CEEEPREV. Quanto ao reconhecimento do ganho ou perda atuarial com relação a esse compromisso de serviço passado, esse (a) será totalmente reconhecido (a) no exercício. Para 2013,

conforme alterações do CPC 33 (R1) o custo do serviço passado deverá ser registrado na sua totalidade no resultado da patrocinadora.

24.6 Premissas utilizadas para o cálculo do passivo e das projeções

As premissas atuariais e hipóteses econômicas adotadas são as requeridas pelos padrões do Pronunciamento Técnico CPC 33 e foram as seguintes:

PREMISSAS ATUARIAIS ADOTADAS	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD
Taxa para desconto da obrigação atuarial	3,63% a.a.	2,79% a.a.	3,26% a.a.	3,99% a.a.
Taxa de juros totais do retorno dos investimentos - taxa real	3,63% a.a.	2,79% a.a.	3,26% a.a.	3,99% a.a.
Taxa de juros totais do retorno dos investimentos - taxa nominal	9,23% a.a.	8,34% a.a.	8,34% a.a.	9,60% a.a.
Taxa crescimento salarial futuro - taxa real	3,00% a.a.	Não Aplicado	Não Aplicado	Não Aplicado
Taxa crescimento salarial futuro - taxa nominal	5,40% a.a.	5,40% a.a.	5,40% a.a.	5,40% a.a.
Expectativa de Inflação	5,40% a.a.	5,40% a.a.	5,40% a.a.	5,40% a.a.
Fator de capacidade dos Salários	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Fator de capacidade dos Benefícios do Plano	100,00%	100,00%	97,50%	97,50%
Tábua de Mortalidade Geral	AT-83 male	AT-83 male	AT-83 male	AT-2000 male
Tábua de Mortalidade dos Inválidos	AT-49 male	AT-49 male	AT-49 male	AT-83 male
Tábua de Entrada em Invalidez	Light-Média	Light-Média	Light-Média	Light-Média
Tábua de Rotatividade	Não Aplicado	Não Aplicado	Não Aplicado	Não Aplicado
Composição Familiar	Hx Fundação CEEE	Não Aplicado	Não Aplicado	1) Benefício a Conceder: HX Fundação CEEE. 2) Benefícios Concedidos: Família Real

Quanto às taxas de desconto, a Concessionária observa os princípios estabelecidos na CVM 600/09. Assim, são consideradas as taxas de juros dos títulos do Tesouro Nacional (NTN-B) que tenham vencimentos próximos dos prazos dos fluxos futuros esperados das obrigações com os participantes ativos e assistidos da cada plano ou compromisso.

A taxa esperada do retorno dos ativos do plano foi considerada a mesma taxa de desconto atuarial, conforme as novas regras reconhecidas pelo Pronunciamento CPC 33 (R1), a ser aplicado no exercício de 2013.

Na avaliação atuarial dos planos CEEEPREV e Plano Único, foi adotado o método de crédito unitário projetado.

24.7. Resultados da Avaliação Atuarial

A avaliação atuarial dos benefícios pós-emprego relativa aos planos e compromissos da Concessionária, foi realizada por consultoria atuarial, apresentando os seguintes resultados:

CONCILIAÇÃO DOS SALDOS DO VALOR PRESENTE DA OBRIGAÇÃO ATUARIAL	2012					2011				
	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD	Total	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD	Total
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	(913.339)	(1.864)	(353.190)	(1.136.276)	(2.404.669)	(809.023)	(4.454)	(343.177)	(1.059.233)	(2.215.887)
Custo do serviço corrente	(388)	-	-	(12.358)	(12.746)	(687)	-	-	(11.726)	(12.413)
Custo de juros	(49.174)	(81)	(38.459)	(130.240)	(217.954)	(91.351)	(354)	(37.357)	(60.714)	(189.776)
Ganho / (perda) atuarial	(123.938)	(8.447)	(32.922)	(180.324)	(345.631)	(77.117)	(385)	(19.827)	(50.891)	(148.220)
Benefícios pagos pelo plano	77.524	1.886	48.690	78.599	206.699	64.839	3.329	47.171	46.288	161.627
Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	(1.009.315)	(8.506)	(375.881)	(1.380.599)	(2.774.301)	(913.339)	(1.864)	(353.190)	(1.136.276)	(2.404.669)

ANÁLISE DA OBRIGAÇÃO ATUARIAL DO PLANO	2012					2011				
	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD	Total	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD	Total
Parcela do valor presente da obrigação atuarial com cobertura	(807.430)	-	-	(1.094.242)	(1.901.672)	(720.969)	-	-	(1.132.881)	(1.853.850)
Parcela do valor presente da obrigação atuarial sem cobertura	(201.885)	(8.506)	(375.881)	(286.357)	(872.629)	(192.370)	(1.864)	(353.190)	(3.395)	(550.819)
Total do valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	(1.009.315)	(8.506)	(375.881)	(1.380.599)	(2.774.301)	(913.339)	(1.864)	(353.190)	(1.136.276)	(2.404.669)
Estatos do Plano	Parcialmente coberto	Sem cobertura	Sem cobertura	Parcialmente coberto		Parcialmente coberto	Sem cobertura	Sem cobertura	Parcialmente coberto	

CONCILIAÇÃO DOS SALDOS DO VALOR JUSTO DOS ATIVOS	2012					2011				
	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD	Total	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD	Total
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	720.969	-	-	1.132.881	1.853.850	660.828	-	-	933.660	1.594.488
Retorno esperado dos ativos do plano	39.350	-	-	131.757	171.107	75.760	-	-	54.067	129.827
Ganhos / (Perdas) atuariais	88.137	-	-	(94.577)	(6.440)	17.521	-	-	159.057	176.578
Contribuições do empregador	18.249	1.886	48.690	1.381	70.206	30.466	3.329	47.171	26.522	107.488
Contribuições de participantes do plano	18.249	-	-	1.399	19.648	1.233	-	-	5.863	7.096
Benefícios pagos pelo plano	(77.524)	(1.886)	(48.690)	(78.599)	(206.699)	(64.839)	(3.329)	(47.171)	(46.288)	(161.627)
Valor justos dos ativos do plano no final do exercício	807.430	-	-	1.094.242	1.901.672	720.969	-	-	1.132.881	1.853.850

24.7. Resultados da Avaliação Atuarial (continuação)

CONCILIAÇÃO DOS ATIVOS E PASSIVOS RECONHECIDOS NO BALANÇO					2012					2011				
	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD	Total	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD	Total				
Valor presente da obrigação atuarial sem cobertura / (em excesso)	201.885	8.506	375.881	286.357	872.629	192.370	1.864	353.190	3.395	550.819				
Montante não reconhecido como ativo / (passivo)	(100.944)	-	-	-	(100.944)	(96.185)	-	-	-	(96.185)				
Custo do serviço passado não contabilizado	-	-	-	(118.086)	(118.086)	-	-	-	(131.443)	(131.443)				
Ganho (Perda) atuarial não reconhecidos	(47.578)	(8.386)	(68.242)	(147.307)	(271.513)	(125.317)	60	(54.145)	128.455	(50.947)				
Passivo / (Ativo) Atuarial líquido reconhecido no final do exercício (*)	53.363	120	307.639	20.964	382.086	(28.132)	1.924	299.045	407	272.244				
Ajuste do Passivo Atuarial (**)	2.303	-	-	2.836	5.139	77.358	-	-	38.449	115.807				
Passivo reconhecido na patrocinadora	55.666	120	307.639	23.800	387.225	48.226	1.924	299.045	38.856	388.051				

MOVIMENTAÇÃO DO PASSIVO (ATIVO) LÍQUIDO RECONHECIDO NO BALANÇO					2012					2011				
	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD	Total	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD	Total				
(Passivo) Ativo reconhecido no início do exercício	-	(1.925)	(299.045)	(407)	(301.377)	74.067	(5.253)	(289.215)	(1.060)	(221.461)				
Pagamentos para o plano líquido de administração	18.249	1.886	48.690	1.399	70.224	30.466	3.329	47.171	26.521	107.487				
Provisão para planos de benefícios e outros benefícios pós-emprego	(71.613)	(81)	(57.285)	(21.958)	(150.937)	(75.401)	(1)	(57.001)	(25.868)	(158.271)				
(Passivo) Ativo reconhecido no final do exercício (*)	(53.364)	(120)	(307.640)	(20.966)	(382.090)	29.132	(1.925)	(299.045)	(407)	(272.245)				

COMPOSIÇÃO DA DESPESA DO EXERCÍCIO					2012 - Real					2013 - Estimado				
	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD	Total	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD	Total				
Custo do serviço corrente	(388)	-	-	(12.358)	(12.746)	(992)	-	-	(6.201)	(7.193)				
Contribuições dos participantes	18.249	-	-	1.381	19.630	1.593	-	-	1.402	2.995				
Custo de juros	(49.174)	(81)	(38.459)	(130.240)	(217.954)	(42.765)	(661)	(30.994)	(128.590)	(203.010)				
Retorno esperado dos ativos do plano	39.350	-	-	131.756	171.106	19.644	-	-	56.880	76.524				
Amortização de (ganhos) / perdas atuariais	(79.650)	-	(18.825)	(12.497)	(110.972)	-	-	-	(118.085)	(118.085)				
Total da despesa do exercício	(71.613)	(81)	(57.284)	(21.958)	(150.936)	(22.520)	(661)	(30.994)	(194.594)	(248.769)				
Contribuições do empregador	18.249	1.886	48.690	1.399	70.224	1.593	1.180	51.319	1.403	55.495				
Total da (despesa) / receita no exercício	(53.364)	1.805	(8.594)	(20.559)	(80.712)	(20.927)	519	20.325	(193.191)	(193.274)				

AJUSTES EM RESULTADOS ABRANGENTES (NÃO APLICÁVEL EM 2012)					2013					
	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD	Total	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD	Total
(1) (Ganho)/perda do exercício anterior	125.316	(60)	54.145	(128.455)	50.946					
(2) Amortização (Ganho)/Perda do exercício anterior	79.649	-	18.826	(861)	97.614					
(3) (Ganho)/Perda nas obrigações atuariais	61.968	8.447	32.922	180.324	283.661					
(4) (Ganhos)/perdas nos ativos do plano	(53.193)	-	-	94.576	41.383					
(5) Ajuste em (G)/P decorrente da Parcela de Responsabilidade do Patrocinador	(6.864)	-	-	-	(6.864)					
(Ganho)/Perda no final do ano (1)-(2)+(3)+(4)+(5)	47.578	8.387	68.241	147.306	271.512					

(*) O valor do ativo atuarial de R\$29.132 no Plano Único não foi contabilizado pela Administração - em virtude de não haver expectativa de que venha adotar amortizações de perdas futuras.

(**) O ajuste do passivo atuarial refere-se ao complemento do valor apresentado na avaliação atuarial visando contemplar no mínimo o passivo assumido pela Concessionária através do contrato ELETROCEEE nº SF 1254/95 e a Contribuição da Patrocinadora conforme nota explicativa 24.3.

24.7. Resultados da Avaliação Atuarial (continuação)

Montantes do:	Plano Único				CEEEPREV BD			
	2009	2010	2011	2012	2009	2010	2011	2012
Valor presente da obrigação atuarial do plano	765.474	809.022	913.339	1.009.315	836.020	1.059.233	1.136.276	1.380.599
Valor justo dos ativos do plano	681.492	660.828	720.969	807.430	854.644	933.660	1.132.881	1.094.242
Superávit / (Déficit) técnico do plano	(83.982)	(148.194)	(192.370)	(201.885)	18.624	(125.573)	(3.395)	(286.357)
Ajustes de experiência resultantes								
Ganhos / (Perdas) em percentual do passivo do plano	-26,1%	-1,2%	-8,4%	12,28%	-1,7%	-22,4%	-4,5%	13,06%
Ganhos / (Perdas) em percentual dos ativos do plano	8,9%	-11,2%	2,4%	10,92%	5,1%	10,6%	14,0%	-8,64%

Montantes do:	EXA				CTP			
	2009	2010	2011	2012	2009	2010	2011	2012
Valor presente da obrigação atuarial do plano	330.991	343.177	353.190	375.881	8.512	4.454	1.864	8.506
Superávit / (Déficit) técnico do plano	(330.991)	(343.177)	(353.190)	(375.881)	(8.512)	(4.454)	(1.864)	(8.506)
Ajustes de experiência resultantes								
Ganhos / (Perdas) em percentual do passivo do plano	0,3%	-6,2%	-5,6%	8,76%	40,9%	-19,3%	-20,6%	99,3%

CATEGORIAS DOS ATIVOS DO PLANO	2012	
	Plano Único	CEEEPREV BD
Disponível	0,09%	0,09%
Realizável – Gestão Previdencial	6,74%	4,72%
Realizável – Gestão Administrativa	0,86%	2,71%
Títulos Públicos	37,49%	37,08%
Créditos Privados e Depósitos	15,75%	15,57%
Fundos de Investimentos	21,86%	21,61%
Ações	15,35%	15,18%
Investimentos/Depósitos	0,01%	0,01%
Investimentos Imobiliários	0,46%	0,45%
Empréstimos e Financiamentos	1,39%	2,58%
Total em percentual dos ativos do plano	100,00%	100,00%

25. Obrigações da Concessão

Os saldos compõem-se de:

	31/12/2012	31/12/2011
CIRCULANTE		
Reserva Global de Reversão - RGR	-	790
Conta de Consumo de Combustíveis - CCC	3.174	6.720
Conta de Desenv. Energético - Quota da CDE	4.631	4.757
Recursos P&D	25.712	21.497
Recursos FNDCT	552	538
Recursos MME	276	269
	34.345	34.571
NÃO CIRCULANTE		
Recursos P&D	3.354	3.274
	3.354	3.274

25.1. Reserva Global de Reversão - RGR

Foi criada através da Lei n.º 8.631, de 04/03/1993, com a finalidade de prover recursos para reversão, encampação, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. Com a publicação da MP n.º 579 de 11/09/2012 que foi convertida em Lei n.º 12.783 de 11/01/2013, a RGR foi um dos encargos suspensos de cobranças, atendendo as medidas para a redução da conta de energia elétrica.

25.2. Conta de Consumo de Combustíveis – CCC

Foi criada através do Decreto nº 73.102/1973 para subsidiar a geração de energia elétrica com o uso de combustíveis fósseis, disciplina o rateio dos custos de aquisição desses combustíveis entre todas as concessionárias ou autorizadas do país, para garantir os recursos financeiros ao suprimento de energia elétrica a consumidores de localidades isoladas do sistema de geração e distribuição, bem como da geração termelétrica que atende, principalmente, a demanda de ponta dos sistemas interligados, com tarifas uniformizadas.

25.3. Conta de Desenvolvimento Energético – Quotas da CDE

Através da Lei nº 10.438, de 26/04/2002, no artigo 13 foi criada a Conta de Desenvolvimento Energético - CDE visando o desenvolvimento energético dos Estados e a competitividade da energia produzida a partir de fontes eólica, pequenas centrais hidrelétricas, biomassa, gás natural e carvão mineral nacional, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, a promoção da universalização do serviço de energia elétrica em todo o território nacional, devendo seus recursos observar as vinculações e limites previstos em Lei.

25.4. Programa Pesquisa e Desenvolvimento

Criado pela Lei nº 9.991/2000, o P&D é um programa de investimento, estabelecido pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, para as concessionárias de energia elétrica, calculados com base na receita operacional líquida das empresas, que resulta na capacitação e desenvolvimento tecnológico.

Ao programa de Pesquisa e Desenvolvimento, a Concessionária destina anualmente, no mínimo, 1% da receita operacional líquida.

Dos valores destinados ao P&D, 40% são aplicados em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento, 40% são recolhidos ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT, e 20% ao Ministério de Minas e Energia – MME.

26. Provisão para Passivos Trabalhistas, Cíveis e Tributários.

	31/12/2012		31/12/2011	
	Trabalhistas	Cíveis	Trabalhistas	Cíveis
Riscos prováveis	160.021	59.922	196.147	8.834
Riscos possíveis e remotos	74.652	33.322	43.807	3.784
	234.673	93.244	239.954	12.618

A Concessionária é parte em processos judiciais de natureza trabalhista e cível que na avaliação da administração, baseada em experiência em processos com natureza semelhante, apresentam riscos prováveis, possíveis e remotos. Os riscos possíveis e remotos não foram provisionados.

26.1. Composição dos processos de riscos prováveis

A provisão e contas a pagar reconhecido sobre a parte dos processos cujo risco de perda é considerado provável líquido dos depósitos judiciais correspondentes, estão compostas como segue:

	31/12/2012			
	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Total
Passivo circulante				
Saldo da provisão	78.651	5.235		83.886
Passivo não circulante				
Saldo da provisão	81.370	33.607	3.935	118.912
Contas a pagar para contingências	-	21.080	-	21.080
(-) Depósitos judiciais	(34.493)	(136)	-	(34.629)
Total não circulante	46.877	54.551	3.935	105.363
Total geral	125.528	59.786	3.935	189.249

	31/12/2011			
	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Total
Passivo circulante				
Saldo da provisão	88.393	891	-	89.284
Passivo não circulante				
Saldo da provisão	107.754	7.943	5.308	121.005
(-) Depósitos judiciais	(36.911)	(110)	-	(37.021)
Total não circulante	70.843	7.833	5.308	83.984
Total geral	159.236	8.724	5.308	173.268

26.2. Movimentação da provisão para contingências

	Movimentação da Provisão para Contingências			
	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Total
(=) Saldo Final Dezembro/2010	242.737	32.131	2.335	277.203
(+) Novos Ingressos	70.248	252	2.973	73.473
(-) Pagamentos	(66.132)	(30.260)	-	(96.392)
(-) Montantes Revertidos	(89.530)	(1.359)	-	(90.889)
(+) Atualização Monetária	26.745	4.836	-	31.581
(-) Montantes Depositados	(42.566)	450	-	(42.116)
(-) Atualização dos Depósitos	17.734	2.674	-	20.408
(=) Saldo Final Dezembro/2011	159.236	8.724	5.308	173.268
(+) Novos Ingressos	33.806	53.592	-	87.398
(-) Pagamentos	(64.124)	(4.570)	-	(68.694)
(-) Montantes Revertidos	(29.177)	(4.516)	(1.700)	(35.393)
(+) Atualização Monetária	23.371	6.582	327	30.280
(-) Montantes Depositados	2.416	(26)	-	2.390
(=) Saldo Final Dezembro/2012	125.528	59.786	3.935	189.249

26.3. Natureza das ações

26.3.1. Trabalhistas

A Concessionária vem permanentemente aprimorando a apuração dos valores contingentes embasada no histórico de dados referentes aos pagamentos com a finalização das discussões

judiciais de assuntos de natureza trabalhista. Foi realizada uma análise criteriosa das chances de êxito da Concessionária envolvendo processos trabalhistas, com o objetivo de suportar o adequado julgamento quanto à necessidade ou não da constituição de provisões. As estimativas quanto ao desfecho e os efeitos financeiros das contingências foram determinados com base em julgamento da Administração, considerando o histórico de perdas em processos de mesma natureza e a expectativa de êxito de cada processo. As principais ações ingressadas contra a Concessionária referem-se a verbas rescisórias, responsabilidade subsidiária, complementação de proventos de aposentadoria, responsabilidade solidária, vínculo empregatício, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, correto enquadramento, prêmio assiduidade e outras.

26.3.1.1. Acordos Judiciais Reclamatórias Trabalhistas

A Concessionária firmou acordos judiciais trabalhistas com os Sindicatos dos Engenheiros – SENGE e Sindicato dos Eletricistas do Rio Grande do Sul - SENERGISUL cujos montantes estão demonstrados nas notas explicativas nº 27.2.1 e 27.2.2.

26.3.2. Cíveis

A Concessionária está sendo citada em diversos processos judiciais de natureza cível para os quais foi registrada provisão para os valores cuja expectativa de pagamentos foi considerada provável, pelos seus assessores jurídicos, em uma análise efetuada individualmente por processo. As ações ingressadas contra a Concessionária referem-se a danos morais e materiais, sustação de cobrança, honorários advocatícios, contrato de compra e venda de energia, desapropriação e revisão de contratos.

26.3.3 Tributárias

Do saldo de R\$5.308, registrado em 31/12/2011, R\$1.700 referia-se a débitos vinculados ao ITBI, onde o contribuinte buscava a defesa através do processo judicial nº 001/1.06.0259001-2, o qual transitou em julgado em dezembro de 2011. Não obtendo êxito na lide, a CEEE-GT efetuou parcelamento administrativo junto ao Município de Porto Alegre em fevereiro de 2012, no valor de R\$1.715 em 24 parcelas, cujo pagamento da primeira parcela se deu em 23/02/2012.

Em 31/12/2012, o saldo provisionado de R\$3.935 se refere à eventual insuficiência no recolhimento de contribuições previdenciárias relacionadas ao Auto de Lançamento nº 35.067.180-0. A concessionária busca defesa na esfera administrativa, classificando o processo, através de opinião legal, como perda provável.

Ainda, a CEEE-GT obteve êxito na ação judicial de Compensação de Créditos Derivados Demanda do Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural – FUNRURAL, processo judicial nº 98.00.26268-7.

Com alicerce na decisão judicial a Concessionária procedeu as compensações com contribuições previdenciárias devidas no exercício de 2006 e de 2007, essas compensações estavam sendo discutidas na esfera administrativa e perfaziam cerca de R\$14.050. O processo foi arquivado em outubro de 2012, com a compensação homologada pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF.

Com relação aos contenciosos cujo entendimento legal opina por expectativa de perda possível, as principais questões são:

26.3.3.1. Contribuições Previdenciárias

Com relação à matéria previdenciária a CEEE-GT impugnou cobranças relativas à suposta insuficiência de recolhimento sobre os serviços contratados bem como a eventual inconsistência em obrigações acessórias que somam aproximados R\$10.555.

26.3.3.2. Tributos Federais (PIS, COFINS, IRPJ, CSLL, IRRF)

No tocante aos tributos federais a Concessionária possui cerca de R\$ 81.393 em compensações que estão na fase de discussão de sua homologação junto ao ente fazendário, principalmente referentes a pagamentos indevidos de PIS e COFINS, face ao extinto art. 3º, parágrafo 1º da Lei nº 9.718/98, bem como em relação ao contido na Lei nº 10.833/03, artigo 10º, inciso XI.

27. Outros Passivos

Os saldos compõem-se de:

	31/12/2012	31/12/2011
CIRCULANTE		
Compensação Financeira/Utilização de Recursos Hídricos	1.839	1.580
Obrigações com Obras da Transmissão	12.542	13.939
Programa de Participação nos Resultados - PPR	3.434	3.082
Conta Gráfica (vide nota explicativa nº 38).....	-	720
Custos a Desembolsar.....	-	4.386
Acordo Judicial Cível - ABB.....	8.934	7.560
Acordo Judicial Trabalhista.....	19.042	20.152
Provisão Auto de Infração	-	17.070
Outros Credores	2.926	38.032
	48.717	106.521
NÃO CIRCULANTE		
Fornecedores - Contratos 1000-1001/87 (nota explicativa nº 9)..	39.941	39.941
Obrigações com Empreendimentos	-	33.038
Provisão Auto de Infração	7.114	1.771
Prêmio Assiduidade	1.109	1.227
Acordo Judicial Cível - ABB.....	20.616	29.550
Acordo Judicial Trabalhista.....	43.289	62.329
Outras	9.637	10.342
	121.706	178.198

27.1. Acordo Judicial Cível - ABB

A Concessionária efetuou acordo judicial cível referente à demanda impetrada pela ABB Ltda. O processo de conciliação foi efetivado em dezembro de 2011, o valor da obrigação perfaz R\$ 41.233. O montante acordado será pago em 60 parcelas mensais e consecutivas, corrigidas mensalmente pelo IGP-M, já tendo sido liquidadas 17 (dezessete) parcelas.

A tabela abaixo ilustra o saldo remanescente:

Data do Evento	Histórico	Valor
26/12/2011	Acordo Judicial Cível ABB	41.233
31/12/2012	Parcelas Pagas até 31/12/2012	(11.683)
	Saldo a Pagar	29.550
CIRCULANTE		8.934
NÃO CIRCULANTE		20.616
		29.550

27.2. Acordos Judiciais Reclamatórias Trabalhistas

27.2.1. Sindicato dos Engenheiros do Estado do Rio Grande do Sul – SENGE

A Concessionária efetuou acordo judicial referente a reclamações trabalhistas impetradas pelo SENGE. O processo de conciliação foi efetivado em abril de 2011, o valor da obrigação perfaz R\$ 68.212. O montante acordado será pago em 60 parcelas mensais e consecutivas, corrigidas mensalmente pelo IGP-M, já tendo sido liquidadas 21 (vinte e uma) parcelas.

A tabela abaixo ilustra o saldo remanescente:

Data do Evento	Histórico	Valor
14/04/2011	Acordo RT - SENGE Produtividade	49.032
14/04/2011	Acordo RT - SENGE Periculosidade	19.180
	Total do Acordo	68.212
31/12/2012	Parcelas Pagas até 31/12/2012	(23.872)
	Saldo a Pagar	44.340
CIRCULANTE		13.645
NÃO CIRCULANTE		30.695
		44.340

27.2.2. Sindicato dos Assalariados Ativos, Aposentados e Pensionistas nas Empresas Geradoras, ou Transmissoras, ou Distribuidoras, ou afins, de Energia Elétrica no Estado do Rio Grande do Sul e Assistido por Fundações de Seguridade Privada Originadas no Setor Elétrico - SENERGISUL

A Concessionária efetuou acordo judicial relativo à reclamação trabalhista impetrada pelo SENERGISUL. O processo de conciliação foi efetivado em maio de 2011. O valor da obrigação de responsabilidade da CEEE-GT perfaz R\$ 32.549. O montante acordado será pago em 60 parcelas mensais e consecutivas, sendo as 10 (dez) primeiras no valor de R\$ 1.006 e as demais no valor de R\$ 450, corrigidas mensalmente pelo IGP-M, já tendo sido liquidadas 20 (vinte) parcelas.

A tabela abaixo ilustra o saldo remanescente:

Data do Evento	Histórico	Valor
15/05/2011	Acordo Reclamações Trabalhistas SENERGISUL	32.549
30/11/2012	Parcelas Pagas até 31/12/2012	(14.558)
	Saldo a Pagar	17.991
CIRCULANTE.....		5.397
NÃO CIRCULANTE.....		12.594
		17.991

28. Receita Recebida Antecipadamente

A ANEEL autorizou as empresas transmissoras de energia elétrica a reconhecerem contabilmente em forma de degraú as suas receitas para as obras do segmento de transmissão autorizadas e licitadas no período de 2001 a junho/2006. A receita em degraú significa o reconhecimento contábil de 66,7% da receita dessas obras nos seus primeiros 15 anos de operação e de 33,3% da receita nos 15 anos seguintes, sendo esta política adotada como forma de atrair investimentos para o setor.

O saldo de R\$105.445 em 31 de dezembro de 2011 é composto pela adequação entre os valores recebidos do poder concedente e a competência que este se refere líquido dos ajustes tributários.

29. Patrimônio Líquido

29.1. Capital Social

O Capital Social é representado por 387.229.828 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 380.669.270 ações ordinárias e 6.560.558 ações preferenciais, sem direito a voto, permanecendo inalterado o valor do capital social da Concessionária no montante de R\$588.447, com a seguinte composição:

	31/12/2012					
	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
CEEE-Par	255.232.851	67,05	43.495	0,66	255.276.346	65,92
ELETOBRÁS	122.681.436	32,23	3.505.584	53,43	126.187.020	32,59
Municípios	1.387.971	0,36	2.144.818	32,69	3.532.789	0,91
Custódia BM&F Bovespa..	1.346.380	0,35	808.511	12,32	2.154.891	0,56
Outros	20.632	0,01	58.150	0,90	78.782	0,02
	380.669.270	100,00	6.560.558	100,00	387.229.828	100,00

29.2. Reserva de Incentivos Fiscais

A Administração da Concessionária constituiu a Reserva de Incentivos Fiscais em atendimento ao art. 195 e art.195 – A da Lei nº 6404/76, no valor de R\$1.153.687 correspondente à Conta de Resultados a Compensar - CRC contabilizada no resultado do exercício de 2009 e atualizada nos exercícios de 2010 em R\$10.728 e R\$44.889 em 2011 perfazendo total de R\$ 1.209.304.

29.3. Reserva Legal

Pela legislação societária brasileira, a Concessionária deve transferir 5% do lucro líquido apurado nos seus livros societários, preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, para a

reserva legal até que essa reserva seja equivalente a 20% do capital integralizado. A reserva legal pode ser utilizada para aumentar o capital ou para absorver prejuízos, mas não pode ser usada para fins de dividendos. A Concessionária possui R\$13.168 registrados a título de Reserva Legal.

29.4. Reserva Estatutária

O estatuto da Concessionária determina a destinação de 10% do lucro líquido com a finalidade de expansão das instalações, tendo por limite 10% do Capital Social. A Concessionária possui R\$26.335 registrados a título de Reserva Estatutária.

29.5. Dividendos Não Distribuídos

De acordo com a Ata 187 da Assembléia Geral Ordinária, realizada em 27 de abril de 2012, ficou deliberado pelos acionistas que o montante de R\$41.613, referente à proposta de dividendos obrigatórios e R\$32.852 referente à proposta de dividendos remanescentes, a constituição de uma Reserva Especial. Em 2012 a Concessionária absorveu o montante de R\$49.526 referente ao prejuízo do exercício.

A Concessionária possui R\$174.324 registrados a título de Reserva Especial de Dividendos não Distribuídos.

29.6. Outros Resultados Abrangentes

Do montante de R\$252.945 (R\$148.623 em 31 de dezembro de 2011), R\$95.320 (R\$148.623 em 31 de dezembro de 2011) refere-se ao reconhecimento do custo atribuído dos ativos de Geração e R\$157.625 à variação do valor justo do ativo financeiro disponível para venda. Esses montantes estão apresentados líquidos de tributos.

30. Lucro por Ação

O numerador utilizado para cálculo do lucro básico e diluído foi o lucro líquido após os tributos. Os saldos compõem-se de:

30.1. Básico

	31/12/2012		
	Ordinárias	Preferenciais	Total
Numerador Básico			
Lucro Líquido	(128.049)	(2.207)	(130.256)
Denominados Básico			
Média das Ações	380.669.270	6.560.558	387.229.828
Lucro Básico por Ação - R\$	(0,34)	(0,34)	(0,34)
31/12/2011			
Numerador Básico			
Lucro Líquido	86.679	1.494	88.173
Denominados Básico			
Média das Ações	380.669.270	6.560.558	387.229.828
Lucro Básico por Ação - R\$	0,23	0,23	0,23

30.2. Diluído

	31/12/2012	31/12/2011
Numerador Diluído		
Lucro Líquido disponível para as ações ordinárias	127.402	86.679
Lucro Líquido disponível para as ações preferenciais	2.196	1.494
	129.598	88.173
Denominador Diluído		
Ações Ordinárias	380.669.270	380.669.270
Ações Preferenciais	6.560.558	6.560.558
	387.229.828	387.229.828
Lucro Diluído por Ação - R\$	0,33	0,23

31. Receita Operacional Líquida

Os saldos compõem-se de:

	31/12/2012	31/12/2011
Receita Bruta		
Suprimento de Energia Elétrica	358.642	356.623
Disponibilização do Sistema de Transmissão	553.677	505.593
Linearização da Receita de Transmissão.....	46.238	(24.630)
Remuneração do Ativo Financeiro.....	42.733	(45.307)
Energia Elétrica de Curto Prazo	20.427	18.297
Receita de Construção.....	58.347	53.433
Outras Receitas.....	7.520	22.683
	1.087.584	886.692
Deduções da Receita		
ICMS/ISS	(155)	(97)
PASEP/COFINS	(64.175)	(55.046)
Quota RGR	(17.539)	(9.625)
Outros Encargos	(10.382)	(8.992)
Encargos do Consumidor - P&D / MME / FNDCT	(8.155)	(7.852)
Subvenções CCC	(17.320)	(25.691)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(16.995)	(16.905)
	(134.721)	(124.208)
Receita Operacional Líquida	952.863	762.484

31.1. Suprimento de Energia Elétrica

O valor de R\$358.642 (R\$356.623 em 31 de dezembro de 2011) refere-se aos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado – CCEAR.

A comercialização da energia da Área de Geração, durante 2005 e 2006 foi realizada através dos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR, firmados com trinta e cinco empresas Distribuidoras de Energia Elétrica.

No período de 2007 a 2012, a Concessionária passou a comercializar energia no Ambiente de Contratação Livre, assinando contratos bilaterais com comercializadoras e consumidores livres.

31.2. Disponibilização do Sistema de Transmissão

O valor de R\$553.677 (R\$505.593 em 31 de dezembro de 2011) refere-se às receitas derivadas da disponibilização do sistema de conexão da Geração e do Sistema de Transmissão a terceiros.

31.3. Linearização da Receita da Transmissão

O valor de R\$46.238 (R\$24.630 em 31 de dezembro de 2011) refere-se ao ajuste da linearização da receita da Transmissão das instalações que possuem receitas em forma de degraú.

31.4. Receita de Construção

O valor de R\$58.347 (R\$53.433 em 31 de dezembro de 2011) refere-se aos serviços de construção e melhorias que representam potencial de geração de receita adicional. São integralmente registrados como ativo financeiro em sua fase de construção e tem sua parcela correspondente ao ativo financeiro remunerável transferido somente quando na entrada em operação dos novos investimentos por um processo chamado “unitização”. Na composição dos custos dos serviços de construção e melhorias estão incluídos os materiais e serviços utilizados, além dos custos de gerenciamento, supervisão e acompanhamento de obras. Os serviços de construção e melhorias são executados em sua maioria por empresas terceirizadas e que os custos de gerenciamento e supervisão já estão contemplados no custo de construção, a Concessionária entende ser imaterial um eventual valor de margem de construção.

32. Custo com Energia Elétrica

Os saldos compõem-se de:

	31/12/2012	31/12/2011
Custo com Energia Elétrica - Comprada de Terceiros	22.948	17.403
Encargo de Uso do Sistema	37.921	35.349
	<u>60.869</u>	<u>52.752</u>

32.1. Custo com Energia Elétrica – Comprada de Terceiros

Do valor de R\$22.948 (R\$17.403 em 31 de dezembro de 2011) refere-se à aquisição de energia junto a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE.

32.2. Encargo de Uso do Sistema

O valor de R\$37.921 (R\$35.349 em 31 de dezembro de 2011) refere-se a encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição de energia.

33. Custo e Despesas Operacionais

Os saldos compõem-se de:

CUSTO DE OPERAÇÃO E DESPESAS OPERACIONAIS	CUSTO DE OPERAÇÃO		DESPESAS COM VENDAS		DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS		OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS		TOTAL	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Pessoal e Administradores										
Remuneração e Encargos	161.220	131.341	-	-	41.025	29.984	12.703	7.243	214.948	168.568
Cláusula 25	-	-	-	-	-	-	58	1	58	1
Fundação ELETROCEEE - Ativos e Suplementados	3.649	9.976	-	-	-	-	3.413	6.285	7.062	16.261
INSS - Empregador	42.364	38.299	-	-	-	-	217	145	42.581	38.444
Administradores	-	-	-	-	1.116	984	-	49	1.116	1.033
Subtotal Pessoal / Administradores	207.233	179.616	-	-	42.141	30.968	16.391	13.723	265.765	224.307
Empr. Fund. ELETROCEEE	11.473	12.876	-	-	-	-	-	-	11.473	12.876
Total Pessoal e Administradores	218.706	192.492	-	-	42.141	30.968	16.391	13.723	277.238	237.183
Material	7.614	10.524	-	-	1.443	973	-	-	9.057	11.497
Serviço de Terceiros	27.663	24.702	1	-	8.631	5.783	2.050	1.591	38.345	32.076
Compensação/Utilização Recursos Hídricos	-	-	-	-	-	-	11.505	20.705	11.505	20.705
Taxa de Fiscalização - ANEEL	-	-	-	-	-	-	3.889	3.679	3.889	3.679
Depreciação e Amortização	62.685	60.710	-	-	210	322	50	73	62.945	61.105
Custo de Construção	58.347	53.433	-	-	-	-	-	-	58.347	53.433
Doações, Contribuições e Subvenções	-	-	-	-	-	-	245	109	245	109
Arrendamento e Aluguéis	12.622	12.780	-	-	476	238	-	-	13.098	13.018
Seguros	527	367	-	-	118	498	-	-	645	865
Tributos	1.548	854	-	-	1.570	1.379	1.958	138	5.076	2.371
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	571	1.243	-	-	-	-	571	1.243
Provisão para Contingência Trabalhista	-	-	-	-	-	-	33.707	8.036	33.707	8.036
Provisão para Contingência Cível	-	-	-	-	-	-	23.142	(25.683)	23.142	(25.683)
Provisão para Contingência Fiscal	-	-	-	-	-	-	(1.372)	2.973	(1.372)	2.973
Provisão de Autos de Infração e Notificações	-	-	-	-	-	-	5.342	-	5.342	-
Reversão de Autos de Infração e Notificações	-	-	-	-	-	-	(16.463)	-	(16.463)	-
Outras Provisões	-	-	-	-	-	-	(399)	(620)	(399)	(620)
Provisão Ex-Autárquicos	-	-	-	-	-	-	57.635	56.475	57.635	56.475
Fundação ELETROCEEE - Ex-Autárquicos	-	-	-	-	-	-	1.457	1.437	1.457	1.437
Autos de Infração e Notificações	-	-	-	-	-	-	7.307	2.279	7.307	2.279
Acordos Judiciais Trabalhistas e Cíveis	-	-	-	-	-	-	-	142.765	-	142.765
Outros	12.555	6.771	-	-	1.622	1.797	3.198	3.267	17.376	11.835
TOTAL	402.267	362.633	572	1.243	56.211	41.958	149.642	230.947	608.693	636.781

34. Outras Receitas e Outras Despesas

Os saldos compõem-se de:

	31/12/2012	31/12/2011
OUTRAS RECEITAS		
Ganho nas Alienações e Outros Ganhos	932	5.460
Conta de Resultados a Compensar - CRC.....	-	44.889
Outras	337	352
	1.269	50.701
OUTRAS DESPESAS		
Perdas na Alienação e Desativação de Bens e Direitos	(95.307)	(14.667)
Provisão para Desvalorização de Outros Investimentos	(10)	(62)
Outras	(823)	(381)
	(96.140)	(15.110)

O valor de R\$95.307 em 31/12/2012 refere-se, principalmente, a Perdas na Alienação e Desativação de Bens e Direitos, conforme a aplicação da Medida Provisória nº 579 e suas publicações posteriores (vide notas explicativas nº 15 e 18).

35. Receita/Despesa Financeira

Os saldos compõem-se de:

	31/12/2012	31/12/2011
RECEITA FINANCEIRA		
Renda de Aplicações Financeiras	2.221	2.910
Receitas Financeiras com Parcelamentos	91	57
Receitas Financeiras com PAES.....	-	4.711
Variações Monetárias de Empréstimos e Financiamentos	-	33.865
Atualização Monetária dos Depósitos Judiciais.....	7.048	1.592
Atualização das Quotas Subordinadas FIDC	4.345	11.057
Atualização das Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	102.590	-
Atualização Monetária da Energia Livre - Despacho ANEEL nº 2.517.....	12.756	12.575
Outras Receitas Financeiras	1.556	5.877
	130.607	72.644
DESPESA FINANCEIRA		
Encargos de Dívidas	(3.659)	(9.557)
Despesas Financeiras com PAES	-	(8.038)
Despesas Financeiras com P&D	(1.749)	(2.129)
Despesas Financeiras com Empreendimentos	(5.671)	(5.780)
Despesa Financeira com Tributos.....	(3.104)	(739)
Variações Monetárias de Empréstimos e Financiamentos	(18.210)	(60.698)
Atualização das Quotas Subordinadas FIDC	(9.609)	-
Atualização Monetária dos Autos de Infração e Notificações.....	(10.014)	(1.578)
Atualização Monetária dos Depósitos Judiciais.....	(1.574)	(9.936)
Outras Despesas Financeiras	(2.816)	(4.324)
	(56.406)	(102.779)
RESULTADO FINANCEIRO	74.201	(30.135)

36. Imposto de Renda e Contribuição Social

Reconciliação da despesa com Imposto de Renda - IRPJ e Contribuição Social – CSLL divulgados e os montantes calculados pela aplicação das alíquotas oficiais em 31 de dezembro de 2012 e 2011:

Os saldos compõem-se de:

	31/12/2012		31/12/2011	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro líquido antes do IRPJ e da CSLL	301.115	301.115	103.505	103.505
Ajustes Decorrentes do RTT	269.823	269.823	69.240	69.240
Lucro líquido antes do IRPJ e da CSLL após ajustes decorrentes do RTT.....	570.938	570.938	172.745	172.745
Efeito líquido de provisões temporárias não dedutíveis constituídas/realizadas no exercício	(349.668)	(349.668)	(14.033)	(14.033)
Despesas não dedutíveis e outras adições permanentes.....	66.391	66.391	37.835	37.835
Receitas não tributáveis e outras exclusões permanentes.....	(54.418)	(54.418)	(92.717)	(92.717)
Lucro real e base de cálculo da contribuição social antes das compensações.....	233.243	233.243	103.830	103.830
Compensação de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social.....	69.973	69.973	(31.149)	(31.149)
Lucro real e base de cálculo da contribuição social após as compensações.....	163.270	163.270	72.692	72.692
Alíquota aplicável	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação.....	40.794	14.694	18.146	6.541
Incentivo PAT = 4%.....	(980)	-	(436)	-
Incentivos Culturais.....	(426)	-	(436)	-
Contribuições FECA - CEDICA/RS	(245)	-	(109)	-
Salário Maternidade - Prorrogação.....	(88)	-	-	-
Total IRPJ e CSLL - Corrente	39.055	14.694	17.165	6.541
Total IRPJ e CSLL Diferido - Diferenças Temporárias	261.341	79.647	-	-
Total IRPJ e CSLL Diferido - Ajustes IFRS	26.937	9.697	(6.157)	(2.217)
Total IRPJ e CSLL Diferidos	288.278	89.344	(6.157)	(2.217)
Total IRPJ e CSLL	327.333	104.038	11.008	4.324

37. Informações por Segmentos

Em atendimento às instruções e orientações da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e CPC 22 apresentamos as Demonstrações Financeiras, em 31 de dezembro de 2012 e 2011 das Unidades de Negócio: Geração e Transmissão. A coluna eliminações refere-se a operações entre os segmentos Geração e Transmissão.

37.1. Balanço Patrimonial

37.1.1. Ativo

	GERAÇÃO		TRANSMISSÃO		ELIMINAÇÕES		TOTAL	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
ATIVO	1.787.805	1.774.152	2.838.523	2.653.689	(949.581)	(665.501)	3.676.747	3.762.340
CIRCULANTE	1.025.217	688.263	1.765.552	1.275.234	(949.581)	(665.501)	1.841.188	1.297.996
Caixa e Equivalentes de Caixa	91.154	1.220	26.018	15.685	-	-	117.172	16.905
Investimentos em Títulos do Governo	101.623	-	739.648	-	-	-	841.271	-
Concessionárias e Permissionárias	42.313	40.435	60.595	57.096	(60)	(259)	102.848	97.272
Tributos a Recuperar	1.535	1.600	421	1.428	-	-	1.956	3.028
Estoques	959	878	6.996	6.091	-	-	7.955	6.969
Ativo Financeiro da Concessão	-	-	12.757	303.624	-	-	12.757	303.624
Pagamentos Antecipados	-	-	795	686	-	-	795	686
Indenização Rede Básica Novos Investimentos - RBNII	-	-	260.435	-	-	-	260.435	-
Conta de Resultados a Compensar - CRC	125.974	218.250	333.785	578.255	-	-	459.759	796.505
Outros Créditos a Receber	661.659	425.880	324.102	312.369	(949.521)	(665.242)	36.240	73.007
NÃO CIRCULANTE	762.588	1.085.889	1.072.971	1.378.455	-	-	1.835.559	2.464.344
Contas a Receber	149.225	136.742	-	-	-	-	149.225	136.742
Tributos a Recuperar	174	174	3.183	3.877	-	-	3.357	4.051
Aplicações Financeiras	12.484	12.748	19.778	20.683	-	-	32.262	33.431
Depósitos Judiciais	26.996	29.217	31.123	28.342	-	-	58.119	57.559
IR e Contribuição Social Diferidos	6.615	116.188	16.959	136.450	-	-	23.574	252.638
Contas de Resultados a Compensar - CRC	-	97.856	-	259.270	-	-	-	357.126
Indenização Rede Básica Novos Investimentos - RBNII	-	-	415.393	-	-	-	415.393	-
Ativo Financeiro da Concessão	-	-	33.599	813.873	-	-	33.599	813.873
Bens e Direitos Destinados a Alienação e Bens de Renda	2.154	2.214	972	971	-	-	3.126	3.185
Outros Créditos a Receber	2.680	3.166	454.972	39.950	-	-	457.652	43.116
Investimentos	304.221	290.731	51.252	27.107	-	-	355.473	317.838
Imobilizado	257.042	395.863	43.071	46.033	-	-	300.113	441.896
Intangível	997	990	2.669	1.899	-	-	3.666	2.889

37.1.2. Passivo

	GERAÇÃO		TRANSMISSÃO		ELIMINAÇÕES		TOTAL	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
PASSIVO	1.787.805	1.774.152	2.838.523	2.653.689	(949.581)	(665.501)	3.676.747	3.762.340
CIRCULANTE	503.228	457.940	876.651	816.590	(949.581)	(665.501)	430.298	609.029
Fornecedores	23.612	8.777	40.191	44.675	(60)	(260)	63.743	53.192
Obrigações Trabalhistas	13.002	11.988	19.000	16.924	-	-	32.002	28.912
Provisão para Dividendos	-	36.449	-	5.164	-	-	-	41.613
Obrigações Fiscais	5.301	11.807	8.021	5.836	-	-	13.322	17.643
Empréstimos, Financiamentos e Outras Captações	31.806	35.844	60.639	140.161	-	-	92.445	176.005
Provisão para Benefícios a Empregados	28.655	27.586	33.183	33.702	-	-	61.838	61.288
Obrigações da Concessão	10.637	8.979	23.708	25.592	-	-	34.345	34.571
Provisão para Passivos Trabalhistas, Cíveis e Tributários	42.143	47.272	41.743	42.012	-	-	83.886	89.284
Outros Passivos	348.072	269.238	650.166	502.524	(949.521)	(665.241)	48.717	106.521
NÃO CIRCULANTE	440.371	465.162	540.935	519.415	-	-	981.306	984.577
Empréstimos, Financiamentos e Outras Captações	30.075	52.739	59.150	84.553	-	-	89.225	137.292
Comercialização de Energia na CCEE	73.058	73.058	-	-	-	-	73.058	73.058
Obrigações Fiscais	21	-	51	-	-	-	72	-
Provisão para Benefícios a Empregados	165.996	164.285	159.391	162.478	-	-	325.387	326.763
Provisão para Passivos Trabalhistas, Cíveis e Tributários	75.607	41.080	29.756	42.904	-	-	105.363	83.984
Obrigações da Concessão	1.421	1.436	1.933	1.838	-	-	3.354	3.274
Receita Recebida Antecipadamente	-	-	-	105.445	-	-	-	105.445
Outros Passivos	17.109	56.001	104.597	122.197	-	-	121.706	178.198
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	77.084	76.563	186.057	-	-	-	263.141	76.563
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	844.206	851.050	1.420.937	1.317.684	-	-	2.265.143	2.168.734
Capital Social	65.739	65.739	522.708	522.708	-	-	588.447	588.447
Reserva de Incentivos Fiscais	339.209	339.209	870.095	870.095	-	-	1.209.304	1.209.304
Recursos Destinados a Aumento de Capital	153	153	467	467	-	-	620	620
Reserva de Lucros	206.119	211.047	7.708	10.693	-	-	213.827	221.740
Ajuste de Avaliação Patrimonial	138.509	148.623	114.436	-	-	-	252.945	148.623
Lucros Acumulados	94.477	86.279	(94.477)	(86.279)	-	-	-	-

37.2. Demonstração do Resultado do Exercício

	GERAÇÃO		TRANSMISSÃO		ELIMINAÇÕES		TOTAL Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	345.472	344.405	609.776	421.933	(2.385)	(3.854)	952.863	762.484
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA	(207.443)	(196.062)	(258.078)	(223.177)	2.385	3.854	(463.136)	(415.385)
Custo com Energia Elétrica	(63.254)	(56.606)	-	-	2.385	3.854	(60.869)	(52.752)
Custo de Operação	(144.189)	(139.456)	(258.078)	(223.177)	-	-	(402.267)	(362.633)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO	138.029	148.343	351.698	198.756	-	-	489.727	347.099
Despesas Operacionais	(85.842)	(114.263)	(120.583)	(159.885)	-	-	(206.425)	(274.148)
Despesas com Vendas	59	(61)	(631)	(1.182)	-	-	(572)	(1.243)
Despesas Gerais e Administrativas	(16.141)	(12.015)	(40.070)	(29.943)	-	-	(56.211)	(41.958)
Outras Despesas Operacionais	(69.760)	(102.187)	(79.882)	(128.760)	-	-	(149.642)	(230.947)
Outra Receitas	84	15.832	1.185	34.869	-	-	1.269	50.701
Outras Despesas	(90.990)	(3.520)	(5.150)	(11.590)	-	-	(96.140)	(15.110)
RESULTADO DO SERVIÇO	(38.719)	46.392	227.150	62.150	-	-	188.431	108.542
Resultado de Participações Societárias	28.142	17.402	10.341	7.696	-	-	38.483	25.098
Receita/Despesa Financeira	22.797	(73)	51.404	(30.062)	-	-	74.201	(30.135)
LUCRO ANTES IR E CSLL	12.220	63.721	288.895	39.784	-	-	301.115	103.505
Imposto de Renda Corrente	(16.573)	(17.165)	(22.482)	-	-	-	(39.055)	(17.165)
Imposto de Renda Diferido	(89.357)	-	(198.921)	6.157	-	-	(288.278)	6.157
Contribuição Social Corrente	(6.215)	(6.541)	(8.479)	-	-	-	(14.694)	(6.541)
Contribuição Social Diferido	(25.946)	-	(63.398)	2.217	-	-	(89.344)	2.217
PREJUÍZO/LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	(125.871)	40.015	(4.385)	48.158	-	-	(130.256)	88.173
Prejuízo/Lucro Básico por Ação - R\$	(0,33)	0,10	(0,01)	0,12	-	-	(0,34)	0,23

38. Transações com Partes Relacionadas

Os saldos compõem-se de:

		31/12/2012					
Nota Explicativa		Governo do Estado do Rio Grande do Sul	CEEE-D	Eletrobras	Fundação ELETROCEEE	Outras Investidas	Total
Ativo							
Caixa e equivalentes de caixa	5	115.483	-	-	-	-	115.483
Cedência de funcionários	9	335	289	269	-	-	893
Conta Gráfica	9		4.423	-	-	-	4.423
		<u>115.818</u>	<u>4.712</u>	<u>269</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>120.799</u>
Passivo							
Contribuição Patrocinadora	24	-	-	-	4.788	-	4.788
Empréstimo circulante	23 e 24	-	-	5.807	16.659	-	22.466
Empréstimo não circulante	23 e 24	-	-	13.901	61.302	-	75.203
		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>19.708</u>	<u>82.749</u>	<u>-</u>	<u>102.457</u>
Resultado							
Renda da Prestação de Serviços		-	-	-	-	3.163	3.163
Suprimento de Energia Elétrica		-	6.739	-	-	-	6.739
Disponibilização do Sistema de Transmissão		-	56.093	-	-	-	56.093
Despesa operacional – Pessoal		-	-	-	(41.543)	-	(41.543)
Receita financeira		2.221	26	-	-	-	2.247
Despesa financeira		-	(196)	(3.037)	(832)	(5.671)	(9.736)
		<u>2.221</u>	<u>62.662</u>	<u>(3.037)</u>	<u>(42.375)</u>	<u>(2.508)</u>	<u>16.963</u>

		31/12/2011					
Nota Explicativa		Governo do Estado do Rio Grande do Sul	CEEE-D	Eletrobras	Fundação ELETROCEEE	Outras Investidas	Total
Ativo							
Caixa e equivalentes de caixa	5	15.374	-	-	-	-	15.374
Cedência de funcionários	9	670	295	163	-	-	1.128
		<u>16.044</u>	<u>295</u>	<u>163</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>16.502</u>
Passivo							
Contribuição Patrocinadora	24	-	-	-	3.977	-	3.977
Empréstimo circulante	23 e 24	-	-	75.942	20.877	-	96.819
Empréstimo não circulante	23 e 24	-	-	-	72.577	-	72.577
Conta Gráfica	27	-	(720)	-	-	-	(720)
		<u>-</u>	<u>(720)</u>	<u>75.942</u>	<u>97.431</u>	<u>-</u>	<u>172.653</u>
Resultado							
Renda da Prestação de Serviços		-	-	-	-	1.814	1.814
Suprimento de Energia Elétrica		-	5.637	-	-	-	5.637
Disponibilização do Sistema de Transmissão		-	54.021	-	-	-	54.021
Despesa operacional – Pessoal		-	-	-	(40.857)	-	(40.857)
Receita financeira		2.903	164	-	-	-	3.067
Despesa financeira		-	(59)	(4.906)	(1.856)	-	(6.821)
		<u>2.903</u>	<u>59.763</u>	<u>(4.906)</u>	<u>(42.713)</u>	<u>1.814</u>	<u>16.861</u>

38.1. Pessoal chave da administração da entidade ou da respectiva controladora

A Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT considera como pessoal-chave da administração seus Diretores e os Membros do Conselho Fiscal e do Conselho de Administração. O montante gasto com remuneração, encargos e benefícios dos Administradores em 31 de dezembro de 2012 foi de R\$1.116 (R\$1.033 em 31 de dezembro de 2011).

A Concessionária conta com diretores empregados e não-empregados.

A remuneração dos Diretores empregados é composta por salário ou honorários mais a verba de representação, sendo que os custos dos Diretores estão contabilizados na rubrica de Pessoal.

A remuneração dos Diretores não-empregados com vínculo empregatício em outro órgão é composta do seu salário integral (reembolsado pela Concessionária ao órgão de origem) mais a verba de representação. A remuneração dos Diretores não-empregados sem vínculo empregatício em outro órgão é composta de honorários mais a verba de representação.

REMUNERAÇÃO / BENEFÍCIOS / ENCARGOS	31/12/2012	31/12/2011
Conselho de Administração	284	304
Conselho Fiscal	166	134
Verba de Representação	188	178
Honorário Diretor não Empregado	102	85
Encargos	376	332
Subtotal	1.116	1.033
Diretores Empregados	498	687
Total	1.614	1.720

39. Instrumentos Financeiros e Gerenciamento dos Instrumentos Financeiros

A Concessionária mantém operações com instrumentos financeiros, sendo que o risco referente a tais operações é monitorado através de estratégias de posições financeiras, controles internos, limites e políticas de risco da Concessionária.

Para os instrumentos financeiros cotados em mercado ativo, sua cotação representa o valor de mercado e para os demais, os respectivos valores contábeis, devido a sua natureza de realização, como segue:

	Nota Explicativa	31/12/2012	31/12/2011
Ativos Financeiros			
Mensurados a Valor Justo por Meio do Resultado			
Caixa e Equivalentes de Caixa	5		
Numerário Disponível		1.689	1.531
SIAC/BANRISUL		115.483	15.374
Aplicações Financeiras			
Quotas Subordinadas - FIDC	5	32.262	33.431
Empréstimos e Recebíveis			
Concessionárias e Permissionárias	6	102.848	97.272
Indenização Rede Básica Novos Investimentos - RBNI	15	675.828	-
Disponível para Venda			
Investimentos em Títulos do Governo/Conta de Resultados a Compensar-CRC	10	1.301.030	1.153.631
		<u>2.229.140</u>	<u>1.301.239</u>
Passivos Financeiros			
Mensurados ao Custo Amortizado por Meio do Resultado			
Fornecedores	20	63.743	53.192
Empréstimos, Financiamentos e Outras Captações	23	181.593	312.885
		<u>245.336</u>	<u>366.077</u>

39.1. Gerenciamento de Riscos Financeiros

Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos obtidos em moeda nacional, junto à Centrais Elétricas Brasileiras S/A – Eletrobras, Fundação ELETROCEEE, FIDC (III e V) e Banco do Brasil, estão compatíveis com o valor de tais operações.

As contas a receber de Concessionárias, Permissionárias e Consumidores Livres referem-se a suprimento de energia elétrica e encargos de uso da rede e vendas de energia na CCEE, e estão registradas em contas patrimoniais no montante de R\$102.848.

Os principais fatores de risco de mercado que afetam o negócio da Concessionária são os seguintes:

39.1.1. Risco de Crédito

Risco de crédito é o risco de a Concessionária incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais.

O valor contábil dos ativos financeiros que representam a exposição máxima ao risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	Nota Explicativa	31/12/2012	31/12/2011
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	117.172	16.905
Aplicações Financeiras - Quotas Subordinadas FIDC	5	32.262	33.431
Concessionárias e Permissionárias	6	102.848	97.272
Indenização Rede Básica Novos Investimentos - RBNI	15	675.828	-
Investimento em Títulos do Governo/Conta de Resultados a Compensar - CRC	10	1.301.030	1.153.631
TOTAL		2.229.140	1.301.239

Os saldos apresentados em Caixa e Equivalentes de Caixa e Aplicações Financeiras de Longo Prazo referem-se respectivamente a recursos depositados em instituições bancárias e a montantes aplicados no Sistema Integrado de Administração de Caixa – SIAC/BANRISUL bem como as quotas subordinadas do FIDC.

O risco inerente às aplicações e investimentos que a Concessionária possui é considerado baixo uma vez que são oriundos, conforme legislação vigente, de aplicações no Banco do Estado do Rio Grande do Sul e de investimentos em Notas do Tesouro Nacional, Série B – NTN – B.

O recebimento da indenização dos empreendimentos da Rede Básica de Novos Investimentos – RBNI, conforme Anexo II da Portaria Interministerial nº 580, de 1/11/2012 será realizado em trinta (30) parcelas mensais, corrigidas por IPCA mais WACC (*Weighted Average Cost Of Capital*) de 5,59% real ao ano e possui risco considerado baixo uma vez que se trata de um montante a receber do Poder Concedente.

A Área de Geração da Concessionária CEEE-GT tem aproximadamente 90%, em 31 de dezembro de 2012, da sua energia disponível – garantia física das usinas próprias e cota de energia em outros empreendimentos - vendida a 38 concessionárias de distribuição, através de 161 Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente de Contratação Regulada - CCEAR's, com suprimento desde 2005 até 2016. Estes contratos apresentam um risco bastante baixo, como pode ser observado pelo índice de adimplência de aproximadamente 100% ao longo de anos.

As garantias que a CEEE-G possui para os Contratos no Ambiente de Contratação Regulada - ACR divididas em dois grandes grupos:

- I. Garantia Principal: corresponde a 110% da média de faturamento dos últimos três meses. Para essa garantia, a modalidade, preponderante, é a vinculação de receitas, feitas através de Contrato de Constituição de Garantias - CCG, com anuência da ANEEL.
- II. Garantia Suplementar: corresponde a 20% da receita mensal. Nesse caso as modalidades preponderantes são Carta Fiança e CDB, com validade, em sua maioria, de um ano.

Os outros 10% da energia foram vendidos a outros agentes, através de contratos bilaterais no Ambiente de Contratação Livre - ACL, onde a CEEE-GT exige como garantia, Carta de Fiança Bancária, Carta de Fiança Corporativa ou Certificado de Depósito Bancário - CDB. O restante da energia não vendida é liquidado na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE e valorada conforme as regras do Preço de Liquidação de Diferenças.

A partir de 2013, em função da Medida Provisória nº 579 de 11/09/2012 e adesão da CEEE-GT a prorrogação de concessão, haverá uma separação da energia das usinas da CEEE-GT: a energia das usinas renovadas firmarão um Contrato de Cotas de Garantia Física de Energia e de Potência - CCGFEP, com as distribuidoras sendo pagadoras de tal contrato. As garantias deste contrato são parecidas com os contratos CCEARs, ou seja, os CCGs. A energia das usinas não renovadas atenderão aos CCEARs vigentes mais os contratos do ACL, mantendo-se as garantias anteriormente explicadas.

I. Perdas por redução no valor recuperável – (Impairment)

A Concessionária mensura pelo custo histórico de aquisição ou construção o seu imobilizado e intangível, deduzido de depreciação e amortização acumulada, respectivamente, e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

II. Garantias

A Concessionária concedeu garantia quando da captação de recursos através do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – FIDC, sendo que parte do contas a receber é repassada ao Fundo no momento do faturamento, até o limite da parcela mensal.

III. Derivativos

A Concessionária não possui operações com derivativos.

39.1.2. Risco de Preço

Os preços referentes aos contratos de Geração, até 2004 eram autorizados pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e a partir da mudança de regras na comercialização de energia elétrica, com a realização do primeiro leilão em fins de 2004 - Leilão 001/04 - a geração passou a comercializar sua energia com um grande número de distribuidoras e agentes do mercado livre, a preços definidos pelo leilão ou mercado, respectivamente.

Atualmente a venda de energia da CEEE-GT é dividida entre dois grandes mercados: o Ambiente de Contratação Regulada - ACR e o ACL. No ACR o preço normalmente é inferior ao preço do ACL devido a diferença de risco entre os dois mercados.

O risco do ACR é menor em função de ser fiscalizado e regulado pela ANEEL e as empresas compradoras são compostas por distribuidoras que normalmente tem contratos de concessão de longo prazo, portanto mais estáveis.

No ACL os contratos são bilaterais e, além de normalmente terem um prazo contratual menor que o ACR, ficam expostos a um mercado mais agressivo, como as sazonalizações e dificuldades econômicas provenientes da concorrência entre as empresas, tornando as compradoras, no geral, mais instáveis.

Novamente a partir de 2013, através da Medida Provisória nº 579, de 11/09/2012 que trata das concessões de geração, a precificação da energia das usinas prorrogadas será estipulada pela ANEEL através de uma tarifa, calculada para cada usina ou PCH. Esta tarifa será reajustada anualmente, com uma revisão tarifária a cada cinco anos.

A Transmissão tem sua remuneração definida pela ANEEL através da receita permitida e reajustada, conforme cláusulas contratuais ou pelo IGP-M ou pelo IPCA. As receitas, de acordo com o contrato de concessão, devem permitir o equilíbrio econômico-financeiro da concessão.

39.1.3. Risco de Mercado

A energia da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-GT foi comercializada através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no ACR e através de Contratos Bilaterais no ACL.

Através da Medida Provisória nº 579, de 11/09/2012, a energia das usinas prorrogadas serão transformadas em cotas, cabendo as concessionárias de distribuição que se interligarem ao SIN durante o ano de 2013 participar da alocação inicial das cotas.

Os montantes comercializados no ano de 2012 estão relacionados nas tabelas a seguir:

Energia Vendida 2012				
Tipo de Contratação	Produto	MWh	MW Médios	Participação % Energia
CCEARS	2005-2012	2.081.109	236,920	52,92%
	2006-2013	1.240.937	141,272	31,56%
	2007-2014	129.348	14,725	3,29%
	2009-2016	73.871	8,410	1,88%
	2012-2014	86.096	9,802	2,19%
ACL	ACL	293.630	33,428	7,47%
Sobras de Energia	Mercado de Curto Prazo	27.203	3,097	0,69%
Total		3.932.194	447,654	100,00%

As sobras de energia podem ser liquidadas na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, valoradas ao Preço de Liquidação de Diferenças – PLD médio mensal de cada mês.

39.1.4. Risco de Liquidez

Risco de liquidez é o risco que a Concessionária irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros. A CEEE-GT se utiliza do monitoramento constante de seu fluxo de caixa, observando a política de caixa mínimo visando à necessidade de captação de recursos para assegurar a capacidade de pagamentos. A gestão das aplicações financeiras tem como foco instrumento de curtíssimo prazo, com liquidez diária.

A tabela demonstra os valores esperados de liquidação em cada faixa de tempo.

	Nota Explicativa	Valor Justo	Até 01 Ano	1 - 2 anos	2 - 5 anos
Ativos Financeiros					
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	117.172	117.172	-	-
Aplicações Financeiras -Quotas Subordinadas FIDC	5	32.262	-	32.262	-
Concessionárias e Permissionárias	6	102.848	102.848	-	-
Indenização Rede Básica Novos Investimentos - RBNI	15	675.828	260.435	260.435	154.958
Invest. em Títulos do Governo/Conta de Resultados a Compensar - CRC	10	1.301.030	1.301.030	-	-
Total		2.229.140	1.781.485	292.697	154.958
Passivos Financeiros					
Fornecedores	20	63.743	63.743	-	-
Empréstimos, Financiamentos e Outras Captações	23	185.281	82.696	57.251	45.334
Total		249.024	146.439	57.251	45.334

39.1.5. Risco de Taxa de Juros

Este risco é oriundo da possibilidade da Concessionária vir a incorrer em perdas por conta da flutuação da taxa de juros e também da variação dos índices atrelados a inflação, visto que seus empréstimos e financiamentos são vinculados a esses índices. Também há a possibilidade de redução na receita financeira relativa às aplicações financeiras. Estas taxas são constantemente monitoradas no sentido de se avaliar o impacto das mesmas no resultado da Concessionária.

I. Análise de sensibilidade

As operações da Concessionária são indexadas a taxas pré e pós-fixadas, sendo as taxas pós-fixadas, por CDI e IPCA. A CEEE-GT desenvolveu a análise de sensibilidade com o objetivo de mensurar o impacto das taxas de juros pós-fixadas e de variações monetárias sobre os seus passivos financeiros expostos a tais riscos.

O cenário base corresponde aos saldos contábeis existentes em 31/12/2012 e, para o cenário provável, considerou-se os saldos com a variação dos indicadores - CDI/Selic previstos na mediana das expectativas do Relatório Focus, do Bacen, de 31/12/2012. Para os cenários adverso e remoto, foi considerada uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável.

	Nota Explicativa	Índices	Cenário Base em 31/12/2012	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Passivos Financeiros						
Empréstimos, Financiamentos e Outras Captações	23					
Eletrobrás - RGR		Sem Risco	19.631	19.631	19.631	19.631
ELETROCEEE		Sem Risco	3.284	3.284	3.284	3.284
FIDC III		CDI	32.639	33.250	33.998	34.747
FIDC V		CDI	126.039	129.116	135.771	142.426
			<u>181.593</u>	<u>185.281</u>	<u>192.684</u>	<u>200.088</u>
Exposição Líquida			<u>(181.593)</u>	<u>(185.281)</u>	<u>(192.684)</u>	<u>(200.088)</u>
Efeito esperado no Resultado				<u>(3.688)</u>	<u>(7.403)</u>	<u>(7.404)</u>

Além da análise de sensibilidade em atendimento à Instrução CVM nº475/08, a Concessionária avaliou os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido de seus instrumentos financeiros tendo em vista os riscos avaliados na data das Demonstrações Financeiras conforme sugerido no CPC 40 e IFRS 7.

Sendo assim, a administração de uma maneira geral, entende que os possíveis efeitos seriam próximos aos valores mencionados na coluna do cenário projetado provável da tabela acima.

39.1.6. Valor Justo

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

	Nota Explicativa	Valor Contábil	Valor Justo
Ativos Financeiros			
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	117.172	117.172
Aplicações Financeiras -Quotas Subordinadas FIDC	5	32.262	32.262
Concessionárias e Permissionárias	6	102.848	102.848
Indenização Rede Básica Novos Investimentos - RBNI	15	675.828	675.828
Investimento em Títulos do Governo/Conta de Resultados a Compensar - CRC	10	1.301.030	1.301.030
		2.229.140	2.229.140
Passivos Financeiros			
Fornecedores	20	63.743	63.743
Empréstimos, Financiamentos e Outras Captações	23	181.593	185.281
		245.336	249.024

Assume-se que os instrumentos financeiros que a Concessionária possui, exceto na rubrica Empréstimos e Financiamentos, estão registrados com um valor próximo ao seu respectivo valor de mercado.

39.1.7. Hierarquia de valor justo

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Os instrumentos financeiros da Concessionária mensurados a valor justo estão classificados de acordo com o nível 1 na hierarquia do valor justo.

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação.

	Valor contábil 31/12/2012	Nível 1	Nível 2
Ativos Financeiros			
Caixa e Equivalentes de Caixa			
Numerário Disponível	1.689	1.689	-
SIAC/BANRISUL	115.483	-	115.483
Aplicações Financeiras-Quotas Subordinadas do FIDC	32.262	32.262	-
Indenização Rede Básica Novos Investimentos - RBNI	675.828	-	675.828
Investimentos em Títulos do Governo/Conta de Resultados a Compensar - CRC	1.301.030	1.301.030	-
	2.126.292	1.334.981	791.311
Ativos Financeiros			
Caixa e Equivalentes de Caixa			
Numerário Disponível	1.531	1.531	-
SIAC/BANRISUL	15.374	-	15.374
Aplicações Financeiras-Quotas Subordinadas do FIDC	33.431	33.431	-
Investimentos em Títulos do Governo/Conta de Resultados a Compensar - CRC	1.153.631	1.153.631	-
	1.203.967	1.188.593	15.374

39.1.8 – Apuração do Valor Justo

Nível 1 – O valor justo das quotas subordinadas do FIDC e dos Investimentos em Títulos do Governo/Conta de Resultados a Compensar – CRC foi apurado e registrado levando-se em consideração as cotações de mercado ou informações de mercado que possibilitaram tal cálculo.

Nível 2 – O valor justo da aplicação SIAC/BANRISUL e da Indenização Rede Básica Novos Investimentos - RBNI, uma vez que não possui mercado ativo, é avaliado utilizando metodologia de avaliação/apreçamento.

39.2. Gerenciamento de Riscos Relacionados à Concessionária e suas Operações

39.2.1. Riscos Hidrológicos

As usinas hidrelétricas, juntamente com a PCHs, representam aproximadamente 77% da garantia física do sistema elétrico brasileiro e estão sujeitas ao risco de escassez água ao longo do tempo. O arranjo institucional estabelecido pelo Poder Concedente procura reduzir o risco hidrológico das usinas, seja através da definição de garantia física para cada um dos empreendimentos de geração, independentemente da fonte de energia, seja através da instituição do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE, instrumento financeiro para compartilhamento do risco, de modo que a operação do SIN seja realizada buscando a otimização eletroenergética do sistema como um todo. O MRE é compulsório para todas as hidrelétricas despachadas centralizadamente, mas como estratégia para mitigação de risco a CEEE-GT exerceu a opção de adesão de suas Pequenas Centrais Hidrelétricas ao mecanismo.

Outras fontes energéticas (termelétricas a biomassa, a gás, nuclear, a óleo, carvão mineral, eólicas e outras fontes de energia) têm a função de diversificar a matriz energética do país e atuar como fonte complementar de energia.

39.2.2. Riscos Ambientais

O Brasil possui uma das legislações ambientais mais severas do mundo. A legislação brasileira impõe sanções que responsabilizam e exigem um grande esforço das empresas nacionais para o seu atendimento. Os processos de produção envolvidos no setor de geração e transmissão de energia produzem impactos ambientais, muitas vezes significativos, que precisam ser prevenidos e minimizados, sob pena de acarretarem grandes prejuízos ao meio ambiente e conseqüentemente ao agente responsável, independentemente da ação ter sido realizada inadvertidamente. Desta forma, além dos recursos financeiros necessários para a recuperação da área atingida pela degradação ambiental, a empresa responsável poderá ter seus dirigentes envolvidos em processos civis, administrativos e penais.

A recuperação de áreas afetadas ambientalmente normalmente exige recursos expressivos que poderiam ser destinados a novos investimentos voltados exclusivamente para a atividade fim da Concessionária.

A questão da sustentabilidade, envolvendo as áreas ambiental, social e financeira, tem levado as empresas a buscarem ferramentas que possibilitem desenvolver suas atividades respeitando estes aspectos e potencializando diretrizes e políticas que viabilizem a integração de seus processos produtivos de forma a atender os interesses da sociedade, respeitando o meio ambiente e propiciando uma constante expansão e crescimento do seu negócio.

40. Programa de Participação de Resultados

A Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT possui um programa de participação dos empregados nos resultados cujo objetivo é incentivar a melhoria de qualidade, níveis de produtividade e resultados globais da Concessionária, através do comprometimento de todos os empregados.

41. Seguros

Os ativos com cobertura para incêndio, queda de raio, explosões e danos elétricos foram aqueles considerados essenciais, em que ocorrendo o sinistro, implicará na possibilidade de comprometer a garantia e a confiabilidade na continuidade da prestação de serviço. O seguro patrimonial foi contratado junto à TOKIO MARINE BRASIL SEGURADORA S/A, contrato 9947695 e tem vigência de

12/04/2012 até 12/04/2013. O valor do ativo segurado no segmento Geração é de R\$56.144 e no de Transmissão é de R\$202.757 e o prêmio é R\$455.

42. Assuntos Regulatórios

42.1. Geração – Comercialização de Energia

A energia da CEEE-GT foi comercializada nos Leilões de Energia Existente, realizados no ACR a partir de dezembro de 2004, e também através de Ofertas Públicas realizadas pela Concessionária e participação em Chamadas Públicas de compradores. A seguir relação de produtos contratados vigentes:

Ano	Ambiente de Contratação Regulada (ACR)						Ambiente de Contratação Livre (ACL)	
	Venda MWm						Venda MWm Compra MWm	
	2005-2012	2006-2013	2009-2016	2007-2014	2012-2014	Cotas		
2010	242	145	9	15			32	4
2011	242	145	9	15			55	20
2012	237	141	8	15	10		33	
2013		139	8	14	10	234	263	216
2014			8	14	10	234	257	70
2015			8			234	196	
2016			8			234	170	
2017						424	170	136
2018						424	60	26
2019						424	40	6
2020						424	40	6

42.2. Receita Anual Permitida da Transmissão

42.2.1. Revisão Tarifária Periódica

De acordo com a Cláusula Oitava do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão de Transmissão nº 055/2001, assinado entre a CEEE-GT e a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL em 04 de dezembro de 2012, as Revisões Tarifárias Periódicas devem ocorrer de 5 em 5 anos sendo a primeira em 1º de julho de 2018. Antes das alterações promovidas pelo aditamento ao contrato de concessão nº 055/2001, a 1ª Revisão Tarifária Periódica da parcela referente à Rede Básica Novos Investimentos - RBNI, componente da Receita Anual Permitida – RAP, que deveria ter ocorrido em julho de 2005, só aconteceu em julho de 2007.

A 2ª Revisão Tarifária Periódica que deveria ter ocorrido em 2009 foi adiada pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL para o ano de 2010.

No dia 8 de julho de 2010, foi emitida a Resolução Homologatória nº 989 relativa à 2ª Revisão Tarifária Periódica, cujo impacto do reposicionamento tarifário foi de -5,80% sobre a receita total, considerando Rede Básica e Rede Básica Novos Investimentos.

Decorrente deste reposicionamento tarifário foi definida uma parcela de ajuste de R\$(24.577), sobre a Receita Anual Permitida – RAP, a ser compensado em 12 meses a partir de 1º de julho de 2010.

42.2.2. Reajuste Tarifário - Transmissão

A Resolução Homologatória nº 1.313 de 26 de junho de 2012 e a Nota Técnica 98/2012 SRT/ANEEL de 22 de junho de 2012 ajustou a RAP da CEEE-GT no período de 2012-2013 para R\$514.088 o que representa um reajuste de 6,59%. A Parcela de ajuste sobre a Receita anual Permitida resultou em um valor de R\$(13.352) levando a uma RAP total de R\$500.736, sendo R\$483.086 para o Contrato de Concessão nº 055/2001 e R\$17.650 para o Contrato de Concessão nº 080/2002, o que representa um acréscimo de 3,76%, para o período de 07/2012 a 06/2013. Com a assinatura do 1º Termo aditivo ao contrato de concessão nº 055/2001, a RAP pela prestação do serviço público de transmissão de energia elétrica passou a ser de R\$177.048, a partir de janeiro de 2013.

42.2.3. Formação da Receita da Transmissão

A Receita Anual Permitida da Transmissão é composta pela receita de empreendimentos existentes (RBSE), pela receita de novas instalações da Rede Básica (RBNI) e pela receita decorrente das Demais Instalações de Transmissão (DIT).

A primeira autorização de receita aconteceu em 25/10/2000. A partir desta data a evolução da receita ao longo dos anos foi consequência da aplicação do mecanismo de reajuste previsto no Contrato de Concessão, com atualização pelo índice IGP-M e da entrada em operação de novas obras.

De acordo com cláusula contratual, a primeira revisão tarifária periódica ocorrida em julho/2007, com base em junho/2005, destinou-se apenas às novas instalações, designadas de Rede Básica Novos Investimentos - RBNI, autorizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL a partir de 2000 mediante ato específico, com direito a uma receita anual permitida inicial. As instalações existentes em outubro de 2000 não sofriam revisão tarifária, apenas o reajuste anual.

Na segunda revisão tarifária periódica ocorrida em junho/2010, retroativa a junho/2009 a ANEEL revisou a Base de Remuneração Regulatória das instalações que entraram em operação no período entre a primeira e a segunda revisão, e manteve blindada a base de ativos avaliada na 1ª revisão tarifária.

Com a assinatura do 1º Termo aditivo ao contrato de concessão nº 055/2001, foram alteradas as regras de reajuste e revisão da Receita Anual Permitida. A partir de janeiro de 2013 todas as instalações de transmissão são revisadas e reajustadas conforme estabelecido nas cláusulas sétima e oitava daquele instrumento contratual.

42.2.4. Reforços Implantados

A Concessionária está pleiteando junto a ANEEL a receita de reforços e melhorias implantados na Subestação de Pelotas 3 e a troca de cabos de proteção por cabos de fibra ótica de diversas Linhas de Transmissão.

42.3. Processo do Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits - MCSD (*)

O Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits - MCSD, por saída de consumidores livres, alterações de mercado até 4% a partir do ano seguinte, e a entrada em operação da energia decorrente de contratos assinados até 16 de março de 2004, previstos pelo Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, cujas regras foram aprovadas pela Resolução Normativa nº 161 de julho de 2005 e homologadas pela Resolução ANEEL nº 211 de 03 de outubro de 2005, reduziram os montantes de energia e potência associada consideradas nos Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR. Em decorrência da aplicação do MCSD, ocorreram reduções contratuais para Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT de 17,57 MW médios do produto 2005-2012, 7,08 MW médios do produto 2006-2013 e 0,52 MW médios do produto 2006-2008 desde o início dos respectivos contratos. Esta energia descontratada foi comercializada novamente, nos leilões de energia do ACR e em ofertas realizadas pela Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT, gerando a contratação de montantes apresentados na tabela da nota explicativa nº 42.1.

O saldo de energia descontratada está sendo comercializada através de ofertas públicas mensais ou liquidada no mercado de curto prazo ao Preço de Liquidação de Diferenças.

42.4. Comercialização de Energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE

Os saldos compõem-se de:

	31/12/2012	31/12/2011
ATIVO CIRCULANTE		
Energia de Curto Prazo - CCEE (vide nota explicativa 6.1)	8	1.046
ATIVO NÃO CIRCULANTE		
(*) Ressarcimento Acordo - CCEE (vide nota explicativa 12.1)	149.222	136.466
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		
Energia de Curto Prazo	(73.058)	(73.058)
Total	76.172	64.454

(*) Valor referente ao acordo de ressarcimento correspondente a despesa com a compra de energia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, denominada como “Energia Livre”, realizadas durante o período de racionamento, decorrentes da redução da geração de energia

elétrica nas usinas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE. Este valor está sendo cobrado dos consumidores finais dos submercados sujeitos ao racionamento pelas respectivas distribuidoras e será repassado à Concessionária.

43. Demonstrações Contábeis Regulatórias – DCR

Conforme estabelece a Resolução Normativa ANEEL nº 396 de 23 de fevereiro de 2010, a Concessionária divulgará as Demonstrações Contábeis Regulatórias – DCR referentes ao exercício findo em 31 de dezembro 2012 até o dia 30 de abril de 2013 no seu site.

SERGIO SOUZA DIAS
Diretor Presidente

GERSON CARRION DE OLIVEIRA
Diretor

HALIKAN DANIEL DIAS
Diretor

GILBERTO SILVA DA SILVEIRA
Diretor

LUIZ ANTONIO TIRELLO
Diretor

CARLOS RONALDO VIEIRA FERNANDES
Diretor

RUBEM CIMA
Diretor

MARCIA BEATRIZ GARCIA RODRIGUES
Contadora CRCRS 42897

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Diretores e Acionistas da
Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica
Porto Alegre - RS

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos**Auditoria do valor adicionado**

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Porto Alegre, 25 de março de 2013

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/F7

Paulo Ricardo Pinto Alaniz
Contador CRC 1RS042460/O-3

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES DA COMPANHIA

Em atendimento aos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, o Diretor Presidente e os demais Diretores da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT, sociedade de economia mista por ações, de capital aberto, com sede na Avenida Joaquim Porto Villanova, 201 – Prédio “A2”, Porto Alegre-RS, inscrita no CNPJ sob nº 92.715.812/0001-31, declaram que:

1. Revisaram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes, relativamente às Demonstrações Financeiras da CEEE-GT referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2012; e
2. Revisaram discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras da CEEE-GT relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2012.

Porto Alegre, 25 de março de 2013.

SERGIO SOUZA DIAS
Diretor Presidente

GERSON CARRION DE OLIVEIRA
Diretor

HALIKAN DANIEL DIAS
Diretor

GILBERTO SILVA DA SILVEIRA
Diretor

LUIZ ANTONIO TIRELLO
Diretor

CARLOS RONALDO VIEIRA FERNANDES
Diretor

RUBEM CIMA
Diretor

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, tendo analisado no decorrer do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012, a gestão econômica-financeira da Empresa, bem como examinado o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras, o Parecer dos Auditores Independentes, KPMG Auditores Independentes, e as informações complementares da Administração, opinam no sentido de que os documentos referidos representam a situação patrimonial e financeira da Companhia, naquela data, estando, portanto, em condições de serem submetidos à deliberação dos Senhores Acionistas.

Porto Alegre, 25 de março de 2013.

Vinícius Gomes Wu,
Presidente.

Carlos Artur Hauschild
Conselheiro

Marlene Belotriz Stefanello
Conselheira

Álvaro Rodrigo Woiciechoski da Silva
Conselheiro

Francisco de Assis Duarte de Lima
Conselheiro

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração, tendo examinado o Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração do Fluxo de Caixa, a Demonstração do Valor Adicionado e as respectivas Notas Explicativas, referentes ao Exercício de 2012, encerrado em 31 de dezembro de 2012, documentos esses assinados pelos administradores responsáveis pela Empresa, considerando os pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, manifesta-se por unanimidade, pela aprovação dos referidos documentos e submete a matéria à apreciação dos Senhores Acionistas.

Porto Alegre, 25 de março de 2013.

Claudemir Bragagnolo,
Presidente do Conselho de Administração.

Sérgio Souza Dias

Carlos Pestana Neto

Caleb Medeiros de Oliveira

Sidney do Lago Júnior

Baltazar Balbo Garagorri Teixeira

Vicente José Rauber

Samuel Sueli Prevedello Osmari

**Companhia Estadual de Distribuição
de Energia Elétrica
CEEE - D**

CEEE-D

COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Conforme as Normas Internacionais de Contabilidade

Períodos findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011.
Valores expressos em milhares de reais.

SUMÁRIO

Relatório de Administração	
Relatório de Administração	3
Demonstrações Financeiras	
Balanços Patrimoniais	24
Demonstração dos Resultados	25
Demonstração dos Resultados Abrangentes	25
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	26
Demonstração dos Fluxos de Caixa	27
Demonstração dos Valores Adicionados	28
Notas Explicativas	
Notas Explicativas	29
Relatórios	
Relatório dos Auditores Independentes	84
Declaração dos Diretores	86
Parecer do Conselho Fiscal	87
Manifestação do Conselho de Administração	88

Senhores Acionistas

A Administração da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D, em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de Vossas Senhorias Relatório de Administração (RA) e Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, acompanhadas dos pareceres dos Auditores Independentes, do Conselho Fiscal e da manifestação do Conselho de Administração.

1. Mensagem da Administração

O ano de 2012 representou um marco na história da CEEE-D assim como na história do setor elétrico nacional.

Neste exercício social, período que antecedeu os 70 anos da criação da Companhia Estadual de Energia Elétrica, empresa da qual a CEEE-D tem origem, desafios que pareciam intransponíveis foram superados, bem como novos caminhos deverão ser percorridos para superar os desafios que sobrevieram.

Logo no início de 2012, contando com a participação efetiva da Advocacia Geral da União, da Secretaria do Tesouro Nacional, da Agência Nacional de Energia Elétrica, das Centrais Elétricas do Brasil, da Receita Federal do Brasil, da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, da Procuradoria Geral do Estado do Rio Grande do Sul, do Acionista Controlador Estado do Rio Grande do Sul, com anúncio oficial pela Excelentíssima Presidenta da República, ocorreu o histórico desfecho de uma ação judicial que perdurava por quase 20 anos, na qual as empresas que compõem o Grupo CEEE firmaram acordo com a União.

Desse modo, restou reconhecido mais de R\$1,8 bilhões de reais referentes a esse processo à CEEE-D. Os valores recebidos foram convertidos em Títulos Públicos denominados Notas do Tesouro Nacional – NTN-B, a serem utilizados em investimentos na concessão ou despesas intrasetoriais.

Em setembro, com a edição da Medida Provisória Nº 579/2012, posteriormente convertida na Lei Nº 12.783/12, o Poder Executivo Federal atuou de forma decisiva na redução da tarifa de energia elétrica no Brasil.

Com fundamento no aumento da competitividade da economia nacional e buscando melhores condições de vida para a população brasileira, foi ofertada às Companhias de Energia a prerrogativa legal de antecipação da renovação dos seus contratos de concessão de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, vencidos entre 2015 e 2017. Essas medidas, certamente irão impulsionar o crescimento econômico e o desenvolvimento social do Brasil, assim como contribuirão para o controle inflacionário.

Outro importante fato ocorreu em julho de 2012, momento em que, atendendo à legislação então vigente, a Companhia protocolou seu pedido de renovação da concessão por mais 30 anos. A solicitação foi ratificada em 15 de outubro de 2012, já sob o novo ordenamento editado através da Medida Provisória nº 579/12, cuja requisição contou com a anuência do acionista majoritário, a

CEEE-Par, empresa na qual o Estado do Rio Grande do Sul detém 99,99% de participação acionária.

O novo arcabouço regulatório apresenta profundos desafios, sobretudo sobre o ponto de vista das novas receitas correlacionadas aos contratos renovados. Nessa trilha, esse novo cenário exige ajustes no planejamento econômico e financeiro, com redução de custos e despesas, reformulação do plano de investimentos e a consolidação de um planejamento estratégico voltado à maximização de resultados.

Para tanto, medidas estratégicas de incremento da receita estão sendo adotadas como peças-chave na busca da excelência nos serviços e na viabilidade econômico-financeira da empresa. Nesse sentido, o trabalho de redução de perdas técnicas e comerciais, denominado Energia Legal, pode ser destacado como importante medida consolidada no ano de 2012.

No que se refere ao plano de investimentos, a Companhia busca aumentar a confiança do sistema elétrico já que, especificamente no Estado do Rio Grande do Sul, a demanda de energia elétrica exigiu uma elevação de mais de 7% em relação a 2011, gerado pelo incremento da economia. Além disso, há, ainda, grandes eventos que necessitam maior disponibilidade e confiabilidade no sistema de energia elétrica, entre eles a Copa do Mundo FIFA de Futebol 2014.

Aliado aos investimentos realizados no exercício de 2012, temos o grande desafio de executar novas obras para o Ciclo Tarifário que se inicia, o que agregará melhoria na qualidade do fornecimento de energia elétrica, através de incremento de performance e redução de perdas técnicas e comerciais.

Para garantir que esses investimentos ocorram em médio prazo e com a maior eficácia possível, a Companhia conta com dois importantes financiamentos contratados com instituições de fomento internacionais que, juntos, totalizam US\$ 218 milhões. Com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o contrato soma US\$ 131 milhões e, junto à Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD), o montante é de US\$ 87 milhões, destinado a financiar a totalidade da contrapartida ao BID.

Na mesma linha, a Companhia buscou financiamentos a taxas de juros civilizados no mercado financeiro local, firmando contratos com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e a Eletrobrás: o primeiro no valor de R\$ 218 milhões e o segundo, no montante de R\$ 122 milhões.

De se destacar a retomada da capacidade de investimento da CEEE-D, e o novo perfil dessas dívidas, com taxas aderentes, em consonância com a política financeira da Companhia. Esses aportes internacionais e nacionais totalizam, juntos, R\$776 milhões de reais, e serão destinados para investimentos prudentes nas concessões, buscando o incremento da base remuneratória e dos índices de qualidade do serviço, melhorando, cada vez mais, a prestação de seus serviços à sociedade rio-grandense.

Assim, os investimentos, aliados à qualidade técnica do quadro de pessoal da Companhia, dão a certeza da melhoria nos resultados a serem apresentados nas Demonstrações Financeiras futuras, fortalecendo uma relação de vínculo do maior ativo das empresas que são seus trabalhadores, ao

mesmo tempo em que consolida a existência e a missão nobre da empresa pública CEEE-D de ser um dos mais importantes vetores do desenvolvimento econômico e social do Estado, com a prestação do essencial serviço de energia elétrica à sociedade gaúcha em níveis de qualidade contínuos e crescentes para as próximas três décadas.

Diante do exposto, aliado às ações acima referidas, será através do comprometimento, atitude e superação de todos os trabalhadores e da administração, que a Companhia irá aprimorar cada vez mais a prestação do serviço essencial de energia elétrica, em um processo de melhoria contínua, de modo a seguir com a sua história de relevante participação no setor elétrico nacional, estratégico como protagonista do desenvolvimento sócio-econômico do Estado do Rio Grande do Sul gerando e transmitindo energia de qualidade ao povo gaúcho.

2. Perfil da Empresa

A Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica– CEEE-D é uma sociedade de economia mista originada do processo de reestruturação societária da Companhia Estadual de Energia Elétrica – CEEE, efetuado em novembro de 2006. Tem como maior acionista a Companhia Estadual de Energia Elétrica Participações – CEEE-Par, que, por sua vez, tem o Estado do Rio Grande do Sul como acionista majoritário.

Com área de concessão que compreende a região Metropolitana, Sul, Litoral e Campanha gaúcha, a CEEE-D atende a 72 municípios, através de seus 73.138 km de redes urbanas e rurais, abrangendo 73.627 km², o que corresponde aproximadamente a 34% do mercado consumidor do Rio Grande do Sul, atendendo a 1,5 milhões de unidades consumidoras.

2.1. Negócios da Empresa

A CEEE-D tem como objetivo projetar, construir e operar sistemas de distribuição de energia elétrica, prestar serviços de natureza pública e privada no setor, bem como explorar a respectiva infraestrutura para a prestação de outros serviços previstos em seu contrato de concessão.

2.2. Composição Acionária

A composição acionária da empresa, em 31 de dezembro de 2012 é a seguinte:

COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL					
ACIONISTA	ORDINÁRIAS		PREFERENCIAIS		TOTAL
	QTDE. AÇÕES	%	QTDE. AÇÕES	%	QTDE. AÇÕES %
CEEE-Par	255.232.851	67,05	43.495	0,66	255.276.346 65,92
ELETROBRÁS	122.681.434	32,23	3.505.584	53,43	126.187.018 32,59
MUNICÍPIOS	1.323.371	0,35	2.030.636	30,95	3.354.007 0,87
CUSTÓDIA BMF BOVESPA	831.643	0,22	560.922	8,55	1.392.565 0,36
OUTROS	26.846	0,01	67.867	1,03	94.713 0,02
TOTAL	380.669.270	100,00	6.560.558	100,00	387.229.828 100,00

Fonte: Banco Itaú S/A - Diretoria de Serviços para o Mercado de Capitais / Unidade de Atendimento para Empresas

2.3. Reconhecimentos

No ano de 2012 a CEEE-D conquistou um conjunto de prêmios, entre os principais estão:

PRÊMIO	CONCEDENTE
Marcas de Quem Decide	Jornal do Comércio
Top of Mind – Empresas de Energia	Revista Amanhã
Prêmio Grandes e Líderes	Revista Amanhã e PricewaterhouseCoopers (PwC)
Premio Qualidade da Transparência Contábil 2012	Associação Brasileira de Contadores do Setor Elétrico (Abraconee)

3. Gestão e Governança Corporativa

3.1. Organização e Gestão

No ano de 2012 o Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ) da CEEE-D para o escopo “Tratamento de reclamações de consumidores e coleta dos dados e apuração dos indicadores de continuidade, individuais e coletivos, de fornecimento de energia elétrica”, preparou-se para o encerramento do primeiro ciclo de três anos de validade do seu certificado pela norma ISO 9001:2008 com a realização da 5ª Auditoria Externa de Manutenção, realizada em agosto, em que a certificação foi mantida.

Essa preparação também envolveu a realização de diversas melhorias na gestão e nos processos apontadas nas últimas Auditorias Externa e Interna, que proporcionaram um visível amadurecimento do sistema.

Além disso, a CEEE-D iniciou a adequação dos processos e da documentação necessária para ampliação do escopo certificado, que abrangerá a certificação dos processos: “Avaliação Técnica de Medidores” e “Prazos de Serviços”, conforme exigência regulatória da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) através da Resolução Normativa 414/2010, que entrará no escopo da certificação já em 2013.

3.1.1. Políticas

A CEEE-D possui um conjunto de Políticas para atender ao seu Estatuto Social, bem como às exigências legais e aquelas emanadas dos órgãos reguladores.

Essas Políticas têm como objetivo refletir todas as práticas desenvolvidas na empresa com base na sua missão e valores fundamentada nos princípios de ética, sustentabilidade, segurança, excelência técnica e valorização das pessoas.

Além disso, a empresa vem trabalhando na elaboração das políticas de Gerenciamento de Capitais, Riscos Financeiros, Equivalente de Caixa, Investimentos, Destinação de Resultados e Reconhecimento da Receita, tendo sido implantada pela Diretoria Financeira e de Relações com Investidores, em 2012, uma Política de Monetização das NTN-B's recebidas da União.

A referida Política tem como objetivo garantir a gestão dos recursos, transparência de preços e segurança nas operações de monetização no mercado secundário através de plataforma eletrônica, buscando aumentar a base de investidores, levando a uma melhor precificação dos títulos públicos, e, consequentemente, preservar o valor do patrimônio da CEEE-D, além de atender os princípios fundamentais da Administração Pública.

Ainda em 2012, foi aprovada a revisão da Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante, bem como foi criada a Política de Negociação de Valores Mobiliários.

3.1.2. Código de Ética

O Código de Ética é um conjunto de orientações destinado a proporcionar o conhecimento dos valores e dos princípios éticos que regem a empresa, assim como sua aplicação prática em situações de trabalho.

O documento serve de orientação facilitadora, a todos os dirigentes, empregados e partes interessadas, independente da área de atuação e do nível hierárquico, contemplando os elementos essenciais que devem estar presentes nas relações da CEEE-D com seus diferentes públicos – acionistas, clientes, dirigentes, empregados e partes interessadas, concorrentes, governos, comunidade, investidores e sociedade.

No ano de 2012 foi realizado treinamento, com o objetivo de formar multiplicadores capacitados a disseminar o Código de Ética da Companhia, foi distribuído a todos os empregados e partes interessadas um exemplar do Código, bem como se encontra disponível no site da companhia.

3.1.3. Planejamento Estratégico

Em 2012 um conjunto de ações estratégicas foi realizado para alcançar seus objetivos estratégicos, dentre as quais podemos destacar a viabilização dos valores devidos pela União relativamente à CRC, através do Termo de Acordo firmado nos autos do processo que tratava da ação. Também está próximo de ser alcançado o objetivo estratégico que diz respeito à renovação das concessões, o qual atualmente se encontra em análise do órgão regulador.

A partir de 2013, os demais objetivos estarão direcionados para a implementação das Ações Estratégicas que permitam alcançar o equilíbrio econômico-financeiro e concluir as obras relacionadas à infraestrutura, assim como da prorrogação da concessão. Uma das importantes ações estratégicas será a de priorizar a realização dos projetos vinculados às obras que darão suporte para Copa do Mundo de Futebol FIFA 2014.

3.2. Governança Corporativa

A CEEE-D em consonância com o Nível 1 de Governança Corporativa da BMF & Bovespa, assim como normas legais aplicáveis, disponibiliza de forma transparente todas as informações através de seu site de Relações com Investidores, bem como na Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

A estrutura da administração da empresa é constituída pela Assembléia Geral, Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Diretoria Colegiada e Conselho de Consumidores. Além disso, completa a estrutura de governança a Auditoria Interna, a auditoria independente, os comitês de assessoramento à Diretoria e os canais de comunicação da empresa com suas partes interessadas.

3.3. Indicadores de Desempenho Operacional e de Produtividade

3.3.1. Indicadores DEC e FEC

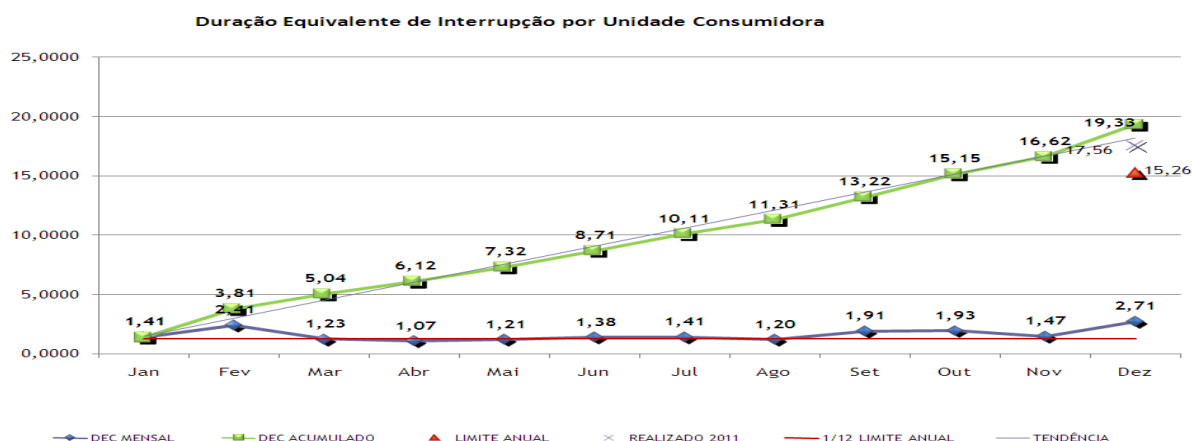
Os principais indicadores do negócio de Distribuição são a Duração Equivalente de Interrupção por Consumidor (DEC) e a Frequência Equivalente de Interrupção por Consumidor (FEC).

O DEC corresponde ao tempo que o consumidor permanece sem energia, em casos de interrupção do fornecimento, tanto imprevistas como programadas. O motivo de o indicador ter ultrapassado o limite anual estabelecido pelo órgão regulador, em 2012, deve-se principalmente ao número de ocorrências no sistema elétrico resultantes de eventos climáticos.

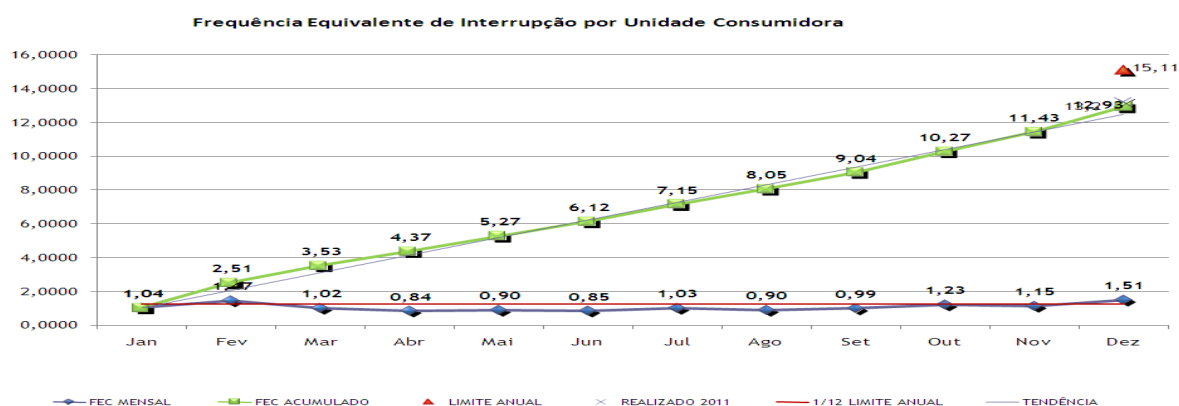
Os meses de fevereiro, setembro, outubro e dezembro foram significativos para o resultado em razão da quantidade de dias críticos verificados. A severidade das condições climáticas ocorridas na área de concessão da CEEE-D, aliada à condição de manutenção do sistema elétrico de Distribuição demonstra o crescimento do indicador no período.

No entanto deve-se considerar que no indicador também são avaliadas as intervenções programadas no sistema elétrico, consequência das ações que a CEEE-D vem empreendendo, focando a melhoria operacional.

O Agente Regulador sinaliza com redução anual do limite do DEC a melhoria contínua do desempenho da qualidade dos serviços prestados. Neste contexto a redução dos limites, concomitantemente aos eventos climáticos e aos desligamentos programados para melhorias remetem aos resultados do indicador no ano de 2012.



O indicador FEC mede o número de vezes que são atendidas ocorrências em um período. Este indicador está mantendo-se abaixo do limite estabelecido pelo órgão regulador, nos últimos anos, devido à estrutura existente para manutenção emergencial e o expurgo das ocorrências em situação de emergência caracterizadas por caso fortuito e força maior, que não são responsabilidade da CEEE-D, ou ocorrências em dias críticos caracterizadas por número atípico geralmente decorrentes de eventos climáticos.



3.3.2. Estrutura de Atendimento

A distribuidora conta com uma estrutura de atendimento presencial a disposição de seus clientes, composta por Agências e Postos de Atendimento.

Além dessa estrutura, conta com canal de atendimento por telefone, pelo número 0800 721 2333, o qual, durante o ano de 2012, teve o número médio diário de chamadas atendidas de 8.133, com um tempo médio de atendimento de 2min23s por chamada, resultando em 2.968.318 atendimentos no ano, além de terem sido prestados mais de 90.000 atendimentos eletrônicos através da Unidade de Resposta Audível (URA).

Também conta com portal de acesso a serviços via internet (www.ceee.com.br) e serviço de comunicação de falta de luz pelo Torpedo SMS, que consiste no envio de mensagem com a palavra LUZ e o número da instalação para o número 27.307. Em 2012 o serviço recebeu 846.118 mensagens.

4. Gestão Econômica

4.1. Setor de Energia Elétrica no Brasil

O consumo de energia elétrica no Brasil cresceu 3,5% em 2012, passando de 433,03 mil gigawatt-hora (GWh) para 448,29 mil gigawatt-hora (GWh), de acordo com dados da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), e foi impulsionado principalmente pela demanda do comércio e das residenciais. A classe de consumo industrial não registrou crescimento na demanda em 2012 ante 2011, segundo a EPE a produção industrial se reduziu 2,6% em 2012, redução que foi observada na maioria dos subsetores, mas principalmente nos segmentos em que é intensivo o uso de eletricidade, como a cadeia da siderurgia e a produção de alumínio.

O cenário para o Brasil, nos próximos anos, contempla uma forte demanda doméstica por insumos básicos, como o aço, o alumínio e o cobre, entre outras commodities metálicas e outros insumos básicos, como consequência da melhoria de renda da população e da necessidade de dotar a economia de uma moderna e eficiente infraestrutura. Essas mudanças de cenário, relativas aos segmentos industriais mencionados, têm um impacto importante no consumo de eletricidade na indústria e na carga de energia do Sistema Interligado Nacional (SIN).

No que tange ao consumo na rede, a classe comercial é a que tem apresentado, e continuará apresentando, maior crescimento para os próximos anos, a EPE estima um crescimento médio de 5,8% a.a, enquanto a classe residencial (4,3% ao ano) e da classe industrial (3,4% ao ano). Ressalta-se que enquanto o consumo industrial na rede cresce em média 3,4% a.a, a autoprodução aumenta a um ritmo de 9,0% a.a. Em suma, o consumo comercial e residencial continuará ganhando participação no consumo total na rede e as demais classes de consumo registram perda de participação no consumo.

4.1.1. Regulação

A ANEEL como agência reguladora e fiscalizadora do setor de energia elétrica, vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME) instituiu instrumentos normativos de relevante e amplo impacto no segmento de distribuição de energia elétrica em 2012, com destaque para a publicação da Medida Provisória (MP) nº 579/2012, a qual foi convertida na Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, bem como dos Decretos nº 7.805/2012, nº 7.850/2012, MP nº 591/12, MP 605/13 e demais normativas correlatas. Tendo por base essa nova legislação, a CEEE-D apresentou em 15 de outubro de 2012 a ratificação do pedido de renovação da sua concessão, o qual assim como aqueles efetuados por outras 43 distribuidoras do setor elétrico permanece sob análise da agência reguladora.

Um dos efeitos da MP 579/12 no setor foi a diminuição da tarifa de energia elétrica com um efeito médio de redução de 20,2%.

As principais alterações que permitiram a redução da conta foram: i) alocação de cotas de energia, resultantes das geradoras com concessão renovadas, a um preço médio de R\$ 32,81/ MWh; ii) redução dos custos de transmissão; iii) redução dos encargos setoriais; e iv) retirada de subsídios da estrutura da tarifa, com aporte direto do Tesouro Nacional.

Outro importante fato foi a implantação da Resolução Normativa ANEEL (REN) nº 521/2012, que trata sobre o cálculo das cotas de energia, da definição dos Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado (CCEAR) e da metodologia da Revisão Tarifária Extraordinária (RTE) das distribuidoras a ser aplicada em fevereiro de 2013;

A instituição da MP nº 577/2012, convertida na Lei nº 12.767/12 é outra alteração regulatória importante, vindo a reger sobre a extinção das concessões de serviço público de energia elétrica e a prestação temporária do serviço e sobre a intervenção para adequação do serviço público de energia elétrica.

A implantação da REN ANEEL nº 502/2012, sobre a regulamentação para o uso dos medidores inteligentes *Smart Grid* para os consumidores do grupo de Baixa Tensão (BT) e as audiências Públicas nº 95/2012 e 104/2012, que trataram dos procedimentos comerciais das bandeiras tarifárias a serem aplicadas em 2013, como ano-teste, também são aprimoramentos regulatórios que integram o modelo brasileiro com foco na melhoria contínua e refinamentos tecnológicos.

4.1.2. Tarifas da Distribuição

Em 23 de outubro de 2012, foi homologado pela ANEEL o Índice de Reposicionamento Tarifário (IRT) da CEEE-D, com vigência a partir do dia 25/10/2012 por 12 meses. O reposicionamento desse ano foi resultado do 3º Ciclo de Revisão Tarifária Periódica (RTP).

Índice de Reposicionamento Tarifário (%) – 2012	
CEEE-D	
Vigência	25.10.2012
IRT Econômico	2,95%
IRT Financeiro	-0,40%
IRT Total	2,57%

Fonte: ANEEL

O efeito médio ao consumidor, de 2,57%, teve impacto diferente conforme o grupo e classe tarifária.

Grupo / Subgrupo / Classe	Efeito Médio (%)
Efeito médio o Grupo A (> 2,3 kV)	8,44%
A1 (230 kV ou mais)	20,98%
A2 (88 a 138 kV)	11,55%
A3 (69 kV)	-0,39%
A4 (2,3 kV a 25 kV)	9,12%
AS (Subterrâneo)	7,98%
Efeito médio para o Grupo B (≤ 2,3 kV)	-0,67%
B1 (Baixa Tensão – Residencial e Baixa Renda)	-0,91%
B2 (Baixa Tensão – Rural)	0,95%
B3 (Baixa Tensão – Demais Classes)	-0,80%
B4 (Baixa Tensão – Iluminação Pública)	4,03%
Efeito médio ao consumidor	2,57%

Também ocorreu em 24 de janeiro de 2013, conforme disciplinado pelo novo marco regulatório instituído, a Revisão Tarifária Extraordinária da CEEE-D, nos termos da RN ANEEL nº 1.448/13, a qual contemplou os ajustes oriundos da MP nº 579/12, cujos efeitos principais serão contemplados na Parcela A da distribuidora.

4.1.3. Programas Regulatórios

4.1.3.1 Universalização (PLT)

A CEEE-D deu andamento ao Programa Luz Para Todos (PLT) executando-o em duas frentes de ação, o PLT Rural e o PLT Urbano. Através destes, viabilizou investimentos e obras de reforço, melhoria, incremento de carga e regularização de unidades consumidoras, objetivando inclusão social.

O PLT Rural contempla obras em rede de distribuição de média e baixa tensão visando garantir a universalização do acesso à energia elétrica à parcela da população do meio rural.

No ano de 2012 foram viabilizados investimentos diretos da ordem de R\$ 11 milhões atendendo aproximadamente 27.685 unidades na totalidade do Programa, sendo que em 2012 foram atendidos 661 unidades consumidoras em sete diferentes Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDES) alcançando mais de 40 municípios do estado, ficando pendentes de ligação 654 unidades que deverão se concluídas em 2013.

O PLT Urbano contempla obras em rede de baixa tensão visando regularizar ligações existentes em vilas clandestinas e universalização ao acesso à energia elétrica. No ano de 2012 foram viabilizados investimentos diretos da ordem de R\$ 1,32 milhões.

A meta para o ano de 2012 foi fixada em 3.436 unidades consumidoras, sendo executadas dez obras para beneficiar 3.375 destas, o que representa 98% da meta proposta, das quais 1.293 já foram ligadas até 31/12/2012. A quase totalidade destas unidades consumidoras (UC's) está localizada na área da Gerencia Metropolitana.

4.1.3.2 Programa de Eficientização Energética (PEE)

A Eficientização Energética tem foco em realizações que tenham por objetivo o combate ao desperdício de energia elétrica, o que consiste no Programa de Eficiência Energética das Empresas de Distribuição (PEE). Entre as ações do PEE desenvolvidas pela empresa estão como exemplo de ações a distribuição de lâmpadas eficientes, a iluminação adequada de escolas, hospitais, prédios públicos, e substituição de motores para estações de tratamento de água e esgoto e a substituição de refrigeradores obsoletos por modelos eficientes.

Para o suporte financeiro das atividades desenvolvidas, no âmbito desta ação, a CEEE-D viabilizou, no ano de 2012, a aplicação de R\$ 6,21 milhões. Estes recursos foram utilizados na substituição de geladeiras e lâmpadas ineficientes a consumidores enquadrados na subclasse baixa renda. Foram substituídas 4.814 geladeiras e aproximadamente 20 mil lâmpadas fluorescentes compactas, em unidades consumidoras no ano de 2012.

4.1.3.3 Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)

Nos últimos anos a CEEE-D vem investindo em projetos de P&D, sempre buscando transformar estes investimentos em soluções que tragam melhorias nos processos existentes, em novas metodologias, protótipos, patentes ou até mesmo em produtos que possam ser produzidos em escala, entrando no mercado consumidor.

Ao longo do ano de 2012 a CEEE-D concluiu quatro projetos de pesquisa e encaminhou trinta novas propostas de projetos, com valores totais estimados em R\$ 37,1 milhões, os quais aguardam a avaliação inicial da ANEEL. Os projetos cadastrados que forem aprovados, deverão iniciar no primeiro semestre de 2013, com o tempo de execução que vão de 24 a 36 meses.

Dentre os diversos projetos em execução durante o ano de 2012, destaca-se:

- Projeto: Smart Info: Acervo Técnico Digital

Projeto iniciado no segundo semestre de 2012 com duração de 24 meses, com valor total previsto de R\$ 4 milhões tem como seu principal objetivo instaurar uma nova solução na área de Tecnologia da Informação, que englobe, através de uma metodologia inovadora, a construção de um sistema para gestão dos acervos documentais da Companhia.

Os investimentos em pesquisa e desenvolvimento (P&D) na CEEE-D, no ano de 2012, foram de R\$ 5,6 milhões em novos projetos.

4.1.3.4 Programa Nacional de Iluminação Pública Semafórica Eficiente (RELUZ)

O RELUZ é um programa que possibilita às prefeituras municipais substituírem os sistemas de iluminação pública e sinalizações semafóricas convencionais por tecnologias mais eficientes. Todos os projetos e fiscalizações referentes ao programa são realizados por técnicos da CEEE Distribuição, já a aprovação das ações é feita pela Eletrobrás, que financia 75% do total da obra. Em 2012 foi finalizada a substituição de braços, reatores, luminárias, células fotoelétricas e lâmpadas de 80.500 pontos de iluminação da cidade de Porto Alegre, o que significou uma redução de 8.047,28 KW e uma economia de 35.247,09 MWh/ano.

4.1.4. Mercado de Distribuição de Energia

A CEEE-D aumentou 2,2% sua base de clientes, atingido a marca de 1.534.107 unidades consumidoras em 2012, além de seis acessantes – geradores independentes – atendidos pela Companhia. Neste acréscimo, destaca-se, principalmente, a Classe Industrial que apresentou uma variação de 6,25% no total da área de concessão, sendo que no Centro Regional Litoral Sul, a classe cresceu 28,56%, efeito atribuído as obras no porto de Rio Grande, sede da Região. O número de clientes livres cresceu 40%.

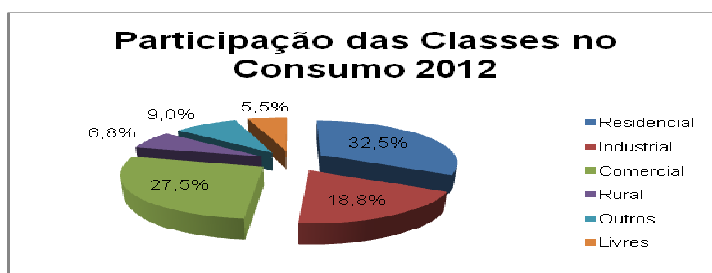
A CEEE-D apresentou um crescimento de 2,45% em relação a 2011, totalizando 8.292 GWh de consumo faturado total.

Nº DE UNIDADES CONSUMIDORAS

	Região Metropolitana		Região Litoral Norte		Região Sul		Regional da Campanha	
	2012	Δ% (12/11)	2012	Δ% (12/11)	2012	Δ% (12/11)	2012	Δ% (12/11)
CONSUMIDORES CATIVOS	789.049	1,88%	268.802	3,27%	205.683	1,99%	74.173	1,81%
Residencial	684.556	1,87%	230.366	3,16%	163.591	2,29%	60.992	1,83%
Industrial	6.049	2,44%	2.347	6,30%	1.621	4,24%	581	9,83%
Comercial	88.749	2,04%	15.779	4,70%	14.737	2,01%	4.986	2,17%
Rural	6.868	1,30%	18.581	2,23%	24.372	-0,21%	6.847	0,82%
Outros	2.827	1,84%	1.729	13,45%	1.362	3,97%	767	1,72%
CONSUMIDORES LIVRES	9	80,00%	-		-		1	0,00%
TOTAL	789.058	1,88%	268.802	3,27%	205.683	1,99%	74.174	1,81%

	Região Centro Sul		Região Litoral Sul		TOTAL CEEE	
	2012	Δ% (12/11)	2012	Δ% (12/11)	2012	Δ% (12/11)
CONSUMIDORES CATIVOS	81.952	2,03%	114.434	3,00%	1.534.093	2,23%
Residencial	52.484	2,29%	100.150	2,59%	1.292.139	2,22%
Industrial	1.341	8,41%	1.211	28,56%	13.150	6,25%
Comercial	5.017	2,22%	7.718	5,09%	136.986	2,51%
Rural	22.287	1,10%	4.674	3,64%	83.629	1,09%
Outros	823	-0,24%	681	0,74%	8.189	4,12%
CONSUMIDORES LIVRES	-		4	0,00%	14	40,00%
TOTAL	81.952	2,03%	114.438	3,00%	1.534.107	2,23%

A participação das classes no consumo total faturado da CEEE-D em 2012 deu-se da seguinte forma:



4.1.5. Compra de Energia

A compra de energia pelas Distribuidoras somente poderá ocorrer através de Leilões no Ambiente de Contratação Regulada. Os Leilões de Compra de Energia Elétrica estão previstos no Decreto nº 5.163, de 30/07/2004 e têm por objetivo o atendimento às necessidades de mercado das distribuidoras.

O portfólio de contratos da CEEE-D é composto por Contratos de compra no Ambiente Regulado (CCEAR), Itaipu, Proinfa e Contratos Bilaterais. Em relação aos CCEAR, iniciou-se em 2012 três novos produtos:

- Produto Térmico 2012-2026 – 5º leilão de Energia nova (15 anos de suprimento).
- Produto Hídrico 2012-2041 – 5º leilão de Energia nova (30 anos de suprimento).
- Produto Hídrico 2012-2041 – Leilão Estruturante Usina Santo Antônio (30 anos de suprimento).

Além disso, houve também o cancelamento de vários CCEAR, de usinas termelétricas que deveriam entrar em operação em 2010, 2011 e 2012. Como estas usinas não entraram em operação, tiveram os contratos suspensos.

Em 2012 a CEEE-D participou do Leilão A-5, 15º Leilão de Energia Nova, realizado em 14/12/2012, adquirindo 6,59 MWm proveniente de fonte hidrelétricas e 6,64 MWm proveniente de eólicas. O preço médio de fechamento deste leilão foi de R\$ 91,25/MWh. O leilão A-3 foi cancelado pelo Ministério de Minas e Energia (MME), devido à baixa demanda pelas distribuidoras de energia.

Em relação à comercialização de energia, as principais ocorrências verificadas em 2012, foram a publicação da MP 579 e Decreto 7805, que transformaram em cotas a energia proveniente das usinas que tiveram as concessões antecipadas, a elevação do Preço da Liquidação de Diferença (PLD), cuja média em 2012 foi de R\$ 163,94/MWh, 569% superior ao preço médio de 2011, de R\$ 28,81/MWh e a publicação das cotas de Angra I e II.

4.2. Investimentos

Os investimentos realizados pela CEEE-D na Planta Elétrica, principalmente em redes de distribuição, linhas e subestações, visando à qualidade do fornecimento de energia e dos serviços prestados ao longo de 2012, foi de cerca de R\$ 147 milhões. Além disso, está contratado um volume de obras no valor de R\$ 95 milhões de Subestações e Linhas de Subtransmissão, que totalizarão cerca de R\$ 242 milhões aplicados de recursos na expansão do Sistema Elétrico.

4.2.1. Sistema Elétrico

Atendendo às exigências da ANEEL, que estabelece os procedimentos de distribuição (PRODIST), a empresa elaborou seu Plano de Desenvolvimento da Distribuidora (PDD). Do total investido pela empresa no ano de 2012, R\$ 124,5 milhões destinaram-se a esse plano, em obras para expansão, melhoria, renovação, bem como em Universalização e Luz para Todos (PLT).

4.2.2. Programa de Redução de Perdas Comerciais

4.2.2.1. Fiscalização

Para as atividades de fiscalização de unidades consumidoras, principal ferramenta para o combate às perdas comerciais, a CEEE-D conta com equipes próprias dedicadas exclusivamente a essa atividade, as quais, durante o ano de 2012, realizaram 38,2 mil inspeções, notificaram 13,8 mil unidades consumidoras que apresentaram problemas na correta medição de energia elétrica. O resultado dessa atividade foi o ingresso de R\$ 13,5 milhões aos cofres da empresa, além do incremento do faturamento estimado em R\$ 12 milhões.

4.2.2.2. Programa de Regularização de Ligações Clandestinas

O Programa Energia Legal se destina à regularização de ligações clandestinas em áreas de complexidade social regularizadas pelo ente municipal ou declaradas de interesse social. Em 2012, a CEEE-D atuou em dez comunidades da região metropolitana de Porto Alegre e no município de Capão da Canoa, onde investiu R\$ 1,5 milhão na construção de redes de distribuição e na aquisição de materiais para a execução das entradas de energia, beneficiando 1,8 mil unidades consumidoras. Como resultado dessas ações, a CEEE-D arrecadou até o momento R\$ 315 mil e deverá reduzir 3.050 MWh de perdas comerciais ao ano.

4.2.2.3. Equipamentos de Medição

Em 2012, foram investidos R\$ 6,84 milhões em equipamentos de medição, sendo adquiridos 102.100 medidores e 2.149 transformadores para instrumentos (transformadores de corrente e de potencial), para possibilitar a realização dos diversos serviços comerciais, entre os quais está a ligação de novos consumidores, a realização da atividade fiscalização de unidades consumidoras e a atualização do parque de medição, com a substituição de 15 mil medidores eletromecânicos por medidores eletrônicos.

4.3. Modernização

Protocolo de Atendimento – Agência Virtual

O portal de acesso aos serviços via internet passou a fornecer protocolo de atendimento a todas as solicitações de serviço realizadas, o que proporciona ao cliente o acompanhamento de todas as suas demandas.

Migração banco de dados sistema comercial

Em abril de 2012 foi realizada a migração do banco de dados do sistema comercial da CEEE-D. A migração permitiu a atualização da versão do banco de dados e trouxe melhorias de performance para o sistema. Além de maior agilidade nos processos internos de análise do faturamento, emissão de faturas, processamento da arrecadação, a migração permitiu a redução do tempo médio de atendimento (TMA), o que se traduz na melhoria da satisfação dos clientes, uma vez que tal redução também diminui o tempo de espera para atendimento, tanto nas agências, como no *Call Center*.

5. Balanço Social

1 - BASE DE CÁLCULO	Dezembro 2012 (valor em mil R\$)				Dezembro 2011 (valor em mil R\$)			
Receita líquida (RL)	2.188.950				2.028.501			
Resultado operacional (RO)	(35.749)				(202.892)			
Folha de pagamento bruta (FPB)	346.674				324.157			
2 - INDICADORES SOCIAIS INTERNOS	Valor (em mil R\$)	% sobre FPB	% sobre RL		Valor (em mil R\$)	% sobre FPB	% sobre RL	
Encargos Sociais Compulsórios	60.658	17%	3%		57.261	18%	3%	
Saúde	824	0%	0%		560	0%	0%	
Medicina e Segurança	4.236	1%	0%		3.397	1%	0%	
Cultura	-	0%	0%		-	0%	0%	
Educação	1.299	0%	0%		1.463	0%	0%	
Capacitação e Desenvolvimento Profissional	3.876	1%	1%		3.679	1%	0%	
Benefícios	78.152	23%	4%		67.435	21%	3%	
Alimentação	26.452	8%	1%		20.718	6%	1%	
Creches ou Auxílio-Creche	2.945	1%	0%		2.514	1%	0%	
Previdência privada	38.005	11%	2%		34.770	11%	2%	
Plano de Saúde	10.750	3%	0%		9.433	3%	0%	
Participação nos Lucros ou Resultados	11.518	3%	1%		12.203	4%	1%	
Inclusão Social	120	0%	0%		93	0%	0%	
Outros	2.654	1%	0%		2.802	1%	0%	
Produtividade	1.481	0%	0%		1.433	0%	0%	
Vale Transporte - Excedente	1.173	0%	0%		1.369	0%	0%	
Complexo Apoio Empregados	-	0%	0%		-	0%	0%	
Total - Indicadores sociais internos	163.337	47%	7%		148.893	46%	7%	
3 - INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS	Valor (em mil R\$)	% sobre RO	% sobre RL		Valor (em mil R\$)	% sobre RO	% sobre RL	
Educação	7.641	-21%	0%		11.474	-6%	1%	
Cultura	3.578	-10%	0%		1.051	-1%	0%	
Saúde e saneamento	-	0%	0%		-	0%	0%	
Esporte	-	0%	0%		-	0%	0%	
Inclusão Social	6.089	-17%	0%		26.793	-13%	1%	
Ação Social	-	0%	0%		-	0%	0%	
Total das contribuições para a sociedade	17.308	-48%	1%		39.318	-19%	2%	
Tributos (excluídos encargos sociais)	860.559	-2407%	39%		779.582	-384%	38%	
Total - Indicadores sociais externos	877.867	-2456%	40%		818.900	-404%	40%	
4 - INDICADORES AMBIENTAIS	Valor (em mil R\$)	% sobre RO	% sobre RL		Valor (em mil R\$)	% sobre RO	% sobre RL	
Indicador Ambiental	-	0%	0%		67	0%	0%	
Educação	-	0%	0%		-	0%	0%	
Estudo	-	0%	0%		-	0%	0%	
Gestão	1.273	-4%	0%		288	0%	0%	
Resíduos	1.273	-4%	0%		288	0%	0%	
ISO 14.001	-	0%	0%		-	0%	0%	
Sócio Patrimonial e Ambiental	-	0%	0%		-	0%	0%	
Outros	-	0%	0%		-	0%	0%	
Institucional	-	0%	0%		-	0%	0%	
Programas Ambientais	13.841	-39%	1%		10.032	-5%	0%	
Reflorestamento	209	-1%	0%		796	0%	0%	
Eficientização Energética	6.106	-17%	0%		5.290	-3%	0%	
Reposição Florestal	-	0%	0%		-	0%	0%	
Poda e Desmatamento	7.209	-20%	0%		3.875	-2%	0%	
Monitoramento e Salvamento Avifauna	41	0%	0%		-	0%	0%	
Acompanhamento Técnico e Gerenciamento Ambiental	276	-1%	0%		71	0%	0%	
Total dos investimentos em meio ambiente	15.114	-42%	1%		10.387	-5%	1%	
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa	() não possui metas () cumpre de 0 a 50%:		() cumpre de 51 a 75% (x) cumpre de 76 a 100%:		() não possui metas () cumpre de 0 a 50%:		() cumpre de 51 a 75% (x) cumpre de 76 a 100%:	
5 - INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL	2012				2011			
Nº de empregados(as) ao final do período*	3.055				2.995			
Nº de admissões durante o período	178				138			
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	423				500			
Nº de estagiários(as)	230				247			
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	989				956			
Nº de mulheres que trabalham na empresa	720				699			
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	18,39%				19,38%			
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	149				350			
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	4,26%				8,91%			
Nº de portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais	61				52			
6 - INFORMAÇÕES RELEVANTES QUANTO AO EXERCÍCIO DA CIDADANIA EMPRESARIAL	Em 2012				Em 2011			
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	27,57				26,84			
Número total de acidentes de trabalho**	20				16			
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() direção	(x) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)		() direção	(x) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	(x) todos(as) + Cipa empregados(as)		() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	(x) todos(as) + Cipa empregados(as)	
A previdência privada contempla:	() não se envolverá	(x) seguirá as normas da OIT	() incentivará e seguirá a OIT		() não se envolverá	(x) seguirá as normas da OIT	() incentivará e seguirá a OIT	
A participação dos lucros ou resultados contempla:	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)		() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	() não serão considerados	(x) serão sugeridos	() serão exigidos		() não serão considerados	(x) serão sugeridos	() serão exigidos	
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	() não se envolverá	() apoiará	(x) organizará e incentivará		() não se envolverá	() apoiará	(x) organizará e incentivará	
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na empresa 43.280	no Procon	na Justiça		na empresa 43.280	no Procon	na Justiça	
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa 100%	no Procon	na Justiça		na empresa 100%	no Procon	na Justiça	
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	Em 2012: R\$ 1.762.818				Em 2011: R\$ 1.404.343			
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	81,91% governo (17,51) % acionistas	25,50% colaboradores(as) 10,11% terceiros	_____% retido		75,29% governo (14,45) % acionistas	26,15% colaboradores(as) 13,01% terceiros	_____% retido	
7 - OUTRAS INFORMAÇÕES								
Contempla a Campanha do Agasalho e a Campanha do Brinquedo								
Escolaridade	Em 2012				Em 2011			
Graduados	968				871			
Graduandos	-				-			
Ensino Médio	1.886				1.894			
Ensino Médio Incompleto	1				1			
Ensino Fundamental	154				178			
Ensino Fundamental Incompleto	45				49			
Não Alfabetizados	1				1			
				**Acidentes com perda de tempo				
				**Acidentes com perda de tempo				
Para fim de demonstração, as receitas e despesas não operacionais estão somadas as receitas e despesas operacionais, conforme determina a Lei 6.404/76 e suas alterações								

6. Indicadores Sociais

6.1. Indicadores Sociais Internos

A Companhia ao final de 2012 contou com quadro de 3.055 empregados. Para manter um dimensionamento de pessoal adequado aos serviços realizados pela CEEE-D, foram contratados 178 novos empregados através de concurso público.

A CEEE-D conta com um Plano de Desligamento Incentivado, com o qual, no ano de 2012, houve a adesão de 36 empregados, com um custo de R\$ 4,5 milhões.

Para manter os empregados capacitados para o pleno exercício de suas atividades profissionais a CEEE-D, investiu R\$ 822 mil em treinamento e desenvolvimento, resultando em uma média de 48,69 horas de capacitação por empregado.

A empresa, valorizando o seu quadro de pessoal, homenageou 196 empregados que foram laureados com a insígnia de ouro pelos 25 anos de trabalho exclusivo na empresa.

Considerando que o negócio exercido pela CEEE-D envolve atividades perigosas, a empresa prima pela segurança no ambiente de trabalho. Embora tenha existido um trabalho de prevenção, no ano de 2012, ocorreram 15 acidentes sendo 11 com afastamentos, 04 sem afastamentos.

Em relação ao ano de 2011, todos os indicadores apresentaram resultados positivos com redução de 30,83% na taxa de frequência, 21,89% na taxa de gravidade e 22,24% nos dias perdidos ou debitados.

6.2. Indicadores Sociais Externos

A CEEE-D, através de sua política de patrocínio, financiou 14 projetos, investindo um montante de R\$ 5,51 milhões. Em todos os projetos patrocinados pela empresa, encontram-se presentes contrapartidas sociais, buscando beneficiar as comunidades do entorno, seja do local na qual os eventos se realizam ou das instalações da empresa.

O ano de 2012 foi marcado pela transparência e amplo diálogo estabelecido entre a Empresa e órgãos ambientais, assim como Ministério Público Federal, que acompanham e as ações para identificação de passivos ambientais, e determinação das medidas necessárias para sua gestão, destinando o montante de R\$ 15,1 milhões em ações e programas ambientais visando à minimização dos impactos potenciais inerentes a suas atividades no âmbito de sua área de concessão.

Para saber mais detalhes acerca dos passivos e Programas ambientais, consulte o Relatório de Sustentabilidade – GRI (*Global Report Initiative*) disponível no site www.ceee.com.br.

7. Aspectos Econômicos Financeiros / Endividamento

7.1. Ingressos Extra-operacionais e Outros

O ano de 2012 inicia de maneira especial para a CEEE-D na medida em que, no mês de janeiro, a empresa teve a conclusão com êxito da mais nobre missão de definitivamente termos a Conta de Resultados a Compensar - CRC reconhecida e monetizada, concretizando dessa forma uma das

mais, senão a mais importante das ações estratégicas de recuperação e fortalecimento efetivo e real das concessionárias do Grupo CEEE.

No dia 26 de janeiro de 2012, no Palácio Piratini, com a presença do Excelentíssimo Governador do Estado do Rio Grande do Sul e da Excelentíssima Presidente da República, que no exercício do maior cargo do Estado Brasileiro reconheceu publicamente o valor devido pela União, culminando em um Termo de Acordo de mais de R\$1,8 bilhões de reais na forma de Notas do Tesouro Nacional – NTN-B.

Esse reconhecimento contou com a participação efetiva da Advocacia Geral da União, da Secretaria do Tesouro Nacional, da Agência Nacional de Energia Elétrica, das Centrais Elétricas do Brasil, da Receita Federal do Brasil, da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, da Procuradoria Geral do Estado do Rio Grande do Sul, do Acionista Controlador Estado do Rio Grande do Sul e culminou com o histórico desfecho da ação judicial que perdurava por quase 20 anos.

O Termo de Acordo firmado com a União definiu o pagamento dos valores devidos na forma de Notas do Tesouro Nacional Série B – NTN-B's, em três Tranches, sendo a primeira em fevereiro de 2012 e as demais em dezembro de 2012 e dezembro de 2013.

Assim, em 09 de fevereiro de 2012 a empresa recebeu a primeira Tranche de NTN-B, nos termos do acordado com a União, com o que foi dado início ao planejamento de monetização das mesmas, visando ao cumprimento das obrigações a cargo da concessionária, em especial no que tange ao pagamento de dívidas que possuía com a Eletrobrás e de multas regulatórias com a ANEEL.

Foram cumpridas as obrigações constantes da Cláusula 1.5 do Termo de Acordo firmado com a União, tendo sido quitados os débitos referentes à multas regulatórias e dívidas Eletrobrás dentro do prazo estabelecido no acordo, o que habilitou a Companhia a receber a segunda e terceira tranches nos termos da cláusula 3.1 do Termo de Acordo. Com isso, houve a liberação da 2ª tranche nos termos da Portaria nº 742, de 18.12.12, da Secretaria do Tesouro Nacional – STN.

A totalidade dos recursos recebidos pela Companhia obrigatoriamente deverão ser aplicados em investimentos prudentes e regulatórios na concessão de distribuição, ou despesas intrasetoriais.

Neste contexto à Companhia cabe o desafio de priorizar projetos e programas de obras qualitativos, com foco e assertivas dos investimentos na planta do sistema elétrico-energético, que propiciem aumento da segurança, confiabilidade, qualidade e ao mesmo tempo incrementalmente a base de ativos remunerados em tempo hábil a eliminar multas e passivos regulatórios e propiciar um aumento significativo da receita de forma a proporcionar no médio e longo prazo um processo sustentável e consolidado de reversão da atual situação técnica-financeira da empresa.

Essa assertividade dos investimentos é um dos pilares do Programa de Recuperação Financeira em andamento, o qual foi proposto pela Diretoria Financeira e aprovado pela Diretoria Colegiada e Conselho de Administração, tendo como finalidade a redução de despesas e aumento de receitas, a consecução de financiamentos a taxas civilizadas e prazos longos, aliado à revisão orçamentária fundamentada na implantação de uma nova lógica alicerçada em bases sólidas a partir do domínio da receita operacional atual e futura da empresa, entre outras, objetivando preservar a continuidade de suas operações e do cumprimento do contrato de concessão.

O novo arcabouço regulatório, juntamente com os impactos do 3º Ciclo de Revisão Tarifária Periódica da Distribuidora, apresenta profundos desafios, sobretudo sobre o ponto de vista das novas receitas correlacionadas aos contratos renovados. Nessa trilha, esse novo cenário exige ajustes no planejamento econômico e financeiro, com redução de custos e despesas, reformulação do plano de investimentos e a consolidação de um planejamento estratégico voltado à maximização de resultados, através de um aprofundamento do Programa de Recuperação Financeira em vigor.

Como forma de viabilizar esses investimentos em curto e médio prazo e com a maior eficácia, após longo período sem acessar o mercado financeiro internacional, a Companhia obteve financiamento junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e Agência Francesa de Desenvolvimento – AFD com garantias soberanas. Cabe registrar que este fato relevante tem um significado histórico e emblemático para a empresa e o Estado, pois se concretizou um empréstimo internacional com garantias soberanas, com 100% do financiamento alavancado, ou seja, a contrapartida dar-se-á através de financiamento com a AFD, ficando evidente que a Companhia obteve uma certificação financeira e técnica de reconhecimento mundial.

O financiamento da CEEE-D totaliza US\$ 218 milhões, contando com Garantias Soberanas da União e contra garantias do Estado do Rio Grande do Sul, sendo US\$ 131 milhões referentes ao BID e US\$ 87 milhões da AFD.

A CEEE-D pretende reforçar a infraestrutura para o fornecimento de energia elétrica na Região Metropolitana de Porto Alegre e na sua área de concessão, objetivando realizar um conjunto de obras de expansão e adequação no sistema elétrico de alta e média tensão da CEEE-D, visando o atendimento do crescimento do mercado consumidor com melhoria contínua da qualidade, confiabilidade e segurança.

Além desses financiamentos internacionais, a CEEE-D obteve a aprovação junto ao BNDES de empréstimo com valor total de R\$ 218 milhões, sendo que o BNDES irá aportar R\$ 145 milhões e a CEEE-D caberá a contrapartida de R\$ 73 milhões.

O objeto do contrato entre a CEEE-D e o BNDES engloba a construção de oito novas linhas de transmissão, ampliações e/ou construção de onze subestações, além de investimentos em novos sistemas de medição de energia, aquisição de duas subestações móveis e substituição de módulo de média tensão de duas subestações.

Igualmente, dentre as operações nacionais foi aprovado o financiamento com a ELETROBRAS, no montante de R\$ 122 milhões, com contrapartida estimada em R\$ 27 milhões, assim como o ingresso de R\$ 150 milhões relativos a constituição de um Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios, o FIDC VI.

Os investimentos referentes ao contrato ECF 2990/2012 junto à Eletrobras resumem-se em construção de 525 km de linhas de transmissão, adição de fase – conversão de 750 km de linhas primárias de distribuição rural, recondutoramento de 1.090 km de linhas primárias de distribuição rural, recondutoramento de 85 km de redes secundárias de distribuição rural, instalação de 350 transformadores, assim como reforço de equipamentos e instalação de 15.492 postes. O objeto do

contrato ECF 2991/2012, compreende a construção de seis subestações, ampliação de uma subestação, construção de quatro linhas de transmissão e dois ramais de linhas de transmissão.

Desse modo, todos os financiamentos firmados pela CEEE-D em 2012 perfazem o montante aproximado de R\$ 926 milhões.

É importante destacar a retomada da capacidade de investimento da CEEE-D, e o novo perfil dessas dívidas, com taxas aderentes, em consonância com a política financeira da Companhia, cujos aportes internacionais e nacionais, totalizam R\$ 926 milhões de reais, a serem destinados para investimentos prudentes na concessão, buscando o incremento da base remuneratória e dos índices de qualidade do serviço, melhorando, cada vez mais, a prestação de seus serviços à sociedade rio-grandense, mantendo-a como protagonista do desenvolvimento sócio-econômico do Estado do Rio Grande do Sul de forma sustentável.

7.2 Endividamento

Em 2012, o saldo da dívida da companhia totalizou em R\$ 568,7 milhões, distribuídos conforme tabela abaixo, contemplando contratos financeiros com agentes nacionais e internacionais, conforme a seguir demonstrado:

Grupo	Indexador	Saldo (R\$ Mil) *	Participação no Total (%)
Saldo Devedor da Dívida Interna		498.079	87,58%
Moeda Nacional - Eletrobrás - RGR	RGR	29.132	5,12%
Moeda Nacional - FIDC	IPCA/CDI	243.734	42,86%
Moeda Nacional - Santander	CDI	32.909	5,79%
Moeda Nacional - Caixa	CDI	108.134	19,01%
Moeda Nacional - Máxima	IPCA	84.170	14,80%
Saldo Devedor da Dívida Externa		70.620	12,42%
Moeda Externa - AFD	Dólar/Libor	49.827	8,76%
Moeda Externa - BID	Dólar/Libor	20.793	3,66%
Saldo Devedor da Dívida		568.699	100,00%

7.3 Resultados do Exercício

Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D, encerrou o exercício de 2012 com um prejuízo de R\$ 308,7 milhões, representando um aumento de 52,14%, em relação ao prejuízo de 2011, que foi de R\$ 202,9 milhões.

Este efeito negativo foi decorrente, principalmente, dos impactos da MP nº 579/2012 convertida na Lei nº 12.783/2013, assim como do 3º Ciclo de Revisão Tarifária Periódica (RTP), no qual a parcela B foi reduzida em aproximadamente R\$ 200 milhões, gerando ajustes de premissas, através de projeções de resultados, conforme preconiza a Instrução CVM 371/2002. Desta forma, a Companhia reverteu o ativo fiscal diferido no montante de R\$ 226 milhões relativos ao Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido, registrado no resultado do exercício.

Também contribuiu para este resultado, o aumento dos tributos, no reconhecimento do passivo diferido, no montante de R\$ 47 milhões e o aumento do custo com energia comprada, no montante de R\$ 325 milhões, passando de 1,17 bilhões em 2011 para 1,49 bilhões em 2012.

O quadro abaixo apresenta os resultados e indicadores econômico-financeiros:

Resultados e Indicadores Economicos Financeiros	2012	2011	Variação % 2012/2011
Ativo Total	3.492.784	3.829.171	-8,78
Patrimônio Líquido	1.055.154	1.225.918	-13,93
Prejuízo Líquido dos Exercícios	-308.680	-202.892	52,14
Dívida Total (Empréstimos, Financiamentos e Outras Captações)	572.591	497.777	15,03
CRC e Investimento em Títulos do Governo	1.181.321	1.753.204	-32,62
ROCE (%) (retorno sobre o capital empregado)= ROL/ Ativo Não circulante	129,7	99,84	29,86 p.p
Dívida Bruta/EBITDA	-7,59	-16,98	9,39 p.p
Participação do Capital de terceiros sobre o ativo total(%)	68,63	67,98	0,65 p.p
Margem Líquida (%) Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício./ROL	-14,10	-10,00	-4,10 p.p
Margem Operacional (%) Lucro Antes IR/CS/ROL	-1,63	-10	8,37 p.p
Cotação Unitária da Ação ON (R\$ por lote de mil)	1,9	2,5	
Cotação Unitária da Ação PNA (R\$ por lote de mil)	3,29*	2,5	

*A última negociação das ações PN foi realizada no mês de jun/2012

Por outro lado, contribuíram para minimizar o resultado negativo da CEEE- D os seguintes efeitos:

- aumento da receita operacional líquida no montante de R\$ 160 milhões, este efeito positivo na receita deve-se basicamente pelo crescimento da receita de disponibilização do sistema de distribuição;
- adequação da bifurcação do ativo financeiro e intangível, reconhecida nas outras receitas operacionais;
- aumento do resultado financeiro da Companhia de R\$ 201 milhões, passando de R\$ 93 milhões negativos em 2011 para R\$ 108 milhões positivos em 2012, decorrente, principalmente, do reconhecimento da receita financeira pela atualização monetária das Notas do Tesouro Nacional NTN-B no montante de R\$ 174 milhões e redução das despesas com encargos de dívidas e variações monetárias dos empréstimos e financiamentos.

EBITDA

O EBITDA (Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização) apresentou uma redução de 157,34%, em relação ao mesmo período do ano anterior, conforme pode ser observado abaixo, decorrente dos efeitos negativos no resultado do serviço, comentados anteriormente:

Demonstrativo do Cálculo do EBITDA	2012	2011	Variação % 2012/2011
Receita Operacional Líquida - ROL	2.188.950	2.028.501	7,91
Custo do Serviço de Energia Elétrica	-2.108.165	-1.742.720	20,97
Despesas Operacionais	-453.760	-493.319	-8,02
(-) Despesas com Vendas	-38.045	-51.635	-26,32
(-) Despesas Gerais e Administrativas	-135.876	-71.756	89,36
(-) Outras Despesas Operacionais	-279.839	-369.928	-24,35
Outras Receitas/Despesas	229.203	98.039	133,79
Resultado do Serviço/ Atividade ou EBIT	-143.772	-109.499	31,30
(+) Depreciação/Amortização	68.323	80.180	-14,79
EBITDA	-75.449	-29.319	157,34
Margem EBITDA (%) EBITDA/ROL	-3,45	-1,45	2,0 p.p

(*) Na composição das Outras Despesas/Receitas Operacionais não são consideradas as receitas e as despesas financeiras.

8. *Auditores Independentes*

Em atendimento a Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, a Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE – D informa que utiliza os serviços de Auditoria Independente da KPMG Auditores Independentes na elaboração de suas demonstrações financeiras, cujo contrato foi assinado em 10 de abril de 2008, no valor de R\$ 124,9 mil. O prazo de execução dos serviços é de 12 (doze) meses, a contar da data de assinatura do instrumento, podendo haver renovações sucessivas, limitadas ao máximo de 60 meses.

O referido contrato foi aditado em 10 de abril de 2012, prorrogando o prazo contratual por mais 12 meses, onde é dado ao presente contrato o valor de R\$ 370 mil.

Neste contrato, além dos serviços normais de Auditoria Independente na elaboração de demonstrações financeiras foi inserido:

- Serviços de Auditoria Contábil em Projetos de Programa de Eficiência Energética – PEE, cujo prazo de execução é de 242 horas, no valor de R\$ 47 mil, em atendimento ao que estabelece a Resolução Normativa ANEEL nº 300, de 12/02/2008. Com relação aos serviços normais de auditoria este contrato correspondeu a 13%.
- Serviços de Auditoria Independente nas Demonstrações Contábeis Regulatórias, cujo prazo de execução é de 384 horas, no valor de R\$ 70 mil, em cumprimento ao que estabelece a Resolução Normativa ANEEL nº 396, de 23/02/2010. Para este contrato o percentual é de 19% em relação aos serviços normais de auditoria, e;
- Serviços de Auditoria Independente para o Relatório de Controle Patrimonial – RCP, num prazo de execução de 151 horas, no valor de R\$ 30 mil, conforme estabelece a Resolução Normativa ANEEL nº 367, de 02/06/2009. Para este contrato o percentual é de 8% em relação aos serviços normais de auditoria.

A KPMG Auditores Independentes possui contratos para a prestação de serviços de auditoria externa com a Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE – GT (valor de R\$ 352 mil) e Companhia Estadual de Energia Elétrica Participações – CEEE – PAR (valor de R\$ 14 mil), que são respectivamente, Concessionária e Empresa resultantes da cisão da Companhia Estadual de Energia Elétrica – CEEE.

A política na contratação de bens e serviços é elaborada através de licitação pública e quanto a contratação de serviços não relacionados à auditoria externa, junto ao auditor independente, fundamentam-se nos princípios de preservar a independência do auditor, quais sejam: a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho; b) o auditor não deve funções gerenciais no seu cliente; e c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

Os Auditores Independentes declaram que a prestação de serviços não afeta a independência e a objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de Auditoria Externa, baseados no item 1.2.10.6 m.2 da Resolução nº 1.034/05 do Conselho Federal de Contabilidade.

9. Agradecimentos

A Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D, através de sua Diretoria, expressa reconhecimento à dedicação de seus trabalhadores. Da mesma forma presta agradecimentos ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Rio Grande do Sul, Tarso Genro, pela confiança, orientação e incentivo às nossas atividades.

Em especial, agradecemos à Excelentíssima Presidenta da República, Dilma Roussef, pela justiça feita através do reconhecimento da mais importante ação estratégica de recuperação e fortalecimento efetivo da empresa pública CEEE-D, através da assinatura do Termo de Acordo da Conta de Resultados a Compensar – CRC, consolidando o reconhecimento dos créditos da Companhia junto à União.

Também agradecemos ao Conselho de Administração, Conselho Fiscal, acionistas majoritários e minoritários, dentre os quais destacamos a Eletrobrás, Conselho de Consumidores, fornecedores e, especialmente, à população gaúcha.

Sérgio Souza Dias
Diretor Presidente

Gerson Carrion de Oliveira
Diretor

Luiz Antônio Tirello
Diretor

Halikan Daniel Dias
Diretor

Rubem Cima
Diretor

Gilberto da Silva da Silveira
Diretor

Carlos Ronaldo Vieira Fernandes
Diretor

Balancos Patrimoniais

para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 31 de Dezembro de 2011
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota Explicativa	31/12/2012	31/12/2011		Nota Explicativa	31/12/2012	31/12/2011
ATIVO CIRCULANTE				PASSIVO CIRCULANTE			
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	193.677	54.142	Fornecedores	18	320.596	414.895
Investimento em Títulos do Governo	10	652.035	-	Obrigações Trabalhistas	19	48.037	42.172
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	6	313.585	274.075	Obrigações Fiscais	20	60.682	57.957
Tributos a Recuperar	7	34.827	15.425	Empréstimos, Financiamentos e Outras Captações	21	165.818	203.108
Estoques	8	12.544	11.040	Provisões para Benefícios a Empregados	22	113.290	112.576
Conta de Resultados a Compensar - CRC	10	529.286	1.342.073	Obrigações da Concessão	23	130.656	259.409
Outros Créditos a Receber	9	69.140	100.734	Provisão para Contingências Trabalhistas, Cíveis e Tributárias	24	163.206	174.707
		<u>1.805.094</u>	<u>1.797.489</u>	Outros Passivos	25	<u>46.067</u>	<u>172.946</u>
						<u>1.048.352</u>	<u>1.437.770</u>
ATIVO NÃO CIRCULANTE				PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	6	155.487	164.493	Empréstimos, Financiamentos e Outras Captações	21	406.773	294.669
Tributos a Recuperar	7	11.936	10.493	Comercialização de Energia na CCEE	39.2	40.607	40.607
Aplicações Financeiras	5	24.777	18.590	Provisões para Benefícios a Empregados	22	587.175	592.823
Depósitos Judiciais	11	107.566	105.321	Obrigações Fiscais	20	37.426	-
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	12	-	226.035	Provisão para Contingências Trabalhistas, Cíveis e Tributárias	24	151.949	208.157
Ativo Financeiro da Concessão	13	845.413	557.313	Obrigações da Concessão	23	15.375	13.127
Conta de Resultados a Compensar - CRC	10	-	411.131	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	12	117.946	-
Bens e Direitos Destinados à Alienação e Renda	14	12.631	13.062	Outros Passivos	25	<u>32.027</u>	<u>16.100</u>
Outros Créditos a Receber	9	13.213	13.208			<u>1.389.278</u>	<u>1.165.493</u>
Ativo Biológico	15	39.926	40.027	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Imobilizado	16	173.499	59.198	Capital Social	26	23.703	23.703
Intangível	17	<u>303.242</u>	<u>412.811</u>	Reserva de Incentivos Fiscais	26.2	1.592.060	1.592.060
		<u>1.687.690</u>	<u>2.031.682</u>	Outros Resultados Abrangentes	26.3	137.916	-
				Prejuízos Acumulados	-	<u>(698.525)</u>	<u>(389.845)</u>
						<u>1.055.154</u>	<u>1.225.918</u>
TOTAL DO ATIVO				TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
		<u>3.492.784</u>	<u>3.829.171</u>			<u>3.492.784</u>	<u>3.829.171</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração dos Resultados

para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 31 de Dezembro de 2011
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota Explicativa	31/12/2012	31/12/2011
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		2.188.950	2.028.501
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA		(2.108.165)	(1.742.720)
Custo com Energia Elétrica	29	(1.494.361)	(1.169.863)
Custo de Operação	30	(613.804)	(572.857)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		80.785	285.781
Despesas Operacionais		(453.760)	(493.319)
Despesas com Vendas	30	(38.045)	(51.635)
Despesas Gerais e Administrativas	30	(135.876)	(71.756)
Outras Despesas Operacionais	30	(279.839)	(369.928)
Outras Receitas	31	258.818	107.077
Outras Despesas	31	(29.615)	(9.038)
RESULTADO DO SERVIÇO		(143.772)	(109.499)
Receita/Despesa Financeira	32	108.023	(93.393)
LUCRO ANTES DO IR E CS		(35.749)	(202.892)
Imposto de Renda Corrente	33	-	-
Imposto de Renda Diferido	33	(204.920)	-
Contribuição Social Corrente	33	-	-
Contribuição Social Diferida	33	(68.011)	-
PREJUÍZO DO PERÍODO		(308.680)	(202.892)
Prejuízo Básico e Diluído por Ação - R\$	27.1	(0.80)	(0.52)
Prejuízo Diluído por Ação - R\$		(0.80)	(0.52)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração dos Resultados Abrangentes

para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 31 de Dezembro de 2011
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota Explicativa	31/12/2012	31/12/2011
Resultado do Período		(308.680)	(202.892)
Outros Resultados Abrangentes		137.916	-
Variação líquida no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	10	286.701	-
Venda de Títulos do Governo	10	(77.736)	-
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos sobre Outros Resultados Abrangentes	10	(71.049)	-
Resultado Abrangente do Período		(170.764)	(202.892)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 31 de Dezembro de 2011
(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital Social	Reserva de Lucros		Outros Resultados Abrangentes	Total
		Reserva de Incentivos Fiscais	Prejuízos Acumulados		
Saldo em 31/12/2010	23.703	1.592.060	(186.953)	-	1.428.810
Prejuízo do Período	-	-	(202.892)	-	(202.892)
Saldo em 31/12/2011	23.703	1.592.060	(389.845)	-	1.225.918
Prejuízo do Período	-	-	(308.680)	-	(308.680)
Outros resultados abrangentes					
Variação líquida no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	208.965	208.965
Imposto de renda e contribuição social sobre outros resultados abrangentes	-	-	-	(71.049)	(71.049)
Total de outros resultados abrangentes, líquido de impostos	-	-	-	137.916	137.916
Saldo em 31/12/2012	23.703	1.592.060	(698.525)	137.916	1.055.154

Demonstração dos Fluxos de Caixa

para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 31 de Dezembro de 2011
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota Explicativa	31/12/2012	31/12/2011
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Prejuízo do Período		(308.680)	(202.892)
Despesas (Receitas) que não afetam o caixa			
Variações Monetárias e Cambiais dos Empréstimos de Longo Prazo		18.691	23.170
Variações Monetárias do Passivo Não Circulante		5.556	-
Depreciação e Amortização de Bens do Ativo Imobilizado e Intangíveis	30	68.323	80.180
Constituição de Provisão para Passivos e Outras		(43.508)	89.503
Constituição de Provisão Ex-Autárquicos	30	107.281	88.498
Constituição de Provisão Para Créditos de Liquidação Duvidosa	30	26.423	40.627
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	12	272.932	-
Baixas do Ativo Biológico, Ativo Imobilizado e Intangível		(44.015)	(14.442)
Atualização dos Investimentos em Títulos do Governo	10	(48.394)	-
Receita com Atualização da Conta de Resultados a Compensar - CRC	10	(48.517)	(67.334)
GERAÇÃO BRUTA DE CAIXA		6.092	37.310
Variações no Ativo Circulante e Não Circulante		533.541	(30.665)
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias		(56.927)	(48.842)
Tributos a Recuperar		(20.845)	8.390
Aplicações Financeiras de Longo Prazo		(6.187)	1.471
Estoques		(1.504)	(937)
Investimentos em Títulos do Governo		(582.468)	-
Conta de Resultados a Compensar - CRC		1.460.227	(6.582)
Depósitos Judiciais		(2.245)	(3.246)
Ativo Financeiro da Concessão		(288.100)	(38.433)
Outros Créditos a Receber		31.590	57.513
Bens e Direitos Destinados à Alienação e Renda		-	1
Variações no Passivo Circulante e Não Circulante		(427.711)	180.729
Fornecedores		(94.299)	223.274
Obrigações Trabalhistas		5.865	(5.696)
Obrigações Fiscais		40.151	(1.186)
Provisão para Benefícios a Empregados		(118.218)	(106.962)
Obrigações da Concessão		(126.505)	156.463
Provisão para Passivos Trabalhistas e Cíveis		(23.553)	(130.821)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos		71.049	-
Outros Passivos		(182.201)	45.657
GERAÇÃO OPERACIONAL DE CAIXA		111.922	187.374
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Caixa Líquido Aplicado em Investimentos		(28.510)	(48.444)
Aumento de Ativos Biológicos		(2.202)	(31.004)
Aquisição de Bens do Ativo Imobilizado		(84.219)	(4.295)
Aquisição de Ativo Intangível		57.911	(13.145)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Caixa Líquido Aplicado em Financiamentos		56.123	(120.986)
Incremento de Empréstimos e Financiamentos		287.579	62.009
Pagamento de Empréstimos e Financiamentos e Encargos de Dívidas		(231.456)	(182.995)
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA		139.535	17.944
Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes de Caixa	5	54.142	36.198
Saldo Final de Caixa e Equivalentes de Caixa	5	193.677	54.142

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração dos Valores Adicionados

para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 31 de Dezembro de 2011
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota Explicativa	31/12/2012		31/12/2011	
RECEITAS					
Venda de Energia e Serviços	28	3.299.371		3.029.838	
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	30	(26.423)		(40.627)	
Outras Receitas e Despesas		229.203		98.040	
(-) INSUMOS		(1.893.560)		(1.474.854)	
Material	30	(19.641)		(16.408)	
Serviços de Terceiros	30	(68.662)		(70.103)	
Custo de Energia Comprada	29	(1.494.361)		(1.169.863)	
Outros Custos Operacionais	30	(26.991)		(12.058)	
Custo de Construção	30	(116.543)		(134.862)	
Outras Despesas Operacionais	30	(167.362)		(71.560)	
(=) VALOR ADICIONADO BRUTO		1.608.591		1.612.397	
(-) Depreciação e Amortização	30	(8.161)		(8.820)	
(-) Amortização do Intangível da Concessão	30	(60.162)		(71.360)	
(-) Provisões	30	(59.164)		(212.882)	
(=) VALOR ADICIONADO LÍQUIDO		1.481.104		1.319.335	
(+) Receitas Financeiras	32	281.714		85.008	
(=) VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR		1.762.818	%	1.404.343	%
Distribuição do Valor Adicionado					
Pessoal, Administradores e Contribuição Fundo de Pensão		449.568	25,50	367.220	26,15
Remuneração Direta		221.132	12,54	167.168	11,90
Benefícios		42.667	2,42	35.311	2,51
Plano de Benefícios Previdenciais		61.045	3,46	59.347	4,23
Compromissos Previdenciais		107.723	6,11	89.963	6,41
F.G.T.S.		17.001	0,96	15.431	1,10
Impostos, Taxas, Encargos e Contribuições		1.443.662	81,91	1.057.255	75,28
Federais		740.062	41,98	425.366	30,30
Estaduais		703.433	39,90	631.628	44,98
Municipais		167	0,01	261	0,02
Remuneração de Capitais de Terceiros		178.268	10,11	182.760	13,01
Despesas Financeiras	32	173.691	9,85	178.401	12,70
Aluguéis	30	4.577	0,26	4.359	0,31
Remuneração de Capitais Próprios		(308.680)	(17,51)	(202.892)	(14,45)
Prejuízo do Período		(308.680)	(17,51)	(202.892)	(14,45)
TOTAL		1.762.818		1.404.343	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

1. Contexto Operacional

A Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D, com sede na Avenida Joaquim Porto Villanova nº 201, Sala 721, Bairro Jardim Carvalho, Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, é uma sociedade anônima de capital aberto sendo seu acionista controlador o Estado do Rio Grande do Sul, através da Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE-Par, que detém 65,92% do seu capital total. Foi organizada em conformidade com a autorização concedida pela Lei Estadual nº 12.593, de 13 de setembro de 2006 e constituída a partir da cisão da Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE, conforme Assembléia Geral Extraordinária realizada em 27 de novembro de 2006 (Ata nº 170), que consignou, nos termos do artigo 229, § 2º, da Lei nº 6.404/76, tendo sido observadas todas as formalidades legais para tanto, a constituição formal da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D, a qual somente iniciou as atividades previstas no seu objeto social a partir do dia 1º de dezembro de 2006. A Concessionária tem por objeto projetar, construir e explorar sistemas de distribuição de energia elétrica; a prestação de serviços de natureza pública ou privada, no setor de distribuição de energia elétrica e a exploração da respectiva infraestrutura para a prestação de outros serviços, desde que previstos no seu contrato de concessão ou autorizados na legislação.

1.1. Autorização e Emissão das Demonstrações Financeiras

A Administração da Concessionária autorizou a conclusão de elaboração das Demonstrações Financeiras em 25/03/2013.

1.2. Das Concessões

A Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D detém a concessão para exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica no território do Estado do Rio Grande do Sul, atendendo em 72 municípios, com cerca de 1,53 milhões de unidades consumidoras cativas.

O Acordo de Concessão foi firmado em 25 de outubro de 1999 através do Contrato de Concessão nº 081/1999 - ANEEL, alterado pelo 1º Termo Aditivo e 2º Termo Aditivo, de 17 de outubro de 2005 e 13 de abril de 2010, respectivamente, para Distribuição de Energia Elétrica. O Contrato de Concessão estabelece:

- I. A obrigação de construir, operar e manter a infraestrutura à serviço da Concessão;
- II. Quais os serviços que o operador deve prestar e para quem os serviços devem ser prestados (área geográfica de atendimento e classe de consumidores);
- III. A garantia de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da Concessão;
- IV. Indenização ao final do Contrato de Concessão referente à parcela ainda não amortizada dos investimentos realizados pela Concessionária na infraestrutura à serviço da Concessão. O Contrato de Concessão tem prazo de vigência até 07 de julho de 2015, podendo ser renovado pelo período de 20 anos desde que requerido pela Concessionária até 36 (trinta e seis) meses antes do término do contrato. A eventual prorrogação do Contrato de Concessão estará subordinada ao interesse público e à revisão das condições gerais do contrato.

O Contrato de Concessão assinado com a União Federal confere ampla liberdade na direção de seus negócios, investimentos, pessoal e tecnologia. A Concessionária obriga-se a adotar, na prestação do serviço, tecnologia adequada e a empregar equipamentos, instalações e métodos operativos que garantam níveis de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na prestação dos serviços e a modicidade das tarifas. As obrigações inerentes à prestação do serviço público concedido são:

- I. Fornecer energia elétrica a consumidores localizados em sua área de concessão, nos pontos de entrega definidos nas normas do serviço, pelas tarifas homologadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, nas condições estabelecidas nos respectivos contratos de

fornecimento e nos níveis de qualidade e continuidade estipulados na legislação e nas normas específicas.

- II. Dar atendimento abrangente ao mercado, sem exclusão das populações de baixa renda e das áreas de baixa densidade populacional, inclusive as rurais.

A concessão para exploração do serviço de distribuição de energia elétrica se extingue:

- I. Pelo advento do termo final do contrato;
- II. Pela encampação do serviço;
- III. Pela caducidade;
- IV. Pela rescisão;
- V. Pela anulação decorrente de vício ou irregularidade constatado no procedimento ou no ato de sua outorga;
- VI. Em caso de falência ou extinção da Concessionária.

O Contrato de Concessão contém cláusulas específicas que garantem o direito à indenização do valor residual dos bens vinculados ao serviço no final da concessão. Para efeito da reversão, consideram-se bens vinculados aqueles efetivamente utilizados na prestação do serviço.

De acordo com o estabelecido no Contrato de Concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica, a cada 4 anos a Concessionária passa pelo processo de revisão tarifária periódica e anualmente pelo reajuste tarifário. Nos anos 2011 e 2012 os índices homologados pelo órgão regulador foram os seguintes:

Em 2011, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL através da Resolução Homologatória nº 1.221 de 18 de outubro de 2011 aprovou o reajuste tarifário anual de 7,82% em média (7,60% para clientes de baixa tensão e 8,23% para os de alta tensão).

Em 2012, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL através da Resolução Homologatória nº 1.371 de 23 de outubro de 2012 aprovou a Revisão Tarifária de 2,57% em média (-0,67% para clientes de baixa tensão e 8,44% para os de alta tensão).

A Nota Técnica nº 374/2012 – SRE ANEEL de 16 de outubro de 2012 apurou o montante de R\$9.688 a ser devolvido ao consumidor via tarifa no período de 2012/2013.

1.2.1. Medidas Provisórias nº 579/2012 e nº 591/2012, convertida na Lei 12.783/2013

Em 11 de setembro de 2012, o Governo Federal publicou a Medida Provisória nº 579 que dispõe sobre a opção de prorrogação dos contratos de concessão de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica vincendos entre os anos de 2015 e 2017, a critério do poder concedente, uma única vez, pelo prazo de até 30 anos, de forma a assegurar a continuidade, a eficiência da prestação do serviço e a modicidade tarifária.

Posteriormente, em 14 de setembro de 2012, o Decreto Presidencial nº 7.805 foi publicado, regulamentando a Medida Provisória, estabelecendo os prazos e procedimentos a serem cumpridos pelas concessionárias para apresentação do requerimento de renovação dos seus contratos de concessão, conforme requerido pela MP 579/2012, a Concessionária protocolou seu pedido de renovação da concessão em 15 de outubro de 2012. A Concessionária aguarda manifestação do Poder Concedente sobre a homologação da renovação.

Em janeiro de 2013, a ANEEL aprovou Revisão Tarifária Extraordinária para todas as concessionárias de distribuição de energia do Brasil, resultando em significativa redução nas tarifas, que impactará a receita da empresa durante o exercício de 2013.

As novas tarifas da CEEE-D foram estabelecidas pela Resolução Homologatória nº 1.448, de 24 de janeiro de 2013, sendo que o efeito médio da redução foi de 18,97% (-18,13% para clientes de baixa tensão e -20,24% para os de alta tensão).

Esta redução é resultado da Lei nº 12.783/2013 (conversão da Medida Provisória nº 579, de 2012), que promoveu a renovação das concessões de transmissão e geração de energia que venciam até 2017, e das medidas provisórias 591/2012 e 605/2013. As principais alterações que permitiram a redução da conta foram:

- alocação de cotas de energia, resultantes das geradoras com concessão renovadas, a um preço médio de R\$ 32,81/ MWh;
- redução dos custos de transmissão;
- redução dos encargos setoriais;
- retirada de subsídios da estrutura da tarifa, com aporte direto do Tesouro Nacional.

O efeito dessa redução é estrutural, ou seja, promoverá uma mudança permanente no nível das tarifas, a partir do ano de 2013, pois retira definitivamente custos que compunham as tarifas anteriores.

A ANEEL estabelece uma tarifa diferente para cada distribuidora em função das peculiaridades de cada concessão. A tarifa de energia elétrica deve garantir o fornecimento de energia com qualidade e assegurar aos prestadores dos serviços receitas suficientes para cobrir custos operacionais eficientes e remunerar investimentos necessários para expandir a capacidade e garantir o atendimento.

Outros fatores que fazem variar a conta de energia são as características de contratação de fornecimento. Os consumidores cativos residenciais e os de baixa renda – aqueles que só podem ser atendidos por uma distribuidora – têm uma tarifa única em sua concessionária.

As variações também ocorrem de acordo com o nível de tensão em que os consumidores são atendidos, que é a tensão disponibilizada no sistema elétrico da concessionária e que varia entre valores inferiores a 2,3 kV (como as tensões de 110 e 220 volts) e valores superiores a 2,3 kV. Essa variação divide os consumidores nos grupos A (superiores a 2,3 kV, por exemplo as indústrias e grandes comércios) e B (inferiores a 2,3 kV – no qual se incluem os consumidores residenciais e os de baixa renda). Os consumidores do grupo A têm tarifas definidas para energia e uso de rede, para horários de ponta e fora de ponta. Os consumidores livres possuem características diferentes, pois podem contratar energia de outros fornecedores, em condições especiais.

1.3. Mecanismo de atualização das tarifas de fornecimento de energia elétrica dos acordos de concessão

O Contrato de Concessão também estabelece que as tarifas serão reajustadas anualmente no mês de outubro e revisadas a cada 04 (quatro) anos. Os critérios e metodologias para reajuste e revisão das tarifas de energia elétrica são definidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL em regulamentação específica.

A receita requerida anual, que representa a receita necessária para as distribuidoras manterem o equilíbrio econômico-financeiro, é segregada em duas parcelas para fins de sua determinação:

- Parcela A: compreende os custos “não-gerenciáveis” das distribuidoras, ou seja, os custos cujo montante e variância estão fora do controle e influência da Concessionária.
- Parcela B: compreendem os custos “gerenciáveis”, que são os custos inerentes às operações de distribuição de energia, estando assim sujeitos ao controle ou influência das práticas de gestão adotadas pela Concessionária. Inclui a remuneração do capital, depreciação dos ativos, custos operacionais e receitas irrecuperáveis (inadimplência regulatória).

Segue o quadro ilustrativo com os componentes da receita requerida:

Parcela A**Encargos setoriais**

Reserva Global de Reversão - RGR (I)
Conta de Consumo de Combustível - CCC (II)
Taxa de Fiscalização - TFSEE (III)
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia - PROINFA (IV)
Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética (V e VI)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE (VII)
Operador Nacional do Sistema (ONS)

Encargos de transmissão

Uso das instalações de transmissão
Uso das instalações de conexão
Uso das instalações de distribuição
Transporte de energia proveniente de Itaipu

Compra de energia elétrica para revenda

Contratos bilaterais de longo prazo e leilões
Contratos Iniciais

Parcela B**Receita irre recuperável****Despesas de operação e manutenção (VIII)**

Pessoal
Material
Serviços de terceiros
Despesas gerais e outras

Despesas de capital

Cotas de depreciação (IX)
Remuneração do capital (X)

- I. Encargo pago mensalmente, no montante anual equivalente a 2,5% dos investimentos efetuados pela Concessionária em ativos vinculados à prestação do serviço de eletricidade, limitando-se a 3% da receita anual. Tem finalidade principal de prover recursos para reversão/encampação dos serviços de energia elétrica, não se limitando a esses objetivos. Extinto a partir de fevereiro/2013 pela Lei nº 12.783/2013.
- II. Encargo que visa a cobrir os custos anuais de geração termelétrica, cujo montante anual é fixado para cada concessionária em função do seu mercado e necessidade do uso das usinas termelétricas. Extinto a partir de fevereiro/2013 pela Lei nº 12.783/2013.
- III. Encargo que tem a finalidade de constituir a receita da ANEEL para cobertura de suas despesas administrativas e operacionais. Este é fixado anualmente e pago mensalmente.
- IV. Encargo para cobertura dos custos da energia elétrica produzida por empreendimentos de produtores independentes autônomos, concebidos com base em fontes eólicas, pequenas centrais elétricas e biomassa. Calculado anualmente pela ANEEL e pago mensalmente pela Concessionária.
- V. Encargo com finalidade de prover recursos para o desenvolvimento e competitividade energética dos Estados, bem como, a universalização do serviço de energia elétrica. Seu valor é fixado anualmente pela ANEEL.
- VI. Referente à aplicação de 1,00% da receita operacional líquida anual, sendo, no mínimo, 0,50% em pesquisa e desenvolvimento e 0,50% em eficiência energética no setor elétrico.
- VII. Encargo com a finalidade de subsidiar as tarifas de energia dos consumidores de Baixa Renda e universalizar o atendimento por meio do Programa Luz para Todos (levar energia a cidadãos que ainda não contam com o serviço). O custo é rateado por todos os consumidores atendidos pelo Sistema Interligado Nacional (SIN). O valor das cotas é calculado pela ANEEL.
- VIII. Refere-se à parcela da receita destinada à cobertura dos custos diretamente vinculados à prestação do serviço de distribuição de energia elétrica.
- IX. Representa a parcela da receita necessária à formação dos recursos financeiros destinados à recomposição dos investimentos realizados.
- X. É a parcela da receita necessária para promover rendimento do capital investido na prestação do serviço de distribuição de energia elétrica.

2. Atividades Não Vinculadas à Concessão

A Concessionária possui quatro hortos florestais de produção localizados nos municípios de Alegrete, Candiota, Triunfo e Charqueadas. A produção de postes de madeira preservada é consumida na construção e/ou manutenção de redes elétricas.

Desde a década de 1960 a CEEE produz postes de madeira preservada para a sustentação de suas redes elétricas. Em 2012 foi discutido pela empresa a manutenção de todas as atividades florestais que contribuem para a produção de postes. Os aspectos abordados foram os custos de produção, as questões regulatórias, vantagens e desvantagens do uso de postes de madeira, aspectos técnicos de

projeto de rede, entre outros. Por decisão de Diretoria estas atividades em 2013 não mais serão realizadas.

3. Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras

3.1. Bases de Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras

3.1.1. Declaração de Conformidade (com relação às práticas adotadas no Brasil)

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro - IFRS emitidas pelo *International Accounting Standard Board* - IASB, as quais abrangem a legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas (coletivamente “CPCs”) emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Algumas informações adicionais estão sendo apresentadas em notas explicativas e quadros suplementares em atendimento às instruções contidas no Despacho nº 155, da SFF/ANEEL de 23/01/2013.

3.1.2. Base de Mensuração

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, reconhecido no balanço patrimonial.

3.1.3. Moeda de Apresentação e Moeda Funcional

As Demonstrações Financeiras são apresentadas em Reais (R\$) que é a moeda funcional da Concessionária. Todas as informações financeiras foram arredondadas para o milhar de real mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores, logo os valores em milhares apresentados quando somados podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.

3.2. Uso de Estimativas

A preparação das Demonstrações Financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração realize estimativas para determinação e registro de certos ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre suas demonstrações financeiras. Tais estimativas são feitas com base no princípio da continuidade e suportadas pela melhor informação disponível na data da apresentação das Demonstrações Financeiras, e na experiência da Administração. As estimativas são revisadas quando novas informações se tornam disponíveis ou as situações em que estavam baseadas se alterem. As estimativas podem vir a divergir para com o resultado real. As principais estimativas se referem ao seguinte:

- I. Vida útil do ativo intangível;
- II. Transações e venda de energia elétrica na CCEE;
- III. Provisões para créditos de liquidação duvidosa;
- IV. Passivos contingentes;
- V. Planos de aposentadoria e benefícios pós-emprego;
- VI. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido;
- VII. Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo;
- VIII. Ativo Financeiro Concessão;
- IX. Receita de fornecimento e uso da rede de distribuição não faturada.

4. Principais Práticas Contábeis Adotadas

As principais políticas contábeis descritas a seguir, foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nas Demonstrações Financeiras. São elas:

4.1. Ativos e Passivos Financeiros

4.1.1. Reconhecimento e Mensuração

A Concessionária reconhece os instrumentos financeiros nas suas Demonstrações Financeiras somente quando ela se tornar parte das disposições contratuais do instrumento ou na data em que tiveram origem.

A Concessionária desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação são transferidos.

4.1.2. Classificação

A Concessionária classifica os ativos e passivos financeiros sob as seguintes categorias:

- I. Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos determináveis que não estão cotados em mercado ativo. Estes ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.
- II. Mensurados ao valor justo por meio do resultado são instrumentos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda a curto prazo. Ativos financeiros registrados pelo seu valor justo por meio do resultado são medidos pelo seu valor justo e mudanças no valor justo destes ativos, são reconhecidas no resultado do exercício.
- III. Mantidos até o vencimento são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos para os quais a Concessionária tem a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.
- IV. Disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos, que são designados nessa categoria ou que não se classificam em nenhuma das categorias acima. Os ativos financeiros disponíveis para venda são registrados inicialmente pelo seu valor justo acrescido de qualquer custo de transação diretamente atribuível. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, quando aplicável, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando há a realização do ativo pela venda, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado.

4.2. Caixa e Equivalentes de Caixa

Incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata e com baixo risco de variação no seu valor de mercado. As disponibilidades estão demonstradas pelo custo acrescido dos juros auferidos, por não apresentarem diferença significativa em relação ao seu valor de mercado.

Os investimentos que, a partir da data de sua aquisição, têm prazo de vencimento igual ou menor que três meses são registrados como equivalentes de caixa.

4.3 Aplicações Financeiras de Curto e Longo Prazo

As aplicações e certificados de depósitos bancários com vencimento superior a três meses a partir da data de sua aquisição são classificados na rubrica aplicações financeiras de curto prazo e os com prazo de vencimento superior a doze meses, que estão ao valor de custo ou de emissão, atualizado conforme disposições legais ou contratuais estão classificadas com aplicações financeiras de longo prazo.

4.4. Títulos Disponíveis para Venda

Estão classificados como disponíveis para venda e são mensurados pelo seu valor justo. Os juros e correção monetária, contratados, são reconhecidos no resultado quando incorridos. As variações decorrentes de alterações no valor justo desses investimentos são reconhecidos em conta específica do patrimônio líquido, quando incorridas. Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido são transferidos para o resultado no momento em que essas aplicações são realizadas em caixa ou quando há evidência de perda na sua realização.

4.5. Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

Incluem o fornecimento de energia elétrica faturada e a faturar a consumidores finais, encargo de uso do sistema, serviços prestados, acréscimos moratórios e a outras concessionárias pelo suprimento de energia elétrica conforme montantes disponibilizados pela CCEE.

4.6. Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

Baseia-se em critérios específicos do setor elétrico no que diz respeito à antiguidade de vencimento das faturas, além de efetuar a análise criteriosa onde contempla fatores como: existência de garantias reais do não recebimento, histórico de inadimplência dos consumidores, parcelamentos de débitos vigentes, devedores em situação de concordata ou análise de valores que estão sob discussão judicial. Foi constituída provisão por valor considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos com Consumidores, Concessionárias e Permissionárias.

4.7. Redução ao Valor Recuperável de Ativos (impairment)

4.7.1. Ativos Financeiros

A Concessionária avalia, anualmente, se existem evidências que possam indicar deterioração ou perda do valor recuperável dos seus Ativos Financeiros. Sendo tais evidências identificadas, o valor recuperável dos ativos é estimado e se o valor contábil exceder o valor recuperável, o valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda por redução ao valor recuperável para todos os ativos financeiros, com exceção das contas a receber, em que o valor contábil é reduzido pelo uso de uma provisão.

Recuperações subsequentes de valores anteriormente baixados são creditadas à provisão. Mudanças no valor contábil da provisão são reconhecidas no resultado.

4.7.2. Ativos Não Financeiros

A Concessionária avalia, anualmente, se existem evidências que possam indicar deterioração ou perda do valor recuperável dos seus Ativos Não Financeiros. Sendo tais evidências identificadas, o valor recuperável dos ativos é estimado e se o valor contábil exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil ao valor recuperável. Essas perdas serão lançadas ao resultado do exercício quando identificadas.

O valor contábil de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

4.8. Ajuste a Valor Presente

Os ativos e passivos de longo prazo, bem como os de curto prazo, caso relevante, são ajustados a valor presente. Os principais efeitos apurados estão relacionados com a rubrica “Consumidores”. As taxas de descontos utilizadas refletem as taxas para riscos e prazos semelhantes às praticadas pelo mercado.

4.9. Estoques (inclusive do ativo intangível em curso)

Os materiais em estoque classificados no ativo circulante (almoxarifado de manutenção e administrativos) e aqueles utilizados na prestação dos serviços de construção e melhorias classificados no ativo intangível em curso (depósito de obra) estão registrados ao custo médio de aquisição, deduzidos dos impostos recuperáveis e de perda estimada para ajustá-lo a valor realizável líquido quando este for menor que seu custo de aquisição. Periodicamente a Concessionária avalia seus itens de estoque quanto à sua obsolescência ou possível redução de valor. A quantia de qualquer redução dos estoques para o valor realizável líquido e todas as perdas de estoque é reconhecida como despesa do período em que a redução ou a perda ocorreram.

4.10. Subvenção e Assistência Governamental

As subvenções governamentais, se recebidas, serão reconhecidas como receita ao longo do período, confrontadas com as despesas que pretende compensar em uma base sistemática. Os valores a serem apropriados no resultado serão destinados à Reserva de Incentivos Fiscais.

4.11. Bens e Direitos Destinados a Alienação e Propriedades para Investimento

Os bens e direitos destinados a alienação são classificados como *mantidos para venda* caso o seu valor contábil seja recuperado principalmente por meio de uma transação de venda e não através do uso contínuo. Essa condição é atendida somente quando a venda é provável e o ativo não circulante estiver disponível para venda imediata em sua condição atual. Os ativos não circulantes classificados como destinados à venda são mensurados pelo menor valor entre o contábil anteriormente registrado e o valor justo menos o custo de venda. As propriedades para investimentos representam os bens não utilizados no objetivo da Concessão, mantidos para valorização ou renda.

4.12. Ativos Biológicos

Os ativos biológicos são mensurados pelo valor justo. As alterações no valor justo são reconhecidas no resultado do exercício em que ocorreram.

4.13. Contrato de Concessão (Ativo Intangível e Financeiro)

O Contrato de Concessão é reconhecidos como ativo intangível e ativo financeiro. O valor do ativo intangível dos contratos de concessão representa o valor dos serviços de construção e melhorias que será recebido através da cobrança dos usuários via tarifa de energia elétrica. O custo dos serviços de construção e melhorias compreende o preço de aquisição dos materiais e serviços (acrescido de impostos não recuperáveis sobre a compra, depois de deduzidos os descontos comerciais e abatimentos) e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar a infraestrutura à serviço da concessão no local e condição necessários para este ser capaz de funcionar da forma determinada no Contrato de Concessão. O ativo financeiro refere-se ao valor dos serviços de construção e melhorias realizados e previstos no Contrato de Concessão e que será recebido através de indenização ao final da concessão, por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente, decorrente da aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão e a Orientação Técnica OCPC 05 - Contratos de Concessão. Até a edição da MP Nº 579/2012 o Ativo Financeiro foi reconhecido pelo valor residual dos bens individuais ao final da concessão não amortizado e o valor somente era alterado por meio de adições, baixas e transferências, ao longo do prazo de concessão. A MP 579/2012 confirmou o entendimento de que o Valor Novo de Reposição – VNR deverá ser utilizado pelo Poder Concedente para o pagamento de indenização dos ativos não amortizados de distribuição no vencimento da concessão. Consequentemente a Concessionária ajustou o saldo do seu ativo financeiro de indenização com base no valor novo de reposição depreciado, utilizando a Base de Remuneração Regulatória

aprovada na Revisão Tarifária de outubro de 2012 através da Nota Técnica ANEEL Nº 374 de 16 de outubro de 2012.

A amortização do ativo intangível dos contratos de concessão é calculada pela taxa de depreciação regulatória dos bens individuais. A amortização é reconhecida na rubrica de custo de operação e despesas operacionais. As taxas de depreciação regulatória dos principais bens à serviços da concessão são as seguintes:

<i>Taxas de depreciação dos Itens mais relevantes do ativo Não-Circulante</i>	<i>Taxa anual</i>
Condutor (Tensão => 69Kv)	2,70%
Condutor (Tensão < 69Kv)	3,57%
Edificação	3,33%
Equipamento Geral	6,25%
Estrutura (Poste)	3,57%
Estrutura (Torre)	2,70%
Medidor	7,69%
Transformador Distribuição	4,00%
Transformador de Força	2,86%
Veículos	14,29%

4.14. Imobilizado

Os ativos registrados no Imobilizado incluem os bens da Administração e serão mantidos a custo histórico.

Os Itens do Imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condições necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados e custos de empréstimos.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Concessionária e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas pelo Órgão Regulador para cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é aceito como o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

4.15. Intangível

Incluem o direito de cobrar os usuários dos serviços pela construção e melhorias realizadas na infraestrutura à serviço da concessão de distribuição de energia elétrica. A amortização reflete as taxas de depreciação regulatória aplicadas aos bens individuais, que é a forma como a Concessionária recupera estes investimentos através da tarifa de energia elétrica e é reconhecida na rubrica de custo de operação e despesas operacionais.

Os outros ativos intangíveis que são adquiridos e que têm suas vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada. Incluem basicamente softwares e direitos desta natureza.

4.16. Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

Representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como às doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e às subvenções destinadas a investimento no serviço público de energia elétrica, na atividade de distribuição, cuja quitação ocorrerá ao final da concessão. Essas obrigações estão registradas em grupo específico no passivo não circulante e estão sendo apresentadas como dedução do ativo financeiro e ativo intangível da

concessão, dadas suas características de aporte financeiro com fins específicos de financiamentos para obras da infraestrutura a serviço da concessão.

4.17. Arrendamento Mercantil

Os arrendamentos mercantis são segregados entre os operacionais e os financeiros. Quando o arrendamento é classificado como financeiro, ou seja, seus riscos e benefícios são transferidos, este é reconhecido como um ativo e mensurado inicialmente pelo seu valor justo ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos, entre eles o menor, e depreciados normalmente. O passivo subjacente é amortizado utilizando a taxa efetiva de juros.

4.18. Valor Justo

- I. Ativos Biológicos: (madeira em pé) é baseado no preço de mercado dos volumes de madeira recuperável estimados. Os preços dos ativos biológicos, denominados em R\$/m³ são obtidos através de pesquisa de preço de mercado, divulgadas por empresas especializadas, além da cotação dos preços praticados em mercado ativo para itens semelhantes.
- II. Ativo Imobilizado: é baseado na abordagem de mercado e nas abordagens de custos através de preços de mercado cotados para itens semelhantes, quando disponíveis, e custo de reposição quando apropriado. Os valores justos do imobilizado referente à infraestrutura vinculada a uma concessão são limitados aos valores de recuperação admitidos pelo Órgão Regulador.
- III. Os ativos intangíveis: são recebidos como remuneração pela prestação de serviços de construção em um contrato de concessão de serviços: é estimado pela referência ao valor justo dos serviços de construção prestados. A Concessionária não reconhece nenhuma margem de lucro sobre essas receitas, porque o modelo de concessão: (i) não se destina a gerar lucros a partir da construção de infraestrutura, mas a partir da prestação de serviços, (ii) a forma como a empresa gerencia as construções baseia-se fortemente em serviços terceirizados e (iii) não há previsão margens dessas operações nos planos de negócios da Concessionária. A Administração assim acredita que os ganhos dessas operações são irrelevantes e, portanto, nenhum valor sobre os custos efetivos foram considerados como uma parte das receitas. Desta forma as receitas e os custos de construção são apresentados nas demonstrações financeiras pelos mesmos montantes.
- IV. Outros Ativos e Passivos Financeiros: o valor justo de ativos e passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento e ativos financeiros disponíveis para venda é apurado por referência aos seus preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras. O valor justo de investimentos mantidos até o vencimento é apurado somente para fins de divulgação.
- V. Passivos Financeiros Não Destinados à Negociação: é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras.

4.19. Empréstimos, Financiamentos e Outras Captações

Estão atualizados pela variação monetária e/ou cambial, juros e encargos financeiros, determinados em cada contrato, incorridos até a data de encerramento do balanço. Os custos de transação estão deduzidos dos empréstimos e financiamentos correspondentes. Esses ajustes são apropriados ao resultado pela taxa efetiva de juros do período em despesas financeiras, exceto pela parte apropriada ao custo do ativo intangível em curso.

4.20. Provisões para Contingências Trabalhistas, Cíveis e Tributárias

Provisões são reconhecidas quando a Concessionária tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de um evento passado, cujo valor possa ser estimado de maneira confiável sendo provável uma saída de recursos. O montante da provisão reconhecida é a melhor estimativa da Administração e dos assessores legais, baseados em pareceres jurídicos sobre os processos existentes e do desembolso exigido para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

Quando a provisão envolve uma grande população, a obrigação é estimada ponderando todos os possíveis desfechos pelas suas probabilidades associadas. Para uma obrigação única, a mensuração se baseia no desfecho mais provável.

4.21. Outros Ativos e Passivos

Os outros ativos e passivos circulantes e não circulantes que estão sujeitos à variação monetária ou cambial por força de legislação ou cláusulas contratuais estão atualizados com base nos índices previstos nos respectivos dispositivos, de forma a refletir os valores na data das Demonstrações Financeiras, os demais estão apresentados pelos valores incorridos na data de formação sendo os ativos reduzidos de provisão para perda e/ou ajuste a valor presente quando aplicável.

4.22. Imposto de Renda e Contribuição Social

O Imposto de Renda corrente, quando apurado, é calculado e contabilizado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, mais adicional de 10% sobre a base excedente a R\$240.000,00 (duzentos e quarenta mil) anuais, e a Contribuição Social à alíquota de 9%, calculada e escriturada sobre o lucro ajustado antes do Imposto de Renda, na forma da legislação vigente.

Sobre as diferenças temporárias são constituídos impostos diferidos. Os ativos e passivos diferidos são registrados nos ativos e passivos não circulantes. Os impostos diferidos serão realizados com base nas alíquotas que se espera serem aplicáveis no período que o ativo será realizado ou o passivo liquidado. Tais ativos e passivos não são descontados a valor presente. Os prejuízos fiscais de Imposto de Renda e bases negativas de contribuição social podem ser compensados anualmente, observando-se o limite de até 30% do lucro tributável para o exercício.

4.23. Provisão para Benefícios a Empregados

As obrigações futuras, estimadas com base na avaliação atuarial, elaborada anualmente por atuário independente, são registradas para cobrir os gastos com plano de previdência, complementação de aposentadoria incentivada, aposentados ex-autárquicos e contribuições para o fundo de pensão dos funcionários. A Concessionária utiliza a abordagem do “corredor” para diferir o reconhecimento dos ganhos ou perdas atuariais no resultado e reconhece o custo do serviço passado do plano de contribuição definida implantado em outubro de 2002, no tempo remanescente de serviço dos empregados, conforme item 96 do CPC 33, aprovado pela Deliberação CVM nº 600, de 9 de outubro de 2009. A partir de 1º de janeiro de 2013, como consequência da aplicação da alteração do CPC 33 (R1) (Deliberação CVM 695/2012) os ganhos ou perdas atuariais não registrados pela Concessionária serão reconhecidos no seu balanço em outros resultados abrangentes (vide demonstração dos efeitos na Nota Explicativa 22.7). Outra consequência da alteração da legislação é o reconhecimento integral no resultado do valor remanescente do custo do serviço passado.

4.24. Registro de Compra e Venda de Energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE

As compras (custo de energia comprada) e as vendas (receita de suprimento) são registradas pelo regime de competência de acordo com as informações divulgadas pela CCEE, entidade responsável pela apuração das operações de compra e venda de energia. Nos meses em que essas informações não são disponibilizadas em tempo hábil, os valores são estimados pela Administração da Concessionária, utilizando-se de parâmetros disponíveis no mercado.

4.25. Apuração do Resultado

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime contábil de competência de cada exercício apresentado. O faturamento de energia elétrica para todos os consumidores é efetuado mensalmente de acordo com o calendário de leitura do consumo. A receita não faturada, correspondente ao período decorrido entre a data da última leitura e o encerramento do mês, é estimada e reconhecida como receita no mês em que a energia foi consumida.

As receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros na rubrica de receitas/despesas financeiras.

4.26. Reconhecimento da Receita

4.26.1. Receita de Fornecimento

O reconhecimento da receita de fornecimento dá-se pelo faturamento mensal, conforme quantidades medidas de energia fornecida e preços homologados, com os respectivos impostos que compõem o cálculo do preço da tarifa.

4.26.2. Receita não Faturada

O valor refere-se ao fornecimento de energia elétrica e de uso de rede de distribuição não faturados, calculados em base de estimativas, referente ao período posterior a medição mensal e até o último dia do mês.

4.26.3. Receita de Construção

A Concessionária reconhece a receita de construção referente aos serviços de construções e melhorias previstos no contrato de concessão com base no estágio de conclusão das obras realizadas. O estágio de conclusão é avaliado pela referência do levantamento dos trabalhos realizados, ou, quando não puder ser medido de maneira confiável, até o limite dos custos reconhecidos na condição em que os custos incorridos possam ser recuperados.

4.26.4. Receita Financeira

A receita financeira referente à atualização dos recebíveis de contratos de concessão é reconhecida com base no método da taxa efetiva de juros. Refere-se também a receita de atualização das Notas do Tesouro Nacional NTN-B's.

4.27. Despesa Financeira

Contempla encargos de dívidas, variações monetárias de empréstimos e financiamentos, atualização monetária de autos de infração e outras despesas financeiras. O custo dos empréstimos, quando não capitalizados são reconhecidos no resultado com base no método da taxa efetiva de juros.

4.28. Transações com Partes Relacionadas

As operações com partes relacionadas têm regras específicas para cada tipo de transação e são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes. Os detalhes dessas operações estão descritos na nota explicativa nº 34.

4.29. Informações por Segmento

As informações por segmentos operacionais evidenciam as atividades de negócio dos quais podem obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da mesma entidade, cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal responsável pela tomada de decisões operacionais da Concessionária. Para a Concessionária a distribuição e a comercialização não são consideradas pela Administração como segmentos, uma vez que não possuem gestão individualizada e que uma depende da outra para operar.

4.30. Questões Ambientais

A Concessionária capitaliza gastos referentes a demandas ambientais correspondentes aos estudos de impacto do meio ambiente, exigidos pelos órgãos públicos competentes, para obtenção das licenças que permitirão a construção e instalação de novos empreendimentos, além daqueles referentes as compensações que devem ser realizados para executar o projeto, visando reparar, atenuar ou evitar danos ao meio ambiente onde será realizado o empreendimento.

Os gastos relacionados a questões ambientais posteriores a entrada em operação do empreendimento são registrados como resultado do exercício em que ocorreram.

Os projetos para construção e instalação de novos empreendimentos são identificados e monitorados pelos órgãos ambientais fiscalizadores, tais como Instituto Brasileiro do Meio Ambiente – IBAMA,

Fundação Estadual de Proteção Ambiental - FEPAM, Secretaria Municipal do Meio Ambiente – SEMA e ONGs.

4.31. Demonstração do Resultado

A Demonstração do Resultado encontra-se apresentada pela natureza das receitas e despesas operacionais.

4.32. Pronunciamentos e Interpretações Contábeis

Os Pronunciamentos e Interpretações Técnicos aprovados pela CVM durante o exercício de 2012, que terão efeitos nas Demonstrações Financeiras em 2013 são:

- I. CPC 33 (R1) – Deliberação CVM nº 695 de 13/12/2012 - Benefícios a Empregados. Esta norma entrará em vigor a partir de 01/01/2013.
- II. CPC 46 – Deliberação CVM nº 699 de 20/12/2012 - Mensuração do Valor Justo – Esta norma entrará em vigor a partir de 01/01/2013.

As normas e interpretações que entrarão em vigor a partir de 01/01/2013 a Concessionária avaliou o seu impacto e espera ter impacto significativo quanto a adoção do CPC 33 (R1) Benefícios a Empregados, mencionado na nota explicativa nº 22.

5. Caixa, Equivalentes de Caixa, Aplicações Financeiras e Títulos Disponíveis para Venda

Os saldos compõem-se de:

Descrição / Banco	Nota Explicativa	31/12/2012	31/12/2011
CIRCULANTE			
Numerário Disponível	34	72.162	37.641
SIAC/BANRISUL	34	121.515	16.501
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata		121.515	16.501
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa		193.677	54.142
NÃO CIRCULANTE			
SIAC/BANRISUL	34	5.586	5.151
Aplicações Financeiras Vinculadas	34	3.984	3.380
Quotas Subordinadas - FIDC	34	15.207	10.059
Total de Aplicações Financeiras de Longo Prazo		24.777	18.590

5.1. Numerário Disponível

O valor de R\$72.162 (R\$37.641 em 31 de dezembro de 2011) refere-se a recursos depositados em instituições bancárias.

5.2. Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata

O valor de R\$121.515 (R\$16.501 em 31 de dezembro de 2011) refere-se a Aplicações Financeiras, aplicadas no Sistema Integrado de Administração de Caixa - SIAC/BANRISUL instituído pelo Decreto Estadual nº 33.959, de 31 de maio de 1991, remunerado pela taxa SELIC OVER, com liquidez imediata.

5.3. Aplicações Financeiras de Longo Prazo

O valor de R\$24.777 (R\$18.590 em 31 de dezembro de 2011) no ativo não circulante refere-se a Aplicações Financeiras ao principal e a remuneração de valores aplicados no Sistema Integrado de Administração de Caixa - SIAC/BANRISUL, instituído pelo Decreto Estadual nº 33.959, de 31 de maio de 1991 remunerado pela taxa SELIC, sem liquidez imediata, visto que dependem de dotação orçamentária por parte do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, aplicações vinculadas a

garantias de compra de energia e à captação de empréstimo, bem como Quotas Subordinadas do FIDC IV e FIDC VI.

6. Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

Os saldos compõem-se de:

	Nota Explicativa	Saldos Vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	31/12/2012	31/12/2011
CIRCULANTE						
Consumidores	6.1	195.094	108.427	142.544	446.065	395.308
Suprimento de Energia		168	-	-	168	128
Encargo de Uso da Rede		188	-	-	188	321
Permissionárias		27	-	-	27	24
Parcelamentos	6.2	23.301	1.246	24.126	48.673	44.605
Energia de Curto Prazo - CCEE	6.3	1	-	-	1	1
Provisão Créditos Liquidação Duvidosa	6.4	-	-	-	(181.537)	(166.312)
		218.779	109.673	166.670	313.585	274.075
NÃO CIRCULANTE						
Parcelamentos	6.2	78.608	-	31.167	109.775	122.689
Comercialização de Energia CCEE	6.5	-	-	-	45.712	41.804
		78.608	-	31.167	155.487	164.493

6.1. Consumidores

	Saldos Vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	31/12/2012	31/12/2011
Residencial	88.214	39.713	47.770	175.697	125.482
Industrial	25.017	20.131	13.262	58.410	75.786
Comercial Serviços e Outras Atividades	66.962	25.683	16.192	108.837	98.278
Rural	7.744	8.110	306	16.160	21.228
Poder Público	501	14.116	40.681	55.298	47.505
Iluminação Pública	990	595	24.234	25.819	24.544
Serviço Público	5.667	79	98	5.844	2.485
Total	195.095	108.427	142.543	446.065	395.308

6.2. Parcelamentos

O montante de R\$48.673 (R\$44.605 em 31 de dezembro de 2011) no circulante e R\$109.775 (R\$122.689 em 31 de dezembro de 2011) refere-se a parcelamentos com consumidores, com prefeituras municipais, com o Governo do Estado do Rio Grande do Sul e com a FAMURS – Federação das Associações de Municípios do Estado do Rio Grande do Sul.

6.3. Energia de Curto Prazo – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

O valor de R\$1 (R\$1 em 31 de dezembro de 2011) refere-se à energia vendida no mercado de curto prazo, conforme informações divulgadas pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, demonstrado na nota explicativa nº 39.2.

6.4. Movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

CONSUMIDORES POR CLASSE	Saldo 31/12/2011	Adições	Exclusões	Saldo 31/12/2012
Residencial	38.527	9.812	-	48.339
Industrial	9.287	-	(4.027)	5.260
Comercial Serviços e Outras Atividades	13.279	3.009	-	16.288
Rural	1.091	102	-	1.193
Poder Público, Iluminação Pública e Serviço Público ...	52.777	4.960	-	57.737
Títulos de Créditos a Receber e Parcelamentos.....	49.256	1.269	-	50.525
Diversos	2.095	100	-	2.195
Total	166.312	19.252	(4.027)	181.537

Foram incluídos os valores totais dos créditos junto aos consumidores residenciais que apresentam débitos vencidos há mais de 90 dias; consumidores comerciais vencidos há mais de 180 dias; consumidores industriais e rurais vencidos há mais de 360 dias, e títulos de créditos a receber de diversas classes de consumidores vencidos há mais de 90 dias.

Para os créditos de responsabilidade dos Poderes Públicos, foi efetuada análise e constituição de provisão considerando a expectativa de perdas na realização desses créditos, que considerou as negociações realizadas e em andamento junto às prefeituras e ao Estado do Rio Grande do Sul.

O valor da provisão contempla a análise criteriosa dos principais devedores de cada classe consumidora, submetendo os valores em débito à análise jurídica, tendo o objetivo de identificar o andamento do processo de cobrança e quais as expectativas de recebimento dos valores junto aos consumidores.

6.5. Comercialização de Energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

O valor de R\$45.712 (R\$41.804 em 31 de dezembro de 2011) refere-se à Energia Vendida no Curto Prazo – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, conforme nota explicativa nº 39.2.

A Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D, tem atualizado os saldos registrados nas Demonstrações Financeiras de acordo com o Despacho ANEEL 2.517 de 26 de agosto de 2010, conforme a seguir:

	31/12/2012	31/12/2011
Saldo Inicial	41.804	37.952
Atualização	3.908	3.852
Saldo Final	45.712	41.804

7. Tributos a Recuperar

CIRCULANTE	31/12/2012	31/12/2011
ICMS a Compensar	7.538	8.039
IRPJ e CSLL a Compensar	25.682	6.380
Outros Créditos a Compensar	1.607	1.006
Total	34.827	15.425
NÃO CIRCULANTE		
ICMS a Compensar	10.067	8.623
Outros Créditos a Compensar	1.869	1.870
Total	11.936	10.493

A expectativa de realização dos valores registrados no não circulante é de 04 (quatro) anos conforme dispositivo legal estabelecido na Lei Complementar nº 87/96 que permite a constituição e respectiva fruição deste crédito tributário.

8. Estoques

Os saldos compõem-se de:

	31/12/2012	31/12/2011
Estoque de Operação	13.173	11.733
(-) Provisão para Perdas	(629)	(693)
Total	12.544	11.040

Os saldos de estoques referem-se a materiais destinados à manutenção das operações, em processo de classificação, resíduos e sucatas e destinados à alienação, todos valorados a preço médio e deduzidos das provisões para perdas.

9. Outros Créditos a Receber

Os saldos compõem-se de:

	Nota Explicativa	31/12/2012	31/12/2011
CIRCULANTE			
Programa RELUZ	9.1 / 34	15.632	15.850
Programa de Eficiência Energética - PEE	9.2	16.760	11.926
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	9.3	10.905	7.514
Adiantamento a Fornecedores		777	824
Subvenção à Receita Baixa Renda - Tarifa Social	9.4	2.846	4.508
Adiantamento a Empregados		1.729	2.379
Aluguel Postes/Serviços Prestados		8.798	6.819
Cedência Funcionários	34	719	582
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios FIDC II e FIDC IV	9.5	3.544	3.500
Subvenção ELETROBRÁS CDE - PLT	34	3.196	-
Conta Gráfica	34	-	720
Outros Devedores		4.234	46.112
Total		69.140	100.734
NÃO CIRCULANTE			
Títulos de Crédito a Receber		6	1
Quota ESS	9.6	13.207	13.207
Total		13.213	13.208

9.1. Programa RELUZ

O valor de R\$15.632 (R\$15.850 em 31 de dezembro de 2011) refere-se ao Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente – RELUZ, que tem como objetivo promover a modernização e melhoria da eficiência energética do sistema de iluminação pública nos municípios, por meio da substituição dos equipamentos atuais por tecnologias mais eficientes, visando combater o desperdício de energia elétrica, a serem reembolsados pelas Prefeituras.

9.2. Programa de Eficiência Energética – PEE

O valor de R\$16.760 (R\$11.926 em 31 de dezembro de 2011) refere-se à aplicação dos recursos provenientes dos Programas de Eficiência Energética, que visam demonstrar à sociedade a importância e a viabilidade econômica de ações de combate ao desperdício de energia elétrica.

9.3. Pesquisa e Desenvolvimento – P&D

O valor de R\$10.905 (R\$7.514 em 31 de dezembro de 2011) refere-se a projetos de Pesquisa e Desenvolvimento destinados à capacitação e desenvolvimento tecnológico da Concessionária, visando à geração de novos processos ou produtos, ou o aprimoramento de suas características.

9.4. Subvenção à Receita Baixa Renda – Tarifa Social

O valor de R\$2.846 (R\$4.508 em 31 de dezembro de 2011) refere-se ao resultado gerado entre os aumentos e reduções de receita decorrentes da classificação dos consumidores residenciais na subclasse baixa renda, conforme Resolução Normativa nº 472 de 24 de janeiro de 2012 da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

9.5. Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios – FIDC II e FIDC IV

O valor de R\$3.544 (R\$3.500 em 31 de dezembro de 2011) refere-se ao montante retido em excesso às parcelas liquidadas, permanecendo aplicado no Fundo para liquidação de parcelas futuras avaliadas pelo valor de custo.

9.6. Quota ESS

O valor de R\$13.207 em 31 de dezembro de 2012 e 2011, refere-se ao Encargo do Serviço do Sistema - ESS período Setembro de 2000 a Setembro de 2002.

10. Conta de Resultados a Compensar – CRC

	31/12/2012	31/12/2011
CIRCULANTE		
Investimentos em Títulos do Governo	652.035	-
	652.035	-
CRC - NTN-B Tranche1	-	930.942
CRC - NTN-B Tranche2	529.286	411.131
	529.286	1.342.073
NÃO CIRCULANTE		
CRC - NTN-B Tranche3	-	411.131
	-	411.131
Total	1.181.321	1.753.204

10.1 Descrição

O saldo de R\$1.181.321 (1.753.204 em 31 de dezembro de 2011) refere-se ao processo ordinário nº 93.00.02153-2, cuja decisão favorável do Superior Tribunal de Justiça – STJ (RESP nº 435.948-RS) proferida em 2005, transitou em julgado no ano de 2009 junto ao Supremo Tribunal Federal – STF. Em 26 de janeiro de 2012, com a assinatura de um Termo de Acordo junto à União, o qual foi homologado judicialmente em 31 de janeiro de 2012, como consequência, Advocacia Geral da União, com autorização do Ministério de Minas e Energia e do Ministério da Fazenda, assim como, com a efetiva participação da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, da Secretaria do Tesouro Nacional – STN, da Receita Federal do Brasil – RFB, a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN e da Eletrobrás, juntamente com a CEEE-D, chegaram ao fim do processo de liquidação judicial Nº 2006.71.00.047783-2.

Nesse contexto a Concessionária obteve definitivamente reconhecido pelo poder judiciário um valor a receber de R\$1.813.957 inerente à Conta de Resultados a Compensar apurado na data base de 27 de dezembro de 2011, sendo que desse montante foram compensados de forma direta com a União, débitos fiscais da Concessionária junto a Receita Federal do Brasil – RFB no montante de R\$60.753. Assim, no tocante aos créditos da CRC, o valor R\$1.753.204 na data base de 31 de dezembro de 2011, serão pagos pela União mediante a emissão de Notas do Tesouro Nacional, Série B – NTN-B, com as seguintes características:

- I. Data-base: 15 de julho de 2000;
- II. Valor Nominal na data-base: R\$ 1.000,00 (Um mil reais);
- III. Modalidade: nominativa e negociável;
- IV. Atualização do valor nominal: IPCA do mês anterior;
- V. Juros remuneratórios: 6% a.a
- VI. Pagamento do principal e juros:
 - Principal – em parcela única na data de vencimento do título;
 - Juros – semestralmente, no dia 15 dos meses de maio e novembro, com ajuste do prazo no primeiro período de fluência.

Em 09/02/2012 e 18/12/2012 a Secretaria do Tesouro Nacional transferiu a primeira e a segunda tranche para a Concessionária no valor de R\$930.942 e de R\$529.285 correspondentes a 417.684 e 184.461 NTN-B, respectivamente. Em 17/12/2013, será transferida a 3ª tranche.

10.2 Classificação

Em 31 de dezembro de 2011, a Concessionária havia classificado o direito de recebimento dos títulos como “Ativos Financeiros mantidos até o vencimento” levando em consideração a data de conversão do crédito em Notas do Tesouro Nacional - série B “NTN-B”.

O Termo de Acordo, prevê a transferência dos títulos em três tranches, sendo a primeira em até 10 (dez) dias úteis após a homologação do termo de acordo, o que ocorreu em 09 de fevereiro de 2012, a segunda e a terceira tranches em 18/12/2012 e 17/12/2013, respectivamente. No entanto o recebimento, por parte da Concessionária, da segunda e terceira tranche estava condicionado à quitação de débitos relativos a encargos setoriais junto ao órgão regulador, débitos intrassetoriais e financiamentos perante a Eletrobrás no prazo de 60 dias após a emissão da primeira tranche. Em abril de 2012 a Concessionária efetivou a liquidação dos débitos nos prazos estabelecidos no Termo de Acordo, atendendo a cláusula condicionante para transferência das NTN-Bs nas datas previstas.

A Concessionária considerou as seguintes características, nas quais não é possível identificar uma categoria específica de instrumento financeiro, exceto Ativo financeiro disponível para venda:

- A intenção de vender os títulos nos prazos estabelecidos nos termos do acordo, sendo Dezembro de 2012 e de 2013, portanto não foram adquiridos para a finalidade de venda em curto prazo, bem como existe restrição de uso desses recursos, devendo os mesmos serem utilizados para investimentos em ativos da concessão.

- As NTN-Bs possuem fluxos de caixa determináveis com vencimentos definidos, mas a Concessionária não possui a intenção e a capacidade financeira de mantê-los até os vencimentos nos anos de 2017, 2035 e 2045.

- As NTN-Bs estão cotados em mercado ativo.

10.3 Formas de atualização das NTN-Bs

Considerando a categoria de instrumentos financeiros na qual foram classificadas as NTN-Bs, após o reconhecimento inicial, os títulos são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando há a realização do ativo pela venda, o saldo acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado do exercício. Contudo, os juros calculados usando o método dos juros efetivos são reconhecidos no resultado.

Os juros efetivos das NTN-Bs classificadas na conta de aplicações financeiras de curto prazo são calculados com base no valor nominal atualizados pelos termos contratuais (IPCA do mês anterior e Juros remuneratórios: 6% a.a calculados pró-rata-die).

O saldo de CRC a receber está indexado ao futuro recebimento de NTN-Bs conforme termos do acordo firmado, desta forma, está atualizado com base no valor nominal das NTN-Bs atualizados pelos termos contratuais (IPCA do mês anterior). A Concessionária terá direito aos juros remuneratórios de 6% a.a., somente quando da efetiva transferência da titularidade.

O valor justo da totalidade dos valores a receber está calculado com o preço unitário divulgado pelo mercado secundário apurados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (Anbima).

10.4 Movimentação

O valor justo e os juros efetivos das NTN-Bs estão reconhecidos contabilmente conforme segue:

	Ativo			Passivo e Patrimônio Líquido		Resultado	
	Investimento em Títulos do Governo	CRC a receber circulante	CRC a receber não circulante	Impostos diferidos	Outros resultados abrangentes	Receita financeira	Impostos
Posição em 31/12/2011	-	1.342.073	411.131	-	-	-	-
Realização	1.460.227	(1.460.227)	-	-	-	-	-
Transferência	-	529.285	(529.285)	-	-	-	-
Atualização pela taxa efetiva	48.394	25.685	22.832	-	-	96.911	-
Valorização do valor justo	98.909	92.470	95.322	-	286.701	-	-
Venda de Títulos do Governo	(942.110)	-	-	-	(77.736)	77.736	-
Juros recebidos	(13.385)	-	-	-	-	-	-
Efeito tributário	-	-	-	91.278	(71.049)	-	(20.229)
Posição em 31/12/2012	652.035	529.286	-	91.278	137.916	174.647	(20.229)

11. Depósitos Judiciais

O valor de R\$107.566 (R\$105.321 em 31 de dezembro de 2011) refere-se a depósitos judiciais, processos de natureza trabalhista e cível que não possuem perda provável. Os demais depósitos judiciais estão apresentados de forma dedutiva, retificando os saldos das Provisões para Contingências Passivas a que se referem. (Vide nota explicativa nº24).

12. Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

12.1. Créditos Fiscais Diferidos

	31/12/2012	31/12/2011
Provisão Ex-Autárquicos (Lei 3.096/56)	585.535	575.174
Provisão para Contingências Trabalhistas	237.435	301.654
Provisão para Contingências Fiscais e Cíveis	145.070	135.763
Outras Provisões	1.774	1.781
Base de Cálculo	969.814	1.014.372
Alíquota Aplicável (IR e CS)	34%	34%
Total do Crédito Fiscal	329.737	344.886
Parcela de realização incerta	(329.737)	(118.851)
Saldo Contábil	-	226.035

Com base no Pronunciamento Técnico CPC 32 (IAS 12) – Tributos Sobre o Lucro, a Concessionária apresenta diferenças temporárias entre a base societária e a base fiscal. Essas diferenças não foram ativadas em razão do histórico dos resultados tributáveis da Concessionária, bem como em função da revisão anual do estudo de viabilidade da realização desses créditos, conforme preconiza a Instrução CVM Nº 371/02.

Desta forma, considerando o exposto, o histórico de não realização dos créditos fiscais, a apuração de resultados não tributáveis nos últimos quatro exercícios, incluindo o exercício de 2012, à luz da sua projeção de resultados futuros, foi efetuada a baixa integral do ativo fiscal diferido da CEEE-D.

Nesse sentido as projeções dos resultados tributáveis levaram em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas no encerramento do exercício. Assim, essas estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro, tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões, portanto não devem ser utilizadas para tomada de decisão em relação a investimentos.

12.2. Passivo Fiscal Diferido

	31/12/2012
Variação do Valor Justo do Ativo Financeiro Disponível para Venda	208.965
Exclusões Temporárias	59.500
Atualização do Ativo Financeiro	78.433
Base de Cálculo	346.898
Alíquota Aplicável (IR e CS)	34%
Total do Passivo Fiscal Diferido	117.946

12.3. Prejuízo Fiscal e Base Negativa a Realizar

Em 31 de dezembro de 2012, a Concessionária apresenta saldos de prejuízos fiscais a compensar e base negativa de contribuição social de R\$827.469. Conforme a legislação vigente, o limite de compensação destes prejuízos é de 30% do lucro real apurado em cada exercício.

Esses créditos fiscais não se encontram registrados, na medida em que, conforme preconiza a Instrução CVM nº 371/02, a Concessionária revisa anualmente o estudo técnico de realização do ativo, considerando a projeção de resultados tributáveis em um período de 10 anos.

13. Ativo Financeiro da Concessão

Os bens relacionados ao contrato de concessão estão segregados entre ativo intangível líquido e ativo financeiro e estão representados como segue:

	Nota Explicativa	31/12/2012	31/12/2011
Linhas, Redes, Subestações e Sistema de Transmissão Associado - Faixas de Servidão		2.270	2.735
Linhas, Redes, Subestações e Sistema de Transmissão Associado - em operação		2.592.116	1.952.457
Outros		(508.170)	-
(-) Depreciação Acumulada		(1.040.773)	(1.002.959)
Outros (provisão para baixas)		-	(58.802)
(-) Obrigações Especiais		(119.534)	(105.116)
Amortização Acumulada Obrigações Especiais		18.248	13.299
Linhas, Redes, Subestações e Sistema de Transmissão Associado - em andamento		186.896	178.871
(-) Obrigações Especiais - em andamento		(10.537)	(20.238)
Total		1.120.516	960.247
Ativo Financeiro		845.413	557.313
Ativo Intangível	17	275.103	402.934
Total		1.120.516	960.247

A Administração entende que o acordo de concessão atende as condições para aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão, que orienta os concessionários sobre a forma de contabilização de concessões de serviços públicos a entidades privadas.

Foram considerados como ao alcance da ICPC 01 somente aqueles ativos exclusivamente a serviço da concessão e contemplados na Base de Remuneração Regulatória da Concessionária. Os ativos administrativos e de apoio em geral, sobre os quais a Concessionária não recebe remuneração e que são considerados como integrantes da “Empresa de Referência” para fins de Revisão ou Reajuste Tarifário permanecem como ativo imobilizado ou intangível.

Com base na análise do Contrato de Concessão, a Administração entende que a indenização devida pelo Poder Concedente ao final da concessão representa um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro, e que a aplicação do modelo “bifurcado” é o que melhor representa o negócio de Distribuição de Energia Elétrica, abrangendo:

- a parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão que deve ser classificada como ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber

caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente; e - a parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual) que deve ser classificada como ativo intangível em virtude de a sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, pelo consumo de energia pelos consumidores.

A partir da Medida Provisória nº 579/2012 a Concessionária confirmou o entendimento de que o Valor Novo de Reposição – VNR deverá ser utilizado pelo Poder Concedente para o pagamento de indenização dos ativos não amortizados de distribuição no vencimento da concessão. O saldo do seu ativo financeiro com base no valor novo de reposição depreciado foi ajustado utilizando-se a Base de Remuneração Regulatória – BRR, aprovada na Revisão Tarifária de 2012 através da Nota Técnica ANEEL nº 374 de 16/10/2012. O valor do ajuste foi de R\$78.433 reconhecido no resultado com efeitos prospectivos.

A mutação dos bens da concessão, representados pelo ativo intangível da concessão e ativo financeiro indenizável está demonstrada a seguir:

	Ativo Intangível da Concessão	Ativo Financeiro da Concessão	Total
Custo			
Saldo em 31 de dezembro de 2011	1.211.060	557.313	1.768.373
Adição de VNR	-	78.433	78.433
Adição por escopo	-	26.866	26.866
Transferência de Ativo Intangível para Ativo Financeiro	(160.030)	160.030	-
Serviços de Construção e Melhorias	116.543	-	116.543
Amortização por Baixas/Desativação	(10.692)	(1.411)	(12.103)
Transferência para Ativo Financeiro	(24.182)	24.182	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2012	1.132.699	845.413	1.978.112
Amortização e perdas por redução do valor recuperável			
Saldo em 31 de dezembro de 2011	(808.126)	-	(808.126)
Amortização do período	(51.944)	-	(51.944)
Amortização por Baixas/Desativação	2.474	-	2.474
Saldo em 31 de Dezembro de 2012	(857.596)	-	(857.596)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	402.934	557.313	960.247
Saldo em 31 de Dezembro de 2012	275.103	845.413	1.120.516

13.1. Bens vinculados à concessão

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26/02/1957, os bens e instalações utilizados na distribuição e comercialização, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 20/1999 regulamenta a desvinculação de bens das concessões do serviço público de energia elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

13.2. Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

A partir de 01/01/2007, as obrigações vinculadas passaram a ser controladas conforme determina o Despacho ANEEL nº 3.073, de 28/12/2006, e Ofícios Circulares ANEEL nº 236, nº 296 e nº 1.314, de 08/02/2007, 15/02/2007 e 27/06/2007, respectivamente. As obrigações especiais (não remuneradas) representam as contribuições da União, dos Estados, dos Municípios e dos Consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno em favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição.

As obrigações especiais estão sendo amortizadas às mesmas taxas de amortização dos bens que compõem a infraestrutura, usando-se uma taxa média de 4,41%, a partir do segundo ciclo de revisão tarifária periódica (outubro de 2008).

Ao final da concessão o valor residual das obrigações especiais será deduzido do ativo financeiro indenizável.

13.3. Valor Recuperável do Ativo da Concessão

Os ativos da concessão são examinados periodicamente para verificar se existem indicações de que eles estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

O valor contábil líquido dos correspondentes ativos é ajustado ao seu valor recuperável, determinado com base no modelo de fluxos de caixa futuros descontados, sempre que este for inferior ao valor contábil.

As revisões são efetuadas ao nível de Unidades Geradoras de Caixa, definidas por Contrato de Concessão para as quais a Concessionária consegue atribuir fluxos de caixa futuros significativamente independentes.

Para fins de análise do valor de recuperação dos ativos, são observadas todas as alterações adversas ao ambiente empresarial ou regulatório, assim como o seu desempenho, considerando as seguintes particularidades do setor de energia elétrica:

I) As atividades desenvolvidas são suportadas por um contrato de concessão que tem como objetivo, dentre outros, assegurar o equilíbrio econômico e financeiro da concessão.

II) As tarifas devem cobrir os custos necessários ao desenvolvimento das atividades, desde que assegurado o adequado nível de eficiência e a acuracidade das informações contábeis e financeiras.

III) Custos extraordinários e relevantes e eventuais desajustes econômicos serão objeto de revisão tarifária

IV) O contrato de concessão ou permissão é de longo prazo, o que viabiliza melhor planejamento das atividades.

V) As taxas de depreciação estão em conformidade com o que determina o órgão regulador, levando em consideração a vida útil econômica e estimada dos bens.

VI) Ao término da concessão, os bens retornarão à União, sendo a concessionária devidamente ressarcida pelo valor desses bens, determinado conforme normas específicas estabelecidas pela legislação aplicável.

A Concessionária apura anualmente o valor recuperável de suas Unidades Geradoras de Caixa e considera que não existem perdas a serem reconhecidas.

14. Bens e Direitos Destinados a Alienação e Renda

Os saldos compõem-se de:

	31/12/2012	31/12/2011
Bens e Direitos Destinados a Alienação	238	238
Bens de Renda	8.758	9.189
Bens de Uso Futuro	3.635	3.635
	<u>12.631</u>	<u>13.062</u>

Refere-se ao custo dos terrenos e edificações que se encontram sem utilização e que serão alienados conforme planos da Concessionária, e imóveis destinados à futura utilização pela Concessionária, no serviço concedido e a bens mantidos para obtenção de renda.

15. Ativo Biológico

O valor de R\$39.926 (R\$40.027 em 31 de dezembro de 2011) contempla os investimentos em hortos florestais de produção, usinas de preservação de madeira e viveiros de mudas nativas e exóticas. A Concessionária desenvolve a tecnologia aplicada, implementando florestas exóticas e estudando as suas ações e interações ecológicas no conjunto ambiental. A atividade de produção de madeira preservada compreende os momentos desde o plantio da muda do eucalipto até a fabricação e preservação dos postes utilizados nas redes elétricas. O valor de R\$26.128 compreende o investimento nos hortos florestais de Carola, Renner, Candiota e Giruá por seu valor justo, aplicando as técnicas de levantamentos dendométricos e topográficos, identificando as áreas, seus talhões e as características dos ativos biológicos que ali estão, sendo avaliadas as perspectivas de crescimento destes ativos e a capacidade de geração de postes e sobras de madeira que, posteriormente, são avaliados pelos valores praticados no mercado para cumprimento das determinações do CPC 29/ IAS 41.

	Hortos Florestais
Saldo em 31 de dezembro de 2010	13.899
Aumento devido a novos investimentos	2.480
Mudança no valor justo	28.448
Madeira colhida e transferida para custo de construção	(4.800)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	40.027
Mudança no valor justo	(961)
Saldo em 31 de Dezembro de 2012	39.066
Aumento devido a novos investimentos	2.146
Madeira colhida e transferida para custo de construção	(1.286)
Saldo em 31 de Dezembro de 2012	39.926

16. Imobilizado

	Terrenos	Edificações e Barragens	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e acessórios	Bens em construção	Bens não vinculados à concessão	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2010	3.318	1.883	12.471	6.977	1.690	12.103	25.039	63.481
Adições	-	-	-	-	-	4.280	14	4.294
Baixas	-	-	(856)	(220)	(127)	-	(863)	(2.066)
Transferências para Imobilizado em Serviço	-	14	464	7	88	(1.876)	1.303	-
Outros	-	562	25	-	-	(1.268)	-	(681)
	3.318	2.459	12.104	6.764	1.651	13.239	25.493	65.028
Depreciação no período	-	(157)	1.386	(3.670)	(17)	-	(5.124)	(7.582)
Baixas	-	-	734	220	110	-	688	1.752
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2011	3.318	2.302	14.224	3.314	1.744	13.239	21.057	59.198
Adições	-	-	-	-	-	84.209	16	84.225
Baixas	-	(54)	(73)	-	(54)	(1.210)	(8.208)	(9.599)
Transferências para Imobilizado em Serviço	-	-	-	-	-	(5.519)	5.519	-
Outros	-	(14)	(8.144)	3.839	245	(1.672)	5.306	(440)
	3.318	2.234	6.007	7.153	1.935	89.047	23.690	133.384
Depreciação no período	-	(154)	(2.483)	(3.678)	(1.121)	-	(212)	(7.648)
Baixas	-	-	25	-	1.463	-	5.504	6.992
Outros	-	(4)	4.811	13.266	(1.522)	-	24.220	40.771
Saldo em 31 de Dezembro de 2012	3.318	2.076	8.360	16.741	755	89.047	53.202	173.499

O Ativo Imobilizado da Concessionária é composto por bens administrativos, veículos e móveis e utensílios, que são deduzidos da Base de Remuneração Regulatória e que não foram considerados dentro do alcance da ICPC 01. Estes ativos são adquiridos prontos em sua maioria e entram em operação tão logo sejam recebidos pela empresa, portanto, na composição de seu custo histórico os valores relativos à Rateio de Custo da Administração Central ou Juros de Obra em Andamento, se existirem, são imateriais. Esses ativos da Concessionária, que não contribuem diretamente na geração de caixa, estão registrados ao custo de aquisição que no entendimento da Administração é a melhor estimativa do seu valor justo.

A alteração das taxas anuais de depreciação estabelecida pela Resolução Normativa ANEEL nº 474 de 07 de fevereiro de 2012 reduziu a taxa média de depreciação de 4,13% para 3,75%. Esta alteração reduziu a despesa de depreciação/amortização no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 em aproximadamente R\$1.382.

17. Intangível

	Softwares	Ativo Intangível da Concessão	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2010	10.707	440.668	451.375
Aquisições	18	-	18
Contratos de concessão de serviços	-	134.862	134.862
Transferência para Ativo Financeiro	-	(121.745)	(121.745)
Amortização por Baixas	11	(161.025)	(161.014)
Outros	(15)	(11.671)	(11.686)
	10.721	281.089	291.810
Amortização do período	(858)	(69.793)	(70.651)
Amortização por Baixas	14	10.105	10.119
Outros	-	181.533	181.533
Saldo em 31 de dezembro de 2011	9.877	402.934	412.811
Aquisições	18.857	10.959	29.816
Contratos de concessão de serviços	178	105.583	105.761
Transferência para Ativo Financeiro	-	(14.771)	(14.771)
Bifurcação*	(198)	(376.745)	(376.943)
Amortização por Baixas	-	(180.132)	(180.132)
	28.714	(52.172)	(23.458)
Amortização do período	(1.024)	(51.066)	(52.090)
Amortização por Baixas	-	1.596	1.596
Bifurcação*	449	376.745	377.194
Saldo em 31 de Dezembro de 2012	28.139	275.103	303.242

*A Concessionária revisitou a bifurcação dos seus Ativos entre Intangível e Financeiro em função da adoção do VNR - Valor Novo de Reposição e adoção da Resolução Normativa ANEEL 474/2012, que dispõe da alteração das novas taxas de depreciação dos Ativos Elétricos.

Intangível da Concessão

É composto pelos valores dos serviços de construção e melhorias da infraestrutura a serviço da concessão, líquidos de amortização, e que serão recebidos pela Concessionária através da cobrança dos usuários do serviço na tarifa de energia elétrica.

A agência reguladora ANEEL é responsável por estabelecer a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da concessão. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como uma estimativa razoável/adequada para efeitos contábeis e regulatórios e que representa a melhor estimativa de vida útil dos bens.

A Concessionária amortiza o ativo intangível de uma forma não linear, respeitando a vida útil definida pelo órgão regulador para cada bem integrante da infraestrutura ao alcance da ICPC 01. O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo do vencimento da concessão está alocado como ativo financeiro, pois será recuperado através de indenização.

Softwares

São licenças de direito de propriedade intelectual, constituídos por gastos realizados com a aquisição das licenças e demais gastos com serviços complementares à utilização produtiva de softwares. Tais itens são amortizados linearmente.

18. Fornecedores

Os saldos compõem-se de:

	31/12/2012	31/12/2011
Encargos de Uso da Rede	28.951	27.650
Energia Elétrica Comprada para Revenda	134.633	107.303
Repactuação de Dívida - Itaipu	-	191.330
Materiais e Serviços	42.760	62.580
Energia de Curto Prazo - CCEE (vide nota explicativa nº39.2)	105.749	19.154
Retenção Contratual	8.503	6.878
Total	320.596	414.895

18.1. Repactuação de Dívida - Itaipu

O montante de R\$191.330 em 31 de dezembro de 2011 refere-se ao Termo de Confissão e Repactuação de Dívida de Repasse de Itaipu celebrado com as Centrais Elétricas Brasileiras S/A – Eletrobrás em outubro de 2011, anuído pelo despacho ANEEL nº 4178/2011. Esse montante foi liquidado em abril de 2012.

19. Obrigações Trabalhistas

Os saldos compõem-se de:

	31/12/2012	31/12/2011
Provisão para Férias, 13º Salário, Gratificações e Encargos Sociais	33.950	29.458
Retenções sobre a Folha de Pagamento	13.910	12.536
Prêmio Assiduidade	177	178
Total	48.037	42.172

O valor de R\$13.910 (R\$12.536 em 31 de dezembro de 2011) refere-se à folha de pagamento, consignações em favor de terceiros (diversas Entidades de Classe, como a Associação dos Funcionários das Companhias e Empresas de Energia Elétrica do Rio Grande do Sul - AFCEEE, Sindicato dos Eletricistas do Rio Grande do Sul - SENERGISUL e a Fundação CEEE de Seguridade Social - ELETROCEEE) e tributos e contribuições sociais retidos na fonte.

20. Obrigações Fiscais

Os saldos compõem-se de:

	31/12/2012	31/12/2011
CIRCULANTE		
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	23.848	22.736
Provisão para Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	220	-
Parcelamento ICMS.....	1.385	435
Parcelamento PIS / COFINS.....	10.211	-
Provisão para Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - CSLL	211	-
Contribuição ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	5.850	5.897
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	12.515	21.143
Contribuição ao Programa de Integração Social - PIS / PASEP	2.717	4.554
Contribuição ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS	2.198	2.046
Outros	1.527	1.146
Total	60.682	57.957

NÃO CIRCULANTE

Parcelamento - PIS / COFINS	34.886	-
Parcelamento - ICMS	2.540	-
Total	37.426	-

20.1. Parcelamento PIS / COFINS

O valor de R\$10.211 no passivo circulante e R\$34.886 no passivo não circulante referem-se aos parcelamentos, junto a Receita Federal do Brasil, das competências de novembro/2011, dezembro/2011 e janeiro/2012 do PIS e da COFINS em função do inadimplemento das mesmas. O montante acordado na data de adesão era de R\$49.056 e será pago em 60 parcelas atualizadas mensalmente pela taxa SELIC, já tendo sido liquidadas 07 (sete) parcelas.

A tabela abaixo ilustra o saldo remanescente:

Data do Evento	Histórico	Valor
05/06/2012	Parcelamento PIS/COFINS	10.097
31/12/2012	Atualização até 31/12/2012	5.964
31/12/2012	Parcelas Pagas até 31/12/2012	(5.850)
	Saldo a Pagar	10.211
CIRCULANTE		10.211
NÃO CIRCULANTE		34.886
Total		45.097

20.2. Parcelamento Estadual - ICMS

A Concessionária efetuou parcelamento junto à Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do SUL – SEFAZ/RS referente ao Auto de Lançamento ICMS nº 0022606939. O processo de parcelamento foi efetivado em outubro de 2012, o valor da obrigação perfaz R\$5.985. A Companhia efetuou a repactuação administrativa do débito parcelado em novembro de 2012, nos termos do Decreto nº 49.714/2012 (Programa “Em Dia 2012”). O saldo devedor era de R\$5.653, sendo repactuado pelo valor de R\$4.426. O montante parcelado será pago em 36 (trinta e seis) prestações mensais e consecutivas, sendo a primeira no valor de R\$385 e as demais no valor de R\$115, corrigidas mensalmente pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC, já tendo sido liquidada 02 (duas) parcelas.

A tabela abaixo ilustra o saldo remanescente:

Data do Evento	Histórico	Valor
27/11/2012	Parcelamento AL ICMS "Em Dia 2012"	4.426
31/12/2012	Parcelas Pagas até 31/12/2012	(501)
	Saldo a Pagar	3.925
CIRCULANTE		1.385
NÃO CIRCULANTE		2.540
Total		3.925

21. Empréstimos, Financiamentos e Outras Captações

Os saldos compõem-se de:

21.1. Empréstimos e Financiamentos

CREDOR	BASE DO CONTRATO						FINALIDADE	31/12/2012				31/12/2011			
	INDEXADOR	Percentual Médio dos Encargos Fixos a.a	PRES TA ÇÃO	VENCIMENTO		GA RAN TIA		PRAZOS DE VENCIMENTOS				PRAZOS DE VENCIMENTOS			
				Início	Término			PRINCIPAL		ENCARGOS	TOTAL	PRINCIPAL		ENCARGOS	TOTAL
								CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE			CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE		
MOEDA NACIONAL															
ELETOBRÁS	RGR	5% a 7,5%	M	30.11.06	30.09.25	01	Investimento	174	28.762	196	29.132	73.995	-	321	74.316
BANCO MÁXIMA	IPCA	9,55%	M	30.12.09	25.12.15	02	Investimento	27.777	54.821	-	82.598	26.221	78.184	-	104.405
SANTANDER	CDI/CETIP	3,39%	M	23.07.10	23.07.15	03	Capital de Giro	12.739	20.170	-	32.909	12.739	32.909	-	45.648
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	CDI	3,41%	M	30.07.09	30.07.16	02	Capital de Giro	17.333	25.333	360	43.026	17.333	41.334	739	59.406
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	CDI	3,04%	M	30.06.10	30.06.14	02	Investimento/Capital de Giro	27.083	37.500	525	65.108	27.084	62.500	1.098	90.682
CONSUMIDORES	-	-	-	-	-	-	Outros	3.102	2.362	-	5.464	3.507	2.376	-	5.883
TOTAL MOEDA NACIONAL								88.208	168.948	1.081	258.237	160.879	217.303	2.158	380.340
MOEDA ESTRANGEIRA															
AG. FRANCESA DE DESENVOLV. - AFD	US\$	0,80%	S	18.10.12	30.09.36	04	Obras da Distribuição	-	49.827	-	49.827	-	-	-	-
BCO. INTERAMERICANO DE DESENVOLV. - BID	US\$	0,75%	S	19.09.12	19.09.36	04	Obras da Distribuição	-	20.793	-	20.793	-	-	-	-
TOTAL MOEDA ESTRANGEIRA								-	70.620	-	70.620	-	-	-	-
TOTAIS GERAIS MOEDA NACIONAL + MOEDA ESTRANGEIRA								88.208	239.568	1.081	328.857	160.879	217.303	2.158	380.340
TOTAL LÍQUIDO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS								88.208	239.568	1.081	328.857	160.879	217.303	2.158	380.340
CÓDIGOS DAS GARANTIAS E/OU FIANÇAS															
PRESTAÇÃO															
01 - Procuração para Acesso em Conta Corrente															
02 - Percentual de Recebíveis da Distribuição															
03 - Penhor de Duplicatas															
04 - Governo Federal e Governo Estadual															

21.2. Outras Captações

CREDOR	BASE DO CONTRATO						FINALIDADE	31/12/2012				31/12/2011			
	INDEXADOR	Percentual Médio dos Encargos Fixos a.a.	PRES TA ÇÃO	VENCIMENTO		GA RAN TIA		PRAZOS DE VENCIMENTOS				PRAZOS DE VENCIMENTOS			
				Início	Término			PRINCIPAL		ENCARGOS	TOTAL	PRINCIPAL		ENCARGOS	TOTAL
								CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE			CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE		
MOEDA NACIONAL															
FUNDO INVEST. DIREITOS CRED. - FIDC II	CDI	1%	M	03.01.07	10.01.12	02	Investimento	-	-	-	-	1.511	-	-	1.511
FUNDO INVEST. DIREITOS CRED. - FIDC IV	IPCA	9,88%	M	08.07.09	15.07.15	02	Investimento	42.891	50.483	-	93.374	38.560	77.366	-	115.926
FUNDO INVEST. DIREITOS CRED. - FIDC VI	CDI	2%	M	14.09.12	19.05.15	02	Investimento	33.638	116.722	-	150.360	-	-	-	-
TOTAL DE OUTRAS CAPTAÇÕES								76.529	167.205	-	243.734	40.071	77.366	-	117.437
CÓDIGOS DAS GARANTIAS E/OU FIANÇAS															
PRESTAÇÃO															
02 - Percentual de Recebíveis da Distribuição															
M - MENSAL															
TOTAL DE EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E OUTRAS CAPTAÇÕES															
								164.737	406.773	1.081	572.591	200.950	294.669	2.158	497.777

21.3. Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – FIDC II, FIDC IV e FIDC VI

A Concessionária efetuou a estruturação de captação de recursos através de um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC II, iniciada em 2006, tendo como administrador o Banco Pactual Serviços Financeiros S.A. - DTVM e Agente de Recebimento do Fundo o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. - BANRISUL; a Agência de Classificação de Risco foi a Standard & Poor's e o Custodiante é o Banco Itaú S.A.. A operação foi lastreada em recebíveis de distribuição (créditos originários da operação comercial), no valor total de R\$105.300, onde R\$100.000 referiram-se a quota sênior (investidores) e o saldo de R\$5.300 a quotas subordinadas (tomadora). A liquidação financeira (ingresso dos recursos) ocorreu em janeiro de 2007. As contas a receber são repassadas ao Fundo no momento do faturamento, até o limite da parcela mensal.

Em 2008, a Concessionária iniciou uma segunda estruturação de captação de recursos através de um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – FIDC IV. A disponibilização do referido fundo ocorreu em 8 de julho de 2009 e a entrega dos Direitos de Crédito pela Cedente será realizada mensalmente, durante 72 meses.

A operação foi lastreada em recebíveis de distribuição (créditos originários da operação comercial) no valor total de R\$136.850, no qual R\$130.000 referiram-se a quotas sênior (investidores) e o saldo de R\$6.850 referiram-se a quotas subordinadas (tomadora).

Em 2012, a Concessionária iniciou uma terceira estruturação de captação de recursos através de um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – FIDC VI. A disponibilização do referido fundo ocorreu em 14 de setembro de 2012 e as entregas dos Direitos de Crédito serão realizadas diariamente, até o pagamento da última parcela da amortização das Quotas Seniores.

A operação foi lastreada em recebíveis de distribuição (créditos originários da operação comercial) no valor total de R\$158.100, no qual R\$150.000 referiram-se a quotas sênior (investidores) e o saldo de R\$8.100 referiram-se a quotas subordinadas (tomadora).

21.4. Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e Agência Francesa de Desenvolvimento - AFD

Em 19 de setembro de 2012 foi assinado o contrato de empréstimo nº 2700/OC-BR entre a CEEE-D e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, com objetivo de financiar o Programa Pró Energia RS Distribuição (Programa de Expansão e Modernização do Sistema Elétrico da Região Metropolitana de Porto Alegre e Áreas de Abrangência do Grupo CEEE –D) no valor de US\$218.015. O valor do financiamento concedido pelo BID é de US\$130.557, sendo que a primeira parcela de desembolso foi recebida em 22 de novembro de 2012, no valor de US\$10.175.

Em 26 de setembro de 2012 foi assinado o contrato de empréstimo nº CBR 1015, entre a CEEE-D e a Agência Francesa de Desenvolvimento – AFD, no montante de US\$87.458, sendo que a liberação da primeira parcela ocorreu em 04 de dezembro de 2012, no montante de US\$24.383.

Como forma de monitoramento da situação financeira da Concessionária pelos financiadores Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID e Agência Francesa de Desenvolvimento - AFD, a Concessionária deverá estar em conformidade com os indicadores de margem EBITDA estabelecidos contratualmente. Caso não sejam atingidos tais indicadores, a Concessionária não sofrerá nenhuma penalidade e somente deverá apresentar prontamente aos bancos um plano de ação identificando as causas dos desvios, as medidas de gestão ou as medidas financeiras a serem adotadas bem como seu respectivo cronograma de modo a atingir os referidos índices.

21.5. Cronograma das Parcelas de Longo Prazo

As parcelas de Longo Prazo dos Empréstimos e Financiamentos vencem como segue:

PRINCIPAL		
	31/12/2012	31/12/2011
2013	99.831	43.336
2014	122.503	128.850
2015	130.580	89.526
Após 2015	53.859	32.957
	<u>406.773</u>	<u>294.669</u>

21.6. Composição do Saldo da Dívida por Indexador

Demonstrativo de Composição do Saldo da Dívida por Indexador:

	MOEDA/INDEXADOR	
	31/12/2012	31/12/2011
RGR	7,07%	-
CDI	49,10%	46,40%
IPCA	25,89%	52,79%
Dólar US\$	17,36%	-
Outros	0,58%	0,81%
	100,00%	100,00%

21.7. Custos de Transação

Dos empréstimos relacionados o montante dos custos de transação incorridos no processo de captação junto ao Banco Máxima, compõe-se conforme abaixo:

	Ano de Captação	Custo de Transação	TIR
Banco Máxima.....	2009	2.766	7,57%

O montante dos custos de transação a serem apropriados ao resultado em cada período subsequente é demonstrado a seguir:

	Banco Máxima
2013.....	433
2014.....	841
	1.274

22. Provisão para Benefícios a Empregados

A Concessionária, através da Fundação CEEE de Seguridade Social – ELETROCEEE concede aos seus empregados os planos de previdência complementar, denominados CEEEPREV e Plano Único, este último fechado para novas adesões. Mantém também a obrigação do pagamento de aposentadoria a ex-autárquicos e a obrigação de complementação de aposentadoria a ex-empregados desligados por aposentadoria incentivada.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano e considerando o contrato de dívida SF 1254/95, com a Fundação ELETROCEEE.

Os saldos registrados no passivo compõem-se de:

	Nota Explicativa	31/12/2012	31/12/2011
CIRCULANTE			
Contas a Pagar Aposentadoria Incentivada - CTP		393	1.600
Contribuição Patrocinadora - ELETROCEEE	34	5.732	5.127
Fundação ELETROCEEE Contr.1254/95 Benef. Empregados	34	19.488	20.808
Ex-Autárquicos - Lei Estadual 3.096/56 - EXA		87.677	85.041
		<u>113.290</u>	<u>112.576</u>
NÃO CIRCULANTE			
Fundação ELETROCEEE Contr.1254/95 Benef. Empregados	34	89.318	102.690
Ex-Autárquicos - Lei Estadual 3.096/56 - EXA		497.857	490.133
		<u>587.175</u>	<u>592.823</u>
Total		<u>700.465</u>	<u>705.399</u>

22.1. Contas a Pagar Aposentadoria Incentivada – CTP

Em decorrência de acordo coletivo de trabalho, a Concessionária é responsável pelo pagamento do benefício de complementação de aposentadoria por tempo de serviço que tenha sido concedida pela Previdência Oficial ao participante regularmente inscrito na Fundação ELETROCEEE e que ainda não tenha cumprido todos os requisitos para a sua fruição, ocasião em que o ex-empregado será definitivamente aposentado pela Fundação. Desta forma, a Concessionária, provisionou os valores integrais dos compromissos futuros relativos a estas complementações salariais, considerando o prazo médio de pagamento destes benefícios, ajustados a valor presente, incluindo as contribuições à Fundação.

22.2. Contribuição Patrocinadora – ELETROCEEE

A Contribuição Patrocinadora - ELETROCEEE refere-se às contribuições mensais da Patrocinadora relativas aos Planos de Benefícios denominados Plano Único e CEEEPREV e a Parcela de Reserva Amortizar CEEEPREV.

22.2.1. Plano de Benefícios CEEEPREV

O CEEEPREV é um plano com características de contribuição definida, exceto no que se refere aos benefícios de risco e à parte dos benefícios saldados.

O benefício saldado é um benefício vitalício proporcionado aos participantes do Plano Único, que migraram para o CEEEPREV. É o valor calculado no momento da migração, com base em Nota Técnica Atuarial e atualizado pelo Índice de Reajuste do Plano, tendo como finalidade preservar os direitos já acumulados dos ex-participantes do Plano Único, o qual tem características de plano de benefício definido.

Os benefícios do CEEEPREV são acessíveis a todos os empregados da categoria CLT da Concessionária, onde esta efetua contribuições de forma paritária com seus empregados. O Plano CEEEPREV é viabilizado também por uma contribuição suplementar de amortização de responsabilidade da patrocinadora do plano, na forma da lei, denominada Reserva a Amortizar.

22.2.2. Plano de Benefícios denominado Plano Único

O Plano Único tem modalidade de benefício definido e está fechado para novas adesões de participantes desde setembro de 2002. Recebe contribuições paritárias entre patrocinadora e empregados, calculadas conforme percentual definido em regulamento do plano e aplicável à folha de salários de participação dos empregados participantes.

22.3. Fundação ELETROCEEE Contrato 1254 – Benefícios aos Empregados

O total da obrigação atuarial está contemplado o montante do contrato com a Fundação ELETROCEEE nº SF 1254/95, referente ao contrato de confissão de dívida por contribuições não pagas, cuja renegociação foi efetuada em agosto 2003 de acordo com seu quinto termo aditivo cuja carência foi até dezembro 2004, tendo o reinício dos pagamentos das amortizações de principal a partir de janeiro 2005, sendo seu término previsto para 31 de julho de 2018.

22.4. Provisão para Complementação Aposentadoria Ex-Autárquicos–Lei Estadual nº 3.096/56 - EXA

Esta provisão, registrada conforme o cálculo atuarial, refere-se ao compromisso da Concessionária com empregados ex-autárquicos aposentados, remanescentes da antiga Comissão Estadual de Energia Elétrica, autarquia que foi sucedida pela Companhia Estadual Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D, por força da Lei Estadual nº 4.136/61. É um compromisso previdencial pós-emprego de caráter vitalício e com benefícios definidos, sendo assumido pela CEEE o pagamento destes proventos integralmente.

22.5. Política Contábil adotada pela Patrocinadora no Reconhecimento de Ganhos ou Perdas Atuariais e Custo do Serviço Passado

De acordo com as práticas contábeis prevista na Deliberação CVM 600/2009, item 92, o valor do reconhecimento dos ganhos ou perdas atuariais corresponderá à parcela de ganho ou perda que exceda o maior entre 10% do Valor Presente da Obrigação Atuarial e 10% do Valor Justo dos Ativos do Plano. Portanto, as perdas atuariais acumuladas que se situam dentro do limite de 10% do valor presente da obrigação de benefícios definidos (corredor) não são reconhecidas no resultado da Concessionária. Desta forma, as perdas excedentes ao limite do corredor são reconhecidas no resultado durante o tempo médio remanescente de vida dos participantes do plano de benefício.

Até o exercício 2012, a Concessionária utilizou o método do corredor para o diferimento dos ganhos e perdas atuariais do Plano Único e CEEEPREV (parte benefício definido) bem como dos Compromissos Previdenciais CTP e Ex-Autárquicos.

No que se refere às projeções para o exercício de 2013, a avaliação atuarial considerou a revisão do CPC 33 aprovada em dezembro de 2012, pela Deliberação CVM 695/2012.

Através desta revisão, exclui-se a possibilidade de utilização do “método do corredor” passando os ganhos e perdas acumulados a serem reconhecidos integralmente em Outros Resultados Abrangentes, a partir de 1º de janeiro de 2013.

No CEEEPREV, na parte de contribuição definida, o risco atuarial (benefícios menores que o esperado) e o risco de investimentos (ativos investidos e rendimento desses ativos insuficientes para cobrir os benefícios esperados) são dos participantes do plano. A contabilização dos custos normais do CEEEPREV, pela Concessionária é determinada pelos valores das contribuições de cada período que representam a obrigação da patrocinadora naquele período. Consequentemente, os cálculos da mensuração da obrigação ou da despesa são os ocorridos efetivamente, não existindo, assim, ganho ou perda atuarial. Dessa forma a despesa com o plano refere-se ao valor das contribuições efetivamente realizadas no exercício e das parcelas da Reserva a Amortizar.

O custo do serviço passado do CEEEPREV, decorrente da criação do plano é reconhecido pelo método de linha reta, como uma despesa, pelo período de amortização da Provisão a Constituir junto ao Plano CEEEPREV. Quanto ao reconhecimento do ganho ou perda atuarial com relação a esse compromisso de serviço passado, esse (a) será totalmente reconhecido (a) no exercício. Para 2013, conforme alterações do CPC 33 (R1) o custo do serviço passado deverá ser registrado na sua totalidade no resultado da patrocinadora.

22.6 Premissas utilizadas para o cálculo do passivo e das projeções

As premissas atuariais e hipóteses econômicas adotadas são as requeridas pelos padrões do Pronunciamento Técnico CPC 33 e foram as seguintes:

PREMISSAS ATUARIAIS ADOADAS	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD
Taxa para desconto da obrigação atuarial	3,63% a.a.	2,79% a.a.	3,26% a.a.	3,99% a.a.
Taxa de juros totais do retorno dos investimentos - taxa real	3,63% a.a.	2,79% a.a.	3,26% a.a.	3,99% a.a.
Taxa de juros totais do retorno dos investimentos - taxa nominal	9,23% a.a.	8,34% a.a.	8,84% a.a.	9,60% a.a.
Taxa crescimento salarial futuro - taxa real	3,00% a.a.	Não Aplicado	Não Aplicado	Não Aplicado
Taxa crescimento salarial futuro - taxa nominal	5,40% a.a.	5,40% a.a.	5,40% a.a.	5,40% a.a.
Expectativa de Inflação	5,40% a.a.	5,40% a.a.	5,40% a.a.	5,40% a.a.
Fator de capacidade dos Salários	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Fator de capacidade dos Benefícios do Plano	100,00%	100,00%	97,50%	97,50%
Tábua de Mortalidade Geral	AT-83 male	AT-83 male	AT-83 male	AT-2000 male
Tábua de Mortalidade dos Inválidos	AT-49 male	AT-49 male	AT-49 male	AT-83 male
Tábua de Entrada em Invalidez	Light-Média	Light-Média	Light-Média	Light-Média
Tábua de Rotatividade	Não Aplicado	Não Aplicado	Não Aplicado	Não Aplicado
Composição Familiar	Hx Fundação CEEE	Não Aplicado	Não Aplicado	1) Benefício a Conceder: HX Fundação CEEE. 2) Benefícios Concedidos: Família Real

Quanto às taxas de desconto, a Concessionária observa os princípios estabelecidos na CVM 600/09. Assim, são consideradas as taxas de juros dos títulos do Tesouro Nacional (NTN-B) que tenham vencimentos próximos dos prazos dos fluxos futuros esperados das obrigações com os participantes ativos e assistidos da cada plano ou compromisso.

A taxa esperada do retorno dos ativos do plano foi considerada a mesma taxa de desconto atuarial, conforme as novas regras reconhecidas pelo Pronunciamento CPC 33 (R1), a ser aplicado no exercício de 2013.

Na avaliação atuarial dos planos CEEEPREV e Plano Único, foi adotado o método de crédito unitário projetado.

22.7. Resultados da Avaliação Atuarial

A avaliação atuarial dos benefícios pós-emprego relativa aos planos e compromissos da Concessionária, foi realizada por consultoria atuarial, apresentando os seguintes resultados:

CONCILIAÇÃO DOS SALDOS DO VALOR PRESENTE DA OBRIGAÇÃO ATUARIAL	2012					2011				
	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD	Total	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD	Total
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	(966.201)	(2.108)	(681.928)	(848.498)	(2.498.735)	(863.295)	(4.590)	(663.939)	(802.979)	(2.334.803)
Custo do serviço corrente	(417)	-	-	(12.560)	(12.977)	(818)	-	-	(11.918)	(12.736)
Custo de juros	(51.897)	(144)	(68.718)	(93.611)	(214.370)	(97.266)	(372)	(72.068)	(92.760)	(262.466)
Ganho / (Perda) atuarial	(76.664)	(1.667)	(120.126)	(105.769)	(304.226)	(77.573)	(155)	(40.361)	14.884	(103.205)
Benefícios pagos pelo plano	80.384	1.648	96.920	55.084	234.036	72.771	3.009	94.440	44.275	214.495
Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	<u>(1.014.795)</u>	<u>(2.271)</u>	<u>(773.852)</u>	<u>(1.005.354)</u>	<u>(2.796.272)</u>	<u>(966.201)</u>	<u>(2.108)</u>	<u>(681.928)</u>	<u>(848.498)</u>	<u>(2.498.735)</u>

ANÁLISE DA OBRIGAÇÃO ATUARIAL DO PLANO	2012					2011				
	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD	Total	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD	Total
Parcela do valor presente da obrigação atuarial com cobertura	(811.814)	-	-	(796.830)	(1.608.644)	(780.274)	-	-	(848.498)	(1.628.772)
Parcela do valor presente da obrigação atuarial sem cobertura	(202.981)	(2.271)	(773.853)	(208.526)	(1.187.631)	(185.926)	(2.109)	(681.929)	-	(869.964)
Total do valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	<u>(1.014.795)</u>	<u>(2.271)</u>	<u>(773.853)</u>	<u>(1.005.356)</u>	<u>(2.796.275)</u>	<u>(966.200)</u>	<u>(2.109)</u>	<u>(681.929)</u>	<u>(848.498)</u>	<u>(2.498.736)</u>
Estatos do Plano	Parcialmente coberto	Sem cobertura	Sem cobertura	Parcialmente coberto		Parcialmente coberto	Sem cobertura	Sem cobertura	Totalmente coberto	

CONCILIAÇÃO DOS SALDOS DO VALOR JUSTO DOS ATIVOS	2012					2011				
	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD	Total	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD	Total
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	780.272	-	-	902.234	1.682.506	688.012	-	-	724.426	1.412.438
Retorno esperado dos ativos do plano	42.639	-	-	50.441	93.080	78.873	-	-	42.467	121.340
Ganhos / (Perdas) atuariais	38.476	-	-	(104.152)	(65.676)	47.881	-	-	136.878	184.759
Contribuições do empregador	15.404	1.648	96.920	1.709	115.681	38.276	3.009	94.440	36.778	172.503
Contribuições de participantes do plano	15.404	-	-	1.679	17.083	-	-	-	5.959	5.959
Benefícios pagos pelo plano	(80.384)	(1.648)	(96.920)	(55.084)	(234.036)	(72.770)	(3.009)	(94.440)	(44.274)	(214.493)
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	<u>811.811</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>796.827</u>	<u>1.608.638</u>	<u>780.272</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>902.234</u>	<u>1.682.506</u>

22.7. Resultados da Avaliação Atuarial (continuação)

CONCILIAÇÃO DOS ATIVOS E PASSIVOS RECONHECIDOS NO BALANÇO

2012

2011

Plano Único

CTP

EXA

CEEEP/REV BD

Total

Plano Único

CTP

EXA

CEEEP/REV BD

Total

Valor presente da obrigação atuarial sem cobertura / (em excesso)

202.980

2.271

773.853

208.526

1.187.630

185.927

2.109

681.929

(53.738)

816.227

Montante não reconhecido como ativo / (passivo)

(101.490)

-

-

-

(101.490)

(92.963)

-

-

(92.963)

Custo do serviço passado não contabilizado

-

-

-

(119.933)

(119.933)

-

-

(133.510)

(133.510)

Ganho (perda) atuarial não reconhecidos

(77.970)

(1.879)

(188.319)

(20.912)

(289.080)

(77.148)

(509)

(106.755)

195.022

10.610

Passivo Atuarial

23.520

392

585.534

67.681

677.127

15.816

1.600

575.174

7.774

600.364

Ajuste do Passivo Atuarial (*)

6.779

-

-

16.558

23.338

55.652

-

-

49.383

105.035

Passivo reconhecido na patrocinadora

30.299

392

585.534

84.239

700.465

71.468

1.600

575.174

57.157

705.399

MOVIMENTAÇÃO DO PASSIVO/ATIVO LÍQUIDO RECONHECIDO NO BALANÇO

2012

2011

Plano Único

CTP

EXA

CEEEP/REV BD

Total

Plano Único

CTP

EXA

CEEEP/REV BD

Total

(Passivo) Ativo reconhecido no início do exercício

(15.815)

(1.598)

(575.173)

(7.775)

(600.361)

59.589

(4.235)

(580.024)

25.276

(499.394)

Pagamentos para o plano líquido de administração

15.404

1.648

96.920

1.709

115.681

38.277

3.009

94.440

36.778

172.504

Provisão para planos de benefícios e outros benefícios pós-emprego

(23.109)

(442)

(107.280)

(81.616)

(192.447)

(113.682)

(372)

(89.589)

(69.829)

(273.472)

(Passivo) Ativo reconhecido no final do exercício

(23.520)

(392)

(585.533)

(67.682)

(677.127)

(15.816)

(1.598)

(575.173)

(7.775)

(600.362)

COMPOSIÇÃO DA DESPESA DO EXERCÍCIO

2012 - Real

2013 - Estimado

Plano Único

CTP

EXA

CEEEP/REV BD

Total

Plano Único

CTP

EXA

CEEEP/REV BD

Total

Custo do serviço corrente

(417)

-

-

(12.560)

(12.977)

(1.289)

-

-

(7.325)

(8.624)

Contribuições dos participantes

15.404

-

-

1.679

17.083

3.203

-

-

1.819

5.022

Custo de juros

(51.896)

(144)

(68.718)

(93.611)

(214.369)

(42.862)

(145)

(63.960)

(93.685)

(200.652)

Retorno esperado dos ativos do plano

42.638

-

-

50.441

93.079

19.757

-

-

41.488

61.245

Amortização de (ganhos) / perdas atuariais

(28.838)

(298)

(38.563)

(7.565)

(75.264)

-

-

-

(119.933)

(119.933)

Amortização de serviço passado

-

-

-

-

-

-

-

-

-

Total da despesa do exercício

(23.109)

(442)

(107.281)

(81.616)

(192.448)

(21.201)

(145)

(63.960)

(177.636)

(262.942)

Contribuições do empregador

15.404

1.648

96.920

1.709

115.681

3.203

1.066

102.154

1.819

108.242

Total da (despesa) / receita no exercício

(7.705)

1.206

(10.361)

(59.907)

(76.767)

(17.998)

921

38.194

(175.817)

(154.700)

AJUSTES EM RESULTADOS ABRANGENTES (NÃO APLICÁVEL EM 2012)

2013

Plano Único

CTP

EXA

CEEEP/REV BD

Total

(1) (Ganho)/perda do exercício anterior

77.148

509

106.754

(195.022)

(10.611)

(2) Amortização (Ganho)/Perda do exercício anterior

28.838

298

38.561

(6.012)

61.685

(3) (Ganho)/Perda nas obrigações atuariais

38.332

1.667

120.126

105.770

265.895

(4) (Ganhos)/perdas nos ativos do plano

(26.940)

-

-

104.152

77.212

(5) Ajuste em (G)/P decorrente da Parcela de Responsabilidade do Patrocinador

18.267

-

-

-

18.267

(Ganho)/Perda no final do ano (1)-(2)+(3)+(4)+(5)

77.969

1.878

188.319

20.912

289.078

(*) O ajuste do passivo atuarial refere-se ao complemento do valor apresentado na avaliação atuarial visando contemplar no mínimo o passivo assumido pela Concessionária através do contrato ELETROCEEE nº SF 1254/95 e a Contribuição da Patrocinadora conforme nota explicativa 22.3.

22.7. Resultados da Avaliação Atuarial (continuação)

Montantes do:	Plano Único				CEEPREV BD			
	2009	2010	2011	2012	2009	2010	2011	2012
Valor presente da obrigação atuarial do plano	792.432	863.294	966.201	1.014.795	719.826	802.979	848.498	1.005.354
Valor justo dos ativos do plano	686.002	688.012	780.274	811.814	579.596	724.427	902.236	796.830
Superávit / (Déficit) técnico do plano	(106.430)	(175.282)	(185.927)	(202.981)	(140.230)	(78.552)	53.738	(208.524)
Ajustes de experiência resultantes								
Ganhos / (Perdas) em percentual do passivo do plano	6,6%	-4,7%	-8,0%	-7,6%	10,6%	-11,9%	1,8%	-10,5%
Ganhos / (Perdas) em percentual dos ativos do plano	-33,8%	-7,5%	6,1%	4,7%	-3,3%	19,1%	15,2%	-13,1%

Montantes do:	EXA				CTP			
	2009	2010	2011	2012	2009	2010	2011	2012
Valor presente da obrigação atuarial do plano	665.001	663.939	681.929	773.852	9.520	4.590	2.109	2.271
Superávit / (Déficit) técnico do plano	(665.001)	(663.939)	(681.929)	(773.852)	(9.520)	(4.590)	(2.109)	(2.271)
Ajustes de experiência resultantes								
Ganhos / (Perdas) em percentual do passivo do plano	-0,7%	-2,6%	-5,9%	-15,5%	12,0%	4,9%	-7,4%	-73,4%

CATEGORIAS DOS ATIVOS DO PLANO	2012	
	Plano Único	CEEPREV
Disponível	0,09%	0,09%
Realizável – Gestão Previdencial	6,74%	4,72%
Realizável – Gestão Administrativa	0,86%	2,71%
Títulos Públicos	37,49%	37,08%
Créditos Privados e Depósitos	15,75%	15,58%
Fundos de Investimentos	21,86%	21,61%
Ações	15,35%	15,17%
Investimentos/Depósitos	0,01%	0,01%
Investimentos Imobiliários	0,46%	0,45%
Empréstimos e Financiamentos	1,39%	2,58%
Total em percentual dos ativos do plano	100,00%	100,00%

23. Obrigações da Concessão

Os saldos compõem-se de:

CIRCULANTE	31/12/2012	31/12/2011
Reserva Global de Reversão - RGR	-	2.395
Conta de Consumo de Combustíveis - CCC	5.231	9.720
Repactuação de Dívida - CCC	-	79.040
Conta de Desenvolvimento Energético - Quota da CDE	7.356	6.570
Programa de Eficiência Energética - Recursos PEE	69.694	56.056
Programa de Eficiência Energética - Recursos P&D	47.145	41.148
Programa de Eficiência Energética - Recursos FNDCT	820	629
Programa de Eficiência Energética - Recursos MME	410	314
Repactuação de Dívida - CDE	-	63.537
Total	130.656	259.409
NÃO CIRCULANTE		
Recursos PEE	10.986	9.376
Recursos P&D	4.389	3.751
Total	15.375	13.127

23.1. Reserva Global de Reversão - RGR

A Reserva Global de Reversão – RGR, criada através da Lei nº 8.631, de 04 de março de 1993, tem a finalidade de prover recursos para reversão, encampação, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica.

23.2. Conta de Consumo de Combustíveis - CCC

A Conta de Consumo de Combustíveis - CCC foi criada para subsidiar a geração de energia elétrica com o uso de combustíveis fósseis, disciplina o rateio dos custos de aquisição desses combustíveis entre todas as concessionárias ou autorizadas do país, para garantir os recursos financeiros ao suprimento de energia elétrica a consumidores de localidades isoladas do sistema de geração e distribuição, bem como da geração termelétrica que atende, principalmente, a demanda de ponta dos sistemas interligados, com tarifas uniformizadas.

23.3. Conta de Desenvolvimento Energético – Quotas da CDE

A Conta de Desenvolvimento Energético – CDE foi criada através da Lei nº 10.438 de 26 de abril de 2002, artigo 13, e alterada pelo artigo 23 da Lei nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013. Visa, além do desenvolvimento energético dos Estados, promover a universalização do serviço de energia elétrica em todo o território nacional; garantir recursos para atendimento da subvenção econômica destinada à modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica aos consumidores finais integrantes da Subclasse Residencial Baixa Renda; prover recursos para os dispêndios da Conta de Consumo de Combustíveis – CCC; prover recursos e permitir a amortização de operações financeiras vinculados à indenização por ocasião da reversão das concessões ou para atender à finalidade de modicidade tarifária; promover a competitividade da energia produzida a partir da fonte carvão mineral nacional nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, destinando-se à cobertura do custo de combustível de empreendimentos termelétricos em operação até 6 de fevereiro de 1998, e de usinas enquadradas no §2º do art.11 da Lei nº 9.648 de 27 de maio de 1998; e promover a competitividade da energia produzida a partir de fontes eólica, pequenas centrais hidrelétricas, biomassa e gás natural.

23.4. Repactuação de Dívida – CCC

O montante de R\$79.040 em 31 de dezembro de 2011 refere-se ao Termo de Confissão e Repactuação de Dívida Vencida com o Encargo Setorial Conta de Consumo de Combustíveis – CCC, celebrado com as Centrais Elétricas Brasileiras S/A – Eletrobrás em outubro de 2011, anuído pelo despacho ANEEL nº 4178/2011. Esse montante foi liquidado em abril de 2012.

23.5. Repactuação de Dívida – CDE

O montante de R\$63.537 em 31 de dezembro de 2011 refere-se ao Termo de Confissão e Repactuação de Dívida Vencida relativa a as quotas da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, celebrado com as Centrais Elétricas Brasileiras S/A – Eletrobrás em outubro de 2011, anuído pelo despacho ANEEL nº4178/2011. Esse montante foi liquidado em abril de 2012.

23.6. Valores Destinados à Aplicação em Recursos PEE / P&D

O PEE e o P&D são programas de investimentos, estabelecidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, calculados com base na receita operacional líquida das empresas, que resultam em economias e benefícios diretos para o consumidor, com ações implementadas nas instalações da unidade consumidora.

Aos Programas de Eficiência Energética - PEE e de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D, a Concessionária destina anualmente, no mínimo, 1% da receita operacional líquida, sendo 0,50% destinados ao P&D e 0,50% ao PEE.

Dos valores destinados ao P&D, 40% são aplicados em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento, 40% são recolhidos ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT, e 20% ao Ministério de Minas e Energia – MME.

24. Provisão para Contingências Trabalhistas, Cíveis e Tributárias

A Concessionária é parte em processos judiciais de natureza trabalhista e cível que na avaliação da administração, baseada em experiência em processos com natureza semelhante, apresenta riscos prováveis, possíveis e remotos. Os riscos possíveis e remotos não foram provisionados.

	31/12/2012		31/12/2011	
	Trabalhistas	Cíveis	Trabalhistas	Cíveis
Riscos Prováveis.....	237.435	145.070	301.654	142.044
Riscos Possíveis e Remotos.....	47.263	104.106	137.514	122.499
Total	284.698	249.176	439.168	264.543

24.1. Composição dos processos de riscos prováveis

A provisão e contas a pagar reconhecido sobre a parte dos processos cujo risco de perda é considerado provável líquido dos depósitos judiciais correspondentes, estão compostas como segue:

	31/12/2012			
	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Total
Passivo circulante				
Saldo da provisão	113.588	49.618	-	163.206
Passivo não circulante				
Saldo da provisão	123.847	84.147	-	207.994
Contas a pagar para contingências	-	11.305	-	11.305
(-) Depósitos judiciais	(57.463)	(9.887)	-	(67.350)
Total não circulante	66.384	85.565	-	151.949
Total geral	179.972	135.183	-	315.155
	31/12/2011			
	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Total
Passivo circulante				
Saldo da provisão	125.333	49.374	-	174.707
Passivo não circulante				
Saldo da provisão	176.321	86.331	58	262.710
Contas a pagar para contingências	-	6.339	-	6.339
(-) Depósitos judiciais	(53.194)	(7.698)	-	(60.892)
Total não circulante	123.127	84.972	58	208.157
Total geral	248.460	134.346	58	382.864

24.2. Movimentação da provisão para contingências

	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Total
(=) Saldo Final Dezembro/2010	275.587	150.238	58	425.883
(+) Novos Ingressos	102.115	30.381	-	132.496
(-) Pagamentos	(82.939)	(32.587)	-	(115.526)
(-) Montantes Revertidos	(51.578)	(33.371)	-	(84.949)
(+) Atualização Monetária	37.393	20.313	-	57.706
(-) Montantes Depositados	(47.615)	(6.951)	-	(54.566)
(-) Atualização dos Depósitos	15.497	6.323	-	21.820
(=) Saldo Final Dezembro/2011	248.460	134.346	58	382.864
(+) Novos Ingressos	47.589	35.958	-	83.547
(-) Pagamentos	(113.101)	(34.765)	-	(147.866)
(-) Montantes Revertidos	(33.414)	(20.314)	(58)	(53.786)
(+) Atualização Monetária	34.708	22.148	-	56.856
(-) Montantes Depositados	(4.270)	(2.190)	-	(6.460)
(=) Saldo Final Dezembro/2012	179.972	135.183	-	315.155

24.3. Natureza das ações

24.3.1. Trabalhistas

A Concessionária vem permanentemente aprimorando a apuração dos valores contingentes embasada no histórico de dados referentes aos pagamentos, com a finalização das discussões judiciais de assuntos de natureza trabalhista. Foi realizada uma análise criteriosa das chances de êxito da Concessionária envolvendo processos trabalhistas, com o objetivo de suportar o adequado julgamento quanto à necessidade ou não da constituição de provisões. As estimativas quanto ao desfecho e aos efeitos financeiros das contingências foram determinadas com base em julgamento da Administração, considerando o histórico de perdas em processos de mesma natureza e a expectativa de êxito de cada processo, sendo provisionados os valores prováveis de perda destes processos. As ações ingressadas contra a Concessionária referem-se a verbas rescisórias, responsabilidade subsidiária, complementação de proventos de aposentadoria, responsabilidade solidária, vínculo empregatício, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), correto enquadramento e prêmio assiduidade e outras.

24.3.1.1. Acordos Judiciais Reclamatórias Trabalhistas

A Concessionária firmou acordo judicial trabalhistas com o Sindicato dos Eletricitários do Rio Grande do Sul - SENERGISUL cujo montante está demonstrado na nota explicativa nº 25.3.

24.3.2. Cíveis

A Concessionária está sendo citada em diversos processos judiciais de natureza cível para os quais foi registrada provisão dos valores cuja expectativa de pagamentos foi considerada provável pelos seus assessores jurídicos, em uma análise efetuada individualmente por processo. As ações ingressadas contra a Concessionária referem-se a convênios de devolução, corte/religação de energia, danos morais e materiais, revisão de consumo de energia, sustação de cobrança, honorários advocatícios, contrato de compra e venda de energia, desapropriação, revisão de contratos e encargo de capacidade emergencial e outras.

24.3.3. Tributárias

A CEEE-D obteve êxito na ação judicial de Compensação de Créditos derivados da demanda do Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural – FUNRURAL, processo judicial nº 98.00.26268-7. Assim, no exercício de 2006, o contribuinte efetuou o reconhecimento do crédito no valor de R\$10.812, referente aos pagamentos indevidos do período de setembro de 1989 a junho de 1991. Até o final do exercício de 2007 a Concessionária compensou o montante do crédito, todavia, em dezembro de 2007, o contribuinte recebeu Notificação de Lançamento de Débito oriundo da Fiscalização previdenciária do INSS referente aos valores compensados a título de FUNRURAL. A

Concessionária vem discutindo no âmbito administrativo essa matéria, cujo valor da cobrança perfaz atualmente cerca de R\$7.030 e, segundo parecer da área jurídica, o desfecho negativo é considerado como possível.

No que tange ao Imposto Sobre Circulação de Mercadorias - ICMS a CEEE-D possui contenciosos que se relacionam, em síntese, a um eventual recolhimento a menor do referido tributo. Esses contingentes perfazem cerca de R\$10.550 e conforme parecer jurídico a causa de desfecho negativo destas demandas é considerada possível.

25. Outros Passivos

Os saldos compõem-se de:

	Nota Explicativa	31/12/2012	31/12/2011
CIRCULANTE			
Encargo de Capacidade Emergencial		1.602	1.606
Contribuição para Custeio Serviço de Iluminação Pública - CIP		4.460	4.540
Programa de Participação nos Resultados - PPR		6.504	5.936
Provisão Auto de Infração	25.1	-	73.025
Consumidores	25.2	16.802	15.618
Compra de Créditos de ICMS		-	255
Encargos Ex-Isolados		1.229	866
Acordo Judicial Reclamatórias Trabalhistas	25.3	3.723	4.490
Acordo Judicial Cível.....	25.4	4.304	-
Repactuação PROINFA	25.5	-	32.063
Conta Gráfica	34	4.423	-
Outros Credores		3.020	34.547
Total		46.067	172.946
NÃO CIRCULANTE			
Prêmio Assiduidade		1.597	1.603
Provisão Auto de Infração	25.1	18.344	-
Acordo Judicial Reclamatórias Trabalhistas	25.3	8.686	12.409
Acordo Judicial Cível.....	25.4	1.313	-
Outros Credores		2.087	2.088
Total		32.027	16.100

25.1. Provisão Auto de Infração

O valor de R\$18.344 em 31 de dezembro de 2012 no passivo não circulante refere-se a Autos de Infração que têm por objeto a aplicação de penalidades quanto a não conformidade dos índices de qualidade de atendimento e quanto às interrupções no fornecimento de energia elétrica e demora no restabelecimento do atendimento.

O valor de R\$73.025 em 31 de dezembro de 2011 no passivo circulante refere-se a Autos de Infração que têm por objeto a aplicação de penalidades quanto aos pedidos de ressarcimento de danos em equipamentos elétricos causados por perturbação no sistema elétrico e quanto ao descumprimento, por parte da Concessionária, das metas dos indicadores de continuidade DEC e FEC. Esse montante foi liquidado em abril de 2012.

25.2. Consumidores

O valor de R\$16.802 (R\$15.618 em 31 de dezembro de 2011) refere-se aos créditos devido ao consumidor relativo a pagamento em duplicidade ou faturamento a maior.

25.3. Acordo Judicial Reclamatórias Trabalhistas

A Concessionária efetuou acordo judicial relativo à reclamatória trabalhista impetrada pelo Sindicato dos Assalariados Ativos, Aposentados e Pensionistas nas Empresas Geradoras, ou Transmissoras, ou Distribuidoras, ou afins, de Energia Elétrica no Estado do Rio Grande do Sul e Assistido por Fundações de Seguridade Privada Originadas no Setor Elétrico - SENERGISUL. O processo de conciliação foi efetivado em maio de 2011. O valor inicial da obrigação de responsabilidade da Concessionária perfaz R\$22.451. O montante acordado será pago em 60 parcelas mensais e

consecutivas, sendo as 10 (dez) primeiras no valor de R\$694 e as demais no valor de R\$310, corrigidas mensalmente pelo IGP-M, já tendo sido liquidadas 20 (vinte) parcelas.

A tabela abaixo ilustra o saldo remanescente:

Data do Evento	Histórico	Valor
15/05/2011	Acordo Reclamatórias Trabalhistas SENERGISUL	22.451
31/12/2012	Parcelas Pagas até 31/12/2012	(10.042)
	Saldo a Pagar	12.409
CIRCULANTE		3.723
NÃO CIRCULANTE		8.686
		12.409

25.4. Acordo Judicial Cível

A Concessionária efetuou acordo judicial cível referente à demanda impetrada pela INEPAR S.A. Indústria e Construções. O processo de conciliação foi efetivado em maio de 2012, o valor da obrigação perfaz R\$7.880. O montante acordado será pago em 24 parcelas mensais e consecutivas, corrigidas mensalmente pelo IGP-M, já tendo sido liquidadas 07 (sete) parcelas. Os efeitos no resultado estão demonstrados na nota explicativa nº 30.

A tabela abaixo ilustra o saldo remanescente:

Data do Evento	Histórico	Valor
21/05/2012	Acordo Judicial Cível INEPAR	7.880
31/12/2012	Correção Monetária (parcela 08/24)	35
31/12/2012	Parcelas Pagas até 31/12/2012	(2.298)
	Saldo a Pagar	5.617
CIRCULANTE		4.304
NÃO CIRCULANTE		1.313
		5.617

25.5. Repactuação de Dívida - PROINFA

O valor de R\$32.063 em 31 de dezembro de 2011 refere-se ao Termo de Confissão e Repactuação de Dívida com as quotas do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia - PROINFA, celebrado com as Centrais Elétricas Brasileiras S/A – Eletrobrás em outubro de 2011, anuído pelo despacho ANEEL nº 4.178/2011. Esse montante foi liquidado em abril de 2012.

26. Patrimônio Líquido

26.1. Capital Social

O capital social é representado por 387.229.828 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 380.669.270 ações ordinárias e 6.560.558 ações preferenciais, sem direito a voto, permanecendo inalterado o valor do capital social da Concessionária no montante de R\$23.703, com a seguinte composição:

	31/12/2012					
	Ordinárias		Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
CEEE-PAR	255.232.851	67,05	43.495	0,66	255.276.346	65,92
ELETROBRÁS	122.681.434	32,23	3.505.584	53,44	126.187.018	32,59
Municípios	1.323.371	0,34	2.030.636	30,95	3.354.007	0,87
BM&Fbovespa S.A	1.404.768	0,37	912.976	13,92	2.317.744	0,60
Outros	26.846	0,01	67.867	1,03	94.713	0,02
	380.669.270	100,00	6.560.558	100,00	387.229.828	100,00

26.2. Reserva de Incentivos Fiscais

A Administração da Companhia constituiu a Reserva de Incentivos Fiscais em atendimento ao art. 195 e art.195 – A da Lei nº 6404/76, no valor de R\$1.592.060 correspondente à Conta de Resultados a Compensar - CRC contabilizada no resultado do exercício de 2009 no montante de R\$1.730.530, e posteriormente transferida para Reserva de Incentivos Fiscais até o limite do lucro líquido do exercício.

Considerando que a reserva constituída é inferior às subvenções registradas nos resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009 nos montantes de R\$67.334, R\$16.092 e R\$138.470, respectivamente, a mesma deverá ser complementada a partir dos resultados futuros até o montante de R\$1.813.957, conforme determina o § 3º do art. 18 da Lei nº 11.941 de 27 de maio de 2009.

26.3. Outros Resultados Abrangentes

O montante de R\$137.916 em 31 de dezembro de 2012, refere-se à variação do valor justo do ativo financeiro disponível para venda. Esse montante está apresentado líquido de tributo.

27. Lucro por Ação

O numerador utilizado para cálculo do lucro básico e diluído foi o lucro líquido após os tributos. Os saldos compõem-se de:

27.1. Básico

	31/12/2012		
	Ordinárias	Preferenciais	Total
Prejuízo	(303.450)	(5.230)	(308.680)
Denominador Básico			
Média das Ações	380.669.270	6.560.558	387.229.828
Prejuízo Básico por Ação - R\$	(0,80)	(0,80)	(0,80)
	31/12/2011		
	Ordinárias	Preferenciais	Total
Prejuízo	(199.455)	(3.437)	(202.892)
Denominador Básico			
Média das Ações	380.669.270	6.560.558	387.229.828
Prejuízo Básico e Diluído por Ação - R\$	(0,52)	(0,52)	(0,52)

27.2. Diluído

	31/12/2012	31/12/2011
Numerador Diluído		
Prejuízo/Lucro Líquido disponível para as ações ordinárias.....	(303.450)	(199.455)
Prejuízo/Lucro Líquido disponível para as ações preferenciais.....	(5.230)	(3.437)
	(308.680)	(202.892)
Denominados Diluído		
Ações Ordinárias	380.669.270	380.669.270
Ações Preferenciais	6.560.558	6.560.558
	387.229.828	387.229.828
Prejuízo/Lucro Diluído por Ação - R\$	(0,80)	(0,52)

28. Receita Operacional Líquida

	31/12/2012	31/12/2011
Fornecimento de Energia Elétrica	1.187.503	1.095.995
Disponibilização do Sistema de Distribuição	1.965.499	1.738.006
Receita de Construção	116.543	134.862
Outras Receitas Operacionais	29.826	60.975
Receita Operacional	3.299.371	3.029.838
Deduções da Receita Operacional	(1.110.421)	(1.001.337)
Receita Operacional Líquida	2.188.950	2.028.501

28.1. Fornecimento de Energia Elétrica e Disponibilização do Sistema de Distribuição

Os saldos compõem-se de:

	Número de Consumidores		Fornecimento MWh	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Residencial	1.292.139	1.264.076	2.695.968	2.601.952
Industrial	13.150	12.376	1.560.153	1.633.606
Comercial	136.986	133.628	2.276.591	2.113.166
Rural	83.626	82.722	560.167	544.716
Poder Público	7.207	6.918	296.368	294.069
Outros	1.005	963	903.036	906.419
	1.534.113	1.500.683	8.292.283	8.093.928

	Fornecimento R\$		Disponibilização do Sistema de Distribuição R\$	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Residencial	442.476	391.499	834.257	753.866
Industrial	246.229	232.380	213.513	211.671
Comercial	330.057	331.764	648.429	518.663
Rural	53.291	45.422	74.458	67.772
Poder Público	45.219	41.171	77.106	70.817
Outros	70.231	53.759	117.736	115.217
	1.187.503	1.095.995	1.965.499	1.738.006

A rubrica Outros se refere principalmente ao fornecimento e disponibilização do sistema de distribuição ao Serviço Público e a Iluminação Pública.

28.2. Receita de Construção

A Receita de Construção representa o potencial de geração de receita adicional sendo integralmente registrada como ativo intangível em sua fase de construção e tem sua parcela correspondente ao ativo financeiro, transferida somente quando for possível apurar com segurança os valores de intangível e financeiro. Esta bifurcação acontece na entrada em operação dos novos investimentos por um processo chamado “unitização”. Na composição dos custos dos serviços de construção e melhorias estão incluídos os materiais e serviços utilizados, além dos custos de gerenciamento, supervisão e acompanhamento de obras. Os serviços de construção e melhorias são executados em sua maioria por empresas terceirizadas, a Concessionária entende ser imaterial um eventual valor de margem de construção.

	31/12/2012	31/12/2011
Serviços de Construção e Melhoria	116.543	134.862
Total dos Serviços de Construção e Melhorias	116.543	134.862

29. Custo com Energia Elétrica

Os saldos compõem-se de:

	31/12/2012	31/12/2011
Energia Elétrica Comprada para Revenda	1.233.218	940.047
Encargo de Uso do Sistema	261.143	229.816
	<u>1.494.361</u>	<u>1.169.863</u>

29.1. Energia Elétrica Comprada para Revenda

SUPRIMENTO R\$	31/12/2012	31/12/2011
ITAIPU	192.320	156.202
CGTEE	2.756	33.946
ENERCAN	27.532	25.651
CHESF	75.907	70.737
Comercialização de Energia na CCEE	295.179	171.847
COPEL	29.378	25.097
CERAN	80.803	74.919
CESP	38.728	36.139
ELETRONORTE	64.664	53.237
DUKE PARANAPANEMA	11.579	10.802
FURNAS	95.820	86.811
PROINFA	42.798	33.354
Outras	275.754	161.305
	<u>1.233.218</u>	<u>940.047</u>
SUPRIMENTO MWh	31/12/2012	31/12/2011
ITAIPU	1.830.239	1.841.912
CGTEE	23.778	175.260
ENERCAN	193.052	209.499
CHESF	868.709	866.336
Comercialização de Energia na CCEE	391.417	337.895
COPEL	328.484	300.294
CERAN	466.436	465.161
CESP	378.023	376.991
ELETRONORTE	651.095	562.983
DUKE PARANAPANEMA	117.101	116.781
FURNAS	1.000.952	1.030.149
PROINFA	211.304	196.527
Outras	1.294.712	907.595
	<u>7.755.302</u>	<u>7.387.383</u>

30. Custo e Despesas Operacionais

Os saldos compõem-se de:

CUSTO DE OPERAÇÃO E DESPESAS OPERACIONAIS	CUSTO DE OPERAÇÃO		DESPESAS COM VENDAS		DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS		OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS		TOTAL	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Pessoal e Administradores										
Remuneração e Encargos	205.856	157.851	-	-	70.091	56.061	9.898	9.394	285.845	223.306
Cláusula 25	-	-	-	-	-	-	442	373	442	373
Fundação ELETROCEEE - Ativos e Suplementados ...	30.613	25.850	-	-	-	-	4.212	5.832	34.825	31.682
INSS - Empregador	59.247	55.487	-	-	-	-	236	162	59.483	55.649
Administradores	-	-	-	-	525	501	354	317	879	818
Subtotal Pessoal / Administradores	295.716	239.188	-	-	70.616	56.562	15.142	16.078	381.474	311.828
Empréstimo Fundação ELETROCEEE - SF 1254	17.115	19.454	-	-	-	-	-	-	17.115	19.454
Total Pessoal e Administradores	312.831	258.642	-	-	70.616	56.562	15.142	16.078	398.589	331.282
Material	19.640	16.408	-	-	1.402	1.055	4	2	21.046	17.465
Serviço de Terceiros	68.662	70.103	11.623	11.008	55.518	9.414	12.315	8.112	148.118	98.637
Taxa de Fiscalização - ANEEL	-	-	-	-	-	-	4.593	4.159	4.593	4.159
Depreciação e Amortização	4.145	5.391	-	-	3.585	2.854	431	575	8.161	8.820
Custo de Construção	116.543	134.862	-	-	-	-	-	-	116.543	134.862
Amortização do Intangível da Concessão	60.162	71.360	-	-	-	-	-	-	60.162	71.360
Doações, Contribuições e Subvenções	-	-	-	-	-	-	43	22	43	22
Arrendamento e Aluguéis	4.829	4.033	-	-	(252)	(97)	-	423	4.577	4.359
Seguros	134	40	-	-	45	430	-	-	179	470
Tributos	398	612	-	-	179	50	3.686	1	4.263	663
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	26.423	40.627	-	-	-	-	26.423	40.627
Provisão para Contingências Trabalhistas	-	-	-	-	-	-	60.965	105.801	60.965	105.801
Provisão para Contingências Cíveis	-	-	-	-	-	-	51.942	23.269	51.942	23.269
Provisão de Autos de Infração e Notificações	-	-	-	-	-	-	24.308	24.970	24.308	24.970
Reversão de Autos de Infração e Notificações	-	-	-	-	-	-	(79.577)	-	(79.577)	-
Provisão para Baixa dos Ativos	-	-	-	-	-	-	-	58.802	-	58.802
Outras Provisões	-	-	-	-	-	-	1.526	40	1.526	40
Provisão Ex-Autárquicos	-	-	-	-	-	-	107.281	88.498	107.281	88.498
Fundação ELETROCEEE - Ex-Autárquicos	-	-	-	-	-	-	3.180	3.088	3.180	3.088
Autos de Infração e Notificações	-	-	-	-	-	-	53.406	-	53.406	-
Acordos Judiciais Trabalhistas e Cíveis	-	-	-	-	-	-	7.552	22.451	7.552	22.451
Outros	26.460	11.406	(1)	-	4.783	1.488	13.042	13.637	44.284	26.531
TOTAL	613.804	572.857	38.045	51.635	135.876	71.756	279.839	369.928	1.067.564	1.066.176

31. Outras Receitas e Outras Despesas

Os saldos compõem-se de:

	31/12/2012	31/12/2011
OUTRAS RECEITAS		
Ganho nas Alienações e Outros Ganhos	222.496	8.348
Conta de Resultados a Compensar - CRC	-	67.334
Outras	36.322	31.395
	<u>258.818</u>	<u>107.077</u>
OUTRAS DESPESAS	31/12/2012	31/12/2011
Provisão para Desvalorização de Outros Investimentos	(33)	(196)
Outras	(29.582)	(8.842)
	<u>(29.615)</u>	<u>(9.038)</u>

32. Receita/Despesa Financeira

Os saldos compõem-se de:

	31/12/2012	31/12/2011
RECEITA FINANCEIRA		
Renda de Aplicações Financeiras	4.127	4.986
Atualização Quotas FIDC II.....	-	3.340
Acréscimo Moratório - Energia Vendida	37.642	40.169
Atualização Monetária dos Depósitos Judiciais	2.840	2.697
Receitas Financeiras com Parcelamentos	18.956	16.252
Variação Monetária - Energia Comprada	4.459	9.132
Variação Monetária - Empréstimos e Financiamentos.....	22.712	-
Atualização Monetária - Energia Livre - Despacho ANEEL nº 2.517	3.908	3.852
Atualização Monetária - Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	174.647	-
Outras Receitas Financeiras	12.423	4.580
Total Receita Financeira	<u>281.714</u>	<u>85.008</u>
DESPESA FINANCEIRA		
Encargos de Dívidas	(22.983)	(26.150)
Despesas Financeiras de PEE/P&D/PLT	(7.690)	(8.704)
Variação Monetária - Empréstimos e Financiamentos	(58.189)	(77.246)
Variação Monetária - Energia Comprada	(6.331)	(31.874)
Penalidades ANEEL - Contrato de Concessão	(11.373)	(10.831)
Atualização Monetária dos Depósitos Judiciais	-	(2.232)
Atualização dos Autos de Infração e Multas.....	(24.692)	-
Correção Monetária e Juros	(13.872)	(19.398)
Despesas Financeiras com Parcelamentos.....	(15.017)	-
Outras Despesas Financeiras	(13.544)	(1.966)
Total Despesa Financeira	<u>(173.691)</u>	<u>(178.401)</u>
RESULTADO FINANCEIRO	<u>108.023</u>	<u>(93.393)</u>

33. Imposto de Renda e Contribuição Social

Reconciliação da despesa com imposto de renda - IRPJ e contribuição social – CSLL divulgados e os montantes calculados pela aplicação das alíquotas oficiais em 31 de dezembro de 2012 e de 2011.

Os saldos compõem-se de:

	31/12/2012		31/12/2011	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Prejuízo/Lucro líquido antes do IRPJ e da CSLL	(35.749)	(35.749)	(202.892)	(202.892)
Ajustes Decorrentes do RTT	(203.762)	(203.762)	(129.864)	(129.864)
Prejuízo/Lucro líquido antes do IRPJ e da CSLL após ajustes decorrentes do RTT.....	(239.511)	(239.511)	(332.756)	(332.756)
Efeito líquido provisões temporárias não dedutíveis constituídas/realizadas exercício ...	(164.807)	(164.807)	91.840	91.840
Despesas não dedutíveis e outras adições permanentes.....	80.874	80.874	(23.016)	(23.016)
Lucro real e base de cálculo da contribuição social antes das compensações.	(323.444)	(323.444)	(263.932)	(263.932)
Compensação de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social.	-	-	-	-
Lucro real e base de cálculo da contribuição social após as compensações	(323.444)	(323.444)	(263.932)	(263.932)
Alíquota aplicável	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	-	-	-	-
Incentivo PAT = 4%	-	-	-	-
Contribuições FECA - CEDICA/RS	-	-	-	-
Total IRPJ e CSLL Corrente	-	-	-	-
Total IRPJ e CSLL Diferidos - Ajustes IFRS.....	19.608	7.059	-	-
Total IRPJ e CSLL Diferidos - Diferenças Temporárias	185.312	60.952	-	-
Total IRPJ e CSLL	204.920	68.011	-	-

34. Transações com Partes Relacionadas

Os saldos compõem-se de:

		31/12/2012				
	Nota Explicativa	Governo do Estado do Rio Grande do Sul	CEEE-GT	Eletrobras	Fundação ELETROCEEE	Total
Ativo						
Caixa e equivalente de caixa	5	121.515	-	-	-	121.515
Aplicações financeiras	5	5.586	-	-	-	5.586
Parcelamentos		21.946	-	-	-	21.946
Cedência de funcionários	9	48	543	43	85	719
Programa RELUZ e Subvenção ELETROBRAS CDE-PLT	9	-	-	18.828	-	18.828
		149.095	543	18.871	85	168.594
Passivo						
Conta Gráfica	25	-	4.423	-	-	4.423
Contribuição Patrocinadora	22	-	-	-	5.732	5.732
Empréstimo circulante	21 e 22	-	-	370	19.488	19.858
Empréstimo não circulante	22 e 22	-	-	28.762	89.318	118.080
		-	4.423	29.132	114.538	148.093
Resultado						
Energia elétrica comprada para revenda		-	(6.739)	-	-	(6.739)
Encargos de uso do sistema		-	(56.093)	-	-	(56.093)
Despesa operacional – Pessoal		-	-	-	(55.120)	(55.120)
Receita financeira		3.733	196	-	-	3.929
Despesa financeira		-	(26)	(2.438)	-	(2.464)
		3.733	(62.662)	(2.438)	(55.120)	(116.487)

		31/12/2011				
	Nota Explicativa	Governo do Estado do Rio Grande do Sul	CEEE-GT	Eletrobras	Fundação ELETROCEEE	Total
Ativo						
Caixa e equivalente de caixa	5	16.501	-	-	-	16.501
Aplicações financeiras	5	5.151	-	-	-	5.151
Parcelamentos	6	21.946	-	-	-	21.946
Cedência de funcionários	9	31	341	23	187	582
Conta Gráfica	9	-	720	-	-	720
Programa RELUZ e Subvenção ELETROBRAS CDE-PLT	9	-	-	15.850	-	15.850
		<u>43.629</u>	<u>1.061</u>	<u>15.873</u>	<u>187</u>	<u>60.750</u>
Passivo						
Contribuição Patrocinadora	22	-	-	-	5.127	5.127
Empréstimo circulante	22	-	-	74.316	20.808	95.124
Empréstimo não circulante	22	-	-	-	102.690	102.690
Repactuação de dívidas		-	-	365.970	-	365.970
		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>440.286</u>	<u>128.625</u>	<u>568.911</u>
Resultado						
Energia elétrica comprada para revenda		-	(5.637)	-	-	(5.637)
Encargos de uso do sistema		-	(54.021)	-	-	(54.021)
Despesa operacional – Pessoal		-	-	-	(54.220)	(54.220)
Receita financeira		4.504	59	-	-	4.563
Despesa financeira		-	(164)	(4.522)	-	(4.686)
		<u>4.504</u>	<u>(59.763)</u>	<u>(4.522)</u>	<u>(54.220)</u>	<u>(114.001)</u>

34.1. Pessoal chave da administração da entidade ou da respectiva controladora

A Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D considera como pessoal-chave da administração seus Diretores e os Membros do Conselho Fiscal e de Administração. O montante gasto com remuneração, encargos e benefícios dos Administradores em 31 de dezembro de 2012 foi de R\$879 (R\$818 em 31 de dezembro de 2011).

A Concessionária possui diretores empregados e não-empregados.

A remuneração dos Diretores empregados é composta por salário ou honorários mais a verba de representação, sendo que os custos dos Diretores estão contabilizados na rubrica de Pessoal conforme Plano de Contas da ANEEL.

A remuneração dos Diretores não-empregados com vínculo empregatício em outro órgão é composta do seu salário integral (reembolsado pela Concessionária ao órgão de origem) mais a verba de representação.

A remuneração dos Diretores não-empregados sem vínculo empregatício em outro órgão é composta de honorários mais a verba de representação.

REMUNERAÇÃO / BENEFÍCIOS / ENCARGOS	31/12/2012	31/12/2011
Conselho de Administração	257	300
Conselho Fiscal	181	132
Verba de Representação	94	84
Honorário Diretor não Empregado	94	84
Encargos	253	218
Subtotal	879	818
Diretores Empregados	1.293	1.312
Total	<u>2.172</u>	<u>2.130</u>

35. Instrumentos Financeiros e Gerenciamento dos Instrumentos Financeiros

A Concessionária mantém operações com instrumentos financeiros, sendo que o risco referente a tais operações é monitorado através de estratégias de posições financeiras, controles internos, limites e políticas de risco da Concessionária.

Para os instrumentos financeiros cotados em mercado ativo, sua cotação representa o valor de mercado e para os demais os respectivos valores contábeis, devido a sua natureza de realização como segue:

	Nota Explicativa	31/12/2012	31/12/2011
Ativos Financeiros			
Mensurados a Valor Justo por Meio do Resultado			
Caixa e Equivalentes de Caixa	5		
Numerário Disponível		72.162	37.641
SIAC/BANRISUL		121.515	16.501
Aplicações Financeiras			
SIAC/BANRISUL	5	5.586	5.151
Quotas Subordinadas - FIDC	5	15.207	10.059
Aplicações Financeiras Vinculadas	5	3.984	3.380
Empréstimos e Recebíveis			
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	6	423.360	396.764
Disponível para Venda			
Investimentos em Títulos do Governo/Conta de Resultados a Compensar - CRC	10	1.181.321	1.753.204
Ativo Financeiro da Concessão	13	845.413	557.313
TOTAL		2.668.548	2.780.013
Passivos Financeiros			
Mensurados ao Custo Amortizado por Meio do Resultado			
Fornecedores	18	320.596	414.895
Empréstimos e Financiamentos e Outras Captações	21	566.046	489.736
TOTAL		886.642	904.631

35.1. Gerenciamento de Riscos Financeiros

Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos vinculados a projetos de eletrificação, obtidos em moeda nacional, junto a Centrais Elétricas Brasileiras S/A – ELETROBRÁS, Fundação ELETROCEEE, FIDC II, IV e VI e aos Consumidores, estão compatíveis com o valor de tais operações.

As contas a receber de consumo de energia elétrica de poderes públicos, federal, estadual e municipal (administração direta), e de empresas controladas por essas esferas de governo, estão registradas em contas patrimoniais no montante de R\$90.985. A Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D, possui também registrado nas contas patrimoniais parcelamentos com o Governo do Estado do Rio Grande do Sul no montante de R\$21.946 e com Prefeituras Municipais no montante de R\$69.039. Os principais fatores de risco de mercado que afetam o negócio da Concessionária são os seguintes:

35.1.1. Risco de Crédito

Risco de crédito é o risco de a Concessionária incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais.

O valor contábil dos ativos financeiros que representam a exposição máxima ao risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	Nota Explicativa	31/12/2012	31/12/2011
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	193.677	54.142
Aplicações Financeiras de Longo Prazo	5	24.777	18.590
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	6	423.360	396.764
Investimentos em Títulos do Governo/ Conta de Resultados a Compensar - CRC	10	1.181.321	1.753.204
Ativo Financeiro da Concessão	13	845.413	557.313
Total		2.668.548	2.780.013

Os saldos apresentados em caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras de longo prazo referem-se respectivamente a recursos depositados em instituições bancárias e a montantes aplicados no Sistema Integrado de Administração de Caixa – SIAC/BANRISUL bem como as quotas subordinadas do FIDC IV e VI.

O risco inerente às aplicações e investimentos que a Concessionária possui é considerado baixo uma vez que são oriundos, conforme legislação vigente, de aplicações no Banco do Estado do Rio Grande do Sul e de investimentos em Notas do Tesouro Nacional, Série B- NTN-B.

A Concessionária atua no mercado de distribuição de energia elétrica, atendendo a todos os clientes cativos na sua área de concessão conforme previsto nos contratos de concessão assinados com o Poder Concedente. O risco de crédito se origina quando a Concessionária incorre em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados a seus consumidores. Para amenizar os riscos decorrentes do fornecimento de energia na distribuição, a Concessionária tem o direito de interromper o fornecimento, caso o cliente deixe de realizar seus pagamentos.

No geral a Administração entende que não há risco de crédito significativo no qual a Concessionária está exposta, considerando as características das contrapartes, níveis de concentração e relevância dos valores em relação ao faturamento.

I. Perdas por redução no valor recuperável – (Impairment)

A Concessionária identificou evidências de perda por redução no valor recuperável nas contas a receber que já são reduzidas de provisão para crédito de liquidação duvidosa.

II. Garantias

A Concessionária concedeu garantia quando da captação de recursos através do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – FIDC, sendo que parte das contas a receber é repassada ao Fundo no momento do faturamento, até o limite da parcela mensal.

III. Derivativos

A Concessionária não possui operações com derivativos.

35.1.2. Risco de Preço

As tarifas são reguladas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e, anualmente, são reajustadas pelas variações dos custos não gerenciáveis (denominado Parcela A) e pela variação do IGP-M para custos gerenciáveis (denominado Parcela B). O Reajuste Tarifário Anual tem como objetivo restabelecer o poder de compra da receita obtida por meio das tarifas praticadas.

Outro mecanismo de atualização das tarifas é a Revisão Tarifária Periódica que tem como principal objetivo, analisar o equilíbrio econômico-financeiro da concessão.

35.1.3. Risco de Mercado

A quantidade de energia comprada para atendimento à Concessionária está baseada na previsão de consumo para os próximos 5 anos. A legislação (Lei nº 10.848 de março de 2004 e Decreto nº 5.163 de julho de 2004) permite que a Concessionária descontrate mensalmente a energia correspondente ao atendimento de consumidores livres, quando de sua saída. Também prevê a possibilidade de descontratação de energia decorrente da entrada em operação de energia contratada anteriormente a 16 de março de 2004, anualmente por variação de mercado até 4% da energia contratada nos leilões de energia existente, duas vezes no ano através de cessões para outras distribuidoras em função de outros desvios de mercado, sem limites de montante de declaração. A Resolução Normativa nº 21/06 prevê alterações nas quotas-parte de Itaipu para cada concessionária, essas alterações podem gerar sobras ou déficits que também podem ser compensadas através do mecanismo de compensação de sobras e déficits.

Além do recurso de descontratação, a Concessionária tem cobertura tarifária para uma sobrecontratação de até 3% do seu requisito regulatório (mercado faturado acrescido das perdas regulatórias). Em 2012, os compromissos assumidos com compra de energia estão elencados conforme quadro a seguir:

ORIGEM		TIPO	MWh	%
1º LEILÃO EE	2005-2012	CCEAR COM MCSD	2.201.627,13	24,42%
1º LEILÃO EE	2006-2013	CCEAR COM MCSD	1.061.991,23	11,78%
1º LEILÃO EE	2007-2014	CCEAR COM MCSD	393.537,44	4,37%
2º LEILÃO EE	2008-2015	CCEAR COM MCSD	334.316,54	3,71%
4º LEILÃO EE	2009-2016	CCEAR COM MCSD	224.450,77	2,49%
5º LEILÃO EE	2007-2014	CCEAR COM MCSD	29.419,50	0,33%
8º LEILÃO EE	2010-2014	CCEAR	251.375,94	2,79%
9º LEILÃO EE	2011-2013	CCEAR	31.275,28	0,35%
10º LEILÃO EE	2012-2014	CCEAR	154.023,02	1,71%
1º LEILÃO EN.	2008-2037	CCEAR	20.218,93	0,22%
1º LEILÃO EN.	2009-2038	CCEAR	7.525,62	0,08%
1º LEILÃO EN.	2010-2039	CCEAR	242.643,42	2,69%
3º LEILÃO EN.	2011-2040	CCEAR	101.793,69	1,13%
5º LEILÃO EN.	2012-2041	CCEAR	94.217,87	1,05%
1º LEILÃO EN.	2008-2022	CCEAR	144.448,74	1,60%
1º LEILÃO EN.	2009-2023	CCEAR	96.963,90	1,08%
1º LEILÃO EN.	2010-2024	CCEAR	237.735,84	2,64%
3º LEILÃO EN.	2011-2025	CCEAR	96.869,29	1,07%
4º LEILÃO EN.	2010-2024	CCEAR	35.929,71	0,40%
5º LEILÃO EN.	2012-2026	CCEAR	152.739,85	1,69%
6º LEILÃO EN.	2011-2025	CCEAR	59.093,16	0,66%
11º LEILÃO AJUSTE	2012	CCEAR	81.270,69	0,90%
PIRATINI		BILATERAL	45.462,25	0,50%
ENERCAN		BILATERAL	192.477,87	2,14%
JAGUARI		BILATERAL	49.204,80	0,55%
CERAN		BILATERAL	417.276,00	4,63%
PROINFA		PROINFA	189.742,43	2,10%
ITAIPU		ITAIPU	1.675.874,29	18,59%
CONTABILIZAÇÃO DE CURTO PRAZO			391.417,09	4,34%
TOTAL			9.014.922,29	100,00%

O risco de mercado para a Concessionária, no que se refere à contratação de energia, pode ser considerado como relativamente baixo. Os riscos existentes são:

- Não atendimento a 100% do mercado – exposição ao mercado de curto prazo e sujeito a penalidades aplicadas pela ANEEL;
- Repasse não integral da energia comprada;
- Outras variações de mercado;
- Saída de consumidores livres especiais (com demanda superior a 500 KW, suprido por fontes renováveis) – não há na regulamentação vigente procedimentos a serem adotados pelas distribuidoras quando da saída destes consumidores para o mercado livre;

35.1.4. Risco da Taxa de Câmbio

Este risco decorre da possibilidade de perda por conta da variação cambial. O resultado das operações da Concessionária é afetado pelo fator do risco cambial em virtude do seu endividamento atrelado à moeda estrangeira.

O risco cambial está atrelado aos contratos de compra de energia de Itaipu e Empréstimos e Financiamentos, vinculados ao Dólar Americano e que não possuem dispositivos de proteção contra alterações na taxa de câmbio.

Em 31 de dezembro de 2012 não há nenhum montante indexado ao dólar exceto a expectativa de exposição cambial que está sendo tratada no tópico de análise de sensibilidade a seguir:

I. Análise de sensibilidade

A Concessionária fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de depreciação cambial de 25% e 50% em relação ao cenário provável, considerados como possível e remoto, respectivamente.

Itens	31/12/2012	Provável	25%	50%
Exposição US\$				
Empréstimos e Financiamentos	2,0435	70.620	88.275	105.930
Fornecedores (Itaipu Binacional)	2,0435	38.699	48.374	58.049
Passivo Líquido Exposto		109.319	136.649	163.979
Efeito Líquido da Variação Cambial			27.330	54.660

35.1.5. Risco de Liquidez

Risco de liquidez é o risco que a Concessionária irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros. A Concessionária se utiliza do monitoramento constante de seu fluxo de caixa, observando a política de caixa mínimo visando à necessidade de captação de recursos para assegurar a capacidade de pagamentos. A gestão das aplicações financeiras tem como foco instrumento de curtíssimo prazo, com liquidez diária.

A tabela abaixo demonstra os valores esperados de liquidação em cada faixa de tempo.

	Nota Explicativa	Valor Justo	Até 1 ano	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais que 5 anos
Ativos Financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	5	193.677	193.677	-	-	-
Aplicações Financeiras	5	24.777	5.586	19.191	-	-
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	6	682.958	168.365	221.615	154.780	138.198
Investimentos em Títulos do Governo/ Conta de Resultados a Compensar - CRC	10	1.181.321	1.181.321	-	-	-
Ativo Financeiro da Concessão	13	845.413	-	-	845.413	-
		<u>2.928.146</u>	<u>1.548.949</u>	<u>240.806</u>	<u>1.000.193</u>	<u>138.198</u>
Passivos Financeiros						
Empréstimos e Financiamentos	21	682.958	168.365	221.615	154.780	138.198
Fornecedores	18	320.596	320.596	-	-	-
		<u>1.003.554</u>	<u>488.961</u>	<u>221.615</u>	<u>154.780</u>	<u>138.198</u>

35.1.6. Risco de Taxa de Juros

Este risco é oriundo da possibilidade da Concessionária vir a incorrer em perdas por conta da flutuação da taxa de juros e também da variação dos índices atrelados a inflação, visto que seus empréstimos e financiamentos são vinculados a esses índices. Também há a possibilidade de redução na receita financeira relativa às aplicações financeiras. Estas taxas são constantemente monitoradas no sentido de se avaliar o impacto das mesmas no resultado da Concessionária.

I. Análise de sensibilidade

As operações da Concessionária são indexadas a taxas pré e pós-fixadas, sendo as taxas pós-fixadas, por CDI e IPCA. A Concessionária desenvolveu a análise de sensibilidade com o objetivo de mensurar o impacto das taxas de juros pós-fixadas e de variações monetárias sobre os seus passivos financeiros expostos a tais riscos.

O cenário base corresponde aos saldos contábeis existentes em 31/12/2012 e, para o cenário provável, considerou-se os saldos com a variação dos indicadores CDI e IPCA previstos na mediana das expectativas do Relatório Focus, do Bacen, de 31/12/2012. Para os cenários possível e remoto, foi considerada uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável.

	Nota Explicativa	Índices	Cenário Base em 31/12/2012	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Passivos Financeiros						
Empréstimos e Financiamentos	21					
Banco Máxima		IPCA	82.598	101.966	110.691	119.416
FIDC IV		IPCA	93.374	111.409	120.018	128.627
FIDC VI		CDI	150.360	157.196	172.589	180.835
Caixa II		CDI	42.666	46.245	49.013	51.781
Caixa III		CDI	64.583	69.239	72.539	76.416
Santander		CDI	32.909	35.651	40.928	43.236
Eletrobras - RGR		Sem Risco	28.936	28.936	28.936	28.936
			<u>495.426</u>	<u>550.642</u>	<u>594.714</u>	<u>629.247</u>
Exposição Líquida			<u>(495.426)</u>	<u>(550.642)</u>	<u>(594.714)</u>	<u>(629.247)</u>
Efeito esperado no Resultado				<u>(55.216)</u>	<u>(99.288)</u>	<u>(133.821)</u>

Além da análise de sensibilidade em atendimento à Instrução CVM nº475/08, a Concessionária avaliou os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido de seus passivos financeiros tendo em vista os riscos avaliados na data das Demonstrações Financeiras conforme sugerido no CPC 40 e IFRS 7.

Sendo assim, a administração de uma maneira geral, entende que os possíveis efeitos seriam próximos aos valores mencionados na coluna do cenário projetado provável da tabela acima.

35.1.7. Valor justo

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

	Nota Explicativa	Valor Contábil	Valor Justo
Ativos Financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	5	193.677	193.677
Aplicações Financeiras de Longo Prazo	5	24.777	24.777
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	6	423.360	423.360
Investimentos em Títulos do Governo/ Conta de Resultados a Compensar - CRC	10	1.181.321	1.181.321
Ativo Financeiro da Concessão	13	845.413	845.413
Total		2.668.548	2.668.548
Passivos Financeiros			
Empréstimos e Financiamentos	21	566.046	682.958
Fornecedores	18	320.596	320.596
Total		886.642	1.003.554

Assume-se que os instrumentos financeiros que a Concessionária possui, exceto Empréstimos e Financiamentos estão registrados contabilmente com um valor próximo ao seu respectivo valor de mercado.

35.1.8. Hierarquia de valor justo

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- I. Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos
 - II. Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços)
 - III. Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).
- Os instrumentos financeiros da Concessionária mensurados a valor justo estão classificados de acordo com o nível 1 na hierarquia do valor justo.

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo utilizando um método de avaliação e classificados conforme tabela abaixo:

	Valor contábil 31/12/2012	Nível 1	Nível 2
Ativos Financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa			
Numerário Disponível	72.162	72.162	-
SIAC/BANRISUL	121.515	-	121.515
Aplicações financeiras			
SIAC/BANRISUL	5.586	-	5.586
Aplicação Financeira Vinculada	3.984	-	3.984
Quotas Subordinadas FIDC	15.207	15.207	-
Investimentos em Títulos do Governo/Conta de Resultados a Compensar - CRC	1.181.321	1.181.321	-
Ativo Financeiro da Concessão	845.413	-	845.413
		<u>1.268.690</u>	<u>976.498</u>
	Valor contábil 31/12/2011	Nível 1	Nível 2
Ativos Financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa			
Numerário Disponível	37.641	37.641	-
SIAC/BANRISUL	16.501	-	16.501
Aplicações financeiras			
SIAC/BANRISUL	5.151	-	5.151
Aplicação Financeira Vinculada	3.380	-	3.380
Quotas Subordinadas FIDC	10.059	10.059	-
Investimentos em Títulos do Governo/Conta de Resultados a Compensar - CRC	1.753.204	1.753.204	-
Ativo Financeiro da Concessão	557.313	-	557.313
		<u>1.800.904</u>	<u>582.345</u>

35.1.9. Apuração do valor justo

Nível 1 – O valor justo das quotas Subordinadas FIDC e dos Investimentos em Títulos do Governo/Conta de Resultados a Compensar – CRC foi apurado e registrado levando-se em consideração as cotações de mercado ou informações de mercado que possibilitaram tal cálculo.

Nível 2 – O valor justo das aplicações financeiras vinculadas, aplicação SIAC/BANRISUL e o Ativo Financeiro da Concessão, uma vez que não possui mercado ativo, é avaliado utilizando metodologia de avaliação/apreçamento.

36. Programa de Participação de Resultados

A Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE D possui um programa de participação dos empregados nos resultados cujo objetivo é incentivar a melhoria de qualidade, níveis de produtividade e resultados globais da Concessionária, através do comprometimento de todos os empregados.

37. Seguros

Os ativos com cobertura para incêndio, queda de raio, explosões e danos elétricos foram àqueles considerados essenciais, em que ocorrendo o sinistro, implicará a possibilidade de comprometer a garantia e a confiabilidade na continuidade da prestação de serviço. O seguro patrimonial foi contratado com a TOKIO MARINE BRASIL SEGURADORA S.A., contrato 9947698, e tem vigência de 12/04/2012 à 12/04/2013. O valor do ativo segurado é de R\$55.381 e o valor do prêmio é de R\$130.

38. Assuntos Ambientais

A UPM Barreto, localizada no município de Triunfo, iniciou suas atividades em 1960, realizando o tratamento de madeiras em autoclave para fabricação de postes e produtos derivados de madeira. A área do Horto Florestal Renner, com 1.530 hectares, foi adquirida posteriormente para a produção de postes in natura para o suprimento da usina de preservação de madeira.

A UPM Barreto operou sob a gestão da CEEE até 1997, quando a empresa passou por um processo de privatização através do qual a posse e operação foram transferidas para outra concessionária, que utilizou a área para preservação de produtos florestais até 2005. A CEEE-D recuperou a posse da área em 2006, mantendo-a desativada em função de identificação de contaminação de solo.

Mesmo antes de uma definição quanto à responsabilidade de cada empresa pela recuperação ambiental, a CEEE-D contratou uma empresa especializada para a remoção dos focos ativos de contaminação, assumindo as despesas envolvidas. O contrato com a empresa HAZTEC foi assinado em dezembro de 2011.

O projeto de recuperação contempla nove áreas consideradas focos ativos de contaminação, sendo oito na área onde operava a Usina de Preservação de Madeira Barreto e uma no Horto Florestal Renner. Nestas áreas foi realizada a remoção de equipamentos e resíduos, drenagem de borra e escavações para remoção de solo contaminado.

Em 2012 foram removidos 4.253,29 toneladas de aterro e 5.038,57 toneladas de incineração.

No intuito de identificar possíveis contaminações são constantemente realizados monitoramentos da qualidade do ar para particulados, voláteis e metais, monitoramentos da qualidade da água do rio e água subterrânea.

Todo o processo vem sendo acompanhado pela FEPAM, através de reuniões periódicas e vistorias. O Ministério Público Federal, através de um perito, também fiscaliza os trabalhos de recuperação da área.

Embora bastante avançados e com uma área já concluída, os trabalhos de remoção dos focos ativos continuarão sendo realizados ao longo de 2013, sem data prevista para conclusão. O investimento da CEEE-D na recuperação da área já chega a R\$27 milhões de reais.

39. Assuntos Regulatórios

39.1. Processo do Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits - MCS D (*)

O Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits - MCS D, por saída de consumidores livres, alterações de mercado até 4% a partir do ano seguinte, e a entrada em operação da energia decorrente de contratos assinados até 16 de março de 2004, previstos pelo Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, cujas regras foram aprovadas pela Resolução Normativa nº 161 de julho de 2005 e homologadas pela Resolução ANEEL nº 211 de 03 de outubro de 2005, alteram os montantes de energia e potência associada consideradas nos Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR. Estas regras levaram a Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D, por necessidade de aquisição adicional de energia, a efetuar uma compra adicional de 12,476 MW médios a partir de janeiro e 2,524 MW médios a partir de fevereiro de 2005 e descontratar em janeiro de 2006 16,435 MW médios por saída de consumidores livres. Em 2007, descontratamos 9,767 MW médios devido à sobra de energia na época. A partir desta data, a Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D não participou mais deste mecanismo.

39.2. Comercialização de Energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Os saldos compõem-se de:

	31/12/2012	31/12/2011
ATIVO CIRCULANTE		
Energia de Curto Prazo - CCEE (vide nota explicativa 6.3)	1	1
ATIVO NÃO CIRCULANTE		
(*) Ressarcimento Acordo-CCEE (vide nota explicativa 6.5)	45.712	41.804
PASSIVO CIRCULANTE		
Energia de Curto Prazo - CCEE (vide nota explicativa 18)	(105.749)	(19.154)
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		
Energia de Curto Prazo	(27.400)	(27.400)
Encargo do Serviço do Sistema	(13.207)	(13.207)
	<u>(40.607)</u>	<u>(40.607)</u>
Total	<u>(100.643)</u>	<u>(17.956)</u>

(*) Valor referente ao acordo de ressarcimento correspondente a despesas com a compra de energia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, denominada como "Energia Livre", realizadas durante o período de racionamento, decorrentes da redução da geração de energia elétrica nas usinas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia

(MRE). Este valor está sendo cobrado dos consumidores finais dos submercados sujeito ao racionamento pelas respectivas distribuidoras e será repassado à Concessionária.

A Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D realizou a contabilização da energia de Curto Prazo negociada no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, conforme contabilização definitiva elaborada por aquela entidade.

A Concessionária impetrou ações judiciais, sendo que o processo CEEE nº 3.494/02 relacionado à nulidade do item IV do Despacho nº 288 da ANEEL e o processo CEEE nº 3.555/2002 relacionado à Ação Cautelar Preparatória com pedido de liminar para a suspensão do andamento da liquidação financeira das transações de energia elétrica prevista para o dia 22 de novembro de 2002.

40. Demonstrações Contábeis Regulatórias – DCR

Conforme estabelece a Resolução Normativa ANEEL nº 396 de 23 de fevereiro de 2010, a Concessionária divulgará as Demonstrações Contábeis Regulatórias – DCR referentes ao exercício findo em 31 de dezembro 2012 até o dia 30 de abril de 2013 no seu site.

SERGIO SOUZA DIAS
Diretor Presidente

GERSON CARRION DE OLIVEIRA
Diretor

HALIKAN DANIEL DIAS
Diretor

GILBERTO SILVA DA SILVEIRA
Diretor

LUIZ ANTONIO TIRELLO
Diretor

CARLOS RONALDO VIEIRA FERNANDES
Diretor

RUBEM CIMA
Diretor

MARCIA BEATRIZ GARCIA RODRIGUES
Contadora CRCRS 42897

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Diretores e Acionistas da
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica
Porto Alegre - RS

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Auditoria do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Porto Alegre, 25 de março de 2013

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/F7

Paulo Ricardo Pinto Alaniz
Contador CRC 1RS042460/O-3

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES DA COMPANHIA

Em atendimento aos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, o Diretor Presidente e os demais Diretores da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D, sociedade de economia mista por ações, de capital aberto, com sede na Avenida Joaquim Porto Villanova, 201 – Prédio “A2”, Porto Alegre-RS, inscrita no CNPJ sob nº 08.467.115/0001-00, declaram que:

1. Revisaram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes, relativamente às Demonstrações Financeiras da CEEE-D referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2012; e
2. Revisaram discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras da CEEE-D relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2012.

Porto Alegre, 25 de março de 2013.

SERGIO SOUZA DIAS
Diretor Presidente

GERSON CARRION DE OLIVEIRA
Diretor

HALIKAN DANIEL DIAS
Diretor

GILBERTO SILVA DA SILVEIRA
Diretor

LUIZ ANTONIO TIRELLO
Diretor

CARLOS RONALDO VIEIRA FERNANDES
Diretor

RUBEM CIMA
Diretor

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, tendo analisado no decorrer do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012, a gestão econômica-financeira da Empresa, bem como examinado o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras, o Parecer dos Auditores Independentes, KPMG Auditores Independentes, e as informações complementares da Administração, opinam no sentido de que os documentos referidos representam a situação patrimonial e financeira da Companhia, naquela data, estando, portanto, em condições de serem submetidos à deliberação dos Senhores Acionistas.

Porto Alegre, 25 de março de 2013.

Vinícius Gomes Wu,
Presidente.

Carlos Artur Hauschild
Conselheiro

Marlene Belotriz Stefanello
Conselheira

Álvaro Rodrigo Woiciechoski da Silva
Conselheiro

Rodrigo Vilella Ruiz
Conselheiro

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração, tendo examinado o Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração do Fluxo de Caixa, a Demonstração do Valor Adicionado e as respectivas Notas Explicativas, referentes ao Exercício de 2012, encerrado em 31 de dezembro de 2012, documentos esses assinados pelos administradores responsáveis pela Empresa, considerando os pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, manifesta-se por unanimidade, pela aprovação dos referidos documentos e submete a matéria à apreciação dos Senhores Acionistas.

Porto Alegre, 25 de março de 2013.

Claudemir Bragagnolo,
Presidente do Conselho de Administração.

Sérgio Souza Dias

Carlos Pestana Neto

Caleb Medeiros de Oliveira

Sidney do Lago Júnior

Baltazar Balbo Garagorri Teixeira

Vicente José Rauber

Samuel Sueli Prevedello Osmari

**Companhia Estadual de Energia
Elétrica Participações
CEEE - Par**

CEEE-Par

COMPANHIA ESTADUAL DE ENERGIA ELÉTRICA PARTICIPAÇÕES



DEMOSNTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Conforme as Normas Internacionais de Contabilidade

Períodos findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011.
Valores expressos em milhares de reais.

SUMÁRIO

Relatório de Administração	
Relatório de Administração	3
Demonstrações Financeiras	
Balanços Patrimoniais	5
Demonstração dos Resultados	6
Demonstração dos Resultados Abrangentes	6
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	7
Demonstração dos Fluxos de Caixa	8
Notas Explicativas	
Notas Explicativas	9
Relatórios	
Relatório dos Auditores Independentes	94
Declaração dos Diretores	96
Parecer do Conselho Fiscal	97
Manifestação do Conselho de Administração	98

Senhores acionistas

A Administração da Companhia Estadual de Energia Elétrica Participações – CEEE-PAR, em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de Vossas Senhorias Relatório de Administração (RA) e Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, acompanhadas dos pareceres dos Auditores Independentes, do Conselho Fiscal e da Manifestação do Conselho de Administração.

1. Relatório da Administração

A Companhia Estadual de Energia Elétrica Participações – CEEE-PAR é a empresa controladora "holding" do Grupo CEEE que possui as controladas Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT, e a Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D, oriundas do processo de reestruturação da Companhia Estadual de Energia Elétrica – CEEE ocorrido em 2006.

A CEEE-PAR tem por objeto, a participação em outras sociedades, como sócia ou acionista, bem como o desenvolvimento de atividades no setor energético, sob quaisquer de suas fontes, visando à exploração econômica e comercial de seu campo de atividade, mediante a construção e operação, dentre outros, de sistemas de geração, de transmissão, de distribuição, de comercialização de energia elétrica e de serviços correlatos.

O Estado do Rio Grande do Sul detém, obrigatoriamente, a propriedade de, no mínimo, 51% (cinquenta e um por cento) do capital votante da Companhia, bem como o poder direto de gestão e, somente poderá alienar, ceder, vincular, gravar ou dar em garantia qualquer de suas ações, observado o limite mínimo acima fixado, na forma, nos limites e para os fins dispostos na legislação estadual pertinente. Deverá também manter o controle acionário e o poder direto da gestão das controladas, conservando, no mínimo, 51% (cinquenta e um por cento) dos respectivos capitais sociais. Atualmente a participação do Estado na CEEE-Par é de 99,9% do capital social.

2. Resultado do Exercício

A Companhia Estadual de Energia Elétrica Participações – CEEE-Par encerrou o exercício de 2012 com um prejuízo de R\$289 milhões. Este resultado deve-se exclusivamente ao resultado da equivalência patrimonial dos investimentos nas concessionárias Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT e Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D, que foram, respectivamente, R\$130 milhões e R\$308 milhões negativos. Para obtenção do montante registrado a título de equivalência patrimonial, foi aplicado o percentual de 65,92% no resultado das investidas, percentual este condizente com a participação da CEEE-Par em ambas as controladas, ajustando-se o valor inicial registrado nos investimentos.

3. Auditores Independentes

A Companhia Estadual de Energia Elétrica Participações – CEEE-Par informa que utiliza os serviços de Auditoria Independente da KPMG Auditores Independentes na elaboração de suas Demonstrações Financeiras, cujo contrato foi assinado em 10 de abril de 2008 no valor de R\$ 8,3 mil. O prazo de execução dos serviços é de 12 meses a contar da data de assinatura do instrumento, podendo haver renovações sucessivas, limitados ao máximo de 60 (sessenta) meses.

O referido contrato foi aditado em 10 de abril de 2012 para atender às exigências contidas na Lei 11.638/07, no valor de R\$ 14 mil.

A KPMG Auditores Independentes possui contratos para a prestação de serviços de auditoria externa com a Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D no valor de R\$ 370 mil e com a Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT no valor de R\$ 352 mil, empresas controladas pela CEEE-Par.

A política da CEEE-Par na contratação de bens e serviços é elaborada através de licitação pública e quanto à contratação de serviços não relacionados à auditoria externa junto ao auditor independente fundamentam-se nos princípios de preservar a independência do auditor, quais sejam:

- a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho;
- b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e
- c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

Os Auditores Independentes declaram que a prestação de serviços não afeta a independência e objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de Auditoria Externa, baseados no item n.º 1.2.10.6 m.2 da Resolução n.º 1.034/05 do Conselho Federal de Contabilidade.

4. Agradecimentos

A Companhia Estadual de Energia Elétrica Participações – CEEE-PAR, através de sua Diretoria, expressa reconhecimento à dedicação de seus trabalhadores. Da mesma forma presta agradecimentos ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Rio Grande do Sul, Tarso Genro, pela confiança, orientação e incentivo às nossas atividades.

Em especial, agradecemos à Excelentíssima Presidenta da República, Dilma Roussef, pela justiça feita através do reconhecimento da mais importante ação estratégica de recuperação e fortalecimento efetivo de suas controladas, a Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT e a Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D, oriundas do processo de reestruturação da Companhia Estadual de Energia Elétrica – CEEE, através da assinatura do Termo de Acordo da Conta de Resultados a Compensar – CRC, consolidando o reconhecimento dos créditos das Companhias junto à União.

Também agradecemos ao Conselho de Administração, Conselho Fiscal, acionistas, fornecedores e, especialmente, à população gaúcha.

Sérgio Souza Dias
Diretor Presidente

Gerson Carrion de Oliveira
Diretor

Luiz Antônio Tirello
Diretor

Halikan Daniel Dias
Diretor

Rubem Cima
Diretor

Gilberto da Silva da Silveira
Diretor

Balanços Patrimoniais

para os períodos findos em 31 de Dezembro de 2012 e 31 de Dezembro de 2011
(Valores expressos em milhares de reais)

	NOTA	CONTROLADORA		CONSOLIDADO			NOTA	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	EXPLICATIVA	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011		EXPLICATIVA	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
ATIVO						PASSIVO					
CIRCULANTE						CIRCULANTE					
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	-	-	310.849	71.047	Fornecedores	20	-	-	384.339	488.087
Investimentos em Títulos do governo	10	-	-	1.493.306	-	Obrigações Trabalhistas	21	-	-	80.039	71.084
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	6	-	-	416.433	371.347	Provisão para Dividendos	-	-	-	-	14.182
Tributos a Recuperar	7	-	-	36.783	18.453	Obrigações Fiscais	22	-	-	74.004	75.600
Estoque	8	-	-	20.499	18.009	Empréstimos, Financiamentos e Outras Captações	23	-	-	258.263	379.113
Ativo Financeiro da Concessão	14	-	-	12.757	303.624	Provisão para Benefícios a Empregados	24	-	-	175.128	173.864
Indenização Rede Básica Novos Investimentos - RBNI	14	-	-	260.435	-	Provisão para Contingências Trabalhistas, Cíveis e Tributárias	26	-	-	247.092	263.991
Conta de Resultados a Compensar - CRC	10	-	-	988.045	2.138.578	Obrigações da Concessão	25	-	-	165.001	293.980
Pagamentos Antecipados	11	-	-	795	686	Outros Passivos	27	-	-	90.361	278.747
Outros Créditos a Receber	9	-	-	100.957	173.021			-	-	1.474.227	2.018.648
		-	-	3.641.859	3.094.765						
NÃO CIRCULANTE						NÃO CIRCULANTE					
Realizável a Longo Prazo						Empréstimos, Financiamentos e Outras Captações	23	-	-	486.998	431.961
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	6	-	-	304.712	301.235	Comercialização de Energia na CCEE	-	-	-	113.665	113.665
Tributos a Recuperar	7	-	-	15.293	14.544	Provisão para Benefícios a Empregados	24	-	-	912.562	919.586
Aplicações Financeiras	5	-	-	57.039	52.021	Obrigações Fiscais	22	-	-	37.498	-
Depósitos Judiciais	12	-	-	165.685	162.880	Provisão para Contingências Trabalhistas, Cíveis e Tributárias	26	-	-	257.312	292.141
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	13	-	-	23.574	478.673	Obrigações da Concessão	25	-	-	18.729	16.401
Indenização Rede Básica Novos Investimentos - RBNI	14	-	-	415.393	-	Receita Recebida Antecipadamente	28	-	-	-	105.445
Conta de Resultados a Compensar - CRC	10	-	-	-	789.257	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	13	-	-	381.087	76.563
Ativo Financeiro da Concessão	14	-	-	878.012	1.371.196	Outros Passivos	27	-	-	153.733	194.298
Outros Créditos a Receber	9	-	-	470.665	56.324			-	-	2.370.584	2.150.060
Bens e Direitos Destinados a Alienação e Renda	15	-	-	15.757	16.247						
Dividendos a Receber	-	-	27.431	-	-						
Ativo Biológico	16	-	-	39.626	40.027						
Investimentos	17	2.188.741	2.237.755	355.473	317.838						
Imobilizado	18	-	-	473.612	501.094						
Intangíveis	19	-	-	306.908	415.700						
		2.188.741	2.265.186	3.523.249	4.496.026						
							</				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração dos Resultados

para os períodos findos em 31 de Dezembro de 2012 e 31 de Dezembro de 2011
(Valores expressos em milhares de reais)

	NOTA EXPLICATIVA	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Receita Operacional Líquida	30	-	-	3.078.981	2.731.327
Custo do Serviço de Energia Elétrica		-	-	(2.508.469)	(2.098.447)
Custo com Energia Elétrica	31	-	-	(1.492.398)	(1.162.957)
Custo de Operação	32	-	-	(1.016.071)	(935.490)
Lucro Operacional Bruto		-	-	570.512	632.880
Despesas Operacionais		-	-	(660.185)	(767.467)
Despesas com Vendas	32	-	-	(38.617)	(52.878)
Despesas Gerais e Administrativas	32	-	-	(192.087)	(113.714)
Outras Despesas Operacionais	32	-	-	(429.481)	(600.875)
Outras Receitas	33	-	-	260.087	157.778
Outras Despesas		-	-	(125.755)	(24.148)
Resultado do Serviço		-	-	44.659	(957)
Resultado de Participações Societárias		(289.347)	(75.623)	38.483	25.098
Receita/Despesa Financeira	34	-	-	182.224	(123.528)
Resultado Operacional		(289.347)	(75.623)	265.366	(99.387)
Prejuízo/Lucro antes IR e CS		(289.347)	(75.623)	265.366	(99.387)
Imposto de Renda Corrente	35	-	-	(39.055)	(17.165)
Imposto de Renda Diferido	35	-	-	(493.198)	6.157
Contribuição Social Corrente	35	-	-	(14.694)	(6.541)
Contribuição Social Diferida	35	-	-	(157.355)	2.217
Participação dos Não Controladores		-	-	149.589	39.096
Prejuízo do Período		(289.347)	(75.623)	(438.936)	(114.719)
Participação dos Não Controladores		-	-	149.589	39.096
Participação da Controladora		(289.347)	(75.623)	(289.347)	(75.623)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração dos Resultados Abrangentes

para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 31 de Dezembro de 2011
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota Explicativa	31/12/2012	31/12/2011
Resultado do Período		(438.936)	(114.719)
Resultado dos não Controladores do Período		149.589	39.096
		(289.347)	(75.623)
Outros Resultados Abrangentes		194.821	-
Variação líquida no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	10	541.970	-
Venda de Títulos do Governo	10	(94.178)	-
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos sobre Outros Resultados Abrangentes	10	(152.251)	-
Participação dos não Controladores		(100.720)	-
Resultado Abrangente do Período da Controlada		(94.526)	(75.623)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
para os períodos findos em 31 de Dezembro de 2012 e 31 de Dezembro de 2011
(Valores expressos em milhares de reais)

	CONTROLADORA						Participação dos Não Controladores	Total
	Capital Social	Reserva de Incentivos Fiscais	Reserva de Lucros	Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Total		
Saldo em 31/12/2010	319.803	1.921.834	23.063	(51.080)	117.255	2.330.875	1.186.059	3.516.934
Resultado do Período	-	-	-	(75.623)	-	(75.623)	(39.096)	(114.719)
Destinação do Resultado:								
Reserva de Incentivos Fiscais	-	(75.175)	-	75.175	-	-	-	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	(75.175)	-	75.175	-	-	-	-
Realização do custo atribuído dos ativos	-	-	-	29.218	(29.218)	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social sobre realização do custo atribuídos dos ativos	-	-	-	-	9.934	9.934	5.135	15.069
Total do ajuste de avaliação patrimonial, líquido de impostos	-	-	-	29.218	(19.284)	9.934	5.135	15.069
Dividendos	-	-	-	-	-	-	4.799	4.799
SALDOS EM 31/12/2011	319.803	1.846.659	23.063	(22.310)	97.971	2.265.186	1.156.897	3.422.083
Resultado do Período	-	-	-	(289.347)	-	(289.347)	(149.589)	(438.936)
Outros resultados abrangentes								
Varição líquida no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	295.185	295.185	152.607	447.792
Imposto de renda e contribuição social sobre outros resultados abrangentes	-	-	-	-	(100.364)	(100.364)	(51.887)	(152.251)
	-	-	-	-	194.821	194.821	100.720	295.541
Ajuste de Avaliação Patrimonial								
Reversão do custo atribuído dos ativos	-	-	-	20.739	(20.739)	-	-	-
Realização do custo atribuído dos ativos	-	-	-	32.479	(32.479)	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social sobre realização do custo atribuídos dos ativos	-	-	-	-	18.081	18.081	9.346	27.427
Total do ajuste de avaliação patrimonial, líquido de impostos	-	-	-	53.218	(35.137)	18.081	9.346	27.427
Dividendos	-	-	-	-	-	-	14.182	14.182
SALDOS EM 31/12/2012	319.803	1.846.659	23.063	(258.439)	257.655	2.188.741	1.131.556	3.320.297

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração dos Fluxos de Caixa
para os períodos findos em 31 de Dezembro de 2012 e 31 de Dezembro de 2011
(Valores expressos em milhares de reais)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Prejuízo do Período	(289.347)	(75.623)	(289.347)	(75.623)
Despesas (Receitas) que não afetam o Caixa				
Variações Monetárias e Cambiais dos Empréstimos de Longo Prazo	-	-	33.981	45.707
Variações Monetárias e Cambiais do Passivo Não Circulante	-	-	9.381	3.452
Provisão para Desvalorização de Investimentos	-	-	(12.317)	258
Depreciação e Amortização de Bens do Ativo Imobilizado e Intangíveis	-	-	131.268	141.285
Resultado de Equivalência Patrimonial	289.347	75.623	(38.483)	(25.098)
Constituição de Provisão para Passivos e Outras	-	-	465	32.431
Constituição de Provisão Ex-Autárquicos	-	-	164.916	144.973
Constituição de Provisão Para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	26.994	41.870
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	-	-	634.799	-
Baixa de Ativo Imobilizado, Investimentos e Intangível	-	-	397.094	(3.306)
Atualização dos Investimentos em Títulos do Governo	-	-	(92.523)	-
Receita com Atualização da Conta de Resultados a Compensar - CRC	-	-	(90.536)	(112.224)
Participação dos Não-Controladores	-	-	(149.589)	(39.096)
GERAÇÃO BRUTA DE CAIXA	-	-	726.103	154.629
Variações no Ativo Circulante e Não Circulante	27.431	(9.280)	738.742	(14.759)
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	-	-	(63.074)	(61.025)
Tributos a Recuperar	-	-	(19.079)	52.185
Aplicações Financeiras de Longo Prazo	-	-	(5.018)	(9.585)
Estoques	-	-	(2.490)	(1.566)
Conta de Resultados a Compensar - CRC	-	-	2.359.365	4.202
Contas a Receber	-	-	(12.483)	(12.307)
Outros Créditos a Receber	-	-	(346.179)	58.841
Pagamentos Antecipados	-	-	(109)	(13)
Depósitos Judiciais	-	-	(2.805)	1.493
Bens e Direitos Destinados à Alienação	-	-	-	6
Indenização Rede Básica Novos Investimentos - RBNl	-	-	(675.828)	-
Ativo Financeiro da Concessão	-	-	783.041	(37.710)
Dividendos a Receber	27.431	(9.280)	27.431	(9.280)
Investimentos em Títulos do Governo	-	-	(1.304.030)	-
Variações no Passivo Circulante e Não Circulante	-	-	(728.484)	171.556
Fornecedores	-	-	(83.748)	217.189
Obrigações Trabalhistas	-	-	8.955	(8.621)
Provisão para Dividendos	-	-	(41.613)	-
Obrigações Fiscais	-	-	35.902	(62.487)
Provisão para Benefícios a Empregados	-	-	(180.242)	(169.214)
Obrigações da Concessão	-	-	(126.651)	163.362
Provisão para Passivos Trabalhistas e Cíveis	-	-	(50.266)	(179.739)
Receita Recebida Antecipadamente	-	-	(105.445)	15.049
Outros Passivos	-	-	(351.813)	211.087
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	-	-	124.824	(15.070)
Provisão para Dividendos	-	-	41.613	-
GERAÇÃO OPERACIONAL DE CAIXA	27.431	(9.280)	736.361	311.426
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Caixa Líquido Aplicado em Investimentos	(27.431)	9.280	(405.765)	(82.680)
Aumento/Redução de Investimentos	(27.431)	9.280	(44.354)	4.082
Aumento/Redução de Ativo Biológico	-	-	(2.202)	(31.004)
Aquisição de Bens do Ativo Imobilizado	-	-	(416.236)	(41.270)
Aquisição de Ativo Intangível	-	-	57.027	(14.488)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Caixa Líquido Aplicado em Financiamentos	-	-	(90.794)	(215.852)
Incremento de Empréstimos e Financiamentos	-	-	305.891	119.636
Pagamento de Empréstimos e Financiamentos e Encargos de Dívidas	-	-	(396.685)	(335.488)
Geração Líquida de Caixa	-	-	239.802	12.894
Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes de Caixa	-	-	71.047	58.153
Saldo Final de Caixa e Equivalentes de Caixa	-	-	310.849	71.047

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

1. Contexto Operacional

A Companhia Estadual de Energia Elétrica Participações – CEEE-Par é uma sociedade anônima de capital fechado, organizada em conformidade com a autorização concedida pela Lei Estadual nº 12.593, de 13 de setembro de 2006, rege-se por estatuto, bem como pela legislação aplicável.

A Companhia Estadual de Energia Elétrica Participações – CEEE-Par tem por objeto, a participação em outras sociedades, como sócia ou acionista, bem como o desenvolvimento de atividades no setor energético, sob quaisquer de suas fontes, visando à exploração econômica e comercial de seu campo de atividade, mediante a construção e operação, dentre outros, de sistemas de geração, de transmissão, de distribuição, de comercialização de energia elétrica e de serviços correlatos como prestar serviços de consultoria dentro de sua área de atuação, no Brasil ou no exterior, exercer atividades relacionadas direta ou indiretamente com seu objeto social e utilizar a infraestrutura das suas controladas para a prestação de serviços, visando a produção de outras receitas.

As atividades da CEEE-Par serão desenvolvidas diretamente ou por intermédio de empresas controladas ou subsidiárias integrais especialmente constituídas para tais fins ou, ainda, por empresas das quais participa a CEEE-Par, suas controladas ou subsidiárias, mediante deliberação do seu Conselho de Administração.

A CEEE-Par poderá também, participar de consórcios ou de sociedades com empresas privadas ou públicas, constituídas para o fim de desenvolver atividades que guardem identidade com as definidas em seu objeto social.

Empresas Controladas	31/12/2012	31/12/2011
1 – Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-GT	65,92%	65,92%
2 – Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D	65,92%	65,92%

(1) Empresa geradora e transmissora de energia elétrica.

(2) Empresa distribuidora de energia elétrica.

1.1. Autorização e Emissão das Demonstrações Financeiras

A Administração da Companhia autorizou a conclusão de elaboração das Demonstrações Financeiras em 25/03/2013.

1.2. Das Concessões

A Companhia possui o direito de explorar, indiretamente, as seguintes concessões e autorizações:

1.2.1 Concessão de Geração

Em 05 de abril de 2000 a Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-GT firmou o Contrato de Concessão nº 025/2000 - ANEEL para exploração de geração de energia elétrica. O contrato regula a exploração dos potenciais de energia hidráulica por meio das centrais geradoras e das instalações de transmissão de interesse restrito às centrais geradoras.

Com o advento da Medida Provisória nº 579 de 11/09/2012, estabeleceu-se um novo marco regulatório no Setor Elétrico Brasileiro, a partir de uma redução tarifária nos segmentos de geração e de transmissão.

A referida MP estabeleceu que toda energia gerada pelas usinas cujas concessões vencem até 2017, serão comercializadas em regime de cotas, por tarifas definidas pela ANEEL, que cobrirão somente os custos de operação e manutenção, encargos setoriais reduzidos, tributos e a remuneração do uso das redes de transmissão e distribuição.

Pelas medidas constantes da Medida Provisória nº 579 de 11/09/2012, somente a Usina de Itaúba não está sendo afetada, uma vez que sua concessão tem previsão de término para 30/12/2021, já as demais usinas do parque gerador da CEEE-GT estão sendo impactadas e deverão disponibilizar sua energia para o regime de cotas.

Em atendimento a legislação, em 04/12/2012, a Concessionária firmou com a União, o Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 25/2000 - ANEEL, pelo prazo de 30 anos, em que foram prorrogadas as concessões das usinas listadas no quadro abaixo:

RELAÇÃO DAS USINAS HIDRELÉTRICAS										
UHE	Potência Instalada (MW)	TEIF (%)	IP (%)	TOTAL [1-(1-TEIF)*(1-IP)]	Nº de Unidades Geradoras	Localização (Rio/Município/UF)	Atos			Termo Final da Concessão
							Concessão	1ª Prorrogação	2ª Prorrogação	
Jacuí	180	1,672	5,403	6,98	6	Rio Jacuí, Município de Salto do Jacuí/RS	Contrato de Concessão nº 25/2000-ANEEL	Port. MME nº 372, 20/05/1969	Port. MME nº 278, 11/08/99	31/12/2042
Passo Real	158	2,533	8,091	10,42	2	Rio Jacuí, Município de Salto do Jacuí/RS	Contrato de Concessão nº 25/2000-ANEEL	Port. MME nº 278, 11/08/99	-	31/12/2042
Canastra*	44,8	-	-	-	2	Rio Santa Maria, Município de Canela/RS	Contrato de Concessão nº 25/2000-ANEEL	Port. MME nº 372, 20/05/1969	Port. MME nº 278, 11/08/99	31/12/2042
Bugres*	19,2	-	-	-	2	Rio Santa Cruz, Município de Canela/RS	Contrato de Concessão nº 25/2000-ANEEL	Port. MME nº 372, 20/05/1969	Port. MME nº 278, 11/08/99	31/12/2042
Ernestina	4,96	-	-	-	1	Rio Jacuí, Município de Ernestina/RS	Contrato de Concessão nº 25/2000-ANEEL	Port. MME nº 372, 20/05/1969	Port. MME nº 278, 11/08/99	31/12/2042
Capigui*	4,47	-	-	-	3	Rio Capigui, Município de Passo Fundo/RS	Contrato de Concessão nº 25/2000-ANEEL	Port. MME nº 372, 20/05/1969	Port. MME nº 278, 11/08/99	31/12/2042
Guarita*	1,76	-	-	-	1	Rio Guarita, Município de Erval Seco/RS	Contrato de Concessão nº 25/2000-ANEEL	Port. MME nº 372, 20/05/1969	Port. MME nº 278, 11/08/99	31/12/2042
Herval*	1,52	-	-	-	2	Rio Cadeia, Município de Santa Maria do Herval/RS	Contrato de Concessão nº 25/2000-ANEEL	Port. MME nº 372, 20/05/1969	Port. MME nº 278, 11/08/99	31/12/2042
Santa Rosa*	1,58	-	-	-	1	Rio Santa Rosa, Município de Três de Maio/RS	Contrato de Concessão nº 25/2000-ANEEL	Port. MME nº 372, 20/05/1969	Port. MME nº 278, 11/08/99	31/12/2042
Passo do Inferno*	1,49	-	-	-	1	Rio Santa Cruz, Município de São Francisco de Paula/RS	Contrato de Concessão nº 25/2000-ANEEL	Port. MME nº 372, 20/05/1969	Port. MME nº 278, 11/08/99	31/12/2042
Forquilha*	1,118	-	-	-	1	Rio Forquilha, Município de Maximiliano de Almeida/RS	Contrato de Concessão nº 25/2000-ANEEL	Port. MME nº 372, 20/05/1969	Port. MME nº 278, 11/08/99	31/12/2042
Ijuizinho*	1,118	-	-	-	1	Rio Ijuizinho, Município de Eugênio de Castro/RS	Contrato de Concessão nº 25/2000-ANEEL	Port. MME nº 372, 20/05/1969	Port. MME nº 278, 11/08/99	31/12/2042

* Usinas não despachadas centralizadamente.

O prazo de concessão das usinas listadas anteriormente tem seu termo final previsto para 31/12/2042, e a Usina de Itaúba permanece com prazo de concessão contratado até 30/12/2021.

A Usina de Toca, localizada no município de São Francisco de Paula, por ser menor que 1 MW, e estar enquadrada em uma legislação específica, não é objeto de renovação nas atuais condições e portanto deverá ser requerida a autorização ao poder concedente por ocasião do vencimento da atual concessão em 07/07/2015.

A CEEE-GT, conforme Despacho da ANEEL nº 259 de 21/07/1999 tem um registro da Pequena Central Hidrelétrica Ivaí, com potência instalada de 0,768 MW, localizada no rio Ivaí, município de Júlio de Castilhos.

A Medida Provisória nº 579 de 11/09/2012 foi transformada na Lei nº 12.783 de 11/01/2013. Com esta nova legislação em vigor, o segmento de geração deixou de ser concorrencial, ou seja, na medida do vencimento de suas concessões toda energia deverá ser disponibilizada ao sistema através de cotas, em que o órgão regulador define suas tarifas.

1.2.2. Concessão de Transmissão

A Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT detém duas concessões para exploração dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica.

1.2.2.1. Contrato de Concessão nº 055/2001 – ANEEL

Em 1º de outubro de 2001 a CEEE-GT firmou o Contrato de Concessão nº 055/2001 - ANEEL para Transmissão de energia elétrica. Em razão da Medida Provisória nº 579 de 11/09/2012, convertida

na Lei nº 12.783/2013 e Decreto nº 7.805/2013, o contrato de concessão foi aditado em 04/12/2012, tendo sofrido alterações significativas. O Contrato de Concessão, já com as alterações realizadas, estabelece:

- I. quais os bens vinculados à Concessão e a obrigação de operar e manter a infraestrutura existente;
- II. as condições para a prestação do serviço;
- III. a garantia de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da concessão;
- IV. a indenização, em caso de extinção da concessão, referente à parcela ainda não amortizada dos investimentos realizados pela Concessionária na infraestrutura a serviço da concessão.

O prazo do Contrato de Concessão foi prorrogado por mais trinta anos e tem prazo de vigência até 31 de dezembro de 2042.

O Contrato de Concessão também estabelece que a Receita Anual Permitida (nome dado à remuneração pela prestação do serviço de transmissão) será reajustada anualmente no mês de julho e revisada a cada cinco anos. Além dos critérios para reajuste e revisão da receita, previstos em contrato, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL estabelecerá em regulamentação específica regras e metodologia para cálculo dessa revisão.

1.2.2.2. Contrato de Concessão nº 080/2002 - ANEEL

Em 19 de dezembro de 2002 a CEEE-GT firmou o Contrato de Concessão nº 080/2002 - ANEEL para Transmissão de Energia Elétrica. O Contrato de Concessão da LT 230kV UPME x Pelotas 3 estabelece:

- I. a obrigação de construir, operar e manter a infraestrutura a serviço da concessão;
- II. quais os serviços que o operador deve prestar e para quem os serviços devem ser prestados (área geográfica de atendimento e classe de consumidores);
- III. a garantia de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da concessão;
- IV. indenização ao final do contrato de concessão referente à parcela ainda não amortizada dos investimentos realizados pela Concessionária na infraestrutura a serviço da concessão.

O Contrato de Concessão tem prazo de vigência de 30 (trinta) anos, contados a partir da entrada em operação das instalações de transmissão, objeto do contrato, podendo ser renovado por igual período desde que requerida pela Concessionária até 36 (trinta e seis) meses antes do término do contrato. A eventual prorrogação do Contrato de Concessão estará subordinada ao interesse público e à revisão das condições gerais do contrato.

O Contrato de Concessão também estabelece que as tarifas serão reajustadas anualmente no mês de julho e revisadas nos casos de criação, alteração ou extinção de tributos ou encargos legais, quando comprovado seus impactos. Os critérios e metodologias para reajuste e revisão das tarifas de energia elétrica são definidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL em regulamentação específica.

1.2.3. Autorizações

Em 30 de setembro de 1999, através dos atos nº 4.390 e 4.391, publicados no Diário Oficial da União em 14 de outubro de 1999, a CEEE recebeu da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL autorização para exploração do Serviço Limitado Especializado, submodalidade Serviço de Circuito Especializado, em âmbito interno e internacional, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

1.2.4. Mecanismo de atualização da receita de transmissão de energia elétrica do contrato de concessão nº 055/2001

O Contrato de Concessão define as parcelas que irão compor a Receita Anual Permitida. A RBSE refere-se a parcelas de receita das instalações componentes da Rede Básica, definidas no anexo do 1º termo aditivo. A RBNI é a parcela da RAP referente às instalações de transmissão classificadas

como Rede Básica, autorizadas pela ANEEL e em operação comercial entre 1º de julho de um ano e 30 de junho do ano seguinte. A RBNIA é a parcela da RAP referente às instalações de transmissão classificadas como Rede Básica, autorizadas pela ANEEL e previstas para entrar em operação comercial entre 1º de julho de um ano e 30 de junho do ano seguinte. Esta parcela é devida a partir da efetiva entrada em operação comercial e calculada pro rata tempore. A RPC refere-se às Demais Instalações de Transmissão – DIT's, listadas no anexo do 1º Termo Aditivo ao contrato de concessão nº 055/2001. A RCDM é a parcela da RAP referente às instalações de transmissão classificadas como DIT, autorizadas pela ANEEL e em operação comercial entre 1º de julho de um ano e 30 de junho do ano seguinte. A RCDMA é a parcela da RAP referente às instalações de transmissão classificadas como DIT, autorizadas pela ANEEL e previstas para entrar em operação comercial entre 1º de julho de um ano e 30 de junho do ano seguinte. Esta parcela é devida a partir da efetiva entrada em operação comercial e calculada pro rata tempore. A soma dessas duas parcelas compõe a Receita Anual Permitida – RAP das concessionárias de transmissão, que deve ser suficiente para manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão.

Os reforços em instalações existentes, são implementados por meio de autorizações expedidas pela ANEEL. As RAPs associadas a esses reforços são caracterizadas pelas parcelas denominadas RBNi (Rede Básica Novas Instalações) e RCDM (Demais Instalações de Transmissão), que são as parcelas correspondentes às novas instalações autorizadas e com receitas estabelecidas por resolução específica.

Neste contexto, a revisão tarifária periódica constitui o instrumento regulatório desse regime econômico e financeiro. Na revisão, as tarifas são alteradas (para mais ou para menos) segundo uma metodologia que consiste em revisar as condições de desempenho da Concessionária. A receita do serviço de transmissão de energia elétrica é então reposicionada para um novo patamar de “preço máximo” de forma a expressar os ganhos de eficiência obtidos e apropriados pela concessionária ao longo dos anos que antecedem a revisão tarifária contratual.

A revisão tarifária periódica tem como resultado o reposicionamento tarifário que consiste em calcular a Receita Anual da concessionária compatível com a cobertura de custos operacionais eficientes e com um retorno adequado sobre o capital prudentemente investido. O objetivo do reposicionamento tarifário é assegurar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão que, com a aplicação das regras de reajuste tarifário anual, deverá ser mantido até a próxima revisão tarifária periódica.

A Receita Anual Permitida Total de uma determinada concessionária é dada pela composição da receita anual líquida, formada pela remuneração e reintegração do capital e pelos Custos de Administração, Operação e Manutenção, acrescida dos encargos e tributos (ET) e da parcela de ajuste (PA), ou seja:

Os encargos e tributos que são considerados no cálculo da RAP são os seguintes: Pesquisa e Desenvolvimento (P&D); Taxa de Fiscalização (TFSEE); Reserva Global de Reversão (RGR); PIS/COFINS.

O total de encargos e tributos incorporados no cálculo da receita deverá considerar as alíquotas de acordo com a legislação vigente. Em relação aos tributos sobre a renda, são considerados no cálculo da RAP o Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). Assim, a alíquota tributária efetiva será de 34,0%, considerada na taxa de remuneração.

1.2.5. Renovação das Concessões de Geração e Transmissão

Em 11 de setembro de 2012, o Governo Federal publicou a Medida Provisória nº 579 que dispõe sobre a opção de prorrogação dos contratos de concessão de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica vincendos entre os anos de 2015 e 2017, a critério do poder concedente, uma única vez, pelo prazo de até 30 anos, de forma a assegurar a continuidade, a eficiência da prestação do serviço e a modicidade tarifária.

Posteriormente, em 14 de setembro de 2012, o Decreto Presidencial nº 7.805 foi publicado, regulamentando a Medida Provisória, estabelecendo os prazos e procedimentos a serem cumpridos pelas concessionárias para apresentação do requerimento de renovação dos seus contratos de concessão.

Para as concessionárias de geração, as principais condições referiam-se à mudança do sistema de precificação, passando do sistema de preços, para o sistema de receita permitida, com revisões periódicas; à alocação de toda garantia física de energia e potência das Usinas alcançadas pela Medida Provisória, em regime de cotas, para as distribuidoras; e quando da prorrogação, à

indenização dos ativos residuais pelo valor novo de reposição – VNR. Os investimentos futuros deverão ser submetidos previamente à aprovação do agente regulador.

As usinas que possuem contratos de venda no Ambiente de Contratação Livre – ACL, após 2012, deverão recompor esta energia mediante compra neste mesmo ambiente.

Para as concessionárias de transmissão, as principais condições referiam-se à redução de sua Receita Anual Permitida - RAP e a não indenização das instalações de transmissão autorizadas pela ANEEL até 31/05/2000.

Diante destas publicações legais, a CEEE-GT, Concessionária atuante no segmento de geração e transmissão de energia elétrica, teve seus contratos de concessão nº 025/2000 e nº 055/2001 inseridos dentro do contexto desse novo arcabouço normativo, sendo que, em 15 de outubro de 2012, manifestou sua intenção preliminar favorável à aceitação da prorrogação desses contratos.

Em 31 de outubro de 2012 o Ministério de Minas e Energia publicou a Portaria Ministerial nº 578, definindo as tarifas iniciais para as Usinas Hidrelétricas enquadradas no art. 1º da MP 579, com base no valor do Custo da Gestão dos Ativos de Geração – GAG.

Ainda em 31 de outubro de 2012, através da Portaria Ministerial nº 579, foi definido pelo Ministério de Minas e Energia o valor das Receitas Anuais Permitidas das instalações integrantes das concessões de transmissão enquadradas no artigo 6º da MP nº 579.

Em 01/11/2012, o Ministério de Minas e Energia e o Ministério da Fazenda, através da Portaria Interministerial nº 580, estabeleceram os valores de indenização para as usinas hidrelétricas enquadradas no art. 1º da MP 579, bem como para as instalações integrantes das concessões de transmissão de energia elétrica, enquadradas no art. 6º da referida Medida Provisória.

Em 06/11/2012, foi dada publicidade pela União das Notas Técnicas da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e da Empresa de Pesquisas Energéticas - EPE, referente às metodologias que consubstanciaram os valores descritos nas Portarias referenciadas.

Assim, para a CEEE-GT, nos termos das Portarias publicadas pela União, no mês de Novembro de 2012, ficou delineado o valor de indenização relacionado ao contrato de Concessão nº 055/2001, perfazendo R\$661.086 mil a preço de outubro de 2012, ficando também delineado que as usinas da CEEE-GT acobertadas pelo contrato de concessão nº 25/2000 não seriam indenizadas, bem como, estabelecido o valor das tarifas iniciais para essas Usinas e a Receita Anual Permitida Inicial referente ao contrato nº 055/2001.

Em 28/11/2012, em Assembleia Geral Extraordinária, os Acionistas deliberaram quanto à prorrogação das Concessões da CEEE-GT, conforme disposto na Medida Provisória nº 579/2012 e no Decreto nº 7.805/2012, autorizando a assinatura do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 55/2001 e autorizando a assinatura do Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão de Geração nº 25/2000, sendo que essa assinatura se deu na data de 04/12/2012, conforme o prazo prescrito pela União.

Paralelamente, a Concessionária protocolou em 29/11/2012 junto ao Ministério de Minas e Energia ofício contendo algumas questões relacionadas à renovação antecipada das Concessões, especialmente no tocante ao método de cálculo da tarifa de geração, do valor de indenização dos bens reversíveis das usinas hidrelétricas de Geração e do cálculo do valor da indenização dos bens reversíveis das instalações de Transmissão.

Adicionalmente, a Medida Provisória nº 579 encontrava-se em análise pelo Congresso Nacional. A Concessionária acompanhou e interagiu na busca do aperfeiçoamento das regras, em benefício da segurança setorial e da manutenção da capacidade de investimento da empresa, objetivando levar a efeito o melhor entendimento técnico e jurídico.

Nessa esteira, em 29/11/2012, foi alterada a Medida Provisória nº 579, através da Medida Provisória nº 591/2012, onde a União admite a indenização dos ativos de transmissão existentes em 31 de maio de 2000 e ainda não depreciados, com quitação no prazo de 30 anos e correção pelo IPCA.

Essa alteração normativa deverá irradiar nova regulamentação e por conseguinte majorar o valor de indenização no que tange ao contrato de concessão 055/2001, indenização essa anteriormente estabelecida em R\$661.086 mil, com valores a outubro de 2012.

Em 11 de Janeiro de 2013 a MP nº 579 foi convertida na Lei 12.783/13. Ainda, com publicação no Diário Oficial em 04 de Março de 2013, o Congresso Nacional prorrogou os efeitos da MP nº 591/12 por mais 60 dias.

1.2.6. Concessões de Distribuição

A Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D detém a concessão para exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica no território do Estado do Rio Grande do Sul, atendendo em 72 municípios, com cerca de 1,53 milhões de unidades consumidoras cativas.

O Acordo de Concessão foi firmado em 25 de outubro de 1999 através do Contrato de Concessão nº 081/1999 - ANEEL, alterado pelo 1º Termo Aditivo e 2º Termo Aditivo, de 17 de outubro de 2005 e 13 de abril de 2010, respectivamente, para Distribuição de Energia Elétrica. O Contrato de Concessão estabelece:

- I. A obrigação de construir, operar e manter a infraestrutura à serviço da Concessão;
- II. Quais os serviços que o operador deve prestar e para quem os serviços devem ser prestados (área geográfica de atendimento e classe de consumidores);
- III. A garantia de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da Concessão;
- IV. Indenização ao final do Contrato de Concessão referente à parcela ainda não amortizada dos investimentos realizados pela Concessionária na infraestrutura à serviço da Concessão. O Contrato de Concessão tem prazo de vigência até 07 de julho de 2015, podendo ser renovado pelo período de 20 anos desde que requerido pela Concessionária até 36 (trinta e seis) meses antes do término do contrato. A eventual prorrogação do Contrato de Concessão estará subordinada ao interesse público e à revisão das condições gerais do contrato.

O Contrato de Concessão assinado com a União Federal confere ampla liberdade na direção de seus negócios, investimentos, pessoal e tecnologia. A Concessionária obriga-se a adotar, na prestação do serviço, tecnologia adequada e a empregar equipamentos, instalações e métodos operativos que garantam níveis de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na prestação dos serviços e a modicidade das tarifas. As obrigações inerentes à prestação do serviço público concedido são:

- I. Fornecer energia elétrica a consumidores localizados em sua área de concessão, nos pontos de entrega definidos nas normas do serviço, pelas tarifas homologadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, nas condições estabelecidas nos respectivos contratos de fornecimento e nos níveis de qualidade e continuidade estipulados na legislação e nas normas específicas.
- II. Dar atendimento abrangente ao mercado, sem exclusão das populações de baixa renda e das áreas de baixa densidade populacional, inclusive as rurais.

A concessão para exploração do serviço de distribuição de energia elétrica se extingue:

- I. Pelo advento do termo final do contrato;
- II. Pela encampação do serviço;
- III. Pela caducidade;
- IV. Pela rescisão;
- V. Pela anulação decorrente de vício ou irregularidade constatado no procedimento ou no ato de sua outorga;
- VI. Em caso de falência ou extinção da Concessionária.

O Contrato de Concessão contém cláusulas específicas que garantem o direito à indenização do valor residual dos bens vinculados ao serviço no final da concessão. Para efeito da reversão, consideram-se bens vinculados aqueles efetivamente utilizados na prestação do serviço.

De acordo com o estabelecido no Contrato de Concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica, a cada 4 anos a Concessionária passa pelo processo de revisão tarifária periódica e anualmente pelo reajuste tarifário. Nos anos 2011 e 2012 os índices homologados pelo órgão regulador foram os seguintes:

Em 2011, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL através da Resolução Homologatória nº 1.221 de 18 de outubro de 2011 aprovou o reajuste tarifário anual de 7,82% em média (7,60% para clientes de baixa tensão e 8,23% para os de alta tensão).

Em 2012, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL através da Resolução Homologatória nº 1.371 de 23 de outubro de 2012 aprovou a Revisão Tarifária de 2,57% em média (-0,67% para clientes de baixa tensão e 8,44% para os de alta tensão).

A Nota Técnica nº 374/2012 – SRE ANEEL de 16 de outubro de 2012 apurou o montante de R\$9.688 a ser devolvido ao consumidor via tarifa no período de 2012/2013.

1.2.7. Medidas Provisórias nº 579/2012 e nº 591/2012, convertida na Lei 12.783/2013

Em 11 de setembro de 2012, o Governo Federal publicou a Medida Provisória nº 579 que dispõe sobre a opção de prorrogação dos contratos de concessão de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica vincendos entre os anos de 2015 e 2017, a critério do poder concedente, uma única vez, pelo prazo de até 30 anos, de forma a assegurar a continuidade, a eficiência da prestação do serviço e a modicidade tarifária.

Posteriormente, em 14 de setembro de 2012, o Decreto Presidencial nº 7.805 foi publicado, regulamentando a Medida Provisória, estabelecendo os prazos e procedimentos a serem cumpridos pelas concessionárias para apresentação do requerimento de renovação dos seus contratos de concessão, conforme requerido pela MP 579/2012, a Concessionária protocolou seu pedido de renovação da concessão em 15 de outubro de 2012.

Em janeiro de 2013, a ANEEL aprovou Revisão Tarifária Extraordinária para todas as concessionárias de distribuição de energia do Brasil, resultando em significativa redução nas tarifas, que impactará a receita da empresa durante o exercício de 2013.

As novas tarifas da CEEE-D foram estabelecidas pela Resolução Homologatória nº 1.448, de 24 de janeiro de 2013, sendo que o efeito médio da redução foi de 18,97% (-18,13% para clientes de baixa tensão e -20,24% para os de alta tensão).

Esta redução é resultado da Lei nº 12.783/2013 (conversão da Medida Provisória nº 579, de 2012), que promoveu a renovação das concessões de transmissão e geração de energia que venciam até 2017, e das medidas provisórias 591/2012 e 605/2013. As principais alterações que permitiram a redução da conta foram:

- alocação de cotas de energia, resultantes das geradoras com concessão renovadas, a um preço médio de R\$ 32,81/ MWh;
- redução dos custos de transmissão;
- redução dos encargos setoriais;
- retirada de subsídios da estrutura da tarifa, com aporte direto do Tesouro Nacional.

O efeito dessa redução é estrutural, ou seja, promoverá uma mudança permanente no nível das tarifas, a partir do ano de 2013, pois retira definitivamente custos que compunham as tarifas anteriores.

A ANEEL estabelece uma tarifa diferente para cada distribuidora em função das peculiaridades de cada concessão. A tarifa de energia elétrica deve garantir o fornecimento de energia com qualidade e assegurar aos prestadores dos serviços receitas suficientes para cobrir custos operacionais eficientes e remunerar investimentos necessários para expandir a capacidade e garantir o atendimento.

Outros fatores que fazem variar a conta de energia são as características de contratação de fornecimento. Os consumidores cativos residenciais e os de baixa renda – aqueles que só podem ser atendidos por uma distribuidora – têm uma tarifa única em sua concessionária.

As variações também ocorrem de acordo com o nível de tensão em que os consumidores são atendidos, que é a tensão disponibilizada no sistema elétrico da concessionária e que varia entre valores inferiores a 2,3 kV (como as tensões de 110 e 220 volts) e valores superiores a 2,3 kV. Essa variação divide os consumidores nos grupos A (superiores a 2,3 kV, por exemplo as indústrias e grandes comércios) e B (inferiores a 2,3 kV – no qual se incluem os consumidores residenciais e os de baixa renda). Os consumidores do grupo A têm tarifas definidas para energia e uso de rede, para horários de ponta e fora de ponta. Os consumidores livres possuem características diferentes, pois podem contratar energia de outros fornecedores, em condições especiais.

1.2.8. Mecanismo de atualização das tarifas de fornecimento de energia elétrica dos acordos de concessão

O Contrato de Concessão também estabelece que as tarifas serão reajustadas anualmente no mês de outubro e revisadas a cada 04 (quatro) anos. Os critérios e metodologias para reajuste e revisão das tarifas de energia elétrica são definidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL em regulamentação específica.

A receita requerida anual, que representa a receita necessária para as distribuidoras manterem o equilíbrio econômico-financeiro, é segregada em duas parcelas para fins de sua determinação:

- I. Parcela A: compreende os custos “não-gerenciáveis” das distribuidoras, ou seja, os custos cujo montante e variância estão fora do controle e influência da Concessionária.
- II. Parcela B: compreendem os custos “gerenciáveis”, que são os custos inerentes às operações de distribuição de energia, estando assim sujeitos ao controle ou influência das práticas de gestão adotadas pela Concessionária. Inclui a remuneração do capital, depreciação dos ativos, custos operacionais e receitas irrecuperáveis (inadimplência regulatória).

Segue o quadro ilustrativo com os componentes da receita requerida:

Parcela A	Parcela B
Encargos setoriais Reserva Global de Reversão - RGR (I) Conta de Consumo de Combustível - CCC (II) Taxa de Fiscalização - TFSEE (III) Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia - PROINFA (IV) Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética (V e VI) Conta de Desenvolvimento Energético - CDE (VII) Operador Nacional do Sistema (ONS)	Receita irrecuperável Despesas de operação e manutenção (VIII) Pessoal Material Serviços de terceiros Despesas gerais e outras
Encargos de transmissão Uso das instalações de transmissão Uso das instalações de conexão Uso das instalações de distribuição Transporte de energia proveniente de Itaipu	Despesas de capital Cotas de depreciação (IX) Remuneração do capital (X)
Compra de energia elétrica para revenda Contratos bilaterais de longo prazo e leilões Contratos Iniciais	

- I. Encargo pago mensalmente, no montante anual equivalente a 2,5% dos investimentos efetuados pela Concessionária em ativos vinculados à prestação do serviço de eletricidade, limitando-se a 3% da receita anual. Tem finalidade principal de prover recursos para reversão/encampação dos serviços de energia elétrica, não se limitando a esses objetivos. Extinto a partir de fevereiro/2013 pela Lei nº 12.783/2013.
- II. Encargo que visa a cobrir os custos anuais de geração termelétrica, cujo montante anual é fixado para cada concessionária em função do seu mercado e necessidade do uso das usinas termelétricas. Extinto a partir de fevereiro/2013 pela Lei nº 12.783/2013.
- III. Encargo que tem a finalidade de constituir a receita da ANEEL para cobertura de suas despesas administrativas e operacionais. Este é fixado anualmente e pago mensalmente.
- IV. Encargo para cobertura dos custos da energia elétrica produzida por empreendimentos de produtores independentes autônomos, concebidos com base em fontes eólicas, pequenas centrais elétricas e biomassa. Calculado anualmente pela ANEEL e pago mensalmente pela Concessionária.
- V. Encargo com finalidade de prover recursos para o desenvolvimento e competitividade energética dos Estados, bem como, a universalização do serviço de energia elétrica. Seu valor é fixado anualmente pela ANEEL.
- VI. Referente à aplicação de 1,00% da receita operacional líquida anual, sendo, no mínimo, 0,50% em pesquisa e desenvolvimento e 0,50% em eficiência energética no setor elétrico.
- VII. Encargo com a finalidade de subsidiar as tarifas de energia dos consumidores de Baixa Renda e universalizar o atendimento por meio do Programa Luz para Todos (levar energia a cidadãos que ainda não contam com o serviço). O custo é rateado por todos os consumidores atendidos pelo Sistema Interligado Nacional (SIN). O valor das cotas é calculado pela ANEEL.

VIII. Refere-se à parcela da receita destinada à cobertura dos custos diretamente vinculados à prestação do serviço de distribuição de energia elétrica.

IX. Representa a parcela da receita necessária à formação dos recursos financeiros destinados à recomposição dos investimentos realizados.

X. É a parcela da receita necessária para promover rendimento do capital investido na prestação do serviço de distribuição de energia elétrica.

2. Atividades Não Vinculadas à Concessão

A CEEE-GT possui uma estação de piscicultura no município de Tio Hugo, cujo objetivo é a produção de alevinos e peixes a serem soltos nos reservatórios visando à manutenção e preservação da ictiofauna existente nos mesmos.

A CEEE-D possui quatro hortos florestais de produção localizados nos municípios de Alegrete, Candiota, Triunfo e Charqueadas. A produção de postes de madeira preservada é consumida na construção e/ou manutenção de redes elétricas.

Desde a década de 1960 a CEEE produz postes de madeira preservada para a sustentação de suas redes elétricas. Em 2012 foi discutido pela empresa a manutenção de todas as atividades florestais que contribuem para a produção de postes. Os aspectos abordados foram os custos de produção, as questões regulatórias, vantagens e desvantagens do uso de postes de madeira, aspectos técnicos de projeto de rede, entre outros. Por decisão de Diretoria estas atividades em 2013 não mais serão realizadas.

3. Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras

3.1. Bases de preparação e apresentação das Demonstrações Financeiras

3.1.1. Declaração de Conformidade (com relação às práticas adotadas no Brasil)

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro - IFRS emitidas pelo *International Accounting Standard Board* - IASB, as quais abrangem a legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas (coletivamente “CPCs”) emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Algumas informações adicionais estão sendo apresentadas em notas explicativas e quadros suplementares em atendimento às instruções contidas no Despacho nº 155, da SFF/ANEEL de 23/01/2013.

3.1.2. Base de Mensuração

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, reconhecido no balanço patrimonial.

3.1.3. Moeda de Apresentação e Moeda Funcional

As Demonstrações Financeiras são apresentadas em Reais (R\$) que é a moeda funcional da Concessionária. Todas as informações financeiras foram arredondadas para o milhar de real mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores, logo os valores em milhares apresentados quando somados podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.

3.2. Uso de Estimativas

A preparação das Demonstrações Financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração realize estimativas para determinação e registro de certos ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre suas demonstrações financeiras. Tais estimativas são feitas com base no princípio da continuidade e suportadas pela melhor informação disponível na data da apresentação das Demonstrações Financeiras, e na experiência da Administração. As estimativas são revisadas quando novas informações se tornam

disponíveis ou as situações em que estavam baseadas se alterem. As estimativas podem vir a divergir para com o resultado real. As principais estimativas se referem ao seguinte:

- I. Vida útil do ativo intangível;
- II. Transações e venda de energia elétrica na CCEE;
- III. Provisões para créditos de liquidação duvidosa;
- IV. Passivos contingentes;
- V. Planos de aposentadoria e benefícios pós-emprego;
- VI. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido;
- VII. Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo;
- VIII. Ativo financeiro indenizável;
- IX. Receita de fornecimento e uso da rede de distribuição não faturada.
- X. Ativo Financeiro da Concessão
- XI. Vida Útil do Ativo Imobilizado

4. Principais Práticas Contábeis Adotadas pela Companhia e suas Controladas

4.1. Ativos e Passivos Financeiros

4.1.1. Reconhecimento e mensuração

As Controladas reconhecem os instrumentos financeiros nas suas Demonstrações Financeiras somente quando ela se tornar parte das disposições contratuais do instrumento ou na data em que tiveram origem.

A Controladas desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando riscos ou benefícios ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação são transferidos.

4.1.2. Classificação

As controladas classificam os ativos e passivos financeiros sob as seguintes categorias:

- I. Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos determináveis que não estão cotados em mercado ativo. Estes ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.
- II. Mantidos até o vencimento são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos para os quais a Concessionária tem a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.
- III. Mensurados ao valor justo por meio do resultado são instrumentos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda a curto prazo. Ativos financeiros registrados pelo seu valor justo por meio do resultado são medidos pelo seu valor justo. Mudanças no valor justo destes ativos são reconhecidas no resultado do exercício.
- IV. Disponível para venda é ativos financeiros não derivativos, que são designados nessa categoria ou que não se classificam em nenhuma das categorias acima. Os ativos financeiros disponíveis para venda são registrados inicialmente pelo seu valor justo acrescido de

qualquer custo de transação diretamente atribuível. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando há a realização do ativo pela venda, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado.

4.2. Caixa e Equivalentes de Caixa

Incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata e com baixo risco de variação no seu valor de mercado. As disponibilidades estão demonstradas pelo custo acrescido dos juros auferidos, por não apresentarem diferença significativa em relação ao seu valor de mercado.

Os investimentos que, a partir da data de sua aquisição, têm prazo de vencimento igual ou menor que três meses são registrados como equivalentes de caixa.

4.3. Aplicações Financeiras de Curto e Longo Prazo

As aplicações e certificados de depósitos bancários com vencimento superior a três meses a partir da data de sua aquisição são classificados na rubrica aplicações financeiras de curto prazo e os com prazo de vencimento superior a doze meses, que estão ao valor de custo ou de emissão, atualizado conforme disposições legais ou contratuais estão classificadas com aplicações financeiras de longo prazo.

4.4. Títulos Disponíveis para a Venda

Estão classificados como disponíveis para venda e são mensurados pelo seu valor justo. Os juros e correção monetária, contratados, são reconhecidos no resultado quando incorridos. As variações decorrentes de alterações no valor justo desses investimentos são reconhecidas em conta específica do patrimônio líquido, quando incorridas. Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido são transferidos para o resultado no momento em que essas aplicações são realizadas em caixa ou quando há evidência de perda na sua realização.

4.5. Consumidores, Concessionárias e Permissionárias.

Compreendem o fornecimento de energia elétrica faturada e a faturar a consumidores finais, uso da rede, serviços prestados, acréscimos moratórios, suprimento de energia elétrica e encargos de uso da rede, bem como as vendas de energia elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, conforme informações disponibilizadas pela referida Câmara.

4.6. Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

Baseia-se em critérios específicos do setor elétrico no que diz respeito à antiguidade de vencimento das faturas, além de efetuar a análise criteriosa onde contempla fatores como: existência de garantias reais do não recebimento, histórico de inadimplência dos consumidores, parcelamentos de débitos vigentes, devedores em situação de concordata ou análise de valores que estão sob discussão judicial. Foi constituída provisão por valor considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos com consumidores, concessionários e permissionários.

4.7. Redução ao Valor Recuperável de Ativos (impairment)

4.7.1. Ativos Financeiros

As Controladas avaliam, anualmente, se existem evidências que possam indicar deterioração ou perda do valor recuperável dos seus Ativos Financeiros. Sendo tais evidências identificadas, o valor recuperável dos ativos é estimado e se o valor contábil exceder o valor recuperável, o valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda por redução ao valor recuperável para todos os ativos financeiros, com exceção das contas a receber, em que o valor contábil é reduzido pelo uso de uma provisão.

Recuperações subsequentes de valores anteriormente baixados são creditadas à provisão. Mudanças no valor contábil da provisão são reconhecidas no resultado. Quando um ativo financeiro

classificado como disponível para venda é considerado irrecuperável, os ganhos e as perdas acumulados reconhecidos em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado.

4.7.2. Ativos Não Financeiros

As Controladas avaliam, anualmente, se existem evidências que possam indicar deterioração ou perda do valor recuperável dos seus Ativos Não Financeiros. Sendo tais evidências identificadas, o valor recuperável dos ativos é estimado e se o valor contábil exceder o valor recuperável é constituído provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil ao valor recuperável. Essas perdas serão lançadas ao resultado do exercício quando identificadas.

O valor contábil de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

4.8. Ajuste a Valor Presente

Os ativos e passivos de longo prazo, bem como os de curto prazo, caso relevante, são ajustados a valor presente. Os principais efeitos apurados estão relacionados com a rubrica “Consumidores”. As taxas de descontos utilizadas refletem as taxas para riscos e prazos semelhantes às praticadas pelo mercado.

4.9. Estoques (inclusive do ativo intangível em curso)

Os materiais em estoque classificado no ativo circulante, almoxarifado de manutenção e administrativos, e aqueles utilizados na prestação dos serviços de construção e melhorias classificados no ativo intangível em curso (depósito de obra) estão registrados ao custo médio de aquisição, deduzidos dos impostos recuperáveis e de perda estimada para ajustá-lo a valor realizável líquido quando este for menor que seu custo de aquisição. A Companhia, periodicamente, avalia seus itens de estoque quanto à sua obsolescência ou possível redução de valor. A quantia de qualquer redução dos estoques para o valor realizável líquido e todas as perdas de estoque é reconhecida como despesa do período em que a redução ou a perda ocorreram.

4.10. Subvenção e Assistência Governamental

As subvenções governamentais, se recebidas, serão reconhecidas como receita ao longo do período, confrontadas com as despesas que pretende compensar em uma base sistemática. Os valores a serem apropriados no resultado serão destinados à Reserva de Incentivos Fiscais.

4.11. Bens e Direitos Destinados à Alienação e Propriedades para Investimento

Os bens e direitos destinados a alienação são classificados como *mantidos para venda* caso o seu valor contábil seja recuperado principalmente por meio de uma transação de venda e não através do uso contínuo. Essa condição é atendida somente quando a venda é provável e o ativo não circulante estiver disponível para venda imediata em sua condição atual. Os ativos não circulantes classificados como destinados à venda são mensurados pelo menor valor entre o contábil anteriormente registrado e o valor justo menos o custo de venda. As propriedades para investimentos representam os bens não utilizados no objetivo da Concessão, mantidos para valorização ou renda.

4.12. Contrato de Concessão (Ativo Intangível e Financeiro)

O Contrato de Concessão da CEEE-D é reconhecidos como ativo intangível e ativo financeiro. O valor do ativo intangível dos contratos de concessão representa o valor dos serviços de construção e melhorias que será recebido através da cobrança dos usuários via tarifa de energia elétrica. O custo dos serviços de construção e melhorias compreende o preço de aquisição dos materiais e serviços (acrescido de impostos não recuperáveis sobre a compra, depois de deduzidos os descontos

comerciais e abatimentos) e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar a infraestrutura à serviço da concessão no local e condição necessários para este ser capaz de funcionar da forma determinada no Contrato de Concessão. O ativo financeiro refere-se ao valor dos serviços de construção e melhorias realizados e previstos no Contrato de Concessão e que será recebido através de indenização ao final da concessão, por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente, decorrente da aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão e a Orientação Técnica OCPC 05 - Contratos de Concessão. Até a edição da MP nº 579/2012 o Ativo Financeiro foi reconhecido pelo valor residual dos bens individuais ao final da concessão não amortizado e o valor somente era alterado por meio de adições, baixas e transferências, ao longo do prazo de concessão. A MP 579/2012 confirmou o entendimento de que o Valor Novo de Reposição – VNR deverá ser utilizado pelo Poder Concedente para o pagamento de indenização dos ativos não amortizados de distribuição no vencimento da concessão. Consequentemente a Concessionária ajustou o saldo do seu ativo financeiro de indenização com base no valor novo de reposição depreciado, utilizando a Base de Remuneração Regulatória aprovada na Revisão Tarifária de outubro de 2012 através da Nota Técnica ANEEL nº 374 de 16 de outubro de 2012.

A amortização do ativo intangível dos contratos de concessão é calculada pela taxa de depreciação regulatória dos bens individuais.

O Contrato de Concessão 055/2011 da CEEE-GT teve seu primeiro aditivo celebrado em 04 de dezembro de 2012 para prorrogação do prazo de concessão de transmissão de energia elétrica pelo período de trinta (30) anos a partir do mês subsequente a sua assinatura.

O Contrato de Concessão estabelece que a Receita Anual Permitida – RAP, nome dado à remuneração pela prestação do serviço de transmissão, será reajustada anualmente no mês de julho e revisada a cada cinco anos. Além dos critérios para reajuste e revisão da receita, previstos em contrato, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL estabelecerá em regulamentação específica regras e metodologia para cálculo dessa revisão.

O contrato de concessão de transmissão 080/2020 é reconhecido como Ativo Financeiro. O valor do Ativo Financeiro representa o valor dos serviços de construção e melhorias, que será recebido através da Receita Anual Permitida e compreendem o preço de aquisição dos materiais e serviços (acrescido de impostos não recuperáveis sobre a compra, depois de deduzidos os descontos comerciais e abatimentos) e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar a infraestrutura a serviço da concessão no local e condição necessária para este ser capaz de funcionar da forma determinada no Contrato de Concessão, líquidos de amortização e acrescidos de atualização.

A amortização do Ativo Financeiro do contrato de concessão é estimada com base em premissa adotada pela Administração para segregar da Receita Anual Permitida o valor determinado para cobrir a remuneração e a reintegração dos investimentos realizados. A atualização do Ativo Financeiro é calculada com base na taxa interna de retorno (TIR), através do fluxo de caixa projetado ao longo do período da concessão.

4.13. Ativos Biológicos

Os ativos biológicos são mensurados pelo valor justo. As alterações no valor justo são reconhecidas no resultado do exercício em que ocorreram.

4.14. Investimentos

4.14.1. Investimentos em Coligadas

Uma coligada é uma entidade sobre a qual a Companhia possui influência significativa e que não se configura como uma controlada nem uma participação em um empreendimento sob controle comum (joint venture). A influência significativa supostamente ocorre quando a Companhia, direta ou indiretamente, mantém entre 20 e 50 por cento do capital votante de outra entidade e/ou tem o poder de participar nas decisões sobre as políticas financeiras e operacionais da investida, sem exercer controle individual ou conjunto sobre essas políticas.

Os investimentos em coligadas são contabilizados por meio do método de equivalência patrimonial e são reconhecidos inicialmente pelo custo e em seguida ajustados para fins de reconhecimento da participação da Companhia no lucro ou prejuízo e outros resultados abrangentes da coligada.

Quando a participação da Companhia nos prejuízos de uma companhia investida cujo patrimônio líquido tenha sido contabilizado exceda a sua participação acionária nessa companhia registrada por equivalência patrimonial, o valor contábil daquela participação acionária, incluindo quaisquer investimentos de longo prazo, é reduzido a zero.

4.14.2. Participações em Empreendimentos em Conjunto (joint ventures)

Uma joint venture é um acordo contratual através do qual a Companhia e outras partes exercem uma atividade econômica sujeita a controle conjunto, situação em que as decisões sobre políticas financeiras e operacionais estratégicas relacionadas às atividades da joint venture requerem a aprovação de todas as partes que compartilham o controle. Quando a Companhia exerce diretamente suas atividades por meio de uma joint venture, a participação da Companhia nos ativos controlados em conjunto e quaisquer passivos incorridos em conjunto com os demais controladores é reconhecida nas demonstrações financeiras da respectiva empresa e classificada de acordo com sua natureza. Os passivos e gastos incorridos diretamente relacionados a participações nos ativos controlados em conjunto são contabilizados pelo regime de competência.

Qualquer ganho proveniente da venda ou do uso da participação da Companhia nos rendimentos dos ativos controlados em conjunto e sua participação em quaisquer despesas incorridas pela joint venture são reconhecidos quando for provável que os benefícios econômicos associados às transações serão transferidos para a/dá Companhia e seu valor puder ser mensurado de forma confiável.

4.14.3. Entidades de Propósito Específico (EPEs)

Uma Entidade de Propósito Específico é consolidada caso a Companhia conclua, após avaliação da essência do relacionamento e dos riscos e benefícios advindos da EPE, que ela a controla. O controle pode existir mesmo em casos em que a Companhia detenha pequena ou nenhuma parcela do patrimônio líquido da EPE. A aplicação do conceito de controle exige, em cada caso, julgamento no contexto de todos os fatores relevantes.

4.15. Imobilizado

O Imobilizado reconhece os ativos do segmento de Geração a custo atribuído e os bens e da Administração mantidos a custo histórico.

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condições necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração. Inclui também os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados e custos de empréstimos.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item, caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

A depreciação é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas pelo Órgão Regulador, para cada parte de um item do imobilizado, visto que esse método é aceito como o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

4.16. Intangível

Incluem o direito de cobrar os usuários dos serviços pela construção e melhorias realizadas na infraestrutura à serviço da concessão de distribuição de energia elétrica. A amortização reflete as taxas de depreciação regulatória aplicadas aos bens individuais, que é a forma como a Concessionária recupera estes investimentos através da tarifa de energia elétrica e é reconhecida na rubrica de custo de operação e despesas operacionais.

Os outros ativos intangíveis que são adquiridos e que têm suas vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada. Incluem basicamente softwares e direitos desta natureza. A amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas pelo Órgão Regulador para os ativos intangíveis, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso.

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

4.17. Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

Representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e às subvenções destinadas a investimento no serviço público de energia elétrica, cuja quitação ocorrerá ao final da concessão. Essas obrigações estão registradas em grupo específico no passivo não circulante e estão sendo apresentadas como dedução do ativo financeiro e ativo intangível da concessão, dadas suas características de aporte financeiro com fins específicos de financiamentos para obras da infraestrutura à serviço da concessão.

4.18. Arrendamento Mercantil

Os arrendamentos mercantis são segregados entre os operacionais e os financeiros. Quando o arrendamento é classificado como financeiro, ou seja, seus riscos e benefícios são transferidos, este é reconhecido como um ativo e mensurado inicialmente pelo seu valor justo ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos, entre eles o menor, e depreciados normalmente. O passivo subjacente é amortizado utilizando a taxa efetiva de juros.

4.19. Valor Justo

- I. Empréstimos, Recebíveis e Outros Créditos: é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação. A Companhia entende que os valores contábeis na data de transição dos recebíveis de contratos de concessão de serviços representam a melhor estimativa do seu valor justo. Esse valor justo é determinado para fins de divulgação.
- II. Ativos Biológicos: (madeira em pé) é baseado no preço de mercado dos volumes de madeira recuperável estimados. Os preços dos ativos biológicos, denominados em R\$/m³ são obtidos através de pesquisa de preço de mercado, divulgadas por empresas especializadas, além da cotação dos preços praticados em mercado ativo para itens semelhantes.
- III. Ativo Imobilizado: é baseado na abordagem de mercado e nas abordagens de custos através de preços de mercado cotados para itens semelhantes, quando disponíveis, e custo de reposição quando apropriado. Os valores justos do imobilizado referente à infraestrutura de geração vinculada a uma concessão são limitados aos valores de recuperação admitidos pelo Órgão Regulador.
- IV. Ativos Intangíveis: são recebidos como remuneração pela prestação de serviços de construção em um contrato de concessão de serviços: é estimado pela referência ao valor justo dos serviços de construção prestados. A Companhia não reconhece nenhuma margem de lucro sobre essas receitas, porque o modelo de concessão: (i) não se destina a gerar lucros a partir da construção de infraestrutura, mas a partir da prestação de serviços, (ii) a forma como a empresa gerencia as construções baseia-se fortemente em serviços terceirizados e (iii) não há previsão margens dessas operações nos planos de negócios da Companhia. A Administração assim acredita que os ganhos dessas operações são irrelevantes e, portanto, nenhum valor sobre os custos efetivos foram considerados como uma parte das receitas. Desta forma as receitas e os custos de construção são apresentados nas demonstrações financeiras pelos mesmos montantes.
- V. Ativos Intangíveis recebidos como remuneração pela prestação de serviços de construção em um contrato de concessão de serviços: é estimado pela referência ao valor justo dos serviços de construção. O valor justo dos serviços de construção é calculado como o custo estimado

total sem margem de lucro, pois a Concessionária considera que o atual modelo de regulação do setor elétrico não prevê margem para os serviços de construção e melhorias na determinação da tarifa de energia elétrica. Quando a Concessionária recebe um ativo intangível e um ativo financeiro como remuneração pela prestação de serviços de construção em um acordo de concessão de serviços, ela estima o valor justo do ativo intangível como a diferença entre o valor justo dos serviços de construção prestados e o valor justo do ativo financeiro recebido.

- VI. Outros Ativos e Passivos Financeiros: o valor justo de ativos e passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento e ativos financeiros disponíveis para venda é apurado por referência aos seus preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras. O valor justo de investimentos mantidos até o vencimento é apurado somente para fins de divulgação.
- VII. Passivos Financeiros Não Destinados à Negociação: é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras.

4.20. Empréstimos e Financiamentos e Outras Captações

Estão atualizados pela variação monetária e/ou cambial, juros e encargos financeiros, determinados em cada contrato, incorridos até a data de encerramento do balanço. Os custos de transação estão deduzidos dos empréstimos e financiamentos correspondentes. Esses ajustes são apropriados ao resultado pela taxa efetiva de juros do período em despesas financeiras, exceto pela parte apropriada ao custo do ativo intangível em curso.

4.21. Provisões para Contingências Trabalhistas, Cíveis e Tributárias

As provisões são reconhecidas quando as Controladas têm uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de um evento passado, cujo valor possa ser estimado de maneira confiável sendo provável uma saída de recursos. O montante da provisão reconhecida é a melhor estimativa da Administração e dos assessores legais, baseados em pareceres jurídicos sobre os processos existentes e do desembolso exigido para liquidar a obrigação presente na data do balanço. Quando a provisão envolve uma grande população, a obrigação é estimada ponderando todos os possíveis desfechos pelas suas probabilidades associadas. Para uma obrigação única, a mensuração se baseia no desfecho mais provável.

4.22. Outros Ativos e Passivos

Os outros ativos e passivos circulantes e não circulantes, que estão sujeitos à variação monetária ou cambial por força de legislação ou cláusulas contratuais, estão atualizados com base nos índices previstos nos respectivos dispositivos, de forma a refletir os valores na data das Demonstrações Financeiras, os demais estão apresentados pelos valores incorridos na data de formação sendo os ativos reduzidos de provisão para perda e/ou ajuste a valor presente quando aplicável.

4.23. Imposto de Renda e Contribuição Social

O Imposto de Renda corrente quando apurado é calculado e contabilizado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, mais adicional de 10% para o lucro que exceder R\$240 anuais e a Contribuição Social à alíquota de 9%, calculada e escriturada sobre o lucro ajustado antes do Imposto de Renda, na forma da legislação vigente.

Sobre as diferenças temporárias são constituídos impostos diferidos. Os ativos e passivos diferidos são registrados nos ativos e passivos não circulantes. Os impostos diferidos serão realizados com base nas alíquotas que se espera serem aplicáveis no período que o ativo será realizado ou o passivo liquidado. Os ativos e passivos não são descontados a valor presente. Os prejuízos fiscais de Imposto de Renda e bases negativas de contribuição social podem ser compensados anualmente, observando-se o limite de até 30% do lucro tributável para o exercício.

4.24. Provisão para Benefícios a Empregados

As obrigações futuras, estimadas com base na avaliação atuarial, elaborada anualmente por atuário independente, são registradas para cobrir os gastos com plano de previdência, complementação de

aposentadoria incentivada, aposentados ex-autárquicos e contribuições para o fundo de pensão dos funcionários. As Controladas utiliza a abordagem do “corredor” para diferir o reconhecimento dos ganhos ou perdas atuariais no resultado e reconhece o custo do serviço passado do plano de contribuição definida implantado em outubro de 2002, no tempo remanescente de serviço dos empregados, conforme item 96 do CPC 33, aprovado pela Deliberação CVM nº 600, de 9/10/2009. A partir de 1º de janeiro de 2013, como consequência da aplicação da alteração do CPC 33 (R1) (Deliberação CVM nº 695, de 13/12/2012) os ganhos ou perdas atuariais não registrados pela Concessionária serão reconhecidos no seu balanço em outros resultados abrangentes e o custo do serviço passado totalmente contabilizado no resultado.

4.25. Registro de Compra e Venda de Energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE

As compras (custo de energia comprada) e as vendas (receita de suprimento) são registradas pelo regime de competência de acordo com as informações divulgadas pela CCEE, entidade responsável pela apuração das operações de compra e venda de energia. Nos meses em que essas informações não são disponibilizadas em tempo hábil pela CCEE, os valores são estimados pela Administração das Controladas, utilizando-se de parâmetros disponíveis no mercado.

4.26. Apuração do Resultado

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime contábil de competência de cada exercício apresentado. O faturamento de energia elétrica para todos os consumidores é efetuado mensalmente de acordo com o calendário de leitura do consumo. A receita não faturada, correspondente ao período decorrido entre a data da última leitura e o encerramento do mês, é estimada e reconhecida como receita no mês em que a energia foi consumida. As receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros na rubrica de receitas/despesas financeiras.

4.27. Reconhecimento da Receita

4.27.1. Receita da Geração

A receita do segmento de Geração é reconhecida mensalmente pelo faturamento dos contratos firmados tanto em ambiente regulado como em ambiente livre, os quais são pactuados através de leilões de energia e prevêm o fornecimento de uma determinada quantidade de energia em megawatt-hora por um determinado período de tempo, geralmente por vários períodos de um ano. Os valores a serem faturados mensalmente são pré-estabelecidos nos contratos, sendo que no ambiente regulado, as variações de demanda e fornecimento são acompanhadas e ajustadas mensalmente pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. Já no ambiente livre, as oscilações ocorridas nas quantidades de energia demandadas ou fornecidas são acordadas entre as partes do contrato, considerando os devidos ajustes no faturamento mensal. Conforme a MP 579/2012 e RH 1408/2012 e RH 1410/2012, a receita do segmento de Geração será reconhecida a partir do exercício de 2013 por cotas de energia das usinas com concessão renovadas, através de RAG – Receita Anual de Geração.

4.27.2. Receita da Transmissão

No segmento de Transmissão o reconhecimento da receita é efetuado mediante rateio realizado pelo Operador Nacional do Sistema - ONS, mensalmente. Este rateio considera as instalações de todas as Transmissoras como um grande condomínio, onde os ativos (instalações) são remunerados através do número de acessantes à rede básica (RBSE) e às demais instalações da transmissão (DITs). O faturamento tem como princípio o cálculo da Receita Anual Permitida - RAP homologadas pela ANEEL para as instalações autorizadas e ou licitadas que se encontram em operação pela Concessionária. As receitas contabilizadas em forma de degrau pelo segmento de transmissão de energia elétrica foram ajustadas de forma linear, ao longo de vigência dos contratos de concessão.

4.27.3. Receita de Fornecimento da Distribuição

O reconhecimento da receita de fornecimento dá-se pelo faturamento mensal, conforme quantidades medidas de energia fornecida e preços homologados, com os respectivos impostos que compõem o cálculo do preço da tarifa.

4.27.4. Receita não Faturada da Distribuidora

O valor refere-se ao fornecimento de energia elétrica e de uso de rede de distribuição não faturados, calculados em base de estimativas, referente ao período posterior a medição mensal e até o último dia do mês.

4.27.5. Receita de Construção

As Controladas reconhece a receita de construção referente aos serviços de construções e melhorias previstos no contrato de concessão com base no estágio de conclusão das obras realizadas. O estágio de conclusão é avaliado pela referência do levantamento dos trabalhos realizados, ou quando não puder ser medido de maneira confiável, até o limite dos custos reconhecidos na condição de que os custos incorridos possam ser recuperados.

4.27.6. Receita Financeira

A Receita Financeira referente à atualização dos recebíveis de contratos de concessão é reconhecida com base no método da taxa efetiva de juros.

4.28. Despesa Financeira

Contempla encargos de dívidas, variações monetárias de empréstimos e financiamentos, atualização monetária de autos de infração e outras despesas financeiras. O custo dos empréstimos, quando não capitalizados são reconhecidos no resultado com base no método da taxa efetiva de juros.

4.29. Distribuição de Dividendos

Os dividendos são registrados quando aprovados pela Assembleia Geral de Acionistas. O Estatuto Social prevê o pagamento de, no mínimo, 25% do lucro anual da Companhia. Portanto, no encerramento do exercício, quando aplicável, é constituída provisão para pagamento de dividendo mínimo no passivo e o que exceder ao dividendo mínimo obrigatório em conta específica dentro do Patrimônio Líquido, de acordo com o estabelecido no CPC 25 e ICPC 08.

4.30. Transações com Partes Relacionadas

As operações com partes relacionadas têm regras específicas para cada tipo de transação e são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes. Os detalhes dessas operações estão descritos na nota explicativa nº 36.

4.31. Informações por Segmento

As informações por segmentos operacionais evidenciam as atividades de negócio dos quais podem obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes do mesmo Grupo, cujos resultados operacionais são regularmente revistos pela Administração da Companhia.

4.32. Demonstração do Resultado

A Demonstração do Resultado encontra-se apresentada pela natureza das receitas e despesas operacionais.

4.33. Questões Ambientais

As Controladas capitalizam gastos referentes a demandas ambientais correspondentes aos estudos de impacto do meio ambiente, exigidos pelos órgãos públicos competentes, para obtenção das licenças que permitirão a construção e instalação de novos empreendimentos, além daqueles referentes às compensações que devem ser realizados para executar o projeto, visando reparar, atenuar ou evitar danos ao meio ambiente onde será realizado o empreendimento. Os gastos relacionados à questões ambientais posteriores a entrada em operação do empreendimento são registrados como resultado do exercício em que ocorreram.

Os projetos para construção e instalação de novos empreendimentos são identificados e monitorados pelos órgãos ambientais fiscalizadores, tais como Instituto Brasileiro do Meio Ambiente – IBAMA,

Fundação Estadual de Proteção Ambiental - FEPAM, Secretaria Municipal do Meio Ambiente – SEMA e ONGs.

4.34. Pronunciamentos e Interpretações Contábeis

Os Pronunciamentos e Interpretações Técnicos aprovados pela CVM durante o exercício de 2012 que terão efeitos nas Demonstrações Financeiras em 2013 são:

- I. CPC 18 (R2) - Deliberação CVM nº 696 de 13/12/2012 - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto. A norma entrará em vigor a partir de 01/01/2013.
- II. CPC 19 (R2) – Deliberação CVM nº 694 de 23/11/2012 - Negócios em Conjunto – Esta norma entrará em vigor em 01/01/2013.
- III. CPC 33 (R1) – Deliberação CVM nº 695 de 13/12/2012 - Benefícios a Empregados. Esta norma entrará em vigor a partir de 01/01/2013.
- IV. CPC 45 – Deliberação CVM nº 697 de 13/12/2012 - Divulgação de Participações em Outras Entidades – Esta norma entrará em vigor a partir de 01/01/2013.
- V. CPC 46 – Deliberação CVM nº 699 de 20/12/2012 - Mensuração do Valor Justo – Esta norma entrará em vigor a partir de 01/01/2013.

As normas e interpretações que entrarão em vigor a partir de 01/01/2013 as Controladas avaliaram seu impacto e espera ter impacto significativo quanto a adoção do CPC 33 (R1) Benefícios a Empregados, mencionado na nota explicativa nº 24 apresentará impacto significativo.

5. Caixa e Equivalentes de Caixa e Aplicações Financeiras e Títulos Disponíveis para Venda.

Os saldos compõem-se de:

Descrição / Banco	Nota Explicativa	CONSOLIDADO	
		31/12/2012	31/12/2011
CIRCULANTE			
Numerário Disponível		73.851	39.172
SIAC/BANRISUL	36.2	236.998	31.875
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata		236.998	31.875
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa		310.849	71.047
NÃO CIRCULANTE			
SIAC/BANRISUL	36.2	5.586	5.151
Aplicação Financeira Vinculada		3.984	3.380
Quotas Subordinadas - FIDC		47.469	43.490
Total de Aplicações Financeiras		57.039	52.021

5.1. Numerário Disponível

O valor de R\$73.851 (R\$39.172 em 31 de dezembro de 2011) refere-se a recursos depositados em instituições bancárias.

5.2 Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata

O valor de R\$236.998 (R\$31.875 em 31 de dezembro de 2011) refere-se ao valor aplicado no Sistema Integrado de Administração de Caixa - SIAC/BANRISUL instituído pelo Decreto Estadual nº 33.959, de 31 de maio de 1991, remunerado pela taxa SELIC OVER, com liquidez imediata.

5.3. Aplicações Financeiras de Longo Prazo

O valor de R\$57.039 (R\$52.021 em 31 de dezembro de 2011) no ativo não circulante refere-se a Aplicações Financeiras ao principal e a remuneração de valores aplicados no Sistema Integrado de Administração de Caixa - SIAC/BANRISUL, instituído pelo Decreto Estadual nº 33.959, de 31 de maio

de 1991 remunerado pela taxa SELIC, sem liquidez imediata, visto que dependem de dotação orçamentária por parte do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, aplicações vinculadas a garantias de compra de energia e as relativas à captação de empréstimo, bem como Quotas Subordinadas do FIDC.

6. Consumidores, Concessionárias e Permissionárias.

Os saldos compõem-se de:

do balanço consolidado 33 33.

		CONSOLIDADO	
	Nota Explicativa	31/12/2012	31/12/2011
CIRCULANTE			
Suprimento de Energia		42.276	39.483
Encargo de Uso da Rede		63.828	59.529
Consumidores	6.1	446.065	395.308
Permissionárias		27	24
Parcelamentos	6.2	48.673	44.605
Títulos de Crédito a Receber	6.4	563	563
Energia de Curto Prazo - CCEE.....	6.3	9	1.047
Provisão Créditos Liquidação Duvidosa	6.5	(185.008)	(169.212)
Total		416.433	371.347
NÃO CIRCULANTE			
Parcelamentos	6.2	109.775	122.689
Títulos de Crédito a Receber	6.4	3	276
Comercialização Energia CCEE	6.6	194.934	178.270
Total		304.712	301.235

6.1. Consumidores

	Saldos Vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	31/12/2012	31/12/2011
Residencial	88.214	39.713	47.770	175.697	125.482
Industrial	25.017	20.131	13.262	58.410	75.786
Comercial Serviços e Outras Atividades	66.962	25.683	16.192	108.837	98.278
Rural	7.744	8.110	306	16.160	21.228
Poder Público	501	14.116	40.681	55.298	47.505
Iluminação Pública	990	595	24.234	25.819	24.544
Serviço Público	5.667	79	98	5.844	2.485
Total	195.095	108.427	142.543	446.065	395.308

6.2. Parcelamentos

O montante de R\$48.673 (R\$44.605 em 31 de dezembro de 2011) no circulante e R\$109.775 (R\$122.689 em 31 de dezembro de 2011) refere-se a parcelamentos com consumidores, com prefeituras municipais, com o Governo do Estado do Rio Grande do Sul e com a FAMURS – Federação das Associações de Municípios do Estado do Rio Grande do Sul.

6.3. Energia de Curto Prazo – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

O valor de R\$9 (R\$1.047 em 31 de dezembro de 2011) refere-se à energia vendida no mercado de curto prazo, conforme informações divulgadas pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, demonstrado na nota explicativa nº 40.3.2.

6.4. Títulos de Créditos a Receber

Os valores de R\$563 (R\$563 em 31 de dezembro de 2011) no ativo circulante e R\$3 (R\$276 em 31 de dezembro de 2011) no ativo não circulante referem-se a parcelamentos relativos à venda de ativos.

6.5. Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

Os saldos compõem-se de:

CONSUMIDORES POR CLASSE	Saldo 31/12/2011	Adições	Exclusões	Saldo 31/12/2012
Residencial	38.527	9.812	-	48.339
Industrial	9.287	-	(4.027)	5.260
Comercial Serviços e Outras Atividades	13.279	3.009	-	16.288
Rural	1.091	102	-	1.193
Poder Público, Iluminação Pública e Serviço Público ...	52.777	4.960	-	57.737
Títulos de Créditos a Receber e Parcelamentos.....	49.256	1.269	-	50.525
Diversos	4.995	671	-	5.666
Total	169.212	19.823	(4.027)	185.008

Foram incluídos os valores totais dos créditos junto aos consumidores residenciais que apresentam débitos vencidos há mais de 90 dias; consumidores comerciais vencidos há mais de 180 dias; consumidores industriais e rurais vencidos há mais de 360 dias, títulos de créditos a receber de diversas classes de consumidores vencidos há mais de 90 dias e valores de concessionárias, permissionárias diversas e consumidores livres vencidos há mais de três meses.

Para os créditos de responsabilidade dos Poderes Públicos, foi efetuada análise e constituição de provisão considerando a expectativa de perdas na realização desses créditos, que considerou as negociações realizadas e em andamento junto às prefeituras e ao Estado do Rio Grande do Sul.

O valor da provisão contempla a análise criteriosa dos principais devedores de cada classe consumidora, submetendo os valores em débito à análise jurídica, tendo o objetivo de identificar o andamento do processo de cobrança e quais as expectativas de recebimento dos valores junto aos consumidores.

6.6. Comercialização de Energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

O valor de R\$194.934 (R\$178.270 em 31 de dezembro de 2011) refere-se à Energia Vendida no Curto Prazo – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, conforme nota explicativa nº 40.3.2.

As Concessionárias têm atualizado os saldos registrados nas Demonstrações Financeiras de acordo com o Despacho ANEEL 2.517 de 26 de agosto de 2010, conforme demonstrado:

	31/12/2012	31/12/2011
Saldo Inicial	178.270	161.843
Atualização	16.664	16.427
Saldo Final	194.934	178.270

7. Tributos a Recuperar

Os saldos compõem-se de:

	CONSOLIDADO	
	31/12/2012	31/12/2011
CIRCULANTE		
PASEP/COFINS a Compensar.....	357	623
ICMS a Compensar	7.538	8.295
IRPJ e CSLL a Compensar	26.617	7.419
INSS a Compensar	539	920
Outros Créditos a Compensar	1.732	1.196
Total	36.783	18.453
NÃO CIRCULANTE		
PASEP/COFINS a Compensar.....	2.748	2.748
INSS a Compensar	605	605
ICMS a Compensar	10.067	8.623
IRPJ e CSLL a Compensar	1	695
Outros Créditos a Compensar	1.872	1.873
Total	15.293	14.544

A expectativa de realização dos valores registrados no não circulante é de 04 anos conforme dispositivo legal estabelecido na Lei Complementar nº 87/96 que permite a constituição e respectiva fruição deste crédito tributário.

8. Estoques

Os saldos compõem-se de:

	CONSOLIDADO	
	31/12/2012	31/12/2011
Estoque de Operação	21.641	19.096
(-) Provisão para Perdas	(1.142)	(1.087)
Total	20.499	18.009

Os saldos de estoque referem-se a materiais destinados à manutenção das operações, em processo de classificação, resíduos e sucatas e destinados à alienação, todos valorados a preço médio e deduzidos das provisões para perdas.

9. Outros Créditos a Receber

Os saldos compõem-se de:

	Nota Explicativa	CONSOLIDADO	
		31/12/2012	31/12/2011
CIRCULANTE			
Programa Reluz	9.1	15.632	15.850
Programa de Eficiência Energética - PEE	9.2	16.760	11.926
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	9.3	17.310	11.462
Subvenção à Receita Baixa Renda - Tarifa Social	9.4	2.846	4.508
Adiantamento a Fornecedores e Empregados		3.834	5.198
Aluguel Postes e Serviços Prestados		9.621	8.310
Cedência Funcionários	36	1.612	1.710
Fundo Investimentos em Direitos Creditórios FIDC.....	9.5	6.102	10.208
Investimento		11.019	7.866
Subvenção Eletrobras CDE -PLT	36	3.196	-
Custos a Reembolsar		5.266	4.524
Outros Devedores		7.759	91.459
		100.957	173.021

	Nota Explicativa	CONSOLIDADO	
		31/12/2012	31/12/2011
NÃO CIRCULANTE			
Fornecedores - Contrato 1000-1001-87.....	9.6	39.941	39.941
Rede Básica do Sistema Existente - RBSE.....	9.7	415.022	-
Títulos de Crédito a Receber		6	1
Quota ESS	9.8	13.207	13.207
Outros.....		2.689	3.175
		<u>470.865</u>	<u>56.324</u>

9.1. Programa RELUZ

O valor de R\$15.632 (R\$15.850 em 31 de dezembro de 2011) refere-se ao Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente – RELUZ, que tem como objetivo promover a modernização e melhoria da eficiência energética do sistema de iluminação pública nos municípios, por meio da substituição dos equipamentos atuais por tecnologias mais eficientes, visando combater o desperdício de energia elétrica, a serem reembolsados pelas Prefeituras.

9.2. Programa de Eficiência Energética – PEE

O valor de R\$16.760 (R\$11.926 em 31 de dezembro de 2011) refere-se à aplicação dos recursos provenientes dos Programas de Eficiência Energética, que visam demonstrar à sociedade a importância e a viabilidade econômica de ações de combate ao desperdício de energia elétrica.

9.3. Pesquisa e Desenvolvimento – P&D

O valor de R\$17.310 (R\$11.462 em 31 de dezembro de 2011) refere-se a projetos de Pesquisa e Desenvolvimento destinados à capacitação e desenvolvimento tecnológico da Concessionária, visando à geração de novos processos ou produtos, ou o aprimoramento de suas características.

9.4. Subvenção à Receita Baixa Renda – Tarifa Social

O valor de R\$2.846 (R\$4.508 em 31 de dezembro de 2011) refere-se ao resultado gerado entre os aumentos e reduções de receita decorrentes da classificação dos consumidores residenciais na subclasse baixa renda, conforme Resolução Normativa nº 472 de 24 de janeiro de 2012 da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

9.5. Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios – FIDC

O valor de R\$6.102 (R\$10.208 em 31 de dezembro de 2011) refere-se ao montante retido em excesso as parcelas liquidadas, permanecendo aplicado no Fundo para liquidação de parcelas futuras avaliadas pelo valor de custo.

9.6. Fornecedores – Contratos 1000-1001/87

O valor de R\$39.941 (R\$39.941 em 31 de dezembro de 2011) refere-se as notas fiscais vinculadas aos Contratos 1000/87 (Consórcio Sulino) e 1001/87 (Consórcio Conesul) que tratam do fornecimento de equipamento e materiais para instalação de seis subestações, cujas obras civis e montagens foram de responsabilidade da Concessionária e a construção de cinco subestações com fornecimento de equipamentos em empreitada global na modalidade *turn-key*. Estes contratos estão sendo questionados através de uma ação cível pública cujo objeto é a declaração de nulidade dos referidos contratos e a devolução dos valores pagos a maior, encontrando-se atualmente na fase de cálculo pericial. Quando do ingresso de ação judicial ou pagamentos foram suspensos. Este valor está igualmente registrado no passivo circulante, conforme nota explicativa nº 27.

9.7. Rede Básica do Sistema Existente - RBSE

O montante de R\$415.022 refere-se aos ativos não depreciados existentes em 31 de maio de 2000 que foram classificados na Resolução ANEEL nº 166/2000 e estabelecidos na Resolução ANEEL nº 167/2000. Esse ativos são usualmente denominados de Rede Básica Existente – RBSE e conforme dispositivo legal contido na Medida Provisória nº 591/2012 eles serão indenizados pelo poder

concedente, com pagamento em 30 anos e com correção pelo IPCA. O Congresso Nacional publicou em 04 de março de 2013 ato estendendo os efeitos da MP nº 591/2012 por mais 60 dias. No que se refere a regulamentação administrativa, em especial quanto ao critério de valoração dessa indenização, ainda não há regramento publicado pelo órgão regulador do setor. Nesse sentido a Concessionária mantém seu ativo pelo valor histórico residual, consubstanciada na MP nº 591/2012 combinada com a Lei nº 12.783/2012, não mensurando esses bens com base em valor novo de reposição - VNR.

9.8. Quota ESS

O valor de R\$13.207 refere-se ao Encargo do Serviço do Sistema - ESS período Setembro de 2000 a Setembro de 2002.

10. Conta de Resultado a Compensar – CRC

	31/12/2012	31/12/2011
CIRCULANTE		
Investimentos em Títulos do Governo	1.493.306	-
	1.493.306	-
CRC - NTN-B Tranche1	-	1.370.321
CRC - NTN-B Tranche2	-	768.257
CRC - NTN-B Tranche3	989.045	-
	989.045	2.138.578
NÃO CIRCULANTE		
CRC - NTN-B Tranche3	-	768.257
	-	768.257
Total	2.482.351	2.906.835

10.1 Descrição

O saldo de R\$2.482.351 (2.906.835 em 31 de dezembro de 2011) refere-se ao processo ordinário nº 93.00.02153-2, cuja decisão favorável do Superior Tribunal de Justiça – STJ (RESP nº 435.948-RS) proferida em 2005, transitou em julgado no ano de 2009 junto ao Supremo Tribunal Federal – STF.

Em 26 de janeiro de 2012, com a assinatura de um Termo de Acordo junto à União, o qual foi homologado judicialmente em 31 de janeiro de 2012, como consequência, Advocacia Geral da União, com autorização do Ministério de Minas e Energia e do Ministério da Fazenda, assim como, com a efetiva participação da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, da Secretaria do Tesouro Nacional – STN, da Receita Federal do Brasil – RFB, a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN e da Eletrobrás, juntamente com a CEEE-D e CEEE-GT, puseram fim ao processo de liquidação judicial Nº 2006.71.00.047783-2.

Nesse contexto as Concessionárias tiveram definitivamente reconhecido pelo poder judiciário um valor a receber de R\$3.023.261 inerente à Conta de Resultados a Compensar apurado na data base de 27 de dezembro de 2011, sendo que desse montante foram compensados de forma direta pela União, débitos fiscais da Concessionária junto a Receita Federal do Brasil – RFB no montante de R\$116.426. Assim, no tocante aos créditos da CRC, o valor R\$2.905.835 na data base de 31 de dezembro de 2011, serão pagos pela União mediante a emissão de Notas do Tesouro Nacional, Série B – NTN-B, com as seguintes características:

- I. Data-base: 15 de julho de 2000;
- II. Valor Nominal na data-base: R\$ 1.000,00 (mil reais);
- III. Modalidade: nominativa e negociável;
- IV. Atualização do valor nominal: IPCA do mês anterior;
- V. Juros remuneratórios: 6% a.a
- VI. Pagamento do principal e juros:
 - Principal – em parcela única na data de vencimento do título;
 - Juros – semestralmente, no dia 15 dos meses de maio e novembro, com ajuste do prazo no primeiro período de fluência.

Em 09/02/2012 e 18/12/2012 a Secretaria do Tesouro Nacional transferiu a primeira e a segunda tranche para as controladas no valor de R\$1.382.252 e de R\$989.044 correspondentes a 614.819

NTN-B e a 344.692 NTN-B, respectivamente. Em 17 de dezembro de 2013, será transferida a terceira tranche.

10.2 Classificação

Em 31 de dezembro de 2011, as Concessionárias haviam classificado o direito de recebimento dos títulos como "Ativos Financeiros mantidos até o vencimento" levando em consideração a data de conversão do crédito em Notas do Tesouro Nacional - série B "NTN-B".

O Termo de Acordo, prevê a transferência dos títulos em três tranches, sendo a primeira em até 10 (dez) dias úteis após a homologação do termo de acordo, o que ocorreu em 09 de fevereiro de 2012, a segunda e a terceira tranches em 18/12/2012 e 17/12/2013, respectivamente. No entanto o recebimento, por parte das Concessionárias, da segunda e terceira tranche estava condicionado à quitação de débitos relativos a encargos setoriais junto ao órgão regulador, débitos intrassetoriais e financiamentos perante a Eletrobras no prazo de 60 dias após a emissão da primeira tranche. Em abril de 2012 as Concessionárias efetivaram a liquidação dos débitos nos prazos estabelecidos no Termo de Acordo, atendendo a cláusula condicionante para transferência das NTN-B nas datas previstas.

As Concessionárias consideraram as seguintes características, nas quais não é possível identificar uma categoria específica de instrumento financeiro, exceto Ativo financeiro disponível para venda:

- A intenção de vender os títulos nos prazos estabelecidos nos termos do acordo, sendo Dezembro de 2012 e de 2013, portanto não foram adquiridos para a finalidade de venda em curto prazo, bem como existe restrição de uso desses recursos, devendo os mesmos serem utilizados para investimentos em ativos da concessão.

- As NTN-Bs possuem fluxos de caixa determináveis com vencimentos definidos, mas as Concessionárias não possuem a intenção e a capacidade financeira de mantê-los até os vencimentos nos anos de 2017, 2035 e 2045.

- As NTN-Bs estão cotadas em mercado ativo.

10.3 Formas de atualização das NTN-B

Considerando a categoria de instrumentos financeiros na qual foram classificadas as NTN-B, após o reconhecimento inicial, os títulos são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando há a realização do ativo pela venda, o saldo acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado do exercício. Contudo, os juros calculados usando o método dos juros efetivos são reconhecidos no resultado.

Os juros efetivos das NTN-Bs classificadas na conta de aplicações financeiras de curto prazo são calculados com base no valor nominal atualizados pelos termos contratuais (IPCA do mês anterior e Juros remuneratórios: 6% a.a calculados pró-rata-die).

O saldo de CRC a receber está indexado ao futuro recebimento de NTN-Bs conforme termos do acordo firmado, desta forma, estão atualizados com base no valor nominal das NTN-Bs atualizados pelos termos contratuais (IPCA do mês anterior). As Concessionárias terão direito aos juros remuneratórios de 6% a.a., somente quando da efetiva transferência da titularidade.

O valor justo da totalidade dos valores a receber está calculado com o preço unitário divulgado pelo mercado secundário apurado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (Anbima).

10.4 Movimentação

O valor justo e os juros efetivos das NTN-B estão reconhecidos contabilmente conforme segue:

	Ativo			Passivo e Patrimônio Líquido		Resultado	
	Investimentos em títulos do Governo	CRC a receber circulante	CRC a receber não circulante	Impostos diferidos	Outros resultados abrangentes	Receita financeira	Impostos
Posição em 31/12/2011	-	2.138.578	768.257	-	-	-	-
Realização	2.359.365	(2.359.365)					
Transferência	-	989.044	(989.044)	-	-	-	-
Atualização pela taxa efetiva	92.400	47.995	42.664	-	-	183.059	-
Valorização do valor justo	191.054	172.793	178.123	-	541.970	-	-
Venda de títulos do governo	(1.116.163)	-	-	-	(94.178)	94.178	-
Juros Recebidos	(33.350)	-	-	-	-	-	-
Efeito tributário	-	-	-	193.392	(152.251)	-	(41.141)
Posição em 31/12/2012	1.493.306	989.045	-	193.392	295.541	277.237	(41.141)

11. Pagamentos Antecipados

O valor de R\$795 (R\$686 em 31 de dezembro de 2011), corresponde à apropriação das quotas de custeio PROINFA relativo às concessionárias do serviço público de transmissão que atendam consumidor livre e/ou autoprodutor com unidade de consumo conectada às instalações de Rede Básica do Sistema Interligado Nacional.

12. Depósitos Judiciais

O valor de R\$165.685 (R\$162.880 em 31 de dezembro de 2011) refere-se a depósitos judiciais dos processos de natureza trabalhista e cível que não possuem perda provável. Os demais depósitos judiciais estão apresentados de forma dedutiva, retificando os saldos das Provisões para Contingências Passivas a que se referem. Vide nota explicativa nº26.

13. Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

13.1. Créditos Fiscais Diferidos

	CONSOLIDADO	
	31/12/2012	31/12/2011
Provisão Ex-Autárquicos (Lei 3.096/56).....	893.175	874.221
Provisão para Contingências Trabalhistas.....	397.456	497.801
Provisão para Contingências Fiscais e Cíveis.....	187.847	149.906
Outras Provisões.....	3.011	3.144
Base de Cálculo das Diferenças Temporárias.....	1.481.489	1.525.072
Alíquota Aplicável (IR e CS).....	34%	34%
Total do Crédito Fiscal Diferido sobre Diferenças Temporárias.....	503.706	518.524
Base Negativa da Contribuição social.....	70.400	144.316
Alíquota Aplicável (9%).....	6.336	12.988
Prejuízos Fiscais a Compensar.....	426.940	316.793
Alíquota Aplicável (25%).....	106.735	79.198
Total do Crédito Fiscal Diferido sobre Prejuízos Fiscais e Base Negativa da CSLL.....	113.071	92.186
Crédito Fiscal Não Realizável.....	(263.466)	-
Parcela de realização incerta.....	(329.737)	(132.038)
Saldo Contábil.....	23.574	478.673
	23.574	478.673
Total IRPJ e CSSL Diferidos.....	23.574	478.673

Com base no Pronunciamento Técnico CPC 32 (IAS 12) – Tributos Sobre o Lucro, a CEEE-D apresenta diferenças entre a base societária e a base fiscal. Essas diferenças não foram ativadas em razão do histórico dos lucros tributáveis da Concessionária, bem como em função da revisão anual do estudo de viabilidade da realização desses créditos, conforme preconiza a Instrução CVM Nº 371/02.

Desta forma, considerando o exposto, o histórico de não realização dos créditos fiscais, a apuração de resultados não tributáveis nos últimos quatro exercícios, incluindo o exercício de 2012, à luz da sua projeção de resultados futuros, foi efetuada a baixa integral do ativo fiscal diferido da CEEE-D.

Nesse sentido as projeções dos lucros tributáveis da CEEE-D levaram em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas no encerramento do exercício. Assim, essas estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro, tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões, portanto não devem ser utilizadas para tomada de decisão em relação a investimentos.

A CEEE-GT possui crédito fiscal de Imposto de Renda, constituído sobre a alíquota de 25% e Contribuição Social, constituído à alíquota de 9%. Esses créditos são oriundos de diferenças temporárias entre a base fiscal e a base societária, nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 32 (IAS 12) – Tributos Sobre o Lucro.

Conforme preconiza a Instrução CVM nº 371/2002, a análise de realização do valor contábil do ativo diferido é elaborada anualmente pelas Controladas, com base em estudo técnico submetido à aprovação pelos órgãos de Administração das Concessionárias. Esse estudo projeta a expectativa de resultados tributáveis em um período de 10 anos. Desta forma, considerando o exposto, à luz da sua projeção de resultados futuros, foi efetuada a baixa parcial do ativo fiscal diferido da CEEE-GT no montante de R\$229.064.

13.1.1. Estimativa de Realização dos Créditos Fiscais Diferidos

As estimativas de recuperação dos créditos fiscais foram suportadas pelas projeções dos lucros tributáveis da CEEE-GT levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas no encerramento do exercício. Nesse sentido, essas estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões. Portanto, não devem ser utilizadas para tomada de decisão em relação a investimentos.

	31/12/2012	31/12/2011
Exercício de 2012.....	-	124.038
Exercício de 2013	-	141.381
Exercício de 2014.....	8.850	100.549
Exercício de 2015.....	13.782	112.705
Exercício de 2016	942	-
Exercício de 2017	-	-
A partir do Exercício de 2018	-	-
	<u>23.574</u>	<u>478.673</u>

13.2. Passivos Fiscais Diferidos

	31/12/2012	31/12/2011
Reconhecimento do Custo Atribuído	144.424	225.186
Variação do Valor Justo do Ativo Financeiro Disponível para Venda	447.790	-
Atualização do Ativo Financeiro	78.432	-
Exclusão Temporária	121.007	-
Exclusão Temporária - MP nº 579/2012 (Renovação das Concessões)	329.187	-
Base de Cálculo	<u>1.120.840</u>	<u>225.186</u>
Alíquota Aplicável (IR e CS).....	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Total do Passivo Fiscal Diferido	<u>381.087</u>	<u>76.563</u>

13.3. Prejuízo Fiscal e Base Negativa a Realizar

Em 31 de dezembro de 2012, a CEEE-D apresenta saldos de prejuízos fiscais a compensar e base negativa de contribuição social de R\$827.469. Conforme a legislação vigente, o limite de compensação destes prejuízos é de 30% do lucro real apurado em cada exercício. Esses créditos fiscais não se encontram registrados, na medida em que, conforme preconiza a Instrução CVM nº 371/02, a Concessionária revisa anualmente o estudo técnico de realização do ativo, considerando a projeção de resultados tributáveis em um período de 10 anos.

Em 31 de dezembro de 2012, a CEEE-GT apresenta saldos de prejuízos fiscais a compensar e base negativa da contribuição social de R\$426.940 e R\$70.400, respectivamente. Conforme a legislação vigente, o limite de compensação destes prejuízos é de 30% do lucro real apurado em cada exercício.

14. Ativo Financeiro da Concessão

Composição dos saldos do Ativo Financeiro da Concessão de Distribuição e Transmissão:

	CONSOLIDADO	
	31/12/2012	31/12/2011
CEEE-D	845.413	557.313
CEEE-GT	46.356	1.117.497
Total	891.769	1.674.810
Circulante	12.757	303.624
Não Circulante	879.012	1.371.186
Total	891.769	1.674.810

14.1. Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D

Os bens relacionados ao contrato de concessão estão segregados entre ativo intangível líquido e ativo financeiro e estão representados como segue:

	Nota Explicativa	CONSOLIDADO	
		31/12/2012	31/12/2011
Linhas, Redes, Subestações e Sistema de Transmissão Associado - Faixas de Servidão		2.270	2.735
Linhas, Redes, Subestações e Sistema de Transmissão Associado - em operação		2.592.116	1.952.457
Outros		(508.170)	-
(-) Depreciação Acumulada		(1.040.773)	(1.002.959)
Outros (provisão para baixas)		-	(58.802)
(-) Obrigações Especiais		(119.534)	(105.116)
Amortização Acumulada Obrigações Especiais		18.248	13.299
Linhas, Redes, Subestações e Sistema de Transmissão Associado - em andamento		186.896	178.871
(-) Obrigações Especiais - em andamento		(10.537)	(20.238)
Total		1.120.516	960.247
Ativo Financeiro		845.413	557.313
Ativo Intangível	19	275.103	402.934
Total		1.120.516	960.247

A Administração entende que o acordo de concessão atende as condições para aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão, que orienta os concessionários sobre a forma de contabilização de concessões de serviços públicos a entidades privadas.

Foram considerados como ao alcance da ICPC 01 somente aqueles ativos exclusivamente a serviço da concessão e contemplados na Base de Remuneração Regulatória da Concessionária. Os ativos administrativos e de apoio em geral, sobre os quais a Concessionária não recebe remuneração e que são considerados como integrantes da “Empresa de Referência” para fins de Revisão ou Reajuste Tarifário permanecem como ativo imobilizado ou intangível.

Com base na análise do Contrato de Concessão, a Administração entende que a indenização devida pelo Poder Concedente ao final da concessão representa um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro, e que a aplicação do modelo “bifurcado” é o que melhor representa o negócio de Distribuição de Energia Elétrica, abrangendo:

- a parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão que deve ser classificada como ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente; e - a parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual) que deve ser classificada como ativo intangível em virtude de a sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, pelo consumo de energia pelos consumidores.

A partir da Medida Provisória nº 579/2012 a Concessionária confirmou o entendimento de que o Valor Novo de Reposição – VNR deverá ser utilizado pelo Poder Concedente para o pagamento de indenização dos ativos não amortizados de distribuição no vencimento da concessão. O saldo do seu ativo financeiro com base no valor novo de reposição depreciado foi ajustado utilizando-se a Base de Remuneração Regulatória – BRR, aprovada na Revisão Tarifária de 2012 através da Nota Técnica

ANEEL nº 374 de 16/10/2012. O valor do ajuste foi de R\$78.433 reconhecido no resultado com efeitos prospectivos.

A mutação dos bens da concessão, representados pelo ativo intangível da concessão e ativo financeiro indenizável está demonstrada a seguir:

	Ativo Intangível da Concessão	Ativo Financeiro da Concessão	Total
Custo			
Saldo em 31 de dezembro de 2011	1.211.060	557.313	1.768.373
Adição de VNR	-	78.433	78.433
Adição por escopo	-	26.866	26.866
Transferência de Ativo Intangível para Ativo Financeiro	(160.030)	160.030	-
Serviços de Construção e Melhorias	116.543	-	116.543
Amortização por Baixas/Desativação	(10.692)	(1.411)	(12.103)
Transferência para Ativo Financeiro	(24.182)	24.182	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2012	1.132.699	845.413	1.978.112
Amortização e perdas por redução do valor recuperável			
Saldo em 31 de dezembro de 2011	(808.126)	-	(808.126)
Amortização do período	(51.944)	-	(51.944)
Amortização por Baixas/Desativação	2.474	-	2.474
Saldo em 31 de Dezembro de 2012	(857.596)	-	(857.596)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	402.934	557.313	960.247
Saldo em 31 de Dezembro de 2012	275.103	845.413	1.120.516

14.1.1. Bens vinculados à concessão

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26/02/1957, os bens e instalações utilizados na distribuição e comercialização, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 20/1999 regulamenta a desvinculação de bens das concessões do serviço público de energia elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

14.1.2. Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

A partir de 01/01/2007, as obrigações vinculadas passaram a ser controladas conforme determina o Despacho ANEEL nº 3.073, de 28/12/2006, e Ofícios Circulares ANEEL nº 236, nº 296 e nº 1.314, de 08/02/2007, 15/02/2007 e 27/06/2007, respectivamente. As obrigações especiais (não remuneradas) representam as contribuições da União, dos Estados, dos Municípios e dos Consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno em favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição.

As obrigações especiais estão sendo amortizadas às mesmas taxas de amortização dos bens que compõem a infraestrutura, usando-se uma taxa média de 4,41%, a partir do segundo ciclo de revisão tarifária periódica (outubro de 2008).

Ao final da concessão o valor residual das obrigações especiais será deduzido do ativo financeiro indenizável.

14.1.3. Valor Recuperável do Ativo da Concessão

Os ativos da concessão são examinados periodicamente para verificar se existem indicações de que eles estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

O valor contábil líquido dos correspondentes ativos é ajustado ao seu valor recuperável, determinado com base no modelo de fluxos de caixa futuros descontados, sempre que este for inferior ao valor contábil.

As revisões são efetuadas ao nível de Unidades Geradoras de Caixa, definidas por Contrato de Concessão para as quais a Concessionária consegue atribuir fluxos de caixa futuros significativamente independentes.

Para fins de análise do valor de recuperação dos ativos, são observadas todas as alterações adversas ao ambiente empresarial ou regulatório, assim como o seu desempenho, considerando as seguintes particularidades do setor de energia elétrica:

I) As atividades desenvolvidas são suportadas por um contrato de concessão que tem como objetivo, dentre outros, assegurar o equilíbrio econômico e financeiro da concessão.

II) As tarifas devem cobrir os custos necessários ao desenvolvimento das atividades, desde que assegurado o adequado nível de eficiência e a acuracidade das informações contábeis e financeiras.

III) Custos extraordinários e relevantes e eventuais desajustes econômicos serão objeto de revisão tarifária

IV) O contrato de concessão ou permissão é de longo prazo, o que viabiliza melhor planejamento das atividades.

V) As taxas de depreciação estão em conformidade com o que determina o órgão regulador, levando em consideração a vida útil econômica e estimada dos bens.

VI) Ao término da concessão, os bens retornarão à União, sendo a concessionária devidamente ressarcida pelo valor desses bens, determinado conforme normas específicas estabelecidas pela legislação aplicável.

A Concessionária apura anualmente o valor recuperável de suas Unidades Geradoras de Caixa e considera que não existem perdas a serem reconhecidas.

14.2. Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT

Composição dos saldos do Ativo Financeiro da Concessão de Transmissão:

	31/12/2012	31/12/2011
CIRCULANTE.....	12.757	303.624
NÃO CIRCULANTE.....	33.599	813.873
	<u>46.356</u>	<u>1.117.497</u>

A Administração entende que o acordo de concessão atende as condições para aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão, que orienta os concessionários sobre a forma de contabilização de concessões de serviços públicos às entidades privadas.

Foram considerados como ao alcance da ICPC 01 somente aqueles ativos exclusivamente a serviço da concessão sob os quais a Concessionária obtém remuneração do capital investido.

Com base na análise do Contrato de Concessão nº 055/2001 e Contrato de Concessão nº 080/2002, a Administração entende que a aplicação do modelo “financeiro” é o que melhor representa o negócio de Transmissão de Energia Elétrica, considerando que a infra-estrutura construída ou recebida é recuperada por meio de dois fluxos de caixa:

- I. parte a ser recebida diretamente dos usuários delegados pelo poder concedente (geradoras, distribuidoras, consumidores livres, exportadores e importadores) por meio do faturamento mensal da receita garantida (RAP) durante o prazo de concessão; e
- II. parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, a ser recebida diretamente do poder concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

O Contrato de Concessão nº 055/2001 teve seu primeiro aditivo assinado em 04 de dezembro de 2012 para prorrogação da concessão de transmissão pelo período de trinta (30) anos a partir de janeiro de 2013. Os ativos vinculados a este Contrato foram submetidos ao regramento da Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, onde os bens das instalações autorizadas pelo Órgão Regulador (ANEEL) após 31 de maio de 2000, conhecidos como Rede Básica de Novas Instalações – “RBNI”, tiveram seus valores de indenização reconhecidos através do Anexo II da Portaria Interministerial nº 580, de 01 de novembro de 2012. Em complemento ao processo de indenização dos bens vinculados ao Contrato de Concessão 055/2001, a Lei nº 12.783, em seu Art. 14º, Parágrafo 2º, autoriza também

a indenização dos ativos de transmissão que compõe a rede básica do sistema existente em 31 de maio de 2000, conhecida como "RBSE".

Diante do arcabouço legal existente em 31 de dezembro de 2012, a Concessionária procedeu com os registros contábeis necessários à reclassificação dos valores destes ativos para o grupo de contas "Contas a Receber", entendendo que, em sua essência, os referidos bens não serão mais amortizados via Receita Anual Permitida - RAP, mas sim através de depósitos mensais a serem realizados pelo Poder Concedente.

O Contrato de Concessão nº 080/2002 permanece no grupo de contas do "Ativo Financeiro da Concessão", tendo em vista que o mesmo não foi objeto de aplicação da Lei nº 12.783, estando sua concessão vigente por trinta anos a partir da sua assinatura, esta efetivada em dezembro de 2002. O referido Contrato de Concessão foi recalculado e os ajustes referentes ao reconhecimento da receita financeira, amortização do ativo financeiro e receita e custo de construção foram classificados em Resultados de Exercícios Anteriores em 2009.

O Ativo Financeiro da Concessão é amortizado com base em premissas da Administração que estabeleceram o valor justo da Receita Anual Permitida - RAP a ser destinada à reintegração do capital investido na infraestrutura. A amortização do ativo financeiro representa cerca de 70% da RAP das instalações de Transmissão.

A atualização do Ativo Financeiro da Concessão de transmissão é calculada conforme a Taxa Interna de Retorno – TIR, identificada com base em um fluxo de caixa projetado até o final da concessão, e é reconhecida no resultado do exercício.

As adições ou baixas ocorridas por conta de expansão da infraestrutura da concessão, ou de substituição de itens, são incorporadas ou deduzidas do saldo do Ativo Financeiro sempre que alterarem a geração de fluxo de caixa seja por meio de incremento da Receita Anual Permitida ou por alteração do valor de indenização ao final da concessão. Cada vez que é alterado o saldo do Ativo Financeiro por conta de adições ou baixas, a Concessionária apura a nova Taxa Interna de Retorno - TIR que suportará a base para atualização do Ativo Financeiro.

14.2.1. Movimento do Ativo Financeiro da Concessão

	Contrato 055/2001	Contrato 080/2002	Total
Custo			
Saldo em 31 de Dezembro de 2011	2.848.347	85.424	2.933.771
Serviços de Construção e Melhorias.....	58.347	6.392	64.739
Atualização.....	384.236	41.676	425.912
Saldo em 31 de Dezembro de 2012	3.290.930	133.492	3.424.422
Amortização e perdas por redução do valor recuperável			
Saldo em 31 de Dezembro de 2011	(1.767.756)	(48.518)	(1.816.274)
Amortização do período.....	(360.605)	(28.994)	(389.599)
Indenização Rede Básica Existente - RBSE.....	(415.022)	-	(415.022)
Indenização Rede Básica Novas Instalações - RBNI.....	(675.827)	-	(675.827)
Reversão Linearização Receita.....	(67.589)	(9.624)	(77.213)
Perda de Valor Recuperável após Indenizações.....	(4.131)	-	(4.131)
Saldo em 31 de Dezembro de 2012	(3.290.930)	(87.136)	(3.378.066)
Valor contábil			
Em 31 de Dezembro de 2011	1.080.591	36.906	1.117.497
Saldo em 31 de Dezembro de 2012	-	46.356	46.356
 Em 31 de Dezembro de 2012 - Circulante	-	12.757	12.757
Em 31 de Dezembro de 2012 - Não Circulante	-	33.599	33.599

14.1.2. Vinculação dos Bens à Concessão

De acordo com os Artigos 63º e 64º do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na transmissão de energia são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 20/99, regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando ainda,

que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, para aplicação na referida concessão.

14.1.3. Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

A partir de 01/01/2007, as obrigações vinculadas passaram a ser controladas conforme determina o Despacho ANEEL nº 3.073, de 28/12/2006, e Ofícios Circulares ANEEL nº 236, nº 296 e nº 1.314, de 08/02/2007, 15/02/2007 e 27/06/2007, respectivamente. As obrigações especiais (não remuneradas) representam as contribuições da União, dos Estados, dos Municípios e dos Consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno em favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica na atividade de Transmissão.

Ao final da concessão o valor das obrigações especiais será deduzido do ativo financeiro indenizável, sendo esta a prática adotada por esta Concessionária quando da apuração do valor dos bens vinculados ao Contrato de Concessão nº 055/2001 alcançados pela Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013.

14.1.4. Valor Recuperável dos Ativos da Concessão

Os ativos da concessão são examinados periodicamente para verificar se existem indícios de que estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

O valor contábil líquido dos correspondentes ativos é ajustado ao seu valor recuperável, determinado com base no modelo de fluxos de caixa futuros descontados, sempre que este for inferior ao valor contábil.

As revisões são efetuadas ao nível de Unidades Geradoras de Caixa, definidas por Contrato de Concessão, para as quais a Concessionária consegue atribuir fluxos de caixa futuros significativamente independentes.

Para fins de análise do valor de recuperação dos ativos, são observadas todas as alterações adversas ao ambiente empresarial ou regulatório, assim como o seu desempenho, considerando as seguintes particularidades do setor de energia elétrica:

- I. As atividades desenvolvidas são suportadas por um contrato de concessão que tem como objetivo, dentre outros, assegurar o equilíbrio econômico e financeiro da Concessão;
- II. As tarifas devem cobrir os custos necessários ao desenvolvimento das atividades, desde que assegurado o adequado nível de eficiência e a acuracidade das informações contábeis e financeiras;
- III. Custos extraordinários e relevantes e eventuais desajustes econômicos serão objeto de revisão tarifária;
- IV. O contrato de concessão ou permissão é de longo prazo, o que viabiliza melhor planejamento das atividades;
- V. As taxas de depreciação estão em conformidade com o que determina o órgão regulador, levando em consideração a vida útil econômica e estimada dos bens;
- VI. Ao término da concessão, os bens retornarão à União, sendo a Concessionária devidamente indenizada pelo valor residual desses bens, determinado conforme normas específicas estabelecidas pela legislação aplicável.

A Concessionária apura anualmente o valor recuperável de suas Unidades Geradoras de Caixa e considera que não existem perdas a serem reconhecidas.

14.1.5. Indenização Rede Básica Novos Investimentos - RBNI

O montante de R\$260.435 no ativo circulante e R\$415.393 no ativo não circulante refere-se à indenização dos empreendimentos autorizados pelo Órgão Regulador após 31 de maio de 2000, denominados de Rede Básica de Novos Investimentos – RBNI, para o contrato de concessão nº 055/2001. O valor de indenização foi divulgado através do Anexo II da Portaria Interministerial nº 580, de 1º de novembro de 2012, cujo recebimento será realizado em trinta (30) parcelas mensais, corrigidas por IPCA mais WACC (*Weighted Average Cost Of Capital*) de 5,59% real ao ano, segundo

o que estabelece o Artigo 4º da referida Portaria Interministerial.

15. Bens e Direitos Destinados a Alienação e Renda

O valor de R\$15.757 (R\$16.247 em 31 de dezembro de 2011) refere-se ao custo dos terrenos e edificações que se encontram sem utilização e que serão alienados conforme planos das Concessionárias, e imóveis destinados à futura utilização pelas Concessionárias, no serviço concedido e a bens mantidos para obtenção de renda.

16. Ativo Biológico

O valor de R\$39.926 (R\$40.027 em 31 de dezembro de 2011) contempla os investimentos em hortos florestais de produção, usinas de preservação de madeira e viveiros de mudas nativas e exóticas. A Concessionária desenvolve a tecnologia aplicada, implementando florestas exóticas e estudando as suas ações e interações ecológicas no conjunto ambiental. A atividade de produção de madeira preservada compreende os momentos desde o plantio da muda do eucalipto até a fabricação e preservação dos postes utilizados nas redes elétricas. O valor de R\$26.128 compreende o investimento nos hortos florestais de Carola, Renner, Candiota e Giruá por seu valor justo, aplicando as técnicas de levantamentos dendométricos e topográficos, identificando as áreas, seus talhões e as características dos ativos biológicos que ali estão, sendo avaliadas as perspectivas de crescimento destes ativos e a capacidade de geração de postes e sobras de madeira que, posteriormente, são avaliados pelos valores praticados no mercado para cumprimento das determinações do CPC 29/ IAS 41.

	Hortos Florestais
Saldo em 31 de dezembro de 2010	13.899
Aumento devido a novos investimentos	2.480
Mudança no valor justo	28.448
Madeira colhida e transferida para custo de construção	(4.800)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	40.027
Mudança no valor justo	(961)
Saldo em 31 de Dezembro de 2012	39.066
Aumento devido a novos investimentos	2.146
Madeira colhida e transferida para custo de construção	(1.286)
Saldo em 31 de Dezembro de 2012	39.926

17. Investimentos

17.1 Controladora

Refere-se à participação da CEEE-Par na Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-GT e na Companhia de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D, com o percentual de 65,92% no capital social de cada Controlada.

A Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-GT é uma empresa de economia mista, responsável pelo serviço público de energia elétrica, integrada pelas áreas de Geração e Transmissão, originada do processo de reestruturação societária da Companhia Estadual de Energia Elétrica do Rio Grande do Sul - CEEE, concluído em novembro de 2006.

Já a Companhia de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D é uma empresa organizada em conformidade com a autorização concedida pela Lei Estadual nº 12.593, de 13 de setembro de 2006 e foi constituída a partir da cisão da Companhia Estadual de Energia Elétrica, conforme Assembléia Geral Extraordinária realizada em 27 de novembro de 2006 (Ata nº 170), que consignou, nos termos do artigo 229, § 2º, da Lei 6.404/76, tendo sido observadas todas as formalidades legais para tanto, a constituição formal da CEEE-D, a qual somente iniciou as atividades previstas no seu objeto social a partir do dia 1º de dezembro de 2006. Esta mesma AGE aprovou o tratamento das variações patrimoniais previstos na Proposta e Justificação de Cisão de que os resultados e as variações patrimoniais que sejam atribuídas à atividade de distribuição de energia elétrica entre o Balanço Base de Cisão (30 de setembro de 2006) e a data de 30 de novembro de 2006 foram registrados na CEEE-D.

17.1.1. Participações Societárias Permanentes

	CONTROLADORA					
	31/12/2012		31/12/2011			
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D	695.556		808.124			
Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-GT	1.493.185		1.429.631			
	2.188.741		2.237.755			

	CEEE-D		CEEE-GT		TOTAL	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Capital social	23.703	23.703	588.447	588.447	612.150	612.150
Patrimônio líquido	1.055.154	1.225.918	2.265.143	2.210.347	3.320.297	3.436.265
Resultado do exercício	(308.680)	(202.892)	(130.256)	88.173	(438.936)	(114.719)
% de participação	65,92%	65,92%	65,92%	65,92%	65,92%	65,92%
Saldo do investimento no início do período	808.124	941.870	1.429.631	1.352.294	2.237.755	2.294.164
Realização dos tributos diferidos sobre avaliação patrimonial na investida	-	-	18.081	9.934	18.081	9.934
Variação líquida no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda na investida	137.750	-	157.435	-	295.185	-
Imposto de renda e contribuição social sobre outros resultados abrangentes na investida	(46.836)	-	(53.528)	-	(100.364)	-
Dividendos não recebidos	-	-	27.431	36.711	27.431	36.711
Dividendos provisionados / reversão	-	-	-	(27.433)	-	(27.433)
Resultado de equivalência patrimonial	(203.482)	(133.746)	(85.865)	58.125	(289.347)	(75.621)
Saldo do investimento no final do período	695.556	808.124	1.493.185	1.429.631	2.188.741	2.237.755

17.2. Consolidado**17.2.1. Composição**

	CONSOLIDADO	
	31/12/2012	31/12/2011
Participações societárias permanentes		
Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial.....	333.951	312.877
Avaliadas pelo método de custo	21.522	4.961
	355.473	317.838

17.2. Participações Societárias Permanentes Avaliadas pelo Método de Equivalência Patrimonial

Os saldos compõem-se de participação no capital das seguintes empresas:

	31/12/2012		31/12/2011	
	Lote de Mil ações ou quotas	Participação (%)	Lote de Mil ações ou quotas	Participação (%)
Maesa	22.624.633	6,66%	22.624.633	6,66%
Enercan	25.326	6,51%	25.326	6,51%
Jaguari	1.857.000	10,50%	1.857.000	10,50%
Etau	3.489.534	10,00%	3.489.534	10,00%
Ceran	153.000.000	30,00%	153.000.000	30,00%
Chapcoense	10.000	9,00%	10.000	9,00%

17.2.3. Informações Financeiras das Investidas

	31/12/2012						
	Capital social	Patrimônio líquido publicado	Ajustes ressalvados pelo auditor	Patrimônio líquido ajustado	Lucro (prejuízo) publicado	Ajustes ressalvados pelo auditor	Lucro (prejuízo) ajustado
Maesa	339.808	472.291	-	472.291	51.618	-	51.618
Enercan	388.787	855.152	(59.873)	795.279	160.295	(9.708)	150.587
Jaguari	17.680	12.989	(4.885)	8.104	(717)	(158)	(875)
Etau	34.895	87.700	-	87.700	18.091	-	18.091
Ceran	470.875	658.783	(72.809)	585.974	70.680	(14.270)	56.410
Chapecoense	714.509	867.386	(141.970)	725.416	153.198	(60.200)	92.998

As investidas foram ressalvadas no relatório de seus auditores independentes por não registrarem em suas demonstrações financeiras, os efeitos de:

- Ausência de registro da obrigação do direito de exploração (concessão onerosa), denominado. Uso do Bem Público - UBP (Ceran e Chapecoense).
- Utilização das taxas de depreciação dos bens integrantes do seu ativo imobilizado está de acordo com as estipuladas pelo poder concedente (ANEEL) e não considerando o prazo de concessão (Enercan, Ceran e Chapecoense).
- O não reconhecimento de provisão para perdas dos saldos de aplicações financeiras junto ao Banco Santos e o não recolhimento ou provisão do imposto sobre operações financeiras – IOF incidente sobre mútuo financeiro a pagar firmado entre partes relacionadas (Jaguari).

Por decisão da administração, para o cálculo de equivalência patrimonial a Concessionária ajustou as Demonstrações Financeiras das investidas contemplando os efeitos das ressalvas dos Auditores Independentes.

17.2.4. Movimentação dos investimentos

	CONSOLIDADO					
	Saldos em 31/12/2011	Aumento de Capital	Ganho (perda)	Equivalência Patrimonial	Dividendos	Saldos em 31/12/2012
Maesa	27.778	263	-	3.436	(32)	31.445
Enercan	51.225	-	(5.237)	8.298	(2.481)	51.805
Jaguari	712	-	-	139	-	851
Etau	8.032	-	-	1.809	(1.071)	8.770
Ceran	163.905	-	-	16.924	(5.036)	175.793
Chapecoense	61.225	-	-	7.877	(3.815)	65.287
	312.877	263	(5.237)	38.483	(12.435)	333.951

17.2.4.1. Machadinho Energética S/A – MAESA

Em julho de 1997 foi formalizado contrato de concessão entre o Empreendimento Machadinho, formado pela TRACTEBEL e Machadinho Energética S.A. – MAESA, e Poder Concedente para construção e exploração da UHE Machadinho com 1.140 MW de potência, cuja operação comercial iniciou em 2002.

A CEEE-GT faz parte da MAESA, em 2007 aumentou sua participação societária com a aquisição de parte das ações alienadas pela empresa Centrais Elétricas de Santa Catarina – CELESC.

Com esta aquisição, a participação da Concessionária na MAESA e por consequência no Empreendimento Machadinho passou a ser de 6,66% (5,86% anterior) e 5,53% (4,85% anterior) respectivamente, representando uma potência de 63 MW e energia garantida de 26,16 MW médios.

Em 14 de fevereiro de 2012 foi realizada Assembléia Geral Extraordinária dos Acionistas onde foram aprovados os termos constantes no Protocolo de Cisão e também foi aprovada a cisão total da Companhia, nos exatos termos do Protocolo, com a versão integral e proporcional dos elementos patrimoniais ativos e passivos da Companhia para suas acionistas, que renunciam, reciprocamente, a qualquer direito de subscrição a que fariam jus em virtude da Cisão, tendo em vista que não se estabelecerá qualquer relação de troca, pois nenhuma das acionistas da MAESA será admitida no capital social de qualquer outra das acionistas da MAESA.

17.2.4.2. Campos Novos Energia S/A – ENERCAN

Refere-se à participação de 6,51% na Empresa Campos Novos Energia S/A – ENERCAN, localizada no rio Canoas, entre os municípios de Campos Novos e Celso Ramos, no estado de Santa Catarina, através do contrato de concessão nº 43/2000, com a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. A potência instalada corresponde a 880 MW, sendo que a 1ª unidade geradora passou a operar comercialmente em 03 de fevereiro de 2007, a 2ª unidade em 17 de fevereiro de 2007 e a 3ª unidade entrou em operação em 09 de maio de 2007.

17.2.4.3. Jaguari Energética S/A

Refere-se à participação da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT na Jaguari Energética S/A, para a construção da PCH Furnas do Segredo, localizada no rio Jaguari, no Estado do Rio Grande do Sul, cujo início das operações ocorreu em setembro de 2005.

Em 30 de agosto de 2004, a participação da Concessionária reduziu de 30% para 14,19% de acordo com a Resolução de Diretoria nº 2.124, isto porque o Acordo de Quotistas estabelecia que o acionista Guascor financiaria o capital próprio da Concessionária caso a sociedade obtivesse um financiamento mínimo de 80%, o qual não foi aprovado pelo BNDES, que financiou 55,2% do projeto.

Em agosto de 2004 foi firmado contrato de empréstimo entre Guascor Serviços Ltda e CEEE-GT, no valor de R\$1.857 para integralização do capital social da Concessionária na investida. A Concessionária pagará a credora através dos dividendos que terá direito do resultado da Jaguari Energética S/A.

Em novembro de 2006, conforme Resolução de Diretoria nº 486, a Concessionária não manifestou interesse em acompanhar os aportes deliberados pelos demais acionistas da empresa, reduzindo a participação para 10,5%.

17.2.4.4. Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S/A – ETAU

Em 18 de dezembro de 2002, a Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S/A – ETAU, firmou Contrato de Concessão nº 82/2002 – ANEEL, tendo por objeto a concessão do serviço público de energia elétrica referente à Linha de Transmissão Campos Novos, Lagoa Vermelha, Santa Marta 230 kV; a entrada em operação ocorreu em 17 de abril de 2005. A Concessionária tem participação de 10% na ETAU, sendo que o capital social correspondente foi integralizado com a emissão de notas promissórias “pro soluto”, as quais serão resgatadas mensalmente até a quitação de sua parcela no patrimônio do empreendimento, através do Contrato de Operação e Manutenção ETAU/CEEE-GT.

17.2.4.5. Companhia Energética Rio das Antas - CERAN

Refere-se à participação de 30% na Companhia Energética Rio das Antas - CERAN, para implantação e exploração dos empreendimentos hidrelétricos nas usinas Castro Alves, Monte Claro e 14 de Julho, todas localizadas no Estado do Rio Grande do Sul, cuja potência instalada corresponderá a 360 MW. Em 29 de dezembro de 2004, entrou em operação comercial a primeira das duas turbinas da Usina Hidrelétrica Monte Claro e em 29 de novembro de 2006, a segunda turbina com potência total instalada de 59 MW. Na UHE Castro Alves entrou em operação a primeira turbina em 04 de março, a segunda em 02 de abril e a terceira em 06 de junho de 2008. A UHE 14 de Julho iniciou a operação comercial de fornecimento de energia referente à primeira unidade geradora em 25 de dezembro de 2008 e a segunda em 13 de março de 2009.

17.2.4.6. Foz do Chapecó Energia S/A

Em 01 de março de 2007, a Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT, juntamente com a CPFL Geração de Energia S/A e a Chapecoense Geração S/A, assinaram o Acordo de Acionistas da Foz do Chapecó Energia S/A – FCE, sociedade por ações de propósito específicas – SPE, com distrato do consórcio anteriormente formalizado entre as partes.

A Resolução Autorizativa ANEEL nº 879, de 17 de abril de 2007, autorizou a transferência da quota-parte detida pela Chapecoense Geração S/A na concessão do UHE Foz do Chapecó para a Foz do Chapecó Energia S/A – FCE, alterando-se a estrutura acionária, que passou a ter a seguinte composição: CPFL – 51%, CEEE-GT – 9% e Chapecoense – 40%.

A potência instalada da usina, localizada no rio Uruguai, entre os municípios de Águas de Chapecó no Estado de Santa Catarina, e Alpestre no Rio Grande do Sul, corresponderá a 855 MW, distribuída em quatro grupos geradores, e em março de 2011 passou a operar com sua capacidade máxima.

O BNDES aprovou financiamento para o empreendimento na ordem de R\$ 1,658 bilhão, cujo prazo de financiamento é de utilização e carência até 15 de setembro de 2011 e amortização em 192 meses. A Concessionária assinou o contrato na condição de interveniente na operação do financiamento e aportou capital em dezembro de 2007, no montante de R\$ 5,9 milhões, o qual já foi repassado através de empréstimo do Banco Bradesco diretamente a Foz do Chapecó Energia S/A.

17.3. Participações Societárias Permanentes Avaliadas pelo Custo

	CONSOLIDADO	
	31/12/2012	31/12/2011
Centrais Elétricas S.A - ELETROSUL.....	2.160	2.260
(-) Provisão Desvalorização ELETROSUL.....	(1.936)	(1.936)
Piratini Energia S.A.....	10	10
Transmissora Porto Alegre LTDA.....	4.074	4.074
Transmissora Sul Litorânea de Energia S.A - TSLE	16.660	-
Outros Investimentos Avaliados pelo Custo.....	908	909
(-) Provisão Desvalorização Outros Investimentos.....	(354)	(356)
	<u>21.522</u>	<u>4.961</u>

17.3.1. Centrais Elétricas S.A. - ELETROSUL

Refere-se à participação de 0,116% no Capital Social da Centrais Elétricas S.A.- ELETROSUL.

17.3.2. Piratini Energia S/A

Refere-se à participação de 10% na Piratini Energia S/A, sendo esta proprietária da Usina Termelétrica Piratini, localizada no município de Piratini/RS, com capacidade para produzir 10 MW utilizando-se de resíduos de madeira provenientes das indústrias madeireiras da Região.

17.3.3. Transmissora Porto Alegre Ltda

Em junho de 2009, a Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT e a PROCABLE Energia e Telecomunicações constituíram a Sociedade de Propósito Específico denominada TP AE - Transmissora Porto Alegre de Energia Ltda. que venceu o Leilão da ANEEL – processo nº 48500.000368/2009-18 para a exploração da Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica, mediante a construção, a montagem, a operação e manutenção do empreendimento Linha de Transmissão Subterrânea em 230kV Porto Alegre 9 - Porto Alegre 4.

Conforme Memorando de Entendimentos firmado entre as partes, a Concessionária seria responsável pela Operação e Manutenção do Empreendimento, pelas Licenças Ambientais, revisões, acompanhamento técnico e fiscalização da obra e a PROCABLE seria responsável pela preparação do Projeto Básico e Executivo do Empreendimento, construção, fornecimento de materiais, obras civis, instalações, testes e realização de comissionamento. A Concessionária e a PROCABLE, em conjunto, seriam responsáveis pela estruturação e contratação do financiamento para implantação do Empreendimento.

A Concessionária detém 20% de participação no capital da Transmissora.

17.3.4. Transmissora Sul Litorânea de Energia S.A – TSLE

Em junho de 2012 a Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE GT e a ELETROSUL Centrais Elétricas S.A constituíram a Transmissora Sul Litorânea de Energia S.A que tem como objeto social a construção, projeto, implantação, operação, manutenção e exploração, sob regime de autorização ou concessão, de instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Interligado Nacional e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio. O capital social subscrito é de R\$10 representado por 10.000 (dez mil) ações sem valor nominal. A CEEE GT 49% das ações subscritas.

Em reunião do Conselho de Administração da TSLE de 12 de julho de 2012 foi aprovado Adiantamento para futuro Aumento de capital – AFAC no valor de R\$46.000 a ser aportado no período de agosto a dezembro de 2012.

18. Imobilizado

	CONSOLIDADO	
	31/12/2012	31/12/2011
CEEE-D	173.499	59.198
CEEE-GT	300.113	441.896
Total	<u>473.612</u>	<u>501.094</u>

18.1. Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D

	Terrenos	Edificações e Barragens	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e acessórios	Bens em construção	Bens não vinculados à concessão	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2010	3.318	1.883	12.471	6.977	1.690	12.103	25.039	63.481
Adições	-	-	-	-	-	4.280	14	4.294
Baixas	-	-	(856)	(220)	(127)	-	(863)	(2.066)
Transferências para Imobilizado em Serviço	-	14	464	7	88	(1.876)	1.303	-
Outros	-	562	25	-	-	(1.268)	-	(681)
	<u>3.318</u>	<u>2.459</u>	<u>12.104</u>	<u>6.764</u>	<u>1.651</u>	<u>13.239</u>	<u>25.493</u>	<u>65.028</u>
Depreciação no período	-	(157)	1.386	(3.670)	(17)	-	(5.124)	(7.582)
Baixas	-	-	734	220	110	-	688	1.752
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2011	<u>3.318</u>	<u>2.302</u>	<u>14.224</u>	<u>3.314</u>	<u>1.744</u>	<u>13.239</u>	<u>21.057</u>	<u>59.198</u>
Adições	-	-	-	-	-	84.209	16	84.225
Baixas	-	(54)	(73)	-	(54)	(1.210)	(8.208)	(9.599)
Transferências para Imobilizado em Serviço	-	-	-	-	-	(5.519)	5.519	-
Outros	-	(14)	(8.144)	3.839	245	(1.672)	5.306	(440)
	<u>3.318</u>	<u>2.234</u>	<u>6.007</u>	<u>7.153</u>	<u>1.935</u>	<u>89.047</u>	<u>23.690</u>	<u>133.384</u>
Depreciação no período	-	(154)	(2.483)	(3.678)	(1.121)	-	(212)	(7.648)
Baixas	-	-	25	-	1.463	-	5.504	6.992
Outros	-	(4)	4.811	13.266	(1.522)	-	24.220	40.771
Saldo em 31 de Dezembro de 2012	<u>3.318</u>	<u>2.076</u>	<u>8.360</u>	<u>16.741</u>	<u>755</u>	<u>89.047</u>	<u>53.202</u>	<u>173.499</u>

O Ativo Imobilizado da Concessionária é composto por bens administrativos, veículos e móveis e utensílios, que são deduzidos da Base de Remuneração Regulatória e que não foram considerados dentro do alcance da ICPC 01. Estes ativos são adquiridos prontos em sua maioria e entram em operação tão logo sejam recebidos pela empresa, portanto, na composição de seu custo histórico os valores relativos à Rateio de Custo da Administração Central ou Juros de Obra em Andamento, se existirem, são imateriais. Esses ativos da Concessionária, que não contribuem diretamente na geração de caixa, estão registrados ao custo de aquisição que no entendimento da Administração é a melhor estimativa do seu valor justo.

A alteração das taxas anuais de depreciação estabelecida pela Resolução Normativa ANEEL nº 474 de 07 de fevereiro de 2012 reduziu a taxa média de depreciação de 4,13% para 3,75%. Esta alteração reduziu a despesa de depreciação/amortização no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 em aproximadamente R\$1.382.

18.2. Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT

	Terrenos	Reservatórios e Barragens	Edificações e Benfeitorias	Máquinas e Equipamentos	Veículos	Móveis e Acessórios	Bens em construção	Bens não vinculados à concessão	Total
Saldo em 31 de Dezembro de 2010	6.182	222.517	2.343	43.317	2.957	241	34.167	155.538	467.262
Adições.....	-	-	-	-	-	-	13.087	-	13.087
Baixas.....	-	-	(18)	(5.868)	(80)	(25)	-	-	(5.991)
Transferências para Imobilizado em Serviço.....	488	-	230	3.961	-	42	(4.721)	-	-
Outros.....	1	-	12.810	1.067	62	3.569	-	22.050	39.559
	6.671	222.517	15.365	42.477	2.939	3.827	42.533	177.588	513.917
Depreciação no período.....	-	(29.007)	(3.627)	(25.041)	(453)	(48)	-	-	(58.176)
Baixas.....	-	-	4	5.547	20	24	-	-	5.595
Outros.....	-	-	(12.802)	(834)	(62)	(3.524)	-	(2.218)	(19.440)
Saldo em 31 de Dezembro de 2011	6.671	193.510	(1.060)	22.149	2.444	279	42.533	175.370	441.896
Adições.....	-	-	-	-	-	-	11.288	-	11.288
Baixas.....	(5.442)	(996.511)	(95.351)	(352.341)	(2)	(140)	(10.723)	-	(1.460.510)
Transferências para Imobilizado em Serviço.....	-	-	-	53	-	3	(56)	-	-
Outros.....	13.488	-	150.758	606.478	(199)	(1.313)	7.589	(815.241)	(38.440)
	14.717	(803.001)	54.347	276.339	2.243	(1.171)	50.631	(639.871)	(1.045.766)
Depreciação no período.....	-	(34.800)	(4.675)	(22.668)	(322)	(63)	-	(164)	(62.692)
Baixas.....	-	971.247	94.150	324.165	-	105	-	-	1.389.667
Outros.....	-	-	(126.593)	(495.558)	(1.780)	1.671	-	641.164	18.904
Saldo em 31 de Dezembro de 2012	14.717	133.446	17.229	82.278	141	542	50.631	1.129	300.113

O Ativo imobilizado da Concessionária é composto por Usinas de Geração, bens administrativos, bens não vinculados à Concessão, veículos e móveis e utensílios, inclusive a serviço das concessões de transmissão, mas que não foram considerados dentro do alcance da ICPC 01.

Os ativos administrativos e de apoio em geral são adquiridos prontos em sua maioria e entram em operação tão logo sejam recebidos pela empresa, portanto, na composição de seu custo histórico os valores relativos à Rateio de Custo da Administração Central ou Juros de Obra em Andamento, se existir, são imateriais. Estes ativos da Concessionária, que não contribuem diretamente na geração de caixa, estão registrados ao custo de aquisição, que no entendimento da Administração, é a melhor estimativa do seu valor justo.

Custo Atribuído (*Deemed Cost*)

A Concessionária avaliou os valores de suas usinas de geração e optou pela adoção do custo atribuído (*deemed cost*), ajustando os saldos de abertura na data de transição em 1º de janeiro de 2009 para fins de comparação.

Os valores justos utilizados na adoção do custo atribuído foram estimados por especialistas internos (engenheiros) com experiência e competência profissional, objetividade e conhecimento técnico dos bens avaliados. Para realizarem este trabalho os especialistas internos consideraram os valores justos de recuperação admitidos pelo Órgão Regulador, bem como a vida útil econômica estimada pelo Órgão Regulador e aceita pelo mercado como adequada.

Em 11/09/2012, a Presidência da República publicou a Medida Provisória de nº 579, que possibilita a prorrogação dos contratos de concessão de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica por, uma única vez, pelo prazo de até 30 anos, dando a opção das empresas que possuíam contratos de concessão alcançados pelo art. 19 da lei nº 9.074, de 07/07/1995, se manifestarem sobre o interesse de prorrogação, que, se aprovado pelo Poder Concedente, a Concessionária teria 30 dias para assinar o termo aditivo ao contrato.

Dando continuidade ao processo de prorrogações das concessões, em 01/11/2012, o Ministério de Minas e Energia, através da Portaria Interministerial nº 580, estabeleceu os valores de indenização para as usinas hidrelétricas enquadradas no art. 1º da Medida Provisória nº 579, a qual não prevê valores de indenização para as usinas de geração da CEEE-GT que possuem vencimento da Concessão em 2015, vinculadas ao Contrato de Concessão nº 025/2000. Diante deste arcabouço legal, a Concessionária providenciou a baixa dos valores residuais dos seus ativos de geração vinculados ao contrato de concessão nº 025/2000, provocando o reflexo no resultado de R\$91.242

milhões, sendo R\$ 31.461 milhões de custo atribuído e R\$59.781 de valor original contábil. O reflexo no resultado, objeto da aplicação da Medida Provisória nº 579 e suas publicações posteriores, está distribuído conforme valor residual das seguintes usinas de geração:

	Intangíveis	Terrenos	Barragens	Edificações	Máquinas	Móveis e Utensílios	Total geral
UHE BUGRES	-	1	-	-	234	-	235
UHE CANASTRA	-	64	71	2	1.087	1	1.225
UHE CAPIGUI	-	186	400	183	284	1	1.054
UHE ERNESTINA	-	619	-	23	236	6	884
UHE FORQUILHA	1	11	43	67	108	1	231
UHE GUARITA	-	228	-	43	106	1	378
UHE HERVAL	-	2.718	129	39	1.697	-	4.583
UHE IJUIZINHO	1	1	-	-	110	1	113
UHE JACUI	-	27	19.556	420	10.738	9	30.750
UHE PASSO DO INFERNO	-	2	59	-	402	-	463
UHE PASSO REAL	-	1.535	5.007	249	12.849	5	19.645
UHE SANTA ROSA	-	50	-	41	214	1	306
SISTEMA SALTO	-	-	-	133	1	-	134
SISTEMA SALTO-BARRAGEM DIVISA	-	-	-	-	40	-	40
BENS EM CONSTRUÇÃO	1.040	-	311	576	8.800	-	10.727
PROJETOS EM ANDAMENTO PROVISIONADOS COMO PERDA	2.355	468	17.651	-	-	-	20.474
TOTAL DE BAIXA DE RESIDUAL CONTÁBIL	3.397	5.910	43.227	1.776	36.906	26	91.242

A Concessionária esclarece, no entanto, que, sob outra análise, permanecem em seu ativo imobilizado aqueles demais bens não impactados pela Medida Provisória nº 579, a exemplo da usina geradora de Itaúba, com vencimento da Concessão em 2021, outras usinas que a Concessionária detém o direito de exploração, além de imobilizações em curso e bens administrativos do segmento de geração e transmissão. A abertura, segundo natureza de imobilização, dos bens que permaneceram no ativo imobilizado da Concessionária está disposta na tabela a seguir:

ATIVOS DE GERAÇÃO NÃO IMPACTADOS PELA LEI 12.783	Estudos e Projetos	Terrenos	Barragens	Edificações	Máquinas	Veículos	Móveis e Utensílios	Obrigações Vinculadas	Total geral
UHE ITAUBA	-	221	110.062	10.537	73.235	-	4	-	194.059
UHE TOCA	-	1	123	1	320	-	-	-	445
UHE IVAÍ	-	1	-	22	293	-	1	-	317
UHE DONA FRANCISCA	-	12.728	23.261	-	11	-	-	-	36.000
BENS EM CONSTRUÇÃO	2.342	-	-	2.179	16.379	354	128	-	21.382
BENS ADMINISTRATIVOS	-	478	-	2.302	1.112	62	84	578	4.616
BENS NÃO VINCULADOS À CONCESSÃO	-	1	-	-	1.090	-	38	-	1.129
TOTAL RESIDUAL CONTÁBIL DE GERAÇÃO	2.342	13.430	133.446	15.041	92.440	416	255	578	257.948

ATIVOS DE TRANSMISSÃO NÃO IMPACTADOS PELA LEI Nº 12.783	Estudos e Projetos	Terrenos	Barragens	Edificações	Máquinas	Veículos	Móveis e Utensílios	Obrigações Vinculadas	Total geral
BENS ADMINISTRATIVOS	-	1.288	-	4.361	6.847	43	346	-	12.885
IMOBILIZADO EM CURSO	-	-	-	571	28.620	40	49	-	29.280
TOTAL RESIDUAL CONTÁBIL DE TRANSMISSÃO	-	1.288	-	4.932	35.467	83	395	-	42.165
TOTAL RESIDUAL CONTÁBIL DE GERAÇÃO E TRANSMISSÃO	2.342	14.718	133.446	19.973	127.907	499	650	578	300.113

19. Intangíveis

	CONSOLIDADO		
	Softwares	Ativo Intangível da Concessão	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2010	12.407	440.668	453.075
Aquisições	903	-	903
Contratos de concessão de serviços	-	134.862	134.862
Transferência para Ativo Financeiro	-	(121.745)	(121.745)
Amortização por Baixas	(291)	(161.025)	(161.316)
Outros	742	(11.671)	(10.929)
	13.761	281.089	294.850
Amortização do período	(1.011)	(69.793)	(70.804)
Amortização por Baixas	16	10.105	10.121
Outros	-	181.533	181.533
Saldo em 31 de dezembro de 2011	12.766	402.934	415.700
Aquisições	19.738	10.959	30.697
Contratos de concessão de serviços	178	105.583	105.761
Transferência para Ativo Financeiro	-	(14.771)	(14.771)
Bifurcação*	(198)	(376.745)	(376.943)
Amortização por Baixas	(27)	(180.132)	(180.159)
	32.457	(52.172)	(19.715)
Amortização do período	(1.101)	(51.066)	(52.167)
Amortização por Baixas	-	1.596	1.596
Bifurcação*	449	376.745	377.194
Saldo em 31 de Dezembro de 2012	31.805	275.103	306.908

*A Concessionária revisitou a bifurcação dos seus Ativos entre Intangível e Financeiro em função da adoção do VNR - Valor Novo de Reposição e adoção da Resolução Normativa ANEEL 474/2012, que dispõe da alteração das novas taxas de depreciação dos Ativos Elétricos.

Intangível da Concessão

É composto pelos valores dos serviços de construção e melhorias da infraestrutura a serviço da concessão, líquidos de amortização, e que serão recebidos pela Concessionária através da cobrança dos usuários do serviço na tarifa de energia elétrica.

A agência reguladora ANEEL é responsável por estabelecer a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da concessão. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como uma estimativa razoável/adequada para efeitos contábeis e regulatórios e que representa a melhor estimativa de vida útil dos bens.

A Concessionária amortiza o ativo intangível de uma forma não linear, respeitando a vida útil definida pelo órgão regulador para cada bem integrante da infraestrutura ao alcance da ICPC 01. O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo do vencimento da concessão está alocado como ativo financeiro, pois será recuperado através de indenização.

Softwares

São licenças de direito de propriedade intelectual, constituídos por gastos realizados com a aquisição das licenças e demais gastos com serviços complementares à utilização produtiva de softwares. Tais itens são amortizados linearmente.

20. Fornecedores

Os saldos compõem-se de:

	CONSOLIDADO	
	31/12/2012	31/12/2011
Encargos de Uso da Rede	33.277	31.699
Energia Elétrica Comprada para Revenda	148.547	108.493
Materiais e Serviços	59.544	79.314
Repactuação de Dívida - Itaipu.....	-	191.330
Energia de Curto Prazo - CCEE (vide nota explicativa nº40.3.2) ..	105.749	19.154
Retenção Contratual	37.222	38.097
	<u>384.339</u>	<u>468.087</u>

20.1. Repactuação da Dívida – Itaipu

O montante de R\$191.330 em 31 de dezembro de 2011 refere-se ao Termo de Confissão e Repactuação de Dívida de Repasse de Itaipu celebrado com as Centrais Elétricas Brasileiras S/A – Eletrobrás em outubro de 2011, anuído pelo despacho ANEEL nº 4178/2011. Esse montante foi liquidado em abril de 2012.

21. Obrigações Trabalhistas

Os saldos compõem-se de:

	CONSOLIDADO	
	31/12/2012	31/12/2011
Retenções sobre a Folha de Pagamento.....	43.085	21.266
Provisão para Férias, 13º Salário, Gratificações e Encargos Sociais	36.649	49.504
Prêmio Assiduidade	305	314
	<u>80.039</u>	<u>71.084</u>

O valor de R\$43.085 (R\$21.266 em 31 de dezembro de 2011) refere-se à folha de pagamento, consignações em favor de terceiros (diversas Entidades de Classe, como a Associação dos Funcionários das Companhias e Empresas de Energia Elétrica do Rio Grande do Sul - AFCEEE, Sindicato dos Eletricistas do Rio Grande do Sul - SENERGISUL e a Fundação CEEE de Seguridade Social - ELETROCEEE) e tributos e contribuições sociais retidos na fonte.

22. Obrigações Fiscais

Os saldos compõem-se de:

	CONSOLIDADO	
	31/12/2012	31/12/2011
CIRCULANTE		
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	23.863	22.741
Contribuição ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	9.700	8.496
Contribuição p/Financiamento da Seguridade Social - COFINS	17.045	25.217
Contribuição ao Programa de Integração Social - PIS / PASEP	3.700	5.438
Contribuição ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS	3.845	3.545
Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social	1.102	8.238
Parcelamento Municipal - ITBI.....	857	-
Parcelamento ICMS.....	1.385	435
Parcelamento PIS/COFINS.....	10.211	-
Outros	2.296	1.490
	<u>74.004</u>	<u>75.600</u>
NÃO CIRCULANTE		
Parcelamento Municipal - ITBI.....	72	-
Parcelamento ICMS.....	2.540	-
Parcelamento PIS/COFINS.....	34.886	-
Total	<u>37.498</u>	<u>-</u>

22.1. Parcelamento PIS / COFINS

O valor de R\$10.211 no passivo circulante e R\$34.886 no passivo não circulante referem-se aos parcelamentos, junto a Receita Federal do Brasil, das competências de novembro/2011, dezembro/2011 e janeiro/2012 do PIS e da COFINS em função do inadimplemento das mesmas. O montante acordado na data de adesão era de R\$49.056 e será pago em 60 parcelas atualizadas mensalmente pela taxa SELIC, já tendo sido liquidadas 07 (sete) parcelas.

A tabela abaixo ilustra o saldo remanescente:

Data do Evento	Histórico	Valor
05/06/2012	Parcelamento PIS/COFINS	10.097
31/12/2012	Atualização até 31/12/2012	5.964
31/12/2012	Parcelas Pagas até 31/12/2012	(5.850)
	Saldo a Pagar	10.211
CIRCULANTE		10.211
NÃO CIRCULANTE		34.886
Total		45.097

22.2. Parcelamento Estadual - ICMS

A CEEE-D efetuou parcelamento junto à Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do SUL – SEFAZ/RS referente ao Auto de Lançamento ICMS nº 0022606939. O processo de parcelamento foi efetivado em outubro de 2012, o valor da obrigação perfaz R\$5.985. A Companhia efetuou a repactuação administrativa do débito parcelado em novembro de 2012, nos termos do Decreto nº 49.714/2012 (Programa “Em Dia 2012”). O saldo devedor era de R\$5.653, sendo repactuado pelo valor de R\$4.426. O montante parcelado será pago em 36 (trinta e seis) prestações mensais e consecutivas, sendo a primeira no valor de R\$385 e as demais no valor de R\$115, corrigidas mensalmente pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC, já tendo sido liquidada 02 (duas) parcelas.

A tabela abaixo ilustra o saldo remanescente:

Data do Evento	Histórico	Valor
27/11/2012	Parcelamento AL ICMS "Em Dia 2012"	4.426
31/12/2012	Parcelas Pagas até 31/12/2012	(501)
	Saldo a Pagar	3.925
CIRCULANTE		1.385
NÃO CIRCULANTE		2.540
Total		3.925

22.3. Parcelamento Municipal - ITBI

A CEEE-GT efetuou parcelamento junto à Prefeitura Municipal de Porto Alegre referente ao Auto de Infração nº 20097010817. O processo de parcelamento foi efetivado em fevereiro de 2012, o valor da obrigação perfaz R\$1.715. O montante parcelado será pago em 24 prestações mensais e consecutivas, corrigidas mensalmente pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC, já tendo sido liquidadas 11 (onze) parcelas.

A tabela abaixo ilustra o saldo remanescente:

Data do Evento	Histórico	Valor
23/02/2012	Montante Parcelado	1.715
31/12/2012	Parcelas Pagas até 31/12/2012	(786)
	Saldo a Pagar	929
CIRCULANTE.....		857
NÃO CIRCULANTE.....		72
		929

23. Empréstimos, Financiamentos e Outras Captações

Os saldos compõem-se de:

23.1. Empréstimos e Financiamentos

CREDOR	BASE DO CONTRATO						FINALIDADE	CONSOLIDADO							
	INDEXADOR	Percentual Médio dos Encargos Fixos a.a.	PRES TA ÇÃO	VENCIMENTO		GA RAN TIA		31/12/2012				31/12/2011			
				PRAZOS DE VENCIMENTOS				PRAZOS DE VENCIMENTOS		PRAZOS DE VENCIMENTOS		PRAZOS DE VENCIMENTOS			
				PRINCIPAL				ENCARGOS	TOTAL	PRINCIPAL		ENCARGOS	TOTAL		
				CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE					CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE				
MOEDA NACIONAL															
ELETROBRÁS	RGR	5% a 7,5%	M	30.11.06	30.09.25	01	Investimento	174	28.762	196	29.132	73.995	-	321	74.316
ELETROBRÁS	UFIR	5% a 6,5%	T	19.09.90	15.02.17	01	Investimento	-	-	-	-	4.007	-	40	4.047
ELETROBRÁS	RGR	5% a 7%	M	13.03.00	30.06.17	01	Investimento	5.730	13.901	77	19.708	71.556	-	339	71.895
ELETROCEE / ALUGUEL / IMÓVEIS	INPC	9%	M	11.10.01	31.05.13	01	Financiamento	3.284	-	-	3.284	8.254	2.097	-	10.351
BANCO DO BRASIL - LEASING	CDI	4%	M	30.06.06	01.05.12	01	Leasing de Veículos	-	-	-	-	1.850	-	2	1.852
BANCO MÁXIMA	IPCA	9,55%	M	30.12.09	25.12.15	02	Investimento	27.777	54.821	-	82.598	26.221	78.184	-	104.405
SANTANDER	CDICETIP	3,39%	M	23.07.10	23.07.15	03	Capital de Giro	12.739	20.170	-	32.909	12.739	32.909	-	45.648
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	CDI	3,41%	M	30.07.09	30.07.16	02	Capital de Giro	17.333	25.333	360	43.026	17.333	41.334	739	59.406
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	CDI	3,04%	M	30.06.10	30.06.14	03	Investimento/Capital de Giro	27.083	37.500	525	65.108	27.084	62.500	1.098	90.682
CONSUMIDORES	-	-	-	-	-	-	Outros	3.102	2.362	-	5.464	3.507	2.376	-	5.883
TOTAL MOEDA NACIONAL								97.222	182.849	1.158	281.229	246.546	219.400	2.539	468.485
MOEDA ESTRANGEIRA															
GOV. FCD. DCOG. PRIV. - DMPL	US\$	5%	S	15.08.97	15.04.24	04/05	Investimento	-	-	-	-	-	-	30	30
BRAZILIAN I. BOND - BIB	US\$	6%	S	19.09.97	15.09.13	04/05	Investimento	-	-	-	-	-	-	1	1
AG. FRANCESA DE DESENVOLV. - AFD	US\$	0,80%	S	18.10.12	30.09.36	05	Obras da Distribuição	-	49.827	-	49.827	-	-	-	-
BCO. INTERAMERICANO DE DESENVOLV. - BID	US\$	0,75%	S	19.09.12	19.09.36	05	Obras da Distribuição	-	20.793	-	20.793	-	-	-	-
TOTAL MOEDA ESTRANGEIRA								-	70.620	-	70.620	-	-	31	31
TOTAIS GERAIS MOEDA NACIONAL + MOEDA ESTRANGEIRA								97.222	253.469	1.158	351.849	246.546	219.400	2.570	468.516
TOTAL LÍQUIDO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS								97.222	253.469	1.158	351.849	246.546	219.400	2.570	468.516
CÓDIGOS DAS GARANTIAS E/OU FINANÇAS															
01 - Procuração para Acesso em Conta Corrente															
02 - Percentual de Recebíveis da Distribuição															
03 - Penhor de Duplicatas															
04 - Autorização Contratual para Acesso em Conta Corrente															
05 - Governo Federal e Governo Estadual															
M - MENSAL															
T - TRIMESTRAL															
S - SEMESTRAL															

23.2. Outras Captações

BASE DO CONTRATO							CONSOLIDADO								
CREDOR	INDEXADOR	Percentual Médio dos Encargos Fixos a.a.	PRES TA ÇÃO	VENCIMENTO		GA RAN TIA	FINALIDADE	31/12/2012			31/12/2011				
								PRAZOS DE VENCIMENTOS			PRAZOS DE VENCIMENTOS				
								PRINCIPAL		ENCARGOS	TOTAL	PRINCIPAL		ENCARGOS	TOTAL
				Início	Término			CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE			CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE		
FUNDO INVEST. DIREITOS CRED. - FIDC II	CDI	1%	M	03.01.07	10.01.12	02	Investimento	-	-	-	-	1.511	-	-	1.511
FUNDO INVEST. DIREITOS CRED. - FIDC III	CDI	1,85%	M	21.12.07	08.01.14	06	Investimento	31.552	1.087	-	32.639	35.670	27.306	-	62.976
FUNDO INVEST. DIREITOS CRED. - FIDC IV	IPCA	9,88%	M	08.07.09	15.07.15	02	Investimento	42.891	50.483	-	93.374	38.560	77.366	-	115.926
FUNDO INVEST. DIREITOS CRED. - FIDC V	CDI	0,95%+CDI ou 109% do CDI	M	11.03.09	28.08.15	06	Investimento	51.802	74.237	-	126.039	54.256	107.889	-	162.145
FUNDO INVEST. DIREITOS CRED. - FIDC VI	CDI	2%	M	19.10.12	19.05.15	02	Investimento	33.638	116.722	-	150.360	-	-	-	-
TOTAL OUTRAS CAPTAÇÕES								159.883	242.529	-	402.412	129.997	212.561	-	342.558
CÓDIGOS DAS GARANTIAS E/OU FINANÇAS															
02 - Percentual de Recebíveis da Distribuição															
06 - Percentual de Recebíveis da Geração e Transmissão															
TOTAL LÍQUIDO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS E OUTRAS CAPTAÇÕES								257.105	495.998	1.158	754.261	376.543	431.961	2.570	811.074

23.3. Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – FIDC II, FIDC IV e FIDC VI

A CEEE-D efetuou a estruturação de captação de recursos através de um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC II, iniciada em 2006, tendo como administrador o Banco Pactual Serviços Financeiros S.A. - DTVM e Agente de Recebimento do Fundo o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. - BANRISUL; a Agência de Classificação de Risco foi a Standard & Poor's e o Custodiante é o Banco Itaú S.A.. A operação foi lastreada em recebíveis de distribuição (créditos originários da operação comercial), no valor total de R\$105.300, onde R\$100.000 referiram-se a quota sênior (investidores) e o saldo de R\$5.300 a quotas subordinadas (tomadora). A liquidação financeira (ingresso dos recursos) ocorreu em janeiro de 2007. As contas a receber são repassadas ao Fundo no momento do faturamento, até o limite da parcela mensal.

Em 2008, a Concessionária iniciou uma segunda estruturação de captação de recursos através de um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – FIDC IV. A disponibilização do referido fundo ocorreu em 8 de julho de 2009 e a entrega dos Direitos de Crédito pela Cedente será realizada mensalmente, durante 72 meses.

A operação foi lastreada em recebíveis de distribuição (créditos originários da operação comercial) no valor total de R\$136.850, no qual R\$130.000 referiram-se a quotas sênior (investidores) e o saldo de R\$6.850 referiram-se a quotas subordinadas (tomadora).

Em 2012, a Concessionária iniciou uma terceira estruturação de captação de recursos através de um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – FIDC VI. A disponibilização do referido fundo ocorreu em 14 de setembro de 2012 e as entregas dos Direitos de Crédito serão realizadas diariamente, até o pagamento da última parcela da amortização das Quotas Seniores.

A operação foi lastreada em recebíveis de distribuição (créditos originários da operação comercial) no valor total de R\$158.100, no qual R\$150.000 referiram-se a quotas sênior (investidores) e o saldo de R\$8.100 referiram-se a quotas subordinadas (tomadora).

23.4. Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – FIDC III e FIDC V

A CEEE-GT iniciou, em 2007, tratativas com o mercado financeiro para a constituição de novo FIDC III, com cessão de direitos creditórios de alguns contratos de venda de energia e de uso da rede de transmissão, com valor de R\$150 milhões.

Em decorrência da elevação do Rating do FIDC I, efetivado em 2006, para AAbr+, construiu-se um ambiente favorável de vinculação do FIDC III aos mesmos recebíveis do FIDC I de forma subordinada, não aumentando o comprometimento da receita operacional da Concessionária.

Em virtude das tratativas iniciadas e considerando as necessidades conjunturais da Concessionária, houve a antecipação de parte do valor do FIDC III através da emissão de Notas Promissórias no valor de R\$50 milhões que ingressaram na Concessionária no mês de setembro de 2007.

Em dezembro de 2007 houve a constituição do fundo FIDC III e sua respectiva liquidação, fazendo com que os recursos ingressassem imediatamente no caixa da Concessionária, momento em que houve o resgate das Notas Promissórias.

Visando obter recursos para investimento, bem como para atender necessidades de caixa para o ano de 2009, a Concessionária firmou termo de contrato com o Banco do Estado do Rio Grande do Sul - BANRISUL visando à estruturação do FIDC V, num montante de R\$200.000 com recursos advindos do FI – FGTS. A disponibilização do referido fundo foi efetivada em 11 de março de 2009.

23.5. Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e Agência Francesa de Desenvolvimento - AFD

Em 19 de setembro de 2012 foi assinado o contrato de empréstimo nº 2700/OC-BR entre a CEEE-D e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, com objetivo de financiar o Programa Pró Energia RS Distribuição (Programa de Expansão e Modernização do Sistema Elétrico da Região Metropolitana de Porto Alegre e Áreas de Abrangência do Grupo CEEE –D) no valor de US\$218.015. O valor do financiamento concedido pelo BID é de US\$130.557, sendo que a primeira parcela de desembolso foi recebida em 22 de novembro de 2012, no valor de US\$10.175.

Em 26 de setembro de 2012 foi assinado o contrato de empréstimo nº CBR 1015, entre a CEEE-D e a Agência Francesa de Desenvolvimento – AFD, no montante de US\$87.458, sendo que a liberação da primeira parcela ocorreu em 04 de dezembro de 2012, no montante de US\$24.383.

Em 28 de dezembro de 2012 foi assinado o contrato de empréstimo nº 2813/OC-BR entre a CEEE-GT e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, com objetivo de financiar o Programa Pró Energia RS GT (Programa de Expansão e Modernização do Sistema Elétrico da Região Metropolitana de Porto Alegre e Áreas de Abrangência da CEEE-GT) no valor de US\$147.760. O valor do financiamento concedido pelo BID é de US\$ 88.656, sendo que a primeira parcela de desembolso foi recebida em 18 de fevereiro de 2013, no valor de US\$2.567.

Em 21 de dezembro de 2012 foi assinado o contrato de empréstimo nº CBR 1043, entre a CEEE-GT e a Agência Francesa de Desenvolvimento – AFD, no montante de US\$59.104, sendo que a liberação da primeira parcela está prevista para ocorrer em março de 2013.

Como forma de monitoramento da situação financeira das Concessionárias pelos financiadores Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID e Agência Francesa de Desenvolvimento - AFD, as Concessionárias deverão estar em conformidade com os indicadores de margem EBITDA estabelecidos contratualmente. Caso não sejam atingidos tais indicadores as Concessionárias não sofrerão nenhuma penalidade e somente deverão apresentar prontamente aos bancos um plano de ação identificando as causas dos desvios, as medidas de gestão ou as medidas financeiras a serem adotadas bem como seu respectivo cronograma de modo a atingir os referidos índices.

23.6. Cronograma das Parcelas de Longo Prazo

As parcelas de Longo Prazo dos Empréstimos e Financiamentos vencem como segue:

PRINCIPAL		
	31/12/2012	31/12/2011
2013	126.820	81.247
2014	135.798	179.962
2015	167.136	128.952
Após 2015	66.244	41.800
	<u>495.998</u>	<u>431.961</u>

23.7. Composições do Saldo da Dívida por Indexador

Demonstrativo de Composição do Saldo da Dívida por Indexador:

MOEDA/INDEXADOR		
	31/12/2012	31/12/2011
INPC	0,00%	0,49%
RGR	8,60%	0,00%
CDI	55,45%	62,95%
IPCA	21,23%	36,01%
Dólar US\$	14,24%	0,00%
Outros	0,48%	0,55%
	<u>100,00%</u>	<u>100,00%</u>

7. Custos de Transação

Dos empréstimos relacionados o montante dos custos de transação incorridos no processo de captação junto ao Banco Máxima, compõe-se conforme abaixo:

	Ano de Captação	Custo de Transação	TIR
Banco Máxima.....	2009	2.766	7,57%

O montante dos custos de transação a serem apropriados ao resultado em cada período subsequente é demonstrado a seguir:

	Banco Máxima
2013.....	433
2014.....	841
	<u>1.274</u>

24. Provisões para Benefícios a Empregados

As Controladas, através da Fundação CEEE de Seguridade Social – ELETROCEEE, concede aos seus empregados os planos de previdência complementar, denominados CEEEPREV e Plano Único,

este último fechado para novas adesões. Mantém também a obrigação do pagamento de aposentadoria a ex-autárquicos e a obrigação de complementação de aposentadoria a ex-empregados desligados por aposentadoria incentivada.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano e considerando o contrato de dívida SF 1254/95, com a Fundação ELETROCEEE.

Os saldos registrados no passivo compõem-se de:

		CONSOLIDADO	
		31/12/2012	31/12/2011
CEEE-GT			
Circulante		61.838	61.288
Não Circulante		325.387	326.763
Subtotal		387.225	388.051
CEEE-D			
Circulante		113.290	112.576
Não Circulante		587.175	592.823
Subtotal		700.465	705.399
Total consolidado		1.087.690	1.093.450

	Nota Explicativa	CONSOLIDADO	
		31/12/2012	31/12/2011
CIRCULANTE			
Contas a Pagar Aposentadoria Incentivada - CTP		513	3.397
Contribuição Patrocinadora - ELETROCEEE	36	10.520	9.104
Empréstimos Fundação ELETROCEEE Contr.1254/95 Benef. Empregados	36	32.863	33.431
Provisão p/Complem Aposent Ex-Autárquicos - Lei Estadual 3.096/56 - EXA		131.232	127.932
		175.128	173.864
NÃO CIRCULANTE			
Contas a Pagar Aposentadoria Incentivada - CTP		-	127
Empréstimos Fundação ELETROCEEE Contr.1254/95 Benef. Empregados	36	150.620	173.170
Provisão p/Complem Aposent Ex-Autárquicos - Lei Estadual 3.096/56 - EXA		761.942	746.289
		912.562	919.586
		1.087.690	1.093.450

24.1. Contas a Pagar Aposentadoria Incentivada – CTP

Em decorrência de acordo coletivo de trabalho, as Controladas são responsáveis pelo pagamento do benefício de complementação de aposentadoria por tempo de serviço que tenha sido concedida pela Previdência Oficial ao participante regularmente inscrito na Fundação ELETROCEEE e que ainda não tenha cumprido todos os requisitos para a sua fruição, ocasião em que o ex-empregado será definitivamente aposentado pela Fundação. Desta forma, as Controladas provisionaram os valores integrais dos compromissos futuros relativos a estas complementações salariais, considerando o prazo médio de pagamento destes benefícios, ajustados a valor presente, incluindo as contribuições à Fundação.

24.2. Contribuição Patrocinadora – ELETROCEEE

A Contribuição Patrocinadora - ELETROCEEE refere-se às contribuições mensais da Patrocinadora relativas aos Planos de Benefícios denominados Plano Único e CEEEPREV e a Parcela de Reserva Amortizar CEEEPREV.

24.2.1. Plano de Benefícios CEEEPREV

O CEEEPREV é um plano com características de contribuição definida, exceto no que se refere aos benefícios de risco e à parte dos benefícios saldados.

O benefício saldado é um benefício vitalício proporcionado aos participantes do Plano Único, que migraram para o CEEEPREV. É o valor calculado no momento da migração, com base em Nota Técnica Atuarial e atualizado pelo Índice de Reajuste do Plano, tendo como finalidade preservar os direitos já acumulados dos ex-participantes do Plano Único, o qual tem características de plano de benefício definido.

Os benefícios do CEEEPREV são acessíveis a todos os empregados da categoria CLT da Concessionária, onde esta efetua contribuições de forma paritária com seus empregados. O Plano

CEEEPREV é viabilizado também por uma contribuição suplementar de amortização de responsabilidade da patrocinadora do plano, na forma da lei, denominada Reserva a Amortizar.

24.2.2. Plano de Benefícios denominado Plano Único

O Plano Único tem modalidade de benefício definido e está fechado para novas adesões de participantes desde setembro de 2002. Recebe contribuições paritárias entre patrocinadora e empregados, calculadas conforme percentual definido em regulamento do plano e aplicável à folha de salários de participação dos empregados participantes.

24.3. Fundação ELETROCEEE Contrato 1254 – Benefício aos Empregados

O total da obrigação atuarial está contemplado o montante do contrato com a Fundação ELETROCEEE nº SF 1254/95, referente ao contrato de confissão de dívida por contribuições não pagas, cuja renegociação foi efetuada em agosto 2003 de acordo com seu quinto termo aditivo cuja carência foi até dezembro 2004, tendo o reinício dos pagamentos das amortizações de principal a partir de janeiro 2005, sendo seu término previsto para 31 de julho de 2018.

24.4. Provisão para Complementação Aposentadoria Ex-Autárquicos–Lei Estadual nº 3.096/56 - EXA

Esta provisão, registrada conforme o cálculo atuarial refere-se ao compromisso das Controladas com empregados ex-autárquicos aposentados, remanescentes da antiga Comissão Estadual de Energia Elétrica, autarquia que foi sucedida pela Companhia Estadual Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT e pela Companhia Estadual Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D, por força da Lei Estadual nº 4.136/61. É um compromisso previdencial pós-emprego de caráter vitalício e com benefícios definidos, sendo assumido pela CEEE o pagamento destes proventos integralmente.

24.5. Política Contábil adotada pela Patrocinadora no Reconhecimento de Ganhos ou Perdas Atuariais e Custo do Serviço Passado

De acordo com as práticas contábeis prevista na Deliberação CVM 600/2009, item 92, o valor do reconhecimento dos ganhos ou perdas atuariais corresponderá à parcela de ganho ou perda que exceda o maior entre 10% do Valor Presente da Obrigação Atuarial e 10% do Valor Justo dos Ativos do Plano. Portanto, as perdas atuariais acumuladas que se situam dentro do limite de 10% do valor presente da obrigação de benefícios definidos (corredor) não são reconhecidas no resultado da Concessionária. Desta forma, as perdas excedentes ao limite do corredor são reconhecidas no resultado durante o tempo médio remanescente de vida dos participantes do plano de benefício.

Até o exercício 2012, as Concessionárias utilizaram o método do corredor para o diferimento dos ganhos e perdas atuariais do Plano Único e CEEEPREV (parte benefício definido) bem como dos Compromissos Previdenciais CTP e Ex-Autárquicos.

No que se refere às projeções para o exercício de 2013, a avaliação atuarial considerou a revisão do CPC 33 aprovada em dezembro de 2012, pela Deliberação CVM 695/2012.

Através desta revisão, exclui-se a possibilidade de utilização do “método do corredor” passando os ganhos e perdas acumulados a serem reconhecidos integralmente em Outros Resultados Abrangentes, a partir de 1º de janeiro de 2013.

No CEEEPREV, na parte de contribuição definida, o risco atuarial (benefícios menores que o esperado) e o risco de investimentos (ativos investidos e rendimento desses ativos insuficientes para cobrir os benefícios esperados) são dos participantes do plano. A contabilização dos custos normais do CEEEPREV, pelas Concessionárias é determinada pelos valores das contribuições de cada período que representam a obrigação da patrocinadora naquele período. Consequentemente, os cálculos da mensuração da obrigação ou da despesa são os ocorridos efetivamente, não existindo, assim, ganho ou perda atuarial. Dessa forma a despesa com o plano refere-se ao valor das contribuições efetivamente realizadas no exercício e das parcelas da Reserva a Amortizar.

O custo do serviço passado do CEEEPREV, decorrente da criação do plano é reconhecido pelo método de linha reta, como uma despesa, pelo período de amortização da Provisão a Constituir junto ao Plano CEEEPREV. Quanto ao reconhecimento do ganho ou perda atuarial com relação a esse compromisso de serviço passado, esse (a) será totalmente reconhecido (a) no exercício. Para 2013,

conforme alterações do CPC 33 (R1) o custo do serviço passado deverá ser registrado na sua totalidade no resultado da patrocinadora.

24.6 Premissas utilizadas para o cálculo do passivo e das projeções

As premissas atuariais e hipóteses econômicas adotadas são as requeridas pelos padrões do Pronunciamento Técnico CPC 33 e foram as seguintes:

PREMISSAS ATUARIAIS ADOTADAS	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD
Taxa para desconto da obrigação atuarial	3,63% a.a.	2,79% a.a.	3,26% a.a.	3,99% a.a.
Taxa de juros totais do retorno dos investimentos - taxa real	3,63% a.a.	2,79% a.a.	3,26% a.a.	3,99% a.a.
Taxa de juros totais do retorno dos investimentos - taxa nominal	9,23% a.a.	8,34% a.a.	8,84% a.a.	9,60% a.a.
Taxa crescimento salarial futuro - taxa real	3,00% a.a.	Não Aplicado	Não Aplicado	Não Aplicado
Taxa crescimento salarial futuro - taxa nominal	5,40% a.a.	5,40% a.a.	5,40% a.a.	5,40% a.a.
Expectativa de Inflação	5,40% a.a.	5,40% a.a.	5,40% a.a.	5,40% a.a.
Fator de capacidade dos Salários	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Fator de capacidade dos Benefícios do Plano	100,00%	100,00%	97,50%	97,50%
Tábua de Mortalidade Geral	AT-83 male	AT-83 male	AT-83 male	AT-2000 male
Tábua de Mortalidade dos Inválidos	AT-49 male	AT-49 male	AT-49 male	AT-83 male
Tábua de Entrada em Invalidez	Light-Média	Light-Média	Light-Média	Light-Média
Tábua de Rotatividade	Não Aplicado	Não Aplicado	Não Aplicado	Não Aplicado
Composição Familiar	Hx Fundação CEEE	Não Aplicado	Não Aplicado	1) Benefício a Conceder: HX Fundação CEEE. 2) Benefícios Concedidos: Família Real

Quanto às taxas de desconto, a Concessionária observa os princípios estabelecidos na CVM 600/09. Assim, são consideradas as taxas de juros dos títulos do Tesouro Nacional (NTN-B) que tenham vencimentos próximos dos prazos dos fluxos futuros esperados das obrigações com os participantes ativos e assistidos da cada plano ou compromisso.

A taxa esperada do retorno dos ativos do plano foi considerada a mesma taxa de desconto atuarial, conforme as novas regras reconhecidas pelo Pronunciamento CPC 33 (R1), a ser aplicado no exercício de 2013.

Na avaliação atuarial dos planos CEEEPREV e Plano Único, foi adotado o método de crédito unitário projetado.

24.7. Resultados da Avaliação Atuarial – CEEE-D

A avaliação atuarial dos benefícios pós-emprego relativa aos planos e compromissos da Concessionária, foi realizada por consultoria atuarial, apresentando os seguintes resultados:

CONCILIAÇÃO DOS SALDOS DO VALOR PRESENTE DA OBRIGAÇÃO ATUARIAL	2012					2011				
	Plano Único	CTP	EXA	CEEEP/REVID	Total	Plano Único	CTP	EXA	CEEEP/REVID	Total
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	(966.201)	(2.108)	(681.928)	(848.498)	(2.498.735)	(863.295)	(4.590)	(663.939)	(802.979)	(2.334.803)
Custo do serviço corrente	(417)	-	-	(12.560)	(12.977)	(818)	-	-	(11.918)	(12.736)
Custo de juros	(51.897)	(144)	(68.718)	(93.611)	(214.370)	(97.286)	(372)	(72.068)	(92.760)	(262.486)
Ganho / (Perda) atuarial	(76.664)	(1.667)	(120.126)	(105.769)	(304.226)	(77.573)	(155)	(40.361)	14.884	(103.205)
Benefícios pagos pelo plano	80.384	1.648	96.920	55.084	234.036	72.771	3.009	94.440	44.275	214.495
Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	<u>(1.014.795)</u>	<u>(2.271)</u>	<u>(773.852)</u>	<u>(1.005.364)</u>	<u>(2.796.272)</u>	<u>(966.201)</u>	<u>(2.108)</u>	<u>(681.928)</u>	<u>(848.498)</u>	<u>(2.498.735)</u>

ANÁLISE DA OBRIGAÇÃO ATUARIAL DO PLANO	2012					2011				
	Plano Único	CTP	EXA	CEEEP/REVID	Total	Plano Único	CTP	EXA	CEEEP/REVID	Total
Parcela do valor presente da obrigação atuarial com cobertura	(811.814)	-	-	(796.830)	(1.608.644)	(780.274)	-	-	(848.498)	(1.628.772)
Parcela do valor presente da obrigação atuarial sem cobertura	(202.981)	(2.271)	(773.853)	(208.526)	(1.187.631)	(185.926)	(2.109)	(681.929)	-	(869.964)
Total do valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	<u>(1.014.795)</u>	<u>(2.271)</u>	<u>(773.853)</u>	<u>(1.005.356)</u>	<u>(2.796.275)</u>	<u>(966.200)</u>	<u>(2.109)</u>	<u>(681.929)</u>	<u>(848.498)</u>	<u>(2.498.736)</u>
Estatuto do Plano	Parcialmente coberto	Sem cobertura	Sem cobertura	Parcialmente coberto		Parcialmente coberto	Sem cobertura	Sem cobertura	Totalmente coberto	

CONCILIAÇÃO DOS SALDOS DO VALOR JUSTO DOS ATIVOS	2012					2011				
	Plano Único	CTP	EXA	CEEEP/REVID	Total	Plano Único	CTP	EXA	CEEEP/REVID	Total
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	780.272	-	-	902.234	1.682.506	688.012	-	-	724.426	1.412.438
Retorno esperado dos ativos do plano	42.639	-	-	50.441	93.080	78.873	-	-	42.467	121.340
Ganhos / (Perdas) atuariais	38.476	-	-	(104.152)	(65.676)	47.881	-	-	136.878	184.759
Contribuições do empregador	15.404	1.648	96.920	1.709	115.681	38.276	3.009	94.440	36.778	172.503
Contribuições de participantes do plano	15.404	-	-	1.679	17.083	-	-	-	5.959	5.959
Benefícios pagos pelo plano	(80.384)	(1.648)	(96.920)	(55.084)	(234.036)	(72.770)	(3.009)	(94.440)	(44.274)	(214.493)
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	<u>811.811</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>796.827</u>	<u>1.608.638</u>	<u>780.272</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>902.234</u>	<u>1.682.506</u>

24.7. Resultados da Avaliação Atuarial – CEEE-D (Continuação)

CONCILIAÇÃO DOS ATIVOS E PASSIVOS RECONHECIDOS NO BALANÇO

	2012					2011				
	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD	Total	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD	Total
Valor presente da obrigação atuarial sem cobertura / (em excesso)	202.980	2.271	773.853	208.526	1.187.630	185.927	2.109	681.929	(53.738)	816.227
Montante não reconhecido como ativo / (passivo)	(101.490)	-	-	-	(101.490)	(92.963)	-	-	-	(92.963)
Custo do serviço passado não contabilizado	-	-	-	(119.933)	(119.933)	-	-	-	(133.510)	(133.510)
Ganho (perda) atuarial não reconhecidos	(77.970)	(1.879)	(188.319)	(20.912)	(289.080)	(77.148)	(509)	(106.755)	195.022	10.610
Passivo Atuarial	23.520	392	585.534	67.681	677.127	15.816	1.600	575.174	7.774	600.364
Ajuste do Passivo Atuarial (*)	6.779	-	-	16.558	23.338	55.852	-	-	49.383	105.035
Passivo reconhecido na patrocinadora	30.299	392	585.534	84.239	700.465	71.468	1.600	575.174	57.157	705.399

MOVIMENTAÇÃO DO PASSIVO/ATIVO LÍQUIDO RECONHECIDO NO BALANÇO

	2012					2011				
	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD	Total	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD	Total
(Passivo) Ativo reconhecido no início do exercício	(15.815)	(1.598)	(575.173)	(7.775)	(600.361)	59.589	(4.235)	(580.024)	25.276	(499.394)
Pagamentos para o plano líquido de administração	15.404	1.648	96.920	1.709	115.681	38.277	3.009	94.440	36.778	172.504
Provisão para planos de benefícios e outros benefícios pós-emprego	(23.109)	(442)	(107.280)	(61.616)	(192.447)	(113.682)	(372)	(89.589)	(69.829)	(273.472)
(Passivo) Ativo reconhecido no final do exercício	(23.520)	(392)	(585.533)	(67.682)	(677.127)	(15.816)	(1.598)	(575.173)	(7.775)	(600.362)

COMPOSIÇÃO DA DESPESA DO EXERCÍCIO

	2012 - Real					2013 - Estimado				
	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD	Total	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD	Total
Custo do serviço corrente	(417)	-	-	(12.580)	(12.977)	(1.299)	-	-	(7.325)	(8.624)
Contribuições dos participantes	15.404	-	-	1.679	17.083	3.203	-	-	1.819	5.022
Custo de juros	(51.896)	(144)	(68.718)	(93.611)	(214.369)	(42.862)	(145)	(63.960)	(93.685)	(200.652)
Retorno esperado dos ativos do plano	42.838	-	-	50.441	93.079	19.757	-	-	41.488	61.245
Amortização de (ganhos) / perdas atuariais	(28.838)	(298)	(38.563)	(7.565)	(75.264)	-	-	-	(119.933)	(119.933)
Amortização de serviço passado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total da despesa do exercício	(23.109)	(442)	(107.281)	(61.616)	(192.448)	(21.201)	(145)	(63.960)	(177.638)	(262.942)
Contribuições do empregador	15.404	1.648	96.920	1.709	115.681	3.203	1.066	102.154	1.819	108.242
Total da (despesa) / receita no exercício	(7.705)	1.206	(10.361)	(59.907)	(76.767)	(17.998)	921	38.194	(175.817)	(154.700)

AJUSTES EM RESULTADOS ABRANGENTES (NÃO APLICÁVEL EM 2012)

	2013				
	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD	Total
(1) (Ganho)/perda do exercício anterior	77.148	509	106.754	(195.022)	(10.611)
(2) Amortização (Ganho)/Perda do exercício anterior	28.838	298	38.561	(6.012)	61.685
(3) (Ganho)/Perda nas obrigações atuariais	38.332	1.667	120.126	105.770	265.895
(4) (Ganhos)/perdas nos ativos do plano	(26.940)	-	-	104.152	77.212
(5) Ajuste em (G)/P decorrente da Parcela de Responsabilidade do Patrocinador	18.267	-	-	-	18.267
(Ganho)/Perda no final do ano (1)-(2)+(3)+(4)+(5)	77.969	1.878	188.319	20.912	289.078

(*) O ajuste do passivo atuarial refere-se ao complemento do valor apresentado na avaliação atuarial visando contemplar no mínimo o passivo assumido pela Concessionária através do contrato ELETROCEEE nº SF 1254/95 e a Contribuição da Patrocinadora conforme nota explicativa 24.3.

24.7. Resultados da Avaliação Atuarial – CEEE-D (Continuação)

Montantes do:	Plano Único				CEEPREV BD			
	2009	2010	2011	2012	2009	2010	2011	2012
Valor presente da obrigação atuarial do plano	792.432	863.294	966.201	1.014.795	719.826	802.979	848.498	1.005.354
Valor justo dos ativos do plano	688.002	688.012	780.274	811.814	579.596	724.427	902.236	796.830
Superávit / (Déficit) técnico do plano	(106.430)	(175.282)	(185.927)	(202.981)	(140.230)	(78.552)	53.738	(208.524)
Ajustes de experiência resultantes								
Ganhos / (Perdas) em percentual do passivo do plano	6,6%	-4,7%	-8,0%	-7,6%	10,6%	-11,9%	1,8%	-10,5%
Ganhos / (Perdas) em percentual dos ativos do plano	-33,8%	-7,5%	6,1%	4,7%	-3,3%	19,1%	15,2%	-13,1%

Montantes do:	EXA				CTP			
	2009	2010	2011	2012	2009	2010	2011	2012
Valor presente da obrigação atuarial do plano	665.001	663.939	681.929	773.852	9.520	4.590	2.109	2.271
Superávit / (Déficit) técnico do plano	(665.001)	(663.939)	(681.929)	(773.852)	(9.520)	(4.590)	(2.109)	(2.271)
Ajustes de experiência resultantes								
Ganhos / (Perdas) em percentual do passivo do plano	-0,7%	-2,6%	-5,9%	-15,5%	12,0%	4,9%	-7,4%	-73,4%

CATEGORIAS DOS ATIVOS DO PLANO	2012	
	Plano Único	CEEPREV
Disponível	0,09%	0,09%
Realizável – Gestão Previdencial	6,74%	4,72%
Realizável – Gestão Administrativa	0,86%	2,71%
Títulos Públicos	37,49%	37,08%
Créditos Privados e Depósitos	15,75%	15,58%
Fundos de Investimentos	21,86%	21,61%
Ações	15,35%	15,17%
Investimentos/Depósitos	0,01%	0,01%
Investimentos Imobiliários	0,46%	0,45%
Empréstimos e Financiamentos	1,39%	2,58%
Total em percentual dos ativos do plano	100,00%	100,00%

24.8. Resultados da Avaliação Atuarial – CEEE-GT

A avaliação atuarial dos benefícios pós-emprego relativa aos planos e compromissos da Concessionária, foi realizada por consultoria atuarial, apresentando os seguintes resultados:

CONCILIAÇÃO DOS SALDOS DO VALOR PRESENTE DA OBRIGAÇÃO ATUARIAL	2012					2011				
	Plano Único	CTP	EXA	CEEPREV BD	Total	Plano Único	CTP	EXA	CEEPREV BD	Total
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	(913.339)	(1.864)	(353.190)	(1.136.276)	(2.404.669)	(809.023)	(4.454)	(343.177)	(1.059.233)	(2.215.887)
Custo do serviço corrente	(388)	-	-	(12.358)	(12.746)	(687)	-	-	(11.726)	(12.413)
Custo de juros	(49.174)	(81)	(38.459)	(130.240)	(217.954)	(91.351)	(354)	(37.357)	(60.714)	(189.776)
Ganho / (perda) atuarial	(123.938)	(8.447)	(32.922)	(180.324)	(345.631)	(77.117)	(385)	(19.827)	(50.891)	(148.220)
Benefícios pagos pelo plano	77.524	1.886	48.690	78.599	206.699	64.839	3.329	47.171	46.288	161.627
Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	(1.009.315)	(8.506)	(375.881)	(1.380.599)	(2.774.301)	(913.339)	(1.864)	(353.190)	(1.136.276)	(2.404.669)
ANÁLISE DA OBRIGAÇÃO ATUARIAL DO PLANO										
	2012					2011				
	Plano Único	CTP	EXA	CEEPREV BD	Total	Plano Único	CTP	EXA	CEEPREV BD	Total
Parcela do valor presente da obrigação atuarial com cobertura	(807.430)	-	-	(1.094.242)	(1.901.672)	(720.969)	-	-	(1.132.881)	(1.853.850)
Parcela do valor presente da obrigação atuarial sem cobertura	(201.885)	(8.506)	(375.881)	(286.357)	(872.629)	(192.370)	(1.864)	(353.190)	(3.395)	(550.819)
Total do valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	(1.009.315)	(8.506)	(375.881)	(1.380.599)	(2.774.301)	(913.339)	(1.864)	(353.190)	(1.136.276)	(2.404.669)
Estatuto do Plano	Parcialmente coberto	Sem cobertura	Sem cobertura	Parcialmente coberto		Parcialmente coberto	Sem cobertura	Sem cobertura	Parcialmente coberto	
CONCILIAÇÃO DOS SALDOS DO VALOR JUSTO DOS ATIVOS										
	2012					2011				
	Plano Único	CTP	EXA	CEEPREV BD	Total	Plano Único	CTP	EXA	CEEPREV BD	Total
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	720.969	-	-	1.132.881	1.853.850	660.828	-	-	933.660	1.594.488
Retorno esperado dos ativos do plano	39.350	-	-	131.757	171.107	75.760	-	-	54.067	129.827
Ganhos / (Perdas) atuariais	88.137	-	-	(94.577)	(6.440)	17.521	-	-	159.057	176.578
Contribuições do empregador	18.249	1.886	48.690	1.381	70.206	30.466	3.329	47.171	26.522	107.488
Contribuições de participantes do plano	18.249	-	-	1.399	19.648	1.233	-	-	5.863	7.096
Benefícios pagos pelo plano	(77.524)	(1.886)	(48.690)	(78.599)	(206.699)	(64.839)	(3.329)	(47.171)	(46.288)	(161.627)
Valor justos dos ativos do plano no final do exercício	807.430	-	-	1.094.242	1.901.672	720.969	-	-	1.132.881	1.853.850

24.8. Resultados da Avaliação Atuarial – CEEE-GT (Continuação)

CONCILIAÇÃO DOS ATIVOS E PASSIVOS RECONHECIDOS NO BALANÇO					2012					2011				
	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD	Total	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD	Total				
Valor presente da obrigação atuarial sem cobertura / (em excesso)	201.885	8.506	375.881	286.357	872.629	192.370	1.864	353.190	3.395	550.819				
Montante não reconhecido como ativo / (passivo)	(100.944)	-	-	-	(100.944)	(96.185)	-	-	-	(96.185)				
Custo do serviço passado não contabilizado	-	-	-	(118.086)	(118.086)	-	-	-	(131.443)	(131.443)				
Ganho (Perda) atuarial não reconhecidos	(47.578)	(8.386)	(68.242)	(147.307)	(271.513)	(125.317)	60	(54.145)	128.455	(50.947)				
Passivo / (Ativo) Atuarial líquido reconhecido no final do exercício (*)	53.363	120	307.639	20.964	382.086	(29.132)	1.924	299.045	407	272.244				
Ajuste do Passivo Atuarial (**)	2.303	-	-	2.836	5.139	77.358	-	-	38.449	115.807				
Passivo reconhecido na patrocinadora	55.666	120	307.639	23.800	387.225	48.226	1.924	299.045	38.856	388.051				

MOVIMENTAÇÃO DO PASSIVO (ATIVO) LÍQUIDO RECONHECIDO NO BALANÇO					2012					2011				
	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD	Total	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD	Total				
(Passivo) Ativo reconhecido no início do exercício	-	(1.925)	(299.045)	(407)	(301.377)	74.067	(5.253)	(289.215)	(1.060)	(221.461)				
Pagamentos para o plano líquido de administração	18.249	1.886	48.690	1.399	70.224	30.466	3.329	47.171	26.521	107.487				
Provisão para planos de benefícios e outros benefícios pós-emprego	(71.613)	(81)	(57.285)	(21.958)	(150.937)	(75.401)	(1)	(57.001)	(25.868)	(158.271)				
(Passivo) Ativo reconhecido no final do exercício (*)	(53.364)	(120)	(307.640)	(20.966)	(382.090)	29.132	(1.925)	(299.045)	(407)	(272.245)				

COMPOSIÇÃO DA DESPESA DO EXERCÍCIO					2012 - Real					2013 - Estimado				
	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD	Total	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD	Total				
Custo do serviço corrente	(388)	-	-	(12.358)	(12.746)	(992)	-	-	(6.201)	(7.193)				
Contribuições dos participantes	18.249	-	-	1.381	19.630	1.593	-	-	1.402	2.995				
Custo de juros	(49.174)	(81)	(38.459)	(130.240)	(217.954)	(42.765)	(661)	(30.994)	(128.590)	(203.010)				
Retorno esperado dos ativos do plano	39.350	-	-	131.756	171.106	19.644	-	-	56.880	76.524				
Amortização de (ganhos) / perdas atuariais	(79.650)	-	(18.825)	(12.497)	(110.972)	-	-	-	(118.085)	(118.085)				
Total da despesa do exercício	(71.613)	(81)	(57.284)	(21.958)	(150.936)	(22.520)	(661)	(30.994)	(194.594)	(248.769)				
Contribuições do empregador	18.249	1.886	48.690	1.399	70.224	1.593	1.180	51.319	1.403	55.495				
Total da (despesa) / receita no exercício	(53.364)	1.805	(8.594)	(20.559)	(80.712)	(20.927)	519	20.325	(193.191)	(193.274)				

AJUSTES EM RESULTADOS ABRANGENTES (NÃO APLICÁVEL EM 2012)					2013						
	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD	Total		Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD	Total
(1) (Ganho)/perda do exercício anterior	125.316	(80)	54.145	(128.455)	50.946	(2) Amortização (Ganho)/Perda do exercício anterior	79.649	-	18.826	(861)	97.614
(2) Amortização (Ganho)/Perda do exercício anterior	79.649	-	18.826	(861)	97.614	(3) (Ganho)/Perda nas obrigações atuariais	61.968	8.447	32.922	180.324	283.661
(3) (Ganho)/Perda nas obrigações atuariais	61.968	8.447	32.922	180.324	283.661	(4) (Ganhos)/perdas nos ativos do plano	(53.193)	-	-	94.576	41.383
(4) (Ganhos)/perdas nos ativos do plano	(53.193)	-	-	94.576	41.383	(5) Ajuste em (G)/P decorrente da Parcela de Responsabilidade do Patrocinador	(6.864)	-	-	-	(6.864)
(5) Ajuste em (G)/P decorrente da Parcela de Responsabilidade do Patrocinador	(6.864)	-	-	-	(6.864)	(Ganho)/Perda no final do ano (1)-(2)+(3)-(4)+(5)	47.578	8.387	68.241	147.306	271.512
(Ganho)/Perda no final do ano (1)-(2)+(3)-(4)+(5)	47.578	8.387	68.241	147.306	271.512						

(*) O valor do ativo atuarial de R\$29.132 no Plano Único não foi contabilizado pela Administração - em virtude de não haver expectativa de que venha adotar amortizações de perdas futuras.

(**) O ajuste do passivo atuarial refere-se ao complemento do valor apresentado na avaliação atuarial visando contemplar no mínimo o passivo assumido pela Concessionária através do contrato ELETROCEEE nº SF 1254/95 e a Contribuição da Patrocinadora conforme nota explicativa 24.3.

24.8. Resultados da Avaliação Atuarial – CEEE-GT (Continuação)

Montantes do:	Plano Único				CEEEPREV BD			
	2009	2010	2011	2012	2009	2010	2011	2012
Valor presente da obrigação atuarial do plano	765.474	809.022	913.339	1.009.315	836.020	1.059.233	1.136.276	1.380.599
Valor justo dos ativos do plano	681.492	660.828	720.969	807.430	854.644	933.660	1.132.881	1.094.242
Superávit / (Déficit) técnico do plano	(83.982)	(148.194)	(192.370)	(201.885)	18.624	(125.573)	(3.395)	(286.357)
Ajustes de experiência resultantes								
Ganhos / (Perdas) em percentual do passivo do plano	-26,1%	-1,2%	-8,4%	12,28%	-1,7%	-22,4%	-4,5%	13,06%
Ganhos / (Perdas) em percentual dos ativos do plano	8,9%	-11,2%	2,4%	10,92%	5,1%	10,6%	14,0%	-8,64%

Montantes do:	EXA				CTP			
	2009	2010	2011	2012	2009	2010	2011	2012
Valor presente da obrigação atuarial do plano	330.991	343.177	353.190	375.881	8.512	4.454	1.864	8.506
Superávit / (Déficit) técnico do plano	(330.991)	(343.177)	(353.190)	(375.881)	(8.512)	(4.454)	(1.864)	(8.506)
Ajustes de experiência resultantes								
Ganhos / (Perdas) em percentual do passivo do plano	0,3%	-6,2%	-5,6%	8,76%	40,9%	-19,3%	-20,6%	99,3%

CATEGORIAS DOS ATIVOS DO PLANO		2012	
		Plano Único	CEEEPREV BD
Disponível		0,09%	0,09%
Realizável – Gestão Previdencial		6,74%	4,72%
Realizável – Gestão Administrativa		0,86%	2,71%
Títulos Públicos		37,49%	37,08%
Créditos Privados e Depósitos		15,75%	15,57%
Fundos de Investimentos		21,86%	21,61%
Ações		15,35%	15,18%
Investimentos/Depósitos		0,01%	0,01%
Investimentos Imobiliários		0,46%	0,45%
Empréstimos e Financiamentos		1,39%	2,58%
Total em percentual dos ativos do plano		100,00%	100,00%

25. Obrigações da Concessão

Os saldos compõem-se de:

	CONSOLIDADO	
	31/12/2012	31/12/2011
CIRCULANTE		
Reserva Global de Reversão - RGR	-	3.185
Conta de Consumo de Combustíveis - CCC	8.405	16.440
Repactuação de Dívida - CCC	-	79.040
Conta de Desenvolvimento Energético - Quota da CDE	11.987	11.327
Programa de Eficiência Energética - Recursos PEE	69.694	56.056
Programa de Eficiência Energética - Recursos P&D	72.857	62.645
Programa de Eficiência Energética - Recursos FNDCT	1.372	1.167
Programa de Eficiência Energética - Recursos MME	686	583
Repactuação de Dívida - CDE	-	63.537
	<u>165.001</u>	<u>293.980</u>
NÃO CIRCULANTE		
Recursos PEE	10.986	9.376
Recursos P&D	<u>7.743</u>	<u>7.025</u>
	<u>18.729</u>	<u>16.401</u>

25.1. Reserva Global de Reversão – RGR

Foi criada através da Lei n.º 8.631, de 04/03/1993, com a finalidade de prover recursos para reversão, encampação, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. Com a publicação da MP n.º 579 de 11/09/2012 que foi convertida em Lei n.º 12.783 de 11/01/2013, a RGR foi um dos encargos suspensos de cobranças, atendendo as medidas para a redução da conta de energia elétrica.

25.2. Conta de Consumo de Combustíveis - CCC

Através da Lei n.º 10.438, de 26/04/2002, no artigo 13 foi criada a Conta de Desenvolvimento Energético - CDE visando o desenvolvimento energético dos Estados e a competitividade da energia produzida a partir de fontes eólica, pequenas centrais hidrelétricas, biomassa, gás natural e carvão mineral nacional, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, a promoção da universalização do serviço de energia elétrica em todo o território nacional, devendo seus recursos observar as vinculações e limites previstos em Lei.

25.3. Conta de Desenvolvimento Energético – Quotas da CDE

A Conta de Desenvolvimento Energético – CDE foi criada através da Lei n.º 10.438 de 26 de abril de 2002, artigo 13, e alterada pelo artigo 23 da Lei n.º 12.783 de 11 de janeiro de 2013. Visa, além do desenvolvimento energético dos Estados, promover a universalização do serviço de energia elétrica em todo o território nacional; garantir recursos para atendimento da subvenção econômica destinada à modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica aos consumidores finais integrantes da Subclasse Residencial Baixa Renda; prover recursos para os dispêndios da Conta de Consumo de Combustíveis – CCC; prover recursos e permitir a amortização de operações financeiras vinculados à indenização por ocasião da reversão das concessões ou para atender à finalidade de modicidade tarifária; promover a competitividade da energia produzida a partir da fonte carvão mineral nacional nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, destinando-se à cobertura do custo de combustível de empreendimentos termelétricos em operação até 6 de fevereiro de 1998, e de usinas enquadradas no §2º do art.11 da Lei n.º 9.648 de 27 de maio de 1998; e promover a competitividade da energia produzida a partir de fontes eólica, pequenas centrais hidrelétricas, biomassa e gás natural.

25.4. Repactuação de Dívida - CCC

O montante de R\$79.040 em 31 de dezembro de 2011 refere-se ao Termo de Confissão e Repactuação de Dívida Vencida com o Encargo Setorial Conta de Consumo de Combustíveis – CCC, celebrado com as Centrais Elétricas Brasileiras S/A – Eletrobrás em outubro de 2011, anuído pelo despacho ANEEL n.º 4178/2011. Esse montante foi liquidado em abril de 2012.

25.5. Repactuação de Dívida – CDE

O montante de R\$63.537 em 31 de dezembro de 2011 refere-se ao Termo de Confissão e Repactuação de Dívida Vencida relativa a as quotas da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, celebrado com as Centrais Elétricas Brasileiras S/A – Eletrobrás em outubro de 2011, anuído pelo despacho ANEEL nº4178/2011. Esse montante foi liquidado em abril de 2012.

25.6. Valores Destinados à Aplicação em Recursos PEE / P&D

O PEE e o P&D são programas de investimentos, estabelecidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, calculados com base na receita operacional líquida das empresas, que resultam em economias e benefícios diretos para o consumidor, com ações implementadas nas instalações da unidade consumidora.

Aos Programas de Eficiência Energética - PEE e de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D, a Concessionária destina anualmente, no mínimo, 1% da receita operacional líquida, sendo 0,50% destinados ao P&D e 0,50% ao PEE.

Dos valores destinados ao P&D, 40% são aplicados em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento, 40% são recolhidos ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT, e 20% ao Ministério de Minas e Energia – MME.

26. Provisão para Contingências Trabalhistas, Cíveis e Tributárias.

As Controladas são parte em processos judiciais de natureza trabalhista e cível que na avaliação da administração, baseada em experiência em processos com natureza semelhante, apresenta riscos prováveis, possíveis e remotos. Os riscos possíveis e remotos não foram provisionados.

	CONSOLIDADO			
	31/12/2012		31/12/2011	
	Trabalhistas	Cíveis	Trabalhistas	Cíveis
Riscos prováveis	397.456	204.992	497.801	150.936
Riscos possíveis e remotos	121.915	137.428	181.321	181.364
	<u>519.371</u>	<u>342.420</u>	<u>679.122</u>	<u>332.300</u>

26.1. Composição dos processos de riscos prováveis

A provisão e contas a pagar reconhecido sobre a parte dos processos cujo risco de perda é considerado provável líquido dos depósitos judiciais correspondentes, estão compostas como segue:

	CONSOLIDADO			
	31/12/2012			
	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Total
Passivo circulante				
Saldo da provisão	<u>192.239</u>	<u>54.853</u>	<u>-</u>	<u>247.092</u>
Passivo não circulante				
Saldo da provisão	205.217	117.754	3.935	326.906
Contas a pagar para contingências	-	32.385	-	32.385
(-) Depósitos judiciais	<u>(91.956)</u>	<u>(10.023)</u>	<u>-</u>	<u>(101.979)</u>
Total não circulante	<u>113.261</u>	<u>140.116</u>	<u>3.935</u>	<u>257.312</u>
Total geral	<u>305.500</u>	<u>194.969</u>	<u>3.935</u>	<u>504.404</u>
	31/12/2011			
	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Total
Passivo circulante				
Saldo da provisão	<u>213.726</u>	<u>50.265</u>	<u>-</u>	<u>263.991</u>
Passivo não circulante				
Saldo da provisão	284.075	94.274	5.366	383.715
Contas a pagar para contingências	-	6.339	-	6.339
(-) Depósitos judiciais	<u>(90.105)</u>	<u>(7.808)</u>	<u>-</u>	<u>(97.913)</u>
Total não circulante	<u>193.970</u>	<u>92.805</u>	<u>5.366</u>	<u>292.141</u>
Total geral	<u>407.696</u>	<u>143.070</u>	<u>5.366</u>	<u>556.132</u>

26.2. Movimentação da provisão para contingências

	Movimentação da Provisão para Contingências			
	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Total
(=) Saldo Final Dezembro/2010	518.324	182.369	2.393	703.086
(+) Novos Ingressos	172.363	30.633	2.973	205.969
(-) Pagamentos	(149.071)	(62.847)	-	(211.918)
(-) Montantes Revertidos	(141.108)	(34.730)	-	(175.838)
(+) Atualização Monetária	64.138	25.149	-	89.287
(-) Montantes Depositados	(90.181)	(6.501)	-	(96.682)
(-) Atualização dos Depósitos	33.231	8.997	-	42.228
(=) Saldo Final Dezembro/2011	407.696	143.070	5.366	556.132
(+) Novos Ingressos	81.395	89.550	-	170.945
(-) Pagamentos	(177.225)	(39.335)	-	(216.560)
(-) Montantes Revertidos	(62.591)	(24.830)	(1.758)	(89.179)
(+) Atualização Monetária	58.079	28.730	327	87.136
(-) Montantes Depositados	(1.854)	(2.216)	-	(4.070)
(=) Saldo Final Dezembro/2012	305.500	194.969	3.935	504.404

26.3. Natureza das Ações

26.3.1. Trabalhistas

As Controladas vêm permanentemente aprimorando a apuração dos valores contingentes embasada no histórico de dados referentes aos pagamentos com a finalização das discussões judiciais de assuntos de natureza trabalhista. Foi realizada uma análise criteriosa das chances de êxito da Concessionária envolvendo processos trabalhistas, com o objetivo de suportar o adequado julgamento quanto à necessidade ou não da constituição de provisões. As estimativas quanto ao desfecho e os efeitos financeiros das contingências foram determinados com base em julgamento da Administração, considerando o histórico de perdas em processos de mesma natureza e a expectativa de êxito de cada processo. As principais ações ingressadas contra as Concessionárias referem-se a verbas rescisórias, responsabilidade subsidiária, complementação de proventos de aposentadoria, responsabilidade solidária, vínculo empregatício, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, correto enquadramento, prêmio assiduidade e outras.

26.3.1.1. Acordos Judiciais Reclamatórias Trabalhistas

As Controladas firmaram acordos judiciais trabalhistas com os Sindicatos dos Engenheiros – SENGE e Sindicato dos Eletricitários do Rio Grande do Sul - SENERGISUL cujos montantes estão demonstrados nas notas explicativas nº 27.5.1 e 27.5.2.

26.3.2. Cíveis

As Controladas estão sendo citada em diversos processos judiciais de natureza cível para os quais foi registrada provisão dos valores cuja expectativa de pagamentos foi considerada provável pelos seus assessores jurídicos, em uma análise efetuada individualmente por processo. As ações ingressadas contra as Controladas referem-se a convênios de devolução, corte/religação de energia, danos morais e materiais, revisão de consumo de energia, sustação de cobrança, honorários advocatícios, contrato de compra e venda de energia, desapropriação, revisão de contratos e encargo de capacidade emergencial e outras.

26.3.3. Tributárias

Do saldo de R\$5.366, registrado em 31/12/2011, R\$1.700 referia-se a débitos vinculados ao ITBI, onde o contribuinte buscava a defesa através do processo judicial nº 001/1.06.0259001-2, o qual transitou em julgado em dezembro de 2011. Não obtendo êxito na lide, a CEEE-GT efetuou parcelamento administrativo junto ao Município de Porto Alegre em fevereiro de 2012, no valor de R\$1.715 em 24 parcelas, cujo pagamento da primeira parcela se deu em 23/02/2012.

Em 31/12/2012, o saldo provisionado de R\$3.935 se refere à eventual insuficiência no recolhimento de contribuições previdenciárias relacionadas ao Auto de Lançamento nº 35.067.180-0. A CEEE-GT busca defesa na esfera administrativa, classificando o processo, através de opinião legal, como perda provável.

26.3.3.1. Ação judicial de Compensação de Créditos Derivados Demanda do Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural – FUNRURAL – CEEE-D

A CEEE-D obteve êxito na ação judicial de Compensação de Créditos derivados da demanda do Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural – FUNRURAL, processo judicial nº 98.00.26268-7. Assim, no exercício de 2006, o contribuinte efetuou o reconhecimento do crédito no valor de R\$10.812, referente aos pagamentos indevidos do período de setembro de 1989 a junho de 1991. Até o final do exercício de 2007 a Concessionária compensou o montante do crédito, todavia, em dezembro de 2007, o contribuinte recebeu Notificação de Lançamento de Débito oriundo da Fiscalização previdenciária do INSS referente aos valores compensados a título de FUNRURAL. A Concessionária vem discutindo no âmbito administrativo essa matéria, cujo valor da cobrança perfaz atualmente cerca de R\$7.030 e, segundo parecer da área jurídica, o desfecho negativo é considerado como possível.

26.3.3.2. Ação judicial de Compensação de Créditos Derivados Demanda do Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural – FUNRURAL – CEEE-GT

A CEEE-GT obteve êxito na ação judicial de Compensação de Créditos Derivados Demanda do Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural – FUNRURAL, processo judicial nº 98.00.26268-7.

Com alicerce na decisão judicial a Concessionária procedeu as compensações com contribuições previdenciárias devidas no exercício de 2006 e de 2007, essas compensações estavam sendo discutidas na esfera administrativa e perfaziam cerca de R\$14.050. O processo foi arquivado em outubro de 2012, com a compensação homologada pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF.

Com relação aos contenciosos cujo entendimento legal opina por expectativa de perda possível, as principais questões são:

26.3.3.3. Contribuições Previdenciárias

Com relação à matéria previdenciária a CEEE-GT impugnou cobranças relativas à suposta insuficiência de recolhimento sobre os serviços contratados bem como a eventual inconsistência em obrigações acessórias que somam aproximados R\$10.555.

26.3.3.4. Tributos Federais (PIS, COFINS, IRPJ, CSLL, IRRF)

No tocante aos tributos federais a Concessionária possui cerca de R\$ 81.393 em compensações que estão na fase de discussão de sua homologação junto ao ente fazendário, principalmente referentes a pagamentos indevidos de PIS e COFINS, face ao extinto art. 3º, parágrafo 1º da Lei nº 9.718/98, bem como em relação ao contido na Lei nº 10.833/03, artigo 10º, inciso XI.

26.3.3.5. Imposto Sobre Circulação de Mercadorias – ICMS

No que tange ao Imposto Sobre Circulação de Mercadorias - ICMS a CEEE-D possui contenciosos que se relacionam, em síntese, a um eventual recolhimento a menor do referido tributo. Esses contingentes perfazem cerca de R\$10.550 e conforme parecer jurídico a causa de desfecho negativo destas demandas é considerada possível.

27. Outros Passivos

Os saldos compõem-se de:

	CONSOLIDADO	
	31/12/2012	31/12/2011
CIRCULANTE		
Encargo de Capacidade Emergencial	1.602	1.606
Contribuição para Custeio Serviço de Iluminação Pública - CIP	4.460	4.540
Obrigações com Obras de Transmissão.....	12.542	13.939
Provisão Auto de Infração	-	90.095
Programa de Participação nos Resultados - PPR	9.938	9.018
Consumidores	16.802	15.618
Compensação Financeira para Utilização de Recursos Hídricos	1.839	1.580
Custos a Desembolsar.....	-	4.386
Compra de Crédito ICMS	-	255
Encargos Ex-Isolados	1.229	866
Acordos Judiciais Trabalhistas.....	22.765	24.642
Acordo Judicial Cível - ABB.....	8.934	7.560
Acordo Judicial Cível	4.304	-
Repactuação PROINFA.....	-	32.063
Outros Credores	5.946	72.579
Total	90.361	278.747
NÃO CIRCULANTE		
Fornecedores Contatos 1000-1001/87 (vide nota explic. nº 9).....	39.941	39.941
Obrigações com Empreendimentos	-	33.038
Provisão Auto de Infração	25.458	1.771
Prêmio Assiduidade.....	2.706	2.830
Acordos Judiciais Trabalhistas.....	51.975	74.738
Acordo Judicial Cível - ABB.....	20.616	29.550
Acordo Judicial Cível	1.313	-
Outros Credores	11.724	12.430
Total	153.733	194.298

27.1. Provisão Auto de Infração

O valor de R\$90.095 em 31 de dezembro de 2011 no passivo circulante refere-se a autos de infração que têm por objeto a aplicação de penalidades quanto aos pedidos de ressarcimento de danos em equipamentos elétricos causados por perturbação no sistema elétrico e quanto a não conformidade dos índices de qualidade de atendimento e quanto às interrupções no fornecimento de energia elétrica e demora no restabelecimento do atendimento. Esse montante foi liquidado em abril de 2012.

27.2. Consumidores

O valor de R\$16.802 (R\$15.618 em 31 de dezembro de 2011) refere-se aos créditos devido ao consumidor relativo a pagamento em duplicidade ou faturamento a maior.

27.3. Repactuação de Dívida - PROINFA

O valor de R\$32.063 em 31 de dezembro de 2011 refere-se ao Termo de Confissão e Repactuação de Dívida com as quotas do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia - PROINFA, celebrado com as Centrais Elétricas Brasileiras S/A – Eletrobrás em outubro de 2011, anuído pelo despacho ANEEL nº 4.178/2011. Esse montante foi liquidado em abril de 2012.

27.4. Acordo Judicial Cível - ABB

A CEEE-GT efetuou acordo judicial cível referente à demanda impetrada pela ABB Ltda. O processo de conciliação foi efetivado em dezembro de 2011, o valor da obrigação perfaz R\$41.233. O montante acordado será pago em 60 parcelas mensais e consecutivas, corrigidas mensalmente pelo IGP-M, já tendo sido liquidadas 17 (dezessete) parcelas.

A tabela abaixo ilustra o saldo remanescente:

Data do Evento	Histórico	Valor
26/12/2011	Acordo Judicial Cível ABB	41.233
31/12/2012	Parcelas Pagas até 31/12/2012	(11.683)
	Saldo a Pagar	29.550
CIRCULANTE		8.934
NÃO CIRCULANTE		20.616
		29.550

27.5. Acordos Judiciais Reclamatórias Trabalhistas

27.5.1. Sindicato dos Engenheiros do Estado do Rio Grande do Sul - SENGE

A CEEE-GT efetuou acordo judicial referente a reclamações trabalhistas impetradas pelo SENGE. O processo de conciliação foi efetivado em abril de 2011, o valor da obrigação perfaz R\$68.212. O montante acordado será pago em 60 parcelas mensais e consecutivas, corrigidas mensalmente pelo IGP-M, já tendo sido liquidadas 21 (vinte e uma) parcelas.

A tabela abaixo ilustra o saldo remanescente:

Data do Evento	Histórico	Valor
14/04/2011	Acordo RT - SENGE Produtividade	49.032
14/04/2011	Acordo RT - SENGE Periculosidade	19.180
	Total do Acordo	68.212
31/12/2012	Parcelas Pagas até 31/12/2012	(23.872)
	Saldo a Pagar	44.340
CIRCULANTE		13.645
NÃO CIRCULANTE		30.695
		44.340

27.5.2. Sindicato dos Assalariados Ativos, Aposentados e Pensionistas nas Empresas Geradoras, ou Transmissoras, ou Distribuidoras, ou afins, de Energia Elétrica no Estado do Rio Grande do Sul e Assistido por Fundações de Seguridade Privada Originadas no Setor Elétrico - SENERGISUL.

As controladas efetuaram acordo judicial relativo à reclamação trabalhista impetrada pelo SENERGISUL. O processo de conciliação foi efetivado em maio de 2011. O valor da obrigação perfaz R\$55.000. O montante acordado será pago em 60 parcelas mensais e consecutivas, sendo as 10 (dez) primeiras no valor de R\$ 1.700 e as demais no valor de R\$ 760, corrigidas mensalmente pelo IGP-M, já tendo sido liquidadas 17 (quatorze) parcelas.

CONSOLIDADO		
Data do Evento	Histórico	Valor
15/02/2011	Acordo Reclamatórias Trabalhistas SENERGISUL	55.000
30/09/2012	Parcelas Pagas até 31/12/2012	(24.600)
	Saldo a Pagar	30.400
CIRCULANTE		9.120
NÃO CIRCULANTE		21.280
Total		30.400

27.5.3. Acordo Judicial Cível

A CEEE-D efetuou acordo judicial cível referente à demanda impetrada pela INEPAR S.A. Indústria e Construções. O processo de conciliação foi efetivado em maio de 2012, o valor da obrigação perfaz R\$7.880. O montante acordado será pago em 24 parcelas mensais e consecutivas, corrigidas mensalmente pelo IGP-M, já tendo sido liquidadas 07 (sete) parcelas. Os efeitos no resultado estão demonstrados na nota explicativa nº 32.

A tabela abaixo ilustra o saldo remanescente:

Data do Evento	Histórico	Valor
21/05/2012	Acordo Judicial Cível INEPAR	7.880
31/12/2012	Correção Monetária (parcela 08/24)	35
31/12/2012	Parcelas Pagas até 31/12/2012	(2.298)
	Saldo a Pagar	5.617
CIRCULANTE		4.304
NÃO CIRCULANTE		1.313
		5.617

28. Receita Recebida Antecipadamente

A ANEEL autorizou as empresas transmissoras de energia elétrica a reconhecerem contabilmente em forma de degrau as suas receitas para as obras do segmento de transmissão autorizadas e licitadas no período de 2001 a junho/2006. A receita em degrau significa o reconhecimento contábil de 66,7% da receita dessas obras nos seus primeiros 15 anos de operação e de 33,3% da receita nos 15 anos seguintes, sendo esta política adotada como forma de atrair investimentos para o setor.

O saldo de R\$105.445 em 31 de dezembro de 2011 é composto pela adequação entre os valores recebidos do poder concedente e a competência que este se refere líquido dos ajustes tributários.

29. Patrimônio Líquido

29.1. Controladora

29.1.1. Capital Social

O capital social da Controladora é de R\$319.803 em 31 de dezembro de 2012, representado por 189.113.071 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal. A sua composição é a seguinte:

	31/12/2012	31/12/2011
Governo do Estado do Rio Grande do Sul	99,99%	99,99%
Demais Acionistas	0,01%	0,01%
	100%	100%

30. Receita Operacional Líquida

A Receita Operacional Líquida possui a seguinte composição:

	CONSOLIDADO	
	31/12/2012	31/12/2011
Receita Bruta		
Suprimento de Energia Elétrica	352.918	351.457
Fornecimento de Energia Elétrica	1.187.503	1.095.995
Disponibilização do Sistema de Transmissão e Distribuição.....	2.463.083	2.189.578
Linearização	46.238	(24.630)
Energia Elétrica de Curto Prazo	20.990	18.583
Receita de Construção	174.890	188.295
Remuneração do Ativo Financeiro.....	42.733	(45.307)
Outras Receitas Operacionais	35.768	82.901
	4.324.123	3.856.872
Deduções da Receita		
ICMS/ISS	(702.928)	(631.718)
PASEP /COFINS.....	(221.793)	(202.745)
Quota RGR	(41.709)	(20.366)
Outros Encargos	(18.882)	(16.638)
Encargos do Consumidor - P&D/PEE/MME/FNDCT	(29.579)	(25.783)
Subvenções CCC	(124.984)	(132.551)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(105.267)	(95.744)
	(1.245.142)	(1.125.545)
Receita Operacional Líquida	3.078.981	2.731.327

31. Custo com Energia Elétrica

Os saldos compõem-se de:

	CONSOLIDADO	
	31/12/2012	31/12/2011
Energia Elétrica Comprada para Revenda	1.249.427	951.813
Encargo de Uso da Rede	242.971	211.144
	<u>1.492.398</u>	<u>1.162.957</u>

31.1 Energia Elétrica Comprada para Revenda

SUPRIMENTO R\$	31/12/2012	31/12/2011
ITAIPU	192.320	156.202
CGTEE	2.756	33.946
ENERCAN	27.532	25.651
CHESF	75.907	70.737
Comercialização de Energia na CCEE	318.127	171.847
COPEL	29.378	25.097
CERAN	80.803	74.919
CESP	38.728	36.139
ELETRONORTE	64.664	53.237
DUKE PARANAPANEMA	11.579	10.802
FURNAS	95.820	86.811
PROINFA	42.798	33.354
Outras	269.015	173.071
	<u>1.249.427</u>	<u>951.813</u>
SUPRIMENTO MWh	31/12/2012	31/12/2011
ITAIPU	1.830.239	1.841.912
CGTEE	23.778	175.260
ENERCAN	193.052	209.499
CHESF	868.709	866.336
Comercialização de Energia na CCEE	391.417	337.895
COPEL	328.484	300.294
CERAN	466.436	465.161
CESP	378.023	376.991
ELETRONORTE	651.095	562.983
DUKE PARANAPANEMA	117.101	116.781
FURNAS	1.000.952	1.030.149
PROINFA	211.304	196.527
Outras	1.294.712	907.595
	<u>7.755.302</u>	<u>7.387.383</u>

31.2. Encargo de Uso do sistema

O valor de R\$242.971 (R\$211.144 em 31 de dezembro de 2011) refere-se a encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição de energia.

32. Custo e Despesas Operacionais

Os saldos compõem-se de:

CUSTO DE OPERAÇÃO E DESPESAS OPERACIONAIS	CONSOLIDADO									
	CUSTO DE OPERAÇÃO		DESPESAS COM VENDAS		DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS		OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS		TOTAL	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Pessoal e Administradores										
Remuneração e Encargos	367.076	289.192	-	-	111.116	86.045	22.601	16.637	500.793	391.874
Cláusula 25	-	-	-	-	-	-	500	374	500	374
Fundação ELETROCEEE - Ativos e Suplementados ..	34.262	35.826	-	-	-	-	7.625	12.117	41.887	47.943
INSS - Empregador	101.611	93.786	-	-	-	-	453	307	102.064	94.093
Administradores.....	-	-	-	-	1.641	1.485	354	366	1.995	1.851
Subtotal Pessoal / Administradores	502.949	418.804	-	-	112.757	87.530	31.533	29.801	647.239	536.135
Empréstimo Fundação ELETROCEEE - SF 1254.....	28.588	32.330	-	-	-	-	-	-	28.588	32.330
Total Pessoal e Administradores	531.537	451.134	-	-	112.757	87.530	31.533	29.801	675.827	568.465
Material	27.254	26.932	-	-	2.845	2.028	4	2	30.103	28.962
Serviço de Terceiros	96.325	94.805	11.624	11.008	64.149	15.197	14.365	9.703	186.463	130.713
Compensação/Utilização Recursos Hídricos	-	-	-	-	-	-	11.505	20.705	11.505	20.705
Taxa de Fiscalização - ANEEL	-	-	-	-	-	-	8.482	7.838	8.482	7.838
Depreciação e Amortização	66.830	66.101	-	-	3.795	3.176	481	648	71.106	69.925
Custo de Construção	174.890	188.295	-	-	-	-	-	-	174.890	188.295
Amortização do Intangível da Concessão	60.162	71.360	-	-	-	-	-	-	60.162	71.360
Doações, Contribuições e Subvenções	-	-	-	-	-	-	288	131	288	131
Arrendamento e Aluguéis	17.451	16.813	-	-	224	141	-	423	17.675	17.377
Seguros	661	407	-	-	163	928	-	-	824	1.335
Tributos	1.946	1.466	-	-	1.749	1.429	5.644	139	9.339	3.034
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	26.994	41.870	-	-	-	-	26.994	41.870
Provisão para Contingências Trabalhistas	-	-	-	-	-	-	94.672	113.837	94.672	113.837
Provisão para Contingências Cíveis	-	-	-	-	-	-	75.084	(2.414)	75.084	(2.414)
Provisão para Contingência Fiscal	-	-	-	-	-	-	(1.372)	2.973	(1.372)	2.973
Provisão de Autos de Infração e Notificações	-	-	-	-	-	-	29.650	24.970	29.650	24.970
Reversão de Autos de Infração e Notificações	-	-	-	-	-	-	(96.040)	-	(96.040)	-
Provisão para Baixa dos Ativos	-	-	-	-	-	-	-	58.802	-	58.802
Outras Provisões	-	-	-	-	-	-	1.127	(580)	1.127	(580)
Provisão Ex-Autárquicos	-	-	-	-	-	-	164.916	144.973	164.916	144.973
Fundação ELETROCEEE - Ex-Autárquicos	-	-	-	-	-	-	4.637	4.525	4.637	4.525
Autos de Infração e Notificações	-	-	-	-	-	-	60.713	2.279	60.713	2.279
Acordos Judiciais Trabalhistas e Cíveis	-	-	-	-	-	-	7.552	165.216	7.552	165.216
Outros	39.015	18.177	(1)	-	6.405	3.285	16.240	16.904	61.659	38.366
TOTAL	1.016.071	935.490	38.617	52.878	192.087	113.714	429.481	600.875	1.676.255	1.702.957

33. Outras Receitas e Despesas

Os saldos compõem-se de:

	CONSOLIDADO	
	31/12/2012	31/12/2011
OUTRAS RECEITAS		
Ganho nas Alienações e Outros Ganhos	223.428	13.808
Conta de Resultados a Compensar - CRC	-	112.223
Outras	36.659	31.747
	<u>260.087</u>	<u>157.778</u>
OUTRAS DESPESAS		
Perdas na Alienação e Desativação de Bens e Direitos	(95.307)	(23.509)
Provisão para Desvalorização Valorização de Outros Investimentos ..	(43)	(258)
Outras	(30.405)	(381)
	<u>(125.755)</u>	<u>(24.148)</u>

34. Receita/Despesa Financeira

Os saldos compõem-se de:

	CONSOLIDADO	
	31/12/2012	31/12/2011
RECEITA FINANCEIRA		
Renda de Aplicações Financeiras	6.348	7.896
Acréscimo Moratório - Energia Vendida	37.642	40.169
Atualização Monetária dos Depósitos Judiciais	9.888	4.289
Receitas Financeiras com Parcelamentos	19.047	16.309
Variação Monetária - Empréstimos e Financiamentos	22.712	33.865
Variação Monetária - Energia Comprada	4.459	9.132
Atualização das Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	277.237	-
Atualização Monetária - Energia Livre - Despacho ANEEL nº 2.517	16.664	16.427
Atualização Quotas Subordinadas FIDC.....	4.345	14.397
Ganho com participações Societárias	-	2.988
Outras Receitas Financeiras	13.979	12.180
	<u>412.321</u>	<u>157.652</u>
DESPESA FINANCEIRA		
Encargos de Dívidas	(26.642)	(35.707)
Despesas Financeiras de PEE/P&D/PLT	(9.439)	(10.833)
Despesas Financeiras com PAES.....	-	(8.038)
Despesas Financeiras com Empreendimentos.....	(5.671)	(5.780)
Despesas Financeiras com Parcelamentos.....	(15.017)	-
Despesas Financeiras com Tributos.....	(3.104)	-
Variação Monetária - Empréstimos e Financiamentos	(76.399)	(137.944)
Variação Monetária - Energia Comprada	(6.331)	(31.874)
Atualização Quotas Subordinadas FIDC.....	(9.609)	-
Penalidades ANEEL - Contrato de Concessão	(11.373)	(10.831)
Atualização Monetária dos Depósitos Judiciais	(1.574)	(12.168)
Atualização Monetária dos Autos de Infração e Notificações	(34.706)	-
Correção Monetária e Juros	(13.872)	(19.398)
Outras Despesas Financeiras	(16.360)	(8.607)
	<u>(230.097)</u>	<u>(281.180)</u>
RECEITA/DESPESA FINANCEIRA	<u>182.224</u>	<u>(123.528)</u>

35. Imposto de Renda e Contribuição Social

Reconciliação da despesa com Imposto de Renda - IRPJ e Contribuição Social – CSLL divulgados e os montantes calculados pela aplicação das alíquotas oficiais em 31 de dezembro de 2012 e 2011:

Os saldos compõem-se de:

	CONSOLIDADO			
	31/12/2012		31/12/2011	
			Reclassificado	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro líquido antes do IRPJ e da CSLL	265.366	265.366	(99.387)	(99.387)
Ajustes Decorrentes do RTT	66.061	66.061	(60.624)	(60.624)
Lucro líquido antes do IRPJ e da CSLL após ajustes decorrentes do RTT.....	331.427	331.427	(160.011)	(160.011)
Efeito líquido de provisões temporárias não dedutíveis constituídas/realizadas no exercício	(514.475)	(514.475)	41.799	41.799
Despesas não dedutíveis e outras adições permanentes.....	147.265	147.265	(22.989)	(22.989)
Receitas não tributáveis e outras exclusões permanentes.....	(54.418)	(54.418)	(18.890)	(26.614)
Lucro real e base de cálculo da contribuição social antes das compensações.....	(90.201)	(90.201)	(160.091)	(167.815)
Compensação de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição	69.973	69.973	(31.149)	(31.149)
Lucro real e base de cálculo da contribuição social após as compensações.....	163.270	163.270	72.692	72.692
Alíquota aplicável	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação.....	40.794	14.694	18.146	6.541
Incentivo PAT = 4%.....	(980)	-	(436)	-
Incentivos Culturais.....	(426)	-	(436)	-
Contribuições FECA - CEDICA/RS	(245)	-	(109)	-
Salário Maternidade - Prorrogação	(88)	-	-	-
Total IRPJ e CSLL - Corrente	39.055	14.694	17.165	6.541
Total IRPJ e CSLL Diferido - Diferenças Temporárias	280.949	86.706	-	-
Total IRPJ e CSLL Diferido - Ajustes IFRS	212.249	70.649	(6.157)	(2.217)
Total IRPJ e CSLL IFRS Diferidos	493.198	157.355	(6.157)	(2.217)
Total IRPJ e CSLL	532.253	172.049	11.008	4.324

36. Transações com Partes Relacionadas

36.1. Controladora

A Companhia Estadual de Energia Elétrica Participações - CEEE-PAR controla diretamente a Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT e a Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D, visto que participa com 65,92% do capital social de cada controlada.

36.2. Consolidado

Foram realizadas transações com partes relacionadas incluindo compra e venda de energia elétrica e transações de financiamento, sendo que a energia elétrica vendida é baseada em tarifas aprovadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL em condições de similaridade com o praticado no mercado.

As operações realizadas com partes relacionadas estão demonstradas conforme segue:

Parte Relacionada	31/12/2012			31/12/2011		
	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Governo do Estado do Rio Grande do Sul	264.913	-	5.954	59.673	-	7.407
Eletrobras	19.140	48.840	(5.475)	16.036	516.229	(9.428)
Fundação ELETROCEEE	85	197.287	(97.495)	187	226.056	(96.933)
Outras Investidas	-	-	(2.508)	-	-	1.814
Total	284.138	246.127	(99.524)	75.896	742.285	(97.140)

Os saldos compõem-se de:

		31/12/2012				
	Nota Explicativa	Governo do Estado do Rio Grande do Sul	Eletrobras	Fundação ELETROCEEE	Outras Investidas	Total
Ativo						
Caixa e equivalente de caixa	5	236.998	-	-	-	236.998
Aplicações financeiras	5	5.586	-	-	-	5.586
Parcelamentos	6	21.946	-	-	-	21.946
Cedência de funcionários	9	383	312	85	-	780
Programa RELUZ e Subvenção Eletrobras CDE - PLT	9	-	18.828	-	-	18.828
		264.913	19.140	85	-	284.138
Passivo						
Contribuição Patrocinadora	24	-	-	10.520	-	10.520
Empréstimo circulante	24 e 23	-	6.177	36.147	-	42.324
Empréstimo não circulante	24 e 23	-	42.663	150.620	-	193.283
		-	48.840	197.287	-	246.127
31/12/2012						
Resultado						
Renda da Prestação de Serviços		-	-	-	3.163	3.163
Despesa operacional – Pessoal		-	-	(96.663)	-	(96.663)
Receita financeira		5.954	-	-	-	5.954
Despesa financeira		-	(5.475)	(832)	(5.671)	(11.978)
		5.954	(5.475)	(97.495)	(2.508)	(99.524)
31/12/2011						
	Nota Explicativa	Governo do Estado do Rio Grande do Sul	Eletrobras	Fundação ELETROCEEE	Outras Investidas	Total
Ativo						
Caixa e equivalente de caixa	5	31.875	-	-	-	31.875
Aplicações financeiras	5	5.151	-	-	-	5.151
Parcelamentos	6	21.946	-	-	-	21.946
Cedência de funcionários	9	701	186	187	-	1.074
Programa RELUZ e Subvenção Eletrobras CDE - PLT	9	-	15.850	-	-	15.850
		59.673	16.036	187	-	75.896
Passivo						
Contribuição Patrocinadora	24	-	-	9.104	-	9.104
Empréstimo circulante	24 e 23	-	150.259	41.685	-	191.944
Empréstimo não circulante	24 e 23	-	-	175.267	-	175.267
Repactuação de dívidas		-	365.970	-	-	365.970
		-	516.229	226.056	-	742.285
31/12/2011						
Resultado						
Renda da Prestação de Serviços		-	-	-	1.814	1.814
Despesa operacional – Pessoal		-	-	(95.077)	-	(95.077)
Receita financeira		7.407	-	-	-	7.407
Despesa financeira		-	(9.428)	(1.856)	-	(11.284)
		7.407	(9.428)	(96.933)	1.814	(97.140)

I. Pessoal chave da administração da entidade ou da respectiva controladora

As Controladas consideram como pessoal-chave da administração seus Diretores e os Membros do Conselho Fiscal e do Conselho de Administração. O montante gasto com remuneração, encargos e benefícios dos Administradores em 31 de dezembro de 2012 foi de R\$1.995 (R\$1.851 em 31 de dezembro de 2011).

As Controladas contam com diretores empregados e não-empregados.

A remuneração dos Diretores empregados é composta por salário ou honorários mais a verba de representação, sendo que os custos dos Diretores estão contabilizados na rubrica de Pessoal conforme Plano de Contas da ANEEL.

A remuneração dos Diretores não-empregados com vínculo empregatício em outro órgão é composta do seu salário integral (reembolsado pelas Concessionárias ao órgão de origem) mais a verba de representação.

A remuneração dos Diretores não-empregados sem vínculo empregatício em outro órgão é composta de honorários mais a verba de representação.

REMUNERAÇÃO / BENEFÍCIOS / ENCARGOS	31/12/2012	31/12/2011
Conselho de Administração	541	604
Conselho Fiscal	347	266
Verba de Representação	282	262
Honorário Diretor não Empregado	196	169
Encargos	629	550
Subtotal	1.995	1.851
Diretores Empregados	1.791	1.999
Total	3.786	3.850

37. Instrumentos Financeiros e Gerenciamento dos Instrumentos Financeiros

As Controladas mantêm operações com instrumentos financeiros, sendo que o risco referente a tais operações é monitorado através de estratégias de posições financeiras, controles internos, limites e políticas de risco das Concessionárias.

Para os instrumentos financeiros cotados em mercado ativo, sua cotação representa o valor de mercado e para os demais, os respectivos valores contábeis, devido a sua natureza de realização, como segue:

	Nota Explicativa	CONSOLIDADO	
		31/12/2012	31/12/2011
Ativos Financeiros			
Mensurados a Valor Justo por Meio do Resultado			
Caixa e Equivalentes de Caixa	5		
Numerário Disponível		73.851	39.172
SIAC/BANRISUL		236.998	31.875
Aplicações Financeiras			
SIAC/BANRISUL	5	5.586	5.151
Quotas Subordinadas - FIDC	5	47.469	43.490
Aplicações Financeiras Vinculadas	5	3.984	3.380
Empréstimos e Recebíveis			
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	6	526.208	494.036
Indenização Rede Básica Novos Investimentos - RBNI	14	675.828	-
Disponível para Venda			
Investimentos em Títulos do Governo/Conta de Resultados a Compensar - CRC	10	2.482.351	2.906.835
Ativo Financeiro da Concessão	14	845.413	557.313
TOTAL		4.897.688	4.081.252
Passivos Financeiros			
Mensurados ao Custo Amortizado por Meio do Resultado			
Fornecedores	20	384.339	468.087
Empréstimos, Financiamentos e Outras Captações	23	747.639	802.621
TOTAL		1.131.978	1.270.708

37.1. Gerenciamento de Riscos Financeiros

Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos obtidos em moeda nacional, junto à Centrais Elétricas Brasileiras S/A – ELETROBRÁS, Fundação ELETROCEEE, FIDC e Banco do Brasil, estão compatíveis com o valor de tais operações.

Na CEEE-GT as contas a receber de Concessionárias, Permissionárias e Consumidores Livres referem-se a suprimento de energia elétrica e encargos de uso da rede e vendas de energia na CCEE, e estão registradas em contas patrimoniais no montante de R\$ 102.848.

Na CEEE-D contas a receber de consumo de energia elétrica de poderes públicos, federal, estadual e municipal (administração direta), e de empresas controladas por essas esferas de governo, estão registradas em contas patrimoniais no montante de R\$90.985. A Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D, possui também registrado nas contas patrimoniais parcelamentos com o Governo do Estado do Rio Grande do Sul no montante de R\$21.946 e com Prefeituras Municipais no montante de R\$69.039. (vide Nota Explicativa 6.2).

Os principais fatores de risco de mercado que afetam o negócio das Controladas são os seguintes:

37.1.1. Risco de Crédito

Risco de crédito é o risco de a Concessionária incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais.

O valor contábil dos ativos financeiros que representam a exposição máxima ao risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	Nota Explicativa	CONSOLIDADO	
		31/12/2012	31/12/2011
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	310.849	71.047
Aplicações Financeiras de Longo Prazo	5	57.039	52.021
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	6	526.208	494.036
Investimento em Títulos do Governo/Conta de Resultados a Compensar - CRC	10	2.482.351	2.906.835
Indenização Rede Básica Novos Investimentos - RBNI	15	675.828	0
Ativo Financeiro da Concessão	15	845.413	557.313
TOTAL		4.897.688	4.081.252

Os saldos apresentados em Caixa e Equivalentes de Caixa e Aplicações Financeiras de Longo Prazo referem-se respectivamente a recursos depositados em instituições bancárias e a montantes aplicados no Sistema Integrado de Administração de Caixa – SIAC/BANRISUL bem como as quotas subordinadas do FIDC.

O risco inerente às aplicações e investimentos que as Concessionárias possuem é considerado baixo uma vez que são oriundos, conforme legislação vigente, de aplicações no Banco do Estado do Rio Grande do Sul e de investimentos em Notas do Tesouro Nacional, Série B – NTN – B.

O recebimento da indenização dos empreendimentos da Rede Básica de Novos Investimentos – RBNI, conforme Anexo II da Portaria Interministerial nº 580, de 1/11/2012 será realizado em trinta (30) parcelas mensais, corrigidas por IPCA mais WACC (*Weighted Average Cost Of Capital*) de 5,59% real ao ano e possui risco considerado baixo uma vez que se trata de um montante a receber do Poder Concedente.

A Área de Geração da Concessionária CEEE-GT tem aproximadamente 90%, em 31 de dezembro de 2012, da sua energia disponível – garantia física das usinas próprias e cota de energia em outros empreendimentos - vendida a 38 concessionárias de distribuição, através de 161 Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente de Contratação Regulada - CCEAR's, com suprimento desde 2005 até 2016. Estes contratos apresentam um risco bastante baixo, como pode ser observado pelo índice de adimplência de aproximadamente 100% ao longo de anos.

As garantias que a CEEE-G possui para os Contratos no Ambiente de Contratação Regulada - ACR divididas em dois grandes grupos:

- I. Garantia Principal: corresponde a 110% da média de faturamento dos últimos três meses. Para essa garantia, a modalidade, preponderante, é a vinculação de receitas, feitas através de Contrato de Constituição de Garantias - CCG, com anuência da ANEEL.

- II. Garantia Suplementar: corresponde a 20% da receita mensal. Nesse caso as modalidades preponderantes são Carta Fiança e CDB, com validade, em sua maioria, de um ano.

Os outros 10% da energia foram vendidos a outros agentes, através de contratos bilaterais no Ambiente de Contratação Livre - ACL, onde a CEEE-GT exige como garantia, Carta de Fiança Bancária, Carta de Fiança Corporativa ou Certificado de Depósito Bancário - CDB. O restante da energia não vendida é liquidado na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE e valorada conforme as regras do Preço de Liquidação de Diferenças.

A partir de 2013, em função da Medida Provisória nº 579 de 11/09/2012 e adesão da CEEE-GT a prorrogação de concessão, haverá uma separação da energia das usinas da CEEE-GT: a energia das usinas renovadas firmarão um Contrato de Cotas de Garantia Física de Energia e de Potência - CCGFEP, com as distribuidoras sendo pagadoras de tal contrato. As garantias deste contrato são parecidas com os contratos CCEARs, ou seja, os CCGs. A energia das usinas não renovadas atenderão aos CCEARs vigentes mais os contratos do ACL, mantendo-se as garantias anteriormente explicadas.

A CEEE-D atua no mercado de distribuição de energia elétrica, atendendo a todos os clientes cativos na sua área de concessão conforme previsto nos contratos de concessão assinados com o Poder Concedente. O risco de crédito se origina quando a Concessionária incorre em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados a seus consumidores. Para amenizar os riscos decorrentes do fornecimento de energia na distribuição, a Concessionária tem o direito de interromper o fornecimento, caso o cliente deixe de realizar seus pagamentos.

No geral a Administração entende que não há risco de crédito significativo no qual a Concessionária está exposta, considerando as características das contrapartes, níveis de concentração e relevância dos valores em relação ao faturamento.

I. Perdas por redução no valor recuperável – (Impairment)

As Controladas mensuram pelo custo histórico de aquisição ou construção o seu imobilizado e intangível, deduzido de depreciação e amortização acumulada, respectivamente, e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

II. Garantias

As Controladas concederam garantia quando da captação de recursos através do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – FIDC, sendo que parte do contas a receber é repassada ao Fundo no momento do faturamento, até o limite da parcela mensal.

III. Derivativos

As Controladas não possuem operações com derivativos.

37.1.2. Risco de Preço

Os preços referentes aos contratos de Geração, até 2004 eram autorizados pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e a partir da mudança de regras na comercialização de energia elétrica, com a realização do primeiro leilão em fins de 2004 - Leilão 001/04 - a geração passou a comercializar sua energia com um grande número de distribuidoras e agentes do mercado livre, a preços definidos pelo leilão ou mercado, respectivamente.

Atualmente a venda de energia da CEEE-GT é dividida entre dois grandes mercados: o Ambiente de Contratação Regulada - ACR e o ACL. No ACR o preço normalmente é inferior ao preço do ACL devido a diferença de risco entre os dois mercados.

O risco do ACR é menor em função de ser fiscalizado e regulado pela ANEEL e as empresas compradoras são compostas por distribuidoras que normalmente tem contratos de concessão de longo prazo, portanto mais estáveis.

No ACL os contratos são bilaterais e, além de normalmente terem um prazo contratual menor que o ACR, ficam expostos a um mercado mais agressivo, como as sazonalizações e dificuldades

econômicas provenientes da concorrência entre as empresas, tornando as compradoras, no geral, mais instáveis.

Novamente a partir de 2013, através da Medida Provisória nº 579, de 11/09/2012 que trata das concessões de geração, a precificação da energia das usinas prorrogadas será estipulada pela ANEEL através de uma tarifa, calculada para cada usina ou PCH. Esta tarifa será reajustada anualmente, com uma revisão tarifária a cada cinco anos.

A Transmissão tem sua remuneração definida pela ANEEL através da receita permitida e reajustada, conforme cláusulas contratuais ou pelo IGP-M ou pelo IPCA. As receitas, de acordo com o contrato de concessão, devem permitir o equilíbrio econômico-financeiro da concessão.

As tarifas da Distribuição são reguladas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e, anualmente, são reajustadas pelas variações dos custos não gerenciáveis (denominado Parcela A) e pela variação do IGP-M para custos gerenciáveis (denominado Parcela B). O Reajuste Tarifário Anual tem como objetivo restabelecer o poder de compra da receita obtida por meio das tarifas praticadas. Outro mecanismo de atualização das tarifas é a Revisão Tarifária Periódica que tem como principal objetivo, analisar o equilíbrio econômico-financeiro da concessão.

37.1.3. Risco de Mercado

A energia da CEEE-GT foi comercializada através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no ACR e através de Contratos Bilaterais no ACL.

Através da Medida Provisória nº 579, de 11/09/2012, a energia das usinas prorrogadas serão transformadas em cotas, cabendo as concessionárias de distribuição que se interligarem ao SIN durante o ano de 2013 participar da alocação inicial das cotas.

Os montantes comercializados no ano de 2012 estão relacionados nas tabelas a seguir:

Energia Vendida 2012				
Tipo de Contratação	Produto	MWh	MW Médios	Participação % Energia
CCEARS	2005-2012	2.081.109	236,920	52,92%
	2006-2013	1.240.937	141,272	31,56%
	2007-2014	129.348	14,725	3,29%
	2009-2016	73.871	8,410	1,88%
	2012-2014	86.096	9,802	2,19%
ACL	ACL	293.630	33,428	7,47%
Sobras de Energia	Mercado de Curto Prazo	27.203	3,097	0,69%
Total		3.932.194	447,654	100,00%

As sobras de energia podem ser liquidadas na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, valoradas ao Preço de Liquidação de Diferenças – PLD médio mensal de cada mês.

A quantidade de energia comprada para atendimento à CEEE-D está baseada na previsão de consumo para os próximos 5 anos. A legislação (Lei nº 10.848 de março de 2004 e Decreto nº 5.163 de julho de 2004) permite que a Concessionária descontrate mensalmente a energia correspondente ao atendimento de consumidores livres, quando de sua saída. Também prevê a possibilidade de desconstratação de energia decorrente da entrada em operação de energia contratada anteriormente a 16 de março de 2004, anualmente por variação de mercado até 4% da energia contratada nos leilões de energia existente, duas vezes no ano através de cessões para outras distribuidoras em função de outros desvios de mercado, sem limites de montante de declaração. A Resolução Normativa nº 21/06 prevê alterações nas quotas-parte de Itaipu para cada concessionária, essas alterações podem gerar sobras ou déficits que também podem ser compensadas através do mecanismo de compensação de sobras e déficits.

Além do recurso de desconstratação, a Concessionária tem cobertura tarifária para uma sobrecontratação de até 3% do seu requisito regulatório (mercado faturado acrescido das perdas regulatórias). Em 2012, os compromissos assumidos com compra de energia estão elencados conforme quadro a seguir:

ORIGEM		TIPO	MWh	%
1º LEILÃO EE	2005-2012	CCEAR COM MCSD	2.201.627,13	24,42%
1º LEILÃO EE	2006-2013	CCEAR COM MCSD	1.061.991,23	11,78%
1º LEILÃO EE	2007-2014	CCEAR COM MCSD	393.537,44	4,37%
2º LEILÃO EE	2008-2015	CCEAR COM MCSD	334.316,54	3,71%
4º LEILÃO EE	2009-2016	CCEAR COM MCSD	224.450,77	2,49%
5º LEILÃO EE	2007-2014	CCEAR COM MCSD	29.419,50	0,33%
8º LEILÃO EE	2010-2014	CCEAR	251.375,94	2,79%
9º LEILÃO EE	2011-2013	CCEAR	31.275,28	0,35%
10º LEILÃO EE	2012-2014	CCEAR	154.023,02	1,71%
1º LEILÃO EN.	2008-2037	CCEAR	20.218,93	0,22%
1º LEILÃO EN.	2009-2038	CCEAR	7.525,62	0,08%
1º LEILÃO EN.	2010-2039	CCEAR	242.643,42	2,69%
3º LEILÃO EN.	2011-2040	CCEAR	101.793,69	1,13%
5º LEILÃO EN.	2012-2041	CCEAR	94.217,87	1,05%
1º LEILÃO EN.	2008-2022	CCEAR	144.448,74	1,60%
1º LEILÃO EN.	2009-2023	CCEAR	96.963,90	1,08%
1º LEILÃO EN.	2010-2024	CCEAR	237.735,84	2,64%
3º LEILÃO EN.	2011-2025	CCEAR	96.869,29	1,07%
4º LEILÃO EN.	2010-2024	CCEAR	35.929,71	0,40%
5º LEILÃO EN.	2012-2026	CCEAR	152.739,85	1,69%
6º LEILÃO EN.	2011-2025	CCEAR	59.093,16	0,66%
11º LEILÃO AJUSTE	2012	CCEAR	81.270,69	0,90%
PIRATINI		BILATERAL	45.462,25	0,50%
ENERCAN		BILATERAL	192.477,87	2,14%
JAGUARI		BILATERAL	49.204,80	0,55%
CERAN		BILATERAL	417.276,00	4,63%
PROINFA		PROINFA	189.742,43	2,10%
ITAIPU		ITAIPU	1.675.874,29	18,59%
CONTABILIZAÇÃO DE CURTO PRAZO			391.417,09	4,34%
TOTAL			9.014.922,29	100,00%

O risco de mercado para a Concessionária, no que se refere à contratação de energia, pode ser considerado como relativamente baixo. Os riscos existentes são:

- Não atendimento a 100% do mercado – exposição ao mercado de curto prazo e sujeito a penalidades aplicadas pela ANEEL;
- Repasse não integral da energia comprada;
- Outras variações de mercado;

Saída de consumidores livres especiais (com demanda superior a 500 KW, suprido por fontes renováveis) – não há na regulamentação vigente procedimentos a serem adotados pelas distribuidoras quando da saída destes consumidores para o mercado livre;

37.1.4. Risco da Taxa de Câmbio

Este risco decorre da possibilidade de perda por conta da variação cambial. O resultado das operações da Concessionária é afetado pelo fator do risco cambial em virtude do seu endividamento atrelado à moeda estrangeira.

O risco cambial da CEEE-D está atrelado aos contratos de compra de energia de Itaipu e Empréstimos e Financiamentos, vinculados ao Dólar Americano e que não possuem dispositivos de proteção contra alterações na taxa de câmbio.

Em 31 de dezembro de 2012 não há nenhum montante indexado ao dólar exceto a expectativa de exposição cambial que está sendo tratada no tópico de análise de sensibilidade a seguir:

I. Análise de sensibilidade

A CEEE-D fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de depreciação cambial de 25% e 50% em relação ao cenário provável, considerados como possível e remoto, respectivamente.

Itens	31/12/2012	Provável	25%	50%
Exposição US\$				
Empréstimos e Financiamentos	2,0435	70.620	88.275	105.930
Fornecedores (Itaipu Binacional)	2,0435	38.699	48.374	58.049
Passivo Líquido Exposto		109.319	136.649	163.979
Efeito Líquido da Variação Cambial			27.330	54.660

37.1.5. Risco de Liquidez

Risco de liquidez é o risco que as Controladas irão encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros. A Concessionária se utiliza do monitoramento

constante de seu fluxo de caixa, observando a política de caixa mínimo visando à necessidade de captação de recursos para assegurar a capacidade de pagamentos. A gestão das aplicações financeiras tem como foco instrumento de curtíssimo prazo, com liquidez diária.

A tabela abaixo demonstra os valores esperados de liquidação em cada faixa de tempo:

	Nota	CONSOLIDADO				
		Valor Justo	Até 01 Ano	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais que 5 anos
Ativos Financeiros						
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	310.849	310.849	-	-	-
Aplicações Financeiras	5	57.039	5.586	51.453	-	-
Concessionárias e Permissionárias	6	785.806	271.213	221.615	154.780	138.198
Indenização Rede Básica Novos Investimentos - RBNl	14	675.828	260.435	260.435	154.958	-
Investimentos em Títulos do Governo/Conta de Resultados a Compensar - CRC	10	2.482.351	2.482.351	-	-	-
Ativo Financeiro da Concessão	14	845.413	-	-	845.413	-
Total		5.157.286	3.330.434	533.503	1.155.151	138.198
Passivos Financeiros						
Fornecedores	20	384.339	384.339	-	-	-
Empréstimos, Financiamentos e Outras Captações	23	868.239	251.061	278.866	200.114	138.198
Total		1.252.578	635.400	278.866	200.114	138.198

37.1.6. Risco de Taxa de Juros

Este risco é oriundo da possibilidade das Concessionárias virem a incorrer em perdas por conta da flutuação da taxa de juros e também da variação dos índices atrelados a inflação, visto que seus empréstimos e financiamentos são vinculados a esses índices. Também há a possibilidade de redução na receita financeira relativa às aplicações financeiras. Estas taxas são constantemente monitoradas no sentido de se avaliar o impacto das mesmas no resultado das Concessionárias.

I. Análise de sensibilidade

As operações da Concessionária são indexadas a taxas pré e pós-fixadas, sendo as taxas pós-fixadas, por CDI e IPCA. As Concessionárias desenvolveram a análise de sensibilidade com o objetivo de mensurar o impacto das taxas de juros pós-fixadas e de variações monetárias sobre os seus passivos financeiros expostos a tais riscos.

O cenário base corresponde aos saldos contábeis existentes em 30/09/2012 e, para o cenário provável, considerou-se os saldos com a variação dos indicadores - CDI/Selic previstos na mediana das expectativas do Relatório Focus, do Bacen, de 31/12/2012. Para os cenários adverso e remoto, foi considerada uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável.

	Nota Explicativa	Índices	CONSOLIDADO			
			Cenário Base em 31/12/2012	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Passivos Financeiros						
Empréstimos e Financiamentos	21					
Banco Máxima		IPCA	82.598	101.966	110.691	119.416
FIDC III		CDI	32.639	33.250	33.998	34.747
FIDC IV		IPCA	93.374	111.409	120.018	128.627
FIDC V		CDI	126.039	129.116	135.771	142.426
FIDC VI		CDI	150.360	157.196	172.589	180.835
Caixa II		CDI	42.666	46.245	49.013	51.781
Caixa III		CDI	64.583	69.239	72.539	76.416
Santander		CDI	32.909	35.651	40.928	43.236
ELETROCEEE		Sem Risco	3.284	3.284	3.284	3.284
Eletrobras - RGR		Sem Risco	48.567	48.567	48.567	48.567
			677.019	735.923	787.398	829.335
Exposição Líquida			(677.019)	(735.923)	(787.398)	(829.335)
Efeito esperado no Resultado				(58.904)	(110.379)	(152.316)

Além da análise de sensibilidade em atendimento à Instrução CVM nº475/08, as Concessionárias avaliaram os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido de seus instrumentos financeiros tendo em vista os riscos avaliados na data das informações trimestrais conforme sugerido no CPC 40 e IFRS 7.

Sendo assim, a Administração de uma maneira geral, entende que os possíveis efeitos seriam próximos aos valores mencionados na coluna do cenário projetado provável da tabela anterior.

37.1.7. Valor Justo

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

	Nota Explicativa	CONSOLIDADO	
		Valor Contábil	Valor Justo
Ativos Financeiros			
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	310.849	310.849
Aplicações Financeiras	5	57.039	57.039
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	6	526.208	526.208
Indenização Rede Básica Novos Investimentos - RBNI	14	675.828	675.828
Investimento em Títulos do Governo/Conta de Resultados a Compensar - CRC	10	2.482.351	2.482.351
Ativo Financeiro da Concessão	14	845.413	845.413
Total		4.897.688	4.897.688
Passivos Financeiros			
Fornecedores	20	384.339	384.339
Empréstimos, Financiamentos e Outras Captações	23	747.639	868.239
Total		1.131.978	1.252.578

Assume-se que os instrumentos financeiros que a Concessionária possui, exceto na rubrica Empréstimos e Financiamentos, estão registrados com um valor próximo ao seu respectivo valor de mercado.

37.1.8. Hierarquia de valor justo

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- I. Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- II. Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- III. Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).
Os instrumentos financeiros da Concessionária mensurados a valor justo estão classificados de acordo com o nível 1 na hierarquia do valor justo.

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação.

CONSOLIDADO			
	Valor contábil 31/12/2012	Nível 1	Nível 2
Ativos Financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa			
Numerário Disponível	73.693	73.693	-
SIAC/BANRISUL	236.998	-	236.998
Aplicações financeiras			
SIAC/BANRISUL	5.586	-	5.586
Aplicação Financeira Vinculada	3.984	-	3.984
Quotas Subordinadas FIDC	47.469	-	47.469
Indenização Rede Básica Novos Investimentos	675.828	-	675.828
Investimentos em Títulos do Governo/Conta de Resultados a Compensar - CRC	2.482.351	2.482.351	-
Ativo Financeiro da Concessão	845.413	-	845.413
		<u>2.556.044</u>	<u>1.815.278</u>

CONSOLIDADO			
	Valor contábil 31/12/2011	Nível 1	Nível 2
Ativos Financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa			
Numerário Disponível	39.172	39.172	-
SIAC/BANRISUL	31.875	-	31.875
Aplicações financeiras			
SIAC/BANRISUL	5.151	-	5.151
Aplicação Financeira Vinculada	3.380	-	3.380
Quotas Subordinadas FIDC	43.490	-	43.490
Investimentos em Títulos do Governo/Conta de Resultados a Compensar - CRC	2.906.835	2.906.835	-
		<u>2.946.007</u>	<u>83.896</u>

37.1.9 – Apuração do Valor Justo

Nível 1 – O valor justo das quotas subordinadas do FIDC e dos Investimentos em Títulos do Governo/Conta de Resultados a Compensar – CRC foi apurado e registrado levando-se em consideração as cotações de mercado ou informações de mercado que possibilitaram tal cálculo.

Nível 2 – O valor justo das aplicações financeiras vinculadas, aplicação SIAC/BANRISUL, Indenização Rede Básica Novos Investimentos – RBNI e Ativo Financeiro da Concessão, uma vez que não possui mercado ativo, é avaliado utilizando metodologia de avaliação/apreçamento.

37.2. Gerenciamento de Riscos Relacionados às Concessionárias e suas Operações

37.2.1. Riscos Hidrológicos

As usinas hidrelétricas, juntamente com a PCHs, representam aproximadamente 77% da garantia física do sistema elétrico brasileiro e estão sujeitas ao risco de escassez água ao longo do tempo. O arranjo institucional estabelecido pelo Poder Concedente procura reduzir o risco hidrológico das usinas, seja através da definição de garantia física para cada um dos empreendimentos de geração, independentemente da fonte de energia, seja através da instituição do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE, instrumento financeiro para compartilhamento do risco, de modo que a operação do SIN seja realizada buscando a otimização eletroenergética do sistema como um todo. O MRE é compulsório para todas as hidrelétricas despachadas centralizadamente, mas como estratégia para mitigação de risco a CEEE-GT exerceu a opção de adesão de suas Pequenas Centrais Hidrelétricas ao mecanismo.

Outras fontes energéticas (termelétricas a biomassa, a gás, nuclear, a óleo, carvão mineral, eólicas e outras fontes de energia) têm a função de diversificar a matriz energética do país e atuar como fonte complementar de energia.

39.2.2. Riscos Ambientais

O Brasil possui uma das legislações ambientais mais severas do mundo. A legislação brasileira impõe sanções que responsabilizam e exigem um grande esforço das empresas nacionais para o seu atendimento. Os processos de produção envolvidos no setor de geração e transmissão de energia produzem impactos ambientais, muitas vezes significativos, que precisam ser prevenidos e minimizados, sob pena de acarretarem grandes prejuízos ao meio ambiente e conseqüentemente ao agente responsável, independentemente da ação ter sido realizada inadvertidamente. Desta forma, além dos recursos financeiros necessários para a recuperação da área atingida pela degradação ambiental, a empresa responsável poderá ter seus dirigentes envolvidos em processos civis, administrativos e penais.

A recuperação de áreas afetadas ambientalmente normalmente exige recursos expressivos que poderiam ser destinados a novos investimentos voltados exclusivamente para a atividade fim da Concessionária.

A questão da sustentabilidade, envolvendo as áreas ambiental, social e financeira, tem levado as empresas a buscarem ferramentas que possibilitem desenvolver suas atividades respeitando estes aspectos e potencializando diretrizes e políticas que viabilizem a integração de seus processos produtivos de forma a atender os interesses da sociedade, respeitando o meio ambiente e propiciando uma constante expansão e crescimento do seu negócio.

38. Programa de Participação de Resultados

As Controladas possuem um programa de participação dos empregados nos resultados cujo objetivo é incentivar a melhoria de qualidade, níveis de produtividade e resultados globais das investidas, através do comprometimento de todos os empregados.

39. Assuntos Ambientais

A UPM Barreto, localizada no município de Triunfo, iniciou suas atividades em 1960, realizando o tratamento de madeiras em autoclave para fabricação de postes e produtos derivados de madeira. A área do Horto Florestal Renner, com 1.530 hectares, foi adquirida posteriormente para a produção de postes in natura para o suprimento da usina de preservação de madeira.

A UPM Barreto operou sob a gestão da CEEE até 1997, quando a empresa passou por um processo de privatização através do qual a posse e operação foram transferidas para outra concessionária, que utilizou a área para preservação de produtos florestais até 2005. A CEEE-D recuperou a posse da área em 2006, mantendo-a desativada em função de identificação de contaminação de solo.

Mesmo antes de uma definição quanto à responsabilidade de cada empresa pela recuperação ambiental, a CEEE-D contratou uma empresa especializada para a remoção dos focos ativos de contaminação, assumindo as despesas envolvidas. O contrato com a empresa HAZTEC foi assinado em dezembro de 2011.

O projeto de recuperação contempla nove áreas consideradas focos ativos de contaminação, sendo oito na área onde operava a Usina de Preservação de Madeira Barreto e uma no Horto Florestal Renner. Nestas áreas foi realizada a remoção de equipamentos e resíduos, drenagem de borra e escavações para remoção de solo contaminado.

Em 2012 foram removidos 4.253,29 toneladas de aterro e 5.038,57 toneladas de incineração.

No intuito de identificar possíveis contaminações são constantemente realizados monitoramentos da qualidade do ar para particulados, voláteis e metais, monitoramentos da qualidade da água do rio e água subterrânea.

Todo o processo vem sendo acompanhado pela FEPAM, através de reuniões periódicas e vistorias. O Ministério Público Federal, através de um perito, também fiscaliza os trabalhos de recuperação da área.

Embora bastante avançados e com uma área já concluída, os trabalhos de remoção dos focos ativos continuarão sendo realizados ao longo de 2013, sem data prevista para conclusão. O investimento da CEEE-D na recuperação da área já chega a R\$27 milhões de reais.

40. Assuntos Regulatórios

40.1. Geração – Comercialização de Energia

A energia da CEEE-GT foi comercializada nos Leilões de Energia Existente, realizados no ACR a partir de dezembro de 2004, e também através de Ofertas Públicas realizadas pela Concessionária e participação em Chamadas Públicas de compradores. A seguir relação de produtos contratados vigentes:

Ano	Ambiente de Contratação Regulada (ACR)						Ambiente de Contratação Livre (ACL)	
	Venda MWm						Venda MWm Compra MWm	
	2005-2012	2006-2013	2009-2016	2007-2014	2012-2014	Cotas		
2010	242	145	9	15			32	4
2011	242	145	9	15			55	20
2012	237	141	8	15	10		33	
2013		139	8	14	10	234	263	216
2014			8	14	10	234	257	70
2015			8			234	196	
2016			8			234	170	
2017						424	170	136
2018						424	60	26
2019						424	40	6
2020						424	40	6

40.2. Receita Anual Permitida da Transmissão

40.2.1. Revisão Tarifária Periódica

De acordo com a Cláusula Oitava do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão de Transmissão nº 055/2001, assinado entre a CEEE-GT e a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL em 04 de dezembro de 2012, as Revisões Tarifárias Periódicas devem ocorrer de 5 em 5 anos sendo a primeira em 1º de julho de 2018. Antes das alterações promovidas pelo aditamento ao contrato de concessão nº 055/2001, a 1ª Revisão Tarifária Periódica da parcela referente à Rede Básica Novos Investimentos - RBNI, componente da Receita Anual Permitida – RAP, que deveria ter ocorrido em julho de 2005, só aconteceu em julho de 2007.

A 2ª Revisão Tarifária Periódica que deveria ter ocorrido em 2009 foi adiada pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL para o ano de 2010.

No dia 8 de julho de 2010, foi emitida a Resolução Homologatória nº 989 relativa à 2ª Revisão Tarifária Periódica, cujo impacto do reposicionamento tarifário foi de -5,80% sobre a receita total, considerando Rede Básica e Rede Básica Novos Investimentos.

Decorrente deste reposicionamento tarifário foi definida uma parcela de ajuste de R\$(24.577), sobre a Receita Anual Permitida – RAP, a ser compensado em 12 meses a partir de 1º de julho de 2010.

40.2.2. Reajuste Tarifário - Transmissão

A Resolução Homologatória nº 1.313 de 26 de junho de 2012 e a Nota Técnica 98/2012 SRT/ANEEL de 22 de junho de 2012 ajustou a RAP da CEEE-GT no período de 2012-2013 para R\$514.088 o que representa um reajuste de 6,59%. A Parcela de ajuste sobre a Receita anual Permitida resultou em um valor de R\$(13.352) levando a uma RAP total de R\$500.736, sendo R\$483.086 para o Contrato de Concessão nº 055/2001 e R\$17.650 para o Contrato de Concessão nº 080/2002, o que representa um acréscimo de 3,76%, para o período de 07/2012 a 06/2013. Com a assinatura do 1º Termo aditivo ao contrato de concessão nº 055/2001, a RAP pela prestação do serviço público de transmissão de energia elétrica passou a ser de R\$177.048, a partir de janeiro de 2013.

40.2.3. Formação da Receita da Transmissão

A Receita Anual Permitida da Transmissão é composta pela receita de empreendimentos existentes (RBSE), pela receita de novas instalações da Rede Básica (RBNI) e pela receita decorrente das Demais Instalações de Transmissão (DIT).

A primeira autorização de receita aconteceu em 25/10/2000. A partir desta data a evolução da receita ao longo dos anos foi consequência da aplicação do mecanismo de reajuste previsto no Contrato de Concessão, com atualização pelo índice IGP-M e da entrada em operação de novas obras.

De acordo com cláusula contratual, a primeira revisão tarifária periódica ocorrida em julho/2007, com base em junho/2005, destinou-se apenas às novas instalações, designadas de Rede Básica Novos Investimentos - RBNI, autorizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL a partir de 2000 mediante ato específico, com direito a uma receita anual permitida inicial. As instalações existentes em outubro de 2000 não sofriam revisão tarifária, apenas o reajuste anual.

Na segunda revisão tarifária periódica ocorrida em junho/2010, retroativa a junho/2009 a ANEEL revisou a Base de Remuneração Regulatória das instalações que entraram em operação no período

entre a primeira e a segunda revisão, e manteve blindada a base de ativos avaliada na 1ª revisão tarifária.

Com a assinatura do 1º Termo aditivo ao contrato de concessão nº 055/2001, foram alteradas as regras de reajuste e revisão da Receita Anual Permitida. A partir de janeiro de 2013 todas as instalações de transmissão são revisadas e reajustadas conforme estabelecido nas cláusulas sétima e oitava daquele instrumento contratual.

40.2.4. Reforços Implantados

A CEEE-GT está pleiteando junto a ANEEL a receita de reforços e melhorias implantados na Subestação de Pelotas 3 e a troca de cabos de proteção por cabos de fibra ótica de diversas Linhas de Transmissão.

40.3. Processo do Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits - MCSD (*)

O Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits - MCSD, por saída de consumidores livres, alterações de mercado até 4% a partir do ano seguinte, e a entrada em operação da energia decorrente de contratos assinados até 16 de março de 2004, previstos pelo Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, cujas regras foram aprovadas pela Resolução Normativa nº 161 de julho de 2005 e homologadas pela Resolução ANEEL nº 211 de 03 de outubro de 2005, reduziram os montantes de energia e potência associada consideradas nos Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR. Em decorrência da aplicação do MCSD, ocorreram reduções contratuais para Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT de 17,57 MW médios do produto 2005-2012, 7,08 MW médios do produto 2006-2013 e 0,52 MW médios do produto 2006-2008 desde o início dos respectivos contratos. Esta energia descontratada foi comercializada novamente, nos leilões de energia do ACR e em ofertas realizadas pela Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT, gerando a contratação de montantes apresentados na tabela da nota explicativa nº40.1.

O saldo de energia descontratada está sendo comercializada através de ofertas públicas mensais ou liquidada no mercado de curto prazo ao Preço de Liquidação de Diferenças.

Estas regras levaram a Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D, por necessidade de aquisição adicional de energia, a efetuar uma compra adicional de 12,476 MW médios a partir de janeiro e 2,524 MW médios a partir de fevereiro de 2005 e descontratar em janeiro de 2006 16,435 MW médios por saída de consumidores livres. Em 2007, descontratamos 9,767 MW médios devido à sobra de energia na época. A partir desta data, a Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D não participou mais deste mecanismo.

40.3.2. Comercialização de Energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE

Os saldos compõem-se de:

	CONSOLIDADO	
	31/12/2012	31/12/2011
ATIVO CIRCULANTE		
Energia de Curto Prazo - CCEE (vide nota explicativa 6)	9	1.047
ATIVO NÃO CIRCULANTE		
(*) Ressarcimento Acordo - CCEE - CEEE-GT (vide nota explicativa 6)	149.222	136.466
(*) Ressarcimento Acordo - CCEE - CEEE-D (vide nota explicativa 6)	45.712	41.804
PASSIVO CIRCULANTE		
Energia de Curto Prazo - CCEE (vide nota explicativa 20)	(105.749)	(19.154)
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		
Energia de Curto Prazo	(100.458)	(100.458)
Encargo do Serviço do Sistema	(13.207)	(13.207)
Total	(24.471)	46.498

(*) Valor referente ao acordo de ressarcimento correspondente a despesa com a compra de energia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, denominada como “Energia Livre”, realizadas durante o período de racionamento, decorrentes da redução da geração de energia elétrica nas usinas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE. Este valor está sendo cobrado dos consumidores finais dos submercados sujeitos ao racionamento pelas respectivas distribuidoras e será repassado à Concessionária.

A Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D realizou a contabilização da energia de Curto Prazo negociada no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, conforme contabilização definitiva elaborada por aquela entidade.

A Concessionária impetrou ações judiciais, sendo que o processo CEEE nº 3.494/02 relacionado à nulidade do item IV do Despacho nº 288 da ANEEL e o processo CEEE nº 3.555/2002 relacionado à Ação Cautelar Preparatória com pedido de liminar para a suspensão do andamento da liquidação financeira das transações de energia elétrica prevista para o dia 22 de novembro de 2002 não apresentaram fato novo que altere a divulgação realizada para a posição de 31 de dezembro de 2011.

SERGIO SOUZA DIAS

Diretor Presidente

GERSON CARRION DE OLIVEIRA

Diretor

LUIZ ANTONIO TIRELLO

Diretor

HALIKAN DANIEL DIAS

Diretor

RUBEM CIMA

Diretor

GILBERTO SILVA DA SILVEIRA

Diretor

MARCIA BEATRIZ GARCIA RODRIGUES

Contadora CRCRS 42897

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Diretores e Acionistas da
Companhia Estadual de Energia Elétrica Participações
Porto Alegre - RS

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia Estadual de Energia Elétrica Participações (“Companhia”), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB), e de acordo com as práticas adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Estadual de Energia Elétrica Participações em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia

Estadual de Energia Elétrica Participações em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB).

Ênfase

Conforme descrito na nota explicativa 4.12.1, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras individuais, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligada e controlada em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Outros assuntos

Auditoria do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Porto Alegre, 25 de março de 2013

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/F7

Paulo Ricardo Pinto Alaniz
Contador CRC 1RS042460/O-3

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES DA COMPANHIA

O Diretor Presidente e os demais Diretores da Companhia Estadual de Energia Elétrica Participações – CEEE-Par, sociedade de economia mista por ações, de capital fechado, com sede na Avenida Joaquim Porto Villanova, 201 – Prédio “A2”, Porto Alegre-RS, inscrita no CNPJ sob nº 08.420.472/0001-05, declaram que:

1. Revisaram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes, relativamente às Demonstrações Financeiras da CEEE-Par referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2012; e
2. Revisaram discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras da CEEE-Par relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2012.

Porto Alegre, 25 de março de 2013.

SERGIO SOUZA DIAS
Diretor Presidente

GERSON CARRION DE OLIVEIRA
Diretor

HALIKAN DANIEL DIAS
Diretor

GILBERTO SILVA DA SILVEIRA
Diretor

LUIZ ANTONIO TIRELLO
Diretor

RUBEM CIMA
Diretor

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia Estadual de Energia Elétrica Participações – CEEE-Par, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, tendo analisado no decorrer do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012, a gestão econômica-financeira da Empresa, bem como examinado o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras, o Parecer dos Auditores Independentes, KPMG Auditores Independentes, e as informações complementares da Administração, opinam no sentido de que os documentos referidos representam a situação patrimonial e financeira da Companhia, naquela data, estando, portanto, em condições de serem submetidos à deliberação dos Senhores Acionistas.

Porto Alegre, 25 de março de 2013.

Vinícius Gomes Wu,
Presidente.

Carlos Artur Hauschild
Conselheiro

Marlene Belotriz Stefanello
Conselheira

Álvaro Rodrigo Woiciechoski da Silva
Conselheiro

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração, tendo examinado o Relatório da Administração, Manifestação sobre o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração do Fluxo de Caixa e as respectivas Notas Explicativas, referentes ao Exercício de 2012, encerrado em 31 de dezembro de 2012, documentos esses assinados pelos administradores responsáveis pela Empresa, considerando os pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, manifesta-se por unanimidade, pela aprovação dos referidos documentos e submete a matéria à apreciação dos Senhores Acionistas.

Porto Alegre, 25 de março de 2013.

Claudemir Bragagnolo,
Presidente do Conselho de Administração.

Sérgio Souza Dias

Carlos Pestana Neto

Caleb Medeiros de Oliveira

Baltazar Balbo Garagorri Teixeira

Samuel Sueli Prevedello Osmari

Empresa Gaúcha de Rodovias
EGR

ATIVO

2012

ATIVO CIRCULANTE

306.702,88

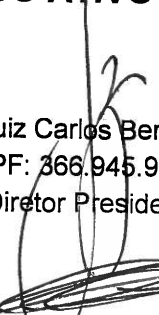
DISPONÍVEL	306.702,88
Caixa	,00
Bancos conta movimento	1.785,59
Banrisul – conta 09.098685.0-3	1.785,59
Banrisul – conta 09.098685.9-7	,00
Bancos conta aplicação	304.917,29
Banrisul – Aplicação	304.831,08
Banrisul – Aplicação – RENDIMENTOS	86,21
CRÉDITOS	,00
Adiantamentos diversos	,00
Contas a receber de clientes	,00
Parcelamento de clientes	,00
(-)Provisão p/crédito liquidação duvidosa	,00
ESTOQUES	,00
Material de expediente	,00
DESPESAS DO EXERCÍCIO SEGUINTE	,00
Prêmios de Seguros a apropriar	,00


ATIVO NÃO CIRCULANTE

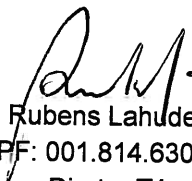
Realizável a Longo Prazo	,00
Despesas antecipadas	,00
Outras contas a receber	,00
INVESTIMENTOS	,00
Participações em fundos de investimentos	,00
Outros investimentos	,00
IMOBILIZADO	,00
Móveis e utensílios	,00
(-)Depreciação móveis e utensílios	,00
Veículos	,00
(-)veículos	,00
Máquinas e equipamentos	,00
(-)Depreciação máquinas e equipamentos	,00
INTANGÍVEL	,00


TOTAL DO ATIVO

306.702,88


 Luiz Carlos Bertotto
 CPF: 366.945.920-00
 Diretor Presidente


 Carlos Artur Hauschild
 CPF: 76053156000
 Diretor Administrativo Financeiro

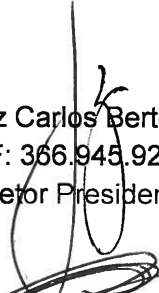

 Rubens Lahude
 CPF: 001.814.630-91
 Diretor Técnico


 Valter da Silva Alves de Souza
 CPF: 551.410.300-59 CRCRS: 070618
 Contador


DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO


Exercício findo em 31 de dezembro de 2012

RECEITA OPERACIONAL BRUTA	,00
prestação de Serviços	,00
DEDUÇÕES	,00
PIS	,00
Cofins	,00
ISSQN	,00
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	,00
CUSTOS OPERACIONAIS	,00
Custo dos Serviços Prestados	,00
LUCRO OPERACIONAL BRUTO	,00
DESPESAS OPERACIONAIS	262.883,79
Pró-labore	149.989,98
INSS	36.094,91
FGTS	11.723,85
Serviços Terceiros P.J.	270,00
Gratificação Diretores	12.499,16
Provisão férias e encargos	20.165,27
Honorários Conselho Administração	32.140,62
LUCRO OPERACIONAL	-262.883,79
RECEITAS FINANCEIRAS	86,21
Juros Aplicação Financeira	86,21
DESPESAS FINANCEIRAS	35,00
Despesas Bancárias	35,00
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS SOBRE O LUCRO	-262.832,58
IRPJ	,00
CSLL	,00
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	-262.832,58


Luiz Carlos Bertotto
CPF: 366.945.920-00
Diretor Presidente


Carlos Artur Hauschild
CPF: 76053156000
Diretor Administrativo Financeiro


Rubens Lahnus
CPF: 001.814.630-91
Diretor Técnico


Valter da Silva Alves de Souza
CPF: 551.410.300-59 CRCRS: 070618
Contador

PASSIVO

2012

PASSIVO CIRCULANTE

69.535,46

Fornecedores a pagar	,00
Obrigações Tributárias	13.573,83
Obrigações Sociais e Trabalhistas	19.855,38
Provisão de férias e encargos	20.165,27
Provisão de 13º salário e encargos	
Honorários Conselho Administração	
Pró-labore Diretores	
Prefeitura Municipal de Porto Alegre	15.940,98

PASSIVO NÃO CIRCULANTE

Empréstimos bancários	,00
Parcelamento obrigações tributárias	,00
Provisões para contingências	,00

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

237.167,42

Capital Social

500.000,00

Capital Social Subscrito	1.000.000,00
(-)Capital a Integralizar	500.000,00


Reservas de Capital

Reservas de Lucros	,00
--------------------	-----

(-)Prejuízos Acumulados	262.832,58
-------------------------	-------------------


TOTAL DO PASSIVO

306.702,88


Luiz Carlos Bertotto
CPF: 366.945.920-00
Diretor Presidente


Carlos Artur Hauschild
CPF: 76053156000
Diretor Administrativo Financeiro


Rubens Lamy de
CPF: 001.814.630-91
Diretor Técnico


Valter da Silva Alves de Souza
CPF: 551.410.300-59 CRCRS: 070618
Contador

EGR

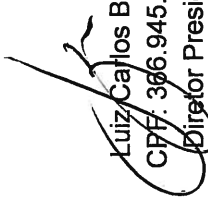
 **Empresa Gaúcha
de Rodovias**


**Secretaria de
Infraestrutura e Logística**

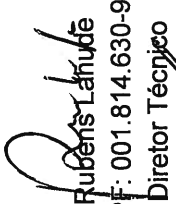
 **Rio
Grande
do Sul**
Governo do Estado


DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31/12/2012

	CAPITAL REALIZADO	RESERVAS DE LUCROS		LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
		Reserva Legal	Reserva Estatutária		
Saldo em 31.12.2012	500.000,00	-	-	(262.832,58)	237.167,42
Ajuste exercício anterior	-	-	-	-	-
Lucro líquido exercício	-	-	-	-	-
Destinação :					
- Reserva legal	-	-	-	-	-
- Reserva estatutária	-	-	-	-	-
Saldo em 31.12.2012	500.000,00	-	-	(262.832,58)	237.167,42


Luiz Carlos Bertotto
CPF: 366.945.920-00
Diretor Presidente


Carlos Artur Hauschild
CPF: 76053156000
Diretor Administrativo Financeiro


Rubens Lahrde
CPF: 001.814.630-91
Diretor Técnico


Valter da Silva Alves de Souza
CPF: 551.410.300-59 CRCRS: 070618
Contador

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – EXERCÍCIO FINDO EM 31.12.2012

NOTA 1- CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia se insere no seguimento de exploração da infraestrutura rodoviária mediante a cobrança de pedágios públicos comunitários. A exploração de infraestrutura poderá ser realizada em quaisquer rodovias pertencentes ao Sistema Rodoviário do Estado do Rio Grande do Sul, mediante estudos técnicos de caráter social e econômico que a justifiquem. Em 15 de fevereiro de 2013 começou a arrecadação nas praças de pedágios comunitários.

NOTA 2- SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras foram elaboradas em obediência aos preceitos da Legislação Comercial; aos preceitos da Leis das Sociedades Anônimas; e aos Princípios de Contabilidade Geralmente Aceitos. As principais práticas na elaboração das demonstrações financeiras são as seguintes:

a) Determinação do resultado

O resultado é apurado em obediência ao regime de competência de exercícios. Não foram auferidas receitas no exercício findo em 31.12.2012.

b) Ativos circulantes

Os ativos circulantes estão demonstrados aos seus valores originais.

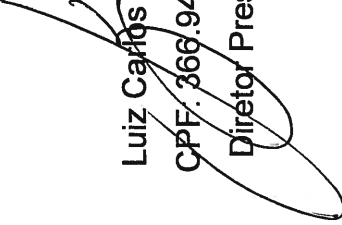
c) Ativo imobilizado


Não houve aquisição de imobilizado no período.


RA F.


NOTA 3 - CAPITAL

O capital social está representado por 1.000.000(um milhão) de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, com preço de emissão de R\$1,00(um real) por ação, a ser integralizado em moeda corrente nacional, sendo o ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL o único acionista. Fica, através da lei 14.193 de 31.12.2012, o Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN/RS – autorizado a participar em até 10%(dez por cento) do capital social da Empresa Gaúcha de Rodovias – EGR.


 Luiz Carlos Bertotto
 CPF: 366.945.920-00
 Diretor Presidente


 Carlos Artur Hauschild
 CPF: 76053156000
 Diretor Administrativo Financeiro


 Rubens Lafuente
 CPF: 001.814.630-91
 Diretor Técnico


 Valter da Silva Alves de Souza
 CPF: 551.410.300-59 CRCRS: 070618
 Contador